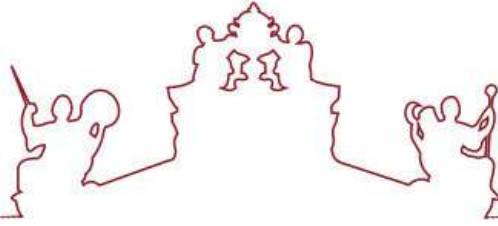


PARA UMA CORRETA VISUALIZAÇÃO DO DOCUMENTO SUGERE-SE
O MODO DE LEITURA EM DUAS PÁGINAS.



Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada

Programa de Doutoramento em Arquitectura

Tese de Doutoramento

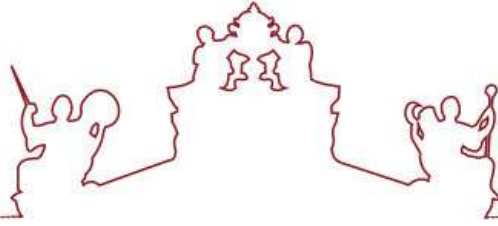
O Uso das Águas no Desenho Rural Contemporâneo

Marta da Felicidade Mateus Frazão

Orientador(es) | Jorge Croce Rivera

Jorge Manuel Mangorrinha Martins

Évora 2022



Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada

Programa de Doutoramento em Arquitectura

Tese de Doutoramento

O Uso das Águas no Desenho Rural Contemporâneo

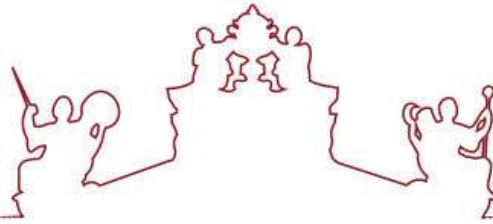
Marta da Felicidade Mateus Frazão

Orientador(es) | Jorge Croce Rivera

Jorge Manuel Mangorrinha Martins

Évora 2022





A tese de doutoramento foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor do Instituto de Investigação e Formação Avançada:

Presidente | Sofia Salema (Universidade de Évora)

Vogais | André Carinha Tavares (Universidade do Porto - Faculdade de Arquitetura)
Edite Maria Figueiredo e Rosa (Universidade Lusófona do Porto)
Jorge Croce Rivera (Universidade de Évora) (Orientador)
João Barros Matos (Universidade de Évora)
Pedro Maurício de Loureiro Costa Borges (Universidade de Coimbra - Faculdade de Ciência e Tecnologia)



O Uso das Águas no Desenho Rural Contemporâneo

Dissertação apresentada à Universidade de Évora para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Arquitetura, realizada sob a orientação científica do Professor Jorge Croce Rivera Professor auxiliar da Universidade de Évora e pelo Professor Jorge Mangorrinha Martins, Professor associado da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa.

A investigação foi financiada pela FCT [Fundação para a Ciência e Tecnologia] através da atribuição de bolsa individual no âmbito do POCH/FSE - Programa Operacional Capital Humano, participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES com a referência SFRH/BD/93945/2013.

Marta da Felicidade Mateus Frazão



Para os meus pais,
Para o Manuel e a Luísa,
Para o Filipe.

Agradecimentos

São muitas as pessoas e instituições a quem quero expressar a minha gratidão e reconhecimento. Estou certa de que sem o seu apoio não poderia ter “navegado por estas águas”, nem tão pouco aventurar-me no desafio das suas complexidades.

Agradeço, muito particularmente:

Ao meu orientador científico, professor Jorge Croce Rivera, pelo rigor e amplitude do seu pensamento, pela proficuidade das suas observações, pelo sempre incentivo, disponibilidade e amizade, desafiando-me continuamente na exercitação da dúvida como instrumento fundamental para pensar e investigar melhor.

Ao professor Jorge Mangorrinha, também orientador desta tese, que desde a primeira hora manifestou a sua confiança na persecução da investigação.

Ao professor, investigador e meu amigo Frederico Ágoas, a quem devo a revisão cuidada e minuciosa de todos os textos, contribuindo para a melhoria significativa da sua redação e da explicitação do seu conteúdo.

Ao arqueólogo Cláudio Torres, à antropóloga Cristiana Bastos, ao geólogo António Chambel pela partilha das suas experiências e conhecimentos, que se revelaram fundamentais para o aprofundamento da dimensão multidisciplinar do tema. E, ainda, ao hidrogeólogo Carlos Calado, a quem presto a minha gratidão pelos preciosos ensinamentos acerca da hidrologia de Mértola e também a minha homenagem.

Ao investigador António Matos Perestrelo, pela cedência de um extenso material de pesquisa relacionado com a pesquisa e inventariação das nascentes portuguesas com reportados usos terapêuticos.

À família Domingos pela disponibilidade e generosidade com que me acolheu na Água Santa da Herdade de Sta. Maria em Mértola, acedendo partilhar a sua história. A ela devo a enriquecedora aprendizagem acerca da atividade dos banhos e o constante estímulo para o aprofundamento da pesquisa.

À Mercês Tomás Gomes, parceira incansável em todas as missões de campo em Mértola, que depositou na realização, fotografia e montagem dos documentários na Água Santa da Herdade de Sta. Maria todo o seu empenho.

Ao Sr. Okamoto, diretor do ryokan de Takaragawa Onsen Osenkaku, que amavelmente partilhou lendas e histórias acerca da região e dos banhos de Takaragawa no Japão. Ao arquiteto German del Sol, pela disponibilidade e pelo acolhimento nas Termas Geométricas no Chile e ainda ao Professor Christian Zunig da Universidade Austral do Chile pelo entusiasmo com que partilhou a sua visão acerca da prática dos banhos no Chile.

Ao Sr. Osvaldo Rodrigues, presidente da Junta de Freguesia de São João dos Caldeireiros, a quem devo quilómetros de estrada e horas de conversa acerca do vasto território de Mértola.

À Biblioteca do Servicio Nacional de Geología y Minería do Chile (Sernageomin), que aceitou o envio de bibliografia que, de outro modo, só poderia ser consultada presencialmente.

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia, pela bolsa atribuída, permitindo elevar o nível de ambição do projeto de investigação.

À Inês e ao Filipe, que revelaram desde o primeiro momento total compreensão, gerindo de forma paciente, solidária e amiga a minha ausência do atelier. E, ainda, à Ana, ao Rafael, ao Paulo e ao Diogo por me auxiliarem na finalização de material gráfico e na formatação da presente dissertação.

Aos meus pais, pelo incentivo e apoio incondicional.

Por último, ao Filipe, cúmplice de todas as horas e em todas as circunstâncias, que retribuiu com tolerância e companheirismo tudo o que me privei de lhe proporcionar em muitas fases deste trajeto.

Resumo PT

Uso das águas no desenho rural contemporâneo

A presente dissertação parte das dinâmicas populares de uso e apropriação informal das águas minerais com fins terapêuticos para promover, no âmbito disciplinar da arquitetura, a reflexão crítica e instrumental acerca dos territórios rurais remotos e de baixa densidade. A prática dos banhos por parte das comunidades, de que resultaram o estabelecimento de lugares de terapia pela água, é aqui observada como objeto capaz de potenciar a transformação dos lugares.

Considerou-se como território de estudo a região do Baixo Alentejo interior, em particular a região de Mértola, em que a expressiva incidência de ocorrências hidrominerais se revela como um fator de singularidade e especificidade territorial. O reconhecimento dessa singularidade foi explorado nesta dissertação através de um ensaio projetual concebido para um fragmento do território de estudo que incide sobretudo no lugar de uma nascente, atualmente desativada, denominado Água Santa do Pego Verde.

A dissertação está organizada em quatro partes: a primeira parte, que estabelece o *corpus conceptual*, considera as variáveis da investigação, enquadrando multidisciplinarymente o tema; a segunda, que expõe o *corpus experiencial / fenomenológico* da investigação, integra a vertente vivencial para procurar descrever, analisar e compreender, a partir da experiência *in situ*, um conjunto de lugares do banho em diversas geografias – Mértola, Açores, Japão e Chile; a terceira, correspondente ao *corpus prático*, intende, a partir dos meios operativos da disciplina da arquitetura, sustentar um conjunto de insinuações projetuais, que procura ensaiar novas perspetivas de valorização dos lugares; e finalmente, a quarta parte, definida como *corpus auxiliar*, reúne e expõe todas as iniciativas complementares à investigação, incorporando a explanação e os métodos de pesquisa adotados durante o período de pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: território, rural, águas minerais, banhos populares, ensaio projetual, Mértola.

Abstract EN

The use of water in contemporary rural design

The following dissertation is based on the traditional dynamics of usage and informal appropriation of mineral waters with therapeutic purposes to promote, in the architecture's disciplinary scope, a both critical and instrumental reflection about the rural, remote, and low density territories.

The targeted areas of study were delimited to the interior of Baixo Alentejo region, in particular the region of Mértola, in which the expressive incidence of hydro-mineral occurrences reveals itself as a singularity factor and territorial specificity. The recognition of that singularity was explored in this dissertation through a projectual essay conceived for a fragment of the studied territory which focuses mainly on a natural spring and its adjacent surroundings, currently deactivated, named Água Santa do Pego Verde.

The dissertation is structured in four parts: the first part, that establishes the conceptual corpus, considers the research variables, setting the theme in its multiple disciplines; the second one, that exposes the experiential / phenomenological corpus of the investigation, integrating the experiential aspect, seeking to describe, analyze and comprehend from the in situ experience a group of selected bath places from diverse geographies – Mértola, Azores, Japan and Chile; the third part, corresponding to the practical corpus, intends, from the operative means of the architecture discipline, to sustain a set of designable suggestions that seeks to rehearse new perspectives of how to increase value to places; and, finally, the fourth part, defined as the auxiliary corpus, that gathers and exposes all the complementary initiatives to the investigation, incorporating the explanation and research methods adopted during the research period.

KEY-WORDS: territory, rural, mineral waters, traditional baths, project essay, Mértola.

ÍNDICE

ix	Agradecimentos
x	Resumo PT
xi	Abstract EN

INTRODUÇÃO

008	O polinómio conceptual da investigação
012	O contexto da descoberta e invenção da oportunidade
026	Por uma ideia de resultado: metodologia, estrutura e organização das fases de trabalho

1. AS VARIÁVEIS DA INVESTIGAÇÃO: ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E MULTIDISCIPLINAR

I. O rural: abandono ou ação

042	O desafio que o rural propõe
058	Sobre o desenho das suas possibilidades: lugares de vagueza ou evento
070	O benefício do confronto entre duas visões

II. O território de estudo

080	Caracterização sumária em doze diagramas/cartogramas
124	Da prosperidade ao declínio: breve genealogia da mutação
134	O rio Guadiana e seus afluentes: uma proposta de leitura a partir da água
148	Síntese descritiva e gráfica

002

III. O específico e distintivo

158	Da terra profunda à vida na superfície: a influência dos recursos geológicos na vida das comunidades
164	Enquadramento dos recursos hidrominerais: das definições à identificação dos casos na região de Beja
179	O caso particular das nascentes sobre a faixa piritosa
185	Por um novo reconhecimento das nascentes: de pontos a uma constelação
192	Fichas de nascentes

IV. A água e as suas práticas sociais

212	A ancestralidade que a matéria convoca: da dimensão sagrada à institucionalização da prática termal.
221	A tradição do uso de águas minerais em Portugal
232	Banhos populares <i>versus</i> termalismo convencional: diferenças, coexistências e influências mútuas
242	Revisitação da prática termal à luz de novas conceções de saúde

V. O ritual do banho, seus atores e dispositivos de acomodação

248	Água Santa da Herdade de Sta. Maria: para uma etnografia
272	Ritual, Performance e Dispositivo
274	A dimensão ritual dos banhos populares
280	Lugar de identidade e de inventividade: os banhos populares, palco de ação e de representação

2. CASOS DE ESTUDO

VI. Estudo comparado dos banhos em diversas geografias

- 297 Os banhos em São Miguel: Parque Terra Nostra; Poça da D. Beija; Caldeira Velha; Termas da Ferraria
- 311 Os *onsen* no Japão: Takaragawa, Shinhotaka no yu; Kojin no yu; Hirayu no yu
- 332 Os banhos no Chile: Termas Geométricas; Termas de Puritama; Termas Valle de Colina

VII. Contributos para uma sistematização analítica

- 354 Fichas de sítio
- 378 Matriz comparativa: localização e morfologia e modelos de organização e distribuição
- 380 Quadro síntese
- 382 Por um denominador comum de leitura: singularidades e convergências

3. ENSAIO PRÁTICO

VIII. Atlas de imagens: insinuações na paisagem

- 392 Breve introdução às imagens
- 395 Atlas de imagens

003

IX. Aproximação ao fundamento propositivo da investigação

- 458 A ribeira de Oeiras como espinha dorsal do ensaio prático: entre a Água Santa da Herdade de Sta. Maria e a Água Santa do Pego Verde
- 459 Incursões por meio do desenho: dossier de trabalho

Ribeira de Oeiras

Regime de escoamento: entre a Água Santa do Pego Verde e a Água Santa da Herdade de Sta. Maria

Estudo do perfil da ribeira

Ecossistema ribeirinho

Escalas e distâncias

Percurso: revelar um caminho a partir do andar

Água Santa do Pego Verde: princípios de uma proposta

4. INTERSEÇÕES: ARQUITETURA, ETNOGRAFIA E PRÁTICAS DE INVESTIGADOR

X. O arquiteto como etnógrafo

- 568 A experiência etnográfica como meio de pesquisa em arquitetura
572 Enquadramento do trabalho de campo
574 Compilação de entrevistas
623 Lista de material filmado e fotografado

XI. O arquiteto como documentarista

- 632 O documentário como ferramenta e produto do ato de investigar
635 Documentário 1: O Ritual do banho: Água Santa da Herdade [2014]
636 Documentário 2: Paisagem e dispositivo de acomodação: uma visão a duas escalas [2019]

XII. Comunicações produzidas no decurso da investigação

- 640 Enquadramento geral
644 Síntese das comunicações
655 Compilação dos textos apresentados:

O redesenho da paisagem rural através da criação de uma rede de lugares de banho (Concelho de Mértola, região do Baixo Alentejo, Portugal).

Design as a key for understanding, a pretext for action, a synthesis of knowledge.

Da terra profunda à vida na superfície: o contributo das águas mineromedicinais no processo de ressurgimento do território rural na região de Mértola.

Ritual, Dispositivo e Performance: o contributo das noções na ampliação do campo disciplinar da Arquitetura.

Estância Termal, Balneário e Banhos Populares: Escalas e Variantes Formais e Culturais do Património Termal Português.

004

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 732 Construir a evidência
735 O ensaio prático como exercício de identificação e de insinuação projetual

BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO

O polinómio conceptual da investigação

O tema: o contexto da descoberta e invenção da oportunidade

Por uma ideia de resultado: metodologia, estrutura e organização das fases de trabalho

O polinómio conceptual da investigação

O título da dissertação: *O uso das águas no desenho rural contemporâneo*, procura apontar o polinómio conceptual em que se desloca a investigação, nele se refletindo tanto as principais variáveis em estudo, como a temática de fundo que orienta a pesquisa e consequentemente o seu desenvolvimento.

E porque a explicação do título esclarece paralelamente também o nosso objetivo, optámos por, num primeiro momento, decifrá-lo a partir das expressões que o compõem – espécie de prelúdio da narrativa que se segue.

O título proposto alude a quatro aspetos que se encontram inscritos no âmbito de uma reflexão que aborda genericamente o território¹ – construção física e social por excelência e objeto natural do exercício disciplinar da arquitetura. Sujeito a amplos processos de transformação, do território emergem os desafios que o constituem, tanto do lado da análise e leitura dessas mutações, como do lado da sua descrição e interpretação, erguendo-se assim num duplo estímulo, retrospectivo e prospetivo, da sua compreensão e da sua invenção², ou seja, da sua readequação e redescoberta. Tal perspetiva pressupõe, então, o difícil exercício de contextualização e reconstituição do seu passado, a avaliação de um presente moldado por múltiplas complexidades e, por conseguinte, a exigente tarefa de lhe imaginar futuro.

008

As quatro variáveis selecionadas para promover este exercício apresentam-se sob a seguinte sistematização:

A(s) *água(s)* e o seu uso remetem para o objeto de estudo que incide sobre os banhos populares³ praticados em lugares de ocorrências minerais (nascentes) em vista de reportados benefícios terapêuticos;

¹ O termo território será recorrentemente mencionado ao longo das diferentes partes e capítulos que compõem a presente dissertação. Atendendo à subjetividade que pende sobre a sua definição e, consequentemente, à polissemia que observa a sua conceptualização na contemporaneidade, referem-se nas páginas 19 e 20 algumas definições que permitem contextualizar o uso do termo no contexto desta investigação.

² Parte-se do pressuposto prévio de que “compreender o território implica conhecê-lo, mas sobretudo inventá-lo” (Domingues & Travasso, 2015, p.26), ou seja ele é por si só um “ato criativo” (Domingues & Travasso, 2015, p. 21), pelo que a análise, decomposição e sistematização que levam à revelação das especificidades e atributos de um determinado território, são já parte do ato de o imaginar, logo de o ficcionar.

³ Os *banhos populares* remetem para a prática de uso e apropriação espontânea de fontes e nascentes para fins terapêuticos, podendo ser igualmente designada por termalismo popular ou crenoterapia clandestina, termos adotados em muitos textos de antropologia.

Opta-se todavia pela primeira terminologia, uma vez que termalismo, segundo a definição proposta pela legislação que regula a atividade termal em Portugal (decreto-lei n.º 142/2004), refere-se ao conjunto de atividades terapêuticas (que têm como agente terapêutico a água com propriedades físico-químicas distintas das águas comuns) desenvolvidas no espaço de um estabelecimento balneario e reguladas medicamente, aspeto que não se verifica na forma de atividade aqui estudada.

O *rural* circunscreve o contexto físico e humano que caracteriza o território de pesquisa, delimitando tanto do ponto de vista conceptual, como do ponto de vista analítico e geográfico, o campo de investigação;

O *desenho* expressa, por seu turno, a intenção de fazer prevalecer e equivaler paralelamente à componente teórica, também a dimensão prática e operativa através do ensaio de projeto, aqui considerado como parte essencial do processo de fundamentação crítica e exploratória da investigação⁴;

Finalmente, o *contemporâneo*⁵ sugere o imperativo da reflexão que ambiciona ser inventiva e prospectiva em relação à hipótese de “imaginar futuro” para a região de estudo, o sudeste do Alentejo, em particular, as ribeiras afluentes do Guadiana na região de Mértola, procurando paralelamente novas chaves de leitura e interpretação que possam, porventura, vir a servir outros contextos de análise.

Partindo da consciência atual, que não pode obviar as causas e as consequências, não apenas da urbanização crescente, mas também da crise ambiental, o nosso estudo assume o incómodo e simultâneo interesse que suscitam os territórios rurais, encontrando neles, através das práticas rituais dos banhos populares para fins terapêuticos, novas vias de reequação, revisitação e valorização dos lugares e sítios de um território abandonado e empobrecido.

009

A *água* adquire no contexto da presente dissertação a relevância de uma figura – dinâmico objeto de investigação – que se inscreve num *fundo* – os territórios rurais na contemporaneidade – e que se mostra dotado de uma *potencialidade em expectativa* que orienta a legibilidade e o reconhecimento das qualidades específicas e singulares do território que escolhemos – ou nos escolheu. A água deixa de surgir como pretexto, para se tornar meio e instrumento, tanto do exercício discursivo e crítico associado ao aprofundamento multidisciplinar, como do exercício propositivo veiculado ao desenho e ao projeto.

Atendendo, pois, à sua relevância e centralidade, a água, figura multimoda, logo experienciada sob diversos pontos de vista, será considerada tanto à luz da sua função ecológica e sistémica, como da sua função social e cultural,

⁴ Veicula-se assim à priori a perspetiva de que a produção do conhecimento no âmbito desta tese, deverá ser resolvida tanto na frente teórica – através da conceptualização e multidisciplinaridade que o tema exige, como na universalidade do desenho – ferramenta essencial para analisar, decompor, compreender, conhecer e imaginar por excelência em arquitetura.

⁵ O termo *contemporâneo* é aqui adotado a partir da reflexão de Agamben, que propõe o seguinte enquadramento: “A contemporaneidade, portanto, é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; (...). Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspetos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela” (2009, p. 59). Tal perspetiva pressupõe assim uma visão crítica em relação ao presente e, consequentemente, a exigência de tomar posição em relação ao nosso tempo.

em rigor, subjetiva e simbólica, como, por fim, matéria capaz de potenciar a transformação do lugar.

A primeira função – ecológica e sistémica – mostra-se na compreensão da estrutura⁶ que caracteriza o território (e que é marcado e moldado por ela) e nos processos que determinam os fenómenos de ascensão e surgimento espontâneo de água à superfície.

A segunda, a função social e cultural está implicada no reconhecimento e problematização do universo de interações sociais, rotinas e sentimentos de pertença que a comunidade estabelece e desenvolve a partir da água; essa função cumpre-se numa dimensão simbólica, na experiência subjetiva das virtudes das águas e dos seus efeitos reparadores no corpo e no espírito, que impellem a um permanente fascínio e devoção.

A partir da difusa percepção que se observa hoje sobre o conjunto de nascentes com propriedades terapêuticas existentes no território em estudo, procuraremos promover uma leitura de conjunto, descodificando e identificando os potenciais elos de ligação que as percorrem e relacionam, imaginando paralelamente outros potenciais vínculos dessa espécie de constelação que se procura pôr em evidência. Estamos, em suma e em qualquer dos casos, a falar da criação de uma narrativa que confira o sentido, o significado e o reconhecimento necessário ao que presentemente se nos afigura casual, fragmentado e episódico e, deste modo, frágil e em vias da sua completa indistinção.

010

Tais apropriações informais de nascentes por parte da comunidade, de que resultou o estabelecimento de diversos lugares de prática dos banhos com propósitos terapêuticos, são aqui exploradas e investigadas, inseridas numa reinterpretação do que, tendo sido tomado como rural remoto, de baixa densidade e em declínio⁷, se revela agora atravessado por pontos animados de uma intensa vida, em que convergem pessoas oriundas de um mais vasto território, periodicamente reformulando as práticas antigas e inventando novos usos.

Se tal reinterpretação nos foi progressivamente alertando para a necessidade de novas leituras e visões dos territórios, a assunção da água como fator ecológico e cultural, objetivo e subjetivo, conduziu-nos ao reconhecimento do potencial transformador das águas. Nessa matéria fluída, fomos assim,

⁶ Para o arquiteto João Luís Carrilho da Graça “o território possui uma estrutura própria que constitui o sistema inicial de suporte da vida do homem neste planeta”. (AA.VV, 2015, p.7). Esta estrutura própria compreende as características físicas e morfológicas que fixam a fisionomia do território sobre a qual se desenvolve a vida dos homens e a sua história.

⁷ As expressões aqui adotadas remetam para as categorias propostas e exploradas por alguns cientistas sociais de modo a distinguir os diferentes rurais, matéria sumariamente abordada no Capítulo I – *O rural: abandono ou ação* da presente tese.

sustentando paralelamente o ensaio interpretativo e um conjunto de insinuações projetuais, numa ambição de “consolidar ou reinventar afinal ‘lugares praticados’” (Costa, 2013, p. 15), ou seja, reforçar o que é mais permanente e característico do território.

O contexto da descoberta e invenção da oportunidade

Mas porque elegemos para a presente dissertação em *arquitetura*, os banhos populares, atividade humana tão singular e excecional, com tão escassa repercussão e visibilidade, como pretexto para a reflexão crítica e instrumental dos territórios rurais particularmente remotos e abandonados?

E porque razão o *território de estudo* selecionado foi o Baixo Alentejo interior e mais concretamente a região de Mértola?

Em primeiro lugar, tal decorre de um entendimento crítico da arquitetura, pois o que lhe é próprio, o projetar e construir, pressupõe um *agir sobre*, uma *manobra acertada em*, uma *transformação da* realidade física, social e cultural,⁸ que convoca um permanente exercício de análise, leitura e interpretação sobre toda e qualquer estrutura de suporte da vida humana.

Todavia, a compreensão das diversas manifestações e ações do homem sobre o meio requerem a incorporação no seu exercício crítico de conhecimentos de áreas disciplinares extrínsecas à arquitetura, mas em permanente relação com ela. São esses conhecimentos que apoiam o arquiteto no permanente exercício de decifração de um determinado contexto, território, lugar ou espaço: as disciplinas humanistas como a literatura, a partir da qual apreendemos poeticamente a realidade, ou da história, a partir da qual rastreamos o passado para compreender o presente, as ciências sociais, que proporcionam o aprofundamento das questões antropológicas, históricas e sociológicas que influenciam as práticas no espaço, e as ciências naturais que fornecem o suporte explicativo da dimensão biofísica, morfológica e ecológica dos territórios.

Este cruzamento disciplinar é, por sua vez, tanto mais óbvio e incontestável, quanto mais se verifica a crescente e cada vez mais complexa e híbrida natureza dos temas investigados em arquitetura. Articular informação dispersa e diversa de vários âmbitos disciplinares e identificar e extrair os contributos

012

⁸ Em complemento transcrevemos um fragmento do discurso proferido por Alexandre Alves Costa por altura da cerimónia de tomada de posse dos Órgãos nacionais e Regionais da Ordem dos Arquitetos, triénio 2017-2019, a propósito da arquitetura e do seu exercício: “Uma atividade que visa, na sua mais nobre essência, o desenho e a produção dos espaços que tendem a qualificar as mais diversas vivências sociais, desde o ordenamento do território, à cidade (...). Quando tentamos transformar, como sempre tentamos, transformar o útil em belo, o nosso exercício é um ato de cidadania, porque estando ao serviço de toda a comunidade, tem a dignidade maior de ser o Homem o seu objeto último, na sua luta incessante pela liberdade e pela felicidade” (Costa, 2017).

que nos permitam adensar a problemática da investigação é então um dos desafios adicionais que se impõem.⁹

Ora, se essa confluência disciplinar legitimaria, em princípio, que a arquitetura tomasse para si o estudo dos banhos populares das Águas Santas, a sua pertinência melhor se revela quando se percebe o significado e valor dessas atividades num determinado território, empobrecido, desertificado, sobre o qual paira a incerteza e indefinição sobre o seu futuro. Complementarmente importa ainda compreender a situação em que se encontra uma parte significativa do território português, no que respeita ao modo como os seus habitantes confrontam a desvalorização a que o território e eles mesmos têm sido votados.

As áreas rurais no interior de Portugal ficaram genericamente afastadas dos processos que orientaram as políticas de desenvolvimento desde a década de quarenta do século passado, quando um ímpeto pronunciado de industrialização do país provocou o enfraquecimento das atividades ligadas ao setor primário. A desvalorização da agricultura desencadeou a marginalização de extensas áreas do território, e com ela a crescente fragilidade e debilidade das suas dimensões económica e social. Este processo de marginalização acentuou-se após a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1986, com a aplicação da denominada Política Agrícola Comum (PAC), estratégia que conduziu ao desinvestimento e ao desincentivo da atividade agrícola em Portugal. Assim, se nos anos 60, a agricultura, a silvicultura e as pescas representavam ainda 22% do peso relativo do setor primário na constituição do produto interno bruto (PIB), em 1970 essa percentagem diminuía para 13%, atingindo em 2001 o quase inexpressivo significado de 3% (Cordovil et al., 2004).

013

Deste modo, estes e outros fatores que abordaremos no decorrer da dissertação com maior detalhe, terão estado na origem do desequilíbrio demográfico que atualmente se verifica no território português continental, evidenciando em traços largos uma contínua tendência para a litoralização, acompanhada de uma deslocação do centro populacional em direção a Sul (INE, 2004, 2017).

Com efeito, tal tendência é corroborada pela factualidade e o assombro dos números: cerca de 60% da população residente no continente vive atualmente no litoral (a pelo menos 25 km da costa); 45% dessa população está concen-

⁹ Atendendo à vastidão e complexidade dos assuntos que dominam a discussão sobre os territórios, particularmente desafiante quando a reflexão se centra na instabilidade, incerteza e indefinição que pende particularmente sobre o futuro dos territórios rurais, a exigência em selecionar um ponto de vista a partir do qual se procura desenvolver uma perspetiva útil acerca dos mesmos, é fundamental para guiar a narrativa que se escolhe destacar, ela própria meio mas também produto do próprio ato de investigar.

trada nas áreas metropolitanas de Porto e Lisboa; entre 1960 e 2016 a população aumentou 52% no litoral enquanto que no interior diminuiu 37%; e por fim, a densidade média em áreas do interior é aproximadamente 372 vezes mais pequena que no litoral (Guedes, 2018).

Paralelamente, o efeito desta deslocação demográfica, com reflexos nas atividades produtivas, fez-se igualmente notar na fisionomia dos territórios.

Numa época em que os modos de vida tradicionais e as atividades agrícolas detinham uma importância efetiva nos processos de construção do território, as formas que as paisagens assumiam eram facilmente reconhecíveis. As cidades eram nessa altura pontos ou nódulos de limites relativamente estáveis e o campo, por seu turno, espalhava-se por extensas áreas de superfícies agricultadas (Madureira, 2012).

Hoje, por força das redes e infraestruturas de comunicação, da globalização da economia, do consumo, da tecnologia e da cultura, nem o urbano nem o rural se revêem mais nas definições clássicas e canónicas associadas à discussão destes temas, nem tão pouco as paisagens que atualmente lhe correspondem são tão demarcadas, distintas e distinguíveis como no passado.

Os territórios rurais ora absorvem traços de urbanidade e marcas de uma profunda hibridiz funcional e física, da qual resulta o lamento frequente das paisagens estragadas e dos feísmos que vão contaminando o impoluto campo¹⁰ de outrora, ora são transformadas em extensas plantações de monoculturas, ora se esvaziam por completo das características que o definiam, em resultado do abandono das atividades e das suas comunidades. Em sequência deste processo, surge assim a dor da incompreensão pelas paisagens perdidas e o desejo de resgatar os valores de uma autenticidade e identidade desaparecidas.

014

Esta profunda mutação das paisagens rurais, em virtude das transformações impostas pela completa alteração dos paradigmas produtivos e sistemas de organização que o regiam e consolidavam, veio assim expô-las em definitivo a um campo amplo de contradições, antagonismos e incertezas que importa interpretar, apreender e de algum modo resolver.

É então precisamente deste confronto, entre forças e tensões diversas que enfrentam os territórios rurais, que emerge a necessidade de entender a sua estrutura primária/de suporte, a sua construção histórica e a novidade das transformações sociais, demográficas e económicas que neles vêm ocorrendo.

¹⁰ Ideia desenvolvida nos estudos e obras do geógrafo Álvaro Domingues (2001, 2009, 2011a, 2011b, 2017).

E é igualmente essa tensão e densidade de questões e incertezas que sustentam a intenção e a pertinência desta investigação, em torno dos territórios rurais, uma vez que deste exercício reflexivo e aprofundado depende a possibilidade de a arquitetura propor novos modos de os ver e dar a ver, ou seja, a par deste momento de profunda transformação, ocorre hodiernamente uma modificação na consciência comum também do seu significado e valor.

Nas palavras do geógrafo João Ferrão, o atual momento em que vivemos, tende a pressupor “uma cultura cívica favorável ao mundo rural” (Ferrão, 2000, p. 53), suportada em grande parte pela proliferação de discursos e estudos que reconhecem a necessidade de pensar os desequilíbrios que se verificam atualmente entre as áreas urbanas e as áreas rurais mas também pela crescente importância dos valores ambientais e patrimoniais.

As assimetrias verificadas entre as zonas costeiras e as zonas interiores¹¹, o confronto entre fortes concentrações demográficas nas áreas metropolitanas e regiões em galopante despovoamento e, finalmente, a dinâmica económica associada às grandes cidades contra a debilidade estrutural e concomitante dos lugares que se excluem do perímetro dessa influência, são só parte de um enunciado bem mais amplo e complexo, que agrega sob o espantoso da marginalidade, extensas áreas do território anteriormente dominadas pelo mundo rural e, atualmente, “menos desenvolvido e demograficamente repulsivo” (Ferrão, 2002, p. 154) e ainda considerado “como um obstáculo ao progresso que convém ultrapassar”. (Telles, 2013, p. 480).

015

Face à evidência das observações, este tema tem vindo a exceder a esfera do interesse estritamente académico para mobilizar o poder político e a sociedade civil que, sensível a manifestações de grande impacto e fácil percepção, como são os incêndios, a desflorestação, as inundações, mas também ao desmantelamento de serviços públicos – de saúde, de educação, de justiça, ... – que têm tornado as populações desses territórios ainda mais subsidiárias dos grandes centros urbanos, está mais atenta e consciente dos seus desafios. Sobretudo com a ação dos media ganhou crescente visibilidade¹² a importância dessas regiões e a situação das suas populações, bem como a urgência do debate e de decisões que suspendam ou contrariem o abandono de extensas áreas do território.

¹¹ Sobre as noções de interior e interioridade, ver entre outros, João Ferrão (1998, 2000, 2002).

¹² A este processo de consciencialização não é por certo alheio o papel dos media, promotores em grande parte do movimento de alerta e visibilidade sobre o tema. De acordo com João Ferrão “todos os estudos de *agenda-setting* mostram que o papel *dos órgãos de comunicação social* e dos *movimentos de opinião pública* é decisivo para que determinados assuntos ganhem não só visibilidade, mas também notoriedade, reconhecimento social e credibilidade” (Ferrão, 2000, pp. 52-53).

Paralela e complementarmente, observa-se nas populações urbanas¹³ a crescente valorização destes territórios, como “lugares antidoto” da cultura citadina e mediática, do ambiente congestionado da cidade e dos seus subúrbios, assimilando-os progressivamente como reservas de bem-estar e reduto de conciliação entre a vivência humana e a natureza.

O tempo presente é assim propício à discussão e ao debate sobre o mundo rural, duplamente reforçado tanto na frente do conhecimento científico e académico, como no âmbito do reconhecimento social acerca dos seus múltiplos desígnios, que aqui sumariamente sintetizamos a partir da seguinte transcrição:

As paisagens e territórios rurais encontram-se assim num jogo de expectativas e contradições onde se cruzam desígnios de proteção dos recursos biológicos e da biodiversidade, a preservação do solo e da água, o gozo dos prazeres do campo, a canibalização turística, a proteção das paisagens e das culturas, a patrimonialização, a mitologia do regresso à terra (...) e o que mais vier (Domingues, 2011 p. 153).

É precisamente no enalço destas constatações que a região do Alentejo e, em particular, o Baixo Alentejo interior, surge como um território excepcional de pesquisa¹⁴. Nela se concentram, de modo quase extremo o essencial dos aspetos que mencionámos: vasto território, lugar de esforço e sobrevivência, (pela magreza de grande parte dos seus solos e pela severidade do seu clima), ao mesmo tempo, lugar de produção intensa, espaço desertificado e ainda reduto de uma qualidade de vida que se procura recuperar. O Alentejo é, antes de mais, ele mesmo um amplo território de contradições, como assim o caracteriza, a título de exemplo, Miguel Torga:

Terra da nossa promessa, da exígua promessa de sete sementes, o Alentejo é na verdade o máximo e o mínimo a que podemos aspirar: o descampado dum sonho infinito e a realidade de um solo exausto (Torga, 2010, p. 85).

Essa paisagem desafiante e contraditória suscita, por seu turno, nos seus habitantes um modo “intangível” de o habitar, de verticalidade e solidude:

¹³ Em virtude do contexto pandémico “COVID-19” (desde março de 2020), tem vindo a registar-se um assinalável movimento de deslocações de famílias das cidades para o campo. Numa entrevista ao expresso (25-05-2020) Frederico Lucas, membro da Organização Novos Povoadores, comenta que antes da pandemia, a organização recebia cerca de 130 novas inscrições por ano, enquanto que até outubro de 2020 já ultrapassou as 500 inscrições, prevendo vir a ser ultrapassada a marca das 700 novas famílias até ao final do ano. Caso estes números se confirmem, esta vaga de novos moradores em territórios rurais e do interior corresponderá; face aos anos anteriores, a um incremento na ordem dos 500%.

¹⁴ Para esta prévia seleção terá igualmente contribuído o desafio lançado pelo programa de doutoramento em que se inscreve a presente investigação e cuja temática abordou sob o título “Interior – Novos Territórios”, a procura de um “espaço privilegiado de discussão, com contributos de várias áreas disciplinares – sociologia, geografia, ordenamento do território, paisagismo, urbanismo, agronomia, política territorial, empreendedorismo – sobre os lugares de desertificação do nosso território e o desenho do seu possível destino”, in *Apresentação do curso*, janeiro de 2012.

E talvez nada haja de mais expressivo do que esse limite nítido entre a intimidade do homem e a integridade do ambiente. Assegura-se dessa maneira a conservação duma dignidade que o bípede não deve alienar, nem a paisagem perder. Se há marca que enobreça o semelhante, é essa intangibilidade que o alentejano conserva e que deve em grande parte ao enquadramento. O meio defendeu-o duma promiscuidade que o atingiria no cerne. Manteve-o vertical e sozinho, para que pudesse ver com nitidez o tamanho da sua sombra no chão (Torga, 2010, p. 87).

Miguel Torga evidencia, assim, a ambivalência do território em questão – um lugar em permanente esforço onde se perscruta a oportunidade de se fazer concretizar contínua e renovadamente, ou seja, persistir e resistir permanentemente.

Também Eugénio de Andrade explora o duplo sentido na sua leitura e interpretação do Alentejo; a dureza da paisagem, moldada pela escassez de recursos, refletida na fisionomia do território e na resiliência das suas comunidades:

Povertà é, talvez, a palavra ajustada a esta estética, alheia ao excesso, ao desmedido, ao espectacular. Ao luxo prefere-se a pobreza: à anarquia o rigor; à paixão, um concentrado amor. O Alentejo é inimigo do barroco em nome da claridade. Muito cerrado (quase apetecia escrever: encarcerado), sem dúvida; mas dos seus limites tira o alentejano a força. O seu olhar, na impossibilidade de ir mais longe, irá cada vez mais fundo, e o que lhe sai das mãos é fruto de uma paisagem enxuta, quase hirta, de uma magreza reduzida ao osso. Uma paisagem essencial, de que pode orgulhar-se um homem, quando lhe reflecte o rosto ou a alma (Andrade, 2005, p. 64).

017

Na esteira desta ambivalência, correspondendo ao incitamento de Clément – “é necessário que exista um certo abandono para que surja um estado de alta probabilidade” (Clément, 2012, p. 16) – em que das fragilidades emergem também os potenciais vetores de força, resistência e identidade da região, escolhemos, para explorar o seu potencial de revelação e ressurgimento, o Baixo Alentejo interior, como mencionámos anteriormente e, nele ainda, a região de Mértola, um vasto espaço fronteiriço, abandonado e desertificado, que se tomou para nós como o corpo material e imaterial dessa oportunidade de revisitação e reinvenção.

Decerto, nesta resposta à descoberta de potencialidade transformadora, houve também a ambição de refletir acerca do posicionamento do arquiteto enquanto sujeito social, responsável por servir os sítios e as pessoas¹⁵.

¹⁵ Sobre o compromisso e responsabilidade social do arquiteto, transcrevemos excerto de um texto de Manuel Graça Dias: “Ser-se arquiteto tem sido, muito por autojustificação da própria proliferação das Escolas, uma militância inebriante; só deslocada, agora, por absoluta falta de objecto na pequenez do rectângulo e da sua economia. Talvez tudo ficasse um pouco melhor se a ambição fosse maior; se a vontade de elogio honrasse com parcimónia o serviço dos sítios, das pessoas (...). (...) Precisamos de uma mais profunda formação humanística; qualquer coisa que nos oriente, abra perspectivas diferentes, situe, no mundo atual. Mas também que nos dê objectivo, justificação às escolhas de projeto, que as retire da zona de arbitrariedade do não importa o quê em que se vêm por aí a boiar muitas propostas, muitas decisões apressadas” (Dias, 2012, p. 3).

Reconhecendo de antemão que a arquitetura é “uma forma de conhecimento útil nas mais variadas circunstâncias, [levada a cabo] por mentes treinadas na transformação do mundo físico” (Tavares, 2013, p. 85), compreender o alcance social das transformações é tarefa que vive em estreita afinidade com o próprio exercício da arquitetura, logo em constante diálogo com outras disciplinas que lhe fornecem o suporte da sua crítica e ação. Para além de uma atitude que apenas recolhesse informação dessas disciplinas, dever-se-ia então assumir e desenvolver uma metodologia de trabalho que integrasse meios de pesquisa próprios dessas disciplinas.

Como modo de pensar transdisciplinar, disponível para integrar aspetos de outros saberes disciplinares, a arquitetura teria assim de aceitar o desafio de ser capaz de produzir um conhecimento próprio, gerado por um olhar específico, interpretativo e de génese transformadora, ao mesmo tempo decorrente da sua tradição disciplinar e suscitado pela natureza do próprio objeto de estudo e investigação.

Mas que potencialidade se esconde no vasto território em que escolhemos intervir? Que há de permanente, singular e distintivo, ao mesmo tempo vertical e horizontal, que surge como potencial de transformação no Baixo Alentejo interior?

Interrogando-nos, fomos levados a reconhecer, com alguma surpresa, que o que distingue esta região são, não apenas o Guadiana e os seus afluentes – as linhas de água que sulcam e desenharam o vasto território, o que possibilitou a exploração milenar dos minérios e o seu comércio – mas a riqueza hidrogeológica que se manifesta nas inúmeras nascentes de onde brota água que se manteve subterrânea por milhares de anos.

Nesta franja interior do sul do Alentejo, a água, nos seus diversos modos, tornou-se um eixo de organização do território, tendo condicionado decisivamente a história da região. Sua natureza fluída e transitória, associou-se assim à morfologia do território que ela própria ajudou a construir, para se revelar como centro gravítico das mais diversas atividades humanas – económicas, sociais e culturais – em torno dela, não apenas a água superficial dos rios e ribeiras, mas também a água subterrânea, se foram estabelecendo as mais diversas formas de uso e apropriação por parte das comunidades.

De modo algo inesperado, o elemento água – eixo de suporte da vida e uma das maiores forças de permanência de qualquer território –, revelou-se assim com essa potencialidade que procurávamos, fundamento material e imaterial dessa oportunidade de revisitação e reinvenção deste território, considerando

pois o vasto programa e sistema de relações, vínculos e compromissos que ela sustenta.

Assim alertados, encetámos uma leitura preliminar de textos e estudos provenientes de outros campos disciplinares – da antropologia e da etnografia, da geologia e da hidrogeologia – o que nos permitiu progressivamente ir confirmando a seleção do tema e, ao mesmo tempo, precisando o objeto de estudo.

Decisiva foi a nossa exploração dos estudos de antropologia, primeiro através dos textos que integram a revista *Etnográfica* do Centro de Estudos de Antropologia Social (CEAS), dedicados aos usos sociais da água, reunindo um corpo diverso de reflexões em torno do tema e suas variadas formas de abordagem e problematização (CEAS, 2003).

Em seguida, revelou-se fundamental o trabalho de pesquisa e inventariação das nascentes portuguesas com reportados usos terapêuticos, identificadas por distrito e categorias de uso, reunido no inventário, *O Novo Aquilégio*¹⁶ (Bastos, Quintela & Matos, 2002), através do qual foi possível aceder a registo de imagens, localizações, notas de campo e excertos informativos de cada uma das nascentes inventariadas.

A leitura atenta dos resultados dos projetos de investigação – “A água como agente terapêutico: etnografia comparada das termas em Portugal e no Brasil” (Bastos, 2002) e “Das termas aos “spas”: reconfigurações de uma prática terapêutica” (Bastos, 2006) – desenvolvidos por uma ampla equipa de investigadores e antropólogos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS) e do Centro de Estudos de Antropologia Social (CEAS), conduziu-nos à leitura de outros trabalhos científicos na área da antropologia da saúde, de que salientamos os realizados por Cristiana Bastos e Maria Manuel Quintela e o extenso trabalho de campo do historiador António Perestrelo de Matos¹⁷.

019

No âmbito da geologia e hidrogeologia, foram fundamentais um conjunto de obras que são a referência histórica sobre as águas minerais em Portugal; desde logo, o primeiro documento que inventaria as nascentes existentes em Portugal – *O aquilégio medicinal* (Henriques, 1726) e os posteriores contributos de Francisco Tavares e Alfredo Luiz, Luís Acciauli, Amaro de Almeida e João de Almeida na revisão, atualização e desenvolvimento do conhecimento e da prospeção hidrológica em Portugal¹⁸. Importou igualmente uma obra mais

¹⁶ In: <http://www.aguas.ics.ul.pt>

¹⁷ (Bastos, 2006, 2011a, 2011b); (Quintela, 1999, 2003, 2004, 2009, 2011, 2014) e (Matos, 2004).

¹⁸ (Tavares, 2003); (Acciauli, 1940a, 1940b, 1941, 1944, 1949, 1950, 1952, 1955, 1957); (Almeida, 1956, 1962, 1964, 1966) e (Almeida & Almeida, 1966).

recente, “Estudo dos Recursos Hídricos subterrâneos do Alentejo” (ERHSA, 2002)¹⁹, e mais concretamente o anexo IV, correspondente aos recursos hidro-minerais. Por fim, as investigações elaborados por Carlos Calado, das quais se destacam o estudo sobre as “Potencialidades do Concelho de Mértola para o termalismo”²⁰ (2003-2004), em colaboração com António Chambel e Carlos Monge, a sua tese de doutoramento (2001a) e diversas comunicações sobre os aspetos hidroquímicos das águas subterrâneas do concelho, dos mesmos autores²¹.

Desta primeira consulta bibliográfica resultou assim a estabilização do tema, a consolidação do objeto de estudo e, por fim, a circunscrição da área de estudo ao concelho de Mértola²², cuja delimitação procurou fazer-se, não necessariamente a partir dos limites administrativos, mas a partir do reconhecimento de uma espécie de região própria, “conjunto geográfico apreendido intuitivamente ou reconstituído historicamente, que se explica ou pode explicar pela ação contínua, (...), de um determinado grupo ou de uma certa forma de organização social (...)” (EINAUDI 1986, como citado por Casimiro, 2002, p. 19), ou seja, a partir de um conjunto de especificidades que o permitem autonomizar-se ou distinguir-se como realidade, coisa e facto próprio.

Assim, o concelho de Mértola distingue-se por uma condição física e morfológica muito demarcada, limitada a sul pela serra algarvia, a norte pela transição para os solos mais férteis dos barros de Beja, a nascente pela confrontação com os rios Chança e Guadiana que estabelecem a fronteira com Espanha, e a nascente pela transição para as terras planas de campo de Ourique. Paralelamente, detém na sua quase totalidade, solos com limitações muito severas à produção agrícola, de elevada susceptibilidade de desertificação. No que respeita à vegetação, o concelho de Mértola distingue-se igualmente pela prevalência de espécies mediterrâneas, nela se concentrado a maior percentagem de todas as secções de Portugal continental (Casimiro, 2002). Por fim, caracteriza-o a concentração de nascentes com propriedades terapêuticas identificadas no concelho²³, bem como a relevância cultural no seu território da prática dos

020

¹⁹ Estudo coordenado pela Comissão de Coordenação da Região do Alentejo (CCRA) e elaborado em conjunto por quatro instituições: a Universidade de Évora (UE), o Instituto da Água (IA), o Instituto Geológico e Mineiro (IGM) e a Direção Regional do Ambiente do Alentejo (DRA - Alentejo).

²⁰ O relatório em questão veio aprofundar o conhecimento acerca dos recursos hidrominerais no concelho de Mértola dando continuidade ao trabalho que havia sido desenvolvido no âmbito do ERHSA - Estudo dos Recursos Hídricos subterrâneos do Alentejo (2002).

²¹ (Calado, 1992, 1995, 2001a, 2001b, 2003-2004); Chambel, 1996, 1999); (Calado & Chambel, 1999, 2003); (Chambel & Almeida, 1998a, 1998b, 2000).

²² Do baixo Alentejo interior, região a partir da qual iniciámos as pesquisas, convergimos para a zona este da faixa pirítica portuguesa, onde se identifica uma concentração de nascentes minerais abrangendo os concelhos de Aljustrel, Serpa, Moura e Beja, com especial destaque para Mértola cuja forte incidência de nascentes e correspondentes lugares do banho foram determinantes na seleção da área de estudo.

²³ Complementarmente, o facto de se optar por uma subdivisão territorial – o concelho de Mértola, facilita a recolha de dados estatísticos e cartográficos, particularmente úteis na caracterização sumária do território de estudo desenvolvida no capítulo II - O território de estudo.

banhos populares, ritual de forte incidência e especificidade local, sem igual precedente noutros concelhos ou regiões do Alentejo.

Localizadas maioritariamente sobre as ribeiras de Alvacar, Oeiras, Carreiras, Vascão e sobre as margens do rio Guadiana, as treze nascentes de água mineral identificadas no concelho inscrevem-se num perímetro de aproximadamente 450 km.

Tradicionalmente procuradas para fins terapêuticos, estas nascentes localizam-se predominantemente em vale, a que se associa a amenidade das temperaturas em virtude da posição abrigada que observam, sendo igualmente enquadradas por um ecossistema ribeirinho que desempenha diversas funções ambientais. Com cotas de ocorrência à superfície abaixo da cota 150 (a cota 0 corresponde ao nível do mar), do ponto de vista hidroquímico, para além da estabilidade química que evidenciam, todas elas pertencem prevalentemente ao grupo cloretadas sódicas, sendo igualmente consideradas águas sulfúreas pela presença de gás sulfídrico na sua composição, responsável pelo característico “cheiro a ovos podres”.

Do conjunto dos treze casos identificados de ocorrências de água com reportado uso terapêutico, só o lugar da Água Santa da Herdade de Sta. Maria, permanece atualmente como testemunho da prática ritual dos banhos.

021

Propusemo-nos então passar dos estudos bibliográficos para o conhecimento empírico e concretizámos a primeira viagem de prospecção pela região em agosto de 2012, permitindo confirmar de modo direto as informações hidrogeológicas e etnográficas que tínhamos recolhido. Esta primeira deslocação compreendeu então o reconhecimento de algumas nascentes – a Água Santa da Morena, a Água Santa do Pego Verde, a Água Santa dos Besteiros/Vascão e, por fim, o primeiro contacto com a Água Santa da Herdade de Sta. Maria e seu dispositivo balnear – o último lugar testemunho da prática dos banhos populares na região.

O que a cartografia desde logo permitira imaginar como possível nexos e sentido entre as diversas nascentes, revelava-se agora evidente pela força reconhecível e permanente das linhas de água que atravessavam cada um dos lugares, acomodando invariavelmente no seu leito ou nas suas margens as nascentes de onde brota espontaneamente a água mineral. Assim, pontos distantes e dispostos no mapa eram agora observados com a proximidade de uma geografia partilhada/cúmplice, ligados e vinculados entre si a partir dos rios e ribeiras da região, do mesmo modo que, o que antes se enunciava na forma de inventários ou relatórios, surgia agora como pretexto e possibilidade

transformadora do território, a partir de uma leitura de conjunto com vista à compreensão do seu potencial de articulação e ligação.

Paralelamente, a visita à Água Santa da Herdade de Sta. Maria, permitia um outro nível de reconhecimento – incidindo sobre os aspetos de natureza física e material que o configuram e paralelamente sobre os processos rituais e de sociabilidade que ali se desenrolavam a partir da prática dos banhos populares.

Neste local encontrámos uma pequena comunidade de banhistas, alojados em casas, em rouletes ou não pernoitando, que praticavam banhos diários preparados por uma família, que se encarregava também das refeições e dos alojamentos. Apoiados num dispositivo que combina espaços de construção permanente – onde se realizam as sessões de banhos e se alojam os banhistas; espaços de construção provisória – montados a cada primavera, onde se improvisam a cozinha, o bar e o espaço de refeições; e, por fim, um conjunto de artefactos responsáveis pela captação, condução, aquecimento e transporte da água da nascente, este lugar de práticas terapêuticas (distinta das formas medicalizadas e institucionalizadas das termas), revelava-se assim como pretexto e objeto ideal de uma reflexão em torno do território rural e suas possíveis vias de surgimento e valorização.

A intuição de uma potencialidade de transformação, a ligação do lugar à paisagem, os ritmos das estações, a cadência dos banhos e as formas de convivencialidade a par de outros aspetos relacionados com a performatividade dos indivíduos e com o dispositivo de assentamento desta atividade levou-nos então a fixar um conjunto interrogações:

022

Tem sentido intervir no único espaço onde ainda ocorre a prática dos banhos? Importará qualificá-lo? Melhorar os modos de uso pelos banhistas? Para quê? Para quem? De que modo? Ou por outro lado, importaria considerar outras nascentes para ensaiar outras possibilidades de configuração da prática do banho? Seria possível potenciar a articulação entre ribeiras, considerando eventuais percursos de ligação, ou as distâncias entre elas ou outros constrangimentos impediriam essa relação? Que semelhantes situações ocorrem em Portugal e em outras partes do mundo? E como interveio a arquitetura nesses locais de banhos? Que tipo de construções – vernáculas ou eruditas – conformam estes lugares e que tipo de experiências promovem?

A partir de todas estas questões e integrando/assimilando não apenas a surpresa da descoberta e do desconhecimento, mas dificuldades antevistas e hesitações sobre a pertinência disciplinar, mas sobretudo académica, de um projeto de arquitetura, foi-se-nos impondo como ensaio de projeto um frag-

mento deste território – troço entre a Água Santa da Herdade de Sta. Maria e a Água Santa do Pego Verde –, para nele fazer intervir a arquitetura.

Quais as razões para a nossa escolha?

Numa primeira instância, reconhecemos que a ausência de estudos no âmbito da arquitetura sobre este tema oferecia a possibilidade de contribuir para a diversidade, complementaridade e alargamento do campo conceptual e crítico da própria disciplina;

Em segundo lugar, as dinâmicas de uso e apropriação informal das águas com reconhecidas propriedades terapêuticas, deveriam ser consideradas, não como formas obsoletas, mas como um fator de singularidade e especificidade territorial, para cuja valorização e reconhecimento a arquitetura poderia contribuir, conduzindo ao surgimento de novas leituras, interpretações e visões acerca dos lugares rurais e do seu potencial de valorização e ressurgimento;

Depois, intervir neste lugar possibilitaria ensaiar novas “paisagens de água”, a partir da reconfiguração da prática do banho na contemporaneidade. Tal exercício exploraria novas formas de relação entre o corpo e a água, entre comunidades e território entre sujeito e paisagem, entre o caminhar e as nascentes, através da reinterpretação de um programa, de uma atmosfera e, complementarmente, da definição de um percurso como suporte dessas relações.

023

Por fim, porque uma investigação desenvolvida em estreita articulação e interdependência entre a componente escrita, o ensaio de projeto e a experiência etnográfica, desenvolvida tanto no capítulo dos *casos de estudo* como na Água Santa da Herdade de Santa Maria, constituiria ela própria matéria de interrogação e reflexão crítica acerca de novas possibilidades de investigação avançada em arquitetura.

Assim, e considerando como objeto de estudo, os lugares de cura e terapia instituídos e não institucionalizados, é a partir da dimensão antropológica da água, do bem estar que ela promove, da conceção social, comunitária e coletiva que a sua materialidade suscita ao longo da história das civilizações, e na acrescida capacidade de gerar sistemas de dependências e interdependências de ocupação do espaço e produção simbólica sobre o mesmo, que procurámos promover uma reflexão sobre o território e as comunidades que o habitam, modelam, e por fim o reconhecem, significam e revelam.

Não se trata de difundir uma teoria apologética acerca da água, nem tampouco de inscrever a presente investigação no âmbito do termalismo ou de um registo impressivo e nostálgico sobre realidades “pitorescas” em vias de ex-

tinção, trata-se antes de encetar uma procura que reflita contemporaneamente sobre o uso das águas permitindo recriar, reinventar e imaginar novas formas de relação com o território a partir delas. Isto porque em face de uma dinâmica de uso e apropriação de um conjunto de banhos populares que caracterizava, em parte, a vida das comunidades locais, sobrepôs-se a incapacidade ou indiferença de pensar sobre eles como matéria essencial de valorização cultural, social e identitária na atualidade.

No enalço desta perspectiva parece-nos, complementarmente útil, recuperar tanto a ideia de Ledrut sobre o espaço enquanto “expressão das nossas possibilidades colectivas” (1990, como citado por Silvano, 2010, p. 55) como a definição de Freitag acerca do objeto da arquitetura:

O objecto original da architectura é portanto, o da construção do espaço socializado, apropriado pelo homem. É a produção concreta, efectiva, prática do espaço da cultura e da norma no interior da natureza, espaço em redor do qual a natureza se encontra, então disposta e ordenada pelo homem como mundo, e no qual a própria sociedade se encarna de modo sensível (Freitag, 2004, [1992], p. 17).

Ora esta indissociabilidade e reciprocidade entre a multiplicidade de ações que se desenvolvem num determinado lugar ou espaço com vista à sua apropriação e sociabilização – afinal objeto da arquitetura, remete-nos por seu turno para a noção de território.

024

Bastidor físico e testemunho inquestionável de uma história e cultura próprias, o território carrega genericamente a espessura de um tempo longo, os hábeis modelos de adaptação e apropriação do homem ao meio, a génese da compreensão sobre a evolução das sociedades, logo ele não deverá ser observado como coisa ou dado, mas antes como um “produto social” (Lefebvre, 1974, como citado por Travasso, 2016, p. 117) e “síntese de diversos processos” (Corboz, 2004 [1983], p. 27). Tais processos, ora estão relacionados com a instabilidade da morfologia terrestre e sua modificação espontânea (de que fazem parte o avanço ou retrocesso dos bosques e dos glaciares, o assoreamento dos vales, a erosão das praias, a atividade vulcânicas, os terremotos entre outros), como resultam das atividades e intervenções humanas que sobre ele atuam (e que vão desde a construção de pontes, estradas, diques, ao reflorestamento, a atos mais quotidianos como a agricultura) fazendo assim do território um espaço em permanente e continua transformação (Corboz, 2004 [1983]).

Com efeito, o “território é o produto de uma multiplicidade de ações conscientes, o produto de uma relação de construção recíproca entre uma sociedade e o espaço que ela habita”, (Travasso, 2016, p.117), logo percecionado/

entendido enquanto processo e produto mas também como projeto, ou seja, objeto de projeções de todo o tipo que o permitem transformar em sujeito, discursável, semantizado e nomeável (Corboz, 2004 [1983]). Em consequência deste raciocínio, conclui o mesmo autor que “não há território sem imaginário do território” (Corboz, 2004 [1983], p. 28) logo, compreendê-lo implica conhecê-lo, mas sobretudo inventá-lo (Domingues & Travasso, 2015, p. 26).

A este mesmo processo de invenção parece referir-se João Luís Carrilho da Graça quando se propõe analisar o território, dele procurando extrair “uma espécie de permanência²⁴ ou invariável prévia ‘que recebe a nossa existência e é marcada por ela’” (AA.VV, 2015, p. 6-7). Perspetiva esta que o arquiteto terá explorado e aprofundado a partir da obra teórica de Saverio Muratori, para quem “a constituição física de um território torna-se assim a matriz dos seus desenvolvimentos históricos” (1967, como citado por AA.VV, 2015, p. 37) e, consequentemente, a base de construção do espaço habitado, apropriado e reconhecido coletivamente.

Consequentemente, abordar o território enquanto matéria de exploração e investigação disciplinar em arquitetura pressupõe atender aos “espaços reservados das relações sociais” (Freitag, 2004, [1992], p. 17), ou seja, aos espaços onde a vida se manifesta e impregna.

025

Ora os lugares onde ocorre a prática dos banhos populares representam precisamente exemplos dessa inscrição e escrita no território, aqui constituído objeto e eixo de força para relançar o debate sobre o território de estudo e seus possíveis caminhos de ressurgimento e valorização na contemporaneidade, compreendendo este o exercício da sua revelação e invenção.

²⁴ Por “espécie de permanência” entende o arquiteto o seguinte: “Gosto de imaginar que o território possui uma estrutura própria que constitui o sistema inicial de suporte da vida do homem neste planeta e que sobre este território, que também teve outros tipos natureza, com a sua própria natureza selvagem, fomos construindo pouco a pouco” (Carrilho da Graça, como citado por AA.VV, 2015, p. 7).

Por uma ideia de resultado: metodologia, estrutura e organização das fases de trabalho

A intenção em desenvolver uma investigação de natureza teórico-prática, pressupôs considerar em primeira mão, o “ensaio de projeto”²⁵ como meio de pesquisa e simultaneamente como modo de produção de um conhecimento avançado a partir dos mecanismos, métodos, meios de representação e comunicação próprios da disciplina de arquitetura. Paralelamente, a forte componente gráfica que a tese exhibe em alguns dos seus capítulos, parte igualmente do pressuposto de que todo o material não textual que se apresenta sob as mais diversas formas de exploração visual é também ele modo de escrita e, conseqüentemente, resultado e produto de investigação.

Tal opção desafiou-nos a refletir de que modo a componente discursiva e a componente projetual se poderiam confrontar, ou seja, de que modo as duas poderiam corresponder-se e, assim sendo, qual a estratégia metodológica que melhor poderia promover esta equivalência, complementaridade e indissociabilidade entres os dois âmbitos – teórico e prático.

E porque a discussão acerca do “projeto” como instrumento de pesquisa e veículo para a produção de um conhecimento universal é campo fértil de incertezas dentro do meio académico – afinal “continua sem haver objectivação do significado de *investigação em Projecto*, ou antes e por excesso, tudo é investigação em *Projecto*” (Providência & Moniz, 2013, p. 14) – só mesmo as investigações que explorem e arrisquem esta via, e a posterior avaliação dos resultados alcançados, poderão fazer progredir o debate em torno deste tema.

026

Com efeito, a definição da metodologia de trabalho dentro deste contexto foi particularmente exigente e desafiante, devendo ela necessariamente adequar-se tanto à natureza específica do tema e objeto de estudo selecionado, como às questões suscitadas pelo próprio ato de investigar, sempre observando o imperativo de rigor dos métodos de investigação utilizados.

Em face do exposto, em lugar de uma matriz fixa ou estabelecida à priori (possível de considerar no âmbito das teses clássicas de teoria ou de história da arquitetura), a metodologia de investigação foi sendo construída por aproximação e em estreita correspondência com o desafio mútuo que representa um objeto de estudo cuja natureza antropológica, social, cultural, performati-

²⁵ Opta-se pela expressão ensaio de projeto (em vez de projeto) para aludir à dimensão sobretudo exploratória e especulativa do desenho, desvinculando-o do clássico entendimento do projeto como meio instrumental de produção de desenhos técnicos com o propósito da construção. Assim, para além dos dispositivos gráficos convencionais de desenvolvimento de um projeto - plantas cortes e alçados, são igualmente explorados outros métodos - cartogramas, diagramas, atlas de imagens, ortofotomapas, vídeos e demais material que se julga oportuno ao exercício processual e tentativo de sucessiva aproximação a um determinado resultado.

va e simbólica, exigiu encontrar meios diversos e complementares de suporte à sua análise, leitura e compreensão, a par da simultaneidade dos desafios que o tema em discussão comporta na contemporaneidade, e para qual se convoca o ensaio de projeto como insinuação e síntese operativa.

Tal enquadramento determinou, assim, a profunda hibridação dos meios de investigação que, para além da pesquisa bibliográfica e documental, considerou a exploração de alguns métodos da pesquisa etnográfica – missões no terreno para realização de trabalho de campo, observação participante, realização de entrevistas, produção de documentários – conciliando-os paralelamente com os instrumentos e mecanismos (de análise, leitura e interpretação) próprios da disciplina de arquitetura para formular hipóteses, ensaiar visões e insinuar potenciais vias de reequação e valorização do território em estudo.

Na continuidade do que vem sendo exposto, esta é uma tese de âmbito territorialista, ou seja, incide sobre os diversos processos de escrita no território que, sob o pretexto das águas de nascentes com propriedades terapêuticas, foram dando lugar a diversos protocolos de permanência, a vários sistemas e formas de organização da vida quotidiana e coletiva das comunidades. São pois estes processos de territorialização que requerem para o seu exercício de análise simultaneamente o *apport* multidisciplinar, os métodos de aproximação indutiva, a fundamentação empírica e os instrumentos próprios da arquitetura que permitem decompor, decifrar, sintetizar e, por fim, reinterpretar e imaginar, que estão no centro da metodologia traçada e da sua estrutura organizativa.

027

O desafio metodológico concentrou-se então na procura de um *corpus* que revelasse e articulasse os diversos âmbitos da investigação, genericamente organizados em quatro partes, aqui apresentados sob a forma sistematizada de um esquema e da sua complementar descrição:

- i) A primeira parte – *corpus conceptual* –, considera as variáveis da investigação enquadrando multidisciplinarmente o tema e as matérias fundamentais ao seu aprofundamento. Organizada em cinco capítulos que operam como principais eixos da reflexão teórica, a ordem com que se apresentam fornece uma leitura simultaneamente independente e encadeada entre as diversas componentes que integram a problemática em questão. Em paralelo, procurou-se construir um caminho

em direção a um “saber do território”²⁶ – compreendendo este o reconhecimento sistémico das suas funções biofísicas, culturais, sociais, relacionais/rituais e simbólicas – capaz de constituir-se como suporte de uma narrativa que se pretende sintetizadora mas também de índole transformadora.

ii) A segunda parte – o *corpus experiencial/ fenomenológico* –, estruturada em dois capítulos, integra a vertente vivencial para procurar descrever, analisar e compreender a partir da experiência do sujeito pesquisador, um conjunto de lugares do banho em diversas geografias. Fundamentalmente erguida a partir do reconhecimento *in situ* de cada caso selecionado, esta segunda parte visou assim a análise comparada de diversos sítios do banho – selecionados como casos de estudo – permitindo relacionar os aspetos físicos, simbólicos, sociais e culturais que cruzam cada um dos exemplos, para assim possibilitar a construção de uma leitura sistemática das suas singularidades e também das suas potenciais convergências.

iii) A terceira parte corresponde ao *corpus prático*, onde a partir dos meios instrumentais e operativos da disciplina da arquitetura se experimenta uma potencial visão do lugar (explorada a partir da seleção de um fragmento do território em estudo) que conjuga e articula processos de análise, crítica, intuição e imagética. Este ensaio – espécie de insinuação que esboça o princípio de uma possível intervenção – é erguida em estreita articulação e afinidade com as componentes teórica e empírica da investigação, materializando-se na simulação de um (novo) lugar do banho que reflete genericamente sobre potenciais cenários de implementação de estruturas destinadas à prática do banho; ensaia modos de articulação entre este e outros lugares do banho; e por fim explora os cambiantes de uma experiência vivificante, estimulante e sensorial a partir da água, operando paralelamente sobre possíveis estratégias de ação e valorização dos lugares e seu território.

iv) A quarta parte, definida como *corpus auxiliar*, reúne e expõe todas as iniciativas complementares à investigação, incorporando a explanação e os métodos de pesquisa adotados de todo o material de pesquisa recolhido e produzido no âmbito do trabalho de campo desenvolvido na Água Santa da Herdade em Mértola, a par das comunicações que foram sendo desenvolvidas no decurso do trabalho.

²⁶ A este “saber do território” Alves Costa designa de “trabalho de Ciência do Território”. Um exercício que compreende “Desenhar ou redesenhar o território, a partir da sua decifração, a que antes chamei redescrção, procurando identificar os seus fragmentos, explicando-os e limitando-os e, a partir do caso a caso desse particular, fazer decorrer a sua reestruturação. A intervenção projectual deverá, nesta opção, consolidar ou reinventar “lugares praticados” que, como os lugares antigos, inventariados e classificados fossem, como eles, promovidos a “lugares de memória” (Costa, 2013, p. 15).

Da conjugação destas quatro dimensões – teórica, empírica, projetual e auxiliar – resultou, em suma, a estrutura fundamental da dissertação, que embora articuladas entre si, se perspetivaram simultaneamente como partes autónomas, capazes de sugerir uma complementaridade em aberto, ou seja, digressiva e instigadora de correspondências diversas.

Assim, quando o seu resultado material se imaginou sob a forma de um livro, supôs-se que a cada uma das partes correspondesse um caderno e que o conjunto dos quatro cadernos se agruparia mediante uma cinta ou caixa, sob a identificação de um título comum.

De acordo com André Tavares, “as formas do livro de arquitetura resultam de um raciocínio específico dos arquitetos” (2016, p. 19), sendo pensados e explorados sobretudo para “dar forma e suporte a ideias de arquitetura” (2016, p. 17). Deste modo, a experiência física de um livro de arquitetura materializa e consubstancia em primeira mão um determinado raciocínio “arquitetónico” que se orienta sob a dimensão corpórea do livro (sua capa, volume, textura, cor, grafismo), aspetos que, ainda que puramente imaginados, foram ponderados na hora de adequar e estruturar a dissertação e conseqüentemente a sua forma de apresentação.

Tratemos então de ensaiar uma espécie de digressão/incursão pelo seu conteúdo. A leitura poderia iniciar-se, por exemplo, no caderno III, com o projeto, conduzindo à procura do seu enquadramento conceptual e multidisciplinar no caderno I, para logo divergir para o caderno IV, em que se abordam e explanam todas as atividades e métodos de pesquisa adotados na persecução da investigação, terminando por fim no caderno II, relativo aos casos de estudo, com uma visão comparada de diversos lugares do banho em distintas geografias. Ou, de outro modo, abrir a cortina da investigação a partir do caderno II dos casos de estudo, cuja síntese comparativa entre os diversos lugares do banho, permitiria encontrar potenciais elos de correspondência no ensaio de projeto do caderno III, para logo ser enquadrado no âmbito da partilha de métodos de pesquisa entre arquitetura e etnografia entretanto explicitados no caderno IV. Tal deambulação, seria por fim rematada com o caderno I, a revelar o quadro teórico em que se sustenta a investigação.

Composto por um conjunto de pequenos cadernos autónomos e destacáveis, este livro imaginado possibilitaria assim uma leitura livre (não estipulada à priori) sobre o seu conteúdo, podendo esta iniciar-se ou encerrar-se em qualquer uma das partes, podendo esta extinguir-se numa das partes ou completar-se nas demais partes, podendo esta finalmente incitar reflexões complementares, tomando como ideia de base fundamental a autonomia *versus*

INTRODUÇÃO

Enquadramento geral da investigação
contexto e motivações, metodologia, estrutura e apresentação.

1.

AS VARIÁVEIS DE INVESTIGAÇÃO: ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E MULTIDISCIPLINAR



I.

O RURAL: ABANDONO OU AÇÃO
Problematização teórica em torno do "rural" e dos desafios que enfrentam os seus territórios.



II.

O TERRITÓRIO DE ESTUDO
Proposta de leitura a partir da água, suportada em elementos estatísticos e em estudos de enfoque histórico e sociológico.



III.

O ESPECÍFICO E DISTINTIVO
Fundamentação de uma ideia de valorização territorial a partir de uma singularidade geológica.



IV.

A ÁGUA E AS SUAS PRÁTICAS SOCIAIS
O contributo da antropologia no esclarecimento sobre as práticas associadas aos usos das águas com propriedades minero medicinais.



V.

O RITUAL DO BANHO (...)
Os rituais como operadores nos processos de produção do espaço.

2.

CASOS DE ESTUDO



VI.

ESTUDO COMPARADO DOS BANHOS EM DIVERSAS GEOGRAFIAS



VI.II

OS ONSEN NO JAPÃO

O banho como componente fundamental de cultura e identidade.



VI.III

OS BANHOS NO CHILE

Os banhos como operadores de dinamização e valorização territorial.



VI.I

OS BANHOS EM SÃO MIGUEL

Representa em território português o exemplo mais expressivo da diversidade de águas e estruturas de banho.



VII.

CONTRIBUTOS PARA UMA SISTEMATIZAÇÃO ANALÍTICA

3.

O ENSAIO PRÁTICO



VIII.

ATLAS DE IMAGENS: INSINUAÇÕES NA PAISAGEM



IX.

APROXIMAÇÃO AO FUNDAMENTO PROPOSITIVO DA INVESTIGAÇÃO

A ribeira de Oeiras como espinha dorsal do ensaio prático
Incurções por meio do desenho: dossier de trabalho

4.

INTERSEÇÕES: ARQUITETURA, ETNOGRAFIA E PRÁTICAS DE INVESTIGADOR



X.

O ARQUITETO COMO ETNÓGRAFO
Conhecimento de proximidade



XI.

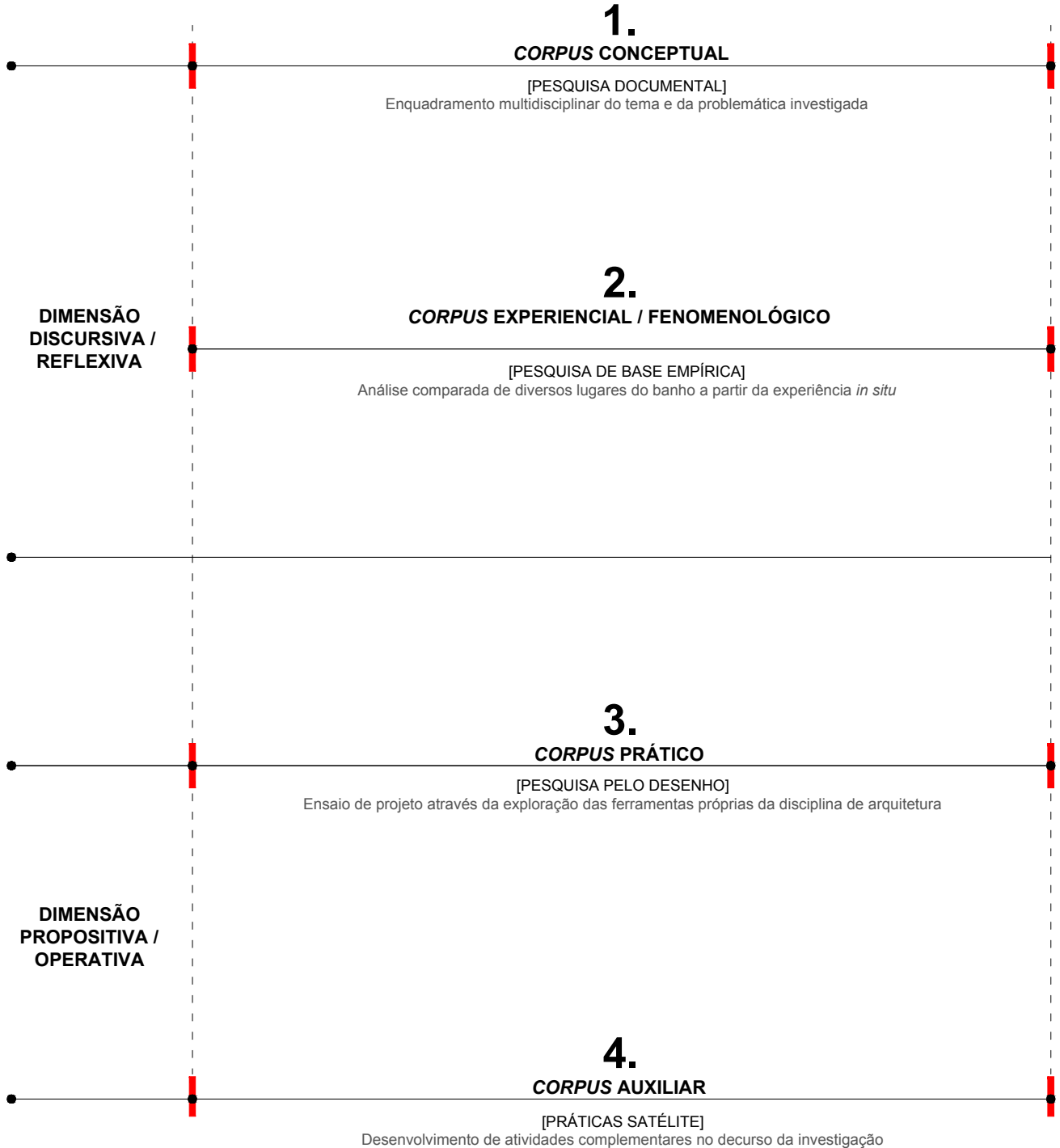
O ARQUITETO COMO DOCUMENTARISTA
Os filmes como instrumento auxiliar da pesquisa do objeto de estudo



XII.

COMUNICAÇÕES
Aprofundamento dos meios de produção científica para melhor investigar

CONSIDERAÇÕES FINAIS



complementaridade das dimensões teórica, projetual, empírica e de todas as atividades, métodos, meios e recursos que serviram o exercício da investigação.

Atendendo a este enquadramento, nem o projeto é sequência do texto teórico, mas antes a expressão própria de um caminho que se constrói em paralelo; nem o texto teórico se produz exclusivamente na esteira dos conteúdos bibliográficos selecionados e, por conseguinte, é também ele produto da reflexão suscitada pelo próprio exercício do projeto.

Do mesmo modo, importa salientar que a bibliografia adotada e os autores convocados interessam-nos sobretudo para operacionalizar conceitos e as ideias que se propõem, e não para, a partir deles, construir as genealogias do seu pensamento.

Relativamente às referências bibliográficas, privilegiou-se a reflexão em torno de autores, pensadores da ruralidade em Portugal a par dos contributos de diversos cientistas sociais portugueses e estrangeiros, tanto no campo da antropologia da água, como no campo da antropologia do espaço, a par das especialidades da geografia, hidrologia e a hidrogeologia.

Não obstante o aprofundamento dos contributos multidisciplinares, a seleção das referências contemplou igualmente autores e obras incontornáveis da teoria e da crítica da arquitetura, optando-se por autores maioritariamente contemporâneos.

032

Retomando a explicação sobre a metodologia e a matriz organizativa da presente dissertação, descreve-se adiante cada uma das partes que compõem “o todo”.

A parte 1, que compreende *as variáveis da investigação* e o seu *enquadramento conceptual e multidisciplinar*, é composta por cinco capítulos.

O primeiro capítulo aborda *o rural* numa perspetiva ampla e genérica, procurando expôr, num primeiro momento, os desafios que correspondem tanto à dificuldade da sua reconceptualização como à fragilidade dos seus territórios. Esta problemática, que em *lato sensu* interseta a generalidade das sociedades ocidentais, será aprofundada sobretudo a partir do contexto português e dos antecedentes que enformam a história da sua ruralidade. Seguidamente, propõe-se o confronto dialético entre duas variantes de leitura, sintetizadas a partir das expressões *abandono ou ação*, que preconizam, simultaneamente, uma perspetiva de valorização do espaço rural através da ideia de lugar em espera,

deliberadamente vagante, e uma visão empenhada na reprogramação do espaço rural através da sua multifuncionalidade. Tal exercício, culmina posteriormente numa síntese que não só terá permitido enquadrar e confrontar duas visões opostas sobre uma mesma realidade, como terá procurado expandir o campo de reflexão em torno dos territórios rurais e seus possíveis cambiantes e variantes de reconfiguração e ressignificação.

No capítulo II - *O território de estudo*, a perspectiva panótica do capítulo I, em torno dos desafios de natureza conceptual e operativa que dominam a discussão sobre o rural e seus territórios, dá lugar a uma análise (da qual resulta a elaboração de 12 cartogramas) exclusivamente centrada no território de estudo, cuja caracterização se procura desenvolver em articulação com alguns indicadores estatísticos e dados cartográficos que sintetizam os aspetos demográficos, físicos, económicos e sociais do concelho de Mértola. Com base neste primeiro enquadramento, traçámos a genealogia do seu declínio e concluímos (regressando novamente ao presente) com uma proposta de leitura que insinua/ensaia a revelação de um “território terapêutico”, a partir do conjunto de linhas de água onde, coincidentemente, se sobrepõem as nascentes e, paralelamente, um conjunto de outras características que o permitem destacar e autonomizar de um território maior.

Uma vez abordada a intensa influência da água na história da região e das suas comunidades, a partir da qual se esboça uma proposta de releitura do território, o capítulo III - *O específico e distintivo* aprofunda outros pontos/tópicos complementares dessa mesma leitura, incidindo em particular sobre os aspetos hidrogeológicos que permitem enquadrar o surgimento espontâneo de água à superfície, a sua composição, mineralização e incidência regional. Para tal, a elaboração deste capítulo recorreu maioritariamente ao suporte explicativo de disciplinas como a geologia e a hidrogeologia.

033

Neste âmbito, começámos por contextualizar o universo de interações e interdependências que desde sempre se estabeleceram entre comunidades e materiais geológicos, ou seja, o modo como a geologia influenciou e modelou diversas formas de ocupação, expondo como exemplo elucidativo desse mesmo vínculo e mútua interdependência, o caso de Mértola.

Num segundo momento, as nascentes são observadas na ampla esfera dos recursos geológicos, aludindo aos principais conceitos que regulam as normas de seu uso e exploração, enquadrando e identificando posteriormente as nascentes na região de Beja. O mesmo capítulo compreende de seguida uma análise mais específica sobre o ambiente geológico, a tectónica dos solos e a complexidade das interações entre rochas e água que influenciam a

composição das emergências de água com forte influência da Faixa Piritosa Ibérica (FPI) – província metalogenética de classe mundial, caracterizada pela abundante concentração de matéria metalífera e mineral e que cruza a maioria das emergências de água de Mértola. Por fim, sistematiza-se um conjunto de características comuns às treze nascentes identificadas no concelho, procurando relacioná-las e articulá-las numa leitura de conjunto valorizadora da especificidade e singularidade do território, em contraponto com a perceção pontual e casual que lhes corresponde na atualidade. Este exercício de síntese – espécie de nova cartografia de reconhecimento – é completado com a elaboração de sínteses descritivas sobre cada um das emergências de água na forma de “fichas de nascentes”.

Mas se a geologia e a hidrogeologia fornecem o suporte explicativo que está na origem das ocorrências hidrominerais, o seu impacto e influência sobre a vida das comunidades é matéria e objeto de estudo por excelência das ciências sociais. Consequentemente, o capítulo IV - *A água e as suas práticas sociais*, ocupa-se do enquadramento da água enquanto objeto cultural, social e simbólico. Assim, num primeiro momento, procurámos compreender os processos que foram sedimentando e institucionalizando os usos e as práticas em torno dos benefícios terapêuticos da água e que vão desde a dimensão purificadora e sagrada da água associada à ancestralidade da matéria, à dimensão cientificista associada à institucionalização da prática termal. Este enquadramento geral dá lugar, por sua vez, a uma visão centrada na longa tradição de uso das águas para fins terapêuticos em Portugal, cuja consistente história é confirmada tanto pela variedade e quantidade de lugares termais existentes (concessionados e populares), como pelo significativo número de obras e estudos científicos endereçados ao tema das águas minerais.

034

Complementarmente, estabelece-se à posteriori a confrontação entre dois modelos fundamentais – banhos populares *versus* termalismo concessionado – procurando averiguar as diferenças, as coexistências e influências mútuas que consubstanciam as duas variantes fundamentais da prática termal em Portugal. Por fim, e como complemento desta digressão, aborda-se genericamente a prática termal à luz de novas conceções terapêuticas e de bem-estar, fundamentalmente focadas na natureza e nos benefícios para a saúde que dela advém.

A encerrar a parte 1 da dissertação, que compreende a componente teórico-conceitual da dissertação, o capítulo V - *O ritual do banho, seus atores e dispositivos de acomodação*, ocupa-se, numa primeira fase, do desenvolvimento de uma narrativa, sob a forma de uma etnografia, apoiada no trabalho de campo realizado na Água Santa da Herdade de Sta. Maria (o único lugar que ainda

testemunha a prática dos banhos na região), na qual se abordam os aspetos de natureza física e material que o configuram, mas também a dimensão relacional, comunitária e social subjacente à prática ritual dos banhos populares.

Consequentemente, a partir das noções de ritual, performance e dispositivo, procurámos verificar os conceitos e a sua possível ocorrência no sítio da Água Santa através da exploração de duas frentes discursivas: a dimensão ritual que conforma a prática dos banhos, por um lado; e a dimensão dramática de que é investido o sítio por via da ritualização do espaço, por outro.

Tal exploração conduz-nos assim a expandir o campo de análise e reflexão sobre as noções de espaço e lugar, no interior da própria disciplina da arquitetura.

A parte 2 - *Casos de Estudo*, estrutura-se em dois capítulos, compreendendo o estudo comparado dos banhos em distintas geografias - Açores, Japão e Chile²⁷ a partir da seleção de onze casos de estudo, distribuídos por cada um dos contextos selecionados.

Tendo em vista o aprofundamento não somente das variantes que caracterizam os diversos exemplos selecionados, como também dos pontos comuns que os cruzam e interseam, o desenvolvimento desta componente da dissertação, contempla primeiramente – o capítulo VI - *Estudo comparado dos banhos em diversas geografias* –, um enquadramento genérico sobre as razões que estiveram na origem da seleção dos exemplos convocados, sucedida da apresentação dos casos de estudo, fazendo-lhe corresponder um registo de relativa digressão, que integra a perceção e experiência pessoal em torno das três geografias selecionadas.

035

O capítulo seguinte, de enfoque fundamentalmente analítico – capítulo VII - *Contributos para uma sistematização analítica* –, integra a inventariação das principais características dos casos considerados, através da elaboração de fichas de sítio e de matrizes comparativas, que incidem sobretudo sobre os aspetos de natureza formal, física e material de cada um dos casos de estudo, sucedidas de um corpo de considerações finais que remetem para o reconhecimento de um conjunto de atributos, que não somente os distingue, como os vincula e relaciona, permitindo assim lançar luz sobre possíveis vias de valorização do território de estudo selecionado, a partir da reconfiguração da prática dos banhos.

²⁷ As visitas a cada uma das geografias - Açores, Japão e Chile ocorreram respetivamente em abril de 2017, agosto de 2018 e abril de 2019.

A parte 3 - *Ensaio Prático* concretiza a dimensão operativa e propositiva da investigação, explorada a par e em complemento das diversas sínteses que foram sendo elaboradas ao longo dos capítulos anteriores. Numa primeira abordagem - capítulo VIII, procurámos aproximar-nos do ensaio prático, construindo previamente um atlas de imagens como suporte visual de iniciação e introdução ao fundamento propositivo da investigação, através da compilação e organização de um conjunto de imagens-referências, que embora distintas, partilham o mesmo contexto – o dos territórios ermos ou descampados. A configurar o capítulo IX, sucede uma breve contextualização e justificação sobre o fragmento do território selecionado, troço compreendido entre as nascentes Água Santa da Herdade e a Água Santa do Pego Verde, seguida do dossier de projeto. Este é suportado fundamentalmente nas ferramentas próprias da disciplina de arquitetura, que compreendem a dimensão exploratória do desenho, tanto na frente de análise, como na frente do exercício de projeto, construindo-se a partir de um índice próprio e da competência auto-explicativa do desenho.

A parte 4 agrega a descrição de todas as atividades, meios e métodos que integraram a pesquisa, desenvolvendo paralelamente uma reflexão de auto-reconhecimento sobre o papel e posicionamento crítico do arquiteto enquanto etnógrafo, enquanto documentarista e enquanto investigador. Dividido em três capítulos, o primeiro – capítulo IX - *O arquiteto como etnógrafo* –, aborda a experiência etnográfica como ferramenta de análise em arquitetura, referindo os métodos de etnografia: missões no terreno, recolha de depoimentos, registo fotográfico, registo vídeo-áudio e notas de campo, explorados no âmbito do reconhecimento do lugar da Água Santa da Herdade. A par deste enquadramento, aludimos de forma breve às interdependências e reciprocidades que intersejam o campo disciplinar da antropologia e da arquitetura, compilando e listando no final as entrevistas e o material filmado e fotografado, que foram produzidos no âmbito do trabalho de campo desenvolvido na Água Santa da Herdade. O capítulo X - *O arquiteto como documentarista* ocupa-se de enquadrar primeiramente o documentário como ferramenta e produto do ato de investigar, justificando a opção pelo suporte vídeo através da consolidação de uma visão de síntese, crítica e interpretativa do lugar da Água Santa da Herdade. Segue-se uma exposição acerca da temática abordada em cada um dos filmes: o primeiro assente num propósito essencialmente explicativo e elucidativo do corpo de ações que integram a prática dos banhos populares; e o segundo mais prospetivo, lançando luz sobre potenciais relações a considerar entre nascentes com semelhantes características terapêuticas, consolidando abordagens simultaneamente distintas e complementares e igualmente úteis no desenvolvimento do ensaio prático.

O período de investigação comportou ainda o desenvolvimento de comunicações, permitindo progredir na continua revisão da problemática em estudo, componente de que se ocupa o capítulo XI - *Comunicações produzidas no decurso da investigação*. Dele fazem parte um texto de enquadramento prévio, bem como a compilação das referidas comunicações.

Por fim, a introdução e as considerações finais, componentes fundamentais da apresentação do trabalho, abrem e fecham respetivamente o ciclo de investigação. A introdução ocupa-se fundamentalmente do enquadramento do tema, da problemática de investigação suscitada e da metodologia adotada, enquanto as considerações finais condensam e sintetizam os aspetos de maior relevância de cada capítulo, explicitando o processo de construção da tese, com especial enfoque no ensaio prático. Reciprocamente, também a reflexão sobre estes territórios terá conduzido à exploração da prática dos banhos e suas possíveis variantes na contemporaneidade, aspeto que *de per se* poderá constituir-se como contributo de estudos relacionados com o termalismo e aprofundamento das variantes e dos modelos que o constituem.

Sem prejuízo de a grafia seguir as normas do acordo ortográfico de 1990, mantiveram-se nas citações as ortografias originais de cada texto. Optou-se igualmente por traduzir para língua portuguesa todas as citações de autores estrangeiros, em benefício de uma mais fluída e contínua leitura, mantendo porém a versão original em nota de rodapé. Todas as fotografias não identificadas são da autoria da candidata.

1.

AS VARIÁVEIS DA INVESTIGAÇÃO:
ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E
MULTIDISCIPLINAR

-
- I. O rural: abandono ou ação
 - II. O território de estudo
 - III. O específico e distintivo
 - IV. A água e as suas práticas sociais
 - V. O ritual do banho, seus atores e dispositivos de acomodação

I. O rural: abandono ou ação

O desafio que o rural propõe

Sobre o desenho das suas possibilidades: lugares de vagueza ou evento?

O benefício do confronto entre duas visões

O desafio que o rural propõe

Rural: realidade flutuante, submersa no impreciso, indefinido, suspenso, híbrido, incerto, instável, ambíguo e contraditório; em plena mutação física, social e económica; refém da perda da sua atividade estruturante e desagregada da sociedade campestre que a caracteriza; guardiã dos bons costumes e da tradição impoluta; última reserva do conhecimento e da sabedoria popular; descongestionado e frugal em oposição à urbanidade da cidade; acantonado no paradigma que opõe campo à cidade, porém contaminado pelos efeitos da globalização; a resiliência dos mais velhos, o recreio dos cidadãos; abandonado pelos de dentro, mitificado pelos de fora; visitado, porém menos habitado; terciarizado por um lado, objeto de consumo por outro; um rural constituído por muitos rurais - tecnológico, digital, periurbano, dinâmico, isolado ou abandonado; espartilhado entre a ideia de um rural que deixou de ser e um outro rural por devir; um rural em espera - campo aberto de contradições, expectativas e desafios múltiplos.

Como alude esta hiper-abundância de constatações, o rural representa nos dias de hoje, uma espécie de tema esponja¹ onde a complexidade do objeto impõe a dificuldade em fazer-lhe corresponder uma definição relativamente unívoca e consensual. Assim, a quantidade de atributos e representações que domina em grande parte a reflexão sobre o tema, não só remete para a dificuldade da sua reconceptualização, como torna evidente o desafio subjacente aos seus territórios.

042

A série de prefixos que vem precedendo o termo rural – o neo-rural, a des-ruralização, o pós-rural, o meta-rural – alude justamente a um rural em trânsito, de futuro incerto e impreciso, em resultado do desvanecimento das características do mundo rural dito tradicional², motivando profundas transformações, cuja face mais visível, tanto contempla a sua industrialização, como redundando na desertificação física e humana de extensas áreas.

Será, pois, em virtude desta alteração de paradigma que o tema alcança na atualidade expressiva visibilidade social, relevância institucional e interesse académico? Radicará a urgência do rural tão somente na afirmação dos fe-

¹ Expressão extraída do *conceito-esponja* de Álvaro Domingues, que o geógrafo adota para designar a diversidade de sentidos associada a conceitos que tudo absorvem e onde tudo cabe e de que são exemplo o “desenvolvimento sustentável” ou mesmo a própria ideia de paisagem (Domingues, 2008, Domingues, 2011, Portas, Domingues & Cabral, 2011). Alain Bourdin adota por seu turno as expressões “conceitos vagos” e “palavras contentor” para referir-se de igual modo à polissemia de significados e sentidos que adquirem muitos dos conceitos na atualidade (Bourdin, 2011). Em complemento consultar a nota de rodapé 12 do presente capítulo.

² Para o geógrafo João Ferrão o Rural tradicional sustenta-se em quatro eixos fundamentais: “uma função principal: a produção de alimentos; uma atividade económica dominante: a agricultura; um grupo social de referência: a família camponesa, com modos de vida, valores e comportamentos próprios; um tipo de paisagem que reflete a conquista de equilíbrios entre as características naturais e o tipo de atividades humanas desenvolvidas” (Ferrão, 2000, p. 46).

nómenos do despovoamento dos seus territórios, ou resultará, por outro, da falência ou esgotamento da própria ideia de cidade?

Ter-se-ão convertido os territórios rurais numa espécie de tema “tendência”, ou tratar-se-á de uma profunda inflexão na consciência do homem pós-moderno que faz deslocar os seus interesses da cidade para o campo?

A abundante literatura disponível sobre o tema expõe a natureza diversa desta adesão em torno do rural. Desde a falência de uma certa ideia de cidade em resultado do urbanismo liberal praticado até à recente crise de 2008 (Bourdin, 2011), ao quadro de incerteza e de insegurança que as catástrofes naturais introduziram nas sociedades modernas, ativando o interesse político e social pelas áreas remotas e abandonadas (Figueiredo, 2013), à exigência contemporânea de uma nova cultura do território e de ordenamento que possa promover a coesão territorial (Ferrão, 2000) e, ainda, o reencontro do homem racional com a natureza, sintetizando o “espírito naturista” que se vem impondo ao longo do século XX (Tavares, 2005), muitas são as latitudes de abordagem que têm adensado a discussão sobre o tema. Dentro deste enquadramento refere-se, complementarmente, os efeitos colaterais de uma desruralização recente e até agora por absorver (Domingues, 2011) que instiga a reflexões de diversa ordem.

043

Consequentemente, muitos têm sido os estudos e hipóteses de trabalho suscitados por diversos âmbitos disciplinares, trazendo para debate não só o futuro dos territórios rurais, como a crescente consciencialização sobre a complexidade da sua discussão.

Desde contributos focados nas dimensões sociológicas do mundo rural, aos rituais, crenças, hábitos e tradições das suas comunidades de que se ocupa a antropologia e etnografia, passando pelas evocações simbólicas e bucólicas oriundas da literatura, a análise e desenho dos territórios de que se empenha a geografia e geologia, os estudos especializados na recapitação dos solos agrícolas e gestão dos recursos naturais explorados no âmbito das ciências agrárias, a políticas nacionais e comunitárias de desenvolvimento local do meio rural, confrontamo-nos com um denso corpo teórico e crítico sobre o rural, onde se cruzam diversos desígnios e com eles a multiplicação de visões.

Neste domínio, a especialização científica a que se assiste propondo tantas abordagens quantas as disciplinas que tomam “o rural” como objeto de estudo, não somente refletem leituras que se redistribuem e dissipam em diversos quadrantes, como expõem a dificuldade e o desafio da sua abordagem.

Afinal, “*Rural* é um adjetivo que qualifica culturas, visões do mundo, imaginários... e, por arrastamento, as gentes e a geografia, o território e as paisagens desses imaginários” (Domingues, 2011, p. 121) logo, nele está contida a complexidade do seu enquadramento teórico, como a fantasia ou lirismo de uma realidade comumente idealizada.

Perante uma realidade que se desdobra em diversas abordagens, representações e com tantas variações de si mesmo, como concretizar no âmbito desta investigação em particular, uma reflexão útil e pertinente?

A partir desta “crise de sentido” (Domingues, 2011) em que se inscrevem na atualidade grande parte dos territórios rurais procuraremos fazer síntese das principais visões que dominam contemporaneamente a discussão sobre o seu futuro.

A dialética de confronto, como adiante trataremos de observar, entre concepções que perspetivam os territórios rurais como inevitáveis lugares vagantes e expectantes, em contraponto com outras que se empenham em assegurar o seu potencial de ressurgimento através do desenvolvimento turístico e da patrimonialização dos recursos endógenos, determinam caminhos, produzem paisagens e fixam realidades sociais completamente distintas. É, então, sobre o aprofundamento destas variantes que nos propomos refletir.

044

Ainda antes, procuraremos dar continuidade à perspetiva de um rural caleidoscópico (com que iniciamos este capítulo), que se estende não só a Portugal mas em *lato sensu* ao contexto das sociedades ocidentais (cuja abordagem aqui se delimita ao contexto europeu), onde a evidência sobre os desafios do rural, independentemente dos fatores diferenciadores que se verificam na ordem do tempo e do espaço entre países, têm igualmente motivado o crescente debate sobre as suas hipóteses de reconfiguração. Um rural, afinal, cruzado por um corpo de desafios comum (ainda que com a ressalva da diversidade geográfica, social e económica que caracteriza cada país), para o qual concorrem diferentes estádios de afirmação da sua condição e distintas velocidades de consolidação.

Países como França, Dinamarca e Itália, por exemplo, confrontaram-se com o fenómeno do êxodo rural³ e das grandes transformações a ele associados

³ “Embora com intensidade e precocidade desiguais, o êxodo rural é um fenómeno que caracterizou todos os países da Europa (Mathieu, 1996), conduzindo a uma concentração da população em zonas específicas traduzidas no facto de 75% da população residir apenas em 20% do território”. (Nilsson, 2002, como citado por Silva, 2008, p. 7). Este mesma desproporcionalidade e desequilíbrio demográfico verifica-se igualmente noutros países. Dados da OCDE em 1994 indicavam que apenas cinco dos seus países membros apresentavam uma taxa de desemprego superior a 15% nos sectores agrícola, florestal e piscícola, enquanto que oito registavam um valor inferior a 5% (Silva, 2008).

desde o início do século XX, ao contrário de outros países onde a reestruturação das produções e explorações é relativamente recente, como é o caso de Portugal, cuja diáspora se iniciou apenas nos anos 50 (Jouen, 2000).

As razões porque Portugal é considerado o último país rural da Europa (ocidental) têm sido identificadas e aprofundadas por muitos autores (Baptista, 1993; Brito, Baptista & Pereira, 1996; Cavaco, 1991, 1994, 1999; Silva, 2007, 2008; Ferrão, 2000; Figueiredo, 2013). Fatores como a longa duração de um regime político que valorizava a ruralidade como exemplo, o demorado processo de industrialização que conseqüentemente motivou o fenómeno do êxodo rural, os movimentos migratórios para as áreas litorais, e a progressiva perda de importância da atividade agrícola, são alguns dos aspetos que estão na origem da tardia desruralização no nosso país.

A realidade política e histórica de cada país, a par da sua natureza geográfica, social e económica, condiciona assim as variantes e tipos de territórios rurais, aos quais se juntam outros fatores de influência, como o grau de priorização política que cada país atribui ao tema⁴.

Não obstante as variantes geográficas dos territórios rurais e as políticas de cada país, o Manifesto Rural Europeu (ERP, 2015) faz síntese de um corpo comum de desafios e alertas que, reunidos sob o consenso de todos os países membros, destaca no essencial as seguintes orientações e ambições:

- i) Inversão da espiral do declínio, alertando para a necessidade de travar a quebra demográfica, o envelhecimento da população rural e a fraqueza da generalidade das economias rurais;
- ii) Mitigação da pobreza e da exclusão, que vem no encalço do anterior ponto e resulta do agravamento das condições mencionadas anteriormente;
- iii) Promoção da fixação da juventude, através de incentivos destinados a dinamizar os territórios em diversos domínios de atividade e finalmente;
- iv) Construção de uma “visão” sustentada na vontade de estimular a crescente afirmação das comunidades rurais, apoiadas por economias diversificadas, capazes igualmente de assegurar uma gestão eficaz do

⁴ Países como França, Holanda, Suécia, adotaram desde muito cedo políticas de proteção e desenvolvimento das zonas rurais. Em França, os primeiros planos de ordenamento rural foram adotados nos anos 70; Na Áustria, o Programa de desenvolvimento das zonas de montanha foi lançado em 1979. Em Itália, a reforma dos fundos estruturais no fim dos anos 80 que deu origem aos Programas Integrados Mediterrânicos, coincidiu com a definição nacional de uma política global e integrada. Em Espanha, Portugal ou Irlanda, só mais tardiamente com o lançamento do Programa LEADER I nos anos 90, se iniciaram as políticas de incentivo, estruturação e valorização dos territórios rurais.

meio ambiente e do património cultural e contribuindo futuramente para uma maior coesão territorial.

Como se constata, de todos os pontos enunciados, resulta clara e manifesta a vontade de suspender e contrariar a crescente marginalidade geográfica, económica, social e cultural para onde, invariavelmente, foram lançados os territórios rurais desde que as sociedades se industrializaram. Ora, independentemente dos contextos e das geografias, observa-se assim que a maioria dos países desenvolvidos não escapou desta espécie de “arrastão” que tudo levou dos territórios rurais, pondo em evidência a radicalidade e a velocidade das suas transformações⁵ e, conseqüentemente, a dificuldade do seu estudo e enquadramento na contemporaneidade.

A este propósito, recuperamos um artigo publicado na revista *Icon* “Koolhaas in the country” (nº 135, 2014), onde o arquiteto não somente afirma a sua nova agenda de trabalho – cujo campo de ação e investigação se deslocou da cidade para o campo – como procura demonstrar através da análise de uma parcela de território rural⁶ o vigor e a radicalidade das suas transformações.

Segundo Rem Koolhaas, durante décadas todo o esforço se centrou quase exclusivamente nas cidades⁷, negligenciando-se e subestimando-se os territórios rurais. O facto de neles ainda se fixar metade da população mundial e lhe corresponder a maior parte da superfície física disponível no globo terrestre, a par de um conjunto de mutações que ocorrem simultânea e antagonicamente exigindo o seu estudo e compreensão, resumem as razões porque este arquiteto elege presentemente o “campo” como temática prioritária de investigação.

046

Assim, e tendo em linha de conta que “aquilo que se conhece menos se avalia pior” (Portas, Domingues, Cabral, 2007, p. 15), o autor parte para a análise de um caso de estudo⁸, inferindo/verificando a coexistência de duas tendências contraditórias - por um lado a crescente intromissão do fator tecnológico e dos processos digitais na exploração e atividade agrícola e, por outro, o crescente entusiasmo e afluxo por parte dos cidadãos ávidos por uma vida e

⁵ As transformações ocorridas nestes território têm dado origem a diversos rurais que se deslocam entre realidades estáveis em moderado declínio ou melhoria, ora abandonado, ora renovado, este último impulsionado pelo ressurgimento pontual de algumas áreas rurais a partir da ativação de atividades produtivas com elevado potencial de valorização económica de que é exemplo em território nacional toda a área dominada pelo “Douro vinhateiro”.

⁶ O território selecionado circunscreve-se a uma faixa de 12x3Km numa área agrícola situada a 16km de Amesterdão, sentido Norte.

⁷ Obras como *Delirius of New York* de Rem Koolhas (1978), *L'Architettura della Citta* de Aldo Rossi (1966), *Learning from Las Vegas* de Venturi, Scott-Brown e Izenour (1977), são alguns exemplos que põem em evidência a reflexão sobre as grandes cidades e metrópoles produzida durante o século XX.

⁸ Trata-se de um território que pela proximidade relativa em relação à cidade se enquadra no rural periurbano, cujas características de alguma dinâmica produtiva e económica em muito contrastam com os territórios rurais mais remotos.

experiência no campo, sustentada pela procura e valorização dos valores da autenticidade.

Como síntese da dinâmica de transformação em curso dos territórios rurais, Koolhaas conclui do seguinte modo:

O campo é agora a linha da frente da transformação. Um mundo anteriormente prescrito pelas estações do ano e pela organização da agricultura é agora uma mistura tóxica de ensaio genético, ciência, nostalgia industrial, imigração sazonal, aquisições de terrenos, subsídios em massa, habitação incidental, incentivos fiscais, investimento, turbulência política, em outras palavras, mais volátil que a cidade mais acelerada⁹ (Koolhaas, 2014, p. 67, [tradução livre]).

A exigência do tema resulta assim na variedade de “tipos de rural,” como na justaposição simultânea de diferentes ordens, usos, atividades, representações sociais e percepções simbólicas dentro de um mesmo território, não devendo ser entendido “nem como o contrário da urbanidade, nem como o seu prolongamento, nem tão pouco como a degradação do seu estado ou ressurgimento” (Kayser, 1990, p. 28, [tradução livre]) mas antes como produto indefinido, incerto e desconhecido.

Se no Manifesto Rural Europeu sobressai um conjunto de desafios que percorrem em geral os territórios rurais, do exemplo de Rem Koolhaas, focado numa realidade específica, extraem-se precisamente algumas das perplexidades e contradições que o enformam.

047

No panorama nacional, Álvaro Domingues dá-nos igualmente a perceber um mosaico de diversidades, perplexidades, anacronismos e contrastes em permanente regime de coexistência. Muitas vezes apoiado em registos fotográficos, nele se refletem “as metamorfoses profundas do mundo rural” (Domingues, 2009, p. 197), pondo em evidência a profunda hibridez que versa o rural na contemporaneidade e o grande desafio que lhe cabe, “também por conta do trauma da perda de um mundo rural mitificado que está longe de se resolver e apaziguar” (Domingues, 2011, p. 62).

Esta diversidade é justamente abordada por Cordovil, que reconhece na variedade das características biofísicas de diversas áreas, posição geográfica e relevo, alguns dos principais fatores que determinam a diversidade do território rural português (2015). Assim se explica que dentro do rural coexistam áreas de grande competitividade nacional, de que é exemplo o Alto Douro Vinha-

⁹ Transcrição do texto original: “The countryside is now the frontline of transformation. A world formerly dictated by the seasons and the organisation of agriculture is now a toxic mix of genetic experiment, science, industrial nostalgia, seasonal immigration, territorial buying sprees, massive subsidies, incidental inhabitation, tax incentives, investment, political turmoil, in other words more volatile than the most accelerated city”(Koolhaas, 2014, p.67).

teiro, como áreas de grande valor biofísico e agrícola, como a Lezíria do Tejo, como ainda, extensas áreas do território desruralizadas. Tal diversidade determina, conseqüentemente, que existam extensas áreas monitorizadas, através de sofisticados meios tecnológicos, com vista à rentabilização máxima, a par de vastas áreas abandonadas.

De maneira a constatar esta convergência (à semelhança de Rem Koolhaas) de uma profunda porosidade e mescla de diferentes dinâmicas sob o acento da ruralidade, transcrevemos de Álvaro Domingues algumas passagens que enquadram esta nova ordem:

‘Agrícola’ é a economia (...); ‘Rural’ é a cultura (...); quando uma descola da outra, a oposição convencional entre o rural e o urbano, tal como a associação entre o rural e o agrícola, perdem todo o sentido (Domingues, 2009, p. 197).

[Verifica-se assim] a erosão dos enquadramentos convencionais que definiam e posicionavam a alta e baixa cultura, o rural e o urbano, o global e o local, o popular e o erudito, o sagrado e o profano, a arte e a publicidade, a tradição e a vanguarda etc. A hipermodernidade é diferente do esquema simples da modernidade e das suas racionalizações universais (Domingues, 2011, p. 139).

Ora, se historicamente o conceito de rural ou espaço rural sempre foi definido como oposto ao urbano, “marcado por funções, atividades, grupos sociais e paisagens não só distintos, mas mais do que isso, em grande medida construídos ‘contra’ o mundo rural” (Ferrão, 2000, p.46), atualmente esta partição clássica do território enfrenta uma crise de sentido. Tal, decorre “de uma lenta degradação e desaparecimento do campo, dos camponeses, da aldeia, bem como uma desagregação, uma dispersão, uma desmesurada proliferação daquilo que foi outrora a cidade” (Lefebvre, 2001, como citado por Ribeiro, 2017 p. A1-5). Assim, este processo é, em grande parte, justificado por dois movimentos: por um lado, assinala a crescente absorção do rural pelo urbano e, por outro, o alastramento do tecido urbano aos campos e suas atividades¹⁰ daí resultando um *continuum* gradativo que se manifesta tanto pela assimilação de algumas das características da vida urbana pelo mundo rural, como pela descoberta das virtudes do rural por parte das comunidades urbanas.

Nesta mesma linha de pensamento, também para Corboz (2004 [1983]) a dicotomia que opõe cidade-campo deixa de existir a partir do momento em que o triunfo da cidade se materializa, não sob a sucessiva formação de construções, mas antes pela mentalidade urbanizada que adquirem ou absorvem os habitantes de todo e qualquer território. Tal processo ter-se-á iniciado de acordo com o mesmo autor, com a difusão dos meios de comunicação (a ferrovia, o rádio e por último a televisão), contribuindo em definitivo para

¹⁰Este processo de disseminação e hibridação das características entre o mundo rural e o mundo urbano é designado por Sorokin & Zimmerman de rurbanização (1969, p. 611).

alteração de comportamentos e a conseqüente homogeneização dos modos de vida por meio da fixação de determinados reflexos culturais (2004 [1983]).

Para a desconstrução da velha dicotomia rural-urbano, têm assim contribuindo a maior porosidade e hibridez funcional do meio rural, a crescente valorização de outras perspectivas que vão para além da sua função agrícola (Figueiredo, 2003; Carvalho & Correia, 2009), a par de um desvanecimento das diferenças entre estruturas sociais e modelos de organização (Mattoso, Daveau & Belo, 2011) que mitiga muitas das diferenças e fronteiras que polarizavam cada uma das faces – rural e urbano.

Neste contexto, tanto se aprofundam as definições e delimitações conceptuais e teóricas do rural, como os seus usos, atividades e paisagens se hibridizam. Rural e urbano não são, por isso, categorias já tão distinguíveis e destacáveis do ponto de vista funcional, material e paisagístico, como foram outrora.

Porém, e embora assimilada e aceite esta profunda hibridização entre campo e cidade, a discussão sobre a velha dicotomia prevalece e subsiste sob várias linhas de pensamento. Se é certo que identificamos do ponto de vista histórico uma série de inflexões que vão convergindo na progressiva desmontagem e desconstrução das lógicas subjacentes ao rural *versus* urbano, certo é também que o seu contrário prevalece com equivalente força argumentativa e justificativa.

049

Para Mattoso, Daveau e Belo, a assunção de que estes dois mundos deixaram de estar separados, não é de todo óbvia:

Portugal rural é cada vez mais diferente do urbano, porque se vai aproximando do deserto; na mesma medida, o litoral opõe-se cada vez mais ao interior. Se estamos mais perto de ser um só país, é porque o rural, o interior, pelo menos aparentemente, deixa de contar: deixa de ter escolas, serviços médicos, maternidades, polícia, transportes públicos. Que faremos então desse Portugal vazio? (Mattoso, Daveau & Belo, 2011, p. 6).

Também para Cristóvão e Portela (1996) é de constatação óbvia que o movimento de concentração litoral-urbano nunca deixou de acontecer, razão pela qual se foram agravando as clivagens entre territórios densamente ocupados e outros em processo de desertificação. Com base nesta tendência, Oliveira Baptista (2006) conclui, entretanto, que mais de metade de Portugal Continental pode ser assim considerado como rural profundo ou como espaço remoto de baixa densidade.

Deste modo, “evocar a relação urbano-rural não remete tanto para a diferença entre duas ordens fixas, mas para o que separa duas realidades em modifica-

ção constante. Ou seja, o rural e o urbano só se distinguem por referência mútua” (Baptista, 1996, p. 67). A dicotomia prevalece, pois, ainda que os moldes que a concretizem se encontrem em pleno processo de (re)descoberta e (re)definição.

Como o fator histórico mais decisivo no surgimento de uma nova dicotomia que contrapõe à oposição convencional – rural-urbano – o geógrafo João Ferrão identifica a industrialização da agricultura, movimento iniciado pós II Guerra Mundial e, que, segundo ele, deu origem a um novo paradigma - a do mundo moderno *versus* mundo arcaico (Ferrão, 2010). Isto porque o mundo rural se dividiu nesse momento e pela primeira vez em duas realidades: o mundo rural industrializado e o mundo rural tradicional, deslocando o rural industrializado para a esfera do urbano e, por conseguinte, para a esfera do mundo moderno. O rural tradicional, por seu turno, foi remetido para a esfera de uma realidade remota e arcaica (Figueiredo, 2003), assombrada pelo empobrecimento e abandono generalizado, todavia valorizado pelo reconhecimento dos valores estáveis da tradição e da autenticidade, em resultado do sentido de perda gerado pelo processo de desruralização. Porém, não é somente a redefinição do termo que reclama a sua adequação ou revisitação ou a constatação sobre o galopante processo de transformação dos territórios rurais que nos mobiliza é, também, a crescente tomada de consciência sobre a complexidade¹¹ que temos em mãos e a consequente dificuldade de nos posicionarmos perante ela.

050

Face a este enquadramento, impõe-se então a interrogação: logrará o rural escapar do “triunfo dos conceitos vagos”¹² ou da hiper abundância de categorias em que vem sendo caracterizado? De que discursos, concepções e sensibilidades se tem composto afinal a discussão sobre este meta-rural?

Muitos têm sido os contributos para a sistematização de tão denso corpo de diversidades, transformações e representações sociais em torno da condição rural, à qual correspondem, entretanto, algumas propostas de tipificação e categorização.

De acordo com Oliveira Baptista, os critérios que concorrem para uma certa tipificação dos territórios rurais “resultam hoje mais das atividades da população e do modo como esta se distribui pelo espaço do que de decisivas diferen-

¹¹ Thomas Fisher faz corresponder o tempo presente a um vigoroso processo de transformação social e económica informado por uma rotura com o passado que vem abalando os alicerces de uma estrutura e organização construída desde a Revolução Industrial e a que o autor dá o nome entre outros de “*the age of complexity*” era da complexidade (Fisher, 2000).

¹² Alain Bourdin adota a expressão “conceitos vagos” para definir termos cuja abrangência e vastidão de significados “torna fácil a afirmação peremptória e difícil a construção de um raciocínio circunstanciado dando muitas vezes origem a ‘preconceitos cognitivos’ que ninguém interroga ou questiona” (2010, p. 22).

ças sociológicas” (2003, p. 58), razão pela qual em quase todas as propostas se privilegiam, fundamentalmente, três aspetos: de natureza demográfica, associada às densidades populacionais e dimensão dos aglomerados; de natureza funcional, relacionada com o uso do solo e a prevalência das atividades agrícolas; e de natureza sócio-cultural, dependente das formas de organização das comunidades e conservação das estruturas ditas tradicionais.

Kayser (1990), propõe-nos genericamente a definição de três tipos de espaço rural (considerando em particular o contexto francês):

- i) Um *espaço periurbano*, emergido nas bordas e limites da cidade, contíguo ao espaço urbano;
- ii) Um *espaço rural profundo*, caracterizado pela fraca produtividade e baixa densidade populacional;
- iii) Um *espaço com implantação de atividades de serviço urbano*, abrangendo territórios dos dois tipos – periurbanos e profundos, onde se verificam a implementação de serviços turísticos, mas também industriais e sociais.

Por sua vez, Marsden e Murdoch (1994) estendem as possibilidades de classificação a outros parâmetros distinguindo quatro categorias com base nas trajetórias de desenvolvimento dos espaços rurais: i) *campo preservado*; ii) *campo discutido*; iii) *campo paternalista*; iv) *campo clientelista*. O’Flanagan, (2001) diferencia por seu turno outros tipos considerando as condições de vida e de bem-estar dos seus residentes: i) *rural confortável*, ii) *rural estagnado*, iii) *rural em declínio*, iv) *rural tradicional*. E Antoine Bailly (2006), por exemplo, suprime mesmo da sua categorização o termo rural optando por eleger os termos (i) *urbano*, (ii) *suburbano*, (iii) *exurbano* e (iv) *rurbano* para acentuar a prevalência do urbano sobre os territórios rurais e sua crescente hibridização.

No quadro político, e em sequência da reflexão sobre “o futuro do mundo rural”, já aqui referido, a Comissão Europeia começa por diferenciar (nos anos 80) três tipos de rural: i) um rural *sob pressão da evolução moderna*; ii) um rural *em declínio*; iii) um rural *vulnerável*. O primeiro corresponde, à semelhança do rural *periurbano* de Kaiser, a áreas localizadas na proximidade de grandes centros urbanos. O segundo remete para os territórios de mais baixa densidade populacional, onde o despovoamento e o desvanecimento da atividade agrícola os atira, em definitivo, para uma condição de marginalidade (também designado *rural profundo*). Finalmente, a terceira categoria concentra-se nos territórios que exibem maiores constrangimentos de acessibilidade, denotando assim maior dificuldade na implementação de serviços, equipamentos e na diversificação das atividades económicas (ECC, 1988). A OCDE opta em 1990

por distinguir também três tipos de rural: (i) um rural *economicamente integrado*; (ii) um rural intermédio e (iii) um rural *periférico ou remoto* que, genericamente, recupera a divisão e distinção das categorias estabelecidas por Kaiser, apenas adotando nomenclaturas distintas.

No contexto português, a definição que tem vinculado as políticas públicas, corresponde à categorização estabelecida pelo Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar (GPPAA) do Ministério da Agricultura que, de acordo com os diferentes usos, distingue três tipos de rurais:

Um “*rural preservado*” – (...) nos territórios rurais em que domina, ao nível das autarquias e do sistema de planeamento físico, uma classe média de raiz urbana existindo geralmente fortes limitações às actividades produtivas (...);
Um “*rural produtivo*” onde dominam interesses agroalimentares;
E um “*rural marginal ou dependente*” onde dominam interesses assistenciais através da concessão de inúmeros apoios de apoio à atividade agrícola, assistência social etc (GPPAA, 2003, p. 7).

Paralelamente, o organismo identifica ainda dois tipos de rural de acordo com os índices de competitividade agrícola e o padrão de especialização agroflorestal do território: um *Rural dinâmico* e um *Rural frágil* (GPPAA, 2003, p. 11-14).

A Carminda Cavaco pertence, todavia, uma das classificações mais usualmente referidas, propondo “três tipos de situações a que correspondem diferentes problemáticas de desenvolvimento” (1993, p. 95):

- i) um rural de *campos peri-urbanos e rurbanos*, caracterizado por uma expressiva dinâmica económica e demográfica, nele se fazendo sentir a pressão e expansão da cidade;
- ii) um rural de *campos em vias de despovoamento e abandono*, que corresponde aos territórios mais remotos e em galopante processo de dupla desertificação – física e humana;
- iii) e finalmente os *campos intermédios*, onde se sobrepõem características das outras duas categorias, e à qual pertencem enfim todos os territórios, onde o difuso e o híbrido prevalecem.

João Ferrão (2000), em função da proximidade física mas também funcional e sócio-económica aos principais centros urbanos, identifica igualmente três áreas rurais: *rurais centrais, periféricas e marginais ou profundas*.

Joaquim Rolo (2014) propõe-nos, por seu lado, cinco tipos de ruralidade Fig. 1, a partir de uma análise que articula parâmetros como a densidade populacional, o peso dos grupos socio-económicos dentro do setor primário, o nível

de interdependência urbana etc, a saber: (i) *Baixa Densidade* (subdividido em Norte, Centro e Sul); (ii) *Transição Agrícola*; (iii) *Transição indústria e serviços*; (iv) *Rural Denso* e (v) *Rural Metropolitano*.

Todas estas classificações confrontam-se, entretanto, com variações sobre o modo de equacionar o valor da agricultura e dos territórios rurais, das quais resultam ainda estas possíveis visões:

uma *visão produtivista* que, para além do solo e do seu uso, regula, promove a competitividade de produtos e fileiras de produção(...);
 uma *visão ambientalista* que privilegia o equilíbrio ambiental (...);
 uma *visão culturalista*, centrada na manutenção/defesa da paisagem e do património(...);
 uma *visão social* que enfatiza o mundo rural e os seus problemas de esvaziamento, envelhecimento(...) falando cada vez mais em desenvolvimento rural e em soluções integradas de desenvolvimento local (turismo, artesanato, defesa de valores patrimoniais e paisagísticos);
 uma *visão de segurança alimentar*, que regula o cultivo de transgénicos, as normas de utilização de químicos (...) entre outras, como as *intervenções territoriais* integradas, mais as combinatórias possíveis das anteriores (...)
 (Domingues, 2011, pp. 152-153).



Fig. 1. Tipologia dos espaços rurais.
 Fonte: adaptado de (Rolo, 2014).

Ora, tal sucessão de orientações, classificações, distinções e visões permite, pois, constatar a complexidade que temos vindo a aludir, revelando o desafio que evidenciam os territórios rurais tanto do ponto de vista conceptual e teórico, como do ponto de vista prático, físico e material.

053

Salienta-se, contudo que, apesar da abundância de categorias acerca do rural, é possível concretizar uma visão mais genérica e sintética sobre o tema. A partir da análise do mapa (Fig. 1), onde estão delimitados geográfica e espacialmente os diferentes tipos de rurais, verifica-se que:

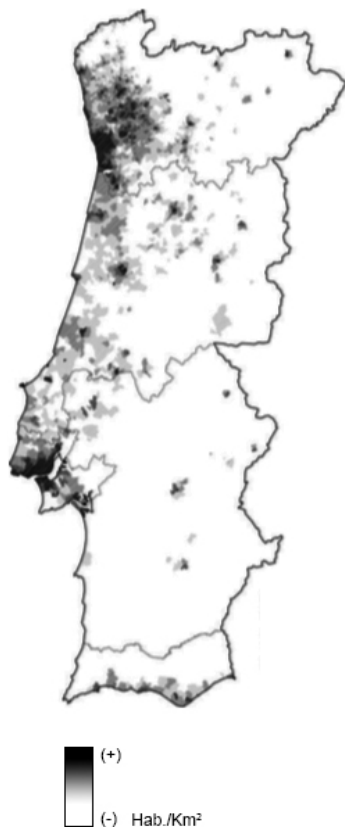
- i) São escassos os territórios de proximidade com as grandes cidades, que exibem dinamismo e progresso económico;
- ii) A mancha correspondente aos campos intermédios (onde se incluem as categorias de *transição agrícola*; *transição indústria e serviços* e *rural denso*) representam realidades pouco expressivas face ao crescente fenómeno de litoralização do país;
- iii) A área a branco para a qual se remetem os territórios de baixa densidade representam mais de dois terços do território português continental.

Em face destas constatações podemos genericamente concluir que o país, para além de ser eminentemente rural, é dominado por *campos em vias de extinção ou abandono* (Cavaco, 1993), que outros autores classificam entretanto também de *baixa densidade e remoto*, remetendo para a fragilidade das estruturas



Fig. 2. Delimitação da ruralidade. Fonte: adaptado de (Ribeiro, 2017).▲

Fig. 3. Densidade populacional em 2001. Fonte: adaptado de (Ribeiro, 2017).▼



sociais, organizativas e económicas que a comportam. Ou seja, todo o território rural tende, maioritariamente, a ser despovoado e rarefeito.

Como bem se observa na Fig. 2 e Fig. 3, é rural tudo o que resulta do vazio deixado pelos limites e contornos dos centros e clusters urbanos¹³ (localizados fundamentalmente na faixa costeira a poente, a norte do Tejo e costa algarvia). Ou seja, todas as áreas que registam os índices mais baixos de densidade populacional e os indicadores de maior rarefação, surgindo estes territórios irremediavelmente associados a uma certa ideia de precariedade, carência e isolamento (Abramovay, 2000).

Sendo parte desta polarização justificada pelas enormes transformações operadas na agricultura que originaram mutações tecnológicas, económicas, sociais e políticas de grande complexidade em resultado do processo de desruralização iniciado nos anos 60 (Baptista, 1996; Silva, 2007; 2008), também fatores físicos e humanos relacionados com a geografia de Portugal estão na origem da desproporcionalidade entre territórios, nomeadamente a divisão que opõe litoral ao interior.

Orlando Ribeiro, no seu livro¹⁴ *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, produz a primeira grande síntese sobre a geografia de Portugal, nela estabelecendo as suas divisões fundamentais - um território organizado no essencial em três grandes regiões, cuja análise (física e humana) se considera a partir de duas grandes influências que são o mediterrâneo e o atlântico. Assim se propõe uma demarcação entre o norte, em particular o noroeste de *facies* atlântica, e o sul eminentemente mediterrânico, e uma terceira região a que corresponde uma faixa interior onde coabitam influências oceânicas e características do mundo mediterrâneo, associada à proximidade das regiões do centro da Península Ibérica. Ora é sobre esta mesma divisão que se erguem e decalcam com crescente vigor as principais assimetrias do país, razão pela qual o geógrafo esclarece que “abstrair das relações de posição, seria mutilar a complexa realidade geográfica do nosso país” (Ribeiro, 2011, p. 63). Do mesmo modo que não considerar os conhecimentos vindos da etnografia, história, economia, demografia para os ligar à geografia física estreitaria a compreensão sobre a realidade física e social do território português.

¹³ De acordo com os indicadores do *Programa de Desenvolvimento Rural – continente 2007-2013*, o peso relativo das zonas rurais em 2006 “correspondia a 85,6% do território nacional, com uma densidade populacional de 40,9% hab./Km² face aos 110 hab./Km² a nível nacional (Ribeiro, 2017, p. A1-16).

¹⁴ A obra *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* continua a ser referencial pela leitura cruzada que promove entre as condições físicas e condicionantes naturais e as formas de organização da vida social e cultural das comunidades, abordando as suas divisões fundamentais mas também os seus fatores de continuidade e coesão, não deixando porém de aludir à natureza diversa de que é composta cada uma das regiões identificadas.

Paralelamente, tanto mais se nos revela desafiador o paradigma destes territórios, quanto mais ela se suporta na evidência dos dados estatísticos.

Em 1950 “mais de 1,5 milhões de pessoas estavam ligados à atividade agrícola, alcançando nesta década o seu maior significado demográfico e produtivo” (Cordovil et al, 2004, pp. 907-908). A partir desta década iniciou-se, porém, a trajetória de declínio, conhecendo o seu progressivo e galopante agravamento até aos dias de hoje. Em 1960, o peso relativo do setor primário (agricultura, silvicultura e pescas) na constituição do Produto Interno Bruto (PIB) representava um valor médio de 22%, decrescendo para cerca de 13% em 1970 e para aproximadamente 3% em 2001. (Cordovil et al., 2004, como citado por Silva, 2008). Entre 2002 e 2012 o valor acrescentado da agricultura do continente português diminuiu 26%, valor que correspondeu a uma perda média anual de cerca -2,5% (Cordovil, 2015). Mais se acrescenta que entre os anos 50 e a atualidade verificou-se uma desmobilização de pessoas afetas às explorações agrícolas na ordem dos 35% (Figueiredo, 2003, p. 200).

Dados relativos às últimas duas décadas confirmam, entretanto, esta trajetória de declínio: “A evolução da agricultura portuguesa na última década foi a mais negativa desde a adesão à União Europeia. O valor acrescentado da agricultura do continente diminuiu 26% entre 2000 e 2012” (Cordovil, 2015, p.18). Em 2008, os dados que integravam o perfil de Portugal no âmbito do Programa da Rede Rural Nacional 2007-2013, indicavam que 85% do território continental era identificado como zonas rurais sendo 86,6% dessa área considerada zona desfavorecida. Do total da superfície que compõe o território rural, não obstante, só cerca de 40% da superfície estaria afeto à produção agrícola (PRNN, 2007-2013).

055

Este cenário foi, entretanto, simultânea e paralelamente agravado pelas orientações de uma Política Agrícola Comum (PAC, 1992) que previa expressamente o abandono do cultivo em grandes áreas em troca de uma política de apoio à proteção da natureza e paisagem (Baptista, 2006) e, que, tendo o nosso país interiorizado com excesso de zelo a problemática dos excedentes de produção agrícola (não vendáveis) (Cavaco, 1999), nos remeteu em definitivo para a esfera dos países com menor capacidade produtiva.

Ora esta alteração estratégica no tecido produtivo do país (do qual resultou a quebra abrupta da atividade agrícola) fez-se igualmente acompanhar de uma nova ordem demográfica, colocando persistentemente em evidência um litoral cada vez mais urbano e económica e demograficamente mais dinâmico, contra um interior menos desenvolvido e demograficamente repulsivo” (Ferreira, 2002).

Dados estatísticos permitem então concluir que, no limiar do século XXI, a concentração da população portuguesa no eixo litoral compreendido entre Braga e Setúbal, fixava mais de 85% da população (INE, 2002, como citado por Silva, 2008). Entre 1991 e 2001 esta concentração cresceu a um ritmo quatro vezes superior ao crescimento global da população, contra um decréscimo na ordem dos 8% nas regiões com menos de 2 000 habitantes. (Silva, 2008). A corroborar a continuidade do processo de litoralização¹⁵, verifica-se entre o ano 2000 e 2016, a tendência de bipolarização da população residente em torno das duas áreas metropolitanas, ainda que com maior incidência na Área Metropolitana de Lisboa, a deixar para trás todos os municípios localizados no interior do continente que registam assim valores inferiores a 50 habitantes por km² (INE, 2017).

Ora da interpretação conjunta destes indicadores, resulta evidente que este rural caleidoscópico, poliédrico, metamórfico e a diversas velocidades que temos vindo a tratar, radica no essencial, e à parte de outras considerações, numa profunda e incontornável inflexão de ordem civilizacional e social. Afinal uma sociedade rural que se fez suburbana à pressa teria que naturalmente acusar os efeitos desta deslocação programática. O êxodo rural, o fenómeno da emigração, o envelhecimento da população, a perda de relevância económica, a degradação do património e serviços e a conseqüente marginalidade geográfica de que daí resulta são só a marca visível desta mudança de paradigma.

056

Uma realidade, em suma, “esfumada onde cultura e agricultura se desencontram” (Domingues, 2011, p. 70) para dar origem a um campo aberto de antagonismos e anacronismos tão longe dos tempos em que a agricultura era a atividade dominante da economia portuguesa.

Assim, é deste ponto sem retorno que emerge a reflexão sobre os territórios rurais na contemporaneidade. Sendo o rural simultaneamente coisa material, um testemunho cultural e um facto social, a estreita correspondência entre a reflexão teórica, o pensamento arquitetónico e o correspondente exercício da prática, afigura-se-nos, pois, útil e pertinente.

Através das expressões síntese – abandono e ação – procuraremos enquadrar de seguida duas grandes variantes de reflexão em torno do rural. Esta bipolarização conceptual será fundamentalmente erguida, por um lado, a partir de uma perspetiva de valorização do espaço rural através da ideia de lugar em espera, deliberadamente vagante, e por outro, considerando uma perspetiva

¹⁵ A litoralização é sobretudo mais evidente na faixa que se estende entre Viana do Castelo e Setúbal, e a Sul, entre Lagos e Vila Real de Santo António, onde se verificam as maiores concentrações populacionais.

normativa, que assenta em estratégias de reprogramação do espaço rural, ora através do conceito de multifuncionalidade, ora através da patrimonialização, terciarização ou renaturalização. Às duas vias, subjaz a ideia potencial de oportunidade, de possibilidade, e com ela a observância de uma alta expectativa, cujo desenho/configuração que antecipa é, de resto, objeto da arquitetura.

A perspectiva de análise é por conseguinte de ordem prospetiva e menos retrospectiva, mais empenhada em enquadrar hipóteses de leitura, visões e cenários do que em refazer a história do seu passado.

Sobre o desenho das suas possibilidades: lugares de vagueza ou evento

Vagueza ou evento, territórios de reserva ou territórios de acontecimento, rural refúgio ou rural de serviços e produtos – que modelos teóricos e metodologias de ação têm vindo a difundir-se em resultado das transformações do mundo rural?

Embora conceptual e radicalmente distintas, as duas confrontam o mesmo território difuso, erguido sob o signo do abandono, do remoto e do marginal. De um lado uma corrente de pensamento que defende a ordem natural sobre a ação do homem, do outro o homem no centro da decisão sobre a funcionalização e a programação dos territórios¹⁶. A primeira considera *in extremis* a desocupação de extensas áreas¹⁷, a segunda prevê a reprogramação do espaço rural visando restituir ocupações e impulsionado as atividades económicas e a qualidade de vida das populações. Face a uma perspetiva que é objetivamente de rotura face ao extenso e intenso domínio do homem sobre o território (de matriz eminentemente ecologista) e uma outra que agrega um conjunto de outras propostas que compõem, no essencial, o atual estado de arte sobre as estratégias de valorização dos territórios rurais, procuraremos cruzar e confrontar cada uma das linhas de pensamento e ação, enquadrando as visões que dominam contemporaneamente a discussão sobre o futuro dos territórios rurais, a fim de extrair delas não somente um corpo útil de sistematizações acerca do tema em debate, como, porventura, expandir o campo de reflexão, instigando outros olhares e possibilidades críticas sobre o tema.

058

A partir dos textos de Gilles Clément procuraremos explorar a primeira via, à qual está implícita a ideia de abandono como oportunidade, de vazio como promessa, perspetiva que vemos igualmente debatida no ensaio de Solà Morales, acerca dos espaços urbanos tornados obsoletos, desativados ou esque-

¹⁶ De acordo com André Corboz, esta divisão estruturante que opõe distintos modos de olhar e atuar sobre o território, emerge a partir da revolução industrial sob a égide de duas concepções opostas quanto aos objetivos, meios e modos de percecionar a natureza. A primeira variante, radica no crescimento e valorização das ciências, em que a “natureza” é considerada como um bem comum à disposição da humanidade, podendo e devendo os homens explorá-la em seu benefício. A segunda concepção considera, pelo contrário, a natureza como uma espécie de complemento da alma humana, percecionada como um ser místico que mantém um diálogo contínuo com os homens e por conseguinte a mesma natureza – objeto, passa a ser natureza-sujeito. De um lado a hipertrofia da razão e por outro a hipertrofia do sentimento. Contra os que trabalham no sentido de instrumentalizar a ciência com vista a um domínio cada vez mais eficaz sobre o território, revoltam-se assim aqueles que procuram instaurar uma relação de intersubjetividade com a natureza (2004 [1983]).

¹⁷ A valorização e culto da natureza assim como o fascínio pelo exótico revelado pelo movimento artístico do romantismo é numa outra perspetiva defendida pela *deep ecology* iniciada nos anos 60, que aliou um pensamento ambientalista de conservação e preservação da natureza, a um ativismo sobre os efeitos prejudiciais da tecnologia industrial moderna, reconhecendo o valor inerente de todos os seres vivos e o uso dessa visão na defesa da alteração de comportamentos e práticas sociais conducentes à proteção da integridade das comunidades ecológicas da terra.

cidos nas cidades e que, por sua vez, o autor entroniza segundo a designação de *Terrain Vague*.

A segunda via assenta na ideia de acontecimento como possibilidade que deriva fundamentalmente da implementação de determinadas políticas comunitárias e nacionais de desenvolvimento dos territórios rurais por via da multifuncionalidade do espaço rural.

Relativamente a esta segunda via, o desenvolvimento da atividade turística ocupa uma posição preferencial, a par da patrimonialização do espaço rural considerado a partir de três frentes essenciais: salvaguarda da natureza, salvaguarda da cultura e saberes fazeres e, finalmente, a defesa dos edifícios e conjuntos arquitetónicos de interesse (Ferrão, 2011), representando o incentivo à prática agrícola um dos vetores de menor priorização.

Concentremo-nos, primeiramente, na hipótese teórica que contempla o território como espaço “não explorado” ou seja, como espaço eminentemente naturalizado, deixado vago e desocupado.

O abandono dos territórios rurais resulta, como de resto temos vindo a notar, num dado factual e incontornável. Em Portugal, o fenómeno de desertificação dos territórios rurais que ocorre persistentemente desde a década de 60, conduziu a uma realidade em que “a sobra da terra foi-se insinuando como inevitável” (Baptista, 1996, pág. 56), ou seja, persistente e concomitantemente irreversível até aos dias de hoje.

A imagem de um balão que perde continuamente ar parece, pois, metaforizar bem este processo que acentua a clivagem entre áreas em galopante processo de desertificação e outras que conhecem significativos incrementos das populações, como é o caso das cidades e das grandes metrópoles, funcionando estas como catalisador e atrativo permanente das diásporas rurais.

No plano da sustentabilidade, o caminho giza-se em estreita correspondência com os movimentos migratórios, cujas concentrações humanas organizadas em modelos compactos como as cidades (em detrimento de ocupações dispersas) tendem a mitigar os impactos da ação humana e assim a reduzir a pegada ecológica do homem. Consequentemente, parecem coincidir numa mesma linha temporal um facto – o abandono de grande parte dos territórios rurais – e uma corrente de pensamento (acompanhada da investigação) que identifica este desequilíbrio – por um lado as concentrações em urbes e por

outro o esvaziamento de grande parte do território – como uma das possibilidades de recapacitação e reequilíbrio da vida na terra¹⁸.

Esta realidade fornece-nos, por conseguinte, a chave fundamental para abrir caminho a uma perspetiva de valorização da ideia do abandono como lugar simultaneamente de oportunidade e possibilidade.

Recuperamos, a este propósito, um artigo de Stanley Robinson com o título “Empty half the Earth of its humans. It’s the only way to save the planet” que aborda os benefícios de grandes áreas livres de qualquer atividade humana, ou seja, de grandes áreas de reserva ambiental, de reserva para a biodiversidade, de reserva para a restituição e regeneração dos diversos ecossistemas naturais.

A ideia principal é manifesta no seguinte parágrafo:

(...) numa época em que há mais pessoas vivas que nunca, esse plano pode parecer estranho e até impossível. Mas não é. Com as pessoas a abandonarem os campos em todas as partes do mundo em direção às cidades, as grandes regiões estão mais vazias de humanos do que há um século, tendência que se manterá. (...) Se esses lugares fossem redefinidos (e revalorizados) como vazios úteis, haveria trabalho de vigilantes para alguns, trabalho de guarda de coutada para outros, e o resto poderia ir para as cidades integrando as dinâmicas e os ritmos das sociedades atuais¹⁹(Robinson, 2018 [tradução livre]).

060

Por seu turno, o livro *Half-earth: Our Planet's Fight For Life*²⁰ (do qual parte aliás a redação do artigo mencionado anteriormente) fornece-nos uma leitura substantiva sobre a devastação da biodiversidade do globo terrestre por conta da ação humana, confrontando-nos com uma taxa atual de extinção de espécies

¹⁸ A aculturação permanente dos territórios tem assim subalternizado, reduzido e suprimido grande parte da capacidade regeneradora dos ecossistemas, conduzindo ao progressivo desaparecimento do número e variedade de espécies e à redução da biodiversidade. A divulgação do Relatório *Planeta Vivo 2020, da World Wildlife Fund (WWF)*, em setembro de 2020, “revela que nos últimos 50 anos se perderam 68% das populações monitorizadas de mamíferos, aves, anfíbios, répteis e peixes”, lembrando a urgência de um “Novo Acordo para a Natureza e para as Pessoas” (Expresso, setembro, 2020). O mesmo relatório menciona ainda que “a pegada ecológica per capita em Portugal aumentou significativamente entre o relatório de 2018 e o de 2020 e posiciona o país no 46.º lugar a nível mundial, com 4,1 hectares de terra necessários por pessoa, enquanto que há dois anos aparecia em 66.º”, havendo a necessidade de suspender rapidamente este processo sob pena de pormos em causa a própria sobrevivência humana.

¹⁹ Transcrição do texto original: “(...) At a time when there are far more people alive than ever before, this plan might sound strange, even impossible. But it isn't. With people already leaving countryside all over the world to move to the cities, big regions are emptier of humans than they were a century ago, and getting emptier still. (...) If these places were redefined (and re-priced) as becoming usefully empty, there would be caretaker work for some, gamekeeper work for others, and the rest could go to the cities and get into the main swing of things” (Robinson, 2018 in <https://www.theguardian.com/cities/2018/mar/20/save-the-planet-half-earth-kim-stanley-robinson>).

²⁰ A obra mencionada, da autoria do biólogo Edward O. Wilson, (prémio Pulitzer em 1979 com a obra *On Human Nature*), promove uma reflexão acerca do consistente movimento de extinção em massa da biodiversidade do planeta (com uma taxa de devastação 1000 vezes superior à verificada na época pré-humana), que se verifica na atualidade por conta da ação humana. Em virtude deste contexto o autor argumenta que cerca de 85% biodiversidade da terra pode ainda ser preservada, desde que metade da superfície da terra seja exclusivamente destinada às reservas naturais, solução que propõe na terceira parte do livro, após enquadrar primeiramente a origem do problema (Parte I) e depois de aludir à importância, complexidade e riqueza dos organismos vivos e seus ecossistemas.

absolutamente dramática e comprometedora da nossa própria sobrevivência. A revelação complementar de outros indicadores qualitativos e quantitativos desse mesmo impacto conduz posteriormente à defesa por parte do autor da necessidade de grandes territórios livres da ação humana sugerindo que metade da superfície da terra, como o próprio título sugere, se converta em lugar selvagem. Tal condição afigura-se assim essencial para assegurar a vida dos homens na terra e da qual depende também a manutenção das espécies e a salvaguarda sobre o potencial genético dessas mesmas espécies.

Inscrito num pensamento eminentemente ecologista, este livro alerta para uma necessária consciencialização do papel do homem como figura maior da salvaguarda e valorização da biosfera, encabeçando o compromisso de nos tornarmos os administradores do mundo vivo (Robinson, 2018) porque dele depende invariavelmente também a vida das comunidades humanas. Ora ainda que esta abordagem reflita um exercício extremo, ele aponta, porém, na direção do consistente movimento de alcance mundial que leva ao esvaziamento de grande parte dos territórios rurais, processo este que se imagina, entretanto, difícil de suspender e inverter.

Face a este contexto, porque não aceitar o vazio e a ausência de uso como parte da solução, observando-os como lugares de promessa, expectantes, alternativos e de devir?

061

Para esta discussão importa-nos enquadrar o fundamental da questão. Parece ter perdido força, pelo menos no campo teórico (como adiante se observa), pensar exclusivamente em estratégias que visam a continuidade de uma atitude que é sempre tutelada pelos pressupostos da planificação, da programação e do domínio do homem sobre todos os territórios, sem que este *modus operandi* encontre no seu contraditório equivalente espaço de confrontação.

Partir desta possibilidade conduz-nos, por conseguinte, a considerar o lugar abandonado como espaço de oportunidade, através da valorização da não ação humana, provavelmente tão essencial como o seu oposto - a antropização dos territórios.

O *Manifesto da Terceira Paisagem* de Gilles Clément remete justamente para essa valorização dos espaços residuais, onde se incluem os espaços abandonados de múltipla origem – agrícola, industrial, urbano, turístico, entre outros –, a partir da valorização do conceito de “refúgios para a diversidade”(2014, p. 13), e que nos importa invocar sobretudo pelo espaço de oposição (físico e mental) que reivindica face aos territórios organizados. Tal posicionamento crítico sugere, deste modo, a autonomização a legitimação de um lugar cuja

existência se julga corretiva, compensatória e preventiva face à saturação da atividade humana sobre a terra e que ganha mais força quanto mais se identifica e cresce o interesse coletivo e social sobre as questões ambientais.

O ensaio de Gilles Clément é também ele, pois, de natureza ética e política, uma vez que assenta na perspetiva de um “lugar antídoto” à cultura de congestionamento, onde a instauração da ordem biológica se opõe à ação fortemente reguladora do homem, remetendo para um certo recalibramento entre forças.

Assim o autor resume:

A Terceira Paisagem pode ser considerada como um fragmento partilhado de uma consciência coletiva, desde que o domínio partilhado se encontre dentro de uma mesma cultura²¹ (Clemént, 2014, p. 57, [tradução livre]).

E acrescenta:

A Terceira Paisagem não está interessada nos espaços residuais para os fazer desaparecer, mas para valorizá-los. (...) A valorização destes espaços responde a uma preocupação central, maior do que qualquer outra: a proteção e conservação da vida. A diversidade dos seres vivos (biodiversidade) é aqui entendida como a própria expressão da vida e como um dos componentes essenciais da evolução. (...) Por sua natureza, constitui, afinal, um grupo não regulado comparável a um espaço de liberdade em regressão em todo o planeta²² (Clemént, 2014, p. 68, [tradução livre]).

062

É, sobretudo, a partir deste pensamento contracorrente a favor dos espaços residuais como lugares de imprevisibilidade e imponderabilidade que emerge a novidade do posicionamento crítico de Giles Clément que embora inscrita numa perspetiva eminentemente ecológica (à semelhança de Edward Wilson), tem o mérito de romper com o modo dominante de pensar e agir sobre o território, sobrelevando as potenciais vantagens do vazio deliberado contra o ocupado, da ausência contra a presença, do indeterminado contra o planeado.

Também Ignasi de Solà-Morales, no ensaio sobre *Terrain Vague*, alude ao recalibramento de forças, pondo em perspetiva a instigadora ideia de que, inevitavelmente, o poder convida a escapar da sua presença totalizante; a segurança apela a uma vida de risco; o conforto sedentário chama pelo nomadismo

²¹ Transcrição do texto consultado na versão espanhola: “El Tercer paisaje puede ser considerado como un fragmento compartido de una conciencia colectiva, con la condición de que el dominio compartido se encuentre en el seno de una la misma cultura” (Clemént, 2014, p. 57).

²² Transcrição do texto original: “Al Tercer paisaje no le interesan los espacios residuales para hacerlos desaparecer, sino para ponerlos en valor. (...) La puesta en valor de esos espacios responde a una preocupación central, mayor que cualquier otra: la protección y conservación de la vida. La diversidad de los seres vivos (biodiversidad) se entiende aquí como la expresión misma de la vida y como uno de los componentes esenciales de la evolución. (...) Por su naturaleza, constituye a fin de cuentas un conjunto no reglado asimilable a un espacio de libertad en regresión en todo el planeta” (Clemént, 2014, p. 68).

desprotegido; do mesmo modo que a ordem urbana chama pela indefinição dos *Terrain Vague* (Solà-Morales, 2002). Assim, o autor entende os vazios urbanos como lugares de ausência, mas também como lugares de promessa, como espaços de liberdade e expectativa, cuja estranheza e marginalidade a eles imanente é necessária para romper com a homogeneidade esmagadora e a liberdade controlada da cidade planeada.

Ora para além da cidade e fora desta, enormes vazios de limites imprecisos e de vaga definição deixados fora do controlo e domínio das comunidades humanas passaram, igualmente, a ser estranhos. É o caso dos terrenos baldios comumente observados e perspetivados como fracasso humano ou de qualquer espaço ou porção do território que se apresente fora das margens das estruturas produtivas e dos circuitos que geram potencialmente interesse.

Em face a uma realidade que objetivamente mudou (as transformações verificadas na tecnologia, na ciência e nos costumes introduziram um novo paradigma de ocupação do território), por que não ponderar então o abandono como oportunidade para capacitar outros caminhos de reflexão sobre o território?

A desafiante ideia de que “é necessário que exista um certo abandono para que apareça ‘um estado de alta probabilidade’”²³ (Clément, 2012, p. 16, [tradução livre]) é aqui convocada como espaço de manobra crítica, reabilitando o sentido da espera, a ação do tempo sobre os lugares e a assunção do risco pelo desconhecido, indefinido e imponderável, como novos valores a considerar na avaliação dos possíveis caminhos para os territórios que, pelas razões já anteriormente mencionadas, perderam as suas atividades produtivas, as suas comunidades e, por arrasto, o seu suporte identitário.

063

Num território tão amplamente saturado de acontecimento e evento humano, admitir a hipótese de uma parte (que tem vindo a ser abandonada) ser observada com o estatuto de terceira paisagem é, pois, o grande desafio que se impõe.

Assim, ainda que este manifesto não se ocupe dos territórios rurais diretamente, fornece-nos as pistas para recentrar a nossa leitura e interpretação acerca deles, abrindo caminho, pela radicalidade que introduz, a outras possibilidades de reflexão que vão para além do discurso normativo que tem, em parte, dominado os discursos em torno do tema. Neste sentido, a utilidade e pertinência da reflexão de Gilles Clément, para além do seu interesse teórico, é complementarmente de outras ordens, designadamente:

²³ Transcrição do texto original: “es necesario que exista cierto abandono para que aparezca ‘un estado de alta probabilidad’” (Clément, 2012, p.16).

- i) De ordem política, porque cria sobre a noção de biodiversidade a visibilidade necessária para ser perspectivada e encarada no exercício da gestão do território;
- ii) De ordem ética, porque recentra a discussão na salvaguarda, proteção e restituição da ordem natural e dos seus ecossistemas, criando a consciência coletiva sobre a sua relevância e importância na própria vida dos homens;
- iii) De ordem pedagógica, porque abordar o tema significa suscitar o interesse pelo aprofundamento das aprendizagens e do conhecimento acerca da natureza, ou seja de todos os seres, espécies, dinâmicas e sistemas que o compõem;
- iv) E finalmente de ordem prática, porque, ainda que embrionários, os exemplos apontados de terceira paisagem no final do manifesto lançam luz sobre decisões estratégicas fundamentais que estiveram na origem das diversas iniciativas.

Consequentemente, o campo conceptual e material que esta hipótese enceta, coincide, em grande parte, com a assimilação da ideia de espaço de abandono voluntário e agenciado pelo próprio homem. Tal posição conduz assim a uma completa inversão do paradigma que domina grande parte da reflexão sobre os territórios e cuja estranheza, novidade e aparente radicalidade – a possível aceitação de territórios desocupados como base da sua continuidade – deve poder ser considerada.

064

Se até aqui procurámos abordar um pensamento mais disruptivo que experimenta as noções de imponderável e vazio como potenciais ideias de valorização dos territórios, convoquemos, de seguida, o corpo teórico que tem vindo a abordar estratégias de recapacitação e valorização dos territórios rurais a partir da noção agregadora de “multifuncionalidade do espaço”, sobre o qual pende um considerável consenso e que nos cabe igualmente aprofundar.

A perspectiva de reprogramação e recodificação do mundo rural terá sido consagrada em três documentos fundamentais: o documento da OCDE “Formulation de la Politique Rurale: Nouvelles Tendances” (1989); a comunicação elaborada pela Comissão Europeia com o título “O Futuro do Mundo rural” (1988); e a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) (1992), a partir dos quais se estabeleceram os enquadramentos conceptuais e a sua consequente operativização através da criação e implementação de diversos programas de ação.

Independentemente da distância temporal entre a sua redação, o fundamental dos três textos assenta então na definição de uma nova agenda programática

que pressupõe um novo estatuto espacial e de compromisso social para os territórios rurais, introduzindo então a primeira grande revolução no pensamento contemporâneo sobre o tema.

Tal agenda prevê, no essencial, a extinção da noção de espaço monofuncional associado à atividade agrícola contrapondo-lhe, por outro, a ideia de espaço multifuncional, concretizado a partir da integração de três funções principais - a função produtiva, associada à produção agrícola; a função ambiental, associada aos desígnios de proteção e salvaguarda dos ecossistemas naturais e características biofísicas; e finalmente a função cultural e social, onde se inscreve a produção simbólica, a memória e identidades coletivas sobre ativos culturais (Silva, 2007).

Trata-se de um trinómio que agrega à anterior função produtiva novas funções não produtivas, introduzindo no debate o conceito de “patrimonialização” como mecanismo de valorização e salvaguarda do interesse coletivo e o “turismo” como atividade económica que agencia e acautela esse mesmo interesse.

A este respeito consideremos a posição de João Ferrão, para quem à partida o mundo rural não agrícola é uma realidade “socialmente construída a partir da ideia de património” (2000, p. 48). A coberto dessa mesma valorização o autor identifica três tendências de patrimonialização:

- movimentos de *renaturalização*, centrado na conservação e protecção da natureza (...).
- a procura de *autenticidade*, que leva a encarar a conservação e a protecção dos patrimónios históricos e culturais como vias privilegiadas para valorizar memórias e identidades (...).
- a *mercantilização das paisagens*, como resposta à rápida expansão de novas práticas de consumo decorrentes do aumento dos tempos livres, da melhoria do nível de vida de importantes segmentos da população e, como consequência, da valorização das actividades de turismo e lazer (Ferrão, 2000, p. 48).

Como é assim possível depreender, os novos interesses pós agrícolas resultam no essencial das “funções que a sociedade urbana atualmente espera do espaço rural” (Baptista, 2010, p. 3), sobre elas pendendo as expectativas acerca da suspensão e inflexão dos processos de desertificação dos territórios rurais. Espera-se, pois, que o resultado - entre patrimonialização e atividade turística - gere o incremento da “pluriatividade e pluri-rendimento das famílias camponesas” (Ferrão, 2000, p. 48), logo, conduzindo, ao desagravamento das dificuldades generalizadas que se identificam nos meios rurais.

Complementarmente, Carminda Cavaco faz síntese desta mesma perspetiva²⁴:

O turismo rural e ambiental, nas suas diferentes modalidades/motivações básicas, e as artes e ofícios tradicionais foram reconhecidos e assumidos como vectores de diversificação das actividades não agrícolas, a que cabe um papel fundamental de complemento de actividades e rendimentos, de reforço da identidade e da imagem dos lugares, bem como da autoestima das populações, com os seus valores e culturas. (Cavaco, 1999, p.139)

As esperanças de sobrevivência, renovação e redinamização de vastas áreas rurais do país parecem, por isso cada vez menos depositadas na produção agrícola e cada vez mais noutros sectores(...) (Cavaco, 1999, p. 140).

Conforme se tem vindo a procurar demonstrar, o turismo surge como fundamental atividade substituta da atividade agrícola, alavancado por sua vez o “património”, cuja definição também ela se expandiu no sentido de ir ao encontro de um conjunto cada vez mais alargado de referentes empíricos (Silva, 2008), nela se incluindo a “arquitectura popular, o património histórico edificado, os vestígios arqueológicos, as paisagens, as festas, as feiras e romarias, as práticas alimentares, (inter alia)” (Figueiredo et al., 2010, p. 670).

A Organização Mundial de Turismo defende a noção de património como “conjunto potencial, conhecido ou desconhecido dos bens materiais ou imateriais à disposição do homem e que podem utilizar-se mediante o processo de transformação, para satisfazer as suas necessidades futuras” (OMT, 1993, como citado por Figueiredo et al., 2010, p. 234), agrupando nesta definição a legitimidade de tudo o que se toma como património e de tudo o que em consequência disso se torna turistificado.

066

A partir desta definição inferem-se duas considerações:

- i) A primeira diz respeito à estreita correspondência entre a coisa patrimonializada e a coisa consumida, onde se incluem uma miríade de possibilidades patrimonializáveis, logo aptas a serem resgatadas pela atividade turística;
- ii) A segunda, em estreita correlação com a primeira, alude à diversidade de opções e variantes de turismo, emergente, em parte, a partir do esforço destes últimos trinta anos, fundamentalmente concentrado na inventariação e identificação de “interesses e patrimónios” como ativo fundamental de ressurgimento do território rural.

²⁴ Leia-se em particular sobre este tema os trabalhos sob a coordenação da mesma autora: *Turismos e lazeres: colectânea de artigos* (Cavaco, 1996) e *O turismo em Portugal: aspectos evolutivos e espaciais* (Cavaco, 1980).

Em face desta grande orientação estratégica, identifiquemos então as principais modalidades e cambiantes em que têm assentado os programas de incentivo e valorização dos territórios rurais.

Na frente ambiental, temos a perspectiva do rural como espaço privilegiado para a contemplação e estetização de uma certa ideia de paisagem, que resulta da “valorização social e institucional crescente do mundo rural como reserva de heranças e memórias sociais, culturais e ambientais únicas” (Figueiredo, 2002. p. 5). Tal perspectiva conduz por sua vez a uma valorização, se não mesmo, a uma certa ideia de sacralização do ambiente, materializado sob a forma de produto de consumo.

No relatório da Comissão Europeia com o título “The future of rural society”, pode ler-se nos primeiros parágrafos a afirmação desta orientação estratégica:

Mas as nossas zonas rurais não são apenas lugares onde as pessoas vivem e trabalham, pois ao mesmo tempo têm funções vitais para a sociedade como um todo. Como zona tampão e refúgio de lazer, o campo é vital para o equilíbrio ecológico geral, assumindo um papel cada vez mais importante como o local mais procurado para relaxamento e lazer²⁵ (CCE, 1988, p. 5 [tradução livre]).

Os parques naturais resultam assim na evidência material e estatutária desta mesma orientação, fortemente assente nos desígnios de proteção e salvaguarda ambiental que satisfazem por sua vez um interesse que é eminentemente urbano. Tal valorização da ideia de reserva ambiental como produto de consumo urbano gera, por seu turno, dissonâncias objetivas entre as comunidades locais e os visitantes, problemática amplamente aprofundada por diversos investigadores²⁶.

067

O entendimento por parte da sociedade relativamente à valorização do ambiente “enquanto elemento de reserva e proteção (da natureza selvagem, dos seus recursos naturais)” surge assim fortemente condicionada pela perspectiva turística, traduzindo-se este interesse ambiental mais numa variante de consumo, e não tanto como referente de superior interesse social, ecológico e pedagógico.

Deste modo, o turismo é então o braço forte e essencial da política de ressurgimento do território rural, emergindo quase exclusivamente como atividade

²⁵ Transcrição do texto original: “But our rural areas are not only places where people live and work, for at the same time they have vital functions for society as a whole. As a buffer area and refuge for recreation, the countryside is vital to the general ecological equilibrium, and it is assuming an increasingly important role as the most popular location for relaxation and leisure” (CCE, 1988, p. 5).

²⁶ Urbano gera, por seu turno, dissonâncias objetivas entre as comunidades locais e os visitantes, problemática amplamente aprofundada por diversos investigadores.

económica substituta do rendimento outrora gerado pela agricultura. O futuro dos territórios rurais parece pois fortemente dependente “da capacidade de atrair extractos dinâmicos da população e investimento em actividades valorizadoras dos recursos endógenos, dirigindo-se a novas procuras nos domínios do turismo e do lazer.” (Figueiredo et al.(orgs.), 2010, p. 20).

Assim, a crescente valorização do meio rural enquanto “reserva ambiental” faz-se acompanhar do desdobramento de diversas opções de consumo tematizado. São disso exemplo o ressurgimento dos conjuntos arquitetónicos rurais – as aldeias de xisto, as rotas e percursos pedestres, o enoturismo, o turismo de arte onde se incluem também as manifestações imateriais de que é exemplo a música ou o turismo gastronómico – integrando todo e qualquer lugar na “esfera dos lazeres turísticos” (Carvalho, 2011, p. 4) alicerçada na ideia fundamental de um novo rural plurifuncional, multi-patrimonial e eminentemente pluri-turístico.

À agricultura por sua vez caberá os escassos exemplos de sucesso associados à agricultura biológica e à produção de produtos de origem controlada.

Apesar do esforço na implementação de diversas políticas de incentivo à valorização dos territórios rurais, muitos têm sido os investigadores a observar não só o reduzido impacto das iniciativas ligadas ao turismo, como a escassa criação de emprego e produção de rendimento para as comunidades locais²⁷ que resulta das mesmas (Cavaco, 1999; Figueiredo, 2003; Figueiredo et al., 2010, Ferrão, 2011). A mobilidade e a pendularidade²⁸ dos novos usuários, aliada à curta repercussão e impacto que se tem verificado na criação de emprego e do rendimento das várias atividades recém-surgidas, são, assim, alguns dos fatores que estão na origem da tímida efetividade das ações e iniciativas com vista à suspensão da tendência de progressivo abandono por parte das comunidades locais.

068

²⁷ Particularmente sobre este tema Elizabete Figueiredo refere: “(...) no caso do turismo rural, o apoio financeiro revelou-se importante para atingir objectivos mais individualizados, como a recuperação das propriedades familiares e que, no sentido mais geral, os modestos impactos das actividades de turismo rural devem-se igualmente à circunstância de os rendimentos e dinâmicas que aquelas podem gerar reverterem, essencialmente, apenas para uma pequena parte da população local” (Batista & Figueiredo, 2010, p. 671).

²⁸ Segundo António Covas, os novos atores da cena rural caracterizam-se pela sua mobilidade e pendularidade mas também pela diversidade das suas ambições e vocações, apresentando-nos uma síntese dos novos protagonistas da qual fazem parte:

“os residencialistas nostálgicos; os periurbanistas pendulares; os ecologistas militantes; os “excursionistas” da natureza; os caçadores reservistas; os desportistas radicais; os paisagistas e conservacionistas; os agricultores biológicos e os produtores alternativos; os patrimonialistas populares e as culturas locais; os investidores nos mercados do carbono; os consumidores funcionalistas e o *soft food*; os arquitectos da sustentabilidade e da bio-regulação climática; os agricultores em hortas sociais e comunitárias e o institucional food; os agricultores verticais em espaço urbano; os empreendedores pós-convencionais de produtos denominados; os empreendedores dos vários modos de turismo em espaço rural; os empreendedores produtivistas em busca de novos recursos naturais; os empreendedores rentistas atrás de uma mais-valia fundiária ou imobiliária; os empreendedores de ocasião atrás de um negócio comercial de curto prazo; os jovens empreendedores atrás de uma primeira oportunidade profissional” (Covas, 2010, p. 15).

Paralelamente, o investimento na patrimonialização dos espaços rurais também não tem sido a resposta para travar a diáspora dos território rural, (Silva, 2004) e os conflitos de interesses, dinâmicas e percepções que se vêm identificando entre comunidade locais e visitantes (Figueiredo, 2003), redundam inevitavelmente num mundo rural bipartido entre os que nele vivem e os que o visitam²⁹.

Em suma, aquilo que se julgaria poderem ser os “travões do despovoamento” (Cavaco, 1999, p.163) não tem, todavia, produzido a inversão expectável na trajetória dos fenómenos de desertificação, agravando-se continuamente o quadro de indefinição e de incerteza associado ao futuro dos territórios rurais.

²⁹ Frase recriada a partir do título da tese de doutoramento “Um rural para viver, outro para visitar”. (Figueiredo, 2013).

O benefício do confronto entre duas visões

A partir da mudança de paradigma – que deslocou o rural da sua posição original de espaço agrícola por excelência, para uma esfera de incerteza e expectativa sobre o seu futuro – procurámos confrontar genericamente duas visões: uma que vê no abandono um estado de alta probabilidade, e outra que, por sua vez, assenta na ideia de reprogramação destes territórios, em igual posição de enfrentamento e imparcialidade.

O interesse deste confronto, para além da dialética suscitada, é simultaneamente também de natureza ética, pressupondo em cada uma das perspectivas um homem e uma conceção ante o mundo distinta. A primeira, observa o homem como agente restituídor das condições para reabilitar ecossistemas, admitindo assim a hipótese do imponderável e da natureza indecisa ganhar terreno ao que o homem outrora controlou; a segunda, por sua vez, surge alinhada com o movimento de controlo e domínio do homem sobre a generalidade dos territórios.

Se a primeira hipótese, sob a égide do ecologismo, assume uma perspectiva de rotura e de corte em relação ao *modus operandi* que orienta o atual desenvolvimento das sociedades, a segunda corrente fornece-nos uma perspectiva que é essencialmente orientada pela normativa dos programas, do planeamento e das orientações gerais que têm consubstanciado de modo genérico o pensamento e ação predominantes. Em suma, as duas enquadram as variantes essenciais (conceptuais e operativas) da atual reflexão acerca dos territórios rurais.

070

Assim, a posição adotada procurou fazer prevalecer as duas hipóteses – uma mais utópica e porventura mais desafiadora, e outra mais consensual e hegemónica, colocando-as em igual posição de enfrentamento.

Se uma frente discursiva assenta na ideia de não acontecimento, valorizando a espera, a desocupação e a não ação como derradeira hipótese da sua recapitação e continuidade futura, verificamos, por outro lado, que grande parte dos investigadores e cientistas sociais, se concentram fundamentalmente em encontrar estratégias de valorização do rural através de uma certa ideia de reprogramação do território concretizada a partir do acontecimento, da introdução de novos usos e funções. As duas abordagens embora distintas confrontam, porém, o mesmo objeto. São a contra-imagem de uma realidade que, ainda que complexa e em plena transformação, importa sistematizar sob um corpo de assunções relativamente estáveis e consistentes que nos permitam ponderar sobre o fundamental da sua condição.

De acordo com o que temos vindo a discutir, procuremos de seguida fazer síntese de algumas considerações acerca dos territórios rurais, fixando alguns dos aspetos que os caracterizam:

A primeira consideração está relacionada com o progressivo e consistente agravamento dos fenómenos de marginalização e desertificação dos territórios rurais mais profundos, cuja irreversibilidade é caucionada pelo declínio generalizado dos seus territórios que tem vindo a consolidar-se³⁰ desde há décadas, e cuja desocupação e a descontinuidade da atividade humana em extensas áreas rurais é hoje um facto consumado;

Outro aspeto a considerar relaciona-se com os modos de valorar e perceber o rural na atualidade que, confronta por um lado, a ideia de recusa, de marginalização e rejeição e, por outro, o fascínio pelas virtudes rurais. Consequentemente, o “atraso ou abandono” subjacente a estes territórios parece favorecer tanto as perceções fatalistas, como beneficiar o quadro de valorização dos contextos vagantes e da permanência de valores tais como o autêntico, o genuíno, o tradicional ou o natural (Figueiredo, 2002; Domingues, 2011). Estamos, por conseguinte, perante duas visões (antitéticas) que, em regime de coexistência, ora contestam e repelem o rural, ora são atraídos e impelidos por ela. Se à primeira se associa a ideia de declínio, a segunda surge investida da ideia de que estes território-reserva cumprem funções essenciais e fundamentais à sociedade.

071

Tal dualidade de perceções encaminha-nos, por seu turno, para outra visão dupla da realidade em questão.

O terceiro aspeto assim a considerar é a consagração de uma visão, bifurcada entre o entendimento dos que estão “por dentro” e, neste caso protagonizada pelas comunidades rurais, e uma outra que, por sua vez, se produz a partir de fora e é protagonizada fundamentalmente pelas comunidades urbanas. Tal realidade dicotómica é igualmente resumida a partir da perspetiva eminentemente utilitária e prática dos rurais em oposição a uma perspetiva de ordem estética e nostálgica que os urbanos assumem face ao ambiente rural (Figueiredo, 1996, 2000). Esta valorização simbólica do mundo rural igualmente reforçada pelo poder institucional (cujas políticas e programas remetem para uma conceção pós-agrícola e pós-produtivista, de incremento de novos usos e funções privilegiando sobretudo as aspirações das gentes da cidade), conduz-nos por sua vez a uma outra constatação: a de que a decisão sobre o

³⁰ Tal constatação permite concluir que os territórios rurais em Portugal são eminentemente *abandonados* (Cavaco, 1999) ou, usando a categoria de Ferrão para o mesmo tipo de rural *marginais ou profundos*, realidade que cruza muitos outros países e se estende a muitas geografias, como temos vindo a aludir.

futuro dos territórios rurais tem vindo a desenhar-se e a decidir-se fundamentalmente em sede urbana (Ferrão, 2000; Carvalho & Correia, 2009; Carvalho, 2011), convertendo-os perigosamente numa espécie de produto de consumo urbano, crescentemente dependente dos interesses e motivações do mesmo.

A dicotomia cidade - campo vê então renovado o seu sentido, já não a partir da estabilidade das características que outrora cada um detinha e sobre a qual pendia um regime de interdependência, mas a partir do ascendente movimento social e político da urbe sobre os territórios rurais, insinuando um modelo que valoriza sobretudo o desejo e a procura dos urbanos e assim privilegia uma certa utopia e fascínio dos mesmos (Figueiredo, 1999b). Em suma, de uma relação interdependente passámos a uma relação prevalente da cidade sobre o campo.

Por último, importa considerar que, ainda que ao espaço rural lhe correspondam características de especificidade inequívoca³¹, a tese da “relativa autonomia do espaço rural” (Pinto, 2000, p. 71) ganha especial pertinência e significado. À incontornável e inescapável condição de (inter)dependência entre campo e cidade, subjaz invariavelmente um jogo de forças que não é de todo equivalente e que faz com que se sobreponha “uma dialética com dominante” (Pinto, 2000, p. 88), remetendo invariavelmente para o lugar frágil e relativamente subordinado a que o espaço rural sempre pertenceu³².

072

Abordar estes territórios exige, assim, considerar o corpo de dificuldades e desafios que atualmente lhe cabem, considerando a necessidade de reequacionar e recalibrar os seus diversos âmbitos – social, cultural, económico e paisagístico. Face à exigência do tema, confrontar duas visões tão distintas, terá permitido aludir aos benefícios de cada uma, como a partir delas se imagina útil erguer uma espécie de visão mediadora e articuladora entre as duas – espécie de meio caminho entre a terceira paisagem e a multifuncionalidade do espaço rural.

A publicação da revista *Domus* de abril de 2018, com o título impressionante *Silence*, e em concreto o conjunto de textos e projetos que integram esta publicação, podem bem “abrir a cortina” sobre a principal conclusão que extraímos deste confronto de perspetivas.

³¹ José Madureira Pinto propõe-nos três grandes blocos de características em torno do qual traça as principais especificidades do espaço rural e que são elas:

“Dependência em relação aos processos naturais e estreita ligação ao espaço local de grande parte dos agentes sociais que nele habitam; importância das relações de interconhecimento na configuração dos principais processos sociais locais; persistência do grupo doméstico enquanto unidade de produção, consumo e residência;” (Pinto, 2000, pp. 72-73).

³² O processo de subordinação do espaço rural está em grande parte relacionado com as formações capitalistas, com o sentimento coletivo de inferioridade face a outras forças sociais portadoras de urbanidade e do poder do estado e com os consequentes reflexos de uma evidente auto-exclusão social (Pinto, 2000).

À semelhança do silêncio, cuja tangibilidade e percepção se concretiza a partir do seu oposto – o som ou ruído –, também a perspectiva centrada em admitir grandes áreas na sua condição expectante, potencialmente aproveitável mas deliberadamente em espera (a terceira paisagem), é produto do seu contrário, ou seja, é a contra resposta ao extenso e intenso domínio que o homem produziu sobre os territórios.

Observámo-la assim como espécie de teoria “anticorpo” de uma cultura de congestão e de depredação de recursos naturais por via de extensas mobilizações do território, invocando uma certa ideia de regresso ao primordial, a partir da regeneração do meio natural e seus ecossistemas.

Ainda recuperando a noção de silêncio como metáfora desta dualidade transcrevemos o seguinte parágrafo:

No meio de uma atmosfera nasceu a comunicação sonora. E a sua existência imediatamente nos faz lamentar o desaparecimento da condição primordial de não existência, de ausência total. Esse estado que nos traz de volta ao não-lugar, ao não-tempo³³ (Domus, 2018, p. 5, [tradução livre]).

Do confronto e complementaridade entre “opostos” parece, pois, emergir a exata medida do questionamento que nos permitirá desejavelmente expandir as fronteiras do pensamento acerca dos possíveis futuros para os territórios rurais.

073

Se a simples existência de som nos faz resgatar a ideia de silêncio, igual correlação se poderá inferir a partir da antropização dos territórios, cujo reflexo dessa ação implica ponderar necessariamente também sobre os benefícios da sua não ação. Consequentemente, admite-se *à priori* que a presença motiva o sentido da ausência, que o domínio carece do imponderável, a domesticação implica o selvagem, o condicionamento a liberdade e, por fim, a ocupação o seu abandono.

Muitos são os sinais deste movimento que também no domínio das artes manifesta a vontade de reavaliar e recalibrar o jogo de forças entre a natureza e o homem, trazendo de volta a reflexão sobre a fecundidade de um tempo primogênito e original que justamente se convoca para mitigar uma cultura de saturação.

³³ Transcrição do texto original: “In the midst of an atmosphere, sound communication was born. And its existence immediately makes us regret the passing of primordial condition of non-existence, of total absence. That state which brings us back to the non-place, the non-time” (Domus, 2018, p. 5).

Quando o CCA (Canadian Centre for Architecture) se propõe, através do trabalho fotográfico de Robert Burley, descrever a condição ambígua dos parques naturais observados a partir das infraestruturas urbanas que os servem, interpela não somente as complexas interseções entre o natural e o artificial, como expressa simultaneamente a contínua necessidade e desejo de sobre eles construir novas possibilidades, medindo o pulso às possibilidades de cedência de cada um.

Os parques naturais surgem no século XX a par da construção de edifícios e das complexas redes de infraestruturas que fazem a cidade, justamente com a mesma força e intensidade propositiva. Visavam claramente gerar a compensação entre um ambiente de congestão, poluição e barulho proveniente da cidade caótica, compensado pela quietude de um parque onde a natureza se encarregava de gerar o sentimento de bem-estar e paz, antídoto de uma cultura de saturação. O espaço concessionado ao mundo natural acompanhou, de resto, sempre a evolução da construção humana.

Mas se este trabalho configura um dos exemplos material e formalmente mais identificáveis da histórica dependência e complementaridade entre a coisa natural e a existência humana, concretizada a partir da noção de “negativo/vazio” que o parque representa no “positivo/cheio” da cidade, é possível equacionar outras visões críticas acerca do espaço que a natureza reclama, no quadro das transformações operadas pelo homem.

074

A revista *Lotus* dedicada ao tema *Manufactured altered Landscape* (2017), lança luz sobre este mesmo tema confrontando fotografias que, por um lado, põem em evidência uma espécie de ocultação da natureza por conta da intervenção humana, e outras que revelam o seu reaparecimento (em contextos de abandono), remetendo para a estranheza de um objeto que sugere pertencer a outra época, como se o tempo desse imponderável biológico só pudesse existir agarrado ao primordial, seminal e original dos tempos remotos.

A valorização da “natureza” enquanto garante e entidade maior da nossa própria existência, desperta, hoje mais que nunca, o interesse e a consciência coletiva sobre o papel do homem sobre a terra. Da sociedade civil ao poder institucional, passando pela academia e pelas artes, assiste-se ao estímulo da procura por novas abordagens e reflexões que respondam à radicalidade das transformações ambientais, climáticas, territoriais e na qual se inscreve naturalmente também a problemática dos territórios rurais. Abordá-los significa, porém, ponderar sobre o sentido de permanência de cada uma das dimensões em discussão – o homem *versus* a natureza.

Assim, a exigência de articular uma visão “limite e de rotura” que se opõe a uma perspetiva “hegemónica” da recapacitação territorial através da re-funcionalização e reprogramação humanas, abre espaço não só ao aprofundamento das questões teóricas como à consideração de um caminho intermédio que possa mediar tanto a radicalidade da posição que defende grandes áreas destinadas exclusivamente ao evento biológico, como as já debatidas e conhecidas estratégias de recondução dos territórios rurais que têm vindo a constituir a agenda do rural.

Neste sentido, recuperamos de novo o ensaio sobre os *Terrain Vague* de Ignasi Solà-Morales e seus argumentos para os extrapolar em certa medida para os vagantes rurais.

A sua perspetiva é de que diante dos espaços abandonados o ecologismo luta por áreas estritamente dominadas pela natureza, em detrimento da intervenção humana, do mesmo modo que a arte contemporânea procura esse mesmo espaço de liberdade – como alternativa à cidade programada – oferecendo-se aos artistas como lugares de escape e de inspiração ao seu trabalho. Ou seja, embora de modos distintos, as duas perspetivas valorizam o vazio, o imponderável e o expectante como condição essencial. Todavia no plano da arquitetura, o desafio é difícil e problemático, porque de acordo com o autor, todo o exercício da arquitetura se destina a impor limites, a fixar formas, a operar no figurativo e a introduzir transformações radicais, colocando-nos num dilema simultaneamente de natureza teórica e operativa.

075

Estando eminentemente capacitada a transformar o inculto em cultivado, o baldio em produtivo, o vazio em edificado, como poderá a arquitetura posicionar-se diante destes territórios?

De um território anteriormente monofuncional e de carácter produtivo, caminhamos no sentido da sua multifuncionalidade fortemente apoiada na turistificação dos aspetos culturais, da história, do construído e da paisagem. Paralelamente, o movimento de incessante abandono de extensas áreas, motiva a que outras vias possam ser consideradas, entre as quais o potencial benefício desse mesmo abandono como processo regenerador e capacitador de novas formas de perspetivar os territórios rurais.

Neste sentido, como poderemos nós a partir da natureza/índole transformadora da disciplina da arquitetura articular uma perspetiva útil acerca destes territórios incertos e em transição? Preenchê-lo de programas, ou deixá-lo deliberadamente à sorte do evento natural? Construir objetos, produzir for-

mas, ou valorizá-lo enquanto espaço vazio? Desejar povoá-lo ou admitir a sua progressiva descontinuidade?

Em relação aos vazios urbanos, Solà-Morales contrapõe, em lugar da construção do vazio, da forma do lugar e da radicalidade da transformação, a valorização desse vazio e desse obsoleto como lugar onde a cidade contemporânea se escapa e evade da normativa do planeamento, e os indivíduos, por seu turno em lugar das formas, procuram o espaço de liberdade que reclamam – o negativo do positivo hegemónico, o estranho em contraponto do normalizado, do universal.

Em vez da produção de forma, Solà-Morales defende a continuidade destes espaços vazios através da escuta atenta dos fluxos, das energias, das manifestações que perpassam estes lugares, valorizando a performatividade destes em detrimento da anulação do imprevisto e do imprevisível por meio da sua construção.

O “estranhamento” que estes espaços produzem é, assim, observado como parte fundamental da continuidade da evolução histórica das cidades, não devendo estes espaços ser anulados ou limitados, mas sim mantidos como reserva de liberdade, como garantia da individualidade e como estímulo ao desenvolvimento do sentido de pertença que a cidade planeada, homogénea e normalizada, de certo modo, anulou.

076

Ora ensaiando aqui uma possível extrapolação para os territórios vazios, hoje grandes vazios, poderemos nós equacionar semelhante raciocínio?

À semelhança do potencial evocativo que emerge da marginalidade dos vazios urbanos defendida por Solà-Morales, talvez a simples perspetiva de desobrigar os territórios rurais das lógicas de competitividade económica e de criação de rendimento, tão persistentes e preponderantes nos programas e no planeamento territorial, fosse suficiente para abrir caminho a uma nova perspetiva sobre o tema.

Diz Boudin que com “a crise começa o futuro” e que “é preciso construir o desconhecido, transformá-lo em dúvida, num enigma” (2011, p. 17) para que a pesquisa e a investigação e, conseqüentemente, a novidade ocorram.

Do mesmo modo que o “urbanismo renovar-se-á pela sua capacidade de organizar e pensar a sua ignorância, não pelo estabelecimento de uma lista de certezas, tanto no método como na teoria” (Bourdieu, 2011, p. 18), também o pensamento à volta dos territórios rurais deverá ser capaz de desviar-se do

discurso normativo e dos programas e orientações vigentes, para relançar, a partir do seu atual contexto de indefinição, as dúvidas e conseqüentemente as hipóteses sobre o seu futuro.

II. O território de estudo

Caracterização sumária em doze diagramas/cartogramas

Da prosperidade ao declínio: breve genealogia da mutação

Rio Guadiana e seus afluentes: uma proposta de leitura a partir da água

Caracterização sumária em doze diagramas/cartogramas

A análise de dados quantitativos sobre determinada realidade representa, à parte de outros métodos, um importante contributo no aprofundamento e enriquecimento da história geral.

A partir da atualidade, e em articulação com alguns indicadores estatísticos e informação cartográfica, procurámos traçar o perfil geográfico e socio-económico do concelho de Mértola, elencando, em paralelo, alguns acontecimentos e factos históricos que melhor facilitem e enquadrem a compreensão sobre a sua condição atual, tanto do ponto de vista da sua dinâmica demográfica como dos aspetos físicos, sociais e económicos que a caracterizam.

Considerando previamente este objetivo e admitindo que tudo o que pode ser diagramatizado ou cartografado é passível de ser descrito¹, optámos pela elaboração de doze diagramas/cartogramas que, em estreita correspondência com o texto, auxiliam o exercício de caracterização física e humana do concelho, não deixando, todavia, eles próprios, de proporcionar autonomamente uma primeira e mais abreviada leitura sobre o território de estudo.

Consequentemente, e tendo em conta que os diagramas funcionam como uma espécie de guião que conduz ou orienta a elaboração do texto, a diversidade e quantidade de variáveis necessárias à persecução desta análise, está diretamente relacionada com a natureza, também ela variável e complexa, das causas, fatores e consequências que marcam a vida e a história do concelho.

080

Deste modo, e não ignorando a dificuldade em selecionar os indicadores que melhor contribuíssem para a caracterização geral do território de estudo, apenas abordámos os dados considerados fundamentais à consolidação de uma visão geral da região, incidindo sobre os aspetos de maior relevância e principais desafios com que se confronta.

Os aspetos escolhidos, que são objeto de exploração e da representação gráfica produzidos para este efeito, remeteram assim para a elaboração dos seguintes diagramas:

¹ Leia-se a propósito “Em Geografia [...] podemos tomar como axioma que tudo quanto não possa ser cartografado não será susceptível de ser descrito [...] se considerarmos a Geografia simples e directamente como a descrição da superfície da Terra e sua diferenciação em áreas” (Wooldridge, & Gordon, 1967, como citado por Casimiro, 2002, p. 57).

Diagrama 1: Mapa de contornos e superfícies dos concelhos dos quatro distritos mais a sul de Portugal continental

Confrontação entre a superfície do concelho de Mértola e os restantes concelhos²;

Diagrama 2: Relação entre população e superfície por concelhos

Cruzamento entre superfície e número de habitantes por concelhos;

Diagrama 3 (a e b): Densidades populacionais

Interseção e confrontação das densidades populacionais e respetivas posições e espacialidades entre concelhos;

Diagrama 4: Dados demográficos

Sobreposição de quatro indicadores: população, taxa de natalidade, índice de envelhecimento e fluxos migratórios;

Diagrama 5: Dados demográficos por freguesia

Comparação da população por freguesia nos anos de 1950 e 2011. Distribuição e fluxos migratórios no interior do concelho;

Diagrama 6: Distribuição da população de Mértola por grupos etários

Distribuição da população por grupos etários: Divisão percentual associada a cada faixa etária;

Diagrama 7: Distribuição da população ativa por setores de atividade

Distribuição da população ativa do concelho entre os três setores de atividade económica e registo das principais deslocações entre o período de 1960 e 2011;

081

Diagrama 8: A Mina de São Domingos: volume de extração e trabalhadores

A atividade mineira analisada a partir de volume de extração e de número de trabalhadores durante o período da sua laboração 1858-1960;

Diagrama 9: Capacidade e usos do solo

Análise da constituição do solo, seus usos e principais alterações;

Diagrama 10: Estrutura da propriedade

Cadastro da propriedade rústica;

Diagrama 11: Projeção de indicadores climáticos

Volume de precipitação e temperaturas observadas em 2017 e confrontadas com as previsões no ano de 2040, 2070 e 2100;

Diagrama 12: Turismo cultural no concelho

Registo do número de visitantes e capacidade dos alojamentos no concelho observados a partir do ano de 1990. Sobreposição da taxa de emprego em igual período.

² Para o enquadramento territorial de Mértola consideramos apenas os concelhos que se localizam nos quatro distritos mais a sul de Portugal continental: Faro, Beja, Setúbal e Évora.

Nos diagramas 1 a 3 propõe-se o enquadramento de Mértola com os concelhos dos quatro distritos mais a sul de Portugal continental, confrontando relações de escala entre superfície, número de habitantes e densidades demográficas.

A demografia do concelho é explorada no diagrama 4, cruzando quatro indicadores – população, índice de envelhecimento, taxa de natalidade e fluxo migratório ao longo do último século, aproximadamente, onde o assinalável movimento de esvaziamento do concelho – se faz acompanhar do envelhecimento expressivo da sua população, conforme também confirma a distribuição atual da população por grupos etários, representada no diagrama 5.

No diagrama 6 retoma-se a análise comparada das densidades populacionais por freguesia, comparando o ano de 1950 e o ano de 2011 (último Censo), sucedido do diagrama 7, em que a forte terciarização do concelho é posta em evidência tanto pela trajetória de declínio do setor primário (atividade agrícola e extrativa), como pela atual distribuição da população ativa por setor de atividade económica.

Na sequência do anterior diagrama, os diagramas 8, 9 e 10 visam particularmente incidir sobre a atividade extrativa e agrícola do concelho – eixos fundamentais da sua estrutura produtiva – lançando luz sobre a explanação das razões que determinaram a ascensão e o declínio das atividades em questão e a correspondente repercussão social e económica.

082

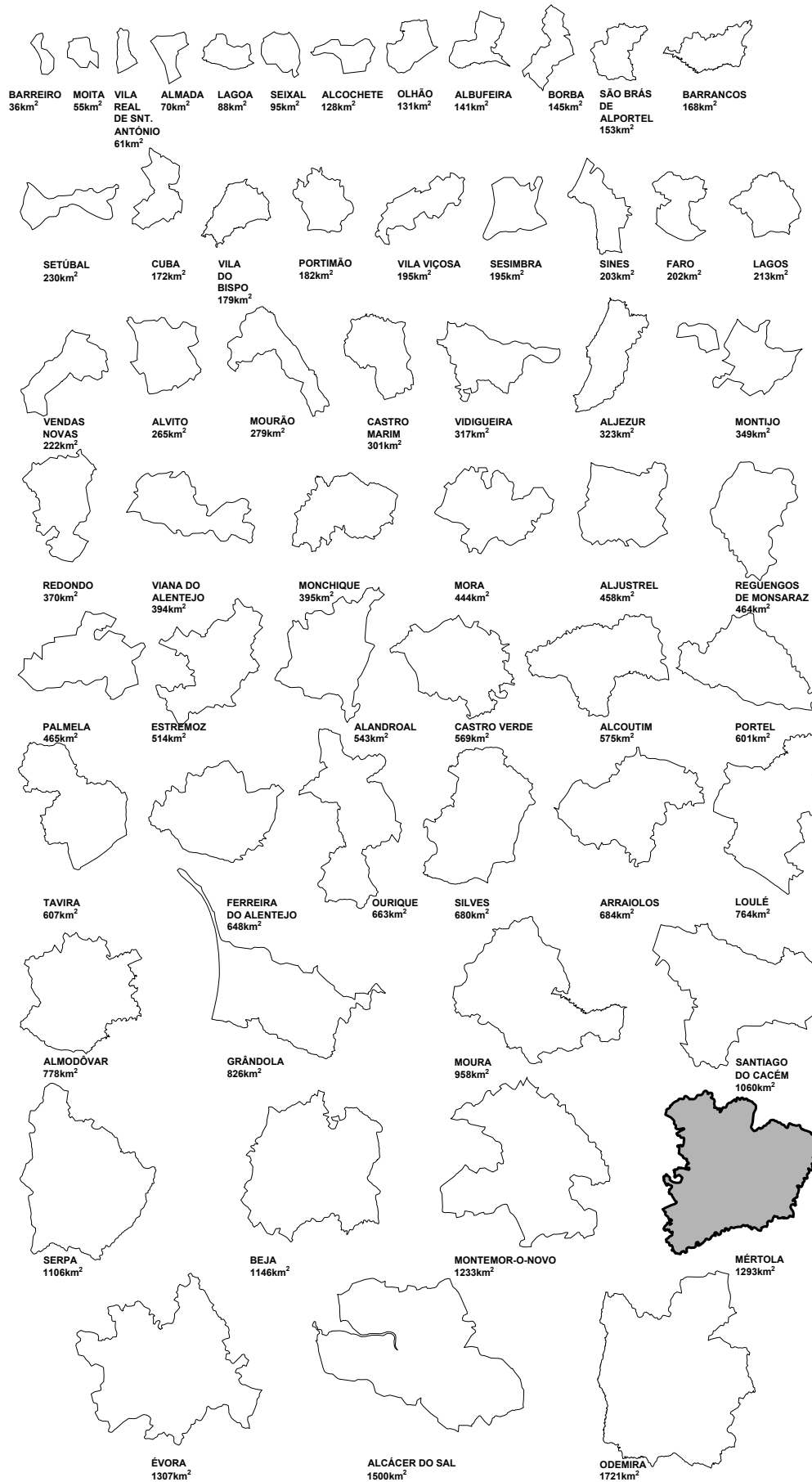
O diagrama 11 interpela o desafio que representam as alterações climáticas num concelho já de si tão manifesto de fragilidades, a que sucede, por fim, o diagrama 12, que remete genericamente para a estratégia de desenvolvimento local traçada a partir dos anos 70, na qual a valorização cultural do concelho se assume como eixo programático fundamental, após a extinção da atividade mineira em São Domingos e o enfraquecimento da atividade agrícola, cujo impacto se procurou igualmente abordar.

Diagrama 1: Mapa de contornos e superfícies dos concelhos dos quatro distritos mais a sul de Portugal continental

Concelho de extensa superfície, Mértola é o sexto maior entre os 278 concelhos que compõem a divisão administrativa local (LAU) de Portugal continental.

Entre os 57 municípios que compõem os distritos de Faro, Beja, Setúbal e Évora, o concelho de Mértola representa o maior concelho na faixa raiana e

DIAGRAMA 1
MAPA DE CONTORNOS E SUPERFÍCIES
DOS CONCELHOS DOS QUATRO DISTRITOS MAIS A SUL DE PORTUGAL CONTINENTAL



o quarto maior município deste grupo. Integra igualmente o maior distrito do Alentejo e a sua área (de 1 293 km²) é apenas superada por Odemira, o maior concelho de Portugal continental.

O grau de grandeza da sua superfície pode esclarecer-se mediante os seguintes exercícios de escala: no seu perímetro encaixam os 12 menores concelhos entre os quatro distritos analisados; aproximadamente 13 vezes o município de Lisboa e só a freguesia de Mértola (323 km²) tem a área equivalente aos concelhos de Sintra (319 km²) ou Vila Franca de Xira (318 km²), indicadores que nos permitem enquadrar a extensa dimensão do território em questão.

Diagrama 2: Relação entre população e superfície por concelhos

Ocupando um território que é delimitado a norte pelas terras férteis de Beja, a sul pela serra algarvia, a poente pelo rio Guadiana e a nascente pelas terras chãs de Ourique, a extensão do concelho, aliada à sua posição e geografia está, presumivelmente, na origem da observação de Hermann Lautensach que a destaca como uma unidade geográfica no Baixo Alentejo Portugal Meridional sob a designação de “Comarca de Mértola” (Ribeiro & Lautensach, 1991, vol.4, p.1238), ou seja, um território cuja escala e cuja condição geográfica se constitui com uma individualidade equivalente a uma região ou província.

084

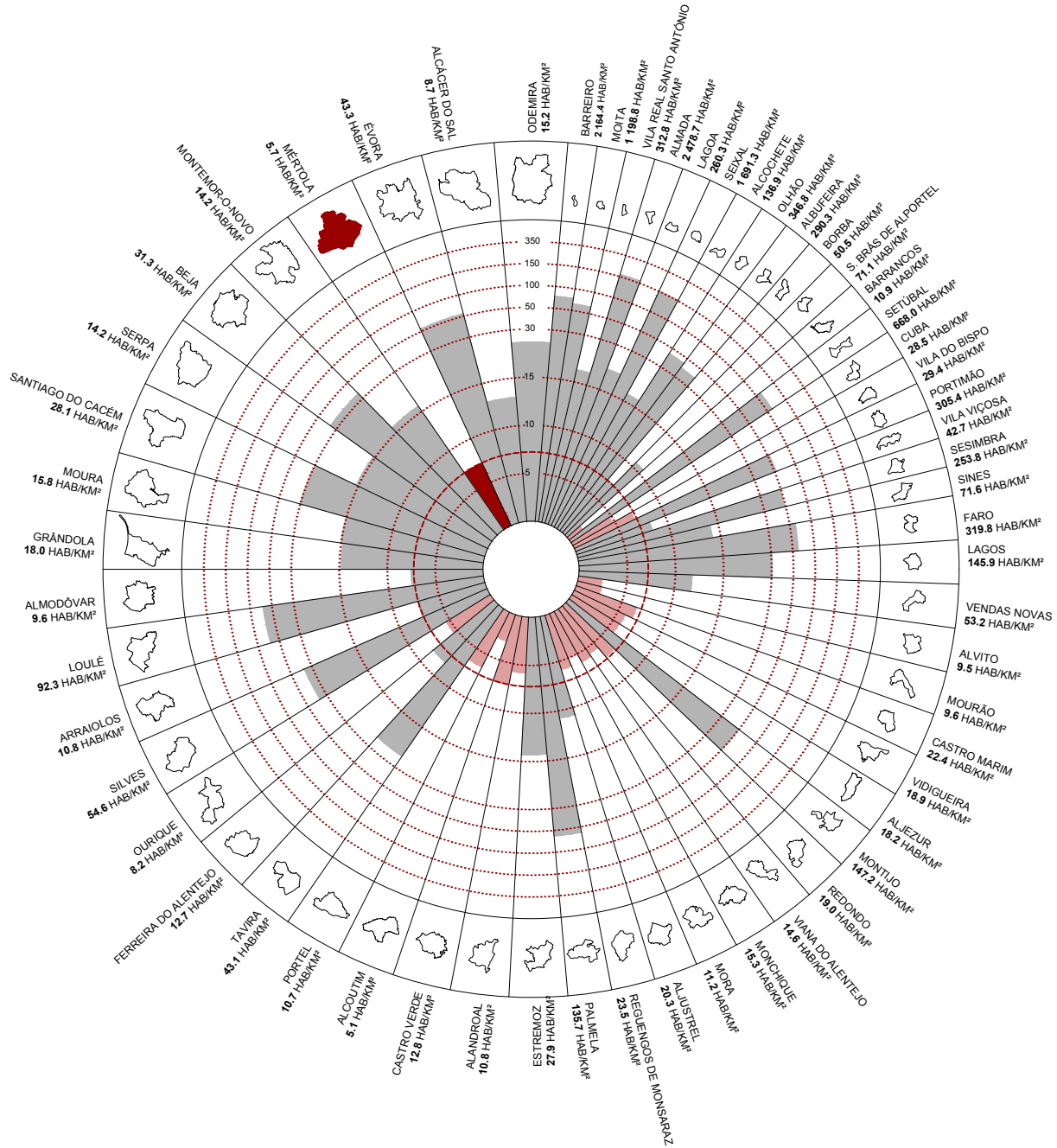
Certo é que os limites que correspondem hoje à delimitação do concelho, já de *per se* assinaláveis, conheciam todavia na Idade Média e mesmo na Idade Moderna uma área mais alargada (Boiça & Barros, 1995), pelo que, historicamente, este foi sempre um território marcado pelo seu extenso domínio espacial.

A análise dos números acerca da sua população remete contudo para outras leituras complementares. Mértola ocupa a 17^a posição na lista dos municípios menos populosos dos quatro distritos mais a sul de Portugal continental. Ou seja, no total dos 57 concelhos, cerca de 29% dos casos regista menor população que Mértola, enquanto que aproximadamente 71% supera os 7 274 habitantes do concelho.

Diagrama 3: Densidades populacionais

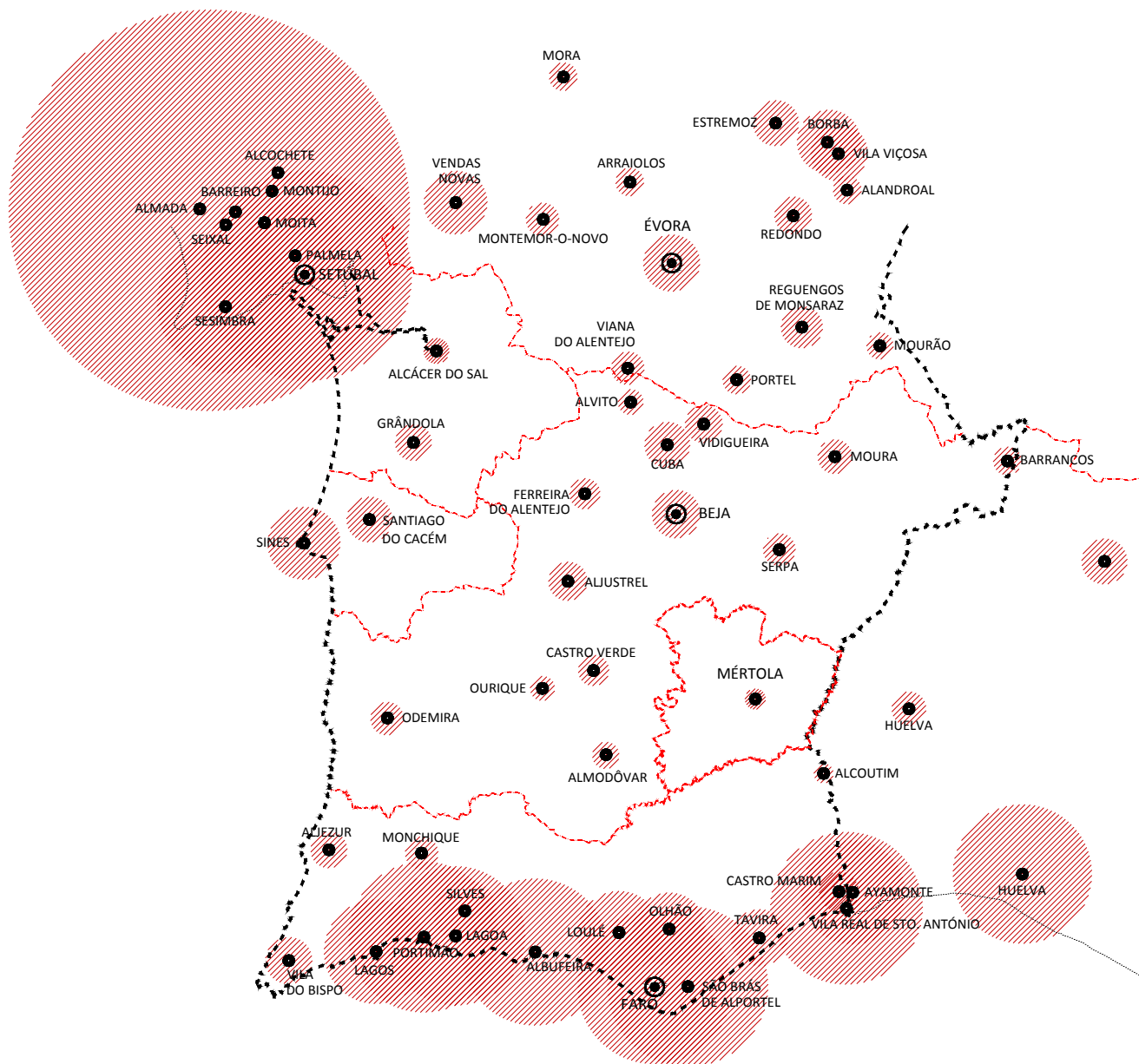
Conforme se observa no diagrama 2, os dezasseis concelhos que registam populações inferiores ao concelho de Mértola são também eles municípios com áreas menores, verificando-se, por exemplo, que o concelho mais próximo em termos de superfície – Ourique – situa-se ainda assim a 11 posições de distância (com 660,2 km² de superfície, 5 389 habitantes e uma densidade po-

DIAGRAMA 2
 RELAÇÃO ENTRE POPULAÇÃO E SUPERFÍCIE POR CONCELHOS



NOTA: UNIDADE - NÚMERO DE HABITANTES x 100
 CARTOGRAFIA ELABORADA COM BASE NA CARTA GEGRÁFICA DE PORTUGAL - INSTITUTO GEOGRÁFICO E CADASTRAL
 FONTE: INE - CENSOS 2011

DIAGRAMA 3A
DENSIDADES POPULACIONAIS



086

 DENSIDADE POPULACIONAL

 SEDE DE DISTRITO

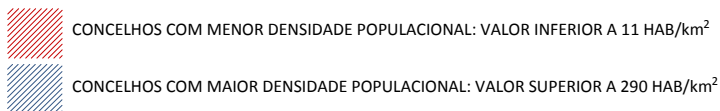
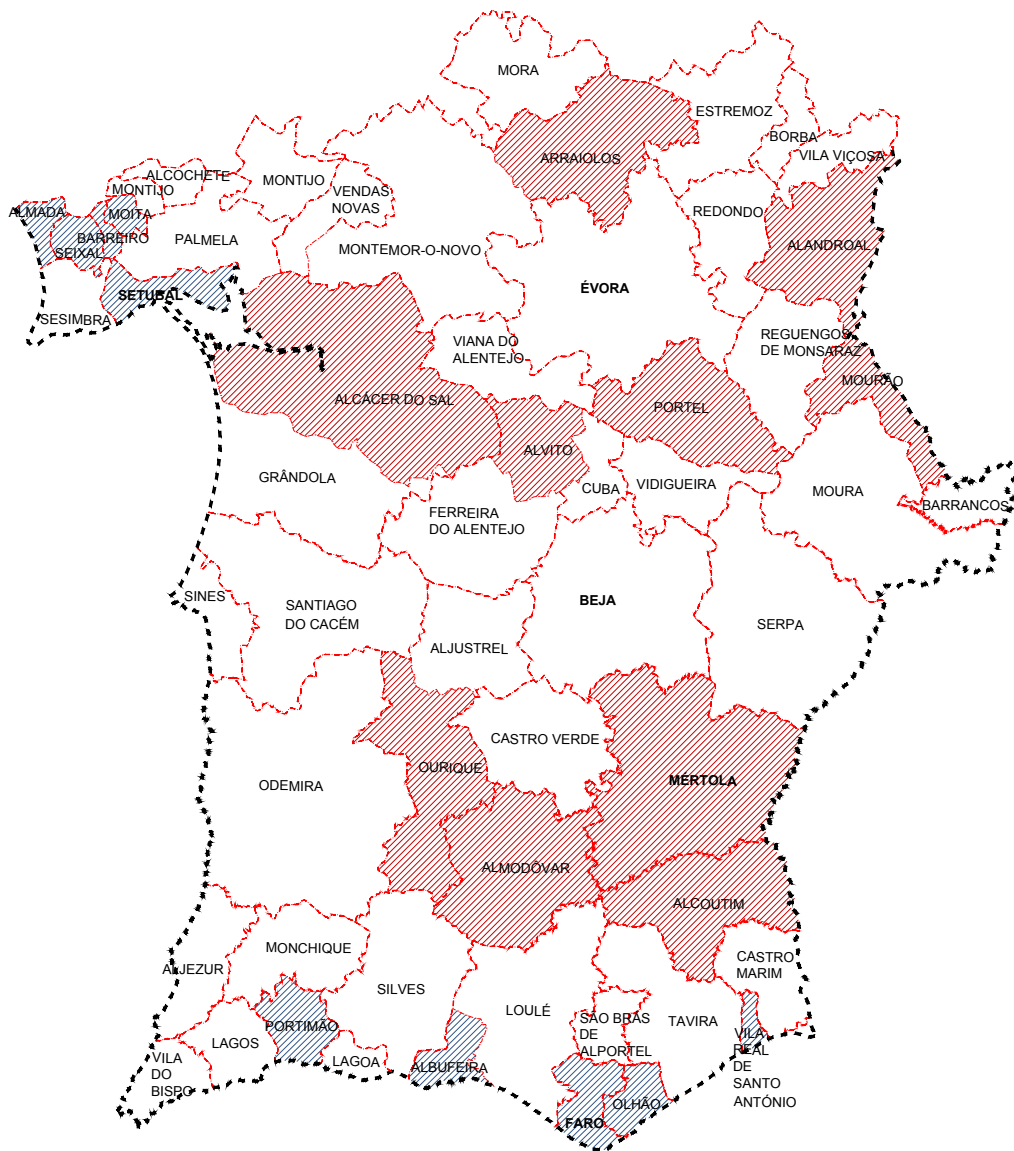
 SEDE DE CONCELHO

 LIMITE DE DISTRITO

CONCELHOS DE MENOR DENSIDADE POPULACIONAL

	ÁREA (km ²)	NÚMERO HABITANTES	DENSIDADE (HAB/km ²)
ALCOUTIM	575	2917	5,07
MÉRTOLA	1293	7274	5,62
OURIQUE	663	5389	8,12
ÁLCACER DO SAL	1500	13046	8,69
ALVITO	265	2504	9,44
MOURÃO	279	2663	9,54
ALMODÓVAR	778	7449	9,57
PORTEL	601	6428	10,69
ALANDROAL	543	5843	10,76
ARRAIOS	684	7363	10,76

DIAGRAMA 3B
DENSIDADES POPULACIONAIS



pulacional de 8,2 hab./km²). Complementarmente, também os 12 concelhos menos populosos registam superfícies inferiores a 1/3 da área de Mértola, o que determina rácios entre superfície e população bem distintos do valor que apresenta Mértola, como melhor se apura no diagrama 3 correspondente às densidades populacionais.

Ora, estabelecendo uma vez mais o confronto com todos os concelhos nos quatro distritos mais a sul de Portugal continental, verifica-se que as maiores densidades populacionais se concentram fundamentalmente em duas áreas: uma delas associada à área metropolitana de Lisboa e ao seu perímetro de influência, e outra centrada na costa do Algarve em que se verifica, em comparação com os concelhos da região do Alentejo, um incremento substantivo das densidades populacionais.

Como clarifica o mesmo diagrama, a generalidade dos concelhos que integram a região do Alentejo apresentam pequenos círculos – alguns deles quase imperceptíveis do ponto de vista gráfico – enquanto que nas áreas anteriormente mencionadas, a forte litoralização a sul e a poente é assinalada com uma expressiva concentração de círculos de grandes dimensões.

No contexto geral dos 57 concelhos, Mértola ocupa o segundo lugar na lista das densidades populacionais mais baixas, com 5,62 hab./km², com Alcoutim a encabeçar a lista dos concelhos de menor densidade com 5,07 hab./km² ainda que, com uma escassa diferença em relação a Mértola.

088

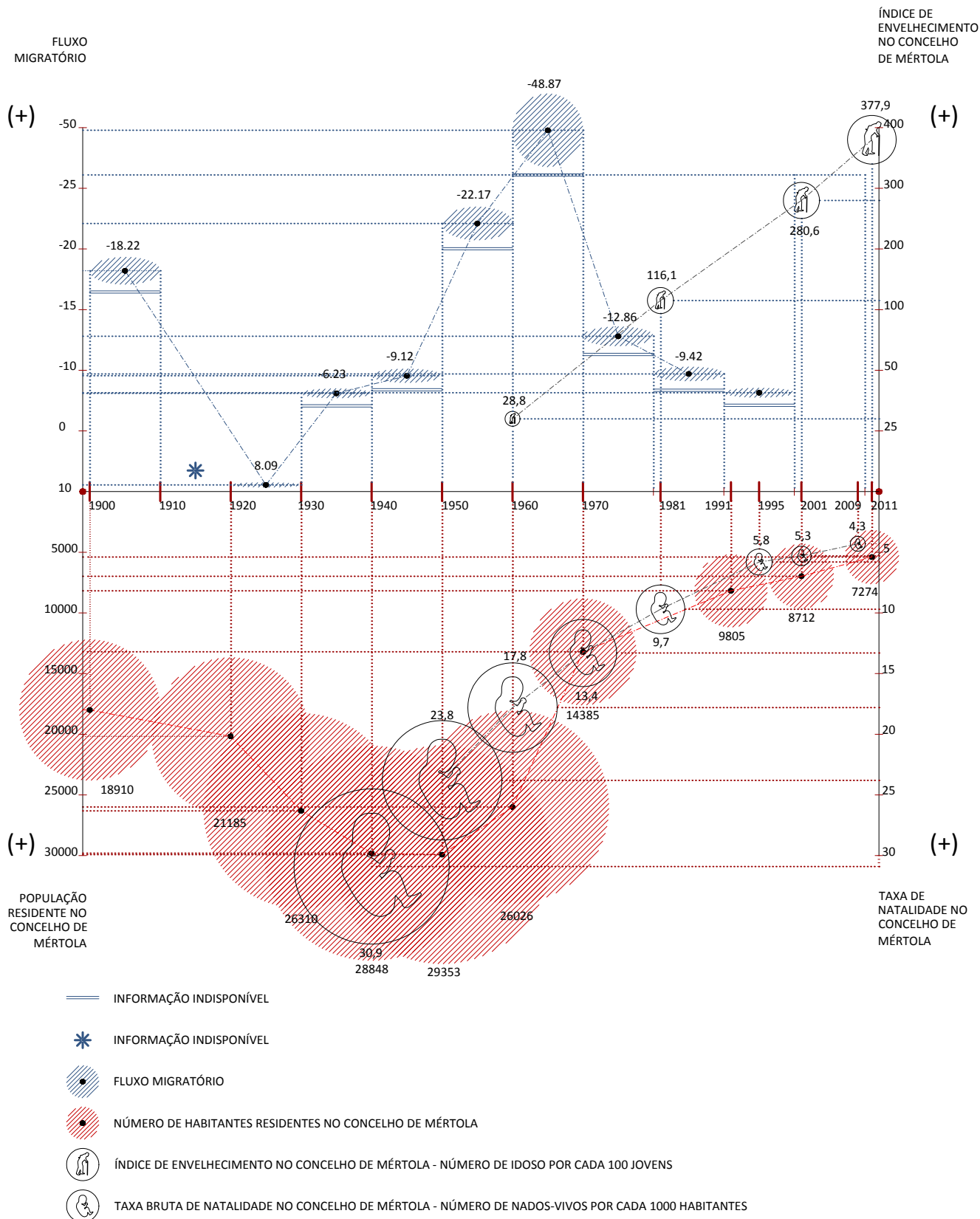
Estes dois municípios são, de resto, os únicos cuja densidade se fixa aproximadamente nos 5 hab./km². O terceiro concelho com menor densidade populacional – Ourique, também ele no distrito de Beja – conta com aproximadamente 8 hab./km², e nem mesmo o concelho de Odemira, na faixa costeira, regista mais do que 15,14 hab./km².

Mértola pertence assim ao distrito de menor densidade populacional entre os 57 concelhos analisados, representando dentro deste, e de acordo com a carta de “Susceptibilidade à Desertificação” (PANCD, 2011), o risco mais elevado de desertificação física e humana, condição agravada em grande parte pelos aspetos demográficos, climáticos e económicos que observaremos adiante.

Diagrama 4: Dados demográficos

No diagrama 4, dedicado à demografia do concelho, sobrepõem-se quatro indicadores – população residente, taxa de envelhecimento, taxa de natalidade e fluxo migratório – compreendendo o período de análise entre 1900 e 2011.

DIAGRAMA 4
DADOS DEMOGRÁFICOS



FONTE: (POPULAÇÃO RESIDENTE) INE - CENSOS 2011; (POPULAÇÃO EMIGRANTE) INE - CENSOS 2011 (QUADRO 6.09), CENSOS 2001 (QUADRO 6.09), CENSOS 1991 (QUADRO 6.40); (ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO) PORDATA - QUADRO "ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO"; (TAXA BRUTA DE NATALIDADE) PORDATA - QUADRO "TAXA BRUTA E NATALIDADE"; OS DADOS SOBRE A POPULAÇÃO REFERENTES AO PERÍODO ENTRE O ANO DE 1900 E 1950 FORAM EXTRAÍDOS DE (CASIMIRO, 1993 E CASIMIRO 2002)

Tal janela temporal (ainda que registre omissões pontuais pela indisponibilidade de dados em determinados anos) permite-nos identificar os principais movimentos e dinâmicas populacionais que caracterizam mais de um século da história do concelho. Da leitura cruzada dos dados ressalta o declínio demográfico que tem vindo a verificar-se no concelho de Mértola.

Ora, numa primeira e breve leitura do diagrama, resulta que:

Dois dos indicadores – população residente e taxa de natalidade –, observam genericamente um decréscimo expressivo, enquanto que o índice de envelhecimento revela, no sentido inverso, um aumento gradual e consistente da idade da população;

O saldo migratório, por seu turno, só pontualmente é positivo (entre a década de 20 e 30), o que denota uma normalização da ocorrência de saldos negativos, ou seja, a quantidade de pessoas que abandonaram o concelho foi quase sempre superior ao número de pessoas que, em igual período, ali se instalaram;

A informação disponibilizada pelos quatro indicadores permite assim desde logo constatar que Mértola apresenta uma situação débil do ponto de vista demográfico, assinalada não só pela diminuição da população mas também pelo envelhecimento da mesma.

090

Uma análise mais detalhada sobre cada um dos indicadores permite, porém, aprofundar o conhecimento sobre a história de Mértola.

Relativamente à população, e de acordo com os Censos de 2011, o concelho tem atualmente pouco mais de sete mil habitantes, (7 272 habitantes), número que já foi quatro vezes maior nos anos 50, quando residiam no concelho cerca de vinte e nove mil pessoas (29 353 habitantes). Complementarmente, verifica-se que desde o início do século XX até aos anos 60, a ocupação média do concelho superou em 70% a população atual, o que revela a assinalável quebra demográfica que tem vindo a verificar-se.

Tal tendência de retração inicia-se, contudo, ainda no final do século XIX com a exceção do período entre as décadas de 20 e 50. Confirmam-no os primeiros censos de 1864, onde foram contabilizados em Mértola 16 004 habitantes (Malveiro, 1990), ou seja, mais do dobro da atual população, correspondendo a um decréscimo da população na ordem dos 45% nos últimos 150 anos.

Com efeito, e muito embora não se disponha de informação quantitativa acerca da população até ao século XVIII, sabe-se que do ponto de vista histórico Mértola esteve sempre marcada por uma ocupação persistente em grande parte justificada pela exploração da Mina de São Domingos (que remonta à ocupação romana) e pela importância estratégica do rio Guadiana – eixo fundamental de transporte de minérios e produtos agrícolas entre o ocidente e o oriente –, que permitiu consolidar Mértola como um importante porto de trocas comerciais internacional até meados do século XX (Torres et al., 2012).

Os dados demográficos disponíveis revelam que, desde o final do século XVIII até ao final do século XIX, a densidade populacional em Mértola quase duplicou, tendência pontualmente quebrada entre 1890 e 1900, quando se verificaram os primeiros movimentos de êxodo rural em consequência da gradual industrialização do país. Tal quebra terá todavia sido logo compensada nas décadas seguintes (entre 1900 e 1920), em resultado da forte migração que se verificou da cidade para o campo e para a qual contribuíram as más condições de vida das cidades e os efeitos da pandemia provocada pela gripe pneumónica (Casimiro, 1993) entre 1918 e 1919.

Entre 1920 e 1950 verifica-se então um novo período de expressivo aumento da população. Durante estas três décadas, Mértola vê a sua população crescer cerca de 30% beneficiando, em termos gerais, da diminuição das tendências emigratórias do país e de outros dois aspetos de enorme impacto nos movimentos de ocupação do território – a forte empregabilidade da Mina de São Domingos e o efeito catalisador da Campanha do Trigo na década de 30, que incitou à arroteia de grandes extensões de terra, mobilizando muitas pessoas de outras regiões do país.

Paralelamente, outro dos aspetos que terá influenciado o aumento da população na primeira metade do século XX, está relacionada com a ocupação do baldio da serra de Mértola a partir de 1890, processo que conduziu ao incremento substantivo da área agrícola do concelho e, consequentemente a uma crescente capacidade de fixação de pessoas (Casimiro, 1993; Roxo, 1994).

A partir dos anos 60 inicia-se contudo a trajetória inversa de progressivo esvaziamento do território até aos dias de hoje.

Se, por um lado, a extração na Mina de São Domingos em conjunto com a exploração de extensas áreas de produção cerealífera foram os dois aspetos de maior influência da dinâmica de ocupação de Mértola até à primeira metade do século XX, também o seu enfraquecimento teve como efeito a quebra

demográfica. Destas atividades deriva, aliás, o essencial da realidade social, cultural e económica que caracteriza o concelho como adiante observaremos.

Com o encerramento da Mina de São Domingos em 1965 é decretada em 1968 a falência da empresa Mason & Barry, concessionária da sua exploração e que havia sido a grande promotora de emprego da população em maus anos agrícolas (Casimiro, 1993). Paralelamente, a campanha do trigo depauperou a capacidade produtiva dos solos, já de si fraca, conduzindo à decadência do trabalho agrícola, agravada nas décadas seguintes pela progressiva mecanização da agricultura, por um lado, e por uma política de favorecimento e fortalecimento da industrialização do país em detrimento do setor primário, por outro (Casimiro, 1993; Simas, 2000). Em resultado, depois disto, Mértola nunca viria a recuperar a capacidade de atrair e fixar pessoas como outrora.

A crise na agricultura, o encerramento da mina e o agravamento das condições socioeconómicas no concelho, conduziram assim à diáspora e à perda sucessiva de população a partir dos anos 60, repercutindo-se paralelamente na taxa de natalidade, no índice de envelhecimento e no fluxo migratório.

Como observamos no diagrama 4, a partir da segunda metade do séc. XX, a taxa de natalidade acompanha genericamente a trajetória de decréscimo da população, enquanto que o índice de envelhecimento conhece um movimento proporcionalmente inverso.

092

Nos anos 40 e 50 registam-se as taxas de natalidade mais elevadas, de 30,9% e 23,8%, respetivamente, valores que coincidem com o pico de população do concelho. Porém, a partir dos anos 50, a taxa de natalidade desce progressivamente, atingindo nos anos 70 um valor inferior a 10%.

Em relação ao índice de envelhecimento, e muito embora não disponhamos de dados anteriores aos anos 60, a rápida subida dos valores, expressa graficamente numa reta muito prenunciada, confirma a tendência generalizada, e até certo ponto irreversível, de envelhecimento da população do concelho, tendência esta que, cruzada com os baixos valores da população atual e da taxa de natalidade, condiciona qualquer possibilidade de crescimento e renovação natural da população.

Por último, é importante referir que as oscilações dos movimentos migratórios estiveram sobretudo dependentes da grande pendularidade da oferta de trabalho da mina (com taxas de empregabilidade muito variadas) e da atividade agrícola (relacionada com os bons ou maus anos de produção). A estreita dependência face a estes fatores permite assim interpretar os valores execio-

nalmente negativos que se registaram nas décadas de 50 e 60 em resultado do encerramento da mina. Com a extinção desta atividade e o enfraquecimento da atividade agrícola, extinguem-se também os principais fatores de fixação da população, assistindo-se, a partir dos anos 70 e 80, à normalização do crescimento do saldo migratório (Rodrigues, 1998) e à progressiva e persistente quebra demográfica.

Diagrama 5: Dados demográficos por freguesia

A análise por freguesias vem reforçar a ideia do expressivo esvaziamento que ocorreu no concelho a partir da segunda metade do século XX.

Quando comparadas as densidades populacionais entre o ano de 1950 e o ano de 2011 observa-se um decréscimo expressivo em todas as freguesias, com especial significado na freguesia de Corte do Pinto, onde se verifica uma diminuição de aproximadamente 88% da população atual face ao ano de 1950 (100,9 hab./km² em 1950 e 12 hab./km² em 2011).

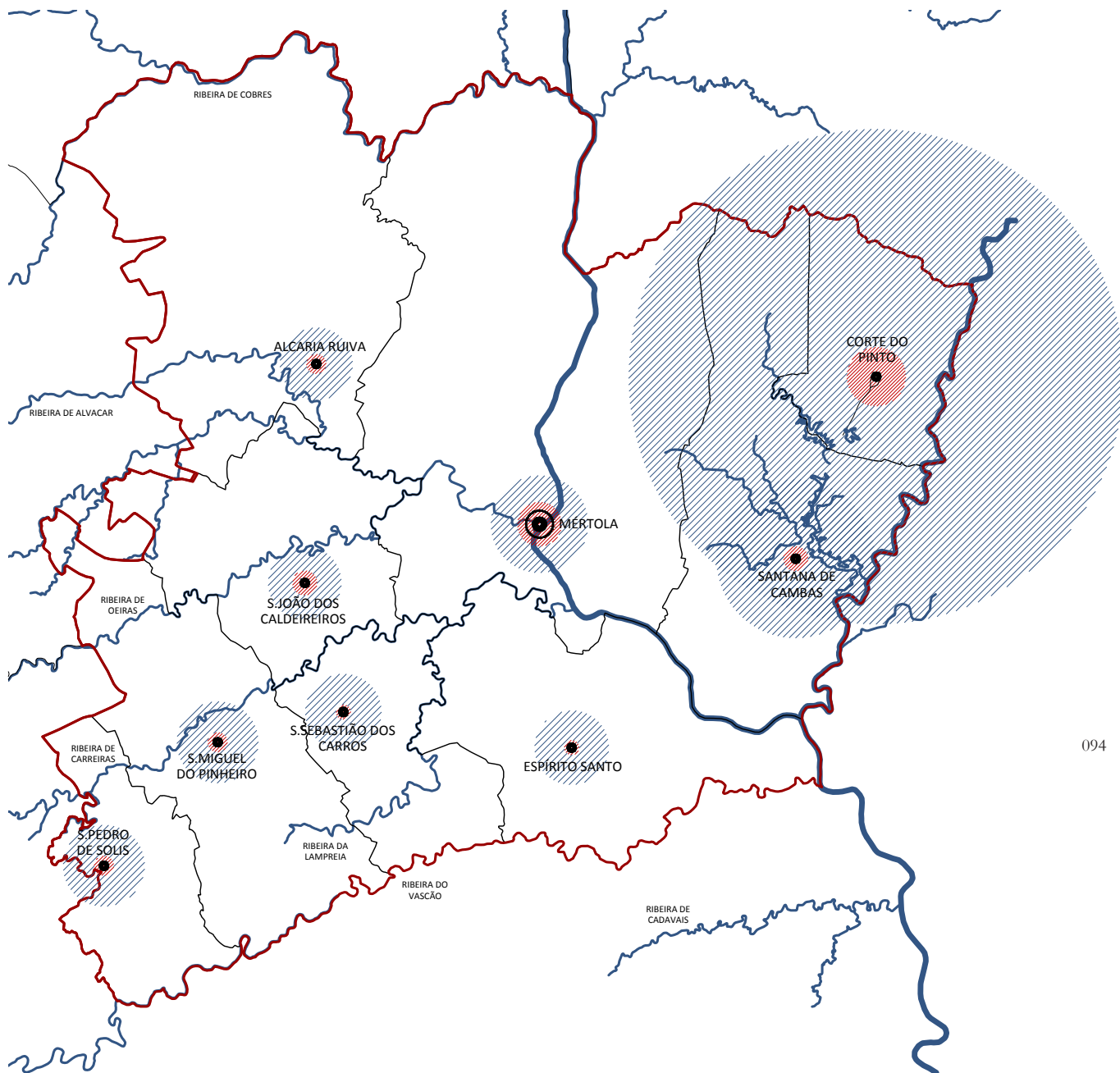
Atendendo à proximidade da mina, era em Corte do Pinto que a maior parte dos trabalhadores da indústria extrativa residia com as suas famílias. O seu desmantelamento teve assim como reflexo incontornável o esvaziamento da freguesia.

À época, a freguesia de Corte do Pinto, juntamente com Santana de Cambas (outra das freguesias que se situa na esfera de proximidade da Mina de São Domingos) excediam largamente a densidade da população das restantes sete freguesias do concelho (133.2 hab./km² contra 113.3 hab./km²), facto que expressa a efetiva capacidade empregadora que a mina detinha. Na ala nordeste do concelho concentrava-se assim mais de metade da população de Mértola. As freguesias mais a sul apresentavam as menores densidades populacionais do concelho (como de resto ainda hoje). Como denotam os quase inexpressivos círculos do diagrama, São Sebastião dos Carros e Espírito Santo registam atualmente as densidades mais baixas com 3 hab./km², a par de São Pedro de Solis e São Miguel do Pinheiro com 4 hab./km², aspeto que por certo terá contribuído em 2013 para a união de três das quatro freguesias localizadas a sul da Ribeira de Carreiras, aquando da reforma administrativa³.









Por último, e confrontando novamente os anos de 1950 e 2011, para além da diminuição generalizada da população em todas as freguesias é de assinalar que a freguesia de Mértola, ao contrário do que sucedia há aproximadamente

³ A Reorganização Administrativa do Território das Freguesias (RATF) em 2013, estipulou a união das freguesias de São Miguel do Pinheiro, São Pedro de Solis e São Sebastião dos Carros, dando lugar ao número total de 7 freguesias.

DIAGRAMA 5
DADOS DEMOGRÁFICOS POR FREGUESIA



094

-  SEDE MUNICIPAL
-  SEDE FREGUESIA
-  LIMITE CONCELHO
-  LIMITE FREGUESIA
-  DENSIDADE POPULACIONAL 2011
-  DENSIDADE POPULACIONAL 1950
-  RIO
-  RIBEIRA

	1950	2011	POPULAÇÃO	ÁREA
	DENSIDADE	DENSIDADE	(hab)	(km ²)
	(hab/km ²)	(hab/km ²)		
ALCÁRIA RUIVA	- 14.8	4	- 849	- 215
CORTE DO PINTO	- 100.9	12	- 857	- 71
ESPÍRITO SANTO	- 15.1	3	- 335	- 134
MÉRTOLA	- 19.8	9	- 2824	- 318
SANTANA DE CÂMBAS	- 32.3	5	- 797	- 164
S. JOÃO DOS CALDEIROS	- 14.9	5	- 567	- 103
S. MIGUEL DO PINHEIRO	- 16.6	4	- 596	- 138
S. PEDRO DE SOLIS	- 16.6	4	- 229	- 64
S. SEBASTIÃO DOS CARROS	- 15.5	3	- 220	- 72

NOTA: NA ANÁLISE DA POPULAÇÃO CONSIDERARAM-SE AS FREGUESIAS ANTERIORES À REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO (RATF) NO ANO DE 2013, DE MODO A GARANTIR A COERÊNCIA E CONSISTÊNCIA COM AS FONTES DE INFORMAÇÃO
 FONTE: INE - CENSOS DE 2011; (CASIMIRO, 1996)

setenta anos, é atualmente a segunda freguesia mais populosa do concelho, facto facilmente explicável por se tratar da sede de concelho e, como tal, concentrar a maioria dos serviços e do comércio do município. Daqui decorre também a crescente terciarização do concelho, em detrimento das atividades agrícolas e do setor primário em geral, que tem o seu reverso nas baixas densidades populacionais associadas às freguesias rurais. Voltaremos a este aspeto quando abordarmos a distribuição da população por setores de atividade, mais adiante.

Diagrama 6: Distribuição da população de Mértola por grupos etários

No que respeita à distribuição da população por grupos etários, verifica-se que mais de metade da população (54%) tem mais de 50 anos e que 35% deste grupo tem idade superior a 65 anos, cabendo a menor fatia da população (18%) aos indivíduos com idades compreendidas entre os 0 e 24 anos. Entre os 1 310 indivíduos correspondentes a este grupo, cerca de metade – 655 pessoas, o equivalente a 9% da população total – têm idade igual ou inferior a 14 anos, uma percentagem expressivamente inferior à média do país, que se fixa atualmente nos 14% para este grupo etário⁴.

Para um enquadramento mais apurado deste indicador no contexto de Portugal continental podemos acrescentar que em 1971 a percentagem de pessoas deste último grupo etário – dos 0 aos 14 anos – correspondia a 24% da população nacional, ou seja, decorridos 40 anos, Portugal perde 10% da população mais jovem enquanto que Mértola em igual período perde 15%.

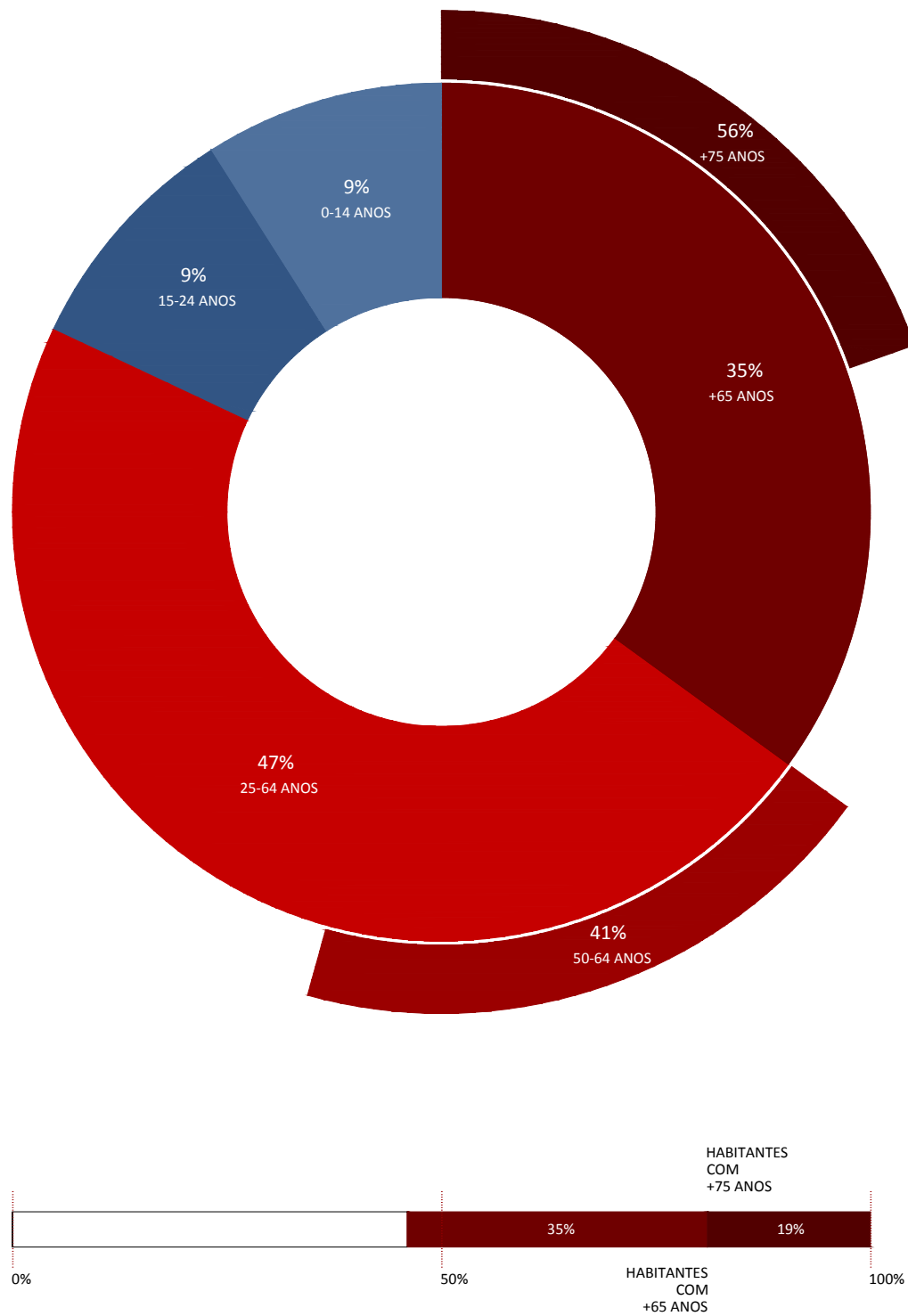
095

Outros dados entretanto disponíveis permitem reconhecer que esta é, contudo, uma tendência que há muito se vem afirmando com especial evidência em algumas regiões do país. Em 1864, a relação entre jovens e idosos cifrava-se numa proporção de 100 para 6, enquanto que em 1991, por cada 100 habitantes com menos de 15 anos existiam 176 indivíduos com mais de 65 anos. (Rodrigues, 1998). Atualmente, em Mértola, a relação que se verifica é de 100 habitantes com idade igual ou inferior a 14 anos para 389 pessoas com idade superior a 65 anos, valor que permite constatar o galopante processo de envelhecimento que o concelho sofreu.

Estamos, portanto, perante uma população duplamente envelhecida, em que a sua capacidade de autorregeneração se encontra comprometida, tanto pela escassa população como pela sua composição etária. Acresce a este cenário “a reduzida qualificação da população ativa, a debilidade do tecido empresarial e uma taxa elevada de desemprego sobretudo nas mulheres com idades

⁴ Dados PORDATA (ano de 2018): população total: 10.283.822 / população entre 0 e 14 anos: 1.415.731.

DIAGRAMA 6
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE MÉRTOLA
POR GRUPOS ETÁRIOS



compreendidas entre os 25 e os 49 anos”(Olimpio, 2000, p. 4), o que explica em grande parte também a fragilidade e debilidade do tecido produtivo e económico atual do concelho.

Diagrama 7: Distribuição da população ativa por setores de atividade

Quanto à distribuição da população por atividade e retomando o que anteriormente foi mencionado acerca da forte terciarização do concelho, constata-se, a partir do diagrama 7, que 63,75% da população ativa trabalha atualmente no setor terciário⁵, enquanto que 15,30% da população está afeta ao setor primário, representando este número cerca de um quarto ($\frac{1}{4}$) da população que se dedica às atividades de comércio e serviços. O setor secundário fixa, por sua vez, 20,95% das pessoas ativas, superando o setor primário em aproximadamente 6 pontos percentuais. Aquele que foi o setor de atividade mais importante do concelho, ocupa hoje, incontestavelmente, o menor peso e espaço de representação.

A aposta do município de Mértola tem incidido precisamente no investimento “em setores de atividade que não só a produção agro-silvo-pastoril, (...) nomeadamente na criação de serviços e comércio que têm vindo a ter uma crescente importância no município” (Cortegano, 2017, p. 23), com especial destaque para o desenvolvimento do setor do turismo que, enquadrado no *Plano Estratégico e de Ação para o Turismo do Alentejo*, propõe “a valorização e capitalização turística dos elementos distintivos e inimitáveis do território e a qualificação e competitividade da oferta turística local” (CMM, 2009, p. 3).

097

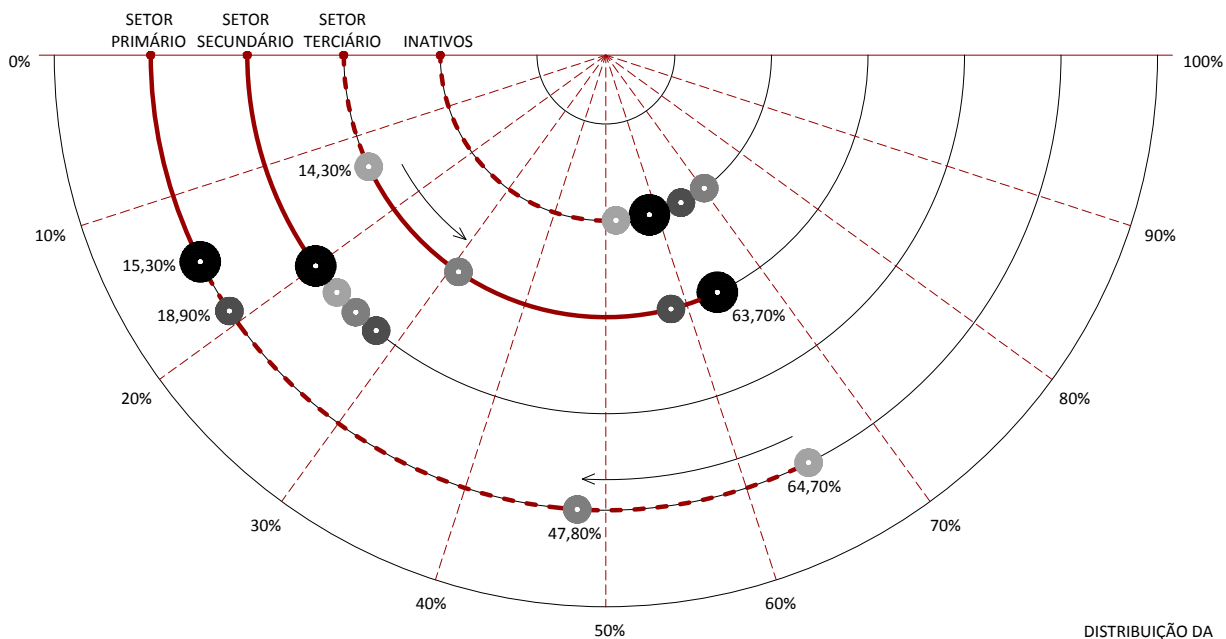
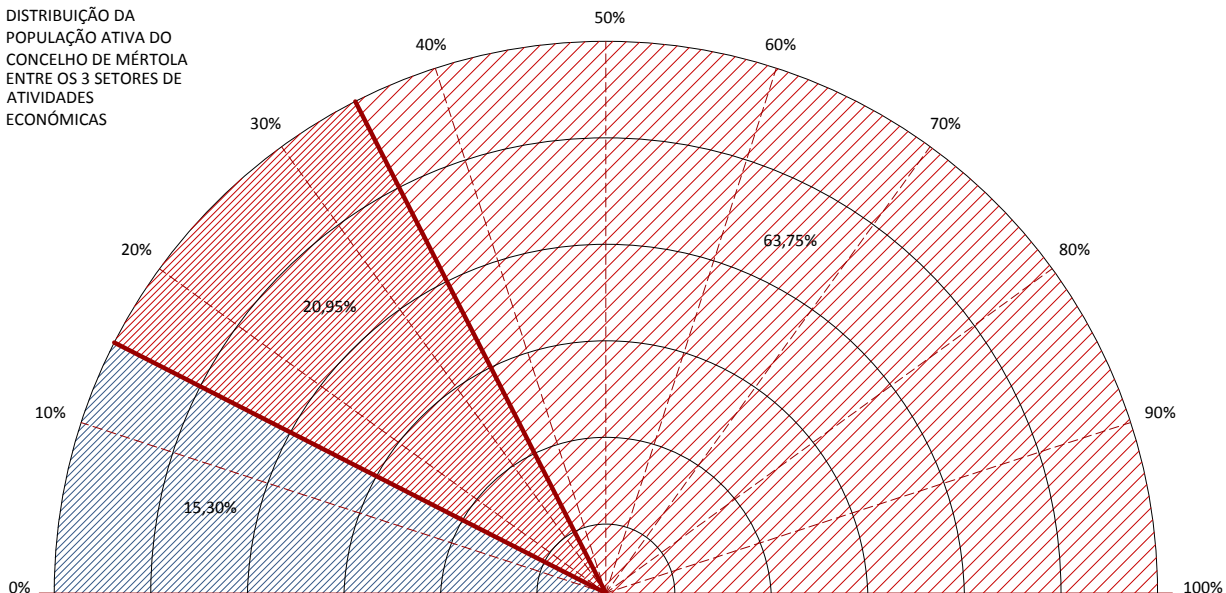
A forte deslocação das atividades produtivas, com especial enfoque do setor primário para o setor terciário, torna-se por demais evidente quando no segundo semicírculo do diagrama 7 observamos os movimentos associados a cada um dos setores na linha do tempo, a partir dos anos 60.








Numa primeira análise, verifica-se que há dois movimentos contrários e quase inversamente proporcionais relacionados com os setores primário e terciário. Enquanto que em 1960 a atividade agrícola e mineira ocupava 64,70% da população ativa, recuando em setenta anos para percentagens próximas dos 15%, o setor terciário detém, por seu turno, em 1960, 14,3% da população, disparando para 63,70% no ano de 2011, o equivalente à percentagem que ocupava o setor primário em 1960. Ou seja, o decréscimo que se verifica no setor agrícola é diretamente compensado pelo setor terciário. À semelhança

⁵ De acordo com o relatório, “a grande maioria da população empregada do concelho de Mértola trabalha maioritariamente por conta de outrem, sendo o setor terciário o que maior número de trabalhadores absorve, principalmente em empregadores como a Autarquia, os serviços institucionais e algumas associações locais como a ADPM, o CAM e a Santa Casa da Misericórdia” (Rafael, 2012, p. 41).

DIAGRAMA 7
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA
POR SETORES DE ATIVIDADE

DISTRIBUIÇÃO DA
POPULAÇÃO ATIVA DO
CONCELHO DE MÉRTOLA
ENTRE OS 3 SETORES DE
ATIVIDADES
ECONÓMICAS



-  INDICADOR CORRESPONDENTE AO ANO 2011
-  INDICADOR CORRESPONDENTE AO ANO 2001
-  INDICADOR CORRESPONDENTE AO ANO 1981
-  INDICADOR CORRESPONDENTE AO ANO 1960
-  SETOR PRIMÁRIO
-  SETOR SECUNDÁRIO
-  SETOR TERCIÁRIO

DISTRIBUIÇÃO DA
POPULAÇÃO DO
MUNICÍPIO POR SETOR
DE ATIVIDADE, NOS
ANOS DE 1960, 1981,
2001 E 2011

NOTA: NO SETOR PRIMÁRIO COMPREENDEM-SE ATIVIDADES AGRÍCOLAS, PECUÁRIAS, DE CAÇA, DE PESCA E MINEIRAS;
NO SETOR SECUNDÁRIO COMPREENDEM-SE ATIVIDADES DA INDÚSTRIA E, NO SETOR TERCIÁRIO, COMPREENDEM-SE ATIVIDADES DE COMÉRCIO E SERVIÇOS
FONTE: (POPULAÇÃO ATIVA) PORDATA - QUADRO "POPULAÇÃO ACTIVA SEGUNDO OS CENSOS"; PORDATA - QUADRO "SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA" DE ACORDO COM OS ÚLTIMOS CENSOS

do movimento pendular de uma balança, o movimento descendente de um setor é assim compensado pelo movimento ascendente de outro.

Tal constatação é tanto mais efetiva quando cruzamos estes dados com a distribuição das percentagens do setor secundário.

Em igual período (entre 1960 e 2011) verifica-se uma proximidade e estabilidade das percentagens que em números se traduz numa variação de 3%, entre os 21% e os 24%.

Em síntese, não somente se verifica um decréscimo acentuado da população a partir dos anos 60, como se verifica a completa alteração da matriz produtiva do concelho que, ante um território de cariz agrícola e fortemente dependente da atividade mineira, se converte num território de serviços apoiado numa estratégia de afirmação pela cultura e história da região, como observaremos adiante.

A queda da atividade agrícola e mineira parece, uma vez mais, estar na origem desta dupla mutação - demográfica e produtiva – constatação que não nos exime de aprofundar um pouco mais cada um destes eixos produtivos responsáveis simultaneamente pela dinâmica *versus* declínio que percorre a história do concelho.

099

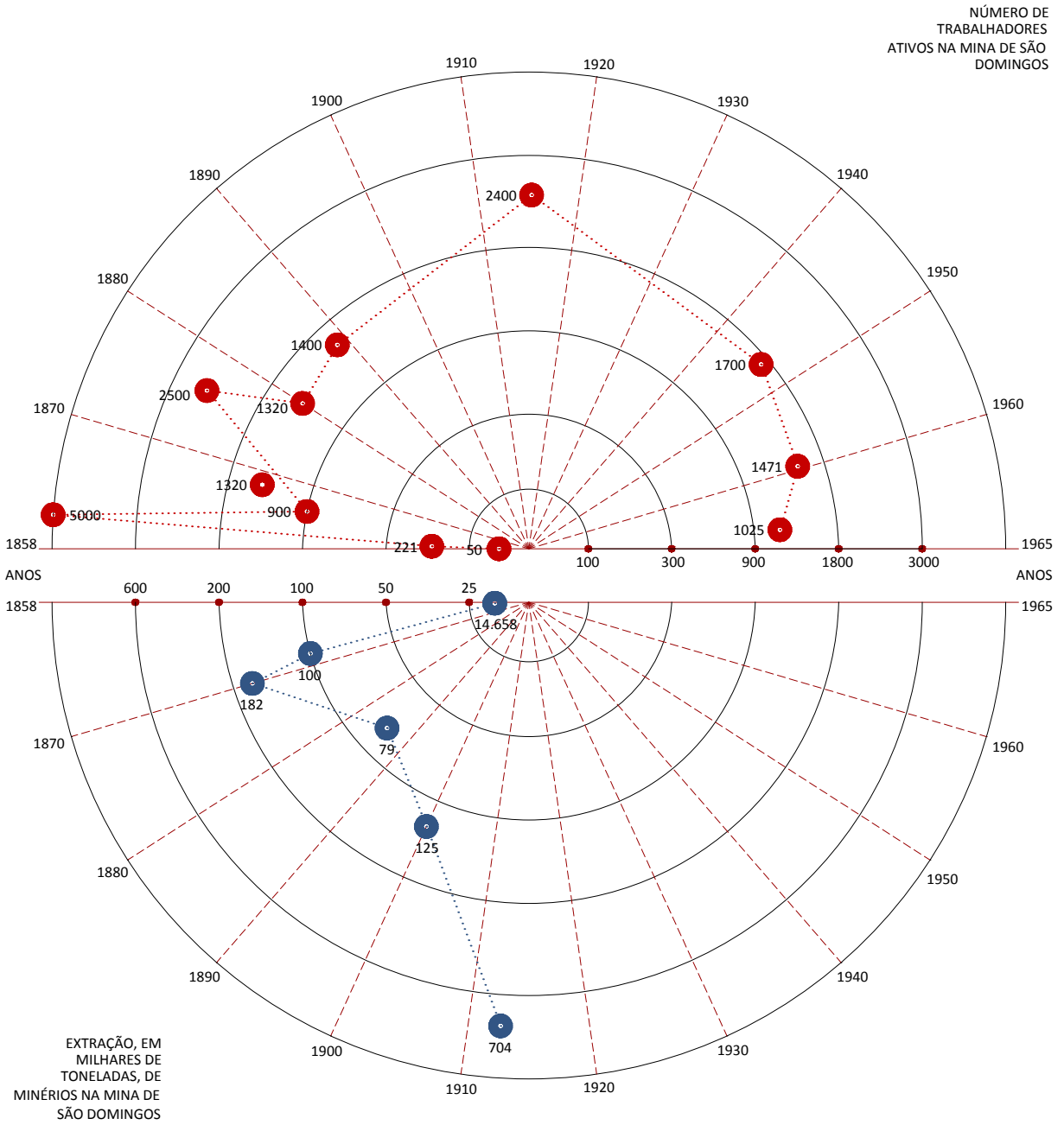
Diagrama 8: A Mina de São Domingos: volume de extração e trabalhadores

Como suporte da nossa análise dedicaremos os próximos dois diagramas (8 e 9, respetivamente) à atividade extrativa da Mina São Domingos e à atividade agrícola (a partir do uso solo), aprofundando o exame das relações de interdependências entre as transformações ocorridas ao longo dos tempos em cada um dos setores e o respetivo impacto na vida social, cultural e económica da comunidade.

A Mina de São Domingos conheceu vários ciclos de exploração em diferentes períodos da história da região. À semelhança de outros jazigos de pirite localizados sobre a Faixa Piritosa Ibérica⁶ (FPI), a parte mais superficial do jazigo de São Domingos terá sido explorada durante a época romana e ainda em períodos anteriores, desde o Calcolítico (Matos, Soares & Claudino, 2006). É, porém, já na idade moderna que se inicia o último e também mais intenso ciclo de exploração da mina, induzindo profundas transformações físicas,

⁶ Sobre a faixa piritosa Ibérica pode ler-se mais específica e detalhadamente no capítulo III da presente dissertação, no âmbito dos contributos multidisciplinares das disciplinas da geologia e da hidrogeologia.

DIAGRAMA 8
A MINA DE SÃO DOMINGOS:
VOLUME DE EXTRAÇÃO E TRABALHADORES



● NÚMERO DE TRABALHADORES NA MINA DE SÃO DOMINGOS

● EXTRAÇÃO, EM MILHARES DE TONELADAS, DE MINÉRIOS NA MINA DE SÃO DOMINGOS (NÃO FORAM ENCONTRADOS DADOS POSTERIORES AO ANO DE 1920)

sociais e económicas no território, com reflexos até aos dias de hoje. Referimo-nos em concreto ao período de laboração da mina de aproximadamente um século, entre 1858⁷ e 1965/1966, sob a exploração e gestão da empresa inglesa Mason & Barry⁸.

Com grande impacto na sua fisionomia, o chapéu de ferro⁹ (expressão que designa o jazigo metalífero que aflora na serra de São Domingos) foi sinalizado e descrito por Carlos Ribeiro em 1857 no Relatório sobre a Mina de Cobre de São Domingos do seguinte modo:

O jazigo aflora em uma pequena montanha denominada serra de S. Domingos disposta de O NO e E SE na extensão de 800.0 m.: é limitada a poente pelo vale por onde corre o ribeiro do Pego da sarna e a nascente por uma depressão do solo onde está praticado o caminho que vai de Corte do Pinto para Santanna: do lado norte descahe muito rapidamente para um barranco que a separa da montanha de vale de cambas e pelo sul estende-se com uma aba muito menos inclinada até ao carregado do Valle de Chabocaes que lhe fica a uns 400,0 m de distancia e a separa da montanha longitudinal conhecida pelo nome de Serra de Chabocaes (Ribeiro, 1857, como citado por Custódio, 1999, pp. 258-259).

Em 110 anos de laboração, a área de exploração da mina mobilizou uma extensão superior a 20 km no sentido norte - sul, com um perímetro de aproximadamente 6 000 hectares implicou uma radical transformação em 296 deses hectares, onde se desenvolveram direta ou indiretamente as atividades de extração (Guita, 2011). Estes valores, em complemento com a descrição de Carlos Ribeiro, sugerem desde logo a escala alcançada pelo complexo mineiro durante o seu período de atividade e, conseqüentemente, o seu impacto no território.

A acrescentar a estes valores, outros dados corroboram a magnitude do “efeito mina”. Entre 1867 e 1880 são extraídos cerca de 3 milhões de m³ de rocha, dela se retirando até 1966 aproximadamente 25 milhões de toneladas de mi-

⁷ A exploração iniciou-se em 1854 com a abertura do primeiro poço. A formalização da concessão ocorre em 1858 e é confirmada em definitivo em 1859. O encerramento ocorre no ano de 1965 (FSM, s.d.). É preciso ressaltar porém, que em algumas referências bibliográficas, o ano de 1966 é apontado como o último ano de extração (Casimiro, 1993; Guita, 2011).

⁸ O arranque da exploração da Mina de São Domingos no período moderno, pode resumir-se em traços largos do seguinte modo: Nicolau Biava, mineiro em Espanha e supervisor de algumas explorações mineiras na zona de Rio Tinto, regista em 1854 a descoberta de vários depósitos de pirite na Mina de São Domingos. No ano seguinte Ernest Deligny adquire a Nicolau Biava os direitos sobre os quatro depósitos registados, vindo a constituir posteriormente com outros dois sócios, Eugène Duclerc e Louis Descazes, a empresa *La Sabina*. No ano de 1857, o estado português, decreta a concessão provisória da mina de S. Domingos a esta mesma empresa que, em sequência do direito adquirido, arrenda a exploração da mina de S. Domingos à empresa inglesa *Mason & Barry*. Decorrido mais de um século de exploração a mesma empresa declara por fim falência em 1968, acumulando elevadas dívidas aos seus trabalhadores e à Segurança Social.

⁹ O chapéu de ferro designa “a concentração de produtos resultantes da oxidação de jazigos minerais metálicos, sendo um dos resultados visíveis desta ocorrência o tom avermelhado dos terrenos”. O jazigo de S. Domingos foi explorado a céu aberto até cerca de 120 m de profundidade e até 420 m através de galerias e poços e os teores médios eram de 1,25 % de cobre, 2-3% de zinco e 45-48% de enxofre. Para além da pirite, encontram-se ainda outros minerais como a esfalerite, a calcopirite, a galena, a arsenopirite e sulfossais. (Matos, Soares & Claudino 2006).

nério. A respetiva corta¹⁰ atingiria 120 m de profundidade e os trabalhos subterrâneos 420 m (Matos, Soares & Claudino, 2006). Durante o seu período de exploração produziram-se 14,7 milhões de toneladas de resíduos e ergueram-se cinco núcleos urbanos. Em algumas centenas de hectares foram plantados eucaliptos destinados à produção de combustível; outras tantas centenas ocupadas com reservatórios de água doce e água ácida (Guita, 2011), tendo o número de trabalhadores atingido os 5 000 por altura da construção da linha de caminho de ferro que ligou a Mina de São Domingos ao porto do Pomarão (Martins, 2013; Guita, 2011). A influência da mina terá, inclusivamente ultrapassado, os limites de Mértola, dominando todo o baixo Guadiana e parte do Algarve em virtude do eixo fluvial de transporte em que o rio Guadiana se transformou pra transporte do minério (Guita, 2011).

Durante o período de atividade da mina foram várias as formas de exploração que ali ocorreram, diversas as tecnologias empregues e muitos os produtos comercializados, fatores que “foram acompanhados por mudanças na composição da população mineira” (Guimarães, 2005, p. 21) e “conduziram também à alteração do padrão de recrutamento de trabalhadores, por parte da empresa”(Guimarães, 2005, p. 23).

Desde a extração à superfície à extração subterrânea, passando pelos tratamentos metalúrgicos por via seca e por via húmida, à venda de pirite em diversos moldes – sem qualquer tratamento e após lixiviação – à produção de enxofre, culminando nos meios de mecanização que se foram instalando: substituição da força manual e animal por perfuradoras pneumáticas e pelo vapor; dos caminhos pedonais por vias férreas; das velas e candeias por iluminação elétrica (Guita, 2011), todos os recursos e modalidades de trabalho foram experimentadas de modo a rentabilizar a exploração. Outro exemplo dessa intensidade prospetiva foi a adoção do sistema de exploração a céu aberto (em corta), que permitiu ao diretor da mina, o engenheiro James Mason, “recrutar mais intensivamente mão-de-obra local para trabalhos a céu aberto e, por isso, com menores custos” (Guimarães, 2005, p. 23).

No diagrama 8 sobrepõem-se o número de trabalhadores¹¹, por um lado, e o volume de minério extraído da mina durante o período de laboração, por outro.

¹⁰ A corta corresponde à área afetada pelos trabalhos de exploração mineira a céu aberto com um perímetro de aproximadamente 2 km.

¹¹ Os números apresentados correspondem maioritariamente à média de operários que laboravam num determinado ano na Mina de São Domingos. Ressalva-se, porém, que, em alguns anos, como é o caso em 1876, esse valor é expresso considerando um intervalo e não um número específico: “Em 1876 a Mina de S. Domingos esteve presente na International Exhibition de Philadelphia com exposição própria. (...) Por esta altura a mina empregava 1500 a 2500 trabalhadores, consoante a necessidade e premência da actividade”. (Guita, 2011 p. 14). A dificuldade em determinar o valor está associado tanto à diversidade de atividades como aos vínculos contratuais que existiam, sendo frequente o recurso a equipas externas de prestadores de serviço que não integravam o quadro de efetivos da empresa exploradora.

A leitura dos dados, ainda que não permita estabelecer de forma direta a relação entre o número de trabalhadores e o volume de toneladas extraído em cada ano, em virtude da insuficiência de dados e das flutuações¹² que se registam em cada um dos indicadores, esclarece-nos, todavia, sobre os períodos fundamentais de laboração da mina.

O período de arranque da atividade da mina, é denunciado pelo tímido volume de extração (em comparação com as cinco décadas subsequentes) que se fixa nas 14 658 toneladas em 1859, ano em que trabalham na mina 221 operários. Ainda antes, entre 1854 e 1856, período em que foram abertos os primeiros poços, participam nos trabalhos prévios de exploração 50 operários, o menor número de funcionários registado durante todo o período de laboração da mina.

As três décadas subsequentes, entre 1860 e 1890, correspondem genericamente a uma fase de expansão da atividade extrativa. O crescente número de funcionários e o aumento da produção durante esse período confirmam justamente essa consolidação. Em 1865 trabalhavam na mina cerca de 900 funcionários e em 1876 o número passou a oscilar entre 1 500 e 2 500 operários. Em 1883, na revista de *Obras Públicas e de Minas* é publicada uma notícia que abrange o período entre 1868 e 1880 e que menciona que “durante estes 13 anos (...) a mina ocupou diariamente uma média de 1 320 trabalhadores” (Guita, 2011, p. 16). Nove anos depois, em 1889, o registo é de 1 400 funcionários.

103

O bom ritmo laboral revela-se igualmente no volume de minério extraído. Em 1867 são extraídas 100 000 toneladas, cerca de 7 vezes mais que no ano de 1859. Três anos depois, em 1870, o número quase que duplica, chegando às 182 000 toneladas, sendo a descida abrupta de produção verificada em 1886, de 79 000 toneladas, de imediato compensada em 1900 com os valores de extração a ascenderem novamente às 100 000 toneladas.

A década de 1910 a 1920 assinala o auge da atividade na Mina de São Domingos. Em 1912 é atingido o pico de expansão, com um volume de extração a superar as 700 000 toneladas (quase 6 vezes mais do que a produção de 1900),

¹² As flutuações que se verificam no número de trabalhadores coincidem muitas vezes com picos de atividade que exigem fortes concentrações de mão de obra, como foi o caso da construção da linha de caminho de ferro inaugurada em 1862 (FSM, s.d.). No catálogo editado para a Exposição Internacional do Porto em 1865, o diretor da mina escreve: “É elevado o número de pessoas empregadas nos diferentes serviços; a direcção technica, a administração, os trabalhos subterraneos e da superficie, as diferentes officinas, o caminho de ferro, e o serviço do porto do Pomarão, occupam hoje perto de 900 pessoas. Entretanto este número já foi mais elevado e subiu a 5 000 em quanto durou a construção do caminho de ferro.” (Mason, 1865, como citado por Guita, 2011, p. 13). Assim, para além de momentos específicos de grande exigência e necessidade de mão de obra, as alterações no sistema de produção tiveram influência na demografia da Mina de São Domingos.

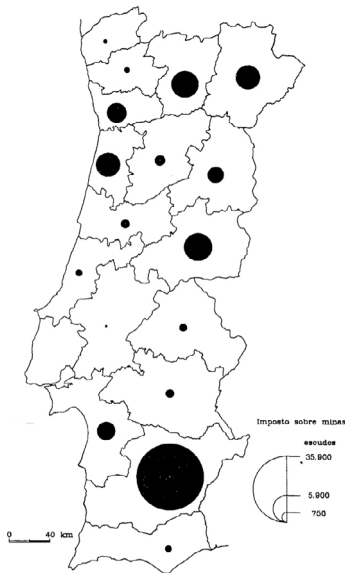


Fig. 4. Impostos sobre minas cobrados nos distritos de Portugal Continental no ano de 1914. Fonte: (Boletim de Minas, recuperado de Garcia, 1996).

verificando-se também nesta década o maior registo de funcionários, cerca de 2 400 em 1916.

Tal intensidade de exploração é-nos revelada inclusivamente pelo desequilíbrio do imposto cobrado às minas (Fig. 4). De acordo com o Boletim de Minas do ano de 1914, o distrito de Beja representa cerca de 53 % do total de todas as minas em laboração em Portugal (Garcia, 1996), percentagem que evidencia bem o peso da atividade extrativa na Mina de São Domingos à época e o seu destacado papel no plano económico e social tanto a nível regional como nacional.

A partir do final dos anos 20, esboça-se o princípio do fim. As últimas quatro décadas de laboração ficam marcadas pela progressiva quebra na produção e sucessivos despedimentos de trabalhadores, em virtude da escassez de minério (resultado da extensa atividade das décadas anteriores), da baixa cotação do cobre e de uma conjuntura regional e internacional de instabilidade (Guita, 2011).

O resumo das últimas décadas, pode ler-se nesta transcrição:

Entre altos e baixos a Mina de São Domingos virou o século, conheceu em 1916 o seu pico como empregadora de mão-de-obra, com 2400 trabalhadores, atravessou a 1ª Grande Guerra, lançou em 1932 a produção de enxofre para a Companhia União Fabril numa unidade nova na Achada do Gamo, funcionando pelo sistema Orkla, reforçou esta capacidade em 1943 com uma segunda unidade no mesmo local e, aproximando-se o fim das reservas minerais, preparou-se para encerrar a exploração (Guita, 2011, p. 22).

104

Ora, recuperando novamente o digrama 8, verifica-se que em 48 anos, (entre 1916 e 1964) a mina perde 1 375 funcionários, mantendo contudo ao serviço até dois anos antes do seu encerramento 1 025 funcionários. Com o seu fecho definitivo em 1966, mais de um milhar de pessoas e respetivas famílias ficam sem meio de subsistência, conduzindo à miséria da região.

O abalo produzido por este acontecimento está, aliás, bem patente no digrama 4, quando a ele recorremos novamente para constatar que entre as décadas de 1960 e 1970 se regista a maior queda demográfica do concelho, correspondendo a uma diminuição na ordem dos 55%. Com repercussões óbvias na taxa de natalidade, dez anos depois verifica-se uma quebra com semelhante impacto, na ordem dos 59%, complementada pelo agravamento do índice de envelhecimento que, entre as década de 60 a 80, dispara de 28,8 para 116,1. Instalado em definitivo o “trauma social e económico” em que mergulhou o território de estudo, fica assim bem expressa a magnitude do “efeito mina” no concelho.

Diagrama 9: Capacidade e usos do solo

À parte da atividade mineira, que durante aproximadamente um século funcionou como catalisador económico e social da região, a matriz produtiva e económica de Mértola assentou desde sempre na atividade agrícola e de pastorícia.

Território rural por definição, Mértola ergueu-se sob o permanente desafio que constitui a magreza dos seus solos. O solo, para além da camada material que cobre a terra, é simultaneamente “produto civilizacional” (Casimiro, 1993, p. 1), refletindo a luta incessante de gerações em extrair da terra o seu sustento e, conseqüentemente, absorvendo as sucessivas transformações e modificações ocorridas no uso do solo ao longo da história do concelho.

Como tal, no âmbito da caracterização geral do território de estudo procuraremos abordar sumariamente a evolução das suas formas de uso e ocupação, recorrendo, para a persecução deste tópico, aos estudos de Pedro Cortesão Casimiro (1993, 2000, 2002, 2003), com uma extensa produção de trabalhos¹³ em torno das mudanças de uso do solo no concelho de Mértola.

De acordo com as classes de uso do solo, Mértola tem mais de 80% dos seus solos com a classificação E (Fig. 5), a última e mais gravosa categoria, a que corresponde a seguinte definição:

(...) limitações muito severas; riscos de erosão muito elevados; não susceptível de utilização agrícola; severas a muito severas limitações para a paisagem, matas e exploração florestal (...); ou não susceptíveis de qualquer utilização (SROA/CNROA, como citado por Casimiro, 1993, p. 24).

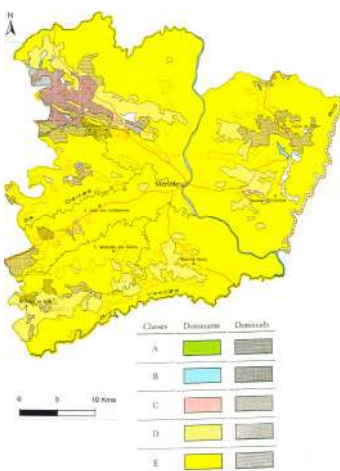


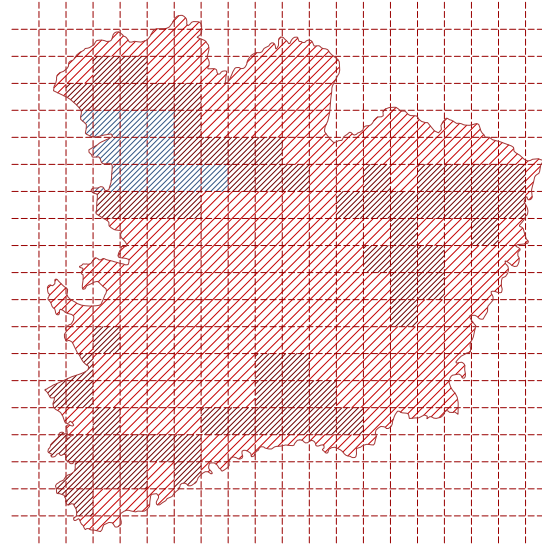
Fig. 5. Classes de capacidade de uso do solo no concelho de Mértola. Fonte: (SROA, 1960, recuperado de Casimiro, 1993).

Conforme se observa no diagrama 9, excepcionando a área a noroeste do concelho, associada a Alcaria Ruiva (a que correspondem pontualmente solos com classificação C), todo o território é dominado por solos tipo D que ocupam 16,3% da superfície e por solos tipo E que se estendem por 80,7% da área do concelho (Malveiro, 1990, p. 18). Os solos do tipo A e B são praticamente inexistentes, aparecendo tão somente em franjas de reduzidas dimensões nas zonas de depressão associadas aos vales, não somando, porém, mais que 0,7% da área total do concelho de Mértola. Em suma, mais de 96% do concelho exhibe uma fraca a quase nula capacidade produtiva, enquanto que 4% correspondem a solos “de utilização agrícola pouco intensiva”. Dentro desta percentagem de solos aptos à exploração agrícola, só uma percentagem

¹³ Dos seus estudos extraíram-se igualmente os mapas a partir dos quais se elaborou o diagrama 9 composto por 3 cartogramas.

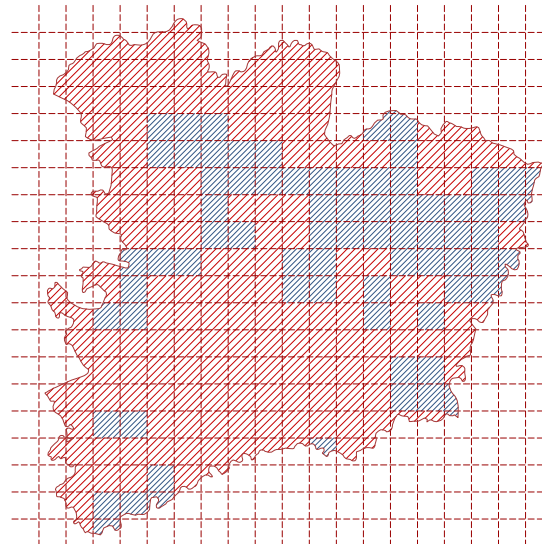
DIAGRAMA 9 CAPACIDADE E USOS DO SOLO

I. CLASSES DE SOLOS [1960]



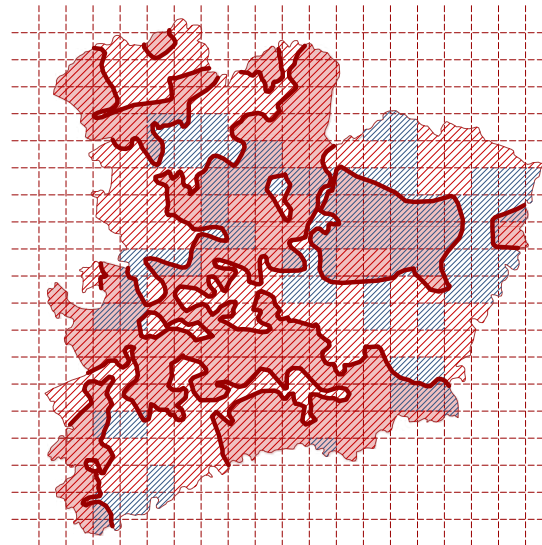
- CLASSE E: SOLO DE MUITO BAIXA QUALIDADE
- CLASSE D: SOLO DE BAIXA QUALIDADE
- CLASSE C: SOLO DE MÉDIA QUALIDADE

II. PRINCIPAIS CULTURAS [1960]



- CULTURAS DE SEQUEIRO
- CULTURAS DIVERSAS

III. RESERVAS DE CAÇA [1992]



- ÁREA DESTINADA A RESERVAS DE CAÇA

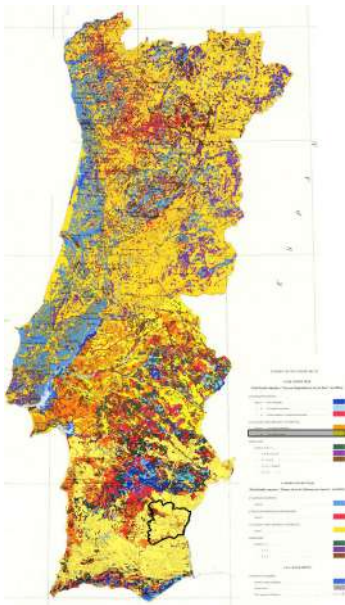


Fig. 6. Carta de capacidade de uso do solo. Fonte: (CNA, 1982).

inferior a 1% conhece, todavia, “poucas ou nenhuma limitações” (Macedo, 1987, como citado por Casimiro, 1993, pp. 23-24).

Ora, como esclarece o cartograma I (do diagrama 9), a mancha que ocupa o tracejado vermelho é bem elucidativa do “enclave de solos muito pobres” (Casimiro, 1993, p. 2) que domina o concelho, aspeto que pela sua abrangência se constitui como uma das características de maior especificidade do território em análise.

Em rigor, quando observamos a carta de capacidade de uso do solo (Atlas do Ambiente, 1960) (Fig. 6), a enorme mancha amarela que domina a região de Beja e em particular o concelho de Mértola não encontra equivalente expressão em qualquer outro ponto de Portugal continental, onde a cor associada aos piores solos surge de forma fragmentada e combinada com outros tipos de solo.

Beja é assim o distrito que concentra duplamente – em qualidade e extensão – os solos com limitações mais severas de todo o país, apontados como solos de “uso não agrícola” (conforme se pode ler na respetiva legenda), cuja incidência é especialmente óbvia no concelho de Mértola.

Todavia a história da ocupação do solo no concelho e seus usos contraria em definitivo a gênese e composição do seu solo. A preponderância da atividade agrícola no concelho e a sua forte matriz campesina parece ter continuamente desafiado a debilidade e fraqueza dos seus solos, aspeto de relevância na caracterização do concelho que, segundo Casimiro, “nunca deveria ter sido agrícola à luz dos conhecimentos e opiniões vigentes atualmente” (1993, p. 85).

O cariz fortemente agrícola do concelho é documentado desde o século XII. Nessa altura, já o pão alentejano alimentava a região do Algarve, e Mértola funcionava como importante ponto de convergência e exportação de trigo e outros produtos agrícolas.

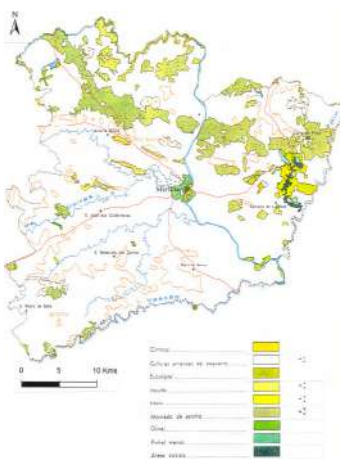


Fig. 7. Carta Agrícola e Florestal. Fonte: (SROA, 1960, recuperado de Casimiro, 1993).

Porém, se até ao século XVI sobressaía sobretudo a sua importância como cidade-porto de escoamento, é a partir das cartas agrícolas de Pery, do século XIX, que se assinala a vocação agrícola do concelho, em resultado da significativa extensão das áreas de cultivo e de pastagem que nela se fazem representar. “Em conjunto, 62,95 % do concelho era agrícola, o que é muito mais do que se poderia esperar” (Casimiro, 1993, p. 76). Tal preponderância do uso agrícola é aliás tratada em cartas e mapas subsequentes, nomeadamente na Carta Agrícola e Florestal (SROA, 1960), onde isso é especialmente notório (Fig. 7).

Na década de 60, as culturas arvenses de sequeiro ocupam a maior parte da superfície do território como podemos observar no cartograma II (diagrama 9), correspondendo a restante área a zonas de prado natural, azinhal, eucaliptal e, de forma marginal, outras culturas. O resultado visual desta ocupação é “de um deserto, onde as árvores são inexistentes, e as áreas em pousio pouco se distinguem dos restantes campos agrícolas” (Casimiro, 1993 p. 113), imagem extraída e sugerida pelo investigador a partir da fotografia aérea da época¹⁴.

Ora, o predomínio das culturas de sequeiro no concelho está naturalmente relacionado com a campanha do trigo que se iniciou em 1929 e perdurou durante uma década aproximadamente, tendo o longo e exaustivo processo de arroteamento das terras conduzindo ao agravamento das condições do solo, já de si, muito desfavoráveis como observámos anteriormente.

O esgotamento total da capacidade produtiva dos solos em sequência desta política de incentivo da cultura do trigo, terá mesmo motivado a seguinte redação no Inquérito Agrícola e Florestal ao Concelho de Mértola em 1950:

Por virtude da pobreza dos terrenos - resultado da monocultura cerealífera que a pouco e pouco tem depauperado a maior parte das terras do Concelho - não vimos justificação para generalizar qualquer cultura, parecendo-nos até que o mais racional aproveitamento da área agricultada do Concelho seria o da sua adaptação a zona florestal, principalmente tendo em vista a possibilidade de regeneração do meio pedológico (...).

Se fosse socialmente possível, aconselhar-se-ia a eliminação imediata da cultura cerealífera na quase totalidade do Concelho pois, no nosso entender, mais de 70% da área hoje entregue à referida cultura não produz, sequer, para pagar o custo de produção. E isto resulta não só do excesso de intensificação cultural, e do pequeno período de pousio a que são sujeitos os referidos terrenos, mas ainda da forte erosão causada pelo arrastamento sucessivo das várias camadas aráveis, em virtude do desaparecimento de protecção rasteira (Russo, Tavares & Ferreira, 1950, como citado por Casimiro, 1993, p. 116).

A completa exaustão do solo conduziu inevitavelmente ao empobrecimento da população rural, cujas condições de vida para além de se agravarem, consolidaram, em definitivo, a trajetória de declínio da atividade agrícola no concelho até aos dias de hoje.

Em resultado da falência da atividade agrícola¹⁵, que está na origem de um êxodo rural sem pretendentes na história do concelho, emerge um movimento de crescente consciência coletiva e política que valoriza e promove a diversificação de uso dos solos e recusa em definitivo a monocultura.

¹⁴ Para esta análise foi consultada: “Vertical Pancromática, escala 1:25.000, voos de 1947 e 1961” (Casimiro, 1993, p.113).

¹⁵ Ainda sobre a cultura do trigo e a consequente degradação dos solos no concelho de Mértola consultar: (Roxo, 2000).

Arredada em definitivo qualquer iniciativa de promoção das culturas de sequeiro, conforme se pode ler no *Plano de valorização do Alentejo*¹⁶, o esforço dirigiu-se no sentido de encontrar soluções que garantissem gradualmente a reposição das características dos solos, ao mesmo tempo que se procuravam novas formas de ocupação dos solos agrícolas.

O facto é que em 1992 a mancha anteriormente correspondente à área agrícola é fortemente comprimida a favor da implementação de grandes áreas destinadas à atividade cinegética, conforme se verifica no cartograma III do mesmo diagrama. “Até Julho de 1993 a área ocupada por reservas de caça no Concelho de Mértola ascendia já a 72 980,4170 hectares, ou seja, 57 % da área do Concelho” (Casimiro, 1993, p. 159) e é, em sequência do abandono dos campos e do cultivo verificado após a Campanha do Trigo, que ocorre a regeneração da vegetação e da fauna a ela associada, dando assim lugar à atividade cinegética (Roxo, 1994).

Em síntese, verifica-se uma clara diminuição da atividade agrícola, suplantada fundamentalmente pelas reservas de caça e pela atividade da pastorícia acompanhada, paralelamente, por uma tendência de crescente diversificação do uso do solo expressa, por sua vez, pela heterogeneidade e fragmentação da paisagem (Casimiro, 2002). Este processo sobressai, aliás, como o resultado mais visível do contínuo esforço de superação da história de degradação dos solos da região, a par de uma economia refém de grandes áreas de terra inculta.

109

Diagrama 10: Estrutura da propriedade

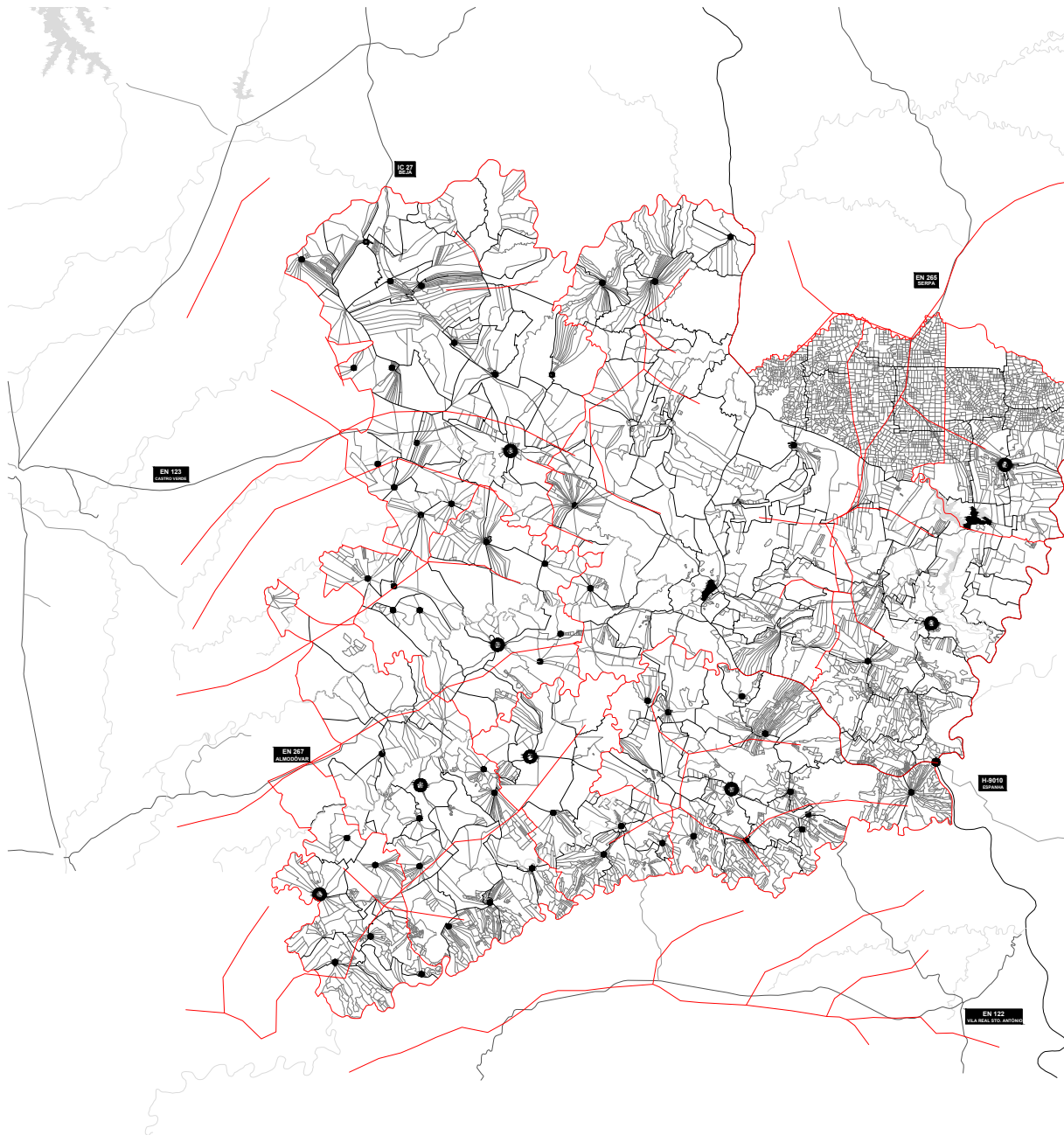
Paralelamente à análise sobre as transformações ocorridas ao longo do tempo no uso do solo, outra das grandes evidências que permite reconhecer traços sobre a génese, formação e evolução da história agrária e social do concelho, está relacionada com a estrutura da propriedade – o cadastro – que, segundo José Cutileiro, “permite ainda traçar a curva de nível da estratificação social” (2004, p.43), ou seja, permite reconhecer a matriz e o suporte organizacional das comunidades que ocupam determinado território.













O diagrama 10, elaborado a partir da compilação e conversão digital das 195 secções que integram o total das freguesias do cadastro geométrico da propriedade rústica do concelho de Mértola¹⁷, foi então produzido com o objetivo de complementar a leitura que temos vindo a procurar promover em torno da ruralidade que caracteriza o território em questão.

¹⁶ “O regime de sequeiro, nas terras pobres do Alentejo, é uma triste necessidade e não, por forma alguma, o sistema de exploração mais indicado nem o mais económico” (MOP, 1959, como citado por Casimiro, 1993, p. 131).

¹⁷ As secções foram extraídas do *cadastro geométrico da propriedade rústica*, a partir do *site* da Direcção Geral do Território (DGT).

DIAGRAMA 10
ESTRUTURA DA PROPRIEDADE



-  SEDE MUNICIPAL
-  FREGUESIA
-  POVOAÇÃO
-  LIMITE DO CONCELHO
-  LIMITE DA FREGUESIA
-  CADASTRO: SECÇÕES
-  CADASTRO: PARCELAS
-  ESTRADA NACIONAL
-  ESTRADA MUNICIPAL
-  LINHAS DE FESTO
-  RIO
-  RIBEIRA

Ainda antes, faz-se a ressalva de que o tipo de informação que o diagrama 10 disponibiliza, aqui reduzida e comprimida no formato selecionado, justificaria, porventura, uma análise mais detalhada e exaustiva que por certo contribuiria para um conhecimento mais profundo sobre as formas de exploração e os aspectos que marcaram a posse da terra¹⁸ no concelho de Mértola.

Mas como observámos anteriormente, a agricultura tanto se pratica nos melhores solos, a noroeste do concelho, como nos mais pobres, do mesmo modo que os povoados tanto se localizam na proximidade de vales, como em promontórios ou zonas de maior elevação. Porém, quando se sobrepõem as linhas de água e de festo no mapa é visível a predominância de lugares localizados a meia encosta, onde tendem a incidir e a fixar-se normalmente as melhores ligações¹⁹ entre os aglomerados.

Relativamente à divisão cadastral, distinguem-se, de modo genérico, dois tipos de propriedade, ainda que relativamente ao primeiro se possa estabelecer a distinção entre grande e pequena propriedade:

i) O tipo dominante está associado à média e grande propriedade, repercutida fundamentalmente a noroeste e no centro do concelho. Apresenta fundamentalmente uma divisão concêntrica e radial, a partir de um povoado à volta do qual se estendem os latifúndios, rematados normalmente por linhas de água, linhas de festo ou caminhos.

111

A variante deste tipo está relacionada com a pequena propriedade localizada na franja sul do concelho, associada à dobra de relevo que faz a transição para a serra do Algarve;

ii) O segunda tipo, de natureza muito distinta, está relacionado com a ocupação e divisão do baldio da serra da Mértola em 1926, e que resulta na mais significativa alteração do uso do solo ocorrida no concelho;

O primeiro corresponde ao tipo de propriedade que domina mais de 80% da área do concelho, caracterizada pela monocultura e em geral pelo subprovei-

¹⁸ A distribuição e espacialização dos povoados no território e a divisão radial da propriedade e os seus limites são alguns dos aspetos evidenciados no diagrama que suscitam potenciais linhas de pesquisa e exploração.

¹⁹ Carrilho da Graça propõe-nos uma teoria do território baseada no “facto de as linhas e pontos notáveis que caracterizam a topografia estarem na base dos percursos e assentamentos humanos” (AA.VV, 2015 p. 6). Esta mesma teoria tem entretanto como base a seguinte explicação:

“os percursos mais utilizados foram as linhas mais altas que definem os vales, as linhas de festo: por um lado, pela facilidade de caminhar sobre elas, dada a sua regularidade de cota e o facto de não cruzarem cursos de água; por outro, pela sua segurança, uma vez que dominavam visualmente os vales que dividem. Os promontórios, por sua vez, defendidos pela topografia, apresentam uma única via de acesso, facilmente vigiável, e uma considerável dominância visual, tendo correspondido desde sempre às mais variadas formas de estabelecimento: acampamento, casa, convento, castelo, cidade. Num período subsequente, e pela necessidade prática de relacionar entre si os diversos promontórios, terão surgido percursos a meia-encosta, unindo o sistema secundário de linhas de festo e duplicando o de percursos das cumeadas principais” (AA.VV, 2015 p. 6).

tamento, pela falta de técnica, pelo baixo índice de mecanização, bem como pela falta de infraestruturas; O segundo, representa 7% da superfície total do concelho e resulta da conversão de terrenos comunais e marginais em unidades adicionais de produção agrícola (Roxo, 1994).

Se o primeiro deriva de circunstâncias que remontam à reconquista cristã, “durante a qual a parte sul do País foi dividida em extensas propriedades que foram doadas à nobreza e às ordens religiosos e militares” (Cutileiro, 2004, p. 16), o segundo surge fundamentalmente no encaço das políticas protecionistas à lavoura da 1ª República, enquadrado numa moldura política de forte incentivo à produção agrícola.

Até à divisão do baldio, o território era em geral dominado pela cultura arvense e pelos pousios-pastagem, enquanto que na serra 80 % do seu território era maioritariamente ocupado por charneca e matos, sendo quase inexistente o cultivo de cereal (Rodrigues, 2017, p. 51). Com a divisão do baldio e com a densidade populacional a crescer na freguesia de Corte de Pinto, por conta da atividade na Mina de São Domingos, o aumento dos arroteamentos disparou, aumentando a pressão sobre a produção do trigo também nos incultos da serra de Mértola.

Se o cultivo da grande propriedade era garantido por trabalho assalariado, arrendado ou em regime de parceria a pequenos lavradores e seareiros (Baptista, 1979, p. 346), o baldio (após a sua divisão) correspondia normalmente a uma exploração familiar a cujo agregado tinha sido concedido o direito de cultivar a terra em benefício da sua subsistência.

112

Contudo, todo o concelho de Mértola a partir dos anos 30, e independentemente do tipo de propriedade e forma de exploração, acabou assim por ser dominado pela cultura do trigo, resultado de uma estratégia nacional fortemente orientada para a produção de cereais, que vigorou durante séculos no Alentejo (continuando a ser ainda em muitos concelhos a principal cultura) e à qual Mértola naturalmente não escapou.

Retomando a análise do diagrama, podemos verificar que, embora prevaleça a grande propriedade na generalidade do concelho (exceptuando o baldio), verifica-se uma maior partição da propriedade no sul – nas freguesias de Espírito Santo, São Sebastião e São Pedro de Solis – e noroeste do concelho, na freguesia de Alcaria Ruiva, onde se localizam os solos com melhor aptidão agrícola do concelho.

Relativamente à faixa sul do concelho, a justificação parece estar relacionada com a intensa exploração que se verifica já no final do século XVIII.

Na sequência da análise demográfica avançada para o período entre 1786 e 1798, Casimiro conclui:

As freguesias do Sul são nitidamente distintas: as densidades são mais elevadas (...) e o povoamento só não é mais concentrado porque coexistem núcleos de uma certa dimensão com pequenas explorações. Será, aparentemente, a justificação para o maior potencial de actividade agrícola testemunhado pela imprecisa carta de 1868, que denota já uma total ocupação agrícola do Sul do concelho (Casimiro 1993 p. 70).

Simultaneamente, a área entre as duas Cortes Gafo (de Cima e de Baixo), e a área de Algodor e Alcaria Ruiva são áreas igualmente muito cultivadas, não coincidindo estas com manchas de solo de maior aptidão, mas sim com uma topografia mais favorável (Casimiro, 1993, p. 67). Como de resto se observa no diagrama 10, a maior repartição radial da propriedade, cuja estrutura se densifica e desmultiplica para presumivelmente permitir maior desdobramento de culturas e maior número de pessoas afetas ao campo, corresponde precisamente a estas áreas. Tal imagem repete-se igualmente numa área próxima a sul da mina, coincidindo justamente com uma área que Casimiro identifica como sendo fortemente cultivada, em resultado da maior concentração de população ligada à exploração mineira (Casimiro, 1993, p. 67).

113

No que respeita ao baldio da serra de Mértola, a sua divisão reflete naturalmente uma lógica totalmente distinta.

Situado sobre uma charneca árida, o baldio ocupava o nordeste do concelho, fazendo fronteira a norte com o município de Serpa, a sul com as povoações de Corte de Pinto e Corte de Sines, e a nascente e a poente, delimitado respetivamente pelas grandes linhas de águas que percorrem o concelho – o rio Chança e Guadiana.

Outrora “um mosaico de paisagem individualizado pelas suas características próprias” (Roxo 1994, como citado por Rodrigues, 2018, p. 16), o baldio deixa de se constituir como terreno comum, para passar a ser explorado pelos moradores das atuais freguesias de Corte do Pinto e Santana de Cambas mediante a concessão de uma determinada porção de terra para exploração fundamentalmente da cultura arvenses.

Por fim, não podemos deixar de mencionar a interdependência entre a atividade da Mina de São Domingos e a divisão do baldio da serra de Mértola. Se “por um lado a mina atraía mão-de-obra, inclusive rural nos maus anos

agrícolas, por outro, a serra fornecia produtos agrícolas essenciais, como os cereais, bem como a lenha (...) e sobretudo carvão para a laboração” (Roxo, 1994, p.158).

As glebas – unidade fundamental de divisão do baldio²⁰ – obedeciam a uma lógica de ortogonalidade que respondia a um esquema de racionamento decretado e normativo da divisão da propriedade. São exceções aquelas que por razões de declive acentuado ou de proximidade a linhas de água se adaptaram à morfologia do terreno, denunciando contornos mais orgânicos.

No que respeita às dimensões, 90% das glebas teriam menos de 6 hectares, e cerca de metade menos de 3 hectares.

Em suma, as alterações do uso dos solos verificadas no concelho, em conjunto com a visão sobre o seu cadastro, permite identificar um largo espectro de ocupação dos terrenos de uso primário denunciando assim o forte cariz agrícola da região.

À semelhança da maior parte dos concelhos que integram a região do baixo Alentejo, Mértola é eminentemente rural. Com uma história de ocupação e transformação do solo dominada fundamentalmente por atividades do setor primário – atividade agrícola, pastorícia²¹ e florestal – esta é também a história de resistência de uma comunidade em permanente busca do proveito da sua terra que, apesar da magreza dos seus solos, sempre assegurou a matriz cam-pesina do concelho.

114

Paralelamente aos solos, as características climáticas de cariz mediterrânico²², e, em particular, as alterações que se têm vindo a registar, constituem um fator de agravamento acrescido da degradação dos solos, na medida em que o tipo de vegetação e a erodibilidade da terra é fortemente influenciado pelo regime de temperaturas e precipitações.

A somar-se aos fenómenos de despovoamento, de envelhecimento da população, de manifesto agravamento das condições de produtividade do seu solo

²⁰ Existiam 10 classes de glebas distintas, às quais correspondiam parcelas de distintas dimensões. Tal diversidade permitiria acomodar o critério de que “a cada casal da região de Cambas, era destinado um hectare e mais um por cada filho” (Rodrigues, 2017, p. 57).

²¹ “O pastoreio continua a ser uma das atividades mais destacadas da região, aproveitando as grandes extensões de baldios e pastos. A criação extensiva de ovelhas e cabras adquire especial relevância não só para o consumo da sua carne como também para a utilização de peles e fabrico de produtos lácteos” (Torres et al., 2012, pag. 18).

²² “O clima do Alentejo é Mediterrâneo, temperado pela acção marítima da circulação geral da Atmosfera de Oeste, com o Verão quente e seco, chuvas na estação fria e um Inverno moderado. A posição, numa planície que sobe ligeiramente para Sul, confere-lhe uma tendência para o aumento das precipitações que é praticamente sempre excedida pela diminuição que se regista para o interior, a partir da costa, além dum cariz já continental, que vai dilatar as amplitudes térmicas diárias e inter-anuais” (Casimiro, 2002, p. 148).

e de uma economia igualmente débil, o clima é outro dos aspetos que integra o corpo de desafios do concelho.

Diagrama 11: Projeção de indicadores climáticos

Calor e seca, são, segundo Orlando Ribeiro (2011), dois dos atributos da feição “mediterrânea e continental” que caracteriza o clima do território em estudo. Marcado por verões muito quentes e secos, e por uma precipitação fraca e irregular que tende a ocorrer sobretudo nos meses de inverno exhibe por vezes regimes de torrencialidade, em que a ocorrência de cheias²³ são o seu reflexo mais evidente.

Complementarmente, e de acordo com estudos de diversos autores, “o clima que caracteriza esta região do país apresenta feições de semiaridez traduzidos por “deficits” de água correspondentes a cinco ou seis meses de “stress” hídrico para a vegetação” (Roxo, 1994, p. 26), compensado entre os meses de dezembro e abril, período em que ocorrem as chuvas. Com uma precipitação média anual de aproximadamente 400 mm, são raros os anos com mais de 600 mm, com uma evapotranspiração potencial a ultrapassar os 700 mm, sobretudo no período de julho a setembro (Calado, 2003-2004 (vol.2)).

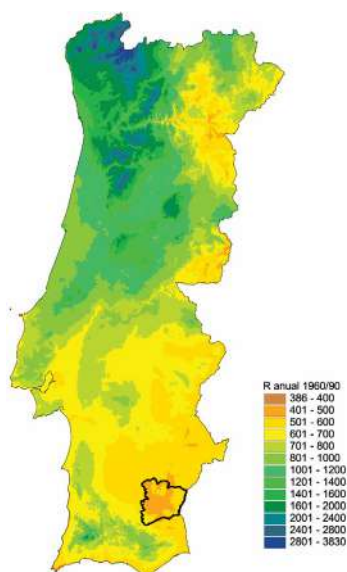


Fig. 8. Carta de precipitação anual média 1959/60 - 1990/1991. Fonte: (Nicolau, 2002, recuperado de Rosário, 2004).

Face ao enquadramento geral do clima da região, que ademais “apresenta as precipitações e os níveis de radiação solar e de insolação mais baixos e mais elevados, respetivamente, do país” (Pena, Gomes & Cabral, 1985 p. 10) (Fig. 8), têm vindo a verificar-se importantes desvios nos parâmetros assinalados, o que “implica o reforço da vigilância do clima à escala local e regional (...) para a correcta planificação das actividades socioeconómicas” (APDM, 1996b, p. 48), mas também um esforço adicional na ponderação e perspetivação sobre os desafios futuros a longo prazo deste território.

115

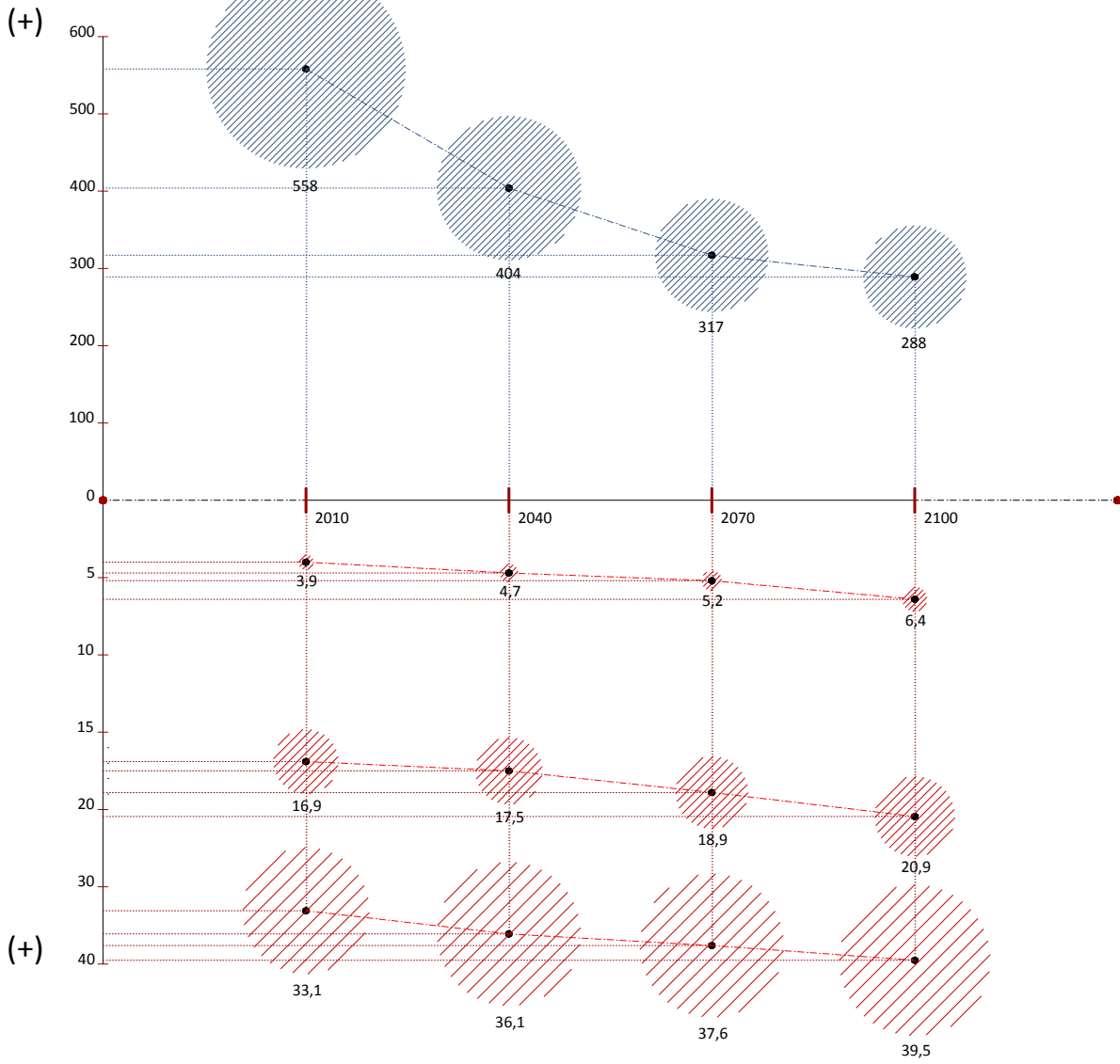
De acordo com a tendência que se observa a partir dos registos disponíveis das temperaturas e das precipitações nas últimas duas décadas, entretanto confirmadas pelas projeções dos cenários climáticos RCP 8.5²⁴ realizados pelo Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (IPCC), o aumento geral das temperaturas, acompanhado da subida da temperatura máxima em conjunto com a redução das precipitações no concelho, potencia o processo

²³ A maior cheia conhecida data de 1876, tendo o nível da água alcançado os 25 metros acima do nível médio do rio, com consequências devastadoras para o concelho. A mais recente cheia reporta-se ao ano de 1998, tendo destruído diversas casas, os cais de recreio de Pomarão e Alcoutim e ainda hortas que se localizavam junto às margens dos rios e ribeiras.

²⁴ Cenário climático é uma representação plausível e muitas vezes simplificada do clima futuro, com base num conjunto internamente consistente de relações climatológicas (IPCC, 2013). Dentro deste enquadramento, o cenário RCP (Representative Concentration Pathways) designa a porção dos patamares de concentração que se prolongam até 2100, para os quais os modelos de avaliação integrada produzem cenários de emissões correspondentes (IPCC, 2013) Assim o RCP8.5, dentro das três categorias estabelecidas, equivale ao patamar mais elevado de emissão radiativa.

DIAGRAMA 11
 PROJEÇÃO DE INDICADORES CLIMÁTICOS

CENÁRIO CLIMÁTICO EM MÉRTOLO PARA OS ANOS 2040, 2070 E 2100



NOTA: OS DADOS APRESENTADOS REPRESENTAM UM CENÁRIO CLIMÁTICO RCP 8.5 (GRAVE)
 FONTE: FICHA CLIMÁTICA DE MÉRTOLO (DIAS, KARADZIC ET AL., 2016)

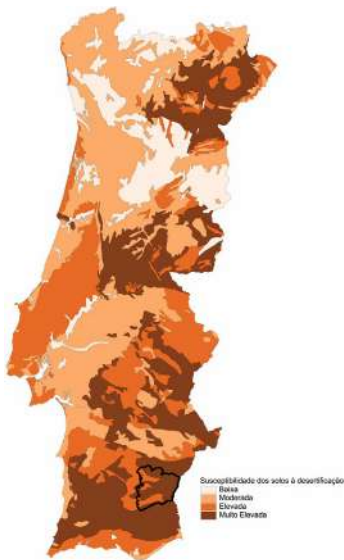


Fig. 9. Carta de suscetibilidade dos solos à desertificação. Fonte: (IDRHa & EAN 2003 recuperado de Rosário, 2004).

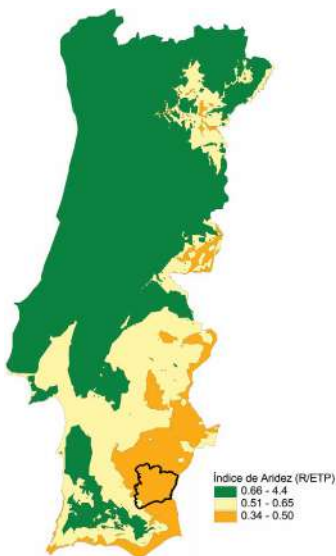


Fig. 10. Carta de índice de aridez. Fonte: (IM&INAG, 2003, recuperado de Rosário, 2004).

de desertificação do território, que conforme se verifica na carta de suscetibilidade à desertificação (PANCD, 2003) (Fig. 9), representa a combinação de fatores de maior risco e mais gravosa em todo o continente nacional.

Com efeito, as escassas precipitações são facilmente compreendidas na carta do índice de aridez de Portugal Continental (PANCD, 2011) (Fig. 10) onde a concelho de Mértola surge representado sob a categoria de semiárido.

Uma tendência que por certo tem vindo a agravar-se pela “diminuição geral dos valores de precipitação, [em que], os anos mais secos são cada vez mais secos e os anos mais húmidos cada vez menos húmidos, excepção feita a 1989 – 90” (Casimiro, 2002, p. 157) e pelo aumento das temperaturas médias e máximas ao longo do último século (Dias, Karadzic et al., 2016 (anexo 1: ficha climática de Mértola), p. 3).

Observa-se ainda que, no que respeita às precipitações, persiste uma redução dos valores em especial na estação de primavera, verificando-se assim a compressão do período de chuvas e a concentração de chuvas fundamentalmente nos meses de outono e inverno. (Olímpio, 2000, p. 6).

É disso exemplo a comparação dos valores médios de precipitação elaborados por Maria José Roxo, relativo ao período entre 1931 e 1990, em que se verifica uma diminuição dos totais anuais nos últimos 30 anos do intervalo de tempo analisado, acompanhada de uma diminuição em cerca de 15,5% face ao total do período considerado. Da mesma análise resulta ainda uma tendência para a progressiva diminuição dos quantitativos anuais mais elevados (Roxo, 1994).

Se os registos das últimas décadas confirmam um cenário de crescentes períodos de seca, as projeções em relação ao futuro vão no sentido de consolidar esta mesma tendência, conforme ilustra o diagrama 11.

Em termos gerais, prevê-se que a média anual de precipitação no período de projeção diminua cerca de 40%, que a temperatura média suba entre 2° e 5°, podendo as temperaturas máximas atingir no período da primavera e verão mais 6° comparativamente com os dados atuais (Dias, Karadzic et al., 2016 (anexo 1: ficha climática de Mértola)).

Em suma, considerando que a desertificação designa primeiramente o processo de sucessiva degradação dos solos e respetiva perda da sua capacidade de regeneração, motivada por diversos fatores (humanos e climáticos) a que normalmente sucede (para além da desertificação física) a desertificação também humana do território, Mértola exhibe um quadro de absoluta vulne-

rabilidade em todas as frentes do diagnóstico. O que significa que proceder a uma caracterização genérica de Mértola na atualidade implica inevitavelmente progredir no processo de (re)conhecimento sobre do fenómeno da desertificação que sob ela pende.

Diagrama 12: Turismo cultural no concelho

A experiência científica, museográfica e pedagógica do projecto Mértola Vila Museu, não pode ser dissociada de um programa estruturante de cariz marcadamente político: no interior empobrecido e em despovoamento, a memória do local, na sua potencialidade dignificante, pode tornar-se em poderoso factor de desenvolvimento (Torres, 2007, p. 2).

Por fim, importará abordar a estratégia de desenvolvimento que a partir do final da década de 70 dominou a agenda política do concelho, assumindo como eixos fundamentais a preservação e valorização dos aspetos patrimoniais, culturais e naturais da região.

Nela se reconhece simultaneamente uma visão empenhada em valorizar os aspetos distintivos do concelho e uma nova orientação capaz de potenciar novas dinâmicas sociais, económicas e culturais através da cultura.

Delineada e promovida em primeira instância por Cláudio Torres, arqueólogo, em conjunto com Manuel Serrão, presidente da Câmara Municipal entre 1976 e 1982, “o projeto [visava] fazer a revolução e contribuir para o desenvolvimento da região através da cultura” (Leiderfarb, 2017) através da valorização dos achados arqueológicos, arquitetónicos, etnológicos e paisagísticos da região.

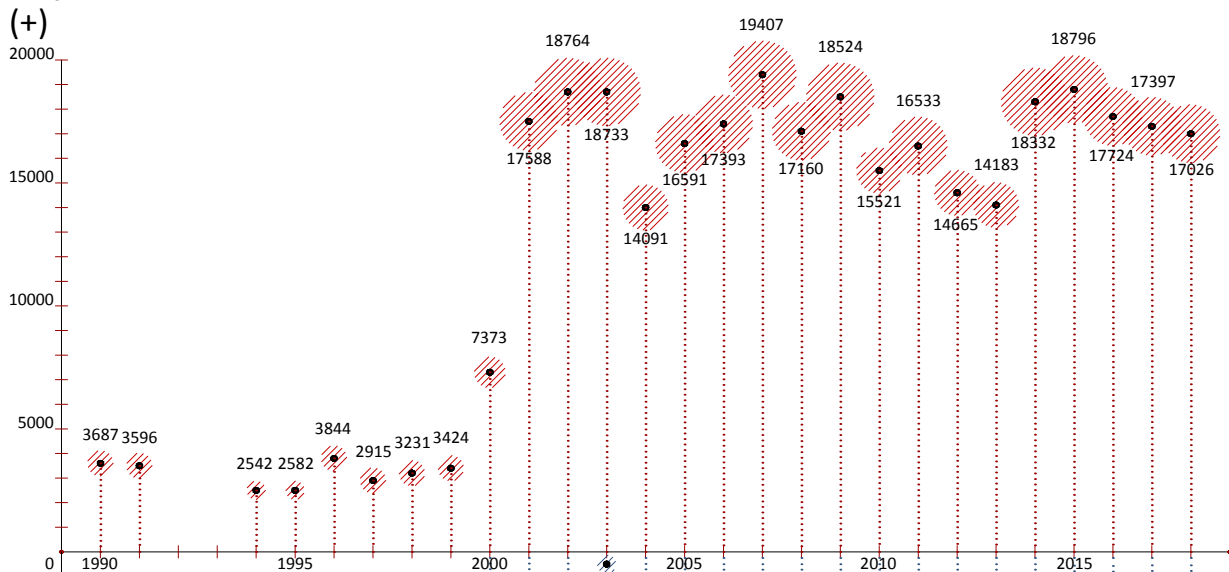
118

Uma estratégia que se desloca do estrito compromisso da atividade agrícola (esta, por sua vez, em completa letargia pelos condicionalismos já mencionados anteriormente), para um entendimento mais dilatado e integrado sobre as suas características potenciadoras e potencialmente catalisadoras de interesse, promoção e divulgação. Em suma, um programa museológico e de valorização patrimonial ao serviço de uma proposta de redescoberta do concelho, induzida por um olhar que vai para além da condição agrária da região.

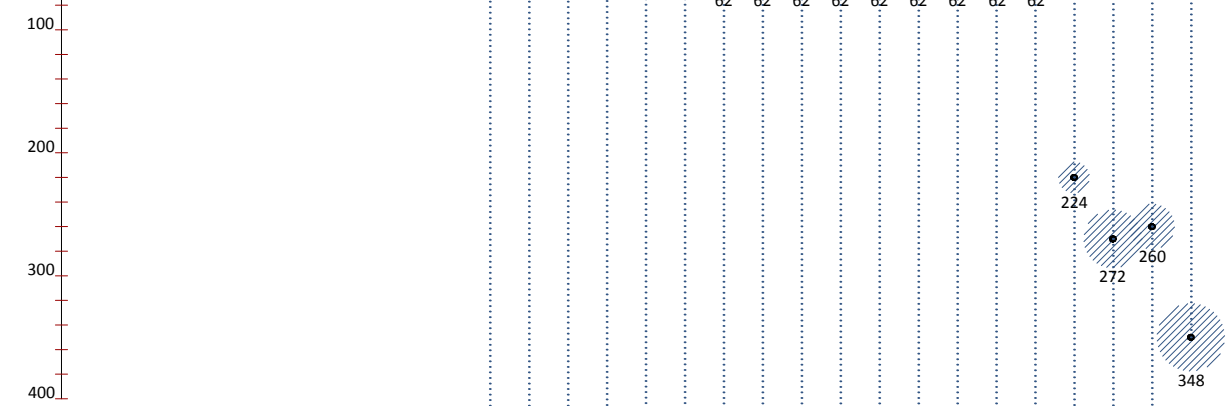
Assim, à noção de território rural que marca a génese e formação do concelho de Mértola, sobrepõe-se a ideia de um território cultural, que preservou intactos vestígios e marcas do seu passado, que são hoje a base para pensar o seu presente e futuro. Trata-se de uma estratégia que, segundo Cláudio Torres, “é também [ela] uma forma de intervenção sobre o interior” (em conversa com o arqueólogo a 28 de fevereiro de 2016).

DIAGRAMA 12
TURISMO CULTURAL NO CONCELHO

NÚMERO DE VISITANTES AO CONCELHO DE MÉRTOLA (+)

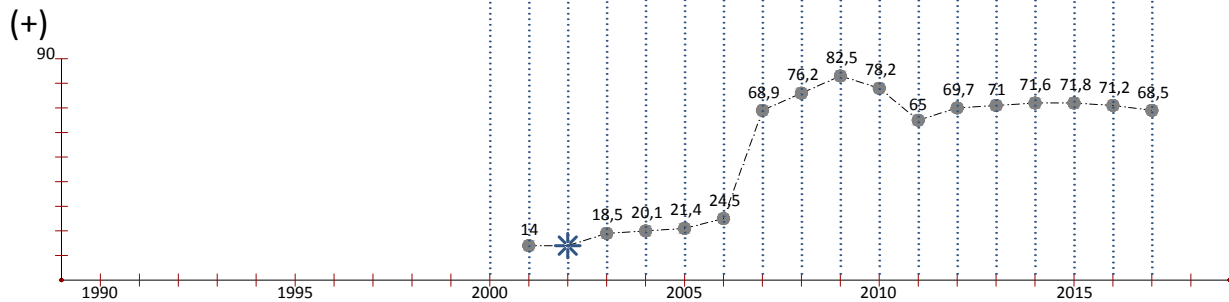


15
62
62
62
62
62
62
62
62



(+) CAPACIDADE DOS ALOJAMENTOS TURÍSTICOS NO CONCELHO DE MÉRTOLA

TAXA DE EMPREGO (+)



- NÚMERO DE VISITANTES REGISTADO NO POSTO DE TURISMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA
- CAPACIDADE DOS ALOJAMENTOS TURÍSTICOS, POR NÚMERO DE CAMAS
- TAXA DE EMPREGO NO CONCELHO DE MÉRTOLA (NOTA: VALORES APRESENTADOS EM %)
- ✳ INFORMAÇÃO NÃO EXISTENTE

FONTE: (NÚMERO DE VISITANTES) POSTO DE TURISMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA; (CAPACIDADE DOS ALOJAMENTOS) PORDATA - QUADRO "ALOJAMENTOS TURÍSTICOS"; (ÍNDICE PODER PER CAPITA) PORDATA - QUADRO "PODER DE COMPRA PER CAPITA"; (VOLUME DE NEGÓCIOS) INE - "ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA REGIÃO ALENTEJO"

Esta estratégia de valorização territorial, integra, por sua vez, um corpo de entidades e associações, tais como o CAM (Campo Arqueológico de Mértola), a ADPM (Associação de Defesa do Património de Mértola), a MERTURIS (Empresa Municipal de Turismo de Mértola) e a PNVG (Parque Natural do Vale Guadiana) que, unidas na persecução de um mesmo objetivo, têm vindo a cooperar ao longo de quatro décadas, desenvolvendo inúmeras iniciativas, das quais se destacam projetos de musealização, linhas de investigação, publicações entre muitas outras iniciativas.

Em 1995 dois acontecimentos vêm dar grande impulso a esta estratégia: por um lado, a classificação como área protegida do Parque Natural do Vale do Guadiana²⁵, com vista à salvaguarda dos valores naturais da região, ao desenvolvimento sustentado da região e à garantia da qualidade de vida das comunidades locais; e, por outro, a aprovação do Projecto Integrado de Mértola, (PIM): Operação-Piloto de Valorização Sócio-Cultural e Turística que assumiu como objetivo “a realização de obras nos domínios da valorização dos sítios e dos monumentos, da musealização, da construção de infraestruturas de acolhimento, da instalação de sinalização e da informação turística”(PIM, 1995, como citado por Rafael, 2010, p. 104). Ora, são estes dois projetos que consolidam assim a visão de desenvolvimento integrado que se procurou construir a partir do 25 de abril no concelho, visando combater a sua desertificação humana e física, fenómeno que se tem vindo a revelar em grande parte dos territórios de cariz rural, com manifestas repercussões também no nível de vida das populações.

120

Assim, e em sequência da mobilização e valorização de bens culturais e naturais que integra o interesse arqueológico, arquitetónico, histórico e paisagístico, procurámos observar o seu impacto a partir do diagrama 12, confrontando dois indicadores – números de visitantes registado no Posto de Turismo²⁶ e a capacidade dos alojamentos turísticos entre o período de 1990 e 2018 – aos quais sobrepusemos os valores relativos à taxa de emprego no concelho.

No que respeita ao número de visitantes, identificamos na década de noventa um registo médio de 3 200 visitas anuais, verificando-se porém, no ano 2000, um incremento expressivo de turistas presumivelmente associado a um tra-

²⁵ A classificação é justificada “pelo seu elevado interesse faunístico, florístico, geomorfológico, paisagístico e histórico-cultural” combinado com a “circunstância de a identidade da paisagem desta zona se encontrar ameaçada pelo progressivo desaparecimento dos sistemas tradicionais de utilização do solo” (Parque Natural do Vale do Guadiana (PNVG), 2001, como citado por Rafael, 2010, pp.102-103).

²⁶ O registo de visitas no posto de turismo contabiliza especificamente o número de entradas no Museu de Mértola. Não obstante, serve a sua análise para extrapolar uma tendência que seguramente acompanha o número de turistas que durante o período em questão visitaram Mértola.

balho de consolidação do Museu de Mértola²⁷, que contava já com quatro núcleos museológicos abertos em permanência e programas de visitas guiadas.

No entanto, a partir de 2001, o registo de visitantes no posto de turismo de Mértola assinalou um meteórico crescimento. Entre o ano de 2001 e o ano de 2018 a média de visitantes foi superior a 17 000 turistas e, face à década de noventa, o número de visitas mais que quadruplicou.

O forte incremento de visitas é em grande parte devido à abertura de três novos núcleos museológicos com grande divulgação nos media locais e nacionais (perfazendo oito dos doze núcleos museológicos que integram o Museu de Mértola) e à realização do Festival Islâmico, que a partir de 2001 passa a ocorrer bianualmente (Rafael, 2012, p. 10).

Em geral, e pese embora as flutuações registadas durante este período, é evidente a estabilidade e a afirmação da dimensão cultural do concelho, que garante desde 2001 uma afluência anual aproximadamente de 2,5 vezes maior que a sua população.

No que respeita à capacidade dos alojamentos turísticos, o crescente número de visitantes faz-se acompanhar do aumento da oferta hoteleira, ainda que de forma não inteiramente correspondente e proporcional.

121

De acordo com o diagrama 12, identifica-se um primeiro incremento da oferta no ano de 2006, relacionada com a abertura do Hotel de São Domingos em 2005, verificando-se a estabilidade dos números até 2015. Porém, a partir deste ano assiste-se a um crescente movimento de abertura de novas estruturas e unidades de alojamento, só interrompido entre os anos de 2016 e 2017, e que está, presumivelmente, associado ao encerramento de algumas unidades de alojamento mais antigas.

As escassas pensões e casas de hospedagem que existiam deram, entretanto, origem a diversos tipos de alojamento que vão desde hotéis a casas de campo, turismo de habitação, turismo rural e agroturismo, grande parte deles concentrados na vila de Mértola, na zona de São Domingos e alguns disseminados pelo território de Mértola.

²⁷ Trata-se de um “museu polinucleado constituído com base numa filosofia de revitalização e valorização patrimonial alargada ao território (...)” (Rafael, 2012, p. 40). É constituído por doze núcleos museológicos, oito deles localizados na Vila de Mértola e os restantes três distribuídos pelo concelho.

Ressalva-se, porém, que a abertura do Hotel Museu em 2011 na vila de Mértola (com a capacidade de vinte e quatro quartos) não se vê refletida nos números que foram recolhidos²⁸.

Certo é que a estratégia iniciada há cerca de quarenta anos parece ter tido repercussões diretas na atividade turística, cuja crescente dinâmica alcançada se pode bem inferir a partir do aumento de visitantes e do incremento da capacidade de alojamento, que por sua vez se repercute noutras áreas, designadamente nos setores da restauração, do comércio e de outros serviços.

Todavia, e não cabendo aqui avaliar o impacto da relação entre a estratégia de valorização e dinamização do concelho por via da cultura e o correspondente benefício económico, importa referir que, de acordo com o *Relatório de apresentação de dados estatísticos relativos aos visitantes e à evolução das estruturas de apoio ao turismo: restauração e alojamento*, as receitas geradas “não cobrem as despesas com pessoal e manutenção e, muito menos, o cumprimento de outras funções como as de conservação e restauro, investigação, educação e divulgação” (Rafael, 2012, p. 16), pelo que se mantêm o apoio logístico e financeiro por parte da Câmara Municipal de Mértola e da tutela a quem cabe naturalmente a responsabilidade social e cultural de salvaguardar o projeto de preservação, salvaguarda e divulgação do património que tem vindo a ser desenvolvido em Mértola.

122

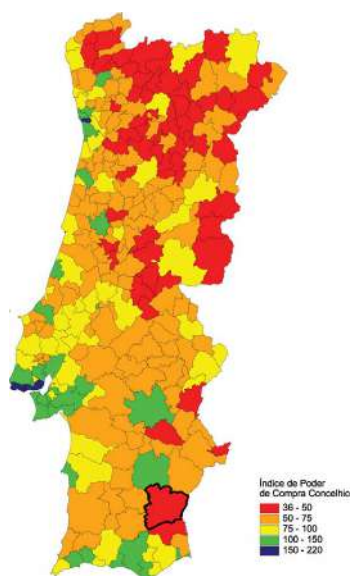


Fig. 11. Carta de índice de poder de compra concelho. Fonte: (INE 2002, recuperado de Rosário, 2004).

Verifica-se complementarmente que, em igual período de análise, a taxa de emprego no concelho de Mértola tem vindo a registar um aumento consistente, especialmente vigoroso entre os anos de 2006 e 2009, que muito embora não possa ser exclusivamente atribuído à atividade de investigação (desenvolvida a partir do Campo Arqueológico de Mértola) e à dinâmica turística, é seguramente e em grande parte influenciado direta ou indiretamente por ela.

Ainda que fortemente mitigado pelo empreendedorismo académico, cultural e social que acabámos genericamente de observar, o movimento de progressivo esvaziamento do concelho prossegue. Afinal “o jovem de Mértola quer ir embora da sua terra, formatado por um sistema de ensino que promove a cultura urbana e estigmatiza o mundo rural”²⁹, conclui Cláudio Torres numa entrevista ao jornal Público (Dias, 2014). Tudo isto redundando na fragilidade de um tecido social e económico que é refletido, entre outros indicadores, no índice de poder de compra mais baixo do país (Fig. 11).

²⁸ A capacidade dos alojamentos por número de camas foi recolhida do portal PORDATA, especificamente do quadro dos alojamentos turísticos.

²⁹ Nesta mesma entrevista o arqueólogo refere ainda que, pese embora se verifique a saída de jovens do concelho, é sua perspetiva que dentro de 30 a 40 anos “haverá em Mértola outro tipo de população” (Dias, 2014).

Para uma sintética caracterização do território de estudo recuperamos a seguinte transcrição:

O concelho de Mértola é populacionalmente rarefeito, patrimonialmente beneficiado, biofisicamente ambivalente, geoestrategicamente periférico, vulnerável às vicissitudes meteorológicas, ambientalmente preservado embora apresentando neste âmbito situações que merecem bastante atenção (Santos, 2011, pp. 3-4).

Após esta digressão sobre os aspetos que caracterizam genericamente o concelho, ocorre-nos invocar a dupla desertificação – física e humana – como possível definição agregadora do desafio que lhe assiste no presente. A leitura e compreensão sobre uma série de fatores que refletem o binómio - natural *versus* humano, esboçam assim a persistência de muitos sinais preocupantes, que redundam na constatação de que: “ criámos [inevitavelmente todas as] condições para a desertificação do território”³⁰ (Guerreiro, 1953, como citado por Roxo, 2000 p. 26) em questão.

³⁰ Transcreve-se na íntegra o parágrafo de onde foi extraída a frase citada com o objetivo de contextualizar a afirmação do autor no âmbito em que ele exatamente a reproduz: “Fomos longe demais, rompemos o equilíbrio natural, expusemos o solo aos ardores e mudanças bruscas do clima, degradámos a flora e o solo, criámos condições para a desertificação do território (...)” (Guerreiro, 1953, como citado por Roxo, 2000, pp. 25-26).

Da prosperidade ao declínio: breve genealogia da mutação

Se ao tempo presente corresponde a ideia de um “território em declínio”, apoiada genericamente na degradação progressiva dos processos de interação entre meio e população, ao passado da região correspondem, porém, séculos de uma existência funda e próspera, sucedida de uma história de ocupação que desde tempos remotos atraiu e fixou diversos povos e civilizações.

Bordejada e delimitada a nascente pelo rio Guadiana, Mértola dista da costa algarvia aproximadamente 70 km, representando o ponto terminal da via fluvial que a atravessa, condicionantes que a distinguiram com um passado de intensas ligações comerciais entre o mediterrâneo, a costa atlântica e o próximo oriente, para onde convergiam os minérios extraídos dos diversos centros mineiros da região e dos produtos agrícolas das terras férteis de Beja.

A posição geográfica de Mértola terá sido estratégica e determinante no desenho da sua história por um longo período e, em certa medida, as explicações sobre o seu passado próspero, sucedido das circunstâncias que caracterizam o seu presente enfraquecido, parecem encontrar fundamento no mesmo conjunto de razões.

Para além da presença do rio Guadiana, eixo de ligação do interior peninsular às principais rotas comerciais que dominavam o mundo mediterrâneo, a sua excecional condição defensiva, em resultado da posição sobranceira que ocupa sobre um esporão rochoso, constituiu outro dos aspetos que influenciou a história da região.

124

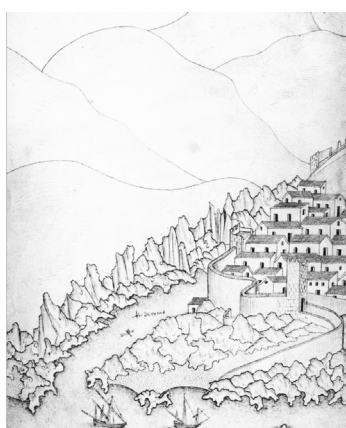


Fig. 12. Porto antigo, Séc. XVI. Ilustração de Duarte D'Armas.

Porto seguro e protegido (Fig. 12), a sua posição foi, paralelamente, essencial no transporte dos minérios que se extraíam das terras em seu redor, condição que desde tempos remotos atraiu para a sua exploração povos de diversas proveniências. Assim, estas três condições – navegabilidade do rio, posição defensiva e riqueza metalífera – resumem os principais eixos de força em que se apoiou a gênese, a história e o desenvolvimento de Mértola.

A história da região é por isso, e antes de mais, a história da sua fisionomia material, cuja natureza “distinta e irrepetível” (Torres et al., 2012, p. 9) se funda no cruzamento e sobreposição de características biofísicas excecionais, aos quais homens e mulheres deram um uso continuado na ordem do tempo e consequentemente um significado social e cultural refletido no espaço³¹.

³¹ No Guia de Portugal a imagem de Mértola (vila) é condensada no seguinte parágrafo retirado das *Memórias das Antiguidades de Mértola*, de Estácio Veiga (1880): “disposta em anfiteatro sobre um elevado morro sobranceiro à margem direita do Guadiana e à esquerda da Ribeira de Oeiras, junto da confluência dos dois cursos de água, numa situação romântica e pitoresca que concitou os elogios de alguns viajantes” (FCG, 2011, p. 162)

Na localização, morfologia, geologia, topografia e hidrografia apoia-se assim a matriz da fundação do concelho, nelas porventura se reconhecendo também a justificação para o deslocamento produtivo e económico que assim caminhou, genericamente, do florescimento ao esquecimento, da expansão à retração, da prosperidade ao declínio.

As mesmas causas aparentam estar na origem de distintos resultados de acordo com os diferentes momentos, o que significa que os mesmos fatores que foram impulsionadores num determinado tempo, terão sido também eles os desincentivadores da história (económica, social e cultural) que se seguiu.

Em face deste enquadramento preliminar, procuraremos abordar de forma breve a genealogia dessa mutação, considerando previamente a noção de espaço existencial, de Norberg-Schulz, resgatada pelo historiador Joaquim Boiça em diversos textos acerca de Mértola e que aqui se reproduz parcialmente:

O espaço existencial não pode ser compreendido somente por causa das necessidades do homem, mas antes como resultado da sua interação e influência recíproca com um ambiente que o rodeia. O *Genius Loci* demonstrou em muitos casos, ser bastante forte para predominar acima dos ciclos das mudanças políticas, sociais e culturais (Norberg-Schulz, 1975, como citado por Boiça, Mateus & Appleton, 2013, p. 20).

O conjunto dos vestígios e achados arqueológicos que têm vindo a ser recolhidos no concelho de Mértola ao longo das últimas décadas – dentro e fora seu termo – confirmam sucessivas camadas de entrecimento entre povos e território. Um palimpsesto de sucessivas apropriações do lugar, que testemunha a remota e contínua ocupação do mesmo, por diversos povos e civilizações, abrangendo achados desde a idade do ferro, à civilização romana, paleocristã, visigótica e islâmica, até à idade moderna.

125

Da prospeção e investigação arqueológica que tem vindo a ser realizada desde há 40 anos³², resultam, entre outros exemplos, um conjunto de cerâmicas áticas encontradas na vila de Mértola, com data dos finais do séc. V-VI a.C. (Lopes, 2014) e diversos vestígios materiais, recuperados junto às margens do Guadiana, em aglomerados piscatórios, que, embora possam associar-se às primeiras comunidades de caçadores-recoletores, são atribuídas sobretudo a contextos neolíticos e calcolíticos. Estes exemplos, permitem, pois, confirmar uma ocupação pré e proto-histórica, que dá como verosímil a presença de comunidades a partir do séc. V a. C. (Torres et al., 2012).

³² Os trabalhos arqueológicos a que nos referimos foram iniciados sob a liderança de Cláudio Torres, em 1978, e desenvolvidos ao longo do tempo por diversas equipas do CAM Campo Arqueológico de Mértola. Dá-se nota, porém, de que a prospeção arqueológica em Mértola já tinha antecedentes do tempo de Estácio Veiga que, em sequência das dramáticas cheias de dezembro de 1876, foi designado pela tutela para “preceder o exame de vestígios antigos de Mértola (...)” (Veiga, 1983, p. 2).

Não obstante, julga-se que foi ainda pelo século VIII a.C.³³, que Mértola veio a ser integrada nos movimentos de expansão do reino tartéssico, nela se estabelecendo uma população de várias proveniências, apostadas em seguir “os veios de prata e de ouro que os chapéus de ferro da faixa piritosa colocavam à sua disposição”(Boiça & Mateus, 2014, p. 13).

Com efeito, só os afloramentos metálicos dos chamados *chapéus de ferro* (que, após um processo de oxidação e de lixiviação, deixava à vista o ouro) poderia justificar a implantação de assentamentos em zonas tão agrestes por parte da Civilização do Ferro do Sudoeste, comunidade cujo período cronológico se fixa entre os séculos VII e III a.C. (Torres et al., 2012).

Independentemente da imprecisão que pende sobre o início da ocupação humana neste território, certo é que a génese das comunidades em Mértola, remonta a uma ocupação milenar, diretamente relacionada com o rio Guadiana, com a riqueza metalífera da região e, por fim, com a condição de defesa provinda da posição e condição topográfica da vila de Mértola.

“Cidade-porto” mediterrânea desde épocas arcaicas, o território acolheu uma “população de variada origem somando-se aos autóctones mercadores e escravos oriundos de diferentes paragens [...] os inúmeros representantes de aristocracias reinantes” (Boiça & Mateus, 2014, p. 14) que controlavam a atividade mineira e portuária que já na época existia.

126

Durante o primeiro milénio a. C estabeleceram-se as feitorias comerciais de povos do oriente mediterrânico, primeiro os fenícios, depois os gregos e os cartagineses. Depois disso, ocorreram as guerras púnicas, cujo final, daria lugar à “realidade “sedentarizada” e organizada da *Myrtilis* romana” (Torres et al., 2012, p. 37), sociedade já não somente empenhada em fazer trocas mas também em proceder à exploração das riquezas minerais da região (Varanda, 2002).

Durante o longo período de ocupação romana que vai desde o século II a.C. até ao século VIII d.C (Torres et al., 2012), em particular durante os cinco séculos em que a localidade foi elo estratégico na política de expansão do Império Romano, Mértola converteu-se no centro de escoamento de minérios e produtos agrícolas de toda a região do Baixo Alentejo (Torres & Silva, 1989, p. 14) e a única via de acesso ao mediterrâneo e à costa atlântica do Magrebe.

³³ Mattoso e Daveau também remetem as primeiras formas de ocupação do Baixo Alentejo presumível para o século VII a. C., altura em que “fizeram-se sentir no Sul da Península, tanto a leste como a oeste das ‘Colunas de Hércules’, fortes influências vindas do Mediterrâneo Oriental, trazidas por marinheiros e comerciantes fenícios e púnicos, as quais se comunicaram ao ‘império’ tartéssico, a que sucederam depois os Túrdulos e Turdetanos”(2011, p.594).

As escavações arqueológicas que têm explorado os vestígios da ocupação romana no território identificaram cerca de cento e vinte sítios/estações arqueológicas entre as quais se reconhecem uma necrópole, vestígios de uma *villa* romana, diversas estruturas defensivas das *villae* fortificadas, o centro urbano de *Myrtilis* e uma centena de assentamentos rurais, espalhados por um território que “corresponderia, grosso modo, à área do atual concelho de Mértola” (Torres et al., 2012, p. 39).

Mas é sobretudo a exploração mineira de São Domingos e a respetiva rede viária de escoamento até ao rio Guadiana que denuncia a primeira fase de romanização do ocidente, a quem, de resto, se atribui a exploração sistemática e persistente do cobre e o desenvolvimento dos portos junto ao rio.

As moedas encontradas na Mina de São Domingos remetem justamente para um período de exploração longo, entre a época de Augusto até aos tempos de Teodósio I, último imperador a governar o mundo romano antes da sua divisão (em Império Romano Ocidente e Império Romano Oriente).

Uma galeria de escoamento a cerca de 20 m de profundidade, a par de restos de habitações, colunas, capitéis e uma necrópole junto ao vale onde conflui essa mesma galeria, são outros dos vestígios que testemunham o período de ocupação romana (Torres et al., 2012).

127

No que respeita ao povoamento e à sua distribuição, para além do fórum junto à atual igreja matriz, onde se encontravam representados as estruturas do poder, a cidade desenvolvia-se fundamentalmente junto ao porto e nas margens do rio Guadiana. Aqui se concentravam as populações e aglomerados ligados à atividade portuária, enquanto que as comunidades ligadas à atividade agrícola se encontravam espalhados pelo resto do território.

É também do período romano a estruturação dos eixos viários fundamentais, dos quais deriva a matriz de circulação terrestre do território. O itinerário principal correspondia à ligação entre a cidade de *Myrtilis* (Mértola) à capital regional, *Pax Julia* (Beja), especialmente importante com o desenvolvimento do mercado agrícola de abastecimento às principais cidades do mediterrâneo a partir do século III d.C (Lopes, 2014).

Ainda assim, a principal via de comunicação foi sempre o rio Guadiana, comumente considerada como “uma das vias de navegação fluvio-marítima da península mais bem dotadas pela natureza para a circulação humana” (Mattoso, Duarte & Daveau, 2010, p. 594).

Sob o extenso domínio romano, *Myrtilis*, conheceu assim um dos períodos de maior florescimento económico e social, exercendo o papel de importante porto de navegação nas rotas comerciais do império romano, para além de integrar junto com outras cidades uma posição estratégica na organização, estruturação e defesa de toda a Lusitânia.

Entre os séculos V a VII d.C “Mértola é alvo de uma profunda renovação urbana quando é reparado todo o seu sistema defensivo e sobretudo com a construção de imponentes edifícios cristãos” (Palma, 2009, p. 27) dos quais se destaca a Torre do Rio³⁴, estrutura que permitia proteger a zona portuária, evidenciando a relevância estratégica do rio como eixo de comércio e ponto de necessária defesa, vigilância e proteção, nunca interrompido, sequer com a quebra do império.

A continuidade das ligações com o mar interior é aliás um dos aspetos que distingue e caracteriza a história de Mértola até ao período da reconquista³⁵, constatando-se o prolongamento da atividade portuária e comercial mesmo após o período de romanização e independentemente dos povos – godos, ostrogodos, visigodos, suevos entre outros tantos que lhes sucederam. Tal relação com o rio prossegue posteriormente sob a forma islâmica.

Os muçulmanos que chegaram entretanto em 711 terão assim sido atraídos pelas mesmas razões dos romanos e também eles deixaram um forte legado, na toponímia, nas edificações, no modelo de organização e no povoamento. Deram continuidade às atividades produtivas e comerciais e estenderam consideravelmente a sua área de influência pelo território, acentuando-se “os movimentos de desconcentração tanto no interior rural, como na organização de pequenos núcleos de comércio regional e local” (Torres et al., 2012, p. 10), ao contrário da estratégia imperial praticada pelos romanos.

128

Conforme confirmam de novo os vestígios arqueológicos, durante este período o território extravasou os limites da época romana e a densidade de ocupação dos lugares aumentou, verificando-se um maior número de núcleos habitados de menores dimensões, dos quais se presume uma acrescida autos-

³⁴ A Torre do Rio desempenhava fundamentalmente uma função de proteção das zonas de desembarque, controlando paralelamente a navegação ao mesmo tempo que facilitava o abastecimento de água à população, resolvendo a transição entre as margens do rio e a cidade intramuros localizada aproximadamente a 80 m acima da cota nível do rio.

³⁵ Acerca deste período, e em concreto sobre o regime de convívências e tolerâncias, transcrevemos o seguinte parágrafo:

“(…) no amplo arco temporal situado entre a decadência do império do ocidente, que ocorre ao longo de todo o século IV, e a chegada dos cavaleiros de Santiago, em 1238, período durante o qual, apesar de alguns momentos de menos esplendor, Mértola manteve os alicerces básicos da sua monumentalidade militar e urbana, a capacidade e diversidade social e um convívio tolerante entre diversos cultos e comunidades (crista, muçulmana, moçárabe, judaica...)(...)” (Boiça, Mateus & Appleton, 2013, pp. 17-18).

suficiência familiar, acompanhada de uma maior dinâmica económica sem precedentes em épocas anteriores. (Torres et al., 2012).

Cidade politicamente importante e administrativamente autónoma, Mértola é, a partir do século XI, polo centralizador e agregador da expedição de metais oriundos dos centros mineiros de proximidade – Aljustrel, São Domingos e Serra da Adiça – para o norte de África. A ela assomavam inúmeras embarcações para trocar objetos manufaturados no oriente por ouro, prata e cobre; e deste tráfego emergiria uma vez mais a sua relevância estratégica no reforço, continuidade e persistência das rotas marítimas.

Os achados numismáticos encontrados nas minas de São Domingos confirmam precisamente a sua intensa exploração durante o período islâmico³⁶, acompanhada igualmente do fortalecimento das atividades agrícolas e pecuárias na região.

A reconquista cristã em 1238 vem todavia impor uma outra ordem socioeconómica e religiosa, encabeçada pela Ordem de Santiago, à qual foram confiadas a maioria das terras, com implicações tanto na paisagem urbana como na relação entre Mértola e o Mediterrâneo, subvertendo a “milenária organização inter-regional” (Mattoso, Duarte & Daveau, 2010, p. 596) e assim quebrando a relevância estratégica enquanto cabeça de navegação.

129

Ainda que durante algumas décadas Mértola tenha mantido um papel importante no abastecimento de cereais para o norte de África, o tempo próspero das épocas romana e muçulmana jamais retomaria (Torres & Silva, 1989).

A reconquista terá mesmo tido um efeito devastador e de retrocesso no cosmopolitismo que até aí se vivia, em resultado da diminuição das ligações com o exterior e paralelamente no estabelecimento de uma fronteira com Castela. Estas razões terão então contribuído para a condição de concomitante decadência e isolamento de Mértola.

Paralelamente, o papel geoestratégico que vai assumindo o rio Tejo em sequência da conquista de Ceuta e posterior conquista da costa ocidental africana, faz desviar cada vez mais as rotas comerciais do Guadiana para o Tejo e até para o estuário do Sado. A progressiva quebra das relações comerciais entre Mértola com o resto do Mediterrâneo conduz ao lento e progressivo declínio da região enquanto eixo de ligação com o mundo e enquanto suporte de atividades e da vida humana.

³⁶ Refere-se o contributo dos estudos e investigações de Santiago Macias para o conhecimento da história do período islâmico em Mértola e os trabalhos de investigação de Virgílio Lopes em relação ao período romano.

Com a exceção pontual que caracteriza o ressurgimento e dinâmica económica e social de Mértola entre o final do século XIX e a metade do século XX, aquando da retoma da exploração na Mina de São Domingos e da intensificação da atividade agrícola durante a campanha do trigo, a sua história enquanto parte de um sistema de ligações, fluxos e conectividades entre as prestigiosas capitais do mediterrâneo desvanece-se a partir do século XIII³⁷.

Mértola perde nessa altura a sua condição de eixo articulador entre as cidades do interior do país e o resto do mundo, e com ela a exterioridade que esteve na base da sua génese e da sua evolução histórica até essa altura. O tráfego fluvial fica então cingido às carreiras de transporte de pessoas e mercadorias para o Algarve³⁸ (Fig. 13).

Se o troço navegável do rio Guadiana constituiu a linha de força da sua prosperidade – eixo em torno do qual se organiza a atividade económica e a vida social – também foi a ruptura que se estabeleceu com ele a razão do seu esmorecimento.

Paradoxalmente, Mértola sempre teve mais contacto com as cidades situadas a oriente e menos relação com a capital do seu próprio país. Seria de esperar que a proximidade com a capital portuguesa favorecesse o desenvolvimento do Alentejo e com ele a região de Mértola, mas não foi isso que se verificou.

130

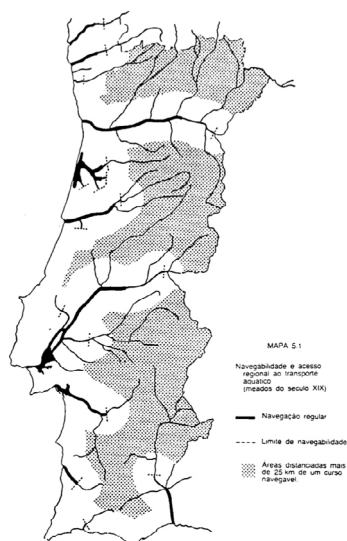


Fig. 13. Navegabilidade e acesso regional ao transporte aquático. Fonte: (Justino, 1988, recuperado de Garcia, 1996).

A proximidade da nova capital portuguesa, Lisboa, e a crescente riqueza que ela foi adquirindo através da expansão ultramarina parece que deviam favorecer o desenvolvimento do Alentejo, uma vez que ele ficou, nessa época, mais próximo de um centro urbano especialmente progressivo do que nos recuados tempos em que a sua sorte dependia de Mérida, de Toledo ou de Córdoba. De facto, foi o que, durante um certo período, se verificou no Alto Alentejo(...). Mas o sul beneficiou nunca de tais vantagens. A extensa e recortada mole serrana que o separa dos portos algarvios foi um factor persistente de isolamento (Mattoso, Duarte & Daveau, 2010, p. 597).

É precisamente esta viragem em direção ao centro de Portugal voltando costas àquele que foi sempre a seu original sentido e direção, que esboça o prin-

³⁷ Pese embora o rio Guadiana tenha perdido peso a partir da reconquista cristã, “como estrada ímpar que vinda do oceano levava e trazia tudo aquilo que a região oferecia e aquilo que necessitava”, não deixou de cumprir a função de eixo de transporte, fundamentalmente entre o Alentejo e os portos do Algarve, situação que se manteve até aos anos 60 do século XX.

³⁸ Em 1874 é elaborado entre o Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar e Alonso Gomes o contrato para o serviço de navegação (de pessoas e bens) de barcos a vapor entre Lisboa, Sines e os portos do Algarve, bem como Mértola e Vila Real de Santo António, no rio Guadiana, onde se fixam duas carreiras: a carreira do Algarve, com partida de Lisboa e escala em Sines, Lagos, Portimão, Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António; e a carreira do Guadiana com passagem por Pomarão, Alcoutim e Vila Real de Santo António (DGM, 1874). No decurso do século XX, esta componente da vida ribeirinha é decididamente alterada em virtude da melhoria das vias de comunicação terrestre e do encerramento da Mina de São Domingos, sendo as embarcações substituídas pelos “motores fora de bordo (Silva, 2005, p.131). O rio Guadiana perde então nessa altura toda a sua importância estratégica e poder catalizador.

cípio da sua interioridade, condição fortemente influenciada pela dificuldade de circulação por via terrestre.

Sobre o trajeto Mértola-Beja do final do século XVIII escreve Arthur Costigan o seguinte:

(...) com a ajuda da maré, chegámos a Mértola, povoação outrora importante (...) mas agora lugar tão pobre à primeira vista que montámos imediatamente a cavalo e continuámos a nossa viagem por uma estrada recentemente construída, quase sempre excelente, mas tão atravancada de silvas e plantas selvagens que tínhamos dificuldade em passar nalguns sítios (Costigan, 1989, como citado por Garcia, 1996, p. 73-74).

O “interior” começa por ser um conceito cuja definição assenta sobretudo numa condição geográfica – de oposição ao litoral. No caso português, uma das definições mais debatidas pertence a Orlando Ribeiro, que considera interiores todos os territórios que se afastam do litoral e, em concreto, da sua influência oceânica para ganhar traços de continentalidade. A eles associam-se por seu turno, um clima com temperaturas mais elevadas, eminentemente seco e consequentemente de fisionomia mediterrânica (Ribeiro, 2011).

A definição proposta pelo geógrafo decorre, em primeira mão, de uma relação de posição, localização e situação que advém de uma permanência física e geográfica, mas que logo se associa às condicionantes de fragilidade que a própria mediterraneidade impõe e que, para além do clima, acomoda o arcaísmo dos modos de vida, a economia pobre e eminentemente de subsistência associada à baixa fertilidade dos seus solos, e a rarefação da sua população.

131

Na perspetiva de Orlando Ribeiro, é interior todo o território que se afasta do domínio e influência da costa atlântica e a que correspondem por isso lugares pobres e desprovidos de gente. A posição de interioridade física pressupõe então a generalização de uma perspetiva que os converte irremediavelmente em territórios desfavorecidos.

João Ferrão, por seu turno, coloca ênfase nos aspetos de degradação e enfraquecimento das dinâmicas de ordem económica e social que constituem a matriz organizativa das sociedades, fazendo corresponder ao interior e à interioridade “basicamente três elementos: uma situação (subdesenvolvimento), uma causa principal (isolamento e dificuldades de acesso às áreas mais dinâmicas, localizadas no litoral), e uma sequência particularmente grave (a desertificação, considerada nas suas várias componentes)” (1998, p. 87).

Pese embora a correspondência dicotómica entre o litoral e interior, o autor opta por rebatê-la, defendendo que existem hoje diversos “interiores”, não se

confinando estes à faixa não litoral do país. “Situações de «Interior» podem [pois] ocorrer junto da faixa litoral enquanto realidades «litorais» emergem, ainda que pontualmente, nos distritos vizinhos de Espanha” (Ferrão, 1998, p. 89).

Todavia, o peso dos processos históricos de marginalização dos territórios não costeiros é ainda determinante na compreensão dos desequilíbrios territoriais. Afinal foi a costa e a ligação ao mar que permitiram iniciar os movimentos de expansão marítima, remetendo os territórios afastados dessa faixa de influência para uma situação de retração e de isolamento.

De acordo com a definição mais recente do Programa Nacional de Coesão Territorial (PNCT, 2016), são atualmente considerados territórios interiores todas as áreas de baixa densidade³⁹ que enfrentam constrangimentos relacionados com dinâmicas demográficas, dinâmicas socioeconómicas e dinâmicas territoriais, independentemente de estarem próximos ou afastados da costa, como é o caso do concelho de Odemira, localizada na Costa Vicentina, considerado atualmente território interior.

Retomando o caso de Mértola, verificamos que, independentemente das conceções, a região encaixa hoje invariavelmente em todas as definições de interior e interioridade, tanto na dicotomia que opõe territórios costeiros a territórios interiores, como no cumprimento/observação de todos os parâmetros de abordagem multicritério englobados na definição de territórios de interior.

132

Como temos vindo a constatar, o dismantelamento da condição de navegabilidade do rio, a suspensão dos trabalhos de exploração mineira motivada pelo esgotamento do cobre, prata e ouro das jazidas de São Domingos e, por arrasto, a perda do peso da sua condição defensiva⁴⁰, deixou a região naufragada no vazio das dinâmicas que dantes lhe deram corpo e alma de exterioridade.

³⁹ O fenómeno da baixa densidade começa por ser enquadrado no Capítulo I., a partir das três divisões fundamentais que Carmina Cavaco (1993), estabelece para distinguir o território rural, fazendo corresponder à categoria: *Campo em vias de extinção ou abandono*, os territórios de menor densidade populacional.

Mais recentemente o Plano Nacional de Coesão Territorial (PNCT, 2016) estabelece uma abordagem multicritério para a classificação do território, sendo as categorias resultado da avaliação e ponderação dos seguintes fatores: densidade populacional, demografia, povoamento, características físicas do território, a sócio-economia e acessibilidades.

São territórios do interior todos aqueles onde se verificam: envelhecimento da população e grande défice na reposição geracional; fraca oferta de trabalho, baixo empreendedorismo; redução das atividades económicas; níveis críticos de infraestruturas e migração.

⁴⁰ A condição defensiva remete-nos necessariamente para a fronteira que Mértola representa em relação a Espanha. Sobre a mutação que ocorreu acerca da sua perceção e significado transcrevemos o seguinte trecho de Ribeiro, Lautensach & Daveau: “Durante os primeiros séculos da sua existência a raia portuguesa teve o carácter de uma ‘fronteira de agressão’, fortificada, segundo a terminologia de K. Haushoffers, ou de uma ‘fronteira viva’, segundo C. Vallaux. Depois de Espanha ter desistido, a seguir à Restauração, de qualquer reconquista, a raia tornou-se numa ‘fronteira de equilíbrio’ (K. Haushoffers), que apresenta às vezes sérios indícios de se ter transformado numa ‘fronteira de estagnação’ (K. Haushoffers), ou ‘fronteira morta’ (C. Vallaux), pobre de circulação e estímulos” (1991, p. 1172).

Mudaram radicalmente os modelos de uso e exploração do seu capital biofísico e com eles a importância estratégica da região.

Mértola nasceu litoralizada pela navegabilidade do rio e proximidade ao mar e pelo sistema humano que lhe deu corpo, sentido e significado. O que era antes um território agregador e polarizador é atualmente um território de fronteira; e o que anteriormente se constituía como eixo fundamental de ligação e conectividade é hoje a marca mais visível da sua separação e disjunção com o mundo.

Ainda hoje a imagem urbana de Mértola, nos seus traços fundamentais, continua intimamente associada às suas funções portuárias, assim como o rio Guadiana e a extensa porção de território que o cruza, igualmente refém desse magnetismo que outrora exerceu sobre as diversas civilizações.

Em síntese, Mértola poderá ser perspectivada na atualidade como uma região em contradição com a sua própria natureza, à qual foi retirada a sua vocação de território de intensas relações com a água e seus rios e de permanente encontro com o mar.

Exumá-la deste estatuto pressupõe então recuperar uma narrativa de encontro com as premissas históricas e naturais que lhe deram identidade e individualidade, hipótese que procuraremos explorar nas páginas seguintes, através de uma proposta de leitura a partir da água. Uma leitura que aborda naturalmente o rio Guadiana mas também os seus afluentes, como parte integrante de um sistema que relaciona o território e as suas linhas de água, com as suas comunidades.

O rio Guadiana e seus afluentes: uma proposta de leitura a partir da água

Mértola é a cidade intramuros de que nos fala Joaquim Boiça, marcada pelo seu “porte e monumentalidade” (Boiça & Mateus, 2014, p. 13), mas é também o extenso território que integra os seus limites. Para além do esporão fortificado sobre o qual se ergue e que, “nos seus traços fundamentais, continua intimamente associada às funções militar e portuária que deteve no passado” (Boiça & Mateus, 2014, p. 13), a fisionomia de Mértola resulta, paralelamente, do conjunto de outros relevos e topografias que completam a sua fisionomia. E se é certo que o rio Guadiana, navegável até Mértola, constituiu grande parte da sua história até à idade média, não é menos verdade que a partir do conjunto de outros rios e ribeiras que nele confluem se podem considerar outras hipóteses e vias de exploração da relação entre a vida das comunidades locais e a água, no presente.

Assim, se o grande rio do sul, foi a coluna vertebral que sustentou a construção do corpo urbano e o brilho civilizacional da cidade” (Boiça, Mateus & Appleton, 2013, p. 20), eixo transformador [por excelência] do espaço (Moyes, 1978, como citado por Garcia, 1996, p. 14), outros rios e ribeiras do concelho não terão sido menos importantes na construção e afirmação da história da região e sua comunidade.

134

Para lá do rio Guadiana, outras atividades houve fora das áreas de influência geradas pela atividade comercial, mineira ou portuária, fundamentalmente organizadas em redor da cidade, da Mina de São Domingos e dos portos de Pomarão, Mértola e Alcoutim.

Referimo-nos portanto a um território vasto e, em concreto, à extensa superfície a poente do Guadiana, que deixa de estar sob a influencia deste, para se relacionar com as linhas de água que atravessam longitudinalmente o território e que correm no sentido poente – nascente, em direção ao rio, os seus afluentes.

Como observaremos adiante, a vasta rede de compromissos – físicos, ambientais e humanos – que cruzam os diversos afluentes do Guadiana constituem-se como eixos de permanência inconfundível da área de trabalho em estudo. São, em si mesmos, responsáveis pela topografia e morfologia do território; funcionam simultaneamente como eixos de suporte de importantes sistemas naturais que caracterizam a biodiversidade da região; condicionam povoados e circulações; e, por fim, autonomizam-se na confluência de algumas atividades humanas que ali especificamente ocorrem. As ribeiras que atravessam a

região são, por estas razões, mais do que vias secundárias do sistema de escoamento ou simples linhas de corte a uma circulação ferroviária (no sentido norte-sul), como comumente se caracterizam os afluentes⁴¹ do rio Guadiana.

Com o propósito de encetar/ensaiar/arriscar uma nova hipótese de leitura, tomamos como ponto de partida o conjunto dos afluentes do Guadiana que atravessam o concelho de Mértola. Procuraremos aí identificar eventuais simultaneidades, coincidências, interdependências e complementaridades relacionadas com sistema natural e as atividades humanas que estes eixos comportam, pondo em evidência a sua dimensão socializante e ritualística.

Ou seja, para além da já muito conhecida dimensão funcional e utilitária que dominou a atividade no Guadiana, procuraremos relacionar o conjunto destas ribeiras com outras dimensões complementares da vida quotidiana das comunidades, associadas, neste caso concreto, a uma prática de cura e terapia pelas águas da qual sobressai também a dimensão simbólica.

Como se observa na série de cartogramas que rematam e concluem este capítulo, as nascentes tendem a localizar-se (de acordo com o exercício de sobreposição dos pontos de ocorrência de água sobre a rede hidrográfica de Portugal continental) maioritariamente sobre as linhas de água, aspeto que é posteriormente verificado nos cartogramas seguintes, exclusivamente dedica-

135

dos ao território de Mértola, onde a maioria das nascentes se localiza sobre os leitos de cheia ou na proximidade das suas margens.

Ora, as nascentes, correspondendo a fenómenos de emergência espontânea de água por ascensão, tendem a irromper em áreas dominadas por cotas baixas, ou seja, em zonas de depressão atravessadas normalmente por fraturas e falhas tectónicas (onde muitas vezes coincidem os rios e as ribeiras) procurando assim fazer o caminho mais curto para o seu surgimento à superfície.

Embora com circuitos distintos, águas de superfície e águas provenientes de aquíferos subterrâneos tendem a encontrar-se na topografia funda dos vales, definindo uma espécie de território privilegiado para as ocorrências de nascentes.

Assim, partindo desta constatação, procuraremos nas próximas páginas, aferir o potencial de construção da espacialização e territorialização dessas mesmas práticas rituais a partir do reconhecimento de uma série de características e atributos que, agrupados, sugerem uma espécie de território próprio, onde a

41 As escassas referências disponíveis acerca das ribeiras do concelho foram sendo extraídas a reboque de explanações focadas sobretudo no rio Guadiana (Garcia, 1996; Simas, 2000; Silva, 2005; Feio, 1946.)

dimensão da cura e do bem-estar se presume como aspeto distintivo da área em estudo.

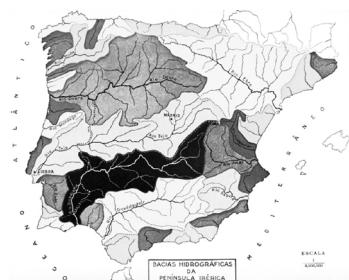
Os cursos de água

Em território português, o Guadiana recebe (no sentido sul – norte e identificando somente os mais representativos) “(...) pela margem direita os afluentes Odeleite, Vascão, Oeiras, Terges e Cobres, Degebe, Caia e Xevora, e pela margem esquerda os afluentes Ardila e Chança”. (Bettencourt, 1885, como citado por Garcia, 1996, vol. 1, p. 253), este último simultaneamente limite este do concelho e linha de fronteira com Espanha (Fig. 14).



Fig. 14. Principais afluentes do Guadiana. Fonte: adaptado de (Appelberg, 2015). ▲

Fig. 15. Bacias hidrográficas da Península Ibérica. Fonte: adaptado de (Simas, 2007). ▼



Para além das anteriormente mencionadas ribeiras do Vascão, Oeiras, Terges e Cobres, outras duas ribeiras – Carreiras, e Alvacar – integram o conjunto dos cinco mais importantes cursos de água que cruzam horizontalmente o concelho⁴², no sentido poente-nascente, desaguando por fim, no Guadiana, ponto de chegada de todas as linhas de água situadas na sua margem direita. Complementarmente, mencionam-se ainda nesta linha de afluentes outras ribeiras menores – a ribeira de Alvacarejo (identificada em alguma cartografia também como ribeira Curreal da Velha) e a Ribeira de Lampreia – afluindo cada uma delas respetivamente na ribeira de Alvacar na ribeira de Carreiras.

O rio Guadiana é um dos grandes cursos de água partilhados entre Espanha e Portugal. Desenvolve-se ao longo de mais de 800 km, percorrendo a meseta sul no sentido nascente-poente. Na proximidade, Badajoz, toma o rumo sul em direção à sua foz no oceano Atlântico e, pese embora subsistam incertezas sobre a sua origem, “toma-se geralmente como curso principal superior o Alto Guadiana, que nasce na Mancha, nas Lagoas de Ruidera”, (Simas, 2007, p. 14), ainda que só na Extremadura espanhola, o rio pareça ganhar corpo e definição (Fig. 15).

Do ponto de vista hidrográfico, o rio Guadiana e os rios e ribeiras seus afluentes, conformam a rede de escoamento à superfície⁴³ do concelho, drenando para uma das maiores bacias da Península Ibérica – a bacia do Guadiana, que “ cobre uma área total de 66 999,83 km², dos quais 55 464,87 km² (82,78%) situam-se em Espanha e 11 534,13 km² (17,22%) em Portugal, situando-se entre as cinco maiores bacias da Península Ibérica” (APA/PGRH (parte 1),

⁴² Em síntese, como afluentes principais na margem direita do rio Guadiana devem mencionar-se no sentido norte - sul e conforme Fig.11, as ribeiras de Terges e Cobres, Alvacarejo, Alvacar, Oeiras, Carreiras, Lampreia e por fim a Ribeira do Vascão no limite sul do concelho. Na margem esquerda do Guadiana, o único afluente importante é o rio Chança que entronca no rio Guadiana junto a Pomarão.

⁴³ Para além dos cursos de água, as albufeiras da Tapada grande e Barragem dos Corvos, e ainda as águas subterrâneas, integram igualmente a Bacia Hidrográfica do Guadiana, para onde toda a escorrência é direcionada, sendo conduzida por fim até ao mar.

2016, p. 20). É delimitada a norte pela bacia do Tejo, a sul pelo oceano Atlântico, a oeste pelas bacias dos rios Tejo, Sado, Mira e Arade e, finalmente a este, pela fronteira com Espanha.

No que respeita à sua morfologia o rio Guadiana é dividido em três zonas: Alto, Médio e Baixo Guadiana.

A última divisão – baixo guadiana – corresponde precisamente à parte portuguesa, área que nos interessa em particular, compreendendo uma extensão de aproximadamente 260 km e uma pendente que oscila entre a cota 200 m e a cota 0 m da sua foz. Neste troço, “o rio Guadiana é o coletor principal dos cursos de água do Alentejo Oriental, do território espanhol contíguo e dos cursos de água da vertente NE da Serra do Caldeirão”(APA, PGRH (parte 1), 2016, p. 20), de onde têm origem as ribeiras do Cobres e do Terges, de Alvacar, Oeiras, Carreiras e Vascão, mencionadas anteriormente, e as ribeiras de Foupana, Odeleite e Beliche, situadas já na região do Algarve.

O troço que compreende a bacia do Baixo Guadiana (Fig. 16), é ainda caracterizado pela “diversidade de aspetos nas suas diferentes secções, que não parecem segmentos do mesmo rio, coincidindo todas, porém, no carácter palustre que apresentam.” (Feio & Amilcar, 1946, p. 36).

De acordo com Feio (como citado por Simas, 2007), distinguem-se assim três subsecções:

- i) A primeira secção, de perfil quase regularizado, corresponde ao primeiro troço de 164 km, que vai desde a fronteira com a Espanha até à foz da ribeira de Terges e Cobres, onde começa o concelho de Mértola;
- ii) A segunda secção, mais curta, de 17 km, integra por seu turno, a zona de rápidos do Pulo do Lobo e vai da foz do Terges até às azenhas dos canais, junto a Mértola.
- iii) O terceiro e último troço, que vai das azenhas até à foz, correspondente à secção vestibular, influenciada pelas marés com aproximadamente 79 km. A este último corresponde de grosso modo o troço navegável do rio, onde se situam os portos de Mértola, Pomarão e Alcoutim.

A sua largura é também variável “a jusante do Pulo do Lobo durante a *corredoura* de cerca de 9 km o rio tem cerca de 3 m de largura” (Simas, 2007, p. 15) enquanto que entre Pomarão e Alcoutim a média mantém-se entre os 100-150 m. A partir de Alcoutim a largura aumenta progressivamente, atingindo os 400 m frente a Ayamonte, e os 600 m em Vila Real de Santo António.

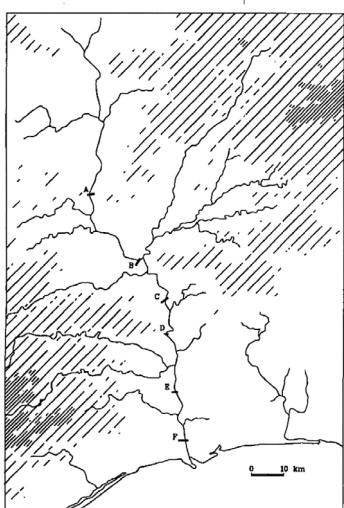


Fig. 16. Perfis topográficos do Vale do Baixo Guadiana. Fonte: (Garcia, 1996).

Em geral, a sua fisionomia e, mais concretamente, a largura das suas margens e a profundidade e velocidade das suas águas são muito variáveis, denotando ao longo do seu trajeto uma característica que em traços largos se mantém: a impermeabilidade das suas rochas” (Garcia, 1996). Esta é aliás uma particularidade comum a todos cursos de água que atravessam a região e em particular o concelho de Mértola, cujos solos, “essencialmente derivados de xistos, são geralmente pesados, apresentando frequentemente problemas de drenagem” (APA, PGRH (parte 2), 2016, p. 5), razão pela qual, em dias consecutivos de chuvas, as cheias são tão comuns.

Regimes hídricos: permanente e temporário

No troço que atravessa Portugal e à semelhança da maioria dos rios do país, o rio Guadiana apresenta um “regime puramente fluvial, quer dizer unicamente condicionado pela combinação do ritmo das precipitações e da temperatura” (Garcia, 1996, p. 48). É caracterizado por uma grande irregularidade interanual do seu caudal (Simas, 2007), o que significa que em períodos de seca prolongada a água pode praticamente deixar de correr em algumas zonas, enquanto que em anos de intensa pluviosidade as cheias e inundações são recorrentes. Todavia, a fraca permeabilidade dos seus solos favorece em traços gerais a permanência do curso de água ao longo de grande parte do ano.

138

O regime dos afluentes do Guadiana, regista, à semelhança do “grande coletor que os une” (Garcia, 1996, p.52), grande dependência das precipitações. Não obstante o regime que os caracteriza é de intermitência e temporalidade. Aí, e ao contrário do Guadiana, os efeitos de sazonalidade manifestam-se de forma evidente. No verão estes cursos ficam praticamente reduzidos a pegos (bolsas de água pontuais nos pontos de menor cota altimétrica do curso de água), enquanto que no inverno ou em períodos de precipitação continuada tendem, pelo contrário, a registar grandes aumentos dos seus níveis de caudal, pondo em evidência a torrencialidade do seu regime. De todos os afluentes do Guadiana, só a ribeira do Vascão assegura um regime de maior permanência, sujeita, porém, a caudais de estiagem pequenos e níveis de água baixos, à semelhança do Guadiana (Calado, 2004).

Em suma, embora o regime hídrico do rio Guadiana se caracterize por caudais muito reduzidos, em parte devido à forte pressão de utilização hídrica exercida por Espanha (ADPM, 1996), assegura, ainda assim, um caudal relativamente constante e permanente, enquanto que os seus afluentes registam claramente um regime intermitente, marcado por longos períodos de completa estiagem.

Tais características, como veremos adiante, têm reflexos no tipo de vegetação e ecossistemas, aspetos igualmente condicionados pela topografia confinante com as linhas de água.

A influência das linhas de água sobre a morfologia e topografia

Do ponto de vista morfológico, o território de Mértola é profundamente marcado pela direção, configuração e inserção das suas linhas de água. Assim, a topografia confinante com os rios e ribeiras integra também ela as franjas do território sob a influência dos corredores de água (ver cartograma 02. Topografia /Demarcação das áreas em vale).

“O rio [Guadiana] adquire uma fisionomia acidentada, formando um vale estreito, de traçado sinuoso, encaixado entre montes escarpadas e rochas” (Ribeiro, Lausentash & Deveau, 1987, p. 514). No sítio do pulo do Lobo assinala uma brusca transição de 12 m de desnível, associada à queda de água. O encaixe do Guadiana é especialmente evidente quando comparamos o nível médio das suas águas, próximo do nível zero do mar, e a altitude a que se localiza por exemplo o castelo, próxima dos 80 metros, ou quando descrições como estas, de Mariano Feio, nos esclarecem o fundamental sobre a sua inserção orográfica:

Ao alcançar a foz do Terges (24 km a montante de Mértola) o rio, não contente com o vale de carácter jovem que até aí seguia, revigora o poder erosivo e começa a cavar novo vale no fundo do primitivo leito. Esta acção vai-se acentuando até ao sítio denominado Pulo do Lobo, (...) para daí em diante, correr numa garganta apertada, de paredes verticais, com cerca de 20 metros de altura e outros tantos de largura (Feio & Amilcar, 1946, p. 37).

Sobre o seu desenvolvimento a jusante acrescenta:

“O canhão que o vale inferior forma logo à saída do Pulo do Lobo mantém-se com toda a perfeição, apertado e com as paredes abruptas, quase verticais, onde aqui e além se vêem restos de marmitas, até pouco antes do Porto Largo [...] Mais para jusante, o vale inferior continua a alargar-se progressivamente, destruindo em muitos locais a rechã que vem prolongando o vale superior. O rio tem, então um vale em V muito jovem. (...) Quanto mais caminhamos para jusante, mais “velho” é o vale inferior, isto é, está há mais tempo exposto à acção da erosão, formou-se há mais tempo (Feio, 1947, como citado por Garcia, 1996, p. 36).

Os afluentes da margem direita, por seu turno, ainda que denotem declives acentuados desde a Serra do Caldeirão, de onde maioritariamente nascem, até à sua foz no rio Guadiana, modelam o território de forma distinta do seu rio. Para além da sua orientação, marcadamente horizontal (ao contrário do rio Guadiana com direção vertical), a conformação dos seus vales é genericamen-

te mais suave, resultando numa topografia ondulada, intercalada por linhas de água e linhas de festo que só a sul começam a assumir a influência da serra do Algarve, denotando declives mais acentuados nas suas encostas. Ou ainda quando os cursos de água se aproximam das serras de São Barão, Alvares e Alcaria⁴⁴, ou da sua foz, no Guadiana, onde o nível do rio é já próximo do nível do mar.

De acordo com a topografia e tipo de encaixe as zonas ribeirinhas distinguem-se genericamente por três tipos de situação ambiental.

Um consiste em ambientes pedregosos e hostis à presença humana, penhas que abrigam fauna selvagem como águias, cegonhas pretas, abutres, grifos e outras aves raras, praticamente inexistentes para o sul do Pomarão.

Outro, de ambientes humanizados nas várzeas fluviais, com hortas, pomares, canaviais e árvores várias, tais como marmeleiros, macieiras-bravas e romãzeiras, que surge especialmente junto ao Guadiana, onde o regime hídrico é constante.

E finalmente, ambientes com intervenção humana quase imperceptível, nas margens dos rios e ribeiras onde juncos, canas e aloendros coexistem istem com cágados, rãs, sapos e cobras de água (Varanda, 2002, p. 11).

O vale que conforma o Guadiana, pode assumir, assim, perfis típicos dos primeiros dois exemplos referidos. Tanto se manifesta por uma depressão fortemente escarpada e emparedada pela rocha (aspeto já descrito por Mariano Feio), como em algumas zonas pontuais o desenho das margens cria pequenas planícies que permitem a pequenas comunidades explorarem, na proximidade do rio, os benefícios das suas terras férteis, praticando alguma agricultura.

140

Enquanto que o último tipo de encaixe está, fundamentalmente, associado aos afluentes, correspondendo-lhes um ambiente que se ajusta à descontinuidade do seu regime hídrico – ora seco, ora inundado – caracterizado, por sua vez, por uma “vegetação própria dos cursos mediterrânicos intermitentes, nomeadamente os matagais ou bosques baixos de loendro (...)”. (ADPM, 2011a, p. 8).

Coberto vegetal e ecossistemas ribeirinhos

O coberto vegetal e os ecossistemas ribeirinhos, estão diretamente associados aos regimes hídricos e também à topografia. Sob a influência destes dois fatores, a fauna e flora que existem junto aos cursos de água asseguram também,

⁴⁴ Localmente estes relevos chamam-se “serras” embora estejam longe das majestosas alturas que o nome indica noutros lugares do país; assim temos por exemplo, a serra de Alvares (alt. 310m) ou a serra de Alcaria (alt. 370 m) que não são mais que maciços quartzíticos mais resistentes à erosão” (Varanda, 2002, p. 10).

para além da diversidade de ecossistemas naturais, o desempenho de diversas funções ambientais, pelo que mais uma vez as linhas de água apresentam uma especificidade assinalável também do ponto de vista da sua dinâmica botânica, zoológica e ecológica (ver cartograma 03. Áreas de vegetação subxerófila e áreas de importância biológica), como veremos de forma sumária nos parágrafos seguintes.

Em Mértola é evidente o contraste entre a estepe associada à cultura de sequeiro e o tipo de vegetação próprio dos rios e ribeiras, cuja diversidade de espécies e sobreposição de distintos tons de verde e cores logo se associa à presença ou proximidade da água.

A dimensão visual e aparente dos diferentes tipos de paisagem que dominam o território faz-se acompanhar de uma categorização que distingue diferentes unidades paisagísticas a partir de três unidades geomorfológicas e que se constituem muito sumariamente por:

- i) Planícies ondulantes, ocupadas com culturas extensivas de sequeiro, as áreas de esteval e os montados de azinho;
- ii) Elevações quartzíticas de que são exemplo as serras de São Barão e Alcaria;
- iii) E os vales encaixados do rio Guadiana e seus afluentes, marginados por matagais mediterrânicos; (ADPM, 2011a).

141

Os vales do rio Guadiana e seus afluentes agrupam assim um conjunto de características morfológicas e paisagísticas que lhes permite constituírem-se com a individualidade própria de uma unidade⁴⁵.

Vegetação subxerófila é a designação que tomam as formações vegetais associadas às linhas de água, dela fazendo parte “unidades como o maquial – formação cerrada de grandes arbustos, e o garrigue que ocorre após a destruição parcial do maquial, destacando-se por uma formação arbustiva com clareiras nas quais surgem terra nua e afloramentos rochosos” (Pena, Gomes & Cabral, 1985, p. 25).

Em áreas mais declivosas, as superfícies junto às margens serão cobertas por “um matagal diversificado e complexo no qual árvores esparsas e arbustos de porte arbóreo se destacam da densa mancha vegetal” (Pena, Gomes & Cabral, 1985, p.34), enquanto que “marcas da presença humana, [se evidenciarão] em áreas de topografia mais moderada e plana” (Pena, Gomes & Cabral, 1985,

⁴⁵ Para a caracterização sumária da comunidade vegetal e animal presentes nas margens e encostas dos 3s extraímos fundamentalmente a informação da obra *Fauna e flora de Mértola: uma perspetiva ecológica do concelho* (Pena, Gomes & Cabral, 1985).

p.35), onde recorrentemente se encontram superfícies cultivadas. Consequentemente, quanto mais encaixados forem os vales, mais densamente serão povoadas as suas encostas, preservando o aspeto selvagem próximo de uma situação mais típica de matagal mediterrânico – o maquial que havíamos referido anteriormente, representados por espécies como a “Esteva, o Sargoaço, o Tojo-molar, o Trovisco, o Gamão, o Zambujeiro, o Letisco-bastardo, o Murtinho, a Aroeira e a Azonheira [ao qual se associa] uma importante fauna de vertebrados que vão desde o Rouxinol do Mato e do Chapim-rebilongo, ao Gato Bravo e ao Texugo”. (Pena, Gomes & Cabral, 1985, p. 35).

Já no fundo do vale e sobre as margens é comum encontrar-se algumas árvores de fruto entre outras espécies como o “Sanguinho das sebes, a Aroeira, a Rosa-de-cão, a Cevadilha, o Verdinho, a Silva, a Madresilva (...), a par do Junco das Esteiras, o Junco-agudo, o Embude, Almeirão e as canas características destas zonas” (Pena, Gomes & Cabral, 1985, p. 35).

Nos cursos de água intermitente, e, em particular, em determinadas zonas onde a água escasseia durante grande parte do ano, as espécies mais comuns ficam restringidas à “Orelha-de-mula, a Carvalha, a Tabúa-larga e o Caniço”. (Pena, Gomes & Cabral, 1985, p. 35). Este é também o ambiente propício à comunidade de anfíbios, “importante fonte de alimento para predadores como alguns invertebrados aquáticos e peixes (...)” (Pena, Gomes & Cabral, 1985, p. 41).

142

Ainda associada aos cursos de água intermitente, encontramos os “bosques baixos de Loendro (*Nerium oleander*), Tamujo (*Fluggea tinctoria*) e Tamargueira (*Tamarix africana*), associados aos leitos de estiagem, os matos rasteiros de leitos de cheia (Habitat 6160), as galerias dominadas por Choupos (*Populus nigra*) e/ou Salgueiros (*Salix sp*)” (APDM, 2011, p. 8).

Paralelamente a vegetação ripícola, para além de ser constituir como habitat de uma série de espécies, desempenha também várias funções ambientais. “A proteção das margens contra a erosão, a regulação do regime de escoamento das águas e controlo de cheias, a regularização climática (...)”, são alguns dos aspetos que integram as funções biológicas e ambientais associadas à vegetação ribeirinha.

O caminho das linhas de água representa também ele o suporte de uma intensa atividade natural, biológica e ambiental cujos principais atributos estão relacionados com a riqueza florística, com a diversidade de plantas endémicas, com a presença de um grupo avifaunístico bem adaptado ao maquial e, por

fim, com a função de provimento de um habitat favorável a uma importante comunidade zoológica (Pena, Gomes & Cabral, 1985).

Mas se até aqui abordámos as linhas de água na sua dimensão estritamente material – biofísica e ecológica –, importará agora interpelá-las à luz da sua importância social, cultural e comunitária, ao serviço das diversas atividades humanas que sob a sua influência ali sempre se desenvolveram.

Atividades nas zonas ribeirinhas

Nas margens do rio Guadiana, e como já anteriormente se fez breve referência, só algumas áreas foram cultivadas – em rigor, onde a topografia moderada assim o permitiu. Tratam-se de pequenas parcelas onde a plantação de árvores de fruto e a instalação de hortas serviam para consumo próprio de famílias que viviam na proximidade do rio.

Algumas dessas famílias dedicavam-se, por sua vez, a uma outra atividade, a pesca que, até ao final dos anos 70, terá funcionado como meio de subsistência de uma comunidade ribeirinha (Varanda, 2002), de que é exemplo a povoação de Penha de Águia ou a povoação de Entre os Rios junto à vila de Mértola.

143

De acordo com as memórias paroquiais de 1758, também nos seus afluentes se praticava a atividade da pesca, bem como o cultivo das suas margens, como reporta o pároco da freguesia de São João dos Caldeireiros, cujo excerto aqui se transcreve acerca da Ribeira de Oeiras:

O que se procura saber do rio dessa terra é o seguinte:
Respondo que neste país da aldeã de São João, termo da villa de Mértola não há rio algum e só nesta freguezia há huma ribeyra chamada oeyras, (...)e se vem meter no rio Godiana na villa de Mértola onde tem muitos moinhos de moer pam mas he somente no Inverno, que he quando trás agoas, e no Verão não corre mas sim só lhe concervão grandes pegos de agoas e nelles bastante pexe como são barbos, bogas, bordallos e pardelhas de que os moradores que abitão nos redores da dita ribeyra pescão todo o anno tanto no Inverno quando corre, como no tempo do Verão, por ser a dita ribeyra livre e comua para quem quer e toda desde o seo nascimento até se meter no rio.
Se cultivão as terras de suas mergens de trigo, sevada e senteyo e alguns usão de milhos e também seos meloaes, e em todo os mais interrogatórios não tenho que dizer na-da (Boiça & Barros, 1995, p. 94).

Assim, se no rio Guadiana como nos seus afluentes coexistiam as mesmas atividades – a agricultura e a pesca – a escala, a extensão e a intensidade de cada uma das atividades era ajustada/adequada à fisionomia e características de cada um dos cursos de água, facto aliás corroborado pelos dispositivos funcionais que cada um comportava.

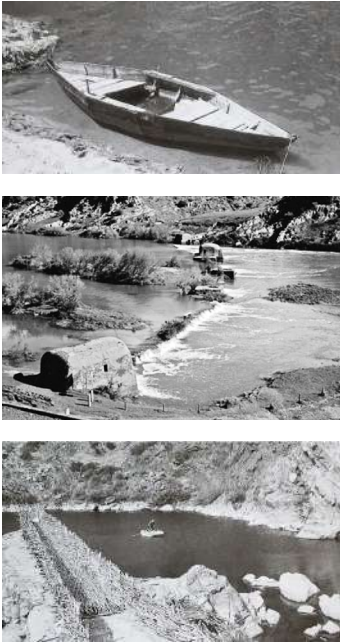


Fig. 17. [De cima para baixo] Batel do rio Guadiana, Mértola. Fonte: (Varanda, 2002); Azenhas do rio Guadiana, Mértola. Fonte: (Simas, 2007); Caneiro da Brava em 1980. Fonte: (Varanda, 2002).

No rio, a pesca era feita em batéis, com recurso a redes e a diversos dispositivos de retenção que se construía sobre o leito de cheia (Fig. 17), de que são exemplo os caneiros⁴⁶, associados normalmente a açudes e azenhas. Nas ribeiras, o artefacto de pesca era mais ligeiro e transportável por uma só pessoa. Tratava-se de “um cesto de canas, unidas por arame, com dois ou três metros de comprimento, que é instalado na corrente enquanto o caudal é direccionado para a boca da armadilha por algumas pedras empilhadas (Varanda, 2002, p. 46).

As azenhas localizadas sobretudo junto aos barrancos das ribeiras e em algumas zonas do rio, onde a circulação da água é permanente e abundante, são outras das construções que denunciam a atividade de moagem de cereais para produção do pão, usando para isso a força da água.

A definição de um território próprio

Com base nos diversos aspetos que caracterizam as linhas de água, foram elaboradas representações gráficas com vista a evidenciar as diversas camadas/espessuras que se sobrepõem numa mesma área de influência e que encontram nos rios e ribeiras o pretexto da sua conformação (ver o cartograma 06. Cruzamento entre nascentes e aspetos biofísicos do território).

Assim, se as condicionantes e características de natureza biofísicas e humanas abordadas anteriormente definem uma espécie de território próprio, uma outra “coincidência” – a expressiva ocorrência de nascentes com propriedades mineromedicinais sobre as mesmas ribeiras – permite não somente reforçar o carácter particular destas áreas, como porventura admite imaginá-las como espaços de vocação terapêutica que definitivamente as distingue e autonomiza do restante território.

A forte presença de lugares da prática dos banhos, a que se associam as dimensões paralelas da convivialidade, da comensalidade e do folgar, parecem assim indiciar uma espécie de geografia provedora da cura e do bem estar a partir dos benefícios terapêuticos das águas – de origem profunda e subterrânea – que cruzam, por seu turno, o caminho das águas de superfície assinaladas pelos rios e as ribeiras da região.

Os lugares das “águas” são conhecidos e designados no concelho por “águas santas”. De todos os sítios assinalados, e como já anteriormente se fez refe-

⁴⁶ Os caneiros eram construções que normalmente visavam a retenção do peixe junto a açudes. “Tratavam-se de estruturas cuja fundação consistia num paramento de pedra cravado ao chão encimado por um entrelaçado de canas com cerca de 1 m de altura por onde passava a água onde ficava retido a maioria do peixe” (Simas, 2007, p. 61).

rência, só um caso testemunha atualmente a atividade dos banhos populares, embora encontremos evidências materiais dessa mesma prática em quase todos os outros casos⁴⁷. É, porém, entre a população mais antiga que vai sendo possível recuperar a história destes lugares, através de relatos que abordam os benefícios das águas⁴⁸ e os rituais de permanência que conformam estes lugares.

A pesquisa e inventariação de nascentes portuguesas realizada por um grupo de investigadores e antropólogos (Bastos, Quinatela & Matos, 2002)⁴⁹ dá conta disso mesmo. O trabalho de campo realizado junto das populações permitiu recolher e sistematizar um vasto material visual e escrito que documenta precisamente a dimensão antropológica, social e cultural associada a estes lugares do banho, constituindo-se como contributo fundamental no aprofundamento do escasso conhecimento que existe acerca dos sítios.

Paralelamente, também os estudos hidrogeológicos que mencionam estas fontes são relativamente recentes⁵⁰. Todavia, nas memórias paroquiais⁵¹ relativas ao concelho de Mértola do ano de 1758 surgem recorrentemente menções, a algumas fontes de “águas célebres e especiais” em diferentes freguesias, conforme respostas ao inquérito e que aqui se reproduzem:

À pergunta: “23° Se ha na terra, ou perto della alguma fonte, ou lagoa célebre, e se as suas águas tem alguma especial qualidade?” (Boiça & Barros, 1995, p.17), o pároco da freguesia de São João Baptista (atual São João dos Caldeireiros) respondeu:

23° Respondo que a dita aldea de São João Baptista se serve de quatro possos de agoa Selebre, so na dita freguesia junto à ribeyra chamada Oeyras, está huma fonte afamada, a da romanzeira, que he agoa muyto exselente para beber mas não se tem descoberto a sua qualidade e dista meya legoa desta aldea (Boiça & Barros, 1995, p.91).

145

⁴⁷ Para uma leitura sobre as nascentes e os seus sítios consultar as *Fichas de sítio das nascentes* no final do *Capítulo III, O específico e distintivo*.

⁴⁸ Os benefícios terapêuticos das águas reportam-se no essencial ao tratamento de “males de pele” e dores reumáticas, tratados por banhos de imersão, enquanto que ingeridas permitem tratar problemas do foro digestivo.

⁴⁹ Disponível através do site “O novo Aquilégio” (<http://www.aguas.ics.ul.pt/index.html>), nele constam imagens, registos de localização, dados patrimoniais, fichas técnicas, notas de campo, referências bibliográficas e excertos informativos de cada uma das nascentes inventariadas em todos os concelhos, disponibilizando sobre Mértola informação de cinco dos onze casos identificados.

⁵⁰ No capítulo III identificam-se todos os estudos que mencionam ou incidiram sobre as nascentes de Mértola.

⁵¹ As memórias paroquiais resultaram das respostas ao inquérito realizado a todos as paróquias de Portugal, na sequência do terramoto de 1755, visando fundamentalmente a compilação de informação acerca de todas as povoações, serras e rios do reino.

Assim, foi dirigido a cada um dos párocos do reino em representação das suas paróquias (o equivalente às atuais freguesias do concelho) um conjunto de perguntas sobre cada um dos temas.

O pároco da freguesia de Corte Pinto respondeu:

23° Meya legoa distante desta aldeya está hum pego cujas agoas curão os enfermos da sarna. Chamace tal pego de São Dominguos por estar próximo a huma ermida do dicto Santo que he da freguesia de Santa Anna. Será principalmente por virtude do santo, mas a tal agoa tem sabor de enchofa (Boiça & Barros, 1995, p. 68).

O pároco da freguesia de Mértola respondeu:

23° Em distancia de pouco mais de duas legoas, dentro da freguesia de Santa Anna de Cambas, está huma ermida de S. Domingos, e perto della há hum lago, ou pego de agoa, a qual levando as pessoas sarnozas as cura do seo mal, ou por virtude do santo, a quem os lavados deixam as suas camisas, ou por natural virtude da agoa, perto da qual estam humas covas, que mostram serem minas de ferro, enxofre e vitriolo, por cujo mineral parece passar aquella agoa, como me informa o medico desta villa, e de que dará melhor conta o pároco daquele destrito (Boiça & Barros, 1995, p. 68).

O pároco da freguesia de São Marcos da Ataboeira (hoje freguesia pertencente ao concelho de Castro Verde) respondeu:

23° Junto a este Povo, entre o Poente e o Norte, está huma fonte que chamam fonte da senhora do Rozario. De sua agoa usa parte deste povo e muitos enfermos acham melhoras de suas enfermidades bebendo-a, principalmente sendo as enfermidades de sezoins (Boiça & Barros, 1995, p. 91)

146

Ora, pelo que nos é dado a perceber através dos relatos dos párocos das freguesias do concelho, não é possível concluir ou deduzir sobre a eventual correspondência entre as fontes mencionadas e as presentes nascentes. Os nomes indicados das fontes, em nada se relacionam com as designações atuais e, mesmo quando surgem referenciadas espacialmente, não são indicações susceptíveis de apontar ou sugerir uma localização concreta. Certo é, porém, que em alguns testemunhos encontramos pontos de contacto com as atuais nascentes em estudo. É disso exemplo a menção a quatro nascentes de água “selebre” junto à ribeira de Oeiras assim como a referência ao odor a enxofre das águas, que surge no registo do pároco de Corte de Pinto (Boiça & Barros, 1995) e que é característica comum à generalidade dos pontos de emergência identificados em Mértola. A alusão a uma fonte próxima de São Marcos da Ataboeira, é outro dos exemplos mencionados nas memórias paroquiais, que remete para a proximidade com a Fonte Santa do Monte Novo localizada sobre a ribeira de Alvacar, no limite entre o concelho de Mértola e o concelho de Castro Verde.

Não podendo então concluir-se sobre a correspondência entre as fontes mencionadas e as nascentes atualmente inventariadas, podemos pelo menos constatar que existem documentos históricos que reconhecem a existência de

águas com benefícios terapêuticos no concelho, pelo menos desde o século XVIII e que, pese embora não sendo possível esclarecer com rigor as suas localizações, as descrições remetem para áreas próximas dos atuais lugares das ocorrências/emergências de água.

Até aqui, o exercício consistiu em construir um corpo de evidências que, a partir da análise de diversos aspetos de ordem física e humana, nos permitisse contextualizar os sítios das nascentes e consequentemente os lugares dos banhos, numa esfera mais ampla de análise – a do território.

À medida que fomos progredindo na pesquisa, fomos paralelamente elaborando sínteses gráficas e visuais com vista à espacialização dos diversos fatores abordados, neles se indiciando a demarcação de um território próprio em que convergem as nascentes e muitas outras características e matizes da sua especificidade.

Como temos vindo a mencionar os rios e ribeiras definem os caminhos das águas de superfície e também os pontos de emergência das águas subterrâneas. São ao mesmo tempo percorridos por uma topografia comum – o vale – dominado pela fertilidade dos seus solos juntos às margens, pela especificidade da cobertura vegetal que povoa as respectivas encostas, pela reserva biológica que representam os seus ecossistemas naturais, pela amenidade da temperatura⁵², resultado da sua posição abrigada e húmida e, por fim, pela relação que a comunidade constrói com estas linhas de água.

147

São fundamentalmente as atividades quotidianas da pesca e da agricultura de subsistência e as práticas rituais ligadas aos pontos de emergência de água mineromedicinal, maioritariamente localizados sobre os seus afluentes, os principais tipos/modelos de interação entre as comunidades e os corpos de água.

Num concelho cuja altimetria varia entre aproximadamente os 25 m junto às margens do rio Guadiana e as cotas mais altas das serras (S. Barão, Alcaria Ruiva e Álvares), entre 310 e 370 m de altitude, as nascentes localizam-se maioritariamente abaixo dos 150 m (excetuando o caso da Água Santa do Monte Novo que se localiza a 175 m), destacando-se assim por entre uma área em que dominam as cotas mais fundas. Paralelamente, nestas áreas dá-se nota de uma escassa humanização, tornada evidente pelos poucos povoados que

⁵² No plano de Visitação da Água Santa da Herdade pode ler-se a este propósito: “Com temperaturas acima dos 30º durante o verão, as populações sempre procuraram o fresco das ribeiras vizinhas, sempre procuraram a energia das águas para moer o cereal, sempre procuraram as águas limpas para pescarem barbos (*Barbus sp.*), bogas (*Chondrostoma sp.*), sáveis (*Alosa alosa*) e outras espécies associadas a estes ecossistemas. A articulação entre a natureza e o desenvolvimento humano, está bem patente nos nossos ecossistemas ribeirinhos, sob a forma de moinhos de água, nas artes da pesca, nas zonas de recreio banhar e nas hortas adjacentes” ADPM, 2011a, p. 10).

existem e pela sobreposição de um tipo de vegetação próprio dos ambientes pouco humanizados.

A uma percepção ainda difusa e fragmentada sobre as nascentes, e em complemento dos inventários e estudos de natureza antropológica e hidrogeológica que existem, procurámos contrapor uma visão de reconhecimento conjunto sobre os aspetos agregadores das suas relações e interdependências.

Um território, em suma, unido por um conjunto de aspetos físicos, morfológicos e paisagísticos, humanizado e ritualizado pelas comunidades através da prática dos banhos para fins terapêuticos que põe em evidência ou sugere uma espécie de enclave porventura apto a ser imaginado como território terapêutico e cujo primeiro esboço dessa narrativa, procurámos aqui iniciar.

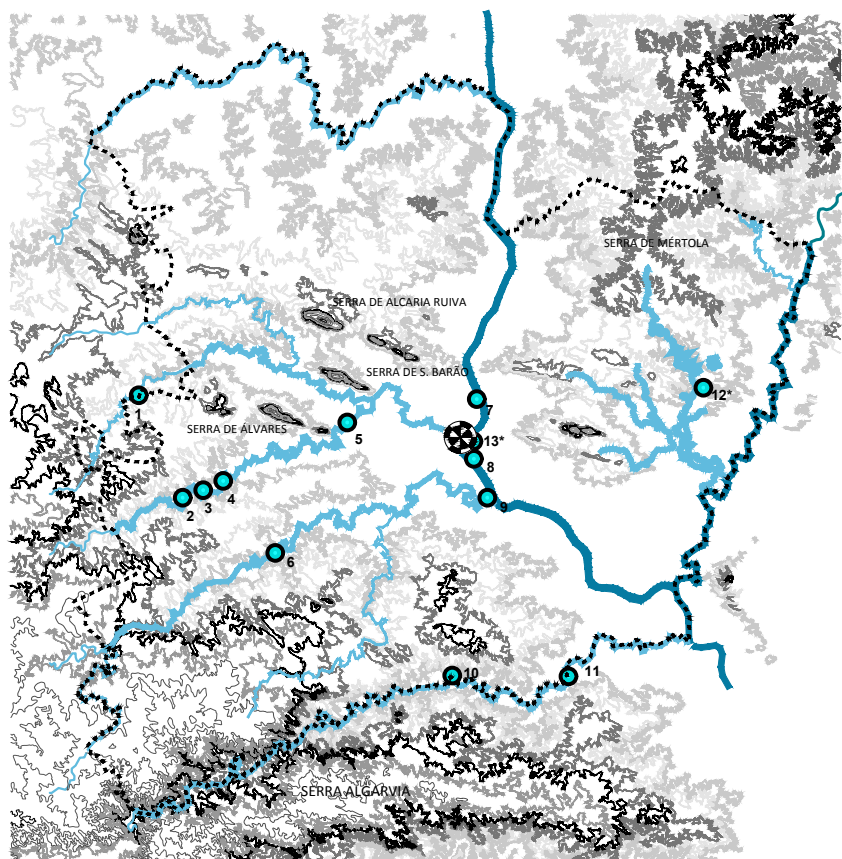
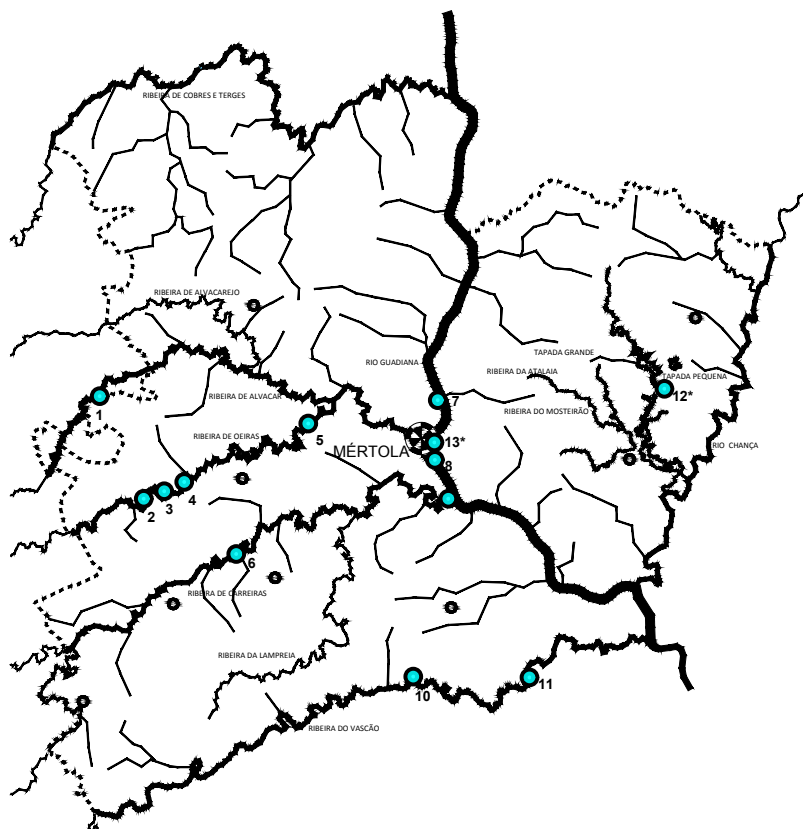
Síntese descritiva e gráfica

- i) Posição dos pontos de emergência de água (nascentes) sobre leitos de ribeiras ou margens;
- ii) Orientação dominante – sentido sudoeste nordeste das linhas de água onde se inscrevem as nascentes;
- iii) Localização predominante em vales ou lugares dominados por cotas baixas, correspondentes a depressões orográficas;
- iv) Cotas de ocorrência de água entre a cota 25 e a cota 125. Todas elas se localizam abaixo da cota 150;
- v) Ecossistemas ribeirinhos como enquadramento natural predominante, coincidentes com áreas de importância biológica a preservar;
- vi) Ausência de povoados junto às linhas de água;
- vii) Amenidade das temperaturas em resultado da posição abrigada e húmida em vale;
- viii) Longa tradição da prática dos banhos.

00
SOBREPOSIÇÃO DE NASCENTES SOBRE REDE HIDROGRÁFICA



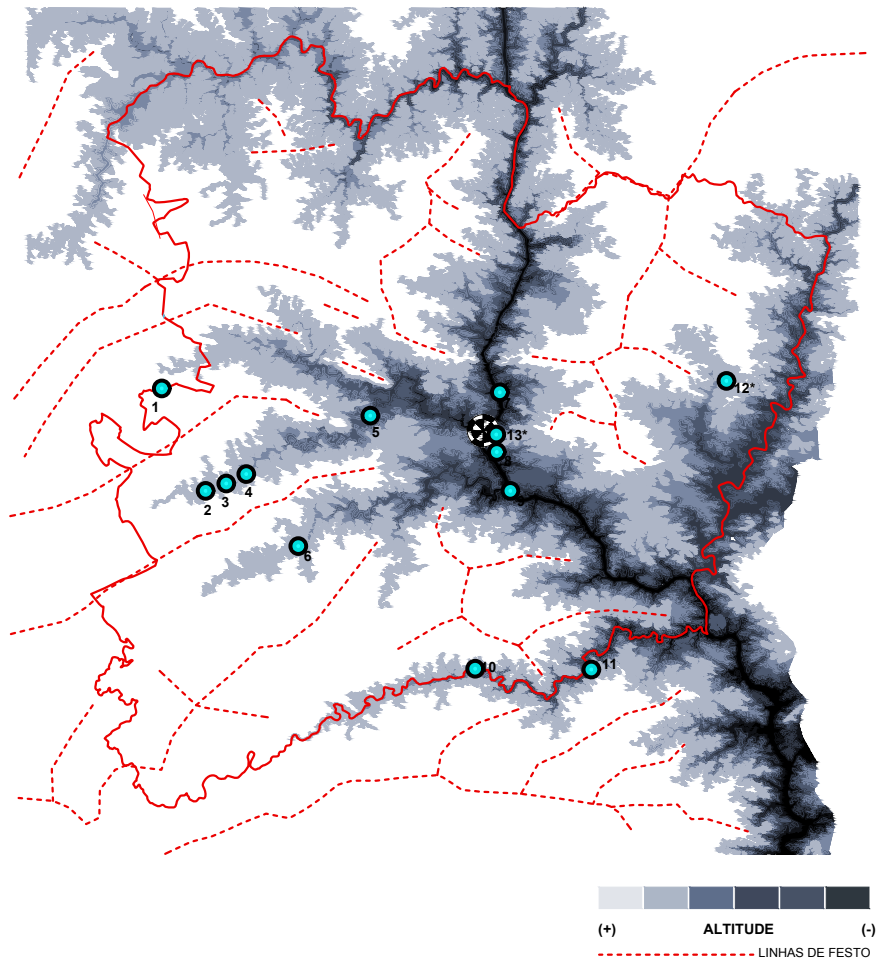
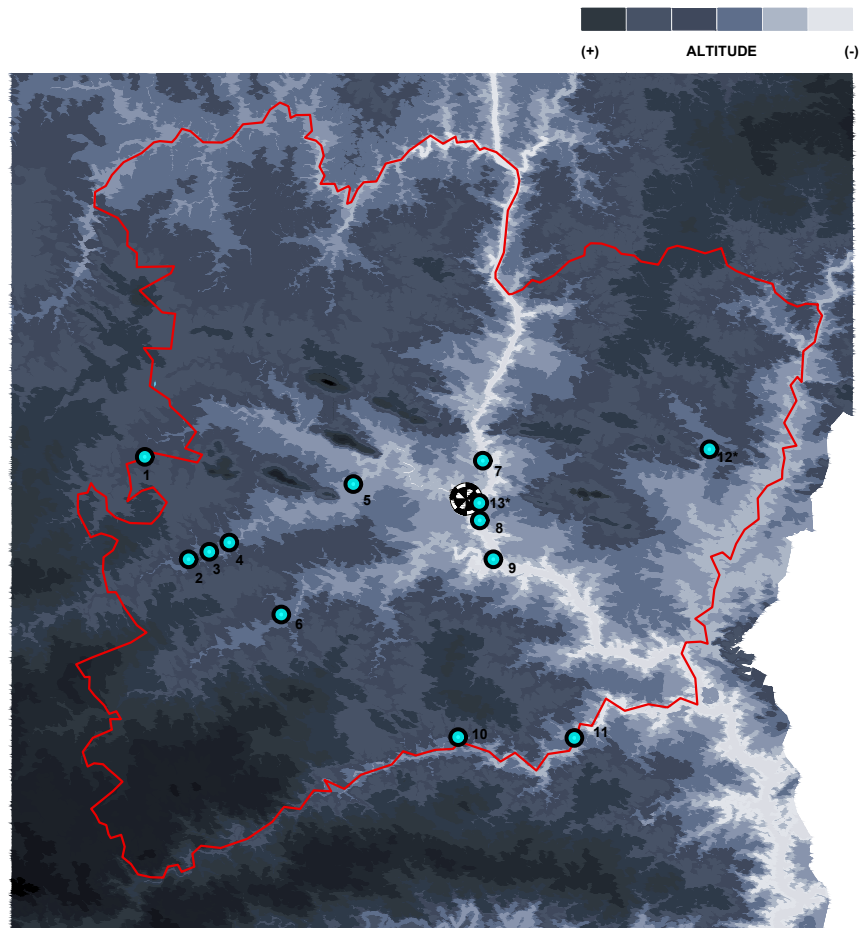
01
LINHAS DE ÁGUA
SERROS E ELEVÇÕES



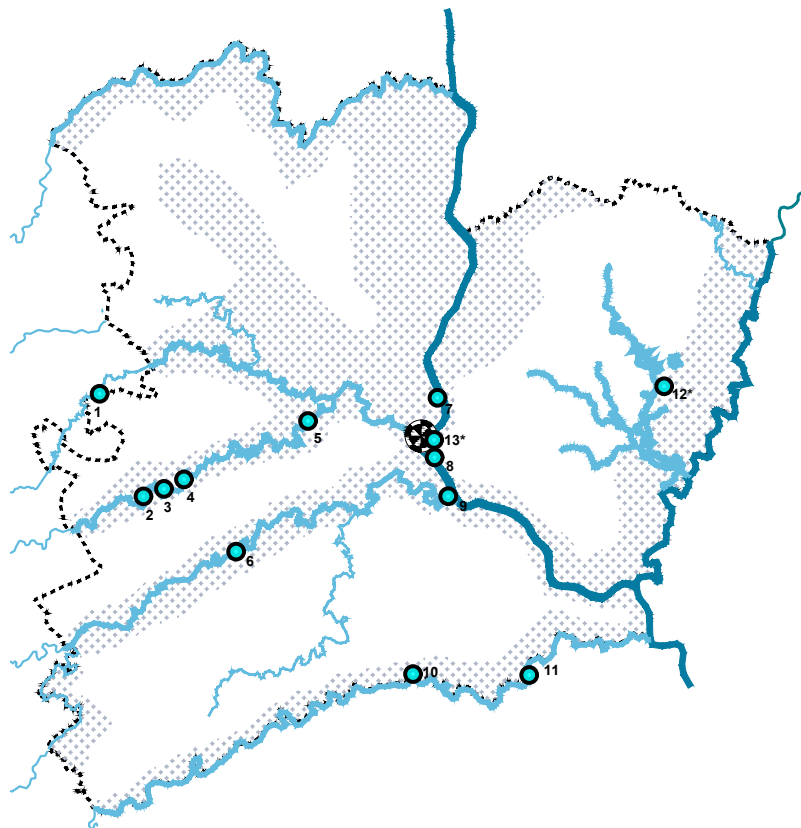
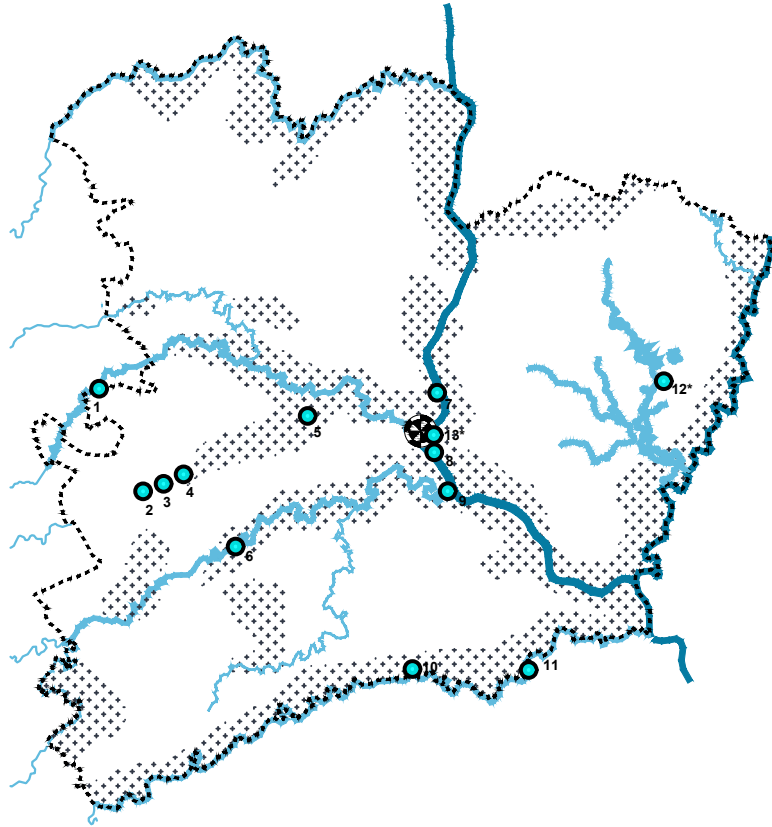
● NASCENTES

1. ÁGUA SANTA DO MONTE NOVO
2. FONTE SANTA DA SRA. DO PILAR
3. ÁGUA SANTA DO PEGO VERDE
4. ÁGUA SANTA DA HERDADE DE STA. MARIA
5. ÁGUA SANTA DA MORENA
6. ÁGUA SANTA DO PAPA-LEITE
7. BARRANCO DAS VINHAS
8. ÁGUA SANTA DA VAQUEIRA
9. ÁGUA SANTA DA BOMBEIRA
10. ÁGUA SANTA DOS BESTEIROS/VASCÃO
11. ÁGUA SANTA DO MOINHO NOVO
12. ÁGUA FORTE DE SÃO DOMINGOS
13. ÁGUA SANTA DE MÉRTOLA

02
TOPOGRAFIA
DEMARCAÇÃO DAS ÁREAS EM VALE



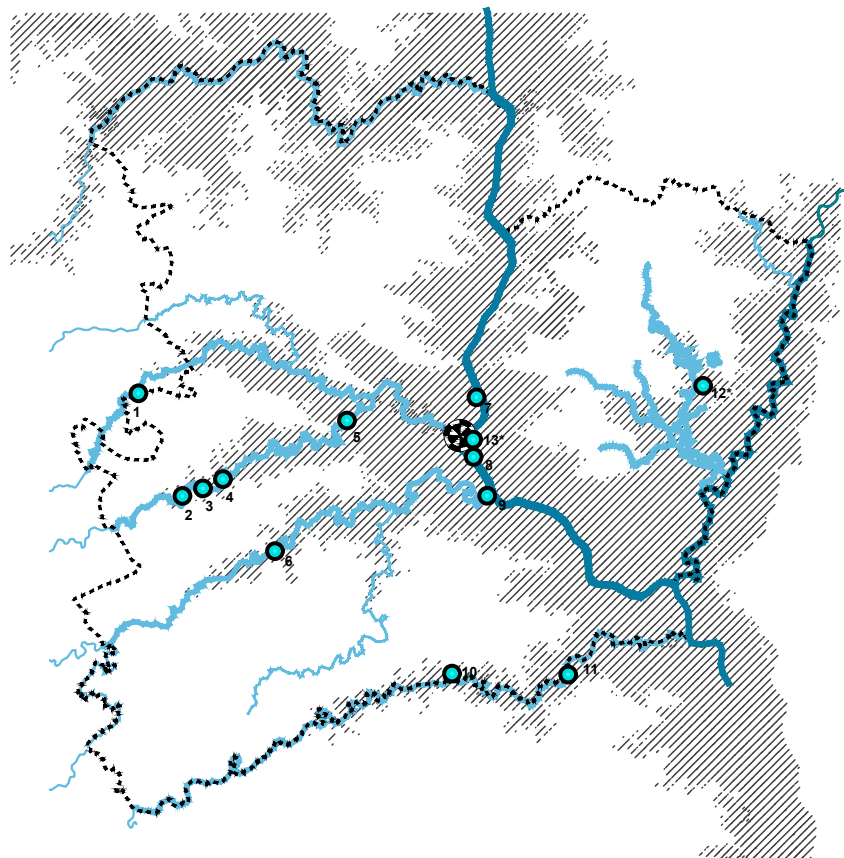
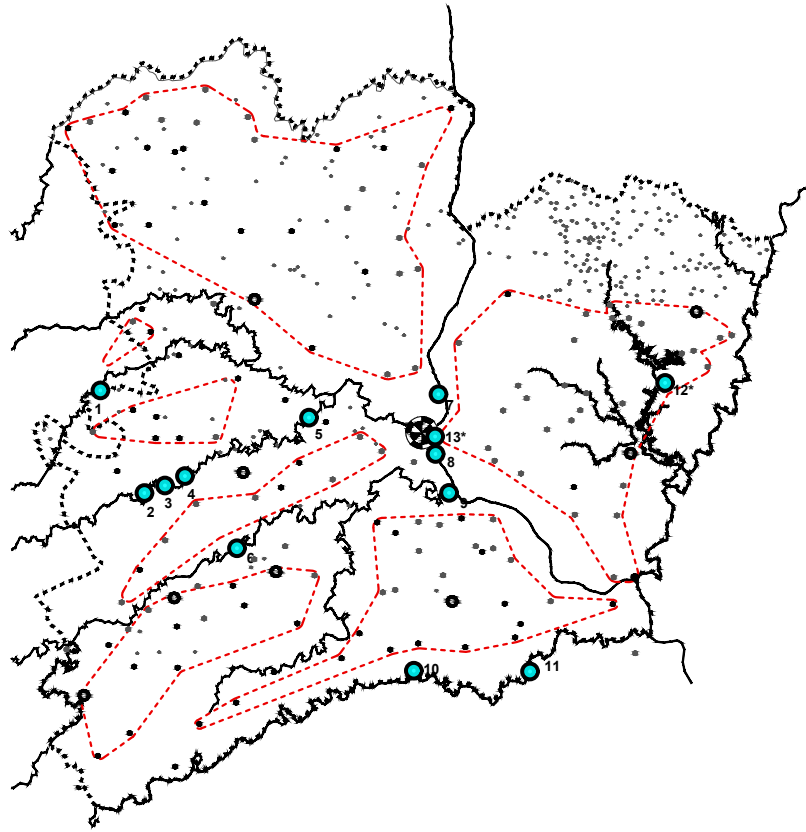
ÁREAS DE VEGETAÇÃO SUBXERÓFITICA [MATOS]
ÁREAS DE IMPORTÂNCIA BIOLÓGICA [BOTÂNICA, ZOOLOGICA, ECOLÓGICA]



ÁREAS DE VEGETAÇÃO SUBXERÓFITICA
MATA MEDITERRÂNIC

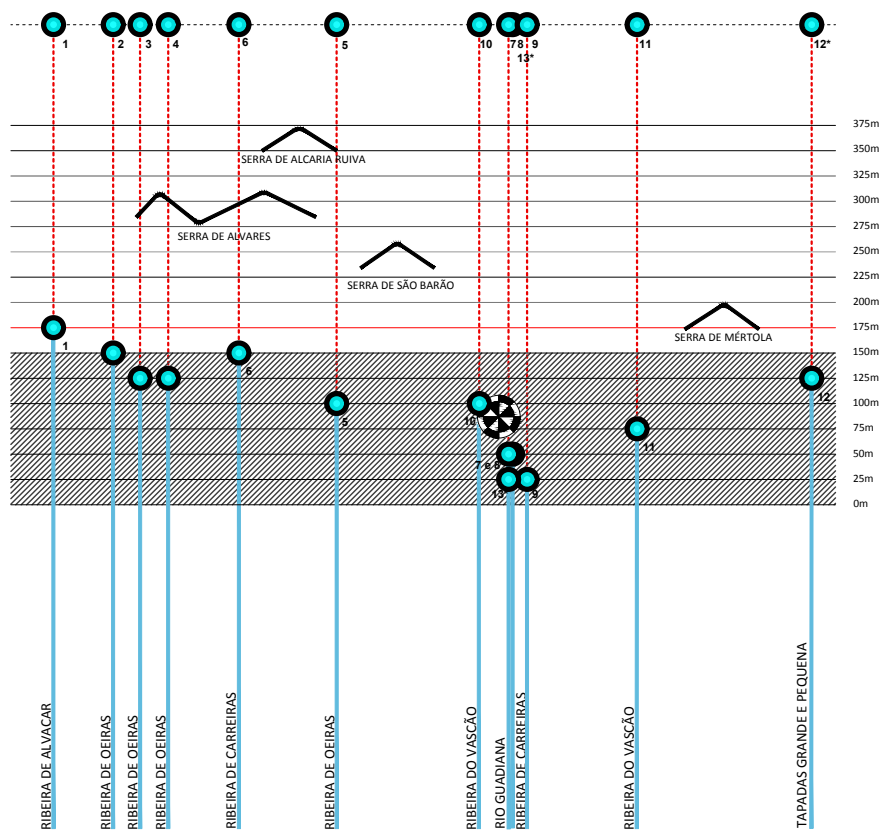
ÁREAS DE IMPORTÂNCIA BIOLÓGICA
A PRESERVAR

LOCALIZAÇÃO DE AGLOMERADOS E EDIFICAÇÕES ISOLADAS
LIMITE DE INCIDÊNCIA DAS NASCENTES [COTA 150]



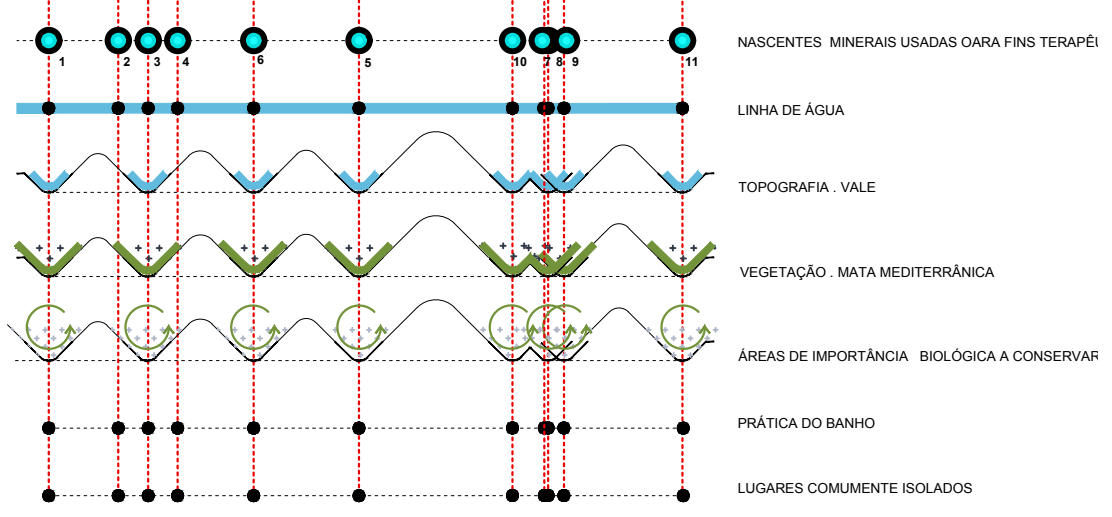
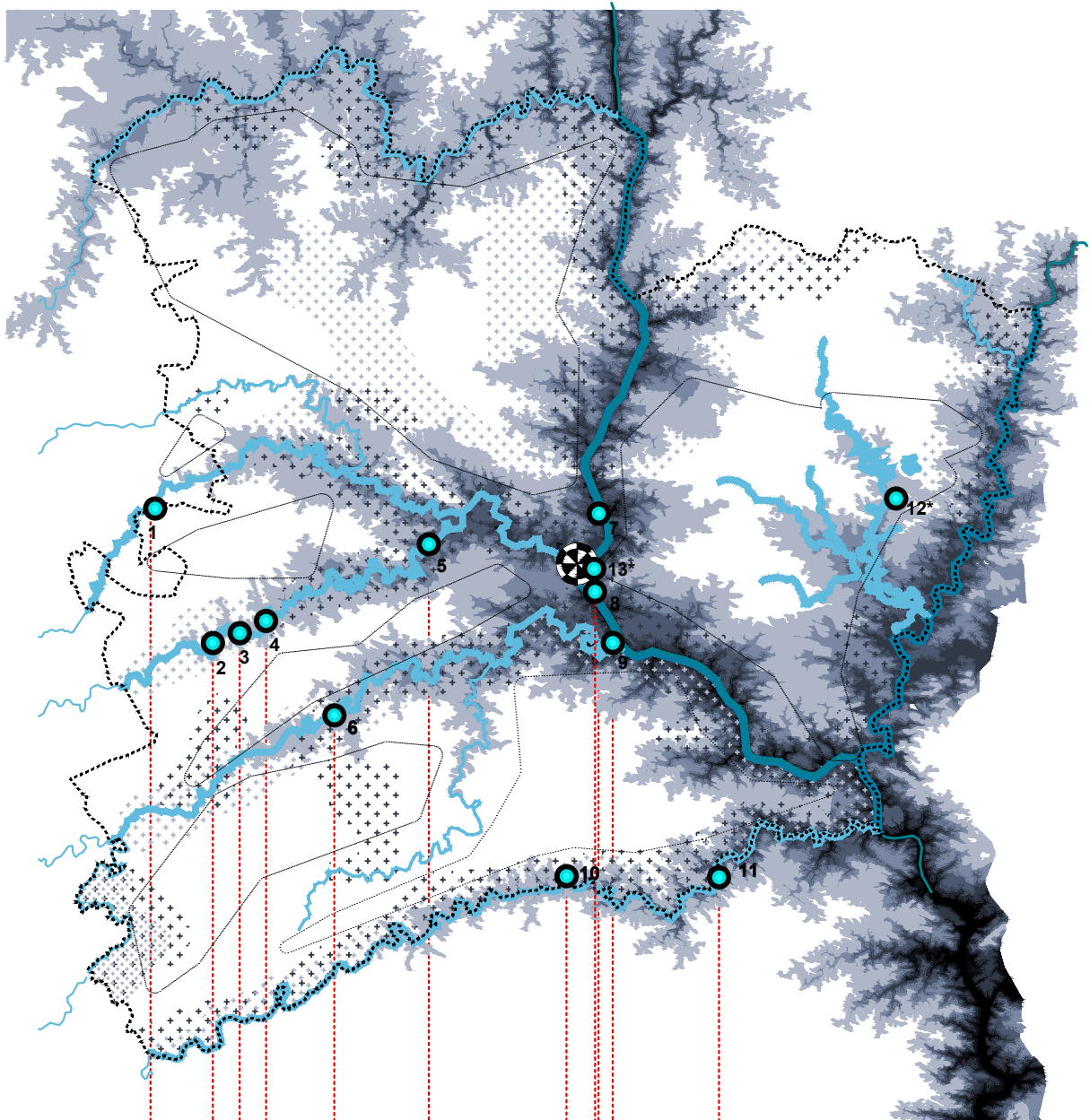
- SEDE DE FREGUESIA
- AGLOMERADOS DE MÉDIA ESCALA
- AGLOMERADOS DE PEQUENA ESCALA
- POVOAÇÃO DA MINA DE SÃO DOMINGOS
- ▨ ZONAS DE DEPRESSÃO / VALE
(DELIMITAÇÃO ENTRE A COTA 0 E A COTA 150)

AS NASCENTES NA SUA RELAÇÃO COM A TOPOGRAFIA
IDENTIFICAÇÃO DAS COTAS DE IMPLANTAÇÃO



1. FONTE SANTA DO MONTE NOVO	- COTA 175	RIBEIRA DE ALVACAR
2. FONTE SANTA DA SRA. DO PILAR	- COTA 150	RIBEIRA DE OEIRAS
3. ÁGUA SANTA DO PEGO VERDE	- COTA 125	RIBEIRA DE OEIRAS
4. ÁGUA SANTA DA HERDADE DE STA. MARIA	- COTA 125	RIBEIRA DE OEIRAS
5. ÁGUA SANTA DA MORENA	- COTA 100	RIBEIRA DE OEIRAS
6. ÁGUA SANTA DO PAPA-LEITE	- COTA 150	RIBEIRA DE CARREIRAS
7. FURO ME-1 DO BARRANCO DAS VINHAS	- COTA 050	RIO GUADIANA
8. ÁGUA SANTA DA VAQUEIRA	- COTA 050	RIO GUADIANA
9. ÁGUA SANTA DA BOMBEIRA	- COTA 025	RIBEIRA DE CARREIRAS
10. ÁGUA SANTA DOS BESTEIROS / VASCÃO	- COTA 100	RIBEIRA DO VASCÃO
11. ÁGUA SANTA DO MOINHO NOVO	- COTA 075	RIBEIRA DO VASCÃO
12*. ÁGUA FORTE DE SÃO DOMINGOS	- COTA 125	TAPADAS GRANDE E PEQUENA
13*. ÁGUA SANTA DE MÉRTOLA	- COTA 025	RIO GUADIANA
SERRA DE ALCÁRIA RUIVA	COTA 371	
SERRA DE ALVARES	COTA 310	
SERRA DE SÃO BARÃO	COTA 255	
SERRA DE MÉRTOLA	COTA 192 (PONTO MAIS ALTO A 266m NO MARCO GEODÉSICO VIEGAS, (Roxo, 1994, 65) CONCELHO DE SERPA.	

NOTA: COTAS AFERIDAS A PARTIR DA CARTA COROGRÁFICA 1:50 000, folhas 46 [A, B, C e D] E DA PLATAFORMA GOOGLE EARTH



III. O específico e distintivo

Da terra profunda à vida na superfície: a influência dos recursos geológicos na vida das comunidades

Enquadramento dos recursos hidrominerais: das definições à identificação dos casos na região de Beja

O caso particular das nascentes sobre a faixa piritosa

Por um novo reconhecimento das nascentes: de pontos a uma constelação

Fichas de nascentes

Da terra profunda à vida na superfície: a influência dos recursos geológicos na vida das comunidades

No anterior capítulo procurámos caracterizar o concelho de Mértola a partir da análise de dados quantitativos e cartográficos, convocando os aspetos essenciais da sua génese e história como meios auxiliares de compreensão da realidade em estudo. Paralelamente, traçámos a genealogia do seu declínio e concluímos, regressando ao presente, com a revelação, nesse vasto espaço, da existência de um “território terapêutico”, definido pelas numerosas ribeiras que convergem para o Guadiana, nas quais ocorrem nascentes de águas com especiais propriedades hidrominerais e potencialidades de cura.

Este “território terapêutico” em redor deste trecho do Guadiana não pode ser isolado das múltiplas ocorrências de água espontânea nesta parte do sul do Alentejo, desde a região de Beja até à de Mértola; aqui, a expressiva concentração, padrão de localização e, sobretudo, a especificidade curativa das suas águas permitem verificar e concretizar a hipótese lançada no anterior capítulo – imaginar e revelar enfim uma espécie de território propício à cura, terapia e bem-estar pelas águas.

Colocar esta hipótese obriga-nos todavia a uma visão alargada da história humana, apoiada nos contributos da geologia e hidrogeologia, dos fenómenos de emergência de água, que dependem fundamentalmente das características dos estratos geológicos, da sua tectónica e da diversidade de interações entre rochas e água que ocorrem em profundidade.

158

Os solos, as rochas, os minerais, os fósseis e outros depósitos superficiais e subterrâneos influenciaram desde sempre a vida na terra e, consequentemente, a vida das comunidades. Na origem de grande parte das formas de ocupação e organização do território, o tipo de solo, o fundo geológico e litológico e a morfologia dos terrenos foram sempre fatores determinantes no assentamento das comunidades e na definição das suas atividades.

Recuando ao período da pré-história, são disso exemplo os períodos designados como Idades da Pedra, do Cobre, do Bronze e do Ferro, em que o uso sucessivo de materiais geológicos e a consequente substituição da pedra pelo uso de ferramentas e armas metais (resultado das primeiras explorações da técnica de fundição), determinaram o desenvolvimento das tecnologias metalúrgicas e com ela as formas e modelos de organização social.

A transição do nomadismo para o sedentarismo, a evolução das comunidades recolectoras para comunidades agropastoris, a capacidade de fixação dos

povos e a crescente sofisticação dos seus modelos de organização social resumem, pois, alguns dos saltos civilizacionais mais significativos caucionados precisamente pela capacidade de uso e exploração de materiais geológicos.

Já em plena época moderna, outra das grandes transformações civilizacionais – a Revolução Industrial – foi sustentada por enormes reservas de carvão que o solo dispunha. Neste período, uma das alterações mais significativas terá estado relacionada com a substituição da força manual pela força motriz de uma máquina, promovendo assim a revolução nos transportes e com ela a proliferação humana por todos os continentes. Tal acontecimento terá motivado, por seu turno, uma exploração mais ampla de rochas e minerais, fortemente impulsionada entretanto pelo uso da dinamite a que se seguiu, a partir da 2ª Guerra Mundial, o desenvolvimento da indústria química, responsável por uma série de revoluções no campo da tecnologia, da indústria e da ciência (Hasan, Finkelman & Skinner, 2013). A extensa utilização do silício (substância presente em grande parte das rochas da crosta terrestre), na produção dos dispositivos eletrônicos, bem como a exploração massiva dos combustíveis fósseis, em especial o petróleo, são só alguns exemplos da crescente dependência dos recursos geológicos que se observa na contemporaneidade.

Sobre esta mesma correlação entre vida humana e geologia, transcreve-se a seguinte passagem da notícia explicativa da carta geológica de Portugal (1952):

159

É hoje mundialmente reconhecido que quase todos os fenómenos geológicos estão relacionados com o desenvolvimento social e económico da humanidade. As tomadas de decisão política quanto ao desenvolvimento equilibrado das regiões e à organização física do espaço requerem uma aproximação interdisciplinar e global, onde a Geologia do Ambiente tem uma grande influência nas opções a implementar (prospecção de jazigos minerais e de materiais de construção, pesquisa e cálculo de lençóis de água subterrânea, (...)).
A Geologia e o Desenvolvimento, isto é, a interdependência entre as condições ambientais (recursos naturais e condições de ocupação do solo) e as necessidades tecnológicas dos empreendimentos considerados são coordenadas comuns à compreensão e à economia da sociedade” (Real, 1987, p.19).

Paralelamente, também o uso de materiais geológicos com propósitos medicinais desde tempos ancestrais se apresenta como outra das variantes destas interdependências. Através de usos experimentais, as comunidades foram testando e identificando os aspectos benéficos (e também prejudiciais) deste tipo de materiais – rochas, minerais, lamas e águas – e, em resultado da evolução das sociedades, foram sendo estabelecidos protocolos e modelos de cura apoiados nas suas propriedades curativas.

Escritos diversos documentam o uso de cobre, sais, ferro, óxido de chumbo, nitrato de potássio entre outros com propósitos medicinais no antigo Egito

(1600 a.C.), assim como na Mesopotâmia (3000-2400 c. C). O alumínio e o betume surgem mencionados em arquivos assírios e babilônicos entre dezenas de matérias naturais usados na cura de doenças, do mesmo modo que o uso de elementos químicos e minerais naturais no tratamento de doenças é abundantemente mencionado em escritos das civilizações grega¹, romana e islâmica (Hasan, Finkelman & Skinner, 2013).

Na Mesopotâmia, alguns escritos, datados de 2500 a.C, fazem referência aos benefícios da argila no tratamento de feridas e hemorragias, enquanto que no Egito os médicos usavam-na misturada com hidróxidos de ferro para curar feridas da pele e afeções internas (Gomes, 2002). Ainda hoje, as comunidades indígenas da América ou da África, por exemplo, recorrem a materiais geológicos para fins terapêuticos. “Os índios têm usado alume para o tratamento de feridas, caulino para doenças de estômago, enxofre para micose, infiltrações de petróleo para reumatismo (...)”² (Vogel, 1990, como citado por Hasan, Finkelman & Skinner, 2013, p. 3).

Também em sociedades muito complexas, como as da China ou da Índia, faz-se uso de materiais geológicos para fins terapêuticos desde tempos remotos. Num antigo compêndio de medicina chinesa (2000 a.C) surgem listados 365 medicamentos derivados de minerais, plantas e animais, enquanto que na Índia “os praticantes de Ayurveda – um dos sistemas de saúde e medicina mais antigos do mundo – prescreve, há pelo menos mais de 5 000 anos, asfalto e sais nos tratamentos de diversas doenças”³ (Hasan, Finkelman & Skinner, 2013, p. 2).

160

Entre o amplo espectro de modalidades de cura a partir de materiais geológicos, a balneoterapia com águas minerais constitui outro dos métodos e variantes de utilização e exploração da ação terapêutica dos minerais sobre o corpo humano. A sua prática, iniciada com a apropriação de fontes e nascentes termais, acompanha desde sempre a vida das comunidades e, à semelhança de outras apropriações, estende-se igualmente por todo o mundo. De acordo com Altman (2000) “o uso de água de nascentes para prevenção e cura de doenças recua aproximadamente ao ano 5 000 da Idade do Bronze, embora haja evidências de que os seres humanos usem fontes termais há mais de 600

¹ Hipócrates (460-377 a.C.), figura maior da civilização grega e considerado o pai da geomedicina, incluiu na sua lista de substâncias medicinais nove minerais e seis metais. Terá reconhecido que os fatores ambientais afetavam a distribuição das doenças e consequentemente aprofundou as relações e estabeleceu correspondências entre fatores geológicos e um conjunto de situações associadas à saúde e ao bem-estar das pessoas.

² Transcrição do texto original: “For example, American Indians have used alum for treatment of wounds; kaolin for upset stomachs; sulfur for ringworm; petroleum seeps for rheumatism (...). (Vogel, 1990, como citado por Hasan, Finkelman & Skinner, 2013, p. 3).

³ Transcrição do texto original: Practitioners of Ayurveda, an ancient form of healing in India for at least 5000 years, often prescribed asphalt and salts to address a variety of health issues. (Hasan, Finkelman & Skinner, 2013, p. 2).

mil anos”⁴ (como citado por Hasan, Finkelman & Skinner, 2013, p. 3), facto que evidencia bem a antiguidade da interdependência entre os materiais geológicos e minerais e a comunidade para fins terapêuticos.

Ensaiaando agora uma possível extrapolação deste contexto geral, para o caso particular de Mértola, é possível reconhecer interdependências equivalentes entre a especificidade geológica da região e as atividades humanas que a partir delas se desenvolveram.

Estas correspondências são aqui identificadas a partir de duas vias: por um lado, por via da atividade e exploração mineira que dominou o concelho; e por outro, por via da prática de banhos assentes nos benefícios terapêuticos das águas minerais que, como observámos no capítulo anterior, encontram na rede hidrográfica, nos rios e ribeiras, o seu meio de concretização.

A primeira via, de carácter marcadamente utilitário/funcional, relaciona-se diretamente com o rio Guadiana, principal eixo de comunicação com o mundo em redor e, por isso, via estratégica e fundamental para o transporte de minérios e produtos hortícolas.

A segunda, de matriz ao mesmo tempo concreta e simbólica, associada à cura e terapia pelas águas, relaciona-se sobretudo com as ribeiras, principais afluentes do rio Guadiana, onde se concentram a maioria das nascentes em estudo.

161

Ora, se no primeiro caso a relação entre território e comunidade local ergueu-se em estreita articulação com a exploração dos recursos minerais extraídos da terra encaminhados para rio Guadiana para sua posterior comercialização, no segundo caso as interdependências que procuramos abordar estão relacionadas com as ocorrências de água mineral à superfície, emergidas nas ribeiras de Mértola e sobre as quais a comunidade foi instituindo lugares de banho para fins terapêuticos.

Neste contexto, as duas vertentes – prática e económica, mais reconhecível e historicamente documentada, e simbólica e subjetiva, de percepção mais difusa e delével – parecem assim erguer-se sobre os benefícios da matéria inerte, pondo em evidência a mútua influência entre a geologia do território e a comunidade humana, a que a rede hidrográfica veio dar suporte.

⁴ Transcrição do texto original: “(...) using spring water for the prevention and cure of disease can be traced back about 5,000 years to the Bronze Age, although there is evidence that humans have been using hot springs for more than 600,000 years” (Altman 2000, como citado por Hasan, Finkelman & Skinner, 2013, p. 2).

A vastidão dos processos e mecanismos que dominam a profundidade da terra e o corpo de manifestações que deles resulta à superfície parecem assim encontrar em Mértola exemplos dessa correspondência

Se o rio Guadiana funcionou como via de penetração de sucessivos povos, foi, porém, na exploração do património geológico e mineiro que estes encontraram o pretexto para se estabelecerem.

Confrontando-se com solos muito pobres, a prospecção de extensas áreas do território, com o desbravamento de sucessivas capas de metais e outros minérios, constituiu-se ao longo dos séculos como o grande filão produtivo e económico da região, determinante da construção histórica, social e cultural de Mértola e da sua comunidade. A presença do homem no território sugere então o cruzamento entre o seu *corpus* geológico e litológico para traçar, sob a disponibilidade de recursos existentes no seu subterrâneo, a direção e o sentido do seu desenvolvimento.

Todavia, a exploração da “matéria subterrânea” não somente sustentou a construção da história da região, como arriscamos semelhante paralelismo também em relação ao seu presente.

Partindo do pressuposto de que estamos sempre a confrontar o cúmulo da camada subterrânea com o espelho da sua influência e repercussão à superfície, não poderemos identificar, ainda que com uma orientação distinta, semelhante interdependência na contemporaneidade?

162

Grande parte da estratégia de valorização e revitalização do concelho de Mértola assenta hoje na intensa atividade arqueológica que se desenvolve desde o final da década de 70 na região. O incessante exercício de rastrear, prospetar, remover para descobrir, desbravar para encontrar, trazendo à luz do presente uma atividade também ela ancorada na profundidade da terra faz presente parte da mecânica de desenvolvimento da região, do mesmo modo que, outrora, também a partir da exploração mineira, a região encontrou o mote da sua valorização e visibilidade.

Ora, em qualquer dos casos, a aliança que se verifica entre o *fundo* subterrâneo e a ação humana, erguida sob a iniciativa de prospetar e aproveitar o que advém à superfície, parece, tanto no passado como no presente, emergir como escape à pobreza dos solos, também dos sucessivos declínios, e simultaneamente surgir como pretexto da construção e reinvenção do território em questão.

É na sequência deste argumento que aqui procurámos elencar, explorando complementaridades entre a matéria “insondável” da terra e a vida social, cultural e económica da comunidade, que enquadrámos o exercício de reconhecimento de um conjunto de emergências de água cujas propriedades terapêuticas – afinal outra modalidade de prospeção – deram origem a lugares de cura e outros vínculos e formas de relação entre comunidade e território.

Em arquitetura usamos um corte ou secção como meio/recurso gráfico explicativo de um projeto. Ocorre-nos agora invocá-lo como metáfora para aludir à leitura “vertical” que procurámos aqui resumidamente promover nestas primeiras páginas de abertura do capítulo, observando o modo como a geologia modela ocupações e formas de uso do território, que perfazem a “história” dos lugares e do território em estudo. Nela se apoia também o exercício de reinventá-lo e imaginá-lo a partir da prática dos banhos populares.

Enquadramento dos recursos hidrominerais: das definições à identificação dos casos na região de Beja

As nascentes de água mineral pertencem, de acordo com a terminologia regulamentar ao grupo dos recursos hidrominerais, integrando a esfera mais ampla dos recursos geológicos, onde se incluem também os depósitos minerais e os recursos geotérmicos. Em qualquer dos casos, e independentemente do que os distingue, todos eles se enquadram dentro do extenso chapéu dos recursos naturais pertencentes ao domínio público.

De acordo com a legislação portuguesa, a definição dos recursos naturais inclui todos “os componentes ambientais naturais com utilidade para o ser humano e geradores de bens e serviços, incluindo a fauna, a flora, o ar, a água, os minerais e os solos” (artigo 3º do Decreto-Lei nº 142/2008), podendo ser considerados de acordo com um de três critérios:

(i) *Conteúdo* (geológicos, pedológicos, hídricos, biológicos e climáticos (Quadro 1). Esta é classificação tradicionalmente considerada. No âmbito deste critério de classificação, incluem-se ainda outros recursos tais como, os monumentos naturais ou a paisagem que pelo seu valor cultural, estético e/ou ambiental é suscetível de gerar ou induzir o desenvolvimento de atividades económicas e criar riqueza.

(ii) *Disponibilidade* (renováveis e não renováveis/finitos ou esgotáveis, consoante possam ser, ou não, regenerados num horizonte temporal economicamente significativo, independentemente de qualquer intervenção humana).

(iii) *Importância estratégica* (global, supranacional, nacional, regional e local). A importância estratégica decorre, em grande medida, do estágio de desenvolvimento das sociedades, que se manifesta em diferentes procuras e distintos níveis de capacidade de intervenção tecnológica, sendo, por isso, mutável no tempo; essa importância pode ser avaliada confrontando o universo potencial de utilização do recurso com a sua abundância e ocorrência conhecidas. (Pereira, Zêzere & Morgado, 2005, pp.1-2).

Os recursos naturais – bens susceptíveis de aproveitamento económico, não reproduzíveis ou imitáveis pela ação humana – enfrentam, porém, na atualidade o revés da sua degradação e destruição por conta da ação humana, o que, conseqüentemente, se tem traduzido na crescente consciencialização sobre o imperativo da sua preservação e conservação.

Assim, a progressiva visibilidade institucional acompanhada de um movimento de reconhecimento social que considera os recursos naturais como *coisa* de inestimável valor social, cultural e económico, tem vindo a repercutir-se/materializar-se tanto no âmbito estratégico das políticas e dos programas de desenvolvimento e cooperação internacional, como na vertente instrumental e operativa, através da implementação de diversos planos de ação e projetos sectoriais.

Exemplo maior dessa aproximação inicia-se precisamente com o Programa das Nações Unidas (UNEP 2002) que identifica, como um dos três principais desafios da humanidade, a conservação e preservação dos recursos naturais, atendendo justamente à fragilidade em que muitos se encontram, “nomeadamente os pedológicos, os biológicos e os hídricos, com destaque para o acesso a água doce.” (Pereira, Zêzere & Morgado, 2005, p.3).

A necessidade de conservação, proteção e exploração hábil dos recursos, sobre a qual assenta o “desenvolvimento sustentável”⁵ consta assim da agenda de todas as Comissões Mundiais para o Ambiente e Desenvolvimento, operacionalizada através de inúmeros programas de gestão e planeamento territorial, que visam a promoção de uma crescente sensibilidade ecológica e social em torno da valorização dos recursos naturais e endógenos.

165

No âmbito particular do contexto que se investiga, destaque-se os Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos – os PROVERE – que visam o fomento e promoção da competitividade, em particular dos territórios de baixa densidade. A principal orientação destes programas assenta na criação de atividades económicas “produtoras de bens e serviços transacionáveis inovadoras e alicerçadas na valorização de recursos endógenos, tendencialmente inimitáveis do território” (PROVERE/QREN 2007-2013), de que fazem parte os recursos hídricos, geológicos, paisagísticos mas também o património histórico, arqueológico e os saberes-fazeres tradicionais incluídos no património cultural.

⁵ As raízes do conceito de sustentabilidade remontam pelo menos aos séculos XVIII e XIX, quando o aumento da população mundial e a escassez do carvão - principal matéria prima usada na produção de energia, consequência da Revolução Industrial - motivaram as primeiras considerações acerca do termo (Faria, 2018). Não obstante, a definição mais consensual do termo terá emergido em 1987 na publicação do relatório *Our common future*, pela Comissão Mundial de Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (Comissão de Brundland), que define desenvolvimento sustentável como o “desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração actual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (WCED, 1987). Em 1992 realiza-se a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro (Cimeira da Terra), cujo objetivo se centra na minimização dos riscos de degradação do ambiente. Em 1997 é assinado o protocolo de Quioto, comprometendo-se os países signatários a reduzir a emissão de gases com efeito de estufa. Em 2002 a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo, reforça a necessidade de impulsionar a ação mundial para o combate à pobreza, em particular nos países em desenvolvimento, a par da proteção do ambiente a nível mundial.

Atendendo a este breve enquadramento, conclui-se que os recursos naturais para além de serem historicamente bens de “utilização humana”, susceptíveis de aproveitamento económico, são, na contemporaneidade, instrumentos de valorização e desenvolvimento territorial – logo de desenvolvimento social, cultural e económico – recaindo sobre eles grande parte das estratégias de planeamento e ordenamento do território.

Sob a forma de ocorrências hidrominerais, as nascentes sinalizam complexos processos que ocorrem em profundidade, cuja análise implica a compreensão acerca da geologia, da litologia, da tectónica, da estratigrafia e dos sistemas de água subterrânea que estão na base do surgimento de pontos de emergência de água à superfície.

Fortemente dependente de um conjunto de interações hidrológicas e biológicas que ocorrem no subterrâneo e que são responsáveis não só pela mineralização da água, mas também pela estabilidade das suas características físico-químicas, as “águas minerais” representam um infinito campo de análise e exploração.

De acordo com a classificação de Valery Ivanov “há uma regularidade universal na distribuição dos diferentes tipos de água mineral, observando-se características semelhantes quando são semelhantes as condições geoquímicas e geo-estruturais” (Calado, 1995, p. 7). Para este hidrologista, a mineralização das águas está dependente fundamentalmente de três fatores:

- (a) Vulcanismo activo recente: ocorrem águas muito quentes mineralizadas por influência de gases vulcânicos e termometamórficos. (...)
- (b) Processos magmáticos e termometamórficos profundos: neles é gerado CO₂ que se introduz na água subterrânea de origem e composição química primária diferentes. (...)
- (c) Ausência de magmatismo e de processos termometamórficos: aqui a mineralização da água resulta, principalmente, da dissolução dos minerais que formam a rocha e de reacções bioquímicas (...) (Ivanov, 1979 como citado por Calado, 1995, p. 7).

Do ponto de vista regulamentar, o decreto lei n.º 90/90, que fixa o regime geral de aproveitamento dos recursos geológicos em Portugal, inclui nos recursos hidrominerais todas as águas minerais naturais e todas as águas minero-industriais que integram o domínio público do estado. Os dois tipos de água são “de circulação profunda, com particularidades físico-químicas estáveis”, que no primeiro caso evidenciam “propriedades terapêuticas ou simplesmente efeitos favoráveis à saúde” e no segundo caso “permitem a extracção económica de substâncias nelas contidas” (artigo 3º, decreto lei n.º 90/90).

A respeito das águas convém, porém, distinguir “água mineral” e “água termal”, uma vez que tendencialmente “água mineral é sinónimo de água engarrafada e água termal é frequentemente associada à imagem de uma água usada no termalismo, ou seja, em aplicações terapêuticas realizadas num balneário termal” (ERHSA, 2002, p. 6).

Ora, “por termal deve entender-se, do ponto de vista geológico, uma água com temperatura de emergência superior à temperatura média anual do ar na região, ou, adoptando o critério proposto por White (1957), em que a temperatura é \geq tmédia do ar + 5°C” (ERHSA, 2002, p. 6). São ainda consideradas termais “as águas que excedam mais de 4°C” (Schoeller, 1962, como citado por Calado, 1995, p. 8).

Por seu turno, e quando enquadrada numa perspectiva estritamente geológica “só deve designar-se por água mineral uma água cuja mineralização total, ou alguns dos seus componentes, excede o que se pode considerar normal para águas subterrâneas. Por exemplo: mineralização total >1000 mg/l; total de CO₂ livre >1000 mg/l” (Calado, 1995, p. 8).

Todavia as definições que até aqui têm vindo a ser convocadas assentam numa perspectiva exclusivamente hidrogeológica. Importará, contudo, estender o âmbito das concepções também aos seus usos e apropriações.⁶

167

No quadro da legislação portuguesa, a definição do conceito observou sempre uma forte relação entre as suas propriedades e o seu uso para fins terapêuticos.

Em 1962 a legislação em vigor definia como “Águas minerais, ou minero-medicinais, as águas naturais cuja constituição físico-química permita que lhes sejam atribuídas propriedades terapêuticas” (decreto-lei n.º 44.437, 1962, como citado por Calado, 2001a, p. 23). Dois anos depois a sua definição era alargada a outras explorações: “serão ainda consideradas águas minerais naturais (...) as que forem utilizadas para a extração de sais” (decreto-lei n.º 45.551, 1964, como citado por Calado, 2001a, p. 23).

A legislação em vigor vem substituir o termo “Água mineromedicinal”, por “Água mineral natural” propondo, assim, a seguinte definição:

Água mineral natural» [é toda] a água de circulação subterrânea, considerada bacteriologicamente própria, com características físico-químicas estáveis na origem, dentro da gama de flutuações naturais, e de que

⁶ A genealogia da prática termal é sumariamente tratada no capítulo IV da presente investigação.

resultam propriedades terapêuticas ou simplesmente efeitos favoráveis à saúde (Decreto-Lei n.º 90/90, artigo 3º).

A exploração e administração das águas minerais naturais para efeitos terapêuticos é feita em balneários e termas, enquanto que as que têm “simplesmente efeitos favoráveis à saúde” estão na base da indústria de água engarrafada (Calado, 2001a).

No contexto da presente investigação (que considera as nascentes como objeto/recurso natural e objeto social), interessa-nos sobretudo a versão mais lata do conceito que incorpora, para além da sua matriz mineral, o uso e apropriação que delas se faz para fins terapêuticos.

Do ponto de vista hidrológico as nascentes representam “descargas naturais do sistema subterrâneo” (Calado & Chambel, 2003, p. 2), sendo portanto distintas das “águas vulgares”. A sua composição química “é a assinatura de um longo processo hidrogeoquímico, ou seja: é a marca da sua vida geológica” (Calado, 1995, p. 7).

As características físico-químicas de cada tipo de água estão assim fundamentalmente dependentes do ambiente litológico e geo-estrutural por onde circulam, pelo que a base explicativa para a concentração de nascentes de água minerais e seu alto teor de mineralização no distrito de Beja e em particular no concelho de Mértola está relacionada com os seguintes fatores:

- i) a presença de alguns acidentes tectónicos, designadamente de falhas ativas que permitem que as águas aflorem à superfície em determinados pontos;
- ii) e o efeito da Faixa Pirítica Portuguesa (FPI) sobre a composição física e química das águas em estudo;

A sul do Tejo, a região de Beja assinala a maior convergência de nascentes com reportado uso terapêutico (Fig.18). Em algumas delas existiram pequenos balneários com concessão de exploração. Na maioria dos casos, todavia, foi o conhecimento empírico das suas propriedades medicinais que validou as águas da nascente, dando origem à sua apropriação informal por parte da comunidade local que ali improvisou as “suas termas”.

Fig. 18. Enquadramento das nascentes no distrito de Beja

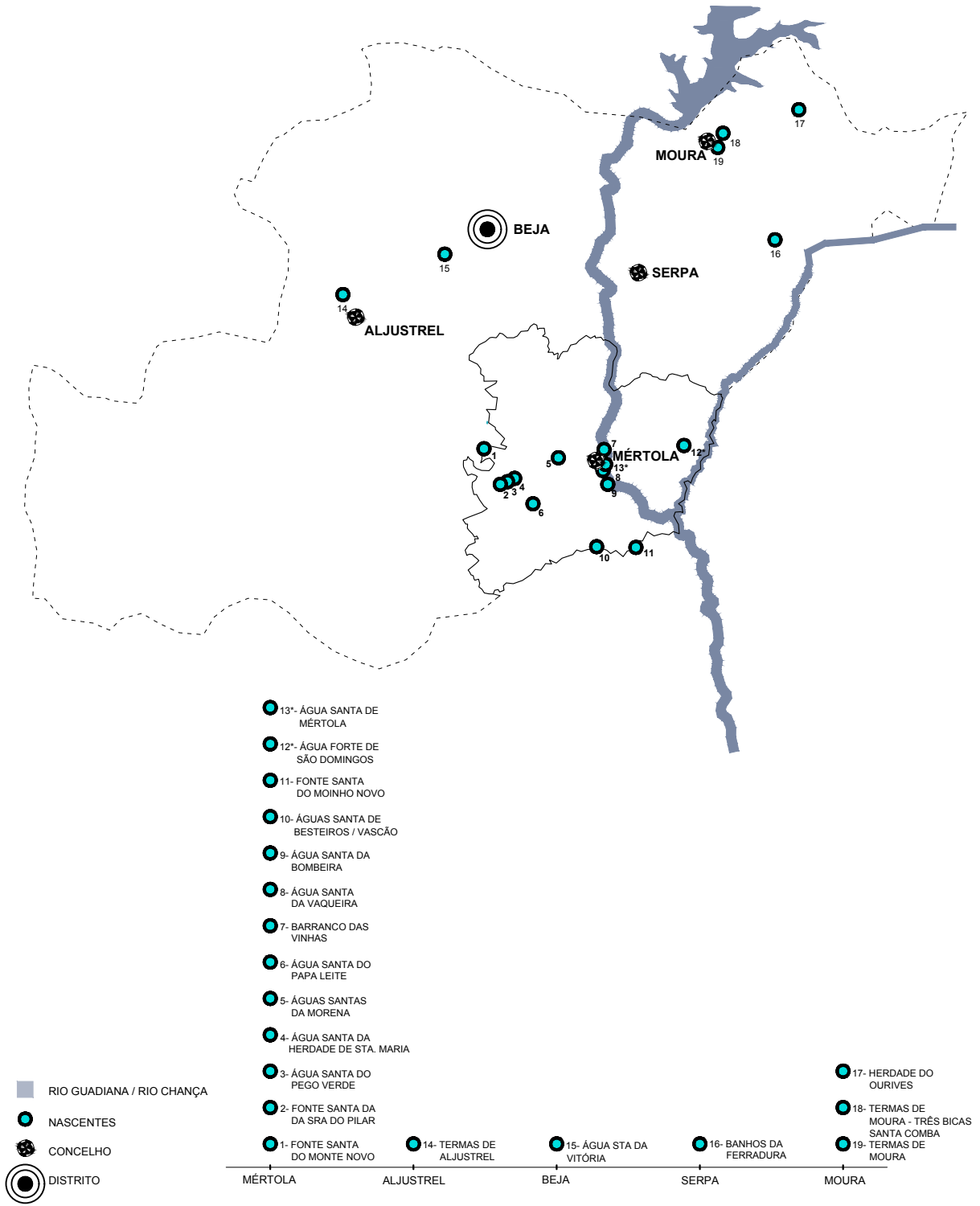


Fig. 19. Enquadramento das nascentes no distrito de Beja

● MÉRTOLA



1



2



3



4



5



6



7



8



9



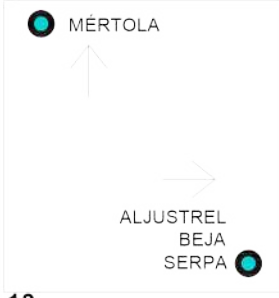
10



12



13



13



14



15



16



17



18



19

→
MOURA ●

Foram apurados dezanove casos em todo o distrito de Beja⁷, distribuídos por cinco concelhos – Moura, Serpa, Beja, Aljustrel e Mértola – onde se localizam treza das nascentes identificadas (Fig. 18 e 19).

Com a exceção das Termas de Moura, Santa Ana e Aljustrel (que deteve por um período limitado de tempo alvará de exploração), a maioria dos casos pertence ao domínio do termalismo popular, cujo persistente uso por parte das comunidades locais foi modelando o protocolo de funcionamento destes lugares, correspondendo estes genericamente ao grupo das:

(...) nascentes ignoradas ou mal conhecidas, apenas entregues a velhas crenças populares ou, quando muito, a um conhecimento muito empírico das suas propriedades terapêuticas.
É a nós que nos cabe a responsabilidade da especulação científica, porquanto a história das termas mais notáveis começa sempre pelo simples, remoto e vago (Almeida, 1962, p. 5).

A bibliografia clássica dedicada ao tema identifica algumas das nascentes da região. Nos estudos, inventários e relatórios de Luís Acciaiuoli (1940a, 1940b, 1941, 1942, 1944) podem encontrar-se referências recorrentes às nascentes de Moura, Beja e Aljustrel. No entanto, as nascentes de Mértola só começam a ser objeto de estudos hidrogeológicos na década de 1990 ainda que sejam referidas em obras anteriores (Boiça & Barros, 1995; SPP, 1918), como apontaremos adiante com maior detalhe.

171

Em Moura assinalam-se três casos: a fonte Santa Ana, a nascente da fonte de Santa Comba e Três Bicas (que alimentava as termas de Moura) e a água de Pisões-Moura. As duas primeiras eram usadas para a prática termal, a terceira destinada à indústria do engarrafamento.

Surgem referenciadas num abundante conjunto de estudos e relatórios hidrogeológicos e o seu uso para fins terapêuticos está documentado desde o século XIX, época (1852) em que foi “indicada pela medicina para residência de saúde da princesa D. Amélia, filha de D. Pedro IV” (SPP, 1918, p. 15).

Sobre o primeiro caso Acciaiuoli reporta o seguinte: “A Fonte de Santa Ana é uma pequena estância termal “com frequência reduzida e na sua quase totalidade constituída por gente de classe pobre com residência na freguesia de Amareleja” (1942, p. 37). Localizada na Herdade do Ourives, a sua concessão data de 1893 tendo estado presumivelmente em funcionamento até 1968, ano em que se declaram abandonadas. Da antiga pousada e balneários que ali existiam “resta hoje um triplo arco, que serviu em tempos de portaria ao jardim”

⁷ Os casos identificados foram extraídos da lista de estudos e inventários sintetizados na Fig. 21 do presente capítulo.

(Bastos, Quintela & Matos, 2002)⁸ e um extenso varandim coberto por uma pérgola onde no topo sobressai a nascente.

As suas águas foram maioritariamente usadas no tratamento de reumatismos e dermatoses, ainda que Contreiras (1937) refira igualmente as suas qualidades e benefícios no tratamento de problemas gastrointestinais.

No centro de Moura, a nascente da fonte de Santa Comba e Três Bicas deu origem ao estabelecimento termal, estrutura explorada diretamente pela Câmara Municipal de Moura por alvará a partir do ano de 1906. (Acciaiuoli, 1942). Ainda em Moura, a terceira nascente que surgia mencionada nos relatórios de inspeção anual de Acciaiuoli destinava-se à indústria do engarrafamento, único caso na região de exploração de águas de mesa.

Situada na Herdade de Barros e Ferradura, junto à povoação de Vila Verde de Ficalho, concelho de Serpa, a poça onde brotam as três nascentes é assinalada por um muro baixo que protege todo o perímetro da escavação. Usada há mais de um século, a notícia mais antiga sobre estas águas é publicada no relatório de inspeção de Luís Acciaiuoli do seguinte modo:

A pouco mais de três quilómetros da Vila Verde de Ficalho, na herdade da Ferradura, brotam as nascentes de águas minerais que tomaram aquele nome. Têm sido aplicadas no tratamento dos reumatismos e nas doenças de pele, sendo procuradas por gente humilde e de fracas poses, que se instala em barracas feitas de mató e raramente aparece uma de lona. O sistema é bastante primitivo, sendo a água transportada em vasilhas do poço onde nasce para as banheiras⁹ (Acciaiuoli, 1947, como citado por Bastos, Quintela & Matos, 2002).

172

Ativa até ao ano de 2008, a este lugar rumaram milhares de pessoas vindas de todo o país para tratar diversas doenças. Os aquistas traziam de suas casa, “a cama, fôgão e todos os apetrechos para uma estadia de 15 ou mais dias”¹⁰ (Bastos, Quintela & Matos, 2002). Acampavam na proximidade da poça para facilitar a preparação dos banhos, enchendo banheiras e bidões com água da nascente (aquecidas por meio de fogo direto) para tomarem o seu banho de imersão.

Em 2000, num artigo intitulado “O “milagre” das águas da Ferradura” reportava assim a tradição dos banhos:

Os banhos da Cabrinha, como eram então designados, tomaram um carácter regular há cerca de 90 anos. Hoje, o poço transformou-se em local de romaria, em meados de Agosto, embora já não tenha a dimen-

⁸ Consultar em: http://www.aguas.ics.ul.pt/beja_ourives.html

⁹ Consultar em: http://www.aguas.ics.ul.pt/beja_ferradura.html

¹⁰ Consultar em: http://www.aguas.ics.ul.pt/beja_ferradura.html

são de há 30 anos, quando, num espaço de três hectares, se chegavam a juntar mais de mil pessoas¹¹ (Dias, 2000).

No concelho de Beja, os banhos da Vitória, único caso de águas com benefícios terapêuticos que se conhece até à data no concelho, há muito que deixaram de existir. A sua existência é porém mencionada em diversos estudos e relatórios (Contreiras, 1937; Acciaiuoli 1944) e também na cartografia, como é no caso da Carta de Nascentes Minerais (Calado, 1992) e na respetiva nota explicativa (Calado, 1995).

Inativa há mais de setenta anos nem sequer a nascente se consegue já distinguir por entre a seara que domina a Herdade do Monte da Vinha, onde se localiza. De acordo com o seu historial esta nascente terá tido o mesmo tipo de uso e apropriação que as Águas da Ferradura, ou as Águas de Mértola¹²:

Era sobretudo utilizada para banhos. Os aquistas acampavam em redor do poço e no montado anexo, trazendo as banheiras e tinas de casa, e aqueciam a água em caldeiras¹³ (Bastos, Quintela & Matos, 2002)

À semelhança dos casos anteriores, as suas águas tratavam problemas de reumatismo e afeções de pele.

Em Aljustrel, o remoto uso e apropriação das águas da nascente que ali existe¹⁴ está diretamente relacionada com a atividade mineira do concelho que remonta ao período romano. O seu uso para fins terapêuticos é mencionado no mais antigo inventário de águas medicinais em Portugal, do século XVIII, o *Aquilégio Medicinal*, e nele pode ler-se a seguinte descrição:

(...) é uma água crassa e tão ingrata que nenhum animal a bebe; e pela sua austeridade, ou aspereza, lhe chamam água azeda. Mas tem muitas virtudes medicinais: porque bebida, é um excelente vomitório, pronto, e eficaz, com que se curam sezões, e se curarão muitos outros achaques a que vomitar seja remédio. É remédio de chagas, ainda que antigas, e de todos os males cutâneos, até da lepra, no que há inumeráveis experiências (Henriques, 2014 [1726], pp.216-217).

Referido em inúmeras publicações (memórias paroquiais de 1758; Tavares, 1810; Accioui, 1944) o sítio da nascente foi sendo sempre referenciado pela longa prática de banhos com propósitos terapêuticos. Até 1840 nenhuma comodidade havia junto à nascente, tendo sido ordenado tempos mais tarde pelo prior de Aljustrel a construção de dois tanques para onde era encaminha-

¹¹ Consultar em: <https://www.publico.pt/2000/08/24/jornal/o-milagre-das-aguas-da-ferradura-147874>

¹² O protocolo que configura a prática dos banhos populares é abordado no capítulo IV do presente tomo/caderno, apresentando-se no capítulo seguinte uma descrição detalhada do caso da Água Santa da Herdade de Sta, Maria, em Mértola.

¹³ Consultar em: http://www.aguas.ics.ul.pt/beja_vitoria.html

¹⁴ A nascente localiza-se a aproximadamente 2 km do centro, em direção a São João de Negrilhos pela estrada nacional.

da a água e outros dois novos espaços de banho (Bastos, Quintela & Matos, 2002). Em 1861 é abandonado o sítio original dos banhos (junto à Ermida de São João do Deserto) e constroem-se novas instalações a sensivelmente um quilómetro para jusante, no barranco da Água Azeda. Desta nova configuração faziam parte uma capela, um balneário com cerca de seis banheiras e uma outra construção autónoma onde funcionava a hospedaria dos aquistas. Apesar dos esforços para proporcionar melhores condições à prática termal, em 1944 a situação dos banhos de Aljustrel era descrita deste modo por Acciaiuoli:

O serviço destes banhos é imundo e repugnante: os banhos só são despejados e limpos de dias a dias, às vezes com intervalos de semanas. Apenas um doente sai, logo outro entra, e, como as banheiras têm capacidade para isso, entram, de uma só vez, de duas a quatro pessoas, que ali ficam em íntimo contacto (...)" (Acciaiuoli 1944, vol. 2, p. 153).

Porém, em sequência da emissão do alvará de exploração em 1948, uma nova intervenção no final dos anos 50 deu lugar à construção de novos balneários. Apesar da melhoria das condições de hospedagem e das infraestruturas de captação de água, as termas de Aljustrel haveriam, contudo, de encerrar em definitivo na década de 60.

O expressivo número de nascentes com propriedades minerais no concelho de Mértola não é todavia mencionado na literatura clássica dedicada ao tema das águas mineromedicinais. Nenhuma delas é referenciada (como as outras nascentes do distrito de Beja) em obras como é exemplo o *Aquilégio medicinal* (Henriques, 1726), primeira publicação em Portugal a identificar os casos de água com virtudes medicinais existentes em todo o reino, nem em estudos posteriores de Francisco Tavares (1810) ou de Francisco Assunção (1845), que escreve particularmente sobre as águas minerais no Alentejo.

A omissão acerca da existência destas nascentes persiste igualmente em obras posteriores. Em quaisquer dos trabalhos de Amaro de Almeida (1964, 1966) ou de Luís Acciaiuoli (1949, 1950, 1952a, 1952b, 1957-58), os dois com uma extensa obra dedicada à prospecção, inventariação e aprofundamento do conhecimento sobre as águas mineromedicinais em Portugal, nenhuma destas ocorrências hidrominerais é referida. É somente no final do século XX e princípios do século XXI que aparecem documentadas, por um conjunto de estudos de hidrologia e antropologia, o significativo número de nascentes com reportado uso terapêutico existentes na região.

Porém, se no âmbito da hidrogeologia e hidrologia as referências às nascentes de Mértola são recentes, em documentos de natureza histórica verificam-se menções a algumas das nascentes de “águas especiais” no concelho.

Conforme aludimos no capítulo anterior, a primeira referência que dá conta da existência de nascentes e fontes com propriedades curativas no concelho de Mértola, figura nas *Memórias paroquiais* de 1758 (Boiça & Barros, 1995). Século e meio depois, em 1918, na obra *Águas e Termas Portuguesas*, surge nova menção a três nascentes com propriedades terapêuticas no concelho, conforme se transcreve:

(...) no concelho de Mértola existem várias nascentes de águas minero-medicinais, sulfúreas, uma na margem esquerda do Guadiana, muito próxima da sede do concelho; outra na chamada ribeira de Oeiras, a 12 quilómetros da vila; e outra ainda na mesma ribeira, próximo do chamado Monte das Morenas (SPP, 1918, pp. 15-16).

Pela descrição feita, tudo leva a crer que as nascentes sobre a ribeira de Oeiras, a que o autor se refere, digam respeito à Água Santa da Herdade de Sta. Maria (um dos três casos mais conhecidos no concelho) e à Água Santa da Morena, uma vez que a referência ao Monte na proximidade com a mesma designação não suscita grandes dúvidas. No que se refere à terceira nascente mencionada, localizada na margem do Guadiana junto a Mértola, presumimos que possa estar relacionada com a “Água Santa de Mértola”¹⁵, ponto de emergência que é somente referido no inventário “O novo aquilégio” (Bastos, Quintela & Matos, 2002), sendo desconhecida da população em geral e da própria autarquia, como o próprio estudo sugere.

Ao contrário das demais nascentes, a sua localização é difícil de determinar, uma vez que se encontra praticamente submersa, sendo somente visível quando o rio regista níveis muito baixos do seu caudal. A dificuldade em localizá-la e em proceder a recolhas para análise, poderão justificar a razão pela qual a Água Santa de Mértola nunca foi considerada nos inventários e estudos hidro-lógicos realizados até à data.

Dentro deste âmbito, a primeira publicação que assinala cinco dos treze casos identificados, é a Carta de Nascentes Minerais (Fig. 20)¹⁶ (Calado, 1992) e respetiva notícia explicativa (Calado, 1995). Nela figuram a Água Santa da Herdade de Sta. Maria, a Água Santa da Morena, a Água Santa de Besteiros/Vascão, o Barranco das Vinhas e, por fim, a Água Forte de São Domingos. Este último caso é todavia excluído do mais recente estudo e inventário de



Fig. 20. Carta de Nascentes Minerais. Fonte: (Calado, 1992).

¹⁵ Sobre as características da nascente conhece-se apenas o que foi publicado em (Bastos, Quintela & Matos, 2002): “O Sr. Morais (guia/informante) afirmou que esta água ainda era mais sulfúrea que a de Morena, com cheiro e sabor mais forte. Embora seja do tipo de afirmações comuns a nascentes vizinhas - “a rivalidade de vizinhos” - poderá também denunciar a pertença a um outro aquífero, de que fará parte o furo selado do Barranco da Vinha.”

¹⁶ A primeira carta portuguesa sobre águas minerais desenhada numa perspetiva hidrogeológica é elaborada por Luis Acciaiuoli e está integrada na obra *Le Portugal Hydromineral* (1952-1953). A esta sucede-lhe uma segunda carta da autoria de Fernando Moutinho de Almeida com a colaboração de Costa Moura em 1970. A terceira e última cartografia data de 1995 - Carta das Nascentes Minerais, e foi elaborada pelo geólogo Carlos Ascensão Calado, nela se identificando cinco das nascentes de Mértola.

que dispomos acerca das ocorrências hidrominerais no concelho de Mértola (Calado, 2003-2004).

No *Estudo do Recursos Hídricos Subterrâneos do Alentejo* (2002) a hesitação sobre o seu potencial uso e exploração é expressa da seguinte forma:

Ocorre um pouco por toda a parte da área afectada pelos trabalhos da antiga Mina de S. Domingos(...). Trata-se de mais um caso de “água de mina” típica, portanto muito ácida, muito mineralizada, e com concentrações elevadas de elementos metálicos, designadamente metais pesados.(...) O interesse económico de uma exploração termal baseada numa água com estas características é duvidoso, como se disse atrás, a propósito das águas das minas do Bugalho, da Ganhoteira e de Aljustrel mas não é uma hipótese a rejeitar completamente (ERHSA, 2002, pp. 110-111).

Num outro estudo, a perigosidade das águas é assinalada nos seguintes termos:

Evidenciam-se amplas superfícies não vegetadas afectadas por drenagem ácida de mina, relacionada com os métodos de processamento dos sulfuretos e com o controle de águas ácidas ao longo do vasto sistema de canais mineiros (Matos et al. 2003b). (...) No ranking de perigosidade ambiental realizado pelo ex-IGM (Oliveira 1997, Matos e Rosa 2001, Oliveira et al. 2002, ref. inc.) a mina de S. Domingos surge entre as que apresentam o grau de perigosidade mais elevado devido ao grande volume de escombrelas (>5Mt) e quimismo observado (Matos, Soares & Claudino, 2006, pp.743-744).

176

Assim, se é certo que a Água Forte de São Domingos¹⁷ é mencionada em diversos estudos, certo é também que ela deixa de constar na lista mais completa de que dispomos sobre águas potencialmente aptas para uso terapêutico no concelho (Fig. 21). Tal exclusão estará assim presumivelmente relacionada com os elevados componentes metálicos das suas águas, ao qual acresce a instabilidade das suas propriedades, cujo risco de toxicidade se considera elevado, considerando a atividade mineira que ali ocorreu.

Complementarmente a estes aspetos é importante ainda referir que, contrariamente aos outros casos e conforme observaremos adiante, esta água não se inscreve no grupo das típicas “águas sulfúreas” que caracterizam a maioria das nascentes da região, divergindo da uniformidade e da estabilidade dos parâmetros físico-químico que as qualificam.

Para além dos estudos referidos, assinalam-se como contributos posteriores à carta das Nascentes Minerais os seguintes trabalhos: as teses de doutoramento de António Chambel (1999) e de Carlos Calado (2001a), que incidem especificamente sobre a hidrologia deste território; o Projeto Águas Subterrâneas

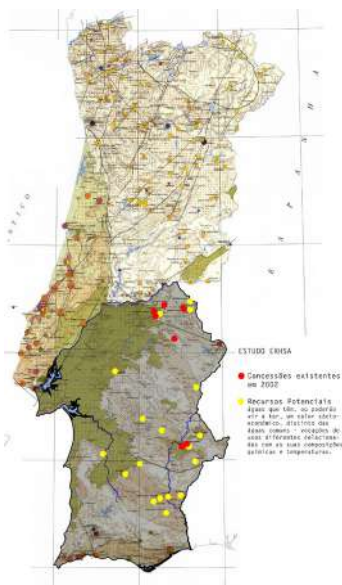
¹⁷ Fundamentalmente pelo uso terapêutico que as pessoas faziam dela tratando em geral “doenças da pele”.

do Concelho de Mértola¹⁸ (Chambel & Almeida, 1998), reativado posteriormente no âmbito do projeto Estudo dos Recursos Hídricos Subterrâneos do Alentejo (ERHSA, 2002), do qual tem particular interesse o anexo IV dedicado aos recursos hidrominerais; diversas comunicações¹⁹ relacionadas com as nascentes de Mértola e finalmente o estudo Potencialidades do Concelho de Mértola para o Termalismo (Calado, 2003 - 2004).

	1758	1918	1951	1992-1995	2001	2002	2003-2004
	MEMÓRIAS PAROQUIAIS	ÁGUAS E TERMAS PORTUGUEAS	CONTREIRAS	CARTA DAS NASCENTES MINERAIS E NOTÍCIA EXPLICATIVA	ERHSA	O NOVO AQUILÉGIO	POTENCIALIDADES DO CONCELHO DE MÉRTOLA PARA O TERMALISMO
1. FONTE SANTA DO MONTE NOVO							X
2. FONTE SANTA DA SRA. DO PILAR	X						X
3. ÁGUA SANTA DO PEGO VERDE	X						X
4. ÁGUA SANTA DA HERDADE DE STA. MARIA	X	X		X	X	X	X
5. ÁGUA SANTA DA MORENA	X	X		X	X	X	X
6. ÁGUA SANTA DO PAPA-LEITE						X	X
7. BARRANCO DAS VINHAS				X	X		X
8. ÁGUA SANTA DA VAQUEIRA							X
9. ÁGUA SANTA DA BOMBEIRA							X
10. ÁGUA SANTA DOS BESTEIROS/VASÇÃO				X	X	X	X
11. ÁGUA SANTA DO MOINHO NOVO							X
12. ÁGUA FORTE DE SÃO DOMINGOS	X		X	X	X	X	
13. ÁGUA SANTA DE MÉRTOLA		X				X	

Fig. 21. Síntese dos principais estudos e inventários com menção às nascentes de Mértola. ►

Fig. 22. Recursos hidrominerais no Alentejo. Fonte: adaptado de (ERHSA, 2002; Calado, 1992). ▼



No Estudo dos Recursos Hídricos Subterrâneos do Alentejo (Fig. 22) os cinco casos até então inventariados no concelho de Mértola são reconhecidos como “recursos potenciais” (anexo IV, 2002, p. 2), e por conseguinte potencialmente aptos ao aproveitamento termal, excluindo-se desta categoria as “águas destinadas a ser consumidas só como bebida(...) e as chamadas ‘águas de nascente’, as antigamente chamadas ‘água de mesa’ ”(ERHSA, 2002, p. 2).

O mesmo estudo alerta ainda para a necessidade de considerar perímetros de proteção dessas mesmas ocorrências, por forma a garantir “a defesa dos aquíferos envolvidos, designadamente a preservação da qualidade de cada uma das águas, bem como definir políticas de promoção do aproveitamento dos recursos que se encontram desperdiçados” (ERHSA, 2002, p. 1).

¹⁸ Este estudo visou a inventariação e a avaliação dos aspectos qualitativos das águas subterrâneas no concelho, tendo sido realizadas “217 análises físico-químicas laboratoriais, cobrindo estatisticamente todo o concelho”. (Chambel & Almeida, 1998, p.2) A coleta de água privilegiando furos camarários, poços camarários, furos, poços e nascentes particulares, resultou nas seguintes conclusões: As águas do concelho são maioritariamente cloretadas sódicas; Apresentam uma qualidade físico-química muito deficiente, e são em geral águas muito mineralizadas, principalmente aquelas que se localizam sobre a Formação da Faixa Piritosa.

¹⁹ Congressos hidrogeológicos internacionais (Chambel & Almeida 1998; Calado & Chambel, 1999; Calado & Chambel, 2003).

Contemporâneo do Estudo dos Recursos Hídricos Subterrâneos do Alentejo , o inventário O Novo Aquilégio (Bastos, Quintela & Matos, 2002) desenvolvido no âmbito das ciências sociais e já por diversas vezes citado, identifica outras duas nascentes (para além das cinco nascentes mencionadas nos estudos anteriores) – a Água Santa do Papa-Leite e a Água Santa de Mértola – esta última, todavia, apenas referida nesta pesquisa²⁰.

Por fim, o último estudo de âmbito hidrológico, (Calado, 2003-2004), considera um total de onze casos – quatro²¹ dos seis casos anteriormente mencionados e outros sete novos casos²². De acordo com este trabalho tratam-se de “11 sítios com águas que, já por tradição de uso terapêutico, e/ou pelas características químicas, se afigura terem possibilidade de aproveitamento termal, ainda que umas mais que outras.” (Calado, 2003-2004 (vol.1), p. 8). Neste estudo é ainda referido a presumível existência de uma outra nascente sobre a ribeira de Oeiras “a uma centena de metros, num sítio onde desagua o barranco que vem da Herdade de Santa Maria a que chamam ‘pegos dos porcos’ ”(Calado, 2003-2004 (vol.1), pp. 26-27), o que vem até certo ponto reforçar este território terapêutico que temos vindo a procurar revelar a partir da forte incidência de nascentes e a respetiva prática dos banhos.

²⁰ A escassa informação disponível acerca desta nascente está sistematizada nas “fichas de nascentes” que concluem o presente capítulo.

²¹ Os quatro casos existentes considerados são a Água Santa da Herdade de Sta. Maria, a Água Santa da Morena, a Água Santa do Papa-Leite e Água Santa de Besteiros/Vascão, excluindo-se provavelmente pelas razões anteriormente mencionadas a Água Forte de São Domingos e, a Água Santa de Mértola, pela impossibilidade do seu reconhecimento local.

²² Os sete novos casos são: Fonte Santa do Monte Novo, Fonte Santa da Sra. do Pilar, Água Santa do Pego Verde, Barranco das Vinhas, Água Santa da Vaqueira, Água Santa da Bombeira e Água Santa do Moinho Novo.

O caso particular das nascentes sobre a faixa piritosa

Do ponto de vista geológico (Fig. 23), o concelho de Mértola situa-se sobre a grande unidade geológica da Zona Sul Portuguesa (ZSP)²³, resultado de diversas formações metassedimentares que se “depositaram numa bacia intracontinental formada pela colisão dos continentes ‘Europa Média’ e ‘Europa do Norte/Ibérica do Sul’, acompanhada pelo fecho de um oceano Paleozóico” (Calado, 2003-2004 (vol. 2), p. 8).

Muito distinta das restantes unidades do Maciço Hespérico²⁴, quer pela litologia, ambiente geoquímico e estilo tectónico (Calado & Chambel, 2003), a ZSP ocupa o extremo sudoeste da cadeia hercínica (Chambel & Almeida, 1998a), um pronunciado relevo que se estende desde Portugal até à república Checa e que teve origem no período devónico²⁵. É estruturalmente subdividida em várias formações com características muito distintas entre si, a denunciar grande complexidade (Calado & Chambel, 2003) nela se distinguindo fundamentalmente três grandes unidades²⁶: a antiforma do Pulo do Lobo, a Faixa Piritosa e o grupo de “Flysch” do Baixo Alentejo.

Essencialmente composta por rochas metamórficas, a ZSP é abundante em xistos e em grauvaques, embora existam rochas quartzíticas e vulcânicas, associadas à cintura mineralizada da Faixa Piritosa Ibérica (FPI), uma das principais províncias metalogénicas do mundo.

A formação do Pulo do Lobo, embora considerada a mais antiga da ZSP (Calado, 2003-2004 (vol. 2)), é “ainda muito mal conhecida quanto à espessura e estrutura interna” (Chambel & Almeida, 1998a, p. 3). Ocupa a ala Norte do Concelho (Fig. 24) e é caracterizada fundamentalmente “por uma sequência monótona de filitos e alguns quartzitos [apresentando] alguns níveis de rochas vulcânicas ácidas e básicas(...)” (Chambel & Almeida, 1998a, p. 3).

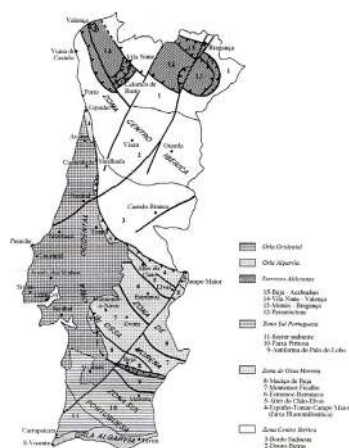


Fig. 23. Unidades geológicas. Fonte: (Calado, 2001a).



Fig. 24. Geologia do concelho de Mértola. Fonte: (Chambel, 1999).

²³ Do ponto de vista litológico, a ZSP é composta por metassedimentos do Paleozóico, essencialmente xistos e grauvaques. É uma zona estruturalmente muito complexa. Subdivide-se em vários domínios, cada um deles com características particulares – sendo um precisamente a Faixa Piritosa Ibérica (FPI). As restantes formações são: formação do Pulo do Lobo, formação Filito-Quartzítica (FFQ), o Complexo Vulcano-Sedimentar (CVS), a Formação de Freixial (FF), a formação de Mértola (FM) e parte da formação de Mira (FMi), estas duas últimas já fazendo parte do chamado grupo Flysch do Baixo Alentejo.

²⁴ O maciço hespérico corresponde do ponto de vista geográfico à Península Ibérica, caracterizada por uma estrutura complexa constituída por diversas litologias que se encontram fortemente deformadas e fraturadas, pondo em evidência a enorme atividade de movimentos e forças que as influenciaram. Dividido em várias zonas geotectónicas, no território Português, identificam-se a Zona Asturocidental-Leonesa (ZAWL), a Zona Centro Ibérica (ZCI), a Zona da Ossa Morena (ZOM) e a Zona Sul Portuguesa (ZSP). Na ZCI existe ainda a Zona Galiza Trás-os-Montes (ZGTM) (Farias et al. 1987).

²⁵ Na escala do tempo geológico, o período devónico corresponde à Era Paleozóica. Integrou um período de aproximadamente 56 milhões de anos (compreendido entre os 416 milhões e 359 milhões de anos) caracterizado por muitas alterações geológicas.

²⁶ Embora se mencionem três unidades, a ZSP integra ainda uma quarta formação – o setor Sudoeste, caracterizado por uma “sedimentação siliciclástica em ambientes de margem continental, durante o Devónico Superior, à qual se seguiu o desenvolvimento de uma plataforma mista argilocarbonatada, que se manteve estável até ao Namuriano Superior, altura a partir da qual passou a ficar integrada na bacia profunda com sedimentação turbidítica.”(CFFH, 2017, p. 5).

A faixa Piritosa Ibérica (FPI) (Fig.25), um dos mais relevantes domínios da ZSP, é representada por uma cintura vulcânica de grande dimensão, compreendendo uma área “muito rica em depósitos de sulfuretos metálicos com destaque para a pirite” (Calado & Chambel, 2003, p. 2). Nela se concentram “um conjunto de unidades intensamente ligadas a vulcanismo activo, muito variadas do ponto de vista cartográfico e muito intensamente fracturadas” (Chambel & Almeida, 1998a, p. 4), de que fazem parte as formações²⁷ de Barranco do Homem, a formação Filito-Quartzítica (P.Q.) e o Complexo Vulcano-Sedimentar. (CVS). A excepcionalidade das suas características e a consequente influencia que exerce sobre a mineralização das nascentes do concelho de Mértola são, por isso, motivo de maior aprofundamento mais adiante.

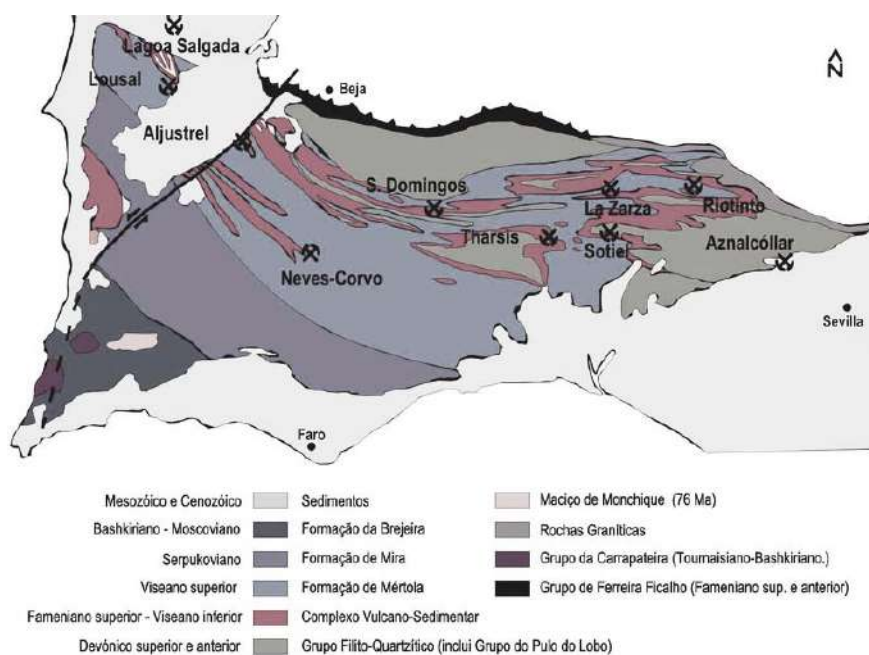
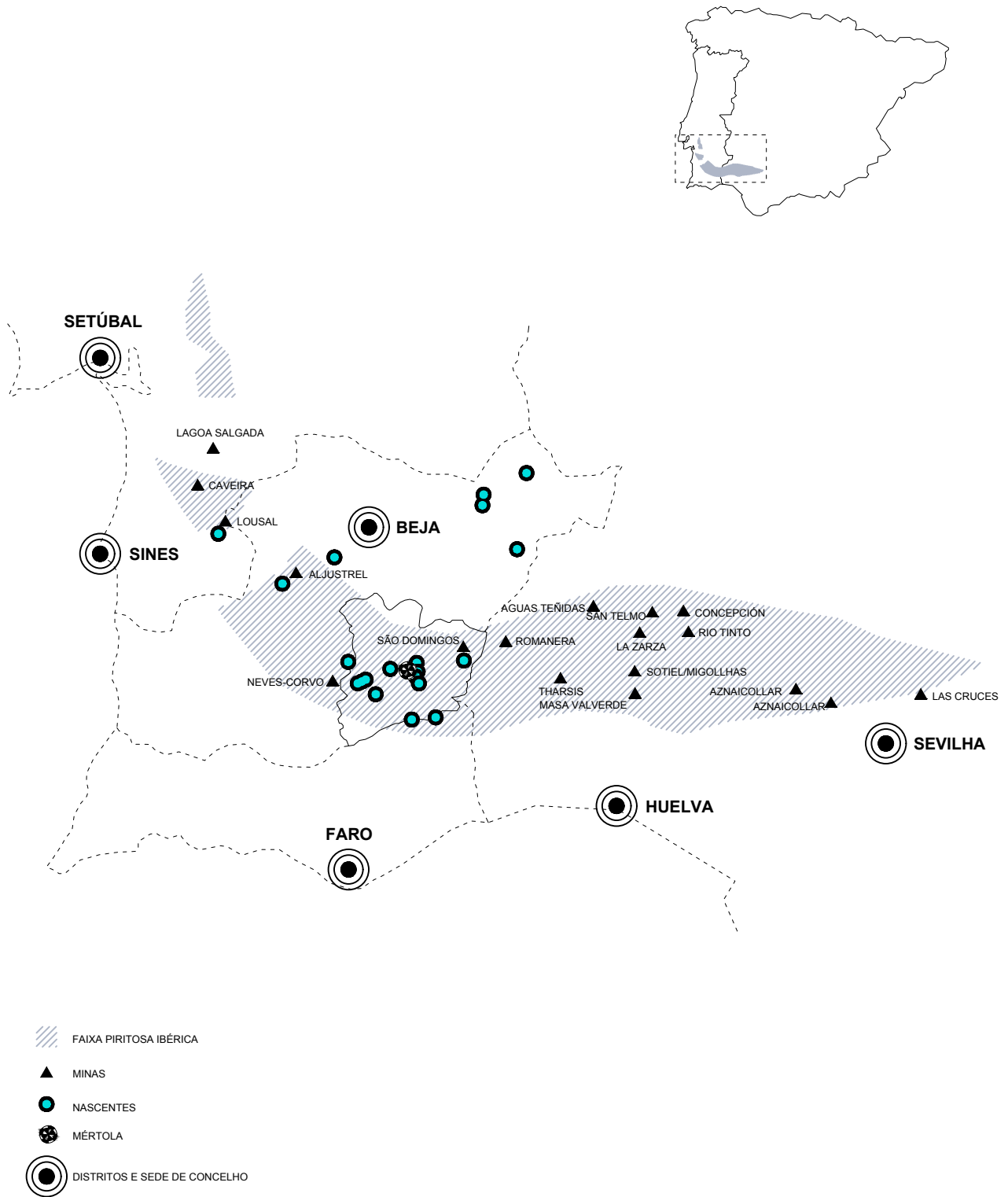


Fig. 25. Faixa Piritosa Ibérica. Fonte: (Oliveira et al. 2014).

Finalmente, o grupo “Flysch”, situado a sul da Faixa Piritosa alentejana, domina em extensão grande parte do concelho. Composto pelos “sedimentos mais recentes da Zona Sul Portuguesa (ZSP)” (Chambel & Almeida, 1998b p. 420), integra na sua estratificação a Formação de Mértola (FM) e parte da Formação de Mira (Calado, 2003-2004 (vol. 2)), bem como a formação Brejeira (Oliveira et al., 1979, Chambel 1999). É constituída por xistos, pelitos e grauvaques e “apresenta deformação particularmente acentuada, tornando difícil definir a sua espessura, a qual deverá ser próxima dos 1000m” (Oliveira, 1983, como citado por Chambel & Almeida, 2003, p. 5).

²⁷ Para além das formações mencionadas por Chambel & Almeida (2003), num outro estudo estão incluídas outras formações, conforme parágrafo que se transcreve: “Considera-se aqui a Faixa Piritosa com os limites assinalados na Carta Geológica de Portugal na escala 1:500.000 (edição de 1992), ou seja, integrando, da formação mais antiga à mais moderna: a Formação Filito-Quartzítica (FFQ), o Complexo Vulcano-Sedimentar (CVS), a Formação de Freixial (FF), a Formação de Mértola (FM) e parte da Formação de Mira (FMi), estas duas últimas já fazendo parte do chamado ‘grupo flysch do Baixo Alentejo’” (Calado & Chambel, 2003, p.4).

Fig. 26. Enquadramento das nascentes e minas sobre a faixa piritosa ibérica



Importará, porém, aprofundar com maior detalhe o caso da Faixa Piritosa Ibérica, atendendo à sua influência sobre as propriedades das águas das nascentes de Mértola que, como é referido no estudo ERHSA, “tem a sua mineralização controlada pelas características geoquímicas muito particulares da Zona Sul Portuguesa (ZSP), sobretudo com os terrenos da chamada Faixa Piritosa do Alentejo” (2002, p. 101).

Com “estatuto de província metalogenética de classe mundial” (Matos & Martins, 2006, p. 290), a Faixa Piritosa Ibérica é assinalada por uma faixa em que “a sua geometria forma um largo arco com cerca de 300 km de comprimento e 30 a 60 km de largura que se estende desde Sevilha até à região de Marateca-Águas de Moura (Barriga et al. 1997, Oliveira et al. 1998, 2001, Silva 1998, como citado por Matos & Martins, 2006, p. 290), onde se concentram em quantidade e diversidade um conjunto de metais básicos (Cobre (Cu), Zinco (Zn), Chumbo (Pb), Estanho (Sn), Prata (Ag), Ouro (Au), Ferro (Fe), Cobalto (Co), Cádmio (Cd), Bário (Ba)) e de outros elementos como o enxofre (S). (Guita, 2011), para além da abundante presença de pirite (Arroyo, 2008), intensamente explorada, (juntamente com o cobre e enxofre), em sequência da revolução industrial do século XIX (Matos & Martins, 2006).

Prova dessa forte convergência e incidência de metais e minérios é-nos justamente revelada pela intensa atividade de mineração que dominou toda a FPI a partir do século XIX, testemunhada pelo expressivo número de minas que foram colonizando a região do Alentejo em Portugal e a região da Andaluzia em Espanha (Fig. 256), exploradas tanto a céu aberto como em subterrâneo, “extraindo-se, com técnicas modernas, grandes volumes de minério com vista à obtenção de cobre, pirite e enxofre (Matos & Martins, 2006, p. 290).

182

Remontam todavia ao período calcolítico os indícios de exploração mineira, sobre a Faixa Piritosa Ibérica, atividade que se verifica igualmente durante a ocupação por tartéssios, fenícios e cartagineses (Oliveria & Matos, 2002, como citado por Matos & Martins, 2006). Durante a época romana, a intensa exploração incidiu sobretudo sobre vários chapéus de ferro, de que são exemplo São Domingos²⁸, Aljustrel e Caveira, em Portugal, e Rio Tinto e Tharsis, em Espanha (Matos & Sousa, 2006, 2008), optando os povos árabes por “negociar em entrepostos [caso de Mértola], os concentrados de metais extraídos pelas populações autóctones” (Matos & Martins, 2006, p.290). Como já anteriormente fizemos referência, a exploração é posteriormente retomada com grande intensidade no século XIX. Em Portugal, “a lavra operada em S. Domingos, Aljustrel, Caveira e Chanca estende-se posteriormente, durante o início do século XX, às minas de Lousal e Montinho situadas no sector NW

²⁸ Sobre a exploração da mina de São Domingos, consultar, em específico, Capítulo II da presente dissertação.

da FPI” (Matos & Sousa, 2006, p. 290). Já no século XX a atividade mineira ficou condicionada à evolução dos mercados de metais, verificando-se um claro decréscimo a partir dos anos 80, razão pela qual no ano de 2004 “apenas a mina de Neves Corvo se mantinha em operação” (Matos & Sousa, 2008, p.1). Nos anos 90 a FPI era “fonte de cerca de 65% do cobre, 69% do estanho, quase 30% do zinco, 8% do chumbo, 14% do ouro e 28% da prata produzidos na União Europeia” (Costa, 1998, comunicação oral, como citado por Relvas, 2000).

Estamos, por conseguinte, perante a confirmação da intensa exploração da Faixa Pirítica Ibérica.

Do ponto de vista da matéria extraída, distinguem-se distintos produtos de acordo com as épocas de exploração. Durante a época romana a atividade estava orientada para a extração de metais preciosos e de cobre, ao passo que no auge da atividade mineira, durante o século XIX e princípios do século XX, toda a exploração se concentrou na pirite e nas zonas mais ricas em cobre. Findo o período de extração da pirite sobreviveram apenas as minas que dispunham de alguns depósitos de metais base (Cu, Zn, Pb) e ouro. (Arroyo, 2008, p. 14).

Em Portugal, durante o período áureo, as minas que existiram no âmbito da FPI foram as de Lousal, Aljustrel, Neves-Corvo e São Domingos, enquanto que em Espanha contabilizam-se mais de vinte jazigos onde existiu atividade mineira intensa, entre as quais se podem destacar os de Rio Tinto, Tharsis, Aznalcollar - Los Frailes e Sotiel - Migollas. (Matos & Sousa, 2008)

183

Na sua extensa superfície, com cerca de 12.500 Km² depositam-se mais de 2 500 milhões de toneladas métricas (Mt) de sulfuretos maciços, distribuídos ao longo de noventa jazigos conhecidos (Matos & Martins, 2006), cerca de 1700 de toneladas de pirite (Guita, 2011), correspondendo estes números a 22% dos depósitos de sulfuretos de todo o mundo (Laznicka, 1999, como citado por AA.VV, 2007).

Presume-se que esta enorme jazida de metais tenha tido origem na atividade hidrotermal submarina que há cerca de 360 milhões de anos terá produzido o seguinte efeito:

(...) a actividade hidrotermal submarina trouxe da profundidade geológica em fusão massas de água a muito elevadas temperatura (300 a 400 ° C) e pressão, capazes de arrastar em solução grandes quantidades de sulfuretos dissolvidos (principalmente o sulfureto de ferro ou pirite – FeS₂, com quantidades menores de cobre, zinco, chumbo, estanho, arsénio, prata, ouro, cobalto, cádmio, etc.) que, ao atingirem a superfície do fundo marinho, libertam por precipitação os sulfuretos que não

podem continuar dissolvidos num líquido muito mais frio e menos denso (Guita, 2011, p. 4).

Esta formação conheceu assim a sua génese em espessas massas mineralizadas, cuja evolução geológica haveria de dar origem à Zona Sul de Portugal, e à Faixa Piritosa Ibérica (Guita, 2011), esta última caracterizada por “um volume de metais verdadeiramente extraordinário que denuncia a elevada produtividade da actividade hidrotermal mineralizante nesta bacia (...)” (AA.VV, 2007, p. 1).

A abundância, dimensão e densidade de matéria metalífera e mineral que caracterizam a Faixa Piritosa Portuguesa FPI representam assim “um caso de invulgar sucesso relativamente à reunião, no espaço e no tempo, de condições excepcionalmente favoráveis para a formação e preservação deste tipo de minérios” (Barriga, 1990; Oliveira et al., 2006, como citado por AA.VV, 2007, p. 1).

Atualmente, os minérios de zinco e cobre são ainda explorados em Portugal nas minas de Neves-Corvo e Aljustrel. Simultaneamente, ocorrem outros metais de alta tecnologia como índio e selénio, identificados por exemplo em Neves-Corvo e na Lagoa Salgada também sob o domínio da Faixa Piritosa Ibérica. (Pinto et al., 2014; Oliveira et al., 2013).

184

Esta excepcional condição geológica – a FPI, que vem sendo tratada nos parágrafos anteriores – estende-se também às propriedades das águas subterrâneas que circulam por entre as estratificadas e densas massas de rochas, metais e minérios que a compõem, sendo assim influenciadas por elas. De resto, a avaliação sobre os processos de interação água-rocha, foi abordada em alguns estudos hidrogeológicos (Chambel & Almeida, 1998; Calado & Chambel, 1999, 2003; Chambel & Almeida, 2000) que a partir de modelos geoquímicos concluíram que a composição das águas de algumas nascentes de Mértola pode em grande parte ser explicada pela dissolução de alguns minerais presentes na FPI, desencadeando por sua vez outras reações responsáveis pelo quimismo destas águas.

Por esta razão, o conjunto das nascentes identificadas no concelho de Mértola, inseridas a maior parte dela sobre a Faixa Piritosa alentejana, formam, também elas, “uma pequena província hidrogeoquímica sem paralelo no território português” (Calado & Chambel, 2003, p. 1), como adiante se observa mais aprofundadamente.

Por um novo reconhecimento das nascentes: de pontos a uma constelação

As nascentes de água mineral existentes no concelho de Mértola distribuem-se por uma extensa área de aproximadamente 450 Km² (Calado & Chambel, 2003) e todas elas terão sido procuradas para fins terapêuticos (Bastos, Quintela & Matos, 2002; Calado, 2003-2004) com a exceção do caso do Barranco das Vinhas, “revelada ocasionalmente em 1983 através de um furo de pesquisa de água potável para a Câmara Municipal de Mértola” (Calado & Chambel, 2003, p. 2).

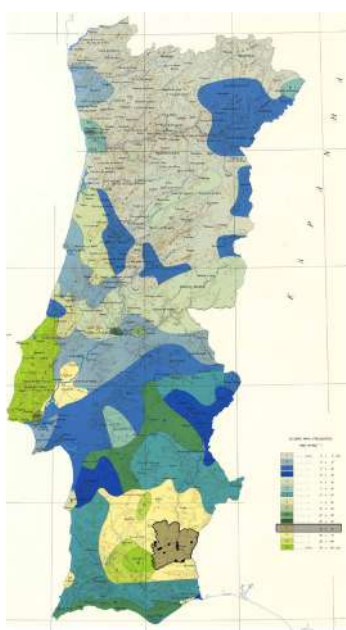
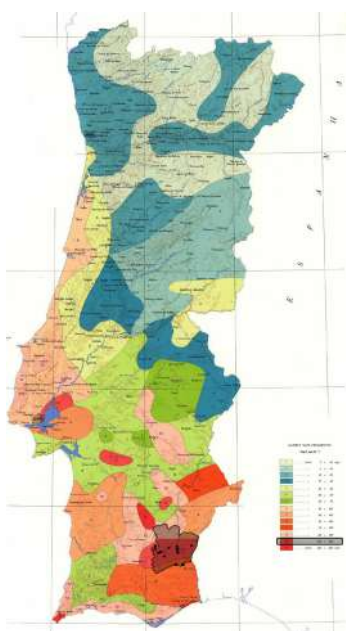


Fig. 27. Qualidade química das águas subterrâneas: teor de cloretos. Fonte: adaptado de (CNA, 1987). ▲

Fig. 28. Qualidade química das águas subterrâneas: teor de sulfatos. Fonte: adaptado de (CNA, 1987). ▼



As emergências de água que aqui estudamos correspondem a descargas naturais do sistema subterrâneo, ou seja, surgem de forma espontânea à superfície e localizam-se, como observámos no anterior capítulo, maioritariamente sobre os leitos de cheia das ribeiras de Oeiras, Alvacar, Carreiras, Vascão e rio Guadiana (Fig. 29).

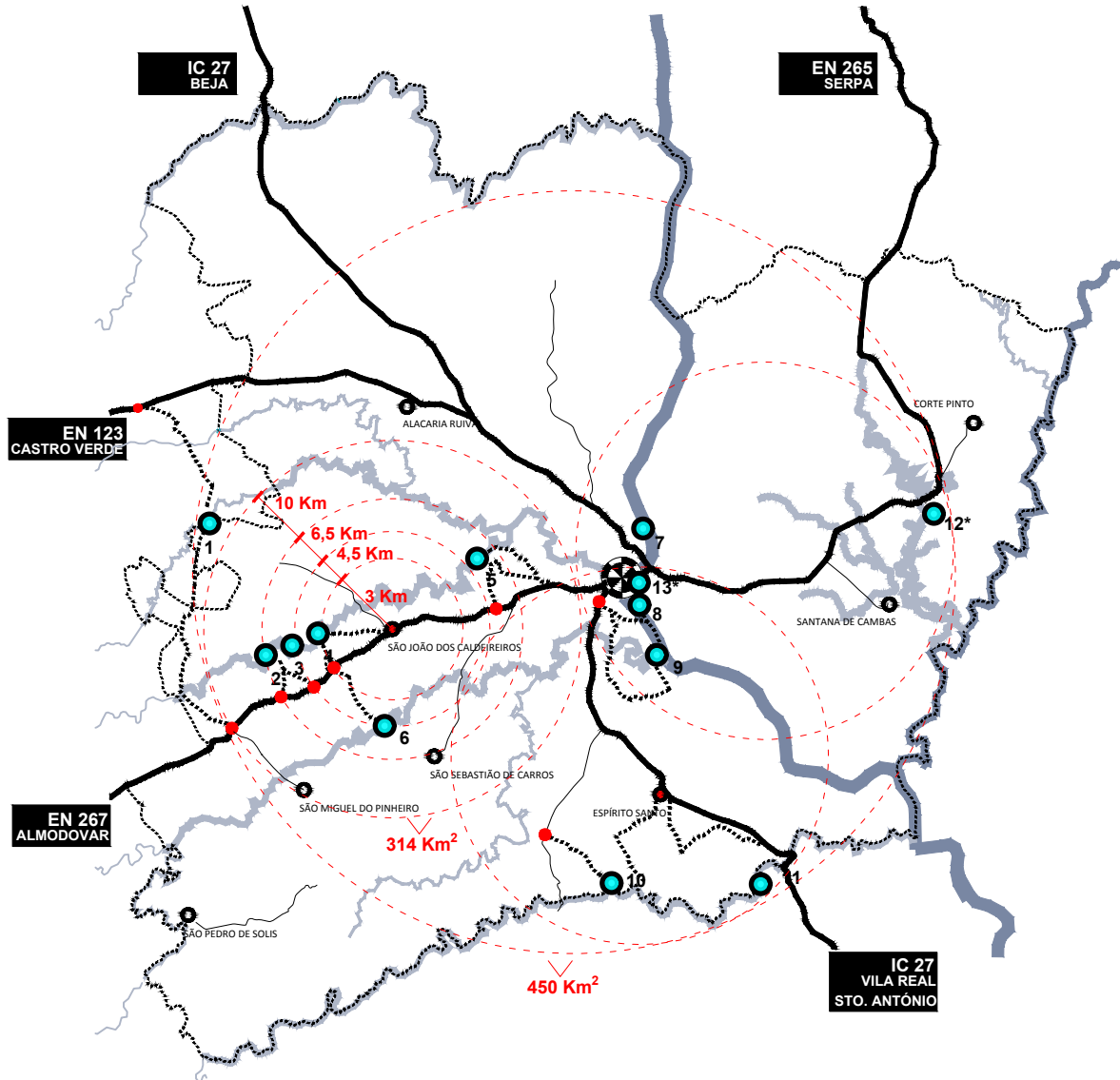
O seu aparecimento surge associado “a falhas NE-SW de expressão regional [integradas] num extenso lineamento geológico que vem desde Vila do Bispo (Algarve), (...) e que se presume poder corresponder a uma falha activa (...)” (Calado & Chambel, 2003, p. 4), que assim funcionará “como conduta para ascensão de fluídos mineralizados de origem profunda” (Calado, 1995, p. 17), fator que estará na origem da expressiva incidência destas ocorrências no concelho de Mértola (Fig. 30).

Do ponto de vista hidroquímico “todas pertencem ao grupo das cloretadas sódicas” (Calado & Chambel, 2003, p. 5) e, de acordo com as cartas de qualidade química das águas subterrâneas: teor de cloretos e teor de sulfatos (Fig. 27 e Fig. 28), localizam-se sobre as zonas que correspondem de grosso modo os teores mais altos tanto de cloretos como sulfatos.

Todas emergem a temperaturas normais e todas poderão considerar-se sulfúreas, devido à presença de gás sulfídrico, ou sulfureto de hidrogénio na sua composição, responsável pelo típico cheiro a ovos podres que exibem. (ERHSA, 2002; Calado & Chambel, 2003; Calado, 2003-2004). Para além da sulfuração, merecem igualmente destaque “as concentrações relativamente altas de algumas espécies, tais como o fluoreto (F), o brometo (Br), o Bário (Ba) e o Boro (B) (Calado & Chambel, 2003, p. 5) e a estabilidade da sua composição ao longo do tempo.

Pelas características químicas que manifestam, “afigura-se que o espectro de indicações terapêuticas poderá ser mais amplo que as tradicionais [sendo] pro-

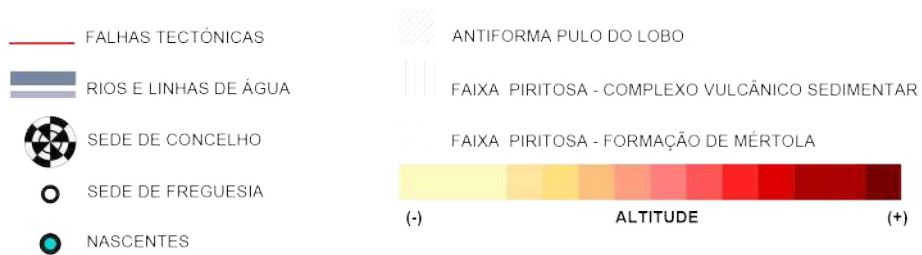
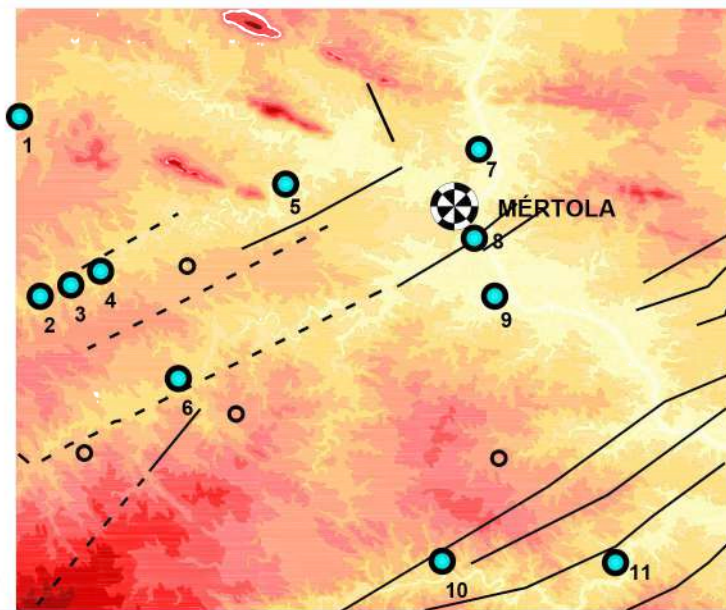
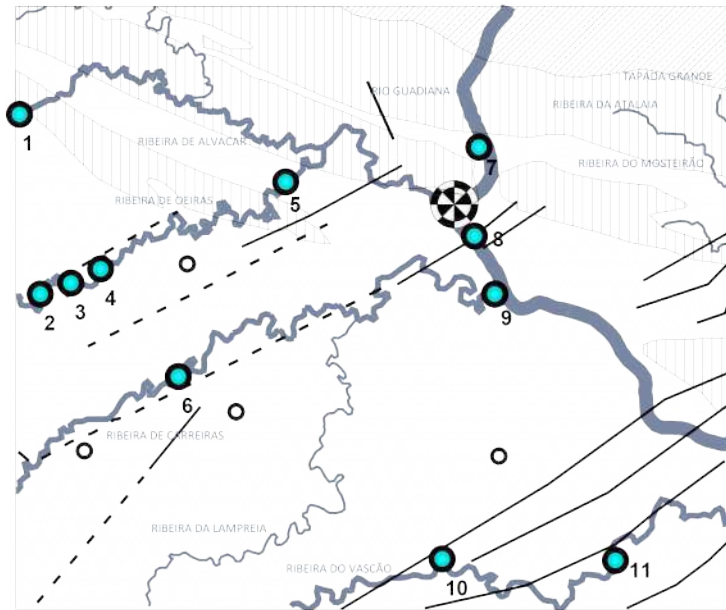
Fig. 29. Demarcação do perímetro de influência das nascentes - principais distâncias e eixos de acesso



- DISTRIBUIÇÃO DAS NASCENTES
- - - - - IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DAS OCORRÊNCIAS
- PERCURSO DE CHEGADA
- VIAS PRINCIPAIS
- RIOS E LINHAS DE ÁGUA
- ⊙ SEDE DE CONCELHO
- ⊙ SEDE DE FREGUESIA
- NASCENTES
- PONTOS DE ACESSO - TRANSIÇÃO DE VIAS

- 7. BARRANCO DAS VINHAS
- 6. ÁGUA SANTA DO PAPA LEITE
- 5. ÁGUAS SANTAS DA MORENA
- 4. ÁGUA SANTA DA HERDADE DE STA. MARIA
- 3. ÁGUA SANTA DO PEGO VERDE
- 2. FONTE SANTA DA SRA. DO PILAR
- 1. FONTE SANTA DO MONTE NOVO
- 13*. ÁGUA SANTA DE MÉRTOLA
- 12*. ÁGUA FORTE DE SÃO DOMINGOS
- 11. ÁGUA SANTA DO MOINHO NOVO
- 10. ÁGUA SANTA DE BESTEIROS / VASCÃO
- 9. ÁGUA SANTA DA BOMBEIRA
- 8. ÁGUA SANTA DA VAQUEIRA

Fig. 30. Enquadramento das nascentes em fundo geológico - sobreposição de falhas tectónicas e topografia



vável, por exemplo, que também sejam eficazes no tratamento de patologias do foro da otorrinolaringologia (ORL) (...)” (Calado, 2003-2004 (vol.1), p. 3)²⁹.

Porém, de acordo com diversos estudos hidrogeológicos, a sulfuração das águas de Mértola configuram uma exceção no quadro das águas minerais do território português e particularmente dentro do contexto específico das águas sulfúreas, resultando numa “anomalia hidrogeoquímica regionalizada (...) expressa em certas cartas temáticas do Atlas do Ambiente” (ERHSA, 2002, p. 7) designadamente nas cartas de teor observadas anteriormente.

A natureza particular das rochas e mineralizações presentes na Faixa Piritosa Ibérica (FPI) determina, sumariamente, que:

(...) existam muitos casos de águas com fortes anomalias de composição, nomeadamente muito mineralizadas, muito salinas, geralmente com elevados teores de cloreto de sódio e/ou sulfato, e acompanhadas de metais pesados e outros elementos raros (ERHSA, 2002, p. 7).

As águas sulfúreas em Portugal localizam-se predominantemente a norte, sobre os maciços graníticos da Zona Centro Ibérica (Calado 1995, 2001, 2003, 2004, Calado & Chambel, 2003). As regiões de incidência correspondem de grosso modo a Minho, Trás-os-Montes, as Beiras e o Alto Alentejo (Calado, 1992, 2004) e nelas se concentram “cerca de centena e meia de pólos de ocorrência de água subterrânea sulfúrea” (Calado & Chambel, 2003, p. 1). Em muitos dos casos verificam-se temperaturas de emergência elevadas e sulfurações que podem variar entre valores muito inferiores a 10 mg/L de que são exemplo a água das Termas de S. Pedro do Sul 3 mg/L ou das Caladas da Felgueira (1 mg/L), e valores excecionalmente altos, como é o caso das Termas de São Vicente (28 mg/L) ou de Entre os Rios (27 mg/L) (Calado & Chambel, 2003). Fora da Zona Centro Ibérica (ZCI) assinala-se apenas um caso na zona da Ossa-Morena (as termas de Cabeço de Vide), dois casos na Orla Ceno-Mesozóica Ocidental (as termas da Caldas da Rainha e de Monte Real) e finalmente, a Sul, na região do Algarve, a água de Caldas de Monchique (Calado, 2003-2004 (vol. 2)).

188

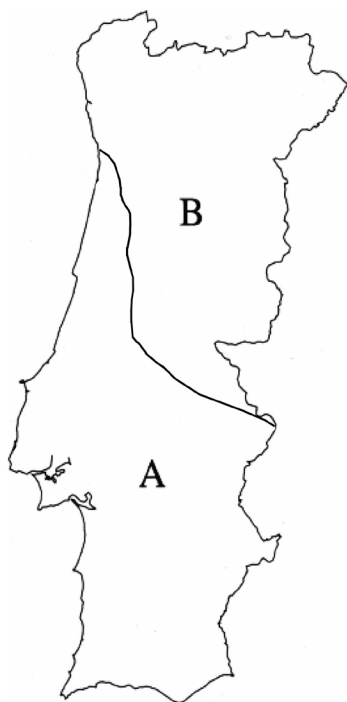


Fig. 31. Grandes províncias hidrominerais. Fonte: (Calado, 1995).

As águas sulfúreas em Portugal estão então concentradas fundamentalmente na região Norte, fazendo parte de uma das grandes províncias hidrominerais de Portugal.

Portugal continental divide-se fundamentalmente em duas grandes províncias hidrominerais (Fig. 31): “numa predominam águas cuja composição química

²⁹ Como são a sinusite, a laringite ou a bronquite, patologias que em Portugal constituem a segunda razão da procura termal, a seguir às doenças reumáticas e músculo-esqueléticas (Calado, 2003-2004 (vol.1)).

resulta da simples dissolução das rochas em presença”, cujo limite abrange “a «Bacia Terciária dos rios Tejo e Sado», as «Orlas Meso-Cenozóicas» e a parte sul do Maciço Hespérico”, e a segunda, coincidente com a Zona Centro Ibérico, centraliza um expressivo número de nascentes cuja “mineralização estará controlada por fluidos gerados em profundidade, em processos metamórficos e/ou magmáticos” (Calado, 1995, p. 4).

Na segunda grande província destacam-se então as “as águas «sulfúreas só-dicas» (ou «sulfúreas alcalinas») e as «gasocarbónicas» (com CO₂ livre geralmente superior a 1000 mg/l), estas circunscritas à Sub-Zona da Galiza Média/Trás-os-Montes” (Calado, 1995, p. 4), cuja mineralização resulta de fenómenos complexos de interação entre água, gases e rochas, determinadas fundamentalmente por “reações de equilíbrio químico entre a água circulante e os minerais que constituem as rochas lixiviadas durante o percurso subterrâneo” (Schoeller, 1962; Hem, 1970; Appelo & Postma, 1993; Nordstrom & Munoz, 1994, como citado por Calado, 1995, p. 6).

Ora as águas sulfúreas do concelho de Mértola, têm características químicas muito distintas das típicas sulfúreas que mencionámos anteriormente e, “apesar da extensão da “faixa piritosa alentejana”, não há notícia de haver nela outras ocorrências de água sulfúrea semelhante às da região de Mértola” (Carlos & Chambel p. 2). Consequentemente, muitos têm sido os estudos hidrogeológicos que procuram ensaiar hipóteses para justificar a “presença de gás sulfídrico, ou sulfureto de hidrogénio (H₂S), mas explicar o fenómeno não é tão fácil” (Calado, 2003-2004 (vol. 2), p. 24).

189

O gás sulfídrico é comum em ambientes dominados pela atividade vulcânica e é também um gás presente em jazigos de petróleo. É igualmente vulgar em estuários de rios associada a matéria orgânica em decomposição, ou associado a certos fundos submarinos. Fora das causas naturais, este gás pode encontrar-se igualmente em depósitos de resíduos industriais ou esgotos domésticos em resultado da atividade humana (Calado, 2003-2004 (vol. 2)).

De acordo com o hidrogeólogo Carlos Calado, a explicação para a sulfuração de Mértola deve excluir liminarmente a “possibilidade de estar ligada a actividade vulcânica, pois não há actividade deste tipo na ZSP, nem houve em tempos geológicos recentes”, [bem como] “a hipótese do gás vir de um jazigo de hidrocarbonetos, pois não há indícios de haver jazigos desta natureza” (2004, p. 25).

Uma das primeiras referências à mineralização de algumas das nascentes de Mértola é sugerida na notícia explicativa das nascentes minerais: “nos casos

das nascentes sul alentejanas da ribeira de Oeiras (...) e do rio Vascão, a presença de H_2S e de HS^- resultará de fenómenos de oxiredução envolvendo a barita que ocorre em abundância naqueles locais” (Calado, 1995, p. 21). Num estudo posterior, a interpretação sobre a presença de gás sulfídrico indicava “um processo de redução do sulfato por acção de certas bactérias” (Calado & Chambel, 1999, como citado por Calado & Chambel, 2003, p. 1). No entanto a descoberta de outras nascentes em pontos bastante distintos e afastados levou à reapreciação da hipótese lançada. O último cenário admitido aponta “para uma origem inorgânica do gás (...) de natureza ‘juvenil’, com sede num magma em processo de gaseificação” (Calado & Chambel, 2003, p. 9).

Em resultado dos diversos estudos e modelos interpretativos sobre a origem e composição das águas, os seus autores concluem:

- a) O fenómeno não é pontual, limitado a um caso ou dois, mas relativamente frequente numa área considerável, em locais distanciados por quilómetros, o que sugere um mecanismo regionalizado.
- b) À parte a presença de H_2S , a matriz química destas águas é idêntica à das águas subterrâneas comuns da região.
- c) Os locais de emergência de água sulfúrea são afetados por falhas de grande extensão e provavelmente ativas nos 2 últimos Ma, o que sugere um controlo estrutural na ocorrência deste tipo hidroquímico.
- d) É inquestionável que o H_2S não pode estar relacionado com fenómenos que possam ocorrer eventualmente ao nível do solo, portanto superficiais, já que também está presente em águas captadas em profundidade por furos.
- e) Não há condições geoquímicas, ou ambientais, que possam viabilizar um processo de redução de sulfato por bactérias sulfato-redutoras (Calado & Chambel, 2003, pp. 9-10).

Em síntese, a composição das nascentes de Mértola é resultado da dissolução das rochas que compõem o solo, em virtude da forte influência da Faixa Piritosa (FPI), onde veio incorporar-se H_2S , de origem profunda, ou seja, de origem mantélica e relacionada com a formação da crosta terrestre que afetou o sul do país no período Quaternário (Calado & Chambel, 2003, Calado, 2003-2004 (vol. 2)).

Como temos vindo a procurar demonstrar, para além da significativa concentração de nascentes em Mértola que por si só se constitui como um aspeto diferenciador do território, relaciona-as um corpo de características comuns que, tanto no que respeita à sua mineralização, como à estabilidade da sua composição, se distinguem como um caso de “grande originalidade compara-

tivamente às águas subterrâneas do baixo Alentejo” (Calado, 2003-2004 (vol. 2), p. 24) e da generalidade das águas minerais portuguesas.

Do ponto de vista geológico e hidrogeológico, o conjunto das nascentes identificadas em Mértola revela-se, em suma, sob a unidade das seguintes características³⁰ :

- i.) São consideradas águas minerais uma vez que apresentam um TSD maior que 1g/L;
- ii.) Todas pertencem ao grupo das cloretadas sódicas (uma vez que na sua constituição as concentrações de cloreto e de sódio correspondem a mais de 50% dos meq/L dos respectivos grupos iónicos;
- iii.) São sulfúreas (entende-se por “água sulfúrea” a água que possui H²S(g) (sulfato de hidrogénio), o que se manifesta por um característico “cheiro a ovos podres”;
- iv.) Consideram-se estáveis quimicamente;
- v.) Aparecem associadas a falhas NE-SW de expressão regional;
- vi.) Registam temperaturas predominantemente entre 20 e 23°C;
- vii.) Com um pH superior a 7, predominantemente entre 7,2 e 7,7;
- viii.) Uma condutividade elétrica maior que 1.0, predominantemente entre 1,700 e 3,000;
- ix.) Potenciais de oxidação sempre negativos;
- x.) Concentrações relativamente altas de algumas espécies – fluoreto, brometo, bário e boro;
- xi.) As nascentes em estudo situam-se na Zona Sul Portuguesa (ZSP) e estão maioritariamente inscritas sob a área de influência da Faixa Piritosa Ibérica.

Ao longo do anterior capítulo (II. *O território de estudo*) procurámos construir a evidência sobre o nexo e o sentido que as liga e percorre, a partir da identificação de um corpo de aspetos que se sobrepõem (aspetos biofísicos, morfológicos e espaciais) no território. No presente capítulo convergimos especificamente sobre os aspetos hidrogeológicos, pondo em evidência uma certa equivalência de composição e mineralização que cruza o conjunto das nascentes identificadas, vindo assim reforçar a “identidade comum” desta constelação de nascentes.

Tal exercício visou, por conseguinte, a afirmação de uma espécie de nova cartografia de reconhecimento a partir das águas, que procura demonstrar a

³⁰ A síntese sobre as características das águas resultou da informação recolhida dos estudos: ERHSA, 2002; Calado & Chambel, 2003; Calado, 2003-2004.

qualidade distintiva e singular do território em estudo e sobre a qual se reconhece um efetivo potencial exploratório.

Fichas de nascentes

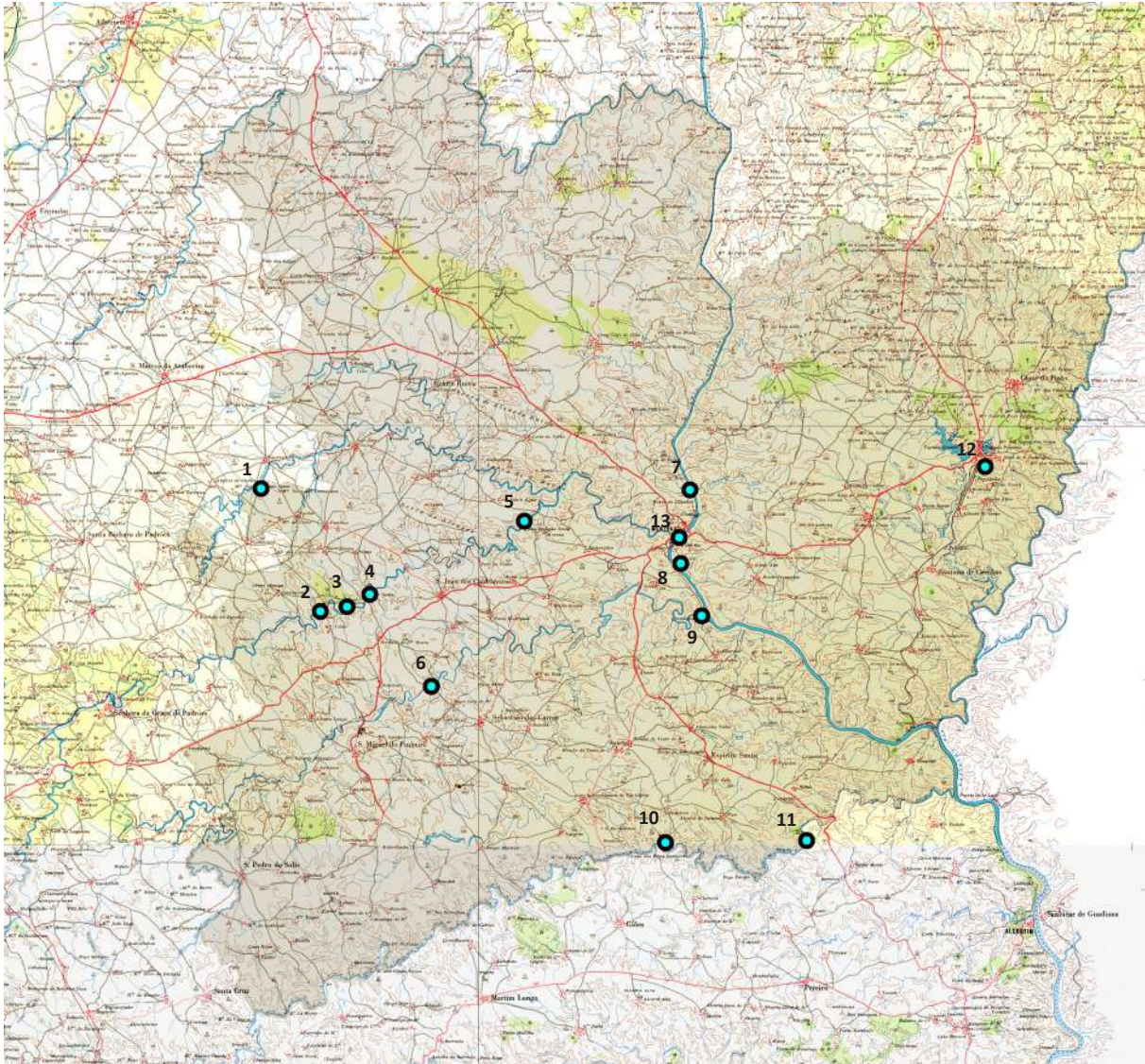
Com vista à sistematização dos treze lugares³¹ de ocorrências hidrominerais que formam o conjunto de nascentes de Mértola, foram elaboradas sínteses descritivas que se apresentam sob a forma de “ficha de nascentes” por cada um dos casos e que compilam e reúnem informações até aqui dispersas.

Sob uma mesma matriz comparativa, abordam-se de forma genérica os aspetos físicos, a informação histórica, as características das águas e outras informações complementares disponíveis, permitindo contextualizar individual e coletivamente o conjunto de nascentes que foram ou são usadas para fins terapêuticos.

As fichas correspondentes às águas mais conhecidas (Água Santa da Herdade de Sta. Maria, Água Santa da Morena e Água Santa do Vascão) acomodam, adicionalmente, descrições mais completas e informações complementares, nelas se refletindo uma análise e leitura mais aprofundada, resultado em parte das missões de campo que foram sendo realizados ao longo da pesquisa para o reconhecimento dos sítios.

³¹ Na elaboração das fichas de nascentes consideraram-se todos as nascentes que foram usadas com propósitos terapêuticos em algum momento da história, ainda que duas delas não sejam consideradas no estudo hidrogeológico mais recente (Calado 2003-2004).

LOCALIZAÇÃO DAS NASCENTES



193

LEGENDA

● Nascente

- 01 - Fonte Santa do Monte Novo
- 02 - Água Santa da Senhora do Pilar
- 03 - Água Santa do Pego Verde
- 04 - Água Santa da Herdade de Sta. Maria
- 05 - Água Santa da Morena
- 06 - Água Santa do Papa-Leite
- 07 - Barranco das Vinhas
- 08 - Água Santa da Vaqueira
- 09 - Água Santa da Bombeira
- 10 - Água Santa dos Besteiros / Vascão
- 11 - Água Santa do Moinho Novo
- 12 - Água Forte de São Domingos
- 13 - Água Santa de Mértola

FONTE SANTA DO MONTE NOVO

①



INFORMAÇÃO GERAL

IDENTIFICAÇÃO: Fonte Santa do Monte Novo.

LOCALIZAÇÃO: A nascente localiza-se entre os limites do concelho de Mértola e Castro Verde, junto à Fonte Santa do Monte Novo, assinalado por um conjunto de edifícios rurais que servem de referência ao local.

ENQUADRAMENTO FÍSICO

BACIA HIDROGRÁFICA: Ribeira de Alvacar, bacia hidrográfica do rio Guadiana.

ENQUADRAMENTO

GEOLÓGICO: Zona Sul Portuguesa (ZSP); unidade geológica: Formação de Mértola.

MORFOLOGIA DO TERRENO: Vale pouco encaixado atravessado pela ribeira de Alvacar.

REGIME HÍDRICO: Temporário.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO /USOS E APROPRIAÇÕES

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: A nascente localiza-se sobre o leito de cheia da ribeira de Alvacar e está protegida por um murete de secção quadrada. Desconhecem-se relatos ou testemunhos da prática dos banhos associada a esta nascente. A designação de “santa”, remete presumivelmente para as propriedades da água, cujos benefícios terapêuticos terão motivado esta qualificação. Na carta militar, folha n.º 557, 1:250 000 do IGeoE, a nascente é identificada com a mesma designação, o que de certo modo vem reforçar os eventuais antecedentes de apropriação para fins terapêuticos, à semelhança de outras nascentes do concelho.

CONSTRUÇÕES EXISTENTES: -

CARACTERÍSTICAS DA ÁGUA

CLASSIFICAÇÃO: Água mineral cloretada sódica sulfúrea.
A categoria de “sulfúrea” significa que possui gás sulfídrico em solução, responsável pelo típico “cheiro a ovos podres” que a caracteriza.
A água da nascente foi objeto de avaliação e medição das suas características físico-químicas em 2003, no âmbito do estudo anteriormente “Potencialidades do Concelho de Mértola para o Termalismo” (Calado, 2003-2004). “Não se dispõe de análises químicas da água mas os valores medidos (temperatura, pH, condutividade, potencial redox) assemelham-se aos das restantes águas sulfúreas estudadas”. (Calado, 2004, p. 31).

INDICAÇÕES TERAPÊUTICAS: -

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

OBRAS E ESTUDOS EM QUE É

MENTIONADA: “Potencialidades do Concelho de Mértola para o Termalismo” (Calado, 2003-2004).

OBSERVAÇÕES: Este local não foi objeto de reconhecimento *in situ*. O essencial da informação aqui compilada foi extraída do estudo anteriormente mencionado.
Foto: (Calado, 2003-2004)

ÁGUA SANTA DA SENHORA DO PILAR

2



INFORMAÇÃO GERAL

IDENTIFICAÇÃO: Água Santa da Senhora do Pilar.

LOCALIZAÇÃO: A nascente localiza-se na freguesia de São João dos Caldeireiros. O acesso é feito a partir da estrada nacional EN 267 no sentido Mértola - Almodôvar, tomando o primeiro cruzamento à direita, após transpor a Herdade de Santa Maria, em direção ao Monte Velho e à Quinta da Caldeira. A nascente encontra-se sobre o leito da ribeira de Oeiras, num local de difícil acesso distando aproximadamente 1,3 Km de distância (em linha reta) da nascente do Pego Verde situada a jusante.

ENQUADRAMENTO FÍSICO

BACIA HIDROGRÁFICA: Ribeira de Oeiras, bacia hidrográfica do Rio Guadiana.

ENQUADRAMENTO GEOLÓGICO: Zona Sul Portuguesa (ZSP); unidade geológica: Formação de Mértola.

MORFOLOGIA DO TERRENO: Vale pouco encaixado atravessado pela ribeira de Oeiras.

REGIME HÍDRICO: Temporário.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO /USOS E APROPRIAÇÕES

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: A nascente localiza-se sobre o leito de cheia da ribeira de Oeiras, e está protegida por um pequeno murete. É, porém, de difícil localização, uma vez que se encontra escondida por entre a vegetação. É das nascentes menos conhecidas do concelho. No entanto na freguesia de São João dos Caldeireiros, alguns residentes mais antigos reconhecem-lhe atributos terapêuticos.

CONSTRUÇÕES EXISTENTES: -

CARACTERÍSTICAS DA ÁGUA

CLASSIFICAÇÃO: Água mineral cloretada sódica sulfúrea. A categoria de "sulfúrea" significa que possui gás sulfídrico em solução, responsável pelo típico "cheiro a ovos podres" que a caracteriza. A água da nascente foi objeto de avaliação e medição das suas características físico-químicas em 2003, no âmbito do estudo "Potencialidades do Concelho de Mértola para o Termalismo" (Calado, 2003-2004). "Não há análise química, mas mediram-se alguns parâmetros físicos e físico-químicos que confirmam semelhanças com as outras águas santas" (Calado, 2003, p. 20).

INDICAÇÕES TERAPÊUTICAS: -

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

OBRAS E ESTUDOS EM QUE É MENCIONADA: "Potencialidades do Concelho de Mértola para o Termalismo (Calado: volume 1, 2003-2004, p.20).

OBSERVAÇÕES: Este local foi visitado em julho de 2017 na companhia de Osvaldo Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de São João dos Caldeireiros), que ajudou a localizar a nascente por entre a densa vegetação e por entre o plano de água da ribeira.
Foto: Mercês Tomás Gomes



INFORMAÇÃO GERAL

IDENTIFICAÇÃO: Água Santa do Pego Verde.

LOCALIZAÇÃO: A nascente localiza-se na freguesia de São João dos Caldeireiros. O acesso é feito a partir da estrada nacional EN 267 no sentido Mértola - Almodôvar, tomando o primeiro cruzamento à direita após transpor a herdade de Santa Maria, em direção ao Monte Velho e à Quinta da Caldeira. Após contornar a Quinta da Caldeira de carro, fazer a última parte do trajeto a pé em direção ao vale. A nascente é alcançável depois de um percurso de aproximadamente 500 m. É igualmente possível aceder a esta nascente através da Água Santa da Herdade, fazendo o percurso pelas margens da ribeira de Oeiras. A nascente encontra-se sobre o leito da ribeira de Oeiras, entre outras duas nascentes de água mineral – a Água Santa da Sra. do Pilar, a montante, e a Água Santa da Herdade de Sta. Maria, a jusante. As duas nascentes distam entre si sensivelmente em linha reta, 1,3 Km e 1,1Km aproximadamente.

ENQUADRAMENTO FÍSICO

BACIA HIDROGRÁFICA: Ribeira de Oeiras, bacia hidrográfica do Rio Guadiana.

ENQUADRAMENTO

GEOLÓGICO: Zona Sul Portuguesa (ZSP), unidade geológica: Formação de Mértola.

MORFOLOGIA DO TERRENO: Vale pouco encaixado atravessado pela Ribeira de Oeiras.

REGIME HÍDRICO: Temporário.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO /USOS E APROPRIAÇÕES

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: A nascente está assinalada e protegida por um murete perimetral e uma cobertura. A nascente é referida no estudo “Potencialidades do Concelho de Mértola para o Termalismo”(Calado, 2003-2004). É uma das nascentes menos conhecidas do concelho, embora na Freguesia de São João dos Caldeireiros seja ainda possível encontrar entre a população mais antiga testemunhos acerca do uso das águas para fins terapêuticos. No local, a presença de uma banheira esculpida numa rocha próxima da nascente indicia a prática dos banhos de outrora.

CONSTRUÇÕES EXISTENTES: -

CARACTERÍSTICAS DA ÁGUA

CLASSIFICAÇÃO: Água mineral cloretada sódica sulfúrea. A água da nascente não foi sujeita a quaisquer análises ou sondagens, uma vez que à data do estudo anteriormente mencionado, a nascente encontrava-se totalmente assoreada. De acordo com o mesmo estudo, ainda que sobre a água não existam registos sobre as suas propriedades, o típico “cheiro a ovos podres” que a caracteriza e a estabilidade químico e hidrogeológica que se reconhece entre o conjunto das nascentes inventariadas no concelho permitem inscrevê-la também no grupo das águas sulfúreas.

INDICAÇÕES TERAPÊUTICAS: -

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

OBRAS E ESTUDOS EM QUE É

MENTIONADA: “Potencialidades do Concelho de Mértola para o Termalismo” (Calado, 2003-2004).

OBSERVAÇÕES:

Este local foi visitado em Julho de 2017 na companhia de Osvaldo Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de São João dos Caldeireiros) e em visitas efetuadas a pé em 2018 e 2019 a partir da Água Santa da Herdade. Foto: Mercês Tomás Gomes



INFORMAÇÃO GERAL

IDENTIFICAÇÃO: Água Santa da Herdade de Sta. Maria.

LOCALIZAÇÃO: A nascente localiza-se na freguesia de São João dos Caldeireiros, sob o leito de cheia da ribeira de Oeiras, onde a estrada cruza a linha de água. O acesso é feito a partir da estrada nacional EN 267 no sentido Mértola - Almodôvar, tomando o cruzamento à direita que indica "Água Santa", em direção a Martinhanes e Penilhos.

ENQUADRAMENTO FÍSICO

BACIA HIDROGRÁFICA: Ribeira de Oeiras, bacia hidrográfica do Rio Guadiana.

ENQUADRAMENTO GEOLÓGICO: Zona Sul Portuguesa (ZSP), unidade geológica: Formação de Mértola.

MORFOLOGIA DO TERRENO: Vale pouco encaixado atravessado pela ribeira de Oeiras.

REGIME HÍDRICO: Temporário.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO /USOS E APROPRIAÇÕES

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: A nascente da Água Santa da Herdade é um dos lugares mais conhecidos do concelho e o único sítio que resiste à prática dos banhos populares na região. O lugar é assinalado pela presença da nascente e por uma série de construções de carácter temporário – como é o caso do bar e cozinha de instalação provisória na proximidade da ribeira e de outras construções permanentes onde os banhistas/aquistas tomam o banho e ficam alojados. A preparação dos banhos está a cargo da família Domingos (João e Cidália e seus filhos Susana e João), atividade que é há várias gerações dirigida pela sua família. "O pai do meu pai já estava cá a dar os banhos. Depois ficou o meu pai e agora estou eu", comenta João Domingos no verão de 2014 quando gravámos o seu testemunho. Também no inventário "O Novo Aquilégio" João Domingos refere: "O meu pai morreu vai fazer 6 anos, mas isto já vem dos meus avós. Estas casas foram feitas no tempo deles, para aí há uns 70 anos." In: http://www.aguas.ics.ul.pt/beja_fssjoao.html (Bastos, Quintela & Matos 2002). A atividade consiste na extração de água da nascente através de bomba que é depositada em bidões aquecidos a fogo de lenha e posteriormente transportada para as banheiras instaladas nos quartos das casas da margem direita (sentido jusante). Paralela e complementarmente, a família prepara ainda refeições e serve bebidas aos aquistas e aos visitantes de passagem que procuram também o parque de merendas para se refrescarem e para uns momentos de convívio.

CONSTRUÇÕES EXISTENTES: No local existem construções de carácter permanente e provisório. As construções temporárias situam-se na margem direita da ribeira (sentido jusante), junto ao parque de merendas construído pela Junta de Freguesia de São João dos Caldeireiros e inclui uma zona de preparação de refeições e um bar instalados durante a época estival. Fazem ainda parte das estruturas temporárias a zona de aquecimento de águas. As construções permanentes situam-se em cada uma das margens da ribeira de Oeiras, afastadas do leito de cheia aproximadamente 30 m, destinadas ao banho e à acomodação dos aquistas. As construções existentes na encosta esquerda encontram-se totalmente devolutas. Das três edificações da encosta direita, duas encontram-se operacionais.

CARACTERÍSTICAS DA ÁGUA

CLASSIFICAÇÃO: Água mineral cloretada sódica sulfúrea. Esta água foi objeto de análise química em 1985 e em 2003 foram feitas novas medições no âmbito do estudo "Potencialidades do Concelho de Mértola para o Termalismo". A comparação entre as diversas medições permite verificar a forte estabilidade da sua composição química. (Calado, 2003-2004). Sobre a sua mineralização pode ler-se ainda num outro estudo: "A mineralização é bastante elevada, invulgar em águas subterrâneas, ainda que pouco superior a 1 grama/litro. Tem matriz essencialmente cloretada sódica e contém elementos químicos em concentrações muito interessantes, que usualmente não se encontram noutras águas, como é o caso do Arsénio e do Boro, por exemplo. Em termos geológicos esta água(...) tem a sua mineralização controlada pelas características geoquímicas muito particulares da Zona Sul Portuguesa (ZSP), sobretudo com os terrenos da chamada Faixa Piritosa do Alentejo" (ERHSA: anexo IV, 2001, p. 101). É usada essencialmente no tratamento de doenças reumatológicas, doenças dermatológicas e do aparelho digestivo.

INDICAÇÕES TERAPÊUTICAS: É usada essencialmente no tratamento de doenças reumatológicas, doenças dermatológicas e do aparelho digestivo.



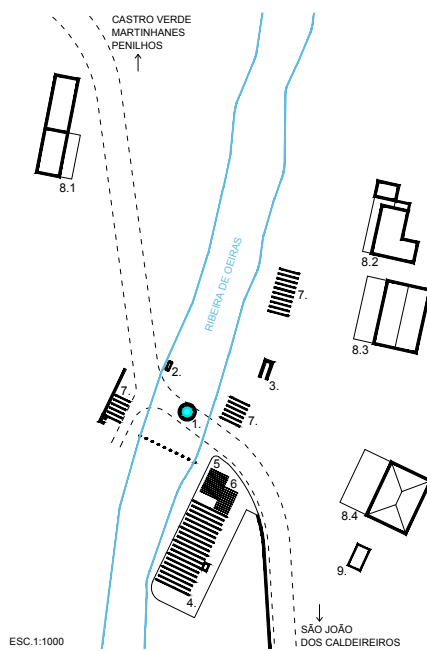
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

OBRAS E ESTUDOS EM QUE É MENCIONADA:

“Águas e Temas Portuguesas: Indicações Gerais para uso de banhistas e turistas” (SPP, 1918) “Carta das Nascentes Minerais” (Calado 1992), “Notícia explicativa da Carta das Nascentes Minerais” (Calado, 1995), “Estudo do Recursos Hídricos subterrâneos do Alentejo” (ERHSA: anexo IV, 2001), “A ocorrência de água sulfúrea alcalina no maciço hespérico: Quadro hidrogeológico e quimiogénese” (Calado, 2001), “Potencialidades do Concelho de Mértola para o Termalismo” (Calado, 2003-2004), O Novo Aquilégio (Bastos, Quintela & Matos, 2002), Água Santa da Herdade: Plano de visitação (APDM, 2011).

OBSERVAÇÕES:

A Água Santa da Herdade de Sta. Maria foi o exemplo mais explorado no âmbito da pesquisa empírica, implicando diversas visitas no decurso da investigação para realização de trabalho de campo. O resultado dessa pesquisa concentra-se fundamentalmente nos capítulos V e no capítulo IX da presente dissertação.



1. nascente
2. banheira exterior
3. **construções temporárias**
4. zona de aquecimento da água
5. parque de merendas
6. bar
7. zona de preparação de refeições / cozinha
8. zonas de sombreamento / alpendres
9. **construções permanentes**
10. zonas de banho / alojamento de aqistas
11. 8.1 edifício 1 . devoluto
12. 8.2 edifício 2 . devoluto
13. 8.3 edifício 3 . em funcionamento
14. 8.4 edifício 4 . em funcionamento
15. instalação sanitária de uso público

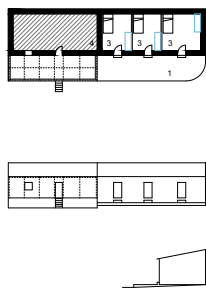
nota

A linha de construções permanentes distam aproximadamente 30m das margens da ribeira. Das quatro edificações só uma construção (identificada com o número 8.3) é propriedade da família Domingos. As outras três edificações pertencem aos proprietários das herdades confinantes à nascente. O parque das merendas e as instalações sanitárias foram construídas pela Junta de freguesia de São João dos Caldeireiros.

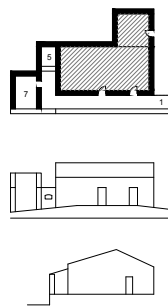
1. laje de entrada
2. vestíbulo de entrada
3. quarto com banheira rebaixada no pavimento
4. sala com chaminé e cozinha
5. fornalha ou borralheira
6. arrumos
7. canil / galinheiro

SEM INFORMAÇÃO SOBRE A ORGANIZAÇÃO INTERIOR DA EDIFICAÇÃO

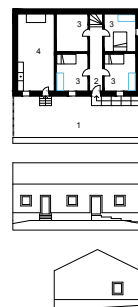
8.1



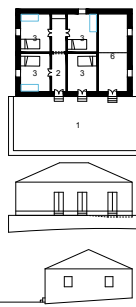
8.2



8.3



8.4



ESC.1:500



INFORMAÇÃO GERAL

IDENTIFICAÇÃO: Água Santa da Morena.

LOCALIZAÇÃO: As nascentes que integram o sítio da Água Santa da Morena, localizam-se no limite entre a freguesia de São João dos Caldeireiros e a freguesia de Mértola, sobre o leito da ribeira de Oeiras a cerca de um quilómetro da localidade da Morena. O acesso faz-se a partir da estrada nacional EN 267, (Mértola-Almodôvar) e é no cruzamento deste eixo viário (qua ali se converte em ponte) e a ribeira que se encontra a Água Santa da Morena, reconhecida pelas edificações correspondentes aos antigos balneários, junto à margem direita.

ENQUADRAMENTO FÍSICO

BACIA HIDROGRÁFICA: Ribeira de Oeiras, bacia hidrográfica do Rio Guadiana.

ENQUADRAMENTO GEOLÓGICO:

Zona Sul Portuguesa (ZSP), unidade geológica: Complexo Vulcano-Sedimentar (CVS) da Faixa Piritosa. Todavia sobre a unidade geológica onde se inscreve a nascente, dá-se nota complementarmente do seguinte: "Do ponto de vista geológico situa-se na mancha(...) que se designou globalmente CVS mas em pormenor fica no afloramento da formação indicada por Xv na Carta Geológica 1:200.000 (xistos, siliciosos, tufitos, xistos borra de vinho, xistos negros com nódulos de Fe e Mn e fosfatados)." (Calado, 2004, p. 34). Este mesmo local foi objeto de exploração de barita e maganês nos anos 40.

MORFOLOGIA DO TERRENO: Vale pouco encaixado atravessado pela ribeira de Oeiras.

REGIME HÍDRICO: Temporário.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO /USOS E APROPRIAÇÕES

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: O Sítio da Água Santa da Morena é assinalado por dois pontos de emergência onde a água brota naturalmente à superfície sobre o leito da ribeira – uma identificada pelo murete de proteção de secção circular pintado na cor verde e uma outra localizada na margem direita da ribeira a montante da nascente atrás mencionada. Paralelamente foram executados dois furos de captação no ano de 1989 no âmbito de um estudo hidrogeológico com vista à verificação das condições para uma eventual concessão de exploração termal, processo que não teve todavia continuidade apesar da comunicação favorável emitida por parte da Direção Geral de Geologia e Minas em Julho de 1990 (DGGM, 1990). O estudo implicou diversas prospecções geofísicas e sondagens mecânicas para aferição das características físicas e químicas das águas, assim como o débito do seu caudal. A prática dos banhos terá porém subsistido na Água Santa da Morena até ao ano de 2002 pelas mãos da proprietária do sítio, D. Custódia Martins Rodrigues, preparadora dos banhos e responsável pelo serviço de hospedagem dos aquistas. O seu falecimento nesse mesmo anos terá motivado o posterior encerramento da atividade, pouco tempo depois. É uma das nascentes mais conhecidas do concelho e o caso mais bem documentado do ponto de vista das características físicas e químicas da água.

CONSTRUÇÕES EXISTENTES: O edifício dispunha de 11 quartos, existindo duas banheiras para os banhos terapêuticos (Bastos, Quintela & Matos, 2002).

CARACTERÍSTICAS DA ÁGUA

CLASSIFICAÇÃO: Água mineral cloretada sódica sulfúrea.
Os resultados das análises e das medições realizadas aquando do estudo hidrogeológico em 1989 foram comparadas com os resultados das colheitas efetuadas em 2003 no âmbito do estudo mais recente que existe acerca das propriedades das águas, *Potencialidades do Concelho de Mértola para o Termalismo*, que destaca a estabilidade das suas características conforme o que aqui se transcreve: "Pode-se dizer desde já, porém, que, no que é possível confrontar, os valores parecem manter-se semelhantes, isto é, as águas conservam características essenciais ao longo de anos" (Calado, 2004, p. 36).

INDICAÇÕES TERAPÊUTICAS: Doenças do foro reumatológico, dermatológico e digestivo.



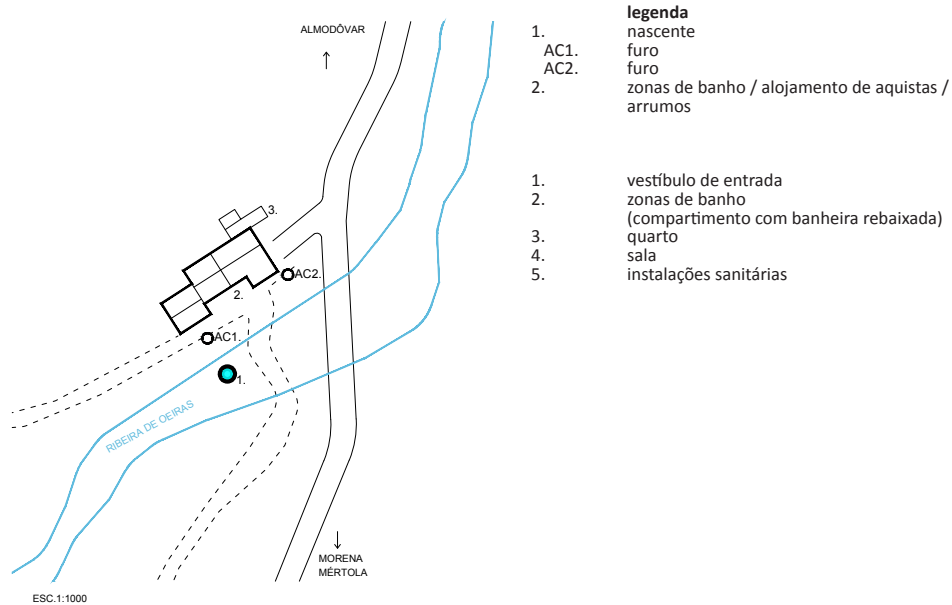
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

OBRAS E ESTUDOS EM QUE É MENCIONADA:

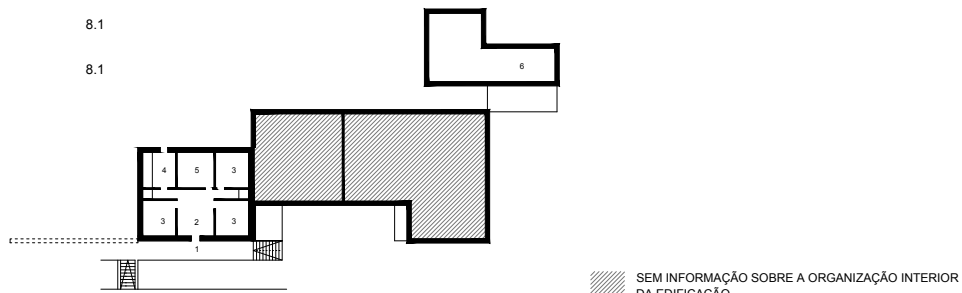
“Águas e Termas Portuguesas: Indicações Gerais para uso de banhistas e turistas” (SPP, 1918), “Carta das Nascentes Minerais” (Calado 1992), “Notícia explicativa da Carta das Nascentes Minerais” (Calado, 1995), “Estudo do Recursos Hídricos subterrâneos do Alentejo” (ERHSA, 2001), “Potencialidades do Concelho de Mértola para o Termalismo” (Calado, 2003-2004), “O Novo Aquilégio” (Bastos, Quintela & Matos, 2002), “Estudo hidrogeológico, Águas santas da Morena” (Cavaco, 1990).

OBSERVAÇÕES: A primeira visita à Água Santa da Morena ocorreu em Agosto de 2012. Em Fevereiro de 2015 é realizada nova visita para levantamento das construções. O acesso condicionado às edificações não permitiu, todavia, completar o registo da compartimentação interior das edificações que se apresentam de seguida.
Foto: Mercês Tomás Gomes

LEVANTAMENTO



ESC.1:1000



ESC.1:500





INFORMAÇÃO GERAL

IDENTIFICAÇÃO: Água Santa do Pego Verde.

LOCALIZAÇÃO: Situa-se na freguesia de São Sebastião de Carros. O acesso faz-se pela povoação de S. Sebastião de Carros, em direção ao monte de Papa Leite seguindo o caminho em direção à Ribeira de Carreiras, situada a aproximadamente 1 Km de distância deste último aglomerado rural. A chegada faz-se pela margem direita, encontrando-se a nascente na margem oposta a aproximadamente 50 m a montante.

ENQUADRAMENTO FÍSICO

BACIA HIDROGRÁFICA: Ribeira de Carreiras, bacia hidrográfica do Rio Guadiana.

ENQUADRAMENTO GEOLÓGICO: Zona Sul Portuguesa (ZSP), unidade geológica: Formação de Mértola.

MORFOLOGIA DO TERRENO: Vale pouco encaixado atravessado pela Ribeira de Carreiras.

REGIME HÍDRICO: Temporário.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO /USOS E APROPRIAÇÕES

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Esta nascente, presentemente sem uso, foi igualmente, à semelhança de outros casos no concelho, lugar de banhos para fins terapêuticos. Testemunha-o a banheira que existe na proximidade da nascente e uma pequena construção de alvenaria de tijolo construída pela Junta de Freguesia local nos anos 80 com o propósito de funcionar como pequeno vestiário de apoio aos aquistas. “A afluência a este lugar terá porém sido grande em tempos pois ali se ocorria uma festa anual a que chamavam Vigília da Água Santa” (Calado, 2003, pp. 52-53). Em 2002, uma funcionária da junta de freguesia de São Sebastião de Carros descrevia o uso ainda à época: “As pessoas vão lá tomar banho, são elas que aquecem a água e limpam o local. A Junta construiu uma casinha para as pessoas mudarem de roupa, há coisa de uns dez anos. A banheira também foi a Junta que construiu, mas isso já foi há mais tempo.” in: http://www.aguas.ics.ul.pt/beja_papaleite.html (Bastos, Quintela & Matos 2002).

201

CONSTRUÇÕES EXISTENTES: Existe uma banheira em cimento, a 3 m da nascente e uma pequena construção com aproximadamente 1,5mx0,7m localizada a 10m da nascente usada como vestiário. (Bastos, Quintela & Matos 2002).

CARACTERÍSTICAS DA ÁGUA

CLASSIFICAÇÃO: Água mineral cloretada sódica sulfúrea. A categoria de “sulfúrea” significa que possui gás sulfídrico em solução, responsável pelo típico “cheiro a ovos podres” que a caracteriza. “O nível da água dentro do poço é praticamente o do terreno. Cheira a gás sulfídrico e as medições que se fizeram aos parâmetros físicos e químicos habituais comprovam que tem as características próprias do tipo das sulfúreas do concelho de Mértola” (Calado, 2003, p. 51).

INDICAÇÕES TERAPÊUTICAS: Usadas para tratar doenças reumatológicas e digestivas.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

OBRAS E ESTUDOS EM QUE É MENCIONADA: “O Novo Aquilégio” (Bastos, Quintela & Matos, 2002), “A ocorrência de água sulfúrea alcalina no maciço hespérico: Quadro hidrogeológico e quimiogénese” (Calado, 2001), “Potencialidades do Concelho de Mértola para o Termalismo” (Calado, 2003-2004).

OBSERVAÇÕES: Este local não foi objeto de reconhecimento *in situ*. O essencial da informação aqui compilada foi extraída dos estudos anteriormente mencionados.



INFORMAÇÃO GERAL

IDENTIFICAÇÃO: Furo do barranco das Vinhas.

LOCALIZAÇÃO: Situa-se na freguesia de Mértola em frente ao Barranco das Vinhas, na margem direita do Rio Guadiana a uma cota sobranceira em relação ao leito de cheia. Situa-se a menos de 1 Km (em linha reta) de Mértola (ERHSA: anexo IV, 2001).

ENQUADRAMENTO FÍSICO

BACIA HIDROGRÁFICA: Rio Guadiana, bacia hidrográfica do Rio Guadiana.

ENQUADRAMENTO GEOLÓGICO: Zona Sul Portuguesa (ZSP), unidade geológica: Formação de Mértola.

MORFOLOGIA DO TERRENO: Vale muito encaixado atravessado pelo rio Guadiana.

REGIME HÍDRICO: Permanente.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO /USOS E APROPRIAÇÕES

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Ao contrário das demais nascentes, este é o único caso cuja emergência de água não é espontânea. “Esta água foi interceptada ocasionalmente aquando da execução do furo ME-1, propriedade da Câmara Municipal de Mértola, que procurava água para abastecimento da povoação. Não tem, portanto, qualquer tradição de uso medicinal (...)” (ERHSA: anexo IV, 2001, p.107). Todavia, as características da sua água indicam uma composição física e química semelhante às Águas Santa da Herdade de Santa Maria e da Água Santa da Morena, descritas anteriormente.

É, de acordo com o dois estudos (ERHSA: anexo IV, 2001; Calado, 2003-2004), um dos locais mais promissores para a instalação de um complexo termal, razão pela qual se recomenda no primeiro estudos a sua preservação “através da demarcação de uma área de reserva, conforme se prevê no artigo 36º do D.L. n.º 90/90” (ERHSA: anexo IV, 2001, p. 108).

CONSTRUÇÕES EXISTENTES: -

CARACTERÍSTICAS DA ÁGUA

CLASSIFICAÇÃO: Água mineral cloretada sódica sulfúrea. A categoria de “sulfúrea” significa que possui gás sulfídrico em solução, responsável pelo típico “cheiro a ovos podres” que a caracteriza. O furo foi realizado no ano de 1983 como objetivo de reforçar a rede de abastecimento público de água. Porém a sua elevada salinidade e a presença de gás sulfídrico justificou o seu não aproveitamento (Calado, 2003-2004).

Entre as análises elaboradas por altura da execução do furo e as análises feitas em 2003 no âmbito do estudo sobre as “Potencialidades do Concelho de Mértola para o Termalismo”, observam-se alterações das suas características, presumivelmente em “consequência do furo não ser bombeado há muitos anos, e que, portanto, voltará a manifestar aquelas características quando for submetido a bombeamento prolongado (Calado: volume 2, 2003-2004, p. 37).

INDICAÇÕES TERAPÊUTICAS: Não tem historial de uso e apropriação para fins terapêuticos.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

OBRAS E ESTUDOS EM QUE É MENCIONADA:

“Carta de nascentes minerais do Atlas do ambiente” (Calado, 1992), “Notícia explicativa da Carta das Nascentes Minerais” (Calado, 1995), “A ocorrência de água sulfúrea alcalina no maciço hespérico: Quadro hidrogeológico e quimiogénese” (Calado, 2001), “Potencialidades do Concelho de Mértola para o Termalismo” (Calado, 2003-2004).

OBSERVAÇÕES: Este local não foi objeto de reconhecimento *in situ*. O essencial da informação aqui compilada foi extraída dos estudos anteriormente mencionados.

Foto: (Calado, 2003-2004)



INFORMAÇÃO GERAL

IDENTIFICAÇÃO: Água Santa da Vaqueira.

LOCALIZAÇÃO: Situa-se na freguesia de Mértola, a 1Km a sul de Mértola. A nascente encontra-se sobre o leito de cheia, na margem esquerda, e o acesso faz-se pela Herdade da Vaqueira.

ENQUADRAMENTO FÍSICO

BACIA HIDROGRÁFICA: Rio Guadiana, bacia hidrográfica do Rio Guadiana.

ENQUADRAMENTO

GEOLÓGICO: Zona Sul Portuguesa (ZSP), unidade geológica: Formação de Mértola.

MORFOLOGIA DO TERRENO: Vale encaixado atravessado pela Rio Guadiana.

REGIME HÍDRICO: Permanente.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO /USOS E APROPRIAÇÕES

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Esta é uma das nascentes praticamente desconhecidas em todo o concelho. As escassas informações foram fornecidas por um guia local por altura do estudo das “Potencialidades do Concelho de Mértola para o Termalismo” (Calado, 2003-2004) o único estudo em que é mencionada. Não foram realizadas quaisquer recolhas ou análises à água da nascente em virtude da seguinte justificação: “Devido à dificuldade de acesso e por ter uma posição desfavorável para instalar um balneário termal, não se fez o reconhecimento das características físicas e químicas da água (...)” (Calado: volume 1, 2003-2004, p. 43).

203

CONSTRUÇÕES EXISTENTES: -

CARACTERÍSTICAS DA ÁGUA

CLASSIFICAÇÃO: Presume-se que esta água possa ter características semelhantes às águas sulfúreas que caracterizam a generalidades das ocorrências hidrominerais inventariadas no concelho de Mértola. De acordo com o mesmo guia, “é uma água que também possui o característico ‘cheiro a ovos podres’, portanto também tem gás sulfídrico em solução como as restantes águas inventariadas. Tal como as outras, também é conhecida pelas suas propriedades terapêuticas, mas praticamente não é usada por ninguém”. (Calado, 2003, p.43)
 “Identificam-se no concelho de Mértola 11 locais de ocorrência de água com potencialidades para aproveitamento no termalismo. Todas elas (excepto o caso do Barranco das Vinhas) são procuradas para fins terapêuticos pela população do concelho, sobretudo para tratamento de queixas reumáticas, doenças da pele e do estômago, pelo que lhes chamam ‘águas santas’ na região. Do ponto de vista químico e hidrogeológico as águas citadas têm semelhanças entre si: todas emergem a temperaturas normais e todas podem ser classificadas como águas minerais cloretadas sódicas sulfúreas (Calado: volume 1, 2003-2004, p. 3).

INDICAÇÕES TERAPÊUTICAS: Tal como as restantes nascentes terá sido usada para tratar doenças do foro reumatológico, dermatológico e digestivo.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

OBRAS E ESTUDOS EM QUE É

MENCIONADA: “Potencialidades do Concelho de Mértola para o Termalismo” (Calado, 2003-2004).

OBSERVAÇÕES: Este local não foi objeto de reconhecimento *in situ*. O essencial da informação aqui compilada foi extraída dos estudos anteriormente mencionados.
 Foto: (Calado, 2003-2004)



INFORMAÇÃO GERAL

IDENTIFICAÇÃO: Água Santa da Bombeira.

LOCALIZAÇÃO: Situa-se na freguesia de Mértola, próxima da confluência entre a ribeira de Carreiras e o rio Guadiana. Acede-se ao lugar a partir do Monte da Bombeira Nova.

ENQUADRAMENTO FÍSICO

BACIA HIDROGRÁFICA: Ribeira de Carreiras, bacia hidrográfica do rio Guadiana.

ENQUADRAMENTO

GEOLÓGICO: Zona Sul Portuguesa (ZSP), unidade geológica: Formação de Mértola.

MORFOLOGIA DO TERRENO: Vale pouco encaixado atravessado pela ribeira de Carreiras.

REGIME HÍDRICO: Temporário.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO /USOS E APROPRIAÇÕES

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Esta é uma das águas menos conhecidas da região e apenas referenciada em uma obra. As escassas informações que existem foram transmitidas por um senhor residente no Monte da Bombeira que colaborou na localização da nascente e que terá informado “que antes da derrocada da barreira a nascente original tinha o cheiro típico e havia pessoas do Monte que a usavam para males de pele em banhos” (Calado, 2003, p. 47).

CONSTRUÇÕES EXISTENTES: A derrocada cobriu a antiga nascente e, por essa razão, as medições de parâmetros físico-químicos foram realizadas no pequeno charco que se mostra na fotografia.

CARACTERÍSTICAS DA ÁGUA

CLASSIFICAÇÃO: Água mineral cloretada sódica sulfúrea.

A respeito da composição química da água pode ler-se no relatório técnico do estudo “Potencialidades do Concelho de Mértola para o Termalismo” o seguinte: “A nascente original desapareceu após o aluimento de uma barreira. A água tinha o cheiro característico a sulfídrico e era procurada para tratamentos de doenças de pele. Atualmente há um pequeno charco na base da barreira no qual se procedeu a medições de parâmetros físicos e físico-químicos mas as águas não têm o cheiro característico” (Calado: volume 2, 2004, p.38).
 Todavia, no parágrafo adiante o autor refere o seguinte, na síntese dos comentários às análises: “Em quarto lugar, um potencial redox que é o mais negativo de todos os medidos, o que faz admitir que, embora a água não tenha cheiro a H₂S, seja a que possui a maior sulfuração de todas” (Calado: volume 2, 2004, p.39).

INDICAÇÕES TERAPÊUTICAS: Usada no tratamento de doenças dermatológicas.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

OBRAS E ESTUDOS EM QUE É

MENCIONADA: “Potencialidades do Concelho de Mértola para o Termalismo” (Calado, 2003-2004).

OBSERVAÇÕES: Este local não foi objeto de reconhecimento *in situ*. O essencial da informação aqui compilada foi extraída dos estudos anteriormente mencionados.
 Foto: (Calado, 2003-2004)



INFORMAÇÃO GERAL

IDENTIFICAÇÃO: Água Santa dos Besteiros/Vascão (dá-se nota desta dupla designação tanto na bibliografia consultada como nos registos orais da população local). Besteiros designa o povoado mais próximo e Vascão está relacionada com a ribeira que percorre o lugar da nascente.

LOCALIZAÇÃO: Situa-se na freguesia de Espírito Santo. A partir de Mértola, segue-se pela EN. 122 em direção a Espírito Santo e uma vez aqui toma-se a estrada local em direção a Besteiros. Em Besteiros prossegue-se por um caminho íngreme em terra batida em direção ao vale que é travessado pela Ribeira do Vascão. Existem 3 pontos de emergência de água. “As nascentes alinham-se numa direção N-S, por uma distância de uma dúzia de metros, e a cotas progressivamente mais altas a partir do nível da água da ribeira”. (Calado, 2004, p. 41).

ENQUADRAMENTO FÍSICO

BACIA HIDROGRÁFICA: Ribeira do Vascão, Bacia hidrográfica do Rio Guadiana.

ENQUADRAMENTO GEOLÓGICO: Zona Sul Portuguesa (ZSP), unidade geológica: Formação de Mértola.

MORFOLOGIA DO TERRENO: Vale muito encaixado atravessado pela ribeira do Vascão.

REGIME HÍDRICO: Permanente.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO /USOS E APROPRIAÇÕES

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: A Água Santa de Besteiros/Vascão, em conjunto com a Água Santa da Herdade de Sta. Maria e a Água Santa da Morena, assinalam os três lugares de banhos de maior representatividade no concelho, sendo do conhecimento da generalidade da população de Mértola. Em qualquer um dos exemplos verificou-se durante décadas o uso e apropriação da nascente para fins terapêuticos e em cada um deles são disso testemunho edificações de apoio a essa mesma prática - o equivalente a um balneário termal, onde as pessoas para além de tomarem os banhos de imersão em banheiras quase sempre rebaixadas no pavimento, se hospedavam durante o período de tratamentos. A nascente da Água Santa de Besteiros/Vascão terá funcionado até 2003, embora o estudo “O novo aquilégio” (Bastos, Quintela & Matos 2002) refira o ano de 2002 como a data do seu encerramento. Independente da incerteza que pende sobre a data em que foi suspensa a atividade dos banhos, certo é que neste lugar ocorreu durante décadas a prática dos banhos populares em moldes equivalentes aos casos da Água Santa da Herdade de Sta. Maria e da Água Santa da Morena, conforme menção anterior. Antes da família Catarino (a última família responsável pela preparação dos banhos), o espaço terá sido explorado por uma senhora que vivia em Besteiros. Nessa altura os banhos faziam-se ao ar livre em banheiras improvisadas que eram colocadas junto à margem da ribeira, aquecendo-se a água que era extraída de uma emergência junto à margem da ribeira em fogo de lenha, como ainda se faz atualmente na Água Santa da Herdade.

A família Catarino por seu turno, terá envidado esforços no sentido de solicitar o reconhecimento da água como “recurso hidromineral” com o objetivo de obter a concessão oficial para a prática termal. Para o efeito, terá ampliado uma antiga edificação na década de 90, construindo quartos para alojamento dos utentes e instalações sanitárias, ainda que muito precárias e sem quaisquer comodidades. Sobre a laje da cobertura evidenciam-se ainda ferros presumivelmente correspondentes aos pilares de um segundo piso que nunca se veio a concretizar. De acordo com o testemunho da Sra. Catarino, nunca foi concedida qualquer autorização: “já desistimos daquilo, as termas já não abrem há dois anos, este ano também não vai abrir. As negociações com o IGM não deram em nada, é melhor nem falar disso. In: http://www.aguas.ics.ul.pt/beja_asvascao.html (Bastos, Quintela & Matos 2002).

CONSTRUÇÕES EXISTENTES: Edifício destinado a balneário e a alojamento dos aquistas. Pequena construção contígua à nascente (de onde deveria sair a água canalizada para o edifício) e, ao lado desta, uma “caseta” de proteção ao furo, executado em 1992. Acerca de 14m da construção principal existe a construção mais antiga onde se alojava o preparador dos banhos durante o período estival coejdmt5cxxdfm,d.-c fdcclkmde meados de Junho a finais de Setembro. Presume-se que o circuito da água se fazia do seguinte modo: “A nascente emerge de uma fissura na rocha da encosta da margem esquerda. Tem anexada uma construção (guarita), com bica, de onde a água deverá ser canalizada para os balneários (...). Dessa guarita a água é também conduzida por calha para uma outra mais abaixo com duas bicas, e daqui segue para o rio por canalização” in: http://www.aguas.ics.ul.pt/beja_asvascao.html. (Bastos, Quintela & Matos, 2002).



CARACTERÍSTICAS DA ÁGUA

CLASSIFICAÇÃO: Água mineral cloretada sódica sulfúrea.
 É uma água quimicamente semelhante às águas santas da Morena, da Herdade de Santa Maria e do furo do Barranco das Vinhas. Existem diversas análises disponíveis sobre esta água a partir dos anos 90, mais concretamente a partir do ano de 1992 aquando da construção do furo. Em 1994 e 1996 são feitas novas recolhas integradas num estudo desenvolvido pelo laboratório Instituto Geológico e Mineiro. Em 1995 é feita nova análise para avaliação dos parâmetros de radioatividade, desta vez, desenvolvida pelo Instituto Tecnológico Nuclear, de Lisboa. A última análise data de 2003 e foi elaborada no âmbito do estudo das "Potencialidades do Concelho de Mértola para o Termalismo" e as suas principais conclusões entre o relatório não-técnico e o relatório técnico foram as seguintes: Da comparação dos dados, conclui-se que há semelhanças entre os três pontos de água, mas a nascente do meio, pelo valor do potencial redox, poderá ser a de maior sulfuração" (Calado: volume 2, 2003-2004, p. 58). "No Verão de 2003 fizeram-se as medições dos parâmetros físicos e físico-químicos usuais nas águas da Nascente Antiga e nas duas fontes, cujos resultados evidenciam características idênticas entre si e próprias das águas sulfúreas do concelho de Mértola" (Calado: volume 1, 2003, p. 58).

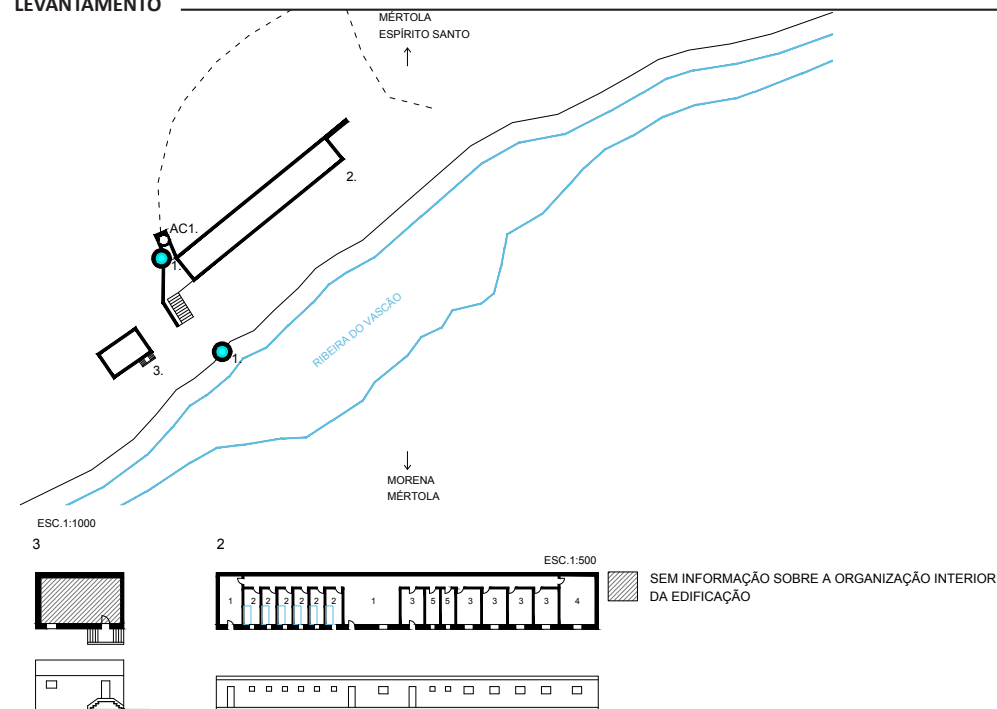
INDICAÇÕES TERAPÊUTICAS: Era usada essencialmente no tratamento de doenças reumatológicas, doenças dermatológicas e do aparelho digestivo, à semelhança das restantes nascentes.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

OBRAS E ESTUDOS EM QUE É MENCIONADA: "Carta das Nascentes Minerais" (Calado 1992), "Notícia explicativa da Carta das Nascentes Minerais" (Calado, 1995), "Estudo do Recursos Hídricos subterrâneos do Alentejo" (ERHSA: anexo IV, 2001), "A ocorrência de água sulfúrea alcalina no maciço hespérico: Quadro hidrogeológico e quimiogénese" (Calado, 2001), "O Novo Aquilégio" (Bastos, Quintela & Matos, 2002), "Potencialidades do Concelho de Mértola para o Termalismo" (Calado, 2003-2004).

OBSERVAÇÕES: Numa primeira visita ao local no ano de 2012, tivemos oportunidade de conhecer a senhora que preparava os banhos ainda antes dos últimos proprietários, a família Catarino e que nos terá fornecido a informação acerca do funcionamento.

LEVANTAMENTO Foto: Mercês Tomás Gomes





INFORMAÇÃO GERAL

IDENTIFICAÇÃO: Água Santa do Moinho Novo.

LOCALIZAÇÃO: Situa-se na freguesia de Espírito Santo e, à semelhança da nascente de Besteiros/Vascão, localiza-se sobre a ribeira do Vascão e igualmente na margem esquerda, junto ao Moinho Novo.

ENQUADRAMENTO FÍSICO

BACIA HIDROGRÁFICA: Ribeira do Vascão, bacia hidrográfica do Rio Guadiana.

ENQUADRAMENTO

GEOLÓGICO: Zona Sul Portuguesa (ZSP), unidade geológica: Formação de Mértola.
 "(...) no local passa uma longa falha na direcção NE-SO (v. folha 8 da Carta Geológica 1:200000)" (Calado, 2004, p. 43).

MORFOLOGIA DO TERRENO: Vale muito encaixado atravessado pela Ribeira do Vascão.

REGIME HÍDRICO: Permanente.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO /USOS E APROPRIAÇÕES

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Esta é uma das águas menos conhecidas da região e é apenas referenciada no estudo "Potencialidades do Concelho de Mértola para o Termalismo", onde é mencionada de forma breve e sumária, conforme aqui se transcreve: "É o caso menos conhecido de todos, e só por acaso se teve conhecimento dele, através do proprietário das Águas Santas de Besteiros. Está muito isolada do resto do concelho e muito longe de qualquer estrada asfaltada. Não há acesso de carro, só com um todo-o-terreno, e mesmo assim não é fácil. Dada a dificuldade de acesso, e por ter à partida muito menos potencialidades para a criação de uma estância termal que qualquer dos outros sítios inventariados, não se fez o seu reconhecimento de campo. De qualquer forma convém tê-lo em consideração para efeitos de cadastro municipal de valores naturais a preservar." (Calado: volume 1, 2003-2004, p. 63).

CONSTRUÇÕES EXISTENTES: -

CARACTERÍSTICAS DA ÁGUA

CLASSIFICAÇÃO: Presume-se que esta água possa ter características semelhantes às águas sulfúreas que caracterizam a generalidade das ocorrências hidrominerais inventariadas no concelho de Mértola, de acordo com o que a seguir se transcreve: "Identificam-se no concelho de Mértola 11 locais de ocorrência de água com potencialidades para aproveitamento no termalismo. Todas elas (excepto o caso do Barranco das Vinhas) são procuradas para fins terapêuticos pela população do concelho, sobretudo para tratamento de queixas reumáticas, doenças da pele e do estômago, pelo que lhes chamam 'águas santas' na região. Do ponto de vista químico e hidrogeológico as águas citadas têm semelhanças entre si: todas emergem a temperaturas normais e todas podem ser classificadas como águas minerais cloretadas sódicas sulfúreas (Calado: volume 1, 2003-2004, p. 3).

INDICAÇÕES TERAPÊUTICAS: -

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

OBRAS E ESTUDOS EM QUE É MENCIONADA:

"Potencialidades do Concelho de Mértola para o Termalismo" (Calado, 2003-2004).

OBSERVAÇÕES: Este local não foi objeto de reconhecimento *in situ*. O essencial da informação aqui compilada foi extraída do estudo anteriormente mencionado.
 Foto: (Calado, 2003-2004)



INFORMAÇÃO GERAL

IDENTIFICAÇÃO: Água Forte de São Domingos.

LOCALIZAÇÃO: Situa-se na freguesia de Corte do Pinto. “Ocorre um pouco por toda a parte da área afectada pelos trabalhos da antiga Mina de S. Domingos, mas sobretudo numa nascente onde se situava o antigo caminho de ferro que levava o minério para o Pomarão, nascente conhecida por Fonte da Água Forte. (ERHSA, 2001, p.109).

ENQUADRAMENTO FÍSICO

BACIA HIDROGRÁFICA: Bacia hidrográfica do rio Guadiana.

ENQUADRAMENTO GEOLÓGICO: Zona Sul Portuguesa (ZSP), unidade geológica: Formação de Mértola.

MORFOLOGIA DO TERRENO: Planalto dominado por duas albufeiras – tapada grande e tapada pequena – fundamentais à metalurgia pela via húmida e um conjunto de canais de água ácida decorrentes do processo de lixiviação dos metais.

REGIME HÍDRICO: -

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO /USOS E APROPRIAÇÕES

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: A referencia à Água forte de São Domingos surge em diversas publicações embora não seja referida no estudo e inventário mais recente, “Potencialidades do Concelho de Mértola para o Termalismo” (Calado 2003-2004). Dá-se nota que o mesmo autor considerou esta água em anteriores trabalhos como a “Carta das Nascentes Minerais” e o “Estudo dos recursos hidrominerais subterrâneos do Alentejo” (ERHSA), mas o sua elevado grau de acidez e mineralização em resultado dos processos de lixiviação associado à atividade mineira, ainda que com historial de uso para fins terapêuticos, terá justificado o seu supressão no último estudo sobre os potenciais casos de possível exploração termal. A menção mais antiga acerca destas águas surge nas Memórias Paroquiais de 1758, nas respostas dos pároco da freguesia de Mértola e de Santana de Cambas, à pergunta: “23ª Se ha na terra, ou perto della alguma fonte, ou lagoa célebre, e se as suas águas tem alguma especial qualidade?” (Boiça & Barros, 1995, p. 17). No século XX é novamente mencionada em diversos trabalhos hidrogeológicos. Primeiramente no “Manual Hidrológico de Portugal” em 1951, posteriormente na “Carta das Nascentes Minerais” e respetiva nota explicativa, no “Estudo dos recursos hidrominerais subterrâneos do Alentejo”, nas teses de doutoramento Carlos Calado e António Chambel e ainda no estudo “O novo aquilégio”, este último no âmbito das ciências sociais.

CONSTRUÇÕES EXISTENTES: -

CARACTERÍSTICAS DA ÁGUA

CLASSIFICAÇÃO: Sulfatada, arsenical, aluminosa (Contreiras, 1951)/ Sulfatada - ambiente metalífero; (Calado, 1995) “(...) há enorme quantidade de escórias e de escombreciras que cobrem grande parte das áreas da povoação e arredores, resultantes de muitos anos de actividade de exploração de pirite que aí existiu, e que produzem águas extremamente ácidas”. (Pereira et al., 1993, como citado em Chambel, 1999, p.149). “Trata-se de mais um caso de “água de mina” típica, portanto muito ácida, muito mineralizada, e com concentrações elevadas de elementos metálicos, designadamente metais pesados. (ERHSA: anexo IV, 2001, p.110).

INDICAÇÕES TERAPÊUTICAS: Usada no tratamento de doenças dermatológicas. “É utilizada sobretudo por locais em lavagens de partes do corpo a tratar. Há na população da região uma confusão entre esta água e uma outra que se encontra numa represa localizada a cerca de 500 m para nascente desta, a água de “ácido sulfúrico”, resultante do processo de exploração por lixiviação das minas”. In: http://www.aguas.ics.ul.pt/beja_aguaforte.html (Bastos, Quintela & Matos, 2002).

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

OBRAS E ESTUDOS EM QUE É MENCIONADA:

“As terras, as serras e os rios: as memórias paroquiais de Mértola do ano de 1758” (Boiça & Barros, 1995), “Manual Hidrológico de Portugal” (Contreiras, 1951), “Carta das Nascentes Minerais” (Calado 1992), “Notícia explicativa da Carta das Nascentes Minerais” (Calado, 1995), “Hidrogeologia do concelho de Mértola” (Chambel, 1999), “Estudo do Recursos Hídricos subterrâneos do Alentejo” (ERHSA: anexo IV, 2001), O Novo Aquilégio (Bastos, Quintela & Matos 2002).

OBSERVAÇÕES: Este local não foi objeto de reconhecimento *in situ*. O essencial da informação aqui compilada foi extraída do estudo anteriormente mencionado.
Foto: António Perestrelo de Matos.



INFORMAÇÃO GERAL

IDENTIFICAÇÃO: Água Santa de Mértola.

LOCALIZAÇÃO: Situa-se na freguesia de Mértola, na margem esquerda do Rio Guadiana próxima da povoação Além-Rio, ficando submersa na maré cheia e só possível de ser visitada por barco.

BACIA HIDROGRÁFICA: Rio Guadiana, bacia hidrográfica do rio Guadiana.

ENQUADRAMENTO

GEOLÓGICO: Zona Sul Portuguesa (ZSP), unidade geológica: Formação de Mértola.

MORFOLOGIA DO TERRENO: Vale encaixado atravessado pelo rio Guadiana

REGIME HÍDRICO: -

**ENQUADRAMENTO HISTÓRICO
/USOS E APROPRIAÇÕES**

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: A informação disponível acerca desta nascente é escassa. Surge sumariamente mencionada na obra “Águas e Temas Portuguesas: Indicações Gerais para uso de banhistas e turistas”, no capítulo dedicado às águas medicinais do distrito de Beja: “No concelho de Mértola existem várias nascentes de águas minero-medicinais, sulfurosas, uma na margem esquerda do Guadiana, muito próxima da sede de concelho” (SPP, 1918, p. 15). A segunda referência consta no inventário “O novo aquilégio”. O único testemunho recente acerca da sua existência é dado pelo Sr. Morais, guia e informante principal das observações constantes no estudo de 2002. “É desconhecida dos habitantes de Mértola e da própria Câmara Municipal, à exceção do Sr. Morais, natural e residente em Mértola, pescador nas horas vagas, que foi o único contactado que tinha conhecimento desta nascente, só visível quando a maré desce, mesmo junto da margem”. In: http://www.aguas.ics.ul.pt/beja_asmertola.html (Bastos, Quintela & Matos 2002). Não consta do estudo *Potencialidades do Concelho de Mértola para o Termalismo*, que inventaria 11 dos 13 casos aqui referidos.

CONSTRUÇÕES EXISTENTES: -

CARACTERÍSTICAS DA ÁGUA

CLASSIFICAÇÃO: Presume-se que esta água possa ter características semelhantes às águas sulfúreas que caracterizam a generalidades das ocorrências hidrominerais inventariadas no concelho de Mértola. “O sr. Morais (guia/informante) afirmou que esta água ainda era mais sulfúrea que a de Morena, com cheiro e sabor mais forte”. In: http://www.aguas.ics.ul.pt/beja_asmertola.html (Bastos, Quintela & Matos 2002).

INDICAÇÕES TERAPÊUTICAS: Doenças dermatológicas.

**INFORMAÇÃO
COMPLEMENTAR**

OBRAS E ESTUDOS EM QUE É

MENTIONADA: “Águas e Temas Portuguesas: Indicações Gerais para uso de banhistas e turistas” (SPP, 1918), “O Novo Aquilégio” (Bastos, Quintela & Matos 2002).

OBSERVAÇÕES: Este local não foi objeto de reconhecimento *in situ*. O essencial da informação aqui compilada foi extraída do estudo anteriormente mencionado.

IV. A água e as suas práticas sociais

A ancestralidade que a matéria convoca: da dimensão sagrada à institucionalização da prática termal

A tradição do uso de águas minerais em Portugal

Banhos populares *versus* termalismo convencional: diferenças, coexistência e influências mútuas

Revisitação da prática termal à luz de novas conceções de saúde

A ancestralidade que a matéria convoca: da dimensão sagrada à institucionalização da prática termal.

Elemento fundamental de suporte e garante da vida¹, a água sempre assombrou as comunidades humanas, razão pela qual “o Homem deu-lhe tanto da sua superstição e devoção, e em paralelo lhe tenha dedicado tanto do seu esforço para a entender, conter, transportar, controlar, enfim, consagrar” (Conceição, 1997, p. 19).

A água representa um infundável campo de análise, estudo e investigação sendo múltiplos os engenhos relacionados com a sua captação, armazenamento, tratamento e distribuição, diversos os seus usos, funções e aplicações, e abundantes as formas de se fazer representar e simbolizar.

Os valores e significações que ao longo da história das civilizações foram sendo atribuídos à água – de âmbito utilitário, simbólico, terapêutico, lúdico, estético, ecológico, artístico, religioso, literário, filosófico – são matéria profícua de análise e reflexão que confirmam assim a sua riqueza e o contínuo interesse em estudá-la à luz dos mais diversos contextos e esferas disciplinares.

A história da água é, por isso, à semelhança da do corpo, “uma história incompleta e sempre por fazer” (Crespo, 1990, p. 571). Elemento cultural, mesmo civilizacional, por excelência, ora se desmultiplica nos contínuos desafios que implicam a sua gestão e controlo (para os mais diversos usos práticos), ora se faz acompanhar de um conjunto vasto de simbolismos e representações, cumprindo funções fundamentais, tanto no domínio coletivo, na vivência das comunidades, como na esfera pessoal e individual de cada sujeito.

A riqueza multimoda da água mostra-se desde as antigas civilizações, cuja fundação está profundamente relacionada com a água, facto que se evidencia na instalação das comunidades junto dos rios, represas, lagos e oceanos. São disso exemplo as cidades que se ergueram a partir do rio Amarelo na China, do rio Tigre, do Eufrates ou do Nilo, berços das primeiras formas de organização social, cultural e económica, e bastidores das primeiras formas de engenharia de que é exemplo a construção de diques, sistemas de irrigação e controle de enchentes, entre outros (Wylson, 1986).

Outro dos fatores que explicam esta intensa relação em torno da água está relacionado com a natureza excecional, irrepitível e inimitável do seu comportamento mecânico, da variedade dos seus estados, temperaturas, formas

¹Como refere o antropólogo Jean-Yves Durand “As relações entre o corpo humano são muito diversas e começam pela fisiologia; uma publicidade a uma marca de água mineral portuguesa lembra-o: “Um corpo a cem por cento tem setenta por cento de água” (1996, p. 87).

etc., regidos por insondáveis leis da natureza, por regimes moleculares de complexa explicação e por interações de forças que envolvem deslocamentos, fluxos, energias e tensões diversas. Exemplos dessa condição mutável da água são-nos apresentados precisamente na forma fluída dos rios, nos corpos de água estacionária dos lagos, nas cascatas ou nos gotejamentos, nos vapores dos vales encaixados, nas águas termais ou solidificada em cristais, que cativam, impelem e inspiram continuamente as comunidades em todas as fases da história humana.

Ergue-se, então, em paralelo com a dimensão utilitária da água, um universo simbólico e metafísico que convoca as mais amplas formulações subjetivas e do imaginário humano (Bachelard 1998a [1942], Roche 1998). Valorizada e consagrada desde tempos ancestrais, a água foi sempre observada como fonte de culto (Eliade, 1994 [1949], Sébillot 1983) por todas as civilizações e culturas, cruzando os sistemas de pensamento de diversas religiões (politeístas, como a hindu, a xintoísta ou a taoista, monoéistas, como a judaica, a cristã ou a islâmica) que à água associaram os mais diversos rituais de purificação (Hidiroglou, 1994).

Deste modo, “a purificação prévia do corpo nas águas cristalinas integrava quaisquer cerimónias na Antiguidade” (Ramos, 2005, p. 19). A vocação sagrada, simbólica, purificadora e restauradora da água, em relação ao corpo e à mente, atravessou, assim, a história de todas as civilizações que dela fizeram continuamente matéria de imaginação e consagração.

213

Mas ao mesmo tempo que é observada como símbolo de vida (Fig. 32) – o movimento das nascentes, dos cursos de água e fontes é também percecionado como símbolo de vida –, ela é simultaneamente detentora de força destruidora e diluvial², convertida em objeto de diabolização em muitos momentos



Fig. 32. A água como fonte e símbolo de vida. Fonte: (Sorcinelli, 1998).

²Leonardo da Vinci estudou obsessivamente o movimento da água, e o seu terror em relação à turbulência das águas ficou expresso nas suas representações a carvão de inundações e tempestades (Moore, 1995).

da história. Assim ocorreu nos tempos modernos em relação às águas subterrâneas, temidas como uma força maligna e devastadora (Moore, 1995).

Enquanto elemento ambivalente, polimórfico e polissêmico, ela suscita em si mesmo um sem-fim de conceptualizações, formulações teóricas e efabulações que ora a distinguem como elemento fundamental à vida ou como vetor de dissolução e destruição (Durand, 2003).

Instigando fortemente a fantasia e o devaneio humano, muitos foram então os autores que lhe dedicaram extensa produção escrita. Desde narrativas efabuladas, ao poder simbólico das águas até às práticas sociais onde se incluem também as práticas de higiene e da cura, são vastas as abordagens no domínio literário.

Entre as referências clássicas destacam-se Gaston Bachelard e o seu livro *L'eau et les rêves*³ (1942). Através da sua experiência pessoal, de referências literárias e de imagens o autor propõe-nos uma leitura meta-poética que concilia a experiência visual e material que a água promove sob o signo de várias qualidades e atributos. A água é, para Bachelard, simultaneamente fluída, homogénea e coesa, sólida e gasosa, transitória ou de uma materialidade compacta. Ela é, em suma, o suporte e fundamento da imaginação pura.

214

Mircea Eliade, em *Traité d'histoire des religions*⁴ (1949), em particular no capítulo dedicado às águas e ao simbolismo aquático, explora, por seu turno, uma perspetiva sustentada nos símbolos, na magia e nos rituais que a água incita e produz nas sociedades arcaicas. Para Eliade, a história das religiões permite reconhecer que a água no seu sentido primordial representa, acompanha e suporta a vida na sua origem.

(...) na cosmogonia, no mito, no ritual, na iconografia, desempenha a mesma função, qualquer que seja a estrutura dos conjuntos culturais nos quais se encontra: elas precedem qualquer forma e suportam qualquer criação (Eliade, 1994, p. 244).

Numa outra direção, Paolo Sorcinelli (1998) propõe-nos uma digressão sobre o modo como a água foi sendo social e culturalmente considerada ao longo da história, aludindo às diversas significações e simbolizações ora impregnadas de desconfiança e esperança, ora objeto de diabolização e de crença, ora sinónimo de doença e saúde. Desde os banhos medievais até às sofisticadas estâncias termais da idade moderna, o autor revela-nos a água na sua histo-

³Consultada na versão traduzida para português com o título *A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação* (1997 [1942]).

⁴Consultada na versão traduzida para português *Tratado de História das Religiões* (1994 [1949]).

ricidade, assinalando em cada época aquilo que é o resultado de um longo processo de elaboração social.

Refazer a história das comunidades implica, pois, atender ao vínculo milenar que relaciona o homem com a água, do mesmo modo que aprofundar a relação entre comunidades e território requer, paralelamente, considerar os seus usos sociais.

Assim, desde as águas lustrais, fecundas e símbolo de fertilidade, à domesticação da água para os mais diversos usos, ao cientificismo da sua exploração⁵, uma vasta genealogia de usos e funções se ergueu sob o signo deste elemento. Mas se as águas têm inspirado o imaginário social, “as “águas quentes” – termais – especificamente, têm alimentado este imaginário sobremaneira” (Quintela, 2003, p.180), a partir dos primados das práticas sociais e rituais – o banho.

Como temos vindo a referir, o contacto do corpo com a água sempre teve implícita uma certa ideia de regeneração, de fertilidade e renovação (Goetz, 1964).

A imersão é equivalente a uma dissolução das formas. Razão porque o simbolismo das águas implica morte e renascimento. O contato com a água sempre nos traz a regeneração - por um lado porque a dissolução é seguida por um novo nascimento, por outro, porque a imersão fertiliza e multiplica o potencial da vida (Eliade, 1959, como citado por Moore, 1995 p. 20)⁶.

215

A água remete assim para algo além da sua realidade física, atuando entre a sua condição tangível e observável e a sua intangibilidade simbólica tornada evidente pela sua “natureza ondulante: à medida que flui, envolve e gira, permanece incompreensível e incontível” (Moore, 1995, p. 20).

Em razão desta sua condição ambivalente, que transforma a água em símbolo de pureza e vetor de dissolução, muitos são os estudos sobre os “usos deste fluido enquanto mediador, por exemplo, nos rituais de junção entre ciclos importantes da vida individual ou colectiva; ou sobre a água milagrosa e curativa, mediadora, neste caso, entre este e outro mundo” (Durand, 2003, p.23).

Com efeito, o seu poder regenerador e purificador permite associá-la a grandes etapas da vida: ao banho do nascimento, ao banho ritual antes do casa-

⁵ A partir da qual se ergue a definição de água potável (através do trabalho de Pasteur) ou a sua validação científica como remédio ou medicamento a partir do século XIX.

⁶ Transcrição do texto original: “immersion is equivalent to a dissolution of forms. This is why the symbolism of the waters implies both death and rebirth. Contact with water always brings a regeneration - on the one hand because dissolution is followed by a new birth, on the other because immersion fertilizes and multiplies the potential of life” (Eliade, 1959, como citado por Moore, 1995 p. 20).

mento, ao banho dos mortos antes da viagem para o além, ao banho que cura, ao banho que limpa. O banho atravessa assim todos os tempos históricos, todas as civilizações, navegando por entre a vida profana dos homens e as mais diversas simbolizações religiosas.

De entre os muitos usos sociais que dela se faz, a atividade em torno dos seus benefícios terapêuticos tem sido das mais consistentes, superados todos os tipos de perseguições e recriando-se continuamente através da sua capacidade para “lavar tudo”: as doenças, os problemas, e até os “encostos.” (Quintela, 2003, p. 178).

Referente de cura, regeneração e bem-estar, o banho reparte então entre banhos privados e banhos públicos, entre banhos de imersão e banhos de vapor, entre banhos quentes e banhos frios, entre banhos no interior e banhos no exterior que, de acordo com as épocas e civilizações, foram evoluindo e revelando a natureza das diversas relações entre corpo e água (Ramos, 2005).

O reconhecimento da sua função e valor terapêutico e as consequentes formas de instituição desse vínculo, tanto na sua dimensão individual (a partir da experiência física e subjetiva que se estabelece entre corpo e água), como na sua dimensão coletiva (a partir da vertente agregadora e colonizadora que vincula comunidade(s) e território(s)) concretizam-se assim das mais diversas formas (Fig. 33).

216



Fig. 33. O banho na sua expressão coletiva. Fonte: (Sorcinelli, 1998).

Presentes, portanto, em todas as comunidades humanas, distinguem-se três fases fundamentais da evolução do seu valor e uso na cultura ocidental.

Na era que se pode dizer cosmológica, curandeiros e mágicos celebravam o culto das fontes mágicas e sagradas. Tal concepção – mitológica, em que o

símbolo traz a presença do divino – vigorou até ao cristianismo. Na idade média, a mesma água (batalmal) que limpava e lavava o corpo dos pecados, foi afetada pela reprovação social e moral da exposição do corpo. Finalmente, uma terceira revolução mental ocorreu entre os séculos XIX e XX, com a transformação do uso popular das águas para fins terapêuticos, nunca interrompido na verdade desde épocas remotas. Nesta fase o termalismo passa de uma participação popular ancorada na tradição local, para uma apropriação ampla pela aristocracia e pela burguesia urbana, adquirindo, através da expansão do higienismo e das atividades do ócio, um outro alcance. A água converte-se, então, em objeto de interesse científico, laicizada no saber de geólogos, engenheiros, químicos e médicos que estudam a sua composição e as suas propriedades curativas.

Sobre este período destaca-se o contributo de Jean-Pierre Goubert, especialista em história da saúde na compreensão sobre as implicações sociais e sanitárias da água desta época. A partir da sua longa monografia *La conquête de l'eau* (1986), o autor toma como contexto de análise a história da água durante a era industrial (entre 1830 e 1940 em França), procurando observar, em particular, as distintas conceções e valoração das águas e seus benefícios ao longo do tempo sobre o corpo humano.

Num período dominado pelas conceções higienistas do corpo, Goubert aborda numa primeira parte do seu estudo o progressivo declínio das práticas populares de controlo e gestão da água em benefício da emergência de novas categorias técnicas e científicas que permitem atender às questões de salubridade e potabilidade da água. Tal revolução faz-se, entretanto, acompanhar de uma valorização dos espaços do banho que tanto no âmbito doméstico como no âmbito hospitalar se traduz na inclusão de novos equipamentos – duches, bidés e sanitas – e ainda em diversos e sofisticados aparelhos hospitalares, num processo de apetrechamento que incluiu, igualmente, os balneários e as estâncias termais.

217

Numa época em que a sociedade passa a assumir a responsabilidade direta das suas vidas, deixando o seu destino de ser marcado por Deus ou por outras forças simbólicas (Crespo, 1990), o progresso da ciência é resultado e simultaneamente produto dessa transformação social.

Assiste-se, por conseguinte, nesta mesma época, à divisão conceptual⁷ da prática termal e, com ela, à distinção entre uma atividade assente em dispositivos elementares e temporários de cariz popular – *banhos populares* – e uma atividade institucionalizada, que integra sistemas sofisticados de engenharia hidráulica.

⁷Aprofundaremos adiante as principais características e atributos que permitem distinguir os *banhos populares* do *termalismo convencional*.

ca e uma gestão e regulação médica da matéria “água” – *termalismo convencional* – variantes que adiante abordaremos de forma mais aprofundada.

Surgem então as primeiras formas de atividade económica associadas a esta prática que mais tarde se denominará de turismo. É neste mesmo período histórico que o desenho dos espaços termais surge não só como instrumento modelador de rituais, de espaços de representação que oscilam entre arquiteturas modestas e arquiteturas de monumentalidade, mas também como resposta a um programa que é produto médico e comercial.

A conjugação entre a dimensão física e corpórea do banho e a dimensão simbólica que lhe está subjacente deu, então, origem a lugares praticados e consumados pela vida ritual das comunidades – espécie de enclaves de cura que se iniciam com a prática dos banhos e, em muitos outros casos, transcendem o primado desta função.

Em suma, uma atividade que se traduz em lugares evocatórios onde espaço, ritual e paisagem conformam uma realidade particular, abordada e explorada inclusive em muitas obras literárias.

As termas e os seus lugares afiguram-se, aliás, ao longo do século XIX e século XX, como cenário e contexto fértil de criação e ficção literária, seduzindo muitos autores que nelas se inspiram para discorrer sob diversos aspetos da sua vivência, das suas paisagens, dos seus utentes, permitindo, simultaneamente, olhar o mundo e a sociedade a partir desta espécie de *microcosmos* que os lugares termais representam.

218

Exemplos desta fertilidade e pluralidade de abordagens é-nos revelada em *Der Zauberberg*⁸ de Thomas Mann (2020 [1924]), onde o escritor explora a noção de tédio como valor intrínseco à experiência balneária, ou em *Kurgast*⁹ (1997 [1953]) de Herman Hesse que, a partir da sua própria experiência nas termas de Baden-Baden¹⁰, deambula com ironia e sarcasmo sobre as rotinas, a ciclicidade das ações, o tédio, a solidão e o terror que integram estas “sociedades da dor” (1997, p. 14), entretecendo, paralelamente, observações de pendor filosófico acerca de um cenário que considera ser favorável à criação artística.

A ambivalência entre as dimensões do curar e do folgar que estes lugares manifestam é, por seu turno, explorada numa outra direção por Fiódor Dostoiévsky em *O Jogador* (Игрок) (1999 [1867]). Inscrevendo a ação do seu livro

⁸Com o título *A Montanha mágica* na versão portuguesa (Mann, 2000 [1924]).

⁹Com o título *Aquieta* na versão portuguesa (Hesse, 1997[1953]).

¹⁰Baden-Baden é uma estância termal situada no sudoeste da Alemanha, com origens na época romana, tendo-se notabilizado a partir do século XIX como um dos mais conceituados centros de vilegiatura da Europa.

num espaço imaginário que remete para os casinos e as salas de jogos que integravam as estâncias termais da Alemanha (Homburg, Kissingen, Baden-Baden), o autor alude à paixão, ao prazer e à libertação que o jogo proporciona, que, enquadrado na esfera que aqui tratamos, emerge como contrapeso do protocolo rígido e da disciplina que exigem os tratamentos termais.

Do espaço evocado por Dostoievsky onde todas as virtudes se cruzam, mas também onde todos os vícios têm lugar, transitamos na ordem do tempo e do espaço para o escritor espanhol Joan Maragall que, a partir da sua obra *Ville d' Eaux* (1904), discorre sobre a artificialização de um espaço que imita e reproduz a natureza para ser agradável ao viajante, aludindo à sua excecionalidade enquanto espaço à margem da realidade. Tal como Herman Hesse, considera-o como espaço propício ao ato criativo. Numa direção completamente distinta e servindo-se do ambiente e do contexto das termas, Manuel Vázquez Montalbán vai desenvolver em *El Balneario* (2017 [1986]) uma narrativa / uma ficção que retrata com ironia a urgência do corpo e dos problemas de saúde na sociedade contemporânea, aludindo à profunda heterogeneidade dos banhistas/aquistas (por entre intelectuais, ricos, pobres, velhos e novos, gordos, intoxicados de fumo e de bebida etc.) e suas diversas motivações.

Na literatura portuguesa destacamos sobretudo Ramalho Ortigão e Miguel Torga como autores que, pertencendo a gerações distintas, celebraram os poderes curativos das águas por meio de uma escrita minuciosa e detalhada sobre os lugares e as vivências que marcam o ritmo de vida nas termas. Ortigão, na sua obra *Banhos de Caldas e Águas Minerais* (1875), conduz-nos numa digressão pelas principais termas do país, evocando a suspensão do quotidiano e o encontro com a tranquilidade e com a natureza que estes lugares proporcionam.

219

Em *Diário* (1941-1993) de Miguel Torga, as referências a acontecimentos e vivências nas termas de Gerês e Chaves são constantes. Por meio de uma escrita diarística, percebemos a centralidade que estes espaços detêm no contexto social e cultural isolado e distante de Trás-os-Montes.

Nestes escritos, as alusões constantes ao horário que marca a vida no balneário ou na estância termal, as referências às vivências, às rotinas e ao contexto paisagístico que os enquadram evidenciam a potência ritualística e performativa destes lugares que, independentemente do tipo, modalidade ou variante, assinalam uma vitalidade antropológica, social e cultural que, porventura, importa considerar no âmbito da reflexão acerca dos territórios (em especial os rurais) e suas possibilidades de valorização.

Assim, esta referência à ficção ou relato literário importa para fazer perceber que as águas percorrem um espaço de sensibilidade e imaginação que recupera os vários momentos históricos do uso e significação da água anteriormente referida.

A tradição do uso de águas minerais em Portugal

A tradição das águas minerais naturais com fins terapêuticos (outrora denominadas também de *minero-medicinais*) evidencia-se a partir da diversidade de estruturas termais existentes em território nacional, muitas delas com origem em épocas remotas¹¹, e pela quantidade de obras e estudos científicos que desde há séculos vêm sendo consagrados ao tema das águas em Portugal¹².

A esta apetência histórica para o uso e estudo das águas referiu-se Henry Schoeller (1982), hidrogeologista alemão, mencionando que “poucos países se interessaram tanto pelas águas termominerais como Portugal, como o testemunham as belas publicações que tenho na minha biblioteca” (como citado por Calado, 1995, p. 10). Em complemento desta constatação, Carminda Cavaco (2005a) refere igualmente que, sendo o termalismo uma das formas mais antigas de turismo, Portugal não é exceção pela riqueza em nascentes termo-minerais que dispõe e há muito usadas como meios eficazes de cura e tratamento. Na mesma direção, também Jorge Mangorinha (2002) alude a esta propensão quando infere que, se a Europa é o “continente da saúde” mais antigo do mundo e o berço da ciência médica, Portugal é um dos países que melhor testemunha essa vocação terapêutica por via das águas, tanto pelo expressivo número de estruturas existentes relacionadas com a prática termal, como pela história remota que a constitui.

221

Sobre o termalismo em Portugal enquanto prática institucionalizada, importa referir desde logo que ela acompanhou genericamente o desenvolvimento da prática termal na Europa e, conseqüentemente, a história da medicina no ocidente. Não desprezando a complexa rede de fatores que particularizaram a

¹¹Leia-se a propósito o seguinte: “Os registos arqueológicos mais antigos que se conhecem em Portugal e que confirmam o culto dos povos ancestrais pela água, localizam-se no distrito de Braga, sendo anteriores ao período céltico. Como exemplo de explorações de águas nos tempos proto-históricos podemos citar os vestígios encontrados em Vizela. A utilização das águas termais no território português é pois muito anterior à fundação da nacionalidade. Povoados construídos nas imediações de fontes ou de nascentes termais tomaram a designação de ‘caldas’, ‘caldelas’, ‘termas’ ou simplesmente ‘banhos’, de acordo com o período histórico em que tal designação se estabeleceu” (Cantista, 2008-2010, p. 81).

¹²As primeiras informações acerca das nascentes e das águas minerais ocorrem no século XVII, a que se sucedem os primeiros ensaios analíticos nos séculos XVIII e XIX coincidindo, simultaneamente, com o interesse de vários governos em explorar a riqueza hidrogeológica do país. O século XX corresponde ao período de maior aprofundamento e investigação destes temas, com o advento de estudos químicos e físico-químicos mais completos. Para um maior aprofundamento desta matéria consultar Acciaiuoli, (1944, vol. 1; 1952, vol. 1).

EUROPA

SECS. a.c	SÉC. VIII a.c - V d.c	SÉC. V - XV	SÉC. XVIII	SÉC. XIX	SÉC. XX	SÉC. XXI
IDADE COSMOLÓGICA > O culto das águas dimensão mitológica, simbólica e divina da água.	ANTIGUIDADE CLÁSSICA > O legado da civilização grega e a herança dos banhos Romanos. CIVILIZAÇÃO GREGA ↓ CIVILIZAÇÃO ROMANA	IDADE MÉDIA > A diabolização dos banhos. Conotação social e moral Reprovável. XIV KARLOVY VARY XV BADEN-BADEN	IDADE MODERNA > A água é objecto de interesse científico. XVIII MONTECATINI BUDAPESTE	IDADE CONTEMPORÂNEA > Aprofundamento do conhecimento e da especialização das terapias. Complexificação das estruturas termais. XIX VICHY BATH SPA XIX . final do séc. Competição entre as estâncias europeias.		> Fusão do conceito de bem-estar com a terapia pelas águas. termalismo como estratégia de valorização e eixo de desenvolvimento.

PORTUGAL

SECS. a.c	SÉC. VIII a.c - V d.c	SÉC. V - XV	SÉC. XVIII	SÉC. XIX	SÉC. XX	SÉC. XXI
				Divisão conceptual entre banhos e termalismo Distinguem-se as práticas em função da ciência		
		> Em Portugal até ao séc. XIX não se assinalam expressivas alterações ou evolução da prática termal e das suas estruturas. Por todo o país proliferam casas de banho de cariz popular.		> Interesse do estado aliado ao cientificismo aplicado às águas. Complexificação das estruturas termais.		> Fusão do conceito de bem-estar com a terapia pelas águas.
	ORIGEM ROMANA CHAVES GERÉS TAIPAS VIZELA SÃO VICENTE S. PEDRO DO SUL	XV . 1485 1º HOSPITAL TERMAL DA EUROPA CALDAS DA RAINHA	XVIII .1755 INQUÉRITO DE MARQUÊS DE POMBAL Averiguar o estado em que se encontravam as termas. CABAÇO AZENHA MURTAS TAIPAS ...	XIX .1892 DECRETO-LEI QUE REGULA A EXPLORAÇÃO DAS NASCENTES MINEROMEDICINAIS XIX VIDAGO ESTORIL SÃO PEDRO DO SUL GERÉS CURIA	XX primeiras décadas período áureo do termalismo em Portugal. anos 50 declínio das termas a praia / farmacologia. anos 70 - 80 termalismo social: participação do estado.	

Fig. 34. Síntese da evolução do termalismo na Europa e em Portugal.

sua evolução em cada um dos países¹³ – de acordo com diferentes contextos, níveis de desenvolvimentos e aplicações –, a terapia por via das águas como prática instituída foi, em geral, fortemente influenciada pela evolução da ciência a partir dos finais do século XVIII. Fator que se repercutiu no abatimento da dimensão subjetiva e valor simbólico da(s) água(s), em virtude da sua gradual laicização. Assim, por via do conhecimento científico e, em concreto, por meio da especialização química, hidrológica e médica, os efeitos terapêuticos das águas vão sendo explicados em vez de imaginados, e a água passa a ser percebida como medicamento ou remédio e menos como fonte de vida, diamante líquido ou fluído milagroso (Fig. 34).

Tal processo faz-se, por sua vez, acompanhar do desdobramento das técnicas de hidroterapia e da diversidade de equipamentos que conduzem, entretanto, também à gradual complexificação e especialização dos edifícios e estâncias termais (Fig. 35).

¹³Sobre as diferenças do termalismo em países como França e Inglaterra leia-se o seguinte: “Comparando a história do termalismo nos séculos XIX e XX em Inglaterra e França, o historiador canadiano George Weisz mostra que, após um crescimento devido a um consumo associado à aquisição de elementos de distinção e diferenciação social, foi o processo de medicalização que garantiu a persistência do termalismo em França – onde as curas por águas eram reconhecidas, apoiadas e compartilhadas. (...) Já em Inglaterra, apesar do pioneirismo dos banhos de Bath e Bristol no século XVIII, que inauguraram todo um ciclo de atitudes colectivas relativamente ao poder curativo das águas e das estadias balneares, algo de diferente se passou. O factor mais saliente é a ausência de um vínculo legitimador por parte do *establishment* médico relativamente às estadias balneares; tão pouco, e pelas mesmas razões, se consolidou uma ‘economia de saúde’ com categorias elegíveis para a participação do estado nas estadias termais, ou uma ideologia de legitimação dos *spas* tradicionais como espaço de cura. Estes elos, que se fortaleceram em França, declinaram em Inglaterra, ou nunca chegaram a existir; e assim, sugere Weisz, se explica o declínio do termalismo em Inglaterra” (Bastos, 2006).

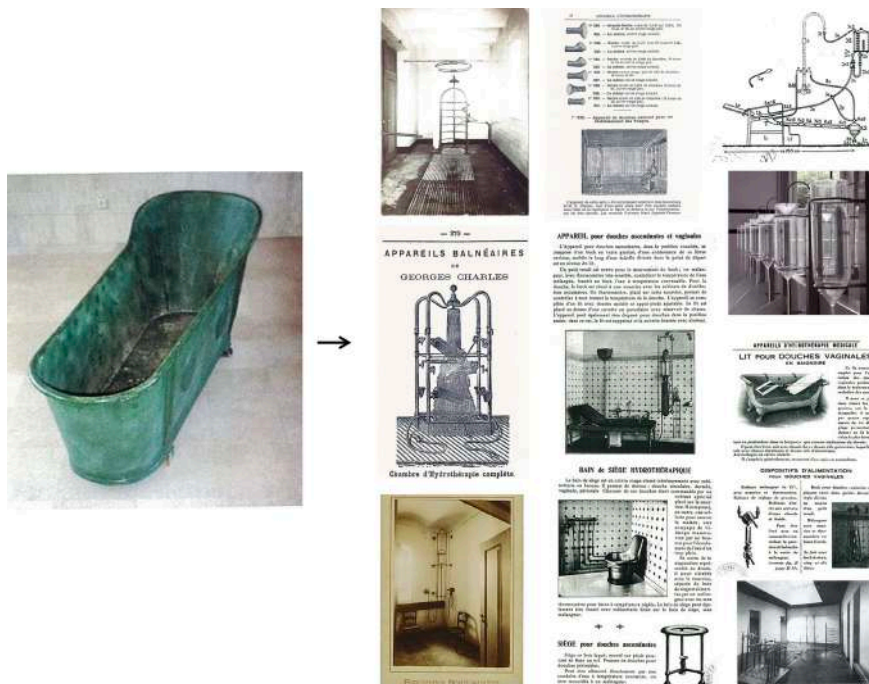


Fig. 35. Utensílios e equipamentos utilizados na prática termal. Fonte: adaptado de (Pinto & Mangorinha, 2009).

Mas, a par do progresso da ciência, outro dos eixos transformadores da evolução da prática termal na Europa está relacionado com um movimento paralelo – o da afirmação de novos valores associados a práticas sociais que visavam o entretenimento da classe aristocrática e da burguesia, que passam a frequentar as termas a partir do século XVIII.

223

Depois de um longo período de hostilidade (durante a idade média) em que a Igreja considera os banhos práticas infames e um atentado contra a castidade (Quintela, 2004), as termas renascem ancoradas a um novo ideário de valorização intelectual e cultural de abertura ao mundo e, consequentemente, favorável aos circuitos e às vilegiaturas termais.

Em rigor, a prática dos banhos sempre existiu em todos os momentos da história das comunidades, porque embora severamente criticada e perseguida durante o período de consolidação do cristianismo, tal atividade resistiu e prosseguiu dentro dos hábitos e influências pagãs. É, todavia a partir das elites que é devolvido ao termalismo a sua legitimidade, protagonismo e notoriedade.

Com a aristocracia europeia e a burguesia, de seguida, a ir a banhos e a instalar-se por longos períodos em estâncias termais a partir do final do séc. XVIII, o termalismo conhece nesta época um grande florescimento, dominando a agenda de uma classe privilegiada que começa a valorizar o ócio e o escape da vida quotidiana como símbolo de poder económico, promoção e ascensão social, reforçado entretanto por uma classe burguesa emergente a partir do século XIX.

A temporada termal passa a marcar o ciclo anual das elites sociais.

A corte vai a “banhos”. Instala-se numa determinada estância e aí passa um período de tempo considerável. Nasce “a época termal”, “la saison”, “the season”. Vichy ou Aix-les-Bains em França, Bath ou Brighton na Inglaterra, Caldas da Rainha em Portugal são bons exemplos dos locais que a aristocracia frequenta. D. João V, segundo rezam as crónicas, vai doze anos para as Caldas da Rainha.

Muitos monarcas lhe seguem o exemplo e vão a banhos. Os destinos termais ficam marcados pelo gosto aristocrático. Já mais próximo dos nossos dias a Rainha D. Amélia tem residência de Verão em S Pedro do Sul, onde hoje um dos balneários destas termas ostenta o seu nome, homenageando desta forma uma das nossas rainhas que maior divulgação deu ao termalismo (Cantista, 2008-2010, p. 83).

O movimento de expansão termalista que dominou todo o século XIX e princípios do século XX está, assim, fortemente vinculado ao interesse de uma classe de posses que, juntando a ambição dos cuidados sobre si à necessidade de se distrair e reclamando, ao mesmo tempo, o espaço social das antigas camadas aristocráticas (Bastos, 2006), fez catapultar o termalismo muito além do seu desígnio médico. Com efeito, aquilo que era inicialmente uma forma de cura e terapia deu origem à afirmação de uma nova forma de calendarização anual, a “vilegiatura” (Quintela, 2004), convertida posteriormente numa indústria turística que integra também o turismo de lazer e do entretenimento, como bem testemunha a proliferação de casinos por todas as grandes estâncias termais da Europa no final do século XIX e os seus majestosos e imponentes hotéis.

224

A evolução do termalismo em Portugal segue, então, as mesmas tendências da Europa (ainda que um pouco desfasadas no tempo), seguindo em particular o exemplo do termalismo francês, “país que, na segunda metade do século XIX, não só ditava as modas e maneirismos mas era também a referência para os compêndios e pesquisa médica” (Bastos, 2006).

Em Portugal, o termalismo é instituído formalmente a partir de 1892¹⁴ (Ferreira, 1994). As edificações, as modas, os protocolos e prescrições, mas também o conhecimento científico e os modelos de administração terapêutica eram então importados de França, chegando mesmo a ocorrer intercâmbios entre diretores clínicos (portugueses, franceses e espanhóis) que permitiam partilhar experiências, concertar e administrar práticas comuns (Bastos, 2006).

É precisamente neste contexto – na transição do século XVIII para o século XIX – que ocorre o início da civilização do corpo em Portugal, enquadrado num processo de afirmação individual e coletiva de combate às doenças e

¹⁴Data a partir da qual o sector passou a ser objeto de legislação específica, regulando a atividade das termas e o exercício da medicina termal (Ferreira, 1994).

de luta por melhores condições de vida, que assim foi resumido por Jorge Crespo:

Os novos valores de beleza, felicidade ou juventude identificam-se com um corpo que se transforma em objeto de cuidados e desassossegos. O projecto de libertação do corpo está presente em cada momento, exprimindo-se numa dinâmica multifacetada e atingindo a imensa teia de relações sociais (Crespo, 1990, p. 7).

O corpo enquanto objeto de estudo é então analisado a partir da condição física da população, dos cuidados e da política de educação do corpo, contexto que favorece o desenvolvimento do termalismo.

Mas ainda antes da história do termalismo institucionalizado e concessionado, uma longa tradição de uso e apropriação das águas está na base da afirmação de uma “cultura de água” em Portugal – construção antropológica, social e cultural por excelência e objeto de transformação e evolução contínua.

Luís Acciaiuoli (1952) procura sistematizar o trajeto do termalismo português identificando seis estádios de evolução, quatro deles anteriores à fundação do Reino (1140) – período pré-romano, período lusitano-romano, período pós-romano e período árabe –, a que faz suceder o período pré-legislação (quinta fase) e, por último, o período pós-legislação, entre 1892 até aos dias de hoje. Sobre esta última fase, que se inicia com a regulamentação da atividade termal, Claudino Ferreira (1994) propõe a sua divisão em três fases distintas. Uma primeira fase relacionada com um período de ascendência do termalismo (entre 1892 e 1930), uma segunda fase associada ao seu declínio (entre 1930 e 1970) e uma última fase correspondente a um período de recuperação das termas (entre 1970 e a atualidade) concretizada por duas vias: através da ativação da sua componente terapêutica e medicinal e, pela via do turismo e da modernização da oferta e das estruturas com vista à angariação de novos públicos.

No seguimento desta primeira síntese procuraremos então esboçar em traços largos a evolução desta atividade em Portugal.

Os vestígios arqueológicos mais consistentes acerca da prática termal no país remontam à época romana, civilização que, como é do conhecimento geral, desenvolveu extraordinariamente a cultura do banho, fazendo-lhe corresponder uma ambição infraestrutural¹⁵, social e cultural sem precedentes na longa história do ocidente.

¹⁵A este respeito mencione-se a seguinte passagem: “Apesar de não terem o conhecimento da geohidrologia, nem o auxílio dos materiais de construção que hoje há, eram muito interessantes não só os trabalhos de captagem como o sistema de adução da água termal, que eles levavam diretamente da nascente para o balneário. Também eram bem estudados o transporte e distribuição da água potável e o sistema de esgotos” (Acciaiuoli, 1944, vol. 1, p.7)

A história do termalismo em Portugal está, pois, eminentemente associada à herança romana, como de resto testemunham os achados arqueológicos junto às termas mais conhecidas e frequentadas de Portugal, como é o caso de Chaves (antiga *Aquae Flaviae*), Canavezes, Caldas da Saúde, Cabeço de Vide, Caldelas, S. Vicente, S. Jorge, S. Pedro do Sul (antigas Caldas de Alafões), Monchique, Arêgos, Caldas da Rainha, Caldelas ou Taipas, entre outras (Cantista, 2008-2010).

Conciliando o culto das águas como fonte de saúde, herdado da cultura grega, com a vertente do lazer, a vida nas termas romanas era marcada por uma forte ritualidade, associada às diversas etapas que compreendiam os banhos¹⁶ (Fig. 36) e uma forte interação social, razão porque, além dos compartimentos reservados aos tratamentos, existiam outros espaços destinados à conversação, à leitura, a jogos de bola, natação, entre outros (Acciaiuoli, 1944).

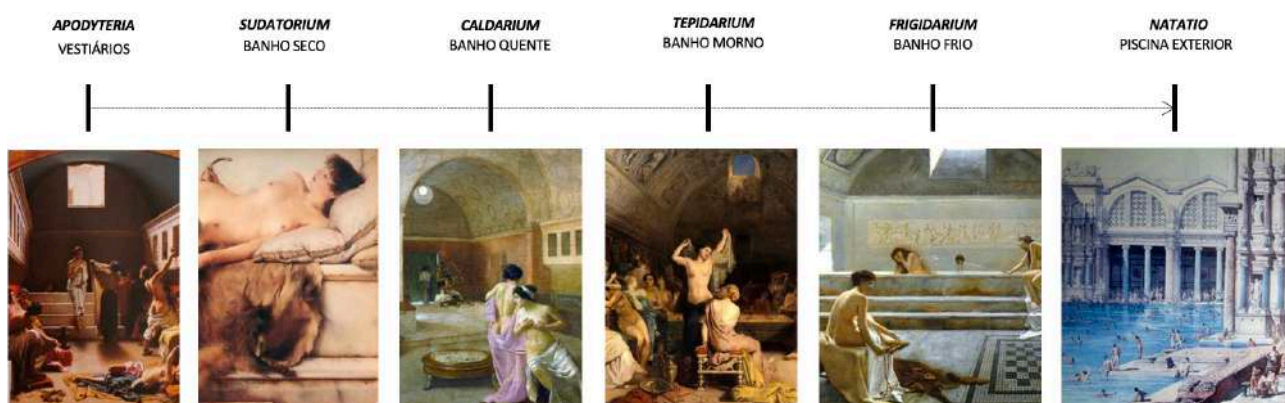


Fig. 36. Etapas do banho romano.

“Em nenhuma parte da Natureza se vêem coisas mais várias e milagrosas do que nas águas, proclama Plínio, o *Velho* na sua *História Natural*” (Azevedo e Vasconcelos, 1995, p. 6), reconhecendo a excepcionalidade da água e a razão porque foi explorada abundantemente pela cultura romana.

Após o longo período de romanização do nosso território, sucessivas formas e variantes foram, entretanto, consubstanciando a cultura dos banhos em Portugal. Destruídas durante a ocupação dos bárbaros, grande parte das antigas termas são posteriormente recuperadas e ativadas pelos árabes que, entretanto, ergueram novos espaços, adaptando-os aos seus avançados conhecimentos médicos (Cantista 2008-2010).

¹⁶A cada uma das etapas correspondia então uma sucessão de espaços caracterizado por funções e um conjunto de atributos específicos. Em regra geral o utente dirigia-se para o *apodyterium*, onde se despia; ingressava posteriormente no *onctuarium*, onde se untava com óleos perfumados; fazia exercícios no *spheristerium*; seguia depois para o *laconicum*, estufa de ar quente (o equivalente a uma sauna); e, de seguida, coberto de suor dirigia-se para uma ampla banheira de água quente, o *caldarium*; a que se sucedia um banho com água mais temperada no *tepidarium*; imergindo por último numa piscina de água fria, o *frigidarium* (Acciaiuoli, 1944).

Igualmente valorizadas durante o vasto período da monarquia, também reis e rainhas reconheceram as virtudes das águas – curando-se nelas, construindo balneários, trazendo a si a gestão de alguns dos estabelecimentos termais e até muitas vezes ultrapassando a igreja católica que, durante a Idade Média, associava os banhos a uma conduta imoral e desviante, como referimos anteriormente. À corte pertenceu inclusivamente a iniciativa de impulsionar os primeiros inventários hidrológicos, com destaque para o célebre *Aquilégio Medicinal*¹⁷ ordenado por D. João V.

Tal tendência de valorização da ida às termas prossegue e intensifica-se de tal modo que, entre finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, ocorre o período de maior desenvolvimento da prática termal em Portugal. Esta crescente dinâmica de interesse em torno dos benefícios terapêuticos das águas minerais que se observa tanto do ponto de vista científico como do ponto de vista social faz-se acompanhar da construção de inúmeras estruturas termais que tendem a conciliar assim duas vertentes: as práticas terapêuticas com as práticas do recreio e do lazer. As deslocações são então facilitadas com a introdução do caminho-de-ferro e com a construção de estradas a ligar os principais centros urbanos (Azevedo e Vasconcelos, 1995), fator com repercussões importantes na dinamização das estruturas termais.

Ora, com a generalização crescente do termalismo e com a crescente valorização das termas como retiros de férias, nelas passam a cruzar-se grupos sociais diferenciados a que correspondem expectativas, motivações e estilos de vida diferentes e que, conseqüentemente, põem em prática modos distintos de viver a época termal – no caso das classes desfavorecidas muito concentradas na vertente da cura e da terapia e no caso das classes endinheiradas vocacionadas sobretudo para as práticas de ócio e lazer (Ferreira, 1994, 1995; Quintela, 2011). Este aspeto reflete então a vocação essencial do termalismo português que se apoia no binómio terapia *versus* lazer, ou na dupla especialização (como opta por designar Claudino Ferreira).

227

Ao longo de várias décadas, as termas tendem assim a complexificar-se tanto na articulação de diversos grupos sociais com as suas motivações e rotinas próprias, como na resposta espacial a um vasto programa que combina várias categorias de doença e várias modalidades de recreio, agregando, em suma, atividades tão contraditórias e simultaneamente tão complementares como o curar e o folgar (Quintela, 2011, Ferreira 2004, Cantista 2008-2010, Bastos 2006). Afinal, como escreveu César Machado (1878), “as caldas conciliam

¹⁷Este livro é igualmente referido no anterior capítulo, no contexto dos estudos hidrogeológicos que se desenvolvem em Portugal a partir do século XVIII. Da autoria de Francisco da Fonseca Henriques, médico da corte, esta obra consiste no “primeiro tratado de sistematização e classificação das águas minerais naturais em Portugal” (Cantista, 2008-2010, p. 83) e nela o autor menciona a existência de 29 fontes no país (Azevedo e Vasconcelos, 1995).

tudo: mudança de ares, exercício ameno, banhos, copinho, peregrinação, entretenimento, *vita nuova!* (...)” (como citado por Azevedo & Vasconcelos, 1995, p. 14).

Todavia, a partir das primeiras décadas do século XX (nos anos 30 em Portugal) começa a esboçar-se o declínio das termas. O ciclo de entusiasmo é então interrompido em resultado do crescente interesse pelos banhos de mar e pelas praias. A esta justificação acresce ainda o progresso na área da farmacologia que, com a sua terapêutica revolucionária, relega para segundo plano os tratamentos hidroterápicos e a medicina crenológica. A estes tipos de tratamento continuam, todavia, a acorrer os mais desfavorecidos, os que têm assegurado, afinal, a atividade nas termas até aos dias de hoje.

A explicação acerca da alteração de paradigma é sintetizada pela antropóloga Cristiana Bastos nos seguintes termos:

(...) quando o glamour deixou os balneários e outras modas, nomeadamente a do litoral e da praia, substituíram junto das classes com maior poder aquisitivo a procura de lazer nas termas, foi a medicalização destas que lhes garantiu continuidade. Passado o fervor festivo ritualizado nos Palace e Casinos, manteve-se a modorra morna do balneário, mantiveram-se as prescrições, a busca do alívio e a procura de uma interrupção num quotidiano em que a dor, se não predominava, sobressaía em dose suficiente para desencadear uma ida às termas. Nesse sentido, podemos dizer que a medicalização, que hoje parece criar limites e constrangimentos, foi uma peça fundamental para que as termas subsistissem e chegassem ao ponto de se repensarem enquanto novas indústrias de lazer e bem-estar (Bastos, 2006, pp. 6-7).

228

Mas ainda antes do seu renascimento, a crise aguda em que mergulhou a atividade termal haveria de estender-se até à década de 70, altura em que a criação de programas de apoio ao termalismo impulsionados pelo Estado anima de novo a ocupação dos balneários e das estâncias termais. Por via da participação do estado (que abrange tratamentos e estadia), o termalismo como prática de cura recupera assim novos públicos – tendencialmente pertencentes a classes populares e com idades mais avançadas (Ferreira, 1994, 1995) a quem coube dar continuidade à tradição de ir a banhos.

Novo revés nesta dinâmica de ressurgimento e recuperação ocorre, porém, logo na década de 80 em resultado da cessação da comparticipação do estado nos tratamentos, atirando de novo as termas para uma realidade sucessivamente mais frágil sustentada por uma comunidade de aquistas cada vez mais escassa que “no espaço da estância, vivia uma sociabilidade construída em torno da doença e dos rituais de terapia” (Ferreira, 1995, pp.101-102), dificilmente apelativa para as classes médias que entretanto voaram para outras paragens.

A face visível deste gradual processo de definhamento transparece assim na degradação dos balneários, na crescente obsolescência dos hotéis, no desinteresse da classe médica e na quase extinção do ensino da hidrologia nos cursos de medicina (Cantista, 2008-2010), tendência que volta a ser contrariada a partir da década de 90, quando uma nova conceção de promoção de saúde dirigida a novos públicos alimenta o ressurgimento dos lugares e espaços termais.

Sustentada num movimento de procura oriundo maioritariamente dos centros urbanos, que tende a optar por destinos que promovam uma experiência distintiva, intimista e repousante, a revitalização das estruturas e complexos termais estrutura-se a partir de um conjunto de novos serviços orientados para a promoção do bem-estar e dos cuidados com o corpo, alargando então a sua oferta a uma diversidade de programas que visam a prevenção, o relaxamento, o rejuvenescimento, a beleza, entre outros.

Com efeito, as estâncias termais investiram sobretudo na requalificação das estruturas de acomodação, na melhoria dos recursos humanos, nas instalações e equipamentos, competindo diretamente com a oferta turística e direccionando-a, desta vez e especificamente, para a promoção do bem-estar físico e psicológico dos seus utentes – eixo fundamental da sua valorização e dinamização recente.

229

É, então, sob esta orientação, que privilegia o bem-estar e os cuidados com o corpo e a mente, que se reorganiza a prática termal e com ela a concertação de um conjunto de estratégias de comunicação, divulgação, marketing e publicidade que visam dar eco a esta nova vertente do termalismo. Tal mudança faz-se igualmente acompanhar de um novo enquadramento legal que integra pela primeira vez o conceito de “termalismo de bem-estar” (decreto-lei 142/2004) e que vem assim reforçar, também do ponto de vista jurídico e normativo, este novo âmbito conceptual e material das termas.

Mas se as várias estâncias se abriram “a uma diversificação de serviços de saúde que se entrosam com a indústria do lazer e ficam bem representadas na categoria intermédia do bem-estar” (Bastos, 2006, p. 8), nem por isso deixaram de dar reposta à vertente médica do termalismo dito convencional ou tradicional.

Recuperando as palavras de Cristiana Bastos acerca desta matéria, “diríamos que as termas em Portugal parecem reconfigurar-se sob a forma de *spas*, aumentando a componente de bem-estar e diminuindo a componente de tratamento clássico” (Bastos, 2006, p. 8), mas nem por isso aniquilando ou arra-

sando a componente dos tratamentos convencionais, medicamente prescritos e regulados¹⁸.

Chegados aqui, importará referir que o termalismo, como qualquer outra atividade e prática de expressão coletiva e social, foi assimilando, ajustando e incorporando, ao longo da sua história, as transformações na sociedade nas suas diversas vertentes – sociais, culturais, científicas, tecnológicas e religiosas.

Sujeita a diversos ciclos – de ascendência, declínio e de posterior recuperação (Ferreira, 1994) – e implicada em processos de valorização distintos das suas componentes conforme as épocas, importa sobretudo destacar o quanto esta forma de atividade se assume como produto e objeto de continua construção humana. Deste modo, agregando sob as suas múltiplas configurações, diversas tendências, vários públicos, bolsas, crenças e quereres diversos, o termalismo foi conciliando, numa espécie de coexistência natural e consentida, a vertente medicalizada, as vertentes do lazer e do folgar e, mais recentemente, a vertente do bem-estar e dos cuidados com o corpo associada a novos conceitos de promoção da saúde e de turismo especializado.

Há que notar, porém, que se o termalismo na sua vertente institucionalizada¹⁹ fez prevalecer diversas variantes desta prática (ainda que, com pesos distintos), também fora da esfera formal e oficializada dos balneários e das estâncias termais subsistiram formas e tradições populares de uso das águas para fins terapêuticos. Ou seja, tal como o tratamento medicalizado resistiu e resiste à indústria dos *spas*, também o termalismo popular persiste e coexiste a par do termalismo institucionalizado.

230

A este paralelismo pretendíamos nós chegar: aquele que permite não somente reconhecer os modelos instituídos do termalismo convencional, como integrar como parte fundamental de uma “*cultura da água*” também os modelos informais de administração das águas minerais para fins terapêuticos, os *banhos populares ou termalismo popular*.

Se o *termalismo tradicional* conquistou, pela via da validação científica, prestígio e notoriedade, e os seus lugares obtiveram o estatuto de enclaves de cura e lazer por excelência, não é menos certo que o tenha feito a partir de saberes e práticas populares (Bastos, 2006). O mesmo será dizer que, sendo o *termalismo popular* recorrentemente observado como prática marginal e clandestina à luz

¹⁸De acordo com a mesma autora, foi precisamente esta vertente do termalismo, apoiada no aparelho médico, que permitiu garantir a sua continuidade, resistindo e perdurando mesmo nos momentos mais adversos da sua história (Bastos, 2006, 2010).

¹⁹Sobre o termalismo português e seus principais ciclos de evolução, entre 1892 (ano da publicação da primeira legislação específica acerca da prática termal) até à atualidade, consultar (Ferreira, 1994).

dos preceitos científicos, ele não deixa, todavia, de constituir-se como o elo mais significativo e expressivo da histórica relação entre as comunidades e os benefícios da água, resistindo e persistindo, em paralelo, sob as mais diversas e inventivas formas até ao presente (Fig. 37).

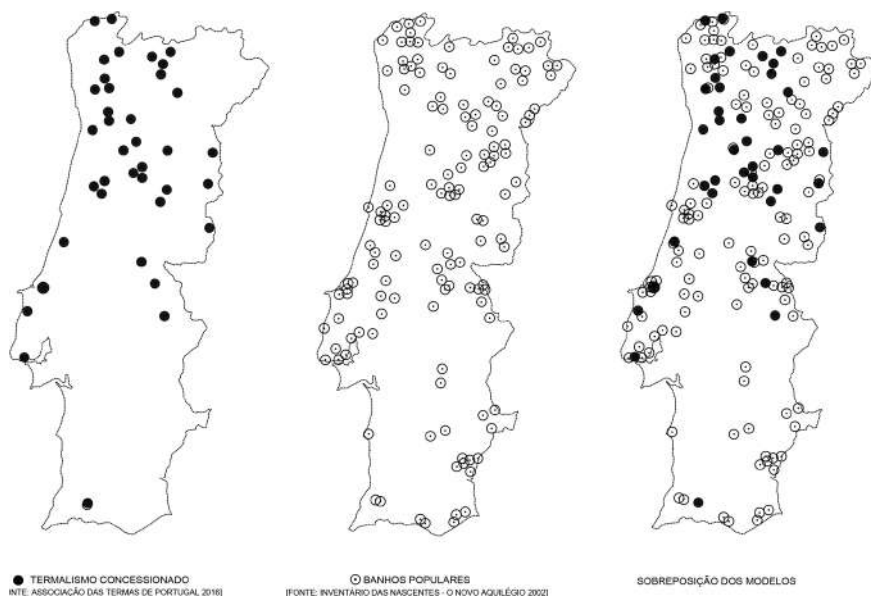


Fig. 37. Variantes das práticas termiais: mapeamento.

Assim, longe da atenção das estruturas formais, o *termalismo popular* chegou onde não chegou o *termalismo convencional* e a muitos daqueles que encontraram em infraestruturas mínimas e em regimes informais de administração da água o alívio e a cura de muitos dos seus mal-estares. Tais modelos de organização da prática terapêutica terão, pois, cumprido na sombra do *termalismo concessionado* parte da história social e cultural ligada ao uso e apropriação das águas.

231

É justamente sobre esta face menos visível das práticas do banho – espécie de grau zero dos modelos de exploração das águas e seus usos – que fazemos incidir o nosso estudo, reconhecendo previamente a sua relevância na compreensão de uma cultura de terapia por via das águas em Portugal, mas sobretudo no potencial que revela para, a partir dela, imaginar novas formas de compromisso e relação entre as comunidades e seus territórios.

Em complemento desta sumária abordagem acerca da evolução do termalismo em Portugal e das principais variantes que enquadram a prática terapêutica por via das águas, procuraremos, em seguida, sistematizar as suas principais diferenças e matizes como complemento do enquadramento geral do objeto de estudo aqui em discussão.

Banhos populares *versus* termalismo convencional: diferenças, coexistências e influências mútuas

A partir do paralelo *banhos populares / termalismo convencional*, confrontamos as distintas configurações da prática terapêutica, procurando identificar as suas diferenças, clarificar o seu âmbito e reconhecer as suas mútuas influências e coexistências.

Designado, também por *termalismo popular*, *etnotermalismo*, *hidroterapia popular* ou *crenoterapia clandestina*²⁰ (expressão adotada sobretudo por alguns hidrogeólogos e médicos hidrologistas), os *banhos populares* correspondem genericamente a regimes não medicalizados que implicam práticas informais de uso e apropriação de água para fins terapêuticos, instituídos pelo costume e pela crença. O *termalismo convencional*, dito “*concessionado*”, “*erudito*” ou “*edificado*” (como propõe chamar-lhe a antropóloga Cristiana Bastos (2006)), está relacionado, por outro lado, com explorações concessionadas, medicamente assistidas e reguladas que integram um conjunto vasto de práticas hidroterapêuticas.

Assim, uma das distinções fundamentais entre estas variantes assenta no grau de formalidade e institucionalização que cada uma observa. A primeira, genericamente vinculada às primeiras formas de acomodação da prática terapêutica, apoiada no reconhecimento empírico e, a segunda, associada a sofisticados modelos impulsionados pela ciência que assim conduziram à especialização dos programas e dos protocolos de cura correspondendo-lhe uma crescente complexificação das estruturas edificadas.

Françoise Loux apoia-se justamente na divisão entre o conhecimento empírico e intuitivo, por um lado e o conhecimento baseado na evidência e objetivo, por outro para definir o *termalismo popular*²¹ como a prática tradicional do uso das águas nas fontes, a que são atribuídas virtudes terapêuticas (1990).

Validada a partir da experiência e da transmissão dos seus atributos ao longo de gerações, a prática dos *banhos populares* consiste numa variedade de banhos em águas de reputados poderes medicinais (Bastos, 2002, 2006) a partir de nascentes, charcas, poças e fontes, correspondendo-lhes dispositivos mínimos e geralmente temporários de acomodação. São disso exemplo pequenos balneários improvisados, acampamentos ou pequenas construções para aquistas, pequenos negócios associados à preparação de refeições e forneci-

²⁰A crenoterapia “consiste no emprego externo ou interno das águas minerais provenientes das fontes termais, em função das suas propriedades terapêuticas” (Ramos, 2005, p. 12).

²¹Como complemento da clarificação do termo *banhos populares*, leia-se o seguinte: “A categoria popular tem sido utilizada preferencialmente pelos antropólogos franceses (Loux 1990; Laplantine 1986; Herzlich 1985; Le Breton), e a categoria folk utilizada, sobretudo, na literatura anglo-saxónica para classificar práticas terapêuticas que não estão institucionalizadas nos sistemas da biomedicina, nomeado muitas vezes como medicina oficial” (Quintela, 2004).

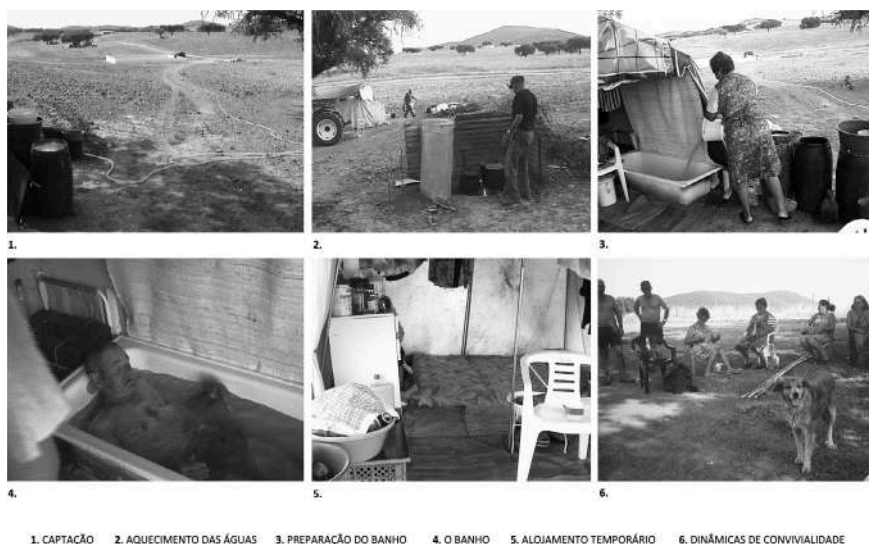
mento de bebidas, quando não existem tão somente banheiras ou tinas em madeira, pedra ou zinco junto aos pontos de emergência de água.

Revelando “muitas vezes detalhes de uma história social, que envolve comunidades, migrações, dispositivos de transmissão de informação, pequenos negócios e sistemas de cooperação” (Bastos, 2002, p. 9) estes lugares, não institucionalizados, embora instituídos, deram origem a sistemas informais de organização, a cooperações entre comunidades locais e visitantes que, a partir da transmissão de conhecimentos entre gerações, asseguraram a continuidade desta atividade, em alguns casos, até aos dias de hoje (Fig. 38 e Fig. 39). Aristides de Mello Souza designa de conhecimento popular a primeira das três fases que, de acordo com este médico, compreendem o reconhecimento do uso terapêutico das águas – conhecimento popular, conhecimento médico e, por fim, o conhecimento médico-científico (Quintela, 2004).



Fig. 38. Água Santa da Herdade da Ferradura, Serpa. Fotografia: António Matos Perestrelo. ▲

Fig. 39. Etapas do Banho na Água Santa da Herdade da Ferradura, Serpa. Fotografia: António Matos Perestrelo. ►



Mas a designação “popular” remete-nos igualmente para uma espécie de território comum. Ora, a prática dos *banhos populares* tende a ocorrer fora dos centros urbanos, em áreas rurais, sendo os seus utentes maioritariamente pertencentes às comunidades locais. Acresce ainda que os preços praticados são substancialmente inferiores aos valores praticados nas termas concessionadas (Matos, 2004), apontando assim para um perfil de aquista ou banhista inserido num grupo economicamente menos favorecido, próprio e representativo do povo – logo, popular.

Organizada em regimes de autoadministração, a prática dos *banhos populares*, ao contrário das *termas concessionadas*, permitiu assim que aqueles que ficavam “fora de todos os anéis do privilégio e do consumo” (Bastos, 2011, p. 111), pudessem também eles beneficiar da cura e do bem-estar por via das águas

minerais, razão porque a par dos circuitos institucionalizados coexistiram sempre as práticas populares.

Há inclusivamente quem continue a preferir esta modalidade sob pretexto de uma autenticidade que julgam perdida nas estâncias termais. Nas palavras de Maria Quintela “às ‘águas’ são atribuídas tanto mais propriedades quanto menor for a sua distância da ‘origem’ e quanto menos mediadores intervirem” (2003, p. 183), ou seja, quanto mais visível for o processo que vai da captação da água na origem até à sua administração por meio do banho de imersão, mais se consolida nos banhistas a virtude das águas como produto natural e autêntico. Deste modo, o que se julga muitas vezes ser uma demonstração de pobreza é antes a expressão intencional e deliberada de uma prática que rejeita o aparato e a infraestruturização excessiva dos lugares em benefício da preservação das virtudes naturais da água. Com efeito, tal associação apoia-se na perceção de que uma maior mediação e humanização interfere na qualidade da água, logo prejudica os seus atributos terapêuticos.

Temos aqui, parcialmente, pelo menos, a explicação para que muitos destes lugares de termalismo popular subsistam até aos dias de hoje nos termos descritos por Amaro de Almeida nos anos 60:

A água nasce fria, tem um discreto cheiro sulfúreo, é de pequeno caudal e, quando em repouso, forma-se à sua superfície uma camada leitosa. (...) A água medicinal, aquecida num caldeirão, colocado entre duas paredes de granito, é despejada de novo na poça onde o doente mergulha para se banhar. Não há quaisquer instalações junto da emergência a não ser um pequeno curral de meias paredes, sem telhado nem porta, que serve de vestiário aos de maior pudor. (...) (Almeida, 1962, p. 16).

234

A água medicinal rompe do granito formando uma poça que transborda para um tanque de cimento coberto de madeira. Nasce fria e o olfato facilmente dá conta da sua natureza sulfúrea (...). Do tanque, que tem a capacidade para 20 banhos, a água é aspirada por bomba para uma casa muito modesta, que fica a poucos metros da nascente e que dispõe de 3 tinhas de zinco e vários compartimentos com camas para os doentes descansarem ou pernoitarem mesmo. (...) O aquecimento da água faz-se por meio duma caldeira de lenha colocada no exterior, junto à parede da casa (Almeida, 1962, pp. 19-20).

Como nos é dado a perceber por estas sínteses descritivas, o dispositivo de acomodação da prática dos *banhos populares* redundava, no essencial, na existência de uma ou mais banheiras próximas do ponto de emergência de água (aspecto que já havíamos mencionado anteriormente), de uma zona de fogo para aquecimento das águas, quando a água é fria e, por vezes, algumas construções de apoio a servir de vestiário e de área de descanso. Embora grande parte destes lugares tenha desaparecido com o tempo, persistem, todavia, alguns deles, cristalizados em soluções e mecanismos de improvisação semelhantes, como é o caso da Água Santa da Herdade de Sta. Maria em Mértola (Fig. 40



Fig. 40. Nascente da Água Santa da Herdade de Sta. Maria, Mértola. Fotografia: António Matos Perestrelo.▲

Fig. 41. Etapas do Banho na Água Santa da Herdade de Sta. Maria, Mértola. Fotografia: António Matos Perestrelo. ►



Para além de um dispositivo elementar que cruza a maioria dos casos que conformam a variante popular do termalismo, une-os uma ritualidade e um protocolo subjacentes à prática do banho que é, em parte, semelhante ao que ocorre nas termas concessionadas.

235

No *termalismo popular*, o tempo do banho varia normalmente entre 15 e 20 minutos, tempo este equivalente a um banho de imersão nas *termas tradicionais*. É sucedido de um período de repouso convenientemente protegido para permitir a libertação “do mal” por meio da sudação, prática comum também nas estâncias concessionadas. O tempo de permanência varia entre os 11 e os 21 dias de tratamentos, período que coincide com as estadias praticadas nas termas. Por fim, o tratamento encontra no banho de imersão a mesma explicação²³ e eficácia terapêutica, remetendo para noções como bem-estar, alívio das dores, leveza, maciez da pele, entre outras, verbalizadas recorrentemente pelos utentes de cada uma das variantes.

Todavia, ocupando um lugar à margem da regulação médica do termalismo instituído, esta prática dos banhos populares foi quase sempre observada como “atividade menor”, em especial, aos olhos dos protagonistas da ciência, para quem a legitimidade das atividades em torno das águas deveria ser objeto

²²Sobre as águas da Ferradura consultar (Bastos, Quintela e Perestrelo, 2002) e (Dias, 2000, 24 de agosto).

²³Por meio deste e da sudação a pele funciona como órgão mediador processando-se a partir dela um conjunto de trocas responsáveis não somente por libertar e expelir as toxinas como admitir um conjunto de substâncias necessárias ao organismo (Quintela, 2004), assim se restabelecendo o equilíbrio do corpo e a reposição dos níveis de bem-estar.

de estudos minuciosos e de regulação e de fiscalização médica e hidrológica apertada.

De facto, o eixo de divisão fundamental entre as práticas ocorre precisamente a partir do momento em que a água passa a perspetivar-se como “medicamento” e, conseqüentemente, as suas estruturas de acolhimento se convertem em instituições de saúde, reguladas pelo aparelho médico e pela especialização científica, descartando e ignorando todas as modalidades de prática termal que não se apoiassem na validação científica das propriedades da água.

A ciência, em particular a sua disciplinarização (trazendo com ela o progresso da química, da hidrogeologia e da hidrologia médica), terá então sido a maior operadora desta separação, distinguindo modos de reconhecimento e legitimação dos benefícios terapêuticos da água e trazendo igualmente com ela a completa incompreensão e intolerância sobre os regimes não regulados e medicalizados e não regulados.

Em 1944, Luis Acciaiuoli, na introdução do terceiro volume da sua extensa obra *Águas de Portugal, Minerais e de Mesa*, escrevia o seguinte, a respeito de algumas águas minerais sem concessão:

(...) Estavam, desde sempre, sem contrôlo, habituadas a fazer o que queriam e como desejavam, não atendendo nem à defesa das nascentes nem à arquitectura dos edificios, erros que se vêm corrigindo, mas alguns dificilmente remediáveis. (...)

Quantas resistências foi preciso vencer para se conseguir a execução de obras nos balneários e para que fôsem requeridas as concessões de nascentes em exploração ilegal!

Alguns, mas, infelizmente, ainda poucos, concessionários, compreenderam que, actualmente, lhes é mister introduzir melhoramentos nos seus balneários, colocando-se em condições de igualdade com as Estâncias estrangeiras; porém, dum modo geral, só à custa de imposições e de uma pressão crescente destes Serviços se tem conseguido um manifesto progresso nos Estabelecimentos Hidrológicos (Acciaiuoli, 1944, vol.3, pp. 5-8).

236

Como aqui se constata, o uso das águas minerais devia procurar a legitimidade no “saber científico” cumprindo uma função sanitária e médica, traduzindo-se simultaneamente, em símbolo de prosperidade e fator de desenvolvimento económico. Posto isto, todas as práticas termais que escapassem a este “termalismo científico” eram então desconsideradas e até ridicularizadas.

Posta longe da vista e classificada fora do aceitável, era designada de ‘crenoterapia clandestina’ (Almeida, 1964) pelos médicos hidrologistas implicados na institucionalização do termalismo, que caricaturavam os utilizadores ao descrever que ‘uns entram em cuecas, seguros por um cinto de correia [...]’; as mulheres frequentemente vão todas vestidas, tirando só a roupa íntima de baixo e ao mergulharem a saia faz balão

[...] vão chapinhando e rodando [...] triste ballet de velhinhas doentes' (...)' (Perestrelo, 2004, como citado por Bastos, 2011, pp. 110-111).

Se, por um lado, as elites intelectuais e os discursos médicos e hidrológicos centravam a credibilidade das propriedades das águas nos estudos científicos, a validação dos seus benefícios terapêuticos por meio de quem as experimentava e relatava os seus efeitos, continuou a fazer o seu caminho, cumprindo uma função e, simultaneamente, um propósito social e cultural que, de certo modo, o *termalismo convencional* ou *concessionado* deixou de fora.

Mas que outros aspetos têm contribuído para o reforço desta distinção entre *banhos populares* e *termalismo convencional*?

Como temos vindo a referir, o *termalismo convencional* agrega sob a sua definição genérica o cientificismo das águas, cuja exploração se insere no âmbito de uma atividade económica e medicamente regulada. Ou seja, “um lugar aparentemente organizado por categorias de doença e de lazer, em que as dimensões recreativa e terapêutica coexistem na organização social do espaço e do tempo (Quintela, 2011, p. 170).

Ratificando esta mesma ideia e referindo-se também às condições do edificado e da ambiência, Jorge Mangorrinha propõe-nos, entretanto, a seguinte síntese:

Conjunto de todos os meios técnicos, sanitários, médicos, sociais, administrativos e de acolhimento, devidamente estruturados com vista à utilização para fins terapêuticos das águas minerais naturais, o que implica a indicação e utilização de uma água mineral natural devidamente reconhecida para tratamento clínico em termos médico-científicos, bem como espaços arquitectónicos e ambientes propícios ao efeito de prevenção, terapêutica e bem-estar (Mangorrinha, 2009, p. 22).

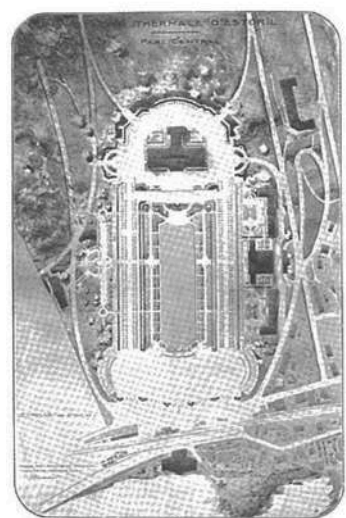
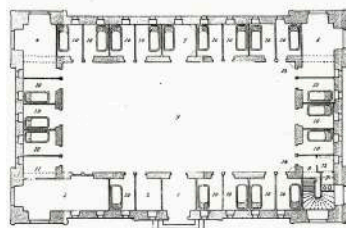
Ao lugar convenientemente organizado em função dos meios técnicos, dos tratamentos e das doenças correspondeu-lhe inevitavelmente uma organização espacial concreta, formalmente e materialmente concretizada. Tal processo, assente na especialização técnica, fez-se acompanhar de um crescente movimento de visibilidade sobre o seu património edificado que assim conquistava espaço na esfera de prestígio da vilegiatura termal. O caminho que legitimava e consagrava o *termalismo tradicional* fazia-se assim por duas vias – por via da credibilidade científica, por um lado, e por via do desenho, da sua formalização estética e material.

Dentro das suas múltiplas variantes, o *balneário* e a *estância termal* representam o tipo de estruturas mais representativas do *termalismo instituído*.

O primeiro organiza-se no sentido de garantir a administração e a gestão dos banhos, representando uma unidade autónoma, a que corresponde normalmente um edifício único, constituindo-se como estrutura médica por excelência. A sua implantação ocorre na proximidade da nascente e assume uma conceção “marcadamente racional”, em que o desenho da arquitetura passa a pautar-se pela “regra e pela disciplina” (Pinto e Mangorrinha, 2009). Os balneários podem exprimir maior ou menor complexidade decorativa, porém, são equipamentos fundamentalmente de resposta ao programa essencial de promoção de cuidados de saúde.

Fig. 42. Banhos da Pôça, Estoril, final do séc. XIX. Fonte: (Pinto & Mangorrinha, 2009). ►

Fig. 43. [De cima para baixo] Alçado do projeto do balneário da Pôça, 1895. Fonte: (Pinto e Mangorrinha, 2009); Plano geral da “estação marítima, climatérica, termal e desportiva” do Estoril, 1914. Fonte: (Pinto & Mangorrinha, 2009). ▼



Ao balneário corresponde, em suma, a primeira forma de organização do programa terapêutico através das águas, testemunhando os esforços da sedimentação do conhecimento científico. Para tal, estas estruturas acomodam, fundamentalmente, uma bateria de quartos de banho com banheira e gabinetes de apoio médico e auxiliar, cujo desenho, em alguns casos, evolui para outras formas de organização mais complexas, de maior escala, incluindo um conjunto de outras valências e programas que combinam as virtudes da terapia com práticas de lazer, dando assim origem às estâncias termais. Exemplo deste tipo de evolução é-nos revelado na estância termal de São João do Estoril, onde a terapia por via das águas se inicia com os Banhos da Poça, a partir de uma nascente que existia junto à praia (Fig. 42), que é posteriormente formalizada por via da construção de um balneário que dará lugar, por fim, a um dos centros de vilegiatura de maior projeção internacional conciliando termas, praia e jogo (Fig. 43).

Resultado dos avanços na ciência, em particular na área da química aplicada, a “estância termal” configura o mais superlativo e expressivo exemplo do amadurecimento do termalismo, que concilia, para além do crescente conhecimento e especialização científica, novas dinâmicas sociais e culturais emergentes associadas às classes burguesas e aristocráticas.

A estância remete assim para um “sentido do estar e de permanência” em que a dimensão da cura e a dimensão do lazer se unem para favorecer uma experiência simultaneamente de alívio, descanso e distração, assinalada por uma cultura do escapismo própria da modernidade e dos sistemas de organização da vida social da sociedade ocidental (Ferreira, 1995). É, então, em torno da evasão temporária das rotinas quotidianas e da promoção de uma experiência distinta e diferenciada que assenta o programa dos grandes complexos termais.

Em resultado deste novo ideário, a estância termal, na sua expressão física, não representa apenas uma unidade autónoma, mas essencialmente uma “rede espacial” (Pinto & Mangorrinha, 2009), onde um conjunto de edifícios articula programas que promovem a dimensão social do lazer, em complemento da dimensão contemplativa e hedonista difundida pelos parques, bosques e jardins que conformam e delimitam estes territórios. A consolidação de uma perspectiva de maior exigência e abrangência por parte do sujeito moderno – conhecedor do mundo e provedor da ciência – faz-se assim acompanhar da crescente complexificação do lugar termal, importando, no caso português, a monumentalidade de alguns modelos europeus e ambicionando um desígnio territorial (de carácter muitas vezes urbano) distinto do exemplo dos balneários ou dos banhos populares, que persistem na sua configuração elementar, quase inalterados face à sua forma original, preservando a relação mais iniciática, seminal, intimista, profunda e intensa com o efeito transcendente da água.

239

Porém, onde hoje se edificam estas termas, existiram outrora charcos, poças, banheiras de madeira, barracões ou estruturas em colmo. É o caso das Termas de São João do Estoril, como assinalámos anteriormente, mas também das Caldas da Rainha²⁴, das Termas das Taipas, das Caldas de Moledo, da Cúria e de tantas outras que, em sequência de uma longa história de apropriação das águas para fins terapêuticos (cujos benefícios foram sendo difundidos e transmitidos ao longo de gerações) evoluíram para modelos de *termalismo convencional*.

²⁴Ao observar os pobres e indigentes que ali acorriam para tratar as suas feridas e curar outros males e incómodos, A Rainha D. Leonor manda erguer o balneário (1512). Para uma melhor compreensão da moldura histórica, cultural e social que antecede a institucionalização da prática termal nas Caldas da Rainha, transcrevemos o seguinte parágrafo: “A população sabia, transmitia, passava, difundia e experimentava o poder curativo das águas, ou pelo menos o seu poder de transformar as circunstâncias, transformar os sentidos e sensações, transformando, se nada mais, o sofrimento em descanso. Os pobres e camponeses medievais ali procuravam alívio para artrites, reumatismos, dores em geral; naquelas águas sulfúreas, de odor inconfundível e aos sentidos repugnante, mergulhavam joelhos, ancas, ombros e colunas chacinados pelos trabalhos agrícolas, pela erosão do tempo e pelas más condições da habitação” (Bastos, 2006, p. 4). Para um maior aprofundamento da história das Caldas da Rainha enquanto estância termal que acolhe o primeiro hospital termal do mundo, sobejamente conhecida e frequentada consultar Mangorrinha (2000, 2009).

Como complemento de algumas ideias aqui expostas recuperamos da antropóloga Cristiana Bastos o que se nos afigura como síntese fundamental:

Regressando às relações entre termalismo popular e instituído, podemos dizer que foi em cima do conhecimento e uso popular de certas águas que se foram construindo edifícios, criando serviços, amenizando espaços, domesticando paisagens, e desenvolvendo um saber especializado que tomou corpo no termalismo clínico e teve contrapartida científica na hidrologia médica. E com eles se consolidaram regimes de prescrição e rituais de cura, incluindo os saberes sobre o número ideal de banhos, a temperatura requerida, o repouso, o número de copos de água, o número de dias a prosseguir nas termas. O trânsito entre o vernáculo e o erudito era fluído e os empréstimos eram de parte a parte (Bastos, 2005, p. 5).

Em suma, sucedendo-se, repelindo-se, mas sempre resistindo e coexistindo até aos dias de hoje *banhos populares* e *termalismo convencional* são faces de uma mesma moeda. Nas suas diferenças entrevemos não só os fundamentos da cultura da água que as anima, mas também a história geral de uma sociedade sempre sujeita a condições e enquadramentos distintos. As variantes que aqui tratamos não são mais do que o espelho dessas variantes contextuais refletidas na formalização dos seus espaços, dos seus lugares e, paralelamente dos seus territórios.

Síntese das principais diferenças entre banhos populares e termalismo convencional

240

De acordo com o reconhecimento das águas:

No caso dos *banhos populares/termalismo popular* as propriedades curativas das águas são validadas de modo empírico a partir da apropriação espontânea das águas das fontes e nascentes a que são atribuídas virtudes terapêuticas. No *termalismo convencional ou concessionado* a sua validação é testada e comprovada cientificamente com recurso às disciplinas da química, hidrogeologia e hidrologia médica.

De acordo com os meios de regulação da atividade:

Nos *banhos populares* não existe regulação médica e a prática dos banhos é orientada por regimes de autoadministração (que tendem, todavia, a alinhar-se com os tempos de permanência e estadias das termas convencionais).

No *termalismo concessionado* a atividade termal é medicamente regulada e objeto de prescrição médica.

De acordo com o perfil dos seus usuários:

Os usuários dos *banhos populares* pertencem maioritariamente às comunidades rurais, dispondo habitualmente de fracos recursos económicos.

No *termalismo concessionado* foram a aristocracia e a burguesia urbanas as suas classes impulsionadoras. Contudo, com a evolução dos tempos as termas foram conciliando diversos públicos, as classes altas com as classes de menores recursos.

De acordo com as suas estruturas de acomodação:

À prática dos *banhos populares* correspondem lugares de apropriação livre e espontânea. Lugares onde se cruzam sistemas informais de organização de comunidades (a partir do reconhecimento das nascentes) e onde se aplicam dispositivos de construção de espaço não programado.

No *termalismo concessionado* as estruturas de acomodação são objeto de desenho, informado pelas disciplinas da arquitetura, do paisagismo e das engenharias.

De acordo com o modelo de exploração e modelo económico:

Os *banhos populares* são práticas instituídas, não reguladas e inseridas numa economia informal relacionada com modos de subsistência familiar.

A exploração dos recursos hidrominerais em Portugal e a atividade do *termalismo* (aqui designado de *termalismo concessionado*) é regulada atualmente pelo Decreto-Lei 90/90 e integrada numa exploração económica formal.

De acordo com os tratamentos:

Nos *banhos populares* os tratamentos cingem-se aos banhos de imersão e à ingestão de água. No *termalismo concessionado* os tratamentos desdobram-se num conjunto vasto de técnicas hidroterápicas que incluem, para além dos banhos de imersão e da ingestão de água, inalações, irrigações, duches diversos, aerobanhos, hidromassagens, entre outros.

Revisitação da prática termal à luz de novas concepções de saúde

Sob as noções de turismo de saúde, turismo de bem-estar, turismo médico, turismo de *spa*, turismo holístico entre outros²⁵, parece erguer-se uma nova perspectiva de revitalização das estruturas e estâncias termais, apoiadas num conjunto de programas e serviços capazes de responder a novas exigências de consumo e a novos critérios relacionados com o bem-estar físico, mental e emocional dos indivíduos.

Assim, o conceito de saúde²⁶, “percecionado numa forma global como “bem-estar de alto nível” (físico e psíquico)” (Ramos, 2005, p. 12), terá sido o instrumento e simultaneamente a oportunidade para que, dentro de uma versão mais integrada e ampla dos conceitos médicos (que cura e simultaneamente previne), a revitalização das estruturas termais pudesse ocorrer, contrariando a tendência da sua degradação ou quase extinção.

Ora, esta aliança entre turismo – atividade erguida a partir das “vilegiaturas de água²⁷” do final século XVIII e início do século XIX, continuamente reforçada pelas crescentes necessidades de uma sociedade cada vez mais industrializada e urbana – e saúde – conceito que vem incorporando as noções de lazer e prevenção – permitiu reorientar a atividade das termas para a promoção de serviços na área do relaxamento e do bem-estar, em detrimento de uma perspectiva estritamente orientada para a cura e a doença.

242

Inscrita nesta tendência de valorização em que promover a saúde é mais importante do que prevenir ou remediar a doença (Ribeiro, 1989), as estâncias termais ganharam assim novo alento. Diversificaram a oferta, ampliaram os seus serviços e captaram novos clientes (onde se incluem novas faixas etárias), fazendo-lhes corresponder, por fim, uma imagem de contemporaneidade em detrimento de uma imagem tradicional muitas vezes conotada como obsoleta e decadente.

Dentro deste contexto volta também a ganhar relevância o contexto paisagístico, normalmente não urbano, em que as estruturas termais se inserem, formalizando outro dos eixos da sua valoração contemporânea.

²⁵Para aprofundamento das questões relacionadas com a transformação contemporânea das concepções em torno das práticas da água e dos fenómenos mais recentes de turismo médico e de saúde, consultar Guerra (2016) e ainda Naraindas & Bastos (2011).

²⁶A Organização Mundial de Saúde define a saúde como um estado geral que integra o bem-estar físico, mental, social, emocional e espiritual do indivíduo não estritamente relacionado ou dependente da ausência de doença, mas antes relacionado com o equilíbrio e harmonia entre as várias componentes que integram a vida individual e coletiva dos sujeitos (OMS, 1947).

²⁷As vilegiaturas estão inicialmente relacionadas com as elites que procuravam combinar os cuidados de saúde com uma perspectiva contemplativa e simultaneamente de lazer e distração, movimento primeiramente associado às “villas de água” e posteriormente expandido para estâncias balneares (Ramos, 2005).

Como alternativa ao turismo de praia, as termas recuperam, como outrora, a ideia de espaços privilegiados quanto ao contacto com a natureza, ressuscitando conceitos como a “mudança de ares” (Ortigão, 1875) presentemente reinterpretados à luz de conceções menos higienistas e mais holísticas que relacionam o corpo, a mente e o espírito (Medeiros & Cavaco, 2008).

Por longos tempos consideradas “laboratórios da natureza ou farmácias da natureza” (Quintela, 2004, p.242), as estruturas termais apresentavam-se como espaços salutareos em que as propriedades terapêuticas da água se misturavam com uma ambiência que favorecia igualmente a cura e a recuperação por via da paisagem, da atividade desportiva, do passeio e do repouso. Tal perspectiva era assim favorável a uma “nova arte de ser turista onde o desporto e a descoberta do corpo e de prazeres saudáveis, que se [reatavam], [eram] de origem rural” (Boyer, 2005, como citado em Ramos, 2005).

Mas tal como há um século e meio atrás, tais atributos são agora retomados à luz de uma nova mentalidade que recupera o entusiasmo pela natureza. Os espaços rurais, os ambientes campestres, os contextos paisagísticos preservados, entre outros, voltam a conquistar forte relevância e protagonismo. Consequentemente, é também dentro deste quadro de revalorização que se expandem as noções de saúde e com elas a legitimação crescente dos comportamentos de lazer associados ao desgaste e à saturação dos ambientes altamente urbanizados e industrializados.

243

Chegados aqui importa-nos sobretudo enquadrar dentro desta consciencialização que privilegia a combinação “saúde e bem-estar”, o papel das práticas dos banhos populares como resposta a essa exigência simultaneamente individual e coletiva. Ou seja, de que modo os banhos populares enquanto prática terapêutica por excelência (promovida por via da água e da envolvente natural), podem ser perspectivados, reinterpretados e valorizados contemporaneamente.

“Compreendemos intuitivamente que o mundo natural nos deixa relaxados” (Miyazaki, 2018, p. 23). Tal assunção é tanto mais interiorizada e difundida quanto mais alarmante são os sinais de perda da qualidade de vida dos cidadãos e mais se manifestam as doenças ditas da civilização, como a depressão e a ansiedade (Ribeiro, 1989). Tais doenças representam hoje um dos maiores desafios das sociedades modernas e muitas das evoluções conhecidas na semântica de termos como saúde e bem-estar incorporam já uma abordagem preventiva e atenta não somente à dimensão fisiológica do indivíduo, mas também à sua dimensão psicológica e emocional.

Assim, a crescente valorização da natureza enquanto “agente terapêutico”, (onde se incluem as águas, a floresta, o campo, a montanha, os parques etc.) advém do seu contributo para a diminuição dos níveis de stress, para a redução dos níveis de ansiedade, para a melhoria dos níveis de satisfação pessoal e da qualidade de vida, ou seja, resulta dos seus efeitos e repercussões na saúde.

A saúde está pois intimamente relacionada com as atividades e comportamentos individuais. Ora parte dessas condutas integra precisamente a natureza e os elementos naturais como um dos eixos fundamentais dos processos de reequilíbrio e de promoção da saúde a par de outros pressupostos tais como a alimentação ou a atividade desportiva.

No Japão a terapia da Natureza é um conceito que tem vindo a ser amplamente difundido e sustentado na investigação científica para aferição rigorosa dos seus benefícios.

Esta forma de medicina preventiva por meio dos estímulos naturais é de tal modo desenvolvida e especializada que, já em 1982, os “banhos de floresta” (“*shinrin-yoku*”), a par dos banhos de água mineral, banhos de sol ou banhos de mar, se constituíam como prática terapêutica com vista à melhoria e promoção da qualidade de vida reduzindo potencialmente os custos provocados pelas doenças relacionadas com o stress.

244

Com impactos cientificamente comprovados sob os aspetos fisiológicos e psicológicos do indivíduo, esta forma de medicina preventiva tem vindo a ser praticada por um número crescente de pessoas, existindo atualmente mais de 60 trilhos oficiais de terapia da floresta e um número assinalável de médicos certificados em medicina da floresta (Miyazaki, 2018).

Com efeito, serve a excecionalidade e particularidade deste exemplo para aludir precisamente ao crescente interesse pela saúde e bem-estar por via da experiência e dos estímulos naturais que, embora muito intensa e especializada no Japão²⁸ é, hoje, transversal à maioria das sociedades desenvolvidas.

Também na Europa a prática “do caminhar”²⁹ intensificou-se a partir do século XVIII, constituindo-se como um relevante movimento de escape ao ambiente congestionado e saturado que se vivia nas cidades em consequência da revolução industrial.

²⁸Na cultura japonesa a relação entre o homem e a natureza é transversal a todos os âmbitos da vida e nela se incorpora a ideia fundamental de que o homem se equivale à natureza, ou seja, não se sobrepõe ou é superior a ela, mas antes parte dela. Ver em complemento desta nota algumas considerações na Parte 2 da presente dissertação relativa aos casos de estudo.

²⁹Sobre as práticas “do caminhar” na Europa consultar Thompson (2003); Nicholson (2008); O’Sullivan (2011); Landry, (2001); Ingold e Vergunst, (2008).

A tendência de retorno às paisagens naturais acentuou-se ao longo de todo o século XX, levando à marcação e delimitação, em diversos países de trajetos e percursos de grande alcance³⁰ percorridos por secções ou durante uma caminhada de vários dias.

Antídoto para uma sociedade que tendencialmente observa o agravamento das suas condições de bem-estar, esta reação generalizada em torno dos benefícios dos elementos naturais e dos ambientes naturalizados explica o interesse que despertam muitos lugares de banhos na atualidade³¹ que, animados por este contexto “pró-saúde”, procuram recriar uma experiência de proximidade, de intensidade e intimismo com a envolvente natural.

Assim, se por um lado o termalismo convencional assimilou, à sua maneira, a deslocação do sentido da procura que transitou genericamente dos modelos medicalizados para modelos de prevenção e de relaxamento (à luz de novos conceitos de saúde e bem-estar), também a prática dos banhos populares deverá desejavelmente reinventar-se a partir de si própria e da sua matriz elementar.

Com efeito, se considerarmos que o corpo de um banhista (em substituição da figura do vedor a que se refere Durand, (1996)) “é o de um “homem em relação” com todo o seu meio natural e cultural, “um tecido de relações” com limites que ultrapassam o seu invólucro físico” (Breton, 1992, como citado por Durand, 1996, p. 93) tal condição permitirá que a prática dos banhos populares se revele e redescubra à luz deste novo quadro de apetência individual e consciência coletiva. Ou seja, favorável à continuidade de uma cultura da água e, conseqüentemente, à discussão e reflexão dos territórios que a assinalam e materializam.

³⁰O primeiro percurso de longa distância a ser construído na Europa foi na Hungria em 1938 cobrindo aproximadamente 1000 km de paisagem Natural (Wuytz, 2020).

³¹Consultar a este respeito a Parte 2 da presente dissertação, referente aos casos de estudo.

V. O ritual do banho, seus atores e dispositivos de acomodação

Água Santa da Herdade de Sta. Maria: para uma etnografia

Ritual, Performance e Dispositivo:

A dimensão ritual dos banhos populares

Lugar de identidade e de inventividade: os banhos populares, palco de ação e de representação.

Água Santa da Herdade de Sta. Maria: para uma etnografia

Partindo do trabalho de campo realizado na Água Santa da Herdade de Sta. Maria durante o período de pesquisa¹, procuraremos aqui desenvolver uma narrativa, sob a forma de uma etnografia² que, em articulação com os documentários³ realizados, seja capaz de abordar os aspetos essenciais da experiência no terreno. Uma experiência de natureza simultaneamente perceptiva e analítica, subjetiva e objetiva, individual e social suscitada pela vivência intensa no único lugar onde ainda subsiste a prática dos banhos populares na região de Mértola.

A **narrativa** que aqui se propõe procura integrar as várias dimensões do sítio da Água Santa da Herdade, abordando as suas características geográficas e físicas e as práticas relacionais e sociais que subjazem à atividade dos banhos populares. Estas dimensões constroem a singularidade e os atributos do sítio – composto tanto pela visibilidade material que o assinala, como pela invisibilidade das formas e modelos de organização comunitária que ali se manifestam.

Articulado entre exposições de carácter descritivo e observações de natureza perceptiva e impressiva, o texto estrutura-se em seis partes:

- a) Num primeiro momento, descrevemos a **aproximação** ao lugar da Água Santa⁴, através da explanação do percurso/trajeto que nos dirige até lá, contextualizando o sítio num quadro mais amplo do território em estudo;
- b) Já no lugar, observamos as **etapas de preparação dos banhos**;
- c) Distinguimos, depois, os vários artefactos e componentes que integram o **dispositivo de acomodação dessa mesma prática**;
- d) Caracterizamos a **comunidade aquista** que dá corpo e significado ao ritual dos banhos;

¹ Remetemos para a parte 4 da presente investigação a descrição e explicação das deslocações e atividades que integraram o trabalho de campo realizado durante o período de pesquisa.

² A etnografia, à semelhança de outros conceitos, não apresenta uma definição unívoca, mas antes fluante e dinâmica. Importa-nos, contudo, no contexto desta investigação, recuperar o denominador comum que percorre/atraversa a generalidade das definições e que assenta no “produto” de uma experiência resultante das interações sociais entre investigador e seus interlocutores, pressupondo o envolvimento do sujeito pesquisador (normalmente um cientista social) para a compreensão de um determinado grupo social.

³ Os documentários localizam-se na parte 4 - Interseções: Arquitetura, etnografia e práticas de investigador, precedidos de um breve enquadramento que explica a exploração do suporte vídeo como instrumento de análise e de pesquisa da prática dos banhos populares e do lugar que o sustenta.

⁴ Em algumas partes do texto optamos por recorrer à expressão simplificada “Água Santa” para designar a Água Santa da Herdade de Sta. Maria, em Mértola.

e) Consideramos o **papel da memória** como testemunho e meio de reconhecimento da histórica relação entre comunidade e a água com reportados benefícios terapêuticos;

f) E, por fim, desenvolvemos uma breve consideração sobre alguns **anacronismos** que moldam o sítio.

A aproximação

Agosto de 2014. É pela estrada nacional EN 267, no sentido Mértola-Almodôvar, que nos dirigimos até à Água Santa da Herdade de Sta. Maria.

Previamente assinalado por uma placa onde pode ler-se *Água Santa*, surge do nosso lado direito o cruzamento que nos fará desviar do acesso principal e fazer chegar ao lugar da nascente.

Estamos aproximadamente a 16 km da vila de Mértola e a 3.5 km de São João dos Caldeireiros, um dos aglomerados que integram o Concelho e que é também uma das sete atuais sedes de freguesia do município.



Fig. 44. Acesso à nascente da Água Santa da Herdade de Sta. Maria pela EN 267 (Almodôvar- Mértola), agosto, 2014.

Depois de deixar o asfalto, o caminho faz-se por um percurso de terra batida que conforma o limite entre duas herdades. São terrenos que conservam ainda a fisionomia própria das culturas extensivas dedicadas à produção de cereais de sequeiro. Um fragmento de paisagem de outros tempos, fímbria de um território de vocação agrícola, agora cercado por grandes áreas de plantação organizada, de pinhais e eucaliptais. De crescimento rápido, estas espécies transformam rapidamente a paisagem, efeito dos apoios comunitários que culminaram na conversão de grandes áreas para uso cinegético e florestal.

249

Pelo percurso em ligeira pendente, sabemos que nos dirigimos em direção a um pequeno vale. Um trajeto de aproximadamente 2 km, acompanhado da densa poeira que se instala sobre o carro, e cujo declive se acentua nos últimos 400 m, precipita-nos sobre a linha de água – a ribeira de Oeiras.

Para além deste caminho, um outro percurso é possível realizar até à Água Santa da Herdade de Sta. Maria: pela EN 123, na direção Castro Verde - Mértola. A saída da estrada nacional faz-se no cruzamento de Santa Bárbara de Padrões. Percorridos alguns quilómetros, havemos de atravessar Figueirinha, Tacões, Penilhos e finalmente Martinhanes, onde logo à entrada da povoação uma placa indica a direção da “Água Santa”. Por este percurso aproximamo-nos da ribeira pela outra margem.

Fig. 45. Acesso à nascente da Água Santa da Herdade de Sta. Maria pela EN 123 (Castro Verde - Mértola), setembro 2015.



Em pleno mês de agosto, não é propriamente a expressão do fluxo ou circulação da água na ribeira que nos detém, mas sim a revelação das suas margens, conformadas por uma vegetação típica dos cursos de água intermitentes, que mantém vivas e permanentes as suas cores e intensos os aromas das ervas aromáticas e medicinais que por ali também se encontram.

Os campos brancos das herdades que confinam com a nascente são assim rematados por uma cortina vegetal densa, que só mesmo as zonas húmidas conseguem assegurar por altura do verão no Alentejo.

São bosques baixos de loendros, tamujos e tamargueiras, matos rasteiros de leitos de cheia, em que se destacam os choupos, os salgueiros, mentrastos e poejos, entre outras formações arbustivas arrumadas em galeria que denunciam a linha de água que ali atravessa.

250



Fig. 46. Nascente sobre a ribeira de Oeiras, Água Santa da Herdade de Sta. Maria, agosto, 2014. ▲

Fig. 47. Ribeira de Oeiras, agosto, 2014. ►



Consequência do regime temporário que caracteriza o fluxo hídrico da ribeira de Oeiras, a expressão contínua e fluída da água só ocorre em alguns momentos da primavera e do inverno, associado aos períodos de chuva. Durante a época de estio, a água repousa em apenas algumas represas, onde os animais assomam para beber água e as pessoas se refrescam. A comunidade local acostumou-se a atribuir nomes (Pego dos Porcos, Pego dos Três Chaparros, Pego Verde) aos charcos e pegos – zonas mais fundas do curso de água que conservam água ao longo de todo ano –, pondo em evidência a proximidade que mantém com o lugar e o conhecimento acerca dos seus ciclos e dinâmicas naturais (Fig. 46).



Fig. 48. Ingestão de água da nascente com um cucharro, agosto, 2014. ▲

Fig. 49. Vista sobre a nascente, setembro, 2019.



No verão, a ribeira é em grande parte atravessável, permitindo alcançar sempre a outra margem (Fig. 47). É precisamente sobre uma das partes transitáveis da ribeira que se localiza a nascente. Neste lugar, onde não só atravessam pessoas, mas também animais e carros, a presença de um pequeno poço de secção retangular (50x70cm), protegido por um murete perimetral, assinala a ocorrência de água à superfície. Pousado sobre ele, a presença permanente de um *cucharro* – espécie de grande colher em cortiça, que as pessoas usam quando vão beber a água da nascente – indicia de imediato o seu uso e propósito (Fig. 48).

A água emerge de uma fissura da rocha a pouco mais de um metro de profundidade, com um caudal suficiente para que num espaço de um minuto se encham aproximadamente quatro baldes de cinco litros (Fig. 49). Enquanto nos aproximamos, a estranheza do cheiro identificado comumente como “típico de ovos podres” assalta-nos de imediato. Na base da nascente, junto à falha onde brota a água, apercebemo-nos da libertação de bolhas de ar. Sabemos previamente que se trata da libertação de gás sulfídrico, razão pela qual se designam este tipo de águas de sulfúreas ou sulfurosas. É, pois, a natureza destas águas e suas propriedades, a principal razão do seu reconhecimento e visibilidade, assinalando um lugar construído ao longo de décadas de ocupação por inúmeras gerações que ali se deslocam para tratar doenças e mal-estares diversos.

251

As doenças reumáticas e do aparelho digestivo são as mais correntemente nomeadas pelos aquistas. São os banhos de imersão diários e a ingestão da água, os principais modos de apropriação da água da nascente.

A família Domingos, à qual voltaremos mais adiante, é a responsável pela preparação dos banhos na Água Santa da Herdade de Sta. Maria. Organizam neste espaço o seu pequeno negócio de verão, disponibilizando paralelamente outros serviços – confecção de refeições, venda de bebidas e organização de eventos recreativos – que ajudam à economia familiar (Fig. 50).

Fig. 50. Vista sobre as casas dos banhos, agosto, 2014.



Fig. 51. Vista sobre a zona de preparação de refeições, bar e parque de merendas, agosto, 2014.



De modo a completar esta primeira imagem do sítio, refere-se a presença de pequenas casas situadas sobre promontórios de cada um dos lados da linha de água (Fig. 51), a existência de cabanas de palha de construção provisória que servem de cozinha e de bar de apoio instaladas na margem da ribeira junto ao parque de merendas e, ainda, de pequenas casas situadas sobre promontórios de cada um dos lados da linha de água (Fig. 51).

A primeira impressão é a de um cenário que parece resistir ao tempo, sugerindo um modo de vida distante, afastado das facilidades e garantias do mundo urbano, áspero e estranho aos olhos do visitante fugaz, intenso e fascinante, porém, para quem, como nós, se habituou a estar e a ficar como nós.

As etapas de preparação dos banhos

252

A partir do ponto de emergência de água – catalisador fundamental da atividade humana neste lugar – inicia-se a cadeia de tarefas relacionadas com a preparação dos banhos (Fig. 533).

A localização da nascente é determinante na forma como se organiza o espaço, influenciando tanto o corpo de movimentos, circulações e trajetos que ali se sucedem e repetem, como a posição dos elementos que conformam o dispositivo organizativo dos banhos.

Fig. 52. Bomba para extração de água da nascente, agosto, 2014.



O ciclo de ações de preparação dos banhos consiste numa sequência de cinco etapas fundamentais, envolvendo primeiramente a captação de água da nascente, o seu aquecimento, o encaminhamento e transporte para as banheiras onde ocorre o banho, o controlo e regulação da temperatura e finalmente o esvaziamento da banheira e limpeza após o banho. Sobre cada uma destas fases procura-se elaborar de seguida uma descrição mais completa.

Uma bomba alimentada por um gerador extrai a água da nascente (Fig. 52), que é encaminhada, por meio de uma mangueira, para quatro bidões de 200l, assentes em dois muros de pedra distantes aproximadamente 10 m da nascente. É este o local de aquecimento das águas.

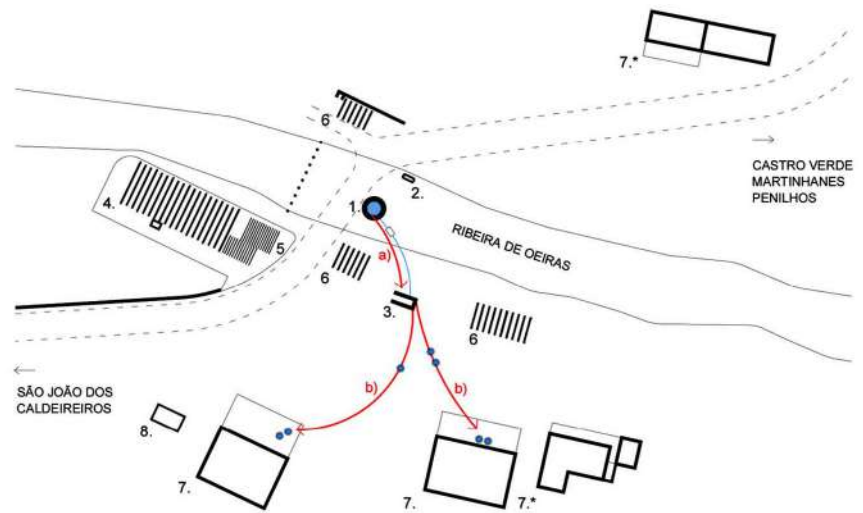


Fig. 53. Dispositivo: 1. nascente; 2. banheira exterior; 3. zona de aquecimento da água; 4. parque de merendas; 5. zona de preparação de refeições /cozinha e bar; 6. zonas de sombreamento; 7. zonas de banho/ alojamento de aqistas (* devolutos); 8. instalação sanitária de uso público. Etapas de preparação do banho, agosto 2014. ▶

Fig. 54. Fogueira a céu aberto para aquecimento da água da nascente, agosto, 2014. ▼



253



Entre os muros que assinalam o lugar do fogo, cria-se o espaço para fazer a fogueira (Fig. 54), tarefa que se inicia a cada madrugada para que a água possa estar quente para os primeiros banhos da manhã que ocorrem a partir das 8.00h. Na preparação da fogueira, usam-se as canas ceifadas na margem da ribeira e a lenha de esteva recolhida durante o mês de maio, mês no qual se antecipam e realizam uma série de atividades de preparação da época dos banhos⁵.

⁵ É também durante o mês de maio que se iniciam as construções em caniço junto à ribeira.



Fig. 55. Transporte da água quente e enchimento da banheira, agosto, 2014. ▲

Fig. 56. Vista a nascente da ribeira de Oeiras, outubro, 2018. ▼



Depois de aquecida, a água é por sua vez retirada dos bidões através de baldes, sendo estes transportados até às casas onde se “dá o banho” (Fig. 55). Como adiante se descreve com maior detalhe, em cada um dos quartos existe uma banheira de cimento, ocupando um canto do compartimento. Aqui procede-se ao transvase da água quente para o interior da banheira, regulando-se posteriormente a sua temperatura através da água fria depositada em baldes em espera na soleira exterior das casas. Estes baldes no exterior da casa são abastecidos com o auxílio da bomba, extraindo-se e esvaziando-se a água diretamente da nascente, tarefa que nem sempre foi assim. No tempo de Raquel Domingos, mãe de João Domingos, e segundo o seu testemunho “(...) levava-se oito baldes de água fria para as banheiras... tudo a braços! Agora têm o motor... agora só levam para a casa a braços... a água quente... quatro ou cinco baldes de água quente.”⁶. Após o banho, a água é esvaziada por um ralo diretamente para o solo e a banheira é limpa, de seguida, com um pano seco.

Esta mesma sucessão de etapas, verificada em termos de distâncias e percursos repetidos a cada banho, facilmente nos indica o esforço empreendido pela família Domingos, a única na região que ainda presta este serviço⁷.

As casas onde se “dão os banhos” distam aproximadamente entre 30 a 40m da linha de água, elevando-se da cota da ribeira, cerca de 6m na margem direita e 8m na margem esquerda (no sentido jusante) (Fig. 56).

No tempo dos pais de João Domingos “fazia-se muito banho, muito banho... (...). Antigamente fazia quarenta e tal, cinquenta banhos por dia. Isto era pelo S. João, vinha gente de todo o lado... vinha muita gente para aqui dar banhos. Umas pessoas estavam nove dias, outras treze...”⁸. Atualmente, todavia, a média diária de banhos, entre os meses de julho e agosto, ronda os doze a vinte banhos por dia.

Em cada banheira são depositados cerca de doze a catorze baldes de água (na proporção de metade de água quente e metade de água fria), o que significa que cada banho implica a repetição do trajeto, entre a zona de aquecimento das águas e as casas, três a quatro vezes, empunhando-se em cada uma das deslocações um balde de 5l em cada mão. Considerando o efeito multiplicador de cada uma das ações poderemos facilmente deduzir a taxa de esforço que está na base de todo este processo.

⁶ Excerto retirado da entrevista a Raquel Domingos, transcrita no capítulo X - *O arquiteto como etnógrafo* da presente dissertação.

⁷ No capítulo III, aborda-se a forte incidência de nascentes com propriedades minerais, bem como os lugares de prática dos banhos que em tempos existiram na região.

⁸ Excerto retirado da entrevista a Raquel Domingos, transcrita no capítulo X - *O arquiteto como etnógrafo*, da presente dissertação.

O custo do banho é de 6 euros, modesta quantia para tão árdua tarefa. “Este rapaz aqui só está a trabalhar pela bondade dele, porque é incrível o trabalho que este homem tem”⁹, comenta o Sr. José Filipe, um dos aquistas que vai a banhos.

A forte manualidade e fisicalidade que está ainda hoje subjacente à preparação dos banhos é assim um dos aspetos que o distingue e particulariza.

O elevado grau performativo das ações que nele ocorrem, a forte componente visual, corporal e simbólica a ele associado remete-nos, todavia, para uma outra análise complementar: a necessidade de identificação e compreensão do mecanismo que organiza a cadeia de ações e movimentos que acabámos de descrever.

O dispositivo de acomodação da prática

Uma constelação de artefactos gravita em torno da nascente. Estes elementos assumem, por sua vez, distintas posições, escalas, funções e materialidades. Da sua análise depende, então, o reconhecimento do mecanismo que orienta e regula a prática dos banhos populares, compreensão que inclui também o período de outono e inverno quando o local se encontra inocupado (Fig. 57).

255



Fig. 57. Imagem aérea sobre a nascente da Água Santa da Herdade de Sta. Maria, dezembro, 2018.

Ao contrário dos arquétipos funcionais e modelos arquitetónicos associados ao termalismo (que propõem uma forma de uso específica forma de uso e configuram uma resposta erudita ao apelo das águas minerais), encontramos neste lugar uma singular conceção de espaço que resulta de um sistema de relações e de ações geradas a partir de um conhecimento prático e empírico, que relaciona o homem com as propriedades terapêuticas da nascente. Tal espaço

⁹ Excerto retirado da entrevista a José Filipe, transcrita no capítulo X - *O arquiteto como etnógrafo*, da presente dissertação.

é assim o cúmulo de uma série de improvisos, ajustes e acertos praticados contínua e progressivamente ao longo de décadas, em estreita relação com as especificidades biofísicas do território em estudo.

No inverno, para além da presença das casas a testemunharem a ocupação histórica do lugar, o sítio da Água Santa da Herdade põe em evidência uma série de outros sinais e marcas de apropriação e atividade humana. Sob a forma de lajedos, muros e pináculos a distintas posições, insinuam-se nas imediações da ribeira uma constelação de elementos diversos que esperam/aguardam a atividade dos banhos populares durante a época de verão (Fig. 58).



Fig. 58. Vista de topo: constelação de muros e plataformas de pedra, dezembro, 2018.

256

Cada uma dessas insinuações de pequenos elementos construídos, emerge assim animada pela prática sazonal dos banhos. Cada uma destas evidências/proeminências/despontes assume distintas funções: delimitam áreas de convívio, fixam espaços de atividade como a cozinha ou o bar, assinalam a zona de fogo e, por fim, recebem as estruturas que permitem erguer as cabanas e esteiras de sombreamento.

As estruturas edificadas que se inserem no perímetro de influência da nascente são genericamente de dois tipos:

Numa primeira linha de construções situadas na proximidade da ribeira, observam-se estruturas leves e desmontáveis que se instalam cada ano sendo posteriormente desmontados nos primeiros dias de setembro, no final da época dos banhos;

Num segundo alinhamento, distantes da linha de água cerca de 30 a 50m, situam-se as casas que albergam os quartos onde se “dá o banho”, servindo simultaneamente de alojamento dos aquistas¹⁰.

¹⁰ De acordo com os diversos testemunhos recolhidos, a sua construção terá ocorrido entre as décadas de 1920 e 1940 pelos proprietários das herdades que confinam com a nascente, com o propósito de ali instalar as respetivas famílias durante a época dos banhos.

Na proximidade da ribeira identificam-se os seguintes elementos (para além da nascente situada sobre o leito de cheia):

Fig. 59. Construções temporárias *versus* construções permanentes, agosto, 2014. ►

Fig. 60. Zona de preparação das refeições e bar: processo construtivo, agosto, 2014. ▼



257

Na ala direita no sentido jusante:

- i) uma estrutura de sombreamento, erguida para proteger os carros do sol (9x4m), apoiada por pilares e traves de madeira sobre a qual assenta uma tela fachadeira de cor verde;
- ii) um murete de xisto em forma de U que acomoda a fogueira e onde sobre ele assentam os bidões para aquecimento da água.
- iii) uma segunda estrutura de sombreamento de aproximadamente 5x4m, erguida sobre uma mesa e uns bancos de cimento, sugerindo uma pequena área de estadia, erguida igualmente por pilares e traves de madeira cobertas por esteiras em cana;
- iv) duas cabanas contíguas construídas em palha e cana que albergam respectivamente uma zona de preparação de refeições (5x3m) e uma zona de bar (5x4m) assente sobre uma base em xisto – sulco/murete com aproximadamente 60cm de altura;
- v) e, finalmente, uma grande pérgula em palha com aproximadamente 18x8m, adjacente às duas construções e construída por pilares e traves de madeira dispostos em módulos sucessivos de 3x4m, onde assentam por sua vez as esteiras de sombreamento em cana. Sob esta estrutura existem igualmente umas mesas e bancos executados em betão, que aí permanecem indiferentes à água que no inverno inunda este lugar.

A grande pérgula (Fig. 61 e Fig. 62), elemento de remate da linha de construções temporárias, aglutina/reúne simultaneamente o espaço de preparação de refeições, o bar, a zona de refeições e a área de barbecue, materializando assim a vocação comunitária deste lugar – espaço referencial da experiência coletiva.

Fig. 61. O grande alpendre: parque das merendas, agosto, 2014. ►

Fig. 62. O grande alpendre: vista interior, agosto, 2014. ▼



De todas as estruturas temporárias, só este grande alpendre é da responsabilidade da Junta de Freguesia de São João dos Caldeireiros, que o terá construído no ano de 2004 em benefício da criação de um espaço amplo de convívio junto à ribeira e à nascente. As restantes estruturas são erguidas pela família Domingos.

Na ala esquerda no sentido jusante:

- i) Uma plataforma/lajedo em pedra de xisto com mesas e bancos no mesmo material, assinalando uma outra área de lazer.

Do ponto de vista construtivo, a primeira linha de construções, onde se localizam as cabanas e as esteiras de sombreamento, é construída com os materiais que as margens da ribeira providenciam. O seu tempo de preparação e execução alinha-se com a ordem dos ciclos naturais e com a rotatividade das atividades da família Domingues integrando já parte da performatividade e ritual que caracteriza este lugar.

É sobre os sulcos/muretes de pedra existentes na proximidade da nascente que se erguem as cabanas – estruturas executadas com pilares e traves de madeira onde se fixam posteriormente as esteiras para preenchimento das superfícies.

Em qualquer das estruturas o seu revestimento recorre aos seguintes componentes/materiais naturais:

A tabua-larga (*typha latifolia*), herbácea perene encontrada facilmente junto às margens de linhas de água e que chega a atingir os 3m de altura, serve a construção dos planos verticais – as paredes da cabana. Depois de secas ao sol, as suas folhas compridas são dispostas em vários molhos que se enlaçam com um fio, dando origem às esteiras que perfazem o preenchimento dos planos verticais;

O bunho (*schoenoplectus lacustris*), outra espécie comum em áreas alagadiças, é utilizado por sua vez para fazer as coberturas. É a resistência dos seus caules que permite ser usado em superfícies cuja exposição ao sol e à chuva é maior.

Finalmente os pequenos ramos provenientes da juçá (*caesalpinia férrea*), árvore de madeira muito resistente, são utilizados para amarrar as diversas esteiras entre si e por sua vez à estrutura de madeira.

O método de execução consiste na recolha dos diversos elementos junto às margens da ribeira, repartindo e distribuindo posteriormente pelo terreno diversos molhos deste material para que sequem. O tempo de secagem que varia entre cinco a dez dias é entretanto aproveitado para erguer sobre os muretes de pedra a estrutura de suporte das cabanas, também ela executada a partir de material recolhido junto às margens. As últimas etapas consistem na preparação das esteiras e no cobrimento lateral e cimeiro da cabana (Fig. 63).

259

Todas estas tarefas iniciam-se cerca de dois meses antes do arranque da época dos banhos; elas integram já a prática dos banhos populares, rito que se inicia ainda muito antes dos banhistas/aquistas chegarem.

Fig. 63. O processo de preparação, montagem e construção das estruturas temporárias, maio, 2015.



Fig. 64. Posição a meia encosta das construções permanentes, novembro, 2014.



Na segunda linha de construções e afastadas do leito da ribeira encontram-se por seu turno as casas (Fig. 64). Duas na margem esquerda da ribeira, situadas numa posição sobranceira, e três na margem direita igualmente localizadas a meia encosta.

Construídas inicialmente pelos proprietários das herdades confinantes à ribeira (Herdade da Água Santa, Herdade de Penilhos e senhores de Monte Fialho) para ali instalarem as famílias durante o período do verão, só duas permanecem em uso e aptas para a prática do banho. Uma delas adquirida há menos de dez anos pela família Domingos e uma outra, arrendada ao proprietário da Herdade de Penilhos. As restantes três casas (todas elas construídas com o mesmo propósito) encontram-se atualmente abandonadas e em elevado estado de degradação.

260

Independentemente da variação dos polígonos de implantação de cada uma das construções, a organização dos espaços é em tudo semelhante (Fig. 65). A partir de um corredor central acede-se aos vários compartimentos. Ao fundo, uma lareira remata o limite deste espaço central, que funciona simultaneamente como eixo distribuidor de calor.

Nas construções onde não existe corredor, como é o caso das casas situadas na margem esquerda da ribeira, o acesso a cada um dos quartos/dependências faz-se diretamente a partir do exterior.

As casas exibem um esquema funcional simples e elementar, em resposta direta ao principal objetivo que deu origem à sua construção - um abrigo que acolhesse a prática dos banhos e simultaneamente assegurasse a estadia por longos períodos neste lugar.

Fig. 65. Plantas das edificações.

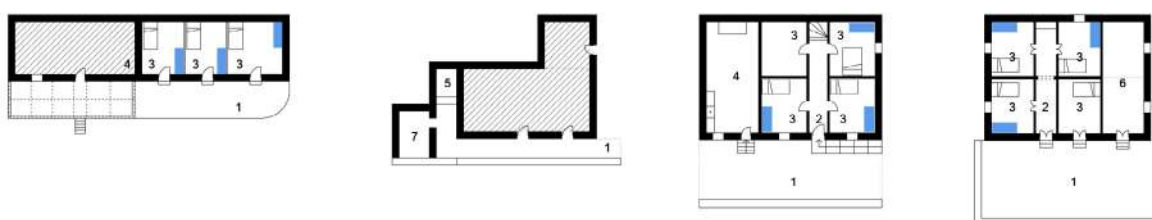




Fig. 66. Vistas interiores: zona de refeições e quarto/área do banho, novembro 2014. ▲

Fig. 67. Vistas interiores: corredor de distribuição e quarto/área do banho, novembro, 2014. ▼



No interior das casas atualmente em uso, existe em cada um dos quartos uma banheira normalmente rebaixada, localizada num dos cantos, uma cama e uma cadeira de apoio (Fig. 66 e Fig. 67).

No sítio da Água Santa da Herdade não há rede elétrica nem rede de águas e esgotos. A iluminação é garantida por um gerador apenas para iluminar durante uma parte da noite o parque de merendas. As bebidas e os alimentos são, por seu turno, conservados em arcas frigoríficas cobertas de gelo que o Sr. João Domingos compra regularmente (Fig. 68).

A iluminação no interior das casas, que também não dispõem de instalações elétricas, é assegurada por candeeiros a óleo. Para suprir aquela falta, a Junta de Freguesia de São João dos Caldeireiros construiu no ano de 2004 umas instalações sanitárias – separadas por género (dispondo cada uma de uma sanita e de um lavatório). Contudo, a falta de saneamento no local obriga a que as descargas de água sobre cada um dos equipamentos seja feita com recurso a despejos de baldes extraídos da nascente.

No que respeita aos sistemas construtivos adotados, os materiais e técnicas empregues revelam no essencial uma arquitetura feita dos “saberes fazeres” locais, assinalando as construções o resultado de uma adequação hábil entre meios/recursos disponíveis e um fim ou propósito a que se destinam.

261

As construções no sul do Alentejo, e concretamente na região de Mértola e serra Algarvia, organizam-se fundamentalmente em dois tipos – construções em pedra de xisto e construções em taipa – existindo também construções em adobe na região¹¹, porém, em menor número.

São estes sistemas construtivos – a construção em alvenaria de pedra de xisto e a construção em taipa – que caracterizam as construções da Água Santa da Herdade de Sta. Maria (Fig. 69, Fig. 70 e Fig. 71).

Quando são executadas em taipa, a base da construção ostenta um muro perimetral em pedra com uma altura máxima de 1m, que funciona como elemento de suporte e de proteção das paredes em taipa. As construções são posteriormente rematadas por uma estrutura composta por traves de madeira nas quais assenta posteriormente a telha de canudo.

¹¹ Destaca-se o estudo sistemático sobre o território de Mértola levado a cabo por Fernando Varanda cuja obra *Mértola no Alentejo: Tradição e mudança no espaço construído* (2002) foi referência essencial em alguns capítulos desta dissertação.



Fig. 68. Iluminação artificial com recurso a gerador, julho, 2018. ▲

Fig. 69. Vista geral sobre casas devolutas (casas onde “se dava” o banho), fevereiro, 2015. ►



Fig. 70. Sistema construtivo: constituição das paredes, fevereiro 2015. ▼



Fig. 71. Sistema construtivo: constituição das paredes e cobertura, fevereiro, 2015. ▼



No interior, os tetos são na maior parte das casas forrados a cana, a que chamam vulgarmente o “encanizado”, o qual garante um certo conforto térmico, acústico e visual às construções. As paredes das construções são caiadas protegendo-as da ação da água, evitando assim, no caso da taipa, o seu esboroamento.

As edificações existentes pertencem então a uma lógica construtiva que encontra na escassez de meios e recursos o mote da sua expressão e identidade, nelas se usando materiais disponíveis localmente – pedra, madeira e barro.

O dispositivo de acomodação da prática dos banhos incorpora então uma rede complexa de compromissos entre elementos e disposições, construtos e materialidades e ainda protocolos de atividade que, contrariamente ao que poderíamos presumir inicialmente, se revela com uma ordem própria, vinculada a uma comunidade e a um determinado contexto físico e ambiental que ali se cruzam.

Assim, sintetizam-se os principais aspetos que consolidam o dispositivo:

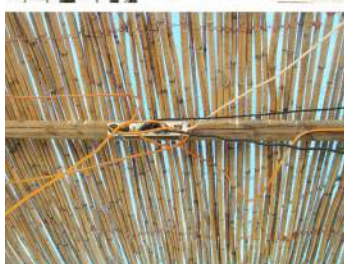
A implantação e posição das estruturas edificadas adequam-se aos fluxos hídricos e ao regime de escoamento da ribeira. As estruturas leves e provisórias localizam-se na proximidade da ribeira; as construções permanentes, por sua vez, distanciam-se entre 30 a 50 m da linha de água. É o nível da água, distinto na época de verão e de inverno, que regula o compromisso entre as diferentes construções e sua localização.

As construções permanentes localizam-se assim na meia encosta do vale que conforma a linha de água, inscrevendo-se numa cota segura que as protege das cheias do inverno quando a ribeira caudalosa dilata as suas margens¹² (Fig. 72).

¹²De acordo com o testemunho de António (transcrito em epígrafe no capítulo X), em 2007, o caudal da água terá subido até meio das janelas das casas, episódio que traduz o regime de torrencialidade associado à ribeira de Oeiras, de resto já mencionado no capítulo III da presente dissertação.

Fig. 72. Ribeira de Oeiras: leito de cheia, novembro, 2014. ►

Fig. 73. O grande alpendre: sombreamento vertical e horizontal em caniço, agosto, 2014. ▼



Já as construções na proximidade da ribeira, executadas em materiais leves, acusam uma lógica construtiva derivada do seu caráter temporário, apta a responder à vocação sazonal da prática dos banhos, podendo assim beneficiar da proximidade da nascente e do “fresco” que as margens da ribeira proporcionam (Fig. 73).

Paralelamente, do ponto de vista programático, o lugar evidencia igualmente uma hierarquia de usos e funções. O programa de vocação comunitária e social, de que fazem parte as estruturas de sombreamento, o parque de merendas, bar e cozinha de apoio, instala-se nas construções leves. Abrigadas do sol por esteiras em caniço e ladeadas pelos choupos, salgueiros e loendros próprios da galeria ripícola que margina a linha de água, estas áreas traduzem-se assim num espaço de conforto térmico e visual através do qual se alcança a compreensão e a perceção clara de um espaço concebido com a intencionalidade de promover o bem-estar dos banhistas e vistantes.

Por outro lado, o banho de imersão ocorre no espaço das casas – espaço desejavelmente sereno, silencioso e de luz difusa (que as portadas das janelas ajudam a regular), distantes da nascente e do espaço de maior movimento associado ao convívio. No interior das construções, apenas o som distante e apagado das conversas no alpendre se mistura com o canto dos pássaros, ouvidos aqui com maior nitidez. De quando em quando, apenas o ruído do motor ativado para ajudar na extração da água da nascente nos interrompe do enlevo e relaxamento que proporcionam as altas temperaturas do banho de imersão.

Tudo aparenta obedecer a um protocolo em que as condições físicas da paisagem, as suas dinâmicas e mutações sazonais, os recursos disponíveis em conjunto com a prática dos banhos e seus programas se revela num sistema de relações que determina e fixa as condições do lugar, deste lugar da Água Santa da Herdade de Sta. Maria.

A comunidade aquista: a família Domingos, os banhistas e os visitantes ocasionais

O reconhecimento empírico das propriedades medicinais da água da nascente foi dando progressivamente origem a sistemas de cooperação, de partilha, e de prestação de pequenos serviços, que embora inscritos numa realidade informal, não medicalizada e não institucionalizada, foram consolidando a vocação terapêutica do lugar e com ela a fixação de uma comunidade aquista.

Dentro deste coletivo que conforma e protagoniza a dinâmica social e vivencial no sítio da Água Santa da Herdade, distinguem-se fundamentalmente três grupos:

A Família Domingos que assegura desde há três gerações pelo menos a preparação dos banhos, desenvolvendo paralelamente o seu micronegócio sazonal de venda de bebidas e preparação das refeições;

O grupo dos banhistas/aquistas que recorre à ingestão da água e aos banhos de imersão para tratamentos de doenças reumáticas, dermatológicas e digestivas;

E finalmente os visitantes ocasionais, que se deslocam ao lugar da Água Santa da Herdade para beber água da nascente (observam-se com frequência pessoas a encher garrafões de água para levar para casa), para participar em convívios¹³ organizados pela família Domingos durante a época balnear, ou ainda para simplesmente desfrutar de um piquenique entre amigos debaixo do alpendre, que providencia a sombra ao parque de merendas (Fig. 74).

264



Fig. 74. Ir à nascente beber água. ▲

Fig. 75. A família Domingos, agosto, 2014. ►



¹³ Incluem-se nestes convívios a preparação de pequenos almoços para os caçadores e almoços para os visitantes e banhistas.

A família Domingos, composta por João Domingos, sua mulher Cidália e seus filhos João e Susana constituem o *corpus* prestador de diversos serviços (Fig. 75).



Fig. 76. Preparação das refeições, agosto, 2014.

A seu cargo incluem-se as atividades relacionadas com a preparação dos banhos, o aluguer dos quartos aos aquistas durante o período de tratamento e a confecção de refeições e venda de bebidas (Fig. 76), que já o pai de João ali desenvolvia.

João Domingos, conhecido no Concelho como o João da Água Santa, cresceu a ajudar o pai na organização dos banhos (Fig. 77). Já o seu avô fazia igualmente daquele lugar o seu sustento durante a época de verão, preparando os banhos e encarregando-se simultaneamente do aluguer das casas aos banhistas, atividade que João Domingos mantém apenas em duas casas, uma delas adquirida recentemente pela sua família e uma outra arrendada, como mencionado anteriormente.

Entre os meses de setembro e novembro, João Domingos dedica-se à apanha de fruta. Cada ano um grupo de homens residentes no concelho de Mértola e concelhos vizinhos, desloca-se a Saint Germain D'Arcé, na região de Pays de la Loire em França, para participar na campanha do pêro. No regresso, entre os meses de dezembro e março é trabalhador da construção civil, ocupando-se de seguida durante a primavera da tosquia de ovelhas, a que sucede, por fim, a atividade na Água Santa da Herdade.

265

Cidália, por sua vez, faz serviços de limpeza em diversas casas do concelho e, entre os meses de outubro e dezembro durante o período da caça, prepara as refeições (pequeno almoço e almoço) para os caçadores de várias coutadas.

É, pois, este regime de pluriatividade¹⁴ a que o casal se encontra submetido que permite justificar a sua disponibilidade para os banhos na Água Santa da Herdade até aos dias de hoje – o único de treze lugares identificados no concelho que mantém a dita prática.

Por sua vez, o grupo dos banhistas/aquistas é caracterizado por uma grande heterogeneidade.

No que respeita à proveniência geográfica, podemos distinguir fundamentalmente dois grupos – os que vêm de concelhos distantes, nomeadamente das regiões do Alto Alentejo, Estremadura e Ribatejo, necessitando por isso de



Fig. 77. João Domingos com pais e irmãos, década de 70.

¹⁴ A pluriatividade é uma das características do meio rural e em particular da região do Alentejo, onde a sazonalidade das atividades ligadas à agricultura implica a articulação com outras atividades.

pernoitar por diversos dias para fazer o tratamento de nove, onze ou treze dias¹⁵; e um outro grupo de banhistas/aquistas, residentes nos concelhos de Mértola e nos concelhos vizinhos, Castro Verde, Aljustrel e Alcoutim, que se deslocam diariamente para ir a banhos.

De acordo com Cidália, os que vêm de concelhos distantes marcam antecipadamente a sua estadia. No seu testemunho, deu-nos o exemplo de duas famílias da Baixa da Banheira que desde há 40 anos se deslocam à Água Santa da Herdade para cumprirem nove dias consecutivos de tratamento.

Os tratamentos seguem uma rotina, que se inicia com o banho diário logo pela manhã e ao qual sucede um período de repouso entre trinta a sessenta minutos. O restante dia é dedicado a passeios junto à ribeira, a períodos de convívio, ao croché ou à preparação das refeições fazendo uso da churrasqueira que a Junta de Freguesia disponibiliza junto ao grande alpendre.



Fig. 78. O banhista José Filipe, agosto, 2014.

No caso do Sr. José Filipe (Fig. 78), um dos aquistas de maior idade e residente no concelho de Mértola, a deslocação é assegurada diariamente pelo Sr. João Domingos, que o traz e leva a casa, após cada banho. Trata-se de um dos casos em que é evidente o benefício terapêutico das águas: “nos primeiros dias mal andava e agora já entra e sai da banheira sem ajuda”, comenta o João da Água Santa com satisfação.

266

A população aquista é maioritariamente sénior, como é comum na prática do termalismo tradicional. Cidália e João identificam maioritariamente pessoas com idades superiores a sessenta anos, havendo uma percentagem muito significativa de aquistas acima dos setenta anos.



Fig. 79. O banhista Manuel Pedro, agosto, 2014.

Tende todavia a emergir um renovado interesse por parte de outras faixas etárias. Cláudia, de quarenta anos de idade, acompanha regularmente o seu marido, Manuel Pedro (Fig. 79), nos tratamentos. Passam vários fins de semana durante o verão na Água Santa da Herdade. Engenheira a trabalhar no Algarve, encontra naquele lugar o pretexto para desanuviar do turismo de massas que caracteriza algumas praias da região.

Identifica sobretudo a hospitalidade das pessoas e o efeito descompressor da paisagem como os principais motivos de interesse. Resiste, todavia, à prática do banho, ao contrário do seu marido, que há mais de quarenta anos acorreu ao local para tratar uma “dor nas costelas” em resultado de uma queda.

15 Segundo a tradição local os tratamentos devem estabelecer-se em números ímpares.



Fig. 80. Os banhistas Martine e Joaquim, agosto, 2014.



Fig. 81. A caravana de Martine e Joaquim, agosto, 2014.



Fig. 82. João, Susana e Cidália, julho, 2018

Fig. 83. Almoço de convívio organizado pela família Domingos, julho, 2018.



Quando questionada sobre a sua relutância em relação aos banhos de imersão, explica que não é a água e em particular o seu cheiro a enxofre que a impressiona, mas o fato da mesma banheira ser usada por diversos utentes, sendo limpa superficialmente apenas com um pano no final de cada banho. Em alternativa recorre a banhos de mangueira com a água fria diretamente extraída da nascente.

Martine (Fig. 80) é outra das aquistas que frequenta a Água Santa da Herdade. De nacionalidade francesa, com cinquenta anos de idade e residente atualmente em Ourique, trocou a sua vida em Paris, onde era contabilista, pela vida do campo há aproximadamente vinte anos. Diz não abdicar dos banhos da Água Santa por conta do bem-estar que promovem. Conheceu o lugar pela mão do seu companheiro, Joaquim (Fig. 80), natural de Ourique. Todos os verões o casal ali acorre estacionando a sua autocaravana num ponto alto e fazendo daquele lugar a sua estância de veraneio (Fig. 81). Agrada-lhes combinar o efeito relaxante e descompressor das águas com o convívio e o ambiente tranquilo do contexto natural, que segundo eles lhes permite ainda distinguir e identificar o som de diferentes pássaros, o vislumbre de perdizes e das lebres soltas. Quando se cansam, dizem eles, regressam a Ourique.

Igual testemunho da relação afetiva com o lugar e do sentido de liberdade que ele proporciona se adivinha nas palavras dos filhos de João e Cidália (Fig. 82). Não bebem outra água que não a da Água Santa da Herdade e pensam um dia também eles dar continuidade à tradição dos banhos. João aprendeu a técnica de montagem das esteiras em caniço e ajuda o pai na preparação dos banhos; Susana, por seu turno, é o braço direito da mãe na organização e preparação das refeições.

À parte da ajuda que prestam aos pais, ocupam o tempo de diversas formas - andam de bicicleta, jogam cartas, ouvem e contam histórias e organizam ainda passeios pela margem da ribeira, tendo muitas vezes como destino uma outra nascente¹⁶ que existe a montante da Água Santa da Herdade.

Sentem-se felizes naquele lugar e desejam que o ano passe rápido para voltar à Água Santa da Herdade.

A este lugar rumam ainda caçadores, homens do campo, funcionários do município, “doutores da região”, velhos, novos, crianças, mulheres e homens de todas as gerações, cargos e ofícios. São o grupo dos visitantes ocasionais que procuram a frugalidade da paisagem em complemento de um tempo de convívio (Fig. 83).

¹⁶ Referimo-nos à Água Santa do Pego Verde, referida no capítulo III do tomo 1 e lugar do ensaio de projeto desenvolvido no tomo 3.

No lugar da Água Santa da Herdade coabitam assim os devotos da água e os visitantes de ocasião, nele se justapondo a dimensão simbólica e terapêutica da água e a dimensão comunitária da partilha e do convívio, aspetos que põem em evidência os aspetos que estão na génese da construção e identidade do lugar.

O papel da memória na construção do sítio

Propor uma análise e leitura do sítio da Água Santa da Herdade, como temos vindo a procurar esboçar, implica alargar o âmbito analítico e descritivo das suas características físicas e materiais ao contexto social em que ele se forja, a partir não somente do reconhecimento do grupo que o performatiza no presente, mas também da(s) memória(s) que ele suscita ou invoca a partir do passado.



Fig. 84. João Domingos, pais e irmãos entre a década de 70 e 90.

A memória é, pois outra das variantes que integra a construção do lugar, que, a partir de um regime de transmissividade e continuidade geracional, foi enriquecendo o presente de um fazer dos outros, de histórias sucessivamente contadas e transformadas e finalmente de um imaginário sucessivamente invocado (Fig. 84).

Por esse motivo, o sítio não é só o lugar visível das suas características físicas ou da comunidade que o anima no presente, mas também o lugar invisível das relações mais remotas que lhe deram origem.

268

A construção do lugar “tem na sua origem o espaço com significado, cujos elementos contêm signos e valores que refletem a cultura de uma pessoa ou grupo” (Pires, 2013 p. 92). O mesmo será dizer que o lugar e a sua construção resultam do contributo cumulativo da ação do homem sobre o espaço, observável e verificável no presente mas indubitavelmente reconhecível e compreendido a partir do passado.

Nas escassas referências que existem na blogosfera a propósito deste lugar pode ler-se:

(...) juntavam-se ali dezenas de famílias, tantas, que num ido 7 de Agosto estavam erguidas nas margens da ribeira 22 barracas; nisto veio de lá uma inesperada cheia, que embora não tendo provocado vítimas, levou 20 dessas barracas ribeira abaixo (Água Santa da Herdade - Um SPA à Alentejana!, 2007).

A partir deste e de outros depoimentos identifica-se o primeiro modelo de apropriação do lugar - um acampamento erguido pelas dezenas de famílias que, vindas do Concelho de Mértola e de outros concelhos de proximidade,

procuravam nas águas da nascente a virtude dos seus benefícios terapêuticos (Fig. 85).



Fig. 85. Acampamento de banhistas na Água Santa da Herdade de Sta. Maria, década de 50 e 60.

Até há bem pouco tempo os banhistas traziam de sua casa camas, fogão, cadeiras, louças, talheres e roupa de cama para acomodar a sua estadia, realidade, porém, que tem vindo a alterar-se por conta das intervenções que a família Domingos tem introduzido, em concreto, numa das casas que adquiriu junto de um dos antigos proprietários.



Fig. 86. Maria do Carmo e Adélia, banhistas, agosto, 2014.

Maria do Carmo, filha de Adélia¹⁷ (Fig. 86), recorda que sua mãe vinha com uma irmã sua e uma tia a banhos. “Um senhor que tinha uma carroça (Fig. 88) com as mulas” vinha trazê-las. “Trazia uns colchões para dormir, porque não tinham camas. Eram colchões de lã, cheios de lã de ovelha, enrolados. Traziam a mala com a roupa. Traziam as coisas para fazer a comida, os pratos e tudo, porque não tinham aqui nada. As casas não tinham nada dentro”, acrescenta.

269

Permaneciam por longas temporadas, durante a época de verão, assumindo o ritual do banho diário como o pretexto e a principal motivação da sua permanência naquele lugar. Os banhos davam-se numa banheira de cimento (Fig. 87), colocada junto à nascente, que ainda hoje ali permanece como testemunho dessa forma primeira de “ir a banhos” no sítio da Água Santa da Herdade.



Fig. 87. Banheira sobre a ribeira (onde se davam anteriormente os banhos), fevereiro, 2015.

¹⁷ Adélia tinha em agosto de 2014, 88 anos. Encontrámo-la nesse ano na Água Santa da Herdade com a sua filha, numa visita ocasional. A sua entrevista encontra-se transcrita no capítulo X - *O arquiteto como etnógrafo* da presente dissertação.



Fig. 88. Água Santa da Herdade de Sta. Maria no ano de 1941. Fonte: Museu da ruralidade, Castro Verde.

A água era recolhida em baldes da nascente e, depois de aquecida em fogo de lenha, era depositada na banheira. Nessa altura, as pessoas aguardavam a sua vez para tomar o banho de imersão (vinte minutos) que se processava a céu aberto, recolhendo de seguida às suas cabanas para repousar por um período que variava entre os trinta e sessenta minutos, prescrição que ainda hoje se mantém. O resto do dia era passado em ameno convívio. Entre a preparação das refeições, os jogos de cartas, as rendas e os passeios pela zona, desfrutava-se, à semelhança do que ainda hoje acontece, da simples ideia que proporciona o efeito “deslocação” aliado à especificidade do lugar e características das suas águas.

E que alguns reconhecem do seguinte modo:

Há uns ermos no Alentejo, no quase deserto, aonde há água no verão. As águas santas são umas quase termas, não como Caldelas ou o Vidago, não são chiques, não têm relvados, piscinas ou árvores frondosas. Algum moçárabe ancestral descobriu nelas uma qualquer virtude paliativa ao reumático, um qualquer conforto para a pele e assim se iniciou a peregrinação a estes santuários improváveis (Águas santas, 2008).

Anacronismos

Ainda que o lugar se molde maioritariamente a partir das tradições próprias da cultura rural, assiste-se à sua transformação, observável tanto no comportamento dos que a visitam para ir a banhos, como daqueles que a procuraram pelo convívio ou pelas expetativas de quem explora o lugar.

270



Fig. 89. Vista sobre o parque de merendas, julho, 2018.

A casa adquirida pela família Domingos ganhou caixilhos em alumínio nos seus vãos, ornamentados por sua vez por cantarias em pedra arrumada. A soleira de entrada é refeita com ladrilhos de cerâmica vitrificada substituindo assim o comum e tradicional pavimento em terracota. Os automóveis que ali chegam, aproximam-se a uma velocidade de estrada de asfalto, pouco compatível com o caminho em terra batida, levantando um nevoeiro de pó que em tempos idos não se verificava. Os guarda-sóis, cadeiras de plástico e caixotes de lixo que por ali se encontram, em complemento das mesas e bancos fixos de pedra construídos pela Junta de Freguesia de São João dos Caldeireiros, são patrocínio de marcas com dimensão e projeção internacional, comercializadas em todo o mundo. E as toalhas de papel, pratos de *pirex* e copos de vidro sobre as mesas de cimento, não deixam margem para a constatação sobre a profunda hibridização do território rural e seus lugares (Fig. 89).

Os sinais e marcas da modernidade ali presentes denunciam o óbvio: “quando o abandono dos campos e da agricultura não significa o abandono das gentes, a ruralidade transforma-se por dentro” (Domingues, 2011, p. 38), ou seja,

absorve inevitavelmente traços de urbanidade, integra as expectativas por uma vida melhor dos que nele vivem, razão pela qual a experiência que oferece a Água Santa da Herdade de Sta. Maria é também por isso, moldada por anacronismos.

Ritual, Performance e Dispositivo

A Água Santa da Herdade de Sta. Maria é um lugar que, como temos vindo a procurar analisar, afirma-se sobretudo pelo reconhecimento de um quadro de práticas sociais ali vigentes associados à cultura do banho, exibindo características de um espaço coletivamente apropriado, vivido e experienciado, vinculado ao presente e ao passado, através da contínua e persistente atividade humana em redor dos benefícios terapêuticos da água.

Por intermédio do exercício etnográfico, ponto de partida para uma reflexão sobre os atributos do sítio em análise, procurámos descrever e sistematizar o conjunto de ações, movimentos, protocolos e mecanismos que permitem consolidar e reconhecer o espaço enquanto facto/acometimento material e enquanto facto/acometimento social.

Paralelamente, fomos dissertando sobre os aspetos diferenciadores e distintivos que caracterizam a prática dos banhos e que, conseqüentemente, influenciam o sítio em estudo, identificando *a priori* três fatores/aspetos essenciais da sua individualidade: a forte componente **ritual** que domina a atividade dos banhos; a **performatividade** dos sujeitos que nela participam; e, por fim, o **dispositivo** que dirige e controla todo o corpo de ações que se desenvolve naquele lugar.

272

A partir das definições teóricas de **ritual**, **performance** e **dispositivo** (propostas por alguns autores) e da anterior análise e descrição da Água Santa da Herdade de Sta. Maria, procuraremos, seguidamente, articular duas vertentes: a dimensão ritual que conforma a prática dos banhos; e a dimensão dramática de que se reveste o lugar por via da ritualização do espaço. Estas duas abordagens são então aqui exploradas com o objetivo de aprofundar a natureza específica associada à prática dos banhos e, indissociavelmente, também dos seus lugares, delas extraindo porventura a sua íntima substância.

Antes de avançarmos, consideramos previamente três definições que nos auxiliam a enquadrar a exposição:

Ritual:

O valor do ritual como significado parece residir em instrumentos e gestos: é uma linguagem paralela (Lévi-Strauss, 1977, como citado em Parkin, 1992, p .11 [tradução livre]).

A abordagem ao ritual implica considerar sempre movimento, direcionalidade e orientação espacial, como aspetos fundamentais da sua distinção (Parkin, 1992, p. 16 [tradução livre]).

Rituais são memórias em ação, codificadas em ações (Schechner, 2002, p. 45 [tradução livre])¹⁸

Performance:

(...) Uma experiência é, em si, um processo que “extraí” uma “expressão” que a completa. Aqui a etimologia de “performance” pode dar-nos uma pista útil, pois o termo nada tem a ver com “forma”, mas antes deriva da expressão do francês antigo *parfounir*, “completar” ou “fazer completamente”. Uma performance significa, então, o apropriado *finale* de uma experiência (Turner, 1982, p. 13 [tradução livre])¹⁹.

toda a performance é baseada num modelo, roteiro, ou padrão da ação pré-existente. (...) o que a performance executa e como ela o faz claramente pode ser abordado de várias maneiras, embora haja um consenso geral de que, dentro de cada cultura, pode ser descoberta uma espécie de atividade, separada de outras atividades por espaço, tempo, atitude ou por todas elas juntas, que pode ser analisada como performance e nomeadamente como tal (Carlson, 2010, p. 11).

Dispositivo:

(...) chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes (Agamben, 2009, p. 40).

273

“Dispositivo: o que dispõe.”

Sistema, mecanismo, critério, lógica, padrão, mapa ou diagrama ... (...) Concebido como um mapa de batalha virtual: como um mapa de movimento, isto é, como uma maquinação ativa: diagrama sintético (processador de situações e programador de ações) mas, ao mesmo tempo, critério estratégico e táticos, lógica – ou programa – operacional, pauta organizativa (infraestrutural), sistema (formal) e, em última instância, mecanismo de reação: um reativo contra o lugar (Gausa et al., 2001, pp. 170-172 [tradução livre])²⁰.

¹⁸ Transcrição do texto original: “Rituals are memories in action, encoded into actions” (Schechner, 2002, p. 45).

¹⁹ Transcrição do texto original: “An experience is itself a process which “presses out” to an “expression” which completes it. Here the etymology of “performance” may give us a helpful clue, for it has nothing to do with “form,” but derives from Old French *parfounir*, “to complete” or “carry out thoroughly.” A performance, then, is the proper finale of an experience.” Turner, 1982, p. 13).

²⁰ Transcrição do texto original: “‘Dispositivo: lo que dispone’. Sistema, mecanismo, critério, lógica, pauta, mapa o diagrama...(...) Planteado desde y como, um virtual mapa de batalla: como um mapa de movimientos, es decir, como una maquinación activa: diagrama sintético (procesador de situaciones y programador de acciones) pero, a la vez, critério estratégico y táctico, lógica – o programa – operativo, pauta organizativa (infraestructural), sistema (formal) y, em definitiva, mecanismo de reacción: um reactivo frente al lugar” (Gausa et al., 2001, pp. 170-172).

A dimensão ritual dos banhos populares

Desde os pensadores clássicos dos rituais e da performance, como Arnold Genep, Victor Turner, e, ainda antes destes, Émile Durkheim²¹, a autores como Martine Segalen, David Parkin ou Richard Schechner, que têm investigado a aplicação destes conceitos às sociedades contemporâneas, é possível reconhecer nas propostas que desenvolvem convergências, continuidades e complementaridades, apesar da diversidade de abordagens e das épocas que naturalmente as distinguem.

O sentido de ruptura, descontinuidade e interrupção que qualquer ritual impõe nos comportamentos habituais e rotinas quotidianas, expresso ou revelado através de um encadeado de ações inscrito na ordem do tempo e do espaço, parece emergir como denominador comum ou base de todas as concepções sobre o tema.

O fundamento da generalidade das propostas conceptuais em torno deste tópico assenta assim na prévia ideia de que qualquer ritual configura um acontecimento de natureza extra-quotidiana, materializado por um corpo ou conjunto de ações que lhe confere uma natureza excecional, de cariz fortemente coletiva e celebrativa.

Arnold Van Genep, pioneiro da autonomização do conceito de rito enquanto fenómeno social, desenvolve na sua obra de referência *Les Rites de Passage* (1909), um estudo intensivo sobre diversas cerimónias que dominam a vida dos homens, tomando como faces de uma mesma moeda a vida social e as manifestações rituais que continuamente a acompanham.

Segundo o autor:

é o próprio fato de viver que exige as passagens sucessivas de uma sociedade especial a outra e de uma situação social a outra, de tal modo que a vida individual consiste em uma sucessão de etapas, tendo por término e começo conjuntos da mesma natureza, a saber nascimento, puberdade social, casamento, paternidade, progressão de classe, especialização de ocupação, morte (Genep, 2011 [1909], p. 24).

A esta sucessão de acontecimentos que configuram exceções e transições no quotidiano dos indivíduos, o autor dá o nome de “ritos de passagem”. Ritos

²¹ Na sua obra *Les Formes Elementaires de la Vie Religieuse* (1912), Émile Durkheim propõe-nos uma digressão sobre o sagrado, o simbólico e a religião, pondo em evidência a ligação entre as manifestações religiosas e as partes mais elementares que as constituem: as crenças e os ritos. Sobre estes considera: “os primeiros são estados de opinião, consistem em representações; os segundos são modos de ação determinados. Entre estas duas classes de ação determinadas existe toda a diferença que separa o pensamento do movimento” (Durkheim, 1968, como citado em Weiss, 2013, p. 161). Assim, e de acordo com o autor, “os ritos são regras de comportamento que prescrevem como o homem deve comportar-se com as coisas sagradas” (Durkheim, 1968, como citado em Martins, 2006, p. 163).

que sinalizam estados temporários na vida comum do indivíduo e se destinam a assinalar “as etapas de um ciclo que se deseja marcar e revelar, uma espécie de moldura especial” (Da Matta, “apresentação”, como citado em Genep 2011 [1909], p. 9) que enquadra a particularidade dos mesmos.

A partir da grande diversidade de rituais que estuda, Genep identifica, para além da condição de passagem imanente aos ritos, “uma estrutura sequencial, um esquema de progressão que, em geral, se inscreve em conjuntos mais vastos de seqüências ordenadas hierarquizados em múltiplas escalas temporais, encadeados e cruzados entre si para marcar ritmos diversos” (Martins, 2006, p. 167).

A esta sequenciação o autor faz corresponder três categorias – separação, margem e agregação – a partir das quais, qualquer tipo de rito se organiza. Conforme o tipo de cerimônia, sobressaem diferentes categorias. No rito de nascimento, por exemplo, evidencia-se a agregação, na morte a separação, e nos ritos de margem incorporam-se todas as manifestações cerimoniais que se constituem elas próprias como etapas autónomas, dentro do ciclo de manifestações que integra a dimensão social do indivíduo e às quais Van Genep dedicou particular atenção nas suas análises.

Mas se o rito se manifesta na ordem do tempo, semelhante correspondência se estabelece em relação ao espaço. Ou seja, estes ritos de passagem envolvem, para além de deslocamentos no tempo, deslocamentos no espaço. A estas transições espaciais Van Genep designou de “preliminar”, “liminar” e “pós-liminar”, fazendo corresponder à liminaridade os ritos de margem e remetendo para uma posição auxiliar e secundária tudo aquilo que lhe antecede e sucede, e, portanto, tudo o que lhe é preliminar e pós-liminar respetivamente.

275

Assim se os ritos de margem são designados de “liminares”, os ritos de separação são “preliminares” e os ritos de agregação são “pós-liminares”.

Dentro desta categorização tripartida, Van Ganep sublinha em particular a importância das situações liminares ou de margem. Espaços intersticiais entre um antes e um depois, que o autor define como uma zona “flutuando entre dois mundos, (...) simultaneamente ideal e material” (Genep, 2011 [1909], p. 35) que se revela nas transição entre “uma situação mágico-religiosa ou social para outra” (Genep, 2011 [1909], p. 35) e a que Victor Turner vai dedicar especial atenção.

Turner toma como ponto de partida precisamente um dos contributos fundamentais de Van Genep – “a importância do contexto na discussão do

significado e o valor das sequências nos estudos dos rituais” (Da Matta, “apresentação”, como citado em Genep 2011 [1909], p. 19) aprofundando em particular a fase da liminaridade.

O conceito é logo definido na introdução do seu livro *Ritual Process* do seguinte modo:

A liminaridade é a passagem entre ‘status’ e estado cultural que foram cognoscitivamente definidos e logicamente articulados. Passagens liminares e “liminares” (pessoas em passagem) não estão aqui nem lá, são um grau intermediário (Turner, 1974 [1969], p. 5).

Para Turner, é liminar tudo o que genericamente está fora das hierarquias, das classes e ordem social que determinam as regras e as normas pelas quais as sociedades se regem, ou seja é liminar (e ritual) tudo o que está para além da realidade quotidiana e se reconhece como acontecimento “não-estruturado, ou rudimentarmente estruturado” (Turner, 1974 [1969], p. 119), ou por outras palavras, como instante “anti-estrutura” em que a relação entre os indivíduos se reorganiza e reelabora fora das regras do sistema (ou estrutura). A liminaridade para Turner representa então a condição inerente ao desenvolvimento de qualquer ritual, expresso por uma ação ou conjunto de ações que, pela simbolização que adquirem, transformam temporária ou permanentemente os indivíduos ou grupos que nele participam. É a partir então desta ambiência liminar que caracteriza os rituais, que os sujeitos desenvolvem sentimentos de partilha e de pertença, erguendo-se como “comunidade, ou mesmo comunhão (...)” (Turner, 1974 [1969], p. 119). A esta ligação ou sentimento de união que se ergue a partir dos rituais, o autor designou de *communitas*, propondo-o em oposição à “sociedade tomada como um sistema estruturado, diferenciado e frequentemente hierárquico de posições político-jurídico-econômicas”. (Turner, 1974 [1969], p.119).

276

A *communitas* assinala assim “uma forma de relacionamento humano primordial sempre contraposta à forma estruturada e hierarquizada do relacionamento social feito de posições bem demarcadas” (Cavalcanti, 2013, p. 413), que configura uma pausa, quebra, brecha e fuga (temporária e transitória) da conduta formal que dirige e orienta qualquer forma de organização social.

A liminaridade entendida como uma das manifestações da *communitas*, define-se então como um estado transitório, no qual os indivíduos se excluem da sua “estrutura” para integrar momentos de exceção – ritos que remetem para “um momento situado dentro e fora do tempo, dentro e fora da estrutura social profana, que revela, embora efemeramente, certo reconhecimento (no símbolo, quando não mesmo na linguagem) de um vínculo social generalizado (...)” (Turner, 1974 [1969], p. 118).

A indissociabilidade entre norma e liminaridade entre estrutura e anti-estrutura, é, pois, sintetizada pelo autor do seguinte modo:

A vida social é um tipo de processo dialético que abrange a experiência sucessiva do alto e do baixo, de *communitas* e estrutura, homogeneidade e diferenciação, igualdade e desigualdade. (Turner, 1974 [1969], p.120).

É a partir da alternância entre estados e condições que Turner expande a sua visão e compreensão sobre os processos rituais. O ritual é fundamentalmente determinado por uma “conduta formal prescrita para ocasiões não dominadas pela rotina tecnológica, e relacionada com a crença em seres ou forças místicas” (Turner, 1967, como citado em Martins, 2006, p. 181), remetendo assim para a natureza excepcional, coletiva e simbólica que incorpora qualquer rito.

Na contemporaneidade, a ideia de rito tem porém vindo a autonomizar-se do estudo das religiões e das sociedades primitivas nas quais se apoiaram grande parte das reflexões dos autores clássicos, estendendo a noção de rito genericamente a todas as manifestações profanas onde se produz sentido e se reconhece valor simbólico.

Para Martine Segalen, “uma das principais características do rito é a sua plasticidade, a sua capacidade de ser polissêmico, de acomodar-se à mudança social” (Segalen, 2002, p. 15) o que lhe permite assumir novas configurações, a par e em consonância com as sociedades contemporâneas.

277

Assim, a autora propõe a seguinte definição de ritual:

o rito ou ritual é um conjunto de atos formalizados, expressivos, portadores de uma dimensão simbólica. O rito é caracterizado por uma configuração espaço-temporal específica, pelo recurso a uma série de objetos, por sistemas de linguagens e comportamentos específicos e por signos emblemáticos cujo sentido codificado constitui um dos bens comuns do grupo (Segalen, 2002, p. 31).

Mas na definição de Segalen sobressai, para além da dimensão simbólica, a importância da dimensão corporal e espacial nos processos rituais.

Na esteira da ideia de Martine Segalen, David Parkin enfatiza igualmente a componente performativa do ritual. Segundo este antropólogo, qualquer rito “privilegia a ação física: entendida como um conjunto de movimentos corporais em direção ou posicionando-se em relação a outros movimentos e posições corporais”²² (Parkin, 1992, p. 12 [tradução livre]). A este conjunto de ações e movimentos Parkin dá o nome de “espacialidade tipo” [*formulaic spa-*

²² Transcrição do texto original:

tiality] (Parkin, 1992, p. 18). Este atributo resume-se pois à capacidade de criar e agir através de passagens, movimentos, mudança/deslocações que geram percursos, eixos, centralidades e diversas direções.

Ora o que temos vindo a constatar através das posições de diversos cientistas sociais é que, apesar da polissemia dos termos – rito e ritual – e das diferentes abordagens exploradas, é possível todavia reunir sob uma definição mais lata e genérica alguns aspetos do seu significado.

Tal exercício interessa-nos particularmente para o presente estudo, não com o objetivo de construir a genealogia dos conceitos, ou de aprofundar o posicionamento teórico de cada um dos autores (desígnio que extravasa o âmbito deste trabalho), mas com o intuito de operativizar os seus conceitos, procurando reconhecê-los no sítio da Água Santa da Herdade de Sta. Maria (e porventura aplicá-los ou tê-los em consideração no ensaio de projeto).

A nossa experiência *in situ*, em conjunto com a pesquisa etnográfica desenvolvida no terreno, foi progressivamente conduzindo à assimilação do sítio da Água Santa como espaço fortemente ritualizado, intuição e percepção que procuramos aqui traduzir numa abordagem mais sistemática e dedutiva a partir dos trabalhos teóricos de alguns antropólogos.

Posto isto, podemos de antemão reconhecer que qualquer ritual estabelece uma ruptura com a rotina e que estas rupturas fazem naturalmente parte da vida de qualquer indivíduo ou sociedade. Conforme refere Roberto Da Matta na apresentação da versão portuguesa do livro “Os Ritos de Passagem”, “viver socialmente é passar e passar é ritualizar” (Da Matta, (apresentação), como citado em Genep 2011 [1909], p. 20).

Deste modo, sejam eles os “ritos de passagem” de Genep, os ritos relacionados com o sagrado e a vida religiosa abordados por Durkheim, os ritos das comunidades primitivas explorados por Turner (e também por Genep), ou ainda os ritos presentes nas sociedades contemporâneas tratados por Segalen e Parkin, a todos é transversal a ideia de uma certa suspensão do modo de vida comum, destinados a assinalar uma determinada alteração de estado, transição de estatuto, devoção ou qualquer manifestação apoiada num símbolo.

No caso da Água Santa da Herdade, o símbolo é a água e a rotura ou quebra no quotidiano é protagonizada por aqueles para quem a dureza dos trabalhos agrícolas é compensada pela terapia, bem-estar e prazer que os banhos da *água santa* são capazes de promover juntamente com os ritos de convivialidade e de comensalidade.

Em torno deste espaço, organiza-se assim um sistema de ações assinalado por um conjunto de etapas que incluem a preparação dos banhos e a performance da comunidade que dela depende. Como anteriormente observámos, um encadeado de gestos sequenciais e repetidos, diversas vezes, por dia, por época e a cada ano, consolidam o ritual dos banhos. Os preparadores extraem, aquecem, encaminham, depositam água nas banheiras e esvaziam-nas. Os banhistas/aquistas, por seu turno, chegam, despem-se, vão a banhos, vestem, descansam, comem, partem ou pernoitam.

Na Água Santa da Herdade de Santa Maria coabitam simultaneamente o sentido utilitário da água e a devoção simbólica dos seus benefícios terapêuticos, à luz dos quais se salienta o visível e o corpóreo das ações e o invisível e imaterial do simbólico reunidos no espaço de excepcionais possibilidades coletivas e rituais.

Como já anteriormente fizemos referência, foi a partir da relação histórica que o homem estabeleceu com a nascente que se instituíram um conjunto de práticas sociais relacionadas com a experiência do banho. Tais práticas, repetidas e assimiladas por diversas gerações, conduziram assim à instauração de uma espécie de moldura especial – de gestos, ações, que circunscritas a um espaço concreto culminaram na conformação de um ritual pelas águas.

279

Revelado no presente, mas sustentado num passado de contínua construção e consolidação da tradição dos banhos, o que ali se verifica vai de encontro à perspectiva de Mary Douglas de que o rito “estimula a memória e liga o presente a um passado pertinente” (1991, conforme citado em Martins, 2006, p. 183). Este é então “sempre o fruto de uma aprendizagem (que) implica a continuidade das gerações, dos grupos etários ou dos grupos sociais em que se produz” (Martins, 2006, p. 183). A sua capacidade de assinalar vínculos que ligam a história ao presente configura pois outros dos atributos da manifestação ritual.

De facto, na Água Santa da Herdade, o forte sentido simbólico que determina a ligação do indivíduo, grupo ou comunidade a uma experiência e a sentimentos comuns é relativamente incontestável.

Quando Durkheim refere: “na base de todos os sistemas de crenças e de todos os cultos, deve necessariamente haver um certo número de representações fundamentais e de atitudes rituais (...)” (Durkheim, 1996, p. 10), torna-se evidente estabelecer a analogia com o sítio da Água Santa, cuja própria designação, pese embora não reconheça nenhuma filiação religiosa, expressa a dimensão simbólica que lhe está imanente.

Assim, aquele lugar, no qual reconhecemos “uma potência que excede de longe a informação objetiva de que é portadora (Augé, 2012, p. 33), revela-se num conjunto de ações que, consecutivamente repetidas e reiteradas ao longo da história, vivificam, exaltam e por fim consagram a água. Se o lugar se funda por intermédio e pretexto da água então ganha força o argumento de Segalen de que “há rito onde se produz sentido” (2000, p. 21). A Água Santa da Herdade não é mais que a afirmação material e imaterial dessa constatação.

Lugar de identidade e de inventividade: os banhos populares, palco de ação e de representação

Para além do **ritual**, outros dois conceitos complementares – **performance** e **dispositivo** – fornecem o pretexto para prosseguir no aprofundamento das características e atributos da Água Santa da Herdade de Sta. Maria.

Conforme temos vindo a perceber, este sítio põe em evidência, sob o signo da cura e da terapia pelas águas, uma experiência impregnada de vivência coletiva e forte representatividade corpórea e cénica, que nos desafia a estender os seus limites de análise e interpretação ao campo das artes performativas. Dentro deste contexto, ensaiamos a possibilidade de comparar o sítio da Água Santa a uma espécie de palco de ação e representação, onde tem lugar o “teatro da vida quotidiana”, para utilizar uma expressão de Erving Goffman ou por outras palavras, o teatro da vida coletiva que emerge no interior da comunidade rural a pretexto e símbolo da água.

280

Os protagonistas deste lugar não encarnam personagens exteriores a si (como numa representação comum), mas antes gravitam em torno da nascente e dos seus benefícios terapêuticos, revelando-se performers das suas próprias vidas. Entram e saem de cena, repetem os gestos de gerações anteriores, reproduzem as originárias/primitivas formas de apropriação da água, trazendo à superfície toda a carga expressiva, dramática e inventiva que se presume distinguir a qualidade excecional do espaço da Água Santa.

Tal constatação vai, pois, de encontro à ideia fundamental que cruza a generalidade das definições do termo **performance**²³ – ato comunicativo e elucidativo de uma situação cultural particular, transmitido por meios específicos, em ocasiões particulares e expressa, neste caso concreto, através do ritual de cura pelas águas.

²³ Conscientes de que **performance** é um “conceito essencialmente contestado”, polissémico e em certa medida tautológico, ele é aqui invocado à luz das reflexões conduzidas pelas ciências sociais, onde emerge a variante da “**performance cultural**”;

Ora, como temos vindo a constatar em diversos momentos, as cenas ali geradas não são consequência de um texto dramático, mas sim de um ritual do qual ecoa o conceito de “drama social” (Turner, 1996 [1957]). Ora de acordo com este autor “quando o tempo dramático toma o lugar da vida social rotineira” e o “comportamento passa a exibir “excitação, atividade intensificada e resposta emocional” (Turner, 1982, pp. 9-10) é inevitável o reconhecimento do potencial teatral da vida social dos indivíduos. Aspeto que sobressai com toda a evidência no sítio da Água Santa da Herdade.

Espaço moldado por uma fisicalidade e corporalidade incontestadas, cada movimento ou espera incorpora outro subcapítulo de ações onde gesticulações, expressões faciais, posturas de corpo, respirações, velocidades preenchem toda a moldura de percepção daquele sítio.

O imbricamento entre as noções de ritual, performance, drama, teatro não é novo, nem a articulação entre reflexões mutuamente correspondidas entre os campos das ciências sociais e das artes dramáticas é novidade.

Victor Turner explorou-o em muitos dos seus trabalhos, influenciado pela sua própria história pessoal mas também pelo encontro nos anos 70 com Richard Schechner, diretor de teatro e fundador do *the performance group*, do qual resultou uma partilha de temas e uma influência recíproca nos seus estudos (Dawsey, 2016).

281

Turner traz então para o campo da antropologia a aprendizagem das artes da performance e, por seu turno, Schechner explora a ideia de um teatro capaz de tocar a vida, de um teatro em que o palco é a rua e onde “nem mesmo o público permanece intacto. Transformados ou transportados, performers e públicos correm riscos” (Schechner, 1985, como citado em Dawsey, 2016).

Sob esta influência, Victor Turner vai desenvolver uma “antropologia da experiência” baseada na ideia de que toda a experiência se completa ou realiza através de uma performance (Turner, 1982) e que toda a performance significa, tomando como referência o próprio pensamento de Schechner, comportamento restaurado, ou seja comportamento reiterado, construído sucessivamente sobre outros comportamentos, articulando o presente e o passado (Schechner, 1985).

Turner identifica então cinco atributos dessa experiência:

- (i) Um núcleo perceptivo – prazer e dor podem sentir-se de forma mais intensa quando comparados com comportamentos rotineiros e repetitivos;
- (ii) Imagens de experiências passadas são invocadas com “extraordinária clareza, significado e energia de projeção”;
- (iii) Eventos do passado, porém, permanecem inertes a menos que os sentimentos originalmente vinculados a eles sejam plenamente revividos;
- (iv) O “significado” é gerado pelo intenso pensamento das interconetividades que se estabelecem entre passado e presente (...);
- (v). Uma experiência nunca é verdadeiramente completa até ela ser “expressa”, até ela ser comunicada de forma inteligível aos outros, seja de forma verbal/linguística ou de outro modo qualquer (Turner, 1982 p. 14).

Ora esta decomposição do esquema processual da experiência/performance vai de encontro ao que justamente nos é revelado na Água Santa da Herdade – a afirmação de um espaço que suscita emoções, exaltado pelo simbolismo da água e pela representatividade social e cultural de sucessivas gerações de apropriação, de onde emerge a identidade das comunidades locais e a inventividade expressiva que dela resulta.

282

Na versão do teatro experimental de Schechner implica considerar uma vasta gama de estratégias que são necessárias conceber para “‘dar a ver’ ou (...) fazer-nos ver”. (Moura, 2007, p. 75). Em sequência deste princípio, abordamos então o terceiro conceito evocado – o dispositivo, cuja definição genérica recuperamos de Agamben e Gausa no arranque deste texto e que adaptamos para o caso concreto da Água Santa, do qual nos interessa reter a sua “função eminentemente estratégica [...]” (Foucault, como citado em Agamben, 2009, p. 28).

Como **dispositivo** entendemos então a rede de artefactos e construções auxiliares que se dispõem na proximidade da ribeira e num perímetro reconhecido que conforma o sítio da Água Santa da Herdade, no sentido de modelar as ações sobre o lugar e de assegurar a performance dos indivíduos.

Ora, ao contrário dos clássicos e tradicionais espaços de teatro, que nos propõem uma forma específica de organização e distribuição, aqui a concepção de espaço é moldada pela informalidade e pela condição transitória e sazonal

da prática, forjada simultaneamente na oportunidade que o contexto e a paisagem envolvente propiciam.

Um conjunto de **coisas distribuídas** que apenas ganham sentido quando um grupo de indivíduos as usa com um determinado propósito ou intenção. Falamos, então, do dispositivo, do mecanismo que acolhe e assegura “a cena”.

Paralelamente, podemos igualmente reconhecer no processo ritual que domina a prática dos banhos, uma estrutura sequencial idêntica à estrutura dramática clássica – um início, um meio ou clímax–, tal como foi sistematizado por Aristóteles na Poética (Turner, 1982), que se reconhece tanto no tempo longo que corresponde ao ano (tendo em conta a sazonalidade do ritual em questão), como no tempo curto associado a cada dia, a cada banho, a cada gesto empreendido na sua preparação.

Por tudo isto, o sítio da Água Santa da Herdade revela um conjunto de características que se nos afiguram cruzarem alguns princípios estruturadores das artes do espetáculo e da dramaturgia, não no sentido estrito ou tradicional do seu significado, mas antes no sentido mais lato e aberto do termo.

De acordo com a definição que nos é proposta por Boyer, a palavra grega “*theatron*” significa:

(...) literalmente ‘lugar de ver’; demonstrando analogicamente que os espaços teatrais e arquitectónicos são ambos prismas culturais onde o espectador experimenta a realidade social e observa os mecanismos dessa realidade espacial metafórica, estabelecendo uma cena como autêntica e verdadeira, ou como fantasiosa e espetacular (Boyer, 1994, p. 74).

Paralelamente, Schechner reconhece nas suas considerações sobre o tema que “há momentos em que o próprio teatro procura fazer emergir, em palcos porosos e expandidos os poderes de transformação associados ao ritual e às fontes do liminar” (conforme referido em Dawsey, 2016) remetendo uma vez mais para o potencial de teatralização dos rituais e das experiências de celebração e consagração que, no caso da Água Santa da Herdade de Sta. Maria, ocorre em torno da água.

Afinal, “o teatro renasce no espaço das modernas sociedades urbanas como uma das formas de arte capazes de reunir num sentimento o valor das práticas de vida colectiva (...)” (Tavares, 2007, p. 11), integrando e naturalizando a dimensão ritual sem necessariamente o referir.

Como nota final deste capítulo, recuperamos de Turner duas ideias síntese: “todo o tipo de performance cultural, incluindo o ritual, a cerimónia, o carnaval, o teatro e a poesia, é em si mesmo uma descrição e explicação da vida”²⁴ (1982, p. 13), o que, complementarmente, conduz o autor a presumir que “decifrar as formas rituais e descobrir o que gera as ações simbólicas pode ser mais pertinente para o nosso progresso cultural do que nós supomos”²⁵ (Turner, 1975, pp. 31-32).

Ora, a coberto desta perspetiva procurámos analisar, decompor, enfim, interpretar o lugar da Água Santa da Herdade de Santa Maria, nele reconhecendo um espaço impregnado de ritualidade e performatividade, de manualidade e fisicalidade, congregado e animado pelo efeito conciliador e reparador da água.

Tal aproximação visou então ultrapassar a dimensão estritamente visual do espaço, tão vinculada ao exercício da arquitetura, procurando compreender, para além dessa visualidade, a forma como é construído por essas práticas sociais. Tal amplificação interpretativa do campo de análise e da reflexão crítica sobre as noções de espaço e lugar (basilares para a disciplina da arquitetura), leva-nos assim a compreender de um modo mais aberto a arquitetura enquanto modo de conhecimento e conseqüentemente, o exercício de projeto enquanto instrumento operativo e produto desse saber disciplinar.

²⁴ Transcrição do texto original: “In a sense, every type of cultural performance, including ritual, ceremony, carnival, theatre, and poetry, is explanation and explication of life itself” (Turner, 1982, p. 13).

²⁵ Transcrição do texto original: “Deciphering ritual forms and discovering what generates symbolic actions may be more germane to our cultural growth than we have supposed” (Turner, 1975, pp. 31-32).

2.

CASOS DE ESTUDO

-
- VI. Estudo comparado dos banhos em diversas geografias
 - VII. Contributos para uma sistematização analítica

VI. Estudo comparado dos banhos em diversas geografias

Os banhos em São Miguel, Açores: Parque Terra Nostra; Poça da D. Beija; Caldeira Velha; Termas da Ferraria

Os *onsen* no Japão: Takaragawa, Shinhotaka no yu; Kojin no yu, Hirayu no yu

Os banhos no Chile: Termas Geométricas; Termas de Puritama; Termas Valle de Colina

Enquadramento geográfico dos casos de estudo



S. MIGUEL (AÇORES)

- 1 - PARQUE TERRA NOSTRA
- 2 - POÇA D. BEIJA
- 3 - CALDEIRA VELHA
- 4 - TERMAS DA FERRARIA

JAPÃO

- 5 - TAKARAGAWA ONSEN-RIVERSIDE-OPEN-AIR BATHS
- 6 - SHIN-HOTAKA-NO-YU
- 7 - KO-JIN-NO-YU
- 8 - HIRAYU-NO-MORI

CHILE

- 9 - TERMAS GEOMÉTRICAS
- 10 - TERMAS DE PURITAMA
- 11 - TERMAS VALLE DE COLINA

Enquadramento geográfico dos casos de estudo (continuação)



Estudo comparado dos banhos em diversas geografias

A parte 2 da presente dissertação aborda um conjunto de lugares de banhos que, tomados como casos exemplares, permitem o reconhecimento das suas diversidades formais e experienciais, como também dos seus pontos de convergência e cruzamento.

Caracteriza genericamente estes lugares a sua dependência de uma geografia em que a presença de água mineral gera um corpo de intervenções (físicas e materiais) e de protocolos (ações e comportamentos) que destacam os atributos biofísicos de determinado território a partir do uso e apropriação da água, com destaque para o banho de imersão, prática que catalisa a relação íntima entre o corpo e a água, entre a comunidade e o território.

Para mais, a escolha de cada um dos casos de estudo¹ decorreu de uma característica comum – além de configurarem lugares de prática de banho a partir de emergências de água com propriedades terapêuticas: em todos eles se observam regimes não medicalizados, à semelhança do objeto de estudo em investigação.

Para esta análise consideram-se três geografias distintas – **Açores, Japão e Chile** – às quais fizemos corresponder onze casos de estudo, que foram convocados por variarem entre exemplos onde se instalam dispositivos de improviso na proximidade das fontes/nascentes, ou exemplos em que a intervenção é antecedida pelo exercício prévio da arquitetura (como ocorre em dois dos casos estudados no Chile), neles se antecipando e resolvendo questões de natureza programática, infraestrutural e paisagista.

292

As principais motivações que informaram a seleção das geografias em estudo decorreram pois das seguintes considerações:



Fig. 90. São Miguel, Açores: Parque Terra Nostra; Poça da D. Beija; Caldeira Velha; Termas da Ferraria.

a) Os Açores, e em particular a ilha de São Miguel (Fig. 90), considerada uma das maiores hidrópoles da Europa (Miguel et al., 2012), representa o caso mais expressivo da existência – em quantidade e diversidade – de nascentes de água mineral em território português. Especialmente concentradas no vale das Furnas, só neste lugar estão identificadas mais de cinquenta ocorrências de água mineral (Freitas, 2017), emergências que terão motivado a sua utilização para fins terapêuticos desde

¹ Apesar dos três exemplos se inserirem em áreas de vulcanismo ativo, contexto que não se verifica em relação às nascentes da região de Mértola, importa sobretudo confrontar os aspetos de natureza contextual, paisagística, infraestrutural que nos oferece a prática dos banhos nos casos observados.

o início do povoamento da ilha, dando origem a diversos lugares do banho e prática termal.

Paralelamente, a renovação e a recapacitação recente de algumas das estruturas dedicadas à prática do banho permitiram colocar novas questões sobre as principais orientações seguidas na sua transformação. Consideraram-se para isso o estudo dos seguintes casos: os banhos do Parque Terra Nostra e a Poça da D. Beija, situados no concelho da povoação no Vale das Furnas, a Caldeira Velha, localizada no concelho da Ribeira Grande e finalmente as Termas da Ferraria na ponta oeste da ilha, cuja variação e contraste face aos outros modelos permite identificar as principais dinâmicas da prática do banho na região.



Fig. 91. Japão: Takaragawa onsen, Shinhotaka no yu Onsen; Kojin no yu Onsen; Hirayu no yu Onsen▲

Fig. 92. Chile: Termas Geométricas; Termas de Puritama; Termas Valle de Colina. ▼



b) A segunda geografia considerada, o Japão (Fig. 91), concentra uma das maiores incidências de fontes termais do mundo, cuja ancestralidade e diversidade de tipos e de protocolos associados à prática do banho, a par da forte componente ritual e simbólica que a constitui, importa explorar em complementaridade com o estudo dos modelos ocidentais.

Para este exercício de confrontação foram selecionados quatro casos, todos eles localizados na ilha de *Honshu*, a principal ilha do arquipélago japonês: Takaragawa Onsen, localizado na região de Kanto, um dos *onsen* mais abundantemente referenciados na bibliografia consultada, pelo número e extensão dos banhos exteriores que o integram; e os outros três exemplos integrados no grupo Okuhida Onsen – Shinhotaka no yu, Kojin no yu e Hirayu no yu – localizados na região de Chubu, uma das regiões de maior incidência de *onsens* no país. No âmbito de estadias em ryokans foram ainda visitados outros dois *onsen* – Minakamikan e Hotaka – que, embora não fazendo parte da lista de casos de estudos, são mencionados no texto que se segue como complemento das experiências vivenciadas.

c) Finalmente, consideraram-se, no Chile (Fig. 92) três casos. As Termas Geométricas e as Termas de Puritama, intervenções arquitetónicas recentes, que tiveram enorme impacto a nível local, nacional e internacional. A primeira, localizada a sul de Santiago do Chile na região de Los Rios, e a segunda, a norte, em pleno deserto do Atacama. A partir destes lugares procurámos inferir o potencial reformador e renovador que a prática dos banhos disponibiliza na contemporaneidade a par das opções de projeto que orientaram o desenho das termas, ambas projetadas pelo arquiteto Germán del Sol.

Acresce ainda um terceiro exemplo – as Termas Valle de Colina – localizadas na cordilheira dos Andes a aproximadamente 110 Km de distância de Santiago do Chile (no sentido sudeste). Atendendo à proximidade da capital, integra o circuito da procura e da oferta turística atual associado à prática dos banhos, referido inclusivamente nos estudos e publicações mais antigas sobre o tema.

Para além do acima exposto, a assimilação e reconhecimento da prática do banho em cada um dos territórios – Açores, Japão e Chile – ocorre em tempos muito distintos da história, pelo que tanto os seus modelos, como a valoração que a comunidade faz dela refletem essas variantes contextuais e temporais que nos importa igualmente considerar.

Nos Açores, e em particular na ilha de São Miguel, os estudos de observação e descrição sobre as emergências de água e sua apropriação para fins terapêuticos iniciam-se com a descoberta da ilha, a partir dos cronistas de viagens, surgindo as primeiras referências sobre o tema ainda no século XV na obra de Diogo Gomes de Sintra, seguida da obra referencial de Gaspar Frutuoso com o título *Saudades da terra* no século XVI.

O Japão representa o exemplo onde a prática do banho é mais diversificada e complexa. Documentada desde tempos remotos, a solenidade e gravidade do seu protocolo deriva fundamentalmente de uma cultura que coloca no centro da sua organização social (e da sua mundividência) a natureza, em particular os seus ciclos, movimentos e fluxos, dela dependendo o sentido, a beleza e a profundidade da vida material e simbólica. A água é, assim, desde os primeiros registos escritos que se conhecem (Período Kofun: século III), considerada elemento reparador e purificador do corpo e da alma dos japoneses.

294

Nesta perspetiva histórica da prática popular dos banhos, o Chile representa o exemplo onde o conhecimento sobre as águas (suas propriedades, características e benefícios) é mais recente. Na biblioteca do *Servicio Nacional de Geología Y Minería*, a referência mais antiga acerca das águas minerais do Chile data de 1848, da autoria de Ignacio Domeyko, forte impulsionador da investigação e conhecimento da geologia do território chileno e da exploração mineira no país. Todavia, o primeiro inventário de nascentes onde surgem sistematizadas as emergência de água por regiões data de 1997. Nele estão cadastradas 290 ocorrências de água mineral no total de 304 nascentes identificadas (Hauser, 1997)².

² Em 2000 é publicado pelo mesmo autor um mapa com a localização das fontes de águas termais no Chile (Hauser, 2000a). Apesar das poucas referências bibliográficas acerca das nascentes termais e minerais chilenas, destacam-se ainda os trabalhos de: Tornero (1872); Domeyko (1871); Darapsky (1890); Rivera (1947), Bruggen (1947); De Grys (1965); Sánchez (1969); Ovalle (1984); Montero et. Al (1981) e Díaz (1983), mencionados em Hauser (1997).

Do ponto de vista metodológico, a análise destes casos de estudo implicou, a par da pesquisa documental, a experiência fenomenológica e a observação participante como meio complementar de recolha dos aspetos de natureza objetiva. Foi essa experiência direta, através da visita a todos os locais escolhidos, que permitiu atentar às qualidades subjetivas implicadas na prática do banho³.

No que respeita à sua explanação e apresentação, os casos de estudo estruturaram-se em dois capítulos, respetivamente o capítulo VI - *Estudo comparado dos banhos em diversas geografias* e o capítulo VII - *Contributos para uma sistematização analítica*.

O primeiro (cap. VI) acomoda um registo de relativa digressão que integra a perceção e experiência pessoal em torno das três geografias selecionadas e dos lugares visitados. A partir da nossa experiência enquanto sujeito usuário e enquanto sujeito pesquisador, o texto, essencialmente descritivo, reflete um corpo de impressões que decorrem da nossa vivência nos sítios, não nos eximindo de abordar também a complexidade da dimensão íntima que a prática do banho incorpora, particularmente relevante no Japão. A eventual desproporcionalidade entre os textos dedicados a cada uma das geografias, mais extensa no caso do Japão, decorre, pois, dessa contingência, não deixando, porém, de se procurar um confronto organizado e sistemático entre cada uma das geografias.

295

Deste modo, a partir de uma matriz comum de leitura, a narrativa procura articular a objetividade da descrição e o sentido digressivo das impressões, através de três eixos essenciais – **a natureza contextual, a dimensão experiencial e a componente material e infraestrutural** – aos quais fizemos corresponder frases (convertidas em títulos) que foram sendo registadas no decurso das visitas.

O capítulo seguinte (cap. VII), de enfoque sobretudo analítico, compreende a inventariação das principais características dos casos considerados através da elaboração de fichas de sítio⁴. A esta primeira sistematização sucede a análise comparativa dos aspetos relacionados com a localização, morfologia, modelos de organização, escala e distribuição programática, complementada por um quadro-resumo que sintetiza as principais características e parâmetros que cruzam os 11 casos analisados. Esta análise que é apoiada sobretudo em elementos gráficos (que deverá inclusivamente servir de suporte à leitura do

³ As visitas a São Miguel, ao Japão e ao Chile ocorreram, respetivamente, em: abril de 2017; agosto de 2018 e abril de 2019.

⁴ As fichas de sítio sumarizam um conjunto de informações que incluem: identificação, localização, contexto geográfico, morfologia do terreno, distribuição dos banhos, antecedentes históricos, programa e infraestruturas, características de água e modelo de exploração.

capítulo anterior (cap. VI) termina com uma exposição que procura identificar o corpo de singularidades, mas também de convergências que percorrem o conjunto dos lugares do banho estudados.

Os banhos em São Miguel: Parque Terra Nostra; Poça da D. Beija; Caldeira Velha; Termas da Ferraria

QUESTÕES DE NATUREZA CONTEXTUAL

Breve genealogia da história do termalismo na ilha

Apesar da ilha de São Miguel ter sido o primeiro destino de visita, a redação do texto que a documenta foi, todavia, posterior às viagens ao Japão e ao Chile.

Para a elaboração do presente texto consideraram-se para além das notas de viagem – que permitiram avivar a memória e recuperar os registos e impressões de maior interesse – a experiência e conhecimento assimilados através dos outros casos de estudo. Tal facto terá não somente permitido desenvolver algum distanciamento crítico, como terá contribuído para a consolidação de uma perspetiva que até aqui vinha germinando ou sendo intuída: a de que, apesar das particularidades subjacentes a cada lugar do banho, correspondem-lhes um conjunto de aspetos e atributos que definitivamente os aproxima e liga, tanto do ponto de vista morfológico e contextual como do ponto de vista subjetivo.

A natureza vulcânica dos Açores está na origem dos fenómenos de emergência de águas minerais que apresentam no geral uma elevada variedade de tipos químicos e de magnitude de mineralização (Cruz, Antunes, Freire, 2006). Do conjunto das ilhas, São Miguel regista o maior número de ocorrências hidrominerais contabilizando mais de 1100 nascentes inventariadas (Antunes, 2019).

Objeto de fascinação desde os tempos da sua descoberta, tais ocorrências impeliram registos e descrições desde o início do povoamento da ilha de São Miguel, despertando sentimentos contraditórios, dividindo opiniões e assim suscitando ao longo da história diversos contributos e abordagens literárias (Fig. 93).

Desde os primeiros cronistas, dos quais se destaca a obra de Gaspar Frutuoso *Saudades da terra*⁵ (1583?), aos relatos impressionistas de diversos viajantes e exploradores estrangeiros ao longo dos séculos, passando pelos relatórios e primeiros estudos científicos que versam sobre a composição das águas e seus benefícios terapêuticos no século XIX, ou pela persecução do trabalho cien-



Fig. 93. Caldeiras das Furnas, São Miguel, 1787, Açores. Fonte: (Sousa, 2008).

⁵ Obra abundantemente referenciada, o manuscrito original é um códice composto por seis livros, onde Gaspar Frutuoso, cronista, descreve de uma forma “mais precisa e ‘científica’ a geologia, vulcanismo e sismicidade das ilhas açorianas” (Sousa, 2008, p. 18).

tífico e académico desenvolvido a partir da Universidade dos Açores⁶ (fundada em 1976), que se vem consolidando o vasto e diverso conhecimento que envolve as fontes termais dos Açores. Enquadrá-las implica, pois, reconhecer a complexa realidade que envolve os ciclos da água, do solo, da tectónica, da morfologia, mas também a história e a cultura da ilha, com especial destaque para a dimensão social do termalismo em diferentes épocas.

Embora as primeiras referências às propriedades medicinais das nascentes e respetiva utilização terapêutica remontem à obra de Gaspar Frutuoso, mencionada anteriormente, presume-se que a primeira descrição que menciona as águas mineromedicinais da ilha de São Miguel seja ainda anterior (escrita no século XV), da autoria de Diogo Gomes de Sintra⁷. Depois deste escrito, outros lhe terão sucedido, como é o caso de Valentim Fernandes Alemão (que terá vivido na ilha entre 1495 e 1519) ou de Pompeo Arditi (um viajante que terá percorrido as Ilhas da Madeira e dos Açores em 1567) e que terá feito menção às águas fumegantes expelidas por entre a terra crestada e áspera da ilha de São Miguel (Luz, 1995; Graff, 2017).

É, todavia, no arranque do século XVIII (1711), com os padres Jesuítas e o seu papel fundamental na colonização do lugar das Furnas, em particular (Sousa, 2008), que surgem as primeiras casas de banho e com elas a gradual afirmação da prática termal a partir do reconhecimento das propriedades curativas e medicinais das nascentes, impulsionando novas visões e estudos.

298



Fig. 94. O tanque do jardim Thomas Hickling (atual Parque Terra Nostra).
Fonte: (Carvalho, 2017).

Em 1780, Thomas Hickling, cônsul de Inglaterra e primeiro exportador de laranjas para Inglaterra, constrói a primeira casa de campo do Vales das Furnas (num terreno que integra atualmente parte do Parque Terra Nostra), nele erigindo um tanque de grandes dimensões abastecido por água termal onde a população local passou a reunir-se para passear, pescar e ir a banhos (Fig. 94).

Enquadrada no circuito de visitas de naturalistas que desde o século XVIII visitavam os Açores para estudarem a sua geologia, fauna e flora, inicia-se então uma produção consistente de escritos sobre as nascentes termais, apoiada em impressões de viagens, excertos de diários e relatos de expedições (Luz, 1995). No século XIX tem lugar um crescente número de investigações relacionadas com a composição e propriedades químicas das águas que procuram sustentar no conhecimento científico a explicação e a validação dos seus be-

⁶ Na universidade dos Açores os estudos desenvolvidos inscrevem-se maioritariamente no âmbito das ciências naturais, das ciências da saúde e das ciências sociais a partir das áreas disciplinares da geografia, geologia, vulcanologia, ciências do mar, hidrologia médica, geomedicina, peloterapia, história e antropologia, entre outras.

⁷ O autor terá registado na sua obra *As relações dos descobrimentos da Guiné e das Ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde* as suas impressões acerca das emergências de água à superfície.

nefícios terapêuticos, tendência que se alinha com o cientificismo que caracteriza a história do termalismo europeu dessa mesma época⁸.

O primeiro visitante cientista que descreve o Vale das Furnas e que salienta as suas potencialidades termais é Francis Masson em 1777, que publica o resultado do seu trabalho nas *Philosophical Transactions of Royal Society of London* (Sousa, 2008). No contexto nacional, o primeiro relatório produzido com semelhante vocação científica é realizado em 1787 pelo Engenheiro João António Júdice que, a partir da recolha de amostras de água, procede a uma primeira inventariação e mapeamento (registo que dá origem a um dos primeiros mapas da zona das Caldeiras). Em 1791 o médico Guilherme Goulay estabelece por seu turno uma primeira divisão das águas das Furnas (ainda que de forma incipiente), sugerindo para cada um dos tipos as respetivas indicações terapêuticas. Em 1817 as nascentes das Furnas são objeto de investigação por parte de um investigador mineralogista e professor na Universidade de Harvard, John Webster, que regista então as temperaturas em diversas caldeiras e as suas variações. Fruto do crescente interesse em torno das águas termais dos Açores e da visibilidade que adquirem alguns estudos por parte de investigadores estrangeiros, Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque é então mandatado em 1825 pelo governo do reino para analisar a composição das águas da ilha de São Miguel e proceder à sua inventariação. O relatório é então publicado em 1826 com o título *Observações sobre a ilha de S. Miguel, recolhidas pela comissão enviada à mesma ilha em agosto de 1825 e regressada em outubro do mesmo ano*. Em 1841 os irmãos Joseph e Henry Bullar publicam em Londres a obra intitulada *A winter in Azores; and a summer at the baths of the Furnas*. Este estudo, para além de divulgar as atividades termais no vale, faz síntese do conhecimento científico das águas minerais da ilha de São Miguel até ao primeiro quartel do século XIX.

299

Mas o maior impulso na divulgação e reconhecimento dos benefícios medicinais das águas minerais chegaria, porém, no final do século XIX com os relatórios de Filomeno da Câmara Melo Cabral, médico natural de São Miguel e com a obra do químico Ferdinand Fouqué, *Les Eaux Thermales de L'Île de San-Michel (Açores)* em 1873. No arranque do século XX (1917) o químico Charles Lepierre publica um dos mais relevantes estudos hidrogeológicos sobre o tópico, a que vieram juntar-se anos mais tarde as prospeções e investigações do engenheiro Luís Acciaiuoli (Acciaoulli, 1944, 1952; Acciaoulli e Narciso 1938, 1941), que estendeu a sua pesquisa sobre as águas minerais às ilhas.

Paralelamente aos avanços no conhecimento especializado e científico das águas, a história dos seus benefícios terapêuticos e da prática termal nos Açores

⁸ Consultar a este respeito o capítulo IV da presente dissertação, onde se expõe de forma breve a evolução do termalismo na Europa a partir do século XVIII.

res fez-se igualmente acompanhar dos relatos e testemunhos que iam difundindo as propriedades medicinais das águas à época. É o caso de Felix de Valois e Silva cuja doença de que padecia – alporca⁹ – levou-o a diversas tentativas de cura, recorrendo inclusivamente aos melhores cirurgiões da corte (1788) e a um longo período de tratamentos na ilha da Madeira, sem sucesso, encontrando nos banhos das Furnas finalmente a solução para a sua doença. Ou do caso de D. Maria Madalena Câmara que, de acordo com os relatos de 1790, se deslocava de Ponta Delgada para as Furnas a fim de recuperar do seu reumatismo severo, alcançando a sua mobilidade total, no final do quinto banho. Ou ainda outros indivíduos que curavam as suas diversas atrofias, paralisias, doenças cutâneas nas águas das nascentes e lamas das caldeiras, referidas nos diversos escritos da época¹⁰.

Apesar do gradual reconhecimento da ilha de São Miguel como lugar de cura e saúde, com especial destaque para o Vale das Furnas, a perplexidade causada pela inexistência de um hospital termal na ilha capaz de acolher aqueles que procuravam alívio nas suas águas termais, inclusivamente pessoas que vinham da Europa continental é notada por João de Albergaria de Sousa na sua obra *Corografia Açórica* (1822), referindo-se ao transtorno daqueles que se viam obrigados a alojar em casa de particulares (Graff, 2017).

Em 1835 é a vez do Capitão Boid, oficial da Armada Real Britânica, mencionar na sua obra *The history of Azores or Western Islands*, o seu desapontamento acerca das poucas casas de banhos que existiam nas Furnas e o nível precário dos seus cómodos, sugerindo que, caso a ilha fosse explorada por ingleses, haveria “uma *Cheltenham* [cidade inglesa conhecida pela sua história associada ao termalismo], com banhos, buvetes, bibliotecas, hotéis, casas de hóspedes e passeios” (Graff, 2017, p. 71) de modo a proporcionar a melhor estadia aos seus visitantes.

300

Em 1851 é finalmente inaugurado o primeiro hospital termal (Fig. 95) com capacidade para receber mensalmente 40 utentes pelo período de 20 dias (período a que correspondia o tratamento). Este edifício dispunha então de quatro enfermarias, disponibilizando serviço de refeições e mudança de roupa de cama. Este equipamento servia maioritariamente as pessoas mais desfavorecidas e de fracos recursos, enquanto que as famílias de maior fortuna se instalavam em hospedarias e no *Hotel Jerónimo*, inaugurado, entretanto, em



Fig. 95. Hospital de Filantropia.
Fonte: (Graff, 2017).

⁹ Alporca, escrófula ou escrófulo designa uma doença que resulta de uma infeção nos gânglios linfáticos ou linfonodos maioritariamente causada por ação bacteriana, dando origem a pequenos tumores que podem ulcerar.

¹⁰ Os exemplos que aqui se referem estão mencionados em obras como a *Descrição das águas minerais das Furnas na ilha de São Miguel* (Silva, 1791) ou na obra *Sur terre et sur mer – Excursions d'un Naturaliste en France, aux Açores, à la Guyane et à Angola* (Drouet, 1870).

1854 (este hotel foi demolido para dar origem ao *Hotel Terra Nostra* construído e aberto nos anos 30).



Fig. 96. Edifício dos Banhos Novos.
Fonte: (Graff, 2017).

Com o objetivo de dotar as Furnas de mais estruturas vocacionadas para a cura e terapia pelas águas, em 1863 chega do reino a ordem para construção de um novo edifício destinado exclusivamente à balneoterapia. No local onde antes existiam os “Banhos das Quenturas”, constrói-se então o edifício dos “Banhos Novos” (Fig. 96) dispondo de diversas unidades destinadas ao banho de imersão e outros espaços vocacionados para tratamentos de inalações, pulverizações, banhos russos entre outros (Graff, 2017). Ao longo do seu longo período de funcionamento (que durou mais de um século) ocorreram diversas obras de ampliação e gradual melhoria das condições gerais do edifício. O último projeto é da década de 80 (século XX) e contemplava para além da introdução de novas técnicas balneoterápicas, uma unidade de fisioterapia, piscinas, ginásio entre outros, ampliando as suas valências terapêuticas. A primeira fase de construção (e última) é inaugurada em 1990, ficando, contudo, por concluir o projeto então previsto.

O estabelecimento termal acaba por fechar no final da década de 90, por diversos constrangimentos orçamentais. Com o seu encerramento culmina também o ciclo de exploração das águas administradas e reguladas medicamente na ilha de São Miguel. A partir do século XXI, o uso das águas minerais passa então a assentar essencialmente na promoção das funções do lazer, bem-estar e relaxamento, em detrimento da vertente medicalizada associada às termas tradicionais.

301

Assim, no Vale das Furnas, as antigas “casas de banho” tradicionalmente utilizadas para curar doenças dermatológicas, digestivas e reumáticas extinguiram-se e deram origem a lojas de artesanato ou a casas de chá, como é o caso da antiga Casa de Banhos Raposo do Amaral e do antigo Banho do Challet das Misturas, onde atualmente funciona o Observatório Microbiano dos Açores (OMIC).

O edifício das Termas das Furnas¹¹, onde antes se administravam programas e tratamentos com base em diversas metodologias balneoterápicas visando a

¹¹ Construído em 1815, os Banhos das Quenturas conhecidos também por Banhos Novos, foram frequentados não somente pela população local como também por pacientes vindo da Europa que naquela água procuravam alívio para as suas diversas enfermidades (Graff, 2017). É no decorrer do século XIX que se elaboram os primeiros estudos sobre a composição das águas e suas aplicações terapêuticas, abrindo caminho a um crescente reconhecimento científicos das virtudes medicinais das águas minerais, assim instituindo-se como a principal estrutura dedicada ao termalismo tradicional de cura e alívio da dor.

cura e o alívio da dor, com o acompanhamento de um médico hidrologista, foi convertido no atual Furnas Boutique Hotel - Thermal & Spa¹² em 2015.

No lugar da pequena poça natural da D. Beija¹³, existe agora uma área que integra também cinco tanques para banhos, uma loja de lembranças, instalações sanitárias, balneários e cacifos, para além de uma série de serviços associados (aluguer de toalhas, venda de água e refrigerantes) e, finalmente, o grande tanque e os jacuzzis do Parque Terra Nostra. Outrora reduto de encontro e convívio da população micaelense é agora um dos maiores ativos turísticos de São Miguel, que nem a admissão paga, inibe a forte e intensa afluência dos visitantes.

Corroboram igualmente esta mesma tendência de valorização da componente de bem-estar e lazer os casos da Caldeira Velha e das Termas da Ferraria em outros pontos da ilha. O sítio da Caldeira Velha foi objeto de requalificação e obras de beneficiação nos anos de 2013 e 2018. A primeira intervenção incluiu a construção do edifício do Centro de Interpretação da Caldeira Velha e das instalações sanitárias, vestiários, duches e cacifos. Em 2018 as obras contemplam a ampliação das zonas destinadas ao banho com a construção de um novo tanque e o aumento do número de vestiários e cacifos, de modo a acomodar a visita de maior número de pessoas.

302

Por fim, as Termas da Ferraria, construídas inicialmente com o objetivo de administrar diversos tratamentos para curar doenças reumáticas, reabre em 2010, após um longo período de abandono, disponibilizando maioritariamente programas de relaxamento alinhados com as técnicas e serviços de um “moderno Spa” confirmando, uma vez mais, a tendência de valorização da componente de bem-estar em desfavor da componente medicinal associada às termas tradicionais.

Referem-se ainda outros casos como as Termas da Caldeira (também conhecidas por Balneário dos Banhos da Coroa), no concelho da Ribeira Grande, e as Termas da Ladeira da Velha, na freguesia do Porto Formoso do mesmo concelho, ambas utilizadas para fins terapêuticos desde o século XVIII, com uma longa história de testemunhos e relatórios sobre os seus benefícios e características medicinais.

¹² O atual *Furnas Boutique Hotel - Thermal & Spa*, dispõe de uma piscina termal exterior, uma piscina interior termal, dois tanques de água (um de água fria e outro de água quente), uma sauna, um banho turco, um *laconium* – área de repouso após o banho – e um ginásio.

¹³ Nas fichas de sítio de cada um dos casos de estudo (inseridas no capítulo seguinte) são disponibilizadas um conjunto de informações e descrições acerca de cada um dos lugares de estudo, em complemento do texto geral.

As Termas da Caldeira foram, depois de um longo período fechadas, reabertas em 2017, integrando tratamentos uma vez mais na área de bem-estar – massagens, banhos termais e exercícios de relaxamento – encontrando-se as Termas da Ladeira da Velha abandonadas e em elevado estado de degradação.



Fig. 97. Poça da D. Beija, abril, 2017.

A DIMENSÃO EXPERIENCIAL

Do imaginado ao vivido

Do exercício de recapitulação que procura trazer à memória a vivência e a experiência de ir a banhos na ilha de São Miguel sobressai a imagem de uma intensa ocupação dos lugares visitados. A perplexidade sobre tal concentra-



Fig. 98. Caldeira Velha, abril, 2017▲

Fig. 99. Termas da Ferraria, acesso aos banhos quentes de mar, abril 2017. ▼



ção de pessoas dividida entre os visitantes que vão espreitar e os banhistas, entre aqueles que estão vestidos e calçados e outros que pingam (à saída das piscinas naturais), ou entre os que gritam ou esbracejam diante de quem está sereno, a primeira impressão é de desapontamento (Fig. 97).

Lugares que até então se tinham imaginado capazes de proporcionar uma experiência de banho excepcional – multissensorial, atmosférica e intimista – revelavam-se sob a perturbação do ruído, da confusão do excesso – de movimento, de trânsito, de gesto, de som (Fig. 98).

Se há aspetos em que a distância certa, o gesto contido, o som calado e a conduta reservada importa, é neste tipo de espaços.

Ter que medir o risco de quem nos pode eventualmente pisar ou fintar, como aconteceu na Caldeira Velha; de quem nos acotovela enquanto procuramos um espaço na borda de um tanque como foi o caso na Poça da D. Beija; de quem dá uma gargalhada a dois passos de nós, ou ainda é surpreendido com as sobras de água de um balde despejado sobre a cabeça de alguém enquanto procuramos vagorosamente adaptar o corpo à água excepcionalmente quente¹⁴, como ocorreu no Parque Terra Nostra compromete, em definitivo, a percepção do espaço e a qualidade da experiência de “ir a banhos”.

O estrépito que advém da azáfama de pessoas em circulação e dos que se amontoam dentro de água, a bazófia de gargalhadas e respingos de água por entre as merendas escondidas sob as toalhas para que não sejam recolhidas por aqueles que tomam conta do espaço, são só alguns exemplos que nos distraem do propósito que nos levou ali.

Na Ponta da Ferraria, a experiência foi, todavia, distinta. Confrontados com uma paisagem dramática, a aproximação a este lugar (e como em outros momentos da tese referimos) já é parte da surpresa que o conforma (Fig. 99).

Vista de cima a Ponta da Ferraria é uma espécie de porto seguro de um mar que quase sempre bate forte contra as rochas que defendem a pequena fajã. É impressionante o contraste entre o azul do oceano e o negro da pedra basáltica. Lá no meio, o edifício das termas a assinalar a presença humana. A partir dele, ou melhor, da sua entrada, perfila-se o eixo que nos encaminha até à piscina natural, rematada na ponta com o vermelho que assinala a porta das termas – pequena baía de mar temperada pela nascente de água termal que

¹⁴ Em abril de 2017, aquando da visita à ilha de São Miguel, a temperatura da água era de aproximadamente 35°, enquanto que a temperatura atmosférica era de aproximadamente 18°.

ali desagua, resultando numa combinação excecional de água salgada com um alto teor de enxofre¹⁵.

A temperatura da água muda de acordo com as marés (mais fria quando a

Fig. 100. Ponta da Ferraria, abril, 2017. ►

Fig. 101. Termas da Ferraria: piscina natural, abril, 2017. ▼



maré está cheia, quente quando a maré está baixa) e, segundo a população local, a melhor altura para “irmos a banhos” é quando a maré se encontra a encher.

305

Naquele dia de abril o mar estava revolto, picado, revelando uma corrente que nos desencorajou a entrar. Procurámos entretanto junto de um funcionário das termas saber qual a hora mais favorável para entrar no mar e, com surpresa, essa oportunidade havia passado. A melhor hora para “ir a banhos” na Ferraria¹⁶ teria sido entre a 7h e as 8h da manhã. Chegámos por volta das 11h da manhã ao local. Estava então explicada a razão de tão poucas pessoas na Ponta da Ferraria (Fig. 101).

Do primitivo à disneylização dos lugares dos banhos

A exuberância da paisagem natural combinada com as águas que brotam fumegantes aquecendo o oceano ou formando nuvens de vapor e humidade sobre os charcos e piscinas (tornando em alguns casos o odor a enxofre mais perceptível), remete-nos para a especificidade dos lugares dos banhos (Fig.

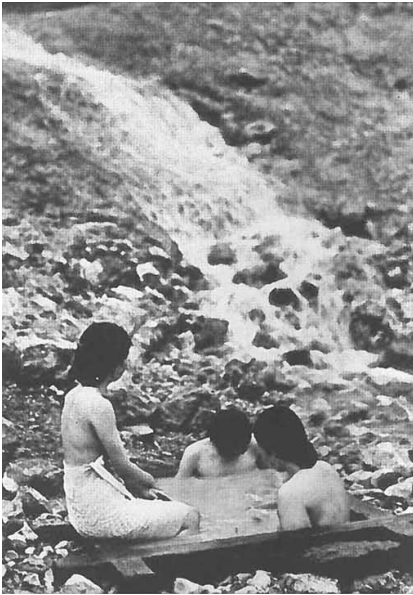
¹⁵ As águas da Ferraria constituem um caso particular dentro do universo das águas minerais em virtude do efeito combinatório entre sal e enxofre. Tal combinação é favorável ao tratamento de reumatismo e nevrites, para além de ser indicada no tratamento de outras doenças.

¹⁶ Visitámos ainda o edifício das Termas da Ferraria que, como descrevemos anteriormente, disponibiliza uma série de programas inscritos numa lógica de prestação de serviços na área do relaxamento e da beleza que se afastam da dimensão comunal e de integração na paisagem que aqui procuramos abordar.



Fig. 102. Tanque do Parque Terra Nostra, abril, 2017. ▲

Fig. 103. Banhos termais exteriores no Japão Fonte: (Koren, 1996). ▼



102). Lugares visuais, atmosféricos, táteis e olfáticos gerados no encontro entre as características da água e seus efeitos sobre o corpo e a mente humanas.

Enquanto nos banhamos, podemos experimentar revelações: flashes, lampejos, conexões significativas e compreensões transcendentais. Os componentes sensoriais e atmosféricos do banho podem estimular esse tipo de epifanias. Certas regras de comportamento, ou uma etiqueta de banho, também podem ajudar a induzir a nossa entrada em domínios de *status* ontológico alterado¹⁷ (Koren, 1996, p. 38).

Nas palavras de Leonard Koren¹⁸, “a experiência do banho é fundamental-

mente subjetiva, e quanto mais for sustentada em específicas “qualidades” subjetivas, melhor será o banho”¹⁹ (1996, p. 23). De acordo com este autor algumas dessas qualidades estão relacionadas com as noções de prazer, de segurança, de estimulação térmica, de reconciliação mente-corpo, de limpeza e pureza, de intemporalidade, animismo e sacralidade (Fig. 103).

Porventura teria sido possível extrair dos lugares que visitamos, profusamente apropriados e coletivizados, tal experiência íntima e significativa?

Nos primórdios dos tempos, a Poça da D. Beija, antes conhecida por “Poça da Juventude” ou “Poça Paraíso”, resumia-se a uma poça de água quente no interior de uma gruta, situada na margem do pequeno tramo da ribeira dos

¹⁷ Transcrição do texto original: “While bathing you may experience revelations: flashes, glints, significant connections, and transcendent understandings. The sensory and atmospheric constituents of the bath can stimulate these kinds of epiphanies. Certain behavioral rules, or an etiquette of bathing, may also help induce your entry into realms of altered ontological status” (Koren, 1996, p. 38).

¹⁸ Artista e arquiteto com um extenso trabalho de pesquisa e divulgação sobre o ritual do banho, destaca-se do seu percurso a fundação da revista *WET: The Magazine of Gourmet Bathing* nos anos 70, dedicada a melhorar a qualidade da experiência de ir a banhos.

¹⁹ Transcrição do texto original: “(...) the bathing experience is fundamentally subjective, and the more supportive of specific subjective “qualities”, the better the bath” (Koren, 1996, p.23).



Fig. 104. Nascente, Poça da D. Beija.

Lameiros (Fig. 104), onde, dizem, ter sido o pároco da freguesia o seu primeiro utilizador.

Entretanto, os benefícios terapêuticos da água foram sendo difundidos por entre a população local e um movimento de crescente procura foi conquistando o lugar.

Por entre um cenário dominado pela plantação de inhames cuja produção era favorecida pelo solo enriquecido com as substâncias minerais das águas, grupos de banhistas afluíam ao local para tratarem e curarem as suas enfermidades. Tal dinâmica de crescente interesse foi, entretanto, implicando diversas intervenções que, ao longo da sua história, não somente induziram a transformação física do espaço, como a transformação da sua vocação, desviando-se lentamente da sua vertente de cura e alívio da dor para incorporar progressivamente a vertente do lazer e de recreio.

307

Assim como a Caldeira Velha, outrora lugar remoto, situado por entre a densa vegetação da serra da Água de Pau, é, na atualidade, também ele um espaço turisticamente convertido (com todas as vantagens e desvantagens que esta atividade comporta) e cuja afluência obriga a que se formem filas de espera para entrar no recinto.

De uma outra forma, também o Tanque de Thomas Hickling (o atual Parque Terra Nostra) que outrora se encontrava cheio de peixes, patos e cisnes à volta do qual se reunia a população local para confraternizar e ir a banhos (Albergaria, 2000), sofreu um processo de transformação que acompanhou a tendência de valorização da componente recreacional do espaço.

Local de encontro e convívio por excelência dos furnenses²⁰, este tanque de grandes proporções envolto num jardim excepcional representa, ao contrário dos outros casos de estudo, o exemplo mais elucidativo da dimensão social associada à prática de banhos, cujos incómodos e constrangimentos dessa atividade eram entretanto descritos em 1847 pela neta de Thomas Hickling, Elisa W. Nye, “que não gostava de ir aos banhos sozinha devido aos olhares provocantes, atrevidos e metedidos e atitudes impertinentes dos homens, quando uma senhora não estava acompanhada por um elemento do sexo masculino” (Graff, 2017, p. 74).

Decorridos quase século e meio de história²¹, em 1936 o parque é comprado pela família Bensaúde²² (ainda hoje atual proprietária do parque) aos Herdeiros do Marquês da Praia, reforçando definitivamente a sua vocação de espaço de recreio através de diversas intervenções que compreenderam a renovação total da *Casa do Parque*, a limpeza dos diversos lagos e percursos pedonais, a introdução de novas plantações e a ampliação do tanque (Carvalho, 2017). O tanque passou então a abranger uma área superior a 2.500 m² e a funcionar durante todo o dia (Graff, 2017), passando a integrar o circuito de vilegiatura que começava a florescer no vale das Furnas alinhando tendências com o resto da Europa.

Terão, então, estes lugares outra modalidade de existência que não exclusivamente apoiados nas vertentes lúdicas e recreativas? Poderemos ou não equacionar caminhos intermédios ou vias complementares que recuperem algumas das noções essenciais da prática de “ir a banhos”?

308

Ou, por outra, entre o primitivo e a “disneylização” dos lugares, haverá porventura formas mais hábeis de conciliação desta dupla especialização – terapêutica e de lazer – da prática de ir a banhos?

Da experiência de ir a banhos nos Açores parece ter-nos escapado (da pele, dos olhos, dos ouvidos e do nariz) a experiência estimulante e revigorante que associamos à prática (como aquela de que nos fala Koren), que impelia os homens a tomar banho numa charca dentro de uma gruta ou arrastava pessoas para piscinas e banheiras no meio de ermos ou insólitas paisagens. Ou ainda quando todo um protocolo de “ir a banhos” suportava uma experiência física

²⁰ “Na propriedade de Thomas Hickling conviviam indivíduos de todas as classes sociais, atraídos pelo tanque de recreio e pela vegetação que o rodeava. Esta descontração e informalidade ficou associada às Furnas e foi iniciada pela hospitalidade de Thomas Hickling que, aos domingos e dias de festa, abria o tanque a todos, sem qualquer distinção de estatuto social ou económico” (Carvalho, 2017, p. 14).

²¹ Em 1848 o conceituado Jardim do tanque é adquirido pelo Visconde da Praia, que procede à ampliação do jardim e introduz a variedade de espécies exóticas que ainda hoje o caracteriza.

²² Em 1935, a Família Bensaude inaugura o primeiro hotel nos Açores – todos os que existiam eram adaptações de edifícios que tinham tido outros usos – localizado numa faixa contígua ao Parque, adquirido um ano depois, atraindo turistas de diversas proveniências.

e intensa que se cumpria numa sucessão de etapas iniciada com o banho de imersão, sucedida de um momento de transpiração intensa e rematada por um período de descanso que favorecia a recuperação do choque térmico e da inalação de vapores a que o corpo se tinha sujeito.

A COMPONENTE MATERIAL E INFRAESTRUTURAL

O caminho das águas

Tratando-se de águas que no ponto de origem chegam a atingir temperaturas que variam entre os 40° e os 100°, acautelar o seu arrefecimento é tão relevante como o seu inverso, quando a nascente é de água fria.

Tradicionalmente, o processo de arrefecimento consiste no encaminhamento das águas das nascentes para reservatórios ou tanques que, por via do repouso e do contacto com a temperatura atmosférica, vão esfriando progressivamente para serem posteriormente encaminhadas para os tanques ou banheiras onde se dá o banho.

Assim eram arrefecidas as águas dos Banhos Novos a partir de “dois tanques que estavam nas extremidades do edifício (...) onde a água era conservada até atingir a temperatura ideal” (Graff, 2017, p. 79) e assim ocorre ainda no presente, quando se deixa repousar a água nos tanques ou piscinas e ela arrefece progressivamente.

309

Na Poça da D. Beija a água da nascente é conduzida diretamente para cada um dos tanques aí estando em contínuo processo de renovação. A água excedente escorre para a ribeira por meio de gárgulas nos muros que a confrontam.

No lago do Parque Terra Nostra, o processo é o mesmo. O seu abastecimento provém de uma nascente cuja temperatura varia entre os 35° e 40°, em constante renovação através de um sistema de admissão e saída permanente de água.

No processo inverso – de aquecimento – a água fria na origem é sujeita a um trajeto que, fazendo uso do vulcanismo ativo da ilha e das suas caldeiras e fumarolas de água que ascendem os 100° de temperatura, permitem o aquecimento das águas.



Em 1835, Captain Boid na sua descrição sobre as nascentes da ilha de São Miguel faz, a este respeito, a seguinte referência:

(...) encontra-se uma nascente de água fresca que, ao ser requisitado um banho, é levada por canais para as caldeiras de lama, onde, com rapidez incrível, atinge o ponto de ebulição, formando bolhas com grande violência e impregnando-se de todos os ingredientes minerais e virtudes das lamas. É então conduzida para os balneários onde se tempera conforme o calor desejado e se regula de acordo com as necessidades do doente (Graff, 2017 p. 108).

Tal sistema é ainda utilizado atualmente nos Banhos da Coroa (Moniz, 2016, como citado por Graff, 2017).

Como observaremos em outros casos, entre a saída da água da nascente e o tanque, piscina ou banheira onde os banhos ocorrem, o sistema constrói-se de caminho/trajeto, de gravidade/pendente, de espera ou repouso – o suporte básico de qualquer infraestrutura de banhos, válido tanto no passado como ainda no presente (Fig. 105).

Fig. 105. Trajeto da água na Caldeira Velha, São Miguel.

Os *onsen* no Japão: Takaragawa, Shinhotaka no yu; Kojin no yu; Hirayu no yu

QUESTÕES DE NATUREZA CONTEXTUAL

Preparar uma viagem já é parte da pesquisa

Consideram-se *onsen*²³ todas as emergências de água que apresentem temperaturas iguais ou superiores a 25° na origem (ponto de emergência de água) e que integram na sua composição um ou mais dos dezanove componentes químicos reconhecidos pela legislação japonesa.

Atendendo à sua natureza essencialmente higienista e urbana a partir de águas maioritariamente não mineralizadas, os *Sento*²⁴ – outra vertente da prática do banho no país – afastam-se da dimensão terapêutica e simbólica que aqui procuramos abordar, razão pela qual não foram considerados no âmbito dos casos de estudo selecionados.

Em todo o território japonês estão identificadas mais de 25 000 nascentes e mais de 3 000 *onsen*. De acordo com um cálculo aproximado, estima-se que sejam necessários cerca de quarenta anos para visitar todas as nascentes considerando uma visita por semana a cada lugar do banho (Hotta, 1986), conjectura que alude à quantidade de nascentes existentes e da qual resulta a forte incidência da prática dos banhos no Japão.

A atividade vulcânica que caracteriza o país a par de uma geografia eminentemente montanhosa – 75% do território é ocupado por montanhas – e favorável a um regime de precipitações e de escorrências determina, entre outros aspetos, a abundante concentração de nascentes no Japão bem como os seus teores de mineralização e elevadas temperaturas. Tal facto estará assim na origem da prática dos banhos cuja ancestralidade e simultânea atualidade, denuncia a relevância e, ao mesmo tempo, indissociabilidade entre esta atividade e a cultura japonesa.

Os primeiros registos acerca dos banhos datam, pelo menos, desde o ano 297 d.C, durante o período Kofun (Fig. 106). O banho estava nessa época relacionado com um ritual de purificação associado à morte (Clark, 1995), tendo

Table 1. Chronological Chart

PERIOD	YEARS
Jomon	to 300 B.C.
Yayoi	300 B.C. to A.D. 300
Kofun	300 to 552
Asuka	552 to 646
Nara	646 to 794
Heian	794 to 1185
Kamakura	1185 to 1392
Ashikaga	1392 to 1568
Momoyama	1568 to 1603
Edo	1603 to 1868
Meiji era	1868 to 1912
Taishō era	1912 to 1926
Shōwa era	1926 to 1989

Source: Nelson (1974:1017–1021).

Fig. 106. Cronologia dos períodos e eras do Japão. Fonte: (Clark, 1994).

²³ Definição de *onsen* retirada do Glossário de Godinho (2007): água quente de fonte geotermal direcionada para um banho. Tradicionalmente estes banhos eram ao ar livre mas agora estão muitas vezes incorporados em banhos públicos e ryokans. Como a fonte de água quente é normalmente vulcânica, as águas contêm diferentes tipos de minerais que se assume terem benefícios para a saúde” (p. 99).

²⁴ Definição de *sento* retirado do Glossário de Godinho (2007): “Banhos Públicos. A água num *sento*, ao contrário de num *onsen*, não é geotermalmente aquecida mas água de torneira (água corrente ou água da companhia) que é artificialmente aquecida” (p. 100).

sido objeto de muitas outras formas de relação e de simbolismo ao longo da extensa história do Japão.

A origem dos rituais dos banhos, embora incerta, estará provavelmente associada à cultura chinesa e coreana, em resultado de um primeiro movimento de migração da China para o Japão através da Coreia que, para além da cultura do arroz, terá introduzido também as práticas dos banhos (Clark, 1995). Schafer (1956) identifica, a este respeito, uma ampla gama de costumes de banho na China com igual paralelo no Japão de que são exemplo os banhos termais prévios às cerimónias religiosas ou os banhos associados a rituais de primavera ou de nascimento (como citado por Clark, 1995).

Certo é que, com a importação em massa do Budismo²⁵ e da filosofia Chinesa a partir do século V, o Japão acolheu muitos dos seus costumes e cultura, inclusivamente adotando o seu sistema de escrita. Assim, a partir do século VIII, abundantes escritos acerca das origens do Japão, remetem para mitos que aludem à purificação das suas divindades através do banho, fornecendo então as primeiras pistas consistentes sobre o ritual de limpeza e purificação e a importância das abluções de água na cultura japonesa. Tal facto permite, pois, assinalar que já nesta remota época os japoneses haviam desenvolvido uma crença no poder da água para lavar o corpo e o espírito das impurezas, prática que se ia documentado em paralelo com outros registos que faziam referência à descoberta de várias fontes termais (Clark, 1995).

312

Mas, para além dos escritos e das narrativas que remetiam para o culto de divindades, há, todavia, uma história de afirmação da prática do banho que se foi construindo a partir das comunidades e dos seus modos de habitar os territórios.

A apropriação de nascentes terá começado por ser atribuída aos animais que curavam as suas feridas em fontes de água fumegante. Seduzidos pelo que iam podendo observar – a temperatura aliada aos poderes curativos da água –, as comunidades locais foram igualmente fazendo uso da água, sinalizando os lugares das fontes termais através de pequenas construções em madeira onde usufruíam do banho protegidos do sol e abrigados da chuva e da neve (Fig. 107).



Fig. 107. Takaragawa Onsen. Fonte: ilustração recuperada de um livro japonês (não traduzido).

²⁵ “Budistas e Religiosos *Shinto* que escalavam montanhas em busca de iluminação e de locais remotos onde rezar e meditar terão desempenhado um papel fundamental na descoberta e promoção das fontes termais.” (Godinho, 2007, pp. 75-76).

A partir deste dispositivo elementar de prática do banho – charca e cobertura leve – muitas têm sido as variantes tipológicas que intersejam a vasta cultura do banho no Japão. É disso resultado a integração e conciliação na atualidade de diversos tipos de banho, que vão desde estruturas vernaculares usadas sobretudo pelas comunidades rurais e anciãos aos mais complexos e sofisticados resorts termais destinados a satisfazer a procura turística.

Assim, se a compreensão sobre a cultura japonesa, seus costumes e tradições tem como uma das suas faces o ritual do banho (e suas ligações com a espiritualidade, com a saúde, com a natureza e com a vida social), também a coexistência de diversas variantes conceituais e formais dos banhos na contemporaneidade permite, reciprocamente, perceber a sociedade atual e sua articulação entre tradição e inovação, entre passado e futuro.

Os *onsen* abarcam assim não somente um extenso número de exemplos espalhados por todas as ilhas do arquipélago japonês, como uma grande diversidade de tipos, escalas e vocações, conciliando a preservação e manutenção das estruturas mais antigas e tradicionais com a novidade dos modelos resultantes da sociedade contemporânea²⁶.

Muitas são as distinções possíveis, de acordo com diversos parâmetros, a saber:

- a) Influência e alcance geográfico: internacional, nacional, regional e local;
- b) Regime de propriedade e concessão: públicos ou privados; (como é o caso dos ryokans que incorporam muitas vezes as suas próprias estruturas de banho);
- c) Modelo de agrupação: isolado ou inserido num conjunto de construções: estância termal ou região termal;
- d) Tipos do banho: interior ou exterior;
- e) Protocolo de usuários: banhos mistos ou separados por género;
- f) Enquadramento: urbano, peri-urbano ou rural;
- g) Contexto paisagístico: banhos junto a rios (*riverside bath*), banhos junto a lagos (*seaside or lakeside bath*), ou praias;

²⁶ De acordo com Scott Clark (1995), as visitas a *onsen* têm vindo progressivamente a aumentar desde a II Guerra Mundial, registando-se desde os anos 80, em particular, um aumento expressivo em grande parte justificado pela crescente valorização da atividade turística em todo o mundo e das mudanças ocorridas na economia japonesa que permitiram à população despendir dinheiro e tempo em turismo. Como reflexo desta alteração de paradigma, nos anos 90 cerca de 100 milhões de pessoas hospedavam-se anualmente em hotéis com valências termais (Armstead, 1987 como citado em Hauser, 1997) e só às piscinas termais do Parque nacional Fuji-Hakone-izu, (uma das áreas mais visitadas no Japão) acorriam cerca de 20 milhões de visitantes por ano (Ota et al, 1990, como citado em Hauser 1997).

- h) Grau de intervenção e ação humana: natural, humanizada ou fortemente humanizada;
- i) Vocação: medicalizadas ou de bem-estar;
- j) Temperatura: muito quente (acima dos 42 ), quente (entre 34  e 42 ), morna (entre 25  e 34 ) e fria (abaixo dos 25 );
- k) Composi o qu mica²⁷:  guas sulfúreas, férreas, alcalinas, sulfatadas, radioativas, de hidrog nio.

Tal amplitude de categorias permite assim concluir que os *onsen* não somente representam uma realidade inscrita no passado, como também são objeto de revisita o e transforma o contemporaneamente, evidenciando para além da multiplicidade de variantes que existem, a vitalidade da prática dos banhos na sociedade japonesa.

De uma miríade de op es para uma curta sele o

Perante um território desconhecido e complexo, formado por um arquipélago com milhares de ilhas onde se regista tão impressionante quantidade e variedade de *onsen*, como selecionámos os lugares de visita?

Circunscrevendo previamente a nossa pesquisa às ilhas centrais do Japão – Honshu, a principal ilha; Hokkaido, localizada no extremo norte; Kyushu e Shikoku situadas a sul –, procurámos identificar preliminarmente as áreas ou regiões com maiores concentra es de *onsen*, reconhecendo genericamente as suas principais características e atributos (Fig. 108).

Na principal ilha, Honshu, as províncias de Chubu, atravessada pelos Alpes japoneses, e a província de Kanto, região que incorpora a cidade de Tóquio, são as zonas de maior afluência. A alusão ao continente europeu – Alpes – deve-se   extensa cordilheira que atravessa de norte a sul a principal ilha japonesa. Região de ski, alpinistas, caçadores e mineiros, a expressiva concentra o de fontes termais nos vales das suas íngremes montanhas   abundantemente assinalada em guias e *sites* da especialidade.

Na região de Kanto surgem igualmente identificados muitos exemplos de interesse, onde se evidencia porventura a maior diversidade de op es. A pro-



Fig. 108. Regiões do Japão.

²⁷ Como complemento da informa o acerca dos tipos de água no Japão transcreve-se o seguinte: “Algumas termas cont m no seu nome uma indica o do tipo de água que as abastece. As  guas alcalinas são consideradas esguias como as enguias e são frequentemente denominadas *unagi-yu* ( gua de enguia). Fontes ferrosas pela sua característica cor avermelhada normalmente cont m a palavra *aka* (vermelho) algures no nome – por exemplo: *Akakura* ou *Akagawa*.  guas salgadas podem resultar num nome como *Shiobara*, *Shiono-yu* ou *Enzan*, já que *shio* ou *en* querem dizer sal. *Hari* (agulha) significa que a água pica, *atsu* que   quente e referências a partes do corpo indicam que as águas são apropriadas para o tratamento de doenças ou dores nessas partes (por exemplo, *me-no-yu*   para os olhos - *me*)” (Hotta, 1986, como citado por Godinho, 2007, p. 78).



Fig. 109. Kusatsu Onsen. Fonte: https://www.westjr.co.jp/global/en/ticket/hokuriku-arch-pass/Explore_Japan/spot/gunma/kusatsu-onsen/index.html



Fig. 110. Beppu onsen. Fonte: <https://jw-webmagazine.com/beppu-the-hot-spring-paradise-b4212fd9e90f/>

ximidade em relação a Tóquio faz com que, a par de alguns lugares expostos a uma forte pressão turística (não escapando assim uma certa “turistificação” da atividade dos banhos e suas estruturas), existam na mesma região outros exemplos, como Kusatsu (Fig. 109), um dos mais tradicionais e antigos *onsen* do Japão, com vocação fundamentalmente medicinal e curativa, ou Takaragawa, um dos casos em que os banhos exteriores²⁸ são dos mais reputados em todo o Japão.

A norte da ilha, na região de Tohoku concentram-se cerca de 29% de todos os *onsen* identificados. De cariz eminentemente rural, nesta região localizam-se os lugares do banho mais tradicionais e vernaculares, conservando as características que se julgam ser as mais primitivas e originais da prática dos banhos²⁹.

Já no sul do Japão, a ilha de Kyushu, uma das zonas de maior vulcanismo ativo do mundo³⁰, apresenta, para além de uma grande diversidade de tipos de água, muitas variantes que vão desde *onsen*-resort (de grande escala), inseridos em regiões de forte pressão turística como é o caso de Beppu³¹ (Fig. 110), a estruturas de pequena dimensão e isoladas, que providenciam uma experiência de maior proximidade e intimismo com a paisagem natural.

Na sequência desta primeira pesquisa acerca da distribuição, incidência e concentração dos *onsen* no território, procedeu-se à elaboração de uma lista³² de casos por cada uma das regiões sinalizadas, de onde haveria de resultar a escolha final dos lugares a visitar (decisão tomada já no Japão), influenciada pela definição de um conjunto restrito de critérios (que nos permitisse limitar o mais possível as opções) a par de algumas contingências e limitações inerentes à própria viagem.

315

²⁸ *Rotemburo* é a expressão japonesa que designa banhos ao ar livre, derivada da expressão composta *roten* – ar livre e *buro* – banho.

²⁹ Transcreve-se de Hotta (1986, p. 183) a seguinte síntese sobre a natureza dos banhos nesta região: “(...) The way of life here, the scenery, and, of course, the people are of the same hue: close to the land and the customs of old.” “(...) it’s easy to see why thermal pools have proved so popular in the north. Not only do the cleanse and heal bodies tired of bending over seedlings in muddy fields, but they have often been the only place to gather and chat with friends. (...) While Tohoku may be the place to go for authentic hot-spring experiences, remember that many of the baths mentioned on the following pages are remote, basic and largely the haunts of local people”.

³⁰ “There are several *onsen* areas in Kyushu, but Oita Prefecture is especially famous for its hot springs. In fact, Oita Prefecture is home to 10 of the 11 types of hot springs that exist in the world.” In <https://matcha-jp.com/en/1545>

³¹ *Beppu* acolhe mais de 2500 nascentes termais e a diversidade de tipos de banhos - que compreende banhos de vapor, banhos de areia, banhos de lama atraindo visitantes - de todo o mundo durante todo o ano.

³² A seleção de *onsen* foi elaborada a partir do cruzamento de diversas referências recolhidas tanto na bibliografia consultada como na pesquisa on-line em *sites* da especialidade. Muitos dos locais agora identificados surgem profusamente referenciados não significando necessariamente que o seu grau de interesse se tenha reconhecido exclusivamente na quantidade de vezes que eram mencionados. A seleção inicial compreendeu os seguintes *onsen*: Na região de Tohoku: Nyuto Onsen; Kuroyu Onsen; Tamagawa Onsen, Fujya Ginzan Onsen; Naruko Onsen; Na região Chubu: Nozawa Onsen, grupo Okuhida Onsen, Shibu Onsen, Na região de Kyushu: Grupo Beppu; Yufuin Onsen; Kurokawa Onsen; Na região de Kanto: Ksatsu Onsen, Tkara-gawa Onsen; Hoshi Onsen.

O remoto não se mede só em distância

Somente a experiência direta dos lugares nos permite a efetiva percepção e apreensão das suas qualidades (objetivas e subjetivas), na ordem do tempo, do espaço e das emoções.

Dos vários *onsen* previamente sinalizados como lugares de potencial visita, tornou-se evidente, logo na primeira deslocação, que a distância entre eles – aferida inicialmente apenas pela sua posição geográfica – teria que ponderar uma vasta rede hidrográfica, constituída por um manancial de linhas de água que atravessam todo o território além de uma orografia complexa formada por grandes cadeias montanhosas.



Fig. 111. Trajeto Tóquio-Takaragawa onsen - Kusatsu onsen - Tóquio.

Assim, uma das primeiras verificações *in loco* permitiu constatar que dois pontos aparentemente próximos num mapa fossem, de facto, lugares distantes entre si³³, obrigando-nos a reequacionar a seleção então elaborada (Fig. 111), e assim restringindo o número de *onsen* a visitar.

Para a limitação das opções³⁴, consideraram-se os seguintes pressupostos:

316

- i) Os *onsen* deveriam inserir-se em contexto rural;
- ii) Deveriam contemplar banhos maioritariamente no exterior (*Rotemburo*);
- iii) Deveriam ser espaços não regulados medicamente (todavia procurados pelo seu reportado uso terapêutico);
- iv) Preferencialmente públicos;
- v) Deveriam localizar-se exclusivamente na ilha central de *Honshu*.

Consequentemente, excluíram-se do plano de visita as cidades termais, como Kusatsu ou Nyuto no norte do Japão na província de Tohoku, bem como estâncias termais de grande vocação turística, como Beppu no sul do país na ilha de Kyushu que, muito embora, configurassem exemplos de grande interesse no aprofundamento das variantes e opções termais divergiam, no essencial, da investigação em curso.

³³ Referimo-nos em particular à impossibilidade de visitar Takaragawa Onsen e Kusatsu Onsen no mesmo dia, como inicialmente havíamos previsto.

³⁴ Procurámos em cada *onsen* compreender o protocolo associado aos rituais do banho e suas etapas; a distinção de tipos, modelos, escalas e variantes formais dos banhos; os modos de inserção nos diversos contextos paisagísticos e finalmente usufruir da experiência de ir a banhos.

Foram então selecionados quatro *onsen* – Takaragawa Onsen, Shinhotaka no yu; Kojin no yu e Hirayu no yu –, estes três últimos integrados no grupo Okuhida (Fig. 112) pela diversidade de banhos ao ar livre (designados por *rotemburo*) que disponibilizam, aos quais acresce a experiência complementar em outros dois *onsen* inseridos em ryokans (hotel tradicional japonês) – Minakamikan e Hotaka – no âmbito do alojamento.



Fig. 112. Localização do Grupo Okuhida.

Salienta-se que o grupo Okuhida está associado a uma região que agrega cinco vilas termais – Hirayu, Fukuchi, Shin-Hirayu, Tochio e Shin-Hotaka – ao longo dos vales da cadeia montanhosa norte dos alpes japoneses, dispondo de uma variedade de *onsen* (separados por género, mistos, exteriores, interiores, públicos ou privados) que se vão distribuindo ao longo da linha funda do vale, proporcionando uma intensa experiência que combina e articula o banho com a vivência e fruição da paisagem natural.

317

O primitivo e o primordial

Sobre Takaragawa reza a lenda que o rei na sua expedição de conquista da zona leste do território terá adoecido nas terras próximas, tendo observado durante o seu período de dor e sofrimento um falcão dirigindo-se para as margens do rio. Tal aparição tê-lo-á conduzido até às nascentes, nelas se banhando e curando. A etimologia da palavra que identifica este lugar remete precisamente para esta lenda, já que Takaragawa significa o rio do falcão (*taka*- falcão e *gawa* – rio)³⁵.

A versão histórica, não conseguindo precisar a época em que Takaragawa se converteu em lugar de banhos, atribui a comunidades muito remotas a apropriação das águas de Takaragawa. De acordo com restos mortais encontrados em outras zonas termais próximas como Kusatsu, presume-se, que, o facto de brotar continuamente água naquele sítio, terá motivado o assentamento de comunidades que ali desenvolveram as suas diversas atividades entre as quais

³⁵ A lenda aqui apresentada foi-nos transmitida pelo director do ryokan Takaragawa Onsen Osenkaku, o Sr. Okamoto.



Fig. 113. Atividade mineira nos Alpes japoneses. Fonte: ilustração recuperada de um livro japonês (não traduzido).

a prática dos banhos para fins curativos e terapêuticos, beneficiando simultaneamente do contexto abrigado do vale em que se insere.

Neste processo de reconhecimento das águas de Takaragawa, também os mineiros e caçadores, exímios conhecedores e batedores desta região, tiveram um papel fundamental (Fig. 113). Observando a permanente concentração de animais, em especial de ursos, junto às charcas, estes homens foram progressivamente também eles experimentando as águas, tratando-se e recuperando das moléstias resultantes da dureza das expedições pelas montanhas. Animais, comunidades remotas e caminhantes solitários fundaram assim este lugar, fazendo-lhe corresponder as primeiras formas da prática do banho.

Até aos anos 60, homens e ursos disputavam o controlo do lugar. Nessa altura era ainda comum estes surpreenderem os banhistas com suas aparições³⁶, banhando-se também eles nas águas quentes das nascentes (Fig. 114). Atualmente, porém, um forte dispositivo de afastamento (que inclui apitos e cercas a meia encosta criando uma espécie de perímetro de proteção) impede-os de se aproximarem das piscinas de Takaragawa.



318

Fig. 114. Ursos, Alpes japoneses. Fonte: ilustração recuperada de um livro japonês (não traduzido). ►

Fig. 115. Lavagem prévia antes do banho de imersão, Hokkaido, Japão. Fonte: (Koren,1996). ▼



A DIMENSÃO EXPERIENCIAL

O protocolo, a nudez, o embaraço mútuo dos banhos mistos

No Japão, a lavagem prévia do corpo antes de entrar em qualquer tanque ou piscina é condição indispensável ao ritual do banho (Fig. 115). Este requisito, a par da nudez, representam dois dos fatores de maior distinção em relação aos banhos no ocidente. Assim, ir a banhos no Japão pressupõe esta dupla ação – lavagem do corpo sucedida do banho de imersão – indissociáveis e praticadas com total despojamento do corpo de modo a garantir o efeito purificador e renovador das águas sobre o corpo e a mente.

³⁶ Algumas dessas aparições surgem documentadas em suporte vídeo, conforme se pode observar neste link: <https://www.youtube.com/watch?v=hUVK39HkAGM>

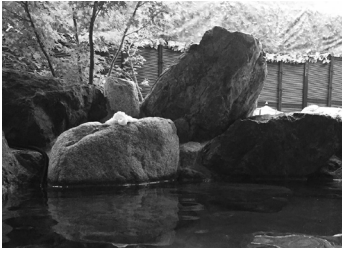


Fig. 116. Toalha (tenugui) sobre pedra, ryokan Hotaka Japão, agosto, 2018.

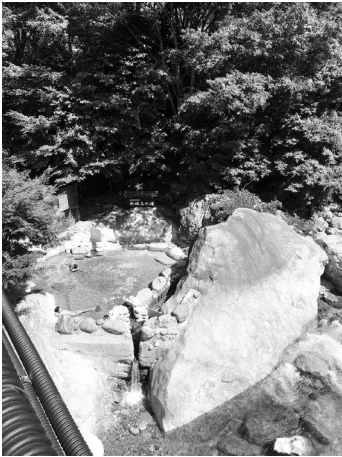


Fig. 117. Shinhotaka no yu Onsen, grupo Okuhida, Japão, agosto, 2018.

Só depois de lavados³⁷ e livres de quaisquer impurezas, é permitido o acesso ao tanque ou piscina, não sendo admitido qualquer objeto ou peça de roupa dentro do tanque ou piscina (precisamente para não impregnar a água de sujidades). A toalha³⁸ (Fig. 116) sobre a cabeça dos banhistas é por isso uma das imagens mais icônicas das representações do banho japonês. Usada para esfregar previamente o corpo, ela é colocada normalmente na cabeça para que não contacte com o plano de água que será partilhado por todos os banhistas.

Enquadrada num certo espírito animista, a nudez é o espelho do corpo e alma purificados. Representa simultaneamente a expressão de uma liberdade e integridade humanas que não distingue classes, origens, profissões ou idades (Fig. 117).

É comum nos *onsen* observarmos grupos de adolescentes a confraternizar, senhoras anciãs auxiliadas pelas suas filhas na tarefa da lavagem do corpo, crianças a reproduzirem os gestos da mãe. Todas as mulheres se veem sem se olharem, todas se consideram e respeitam na partilha de um mesmo ritual. Cuidam umas das outras, partilham conversas ou simplesmente se entregam a si próprias. Há, em tudo o que é de comum e de distinto nesta prática, uma espécie de reciprocidade e cumplicidade que enforma a experiência do banho, como se do total despojamento e da partilha de intimidade emergisse uma convenção ou pacto invisível que reforça ligações, afetos e cumplicidades³⁹.

319

*Skinship*⁴⁰ é o termo recuperado de Scott Clark (1995), para aludir a esta ideia que aqui procuramos explorar – aquela que remete para uma espécie de dimensão agregadora e intimista que o banho e a nudez partilhada parecem suscitar. De acordo com este autor, “partilhar o mesmo banho, nu, simboliza a remoção das hierarquias sociais e das barreiras da vida comum.”⁴¹ (Clark, 1995, p. 112, [tradução livre]). Neste sentido, a rutura que o banho estabelece com a rotina, rompendo com todos os circunstancialismos sociais e culturais através da interação num ambiente de partilha de intimidade, permite, mesmo para estrangeiros, sentir uma experiência de verdadeira integração.

³⁷ A lavagem do corpo faz-se no sentido descendente: da cabeça, para o pescoço, membros superiores, barriga, genitais, membros inferiores, culminando na lavagem dos dedos dos pés.

³⁸ A toalha (*tenugui*), tradicionalmente de cor branca, é fundamental e indispensável no ritual do banho. Referencial na prática de ir a banhos, ela assume diversos propósitos. É usada para esfregar o corpo antes do banho de imersão, é com ela que se resguardam as partes íntimas do corpo nos trajetos entre espaços e finalmente é usada na saída para secar o corpo.

³⁹ Esta conceção associada aos banhos explica a razão porque famílias inteiras, grupos de amigos ou de colegas de trabalho se juntam em *onsen*. Do mesmo modo que uma família reforça a sua comunicação e elo de ligação através de um banho conjunto, também amigos e colegas de trabalho se juntam para fortalecer vínculos e afetos.

⁴⁰ “The “*skinship*” (*sukinshippu*, *hada to hada no fureai*, or *abdaka no tsukiai*) that holds significance in parent/child bonding is also prized for its power to create close bonds among friends and relax the normal social distance among strangers” (Clark, 1995, p. 112).

⁴¹ Transcrição do texto original: “Sharing the same bath naked symbolizes removal of the social trappings and barriers of normal life” (Clark, 1995, p. 112).

Originalmente partilhados por homens e mulheres, os *onsen* mais antigos e tradicionais mantêm ainda a prática do banho misto. Todavia, a consequente abertura do Japão à cultura e civilização ocidentais no século XIX, durante a Era *Meiji*, veio alterar o protocolo dos banhos introduzindo a cultura do pudor e a consequente e gradual substituição dos banhos mistos por banhos segregados por género. Por este motivo os *onsen* são, na atualidade, maioritariamente separados por género.

Contudo, em lugares remotos e rurais é ainda comum a prática dos banhos mistos, como é o caso de Takaragawa, ou em muitas estâncias de vocação eminentemente curativa e terapêutica, de uso e tradição ancestrais.

Partimos assim para o ritual do banho conscientes do protocolo (das fases e tempos que o integram), igualmente disponíveis para enfrentar o exotismo de algumas das suas especificidades entre as quais o total despojamento do corpo.

Dos *onsen* visitados, quatro deles – Hirayu no yu, Kojin no yu, Minakamikan e Hotaka⁴² – dispõem de banhos exclusivamente separados por género, enquanto que em Takaragawa e Shinhotaka, os banhos são mistos. Quanto ao acesso, Hirayu no yu, Kojin no yu e Shinhotaka são *onsen* públicos enquanto que Minakamikan, Hotaka e Takaragawa são *onsen* privados, inseridos em ryokans.

320

No que respeita à organização espacial dos *onsen*, a lógica distributiva compreende uma sucessão de espaços: entrada, vestiário, área de lavagem e finalmente a área do banho, podendo esta dispor de um ou mais tanques, que por seu turno podem ocorrer em espaços interiores ou exteriores.

Quando os *onsen* se inserem em *ryokans*, a área de vestiários (*daisuijo* ou *datsuibu*) e do pré-banho distinguem-se pelas comodidades que oferecem. No vestiário são disponibilizados chinelos, cestos para acomodar a roupa e cacifos individuais e, algumas vezes, pentes, secador de cabelo, cremes entre outro tipo de material (Fig. 118).

A zona de lavagem do corpo (o pré-banho) é constituída por um conjunto de boxes individuais dispostas ou linearmente ou agrupadas em ilha. Cada um destes espaços dispõe então de um banco (*koshikake*), de uma pequena bacia tradicionalmente em madeira (*oke*), um espelho, uma bica ou torneira, o champô e gel de banho para uso dos utentes.



Fig. 118. Vestiários e área de lavagem prévia de um *onsen*, ryokan Minakamikan, Japão, agosto, 2018.

⁴² Minakamikan e Hotaka foram visitados no âmbito de estadias em ryokans. Embora não integrem a lista dos principais casos de estudo são, no entanto, incorporadas na narrativa como complemento das descrições de natureza vivencial e experiencial.



Fig. 119. Aproximação a Shinhotaka no yu Onsen, grupo Okuhida, Japão, agosto, 2018.

Nos banhos exclusivamente exteriores o espaço de limpeza prévia do corpo resume-se normalmente a um pequeno lavabo atrás de uma pedra que confina com a piscina natural, dispondo apenas de uma bica, um balde ou concha de madeira e um sabão.

Shinhotaka é um *onsen* que está fora do circuito turístico. Trata-se de uma única piscina natural ancorada a uma grande rocha junto às margens do rio Gamada. O acesso faz-se por meio de uma antiga ponte viária que atravessa o rio e da qual se vislumbra o *onsen* (Fig. 119). Um lugar aparentemente despercebido, fora do radar das principais distrações que integram a região montanhosa de Okuhida.

Um gradil metálico com um portão no meio da vegetação identifica a entrada. A descida da pequena encosta é realizada por meio de uma escada improvisada protegida por perfis tubulares. O dispositivo de distribuição e encaminhamento da água da nascente até à piscina faz-se por gravidade, através de condutas de plástico negro apoiadas sobre andaimes, circuito que se percebe desde logo no trajeto de descida. A limpeza da poça é garantida por um sistema de comportas que permite controlar as admissões de água no tanque, assim como o seu esvaziamento. Finalmente, uma estrutura de apoio em madeira, alberga os vestiários destinados a cada um dos sexos (Fig. 120).



Fig. 120. Shinhotaka no yu Onsen, grupo Okuhida, Japão, agosto, 2018.

Por altura da nossa visita o *onsen* estava vazio permitindo-nos desfrutar da liberdade de estarmos sós, alí, afundados numa pequena piscina de água muito quente (com uma temperatura de aproximadamente 50°) cravada no meio de um vale de vegetação densa e frondosa da cordilheira Hida. Tomámo-lo como um lugar exclusivamente nosso e este lugar, Shinhotaka Onsen, acabaria por representar a mais incrível experiência de ir a banhos no Japão (Fig. 121 e Fig. 122).



Fig. 121. Tanque de Shinhotaka no yu Onsen, Japão, agosto, 2018. ▲



Fig. 122. Vista geral de Shinhotaka no yu Onsen, Japão, agosto, 2018. ►

Na saída, cruzámo-nos com dois japoneses. Iam também eles a caminho do *onsen*. Tal encontro ou desencontro pareceu-nos, todavia, demasiado perfeito para uma coincidência. Instalou-se sempre a dúvida sobre a possibilidade de eles terem aguardado pela nossa saída, evitando assim também eles o nosso embaraço. Mais tarde, aquando da elaboração do presente texto, pudemos ler que é comum, nos banhos mistos, os homens permanecerem por extensos períodos nos tanques de água aguardando que as senhoras saiam, resguardando os corpos diante das senhoras (Clark, 1995) e evitando constrangimentos mútuos.

322

Tal descrição remeteu de imediato para a experiência em Shinhotaka. Talvez aqueles dois jovens japoneses tivessem aguardado pela nossa saída, com o mesmo propósito – o de evitar a surpresa e o embaraço.

Em Takaragawa, outro dos *onsen* em que homens e mulheres partilham o banho, a experiência foi, todavia, distinta. Neste caso, é dada às mulheres a opção de resguardarem os seus corpos, permitindo que vão a banhos com uma túnica castanha (num tecido muito fino e confortável) fornecida no espaço da receção onde se processa a admissão, enquanto que os homens continuam a ir a banhos nus.

Todavia, dois anos após a nossa visita a Takaragawa o protocolo foi alterado. E no site deste *onsen* é disponibilizada a seguinte explicação:

Decidimos introduzir fatos de banho para os homens cobrirem o seu corpo, uma vez que o número de visitantes estrangeiros aumentou, tendo recebido igualmente muitos pedidos por parte de mulheres e famílias. Embora consideremos as pessoas que se mantêm fiéis à nossa velha tradição agradecemos, no entanto, a sua cooperação para receber bem os turistas, assim como os jovens japoneses que não estão fami-

liarizados com as velhas tradições, possam, também eles, divertir-se em segurança nos nossos banhos mistos⁴³ (Takaragawa Onsen, s. d.)

Takaragawa é, por razões várias, um lugar em contradição que oscila entre as tradições seculares e os requisitos ou exigências da sociedade contemporânea. A mudança no protocolo de acesso aos banhos representa um entre outros sinais desse confronto permanente entre o passado e o presente.

Breve história de anacronismos

A partir de Tóquio, Takaragawa Onsen (Fig. 123) está ao alcance de uma viagem de três horas⁴⁴. Enquadrado pelo rio Takara, este *onsen* é composto por diversos tanques exteriores (*rotemburo*) adoçados às margens do rio que se vão sucedendo em cada um dos lados da linha de água.



Fig. 123. Takaragawa onsen, Japão, agosto, 2018.

A chegada a Takaragawa é antecipada por um grande largo asfaltado. Pela escala desta “bolacha de betume” no meio da densa floresta que o envolve, confirmamos a vocação turística do lugar, preparado para receber dezenas de autocarros que ali estacionam para um *one-day-bath trip*⁴⁵

⁴³ Transcrição do texto original: “We decided to introduce new bath dresses for men to cover their body because recently international guests increased and we also got many requests from women and families. We consider some people are attached to our old bathing manner. However, we also thank you very much for your cooperation to get international people as well as young Japanese people who is not familiar with old one to use our mixed gender baths with fun safely” (Takaragawa onsen, s. d.).

⁴⁴ O trajeto contempla o uso do comboio rápido (JoetsuShinkansen) de Tóquio a Minakami, sucedido de duas viagens de autocarro até ao destino.

⁴⁵ A proximidade de Takaragawa Onsen em relação a Tóquio faz com que este lugar seja muito procurado por turistas estrangeiros. Este é um dos aspetos mais recorrentemente mencionados em guias e prospectos de promoção e divulgação acerca deste *onsen*.



Fig. 124. Takaragawa onsen: vestiários, Japão, agosto, 2018. ▲

Fig. 125. Takaragawa onsen: vista sobre o tanque parcialmente coberto, Japão, agosto, 2018. ►

No espaço de entrada, a recepção funciona simultaneamente como loja de *souvenirs*. Sucede-se o espaço de refeições, ocupado com mesas corridas onde os pedidos se processam por meio de máquinas instaladas em diversas zonas da sala. Objeto de sucessivas adaptações para cativar o interesse e a comodidade dos visitantes estrangeiros, neste espaço o prático e o improvisado sobrepõem-se muitas vezes à vagareza do tempo e, nem um espaço onde se reconhecem traços inequívocos de uma cultura de forte raiz tradicional e local, escapa aos efeitos da urbanidade e da globalização tão evidente nas máquinas de snacks e de bebidas ou nos cacifos (Fig. 124).

Percorrido este primeiro espaço e, ultrapassada uma certa estranheza que o mesmo nos suscitou, as expectativas renovaram-se ao retomar o caminho do exterior em direção às piscinas naturais (Fig. 125).

A exuberante vegetação e o dramatismo próprio de quem caminha em direção a um lugar fundo, maioritariamente em penumbra, onde o som da corrente do rio se substitui à voz humana e a visão da copa das árvores se multiplica no reflexo da água, devolveu-nos de novo o entusiasmo⁴⁶.

E até a sensação primitiva que representa um banho em águas escaldantes no meio da natureza na presença do fogo⁴⁷ pudemos imaginar.



Na companhia de uma escolta de insetos

Prosseguimos em direção ao rio (situado numa cota mais baixa em relação ao espaço de chegada) e às suas margens onde se localizam as quatro piscinas naturais – três de uso misto e uma menos exposta e mais protegida, de uso exclusivamente feminino. Uma das piscinas de uso misto localiza-se na margem

⁴⁶ Em complemento desta ideia invoquem-se as palavras de Scott Clark (1995), que refere que o mais visível e provavelmente mais publicitado atributo dos banhos no Japão, na atualidade, está relacionado com o seu enquadramento e inserção paisagística. Ou seja, a motivação de ir a banhos é, em grande parte, caucionada pela valorização que se faz atualmente da natureza – valor e simultaneamente objeto de desejo e produto de fruição das sociedades contemporâneas.

⁴⁷ Como veremos adiante, a presença do fogo (para além da Água Santa da Herdade de Sta. Maria, Mértola) revela-se também num outro caso de estudo, no Chile.

direita do rio, enquanto que as restantes três situam-se na margem esquerda, no sentido da sua foz.

No primeiro banho (na piscina que se localiza na margem direita do rio) alcançámos de imediato a razão de tantos “mata-moscas” disponíveis nos vestiários ou pousados sobre os muros com que nos fomos cruzando. A quantidade destes elementos dispersos ocasionalmente um pouco por toda a área dos banhos, logo denunciaria uma contingência inesperada – a surpresa de um banho escoltado por uma nuvem de insetos organizada em volta do nosso corpo⁴⁸.

Eram insetos de muitas fisionomias, onde as abelhas se destacavam por entre os mosquitos e outras espécies. Os gestos de afastamento tomaram toda a nossa energia, desviando a concentração sobre o propósito que nos tinha ali levado – a experiência do banho –, naquele momento irremediavelmente comprometida pela presença incessante dos insetos voadores.

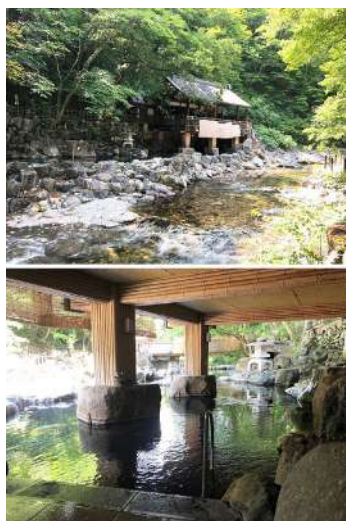


Fig. 126. Takaragawa onsen: vista sobre o tanque parcialmente coberto, Japão, agosto, 2018.

Nos minutos que se seguiram a tentativa de superar aquele acontecimento passou por experimentar outras piscinas. Talvez a posição do tanque ou a cobertura (Fig. 126) que pendia sobre um deles pudesse ter influência na concentração dos insetos, ultrapassando esta contingência inesperada. Mas o inevitável e incontornável das dinâmicas naturais prevaleceu e, independentemente da opção, a presença dos insetos voadores seria constante.

325

Entre este combate que enfrentávamos (reforçado igualmente pelo pânico de uma criança que esbracejava contra o plano de água revolta na expectativa de afastar os insetos), observámos o comportamento dos japoneses. Ao contrário de nós, exibiam uma postura serena. Não se mexiam ou se afastavam. Não mudavam de piscina. Seria a toalha branca que pendia sobre as suas cabeça que afugentaria os insetos voadores? Terão aprendido eles a superar o incómodo do zumbido e das picadas no corpo?

As épocas de outono e inverno, segundo as pessoas locais, são as melhores fases para visitar Takaragawa Onsen. No outono a policromia das folhas enche de esplendor o lugar, enquanto que no inverno, o contraste verificado entre a temperatura do ar e a temperatura da água, junto com a presença de neve permite usufruir de uma experiência verdadeiramente intensa e excepcional.

Assim, só os incautos vão a banhos em agosto em Takaragawa quando a humidade e a amenidade das temperaturas junto aos cursos de água (em contras-

⁴⁸ Os maiores conhecedores dirão que só os incautos vão a banhos em agosto em Takaragawa. Os banhos idealmente fazem-se no outono ou no inverno, evitando assim a luta com os insetos e onde os contrastes entre a temperatura do ar e a temperatura da água são mais intensos...

te com as altas temperaturas atmosféricas) favorece o aparecimento massivo de insetos voadores. São as vicissitudes de um estrangeiro, que num lugar que lhe é estranho, se ocupa de um ritual também ele esporádico.

Nota de viagem (registada no regresso a Tóquio):

A natureza pode ser um lugar estranho. Apreendida e percecionada sobretudo pela sua visualidade, são poucos os relatos que refletem sobre a experiência do desagradável que também ela desencadeia ou proporciona. Parece-me contudo útil, pertinente e sobretudo estimulante, ponderar sobre ela.

As falsas ideias claras: a experiência do desagradável

Ir a banhos em águas minerais constitui uma experiência endereçada a todos os sentidos. O odor, a temperatura ou a cor da água, em tudo se distinguem das águas comuns.

Em todos os *onsen* visitados – Takaragawa Onsen, Shinhotaka no yu; Kojin no yu, Hirayu no yu –, incluindo os que se inseriam em ryokans, fomos confrontados com o intenso odor a enxofre que emanava da água, à semelhança da água na Água Santa da Herdade, em Mértola.

326

Com fortes concentrações de sulfeto de hidrogénio também designado de sulfureto de hidrogénio ou gás sulfídrico, o odor da água afasta-nos de uma experiência de banho comum.

Confrontados com temperaturas entre os 40° e 60° (podendo chegar até aos 70°), este é outro dos desafios a superar. A entrada no banho exige que seja gradual e demorada. A textura viscosa que se sente por entre os pés é outra das sensações inesperadas. Todas as substâncias minerais da água vão-se depositando nas paredes e no fundo das superfícies dos tanques, criando uma camada amaciada que frequentemente é responsável também pela coloração da água, tingindo a pele de ocre ou qualquer outra coisa que entre contacto com a água (como ocorre, por exemplo, na Caldeira Velha e no Parque Terra Nostra nos Açores).

Há, em todo este processo de aproximação aos lugares do banho, uma experiência que é também de estranhamento do corpo, de desconforto até. É, pois, também esta consciência do desagradável que enquadra a especificidade e qualidade distintiva destes lugares, atributo que, até certo ponto, nos mantém à margem dos lugares em que a água serve propósitos exclusivamente recreativos e lúdicos.



Fig. 127. Takaragawa onsen: vista sobre o tanque de uso exclusivo das mulheres, Japão, agosto, 2018.

A COMPONENTE MATERIAL E INFRAESTRUTURAL

A Pedra e os Shôji

Em grande parte dos *rotemburo*, a pedra é estruturante na conformação do lugar, começando por delimitar o perímetro das piscinas ou tanques. Tais contornos ou limites indiciam as primeiras formas de ocupação e organização do lugar dos banhos, desempenhando funções de diversa ordem: infraestrutural – elemento de retenção de água e também muitas vezes canal de drenagem; funcional – lugar natural de assento e repouso; cénico – elemento mediador entre o sujeito e a paisagem natural, introduzindo simultaneamente relações de profundidade, escala e distância relevantes para a leitura do espaço; e, finalmente simbólico – porque a partir destas composições de rochas e penedos, recuperamos o significado ancestral que a pedra assume na cultura japonesa, remetendo para a sacralidade⁴⁹ que lhe está implícita.

327



Fig. 128. Takaragawa onsen: sapatas de pedra de suporte da cobertura, Japão, agosto, 2018.

Além das bolsas de água, a pedra é igualmente usada na definição e composição de percursos, acessos, plataformas, rampas e escadas de acesso. A sua formalização e construção varia entre a colocação plana de pedras lascadas encaixadas entre si e elementos de pedra solta que vão sendo ancoradas ao solo (Fig. 128), numa procura pela estética orgânica que a própria envolvente natural disponibiliza e que sempre motivou as representações do jardim japonês.

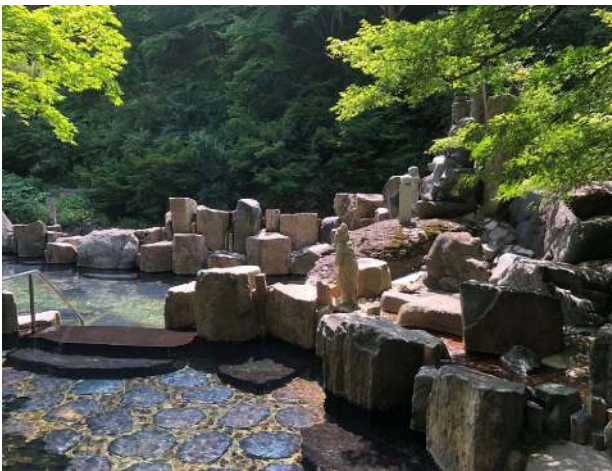
“Espera” de muitas outras estruturas auxiliares – nomeadamente coberturas de madeira que se instalam sobre os planos de água de modo a protegerem os banhistas do sol de verão e da neve no inverno –, a pedra é também utilizada como sapata ou fundação das construções.

⁴⁹ A sacralidade no Japão está intimamente associada à natureza e a fonte do sagrado relaciona-se com o que ela tem mais de profundo, remoto e distante. A primeira expressão material do lugar sagrado não é por isso um edifício, mas sim o vazio ou ermo no meio da natureza, revelado no entalhe de uma rocha ou num conjunto de pedras que simbolizam “o templo do fundo” dos deuses.



Fig. 129. Shinhotaka no yu Onsen, Japão, agosto, 2018 ▲

Fig. 130. Takaragawa onsen: a pedra como limite e cenário, Japão, agosto, 2018. ▼



Os modos de aplicações e disposição da pedra são diversos – desde as formas de apartamento mais toscas a verdadeiras composições com meticolosos encaixes. Em Shinotaka no-yu a bolsa de água surge adossada a uma grande rocha que se encontra nas margens do rio Gamada (Fig. 129). Esta rocha garante já parte da solução que delimita o plano de água, sendo o restante perímetro encerrado por pedras de tamanho mais pequeno, presumivelmente recolhidas ali, nas margens e leito da linha de água que atravessa o lugar.

Em Takaragawa cada piscina é delimitada com um paramento de pedra distinto, proporcionando diversos cenários conforme as posições do observador, as suas distâncias e direções escolhidas (Fig. 130).

A essência da arquitetura japonesa assenta “na construção de um lugar de onde o mundo pode ser visto – mesmo quando a apresentação do mundo exterior é apenas uma representação ideal e não a realidade.” (Smith & Yamamoto, 2001, p. 31). O mesmo ocorre com os seus jardins, cuja conceção tem invariavelmente subjacente a criação de um cenário onde todos os elementos que o integram se organizam e dispõem de modo a invocar um pequeno microcosmo simbólico (Fig. 131). Nas palavras de Berque “as origens do jardim japonês parecem ganhar raiz na sacralidade do espaço selvagem”⁵⁰ (1986, p. 77).

Semelhante conceção percorre os *onsen*. Lugares onde o caos das pedras representa a ligação entre o espaço dos homens, a natureza e os desuses (Berque, 1986). Pedras de distintos tamanhos e formas são então criteriosamente dispostas e selecionadas de modo a invocarem muitas vezes micro representações do mundo natural, como oceanos, rios, vales, pântanos, bambuzais entre outros (Smith & Yamamoto, 2001). Tais modos de representação e transposição da natureza e do selvagem dão origem a diversas espacialidades que traduzem para além de uma estética, elaboradas configurações da mente.

⁵⁰Transcrição do texto original: “Les origines du jardin japonais paraissent bien léncraciner dans la sacralité de l’espale des hommes ‘a la nature et aux dieux”’ (Beque, 1986, p. 77).

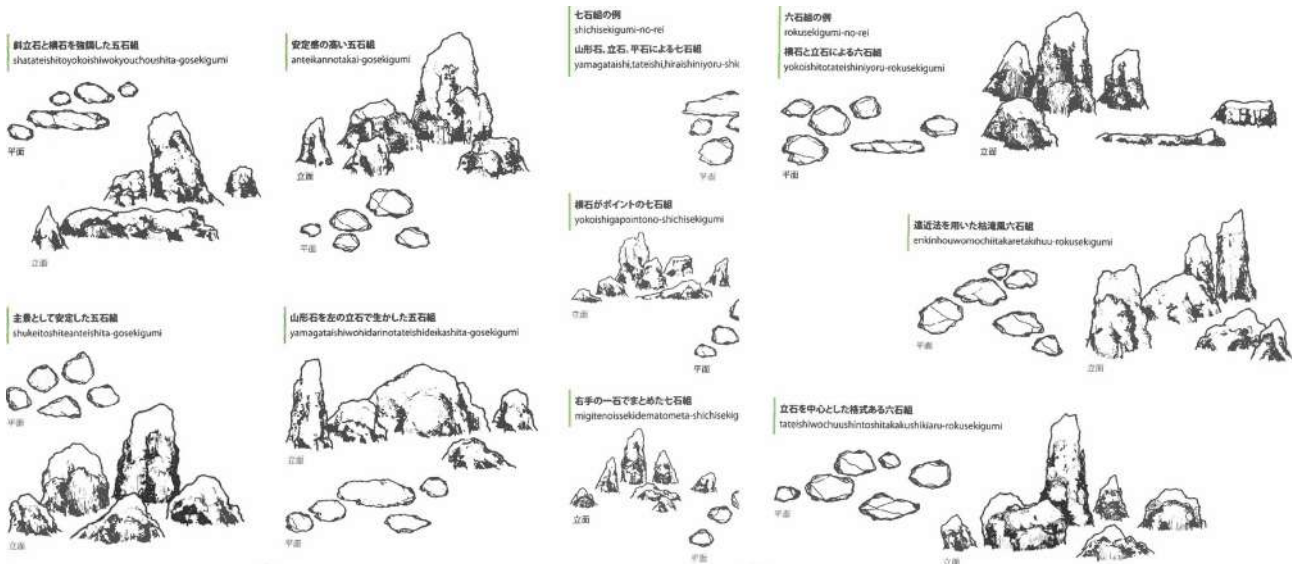


Fig. 131. O caos das pedras: simbolizações e cenários. Fonte: (Design Parts Collection in Japanese Traditional style Garden, 2015).

Além da pedra, divisórias ou biombos executados em madeira e bambu ajudam à consolidação do ambiente intimista mesmo em exemplos como Takaragawa, que se desenvolve ao longo do rio aproximadamente 500 m.

A generalidade dos *onsen* remetem assim para espaços cuidadosamente delimitados de modo a integrar duas “paisagens”, a que é produzida pelo homem, correspondendo a uma micro representação do mundo natural em relação imediata com o espaço dos banhos, e a que corresponde ao mundo selvagem, podendo esta ser uma montanha, uma floresta, um bosque, um rio ou um lago, através do qual se expande o olhar e também o espírito humano.

329

Esta articulação entre o natural humanizado e o natural selvagem é justamente explorada na ancestral técnica de concepção e construção de jardins japoneses – *Shakkei* – através da disposição de elementos a distintas profundidades, sugerindo uma compreensão do espaço que combina relações de pequena e grande escala e perspectivas visuais de curta e longa distância, de próximo e extenso alcance.

Fig. 132. Onsen (Rotemburo), ryokan Hotaka Japão, agosto, 2018.





Fig. 133. Hirayu onsen, grupo Okuhida, Japão, agosto, 2018.

Em Hotaka e Hirayu no yu (Fig. 132 e Fig. 133) é especialmente evidente esta intenção na produção de espaço. O campo visual dos banhistas desloca-se entre a envolvente próxima do plano da água, delimitada normalmente por divisórias que recriam a ideia de intimidade e de jardim fechado, e uma visão de longa distância – para lá dos biombos que confinam o espaço – que permite olhar sobre as montanhas, a floresta, as cascatas e o céu – espécie de infinito onde projetamos a nossa existência.

O biombo é então um elemento mediador entre o “espaço de dentro” – ajudando a criar um pequeno mundo simbólico associado ao espaço dos banhos – e o “espaço de fora” – associado à grandiosidade e majestade da paisagem natural que só a distância permite ler e reconhecer (Fig. 134).

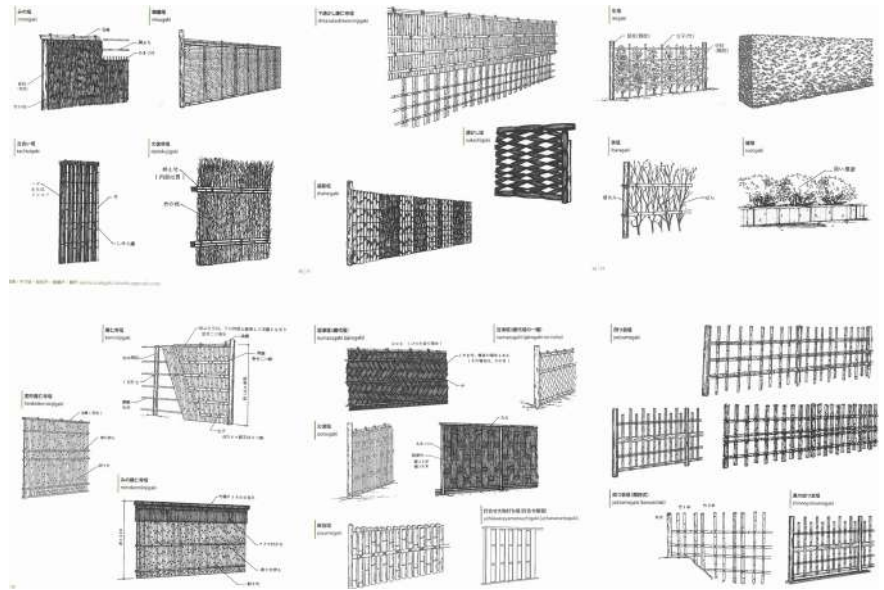


Fig. 134. Biombos, divisórias e filtros. Fonte: (Design Parts Collection in Japanese Traditional style Garden, 2015).

Paralelamente estas divisórias desempenham diversas funções, assumindo materialidades e texturas de acordo com o propósito a que se destinam.

Tomando como exemplo Hotaka Onsen, no mesmo lugar confrontamo-nos com três tipos de painéis: as divisórias que delimitam o espaço, opacas e robustas, as estruturas em madeira que criam filtro sobre um jardim de retaguarda e finalmente as esteiras de bambu que filtram a luz e criam sombra sobre os tanques de água.



Fig. 135. Takaragawa onsen, Japão, agosto, 2018.

Em Takaragawa, por sua vez, os biombos reforçam a posição abrigada do tanque de uso exclusivo das mulheres, criando um filtro na frente de acesso e na lateral junto à linha de água, imprimindo assim ao espaço da piscina a noção de intimismo, conforto, harmonia e bem-estar (Fig. 135).

Responsáveis por distinguir distintos níveis de permeabilidade, ventilação, luz, graus de proteção, exposição e intimidade, os tabiques (alguns móveis) ou biombos fornecem um amplo espectro de possibilidades formais, integrando a arquitetura tradicional japonesa e os seus jardins - espaços construídos por camadas e planos, onde a sucessão espacial e visual e os seus gradientes atmosféricos são objeto fundamental da pesquisa.

A expressão “the layering of the edge” (Nitschke, 1993, p.87) remete justamente para esta especificidade ou atributo que aqui procuramos observar, aludindo o autor à articulação e disposição de painéis – *Shôji*⁵¹ – que se vão sucedendo no espaço de modo a cumprir um programa funcional e, ao mesmo tempo, as necessidades do espírito humano.

Tal sucessão de planos, articulando diversos níveis de permeabilidade de acordo com o material utilizado, gera múltiplas gradações espaciais, animando o espaço de uma profundidade, sobriedade e densidade particulares.

É justamente a esta qualidade cénica, atmosférica e imersiva da espacialidade japonesa que alude Junichiro Tanizaki na sua obra fundamental *Elogio da Sombra* (1999).

Nas palavras do autor, o jogo de sombras, o valor dos contrastes, a temperatura e textura e a qualidade tátil dos materiais – que recusa o reluzente⁵² e valoriza sucessivas camadas de obscuridade – são noções fundamentais do quotidiano dos japoneses e da sua arquitetura, dimensão que se repercute também nos *onsen*.

331



Fig. 136. Takaragawa onsen, Japão, agosto, 2018.

O permanente jogo de confronto entre o que se mostra e revela e o que se esconde ou adivinha na penumbra numa casa tradicional japonesa, encontra, assim, semelhante eco também num *onsen*, conciliando no interior o conforto e o intimismo da luz filtrada e no exterior a sombra vasta, densa e profunda dos alpendres que se fixam sobre as zonas de banhos ao ar livre (Fig. 136).

Em suma, a articulação e indissociabilidade entre as funções básicas do ser humano e as necessidades do espírito humano na estruturação de qualquer espaço é uma das marcas mais contundentes da cultura japonesa. E um *onsen* não é mais do que a expressão dessa conciliação entre o objetivo e o transcendente ou subjetivo ou, por outras palavras, entre o físico e o espiritual.

⁵¹ Painéis ou portas de correr estruturados em madeira com preenchimentos vários – em papel semi-transparente ou translúcido, usados no interior, e em bambu ou madeira, no exterior.

⁵² “Não é que tenhamos uma reserva à priori relativamente a tudo o que brilha, mas, a um brilho superficial e gelado, preferimos sempre os reflexos profundos, um pouco velados; seja nas pedras naturais seja nas matérias artificiais, esse brilho ligeiramente alterado que evoca irresistivelmente os efeitos do tempo” (Tanizaki, 1999, p.22).

Os banhos no Chile: Termas Geométricas; Termas de Puritama; Termas Valle de Colina

QUESTÕES DE NATUREZA CONTEXTUAL

Um cadastro recente e uma história por fazer

Situado numa zona de forte atividade sísmica com numerosos centros vulcânicos ativos e inúmeras falhas estruturais⁵³, o Chile é abundante em nascentes e fontes termais (Hauser, 1997). Em geral, as águas brotam em toda a extensão e altitude do vasto sistema de cordilheiras do país. Uma assomam por entre as rochas da parte litoral e a pouco mais do nível do mar, outras emergem entre os terrenos intermédios dos Andes a uma altitude superior a mil metros e outras ainda a altitudes mais elevadas. A variedade de contextos e ambientes em que surgem, determina, pois, a diversidade de temperaturas e composições das águas minerais chilenas (Domeyco, 1848).

Todavia, e apesar da expressiva quantidade de ocorrências hidrominerais identificadas⁵⁴, os estudos hidrológicos, históricos e antropológicos relacionados com as ocorrências minerais são ainda relativamente recentes.

No século XIX, em toda a cordilheira dos Andes (área considerada por Ignacio Domeyco a mais abundante em fontes e com maior importância medicinal), as fontes identificadas resumiam-se a um escasso número de casos na Cordilheira de Doña Ana ou da Quebrada de Toro e de Los Socos; Colina, em Apoquindo e Cauquenes, próximos da capital Santiago do Chile; e na proximidade de Talca e de Chillan, no sul (Domeyco, 1848).

Porém, na mudança de século a partir dos anos 30, o interesse científico em torno das águas e das suas propriedades e benefícios desponta, acompanhando o então crescente movimento de interesse em torno das fontes termais e da beleza das paisagens naturais onde se inseriam, fortemente impulsionado

⁵³ O Chile integra o “círculo de fogo do pacífico” do qual o Perú, Equador, Costa Rica, El Salvador, México e Japão fazem parte. A sua forte atividade sísmica está relacionada com a posição que o país ocupa na zona de convergência dinâmica entre placas (Nazca e Sudamericana e Antártica).

⁵⁴ Esta assunção está patente na maioria dos estudos que se dedicam ao tema: “Nuestro país posee una enorme riqueza en fuentes hidrominerales, muchas de ellas aún inexploradas. Desde la región de los trópicos, al Cabo de Hornos: desde el mar, a la cordillera; bajo todas las variedades de clima y en medio de la agreste belleza de paisajes incomparables, brotan fuentes hidrominerales, cuya composición no tiene nada que envidiar a las mejores estaciones hidrominerales del mundo” (Ovalle, 1984, p. 39).

pelas publicações turísticas da empresa de linhas de caminho de ferro do estado, que as consideravam um dos principais atrativos do país⁵⁵.

Porém, e apesar desta crescente valorização das nascentes e dos seus lugares, nos anos 80 contavam-se um total de vinte e seis estâncias termais em todo o país, sendo as mais conceituadas do ponto de vista clínico apenas três, as Termas de Panimadiva, Chilán e Apuquindo (Ovalle, 1984), com muitas nascentes ainda por reconhecer.

Facto é que uma grande parte das fontes termais existente a sul do país (entre as regiões X e XI) (Fig. 137), foram apenas descobertas a partir de 1982, durante os trabalhos de construção do eixo viário longitudinal austral (Hauser, 1989). Não obstante este reconhecimento, só 15 anos depois, em 1997, viria a ser divulgado um estudo de âmbito nacional, desenvolvido pelo Servicio Nacional de Geología y Minería onde se cadastraram pela primeira vez as nascentes de água termal e mineral no país.

À época, das 304 nascentes identificadas, só 56 delas eram objeto de algum tipo de aproveitamento balnear, variando entre exemplos menos humanizados – onde eram escavados *pozones* ou *tazones* junto ao ponto de emergência de água – e soluções mais sofisticadas – exibindo um sistema de captações mais eficientes associadas a estruturas hoteleiras (Hauser, 1997). Em 2001 é ainda realizado pelo mesmo autor um outro estudo, por sua vez orientado para a identificação de nascentes com potencial de exploração para o consumo/ ingestão de água (Hauser, 2001). Tal esforço de aprofundamento acerca do conhecimento sobre os recursos minerais do país é assim assinalado por estes e outros estudos que lhe sucedem.

As ocorrências minerais, como anteriormente fizemos referência, estão genericamente disseminadas ao longo do país, tanto na direção longitudinal norte-sul, como transversalmente – desde a costa litoral aos Andes, evidenciando um aumento da temperatura e dos níveis de mineralização no sentido este, à medida que se aproximam dos centros vulcânicos ativos da cordilheira andina (Hauser, 1997).

A norte, no setor altiplânico, entre San Pedro de Atacama e Putre, localizam-se aproximadamente 20% do total das nascentes, enquanto que 35% estão situadas na zona pré-andina do Chile central associada à falha Pucuro (Feliu,



Fig. 137. Regiões do Chile.

⁵⁵ “Las revistas también relevaron las comodidades que estos baños ofrecían para los turistas, tales como hoteles y caminos. Asimismo, las publicaciones destacaron la oportunidad de descanso que ofrecían las termas, y la belleza natural de los lugares donde se emplazaban. Entre ellas, se encontraban las aguas termales de Cauquenes, sobre las cuales la Guía del Veraneante 1944 afirmó que sus baños se ubicaban “entre enormes y hermosos cerros que forman la avanzada de la Cordillera de los Andes” (Biblioteca Nacional Digital del Chile, 2018).

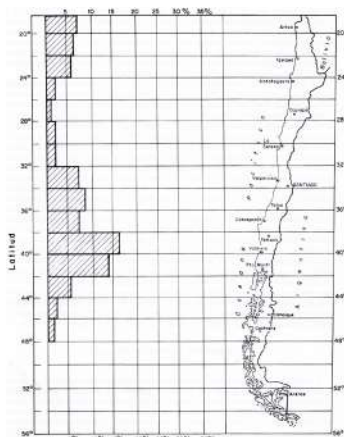


Fig. 138. Distribuição percentual das fontes termais por latitude. Fonte: (Hauser, 1997).

2013). A maior concentração regista-se, todavia, a sul do país, associada à falha tectónica Liquiñe-Ofqui (Fig. 138). Na atualidade, as regiões de Araucanía, Rios e Lagos reúnem em conjunto cerca de 46 centros termais dos 67 lugares termais reconhecidos atualmente pela *Sernatur*⁵⁶, entidade responsável pela divulgação e promoção turística no Chile, concentrando-se nesta área aproximadamente 51%, do total das termas existentes no Chile (“Zona termal será primer destino turístico inteligente en Chile”, 2016).

No que respeita à mineralização e temperaturas das emergências de água, elas estão sobretudo condicionadas pela proximidade dos centros vulcânicos da cordilheira andina, ou seja, as manifestações quimicamente mais relevantes e de maior temperatura localizam-se na cordilheira dos Andes, enquanto que as manifestações de águas minerais e/ou termais de baixa temperatura localizam-se a ocidente, junto às cordilheira da Costa, Pampa ou Vale Central.

Setorialmente, as temperaturas mais altas correspondem às regiões I e II a norte, e a Sul na zona da falha Liquiñe-Ofqui (Hauser, 1989), onde se localizam respetivamente as Termas de Puritama e as Termas Geométricas.

Acerca dos lugares do banho e seus antecedentes presume-se que, à semelhança de outras culturas, o seu uso e apropriação se verificasse desde tempos remotos⁵⁷. Todavia, segundo Hauser, os primeiros estudos que documentam a utilização da água para fins medicinais datam do início do século XIX (Hauser, 1997).

334

No final do Séc. XX assiste-se ao desenvolvimento de diversas cooperações com vista à investigação e dinamização do sector termal, nomeadamente entre a Sernatur e a Asociación Gremial Chile Termas que, em conjunto, têm desenvolvido iniciativas que visam não somente a promoção da prática termal.

Desta cooperação destaca-se em particular o projeto que visou a criação de uma zona macro-termal a sul do país – entre as regiões de Araucanía e Los Lagos – com vista à dinamização da área do país que regista a maior concentração de nascentes em todo o território. É precisamente esta a área onde se localizam as Termas Geométricas, um dos três casos aqui considerados.

⁵⁶ Organismo público responsável pela promoção e difusão do desenvolvimento do turismo no Chile.

⁵⁷ Atribui-se à cultura mapuche, comunidade indígena do Chile (da região centro-sul) e do sudoeste da Argentina, para quem a água assumiu sempre um valor estratégico tanto nas formas de ocupação do território como nos modos de organização social, a descoberta de muitas nascentes termais.

Na generalidade das termas do Chile⁵⁸ os benefícios das águas são validados de modo empírico, ou seja, reconhecidos a partir da transmissão de sucessivas gerações que vão testemunhando e divulgando os efeitos terapêuticos das águas.

O modelo de organização que domina a grande maioria dos estabelecimentos corresponde por isso a explorações familiares, cujo sucesso e viabilidade económica, segundo Hauser (1997) sempre foi dificultado pelo facto do Estado e da comunidade nem sempre ter sabido reconhecer e incentivar a prática termal. A par desta realidade, outros exemplos existem de maior complexidade, que incluem captações e infraestruturas mais sofisticadas (como a construção de galerias para encaminhamento de águas, bombas de extração elétrica), fazendo-se acompanhar de estruturas hoteleiras de diversas categorias.

Contudo, mais recentemente, alguns destes lugares do banho têm vindo a ser reinterpretados e revisitados à luz de uma conceção que assenta sobretudo na promoção do bem-estar e do relaxamento, captando o interesse não só dos chilenos mas também do circuito internacional turístico no país.

Do paralelo 17º ao extremo sul

O Chile integra uma grande diversidade de geografias, climas e paisagens.

335

Devido à abrangência das suas latitudes⁵⁹, o contraste dos seus territórios inclui tanto a norte o deserto mais árido do mundo – o Atacama – como a Sul as florestas húmidas – na chamada Patagónia chilena – confrontada com um clima marítimo chuvoso em oposição ao regime de escassas precipitações a norte.

Já na proximidade com a Antártica o país é rematado por extensas áreas de glaciares, onde de novo a condição extrema da paisagem é fortemente influenciada por um clima frio a que se associam formações vegetais do tipo estepe.

Do ponto de vista orográfico o país apresenta um relevo fundamentalmente montanhoso e a suas cordilheiras – costeira e andina –, em conjunto com a depressão central que as separa, compreendem o essencial da sua morfologia.

A cordilheira costeira desenvolve-se ao longo da faixa litoral, registando alturas que embora variáveis não ultrapassam os 2000 m de altitude, enquanto

⁵⁸ São designadas de termas todos os lugares e espaços onde ocorre a prática dos banhos, independentemente de a validação das águas ser feita por via empírica ou científica.

⁵⁹ O Chile estende-se por um comprimento de 4.200 km, correspondendo a largura no seu ponto máximo a 445 km, junto ao Estreito de Magalhães, e no ponto mínimo a 90 km entre Punta Amolanas e Paso de la casa de Piedra.

que a Cordilheira dos Andes, erguida no lado oposto, supera no seu ponto mais alto, a norte, os 6000 m de altitude.

Entre as duas cordilheiras, forma-se uma depressão (designada de depressão intermédia) a que corresponde uma área plana, nela se concentrando as cidades mais populosas do Chile, entre as quais a sua capital Santiago do Chile.

Esta área desenvolve-se, à semelhança das cordilheiras, ao longo de todo o território e, atendendo à sua condição protegida, acolhe a maior parte das atividades agrícolas, pecuárias, redes viárias e redes de comunicação do país.

A leitura macro-morfológica do país corresponde assim genericamente à leitura de um vale central enfaixado entre a cordilheira andina e uma outra cadeia montanhosa de menor relevo que acompanha a costa litoral.

A rede hidrográfica é condicionada fundamentalmente pela morfologia, singularidade fisionómica e diversidade climática do país a que correspondem regimes de precipitações muito distintos e rios de extensão curta que fluem no sentido este-oeste, desde a Cordilheira dos Andes até ao Oceano Pacífico.

Os lugares do banho selecionados, correspondem a localizações que, em conformidade com a natureza diversa do país, se distinguem pelos seus climas e paisagens.

336

Em traços largos, os três casos de estudo correspondem a áreas climáticas muito distintas.

As Termas de Puritama localizam-se a norte, em pleno Deserto do Atacama, considerado o mais árido do mundo. As escassas precipitações e os baixos níveis de água que o deserto acumula determinam assim um clima extremo – desértico e estepárico, ou seja, caracterizado por grandes amplitudes térmicas (entre as elevadas temperaturas diurnas e as baixas temperaturas noturnas podem registar-se 40° de diferença) e por um solo na sua maioria rochoso e muito seco que impede o surgimento de qualquer tipo de vegetação.

Na zona central e nas latitudes que compreendem ainda a área de influência da área metropolitana de Santiago do Chile localizam-se as Termas Valle de Colina. Apesar da forte influência da Cordilheira dos Andes, o clima nesta área caracteriza-se por ser temperado, correspondendo-lhe por isso uma distinção clara entre as estações mais frias e mais quentes do ano, ao contrário do deserto, em que a amplitude térmica ocorre a cada dia.

À medida que avançamos para sul, o nível de precipitação aumenta e em geral as temperaturas descem, motivando o aparecimento da floresta húmida que caracteriza a zona de Los Rios onde se localizam as Termas Geométricas.

A natureza excecional e irrepetível de cada uma das paisagens e de cada um dos lugares visitados – Termas de Puritama, Termas Valle de Colina e Termas Geométricas – é, portanto, desde logo determinada pela distância climática que as percorre – deserto, montanha e floresta respetivamente.

A DIMENSÃO EXPERIENCIAL

Distância e proximidade

Entre a aproximação às Termas Valle de Colina e a derradeira experiência de ir a banhos, o campo de perceções desloca-se entre o espanto e a desilusão, entre a grandeza de um contexto natural arrebatador e a fragilidade de uma estrutura muito rudimentar cuja configuração e dimensão dificilmente suporta um banho adequado a disfrutar de uma envolvente natural de exceção.

Após cruzar Cajón del Maipo, o trajeto até aos banhos constrói-se de surpresa e entusiasmo. Por mais de 40 km (Fig. 139) deslocamo-nos por entre as dobras da cordilheira andina, ladeados por íngremes encostas nas quais se deposita a história de sucessivos eventos eruptivos e policrómicos materiais minerais.

337



Fig. 139. Trajeto Santiago do Chile – Termas Valle de Colina. ▲

Fig. 140. Valle de Colina, cordilheira andina, Chile, abril de 2019. ▼



O percurso é quase sempre solitário e dominado pelo dramatismo de enormes massas de matéria inerte. A estreiteza e aspereza do caminho em alguns pontos do trajeto é também desafiante. Ocorre-nos pensar que há um sentido peregrino que domina aquela deslocação e que o tempo que nele despendemos já é parte da experiência de ir a banhos (Fig. 140).

As Termas Valle de Colina (Fig. 141) são o resultado material da persistente e prolongada prática dos banhos a partir de uma nascente que brota a meia encosta num lugar ermo e inóspito, dominado pela imensidão de um ambiente de pedra. Nunca em nenhum dos outros casos de estudo foi tão evidente observar o poder transformador das águas mineromedicinais – nas formas de uso e relação das comunidades e no impacto dessa influência sob o território.

Um corpo mínimo de operações no terreno permitiu acomodar o dispositivo dos banhos. A sua formalização redonda no essencial na delimitação de umas poças dispostas em anfiteatro, acompanhando a pendente do terreno.



Fig. 141. Termas Valle de Colina: vista geral, cordilheira andina, Chile, abril de 2019. ▲



Fig. 142. Termas Valle de Colina, cordilheira andina, Chile, abril de 2019. ▲

Fig. 143. Termas Valle de Colina: vista sobre as piscinas naturais, cordilheira andina, Chile, abril de 2019. ▼



A sedimentação de calcários por via da composição das águas cria a superfície natural de revestimento das bolsas de água e uns prumos horizontais apoiados sobre umas estacas em madeira pintados de branco auxiliam no apoio às pessoas e às toalhas. Os vestiários funcionam na edificação que existe junto à zona do banho.

Chegamos ao lugar sensivelmente à cota do rio, compramos o bilhete de ingresso num contentor que funciona como bilheteira e paramos numa área onde outros carros e caravanas se encontram estacionados (Fig. 142). Muitas das pessoas que ali se deslocam também pernoitam. Este é um lugar que, para além das suas águas, é também procurado pela experiência astronómica que proporciona o céu (limpo da poluição) durante o período da noite. Para acautelar as estadias, são dispostos perpendicularmente ao rio uns fogareiros onde à noite as pessoas cozinham as suas refeições e se aquecem.

338

A linha de pisoteio na encosta evidencia o caminho a tomar até à zona dos banhos. Confrontamo-nos finalmente com a experiência de ir a banhos.

A quantidade de pessoas que ali se concentram face à vastidão da paisagem remete-nos para uma constatação imediata – não há espaço nem a densidade certa de pessoas (Zumthor, 2006), ou seja, o perímetro que conforma as zonas de banho é reduzido face ao número de pessoas que o ocupam.

Fora de água, ocorrem alguns entupimentos na deslocação de uns tanques para os outros para cumprir o itinerário que deverá iniciar-se nas piscinas com temperaturas mais moderadas (localizadas na linha de menor cota) e terminar na piscina mais quente e próxima da nascente (no ponto de maior cota). Dentro de água a experiência é ainda mais perturbadora, chegando as pessoas a acotovellarem-se de tão próximas que estão (Fig. 143).

Há uma distância certa e adequada para a partilha do plano de água, e no caso dos banhos do Valle de Colina, a excessiva proximidade em relação às pessoas

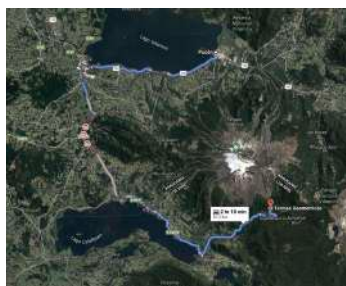
inibe qualquer oportunidade de usufruir da excepcionalidade da paisagem e da serenidade, contenção e intimismo que é desejável em qualquer banho. A impossibilidade de desviar e descruzar o olhar sobre os outros é, pois, condição suficiente para uma experiência menor, comum.

Paralelamente, a fragilidade e precariedade da estrutura é denunciada pelo descuido e desmazelo de alguns aspetos – tubos de encaminhamento de água desativados e ali abandonados, contenções das piscinas evidenciado o plástico que ensaca os volumes de terra, pranchas de madeira apoiadas sobre tijolos a servir de bancos e, finalmente, uns balneários desprovidos das condições mínimas de higiene e de salubridade (Fig. 144).



Fig. 144. Termas Valle de Colina, cordilheira andina, Chile, abril de 2019.▲

Fig. 145. Trajeto Pucón – Termas Geométricas, região de Araucanía, Chile. ▼



A visão ampla e periférica é neste caso muito mais estimulante e cativante que a experiência de proximidade, física e corporal que o lugar nos propõe. Não há por conseguinte gravidade ou dramatismo que não resulte do olhar distendido sobre a paisagem que nos rodeia.

A distância e o tamanho das coisas determinam definitivamente a percepção do espaço e a experiência de ir a banhos. De perto, as Termas Valle de Colina são ainda um lugar de promessa.

Temperatura, contraste, cheiro, som e vapor

Localizadas num lugar fundo e estreito, esculpido pela linha de água que o atravessa, as Termas Geométricas inserem-se na floresta do Parque Nacional de Villarrica – vasto domínio de bosques nativos com aproximadamente 63000 Ha que se estende até Curarrehue, Panguipulli, Pucón e Villarrica. Situada na região X do Chile, a este lugar chega-se a partir da pequena vila de Conãripe, distante da cidade de Pucón, importante cidade da região de Araucanía, cerca de 87 km (sentido sul) e a 800 km (a sul) da capital de Santiago do Chile (Fig. 145).

Um lugar que o arquiteto German del Sol, autor da intervenção, descreveu do seguinte modo aquando das suas primeiras visitas:

“Confrontámo-nos com um lugar que estava completamente dominado pela natureza. Uma ravina de 500 metros que tinha umas fontes termais, alguma visíveis e outras escondidas. O lugar estava cheio de troncos, ramos, como se a própria natureza cobrisse a sua riqueza. Havia que limpá-lo para chegar ao fundo do barranco em busca da uma certa ordem. Por essa razão limpámos com picareta e não com máquina, com a mesma delicadeza com que um arqueólogo procura um jarro

para o não partir. E assim descobrimos os muros de pedra, as fontes e a base do esteiro”⁶⁰ (Sol, 2013).

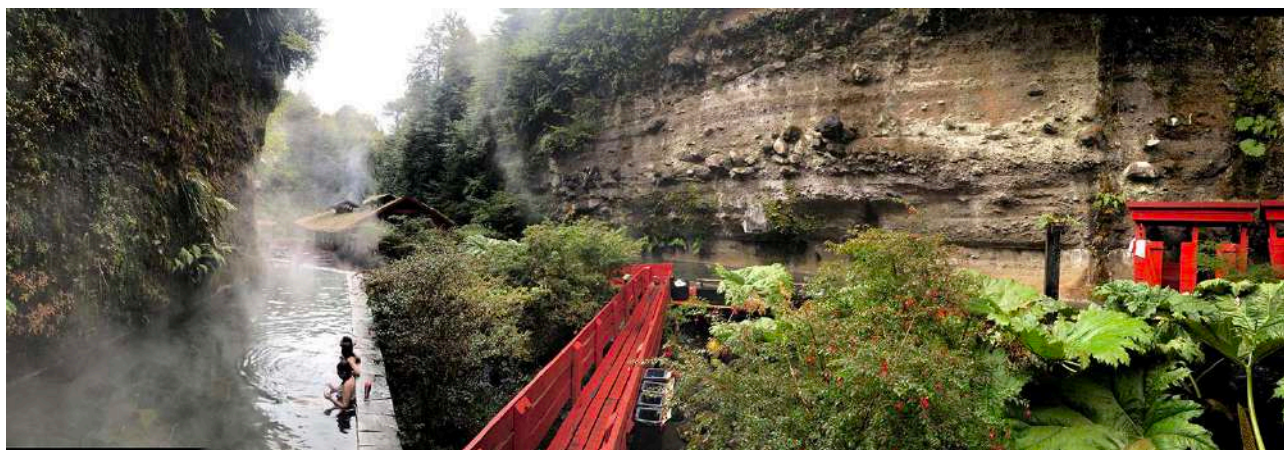


Fig. 146. Termas Geométricas, região de Araucanía, Chile, abril de 2019.

São múltiplos os aspetos que caracterizam a sua visualidade: a tensão que se revela entre a estrutura de suporte aos banhos (tanques, passarela, construções de apoio...) e a natureza que a envolve; o contraste entre o vermelho do passadiço e das construções em madeira e o verde exuberante da floresta húmida; o jogo recíproco entre a luz que existe numa área de clareira e a sombra que pende sobre zonas mais estreitas do desfiladeiro; o vaguear intersetado ora por bolsas de névoa ora por espaços de nitidez; a surpresa permanente das geometrias, posições, profundidades e temperaturas dos tanques de banho que se sucedem ou, por fim, o contraste entre as superfícies refletoras dos planos de águas e as superfícies opacas da madeira (Fig. 146).

340

Contudo, apesar da exuberância visual do lugar, é na revelação de um território tátil (experimentada pelo corpo) que o lugar aperfeiçoa a sua singularidade. Ou seja, para além do constante apelo visual, o lugar é também ele enformado por um conjunto de outros estímulos sensoriais.

A variação de temperaturas impostas ao corpo entre períodos de transição (ambiente atmosférico) e períodos de permanência em água (ambiente aquático) em conjunto com a diversidade de texturas que percorrem os nossos pés – e que se deslocam entre a aspereza da passarela e a maciez do lajedo de pedra que reveste o fundo dos tanques – são só dois dos exemplos que reforçam a qualidade multissensorial deste lugar a partir do permanente estímulo do corpo (Fig. 147).

⁶⁰ Transcrição do texto original: “Nos encontramos con un lugar que estaba completamente inundado por la naturaleza. Una quebrada de 500 metros que tenía unas fuentes de agua termales, de las cuales había algunas a la vista y otras escondidas. La quebrada estaba llena de troncos, ramas, como si la propia naturaleza tapara su riqueza. Había que limpiar el lugar para llegar al fondo de la quebrada y encontrar las aguas, pero limpiarlo en busca de un cierto orden. Por eso limpiamos con carretilla y no con máquina, con la misma delicadeza con que un arqueólogo busca un cántaro para no romperlo. Y así descubrimos los muros de piedra, las fuentes, y la base del estero” (Sol, 2013).



Fig. 147. Termas Geométricas, região de Araucanía, Chile, abril de 2019. ►

Fig. 148. Termas Geométricas: vista interior da cafeteria, região de Araucanía, Chile, abril de 2019. ▼



Fig. 149. Termas Geométricas: queda de água, região de Araucanía, Chile, abril de 2019.

Nas palavras de Pallasmaa “a pele lê a textura, o peso, a densidade e a temperatura da matéria” (2011, p. 53), ou seja, a pele é o veículo de apreensão e transmissão entre o indivíduo e a realidade que o circunda, pelo que o espaço (por extrapolação) é o resultado do que tudo o que o corpo toca e sente.

É então essa tatilidade que incorpora a experiência do banho e favorece múltiplas percepções e modos de apreensão do lugar, que é especialmente evidente nas Termas Geométricas.

Outro dos sentidos que ganha força neste lugar é o olfato. O cheiro da água sulfúrea propagado por entre a floresta húmida revela-se especialmente intenso junto aos principais pontos de emergência de água. Também o cheiro do fumo da lenha queimada que aquece o ambiente interior da cafeteria e inunda a envolvente exterior nos desperta na chegada ao recinto (Fig. 148). A familiaridade dos cheiros sugere-nos uma proximidade com outros lugares do banho. Estabelecemos de imediato a ligação com a Água Santa da Herdade em Mértola e com Takaragawa Onsen no Japão. Nos dois casos, a presença do fogo e do fumo mistura-se com o cheiro das águas sulfúreas, permitindo assim que lugares tão distantes se liguem e relacionem de forma tão contundente a partir da memória desse odor/cheiro.

Também o que nos é dado a ouvir complementa a multissensoriedade do lugar. O rumor das águas em cascata que fluem abundantes no leito do rio atravessa todo o espaço (Fig. 149). Amplificado por um vale estreito o som da água impõe-se neste lugar para nos isolar dos outros. O rasto sonoro da sua corrente sobrepõe-se sempre à voz humana⁶¹ e, de certo modo, de olhos fechados, estamos sempre sós.

Espaço simultaneamente dramático e imersivo, talvez arrisquemos a reconhecer nas Termas Geométricas a definição de “atmosfera” proposta por Peter

⁶¹ Neste tipo de lugares os sons praticados pelos banhistas são quase sempre sóbrios. Há uma espécie de convenção invisível que distingue a conduta dos banhistas. Não se fala alto, não há gargalhadas ou gracejos, do mesmo modo que não há entradas apressadas dentro de água.

Zumthor: “algo que comunica com a nossa percepção emocional” e que implica “compreensão imediata, ligação emocional imediata ou recusa imediata” (Zumthor, 2006, pag. 13).

É porventura essa qualidade atmosférica que faz da vivência deste espaço a mais arrebatadora experiência de ir a banhos, que atinge aqui todo o seu esplendor.

Caminhos de pó, banhos entre cola de zorro

As Termas de Puritama localizam-se aproximadamente a 4 000 metros de altitude. Estacionámos o carro numa extensa área destinada ao efeito. Dirigimo-nos à portaria para comprar os bilhetes (uma construção improvisada de madeira) e seguimos as indicações em direção ao vale onde corre o rio Puritama – uma descida de aproximadamente 100 m que nos encaminha até às piscinas termais (Fig. 150).

A visão geral é a de um desfiladeiro por entre uma extensa área de planície seca e estéril, resultado da ação erosiva vertical do rio sobre um solo de rochas duras onde se abre, funda, uma fenda por entre a imensidão de uma superfície feita essencialmente de pedra e pó.

Durante a descida, o apelo visual é permanente. O vislumbre intermitente da galeria de cola de zorro⁶² que margina o leito do rio, trazendo à monocromia da cor ocre do deserto o verde e as plumas próprias da vegetação surpreende (Fig. 151). O contraste denuncia presumível fertilidade do solo, confirmada de imediato por uns muros (fragmentos de antigas construções) que vão

342

Fig. 150. Termas de Puritama, Deserto do Atacama, Chile, abril de 2019.



⁶² Designação comum que é dada à planta que integra o grupo das *Pennisetum* originária de regiões tropicais e regiões quentes.



Fig. 151. Termas de Puritama: cola de zorro, Deserto do Atacama, Chile, abril de 2019. ▲

Fig. 152. Termas de Puritama: vista sobre o desfiladeiro, Deserto do Atacama, Chile, abril de 2019. ►

Fig. 153. Termas de Puritama: acesso, Deserto do Atacama, Chile, abril de 2019. ▼



despontado por entre as encostas a testemunhar a remota ocupação daquele lugar (Fig. 152).

O calor que queima durante o dia enquanto descemos é substituído pelo frio assim que o sol se põe. O peso do corpo no momento da descida equivale a uma sensação de leveza no momento da partida. E finalmente, a aspereza da pele coberta do pó fino que se vai depositando enquanto nos dirigimos para as piscinas termais corresponde no trajeto de subida a uma pele amaciada pela torrente das cascatas e das águas quentes (Fig. 153).

O percurso em direção ao vale assume assim uma função preparatória e liminar, confirmando de certo modo a natureza extra-quotidiana⁶³ e excepcional da prática dos banhos aqui antecipada, em grande parte, pelo percurso que o antecede.

343

Do fundo do vale a perspectiva geral dá lugar a uma sucessão de vistas que a passadeira de madeira com as suas variações de direção dirige e revela a cada ponto de passagem (Fig. 154). É este elemento que organiza e orienta todo o percurso de acesso às piscinas termais, expandindo os seus limites nos pontos terminais para dar lugar a pequenas áreas de descanso junto às represas.

A experiência de proximidade é agora mais diversa, intercalada entre a presença da vegetação que margina o rio, os planos de água que se insinuam sobre o rio e a cor vermelha do passadiço de madeira. De uma perspectiva dominada pela imponência e dramatismo de um deserto, transitamos para a escala e vivência humanas, reforçada também pela condição abrigada que o vale proporciona.

⁶³ Sobre a dimensão extra-quotidiana dos banhos consultar em particular o capítulo V da presente dissertação.

Fig. 154. e Fig. 155 Termas de Puritama: vista sobre as piscinas, Deserto do Atacama, Chile, abril de 2019. ►

Fig. 156. Termas de Puritama: piscina natural inserida no leito do rio Puritama, Deserto do Atacama, Chile, abril de 2019. ▼



À semelhança das Termas Valle de Colina, as piscinas mais afastadas da nascente são as mais frias. Iniciámos por isso os nossos banhos na última bolsa de água, percorrendo no sentido ascendente todas as outras que lhe sucediam (Fig. 155).

Por entre estadias (para banhos) e itinerâncias (percurso entre piscinas) fomos cumprindo o périplo pelas oito represas. O movimento e fluidez de água é permanente. Desencadeada pela corrente forte de um rio em conjunto com a sua pendente, estes dois fatores criam um regime de constante circulação de água. (Fig. 156).

De todos os casos de estudo observados, este é o único onde a água se percebe em permanente fluidez e a expressão algumas vezes lida – rio termal – encontra todo o seu sentido.

Geometria, textura e cor

Estruturante no desenho das Termas de Puritama e das Termas Geométricas, o percurso pedonal em madeira, em ambos os casos pintado na cor vermelha (com o propósito de se destacar da envolvente natural), foi o dispositivo selecionado pelo arquiteto Germán del Sol para explorar e aprofundar potenciais modos de ação e intervenção humana sobre tão desafiantes e exigentes contextos paisagísticos – um deserto e uma floresta, respetivamente.

Nas Termas de Puritama o percurso deambulante em torno das margens do rio termal destaca-se pela sua geometria e também pela sua cor (Fig. 157).



Fig. 157. Linhas de percurso: termas Geométricas e termas de Puritama, abril de 2019.

Acerca da cor do passadiço, recuperamos do arquiteto Germán del Sol a seguinte explicação:

Parece-nos que na cultura atacamenha, a cor são todas as cores: usadas separadamente e unidas “pelo ar”. Um “impressionismo” espacial em um ambiente de cor neutra que, em plena luz do sol não vibra se não houver cor. Lá fora há muito contraste entre luz e sombra; dentro, há vibrações imprevistas tanto de uma cor como de outra. (...) Parece-nos que no Atacama a cor como signo de vida está nos objetos do cotidiano: nas roupas, nas marcas de animais e nos elementos de arquitetura que tocamos. Nas portas, janelas, pátios, cadeiras, assentos, mesas, etc. A luz penetrante do deserto do Atacama cria um ambiente de areia que se iguala a tudo e onde, na minha opinião, a cor é um sinal óbvio de vida (provavelmente porque não há flores) e o vermelho é a única cor com que pintam as cavernas, é um sinal da presença da vida humana, que a acompanha e convida a parar⁶⁴ (Sol, 2004, p. 27).

⁶⁴ Transcrição do texto original: “Nos parece que em la cultura atacameña el color son todos los colores: se usan separados y se juntan en ‘el aire’. Un ‘impressionismo’ espacial em um ambiente de color neutro y que a plena luz del sol no vibra si no hay color. Afuera hay mucho contraste entre luz y sombra; adentro hay imprevistos vibraciones de um color com otro. (...) Nos parece que en Atacama el color como signo de vida está em los objetos cotidianos: por supuesto em la ropa em las marcas de los animales, y en las partes de la arquitectura que se tocan. Em las puertas, ventanas, parrones, sillas, asientos, mesasm etc. La luz penetrante de los desacampados de Atacama, crea un media ambiente de arena que todo iguala y donde a mi juicio, el color es signo evidente de vida, (probablemente porque no hay flores) y el rojo como único color, com que pintan las cuevas, es signo de la presencia de vida humana, que acompaña e invita a detenerse (Sol, 2004, p. 27).

Eixo sinuoso e deambulante, este passadiço (Fig. 158) eleva-se sobre o chão com o apoio de estacas, acompanhando a direção do rio e a modelação do terreno. A sua integração na paisagem faz-se por meio da tensão gerada pela sua geometria, textura e cor que contrastam de forma disruptiva com o contexto árido do deserto. O passadiço é, então, a porta, a janela e o pátio a partir do qual experimentamos o lugar. É, em suma, o dispositivo mediador que permite relacionar, articular a presença humana com tão dramática e arrebatadora paisagem natural.



Fig. 158. Passadeira: termas de Puritama, Deserto do Atacama, Chile, abril de 2019.

Nas Termas Geométricas – intervenção posterior às Termas de Puritama – o passadiço é igualmente o dispositivo organizador e estruturante do espaço. A sua geometria (em conjunto com os tanques também eles geometrizados) destaca-se por entre a envolvente natural.

346

Esta exploração em torno da organicidade dos elementos naturais *versus* geometria dos elementos construídos, já patente em Puritama, é ainda mais evidente nas Termas Geométricas que, como o próprio nome sugere, foi central no desenvolvimento do projeto.

Germán del Sol contextualiza a sua estratégia de desenho do seguinte modo:

(...) Todavia, depois de um ano de limpeza, o lugar converteu-se num ermo que nada sugeria. A primeira tentação foi fazer uns coletores entre o rio e as fontes termais. A ideia inicial era fazer uma separação para recolher as águas das fontes e então construir uns tanques que parecessem recantos naturais. (...)

No meio destas decisões fiz uma viagem à Grécia para visitar a ilha de Naxos, onde havia umas tumbas que se chamavam precisamente geométricas, construídas há aproximadamente 5 000 anos. Ninguém sabia como chegar e onde estavam. Indicaram-nos umas colinas, cheias de pedra e de repente no meio do pedregal, descubro uns círculos de

mármore no chão. Uns círculos perfeitos com umas placas de mármore erguidas a meio metro de altura do chão.

O efeito era incrível no meio da natureza, a geometria era sinal imediato da obra humana. De aí em diante esse foi o objetivo das Termas Geométricas⁶⁵ (Sol, 2013).

Nas Termas Geométricas o contorno vermelho que desenha o eixo pedonal assinala o gesto humano naquele lugar. “(...) tínhamos que fazer algo que se destacasse do natural, precisamente para que o natural pudesse aparecer”⁶⁶ explica Germán del Sol (CircA RQ, 2014).

A partir do passadiço o autor imaginou o tipo de experiência a induzir nos visitantes – as velocidades de circulação, as pausas, os enfiamentos visuais, os recantos que convidam à meditação e à entrada na água. Ou seja, toda a experiência do estar ou do habitar, como o autor prefere designar (Ocampo, 2004), se fixou a partir da configuração e materialidade deste elemento.

Composto por dois tramos, este percurso estrutura-se do seguinte modo:

- i) Um eixo central, com uma largura que convida a uma circulação rápida, sem pausas, cobrindo toda a extensão da área de aproximadamente 500 m;
- ii) E um outro tramo que consiste num conjunto de plataformas que deriva do eixo principal e que se vão adoçando aos limites do desfiladeiro e por entre as suas dobras, gerando pequenos espaços de estadia que permitem desfrutar da paisagem sem, todavia, interromper a circulação principal.

347

⁶⁵Transcrição do texto original: “Sin embargo, después de un año nos encontramos que tras la limpieza, el lugar se había convertido en un peladero que no sugería nada específico. La primera tentación fue hacer unos colectores entre el río y las fuentes termales. (...) En medio de estas decisiones hice un viaje a Grecia para visitar la isla de Naxos, donde había unas tumbas que se llaman precisamente las tumbas geométricas, construidas hace aproximadamente 5000 años. Nadie sabía cómo llegar ni donde estaban. Nos mandaron a unos cerros, que resultaron ser unos cerros llenos de piedra y de repente en medio de un pedregal me encuentro con unos círculos de mármol en el suelo. Unos círculos perfectos con unas tabletas de mármol levantadas a medio metro de alto. El efecto era increíble, en medio de esa naturaleza la geometría era el signo inmediato de la obra humana. De ahí en adelante ese fue el objetivo de las termas geométricas” (Sol, 2013).

⁶⁶Transcrição do texto original: “(...) tínhamos que fazer algo que se distinguiera de lo natural, precisamente para que lo natural apareciera” (CircA RQ, 2014).

Fig. 159. Passadeira: Termas Geométricas, região de Araucanía, Chile, abril de 2019.



Tal estratégia de desenho encontra eco nas palavras de Germán del Sol que assim sintetiza o seu pensamento acerca deste eixo estruturante:

Este lugar foi criado para desfrutar e contemplar a natureza, desde percursos pausados, ziguezagueantes e emergentes que vão de piscina em piscina (Fig. 159), ramificando-se de modo a definir espaços mais íntimos que surgem entre os intervalos, em pontos de observação e piscinas, onde simplesmente o visitante se relaciona com a paisagem⁶⁷(-Sol, 2013).

À semelhança das Termas de Puritama, o percurso de madeira, pintado de um vermelho intenso, acompanha a pendente resolvendo-a por meio de rampas em vez de escadas, de modo a garantir uma maior fluidez na circulação que se reflete também numa maior fluidez espacial, assim explicada de novo pelo seu autor: “Eu copiei a fluidez espacial de Wright, o espaço que nunca acaba, que não tem um final, que é contínuo, sem porta nem divisões”⁶⁸ (Sol, 2013a).

348

O caminho da água

A água da nascente é sempre objeto de captação, distribuição, contenção e escoamento. Em conjunto, estas quatro etapas incorporam o dispositivo básico de qualquer lugar dedicado aos banhos e, de acordo com o tipo de estrutura e modelo de exploração em questão, é maior ou menor a sofisticação dos sistemas que as suportam.

Nos três casos – Termas Valle de Colina, Termas Geométricas e Termas de Puritama – o caminho das águas concretiza-se em estreita dependência com um dos princípios fundamentais da hidrodinâmica – a gravidade –, a partir da qual toda a infraestrutura de recolha e encaminhamento se organiza. Contudo, em cada um dos exemplos estudados distinguem-se distintos modos de concretização.

⁶⁷ Transcrição do texto original: “Este lugar fue creado para disfrutar y contemplar la naturaleza, desde recorridos pausados, zigzagüantes y emergentes que van de piscina en piscina, quebrándose, para definir espacios más íntimos que se asoman entre quiebres, en puntos de avistamiento y piscinas, donde simplemente el visitante se conecta con el paisaje” (Sol, 2013).

⁶⁸ Transcrição do texto original: “Yo copié la fluidez espacial de Wright, el espacio que no se termina, que no tiene un final, que es contínuo, ojalá sin puertas ni divisiones” (Sol, 2013).

Fig. 160. Termas Valle de Colina, cordilheira andina, Chile, abril de 2019. ►



Fig. 161. Termas de Puritama, Deserto do Atacama, Chile, abril de 2019. ▼



Nas Termas Valle de Colina a infraestrutura de encaminhamento das águas redonda na existência de um canal que recolhe, encaminha e vaza diretamente a água da nascente para a primeira piscina/bolsa de retenção (a mais próxima da nascente) (Fig. 160). A partir desta, outros tubos encaminham a água para as restantes piscinas por meio de um sistema de transvase que, através da gravidade, vai enchendo cada uma das piscinas. A água encontra-se em permanente circulação e na última piscina ou tanque é desviada para a superfície do terreno envolvente.

Em Puritama a infraestrutura dos banhos integra uma sucessão de oito piscinas naturais distribuídas em distintas cotas (socalcos) sobre o seu principal eixo distribuidor – o rio Puritama.

A posição natural das nascentes situadas no desfiladeiro, onde o rio se precipita forte e caudaloso por efeito das águas vindas da cordilheira a jusante, foi determinante para a estratégia de intervenção. Tirando partido da circulação permanente da água e da sua forte corrente, a localização das piscinas naturais considerou a fisionomia e a pendente natural do rio, condição que permitiu fixar a posição das piscinas a diferentes cotas de modo a garantir o *continuum* das deslocções de água de umas piscinas para as outras (Fig. 161).

Na proximidade das duas nascentes que brotam sobre o leito de cheia do rio Puritama (são estes dois pontos de água quente e mineral que abastecem as termas, misturados com a água de superfície) localiza-se a primeira e maior piscina. A partir desta, no sentido descendente da pendente, distribuem-se as restantes sete.

A linha de água constitui, para além do canal das águas do rio, o ponto de convergência e emergência de água subterrânea e a via distribuidora das águas das nascentes, cujo caudal é suficientemente generoso para que mesmo na última piscina a água se mantenha quente, apesar de misturada com a corrente fria do rio.

Entre os casos de estudo convocados, este é o único em que as águas subterrâneas da nascente se misturam com as águas superficiais do rio e a estrutura que suporta a prática dos banhos é também ela própria a infraestrutura de encaminhamento das águas. Não existem, por conseguinte, dois sistemas, mas sim a simultaneidade das duas componentes – a funcional e a infraestrutural.

A área não dispõe de eletricidade ou de qualquer outra infraestrutura formal pelo que o horário das termas é determinado pelas horas a que sol nasce e se põe.

Também nas Termas Geométricas é a quantidade, posição e caudal das nascentes que determina a estratégia de intervenção e o seu desenho. Estas, ao contrário de Puritama, são abastecidas aproximadamente por 70 nascentes, mas não registam o fluxo de água que seria necessário para concretizar a ideia inicial.

A ideia inicial era fazer uma separação para captar a água das fontes e fazer uns tanques que parecessem piscinas naturais. Porém, estas fontes nunca tinham criado tanques ou represas naturais, porque com um caudal de 20 litros por segundo não se produzem como ocorre no leito de um rio⁶⁹ (CircA RQ, 2014).

Uma vez confirmada a impossibilidade de repetir o modelo das Termas de Puritama, a estratégia assentou na construção de vinte *pozones* (tanques), em que três funcionam como estruturas de acumulação das águas das nascentes e os restantes dezassete destinam-se à prática do banho.

350

A partir do isolamento dos pontos de emergência, agrupados e delimitados por meio de tanques que vão acumulando a água das diversas fontes, esta é distribuída através de uma conduta central que existe sob a passadeira principal e que vai derivando noutros canais secundários, responsáveis pelo abastecimento de cada um dos *pozones* (Fig. 162).



Fig. 162. Termas Geométricas: sistema de distribuição das águas, região de Araucanía, Chile, abril de 2019.

⁶⁹Transcrição do texto original: “La idea inicial era hacer una separación para recoger las fuentes termales y luego hacer unos pozones que parecieran rincones naturales. Pero las fuentes termales nunca hubieran hecho pozones, porque con un caudal de 20 litros por segundo no se producen como lo hace un río en su recorrido” (CircA RQ, 2014).



Fig. 163. Termas Geométricas, região de Araucanía, Chile, abril de 2019.

O fluxo de água é controlado por meio de torneiras que se abrem e fecham em função das necessidades de enchimento e esvaziamento dos tanques e, com o tempo, o uso auxiliar de uma bomba elétrica tornou-se indispensável para regular a temperatura nos tanques de banho.

A temperatura da água nos pontos de emergência é de aproximadamente 80°. Depois de encaminhada para os tanques é deixada em repouso para que o seu arrefecimento atmosférico se suceda (Fig. 163).

Os tanques são usados a partir do momento que as temperaturas registam valores inferiores a 38°.

Cada um dos *pozones* dispõe de uma boca de admissão e de uma boca de escoamento de águas usadas sempre que é necessário proceder ao esvaziamento do tanque para limpeza, manutenção e reparação das superfícies.

As águas dos tanques são, entretanto, diretamente encaminhadas para o rio e tratadas a partir de um sistema fito-depuração⁷⁰ instalado no leito da linha de água.

À semelhança das Termas de Valle de Colina e de Puritama, durante os primeiros anos as Termas Geométricas não dispunham de rede elétrica. Porém, as contingências de uma estrutura pressionada por grandes fluxos determinaram o seu uso, agilizando, de acordo com os operacionais no terreno, algumas questões de natureza funcional relacionadas com a manutenção, logística e segurança. Uma delas, a título de exemplo, está relacionada com a instalação de uma bomba elétrica que permite injetar de forma célere água quente nos tanques, compensando assim o seu arrefecimento (por via da atmosfera).

351

Do mesmo modo, o tempo médio de enchimento de cada piscina pode ser passiva ou ativamente manipulado.

A iluminação da passareira central é agora assegurada por iluminação led, substituindo as antigas velas dispostas ao longo dos aproximadamente 500 m de percurso. A confeção de alimentos é garantida por dois fornos a lenha e um fogão a gás.

Em síntese, em qualquer dos exemplos observados, as formas de encaminhar, conter e distribuir a água determinam a estratégia e o desenho de cada um dos casos, assim como o uso da gravidade constitui o princípio estruturante de qualquer umas das infraestruturas analisadas.

⁷⁰ Foi instalada no leito do rio uma plantação de macrófitas de escoamento superficial, com vista à devolução de águas ao ciclo natural.

VII. Contributos para uma sistematização analítica

Fichas de sítio

Matriz comparativa: localização e morfologia e modelos de organização e distribuição

Quadro Síntese

Por um denominador comum de leitura: singularidades e convergências



LAGO DO PARQUE TERRA NOSTRA
AÇORES (S.MIGUEL)

1

INFORMAÇÃO GERAL

- IDENTIFICAÇÃO:** Tanque do Parque Terra Nostra.
- LOCALIZAÇÃO:** Vale das Furnas, concelho da Povoação, ilha de São Miguel, arquipélago dos Açores.
- CONTEXTO GEOGRÁFICO:** O vale das Furnas integra a antiga cratera do vulcão das Furnas. É caracterizado por uma grande depressão que é dominada pelo contraste das suas vertentes, delimitada a norte por um extenso flanco, a sul por declives curtos e abruptos, a oeste pelo planalto da Achada das Furnas e finalmente a este pela caldeira do Complexo Vulcânico da Povoação. A fertilidade dos seus solos (terras de pastoreio e ricas em lenha ocasionada pela sedimentação e forte concentração de humidade), a par da riqueza mineral dos mesmos estão na origem da sua ocupação a partir do século XVI. O Parque Terra Nostra, insere-se no conjunto edificado do vale das Furnas (distante da Poça da D. Beija aproximadamente 550m) e ocupa uma área de 12, 5 hectares.
- MORFOLOGIA DO TERRENO:** Em resultado das primeiras erupções do vulcão das Furnas formou-se a sua caldeira (por explosão e abatimento) com um diâmetro de aproximadamente 6km e profundidade de 290m. Junto à povoação das Furnas podem observar-se várias nascentes de água mineral, assim como descargas de águas hipotermais associadas a fumarolas. Na margem da ribeira dos Tambores e na extremidade da lagoa das Furnas existem ainda dois campos fumarólicos, integrando a diversidade de fenómenos geotermiais que o caracteriza o vale das Furnas.
- DISTRIBUIÇÃO DOS BANHOS:** O tanque abrange atualmente uma área superior a 2500m² e localiza-se na ponta oeste do parque – área que configura o núcleo da sua fundação no século XVIII – e onde se situa o acesso principal ao jardim. Em redor do tanque localizam-se as árvores mais antigas do parque e, optando por seguir o circuito da esquerda, confrontamo-nos com os dois tanques-jacuzzi, localizados na zona de cota mais baixa do parque, próximos da Ribeira Amarela, cuja posição e vegetação envolvente ajuda a favorecer a menor exposição destes lugares.
- SITUAÇÃO DE CONJUNTO:** Integrado no tecido edificado da freguesia das Furnas.

ANTECEDENTES

- HISTÓRICOS:** A história contemporânea do vale das Furnas inicia-se com Thomas Hickling, cônsul americano em São Miguel, também produtor e primeiro exportador de laranjas para Inglaterra que, no início da década de 80 do séc. XVIII, constrói a primeira casa de veraneio no vale das Furnas. O seu modelo seguia uma tipologia rural simples, sobrelevada em relação ao tanque cujo percurso era realizado através de uma escadaria que enquadrava simultaneamente a entrada da casa e o acesso ao tanque. Aberto todos os domingos e dias de festa a toda a população, o tanque passa a ser (a partir da sua fundação) o centro de convívio e recreio por excelência dos habitantes das Furnas. Com a aquisição em 1935, por parte do Grupo Bensaude, o parque sofre uma profunda intervenção (operada por Vasco Bensaude), que compreende para além da sua expansão (configuração atual) o guarnecimento de toda a superfície do tanque com cantaria.

PROJETO: -

355

PROGRAMA E INFRAESTRUTURAS

- PROGRAMA:** 1 tanque-lago; 2 tanques-jacuzzi; instalações sanitárias; balneários / vestiários (localizados num espaço de transição de cota entre o grande tanque e os dois tanques-jacuzzi); bilheteira.
- INFRAESTRUTURAS:** As águas dos tanques estão em constante renovação através de um sistema de admissão e saída permanente de água. Sem recurso a quaisquer sistemas de filtros ou adição de produtos de desinfecção na água.
- LIMPEZA E MANUTENÇÃO:** Os tanques são sujeitos a esvaziamentos regulares para limpeza geral das suas superfícies.
- CONSTRUÇÕES EXISTENTES:** Hotel com 86 quartos; restaurante.
- SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS:** -
- PROTOCOLO DE ACESSO:** Uso de fato de banho.

CARACTERÍSTICAS DA ÁGUA

- CLASSIFICAÇÃO:** Águas férreas (apresenta na sua composição uma grande diversidade de minerais e oligoelementos, entre os quais selénio e zinco).
- TEMPERATURA DA ÁGUA:** Entre 35°C e 40°C.
- INDICAÇÕES TERAPÊUTICAS:** Doenças reumáticas; doenças dermatológicas.

MODELO DE EXPLORAÇÃO

- TIPO DE EXPLORAÇÃO:** Privada. Grupo Bensaude.
- NATUREZA DA PROCURA:** Relaxamento, lazer e bem-estar.
- ALCANCE:** Local, regional e internacional.
- CAPACIDADE MÁXIMA:** Não estão fixados limites máximos de entradas no parque nem a sua segmentação entre tanques e parque. Estão todavia a ser elaborados estudos pelo grupo Bensaude que consideram esse cenário.
- ÉPOCA DE FUNCIONAMENTO:** Aberto todos os dias do ano, entre as 10:00h e as 18:00h, à exceção do dia 25 de dezembro. Pode ainda fechar por períodos temporários, quando as condições meteorológicas adversas representem perigo para os visitantes.
- VALOR DE ADMISSÃO:** Valor de referência: adultos - 8,00 Euros.
- OBSERVAÇÕES:** Visita realizada em abril de 2017.



POÇA DA D.BEIJÁ
AÇORES (S.MIGUEL)

2

INFORMAÇÃO GERAL

- IDENTIFICAÇÃO:** Poça da D. Beija.
- LOCALIZAÇÃO:** Vale das Furnas, concelho da Povoação, ilha de São Miguel, arquipélago dos Açores.
- CONTEXTO GEOGRÁFICO:** O vale das Furnas integra a antiga cratera do vulcão das Furnas. É caracterizado por uma grande depressão que é dominada pelo contraste das suas vertentes, delimitada a norte por um extenso flanco, a sul por declives curtos e abruptos, a oeste pelo planalto da Achada das Furnas e finalmente a este pela caldeira do Complexo Vulcânico da Povoação. A fertilidade dos seus solos (terras de pastoreio e ricas em lenha ocasionada pela sedimentação e forte concentração de humidade), a par da riqueza mineral dos mesmos estão na origem da sua ocupação a partir do século XVI.
- MORFOLOGIA DO TERRENO:** A Poça da D. Beija localiza-se na zona das “Águas Quentes” para onde converge um manancial de linhas de água, entre as quais a Ribeira dos Lameiros, onde se situa a nascente.
- DISTRIBUIÇÃO DOS BANHOS:** Quatro dos cinco tanques existentes dispõem-se linearmente ao longo das margens da ribeira, enquanto que um deles está inserido no leito de cheia. Os tanques variam em configuração, temperatura e profundidade.
- SITUAÇÃO DE CONJUNTO:** Integrada no povoado da freguesia da Furnas.

ANTECEDENTES

- HISTÓRICOS:** Segundo o conhecimento e transmissão popular, terá sido um pároco local a fazer uso primeiro das águas da nascente. Outrora designada de “Gruta da Lomba das Barracas”, também conhecida por “Poça da Juventude”, “Água do poço” ou “Poça do paraíso”, a atual Poça da D. Beija foi igualmente lugar fértil de produção dos conhecidos “inhames de água quente das Furnas”. A falta de condições de segurança que, entretanto, o lugar exibiu levou em 1998 a administração pública a intervir no local melhorando as condições de acesso. Porém, a crescente afluência de banhistas ao local levou em 2005 a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar a desenvolver um novo projeto que assegurava uma maior capacidade de utilização da área. Em 2007, em sequência da queda de uma rocha sobre a cabeça de um banhista, o local foi definitivamente vedado, tendo sido, entretanto, lançado um concurso de requalificação ambiental das margens da ribeira e dos banhos. Em 2010 a poça da D. Beija abre de novo portas ficando a gestão a cargo da empresa Criações Naturais Lda. até à presente data.
- PROJETO:** A mais recente e última intervenção, cujo projeto foi desenvolvido pelos arquitetos Fernando Monteiro, Marco Resendes e Miguel Sousa (M Arquitectos), ocorreu entre os anos de 2014 -2016. Para além de obras ampliação e requalificação, com vista à melhoria das condições de segurança e das infraestruturas existentes, foi construído um novo edifício (em substituição da antiga bilheteira e volume de uso temporário) onde se concentram a zona de entrada, a bilheteira e um espaço de exposição/loja e ainda um novo núcleo de piscinas, dotando assim o espaço de maior capacidade para receber visitantes e banhistas.

PROGRAMA E INFRAESTRUTURAS

- PROGRAMA:** 5 tanques - 4 nos limites da ribeira e 1 inserido no leito de cheia; núcleo de vestiários e instalações sanitárias; duches de água fria; zonas de cacifos.
- INFRAESTRUTURAS:** Sem filtros no sistema de circulação de água; sistema de enchimento e esvaziamento por comportas; renovação permanente de água. Nota: a profundidade do tanque-represa que se localiza no leito de cheia da ribeira é regulada por uma comporta amovível e a sua temperatura é resultado da mistura da água termal da nascente com a água da ribeira.
- LIMPEZA E MANUTENÇÃO:** Limpeza das piscinas naturais 1 vez por semana (pressupõe o esvaziamento parcial e o seu renovado enchimento); aquecimento dos vestiários e instalações através de pavimento radiante; dispõe de eletricidade para iluminação dos candeeiros de uso noturno.
- CONSTRUÇÕES EXISTENTES:** Bilheteira e loja de souvenirs; parque de estacionamento.
- SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS:** Aluguer de toalhas; venda de refrigerante e águas; aquisição de fichas para duche de água quente.
- PROTOCOLO DE ACESSO:** Uso de fato de banho.

CARACTERÍSTICAS DA ÁGUA

- CLASSIFICAÇÃO:** Águas férreas.
- TEMPERATURA DA ÁGUA:** 28º no tanque-represa (dentro da ribeira); 36 a 39º nos restantes tanques (temperatura na origem 39º); as piscinas são preenchidas com água à temperatura de origem à exceção da piscina que se localiza no leito da ribeira que resulta da mistura de água termal e água da ribeira, dando resposta a alguns utentes que preferem um banho a temperaturas amenas.
- INDICAÇÕES TERAPÊUTICAS:** O alto teor férreo atua no combate a: anemias; alergias; doenças dermatológicas.

MODELO DE EXPLORAÇÃO

- TIPO DE EXPLORAÇÃO:** Privada: concessão de exploração a cargo de Criações Naturais Lda.
- NATUREZA DA PROCURA:** Relaxamento, lazer e bem-estar.
- ALCANCE:** Local, regional e internacional.
- CAPACIDADE MÁXIMA:** 150 pessoas.
- ÉPOCA DE FUNCIONAMENTO:** Aberto todos os dias do ano. Entre as 7:00h e as 23:00h.
- VALOR DE ADMISSÃO:** Valor de referência: adultos - 6,00 Euros.
- OBSERVAÇÕES:** Visita realizada em abril de 2017.



CALDEIRA VELHA
AÇORES (S.MIGUEL)

3

INFORMAÇÃO GERAL

- IDENTIFICAÇÃO:** Monumento Natural da Caldeira Velha.
- LOCALIZAÇÃO:** Estrada Regional da lagoa do Fogo, concelho da Ribeira Grande, ilha de São Miguel, arquipélago dos Açores.
- CONTEXTO GEOGRÁFICO:** A Caldeira Velha insere-se na Reserva Natural da Lagoa do Fogo na encosta norte da serra da Água de Pau no concelho da Ribeira Grande. Caracterizada por um relevo acidentado encaixado em plena montanha do Pico do Fogo, a ribeira que percorre esta área é alimentada por nascentes de água termal que cai em cascata misturada com águas de superfície (chuvas), dando assim origem a pequenas represas onde as pessoas, desde há séculos vão a banhos. Para além da nascente de água termal, outra das manifestações de vulcanismo secundário é revelado pelo campo fumarólico que se observa no sopé da escarpa. A beleza natural que caracteriza o lugar é complementada com o exotismo e exuberância da vegetação onde predominam os fetos arbóreos, a acácia, o incenso e a conteira, e ainda algumas espécies da flora nativa açoriana como a urze, a alforada, o azevinho, a hera, o queiró, o feto-real, o folhado, o tamujo entre outros.
- MORFOLOGIA DO TERRENO:** Vale estreito e profundo atravessado por uma linha de água de orientação geral nor-noroeste - sul-sudeste.
- DISTRIBUIÇÃO DOS BANHOS:** As três poças de água localizam-se ao longo da linha de água – uma inserida na escarpa onde se forma a cascata e as outras duas situadas a jusante junto ao edifício do centro de interpretação ambiental, numa zona de cota mais baixa.
- SITUAÇÃO DE CONJUNTO:** Isolado.

ANTECEDENTES

- HISTÓRICOS:** A especificidade geológica e exotismo da vegetação que caracteriza o lugar, aliada à particularidade de tratar-se de uma ribeira onde nascentes de água termal vão temperando poças de água quente, terá estado na origem da descoberta do sítio da Caldeira Velha. As poças de água quente eram utilizadas pela comunidade local que ali recuperava das suas dores e maus estares diversos.
- PROJETO:** Duas intervenções ocorridas em 2013 e 2018 marcam a história recente da Caldeira Velha. Em 2013 é construído o Centro de Interpretação Ambiental da Caldeira Velha (CIACV), com projeto da autoria da arquiteta Ana Laura Vasconcelos, vocacionado para a promoção do património natural da área classificada na qual se distingue uma área expositiva, que funciona como um espaço de informação e educação informal (sobre a biodiversidade, geodiversidade, geotermia e termalismo da Ilha de São Miguel com particular ênfase na formação do vulcão do Fogo) e uma zona de serviços, tais como: instalações sanitárias, vestiários, duches e cacifos.
- Em 2018 a intervenção implicou um conjunto de trabalhos de manutenção e melhoria das condições de uso que envolveu a limpeza e impermeabilização dos tanques, a construção de um novo tanque e o aumento da capacidade dos vestiários e do número de cacifos. De acordo com Marta Guerreiro (Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo), a intervenção contemplou ainda a “remoção de muitas espécies invasoras e árvores de grande porte em zonas de risco, paralelamente à plantação de mais de 3.000 plantas endémicas”.

359

PROGRAMA E INFRAESTRUTURAS

- PROGRAMA:** 3 poças/tanques; instalações sanitárias; núcleo de vestiários; zonas de cacifos.
- INFRAESTRUTURAS:** Sem filtros no sistema de circulação de água; distribuição e encaminhamento das águas por meio da gravidade; sistema de enchimento e esvaziamento por comportas; sistema de renovação permanente de água.
- LIMPEZA E MANUTENÇÃO:** -
- CONSTRUÇÕES EXISTENTES:** Bilheteira; Centro de Interpretação Ambiental da Caldeira Velha (CIACV).
- SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS:** Aluguer de cacifos; trilho pedestre.
- PROTOCOLO DE ACESSO:** Uso de fato de banho.

CARACTERÍSTICAS DA ÁGUA

- CLASSIFICAÇÃO:** Águas bicarbonatadas sódicas; ph ligeiramente ácido com elevadas concentrações de ferro; vapores e cristais de enxofre.
- TEMPERATURA DA ÁGUA:** A água da nascente brota a aproximadamente 34º/35º, arrefecendo ao longo da ribeira; Na represa junto à cascata a temperatura varia entre 25º e 30º. Nos outros dois tanques variam entre os 27º e os 30º.
- INDICAÇÕES TERAPÊUTICAS:** Doenças reumáticas; doenças dermatológicas; doenças inflamatórias.

MODELO DE EXPLORAÇÃO

- TIPO DE EXPLORAÇÃO:** Pública. Gestão a cargo do Parque Natural da ilha de São Miguel, inserida no âmbito da Rede Regional de áreas protegidas da região autónoma dos Açores.
- NATUREZA DA PROCURA:** Relaxamento, lazer e bem-estar.
- ALCANCE:** Local, regional e internacional.
- CAPACIDADE MÁXIMA:** 250 visitantes com um limite máximo de permanência de duas horas.
- ÉPOCA DE FUNCIONAMENTO:** Aberto todos os dias do ano, entre as 9:00 e as 20h, à exceção do dia de 24 de dezembro. Entre os meses de maio e setembro o horário prolonga-se até às 21h.
- VALOR DE ADMISSÃO:** Valor de referência: adultos - 8,00 Euros (inclui o acesso às poças termais, centro de interpretação ambiental e monumento natural). Nota: desde fevereiro de 2018 a admissão para residentes é gratuita.
- OBSERVAÇÕES:** Visita realizada em abril de 2017.



TERMAS DA FERRARIA
AÇORES (S.MIGUEL)

4

INFORMAÇÃO GERAL

- IDENTIFICAÇÃO:** Termas da Ferraria.
- LOCALIZAÇÃO:** Localizada no extremo oeste da ilha de São Miguel na Ponta da Ferraria, Ginetes, ilha de São Miguel, arquipélago dos Açores.
- CONTEXTO GEOGRÁFICO:** Integrado no Monumento Natural Regional do Pico das Camarinhas e Ponta da Ferraria, esta zona teve origem numa erupção e é composta por diversas estruturas de origem vulcânica que compreendem uma área de 0,1km² e, a 15m de altitude na zona central (onde se localiza o edifício das termas). Nesta área estão identificadas duas nascentes que aquecem a piscina natural situada num braço de mar e abastecem paralelamente o estabelecimento termal.
- MORFOLOGIA DO TERRENO:** Fajã lávica, limitada a nascente pela arriba fóssil com uma altura entre 100 a 150m e afastada do mar cerca de 30m. O contorno da linha da costa apresenta-se muito recortado pela ação do mar, formando diversas enseadas.
- DISTRIBUIÇÃO DOS BANHOS:** 1 piscina natural com água do mar aquecida por uma nascente localizada na enseada a sul; 2 piscinas termais exteriores situadas numa plataforma contígua ao edifício termal; 1 piscina interior.
- SITUAÇÃO DE CONJUNTO:** Isolado.

ANTECEDENTES

HISTÓRICOS: As nascentes de água termal existentes na Ferraria são já mencionadas por Gaspar Frutuoso na Obra “Saudades da Terra” do séc. XVI cuja localização é assim descrita “(...) Ao pé deste Pico junto do dito cais, para a banda leste sai uma formosa ribeira de água tão quente que nela se pelam leitões, coze peixe e escascam lapas que ali se criam nas pedras; a qual ribeira cobre com doçura e quentura (...) Antre o pico das Ferrarias e os Mosteiros, estão no calhau, junto do mar, duas fontes pequenas, uma na grota de Rui Vaz e outra no pé da rocha das Ferrarias” (Graff, 2017, p. 133). A primeira casa dos banhos data de 1888 e a sua construção surge associada à grande procura das águas pela população da freguesia de Ginetes que ali curava e tratava mal-estares diversos, sobretudo doenças reumáticas. Ao longo da sua história, o edifício foi sofrendo diversas adaptações, entre as quais a integração de energia elétrica por meio de uma bomba, conforme projeto de 1938, a redistribuição e reorganização dos espaços nos anos 50. Em 1971 é publicado no Boletim da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada um relatório que descreve como “paupérrima” a estância termal. A precariedade das instalações, a dificuldade de acesso e o decréscimo dos aquistas, que naquela época não somou mais que 28 aquistas, vieram assim a determinar o seu encerramento até 2010.

PROJETO: Em 2008, o Governo Regional abre concurso para a reabilitação da antiga casa de banhos fazendo igualmente parte do caderno de encargos a requalificação da zona balnear envolvente. Da autoria dos arquitetos Manuel Saldanha, José Capela e Paulo Monteiro e da arquiteta paisagista Marta Lourenço, o edifício com uma configuração em L dispõe de: “2 piscinas termais ao ar livre, 1 piscina termal interior, 1 duche *vichy*, 1 jacuzzi termal, 1 sauna e 1 banho turco. No exterior, existe um parque de estacionamento, além de um restaurante e bar. O novo spa termal concilia o tradicional conceito de termas com fins terapêuticos com a nova vertente moderna da saúde pela água e técnicas de fisioterapia” (Câmara, 2012, como citado por Graff, 2017, p. 144).

361

PROGRAMA E INFRAESTRUTURAS

- PROGRAMA:** 1 piscina oceânica; 2 piscinas exteriores; 1 piscina interior; edifício com 1 duche *vichy*; 1 jacuzzi; 1 sauna; 1 banho turco; balneários e vestiários.
- INFRAESTRUTURAS:** Todas as piscinas e serviços complementares utilizam a água termal da nascente.
- LIMPEZA E MANUTENÇÃO:** -
- CONSTRUÇÕES EXISTENTES:** Restaurante e bar.
- SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS:** Atividades de desporto e aventura.
- PROTOCOLO DE ACESSO:** Uso de fato de banho.

CARACTERÍSTICAS DA ÁGUA

- CLASSIFICAÇÃO:** Água salgada com alto teor de enxofre. Cloretada Sódica com elevada mineralização (Acciaiuoli, 1953).
- TEMPERATURA DA ÁGUA:** Entre 35°C e 40°C.
- INDICAÇÕES TERAPÊUTICAS:** A água salgada termal conjugada com a presença de enxofre auxilia no tratamento de reumatismo e nevrites.

MODELO DE EXPLORAÇÃO

- TIPO DE EXPLORAÇÃO:** Privada. Gestão a cargo da empresa Palco Natural, Lda.
- NATUREZA DA PROCURA:** Relaxamento, lazer e bem-estar; uso medicinal e terapêutico.
- ALCANCE:** Local, regional e internacional.
- CAPACIDADE MÁXIMA:** -
- ÉPOCA DE FUNCIONAMENTO:** Aberto de terça-feira a domingo, entre as 11:00h e as 19:00h.
- VALOR DE ADMISSÃO:** De acordo com os tratamentos selecionados, porém, o acesso à piscina oceânica é público e gratuito.
- OBSERVAÇÕES:** Visita realizada em abril de 2017.



TAKARAGAWA ONSEN

JAPÃO

5

INFORMAÇÃO GERAL

- IDENTIFICAÇÃO:** Takaragawa Onsen.
- LOCALIZAÇÃO:** Localizada a norte de Tóquio, a uma distância de aproximadamente 170km. Região de Canto, província de Gunma, Japão.
- CONTEXTO GEOGRÁFICO:** Takara Onsen localiza-se por entre a cadeia montanhosa dos Alpes japoneses, num vale encaixado por um rio Takara, afluente do imponente rio Tone.
- MORFOLOGIA DO TERRENO:** Vale atravessado pelo rio Takara.
- DISTRIBUIÇÃO DOS BANHOS:** As 4 piscinas naturais localizam-se nas margens do rio Takara. Três localizam-se na margem esquerda e a última na margem direita (no sentido da foz).
- SITUAÇÃO DE CONJUNTO:** Isolado.

ANTECEDENTES

- HISTÓRICOS:** De acordo com restos mortais encontrados em outras zonas termais próximas como Kusatsu Onsen (uma das mais antigas e tradicionais estâncias termais usada para fins terapêuticos no Japão), esta área terá despertado o interesse de comunidades remotas, pelo fato de dispor de águas permanentemente quentes, usadas para aquecer e curar, aspeto para o qual terá contribuído simultaneamente o contexto abrigado do vale onde se localiza Takaragawa Onsen. É, todavia, a história recente da região, feita de mineiros e caçadores que testemunha a vocação terapêutica das águas deste *onsen*. Terá sido a partir deles, exímios conhecedores do território, que, observando a permanente concentração de animais na proximidade, em especial de ursos junto às charcas, se passou a utilizar as águas quentes, onde se tratam as diversas doenças relacionadas com a dureza das expedições pelas montanhas. Este *onsen* deve o seu reconhecimento à quantidade e extensão de piscinas naturais exteriores de que dispõe - *rotemburo* -, por muitos considerado as melhores do Japão.

- PROJETO:** -

PROGRAMA E INFRAESTRUTURAS

- PROGRAMA:** 4 piscinas naturais exteriores: 3 piscinas de uso misto e 1 de uso exclusivo feminino. Superfície de água entre os 80m² a 320m²; 2 piscinas interiores separadas por sexo (localizadas no edifício de chegada que concentra o programa identificado em baixo); núcleo de vestiários e instalações sanitárias separados por sexo associado a cada piscina; zonas de cacifos; espaço de cafetaria/restaurante, loja de *souvenirs* e bilheteira; espaço de culto; área de descanso.
- INFRAESTRUTURAS:** Sem filtros no sistema de circulação de água; sistema de enchimento e esvaziamento por comportas; limpeza das piscinas naturais 1 vez por semana (pressupõe o esvaziamento parcial e o seu renovado enchimento); aquecimento dos vestiários e instalações através de pavimento radiante; dispõe de eletricidade para iluminação dos candeeiros de uso noturno.
- LIMPEZA E MANUTENÇÃO:** As piscinas são esvaziadas 1 vez por semana para limpeza; média de horas para (re)enchimento: 3 horas; sem recurso a aditivos e sem sistema de filtro.
- CONSTRUÇÕES EXISTENTES:** Parque de estacionamento; estrutura de acomodação tradicional em *ryokan* com 43 quartos.
- SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS:** -
- PROTOCOLO DE ACESSO:** Tradicionalmente não é permitido o uso de fatos de banho; É admitido o uso da toalha enrolada ao corpo apenas das mulheres, todavia, a partir de 1 de abril de 2019, a alteração de protocolo foi justificada no site oficial de Takaragawa Onsen do seguinte modo: "(...) We decided to introduce new bath dresses for men to cover their body because recently international guests increased and we also got many requests from women and families. We consider some people are attached to our old bathing manner. However, we also thank you very much for your cooperation to get international people as well as young Japanese people who is not familiar with old one to use our mixed gender baths with fun safely". In (<https://www.takaragawa.com/english.html>).

363

CARACTERÍSTICAS DA ÁGUA

- CLASSIFICAÇÃO:** Águas alcalinas.
- TEMPERATURA DA ÁGUA:** Entre 50°C e 70°C. As piscinas são preenchidas com água à temperatura de origem e arrefecidas atmosféricamente.
- INDICAÇÕES TERAPÊUTICAS:** Reumatismo; rigidez muscular e artrite; doenças dermatológicas; doenças do aparelho digestivo (quando ingerida).

MODELO DE EXPLORAÇÃO

- TIPO DE EXPLORAÇÃO:** Privada. A exploração do *onsen* está reservada ao *ryokan* Osenkaku mas não é necessário estar acomodado no hotel para poder ir a banhos.
- NATUREZA DA PROCURA:** Lazer e bem-estar.
- ALCANCE:** Regional, nacional e internacional.
- CAPACIDADE MÁXIMA:** 480 pessoas.
- ÉPOCA DE FUNCIONAMENTO:** Aberto todos os dias do ano.
- VALOR DE ADMISSÃO:** Valor de referência: adultos - 1500 yen (aproximadamente 11,50 Euros).
- OBSERVAÇÕES:** Visita realizada em agosto de 2018.



SHINHOTAKA NO-YU
JAPÃO

6

INFORMAÇÃO GERAL

- IDENTIFICAÇÃO: Shinhotaka no yu.
- LOCALIZAÇÃO: Shinhotaka Onsen, grupo Okuhida Onsen, província de Gifu, Alpes japoneses, Japão.
- CONTEXTO GEOGRÁFICO: Shinhotaka no yu situa-se na cadeia montanhosa Hida do Parque Nacional Chubu Sangaku.
- MORFOLOGIA DO TERRENO: Vale atravessado pelo rio Gamada.
- DISTRIBUIÇÃO DOS BANHOS: O *onsen* localiza-se na margem esquerda do rio Gamada, (no sentido da sua foz), ancorado a uma grande rocha que conforma parte do seu limite.
- SITUAÇÃO DE CONJUNTO: Isolada.

ANTECEDENTES

- HISTÓRICOS: Segundo informação disponibilizada pela Associação de Turismo da região – Okuhida Onsen-go Tourism Association – , o lugar da nascente é usado como *onsen* desde 1965, altura em que passou a ser tutelado pela administração pública local. Não dispomos de registos escritos que documentam a história mais antigo do lugar, mas é provável que este lugar tenha sido objeto do mesmo processo de reconhecimento dos restantes casos.
- PROJETO: -

PROGRAMA E INFRAESTRUTURAS

- PROGRAMA: 1 piscina natural exterior; vestiário separados por género (não dispõe de instalações sanitárias).
- INFRAESTRUTURAS: Sem filtros no sistema de circulação de água; sistema de enchimento e esvaziamento por comportas; escoamento das águas realizado de forma direta para o rio.
- LIMPEZA E MANUTENÇÃO: A piscina é limpa 2 vezes por semana.
- CONSTRUÇÕES EXISTENTES: -
- SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS: -
- PROTOCOLO DE ACESSO: Não é permitido o uso de fatos de banho e é proibido o acesso a pessoas com tatuagens. Uso misto.

CARACTERÍSTICAS DA ÁGUA

- CLASSIFICAÇÃO: Água sulfúrea.
- TEMPERATURA DA ÁGUA: Entre 35°C e 40°C. A piscina é preenchida com água à temperatura de origem.
- INDICAÇÕES TERAPÊUTICAS: Doenças do aparelho digestivo; reposição dos níveis de ferro.

MODELO DE EXPLORAÇÃO

- TIPO DE EXPLORAÇÃO: Pública. A cargo de Okuhida Onsen-go Tourism Association
- NATUREZA DA PROCURA: Cura, relaxamento e bem-estar.
- ALCANCE: Local.
- CAPACIDADE MÁXIMA: Não há limite pré-estabelecido de pessoas.
- ÉPOCA DE FUNCIONAMENTO: Aberto entre maio e outubro (encerra durante o período de inverno) entre as 08:00h e as 18:00h.
- VALOR DE ADMISSÃO: Acesso gratuito. Sugere-se o contributo de 300 yen (aproximadamente 2,30 Euros) para limpeza e manutenção do espaço.
- OBSERVAÇÕES: Visita realizada em agosto de 2018.
Okuhida Onsen designa o conjunto de cinco áreas de abundantes fontes termais localizadas nos vales de Okuhida - Alpes japoneses, das quais fazem parte Hurayu Onsen, Tochio Onsen, Shinhotaka Onsen, Fukuji Onsen e Shinhirayu Onsen.



INFORMAÇÃO GERAL

- IDENTIFICAÇÃO: Kojin no-yu Onsen.
- LOCALIZAÇÃO: Tochio Onsen, grupo Okuhida Onsen, província de Gifu, Alpes japoneses, Japão.
- CONTEXTO GEOGRÁFICO: O *onsen* está inserido na planície de inundação do rio Gamata que deu origem à vila Tochio Onsen. De acesso facilitado, este *onsen* localiza-se na margem direita do rio, confinando com um parque de merendas que aproveita igualmente a topografia eminentemente plana desta área. O limite em relação ao rio faz-se por meio de um muro de pedra e de um biombo de árvores de médio e grande porte enquanto que na parte de uso masculino esse limite deixa de existir sendo possível olhar sobre o rio e as montanhas Hida.
- MORFOLOGIA DO TERRENO: Vale-planície atravessado pelo rio Takara.
- DISTRIBUIÇÃO DOS BANHOS: O *onsen* é separado por gêneros e dispõe de 4 piscinas-tanque escavadas no solo.
- SITUAÇÃO DE CONJUNTO: Integrada na vila de Tochio Onsen.

ANTECEDENTES

- HISTÓRICOS: -
- PROJETO: -

PROGRAMA E INFRAESTRUTURAS

- PROGRAMA: 4 piscina exteriores – 2 de uso exclusivo feminino e outras 2 de uso masculino; vestiários separados por género (não dispõe de instalações sanitárias).
- INFRAESTRUTURAS: Sem filtros no sistema de circulação de água; escoamento das águas encaminhado para o rio.
- LIMPEZA E MANUTENÇÃO: As piscinas são limpas 3 vezes por semana.
- CONSTRUÇÕES EXISTENTES: -
- SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS: -
- PROTOCOLO DE ACESSO: Não é permitido o uso de fatos de banho.

CARACTERÍSTICAS DA ÁGUA

- CLASSIFICAÇÃO: Informação não obtida.
- TEMPERATURA DA ÁGUA: Entre 35 e 40°. As piscinas são preenchidas com água à temperatura de origem e arrefecidas atmosféricamente.
- INDICAÇÕES TERAPÊUTICAS: Doenças do aparelho digestivo; reposição dos níveis de ferro.

MODELO DE EXPLORAÇÃO

- TIPO DE EXPLORAÇÃO: Pública. A cargo de Okuhida Onseno Tourism Association.
- NATUREZA DA PROCURA: Cura, relaxamento e bem-estar.
- ALCANCE: Local.
- CAPACIDADE MÁXIMA: Não há limite pré-estabelecido de pessoas.
- ÉPOCA DE FUNCIONAMENTO: Aberto todos os dias do ano entre as 08:00h e as 22:00h. Segunda, quarta e sexta-feira abre às 12h00 para manutenção e limpeza.
- VALOR DE ADMISSÃO: Acesso gratuito. Sugere-se o contributo de 200 yen (aproximadamente 1,55 Euros) para limpeza e manutenção do espaço.
- OBSERVAÇÕES: Visita realizada em agosto de 2018.
Okuhida Onsen designa o conjunto de cinco áreas de abundantes fontes termais localizadas nos vales de Okuhida – Alpes japoneses (norte), das quais fazem parte Hirayu Onsen, Tochio Onsen, Shin-hotaka Onsen, Fukuji Onsen e Shin-hirayu Onsen.



INFORMAÇÃO GERAL

- IDENTIFICAÇÃO:** Hirayu no-yu Onsen.
- LOCALIZAÇÃO:** Hirayu Onsen, grupo Okuhida Onsen, província de Gifu, Alpes japoneses, Japão.
- CONTEXTO GEOGRÁFICO:** Inserido na cidade de Hirayu Onsen, a maior e mais antiga cidade do grupo Okuhida, este *onsen* integra o Museu Etnológico - composto por duas casas tradicionais japonesas de montanha (nos quais se exibem técnicas construtivas ancestrais e no seu interior artefactos rurais da região de Hida).
- MORFOLOGIA DO TERRENO:** Vale-planície atravessado pelo rio Takara.
- DISTRIBUIÇÃO DOS BANHOS:** O *onsen* é separado por gênero e dispõe de 2 piscinas naturais.
- SITUAÇÃO DE CONJUNTO:** Integrado na vila de Hirayu Onsen.

ANTECEDENTES

- HISTÓRICOS:** Diz a lenda que durante as guerras internas que destruíram o país no século XVI, soldados refugiaram-se nos vales abrigados das montanhas da região de Okuhida, curando os seus males de guerra com os banhos de água termal depois de terem observado um macaco branco a curar as suas feridas na água, seguindo o seu exemplo.
- PROJETO:** -

PROGRAMA E INFRAESTRUTURAS

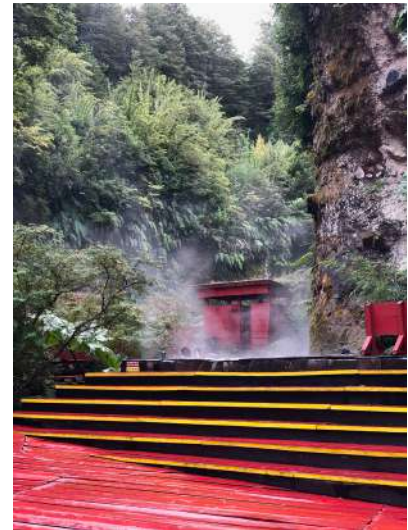
- PROGRAMA:** 2 piscina exteriores – cada uma delas destinada ao uso exclusivo feminino e masculino respetivamente; vestiários separados por gênero (não dispõe de instalações sanitárias).
- INFRAESTRUTURAS:** Sem filtros no sistema de circulação de água.
- LIMPEZA E MANUTENÇÃO:** -
- CONSTRUÇÕES EXISTENTES:** Museu Etnológico.
- SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS:** -
- PROTOCOLO DE ACESSO:** Não é permitido o uso de fatos de banho.

CARACTERÍSTICAS DA ÁGUA

- CLASSIFICAÇÃO:** Informação não obtida.
- TEMPERATURA DA ÁGUA:** Entre 35 e 40°. As piscinas são preenchidas com água à temperatura de origem e arrefecidas atmosféricamente.
- INDICAÇÕES TERAPÊUTICAS:** Doenças do aparelho digestivo; doenças dermatológicas.

MODELO DE EXPLORAÇÃO

- TIPO DE EXPLORAÇÃO:** Pública: a cargo de Okuhida Onseno Tourism Association.
- NATUREZA DA PROCURA:** Cura, relaxamento e bem-estar.
- ALCANCE:** Local, regional e internacional.
- CAPACIDADE MÁXIMA:** Não há limite pré-estabelecido embora o tamanho do *onsen* não comporte mais que cinco a seis pessoas em cada um dos tanques.
- ÉPOCA DE FUNCIONAMENTO:** Aberto todos os dias do ano entre as 6:00h e as 21:00h e no período de inverno entre as 8:00h e as 19:00h.
- VALOR DE ADMISSÃO:** Acesso gratuito. Sugere-se o contributo de 300 yen (aproximadamente 2,30 Euros) para limpeza e manutenção do espaço.
- OBSERVAÇÕES:** Visita realizada em agosto de 2018.
Okuhida Onsen designa o conjunto de cinco áreas de abundantes fontes termais localizadas nos vales de Okuhida - Alpes japoneses, das quais fazem parte Hirayu Onsen, Tochio Onsen, Shinhotaka Onsen, Fukuji Onsen e Shinhirayu Onsen.



TERMAS GEOMÉTRICAS

CHILE

9

INFORMAÇÃO GERAL

- IDENTIFICAÇÃO:** Termas Geométricas.
- LOCALIZAÇÃO:** Camino los Cajones, Coñaripe, região de Los Rios, Parque Nacional Villarrica Sul, Chile.
- CONTEXTO GEOGRÁFICO:** As termas geométricas localizam-se no limite sul do Parque Nacional de Villarrica, integrada nos bosques húmidos dos Andes austrais, a aproximadamente 16km da vila de Coñaripe.
- MORFOLOGIA DO TERRENO:** As termas estão integradas no desfiladeiro de Aihué e inserem-se num vale estreito por onde corre caudalosa uma ribeira.
- DISTRIBUIÇÃO DOS BANHOS:** Os tanques foram construídos sobre a linha de água e distribuem-se longitudinalmente adossados às rochas escarpadas que conformam este estreito vale.
- SITUAÇÃO DE CONJUNTO:** Isolado. Integrado no meio da Reserva natural do Parque Nacional de Villarrica. Existem na proximidade as termas el Rincón (a 3km das Termas Geométricas) e as Termas de Vergara no sentido de Coñaripe.

ANTECEDENTES

- HISTÓRICOS:** As Termas Geométricas, antigamente conhecidas por Termas de Cajón Negro, devem o seu reconhecimento à abundante concentração de nascentes existentes na área envolvente de onde a água brota diretamente da terra a 80º. Segundo esclarecimento *in loco*, os muros que delimitavam os *pozones* terão sido arrastados pela corrente do rio e, em sequência deste episódio, o lugar foi abandonado. À semelhança de outros lugares de banhos, o seu uso reporta-se a tempos remotos. Nas nascentes deste lugar banhavam-se as comunidades locais que aqui tratavam feridas e doenças de pele. Com a evolução dos tempos e atendendo à dificuldade dos acessos, o lugar foi sendo progressivamente abandonado.
- PROJETO:** A intervenção entre os anos 2003 e 2005, permitiu, porém, redescobrir as nascentes termais. Uma exigente operação de limpeza do vale (que demorou cerca de um ano) permitiu tornar acessível as nascentes, desviando o cúmulo de troncos e árvores quebradas, ramas e outros depósitos vegetais. Segundo Germán del Sol, autor do projeto das termas, foi uma viagem à Grécia que esclareceu o sentido da intervenção: “En medio de estas decisiones hice un viaje a Grecia para visitar la isla de Naxos, donde había unas tumbas que se llaman precisamente las tumbas geométricas. Nadie sabía cómo llegar ni donde estaban. Nos mandaron a unos cerros, que resultaron ser unos cerros llenos de piedra y de repente en medio de un pedregal me encuentro con unos círculos de mármol en el suelo. Unos círculos perfectos con unas tabletas de mármol levantadas a medio metro de alto. En medio de la naturaleza la geometría era el signo inmediato de la obra humana. De ahí en adelante ese fue el objetivo de las termas geométricas” (Ocampo, 2013, pp. 47-49).

PROGRAMA E INFRAESTRUTURAS

- PROGRAMA:** 20 piscinas, 17 delas estão destinadas à prática do banho, 3 delas a funcionar como reservatório; abastecidas por dezenas de nascentes que juntas debitam 15l/s; vestuário e instalações sanitárias de apoio distribuídas ao longo dos 450m de intervenção; zona de cacifos; plataformas de descanso; portaria/bilheteira.
- INFRAESTRUTURAS:** As águas são encaminhadas por um canal central localizado sob a passarela principal que vai admitindo derivações de abastecimento para cada um dos tanques.
- LIMPEZA E MANUTENÇÃO:** As piscinas são esvaziadas de 4 em 4 dias para limpeza e manutenção.
- CONSTRUÇÕES EXISTENTES:** Sala de descanso (*quincho*) com cozinha, lareira e solário.
- SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS:** Serviço de cafetaria e restauração.
- PROTOCOLO DE ACESSO:** Uso de fato de banho.

CARACTERÍSTICAS DA ÁGUA

- CLASSIFICAÇÃO:** Águas cloretadas sódicas. É aditivado à água um pouco de cloro por razões de natureza higiénica.
- TEMPERATURA DA ÁGUA:** Temperaturas na origem de aproximadamente 80º. Arrefecimento de água através do meio ambiente. As piscinas registam temperaturas médias entre os 36º e os 43º. A água das nascentes é encaminhada para os tanques de banho e após o arrefecimento atmosférico e controle de temperatura é disponibilizada aos utentes.
- INDICAÇÕES TERAPÊUTICAS:** Doenças reumáticas e doenças dermatológicas.

MODELO DE EXPLORAÇÃO

- TIPO DE EXPLORAÇÃO:** Privada: concessão de exploração a Germán del Sol – arquiteto responsável pelo projeto de arquitetura das termas.
- NATUREZA DA PROCURA:** Lazer e bem-estar.
- ALCANCE:** Regional, nacional e internacional.
- CAPACIDADE MÁXIMA:** 500 pessoas.
- ÉPOCA DE FUNCIONAMENTO:** Aberto todos os dias do ano, entre as 11:00h e as 20:00h.
- VALOR DE ADMISSÃO:** Valor de referência: adultos - 30.000 pesos (aproximadamente 35,00 Euros).
- OBSERVAÇÕES:** Visita realizada em abril de 2019. O lugar originalmente não dispunha de energia elétrica. Por razões operativas e de segurança foi incorporada *à posteriori* a sua instalação para iluminar à noite o percurso central (instalação de led sob o corrimão). Foi ainda recentemente instalado uma bomba para facilitar o encaminhamento das águas para os tanques.



TERMAS DE PURITAMA

CHILE

10

INFORMAÇÃO GERAL

- IDENTIFICAÇÃO:** Termas de Puritama.
- LOCALIZAÇÃO:** Reserva privada Termas de Puritama, deserto de Atacama, Chile.
- CONTEXTO GEOGRÁFICO:** As termas de Puritama, localizam-se na zona do antiplano chileno, num vale atravessado pelo rio Puritama, localizado a 3500m acima do nível do mar. Dista de San Pedro de Atacama cerca de 60km.
- MORFOLOGIA DO TERRENO:** Vale atravessado pelo rio Puritama.
- DISTRIBUIÇÃO DOS BANHOS:** As poças/piscinas naturais estão localizadas sobre a linha de água. O dispositivo essencial dos banhos assenta numa sucessão de oito piscinas naturais distribuídas a distintas cotas ao longo do rio Puritama.
- SITUAÇÃO DE CONJUNTO:** Isolado.

ANTECEDENTES

- HISTÓRICOS:** A presença excepcional de água no deserto permitiu que comunidades autóctones – dedicadas fundamentalmente a atividades agropastoris – se fixassem no vale desde tempos remotos em torno de lagos e rios, conforme testemunham as ruínas de duas casas que ali existem e também os muros. Presume-se que as comunidades locais usavam este rio termal para as suas atividades de subsistência, mas também para fins medicinais, atendendo às propriedades minerais das suas águas.
- PROJETO:** Por um período longo de tempo a zona em questão manteve-se abandonada sendo finalmente adquirida nos anos 90 pelo grupo Explora. O projeto da autoria de Germán del Sol (1998 e 2000) visou a requalificação da área através do aproveitamento das piscinas naturais e a valorização da paisagem. As piscinas geradas espontaneamente pelo rio foram objeto de ampliação e de redefinição dos seus contornos, enquanto que outras que foram criadas de acordo com o declive e fisionomia do rio. As passarelas em madeira sobrelevadas do pavimento garantem os acessos a todas as zonas do banho, correspondendo os seus pontos terminais a zonas de solário/deck de descanso junto às piscinas naturais.
- Transcrição de parte da memória descritiva do projeto:
“Esta arquitectura en el paisaje intenta darle esplendor al lugar, mostrándolo poéticamente y hacer posible el uso sustentable de las piscinas termales naturales, creando ingresos para la comunidad local. El muelle de madera levantado del suelo invita a seguir el curso sinuoso del río, y a dispersarse entre los pozones sin pisar el pasto y los arbustos, que crecen en la orilla. Dos estructuras neutras de hormigón armado suavizado con yeso pintado de blanco, alojan todos los servicios necesarios. Son signos de vida que revelan la naturaleza brutal del lugar” (Sol, 2004, p. 26).

PROGRAMA E INFRAESTRUTURAS

- PROGRAMA:** 8 piscinas naturais; vestuário e instalações sanitárias de apoio; plataformas de descanso: deck/solários; zonas de pic-nic.
- INFRAESTRUTURAS:** O rio é a via distribuidora das águas das nascentes cujo caudal é suficientemente generoso para que mesmo na última piscina a água se mantenha quente, ainda que misturada com a corrente fria do rio. Não há recurso a qualquer sistema de filtros.
- LIMPEZA E MANUTENÇÃO:** Uma vez que as piscinas naturais estão permanentemente inundadas de água (pela corrente permanente do curso de água do rio Puritama), os muros de pedra que limitam as piscinas naturais são escovados de 2 vezes por semana após o encerramento das termas.
- CONSTRUÇÕES EXISTENTES:** -
- SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS:** -
- PROTOCOLO DE ACESSO:** Uso de fato de banho. Não é permitido o acesso às piscinas a pessoas que manifestem lesões na pele, das membranas mucosas ou do trato respiratório.

CARACTERÍSTICAS DA ÁGUA

- CLASSIFICAÇÃO:** Águas mesotermiais sulfatadas sódicas. Fazem parte da sua composição mais de 14 minerais dos quais se destacam, pela sua forte presença, o magnésio, lítio, boro, sódio e cálcio.
- TEMPERATURA DA ÁGUA:** Temperaturas entre 28°C e 31°C.
- INDICAÇÕES TERAPÊUTICAS:** -

MODELO DE EXPLORAÇÃO

- TIPO DE EXPLORAÇÃO:** Privada. A reserva natural Puritama é propriedade do grupo Explora (empresa de viagens que possui e opera hotéis e travessias em diversos destinos remotos da América do Sul e que integra uma perspetiva de conservação, sustentabilidade e responsabilidade social relativamente aos territórios que ocupa).
- NATUREZA DA PROCURA:** Lazer e bem-estar.
- ALCANCE:** Regional, nacional e internacional.
- CAPACIDADE MÁXIMA:** -
- ÉPOCA DE FUNCIONAMENTO:** Aberto todos os dias do ano, entre as 9:30h e as 17:30h.
- VALOR DE ADMISSÃO:** Valor de referência: adultos - 15.000 pesos (aproximadamente 19,00 Euros).
- OBSERVAÇÕES:** Visita realizada em abril de 2019.



TERMAS VALLE DE COLINA

CHILE

11

INFORMAÇÃO GERAL

- IDENTIFICAÇÃO:** Termas Valle de Colina.
- LOCALIZAÇÃO:** Valle de Colina, Cajón del Maipo, Chile. As termas distam de Santiago do Chile aproximadamente 110km no sentido sudeste.
- CONTEXTO GEOGRÁFICO:** As termas Valle de Colina localizam-se na bacia do Rio Volcán, a 2500m de altitude na cordilheira dos Andes sob a forte influência do vulcão São José.
- MORFOLOGIA DO TERRENO:** Vale atravessado pelo rio Volcán.
- DISTRIBUIÇÃO DOS BANHOS:** As poças naturais estão localizadas a meia encosta a aproximadamente 500m do rio. As 6 piscinas distribuem-se em três plataformas escalonadas, formadas pelos depósitos calcários que a água transporta.
- SITUAÇÃO DE CONJUNTO:** Isolado. Dista 16km de Lo Valdés, o povoado mais próximo das termas.

ANTECEDENTES

HISTÓRICOS: O reconhecimento das propriedades curativas das águas, cuja mineralização tem origem na forte atividade vulcânica da região, é atribuído ao Exército Libertador (que ocupou a região no princípio do séc. XIX) que terá tratado as suas feridas de guerra nas poças de água da nascente de Valle de Colina. A ação desinflamatória e calmante deve-se à presença de um extenso número de minerais tais como o enxofre, magnésio, cobalto, zinco e cobre.

PROJETO: -

PROGRAMA E INFRAESTRUTURAS

- PROGRAMA:** 6 piscinas naturais distribuídas em socalco; instalações sanitárias e vestiários.
- INFRAESTRUTURAS:** Condução e distribuição da água da nascente por meio de gravidade.
-
- LIMPEZA E MANUTENÇÃO:** -
- CONSTRUÇÕES EXISTENTES:** -
- SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS:** Uso de fato de banho.
- PROTOCOLO DE ACESSO:**

CARACTERÍSTICAS DA ÁGUA

- CLASSIFICAÇÃO:** Águas cloretadas sódicas.
- TEMPERATURA DA ÁGUA:** Temperaturas entre os 25º e os 55º. A temperatura mais alta regista-se na piscina localizada na cota superior, correspondendo as temperaturas mais baixas às piscinas localizadas nas plataformas inferiores.
- INDICAÇÕES TERAPÊUTICAS:** Doenças reumáticas; doenças dermatológicas.

MODELO DE EXPLORAÇÃO

- TIPO DE EXPLORAÇÃO:** Privada. O terreno onde se localizam as termas pertence à família Covarrubias que faz a sua exploração.
- NATUREZA DA PROCURA:** Lazer e bem-estar.
- ALCANCE:** Regional, nacional e internacional.
- CAPACIDADE MÁXIMA:** -
- ÉPOCA DE FUNCIONAMENTO:** Aberto todos os dias do ano. O bilhete permite uma estadia de 24h.
- VALOR DE ADMISSÃO:** Valor de referência: adultos - 8.000 pesos (aproximadamente 10,00 Euros).
- OBSERVAÇÕES:** Visita realizada em abril de 2019.



IDENTIFICAÇÃO: Termas El Ricón.
LOCALIZAÇÃO: Coñaripe, Los Ríos, Chile.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Localizam-se no mesmo caminho das Termas Geométricas distando destas aproximadamente 3km. Dispõe de 3 piscinas naturais situada na margem do rio e cinco *tinajas* (banheiras de madeira) distribuídas por entre a vegetação. Complementarmente, existe ainda um apoio de bar/cafeteria, vestiários e zona de pic-nic.



IDENTIFICAÇÃO: Baños de San Pedro.
LOCALIZAÇÃO: Paso Internacional Vergara, Curicó, Chile.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Localizados na margem do rio Teno, os baños San Pedro foram objeto de intervenção no ano de 2018. O projeto de Pia Montero, estudante de arquitetura da universidade de Talca, pôs em evidência a nascente (encaminhando a água desde o ponto de emergência até ao leito do rio através de duas vigas em betão), reconfigurando simultaneamente a zona de banhos (a partir de muros de pedra que definem os limites dos diferentes tanques) e do solário, que ocupa uma das oito cintas de pedra.

376



IDENTIFICAÇÃO: Baños Huilo Huilo Hotel Nothofagus.
LOCALIZAÇÃO: Neltume, Reserva Huilo Huilo, Los Ríos, Chile.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Localizado na floresta húmida da região de Los Ríos, o hotel Nothofagus dispõe de uma zona de banhos no exterior com *tinajas* de madeira e algumas banheiras escavadas em troncos de antigas árvores. A ligá-las existe uma plataforma em deck a distintas cotas garantindo a circulação e disponibilizando uma área de descanso após banho.



IDENTIFICAÇÃO: Minakamikan Ryokan.
LOCALIZAÇÃO: Minakami, Gunma, Japão.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Inseridos numa estrutura tradicional de hospedagem japonesa – *ryokan* (com 94 quartos e uma capacidade de 534 pessoas) – sobre as margens do rio Tone, os banhos estão distribuídos em 3 áreas distintas dispondo no total de 15 tanques interiores e exteriores, 8 deles com vista sobre o vale e o rio. Cada uma das áreas de banho é antecedida por uma zona de vestiários e uma área de limpeza e lavagem individual. De acesso público (mediante pagamento do ingresso), cada um dos onsen dispõe de banhos separados por género, abertos 24 horas (exceptuando 1 a 2 horas por dia para serviços de limpeza e manutenção).



IDENTIFICAÇÃO: Hotaka Ryokan.

LOCALIZAÇÃO: Grupo Okuhida Onsen, Gifu, Japão.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: O *onsen* insere-se num ryokan situado nas margens do rio Gamata.

Separado por género, o onsen dispõe de uma área de banho exterior "rotemburo" e de uma área interior para cada um dos géneros, antecedidas por uma zona de vestiários e a respetiva área de lavagem prévia do corpo.



IDENTIFICAÇÃO: Piscinas termais do Furnas Boutique Hotel.

LOCALIZAÇÃO: Concelho da Povoação, Furnas, São Miguel, Açores.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: O edifício que albergou as antigas termas das Furnas foi em 2015 convertido em hotel com 55 quartos. Integra um novo conceito de utilização das águas minerais que se desloca do uso exclusivamente terapêutico para uma perspetiva de valorização e promoção de ócio e bem-estar. Dispõe de uma piscina interior termal, uma piscina exterior termal, para além de outros serviços complementares tais como tratamentos de corpo e rosto, reflexologia, duche *vi-chy* e hidromassagem, sauna e banho turco e centro de fitness.

377



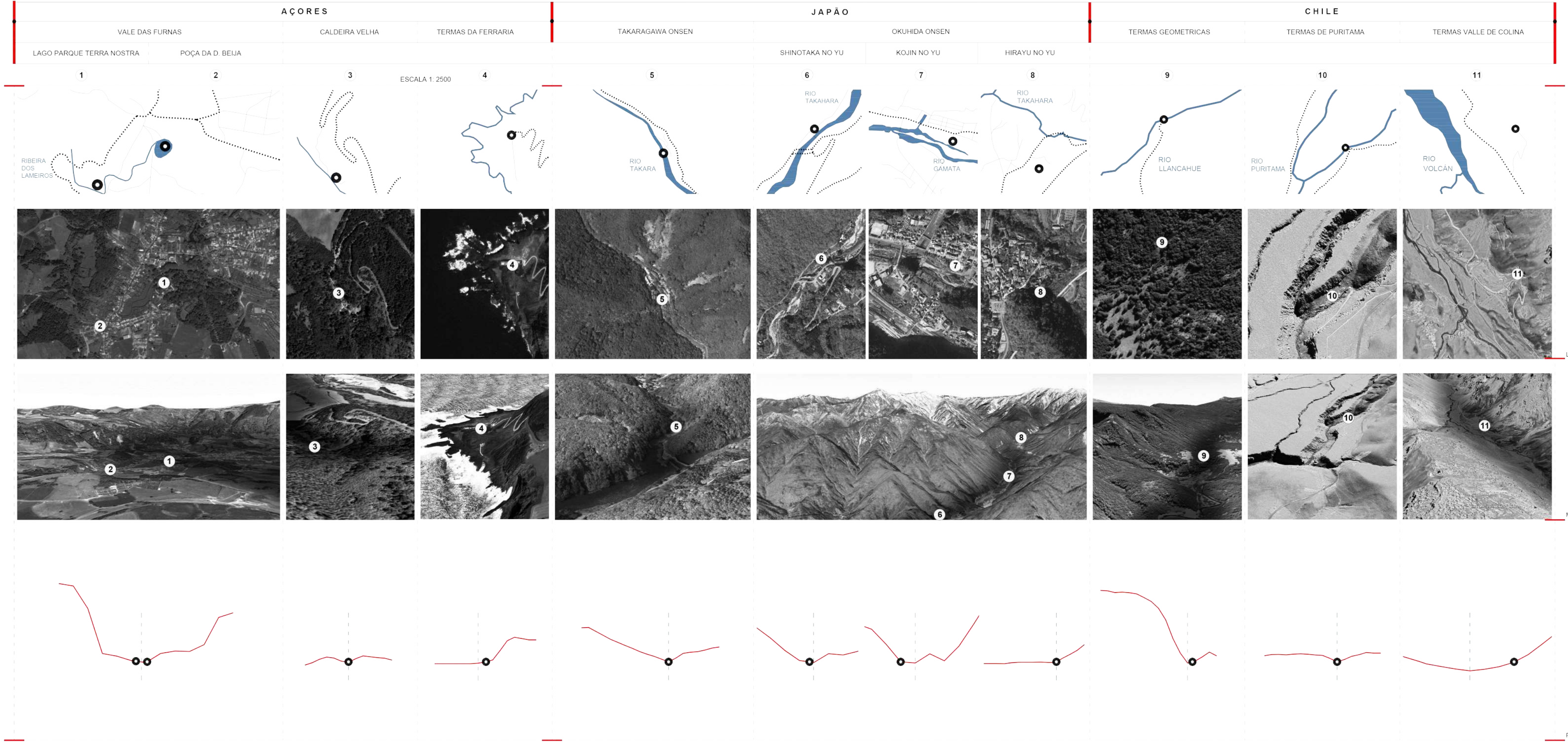
IDENTIFICAÇÃO: Termas das Caldeiras.

LOCALIZAÇÃO: Ribeira Grande, São Miguel, Açores.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: As Termas das Caldeiras também conhecidas por "banhos da coroa", abriram novamente no ano de 2017, após um período de encerramento de 30 anos. O edifício construído em 1811 deve o seu anterior nome ao rei D. Carlos que em visita aos Açores terá ido a banhos naquele lugar.

Entre diversos serviços de bem-estar dos quais fazem parte massagens de chá verde e tratamentos de corpo com lamas, disponibiliza também um tanque exterior de água termal com águas sulfúreas/sulfurosas.

MATRIZ COMPARATIVA: LOCALIZAÇÃO E MORFOLOGIA



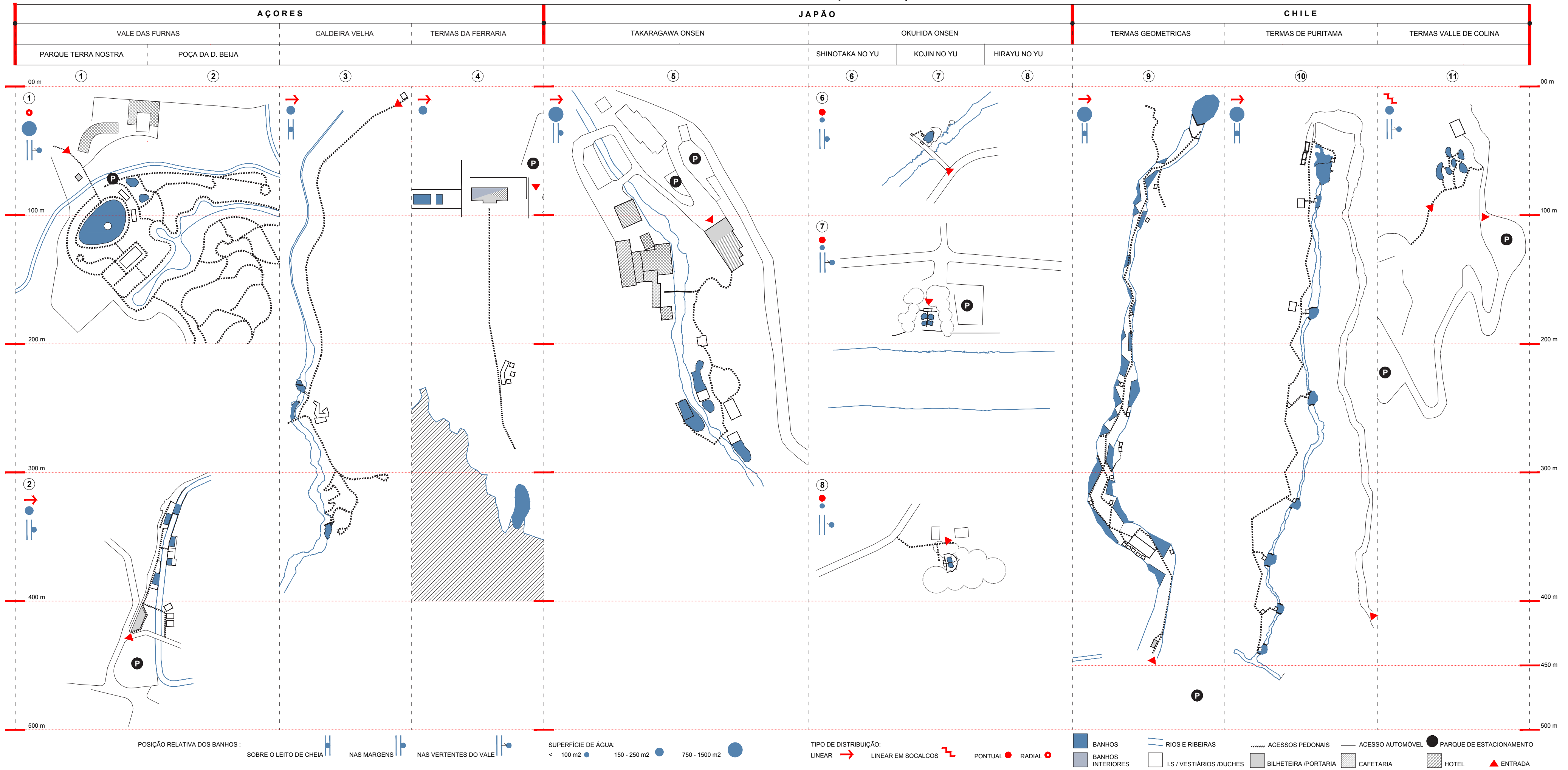
LOCALIZAÇÃO

MORFOLOGIA

PERFIL

ALTURA DE VISUALIZAÇÃO DAS IMAGENS SATÉLITE : 300 m
 ● NASCENTE


MATRIZ COMPARATIVA: MODELOS DE ORGANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO



QUADRO SÍNTESE

EMERGÊNCIAS DE ÁGUA À SUPERFÍCIE [PROP. MINERAIS]																				100%	Todos os casos de estudo registam uma ou mais ocorrências minerais espontâneas à superfície.		
PRÁTICA / RITUAL DO BANHO																					100%	A prática do banho instituiu-se como programa essencial a partir das emergências de água (consultar fichas de sítio).	
ÁREA / ESPAÇO	RURAL																				100%	Todos os lugares inscrevem-se em áreas eminentemente rurais.	
CONTEXTO	ISOLADO																				55%	As suas localizações dividem-se entre contextos de isolamento inseridos entre extensas áreas de paisagem natural, ou em aglomerados populacionais a que corresponde um conjunto edificado de pequena escala.	
MORFOLOGIA DO TERRENO	VALE																				90%	O vale constitui a forma de relevo característica dos lugares de prática do banho.	
PRESENÇA DE LINHAS DE ÁGUA	RIOS E RIBEIRAS																				90%	À exceção das termas da Ferraria, localizadas na margem costeira, todos os lugares são atravessados por linhas de água que correspondem a rios e ribeiras.	
POSIÇÃO DOS BANHOS EM RELAÇÃO ÀS LINHAS DE ÁGUA	NAS MARGENS																				64%	Os tanques/piscinas-represa destinadas à prática do banho localizam-se maioritariamente nas margens do leito de cheia. Três dos exemplos encontram-se sobre o leito de cheia e um deles confronta o mar.	
TANQUES I POÇAS I PISCINAS	EM AMBIENTE EXTERIOR																				100%	Todos os lugares disponibilizam maior número e diversidade de opções de banho no exterior. Apenas três casos dispõem de banhos numa infraestrutura interior.	
SUPERFÍCIE DE ÁGUA OCUPADA PELAS PISCINAS / TANQUES	<100 m ²																				27%	Distinguem-se fundamentadamente três escalas, de acordo com a superfície de retenção de água disponível. Uma escala de natureza doméstica (inferior a 100 m ²), com uma capacidade de carga entre 10 e 30 pessoas; uma escala intermédia, cujo limite é de aproximadamente 250 pessoas; e uma grande escala, a que correspondem limites pré-fixados de 500 pessoas.	
	150 - 250 m ²																				36%		
	750 - 1500 m ²																				36%		
MODELO DE DISTRIBUIÇÃO	LINEAR →																				64%	O modelo de distribuição é maioritariamente linear, acompanhando normalmente a direção das linhas de água. O modelo de distribuição pontual e radial está associado a casos que dispõem de um ou dois tanques/piscinas naturais de água. O banho de imersão constitui-se como o método de apropriação e exploração fundamental dos benefícios terapêuticos das águas. As termas da Ferraria incorporam outros tipos de serviços associados ao complexo termal.	
MODOS DE USO	BANHO IMERSÃO																				100%	As instalações sanitárias e os vestiários configuram a estrutura de apoio mínimo aos lugares do banho. Os serviços de restauração e acomodação integram o segundo grupo de programas mais comuns. Por último, os programas de vocação cultural e pedagógica integram o terceiro grupo de opções adicionais e complementares à prática do banho.	
	I.S / VESTIÁRIOS																				100%		
	RECEÇÃO / BILH																				64%		
	CAFETARIA																				45%		
	HOTEL																				18%		
OUTROS																					27%		
CLASSIFICAÇÃO DAS ÁGUAS																						Verifica-se uma grande heterogeneidade de tipos e classificação de águas.	
TEMPERATURA	25 - 35°																					27%	Todos os lugares registam temperaturas de água superiores a 25°. As temperaturas mais quentes correspondem aos casos japoneses, onde a média da temperatura dos banhos ronda os 60°.
	>25° 35 - 45°																					45%	
	45° - 70°																					36%	
ALCANCE	LOCAL																					100%	A maioria dos casos tem um alcance internacional.
	NACIONAL																					72%	
	INTERNACIONAL																					72%	
CONCESSÃO	PRIVADA																					64%	As concessões de exploração são maioritariamente privadas e sujeitas a uma admissão paga.
	PÚBLICA																					36%	

		AÇORES				JAPÃO				CHILE		
		①	②	③	④	⑤	⑥	⑦	⑧	⑨	⑩	⑪
EMERGÊNCIAS DE ÁGUA À SUPERFÍCIE [PROP. MINERAIS]		•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
PRÁTICA / RITUAL DO BANHO		•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
ÁREA / ESPAÇO	RURAL	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	URBANO	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
CONTEXTO	ISOLADO			•	•	•				•	•	•
	AGLOMERADO	•	•				•	•	•			
MORFOLOGIA DO TERRENO	VALE	•	•	•		•	•	•	•	•	•	•
	OUTRO				•							
PRESENÇA DE LINHAS DE ÁGUA	RIOS E RIBEIRAS	•	•	•		•	•	•	•	•	•	•
	MAR				•							
POSIÇÃO RELATIVA DOS BANHOS	LEITO DE CHEIA		•	•	-						•	
	NAS MARGENS	•	•		-	•	•	•	•	•		•
NÚMERO DE TANQUES I POÇAS I PISCINAS	EXTERIOR	3	5	3	2	4	1	4	2	17	8	6
	INTERIOR	2	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-
SUPERFÍCIE DE ÁGUA OCUPADA PELAS PISCINAS / TANQUES	<100 m2						•	•	•			
	150 - 250 m2		•	•	•							•
	750 - 1500 m2	•				•				•	•	
MODELO DE DISTRIBUIÇÃO	LINEAR →		•	•	•	•				•	•	•
	OUTROS	RADIAL					PONTUAL	PONTUAL	PONTUAL			
MODOS DE USOS	BANHO IMERSÃO	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	OUTROS				*							
ESTRUTURAS COMPLEMENTARES	I.S / VESTIÁRIOS	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	RECEÇÃO / BILH	•	•	•		•				•	•	•
	CAFETARIA	•			•	•			•	•		
	HOTEL	•				•						
	OUTROS			• 1	• 2					• 3		
CLASSIFICAÇÃO DAS ÁGUAS		FÉRREAS	FÉRREAS	BICABOR NATADAS SÓDICAS	CLORETADA SÓDICA	ALCALINAS	SULFÚREA	-	-	CLORETADA SÓDICA	SULFATADAS SÓDICAS	CLORETADA SÓDICA
TEMPERATURA	25 - 35°		•	•							•	
	>25°	•	•		•					•	•	•
	45° - 70°					•	•	•	•			
ALCANCE	LOCAL	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	NACIONAL	•	•	•	•	•				•	•	•
	INTERNACIONAL	•	•	•	•	•				•	•	•
CONCESSÃO	PRIVADA	•	•		•	•				•	•	•
	PÚBLICA			•			•	•	•			

1 CENTRO DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL 2 SPA TERMAL 3 MUSEU ETNOGRÁFICO  BANHOS SEPARADOS POR GÊNERO

* JACUZZI, BANHO TURCO, CORREDOR DE CONTRASTE

Por um denominador comum de leitura: singularidades e convergências

A diversidade dos contextos geográficos selecionados permitiu, a par da aprendizagem e da novidade da experiência que cada lugar proporcionou, o reconhecimento de um conjunto de atributos que não somente os distingue, como paralelamente os vincula e relaciona.

A natureza simultaneamente específica, mas também complementar de muitos aspetos observados nos lugares que aqui se consideraram como casos de estudo conduziu-nos a refletir sobre possíveis cruzamentos e interseções entre eles.

A estabilidade e consistência de algumas características de natureza diversa (geográfica, física, antropológica, simbólica e fenomenológica) reveladas em muitos dos lugares visitados desafiou-nos então a compreendê-los de modo mais amplo e interdependente. Para tal, procurámos ensaiar uma visão de conjunto que, ao contrário de uma abordagem focada num só caso, centra-se em observar potenciais elos de ligação e articulação entre os diversos lugares do banho.

i) Por um território comum

382

As ocorrências hidrominerais estão diretamente relacionadas com um conjunto de fatores geológicos que, cruzados com outras condicionantes de natureza geográfica, morfológica e ambiental, determinam ambientes propícios ou favoráveis ao seu aparecimento.

Essa incidência de nascentes em determinados locais dá origem ao desenvolvimento de diversas atividades humanas, entre as quais a prática dos banhos.

Tais lugares, tendem, por seu turno, a exibir um conjunto de características semelhantes que, combinados com os benefícios terapêuticos das águas, definem uma espécie de geografia ou território comum propício à terapia.

Da análise comparativa dos casos resulta que:

- a) Do ponto de vista orográfico, os onze casos de estudo situam-se em zonas de cota baixa, inscrevendo-se maioritariamente em vales ou desfiladeiros;
- b) As ocorrências de água tendem a emergir junto às margens ou no próprio leito de cheia (incidência que está relacionada com o facto das

linhas de água corresponderem comumente a descontinuidades e fraturas dos materiais geológicos que favorecem a infiltração ascendente das águas subterrâneas)¹;

c) À exceção das Termas da Ferraria, São Miguel, todos os casos de estudo são atravessados por rios ou ribeiras ou seja, neles confluem águas subterrâneas e águas de superfície;

d) As galerias ripícolas associadas às linhas de água, também designadas por oásis lineares (González-Bernaldez et al. 1989), compreendem formações vegetais diversas que asseguram um conjunto de funções ecológicas², mesmo em ambientes extremos como é o caso das Termas de Puritama no Deserto de Atacama, Chile;

f) A distribuição dos tanques/represas/piscinas é maioritariamente linear e as suas posições articulam-se em estreita dependência com a linha de água. Ocupam as margens do rio ou, em alternativa, situam-se sobre o seu leito de cheia.

g) A sua distribuição revela-se normalmente na interdependência com a pendente natural do terreno;

h) Os processos de captação, condução e distribuição da água, bem como a necessidade do seu arrefecimento (quando no ponto de origem as temperaturas são superiores a 50°) ou aquecimento (quando as águas são minerais, mas não são termais) apoia-se maioritariamente em sistemas passivos que usam a gravidade como meio de encaminhamento das águas, retendo-a por vezes em “tanques de espera” para aquecer ou arrefecer, ainda antes de chegar às superfícies onde se dá o banho.

h) Os casos abordados inscrevem-se maioritariamente em lugares isolados e em territórios eminentemente rurais.

383

Localizados sob depressões a que correspondem maioritariamente vales atravessados por linhas de água que dividem montanhas, promontórios e cordilheiras, os lugares do banho partilham a fecundidade dos lugares abrigados e de terras férteis que sempre deslumbraram e cativaram as comunidades humanas.

Se as linhas de fecho estão na origem dos primeiros caminhos que acusam as formas mais primogénitas de percorrer e conhecer o território (AA.VV, 2015), a fertilidade das terras fundas favorecidas pela abundância de água dos rios e ribeiras que as atravessam favoreceu, por outro lado, a permanência das comunidades e o desenvolvimento dos mais diversos usos e atividades, entre os quais, a prática do banho para fins terapêuticos a partir das nascentes. Tal ritual, desenvolvido em contextos normalmente aprazíveis e abrigados, carac-

¹ Sobre este assunto consultar capítulo III da presente dissertação.

² Consultar capítulo II acerca das funções ecológicas das galerias ripícolas.

terizado por uma paisagem natural cativante e estimulante, leva-nos assim a deduzir sobre a especificidades destes lugares enquanto enclaves favoráveis à terapia, ao bem-estar, emanando um conjunto de atributos e qualidades que decorrem do encontro e combinação entre as virtudes das águas e o contexto natural em que se insere.

ii) O papel da memória na construção do lugar dos banhos

Apesar da diversidade geográfica e cultural que se reconhece entre os casos de estudo cruza-os, todavia, uma história comum. Com isto referimo-nos ao papel da memória na construção do lugar consolidado a partir de sucessivas gerações que, ao longo do tempo, foram transmitindo, reportando e difundindo os benefícios terapêuticos da água. Deste modo, assim se foram instituindo as práticas do banho e assim pontos indistintos e anónimos do território se foram convertendo em lugares praticados, impregnados de vivência e significado a partir do usos que as comunidades lhes atribuíram.

Em alguns dos exemplos estudados, as virtudes das águas minerais, ainda antes dos homens, foram identificadas por animais que nos sítios onde brotavam espontaneamente as águas curavam as suas feridas. É então este processo acumulativo gerado a partir de um espaço contínua e sucessivamente praticado, partilhado e apreendido coletivamente, que se consolida outra das especificidades dos lugares dos banhos.

384

Ou seja, qualquer lugar do banho é caracterizado por uma história longa de permanências, rituais, transmissões, simbolismos e significados. Um lugar do banho é, por esta razão, sempre um lugar antigo, não se inaugura, antes se descobre, revela ou reinventa.

iii) O primitivo e o primordial

Para Leonard Koren, um banho excepcional compreende a seguinte definição:

Como poderei então definir o melhor contexto para a prática do banho? Trata-se simplesmente, ou melhor, não tão simplesmente assim, de um lugar que me ajude a recuperar o fundamental do que eu sou. Um lugar que me desperte para a minha natureza intrinsecamente terrena, sensual e reverencial pagã.
Um lugar tranquilo para desfrutar de uma das melhores sobremesas da vida no meio de um ambiente simples. Um lugar profundamente

pessoal, mesmo quando partilhado com outras pessoas, adequado para os mais íntimos sacramentos do banho³ (Koren, 1996, p.13).

Esta conceção assente sobretudo na valorização dos aspetos qualitativos da experiência faz com que o autor defenda então uma certa ideia de “anti-deseenho” ou “anti-construção” como meio e instrumento de resgate da experiência primordial do banho, fazendo corresponder ao mérito das formas casuais e improvisadas (porque estritamente fundadas na oportunidade do lugar), o potencial de exortação do que é essencial na relação entre o corpo e a água.

Para aludir a esta mesma ideia recuperamos, complementarmente, as palavras de Germán del Sol acerca das Termas Geométricas em que a valorização do remoto e do essencial é parte do fundamento discursivo da intervenção:

O banho nas Geométricas permite-lhe experimentar a sedução primitiva de purificar-se com água ou acender a fogueira e deixar-se levar pelo seu constante movimento que o detêm e acalma (Sol, 2007, p. 69).

Todos os casos de estudo considerados na presente investigação inscrevem-se na variante não medicalizada da prática termal, e os banhos são maioritariamente praticados em ambiente exterior, revelando uma intensa relação com o contexto e a paisagem envolvente. Independentemente das variantes programáticas, configuração, extensão ou experiência que nos propõem, a apetência contemporânea para a valorização de um ambiente de reencontro com a natureza, favorece em grande parte a emergente vitalidade destes lugares, onde em alguns casos se procura recuperar e reinventar o sentido originário e primitivo das formas iniciais da prática do banho.

385

Em suma, tal perspetiva, ancorada na valorização da frugalidade da experiência e do elementar (no sentido de contrariar o acessório, o excesso ou o sofisticado), é uma perspetiva não somente relevante para compreender a génese do banho, como potencialmente útil na discussão e reflexão sobre os lugares do banho na contemporaneidade.

iv) O corpo no centro do mundo: multissensorialidade e ritualidade

Falar de banhos implica ir a banhos e afrontar os aspetos mais enigmáticos, muitas vezes imprecisos, íntimos e intransmissíveis que integram a sua prática. Um texto que procura abordar esta dimensão experiencial é, pois, sempre incompleto, resultando unicamente de uma ínfima parte que os olhos, a pele

³ Transcrição do texto original: “So do i define a great bathing environment? It is simply, or rather no-so-simply, a place that helps bring my fundamental sense of who I am into focus. A place that awakens me to my intrinsic earthy, sensual, and paganly reverential nature. A quite place to enjoy one of life’s finest desserts amidst elemental surroundings. A profoundly personal place, even when shared with other people, suitable for the most intimate sacraments of bathing.” (Koren, 1996, p. 13).

ou o nariz conseguiram capturar, ficando, porventura, de fora, os aspetos mais intransmissíveis e indecifráveis.

A exposição do corpo a determinada realidade física é influenciada por uma condição geográfica, climática, biológica, química e atmosférica específica, que condiciona a alteração de estados físicos e emocionais e, com ela, a desmultiplicação das formas de sentir.

O corpo humano representa nestes lugares “o centro do mundo das experiências” (Pallasmaa, 2011, pág. 38) e os lugares do banho, os territórios de apetência dessa intensa e diversa exploração multissensorial.

Da releitura dos textos que abordam as questões experienciais sobressaem considerações que atravessam todos as esferas sensitivas: desde o odor a enxofre que caracterizam muitas das águas; ao confronto do corpo com elevadas temperaturas da água; à coloração e viscosidade do fundo dos tanques onde se depositam lamas e calcites.

O som da corrente dos rios caudalosos, o pó fino do deserto que se entranha na pele na aproximação ao vale, o desconforto do enxame de insetos sobre o corpo, o contraste de temperaturas entre períodos de imersão e deslocação, o dramatismo dos lugares em virtude do vapor quente de água que ora oculta ou desvenda o que está ao alcance da nossa visão, o sabor da água, são outros registos que fortalecem esta dimensão polifónica dos sentidos⁴. Tudo o que se observa e se dá a perceber e a conhecer através do olfato, do tato, da audição ou do gosto integra o hiper-estímulo que constitui a experiência de ir a banhos e a sua excecionalidade.

386

Diz-nos Juhani Pallasmaa, que crítica o domínio prevalente da dimensão visual na sociedade ocidental que “a visão revela o que o tato já sabe” (2011, p. 40) e, complementarmente, que “a visão desvinculada do tato não poderia ter qualquer ideia de distância, exterioridade ou profundidade, e consequentemente nem de espaço ou corpo” (Berkeley, conforme citado em Pallasmaa, 2011, p. 40). Ora, estes lugares do banho concedem-nos precisamente a oportunidade de compreender esta dimensão extra-visual do espaço, cuja simultaneidade dos sentidos invocados revela-se como atributo fundamental da natureza singular da prática de ir a banhos e dos respetivos lugares que a promovem.

⁴ Bachelard refere-se à polifonia dos sentidos no contexto da sua exploração em torno do devaneio da fenomenologia da imaginação a partir da qual “todos os sentidos despejam e se harmonizam no devaneio poético” (1996, p. 6).

Para além da multissensorialidade que caracteriza a experiência de “ir a banhos”, esta é também moldada e influenciada pela deslocação do nosso corpo que se movimenta em função de um conjunto de etapas, organizadas de forma sequencial.

Em resultado das altas temperaturas e mineralização das águas está implícita uma espécie de protocolo que regula os períodos máximos de permanência dentro de água, assim como um conjunto de ações prévias e pós-banho. Tal especificidade pressupõe, resumidamente, uma preparação preliminar que compreende uma aproximação lenta e gradual, de modo a adaptar o corpo à temperatura da água, sucedido do banho de imersão e, finalmente, um período de pausa e descanso após o banho, a que pode corresponder um período de efetivo repouso (deitado ou sentado), a toma de um chá ou de uma refeição. A ritualidade destes lugares é pois outro das suas especificidades.

Em síntese, a unidade que nos é revelada em torno das características geográficas e físicas mas também antropológicas, rituais e fenomenológicas que integram os lugares do banho, leva-nos a considerar a hipótese da sua autonomia.

Ou seja, a partir da confluência de um conjunto atributos aqui observados, ensaiamos a hipótese de agregação destes lugares sob a designação de “território terapêutico” ou “geografia terapêutica”⁵ – termo que remete para a estrutura de suporte de um conjunto de relações físicas, ambientais e vivências que distingue e particulariza estes espaços, relacionando-os simultaneamente entre si.

387

É justamente apoiada nesta visão, mais integrada e interrelacionada (que procura no fundo reconhecer a íntima substância dos lugares do banho), que identificamos o eixo de força da reflexão em torno dos territórios rurais a partir dos lugares de banho – aqui entendidos como catalizadores/operadores de uma experiência e vivência particulares capaz de transformar e valorizar determinado espaço, lugar ou região.

⁵ Estas designações já haviam sido antecipadas no capítulo II, a partir da análise do território de estudo. Contudo, só nos capítulos VI e VII dos casos de estudo se explora e fundamentam estas noções.

3.

ENSAIO PRÁTICO

VIII. Atlas de imagens: insinuações na paisagem
IX. Aproximação ao fundamento propositivo da investigação

VIII. Atlas de imagens: insinuações na paisagem

Breve introdução às imagens

Atlas de imagens

Breve introdução às imagens

Este atlas expõe um conjunto de imagens-referência, que constituem parte da metodologia adotada no desenvolvimento do ensaio prático.

Selecionadas com a intenção de sustentar um raciocínio e, porventura, guiar uma certa aproximação ao desenho, as imagens recolhidas são como que o suporte imagético de uma narrativa que procura revelar novos lugares, e, ao mesmo tempo, refletir sobre a construção dos lugares.

Assim, mais do que uma visão arquivista, que procurasse atribuir sentido a um conjunto vasto de imagens ocasionais, propusemo-nos reunir imagens-referências que, embora de proveniências distintas, partilham o mesmo contexto – o dos territórios ermos, descampados, rurais, alguns deles desabitados ou mesmo desertos – expressos em vistas aéreas, fotografias e desenhos-síntese.

A partir, por um lado, do território de estudo e, por outro, da arte contemporânea (mais especificamente, de algumas intervenções no âmbito da land art e site-specific art), a que correspondem, respetivamente, uma visão operativa/funcional e uma visão provocatória/prospetiva sobre modos de intervir na paisagem, procurámos identificar processos e mecanismos que estão na base da sua concretização/construção, encontrando aí um campo de afinidades e convergências entre as imagens.

Não se trata, por isso, de uma agregação por similitudes visuais, formais ou contextuais (embora possamos estabelecer estas relações), mas sim de uma associação dos mecanismos ou processos que estão na origem da sua evidência material: mecanismos ou modos de fazer partilhados e expressos, por exemplo, tanto na construção das eiras ou charcas da região de Mértola, como nas intervenções de Carl Andre, Richard Long, Michael Heizer, entre outros.

Surgiram-nos, desse modo, um conjunto de operações que se revelam sob a forma de contornos, saliências, destaques, inserções, depressões, cavidades, contrastes, direções, sentidos, superfícies, linhas, geometrias a partir de muros, de charcas, de perímetros, de percursos, de aglomerados ou sobreposições de materiais, de linhas de luz, de geometrias puras, de espelhos, telas ou áreas ou zonas erodidas ou pisadas.

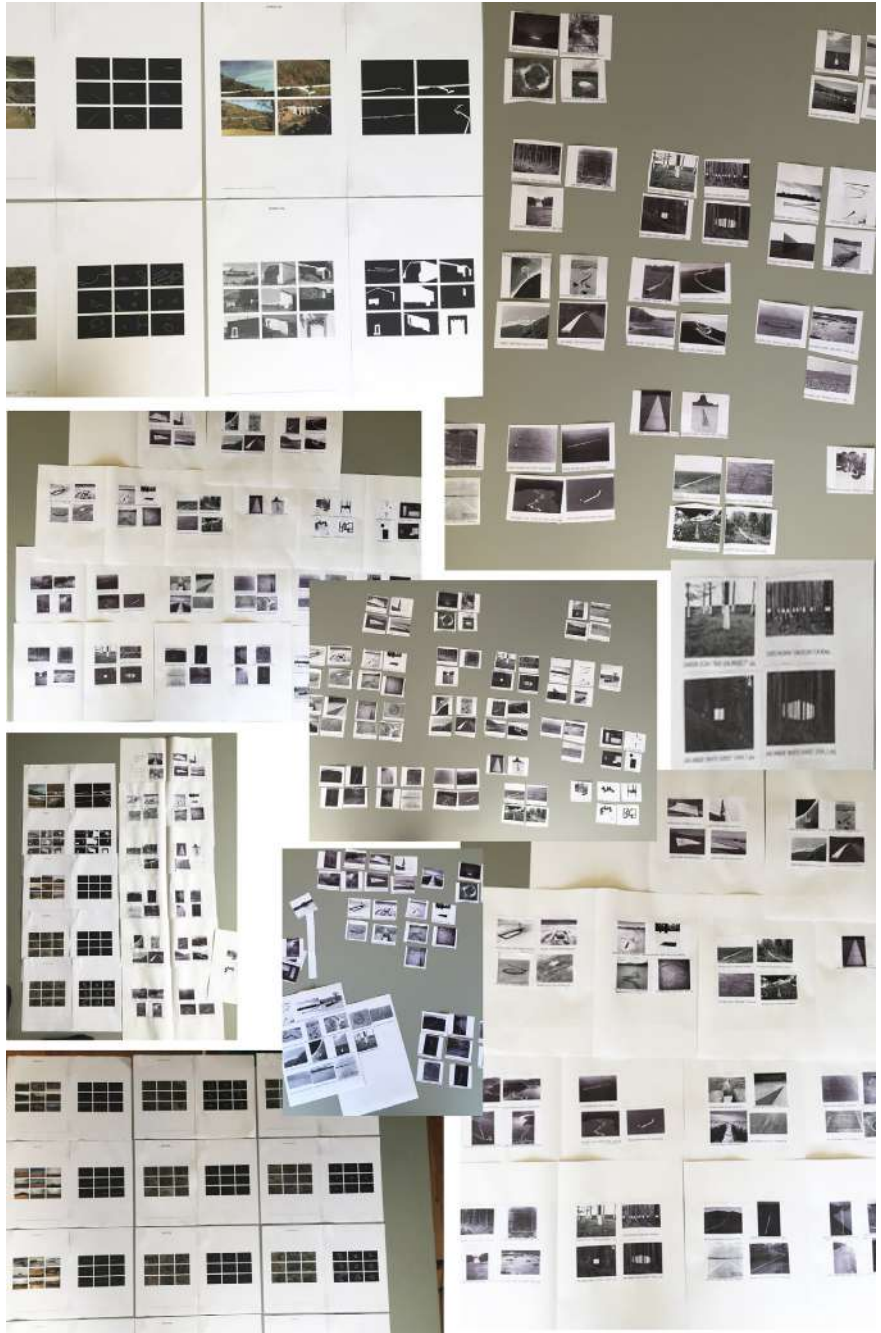
Estamos, pois, perante uma coleção de insinuações na paisagem, que interpelam, desafiam e transformam definitivamente os lugares e seus territórios, aqui distribuídos de acordo com a seguinte sequência:

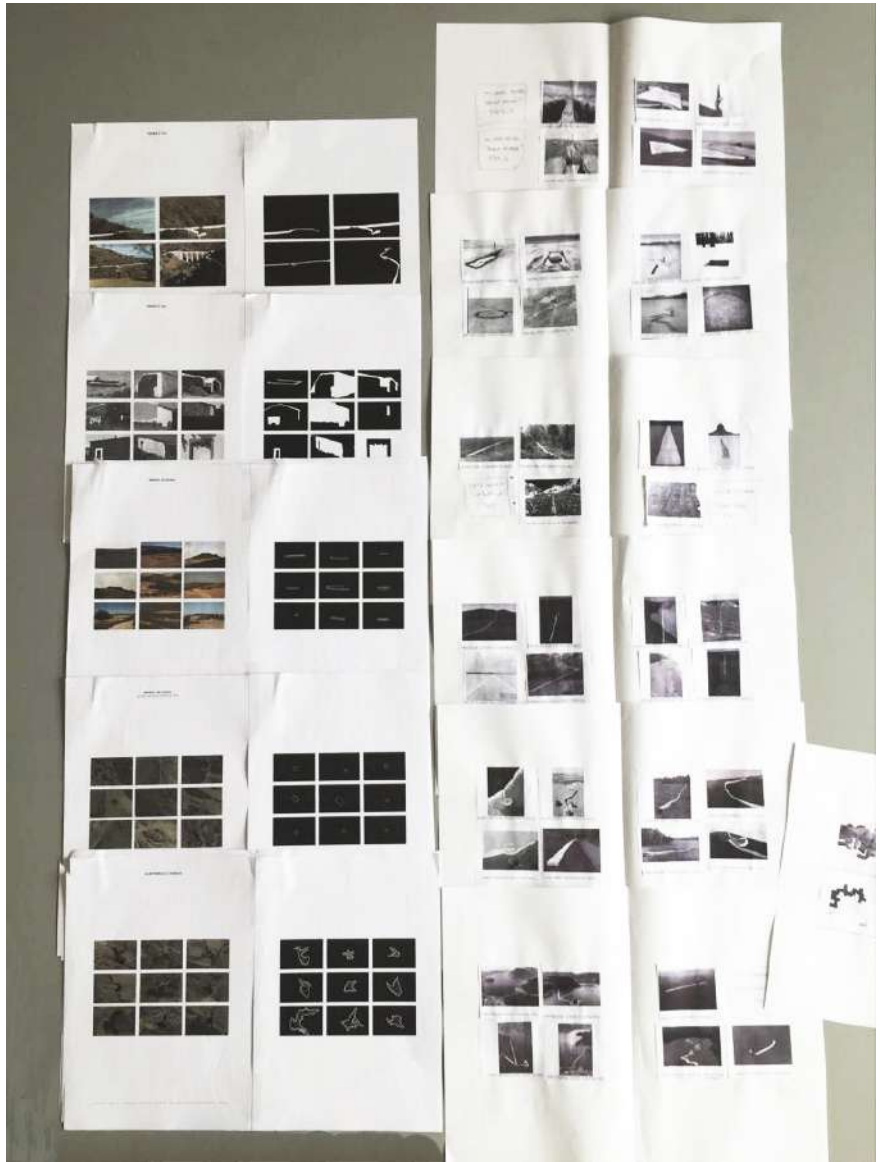
imagens de charcas, poços e albufeiras;

imagens de muros na forma de redis, malhões, malhadas, canais ou eiras;

imagens de contraste entre a pedra e a cal; e, por fim,

imagens de diversas intervenções artísticas.





Atlas de imagens

Cavidades

Contornos

Contrastes

Depressões

Direções

Disposições

Destaques

Inserções

Limites

Linhas

Percursos

Planos

Positivo (por oposição ao negativo)

Saliências

Sentidos

Superfícies

Tensões

Expresso em imagens



1.



2.



3.



4.



5.



6.



7.



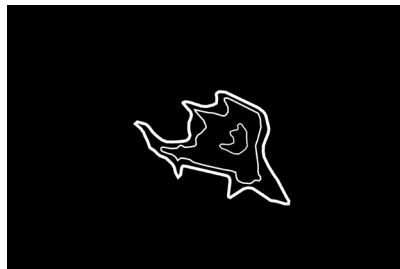
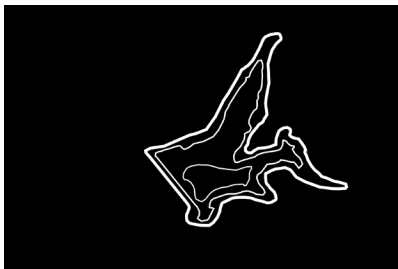
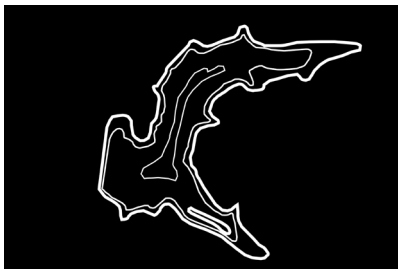
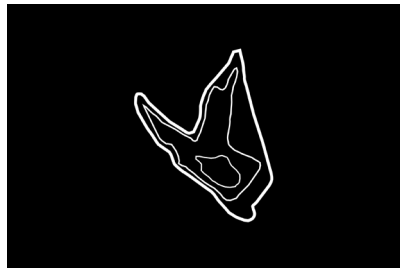
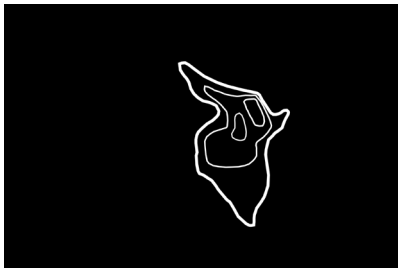
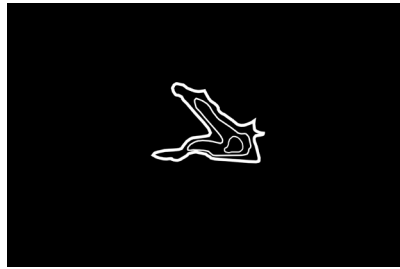
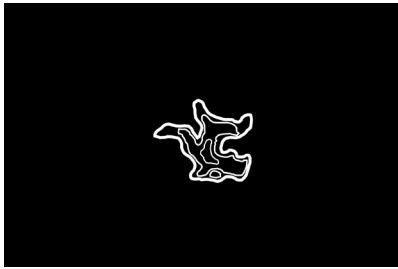
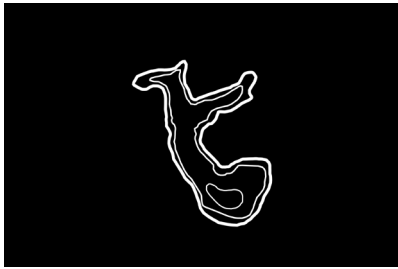
8.



9.

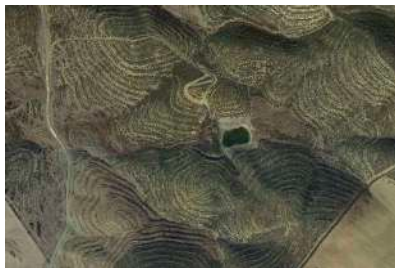
Mértola

1. Alcaria-Ruiva 2. Milhoro 3. Vale de Évora 4. Vale de Évora 5. Corvos 6. Serralhas 7. Vale Travessos 8. Corte Sines 9. Gato
Fonte: imagens recolhidas a partir do Google Earth, a altitude de 700m.





1.



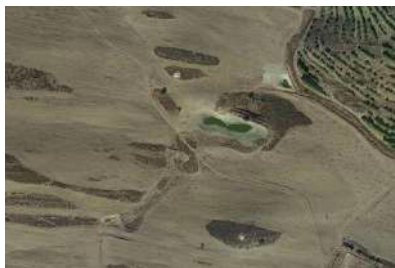
2.



3.



4.



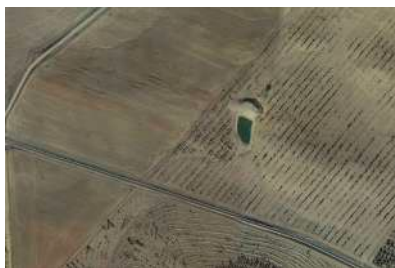
5.



6.



7.



8.

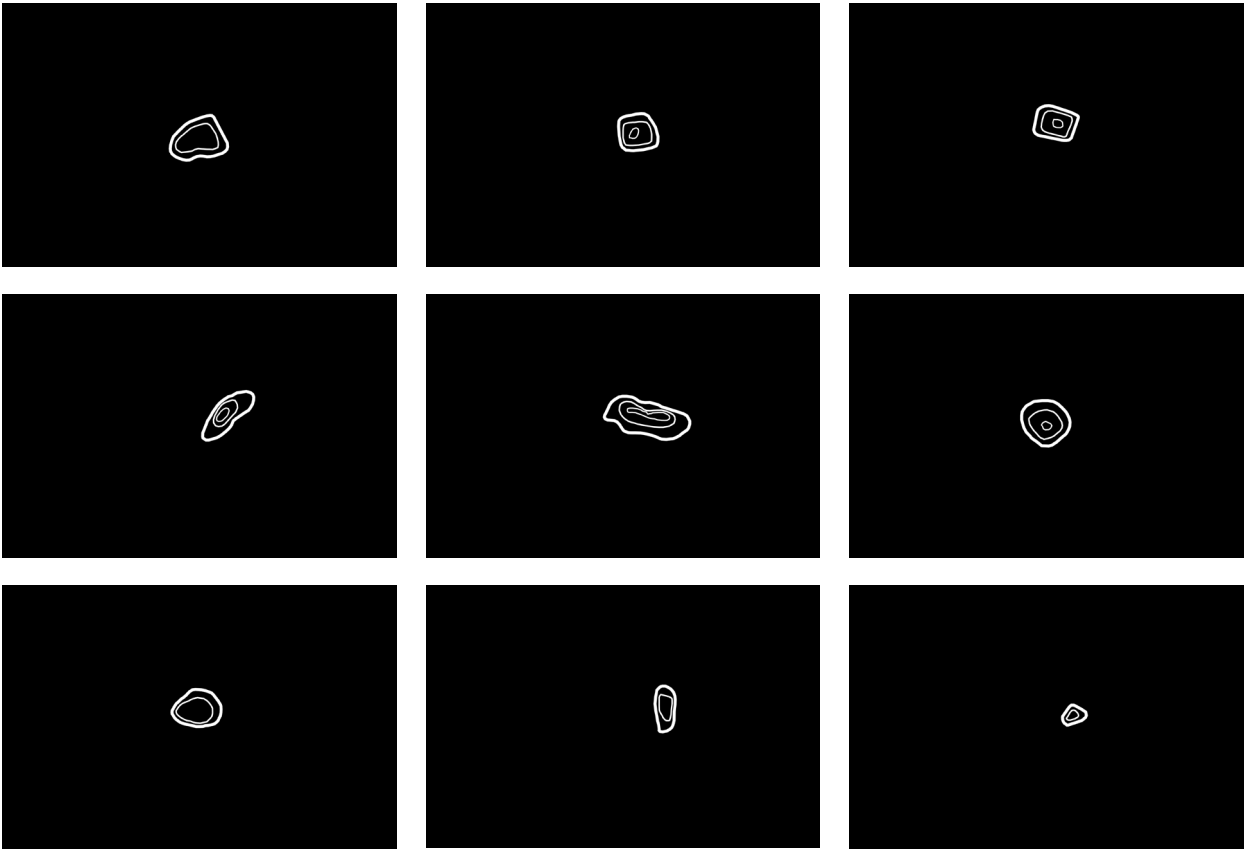


9.

Mértola

1. Manuel Galo 2. Góis 3. Boisões 4. Boisões 5. Belo 6. Castanhos 7. Castanhos 8. Meceares 9. Meceares

Fonte: imagens recolhidas a partir do Google Earth, a altitude de 700m.





1.



2.



3.



4.



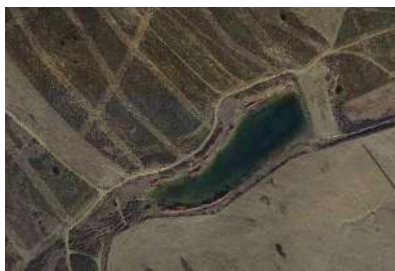
5.



6.



7.



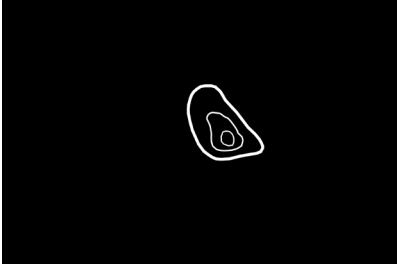
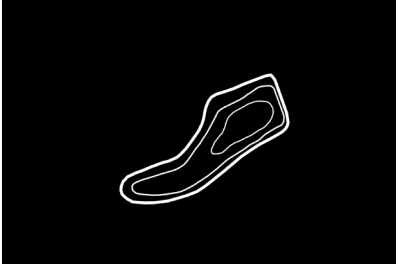
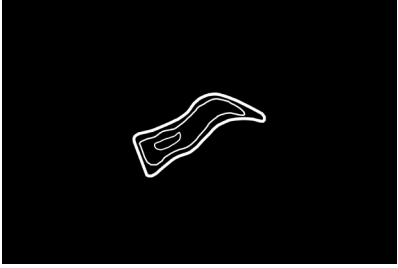
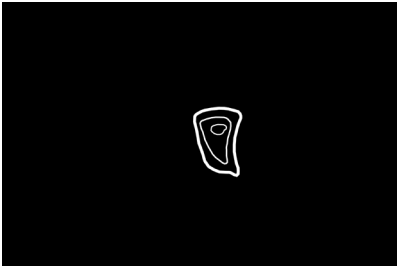
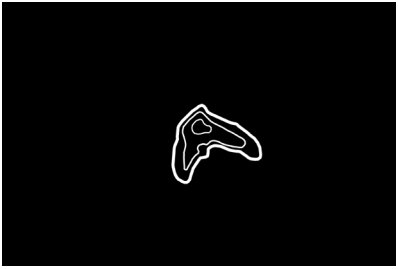
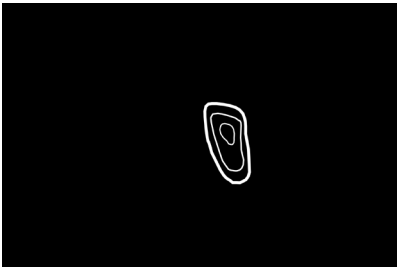
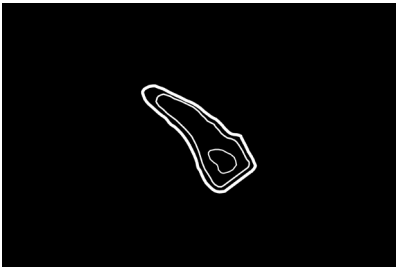
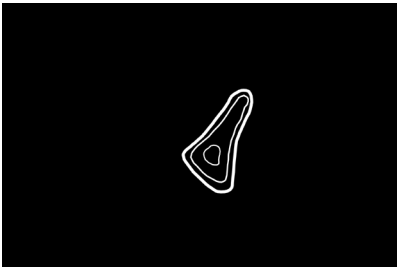
8.



9.

Mértola

1. Aipo 2. Esragosa 3. Gatão 4. Castanhos 5. Morena 6. Laborato 7. Corredoura 8. Lobato 9. Corredoura
Fonte: imagens recolhidas a partir do Google Earth, a altitude variável entre 700m e 900m.

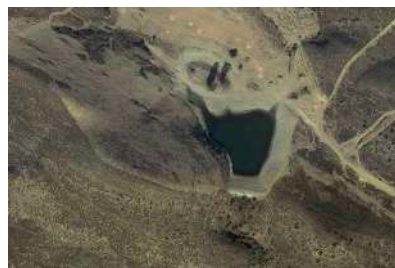




1.



2.



3.



4.



5.



6.



7.



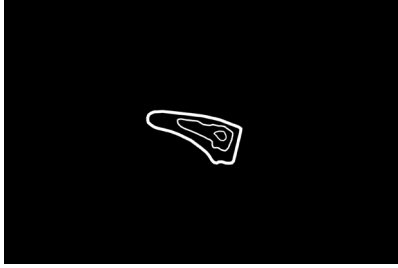
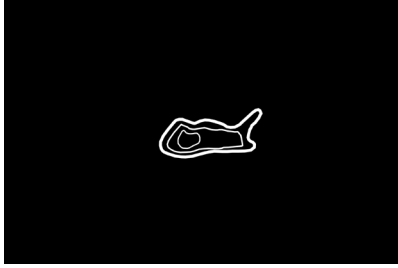
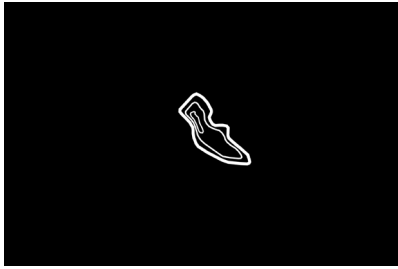
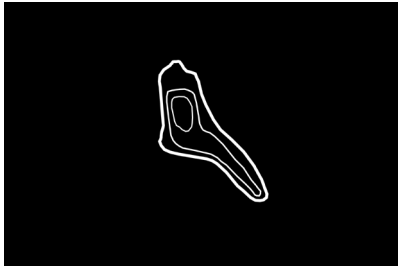
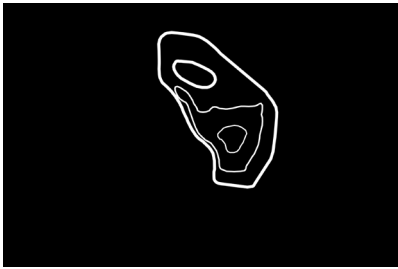
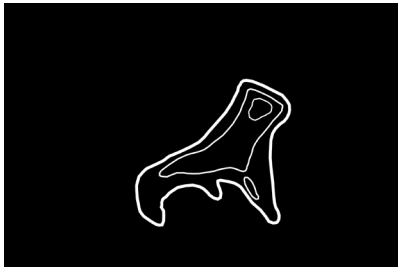
8.



9.

Mértola

1. Santa Marta 2. Santa Marta 3. Romeiras 4. Moinho de Vento 5. Moinho de Vento 6. Serranos 7. Moinho de Vento 8. Brites Gomes 9. Corte da Velha
Fonte: imagens recolhidas a partir do Google Earth, a altitude variável entre 700m e 1300m.





1.



2.



3.



4.



5.



6.



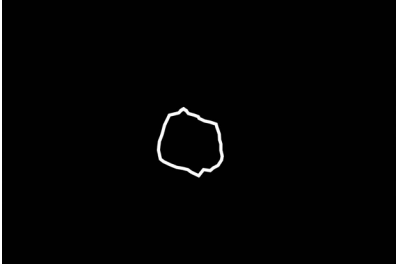
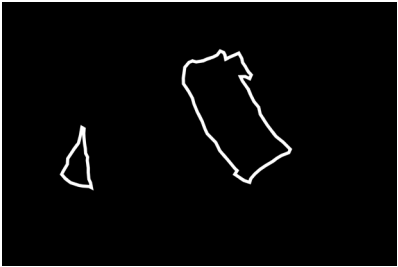
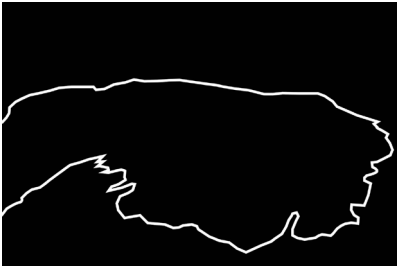
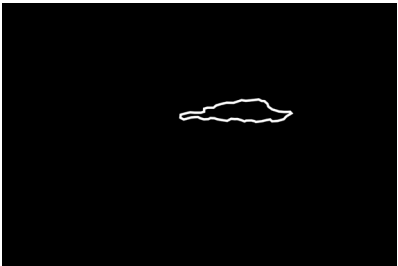
7.



8.



9.





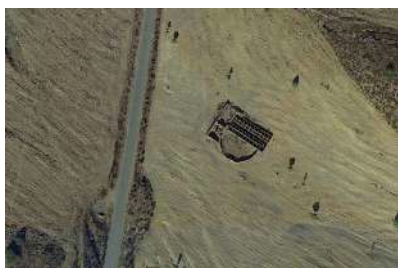
1.



2.



3.



4.



5.



6.



7.



8.



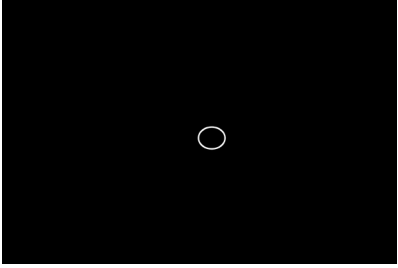
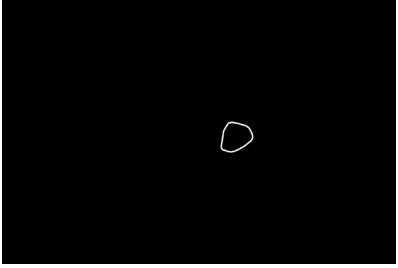
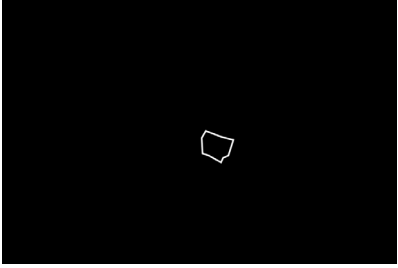
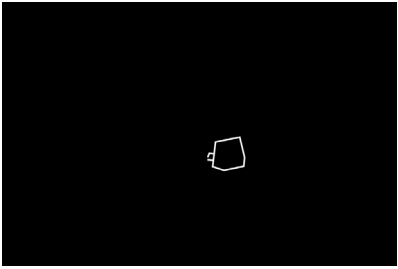
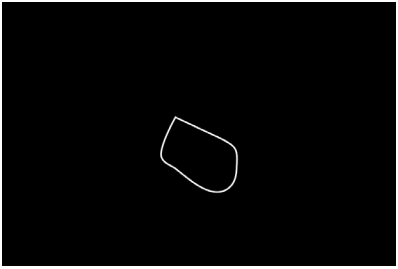
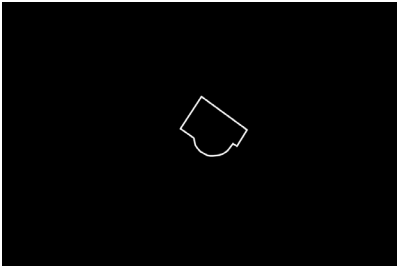
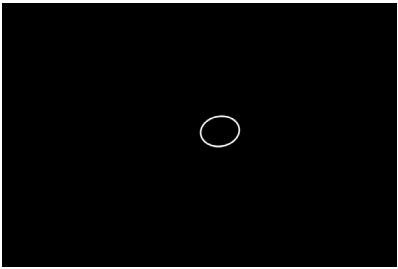
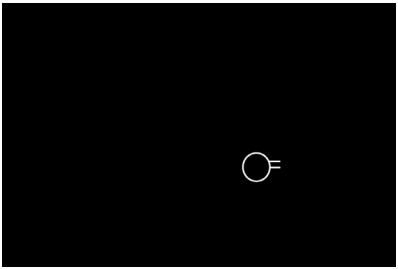
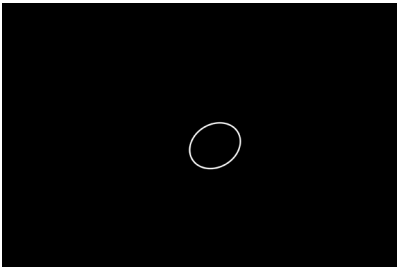
9.

Mértola

1. Herdade de Santa Maria 2. Monte Velho, São João dos Caldeireiros 3. Ledo 4. Brites Gomes 5. Bicada 6. Quinta da Caldeira, São João dos Caldeireiros 7.

EN267 - Monte Velho, São João dos Caldeireiros 8. Pereiras 9. Alcaria Longa

Fonte: imagens recolhidas a partir do Google Earth, a altitude variável entre 400m e 450m.





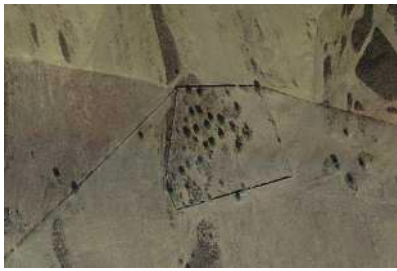
1.



2.



3.



4.



5.



6.



7.



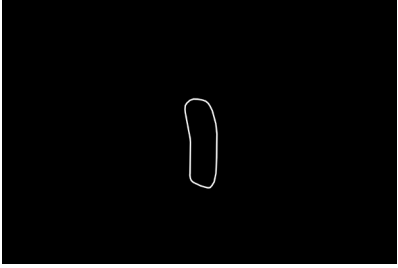
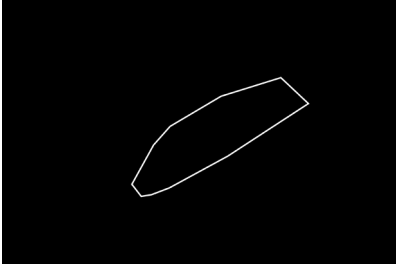
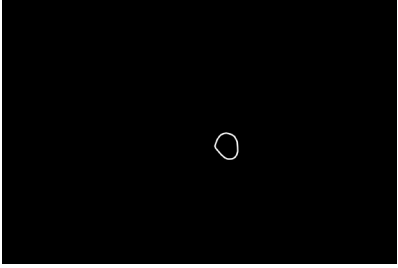
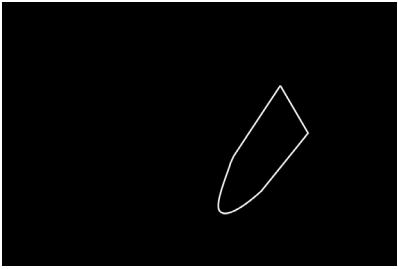
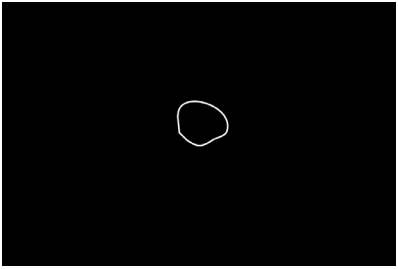
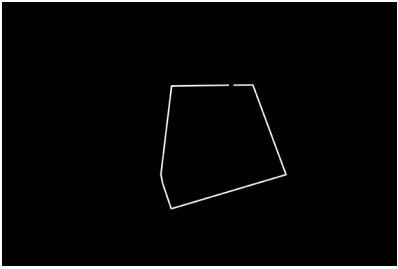
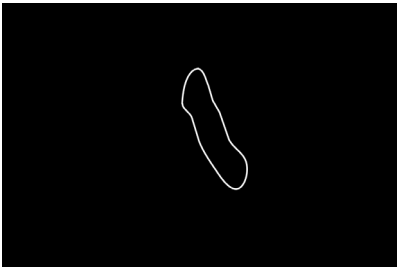
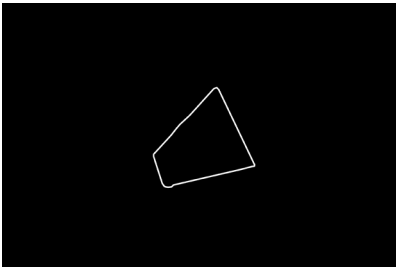
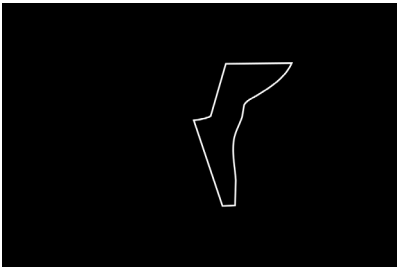
8.



9.

Mértola

1. Monte Carros 2. Tacões 3. Papa Leite 4. Serranos 5. Monte Carros 6. Ledo 7. Alvares 8. Espragosa 9. Alvares
Fonte: imagens recolhidas a partir do Google Earth, a altitude variável entre 400m e 700m.





1.



2.



3.



4.



5.



6.



7.



8.

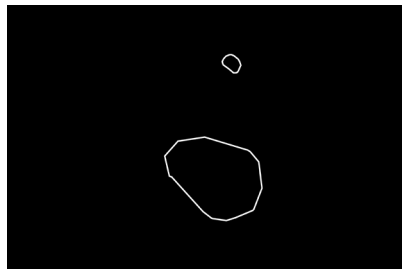
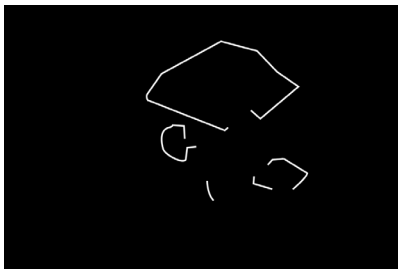
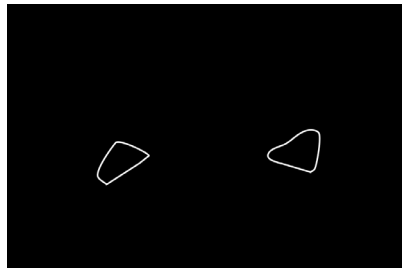
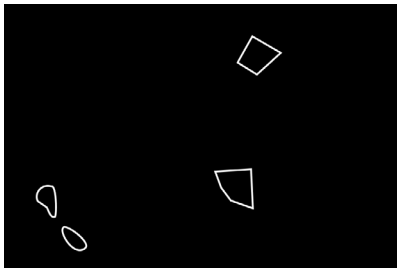
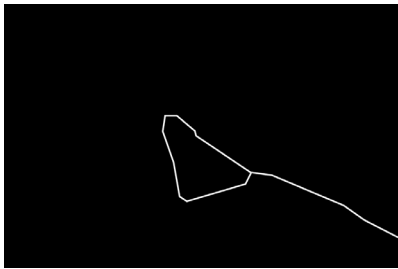
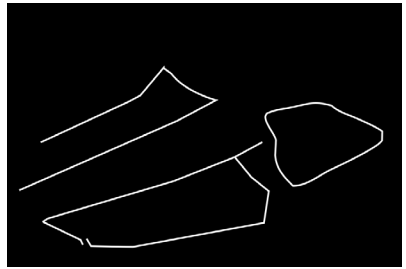
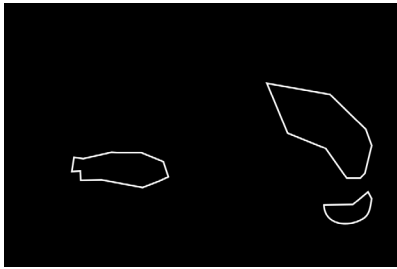
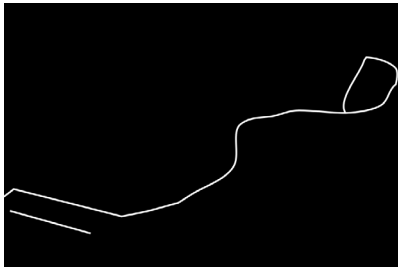


9.

Mértola

1. Namorados 2. Local por identificar 3. Alamo 4. São João dos Caldeireiros 5. Brites Gomes 6. Alamo 7. Simões 8. Herdade de Sta. Maria, São João dos Caldeireiros 9. Penilhos

Fonte: imagens recolhidas a partir do Google Earth, a altitude variável entre 400m e 950m.





1.



2.



3.



4.



5.



6.



7.



8.

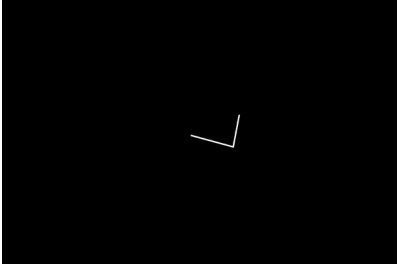
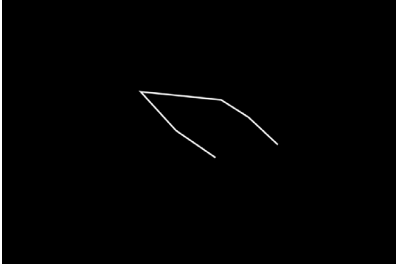
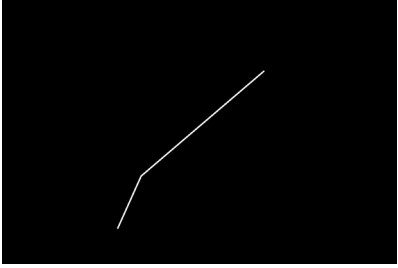
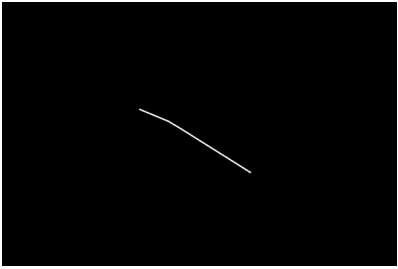
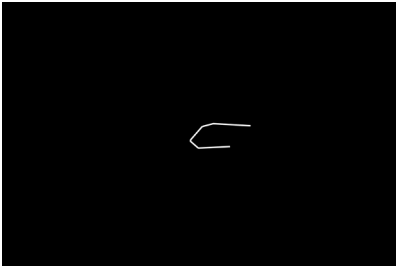
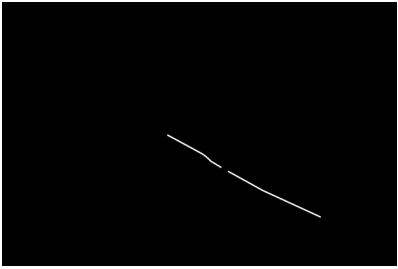
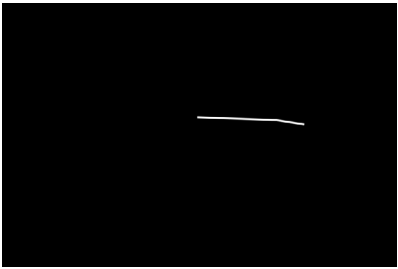
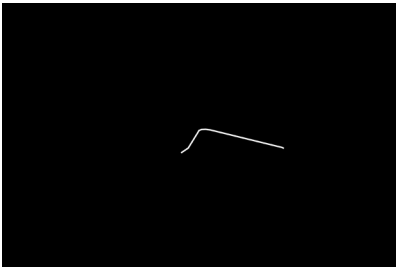
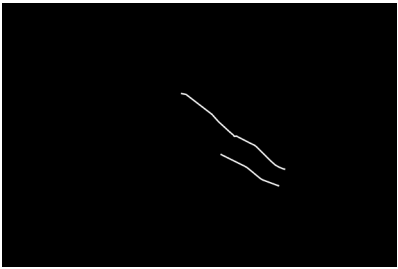


9.

Mértola

1. Romeiras 2. Penilhos 3. Vasco Rodrigues 4. Romeiras 5. São João dos Caldeireiros 6. Vasco Rodrigues 7. Corcha 8. São Sebastião de Carros
9. Alcaria Ruiva

Fonte: imagens recolhidas a partir do Google Earth, a altitude variável entre 400m e 750m.





1.



2.



3.



4.



5.



6.



7.



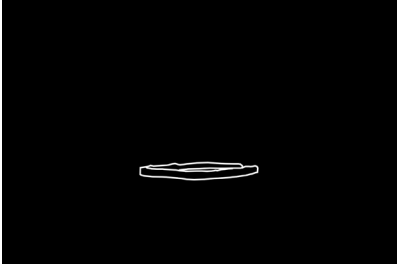
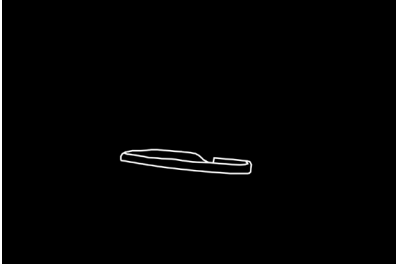
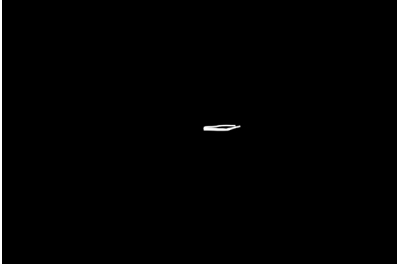
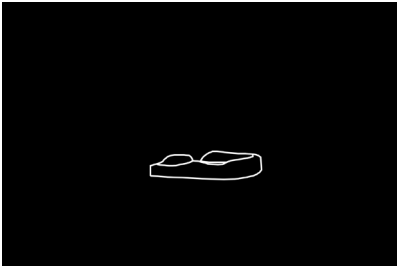
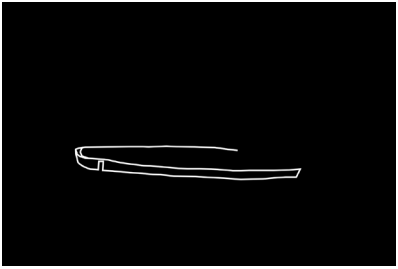
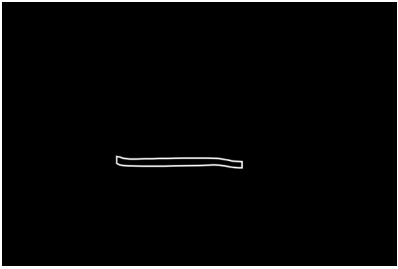
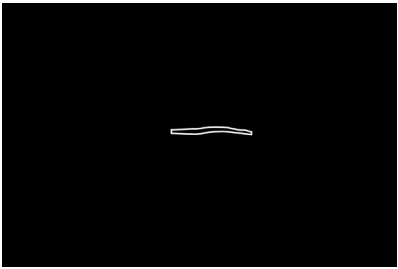
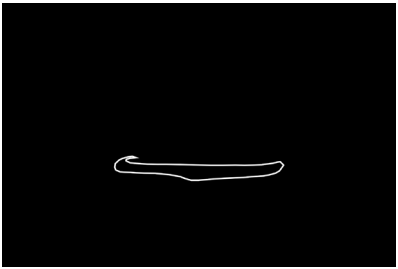
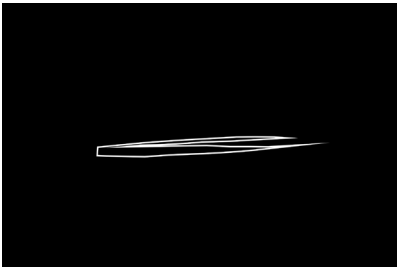
8.

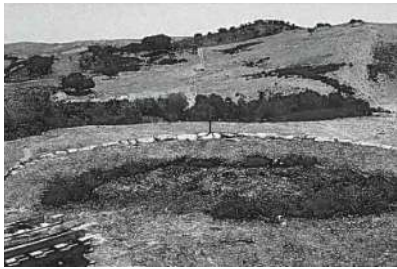


9.

Mértola

1. Eiras em Salgueiros, Alcaria dos Javazes 2. Eiras em Salgueiros, Alcaria dos Javazes 3. Monte Carros 4. Monte Carros 5. Papa Leite
6. São Sebastião de Carros 7. EN267 - Monte Velho, São João dos Caldeireiros 8. Ledo 9. Quinta da Caldeira, São João dos Caldeireiros





1.



2.



3.



4.



5.



6.



7.



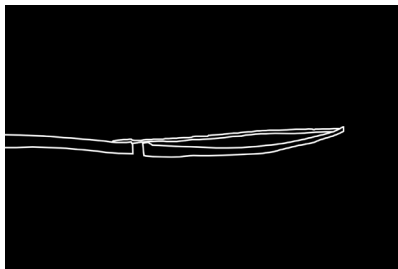
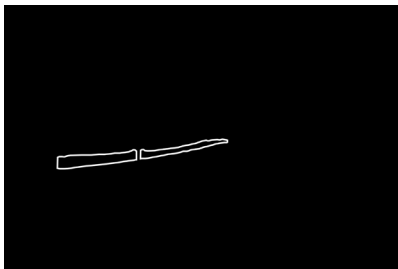
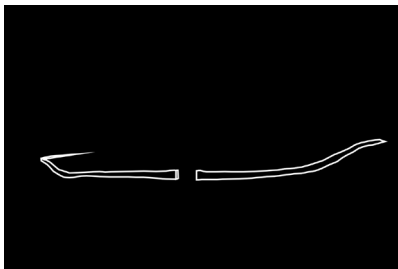
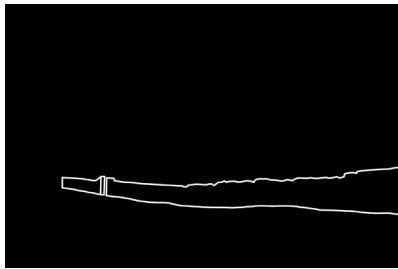
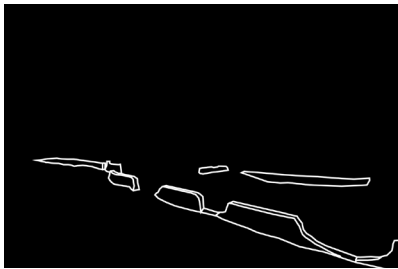
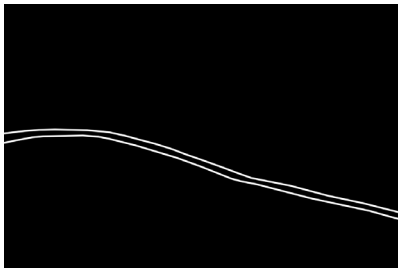
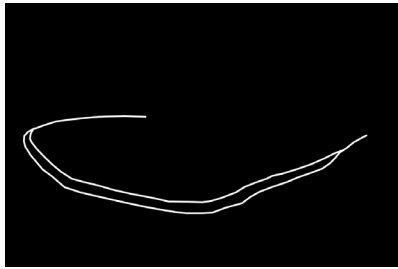
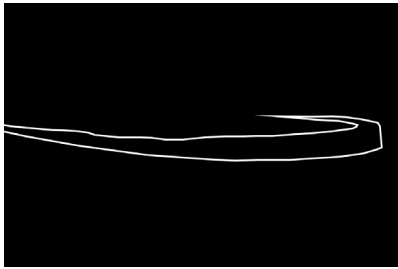
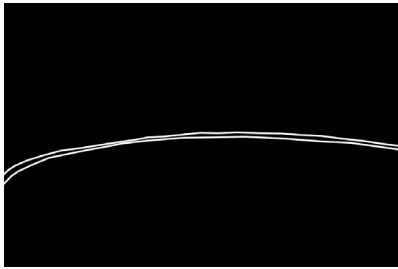
8.



9.

Mértola

1. Eira em Monte da Corcha 2. Eira em Monte da Corcha 3. Vasco Rodrigues 4. São João dos Caldeireiros 5. São João dos Caldeireiros
6. Monte Carros 7. Simões 8. Monte Carros 9. Herdade de Sta. Maria, São João dos Caldeireiros

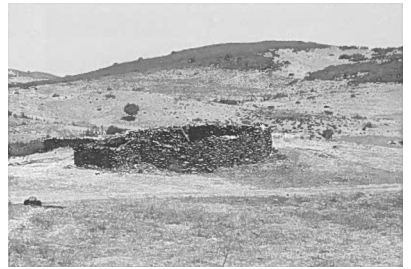




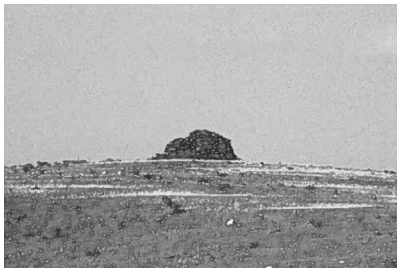
1.



2.



3.



4.



5.



6.



7.



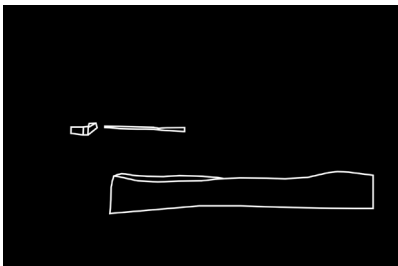
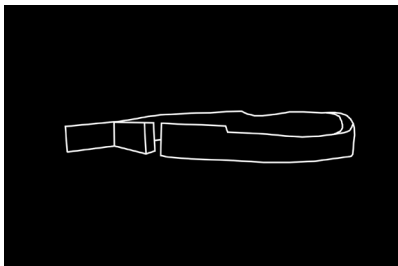
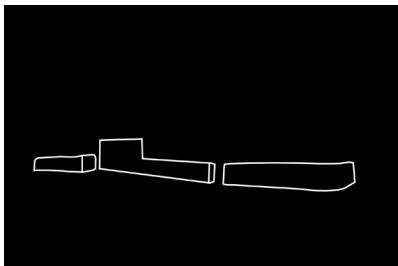
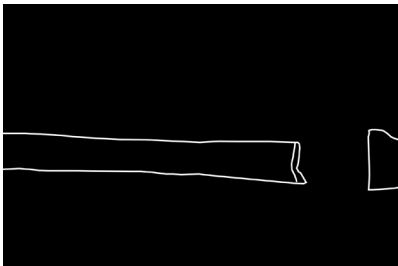
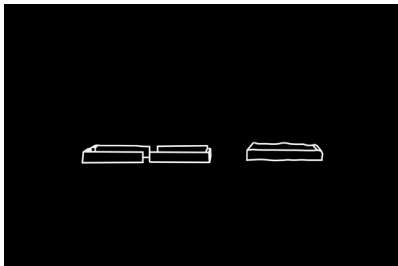
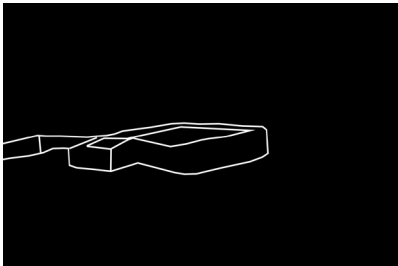
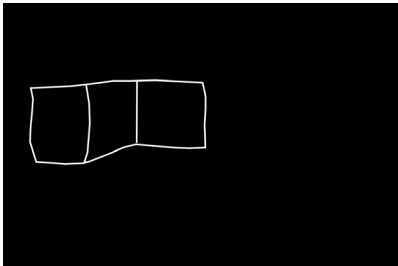
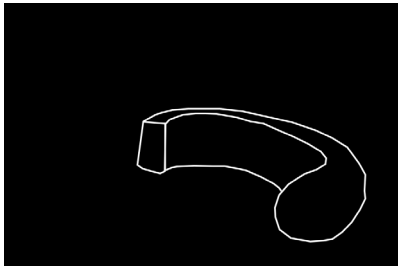
8.



9.

Mértola

1. Poços públicos em Corte Pequena e em Amendoeira da Serra 2. Malhões em Castanhos (L), Boizões, S.Vicente, Corte Gafo, Via Glória e Besteiros 3. Redil em Pires Alves 4. Malhões em Castanhos, Boizões, S.Vicente, Corte Garfo, Via Glória e Besteiros 5. Simões 6. São João dos Caldeireiros 7. Simões 8. Monte Velho, São João dos Caldeireiros 9. Papa Leite





1.



2.



3.



4.



5.



6.



7.



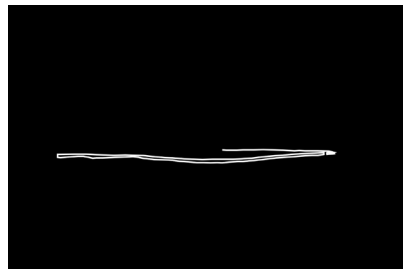
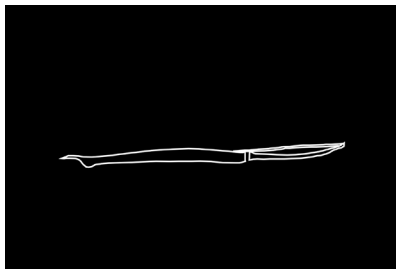
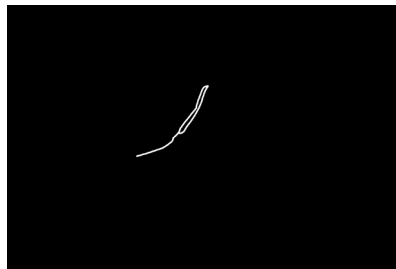
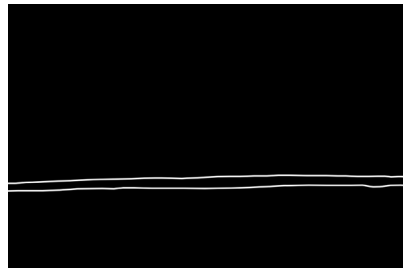
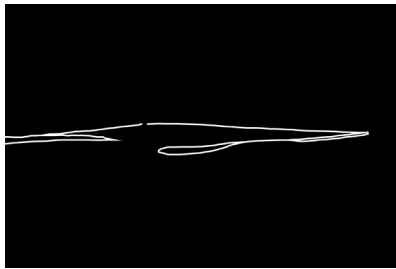
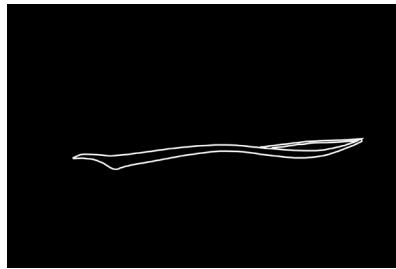
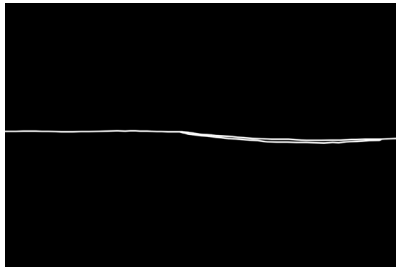
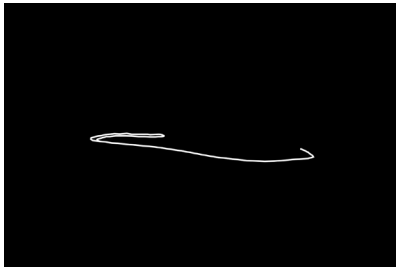
8.



9.

Mértola

1. São Sebastião de Carros 2. Herdade de Sta. Maria, São João dos Caldeireiros 3. São Sebastião de Carros 4. Herdade de Sta. Maria, São João dos Caldeireiros 5. Quinta da Caldeira, São João dos Caldeireiros 6. São Sebastião de Carros 7. Vasco Rodrigues 8. Herdade de Sta. Maria, São João dos Caldeireiros 9. Simões





1.



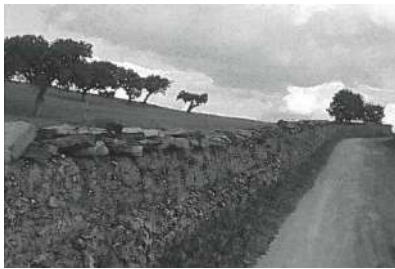
2.



3.



4.



5.



6.



7.



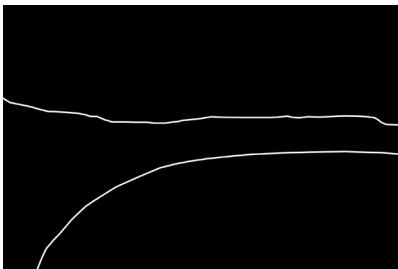
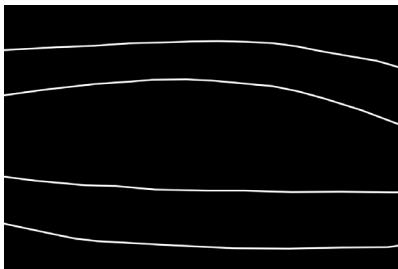
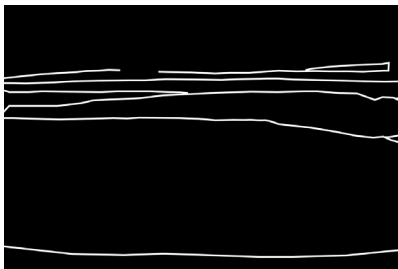
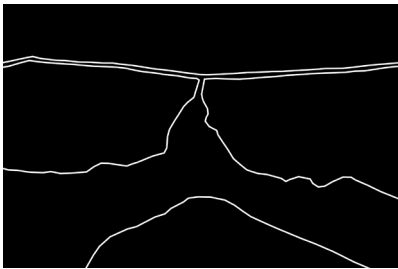
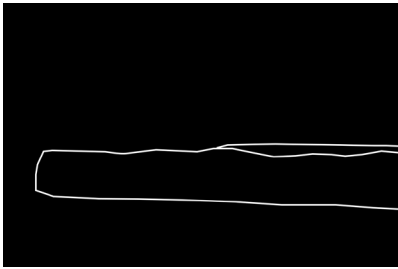
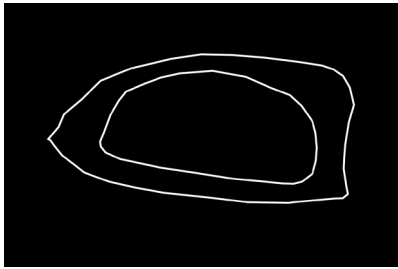
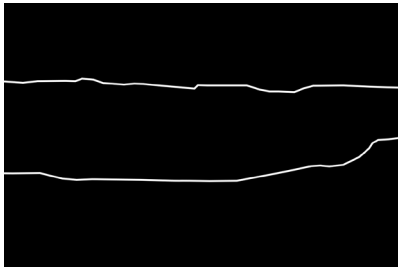
8.



9.

Mértola

1. Quinta da Caldeira 2. Redil Zambujal 3. Redil em Corte Pão e Água 4. Corte da Velha 5. Corte de Sines 6. Vicentes 7. Zambujal 8. A dos Fernandes 9. Monte Velho, São João dos Caldeiros





1.



2.



3.



4.



5.



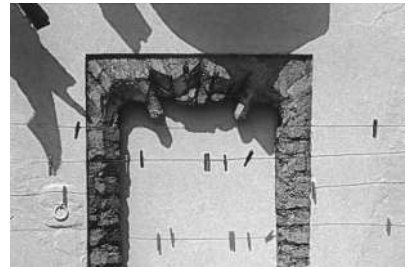
6.



7.



8.



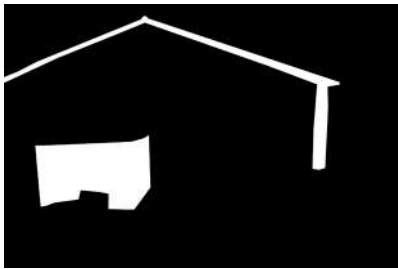
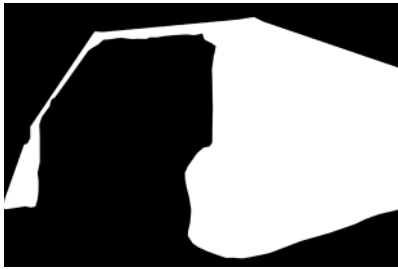
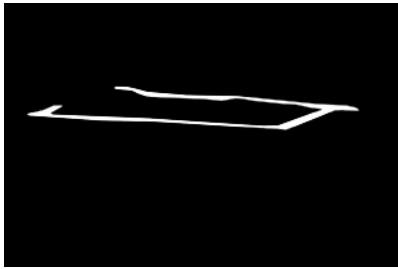
9.

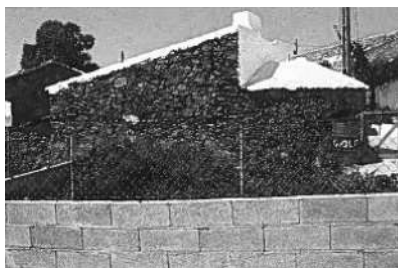
Mértola

1. Poclga em Vasco Rodrigues 2. Nichos para pombos em Brites Gomes e Formoa 3. Vasco Rodrigues 4. Pires Alves 5. Vasco Rodrigues 6. Murteira

7. Mosteiro 8. Murteira 9. Mértola

Fonte: Varanda (2002).





1.



2.



3.



4.



5.



6.



7.



8.



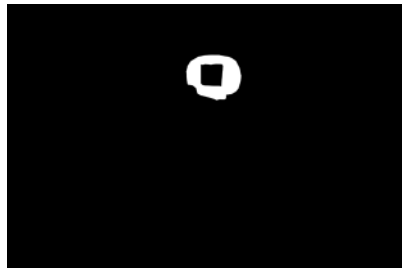
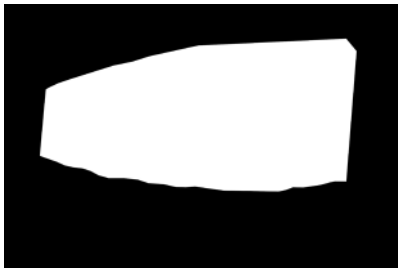
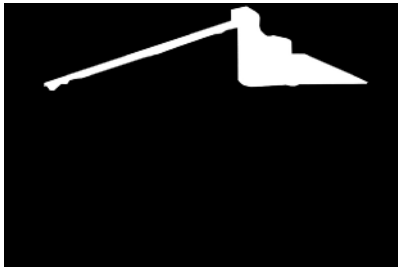
9.

Mértola

1. Muro em blocos de betão, Roncão 2. Depósito de água num plinto de pedra 3. Currais em S. Sebastião dos Carros 4. Mosteiro 5. Sapos 6. Mértola

7. Simões 8. Corte Gafe de Cima 9. Poiais em Vasco Rodrigues e Corte Gafu de Baixo

Fonte: Varanda (2002).





1.



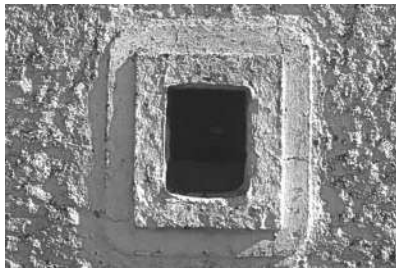
2.



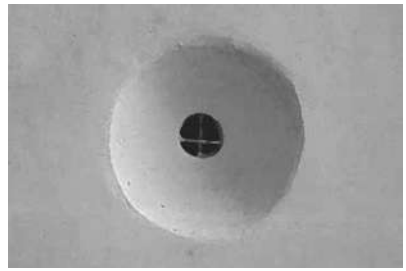
3.



4.



5.



6.



7.



8.



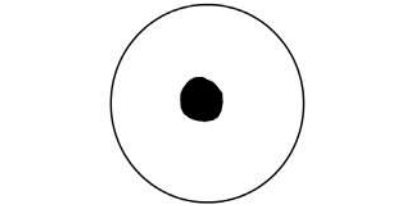
9.

Mértola

1. Salgueiros 2. Poiais em Vasco Rodrigues e Corte Gafó de Baixo 3. Vargens 4. Alcaria Ruiva 5. Alcaria Ruiva 6. Amendoeira da Serra 7. Corte de Sines

8. Ramada em Tamejoso 9. Alcaria dos Javazes

Fonte: Varanda (2002).





1.



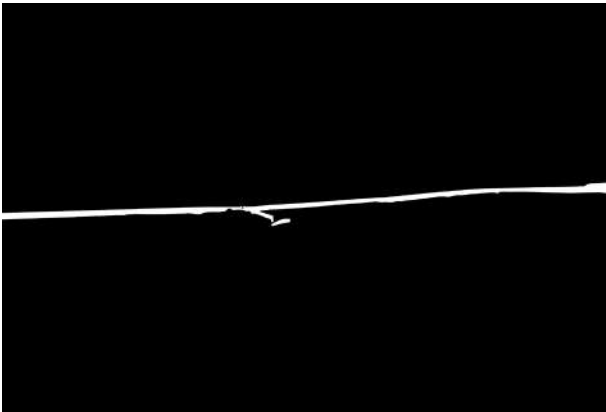
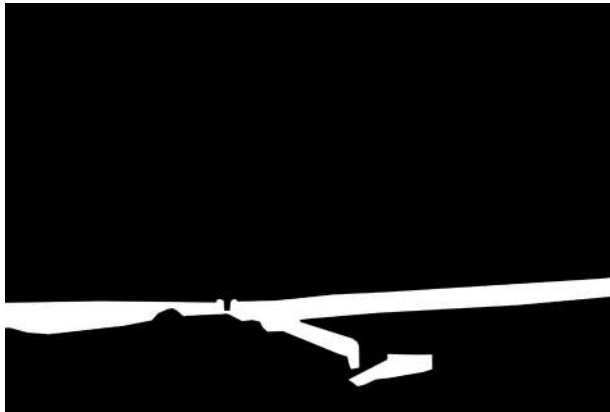
2.



3.



4.





1.



2.



3.



4.



5.



6.



7.



8.



9.



10.



11.



12.



13.



14.



15.



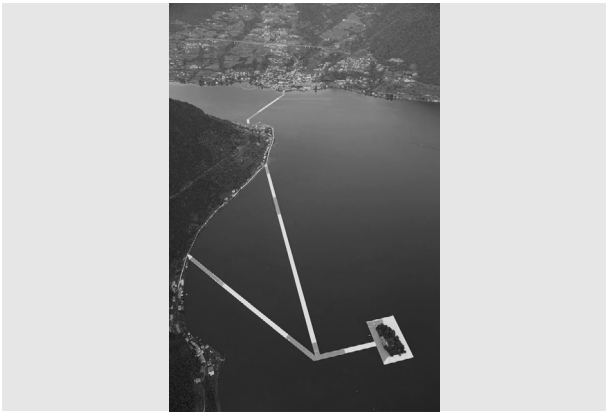
16.



17.



18.



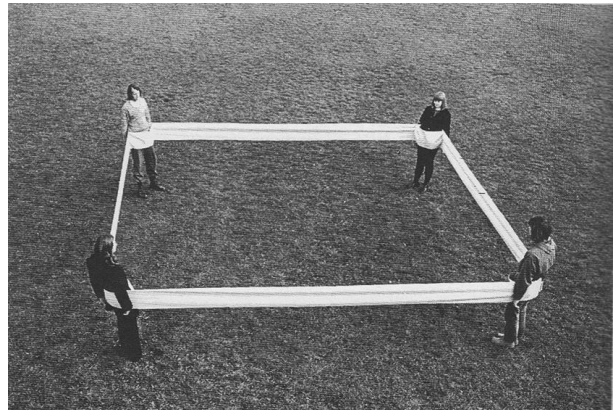
19.



20.



21.



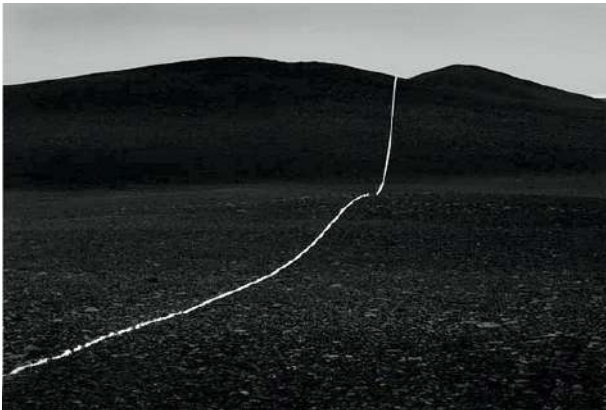
22.



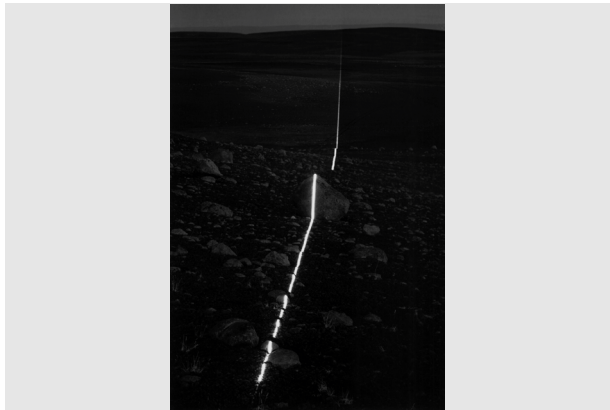
23.



24.



25.



26.



27.



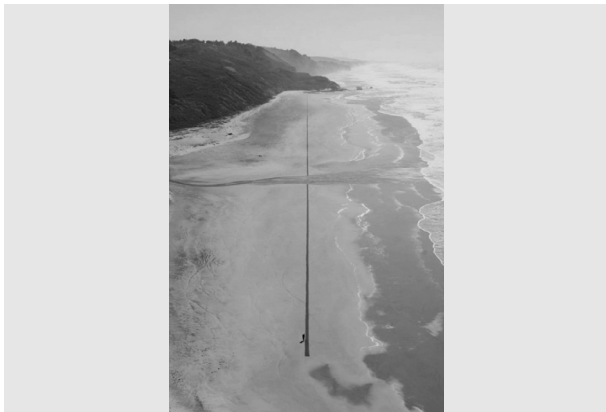
28.



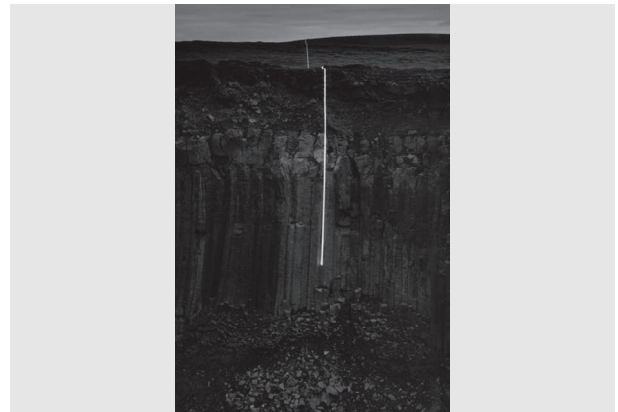
29.



30.



31.



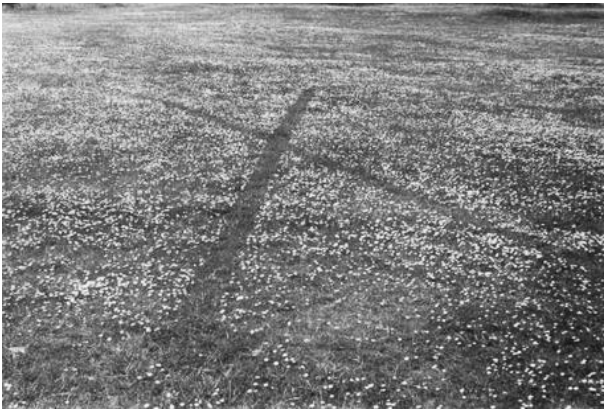
32.



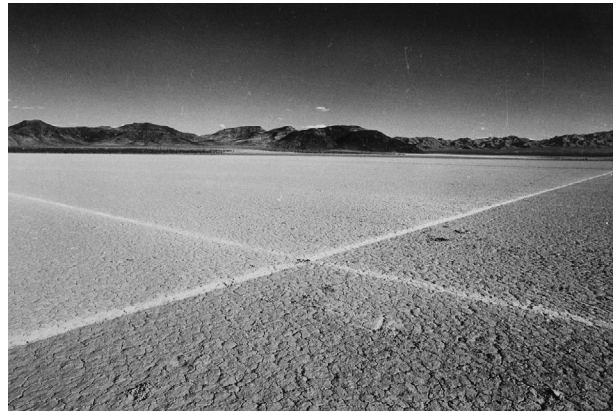
33.



34.



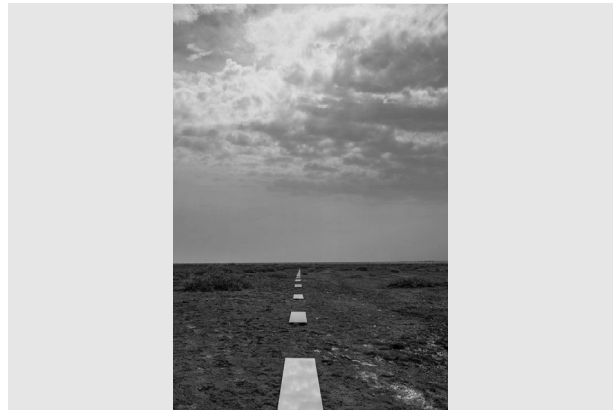
35.



36.



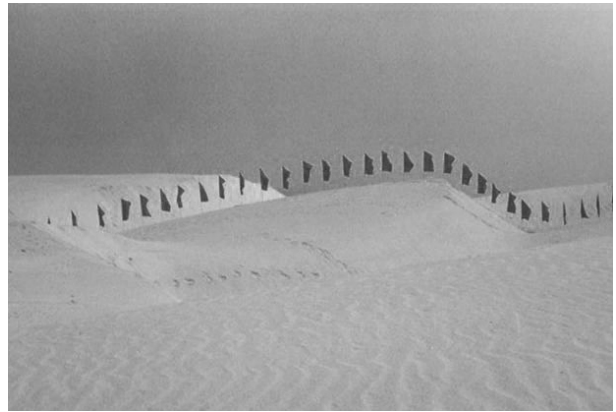
37.



38.



39.



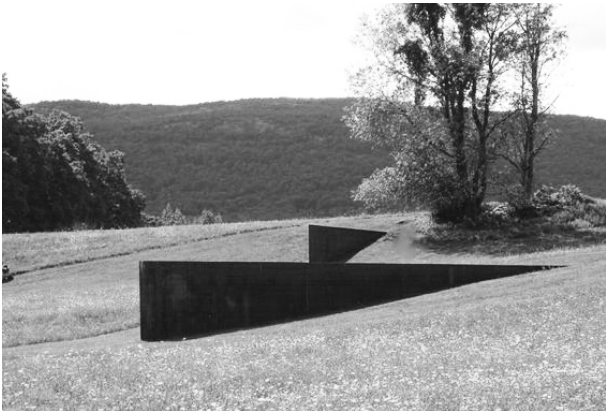
40.



41.



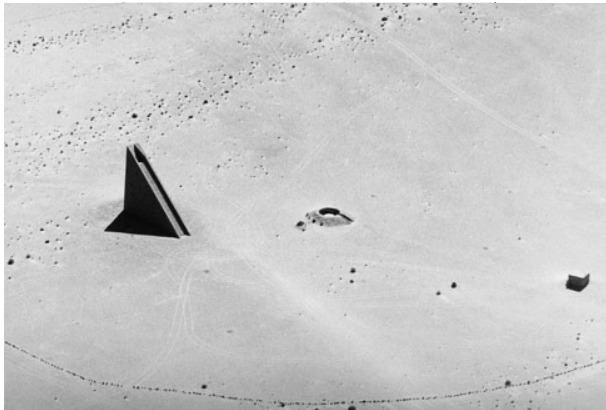
42.



43.



44.



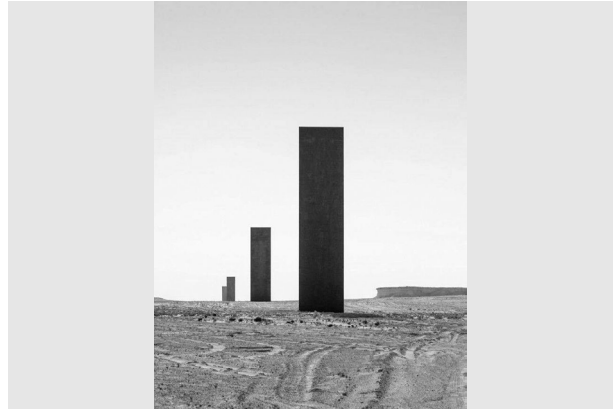
45.



46.



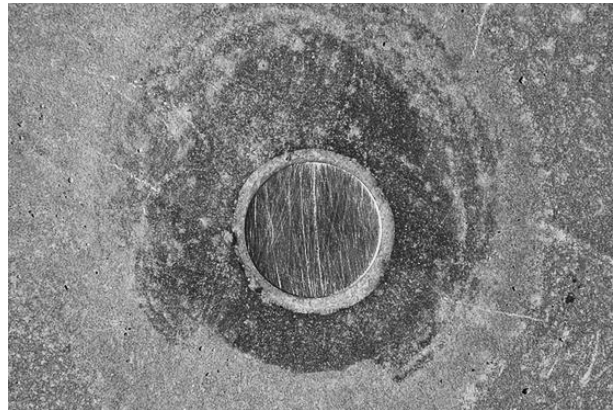
47.



48.



49.



50.



51.



52.



53.



54.



55.



56.



57.



58.



59.



60.



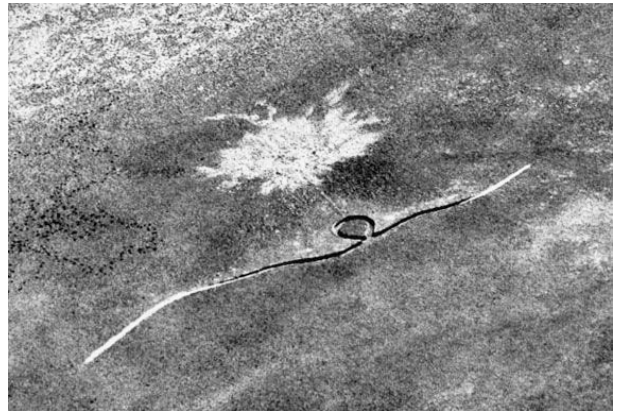
61.



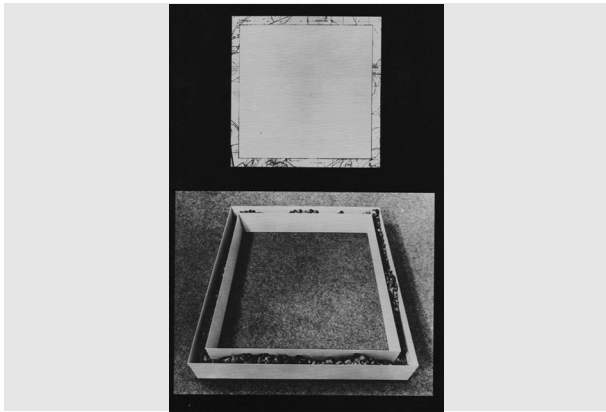
62.



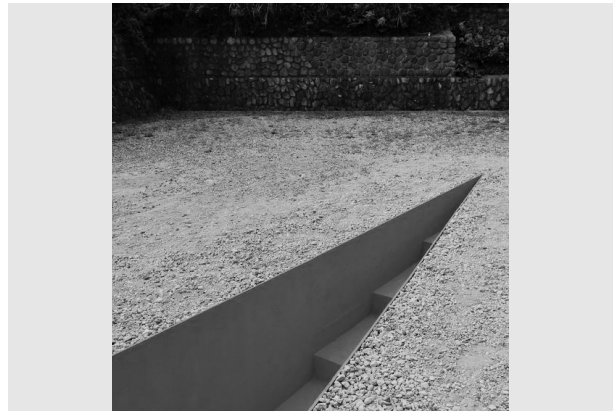
63.



64.



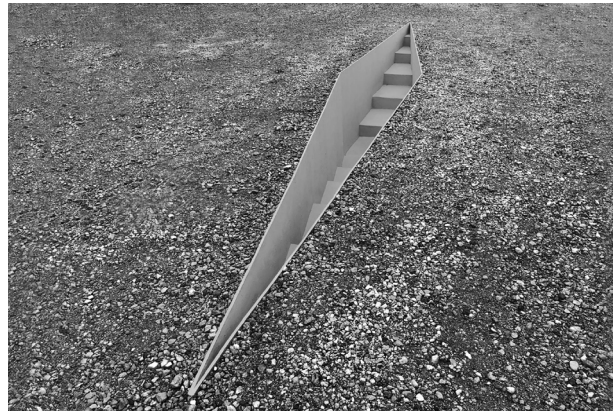
65.



66.



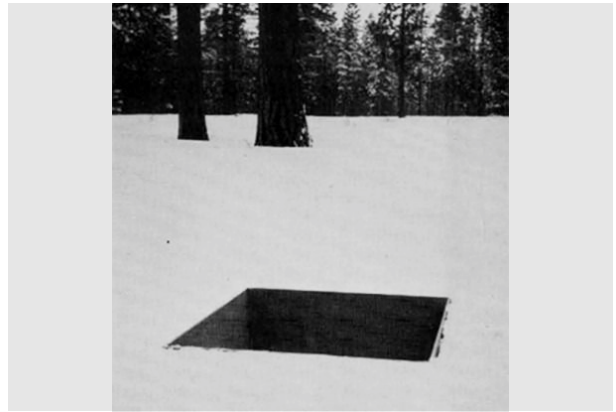
67.



68.



69.



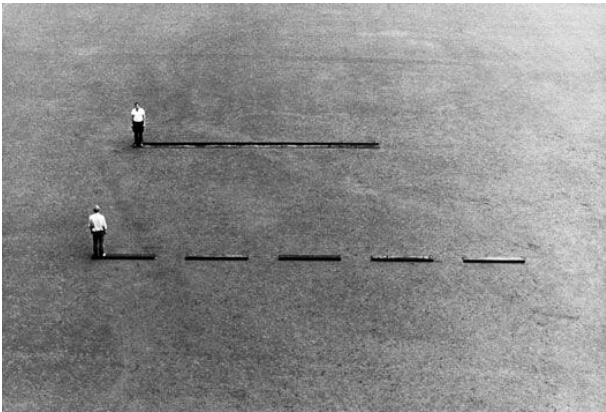
70.



71.



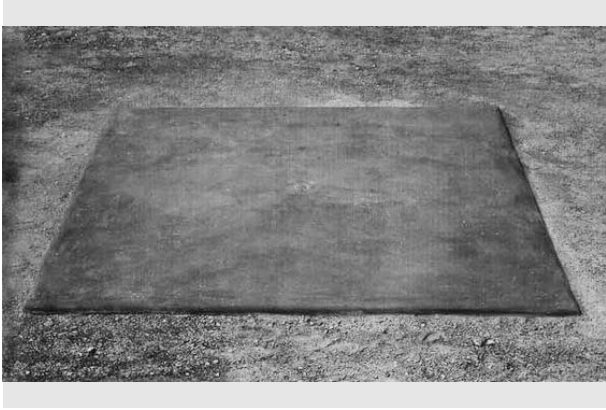
72.



73.



74.



75.



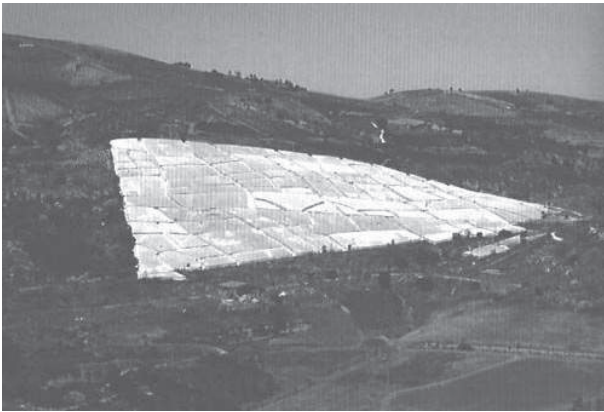
76.



77.



78.



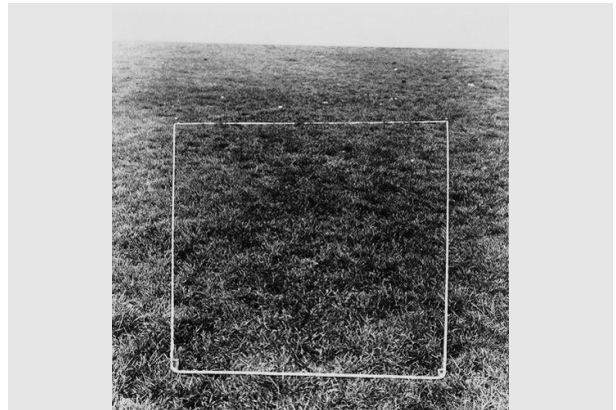
79.



80.



81.



82.



83.



84.



85.



86.



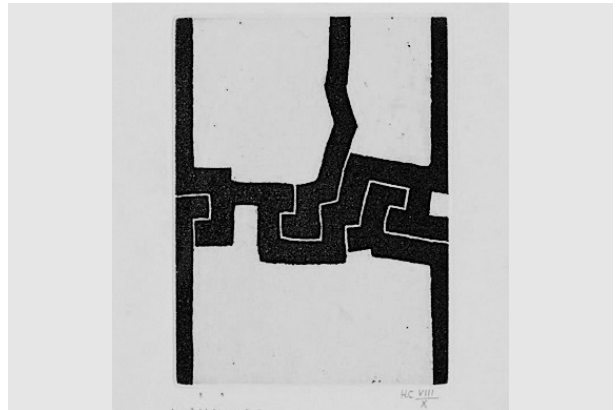
87.



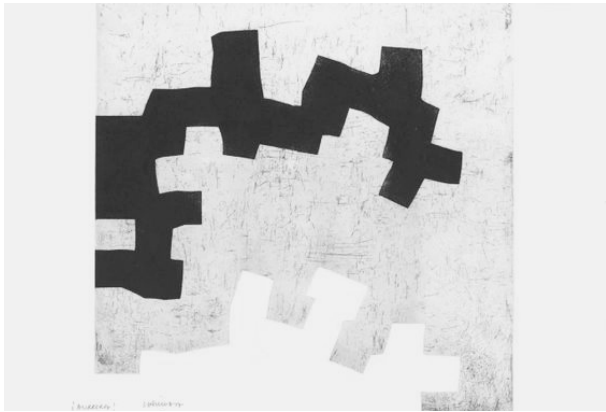
88.



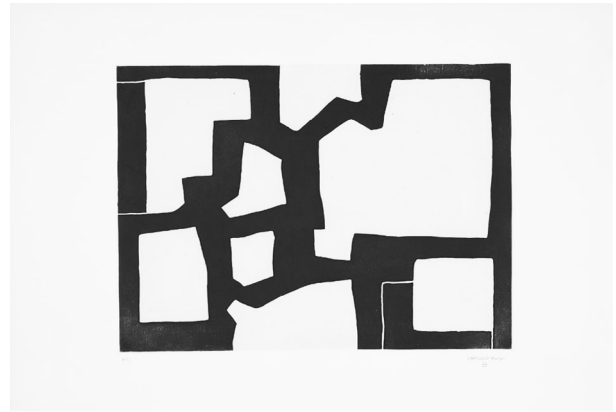
89.



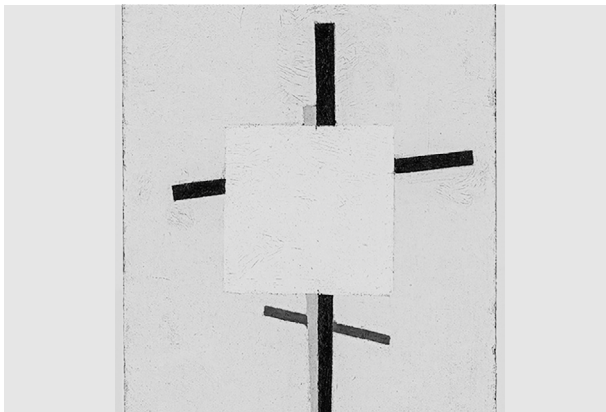
90.



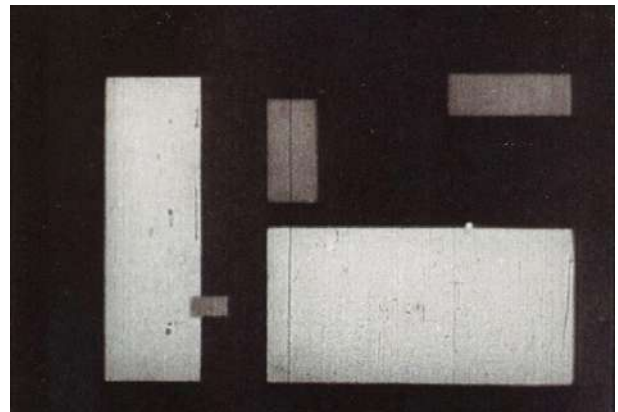
91.



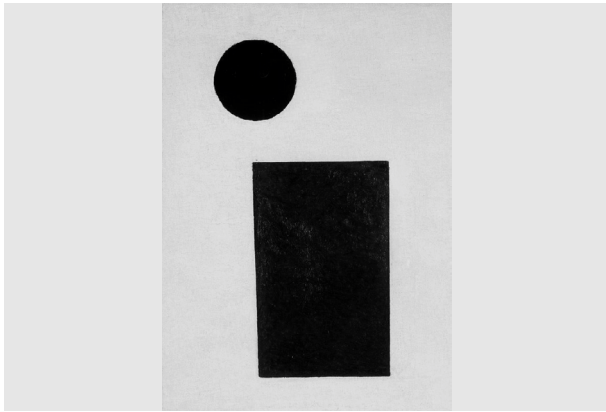
92.



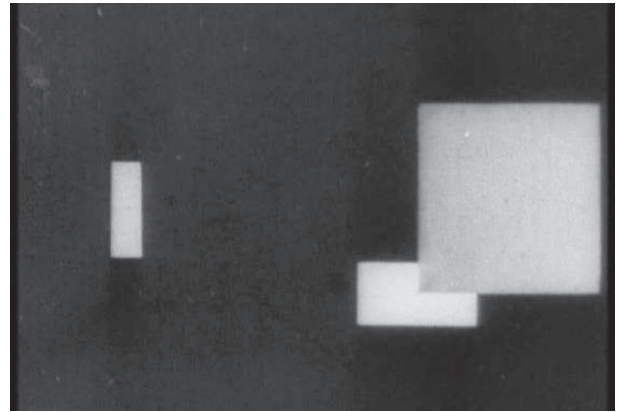
93.



94.



95.



96.

IX. Aproximação ao fundamento propositivo da investigação

A ribeira de Oeiras como espinha dorsal do ensaio prático: entre a Água Santa da Herdade de Sta. Maria e a Água Santa do Pego Verde

Incurções por meio do desenho: dossier de trabalho

A ribeira de Oeiras como espinha dorsal do ensaio prático: entre a Água Santa da Herdade de Sta. Maria e a Água Santa do Pego Verde

Distantes entre si aproximadamente 1,5 km, a Água Santa da Herdade de Sta. Maria e a Água Santa do Pego Verde correspondem a duas das quatro nascentes localizadas sobre a ribeira de Oeiras. A sua proximidade e disposição física foram determinantes na escolha e delimitação da área a considerar para o desenvolvimento do ensaio prático, através do qual procurámos exercitar a afirmação e consolidação de um espaço privilegiado de terapia pelas águas, ligando as duas nascentes, ou, por outras palavras, de um território de vocação terapêutica que acomodasse diversos lugares do banho.

O ensaio prático correspondeu então à consideração conjunta dos dois lugares atualmente muito diferentes – num caso, um espaço onde ocorre a prática dos banhos (o único na região) e, noutro, um lugar desativado – e à sua potencial ligação (material e simbólica) através da ribeira de Oeiras, que acolhe no seu leito cada uma das duas emergências de água. Tal interdependência, que é revelada pela presença das nascentes sobre a sua área de influência, foi no ensaio prático reforçada com a insinuação de um percurso que potenciase e intensificasse pelo *percorrer* essa relação dos dois lugares do banho sempre na proximidade da linha de água – um percurso aqui considerado como o mecanismo ideal para reconhecer a paisagem envolvente, aprendendo os seus atributos e os ciclos naturais e biológicos que a conformam.

458

No lugar onde a prática de banhos tem estado desativada, o ensaio prático esboça uma visão para a Água Santa do Pego Verde que, mais do que uma solução (fechada e acabada), procurou ser a exploração da infinita possibilidade de imaginar um determinado espaço ou lugar. Essa visão envidou ativar um conjunto de tensões, ressonâncias e complementaridades entre os lugares, onde desejavelmente o passado e o presente se encontrassem e onde a memória e o novo se cruzassem para traçar novas possibilidades vivenciais e experienciais, a partir do banho e dos respetivos benefícios da água.

Em traços gerais, o dossier de trabalho que se apresenta de seguida compreendeu uma componente de *análise* que se ocupou do regime de escoamento da ribeira, da topografia que a conforma, dos ecossistemas ribeirinhos (fauna e flora) que a caracterizam, bem como do reconhecimento e aprofundamento da sua escala, através da *comparação* com outros lugares do banho. Sucedeu-se uma segunda fase, focada na *revelação* e explicitação das condicionantes e particularidades que caracterizam a delineação do trajeto entre as nascentes. Por fim, uma terceira fase ocorre centrada no sítio da Água Santa do Pego Verde, para o qual *se desenham* um conjunto de peças auxiliares à construção desse prenúncio projetual.

Incursões por meio do desenho: dossier de trabalho

A ribeira de Oeiras

Identificação do fragmento em estudo

Decomposição: vales e promontórios; eixos viários; povoados e montes; áreas de plantação

Regime de escoamento: entre a Água Santa do Pego Verde e a Água Santa da Herdade de Sta. Maria

Mapeamento das superfícies de água acumulada: análise a partir de ortofotomapas
Superfícies de água acumulada em período seco versus período de chuvas

Registo médio de água na bacia hidrográfica do Guadiana: análise nos anos 2006/2011/2013/2017/2018/2019

Precipitações por meses: registo acumulativo e tipificação dos regimes de escoamento

Espacialização das superfícies de água: análise da sua progressão e acumulação

Segmentação da ribeira; distinção entre pegos e canais

Modelos de progressão: nuclear/central versus rizomáticas /radiculares

Estudo das margens: limite seco versus limite bordejado de água

Estudo do perfil da ribeira

Perfis: transversais e longitudinais

Topografia: modelação

Ecosistema ribeirinho

Comunidades biológicas: a flora e a fauna da ribeira

Os efeitos da sazonalidade: confronto a partir de imagens

Escalas e distâncias

Análise comparativa com os casos de estudo

Percurso: revelar um caminho a partir do andar

Distâncias e sistema de vistas

Topografia e aferição dos níveis de dificuldade

Delimitação das cotas mínima e máxima do percurso

O encontro entre a linha praticada e a linha imaginada

Perfis transversais

Água Santa do Pego Verde: princípios de uma proposta

Esquissos

Águas que pintam e desenham

Figura - fundo

Programa, escala e distâncias: aprendendo com a Água Santa da Herdade de Sta. Maria

Mapeamento de configurações: bordas, limites e contornos

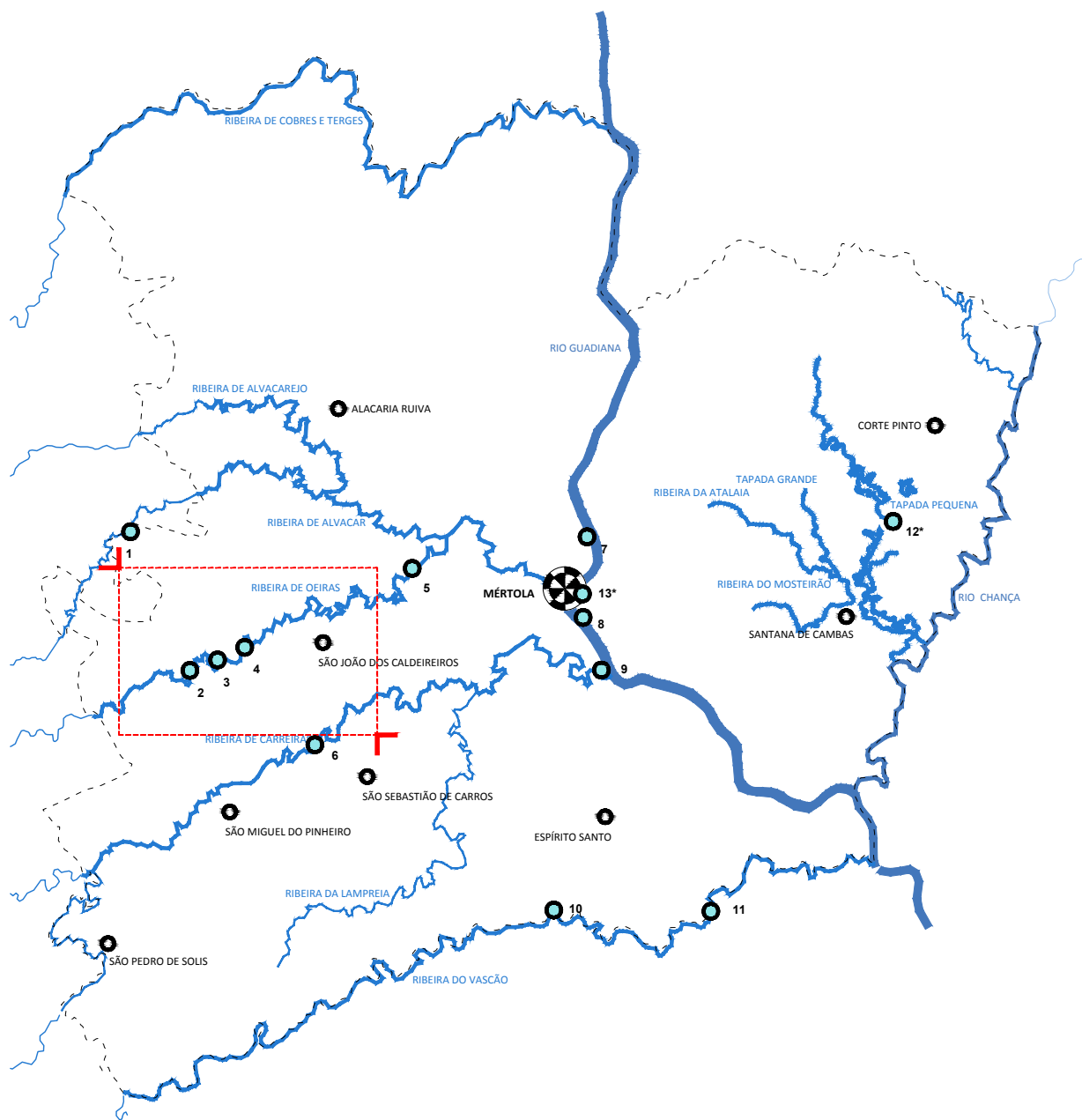
Luz, sombra, altura, volume e proporção

Planta geral

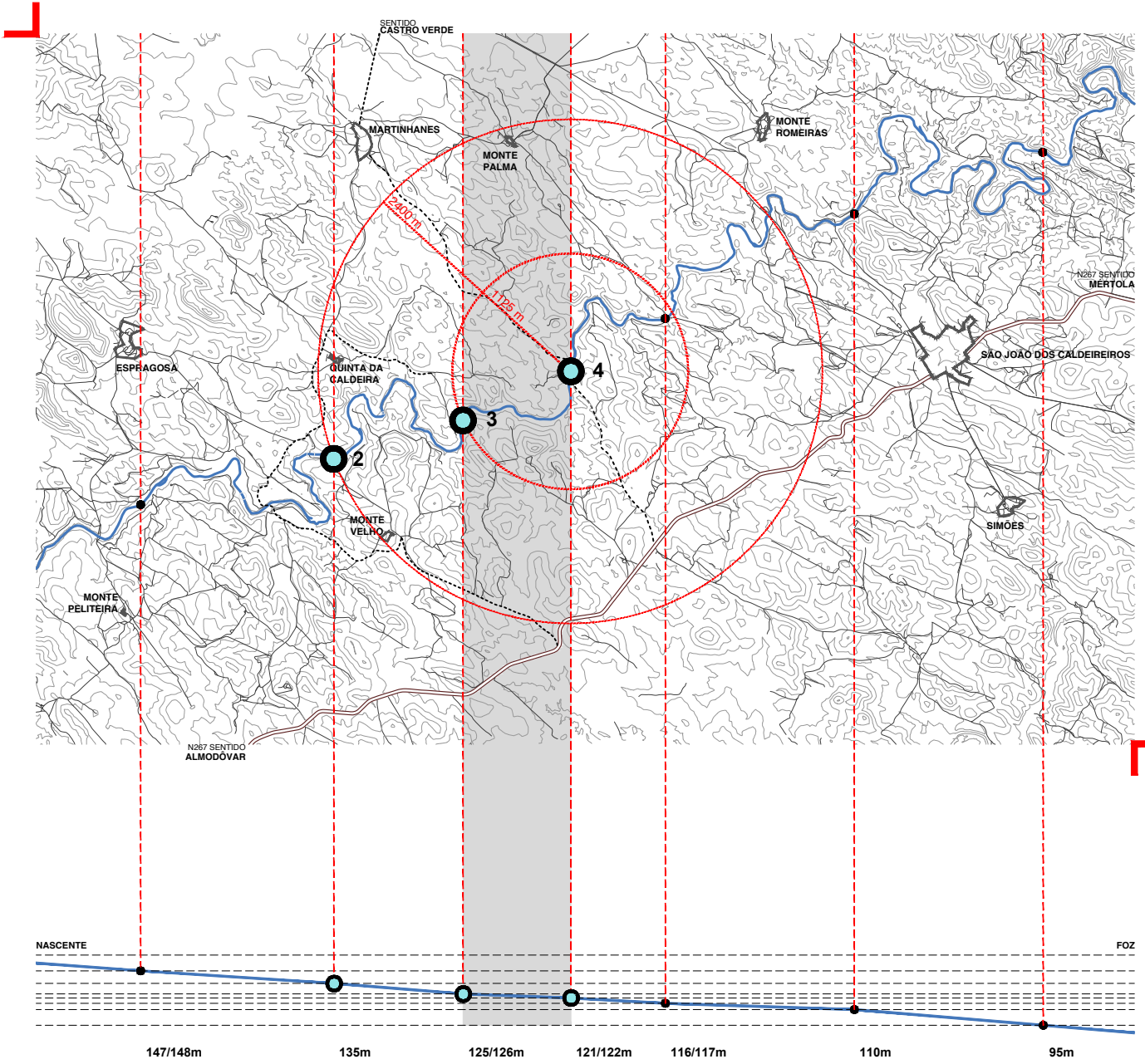
Planta e corte transversal: área do banho




Visualizações




A RIBEIRA DE OEIRAS
IDENTIFICAÇÃO DO FRAGMENTO EM ESTUDO






- 1 ÁGUA SANTA DO MONTE NOVO 2 FONTE SANTA DA SRA. DO PILAR 3 ÁGUA SANTA DO PEGO VERDE 4 ÁGUA SANTA DA HERDADE DE SANTA MARIA
5 ÁGUA SANTA DA MORENA 6 ÁGUA SANTA DO PAPA-LEITE 7 BARRANCO DAS VINHAS 8 ÁGUA SANTA DA VAQUEIRA 9 ÁGUA SANTA DA BOMBEIRA
10 ÁGUA SANTA DOS BESTEIROS/VASCÃO 11 ÁGUA SANTA DO MOINHO NOVO 12 ÁGUAR FORTE DE SÃO DOMINGOS 13 ÁGUA SANTA DE MÉRTOLA



-  CURVAS DE NÍVEL
-  RIBEIRA DE OEIRAS
-  ESTRADA NACIONAL

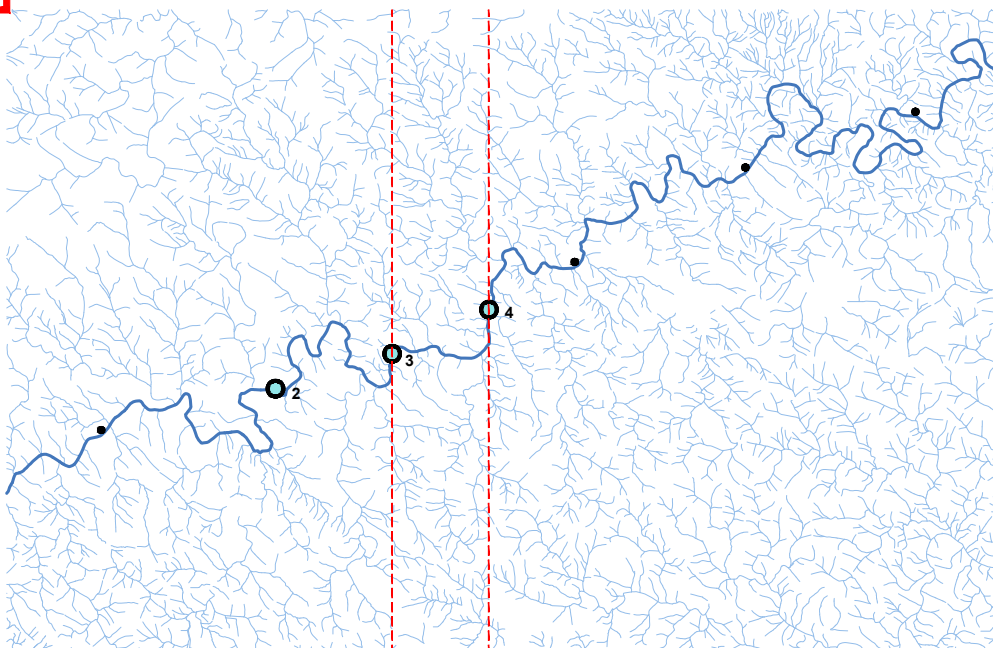
-  CAMINHOS
-  ACESSOS VIÁRIOS ÀS NASCENTES
-  AGLOMERADO / POVOADO

-  2 FONTE SANTA DA SENHORA DO PILAR
-  3 ÁGUA SANTA DO PEGO VERDE
-  4 ÁGUA STA. DA HERDADE DE STA. MARIA

A RIBEIRA DE OEIRAS

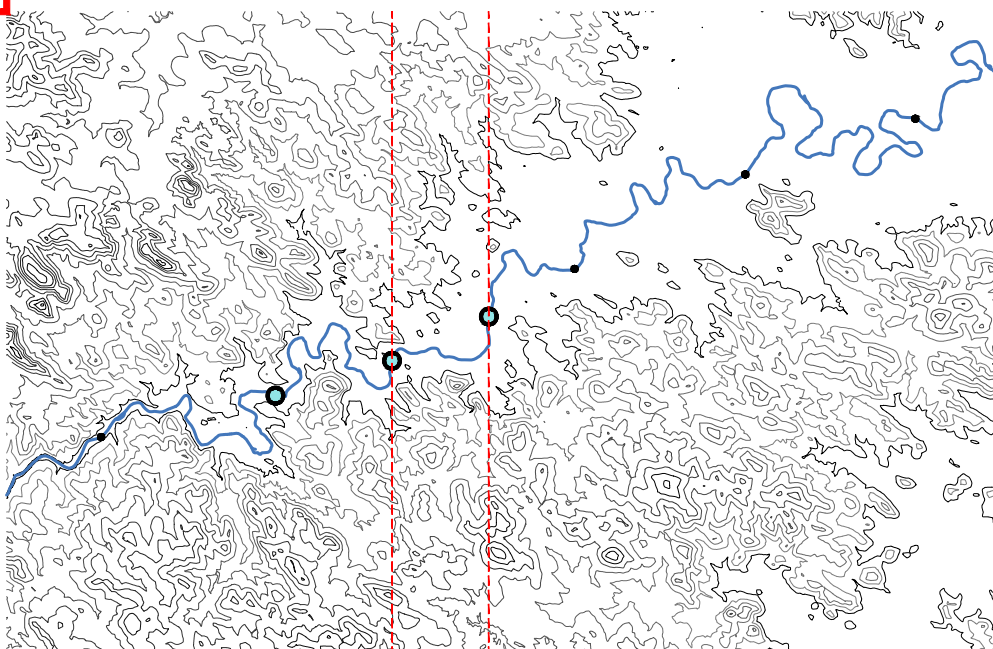
DECOMPOSIÇÃO: VALES E PROMONTÓRIOS; EIXOS VIÁRIOS; POVOADOS E MONTES; ÁREAS DE PLANTAÇÃO

LINHAS DE ÁGUA

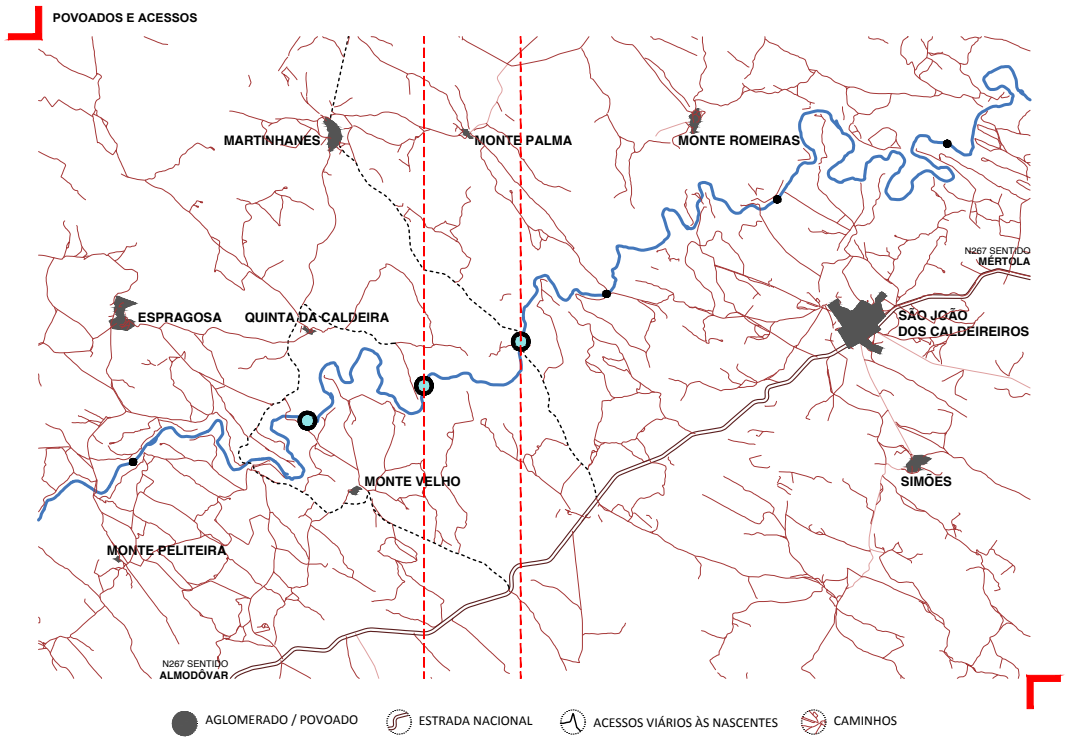
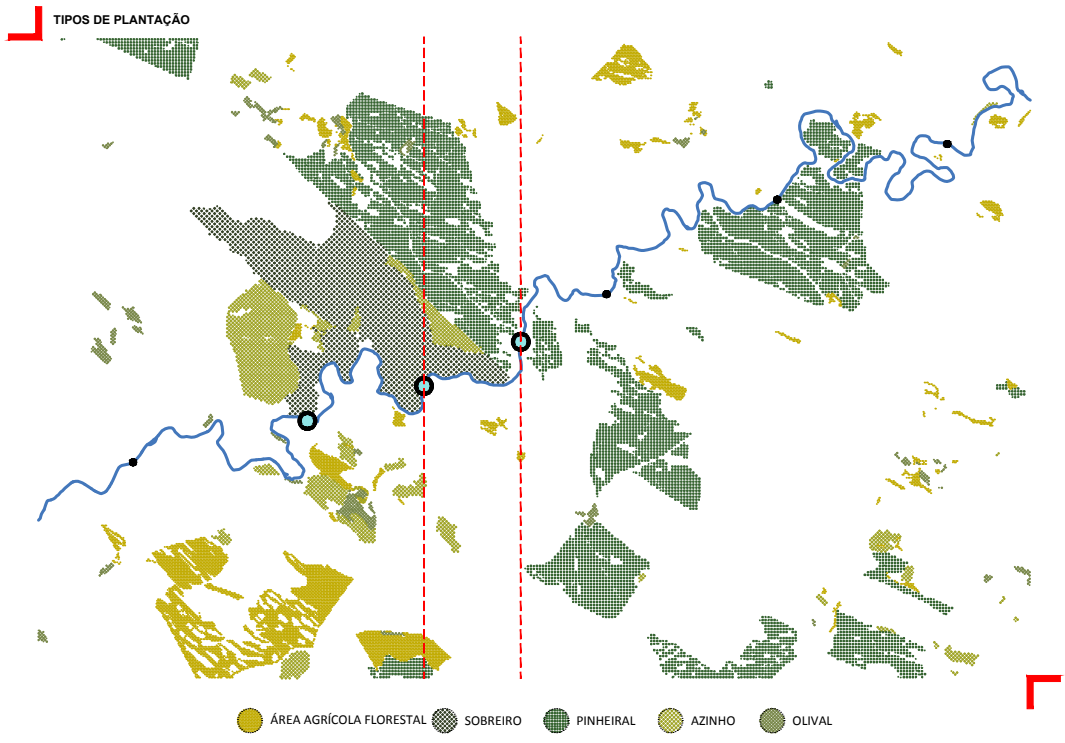


● EIXO RIBEIRA ● LINHAS DE ÁGUA 2 FONTE STA. DA SRA. DO PILAR 3 ÁGUA STA. DO PEGO VERDE 4 ÁGUA STA. DA HERDADE DE STA. MARIA

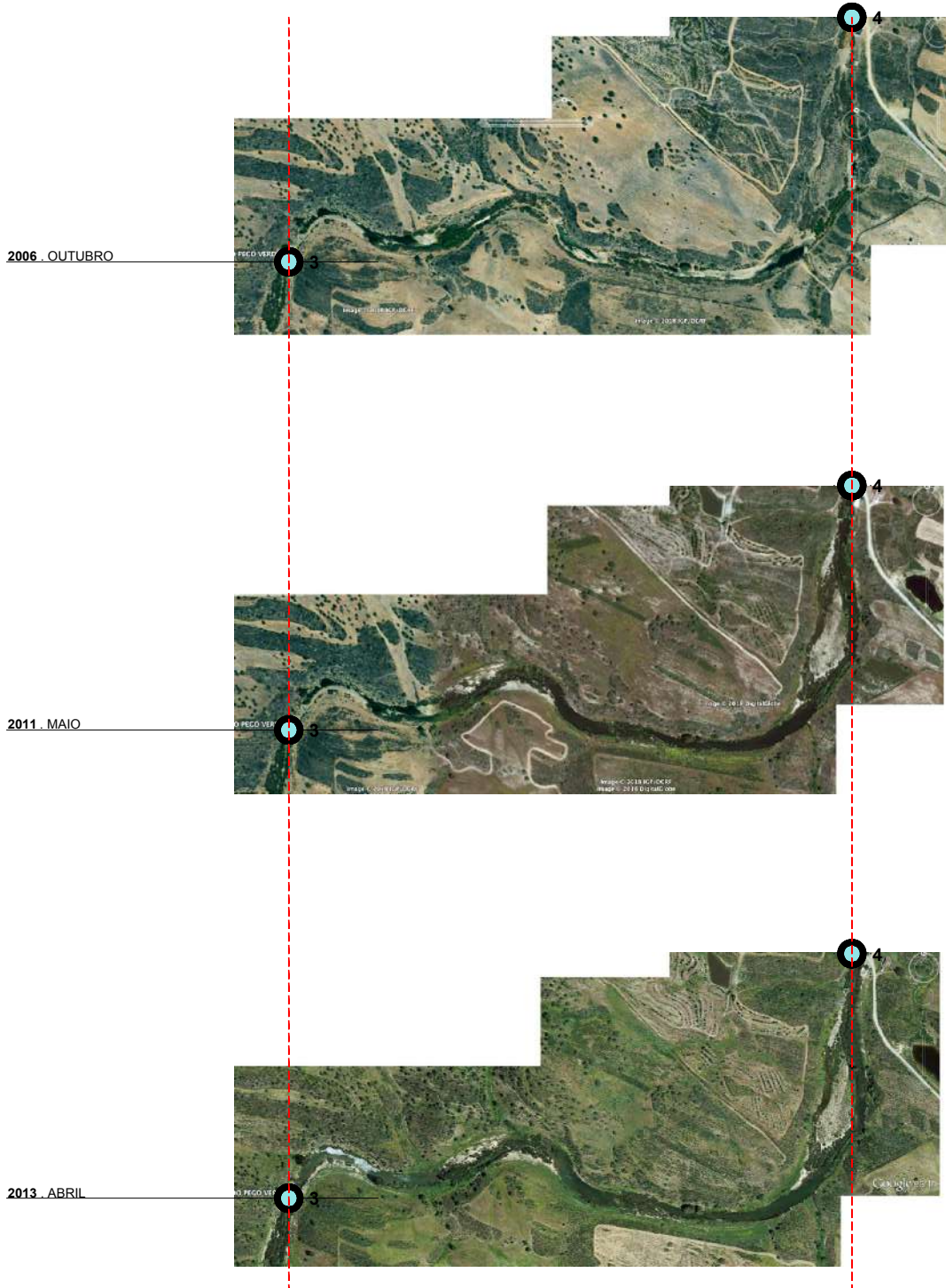
TOPOGRAFIA



● CURVAS DE NÍVEL ● CURVA DE NÍVEL À COTA 150



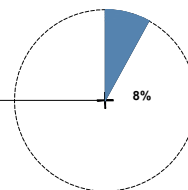
REGIME DE ESCOAMENTO: ENTRE A ÁGUA SANTA DO PEGO VERDE E A ÁGUA SANTA DA HERDADE DE STA. MARIA
MAPEAMENTO DAS SUPERFÍCIES DE ÁGUA ACUMULADA: ANÁLISE A PARTIR DE ORTOFOTOMAPAS



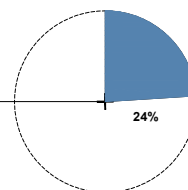


2006 . OUTUBRO
 SUPERFÍCIE TOTAL DE ESTUDO: 68 295 m²
 SUPERFÍCIE DE ÁGUA: 5 616 m²

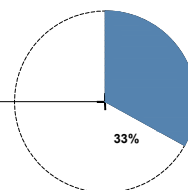
RELAÇÃO ENTRE SUPERFÍCIE DE ÁGUA E SUPERFÍCIE SECA



2011 . MAIO
 SUPERFÍCIE TOTAL DE ESTUDO: 68 295 m²
 SUPERFÍCIE DE ÁGUA: 16 217 m²

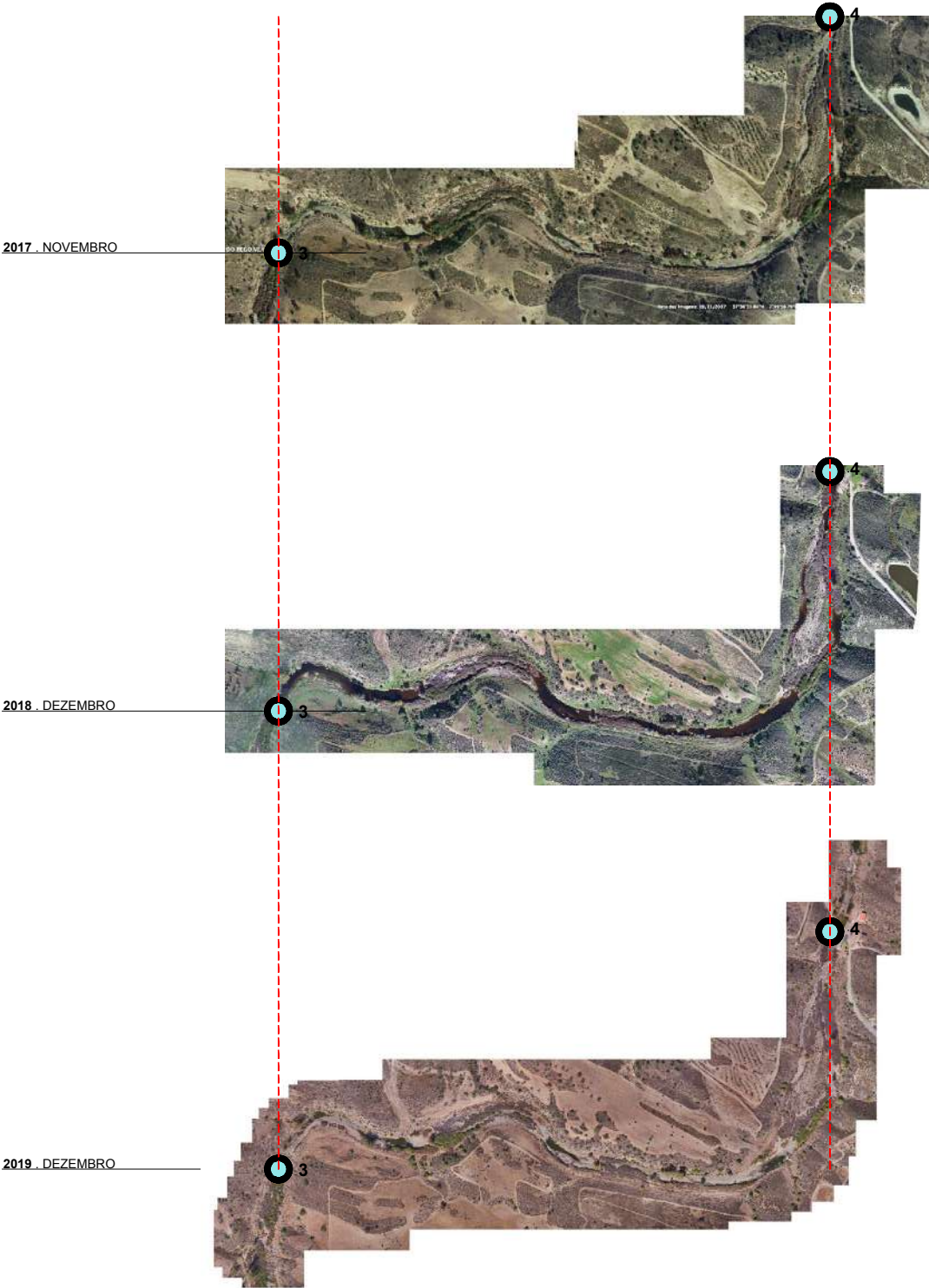


2013 . ABRIL
 SUPERFÍCIE TOTAL DE ESTUDO: 68 295 m²
 SUPERFÍCIE DE ÁGUA: 22 615 m²



REGIME DE ESCOAMENTO: ENTRE A ÁGUA SANTA DO PEGO VERDE E A ÁGUA SANTA DA HERDADE DE STA. MARIA

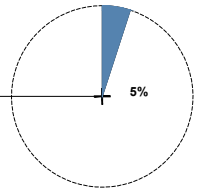
MAPEAMENTO DAS SUPERFÍCIES DE ÁGUA ACUMULADA: ANÁLISE A PARTIR DE ORTOFOTOMAPAS



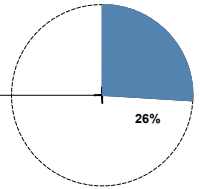


RELAÇÃO ENTRE SUPERFÍCIE DE ÁGUA E SUPERFÍCIE SECA

2017 . NOVEMBRO
 SUPERFÍCIE TOTAL DE ESTUDO: 68 295 m²
 SUPERFÍCIE DE ÁGUA: 3 499 m²



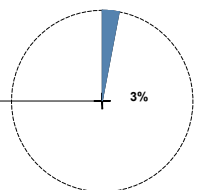
2018 . DEZEMBRO
 SUPERFÍCIE TOTAL DE ESTUDO: 68 295 m²
 SUPERFÍCIE DE ÁGUA: 2 095 m²



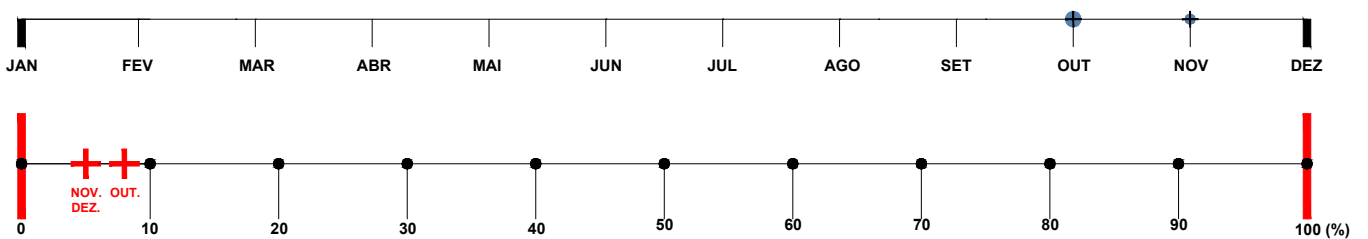
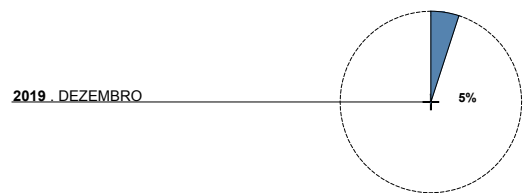
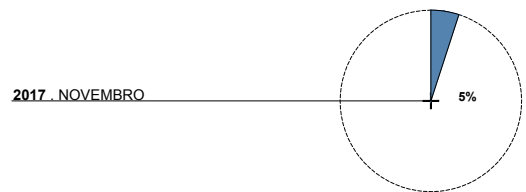
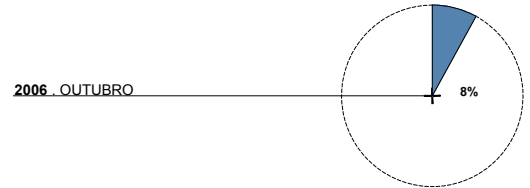
467

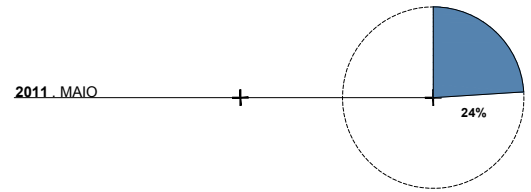
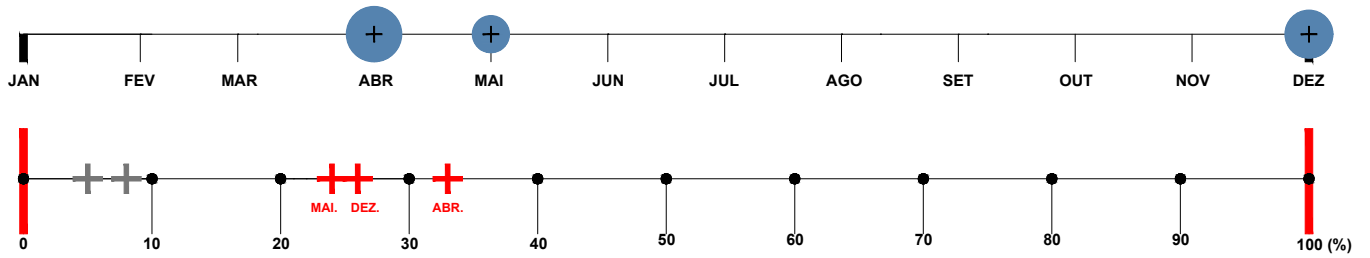


2019 . DEZEMBRO
 SUPERFÍCIE TOTAL DE ESTUDO: 68 295 m²
 SUPERFÍCIE DE ÁGUA: 2 095 m²

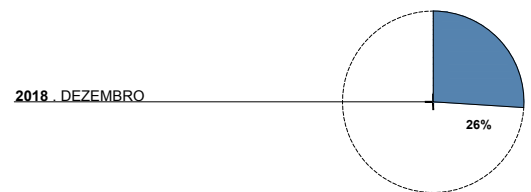
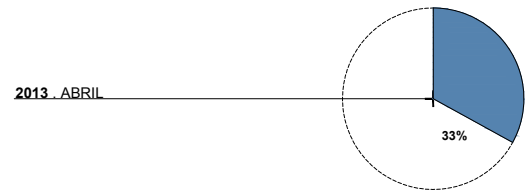
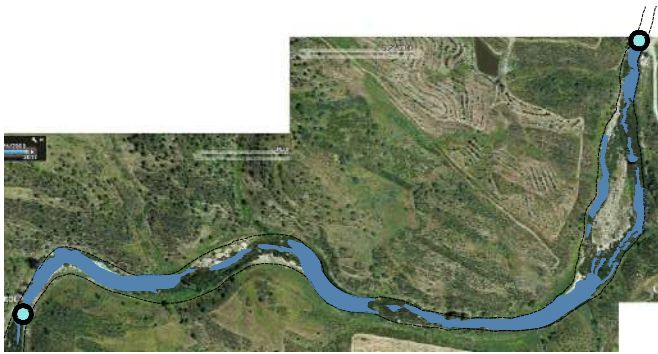


REGIME DE ESCOAMENTO: ENTRE A ÁGUA SANTA DO PEGO VERDE E A ÁGUA SANTA DA HERDADE DE STA. MARIA
 SUPERFÍCIES DE ÁGUA ACUMULADA EM PERÍODO SECO VERSUS PERÍODO DE CHUVAS

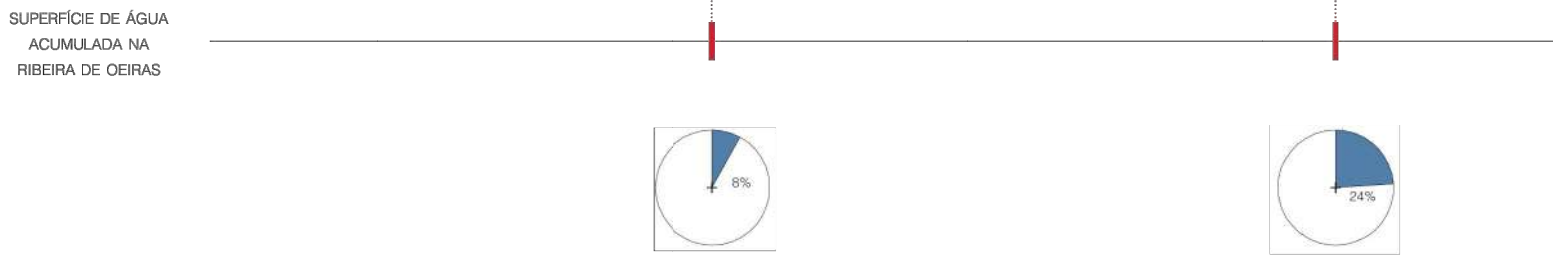
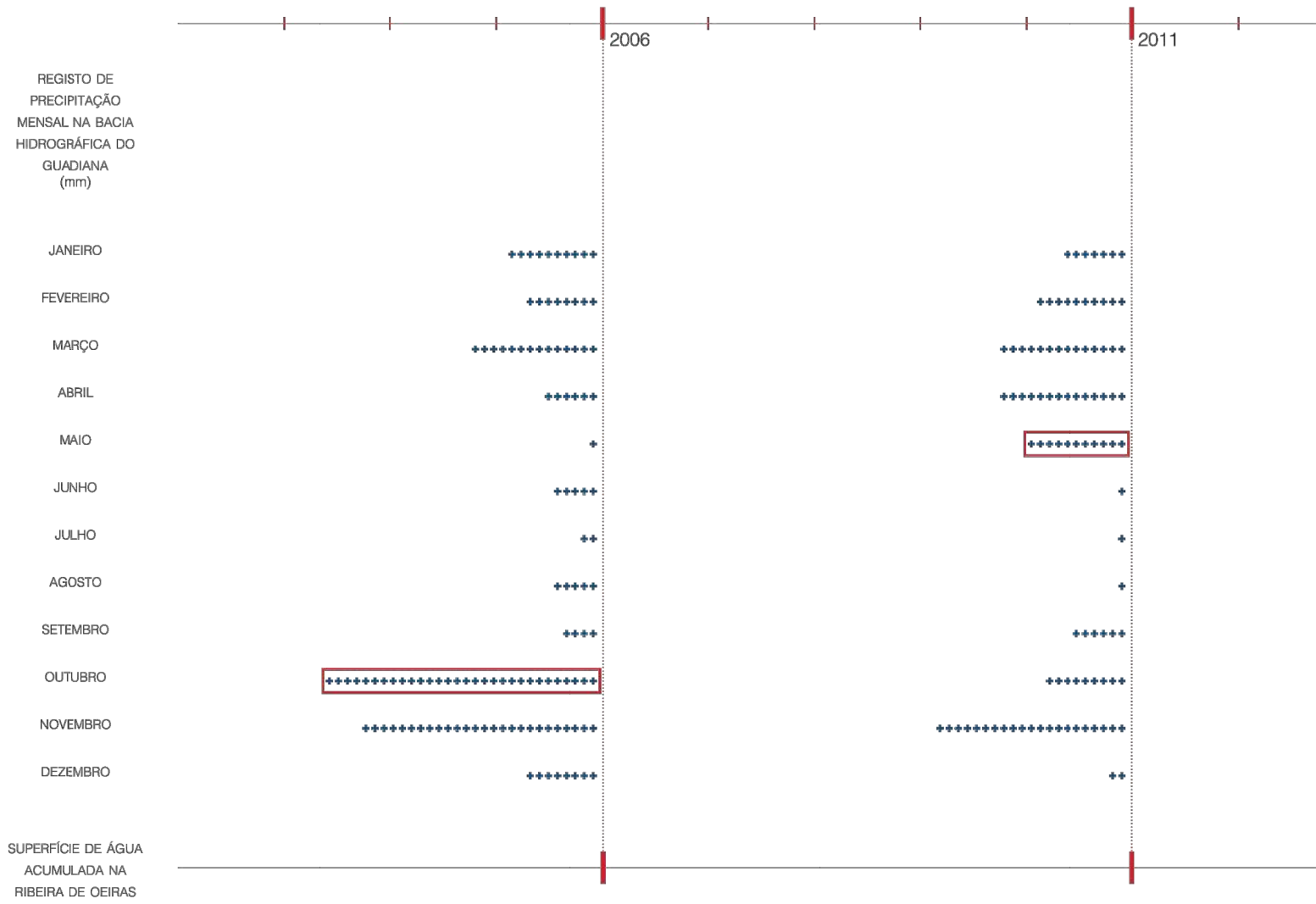
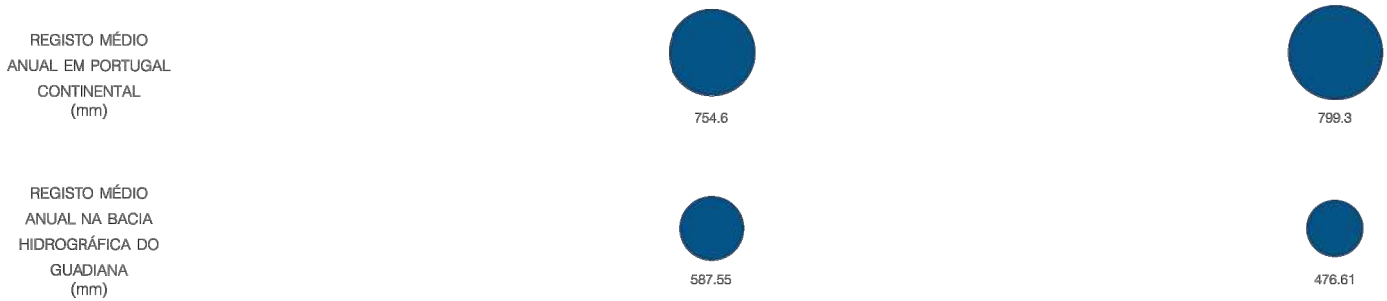




469



REGIME DE ESCOAMENTO: ENTRE A ÁGUA SANTA DO PEGO VERDE E A ÁGUA SANTA DA HERDADE DE STA. MARIA
 REGISTO MÉDIO DE ÁGUA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO GUADIANA: ANÁLISE NOS ANOS 2006/2011/2013/2017/2018/2019



+ 0 - 20mm



800.0



410.54



484.7



855.95



191.25



357.55



637



376.65

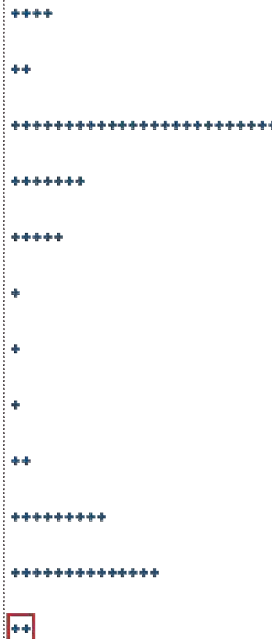
2013



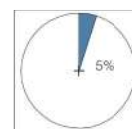
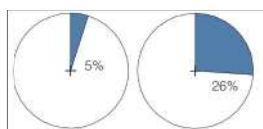
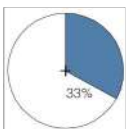
2017



2018

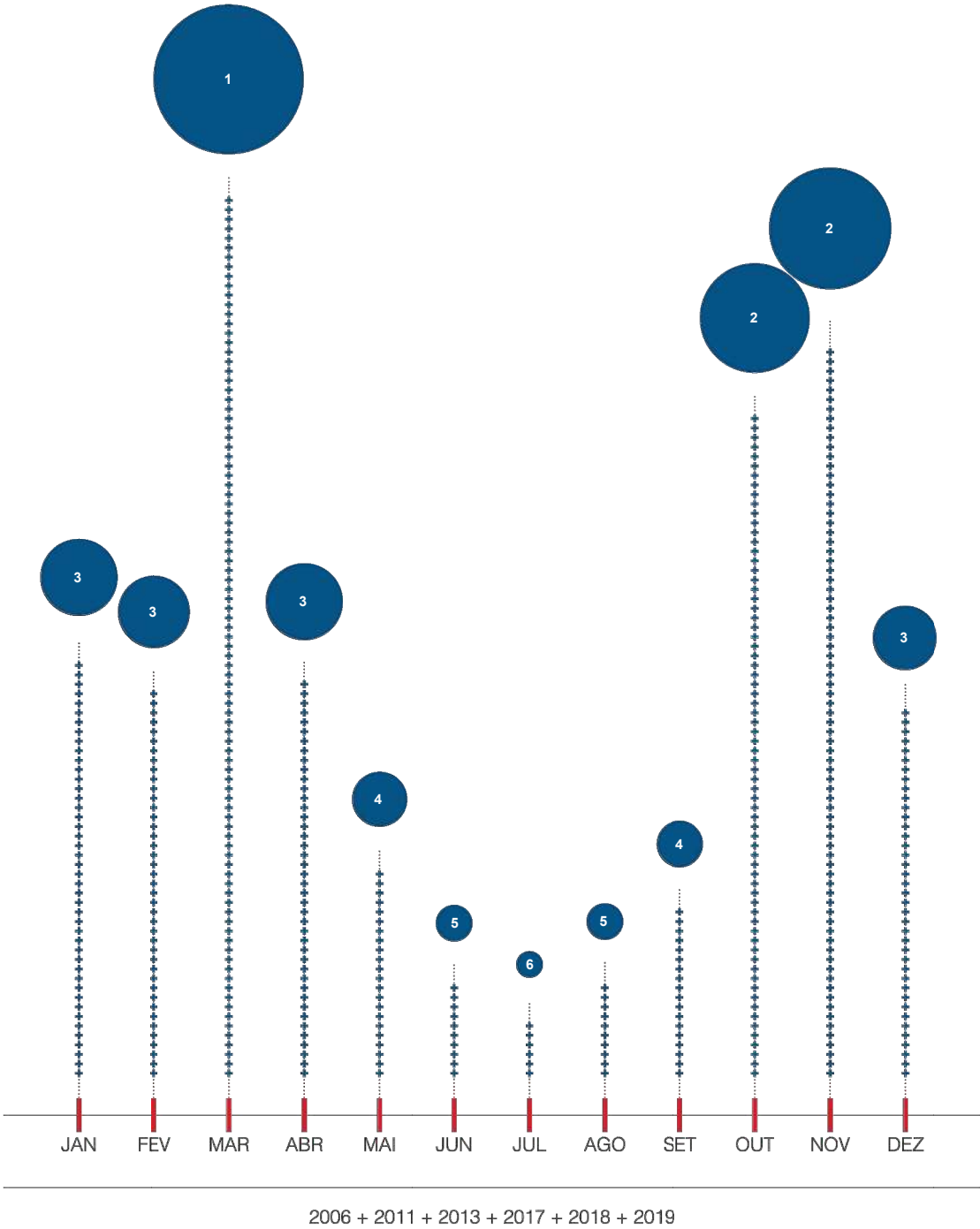


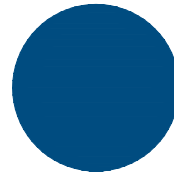
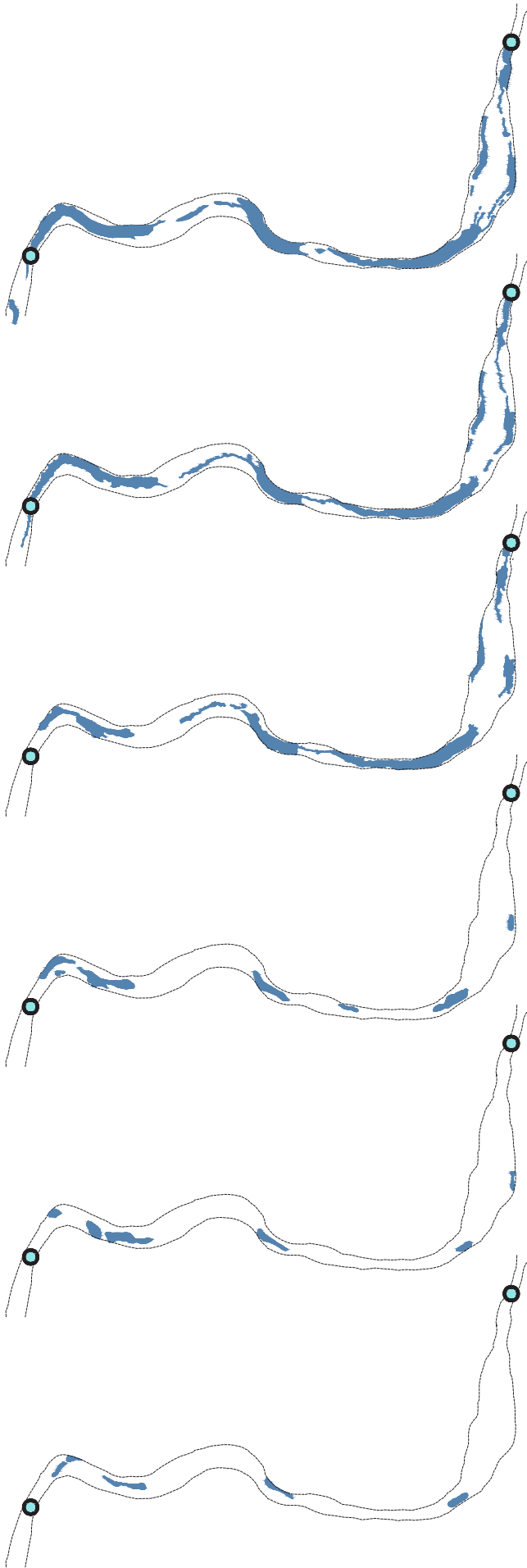
2019



REGIME DE ESCOAMENTO: ENTRE A ÁGUA SANTA DO PEGO VERDE E A ÁGUA SANTA DA HERDADE DE STA. MARIA

PRECIPITAÇÕES POR MESES: REGISTO ACUMULATIVO E TIPIFICAÇÃO DOS REGIMES DE ESCOAMENTO





33% . MARÇO



26% . OUTUBRO | NOVEMBRO



24% . JANEIRO | FEVEREIRO | ABRIL



8% . MAIO | SETEMBRO

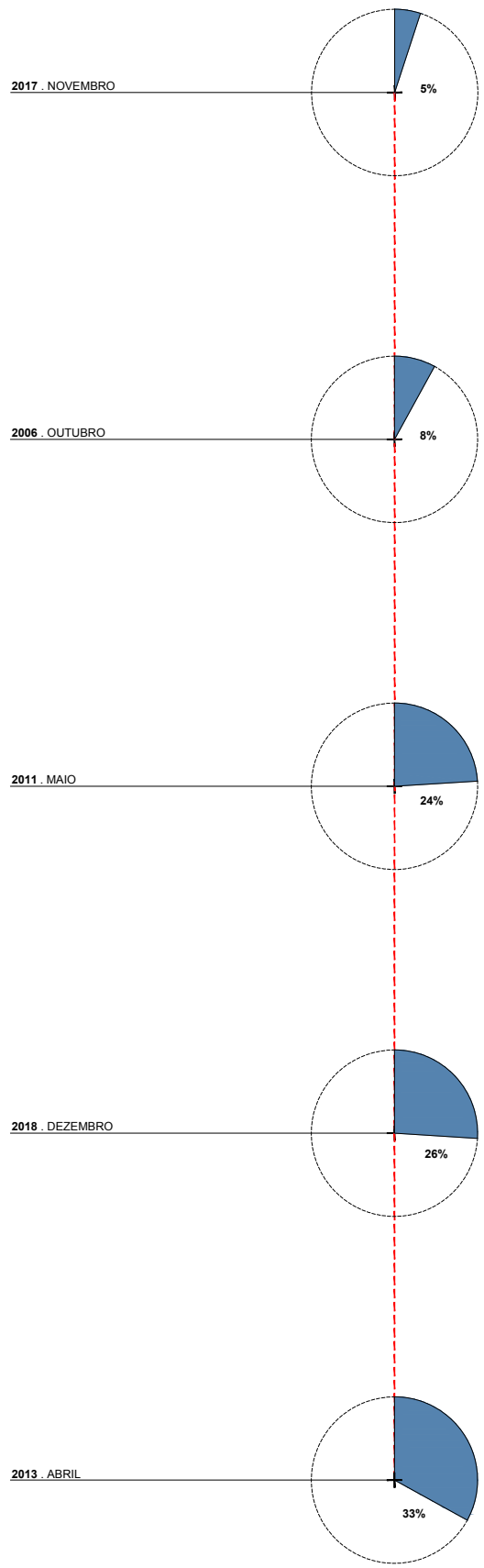
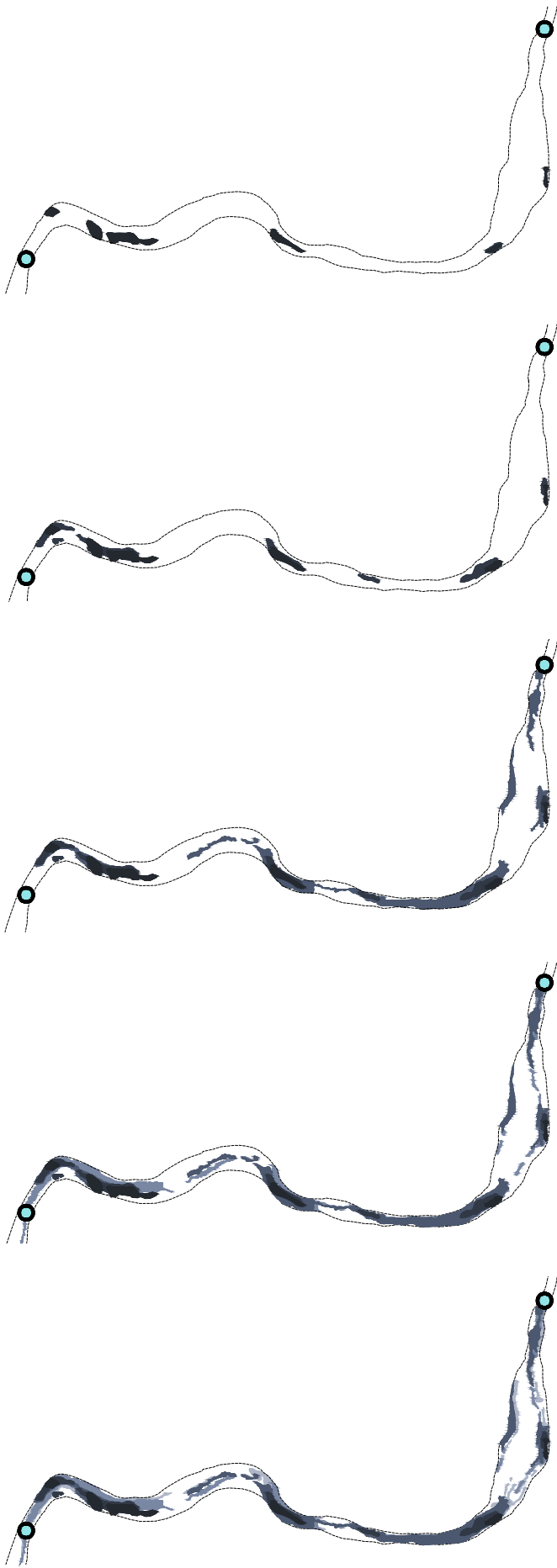


5% . JUNHO | AGOSTO

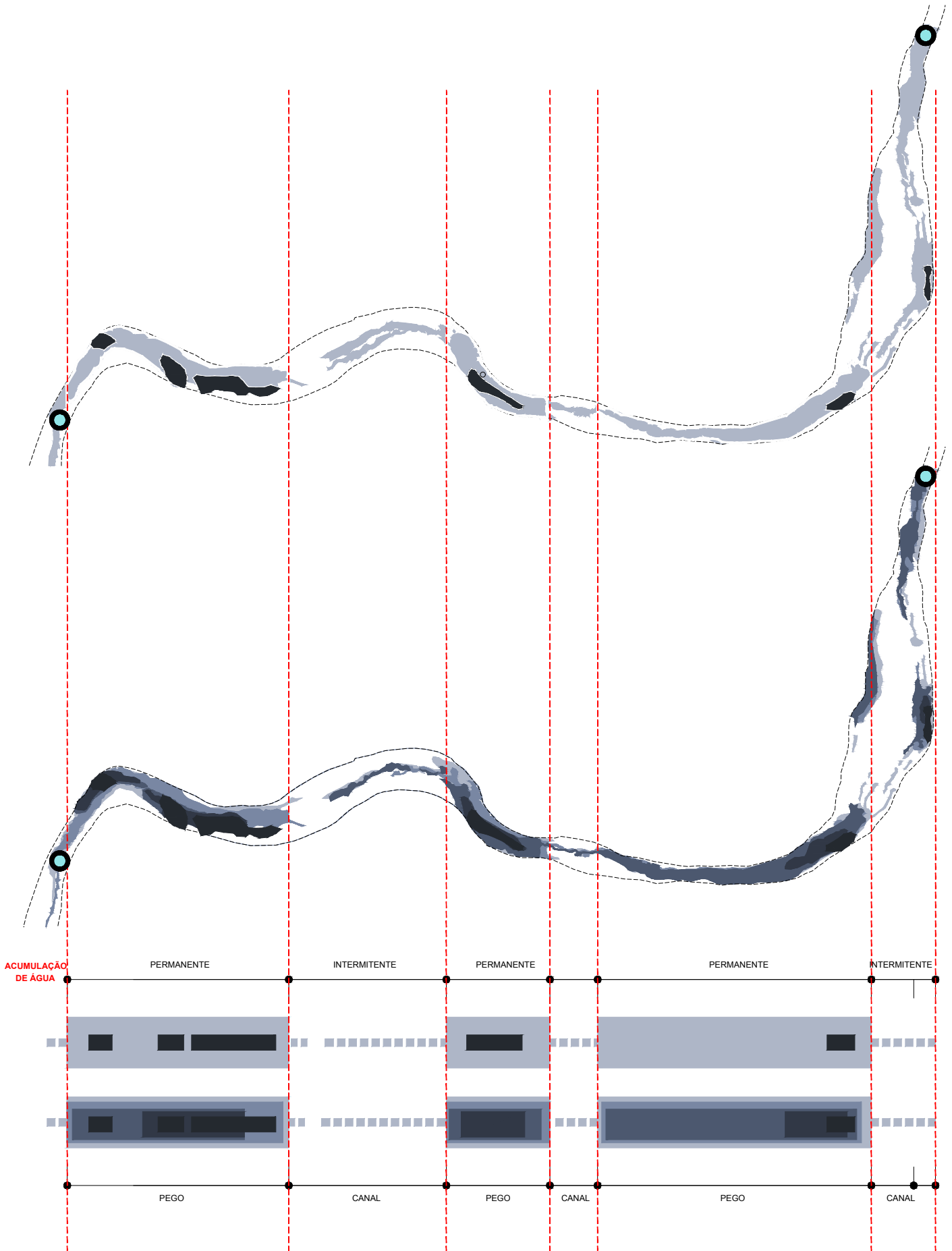


3% . JULHO

REGIME DE ESCOAMENTO: ENTRE A ÁGUA SANTA DO PEGO VERDE E A ÁGUA SANTA DA HERDADE DE STA. MARIA
ESPACIALIZAÇÃO DAS SUPERFÍCIES DE ÁGUA: ANÁLISE DA SUA PROGRESSÃO E ACUMULAÇÃO

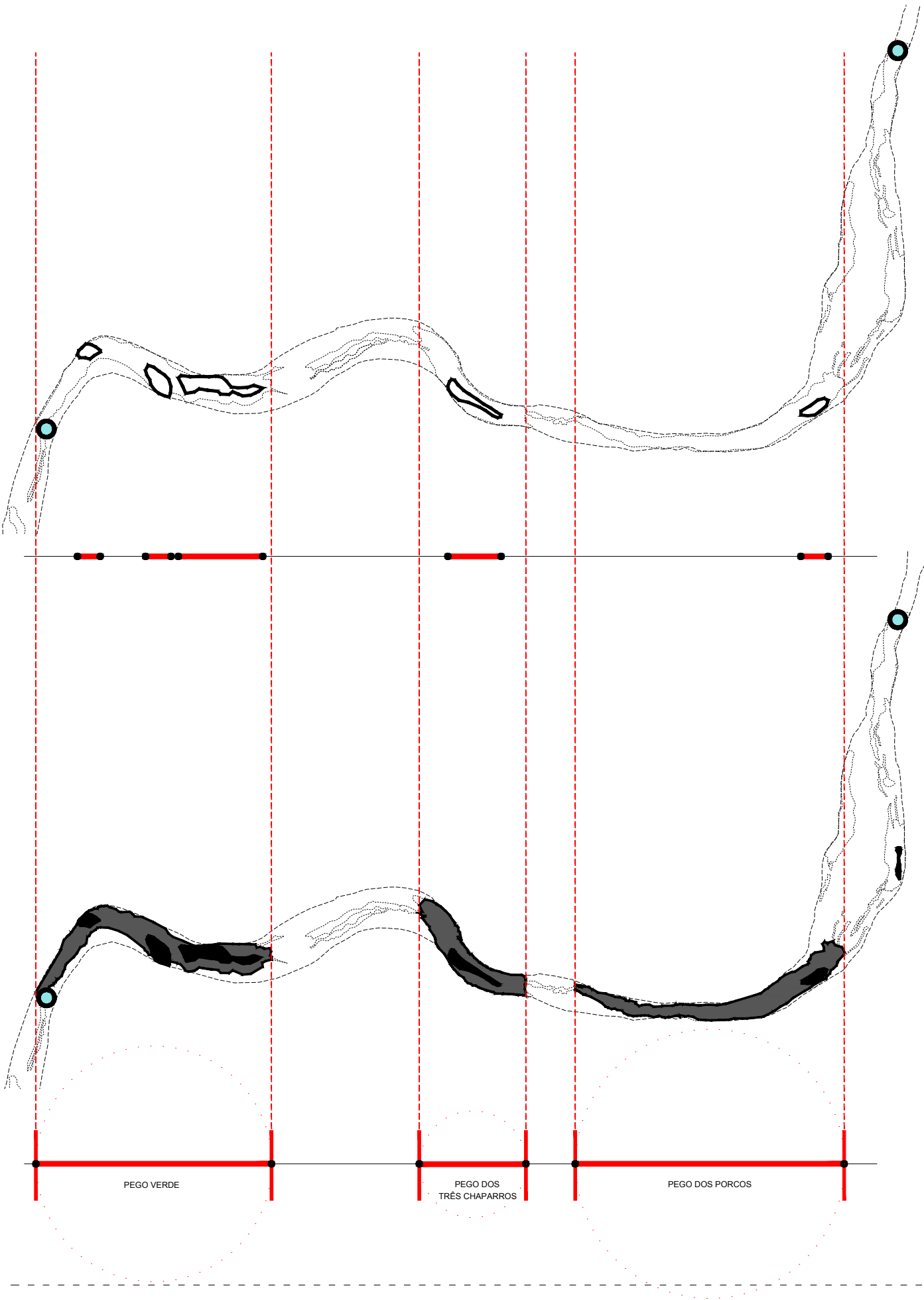


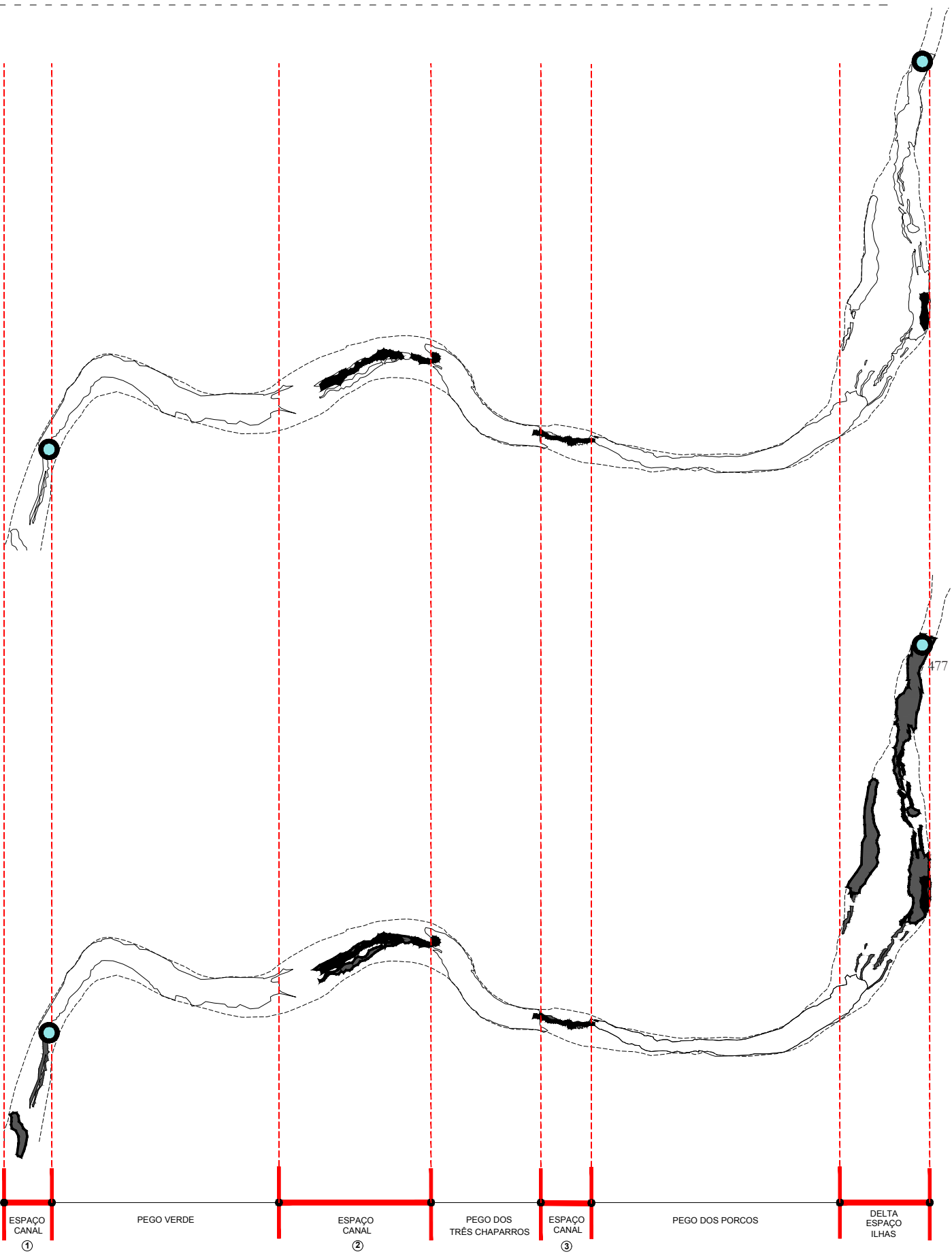
PEGO: DESIGNA UM LUGAR COM ÁGUA EM PERMANÊNCIA;
PONTO MAIS FUNDO DE UMA LINHA DE ÁGUA, LAGO OU POÇO.



REGIME DE ESCOAMENTO: ENTRE A ÁGUA SANTA DO PEGO VERDE E A ÁGUA SANTA DA HERDADE DE STA. MARIA

SEGMENTAÇÃO DA RIBEIRA: DISTINÇÃO ENTRE PEGOS E CANAIS





ESPAÇO
CANAL
①

PEGO VERDE

ESPAÇO
CANAL
②

PEGO DOS
TRÊS CHAPARROS

ESPAÇO
CANAL
③

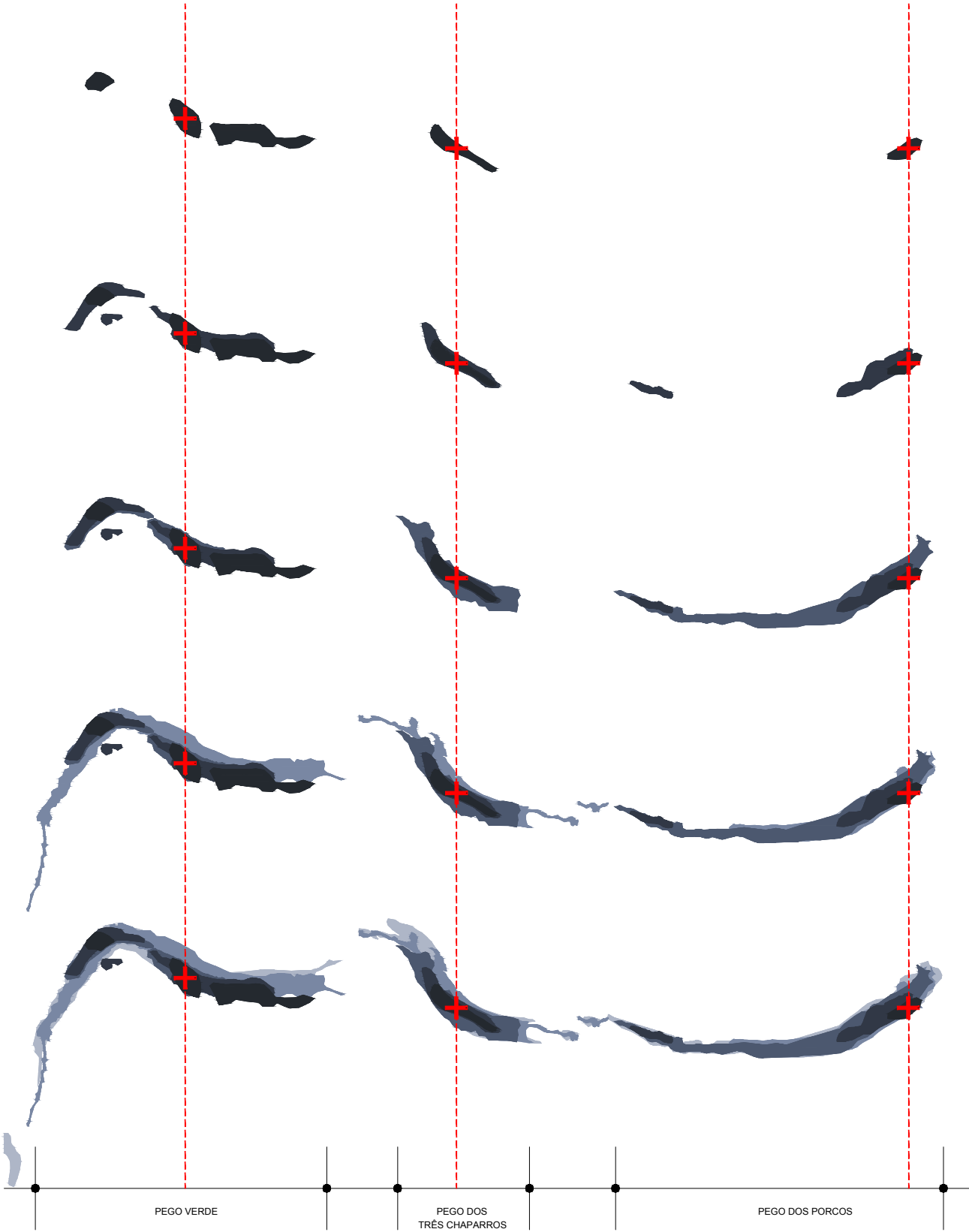
PEGO DOS PORCOS

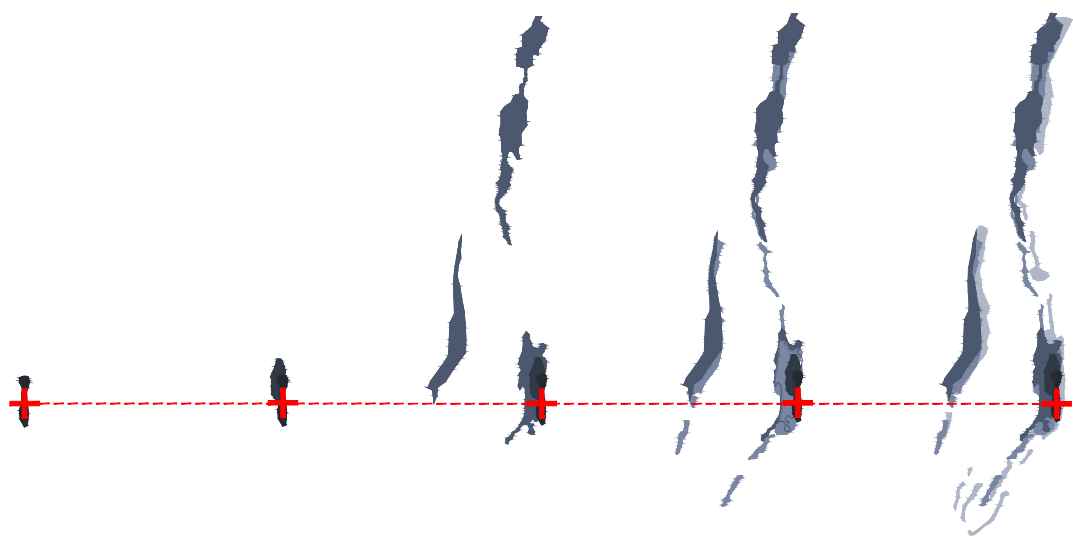
DELTA
ESPAÇO
ILHAS

477

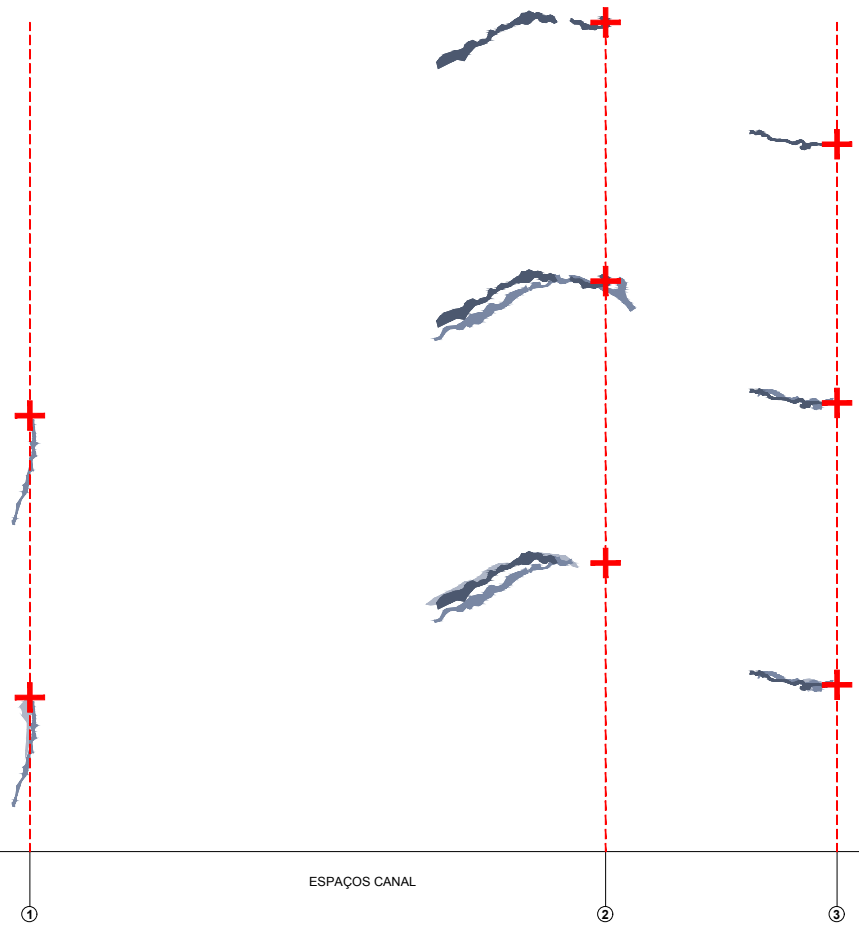
REGIME DE ESCOAMENTO: ENTRE A ÁGUA SANTA DO PEGO VERDE E A ÁGUA SANTA DA HERDADE DE STA. MARIA

MODELOS DE PROGRESSÃO: NUCLEAR/CENTRAL VERSUS RIZOMÁTICAS /RADICULARES





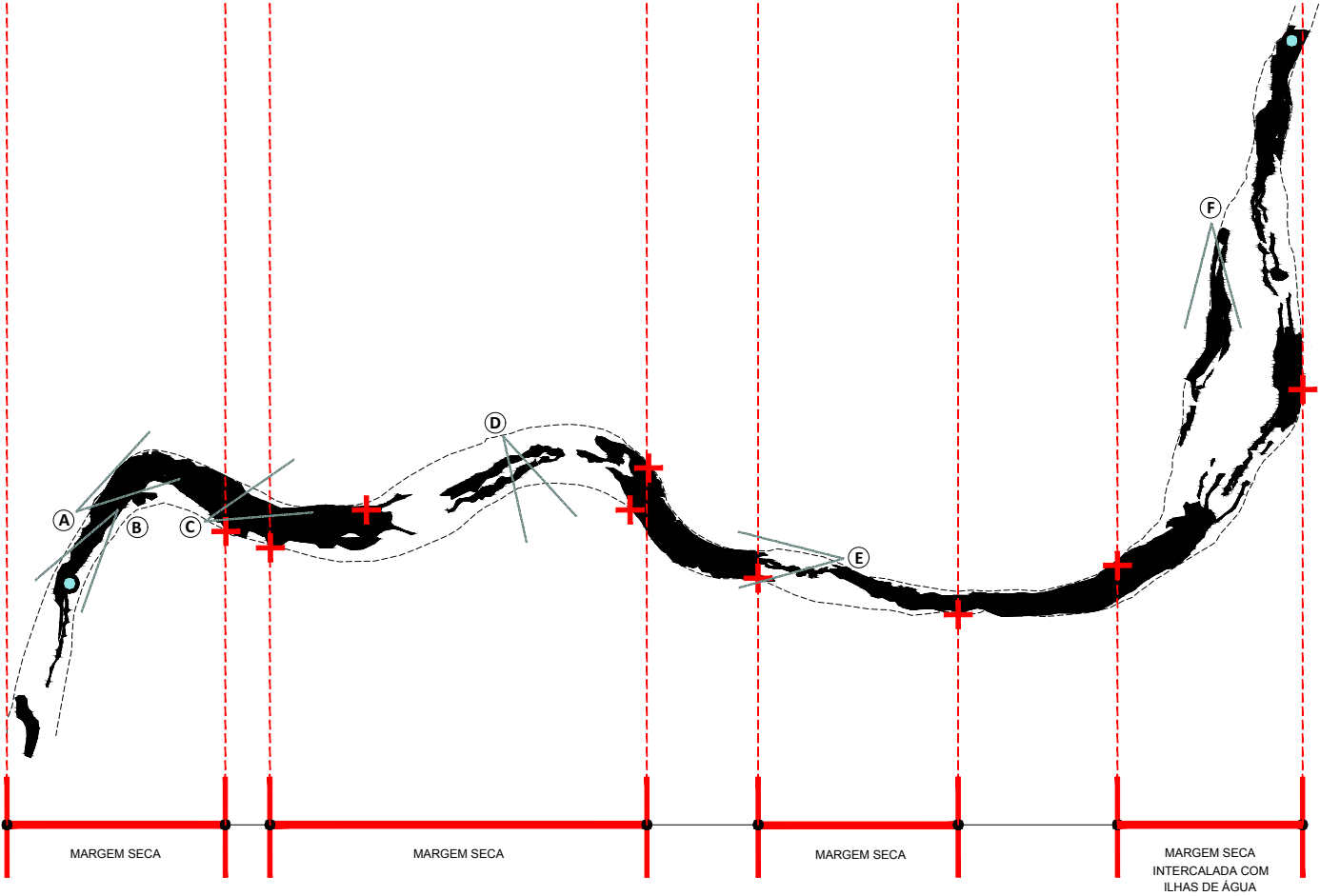
ESPAÇO DELTA



ESPAÇOS CANAL

REGIME DE ESCOAMENTO: ENTRE A ÁGUA SANTA DO PEGO VERDE E A ÁGUA SANTA DA HERDADE DE STA. MARIA

ESTUDO DAS MARGENS: LIMITE SECO VERSUS LIMITE BORDEJADO DE ÁGUA



A.



B.



C.



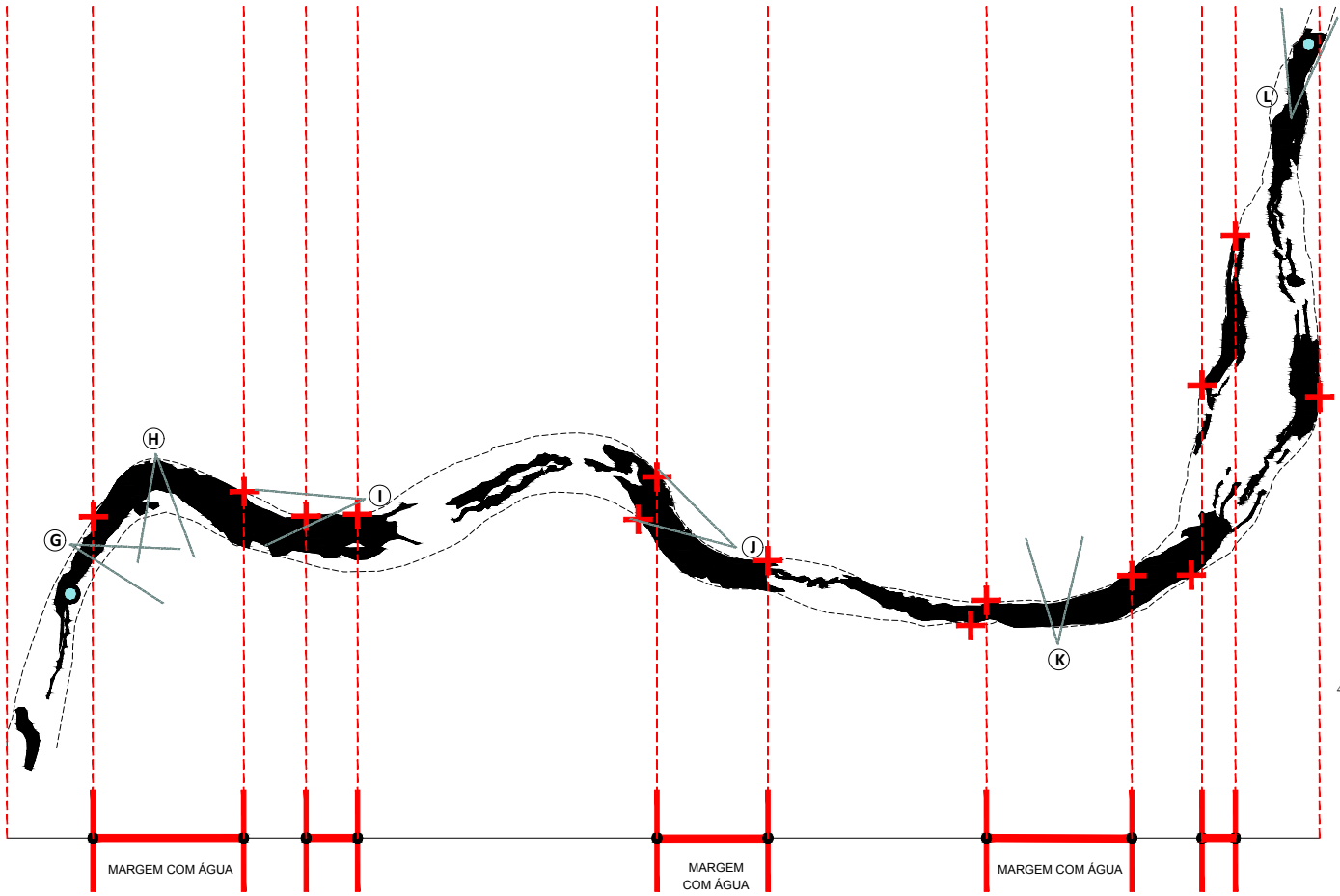
D.



E.



F.



G.



H.



I.



J.

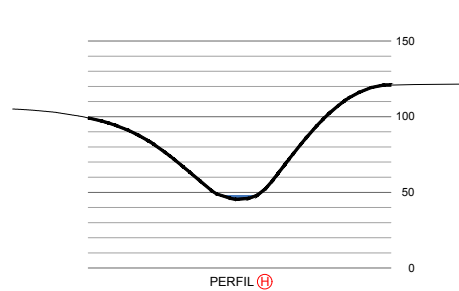
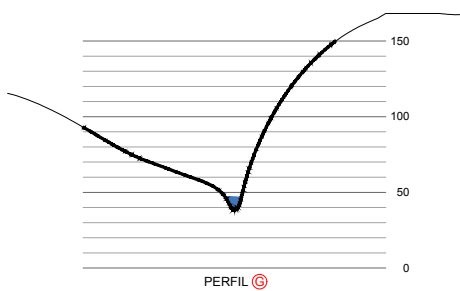
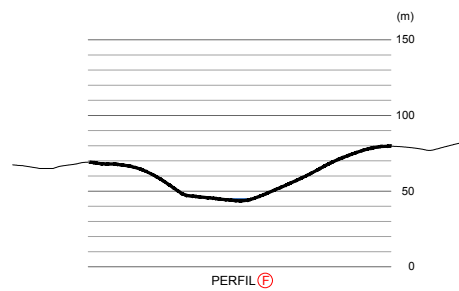
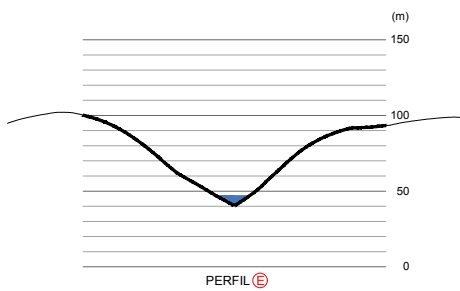
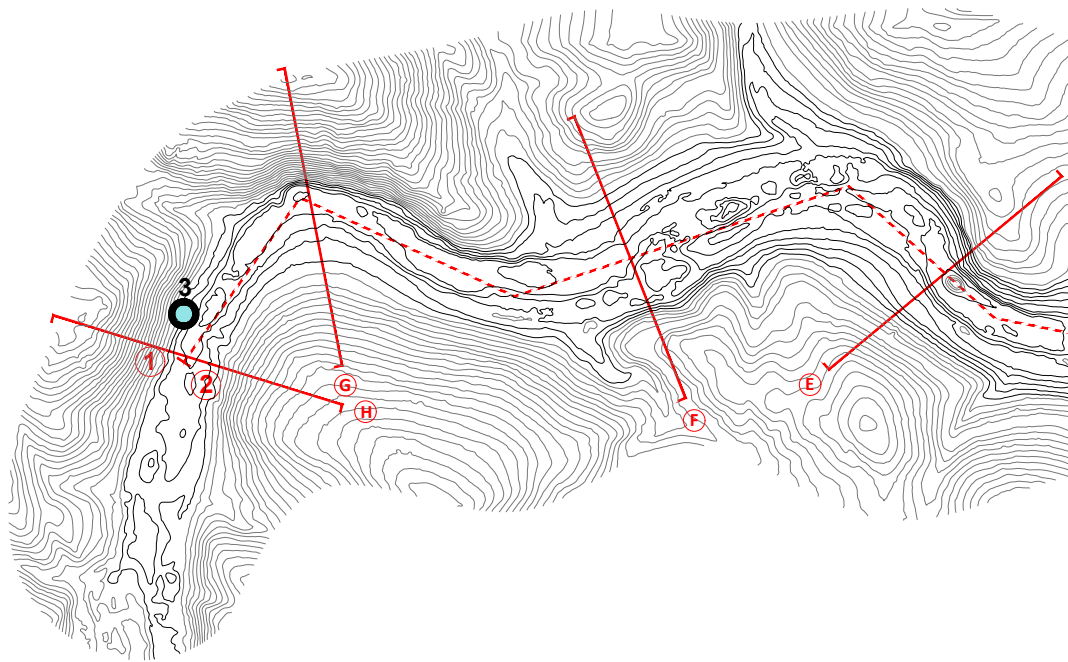


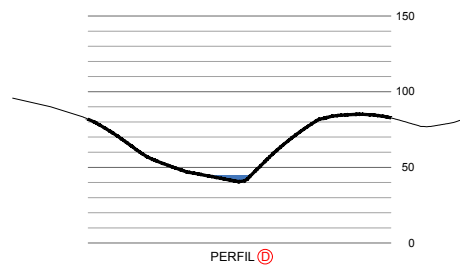
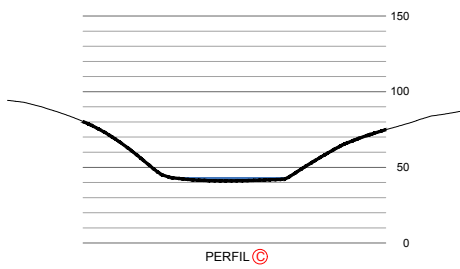
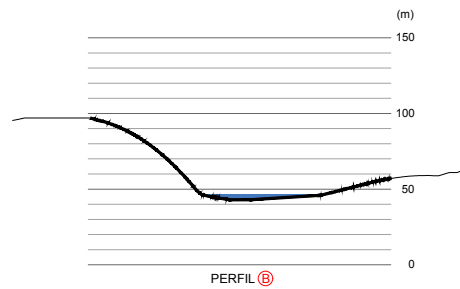
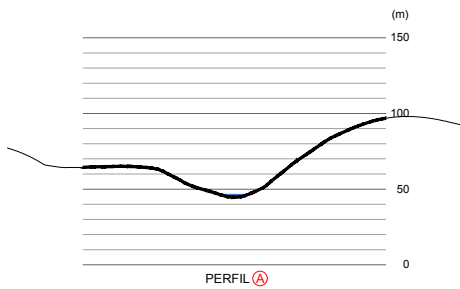
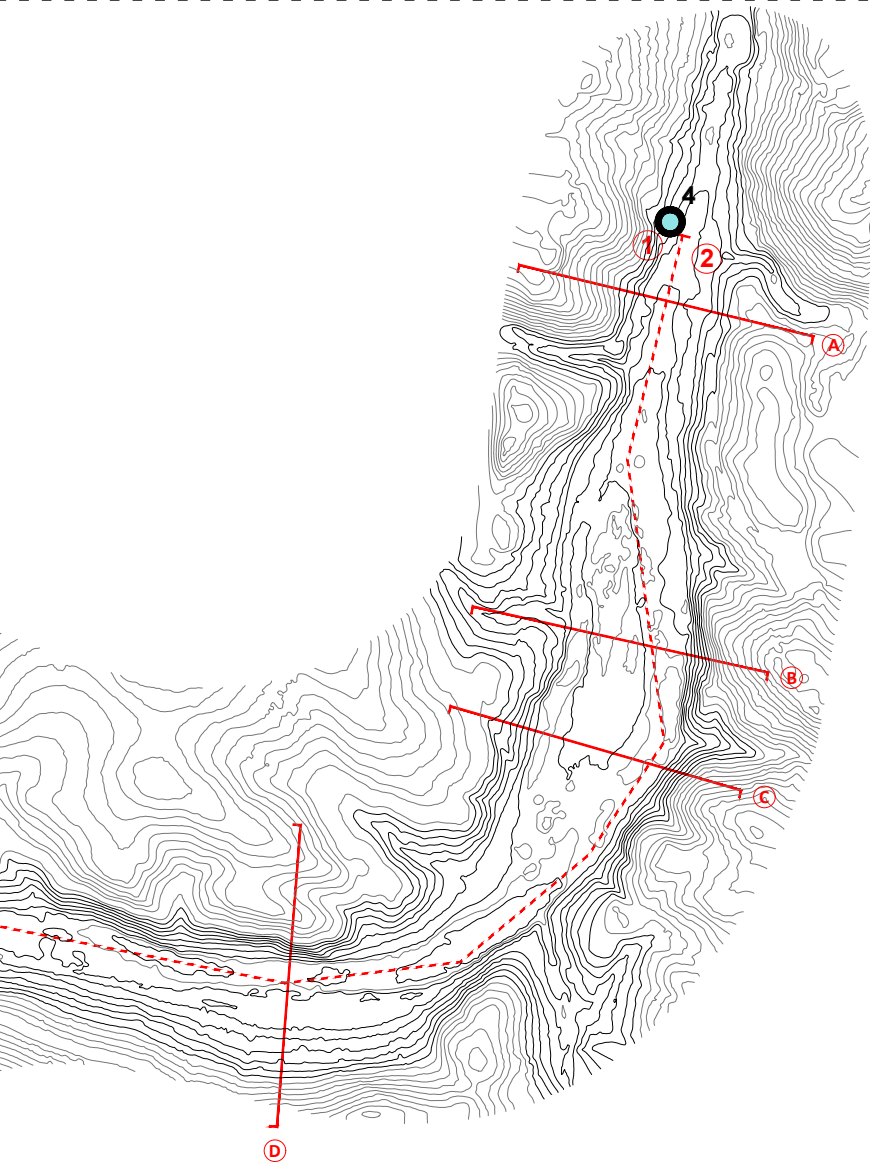
K.



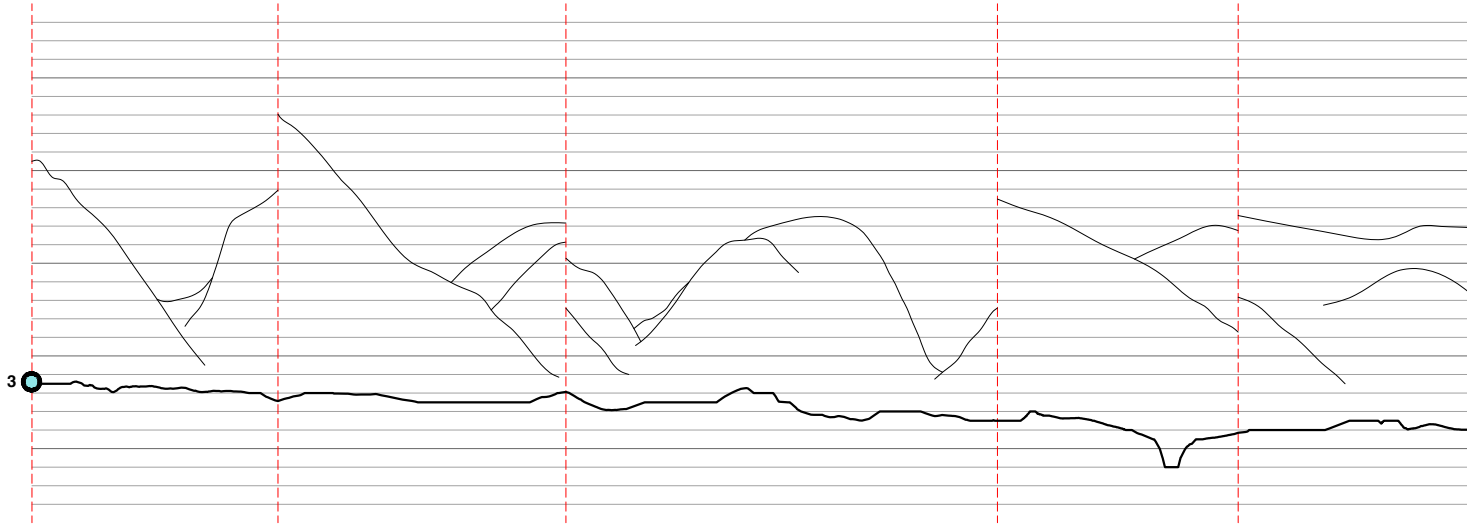
L.

ESTUDO DO PERFIL DA RIBEIRA
PERFIS: TRANSVERSAIS E LONGITUDINAIS

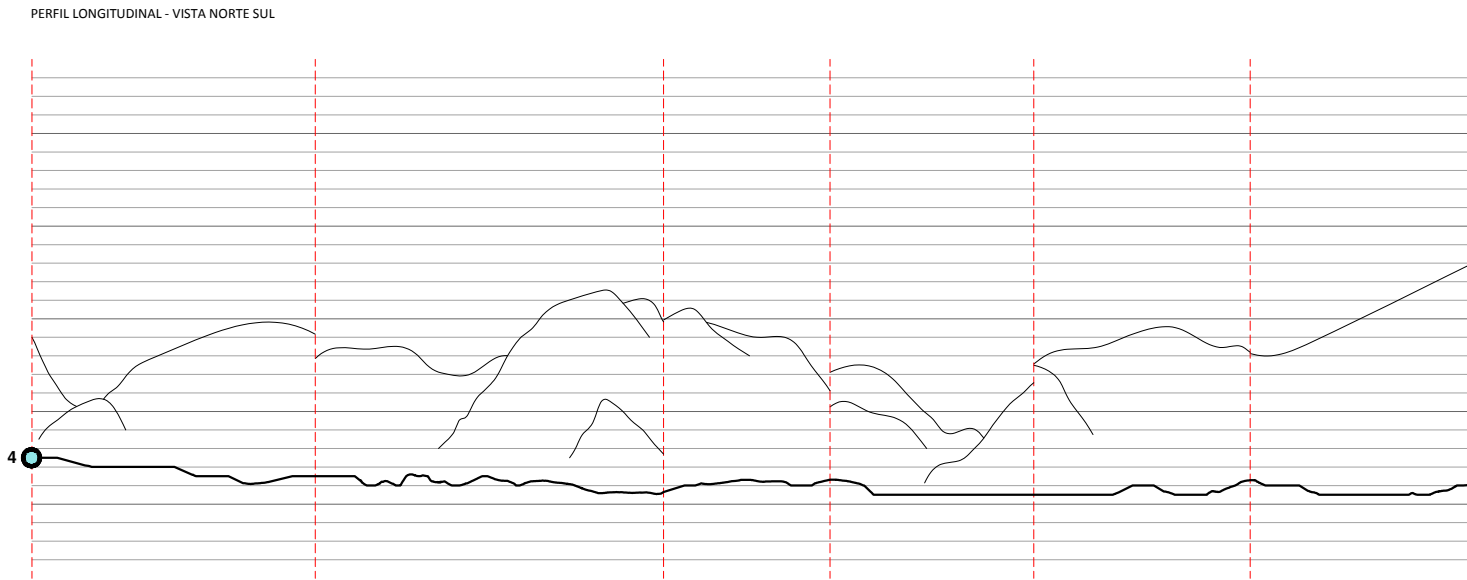




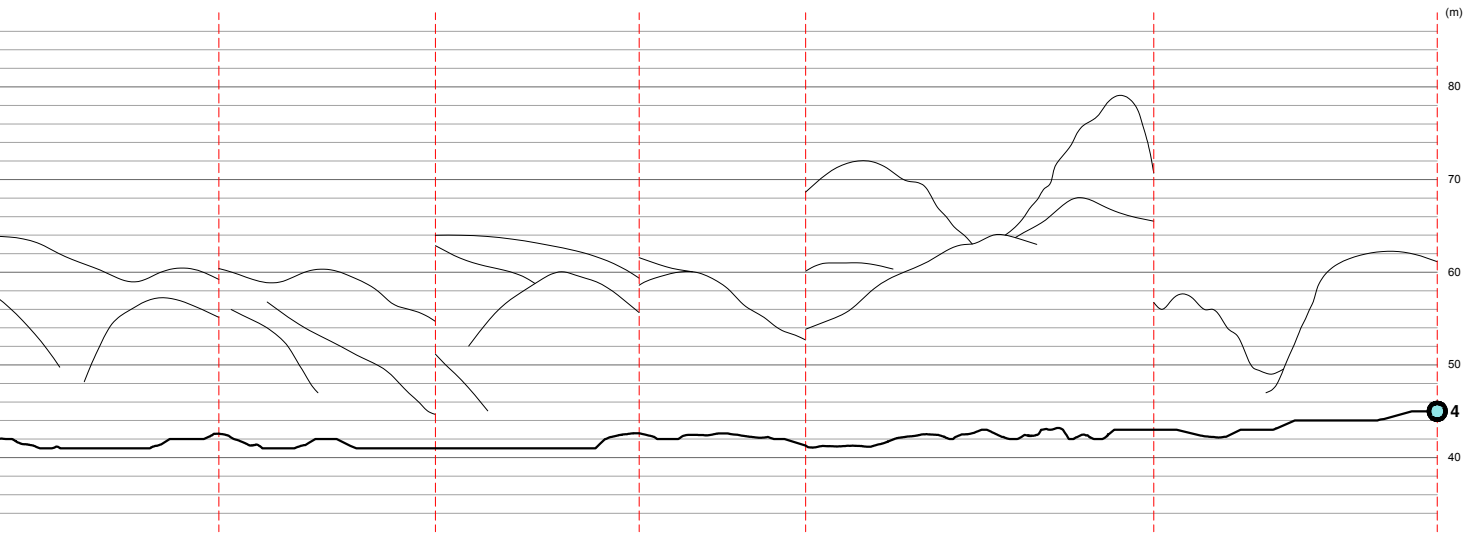
ESTUDO DO PERFIL DA RIBEIRA
PERFIS: TRANSVERSAIS E LONGITUDINAIS



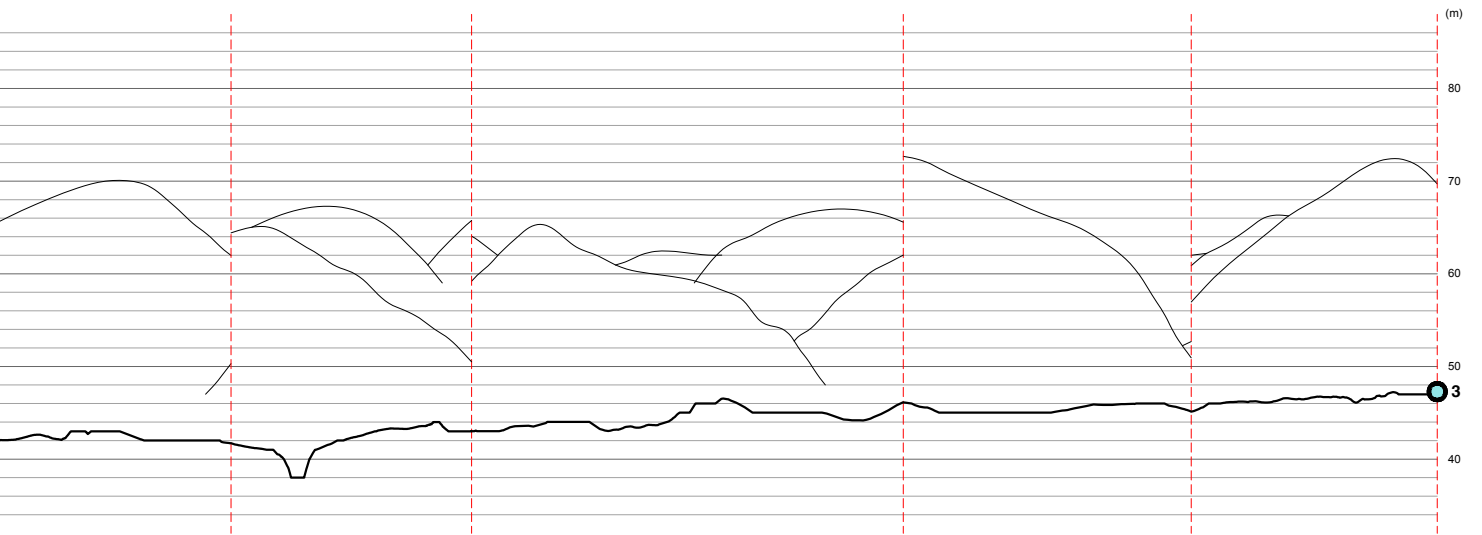
PERFIL LONGITUDINAL - VISTA SUL NORTE



PERFIL LONGITUDINAL - VISTA NORTE SUL



485



ESTUDO DO PERFIL DA RIBEIRA
TOPOGRAFIA: MODELAÇÃO



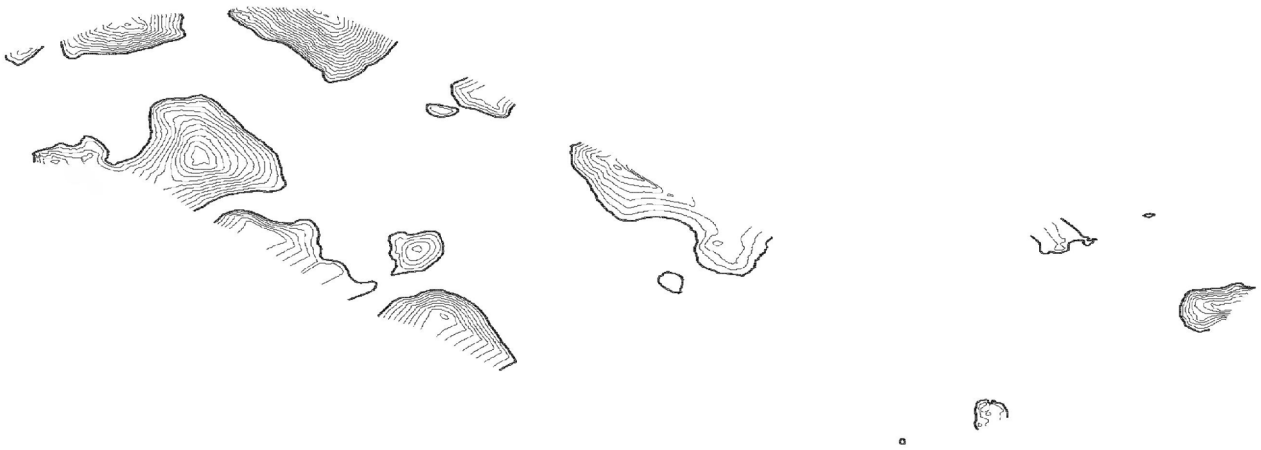
COTA 43



COTA 47



COTA 55



COTA 61

ECOSISTEMA RIBEIRINHO
 COMUNIDADES BIOLÓGICAS: A FLORA E A FAUNA DA RIBEIRA



A. RANÚNCULO [RANUNCULUS PELTATUS] B. MARGAÇA [CHAMAEMELUMP SP.] C. POEJO [MENTHA PULEGIUM] D. ERVA DE SÃO ROBERTO [GERANIUM ROBERTIANUM] E. MARROIO [MARRUBIUM VULGARE] F. SOAGEM [ECHIUM PLANTAGINEUM] G. MONTRASTE [METHE SUAVEOLENS] H. GAIMÃO [ASPHODELUS RAMOSUS] I. TAMUJO [FLUEGGEE TINCTORIA] J. ESTEVA [CISTUS LADANIFER] K. SILVA [RUBUS ULMIFOLIUS] L. LOENDRO [NERIUM OLEANDER] M. CATAPEREIROS [PYRUS BOURGAENA] N. TAMARGUEIRA [TAMARIX AFRICANA] O. BORRAZEIRA BRANCA [SALIX SALVIFOLIA] P. MURTA [MYRTUS COMMUNIS] Q. AROEIRA [PISTACIA LENTISCUS] R. ZAMBUJEIRO [OLEA EUROPEA SYLVESTRIS] S. AZINHEIRA [QUERCUS ROTUNDIFOLIA] T. CHOUPO [POPULUS ULMIFOLIUS] U. FREIXO [FRAXINUS ANGUSTIFOLIA]



1.



4.



8.



12.



2.



5.



9.



13.



3.



6.



10.



14.



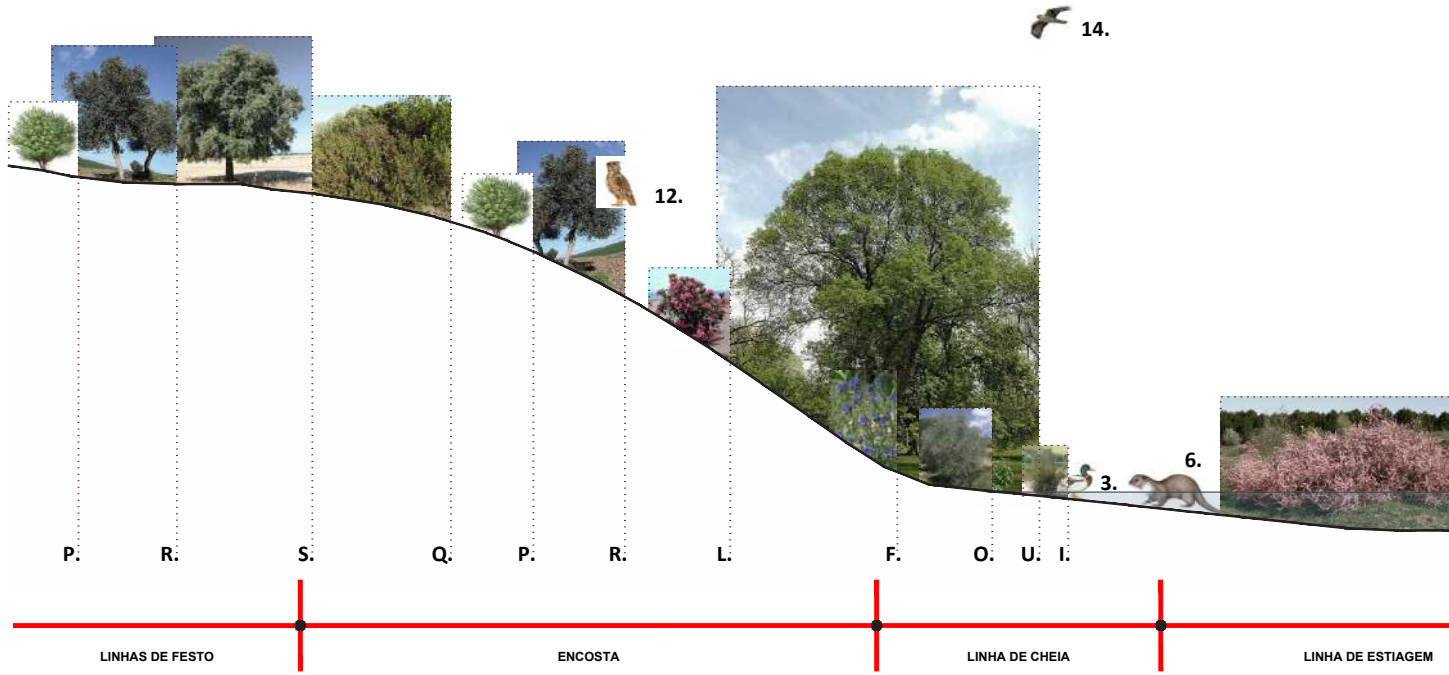
7.



11.

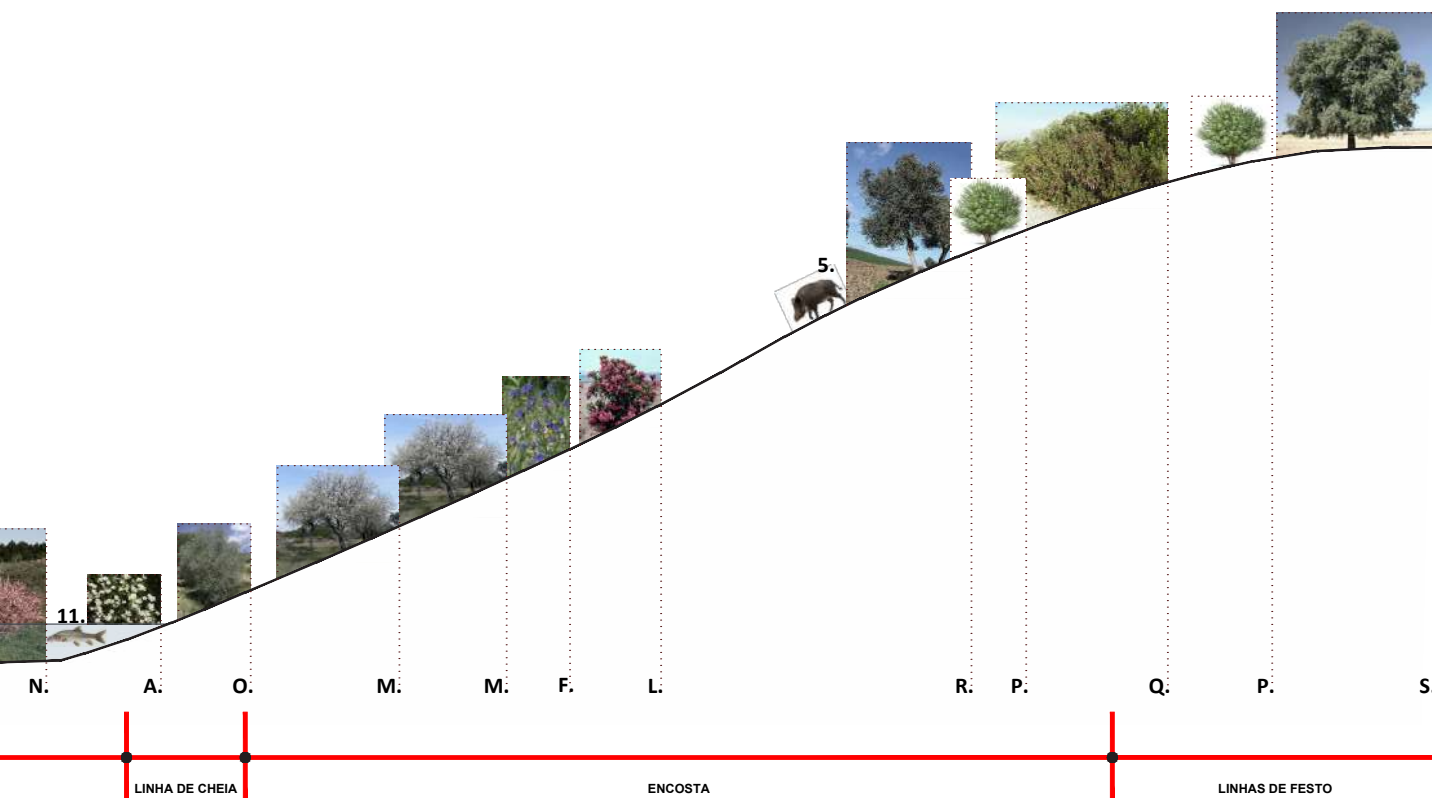
1. CARTAXO-COMUM [SAXICOLA TORQUATA] 2. PERDIZ-COMUM [ALECTORIS RUFA] 3. PATO REAL [ANAS PLATYRHYNCHOS] 4. ROUXINOL [LUSCINIA MEGARHYCHOS] 5. JAVALI [SUS SCROFA] 6. LONTRA [LUTRA LUTRA] 7. MEXILHÃO DO RIO [UNIO CF. PICTORUM] 8. COBRA DE ÁGUA [NAUTRIX MAURA] 9. CÁGADO [MAUREMYS LEPROSA] 10. LAGOSTIM-VERMELHO [PROCAMBARUS CLARKII] 11. BARBO [BARBUS SP.] 12. BUFO-REAL [BUBO BUBO] 13. GUARDA RIOS [ALCEDO ATTHIS] 14. ÁGUIA DE BONELLI [HIERAAETUS FASCIATUS]

ECOSISTEMA RIBEIRINHO
 COMUNIDADES BIOLÓGICAS: A FLORA E A FAUNA DA RIBEIRA



- A. RANÚNCULO [RANUNCULUS PELTATUS]
- B. MARGAÇA [CHAMAEMELUMP SP.]
- C. POEJO [MENTHA PULEGIUM]
- D. ERVA DE SÃO ROBERTO [GERANIUM ROBERTIANUM]
- E. MARROIO [MARRUBIUM VULGARE]
- F. SOAGEM [ECHIUM PLANTAGINEUM]
- G. MONTRASTE [METHE SUAVEOLENS]
- H. GAIMÃO [ASPHODELUS RAMOSUS]
- I. TAMUJO [FLUEGGEA TINCTORIA]
- J. ESTEVA [CISTUS LADANIFER]
- K. SILVA [RUBUS ULMIFOLIUS]
- L. LOENDRO [NERIUM OLEANDER]
- M. CATAPEIREOS [PYRUS BOURGAENA]
- N. TAMARGUEIRA [TAMARIX AFRICANA]
- O. BORRAZEIRA BRANCA [SALIX SALVIFOLIA]
- P. MURTA [MYRTUS COMMUNIS]
- Q. AROEIRA [PISTACIA LENTISCUS]
- R. ZAMBUJEIRO [OLEA EUROPEA SYLVESTRIS]
- S. AZINHEIRA [QUERCUS ROTUNDIFOLIA]
- T. CHOUPO [POPULUS ULMIFOLIUS]
- U. FREIXO [FRAXINUS ANGUSTIFOLIA]

- 1. CARTAXO-COMUM [SAXICOLA TORQUATA]
- 2. PERDIZ-COMUM [ALECTORIS RUFA]
- 3. PATO REAL [ANAS PLATYRHYNCHOS]
- 4. ROUXINOL [LUSCINIA MEGARHYCHOS]
- 5. JAVALI [SUS SCROFA]
- 6. LONTRA [LUTRA LUTRA]
- 7. MEXILHÃO DO RIO [UNIO CF. PICTORUM]
- 8. COBRA DE ÁGUA [NAUTRIX MAURA]
- 9. CÁGADO [MAUREMYS LEPROSA]
- 10. LAGOSTIM-VERMELHO [PROCAMBARUS CLARKII]
- 11. BARBO [BARBUS SP.]
- 12. BUFO-REAL [BUBO BUBO]
- 13. GUARDA RIOS [ALCEDO ATTHIS]
- 14. ÁGUA DE BONELLI [HIERAAETUS FASCIATUS]



ECOSSISTEMA RIBEIRINHO
OS EFEITOS DA SAZONALIDADE: CONFRONTO A PARTIR DE IMAGENS



A.



B.



C.



D.



E.



F.



G.



H.



I.



J.

A. VISTA AÉREA: ÁGUA SANTA DA HERDADE DE STA. MARIA B. ÁGUA SANTA DA HERDADE DE STA. MARIA C. VISTA MONTANTE: REPRESA DA ÁGUA SANTA DA HERDADE DE STA. MARIA D. ARRANQUE: ESPAÇO DELTA E. MARGEM ESQUERDA: ESPAÇO DELTA F. | G. | H. FRAGMENTO DE RIBEIRA: PEDO DOS PORCOS I. | J. TRANSIÇÃO PEGO DOS PORCOS E PEGO DOS TRÊS CHAPARROS

CAPTAÇÃO DE IMAGEM: DEZEMBRO 2018 [LEITO APARENTE]



A.



B.



C.



D.



E.



F.



G.



H.



I.



J.

ECOSSISTEMA RIBEIRINHO
OS EFEITOS DA SAZONALIDADE: CONFRONTO A PARTIR DE IMAGENS



A.

B.

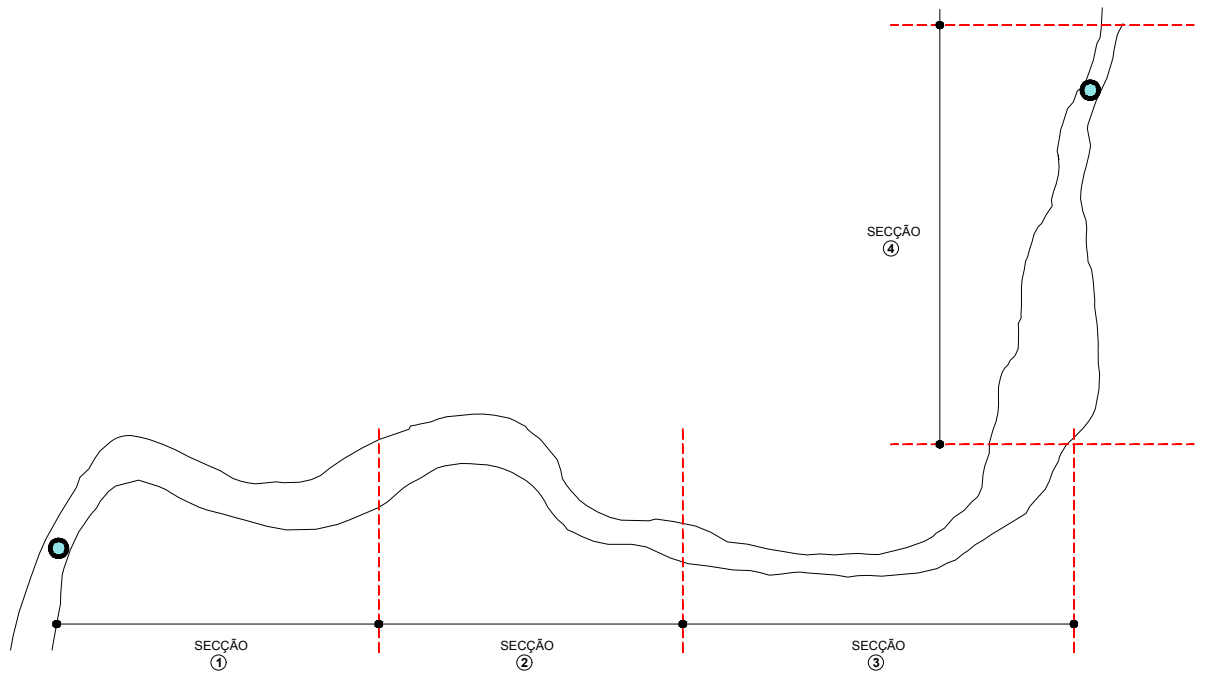


C.

D.

ECOSSISTEMA RIBEIRINHO
OS EFEITOS DA SAZONALIDADE: CONFRONTO A PARTIR DE IMAGENS

RIBEIRA DE OEIRAS:
CAPTAÇÃO DE IMAGEM EM PERÍODO DE CHUVA E EM PERÍODO SECO



CAPTAÇÃO DE IMAGEM
DEZEMBRO 2018



CAPTAÇÃO DE IMAGEM
OUTUBRO 2019



PEGO VERDE
①

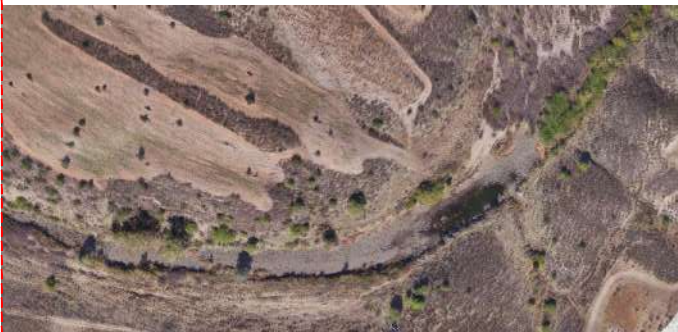
PEGO DOS TRÊS CHAPARROS
②

DELTA
④



CAPTAÇÃO
DE IMAGEM
DEZEMBRO 2018
[LEITO APARENTE]

CAPTAÇÃO
DE IMAGEM
DEZEMBRO 2019
[LEITO MENOR DE ESTIAGEM]



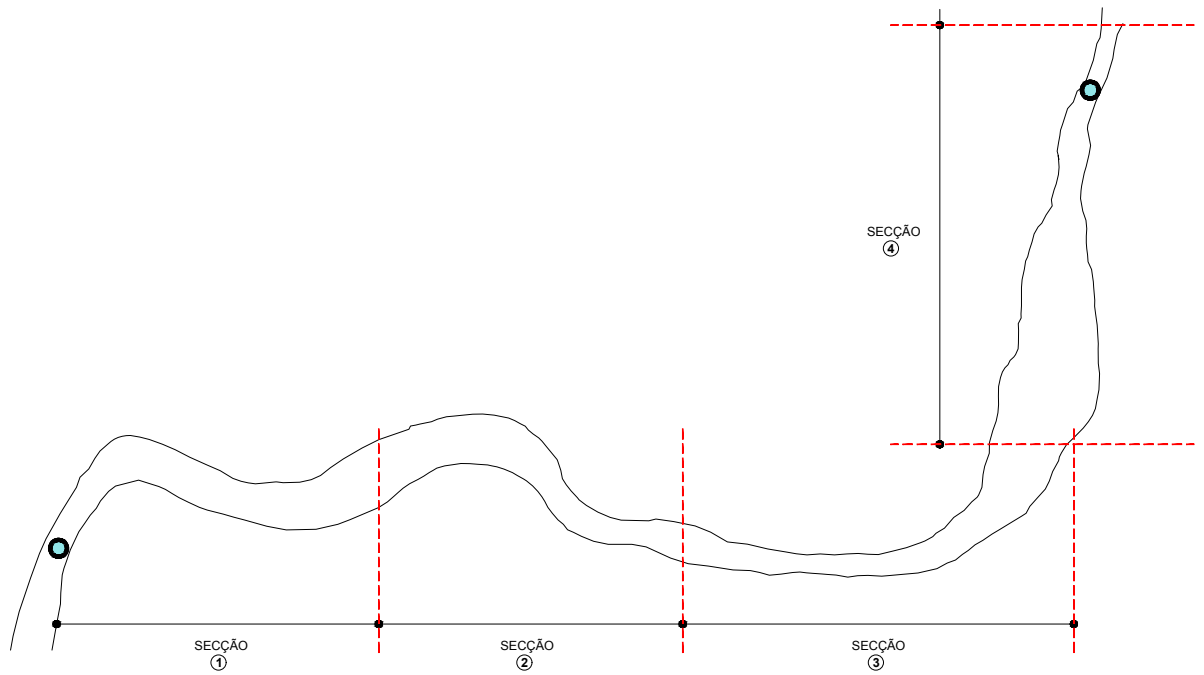
PEGO DOS PORCOS
③

LEITO APARENTE:
SULCO ONDE CORREM AS ÁGUAS

LEITO MENOR DE ESTIAGEM:
ZONA DO LEITO APARENTE QUE FICA A
DESCOBERTO EM CONSEQUÊNCIA DE
UM PERÍODO DE SECA PROLONGADA

ECOSSISTEMA RIBEIRINHO
OS EFEITOS DA SAZONALIDADE: CONFRONTO A PARTIR DE IMAGENS

RIBEIRA DE OEIRAS:
PIXELIZAÇÃO DE IMAGEM EM PERÍODO DE CHUVA E EM PERÍODO SECO



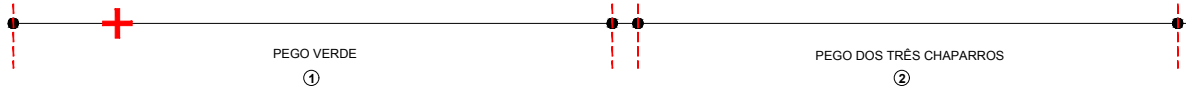
PERÍODO DE CHUVA



PERÍODO SECO



+ NASCENTE
ÁGUA SANTA DO
PEGO VERDE



+ NASCENTE
ÁGUA SANTA DA HERDADE
DE STA. MARIA

DELTA
④



PERÍODO
DE CHUVA

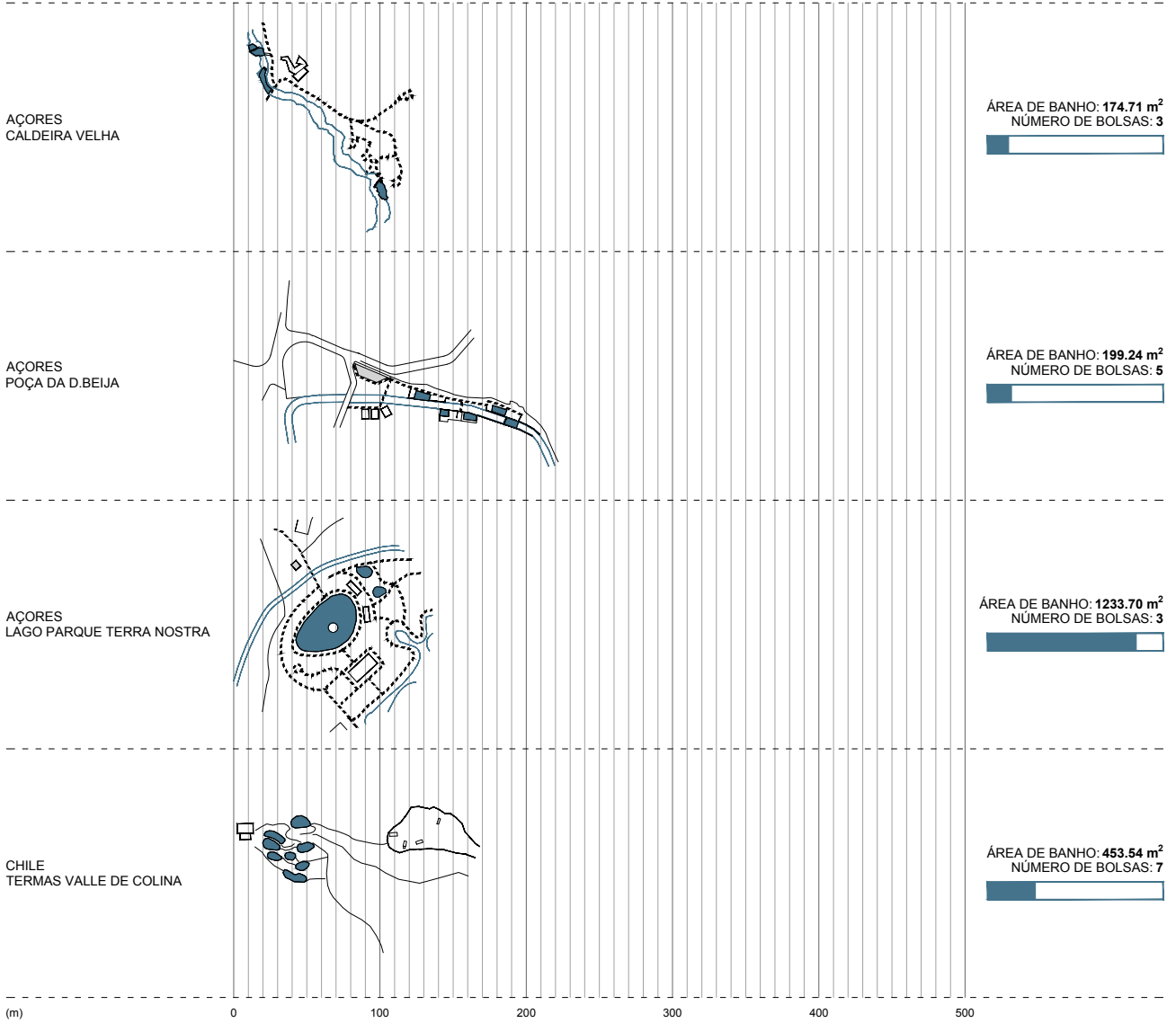
PERÍODO
DE CHUVA

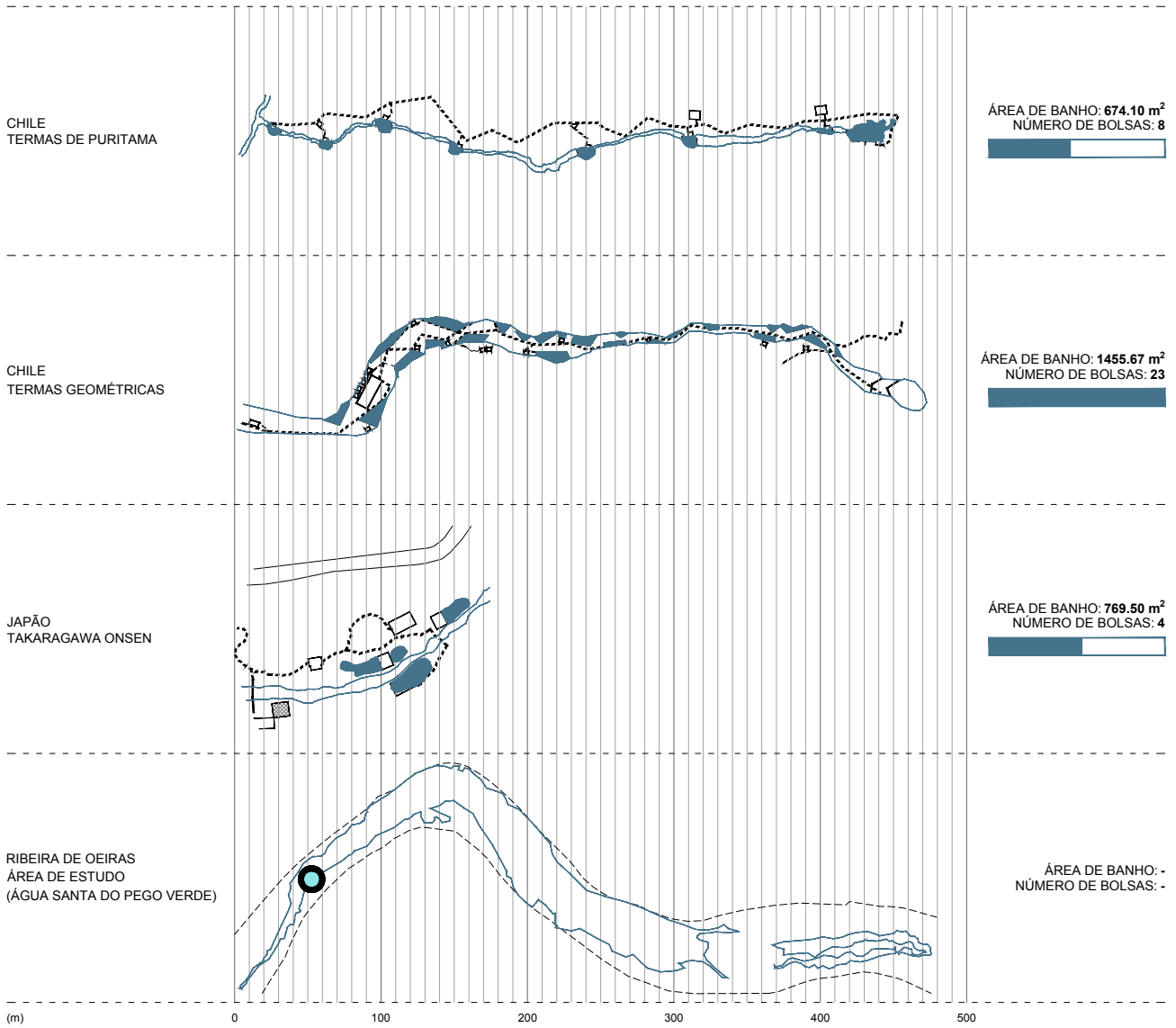


PEGO DOS PORCOS
③

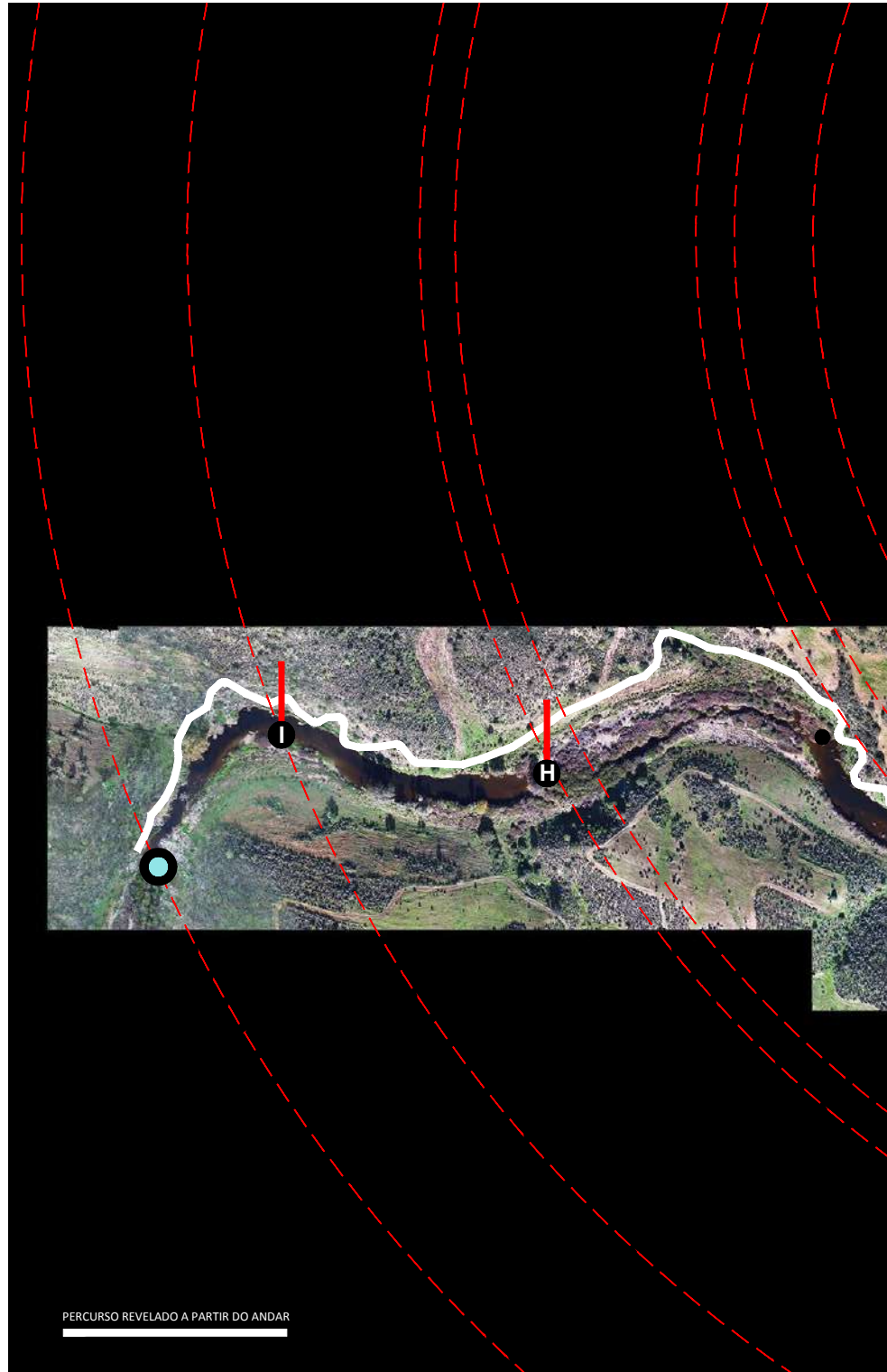
ESCALAS E DISTÂNCIAS
ANÁLISE COMPARATIVA COM OS CASOS DE ESTUDO

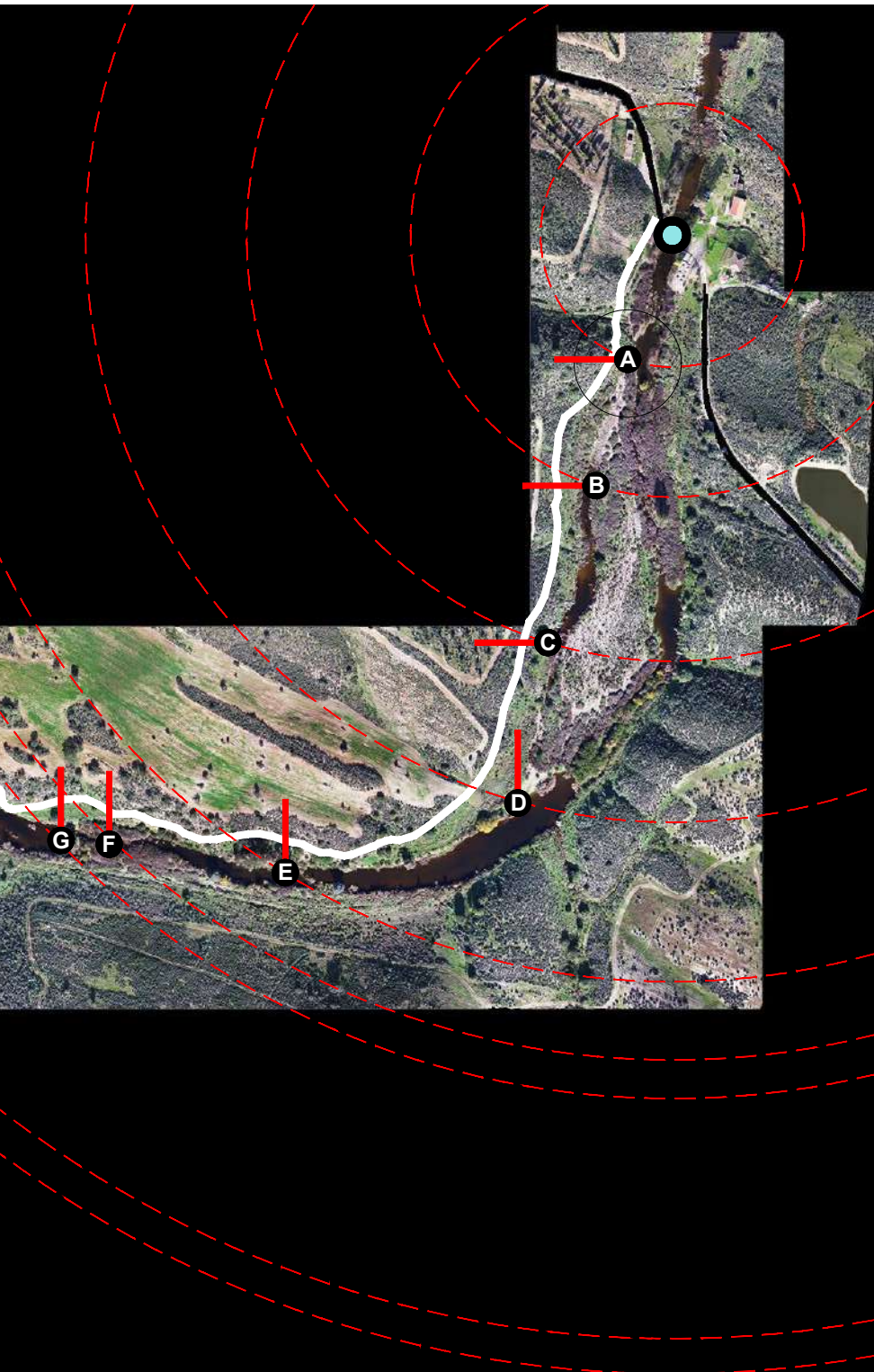
SISTEMAS DE BANHOS
ANÁLISE E COMPARAÇÃO DOS CASOS DE ESTUDO





PERCURSO: REVELAR UM CAMINHO A PARTIR DO ANDAR
DISTÂNCIAS E SISTEMA DE VISTAS





PERCURSO: REVELAR UM CAMINHO A PARTIR DO ANDAR
DISTÂNCIAS E SISTEMA DE VISTAS



ÁGUA SANTA DA HERDADE DE STA. MARIA



B

192 m



D

431 m



97 m **A**



313 m **C**



550 m **E**

PERCURSO: REVELAR UM CAMINHO A PARTIR DO ANDAR
DISTÂNCIAS E SISTEMA DE VISTAS



E
550 m



G
634 m



I
1010 m



619 m **F**

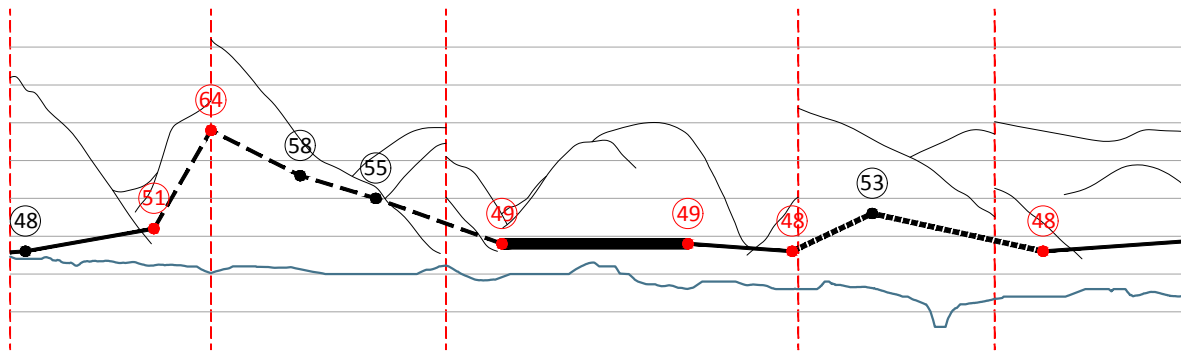
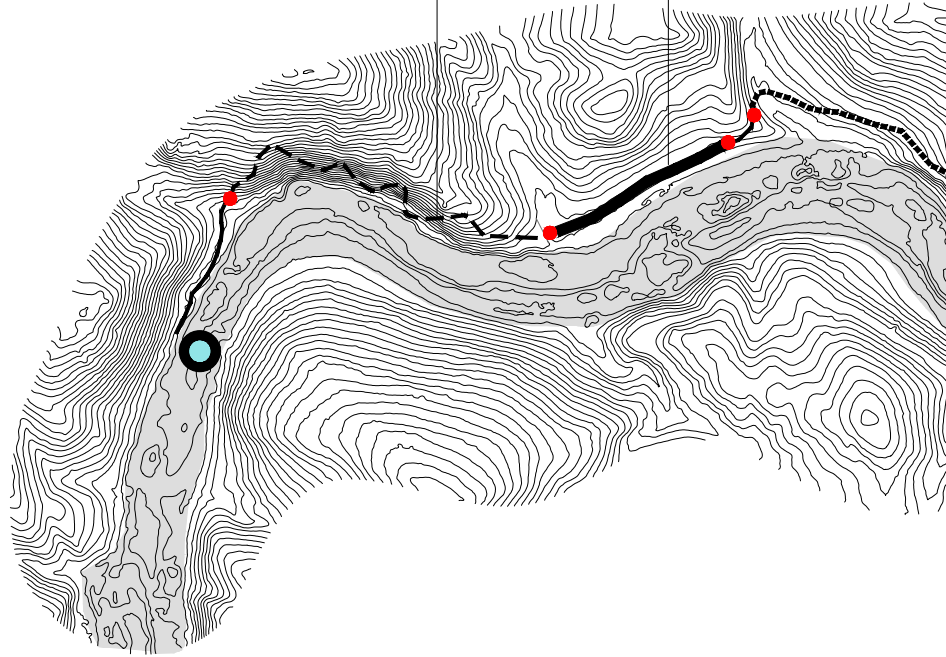


810 m **H**



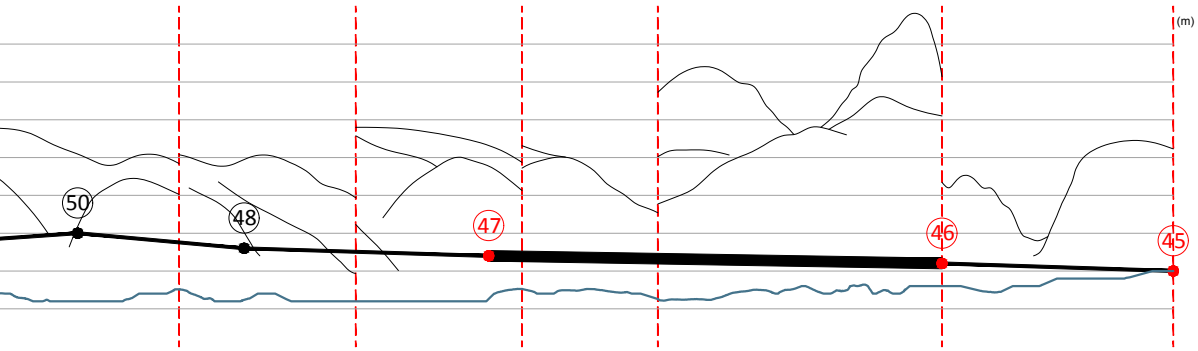
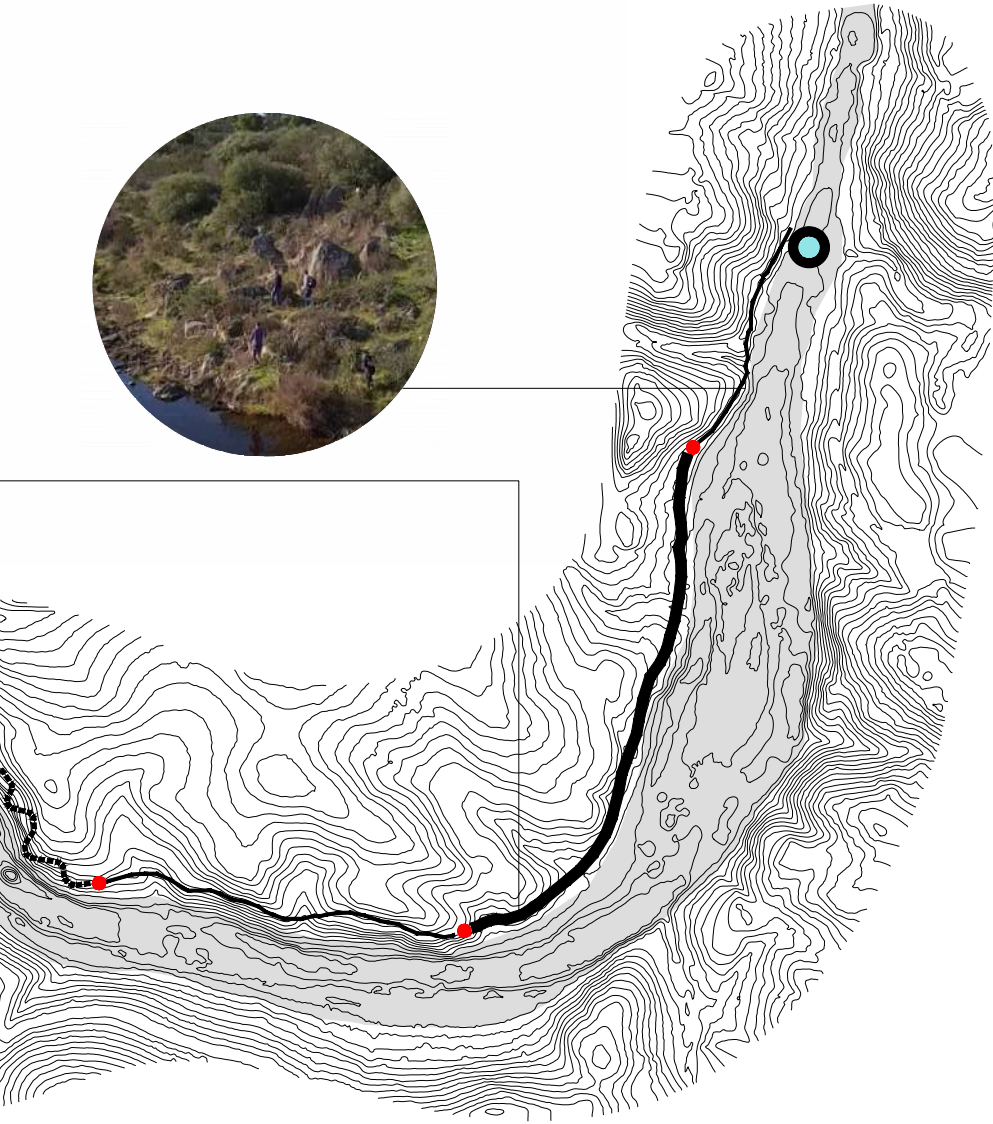
1128 m ÁGUA SANTA DO PEGO VERDE **I**

PERCURSO: REVELAR UM CAMINHO A PARTIR DO ANDAR
TOPOGRAFIA E AFERIÇÃO DOS NÍVEIS DE DIFICULDADE



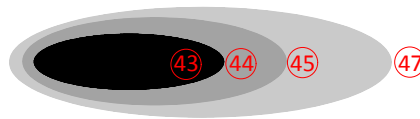
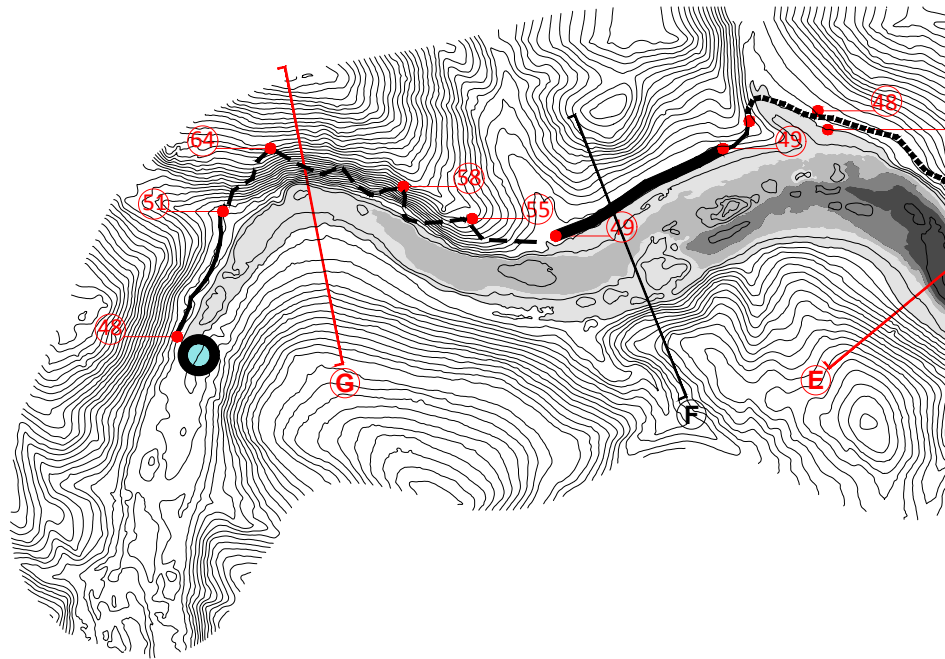
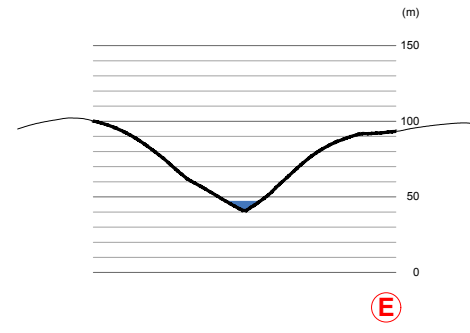
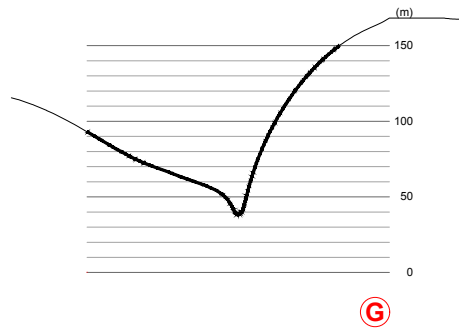
— FÁCIL — MODERADO ——— MODERADO-DIFÍCIL

ESCALA 1: 5 000

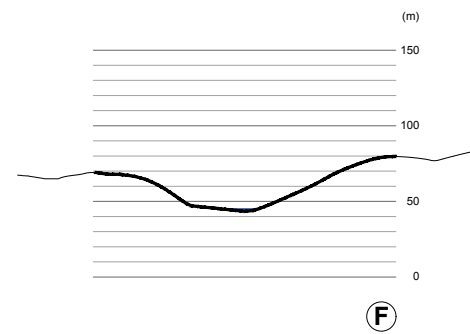


--- DIFÍCIL ● COTAS ALTIMÉTRICAS (m) COMPRIMENTO LINEAR DO TRAJETO: 1617 m

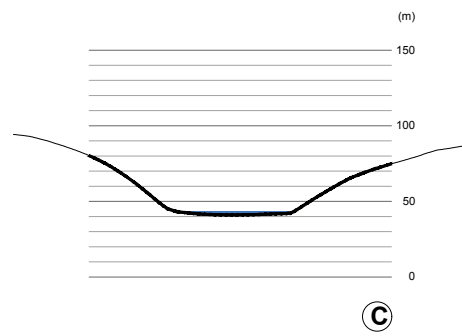
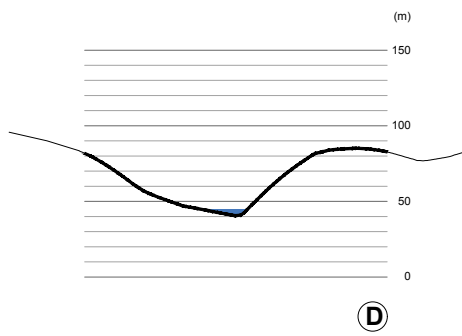
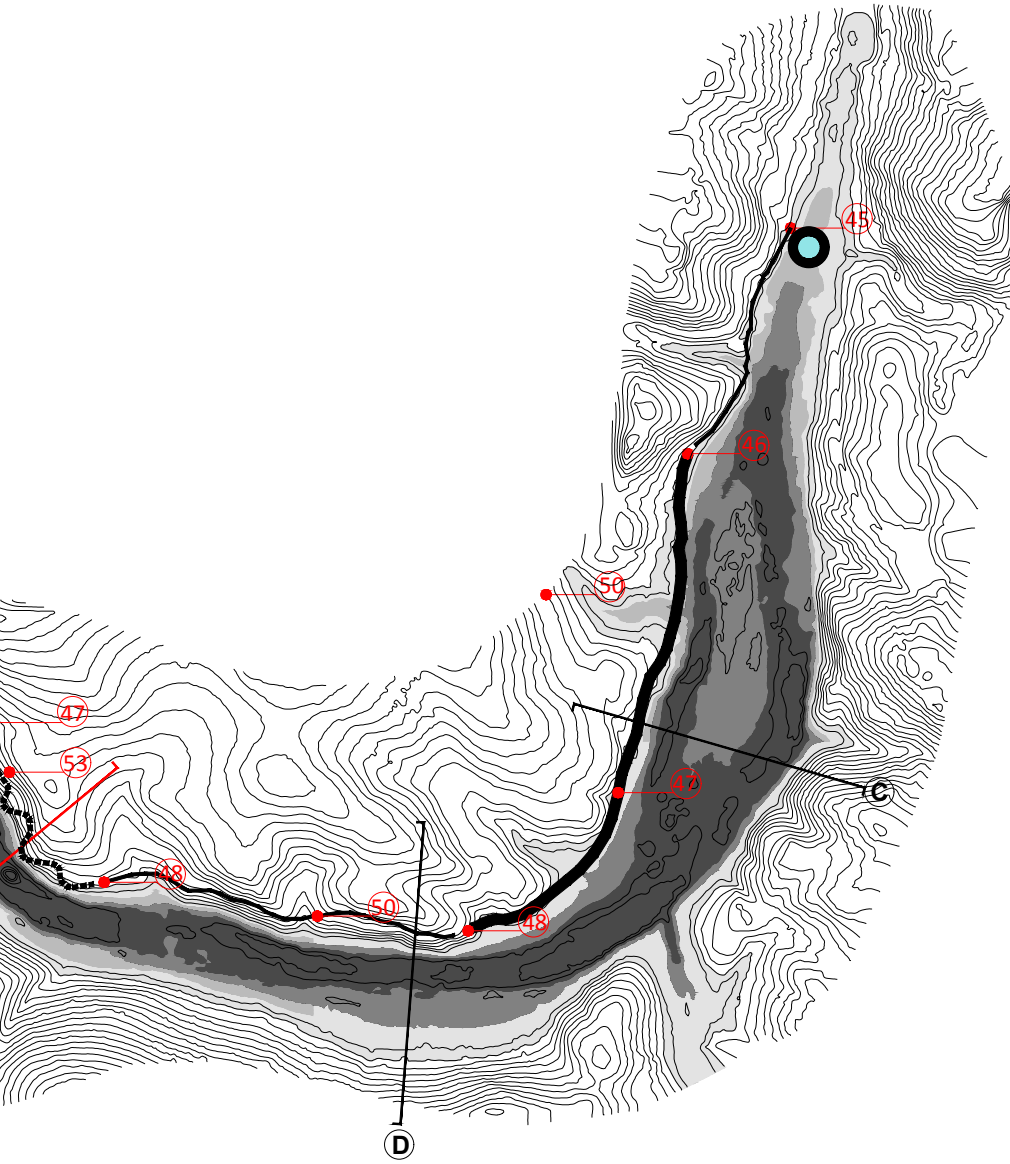
PERCURSO: REVELAR UM CAMINHO A PARTIR DO ANDAR
 TOPOGRAFIA E AFERIÇÃO DOS NÍVEIS DE DIFICULDADE



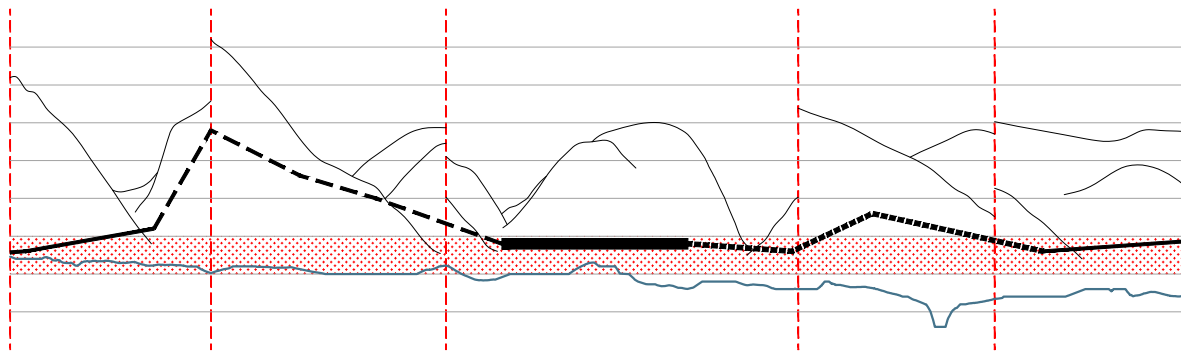
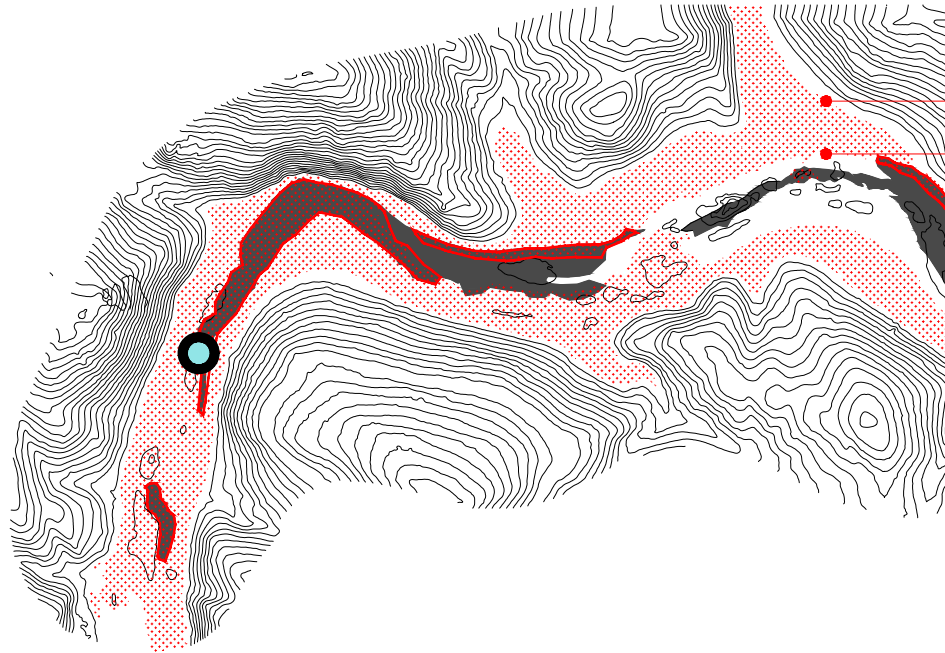
COTAS ALTIMÉTRICAS NO LEITO DE CHEIA



FÁCIL
 MODERADO
 M

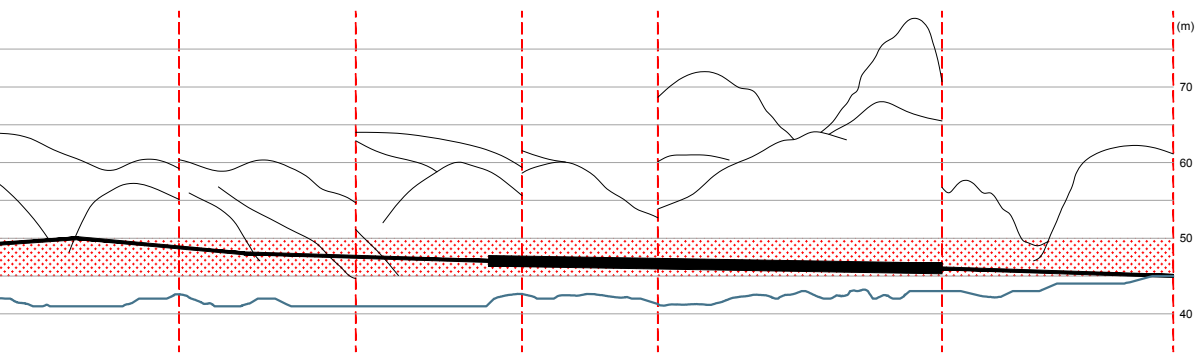
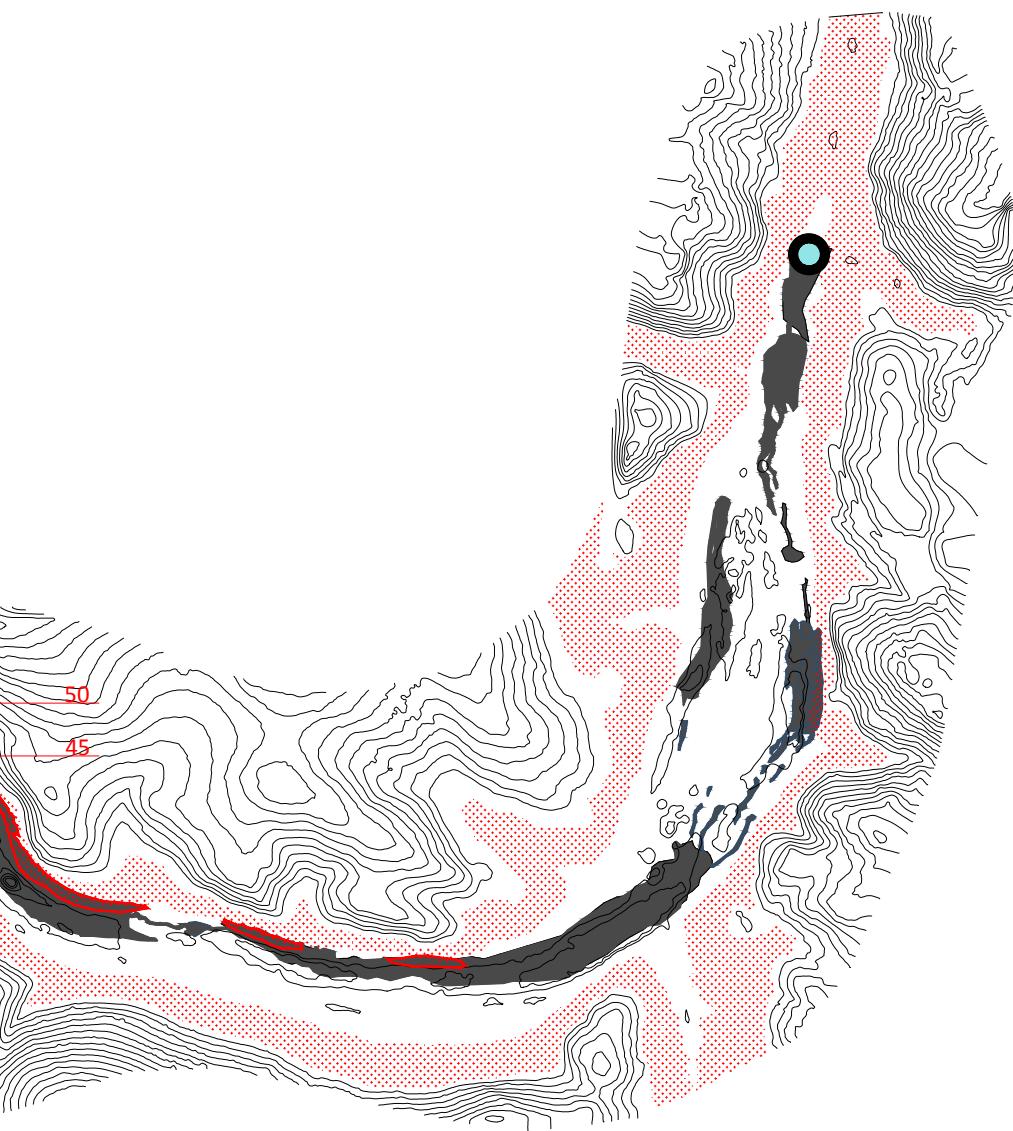


PERCURSO: REVELAR UM CAMINHO A PARTIR DO ANDAR
DELIMITAÇÃO DAS COTAS MÍNIMA E MÁXIMA DO PERCURSO



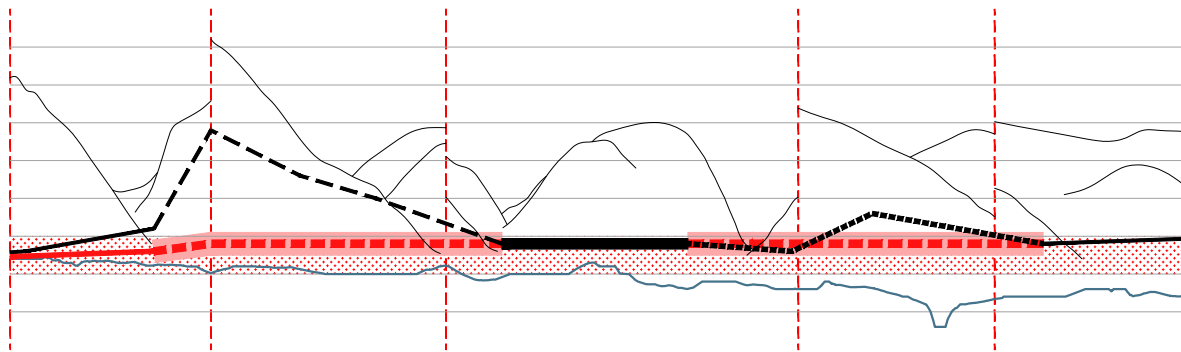
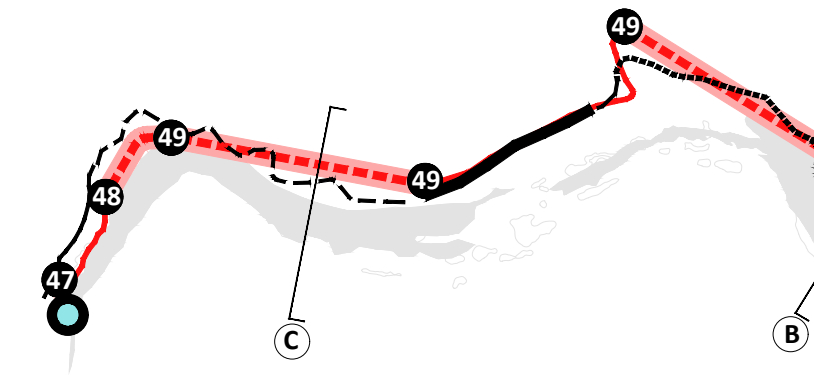
█ FÁCIL █ MODERADO █ MODERADO-DIFÍCIL

ESCALA 1:5 000

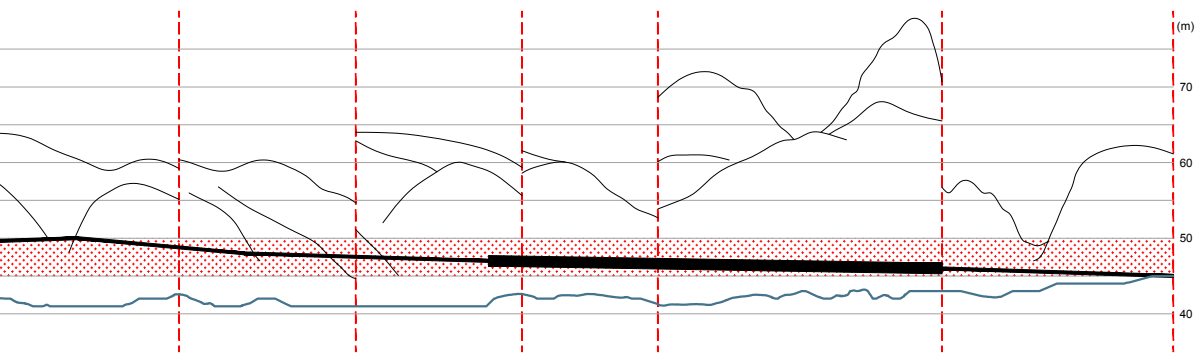
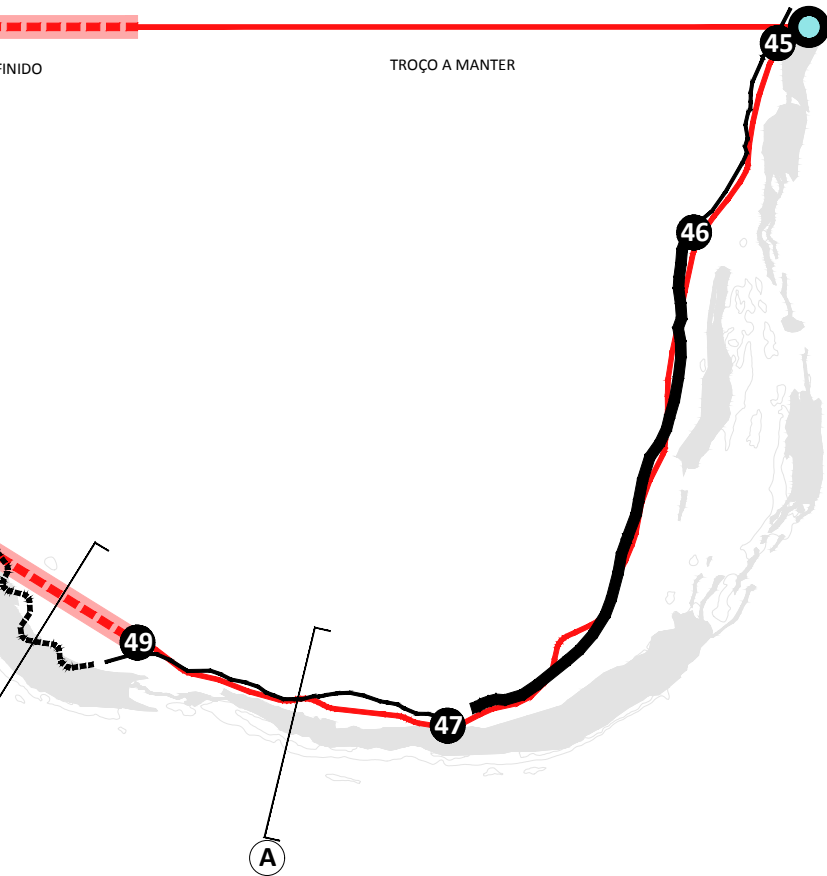


DIFÍCIL
 DEFINIÇÃO DAS COTAS MÍNIMA E MÁXIMA DO NOVO PERCURSO (COMPREENDIDO ENTRE AS COTAS 40 E 50)

PERCURSO: REVELAR UM CAMINHO A PARTIR DO ANDAR
O ENCONTRO ENTRE A LINHA PRATICADA E A LINHA IMAGINADA



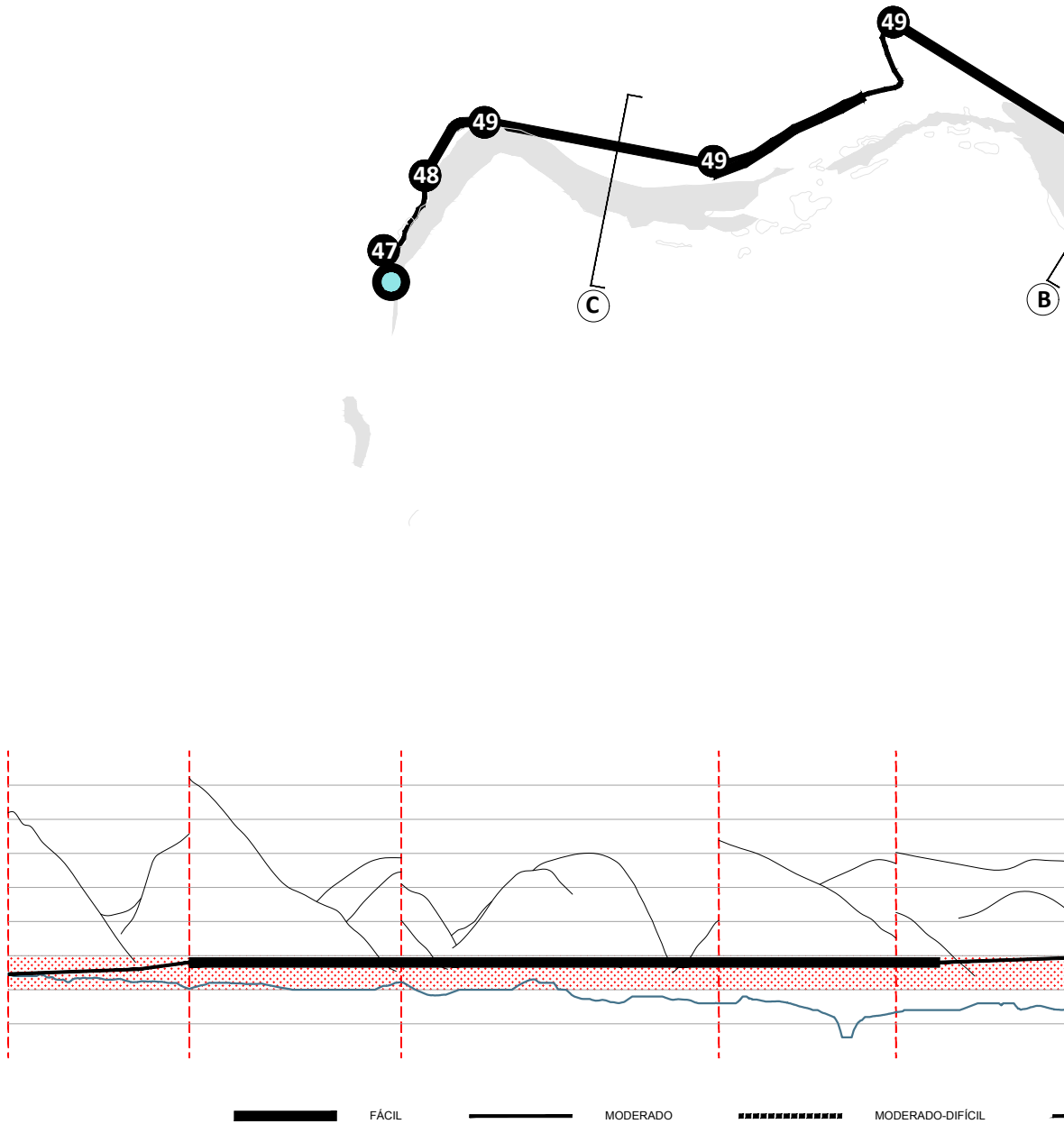
█ FÁCIL █ MODERADO █ MODERADO-DIFÍCIL



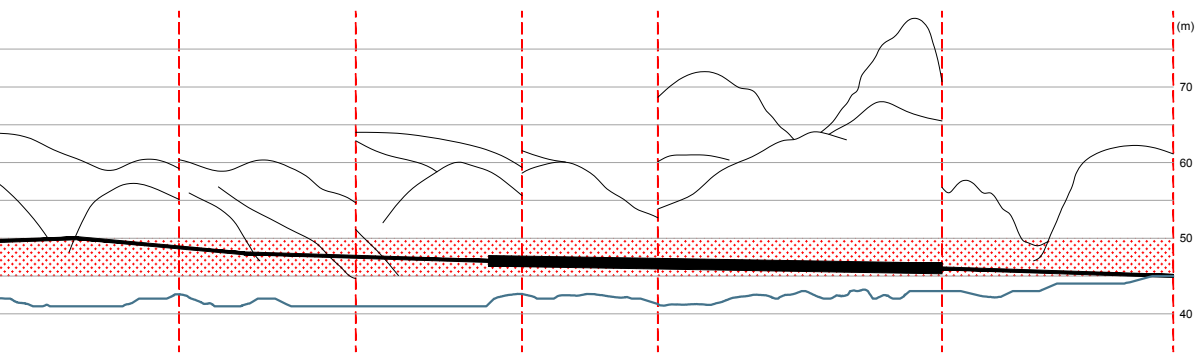
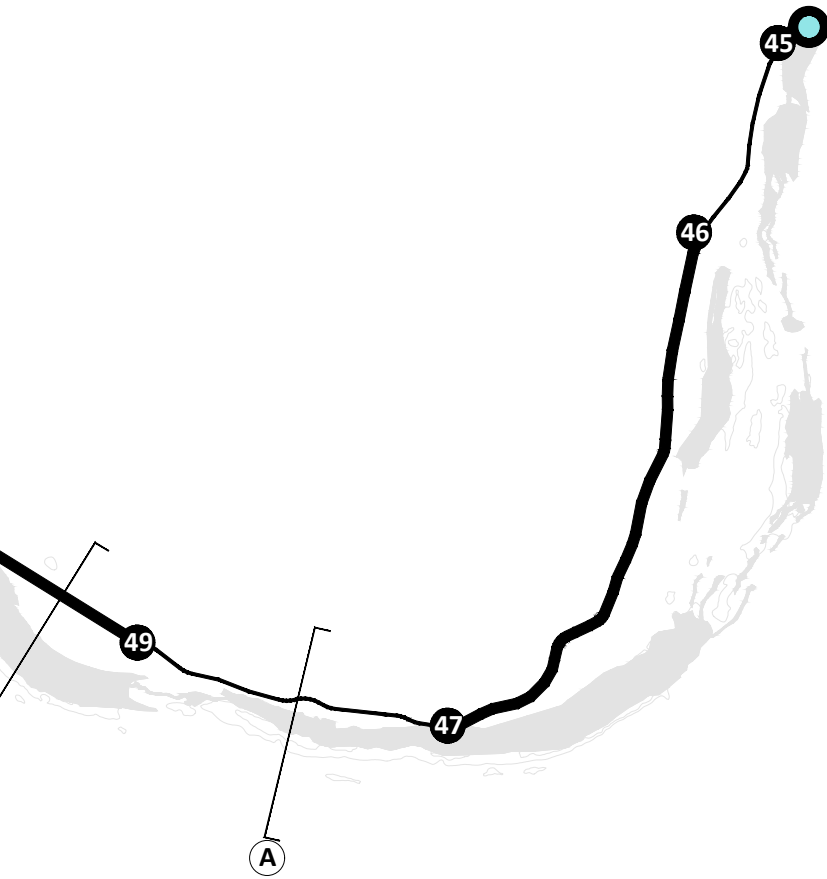
--- DIFÍCIL

DEFINIÇÃO DAS COTAS MÍNIMA E MÁXIMA DO NOVO PERCURSO (COMPREENDIDO ENTRE AS COTAS 40 E 50)

PERCURSO: REVELAR UM CAMINHO A PARTIR DO ANDAR
O ENCONTRO ENTRE A LINHA PRATICADA E A LINHA IMAGINADA

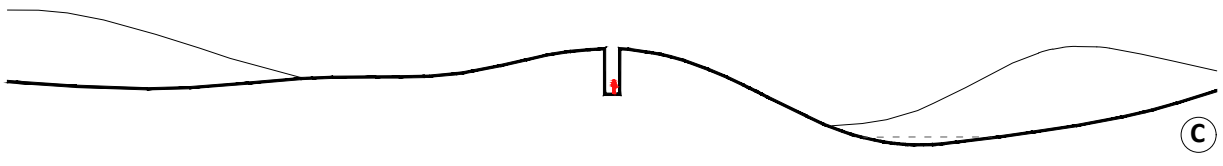
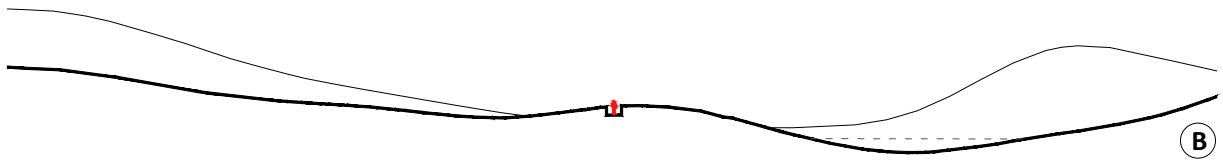
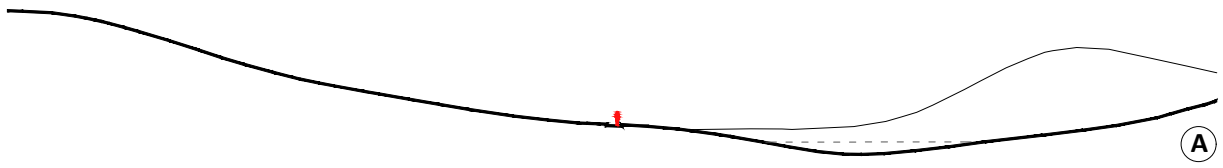


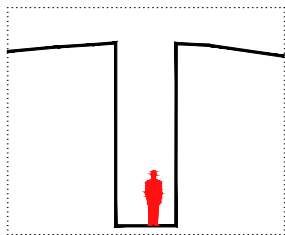
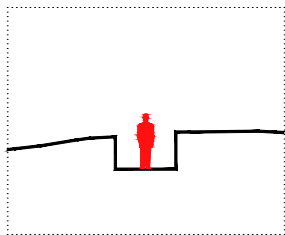
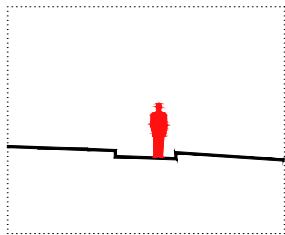
ESCALA 1: 5 000

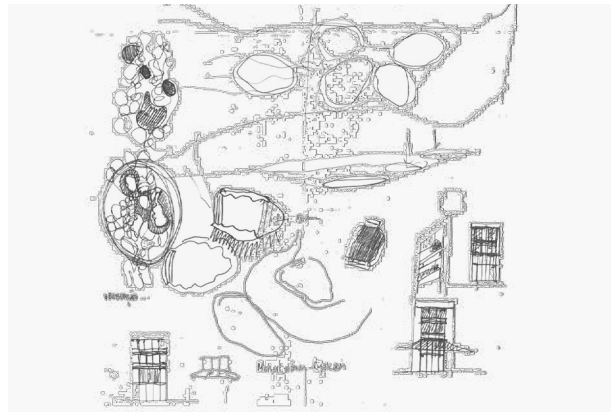
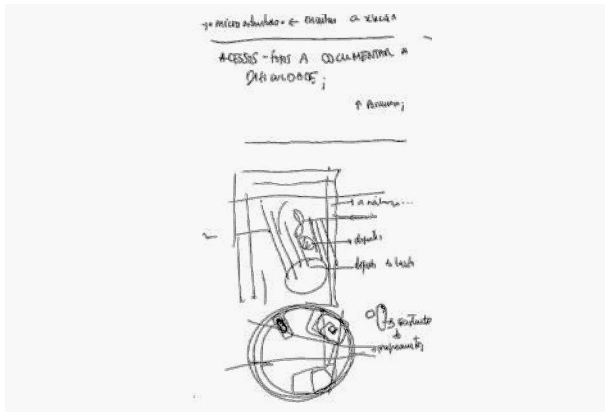
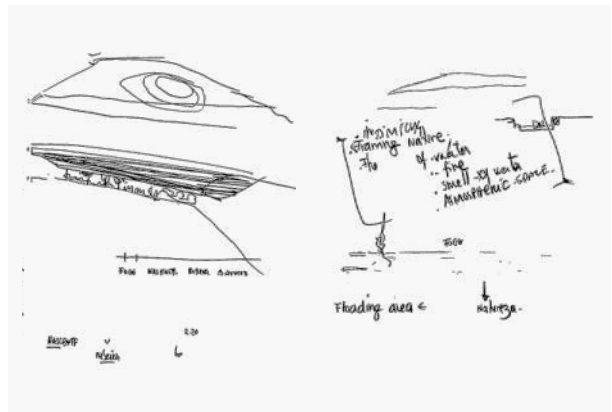
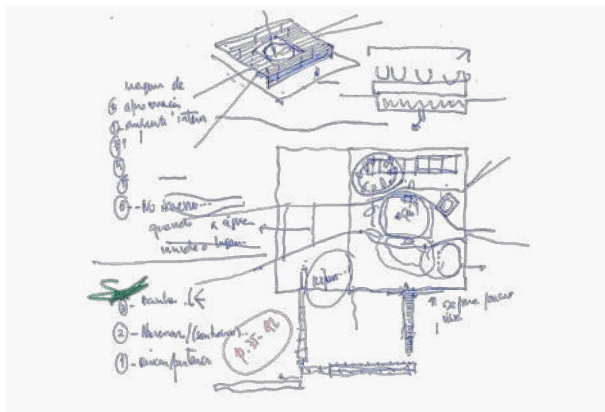


DIFÍCIL
 DEFINIÇÃO DAS COTAS MÍNIMA E MÁXIMA DO NOVO PERCURSO (COMPREENDIDO ENTRE AS COTAS 40 E 50)

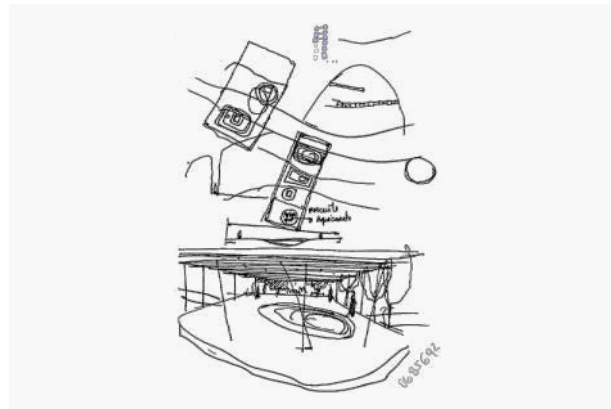
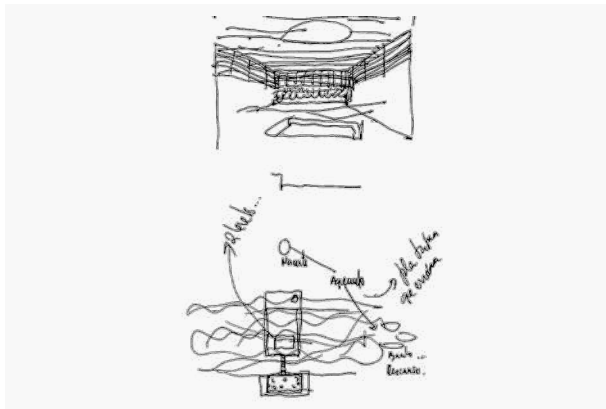
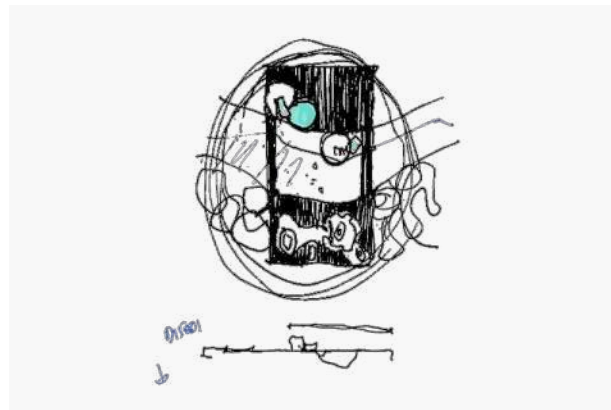
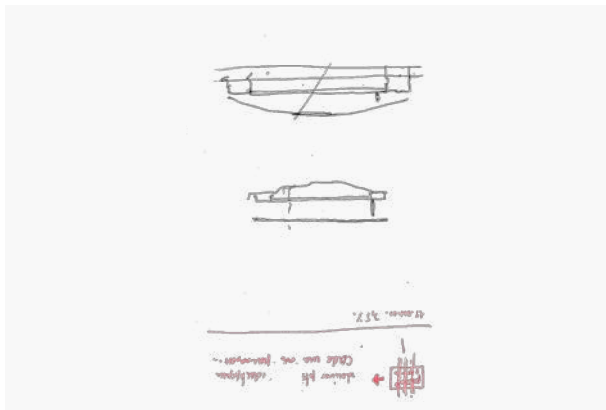
PERCURSO: REVELAR UM CAMINHO A PARTIR DO ANDAR
PERFIS TRANSVERSAIS

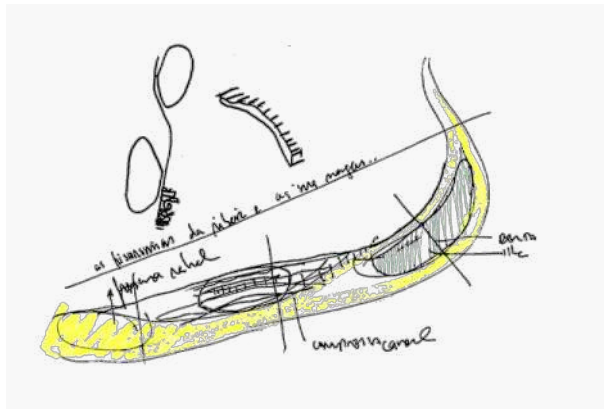
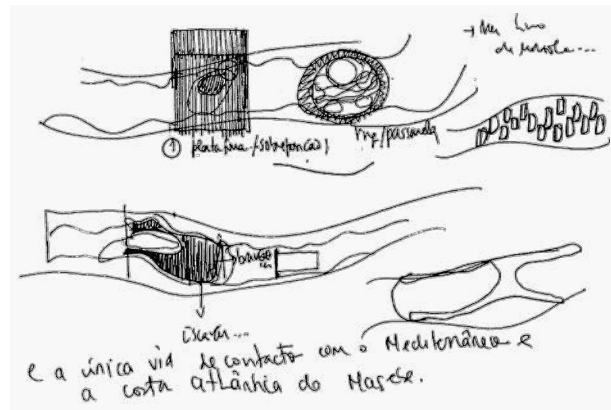
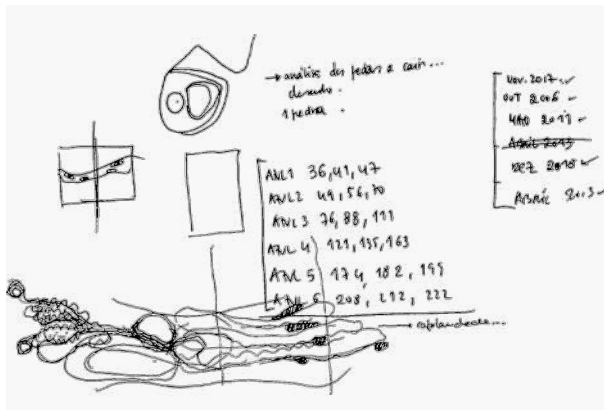


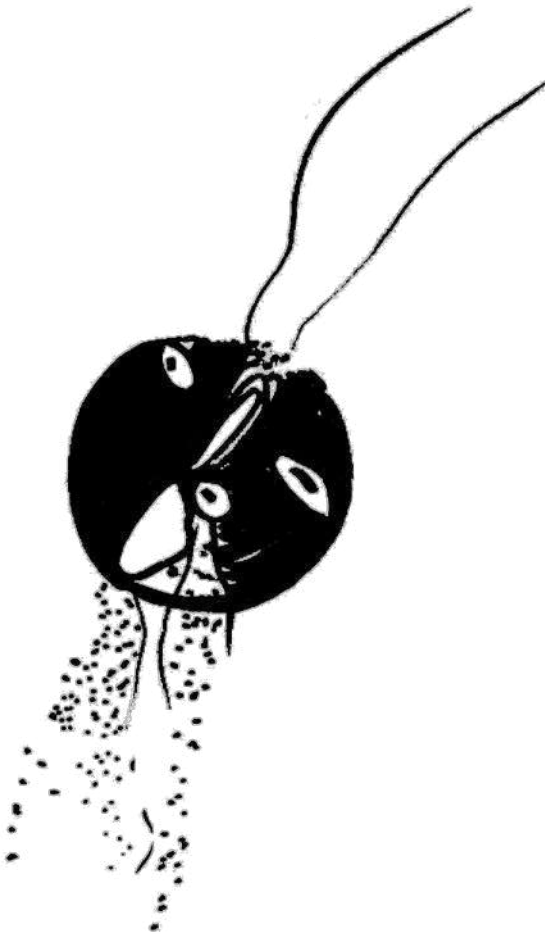


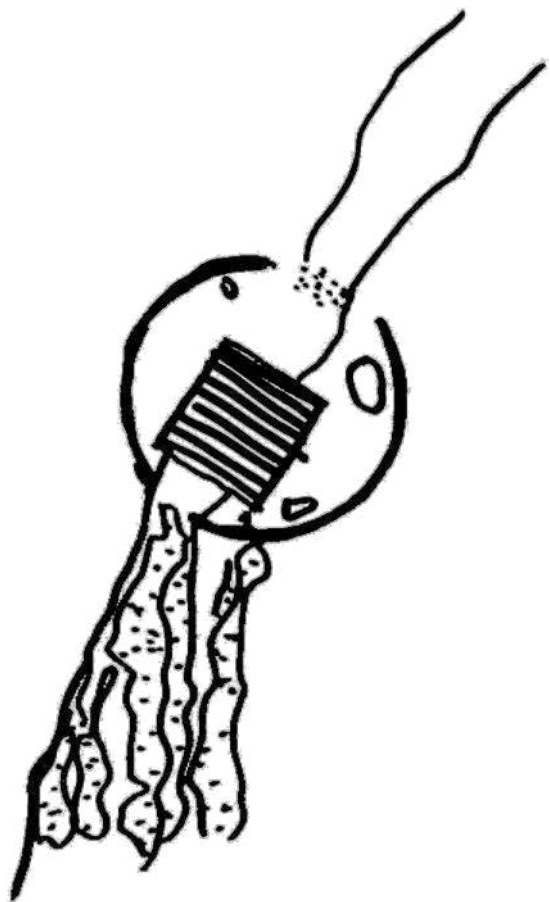
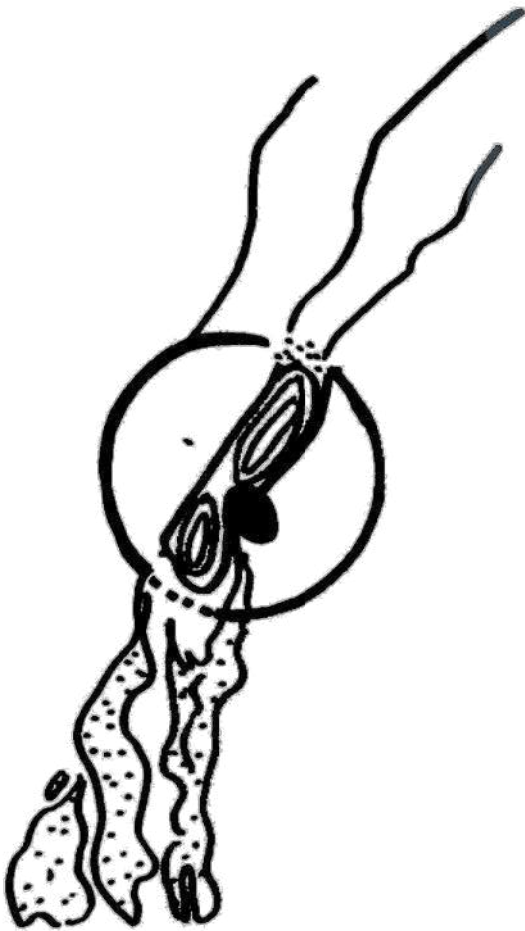


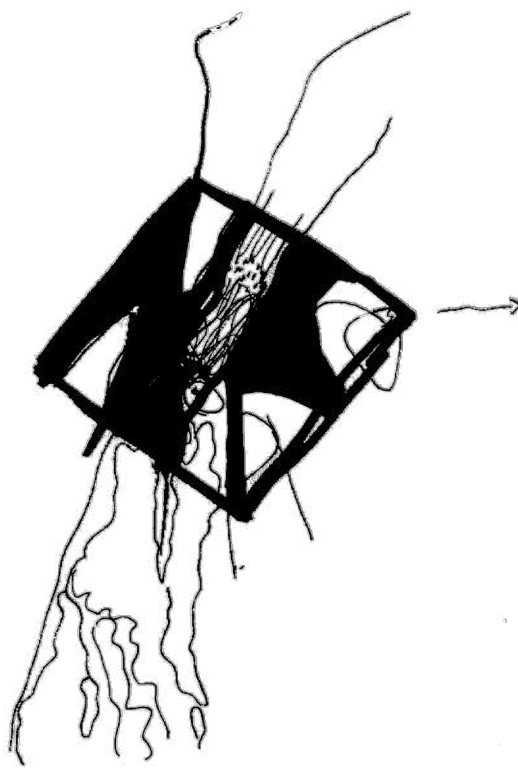
ÁGUA SANTA DO PEGO VERDE: PRINCÍPIOS DE UMA PROPOSTA
ESQUISSOS

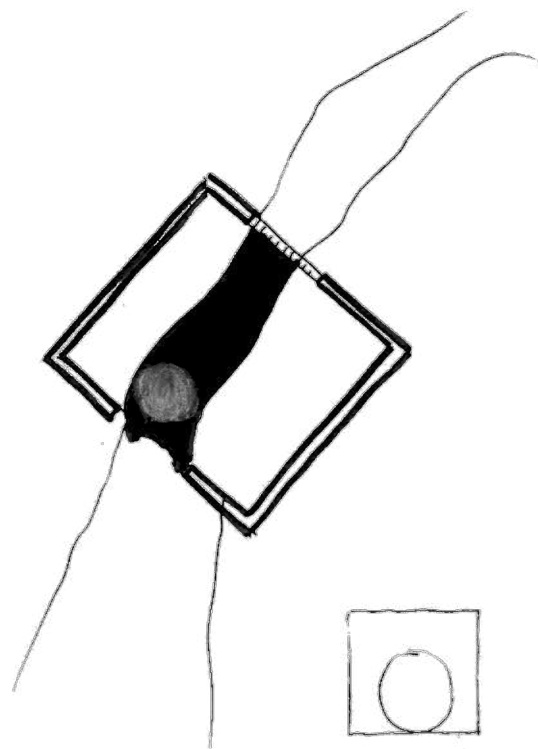


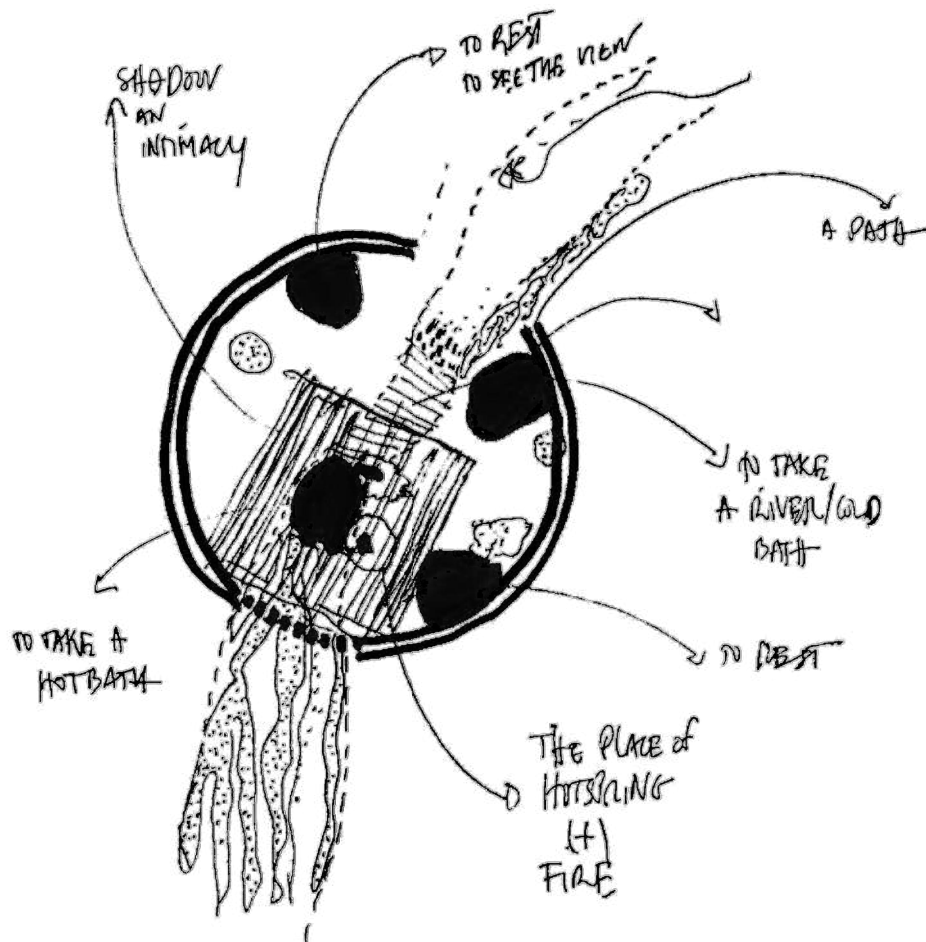


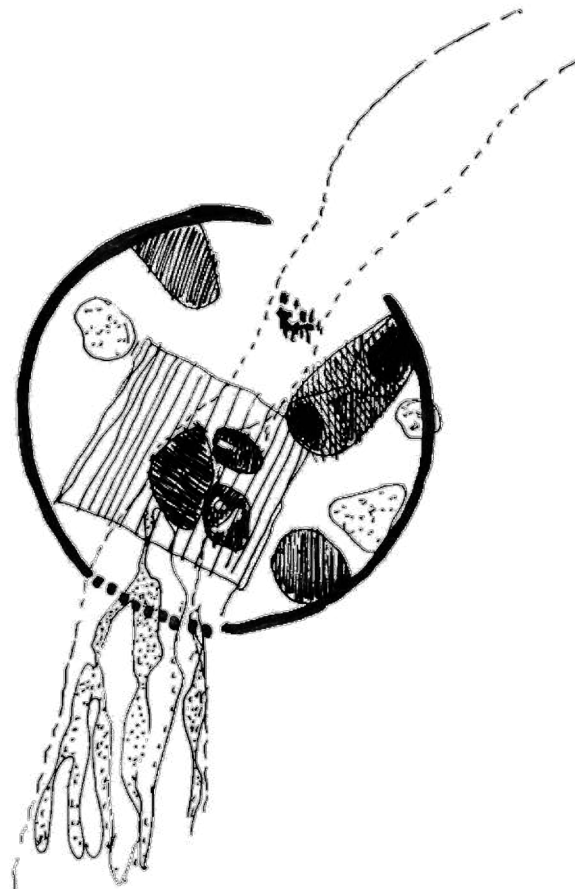


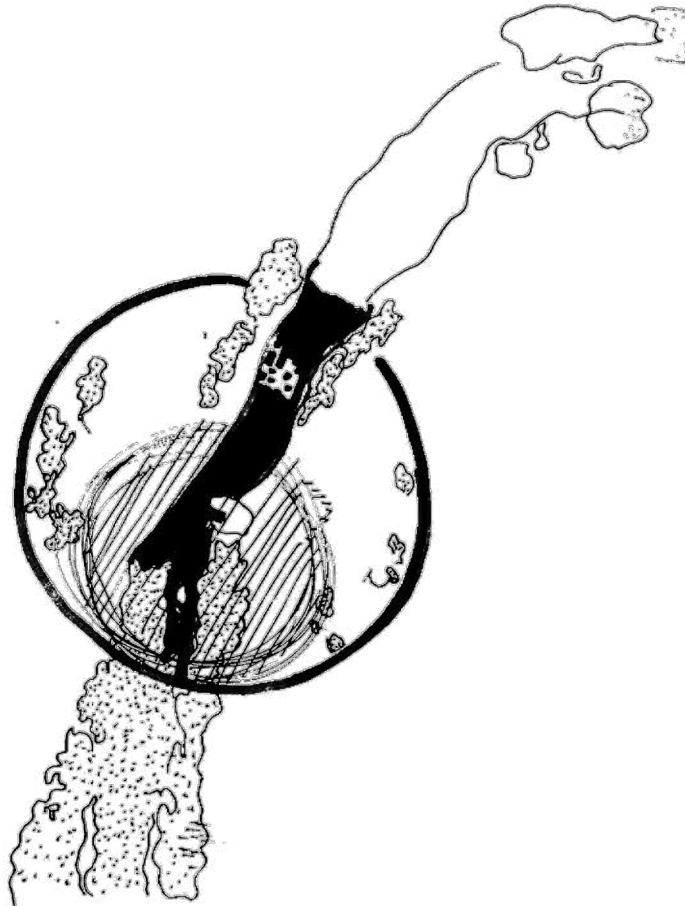


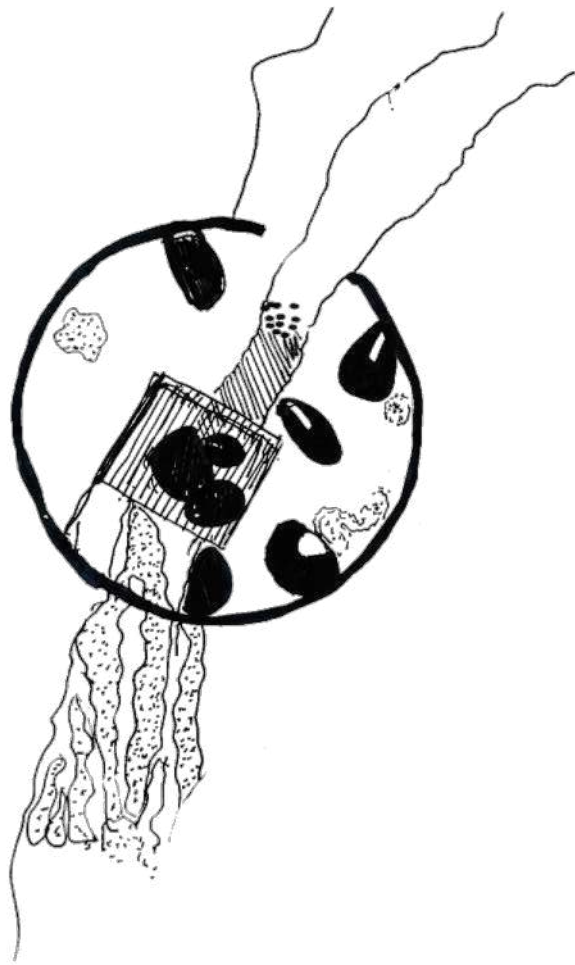




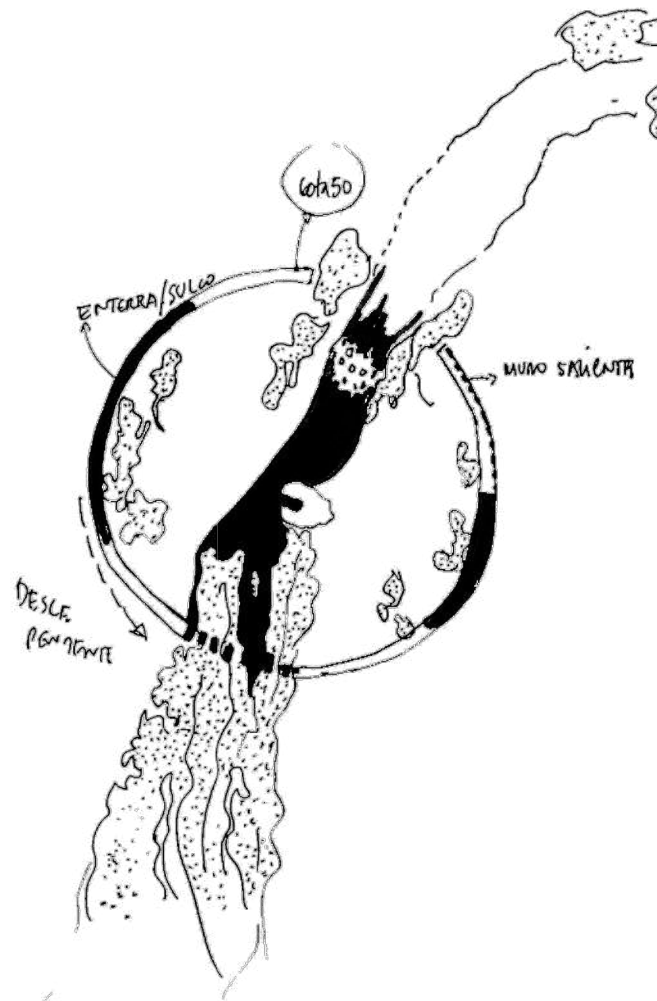


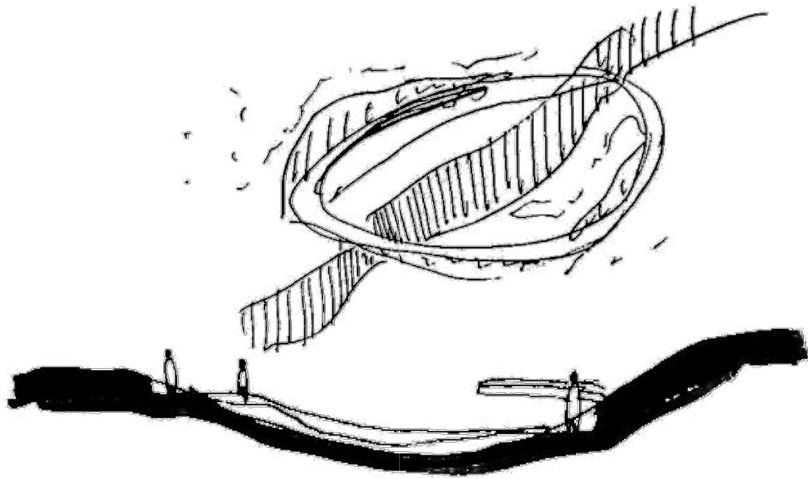






ÁGUA SANTA DO PEGO VERDE: PRINCÍPIOS DE UMA PROPOSTA
ESQUISSOS

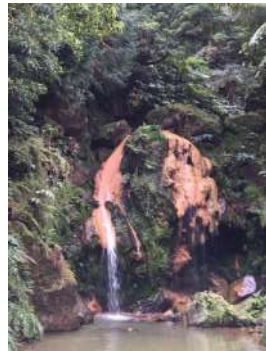




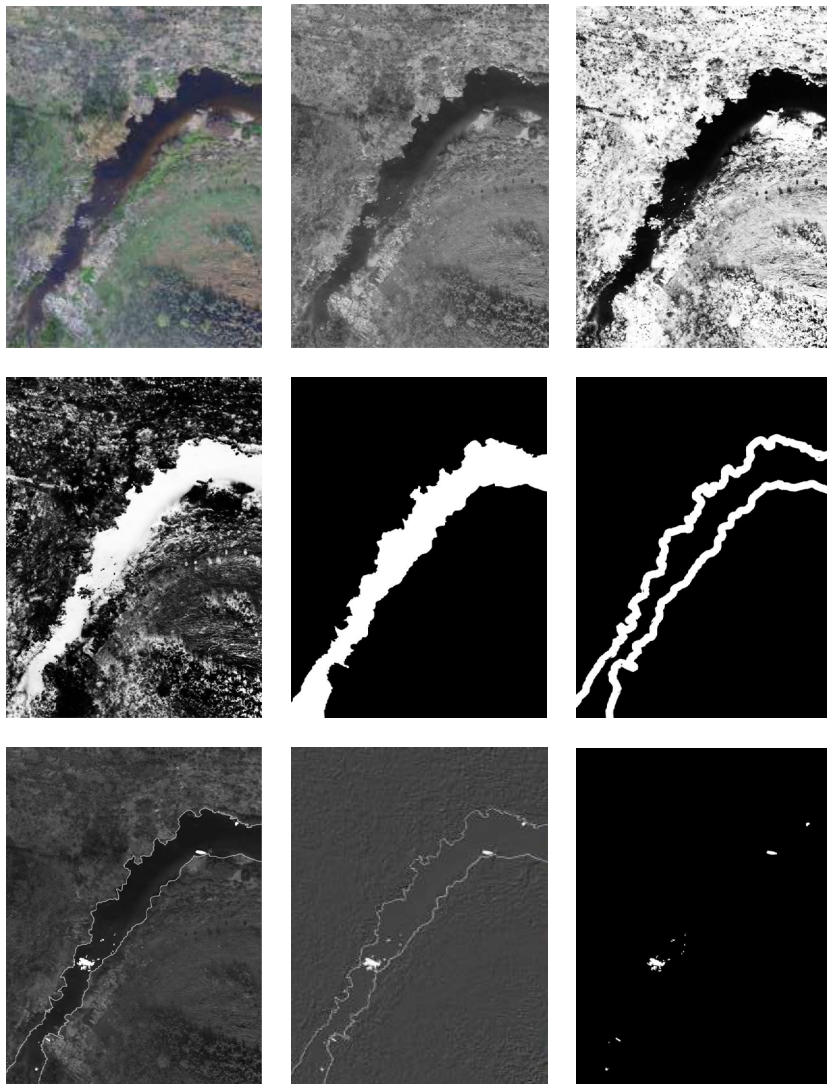
ÁGUA SANTA DO PEGO VERDE: PRINCÍPIOS DE UMA PROPOSTA
ÁGUAS QUE PINTAM E DESENHAM

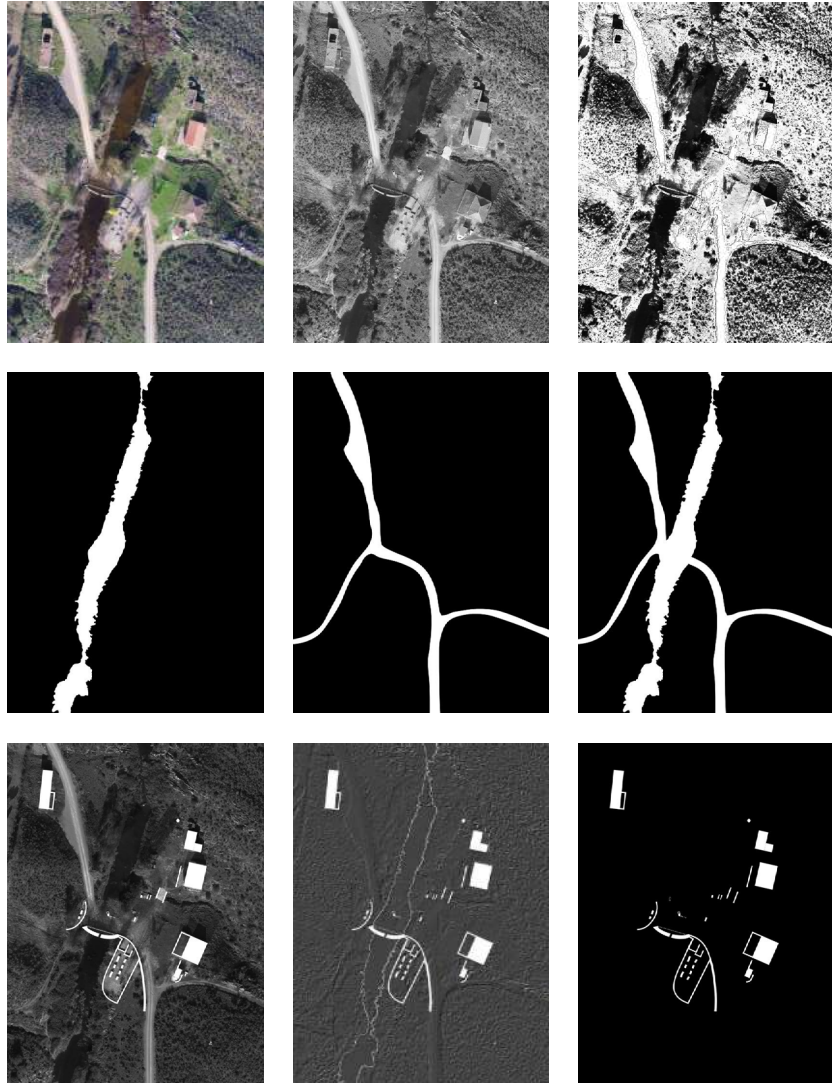


ÁGUAS CÁLCICAS: APRESENTAM NA SUA COMPOSIÇÃO ELEVADAS CONCENTRAÇÕES DE SAIS E MINERAIS ENTRE OS QUAIS O CÁLCIO, CUJA ACUMULAÇÃO ORIGINA DIVERSAS FORMAÇÕES E COLORAÇÕES.



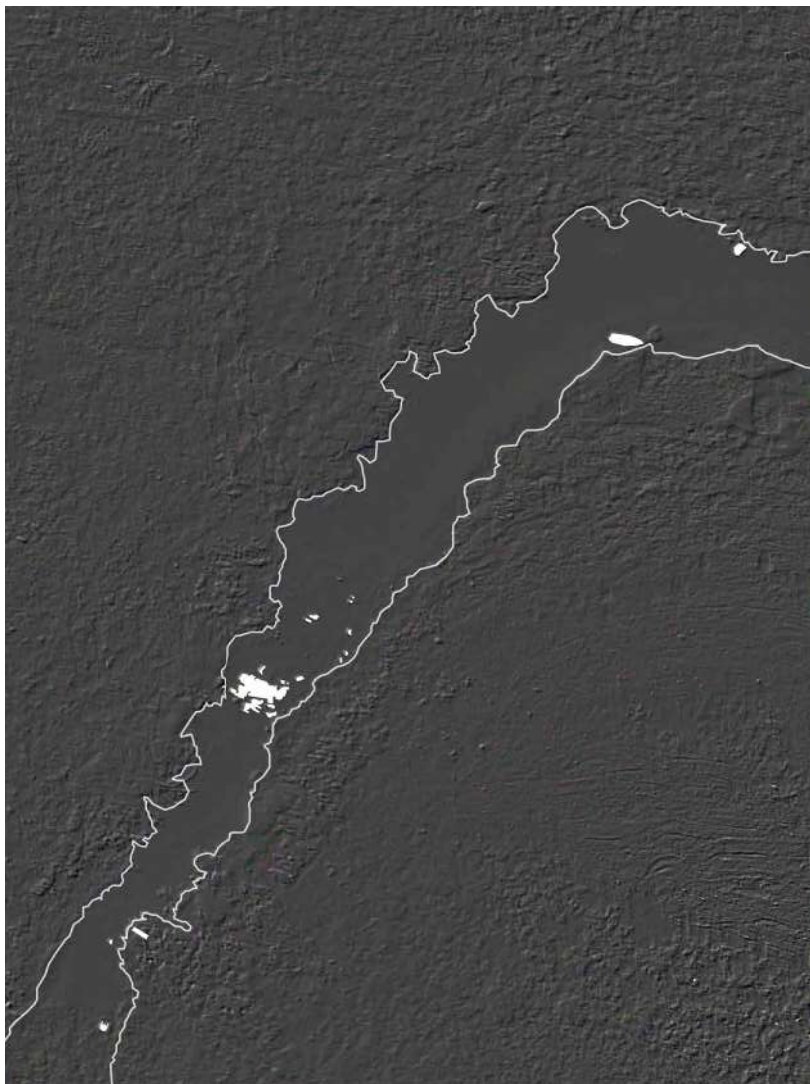
ÁGUA SANTA DO PEGO VERDE: PRINCÍPIOS DE UMA PROPOSTA
DOIS LUGARES EM RELAÇÃO FIGURA / FUNDO VERSUS ELEMENTOS CONSTRUÍDOS / PAISAGEM NATURAL

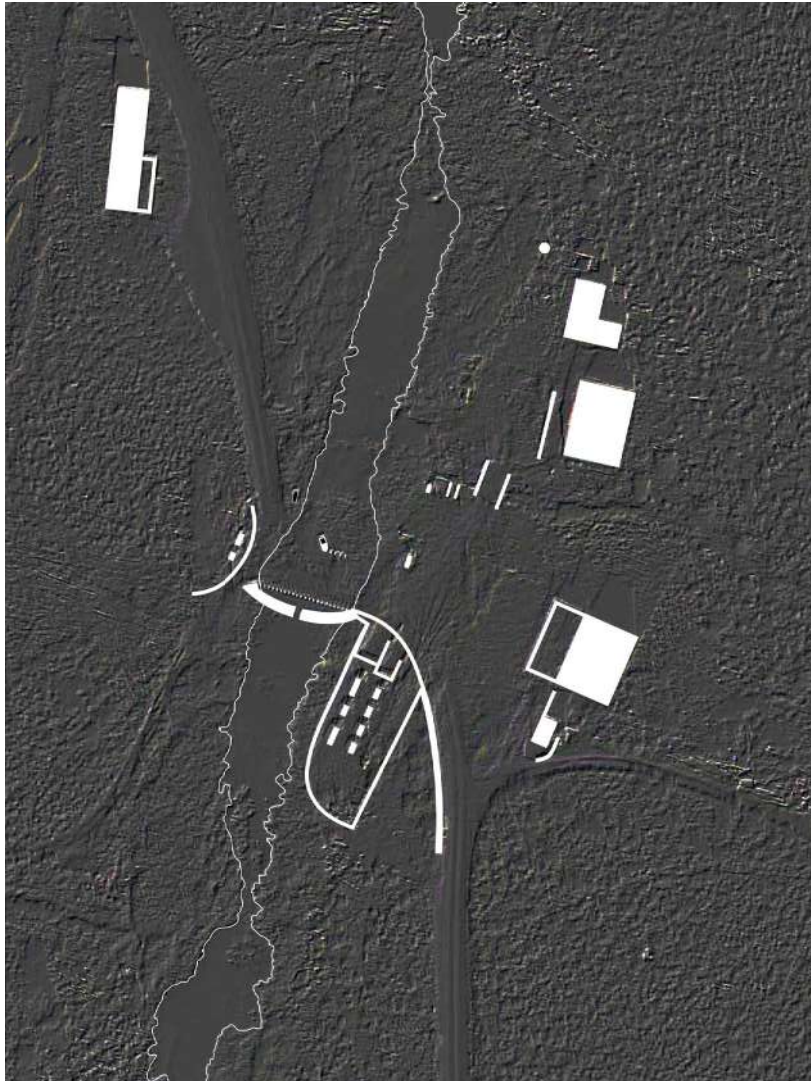




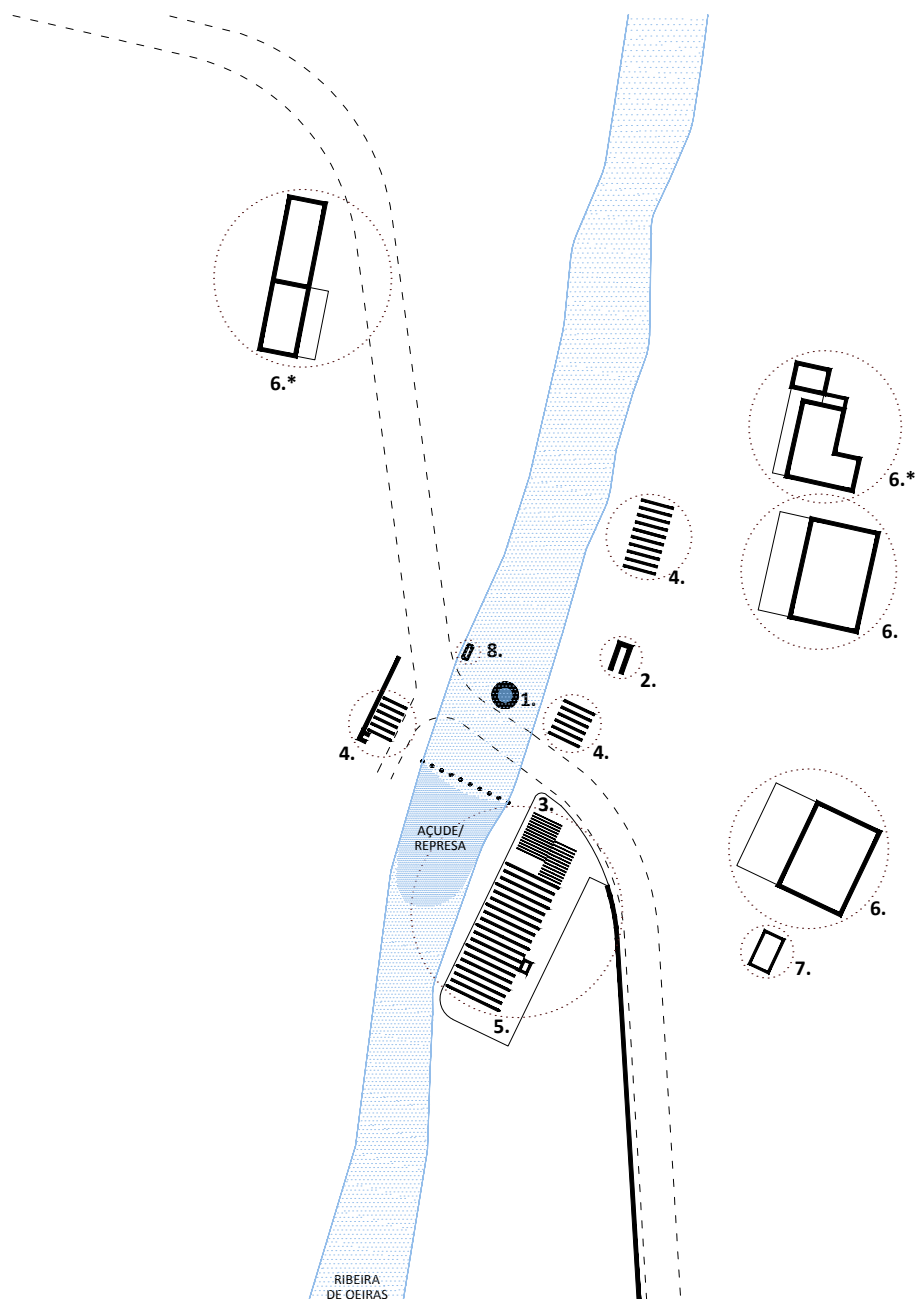
ÁGUA SANTA DA HERDADE DE SANTA MARIA

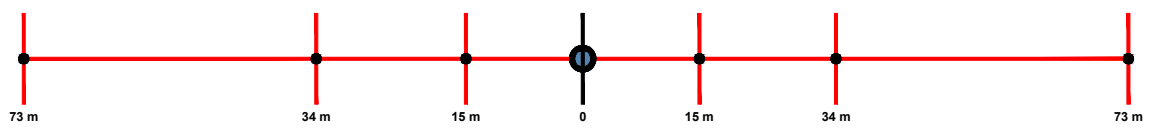
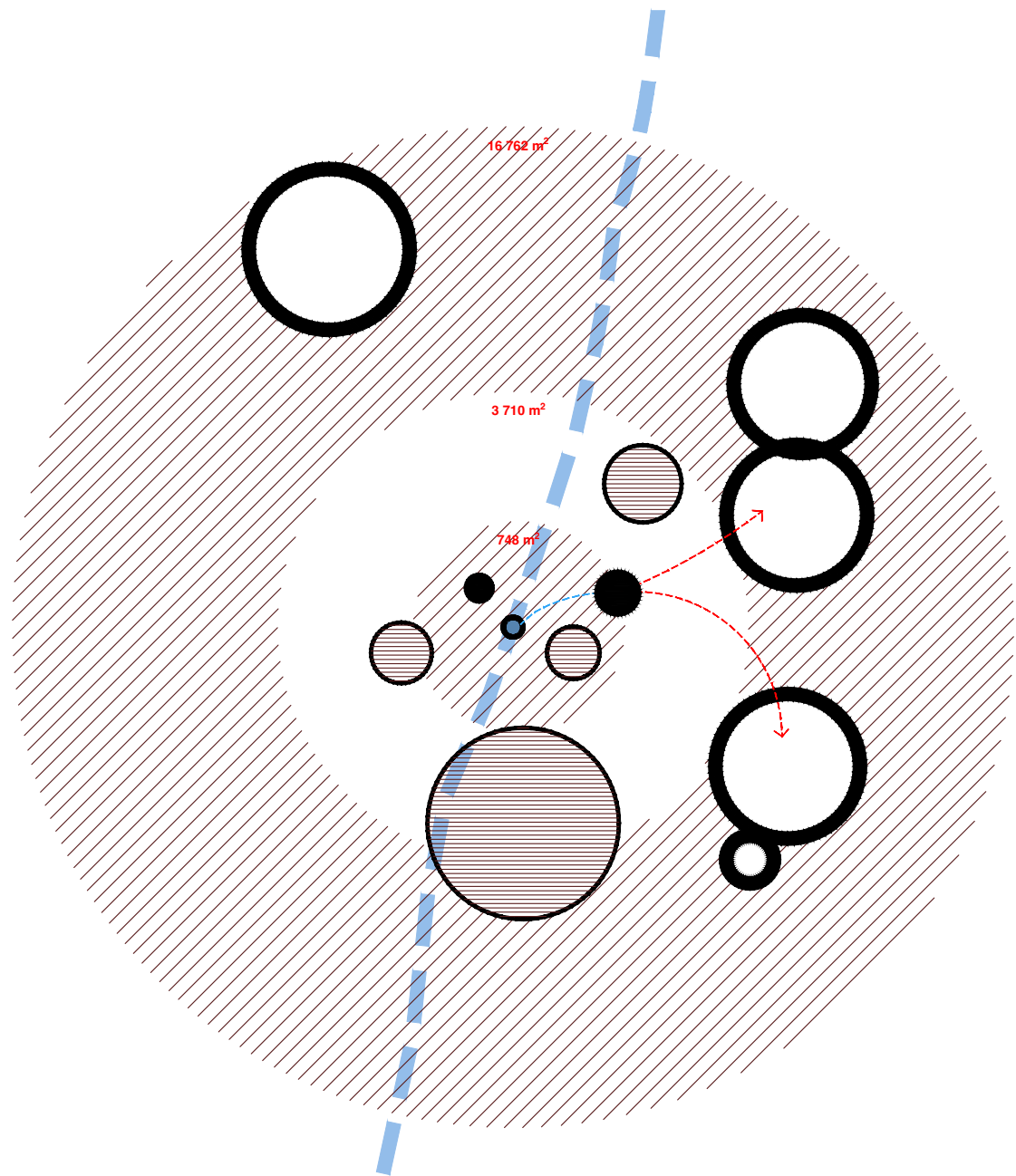






ÁGUA SANTA DO PEGO VERDE: PRINCÍPIOS DE UMA PROPOSTA
PROGRAMA, ESCALA E DISTÂNCIAS: APRENDENDO COM A ÁGUA SANTA DA HERDADE DE STA. MARIA

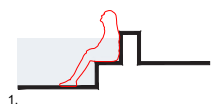




-  NASCENTE
 -  ESTRUTURAS AUXILIARES
 -  ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS
 -  ESTRUTURAS PERMANENTES
- - - EXTRAÇÃO DE ÁGUA - - - TRANSPORTE DE ÁGUA EM BALDE

ÁGUA SANTA DO PEGO VERDE: PRINCÍPIOS DE UMA PROPOSTA
MAPEAMENTO DE CONFIGURAÇÕES: BORDAS, LIMITES E CONTORNOS EM RELAÇÃO COM A SUPERFÍCIE DE ÁGUA

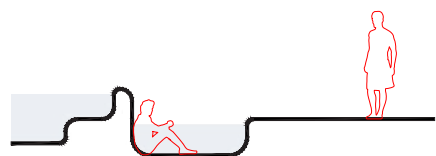




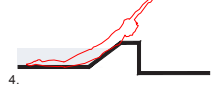
1.



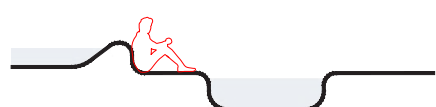
2.



3.



4.



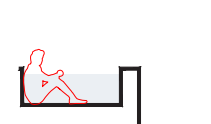
545



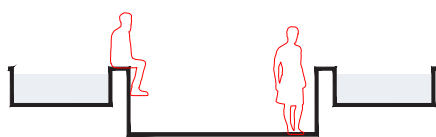
5.



6.

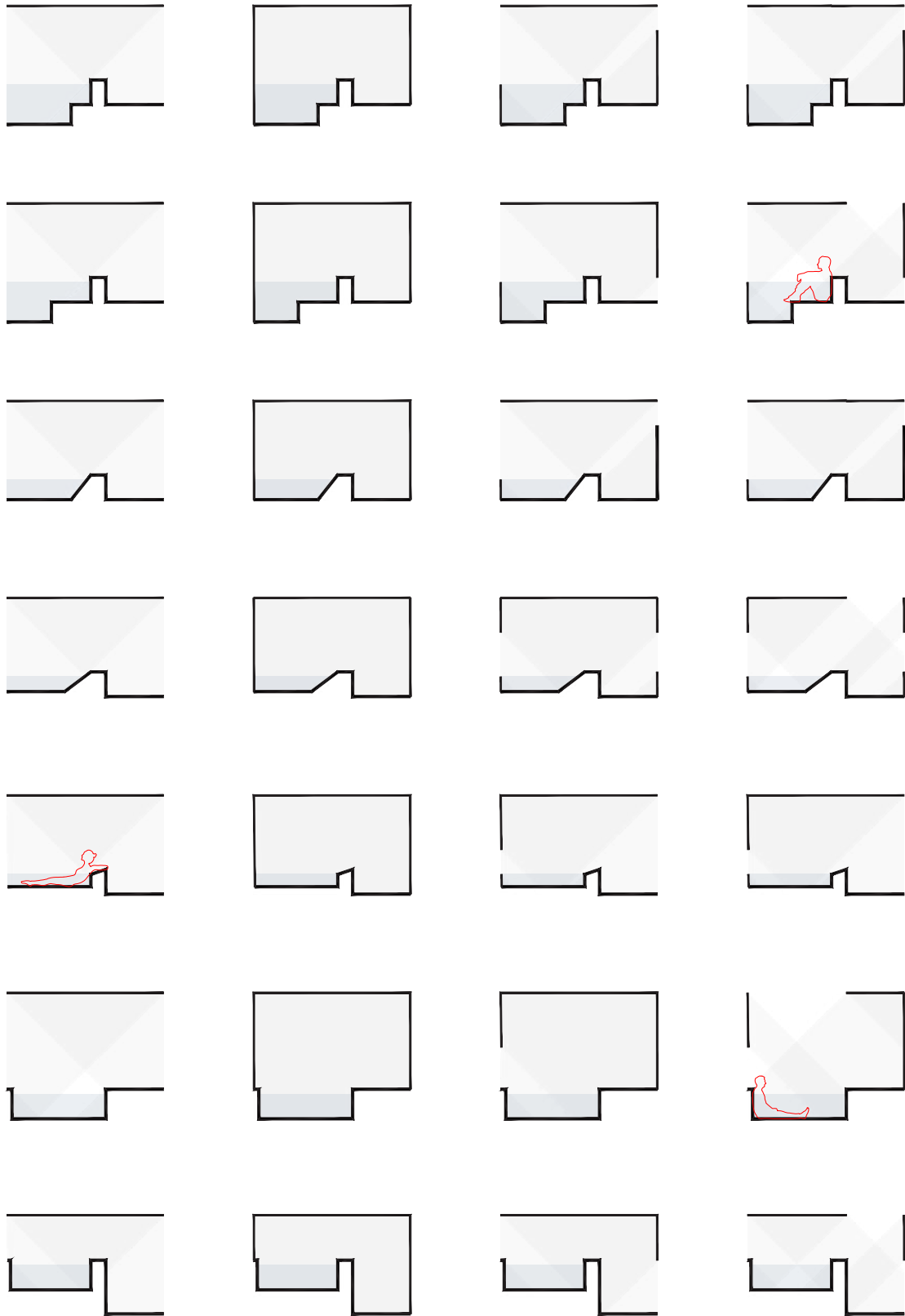


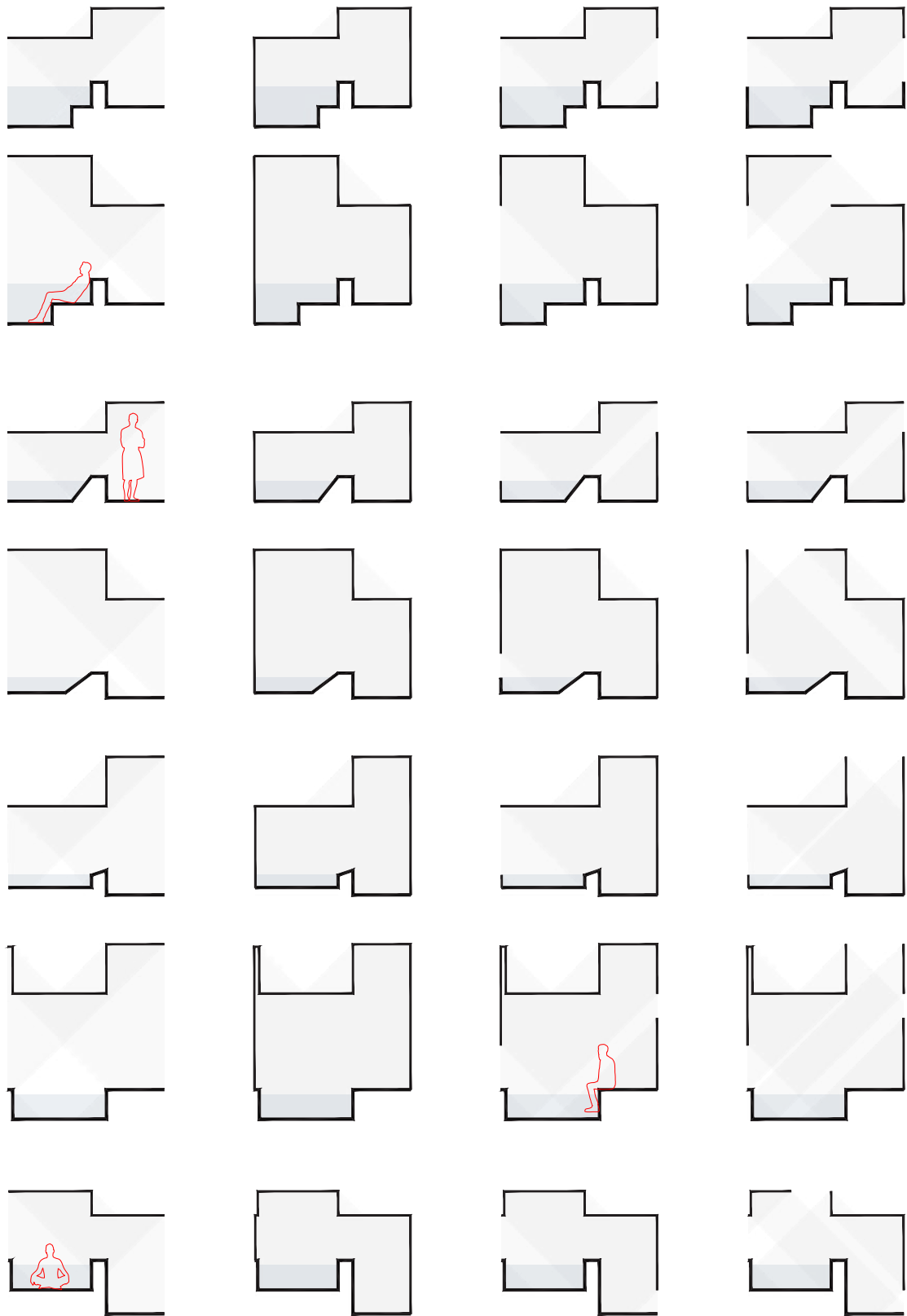
7.



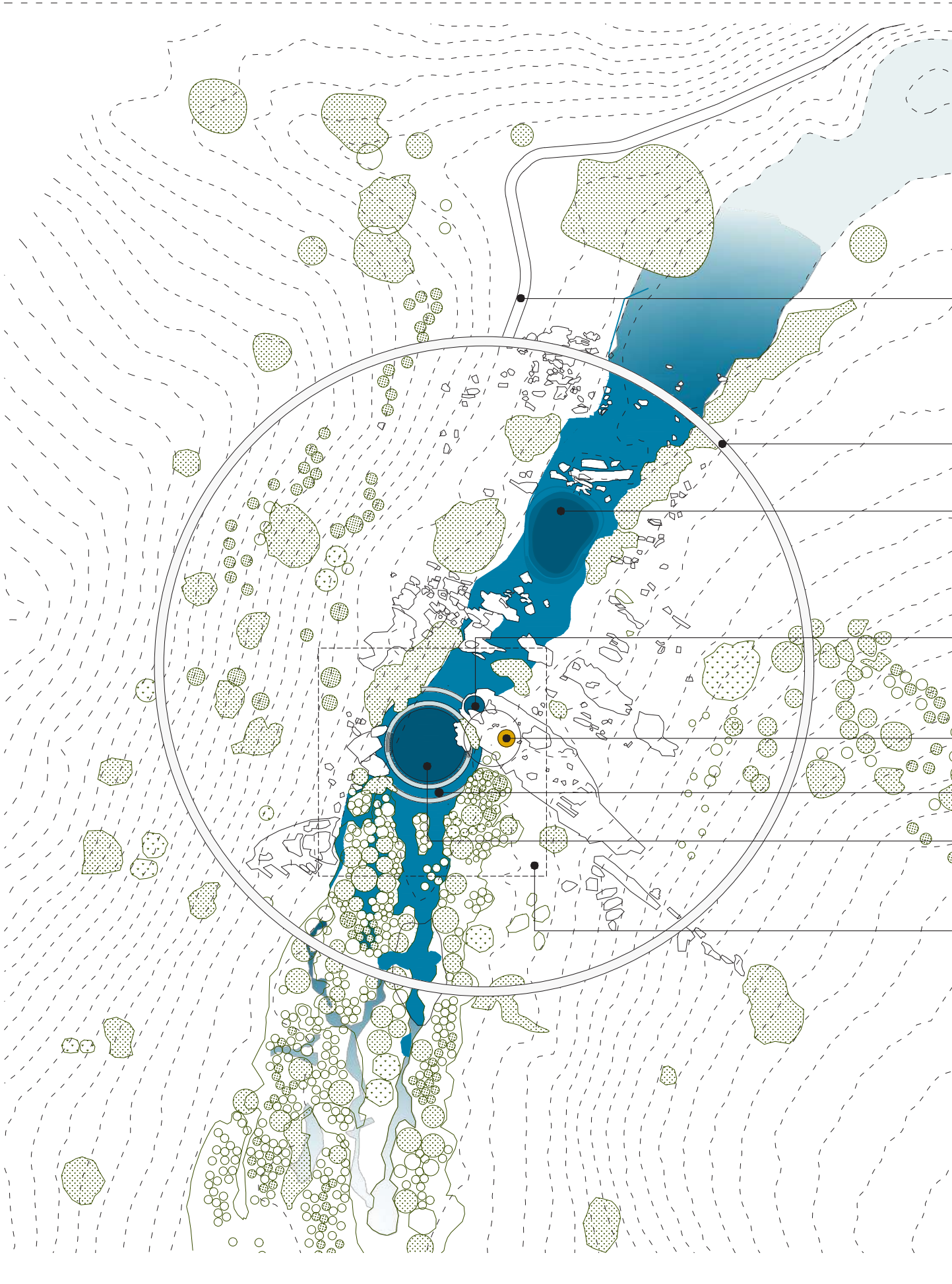
1. SENTADO 2. SENTADO COM PERNAS CRUZADAS 3. RECLINADO 4. SEMI-DEITADO 5. DEITADO 6. REBAIXADO 7. SOBRE-ELEVADO

ÁGUA SANTA DO PEGO VERDE: PRINCÍPIOS DE UMA PROPOSTA
MAPEAMENTO DE CONFIGURAÇÕES: ABERTURAS E FECHAMENTOS - ALTURA, VOLUME E PROPORÇÃO





ÁGUA SANTA DO PEGO VERDE: PRINCÍPIOS DE UMA PROPOSTA
PLANTA GERAL



ESCALA 1: 750

LINHA DE PERCURSO [ENTRE A ÁGUA SANTA DO PEGO VERDE - ÁGUA SANTA DA HERDADE DE STA. MARIA]

ANEL DEAMBULATORIO

REPRESA NATURAL SOBRE A RIBEIRA DE OEIRAS

TANQUE INDIVIDUAL [RECUPERAÇÃO DA CAVIDADE DA ROCHA ONDE NO PASSADO AS PESSOAS TOMAVAM O BANHO]

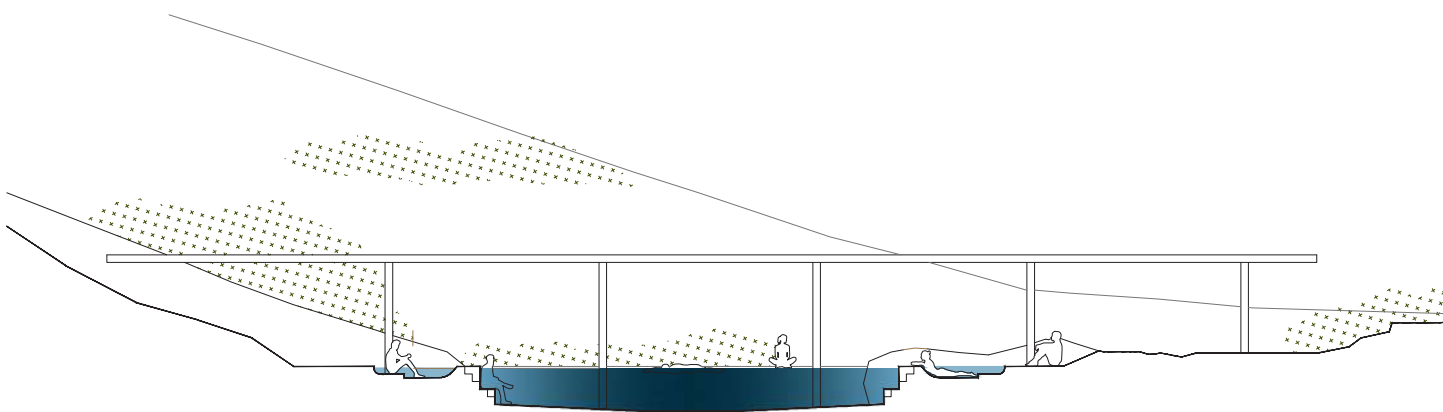
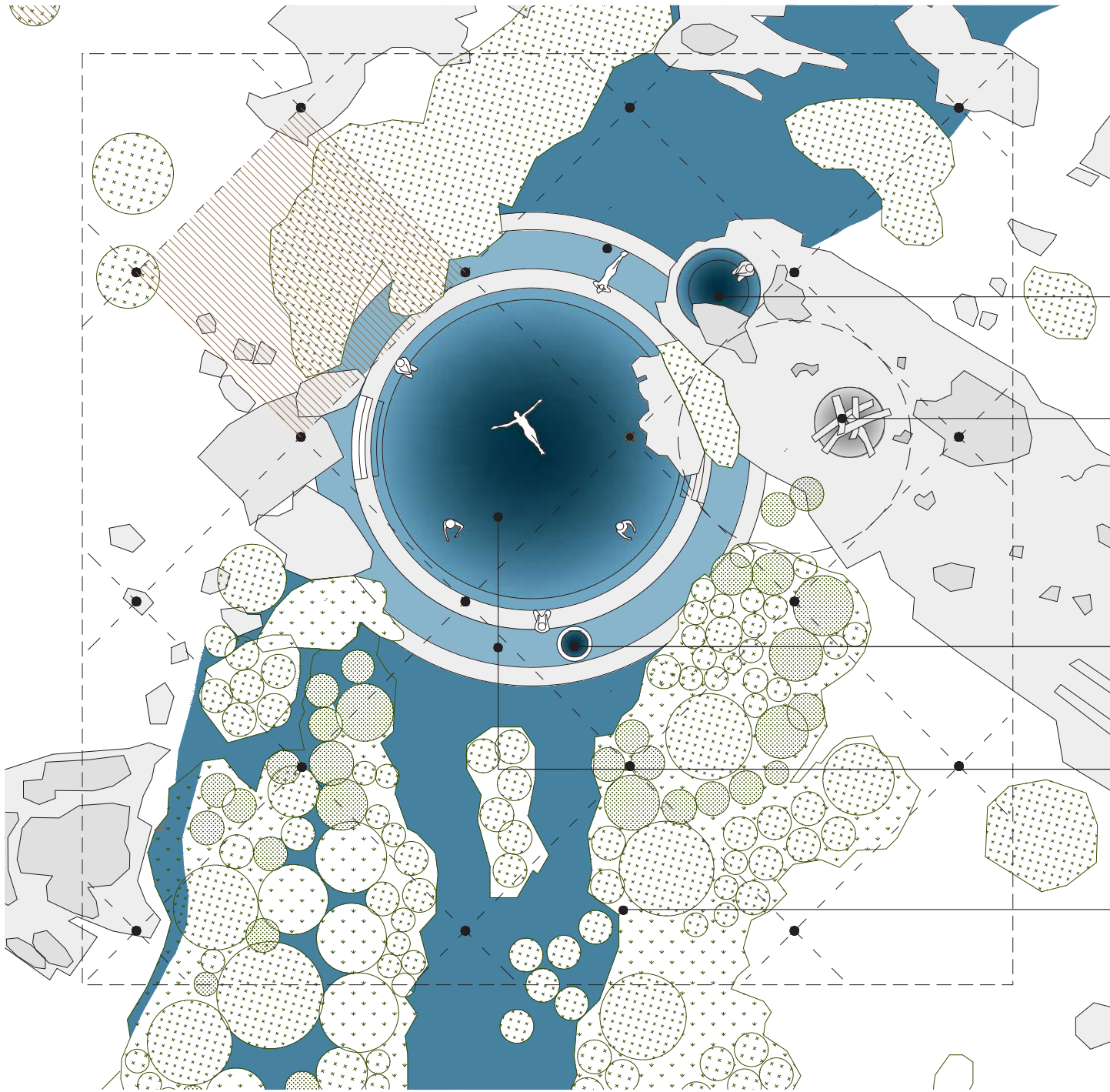
FOGUEIRA [CAVIDADE NA ROCHA]

NASCENTE DE ÁGUA MINERAL

TANQUE COLETIVO

PÉRGOLA DE SOMBREAMENTO

ÁGUA SANTA DO PEGO VERDE: PRINCÍPIOS DE UMA PROPOSTA
PLANTA E CORTE TRANSVERSAL: ÁREA DO BANHO





TANQUE INDIVIDUAL [RECUPERAÇÃO DA CAVIDADE DA ROCHA ONDE NO PASSADO AS PESSOAS TOMAVAM O BANHO]

FOGUEIRA [CAVIDADE NA ROCHA]

NASCENTE DE ÁGUA MINERAL

TANQUE COLETIVO

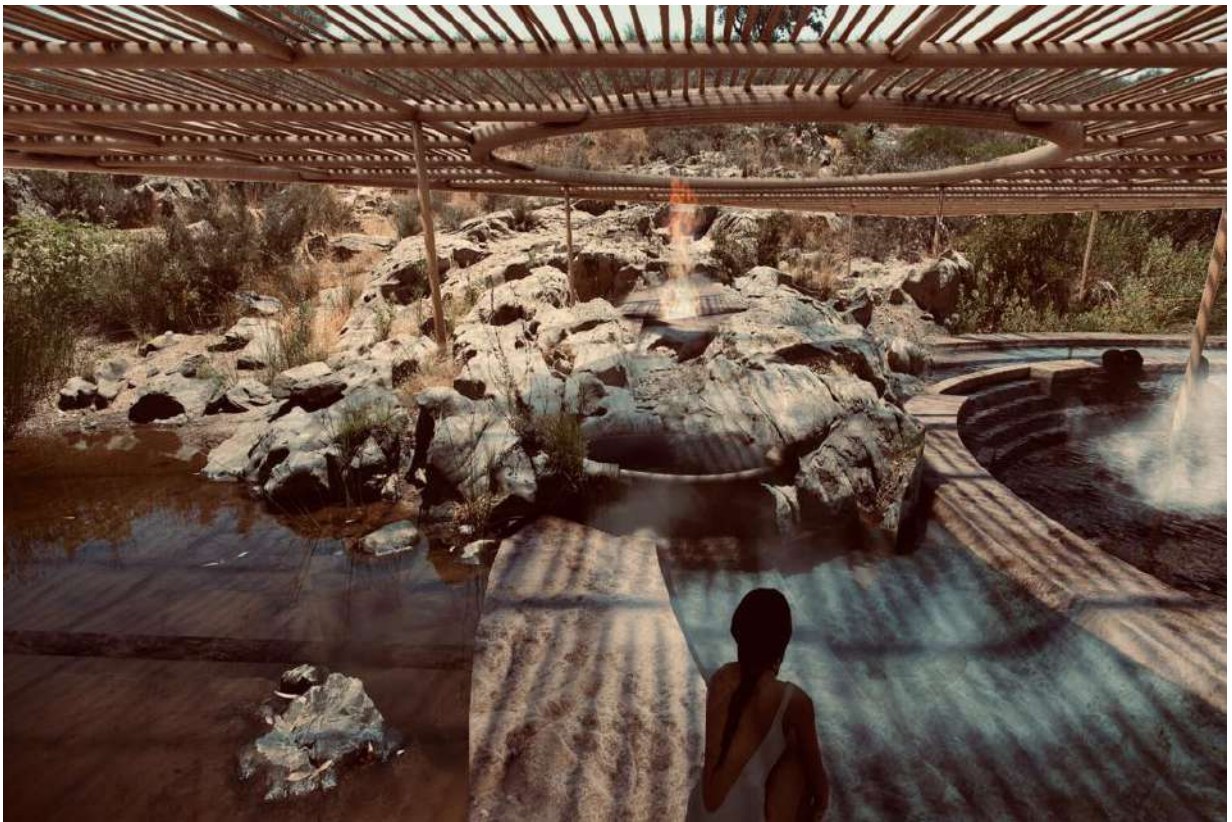
PÉRGOLA DE SOMBREAMENTO

ÁGUA SANTA DO PEGO VERDE: PRINCÍPIOS DE UMA PROPOSTA
VISUALIZAÇÕES





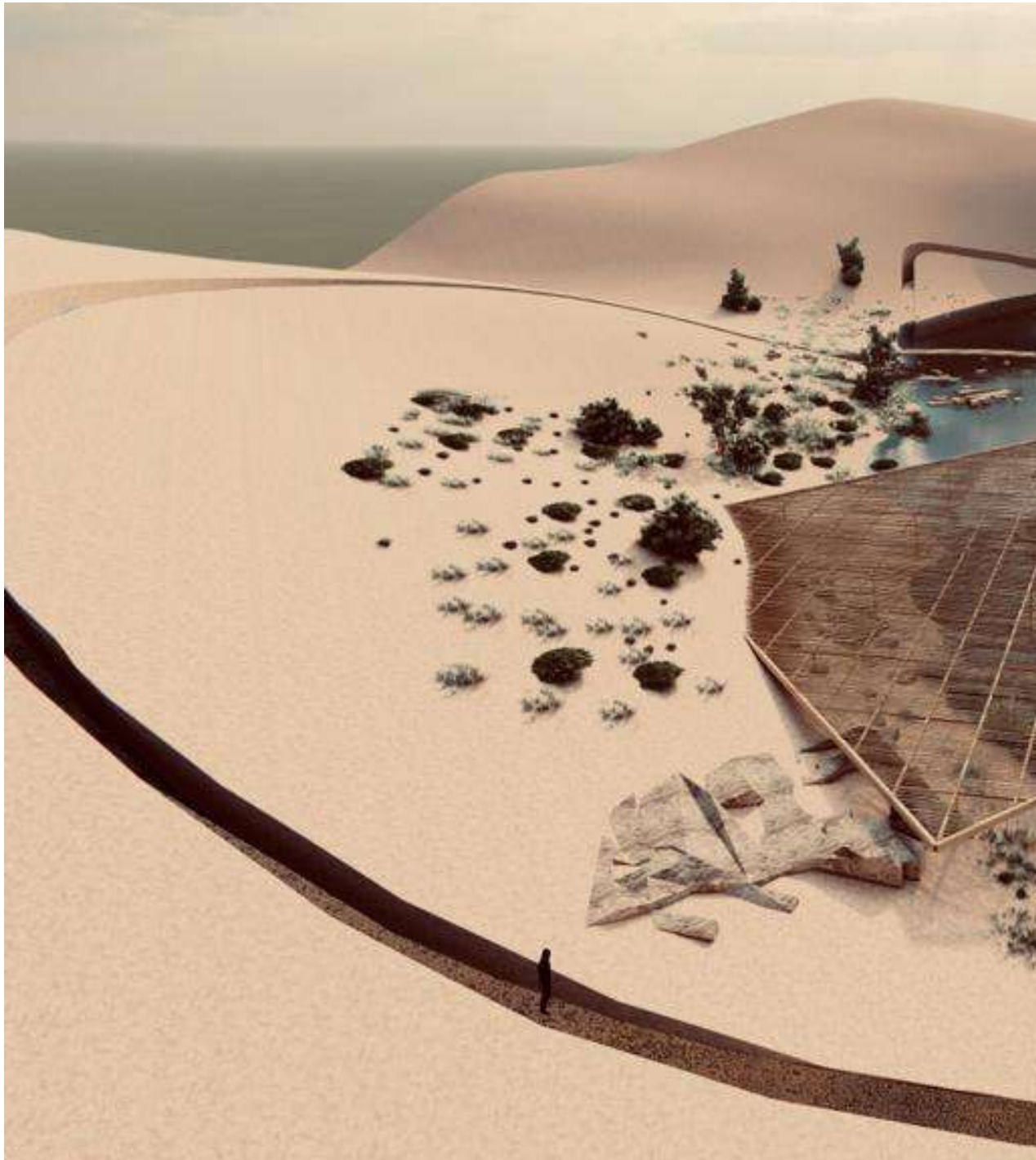
ÁGUA SANTA DO PEGO VERDE: PRINCÍPIOS DE UMA PROPOSTA
VISUALIZAÇÕES

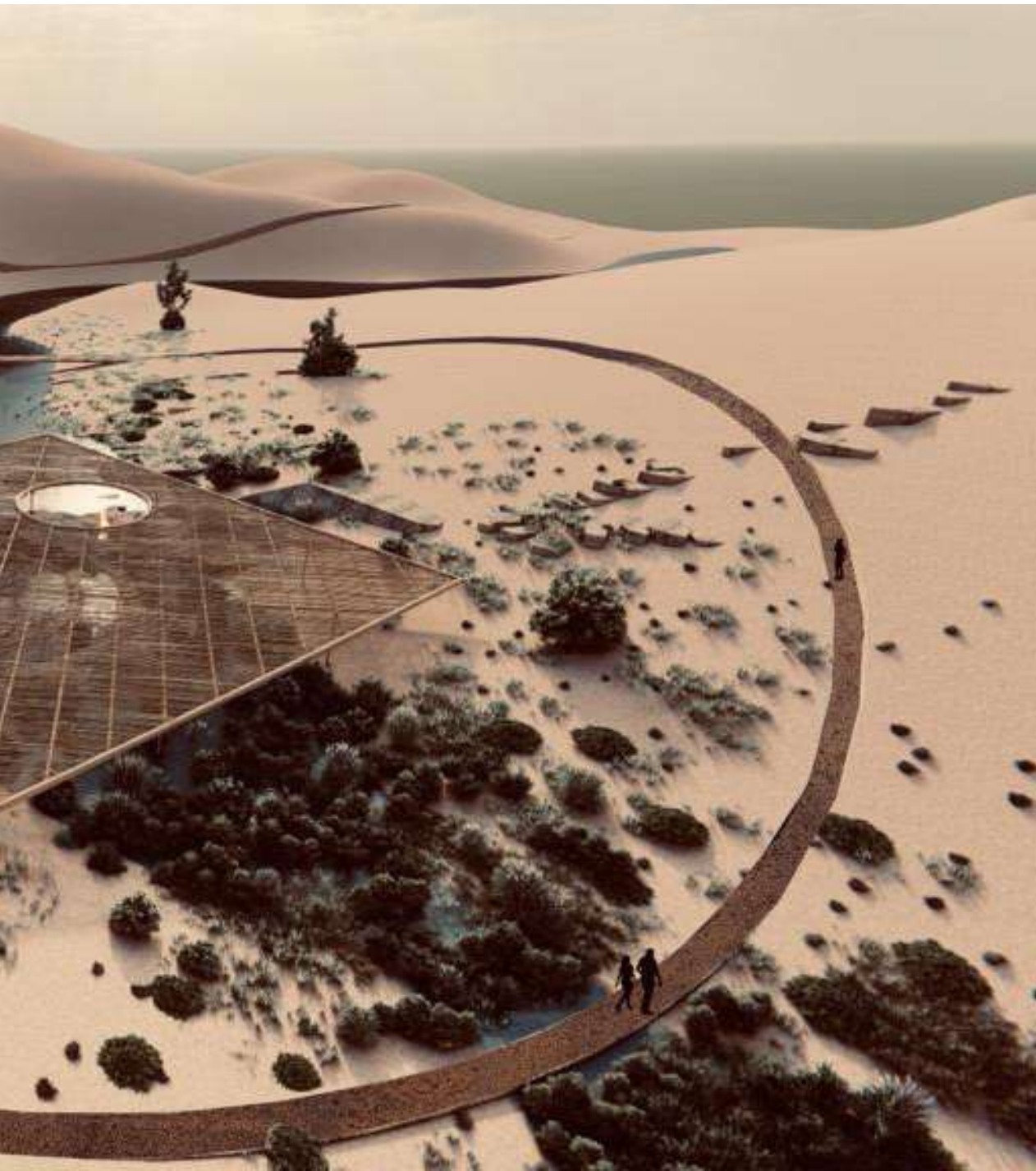
















ÁGUA SANTA DO PEGO VERDE: PRINCÍPIOS DE UMA PROPOSTA
VISUALIZAÇÕES



SAZONALIDADE: INVERNO



SAZONALIDADE: VERÃO

4.

INTERSEÇÕES: ARQUITETURA, ETNOGRAFIA
E PRÁTICAS DE INVESTIGADOR

-
- X. O arquiteto como etnógrafo
 - XI. O arquiteto como documentarista
 - XII. Comunicações produzidas no decurso da investigação

X. O arquiteto como etnógrafo

A experiência etnográfica como meio de pesquisa em arquitetura

Enquadramento do trabalho de campo

Compilação de entrevistas

Lista de material filmado e fotografado

A experiência etnográfica como meio de pesquisa em arquitetura

Conforme se fez referência em anteriores capítulos, dos treze casos identificados de ocorrências de água com reportado uso terapêutico, no concelho de Mértola, só o lugar da Água Santa da Herdade de Sta. Maria permanece atualmente como testemunho da prática ritual dos banhos.

A condição de dupla excecionalidade que recai sobre este lugar, tanto pelo corpo de ações que nele se desenvolvem a partir dos benefícios da água, como pela particularidade da dinâmica social e comunitária que o conforma, conduziu ao progressivo acerto e procura de instrumentos de apoio à sua compreensão.

A partir de alguns métodos da etnografia – missões no terreno, recolha de depoimentos, registo fotográfico, registo vídeo-áudio e notas de campo – procurou-se expandir o campo de análise e investigação, tomando a pesquisa empírica, como meio fundamental de aproximação e reconhecimento do objeto em estudo.

Paralelamente desafiou-se o arquiteto e investigador a atuar como uma espécie de “agrimensor do social” (Augé, 2012, p. 18) desenvolvendo competências acrescidas no ato de “compreender a complexidade cultural, para assim poder incidir sobre ela” (Costa, 2010, p. 38).

568

Com a crescente autonomização do objeto “espaço” no âmbito da antropologia, a partir do princípio do século XX, também a discussão e problematização do próprio conceito/termo dentro do campo disciplinar da arquitetura se tornou evidente, conduzindo ao cruzamento disciplinar e muitas vezes à partilha de metodologias de análise e de modos de apropriação recíproca do objeto de trabalho.

De acordo com as primeiras formulações e considerações teóricas no âmbito da antropologia, o espaço é indissociável do grupo ou sociedade que o habita.

Para Émile Durkheim e Lévi-Strauss, o espaço, enquanto “substrato material das sociedades” (Silvano, 2010, p. 15), reflete a íntima correspondência entre modelos de organização espacial e tipos de organização social. Maurice Halbwachs, por seu turno, defende que o espaço “fixa as características do grupo”, sendo “suporte ideal para as nossas memórias, tanto colectivas como individuais” (como citado por Silvano, 2010, p. 19). Na esteira das reflexões de Durkheim, Lévi-Strauss aprofunda as relações entre as formas de organização

espacial e as estruturas sociais, afirmando que “existe um laço indissociável entre a estrutura do espaço e as identidades colectivas” (Silvano, 2010, p. 25).

Independentemente destas propostas constituírem reflexo de experiências etnográficas específicas sobre grupos e comunidades fechadas inicia-se com estes autores a exploração da estreita interdependência entre formas e representações espaciais e modelos de organização social, entre a dimensão material e a dimensão humana que integra o espaço e, por conseguinte, o compromisso entre arquitetura e antropologia.

Neste sentido, o espaço pode ser visto como produto da convergência entre os meios próprios da disciplina da arquitetura e a dimensão cultural que o enquadra e contextualiza.

De acordo com o arquiteto Jorge Figueira, a relação entre a arquitetura e a antropologia terá emergido com a arquitetura moderna “onde no corpo arcaico e despojado do homem se instalou (...) o homem novo” para, num segundo momento, entre os anos 1950 e 1960, se regressar ao arcaico “para desprogramar o homem novo” (Providência, Xavier & Quintais, 2011, p. 16). A este momento pertence então uma geração de arquitetos que na escola “entrou venerando Le Corbusier” e, sem abdicar da modernidade, “acabou por rever-se numa espécie de proposição mais humanizada e próxima, decorrente da arquitetura popular”. (Fernando Távora, como citado por Providência, Xavier & Quintais, 2011, p. 39).

569

Paralelamente, também o antropólogo João Leal reflete sobre a forma como as disciplinas se organizaram em torno de objetos de estudo e interesses comuns, especialmente evidente em Portugal a partir dos anos 50 de volta da “arquitetura designada de popular, regional, rural, tradicional, vernácula, espontânea, sem arquitetos, etc.” (Providência, Xavier & Quintais, 2011, p. 70), cujo resultado mais evidente se materializa no *Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal*, desenvolvido durante a década de 1950 pela Associação dos Arquitectos Portugueses e publicado no ano de 1961 com o título *Arquitectura Popular em Portugal*). Foi nesse mesmo momento que a arquitetura se aproximou da antropologia, ou seja, “quando num processo de revisão crítica da sua própria história, linguagem e metodologia procurou ir ao encontro da arquitetura sem arquitetos, ou do espaço vivido e habitado” (Providência, Xavier & Quintais, 2011, p. 139).

Ao mesmo tempo outros campos disciplinares convergiram no interesse e pesquisa sobre o mesmo objeto – o espaço da arquitetura sem arquitetos – o

da arquitetura popular. São disso exemplo o *Inquérito à Habitação Rural*¹, desenvolvido por uma equipa de engenheiros agrónomos do Instituto Superior de Agronomia entre os anos 30 e 40 (ainda antes do *Inquérito à Arquitectura Popular*) e um conjunto de pesquisas elaborado pelos antropólogos do Museu nacional de Etnologia que entre 1950 e 1970 que procederam ao estudo etnográfico e antropológico da arquitetura tradicional portuguesa (Leal, 2009).

Tais estudos constituíram-se assim como as primeiras interseções entre arquitetura e antropologia e outras áreas disciplinares, pondo igualmente em evidência, para além do objeto de estudo comum, a partilha de metodologias de análise e de observação.

É justamente na esteira do diálogo entre arquitetura, antropologia e etnografia, preconizados por estes e outros exemplos, que recuperamos a ideia de arquiteto-etnógrafo², não para “trazer à escrita os mundos perdidos, desconhecidos e em vias de desaparecimento” (Bastos, 1993, p. 11), mas para decompor, através do conhecimento de proximidade, as sucessivas camadas que se cruzam e sobrepõem num determinado lugar e espaço.

Ressalva-se que a figura híbrida do arquiteto-etnógrafo é aqui perspetivada dentro de um enquadramento genérico, esclarecendo-se de antemão que o investigador, embora se interesse pela disciplina, nem por isso é *stricto sensu* um etnógrafo. Recorreu apenas a alguns dos seus métodos de análise para procurar um esclarecimento/entendimento sistemático, dentro do campo disciplinar da arquitetura, sobre as práticas sociais que ocorrem na Água Santa da Herdade e que em geral percorrem os lugares de banhos populares.

570

Por outras palavras, procurámos abordar o objeto enquanto sujeito-participante e sujeito-observador, a uma só vez, e socorrendo-nos da experiência simultaneamente individual e coletiva de integrar um determinado agrupamento social.

¹ O *Inquérito à Habitação Rural* foi encetado sob a coordenação de Lima Bastos, agrónomo, com o objetivo de conhecer, em particular, as condições económicas e higiénicas em que viviam as famílias dos trabalhadores agrícolas nas diversas regiões. A arquitetura popular foi então objeto da atenção não somente dos arquitetos mas também de pesquisadores de outras áreas disciplinares que, ainda antes do *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*, inventariaram e analisaram as variantes morfológicas e tipológicas da habitação no país.

Para o aprofundamento das especificidades relacionadas com o *Inquérito à Habitação Rural* consultar (Leal, 2009, 2000) e ainda (Ágoas, 2010).

² O texto *El arquitecto como etnógrafo*, do qual extraímos a ideia de “arquiteto-etnógrafo”, enquadra o posicionamento do arquiteto do seguinte modo: “Para comprender un denso entramado de fenómenos culturales hay que situarse, como propone la etnografía, en una posición de alteridad, que es la que permite la distancia crítica y el acto cartográfico. De este modo, pueden reconocerse las diversas capas y espesores que configuran el territorio cultural, y entender también que el acto arquitectónico, como el acto artístico, depende de la adecuada relación e inmersión en los ámbitos de los discursos, las prácticas institucionalizadas, las subjetividades y las comunidades que comparten ámbitos de significación” (Costa, 2010, pp. 39-40).

O investigador foi assim chamado à participação, ao envolvimento e à permanência no lugar, treinando o seu olhar e a sua capacidade descritiva e analítica sobre o conjunto das ações e manifestações individuais e coletivas em torno da água, tendo em conta também a sua dimensão diacrónica, os dispositivos que as suportam e, finalmente, o contexto natural onde se inserem, considerando ainda as dinâmicas e transformações sazonais. Falamos pois das interações sociais e relacionais, dos dispositivos e artefactos que conformam o lugar e complementarmente das condições físicas e biológicas que o caracterizam.

Inicialmente moldada pelos constrangimentos próprios do novo, do desconhecido e do estranho, e simultaneamente pela desconfiança de quem aos olhos dos outros é um intruso, a experiência de observador deslocou-se progressivamente para uma experiência de proximidade e partilha ultrapassando e superando a esfera estrita da pesquisa e da investigação.

Deste modo, partindo do pressuposto de que a “etnografia é sempre performativa e não apenas informativa” (Fabian como citado por Humberto, 2016, p. 529), e de que “a marca distintiva da antropologia, não é só o facto de estudarmos pessoas, as suas experiências e contextos (...) mas o de o fazermos com elas” (Ingold como citado por Humberto, 2016, p. 529), procurámos dentro da ambiguidade própria deste tipo de incursões (onde a suposta neutralidade e objetividade do investigador é sempre condicionada pelo efeitos da interação entre os diferentes intervenientes no processo), inferir e sistematizar os principais atributos do lugar.

571

Identificámos assim, no essencial, as etapas associadas à prática ritual do banho, os dispositivos de acomodação dessa mesma prática, os agentes que nela participam, as dinâmicas relacionais que a incorporam, os aspetos da representação e produção simbólica da comunidade que a representa e, por fim, a sua relação com o território e a paisagem que a suporta.

Enquadramento do trabalho de campo

Entre os anos de 2012 e 2019 foram efetuadas diversas deslocações a Mértola, a maior parte delas realizadas no âmbito do trabalho de campo exploratório na Água Santa da Herdade de Sta. Maria, abrangendo porém algumas visitas também à Água Santa da Morena, à Água Santa do Vascão e à Água Santa do Pego Verde.

As deslocações cobriram diversos ciclos sazonais, correspondendo a períodos de permanência variáveis entre um a dois dias, envolvendo a produção de material diverso do qual fazem parte: anotações em cadernos e em cartografia diversa; recolha de testemunhos e entrevistas; registos fotográficos, planos filmados e planos aéreos, ortofotomapas e, por fim, levantamentos de arquitetura das construções existentes na proximidade das nascentes³.

A primeira deslocação à Água Santa da Herdade ocorreu em agosto de 2012 e correspondeu ao primeiro contacto com o lugar dos banhos e sua comunidade. Ainda no âmbito da componente curricular do programa de doutoramento, esta primeira visita permitiu confrontar as bases documentais que até então tinham sido reunidas⁴, com a experiência efetiva de ir a banhos.

Na sequência desta visita procedeu-se ao apuramento do tema e à consolidação do objeto de estudo, concretizados na proposta de tese apresentada em abril de 2013.

572

Em agosto de 2014 realizou-se a primeira missão de campo pelo período de dois dias, com o objetivo de empreender uma recolha mais sistemática de material de análise e de estudo. A missão permitiu aprofundar o conhecimento sobre os intervenientes da prática dos banhos, analisar os principais mecanismos e dispositivos que permitem a sua acomodação e captar as principais dinâmicas de utilização e ação sobre aquele lugar.

Durante a estadia realizaram-se entrevistas aos diversos sujeitos de participação – aquistas, visitantes e família Domingos (prestadora dos serviços dos banhos) –, depoimentos estes que se registaram em formato vídeo⁵; procedeu-se à recolha de diversos outros testemunhos ocasionais; efetuou-se o registo fotográfico e fílmico e várias perspetivas do local; e finalmente, cumpriu-se a

³ No decurso do trabalho de campo foram realizadas 61 horas de captação a que corresponderam: mil registos fotográficos, 649 planos filmados 54 planos aéreos filmados e dois ortofotomapas.

⁴ A base documental e fotográfica foi cedida por António Perestrelo de Matos, investigador do ICS-UL no âmbito do inventário de nascentes portuguesas *O novo Aquilégio* (Bastos, Quintela & Matos, 2002).

⁵ Todo o trabalho de cobertura audiovisual de que fazem parte os planos filmados e registos fotográficos foi realizado por Mercês Tomás Gomes que desde 2014 acompanhou a investigadora nas visitas a Mértola para realização de trabalho de campo.

elaboração de esquemas e diagramas do dispositivo de assentamento da prática dos banhos, bem como o registo de notas de campo.

Em novembro de 2014, foi realizada nova missão com vista à observação do fluxo de água sobre a ribeira de Oeiras e das alterações que se verificam na paisagem nos diferentes períodos do ano em especial durante a época de chuvas.

No ano de 2015 intensificaram-se as visitas à Água Santa da Herdade, em particular durante a época que antecede os banhos, com o objetivo de continuar a registar o efeito da sazonalidade sobre o lugar, cobrindo adicionalmente a fase que corresponde à montagem das cabanas, que implica um longo e prévio processo de recolha de materiais nas margens da ribeira e a respetiva assemblagem e construção, igualmente objeto de registo vídeo e fotográfico.

Entre os anos de 2018 e 2019 foram novamente realizadas diversas deslocções, com o objetivo de dar continuidade ao trabalho de recolha de material vídeo e áudio, que vinha sendo realizado desde 2014, incidindo fundamentalmente sobre os aspetos de permanência e resiliência da prática do banhos.

Paralelamente, entre dezembro de 2018 e outubro de 2019, foram realizadas caminhadas exploratórias entre a Água Santa da Herdade e a Água do Pego Verde, a partir das margens da ribeira de Oeiras. As expedições foram assistidas por vídeo e fotografia aérea. Durante o período de reconhecimento da área, foram ainda processados dois ortofotomapas cobrindo a área entre as duas nascentes (de aproximadamente 1,3 km), base de trabalho essencial no desenvolvimento do ensaio de projeto.

573

As entrevistas que se seguem, em anexo, bem como a lista de material filmado e fotografado recolhido e captado ao longo do trabalho de campo, que também aqui se junta, constituíram a base da narrativa explorada tanto na versão discursiva do texto⁶, como na versão visual e sonora dos documentários. O objeto empírico e de observação passa a ser objeto de interpretação e de subjetividade.

⁶ Texto integrado no capítulo V, *O ritual do banho, seus atores e dispositivos de acomodação*

Compilação de entrevistas

O conjunto de dez testemunhos transcritos foi realizado durante os primeiros anos de trabalho de campo e a sua concretização consolida um dos primeiros esforços de aproximação à comunidade e à realidade em estudo.

As ditas entrevistas cobrem/representam os dois grupos fundamentais que integram a comunidade dos banhos: por um lado, a família Domingos, prestadora e provedora dos banhos, e, por outro, os aquistas, usuários das águas para fins terapêuticos e preventivos.

Foram muitas as pessoas com que nos cruzámos e com quem conversámos durante os períodos de permanência na Água Santa da Herdade. Nem todos foram entrevistados. Destacamos, em particular, os filhos do casal Domingos, Susana e João, essenciais no desempenho de muitas das tarefas que envolvem a preparação dos banhos e na transmissão de muitas das suas vivências e experiências, mas que, pela sua idade, foram partilhadas de modo descontínuo e informal por entre as suas rotinas.

Os diversos depoimentos recolhidos foram conduzidos a partir de uma conversa que, embora orientada por um conjunto de perguntas previamente preparadas, se estabeleceu fundamentalmente sob a forma de um diálogo livre e aberto que muitas vezes divergiu para histórias e temas pessoais que, não se relacionando diretamente com o tema dos banhos, se revelou essencial na leitura e compreensão do perfil dos seus prestadores e usuários.

574

Optou-se por transcrever as entrevistas na sua forma original, mantendo a oralidade e o carácter espontâneo e de improvisado que as enquadram. Nelas se denotam as imprecisões e hesitações de alguns discursos, as convicções e a confiança reveladas noutros e até mesmo as dificuldades na reprodução de algumas partes de conversas, que não suprimimos, fazendo-lhes corresponder a dúvida e a incerteza sobre o que se presume ouvir.

Exposto de forma crua, direta e sem filtros, é sobretudo “material em bruto” que se revela, como *corpus* auxiliar da pesquisa empírica e simultaneamente como suporte documental à posterior realização dos documentários.

As entrevistas confrontam tanto os aspetos caracterizadores da prática atual dos banhos como a perceção sobre o passado e o futuro que molda as memórias e as expetativas da comunidade que lhe dá uso e significado.

Síntese do conjunto de perguntas que constituíram o guião de preparação às entrevistas:

Para a família Domingos:

Sobre a história e benefícios terapêuticos das suas águas

Qual a história da Água Santa da Herdade?

Por que razão o início dos banhos coincide com a festa de S. João. Há alguma razão associada a esta data?

E o dia em que termina a época dos banhos corresponde a algum dia especial do calendário?

Há quantos anos se dão os banhos neste lugar?

Qual a relação da família Domingos com a Água Santa da Herdade?

Quais os benefícios destas águas? Tratam que tipo de patologia e doenças?

Conhece a razão por que estas águas são especiais?

Qual é a sua/vossa profissão nos restantes meses do ano?

Sobre a prática /ritual do banho

Quais as diversas etapas que compõem a preparação do banho?

Quantos banhos preparam em média por dia?

Qual o tempo de duração de um banho e quantos banhos se podem realizar por dia?

Por que razão se indicam os vinte minutos como tempo de duração ideal do banho?

Descreva a sua rotina diária durante a época dos banhos.

As refeições são preparadas pela Cidália: os vossos filhos João e Susana também ajudam?

Quantas pessoas podem pernoitar nas casas que exploram?

O que existe em cada uma delas?

Qual o preço por banho? E qual o valor para pernoitar?

Qual o período de permanência em média dos aquistas?

Sobre o perfil dos aquistas

A maior percentagem de pessoas que fazem os banhos é proveniente da região de Beja?

Sabemos que há pessoas que vêm do Algarve para “vir a banhos”. E de outras zonas de Portugal?

Qual o período médio de permanência das pessoas para tratamento?

A ocupação e o número de pessoas tem-se mantido estável ou tem diminuído?

Quais as razões que no seu/vosso entendimento estão na origem desse decréscimo do número de aquistas?

Sobre eventuais expetativas e desejos de melhorias e benfeitorias

Que condições adicionais ou melhorias gostaria de ver refletidas na Água Santa da Herdade e que na sua ótica beneficiariam a prática dos banhos?
Acha que os seus filhos poderão suceder-lhe neste ofício/atividade?

Sobre a existência de outros lugares do banho no concelho de Mértola

Para além da Água Santa da Herdade de Sta. Maria, existiram, em tempos, locais em Mértola com este mesmo tipo de prática como a herdade do Vascão e as Águas Santas da Morena. É do vosso conhecimento a existência desses lugares?

Para os Aquistas:**Sobre a prática dos banhos e benefícios terapêuticos**

Com que frequência vem a banhos na Água Santa da Herdade?
Como conheceu este lugar e o que sabe acerca das virtudes das águas?
A água da nascente trata que tipo de problemas de saúde?
Qual o seu tempo de permanência?
Sente-se melhor depois desta temporada de banhos?
Conhece outros lugares onde existe igualmente esta prática?
O banho, como funciona? Quantos banhos faz por dia? E durante quanto tempo?

576

Rotinas e razões que estão na origem da escolha do lugar

Qual a sua rotina durante este período de estadia na Água Santa da Herdade?
Quem prepara as refeições?
A afluência a este lugar tem-se mantido ou diminuído, na sua perspetiva?
Por que razão opta por este lugar em detrimento das termas tradicionais?
Quais os aspetos que o/a/os/as motivam a vir a banhos na Água Santa da Herdade?

Sobre eventuais expetativas e desejos de melhorias e benfeitorias

Há algum aspeto que considere relevante melhorar em benefício da experiência de ir a banhos?

Sobre a existência de outros lugares do banho no concelho de Mértola

No Concelho de Mértola existem outros lugares onde, à semelhança da Água Santa da Herdade, se faziam os banhos – a Água Santa da Morena e do Vascão, por exemplo. Conheceu ou foi a banhos em alguns destes sítios?

TESTEMUNHOS FAMÍLIA DOMINGOS



CIDÁLIA

Mulher de João Domingos;
Ajuda o marido na Água Santa da Herdade durante a época dos banhos e trabalha os restantes meses como empregada doméstica e como cozinheira em coutos de caça.



JOÃO DOMINGOS
(JOÃO DA ÁGUA SANTA)

Provedor e prestador dos banhos na Água Santa da Herdade.
Deu continuidade à atividade do seu pai e avô de quem herdou o conhecimento e a experiência em preparar os banhos. Fora da época de banhos, ocupa-se de vários trabalhos tais como a apanha do pêro em França, a tosquia das ovelhas e alguns trabalhos de construção civil.
Em Maio inicia os preparativos de montagem das cabanas de palha.



ANTÓNIO

Amigo da família Domingos;
Ajuda João em algumas tarefas de preparação da época dos banhos.
Agricultor na Herdade das Romeiras.



RAQUEL

Mãe de João Domingos.
Também ela ajudou o marido na preparação dos banhos na Água Santa da Herdade.
Reformada.



JOÃO MIGUEL

Filho de Cidália e João Domingos.
Presença constante na Água Santa da Herdade, ajuda os pais na realização de diversas tarefas, partilhando o gosto e o interesse pela atividade. O seu testemunho não foi transcrito uma vez que o seu depoimento foi ocorrendo de forma descontínua e intermitente ao longo dos anos de pesquisa.
A sua figura é, porém, central nos documentários que se desenvolvem posteriormente.



SUSANA

Filha de Cidália e João Domingos.
À semelhança do seu irmão, Susana partilha também muitas das tarefas que envolvem a preparação dos banhos. Ajuda a sua mãe, em particular na preparação das refeições. O seu testemunho não foi transcrito pelas mesmas razões invocadas a respeito do seu irmão.

TESTEMUNHOS FAMÍLIA DOMINGOS



CIDÁLIA

Mulher de João Domingos;
Ajuda o marido na Água Santa da Herdade durante a época dos banhos e trabalha os restantes meses como empregada doméstica e como cozinheira em coutos de caça.



JOÃO DOMINGOS
(JOÃO DA ÁGUA SANTA)

Provedor e prestador dos banhos na Água Santa da Herdade.
Deu continuidade à atividade do seu pai e avô de quem herdou o conhecimento e a experiência em preparar os banhos. Fora da época de banhos, ocupa-se de vários trabalhos tais como a apanha do pêro em França, a tosquia das ovelhas e alguns trabalhos de construção civil.
Em Maio inicia os preparativos de montagem das cabanas de palha.



ANTÓNIO

Amigo da família Domingos;
Ajuda João em algumas tarefas de preparação da época dos banhos.
Agricultor na Herdade das Romeiras.



RAQUEL

Mãe de João Domingos.
Também ela ajudou o marido na preparação dos banhos na Água Santa da Herdade.
Reformada.



JOÃO MIGUEL

Filho de Cidália e João Domingos.
Presença constante na Água Santa da Herdade, ajuda os pais na realização de diver-



SUSANA

Filha de Cidália e João Domingos.
À semelhança do seu irmão, Susana partilha também muitas das tarefas que envolvem a

Transcrição de entrevistas



Entrevista a Cidália Domingos

Por Marta Frazão

2014_08_15

MVI_4457

06:31

Marta Frazão: Há quanto tempo conhece a Água Santa da Herdade e desde quando ajuda o seu marido (João Domingos) na preparação dos banhos?

Cidália Domingos: Há 16. Há 16 anos é que eu conheço a Água Santa. Foi desde que me casei... viemos para aqui todos os verões desde essa altura.

MF: Porque entretanto, o seu marido e a família do seu marido já tinham esta atividade...

CD: Já. Já o meu sogro esteve aqui toda a vida e já o pai dele também. Há mais de 100 anos que isto está na família.

MF: Relativamente a estas casas e a estas construções, pelo que percebi, os proprietários dos terrenos à volta, foram construindo estas casas. Qual a relação entre a construção das casas e a nascente?

CD: Noutro tempo as pessoas vinham, alugavam um quartinho e ficavam todas aqui. Por isso é que estas casas foram todas construídas para as pessoas terem onde ficar e onde dar o banho. Cada casa tem a banheira onde a pessoa dá o banho e depois descansa, tem a cama para descansar.

MF: A Cidália e o João adquiriram umas destas casas e todas as outras casas pertencem a diferentes proprietários?

CD: Há a nossa casa que não era nossa, era do proprietário da herdade desse lado (aponta para a margem esquerda da ribeira no sentido da sua foz). Já comprámos há quatro anos e estamos a arranjar todos os anos um bocadinho. As outras são de outros donos... algumas estão já caídas. Esta aqui deste lado ainda está boa (refere-se à casa com vãos), ainda se pode fazer banhos, agora ali as outras já estão todas caídas.

MF: Todas as casas dispõem de que compartimentos? Têm um quarto e dentro do quarto está a banheira?

CD: Quando eu comecei a lidar aqui, as casas tinham unicamente a banheira que é de cimento e tinha uma mesa e duas cadeiras. Não tinha mais nada. As pessoas tinham de trazer colchão para dormir, fogão para cozinhar, louças, tudo o que precisavam. Agora com o tempo eu e o meu marido já temos na nossa casa, a cama de ferro, tradicional aqui da zona, para as pessoas já não precisarem de vir com a cama. Tem a mesa, tem cadeiras e tem banheira.

MF: A abertura da época dos banhos coincide com um dia especial não é?

CD: Dia de São João, dia 24 de junho.

MF: Quando é que a época termina?

CD: Terminamos sempre no princípio de setembro. O forte é julho e agosto. Setembro fechamos no princípio. Data para fechar não temos. Mas para abrir temos sempre. Tem sido sempre a tradição abrir no dia de São João que é o santo aqui do nosso sítio. Já o meu sogro era sempre nesse dia que abria sempre os banhos. É a tradição que se mantém todos estes anos...

MF: Há uma série de placas (de sinalização) nos acessos principais que remetem para as Águas Santas...

CD: Agora neste momento só está esta (Água Santa da Herdade) a funcionar, mas havia mais duas que funcionavam (refere-se à Água Santa da Morena e Água Santa do Vascão).

MF: Morena e Vascão...

CD: Têm melhores condições que esta, de longe. A do Vascão não conheço. Aqui da Morena conheço. Antes de me casar trabalhava lá. Já conhecia porque trabalhava lá... ia fazer limpezas, caiações e essas coisas. Portanto já conhecia aquela Água Santa. Tem mais condições, tem estrada nova, tem mais condições que esta não tem. Mas esta é a que se mantém aberta.

MF: Mantém-se essencialmente por causa de vocês...

CD: O meu sogro faleceu e o meu marido quis ficar, os meus cunhados nenhum demonstrou interesse em ficar, e também ele é que fazia os banhos... então ele é que quis ficar, e então ficamos... no lugar do meu sogro... O meu sogro ficou no lugar do pai dele e tem sido assim já há mais de cem anos. Uma tia do meu marido, que já faleceu há três anos, se estivesse viva já tinha à volta dos cem anos... e então, ela dizia sempre que já estava aqui o pai dela.. isto foi uma coisa mesmo... já... muito para trás!

MF: A Susana e o João, os vossos filhos, eles também gostam de estar aqui? Partilham muitas das tarefas com eles. Eles ajudam-vos...

CD: Eles gostam, eles levam aqui o verão. Estão privados da televisão, não temos aqui televisão, nem as coisas que eles estão habituados, não é? Mas eles também gostam de andar de bicicleta, jogar às cartas com as pessoas que cá vêm e é assim que eles passam os dias deles, ajudando-nos a fazer o que precisamos e passam aqui os dias deles.

MF: Fale-me das vossas rotinas. A Cidália também acorda de madrugada para ajudar os João no aquecimento da água para os banhos?

CD: Fazemos os banhos de manhã. Ele levanta-se mais cedo, aquece a água depois eu ajudo a fazer os banhos. Depois é o decorrer do dia. Vêm pessoas que vêm almoçar. Uns trazem as coisas fazem uns grelhados e almoçam aqui. Outras pessoas eu faço-lhes o almoço. Se dizem: -“Olha faz lá isso para almoçarmos”... eu faço! E então é assim que se passa aqui o tempo.

MVI_4458

03:35

MF: Qual a vossa profissão nos restantes meses do ano?

CD: O meu marido vai fazer a apanha do pêro a França, portanto nessa altura, quando ele vai para lá é que se fecha aqui, portanto nunca há data certa porque não há data certa para ele ir para lá. Depois vem em princípio de novembro. Eu vou para casa, tenho aqui casa em Martinhanes, vou para casa, os meus filhos vão para a escola e eu vou trabalhar uns dias por outros quando tenho trabalho. Não tenho trabalho certo. Neste sítio os trabalhos são assim. O meu marido também é tosquiador. Entre a França e a tosquia trabalha nas obras quando arranja, e depois em março vai para a tosquia. Acaba a tosquia em maio, vem para aqui. Começamos a arranjar isto tudo. Temos que cair temos que limpar, temos que montar isto tudo.

MF: A montagem destas estruturas quando começa a ser preparada?

CD: Em maio começamos logo a montar a limpar e a arranjar que é para no São João termos tudo pronto já. Ceifar o material para pôr nas cabanas. Essa cabana que esta aí ao lado mais pequenina foi o meu filho que ceifou e fez tudo sozinho porque já sabe fazer as esteiras, já está aprendendo.

MF: Qual o perfil das pessoas vêm fazer os banhos? De onde vêm e que idade têm em geral?

CD: Na semana passada estiveram aí pessoas da Baixa da Banheira, dois casais da Baixa da Banheira que já há 40 anos que veem para cá. Temos pessoas de Faro, da Conceição de Faro, ali daquelas zonas, que conheceram o meu marido com a idade que o meu filho tem agora, com nove anos, começaram a vir para a aqui quando ele tinha nove anos, portanto, são pessoas que já vêm para cá há muitos anos. Uma senhora já tem noventa anos. Ainda veio cá este ano. Esteve cá quinze dias. Essas pessoas já há muitos, muitos anos que cá vêm.

MF: Trazem os seus pertences, organizam as suas próprias refeições...

CD: Sim, são pessoas idosas, vêm ficam aí quinze dias outras estão oito, depende.

MF: E antes de vir telefonam? Agendam, digamos assim, a estadia?

CD: Sim. Mais ou menos todos os anos elas vêm na mesma altura. E nós já sabemos. Naquela altura elas dão um toquezinho a dizer que vêm e a gente diz: “Olhe agora temos os quartos ocupados só pode vir daqui a dois ou três dias.”... ou uma coisa assim.

MF: Quantos quartos têm disponíveis para receber as pessoas?

CD: Na minha casa tenho quatro. Depois aqui tenho mais quatro nesta casa ao lado. Pronto tenho oito capazes das pessoas entrarem e ficarem. Porque aquelas casas já estão caídas já não há condições, não é? Neste momento tenho oito quartos disponíveis para as pessoas ficarem.

MF: E aqueles senhores que vêm, por exemplo, amanhã? De onde vêm? Regressam a casa no mesmo dia?

CD: Sim, vêm de Castro Verde, outro senhor vem de João Serra, vem uma senhora e outro senhor ali das Neves da Graça, ali ao pé de Almodôvar, acho que é isso... e vinha aqui um senhor que acabou ontem... vinha aqui mais a sua esposa, vinha aqui de São João dos Caldeireiros. São de perto, as pessoas vêm, dão o banho e vão embora. Estes não ficam.

MVI_4460

03:02

MF: Em relação à afluência de pessoas, consegue perceber se o número de visitantes se mantém ou existe uma diminuição dos banhistas?

CD: Sim, nota-se menos pessoas. Há muitas pessoas que eu conheci aqui que já faleceram. Vêm pessoas de novo. Todos os anos vêm pessoas de novo.

MF: Qual é a faixa etária dos banhistas?

CD: São sempre pessoas mais idosas, apesar de já ter tido aqui pessoas com quarenta e poucos anos a virem dar banho. Mas a faixa que vem mais é a idosa. Entre os sessenta e os oitenta, oitentas e tais. À tarde vem aqui um senhor que já tem noventa anos. Vem dar banho aqui à tarde. Esse vem às quatro e meia.

MF: E quais as dores e queixas que manifestam? Que tipo de doenças vêm tratar com os banhos?

CD: As pessoas têm dores, têm dores reumáticas nas pernas, nos braços, andam mal e dizem que quando vêm dar os banho passam o inverno melhor.

MF: Qual o número de banhos que é recomendado fazer-se?

CD: Pronto aqui é assim... como a tradição manda, têm de ser sempre ímpares. Ou cinco, ou sete, ou nove, ou onze banhos. A maioria das pessoas dá sempre nove. Nove, onze. Há quem dê sete. Mas nove, onze é o que...

MF: Idealmente de seguida, ou seja em dias consecutivos...

CD: Sim, diz-se sempre às pessoas para fazerem os banhos de seguida. Um banho por dia.

MF: Quanto tempo deverá durar esse banho?

CD: Vinte minutos é o que se diz. Porque a partir daí dos vinte minutos a água começa a arrefecer e já não adianta muito a pessoa estar lá. Portanto, de vinte a vinte e cinco minutos é o tempo do banho.

MF: Mas porque se recomenda apenas um banho por dia? Qual é a razão de não se dar dois banhos ou três banhos num dia.

CD: A razão porque dizemos para darem só um banho por dia é que, a água tem umas propriedades, pronto, que são fortes... É assim: a pessoa é idosa, e dar dois banhos por dia, a pessoa fica muito cansada porque a água maça muito, cansa muito. A pessoa fica cansada, fica sem forças, porque a água quente

maça a pessoa. Por isso é que só aconselhamos um banho por dia. A pessoa dá um banho de manhã... se for uma pessoa, assim, mais nova que queira dar dois banhos, tem de dar um de manhã cedo e o outro só à tarde... não muito perto um do outro.

MVI_4461

02:11

MF: O que é que a Cidália desejaría? Relativamente ao município e São João dos Caldeireiros, que tipo de condições desejaría ter em benefício da continuidade desta prática e desta tradição dos banhos?

CD: A energia eléctrica. Acho que era fundamental. Se tivéssemos energia eléctrica já tínhamos uma bomba para puxar a água, já tínhamos outras condições para a água quente, não é? Porque a água quente tem de se carregar a baldes... É muito cansativo. Temos de estar a carregar a água quente toda, não é? A fria vai com motor mas a quente vai com baldes. A energia eléctrica facilitava tudo! As pessoas que para cá vinham tinham outras condições. Podiam ter um frigorífico para ter as coisas frescas. A gente sabe que viver nos dias de hoje sem um frigorífico é um bocado limitado! As pessoas sentem-se um bocado limitadas. Não são todas as pessoas que estão habituadas a não ter essas condições... não estão dispostas a vir e a ficar por causa disso. A pessoa gosta de ver televisão, gosta de se entreter, as pessoas mais idosas gostam de ver as telenovelas... então depois aborrecem-se um bocado.

583

MF: Como é que os banhistas ocupam o seu tempo entre banhos? Ficam nos quartos? Vêm conversar? Passeiam?

CD: Da parte da tarde juntamo-nos sempre aqui (refere-se ao parque das merendas). Jogam às cartas com os meus filhos, que eles gostam muito de jogar às cartas, conversamos, fazemos renda, elas também trazem e eu também gosto de me sentar aí com elas. Conversamos, pronto, passamos a tarde assim. Depressa se passa o tempo.

MF: E à noite?

CD: À noite, depois de jantar, também vêm. Conversam um bocadinho. Depois há uns que se gostam de deitar mais cedo, outros que se gostam de deitar mais tarde. Aqui também estão sempre a passar pessoas, a virem de fora... entretêm-se a conversar: “ah eu vinha para aqui há tantos anos!”, outros “ah vinha para aqui a minha avó.. a minha tia... a minha prima!”. Pronto arranjam sempre conversas! Têm sempre onde se entreter.

FIM



Entrevista a João Domingos

Por Marta Frazão

2014_08_15

MVI_4519

07:13

Marta Frazão: João, qual a sua relação com a Água Santa da Herdade?

João Domingos: O pai do meu pai já estava cá nos banhos. Depois ficou o meu pai. Agora estou eu.

MF: E o João quis dar continuidade a esta tradição?

JD: Claro.

MF: Os banhos tratam que tipo de dores, queixas ou doenças?

JD: Faz bem a tudo! À ressaca, reumático... tudo, estômago, fígado. São as pessoas entendidas que me dizem.

MF: Historicamente isto já vem do seu bisavô, portanto estamos a falar de uma tradição que segundo a Cidália tem mais de cem anos.

JD: Tem mais de cem anos... vá cento e cinquenta.

MF: As pessoas que vêm aqui são maioritariamente de que região?

JD: É tudo... norte, sul e centro.

MF: Mas são essencialmente aqui da região do Baixo Alentejo e Algarve...

JD: Do Algarve... de Lisboa, tudo. Grândola, por aí fora.

MF: Fale-nos do casal da Baixa da Banheira, por exemplo.

JD: Já há muitos anos que cá vêm. Se não fizesse bem a água, não vinham. Têm-se dado bem. No inverno é que ficam sabendo se os banhos foram bons.

MF: E normalmente, sim, as pessoas passam melhor o inverno?

JD: Sim.

MF: Qual o tempo de duração de cada banho?

JD: O banho é de vinte minutos mais ou menos.

MF: Porque razão são vinte minutos e não são trinta ou quarenta?

JD: Porque a água depois arrefece e em vez de fazer bem, faz mal, arrefece. Quem não tem dores, pode estar lá até uma hora, lá no banho. Só para desporto.

MF: Isso dos vinte minutos, era uma recomendação que já o seu bisavô, avô e pai davam aos banhistas?

JD: Sim. É o tempo que a água leva a arrefecer.

MF: Se pudesse pedir algum tipo de apoio à Junta de Freguesia ou à Câmara Municipal de Mértola, quais os aspetos que mencionaria?

JD: Muitas melhorias não queria. Um bocadinho de alcatrão por aí a cima, para não haver muito pó. Luz, já cá devia estar há uns trintanos, para não dizer mais... Não se pode pedir tudo, depois eles não fazem nada!

MF: Os seus filhos, João e Susana, estão aqui desde pequeninos, habituados a desfrutar da companhia de quem vem a banhos mas também a partilhar as tarefas. Acha que eles darão continuidade a esta tradição dos banhos?

JD: Ah, a vida dá muita volta...

MF: A época dos banhos coincide com o dia 24 de junho, dia de São João. Existe a tradição...

JD: Sim, é o banho do São João, que é dado ainda antes do sol nascer, nesse dia.

MF: As pessoas fazem esse banho?

JD: Fazem!

MF: Metem-se nas ribeiras e vão a banhos?

JD: Não, nas banheiras! É lá dentro além da banheira da Água Santa (aponta para a banheira junto à nascente, onde em tempos antigos se davam os banhos).

MF: Quando termina a época, o João ocupa-se de que tipo de trabalhos?

JD: Eu, trabalho no campo. Carrego baldes de massa com os pedreiros, vou à França.

MF: Só consegue manter esta atividade, porque os seus trabalhos são sazonais...

JD: Esta é a tradição, só na parte do verão. Os banhos têm que ser no verão, porque banhos quentes no inverno também faz mais mal do que bem.

MF: Porquê?

JD: Corrente de ar e frio...

MF: Explique-nos o processo de preparação dos banhos. Bombeia a água da nascente com um pequeno motor...

JD: Pois, com a mangueira. Vai para os baldes, depois dos baldes vai para a banheira.

MF: E as pessoas ficam os vinte minutos dentro de água. E a seguir o que é que as pessoas fazem? Descansam, vêm cá para fora?

JD: O dever era estarem além um bocadinho, mas saem logo. Mas era bom estarem ali um quarto de hora, descansar um pouco e depois é que saíam.

MF: Porque são águas com características muito especiais...

JD: Sim, diferente de outras águas.

MF: Esta construção, é o João e a sua família que...

JD: Sim, o João Miguel, o João Domingos, a Susana e a Cidália, somos nós que fazemos isto.

MF: Com que materiais constrói estas cabanas?

JD: É tabua, bunho, canas, paus...

MF: Tudo isto encontra nas margens da ribeira, certo?

JD: É tudo aqui da região.

MF: O seu filho também já o ajuda a preparar a esteiras para cobrir as estruturas...

JD: Já sabe, já me ajuda.

FIM



Entrevista a António

Por Marta Frazão

2014_08_15

MVI_4464

02:52

Marta Frazão: Qual é a história destes banhos? Há quanto tempo convive com a família Domingos?

António: Conheço isto praticamente há quase trinta anos. Conheci o pai do João no tempo em que não havia motores... a água tinha de ser transportada da fonte toda a baldes. A baldes para os bidões, dos bidões a quente e a frio para os banhos. Depois nos últimos tempos do pai dele, já comprou um motorzinho com uma bomba, o João agora também já tem. A água era aquecida com lenha de esteva. O pai dele tinha um burro... e ia buscar a lenha com o burro. O João agora já tem a carrinha, já se governa de outra maneira. A água tem de ser aquecida com lenha... paus, canas, tudo o que ele arranja por aí.

MF: Acerca destas estruturas junto à ribeira, quem as constrói?

A: Esta parte (refere-se ao parque de merendas) aqui fez a Junta (refere-se à Junta de Freguesia de São João dos Caldeireiros. Essa outra parte é do João. O João é que constrói isto (refere-se às cabanas em palha, onde instala a cozinha e o bar).

MF: Todos os anos, as constrói?

A: Sim. Constrói, e depois desmancha. Tem que desmanchar senão as cheias levam. Isto está dentro da ribeira e estão umas grandes cheias.

MF: Já conheceu a Água Santa da Herdade com mais afluência de pessoas?

A: Sempre vem ainda muita gente, mas pronto, noutra tempo estas casas tanto deste lado como daquele, estava tudo cheio (refere-se às casas que se encontram a meia encosta e onde as pessoas tomam os banhos). Conheci isto tudo cheio.

MF: Eram as próprias famílias que vinham? Os proprietários das casas?

A: O pai do João chegou a estar à posse destas casas todas. Pagava uma renda aos proprietários e depois o pai do João alugava os quartos. Chegou a estar à posse dos dois lados. As casas todas.

MF: E agora o João tem menos casas porque entretanto os seus proprietários não se interessam mais por este lugar?

A: Uh... abandonaram isto! O moço (refere-se ao João Domingos) não vai fazer obras naquilo que não é dele, não é? E então as casas vão caindo. Tem menos quartos. Está bem que também as coisas estão de outra maneira... há muita gente com transportes. Vem gente aí de Montes Velhos, aí de Castro, de Entradas... é todo pessoal vai ficar a casa. Mesmo de Beja hoje já vão ficar a casa. Noutra tempo, não, vinham para aqui, levavam aqui quinze dias, uma

semana. Parte das vezes tinham que os vir trazer e tinham que os vir buscar, não é? Agora as mesmas pessoas estão aqui uma semana e muitos deles têm transporte. Noutro tempo os transportes é que era mais difícil.

MVI_4465

01:51

MF: Que melhoramentos gostaria de ver aqui?

A: A eletricidade... e pronto... já que não fosse todo o alcatrão não é? Mas por exemplo até ali aquela altura e até aqui a esta altura aqui atrás para quando os carros chegassem aqui não levantassem muito pó. Porque isto, parte das vezes, está aqui muita a gente sentada, o carro passa aí e fica tudo tapado com o pó. As pessoas às vezes não reparam... passam com mais velocidade... acontecem estas coisas. Se estivesse tudo alcatroado ainda melhor, porque muita gente aqui de baixo de S. Pedro, Penedos e dessa zona que vão a Beja, quando a ribeira não leva água, em vez de irem dar a volta por S. João que são mais uns quantos quilómetros, muita gente passava aqui. Com carros mais velhos passam... com carros mais novos para não sujar de pó, não passam! Isto tinha mais movimento.

MF: No verão isto tem este aspeto. No inverno a água invade esta zona (parque das merendas)...

A: Sim, a água já tem chegado até além àquela parede (refere-se ao muro de pedra que antecede a casa), já chegou ao meio das janelas daquela casa, no ano em que foi, talvez, a cheia maior, em 2007. Isto tem de ser retirado senão todos os anos tinham de estar a comprar materiais novos, não é? Está tudo marcado nos paus, não vê? A Junta leva isto, os paus têm lá um “2” e um “E”... todos os anos os mesmos paus são metidos nos mesmos buracos que é para dar tudo certo. E então ficam aqui as mesas... estas são coiso(de cimento), estas não se vão embora.

587

MVI_4466

01:09

MF: Quais os benefícios terapêuticos da água? Porque a julgam boa para a saúde?

A: Dizem que faz bem às dores, sim. Esse homenzinho que andava aí de S. João, com a mulher, diz que já há dois anos que vem fazer isto, passa o inverno que é uma maravilha!

MF: Esse senhor fica quanto tempo?

A: Acho que vem uma semana. Ou é nove banhos ou é onze que ele dá. E vai sempre para casa. Mora aqui a oito ou dez quilómetros. Será para as dores,

e para o organismo da pessoa habitua-se àquilo e a pessoa sente-se melhor, não é?

MF: Há muita gente que não vem a banhos mas leva água...

A: Sim.

MF: As pessoas chegam e podem levar água?

A: Sim. Enchem garrações. Outro dia estava aí uma carrinha que levou alguns cem garrações de água. Muita água! Talvez seja para as pessoas darem banho em casa, não é? Às vezes as pessoas de longe fazem isso. Vêm aqui com uma carrinha e levam água para dar lá banho, outra para beber.

MVI_4467

02:25

MF: O António conhece outras nascentes como esta, aqui no concelho de Mértola? Em muitos outros lugares se faziam estes mesmos banhos...

A: Aqui em cima há uma a que chamam Pego (refere-se à nascente do Pego Verde), mais pequenina, tem o mesmo sabor, agora não anda tirada. Noutra tempo havia mais gente a trabalhar no campo, traziam sempre as fontes limpas... bebiam das fontes, não é? Agora quase que não há ninguém a trabalhar no campo, então essa deve estar abandonada. Aqui a da Morena também. Era uma água boa mas depois estragaram ali um pouco, porque foram fazer furos lá ao pé. Tiraram um bocado a qualidade da água. Aquela água era igual a esta, ou talvez... não era inferior a esta, de sabor... mas agora acho que já é mais fraca de sabor. Fizeram uns furos lá... aquilo foi dar fim da nascente. Esta está normal como estava há cem ou cento e tal anos atrás. Ninguém mexeu aí. Está como a natureza, se calhar, a fez, assim está.

588

MF: Alguém controla estas águas, a Câmara, a Junta? Vêm fazer análises à água?

A: Vêm fazer análises.

MF: Porque as pessoas bebem a água, tem que haver controlo.

A: Então pois... Aqui o proprietário desta propriedade tem noventa e quatro ou noventa e cinco anos. Morava aqui na Herdade de Sta. Maria, agora mora em Castro Verde já há uns cinco ou seis anos. Está já velhote para estar aqui no monte com a mulher só... está lá mais perto, se tiver que ir ao hospital, se estiver perto de uma farmácia vai-lhe dar sempre jeito. Ainda hoje, já não pode vir aqui, mas, ainda hoje, manda vir aqui uma pessoa buscar garrações de água... só tem bebido água daquela... só tem bebido da água santa, o Sr. Ferreira. Mesmo no inverno, quando estava aqui, trazia aqui o empregado, o empregado secava a fonte... quinze, vinte garrações para o monte. Aquilo dava para um mês ou mais. Acabando aquela, vinha outra vez. Ainda hoje continua! Desde que o conheço, tenho-o conhecido sempre aqui a beber água, sempre, sempre, sempre...

MVI_4468

01:54

MF: É longa a tradição dos banhos na Água Santa da Herdade...

A: Há pessoas que vêm para aqui há quarenta anos, cinquenta anos, aqui do Salvado ao pé de Beja, vinham para aqui... Agora pronto, alguns já terão falecido, outros não poderão já andar nisto, não é? Mas estes anos todos se a pessoa vem para aqui, é porque tem que se sentir melhor, não é? Porque se não se sentisse... vinham um ano ou dois “...olha vou para outro lado experimentar!”. Se as pessoas continuam é porque, se calhar, mal não faz. Esta é uma água boa para cozer o grão... o grão pode ser mau de cozer, com esta água coze bem. Tem certos efeitos. Ora, se faz isso, também deve fazer ao corpo da pessoa, qualquer coisa assim.

MVI_4470

00:38

(continuação)

A: Há pessoas que podem não acreditar porque não experimentam. Se experimentassem já sabiam: -“ou dou-me bem, ou dou-me mal”, não é? Há muitas pessoas que não experimentam. Há gente que vem de tão longe.

589

MVI_4471

03:39

MF: O António trabalha em quê?

A: Trabalho no campo, numa propriedade aqui ao lado. Que é as Romeiras.

MF: E então também o ajuda (ao João)...

A: Quando estou coiso ele diz alguma coisa... “olha tenho falta disto!”. Este ano ajudei-o a ceifar este bunho (refere-se à erva que é recolhida nas margens da ribeira para revestimento das cabanas) que está aí... ajudei-o a ceifar aqui em cima no Pego. No ano passado, foi lá em baixo, a dois ou três quilómetros pela ribeira abaixo, fui lá com a carrinha dele, ceifamos e trouxe. Este ano quando ele fez aquela casinha pegada à casa, também apareci e ele disse: “Epá, vamos encher além a placa...!”, então ajudei-o.

MF: O João vai todos os anos tratando destas casas mas só uma lhe pertence, certo?

A: Pois... O que não é dele, ele caia, as portas, faz alguma manutenção, mas pouco, não pode fazer muito. Elas não estão precisando de portas nem nada. Os proprietários não fazem... o moço também não ganha para ir além investir. Tem-nas este ano mas para o ano o proprietário pode-lhas tirar. Se tivesse um contrato de vários anos?

MF: Neste caso concreto é alguém que lhe cede...

A: Sim, ele paga um x. Os banhos também não são caros, também não pode pagar muito de renda.

MF: Qual o preço de um banho?

A: Seis euros.

MF: E para dormir, quanto cobra pela estadia?

A: Não sei, não sei se é cinco euros... acho que é cinco euros. Ele resolveu comprar aquela casa. Pois... só esta é que está melhor. Outro dia a dona disto faleceu. Isto ficou com os sobrinhos. São cinco ou seis. Acho que ainda não foi a partilhas. Amanhã calha a um: “olha quero tomar posse disto.”. O dono da casa fazia-lhe o mesmo e ele ficava só aqui com a barraca. Assim, investiu além. Pode continuar a ser assim, ou melhorar, não é? Como pode piorar... é um risco.

MF: De certo modo também garante a continuidade dos banhos...

A: Exato. Isto é uma tradição que dura já desde o tempo do avô dele. Já o avô dele esteve aqui, o pai esteve aqui. No tempo do pai era o pai aqui deste lado e era um tio além do outro lado da estrada com outra barraca. É uma tradição já muito antiga e o moço era o que tinha mais jeito para isto. Também foi o que levou aqui mais tempo com o pai. Os outros começaram a ir trabalhar para outros lados. Ele habituou-se mais a isto e teve pena de deixar isto acabar.

MF: A tradição morre com ele, se não houver mais ninguém disponível para dar continuidade a esta prática...

A: O pai dele era o tio Manuel João da Água Santa e o João, ele é João Manuel Domingos Rosa, mas se for ao conselho de Castro e Mértola se não disser João da Água Santa ninguém o conhece! É o João da Água Santa, o João da Água Santa... Se eu disser João Manuel Domingos Rosa ninguém sabe quem é!

MF: E os filhos também o ajudam muito...

A: O João o pequenino já fez uma barraca este ano. Já o ano passado começou. Este ano já fez mais. Também gosta disto! É capaz de querer continuar.

FIM



Entrevista a Raquel Domingos

(mãe de João Domingos)

Por Marta Frazão

2015_06_10

MVI_8441

09:00

Marta Frazão: Partilhe connosco a história da Água Santa da Herdade e da tradição dos banhos...

Raquel Domingos: O que eu sei é que isto já era muito mais antigo do que eu. Já o meu sogro, que morreu há tantos anos, criou aqui os filhos todos. Eles eram oito filhos. Só está aí um, já morreram todos.

MF: O seu marido era um dos filhos...

RD: Pois, era um dos filhos. Depois do pai e a mãe morrerem ficou o meu marido, e agora o meu filho também gostou disto... não pode aqui estar sempre porque tem de governar outra vida. Isto aqui é só... três meses vá... e ele faz a tosquia da ovelha à máquina, e vai para França. Na hora de ir para França enrola tudo à pressa e vai-se embora. Os meus cunhados, todos estiveram aqui...

MF: E todos ajudavam o pai na preparação dos banhos...

RD: Pois ajudavam... e as minhas filhas também. Eu tenho sete filhos.

591

MF: Nessa altura estavam todos aqui...

RD: Todos estavam pois... ainda eram solteiros. Depois casaram, cada um tem as suas vidas. Um mora aqui no monte em A...(não identificámos o nome do monte), não sei se sabe onde é, ao pé de Penilhos. Moram dois aqui no monte, este meu filho (João) e uma filha, em Martinhanes que é onde eu tenho a minha casa. Outro está em Lisboa, foi para lá tinha treze anos. É rececionista num hotel. No Hotel Príncipe.... penso que é Príncipe.

MF: A Raquel quando vinha aqui fazia o que a Cidália faz agora?

RD: Ai fazia o que a Cidália faz agora! Fazia muito mais! O que é que eu fazia? Levava aí noites e dias quase sem descansar nada, batendo com o balde ali na fonte tirando água às pingas. A gente não tinha noite nem dia. Fazia-se muito banho, muito banho... Eles agora já não fazem porque já não vem tanta gente. Antigamente fazia quarenta e tal, cinquenta banhos por dia. Isto era pelo S. João, vinha gente de todo o lado... vinha muita gente para aqui dar banhos. Umhas pessoas estavam nove dias, outras treze... dizem que é bom não ser a pares... outros quinze. Vinham pessoas de fora dar banho. Vinham pessoas que traziam as netas... mas agora já ninguém quer saber disto. Faziam um (não identificámos a palavra) ali ao pé daquelas mesas, outro aqui em cima, ali e pronto, vinha muita gente nova...

MF: Nessa época vinha gente de onde?

RD: De todo o lado, do Algarve... de Lisboa, aqui dos arredores... Entradas, Cabeça Gorda, Salvada... conheci gente de todo o lado...

MF: As casas não eram suficientes para tanta gente... Como é que as pessoas se organizavam?

RD: As casas estavam sempre cheias... esperavam... chegavam a ficar aqui nesta barraca... naquela que esta ali... (aponta para a cabana da cozinha). Chegavam a ficar à noite aqui... abriam os divãs que traziam... esperando que saísse uma pessoa no outro dia para depois irem para lá.... chegaram a ficar aqui muitas vezes... abriam os divãs e ficavam aí. As casas todas tinham família, agora... aquelas já estão caídas, só as que estão em pé são estas duas.

MF: Algumas pessoas montavam os seus próprios abrigos para pernoitar?

RD: Sim, muita barraca, muita barraca, por isso é que a gente tinha que bater as noites ali tirando água pelos joelhos porque era muita gente... ..era tudo barracas aí... onde a gente aquecia a água era daquele lado.... ? ... naquele muro que está ali... aquecia-se além a água, depois levava-se oito baldes de água fria para as banheiras... tudo a braços! Agora têm o motor.... agora só levam para a casa a braços... a água quente... quatro ou cinco balde de água quente, para pôr o que faz falta.

MF: Nessa altura extraía-se da nascente a água em baldes...

RD: Pois! Era tudo a braços! Eram além para cima para aquelas casas todas que tinham família e aqui era o mesmo e agora mesmo essas poucas já sobram. As famílias agora vão para as praias...

592

MF: As pessoas tomavam banho naquela banheira (exterior)?

RD: Escute, há ali uma banheira... não vê uma banheira ali... davam ali... e depois vinham as famílias, tapavam com uma manta com umas pedrinhas ali, até que uma pessoa estava lá dentro... um quarto de hora mais ou menos.

MF: Quando saíam embrulhavam-se?

RD: Sim, embrulhavam-se na manta e depois iam para casa... depois vestiam-se. Eu passei aqui tantos anos... Há quarenta e sete anos que eu vim para aqui... o meu filho mais velho faz agora quarenta... quarenta... faz cinquenta e sete anos agora dia seis de agosto...o meu filho mais velho...eu já estava aqui quando ele nasceu... foi nascer à noite. Enfim, ali à noite a cavalo no burro e o meu marido... senti-me assim... coiso... “olha! temos que ir embora!” E depois ele nasceu logo de manhã. Nesses tempos as pessoas... não se ia para os médicos. Havia uma senhora no monte que era parteira... então, fui chamá-la... a comadre Maria Luciana. Chamava-se comadres àquelas pessoas... (risos).

MF: Quando aqui estava com o seu marido, tinham todas estas casa por vossa conta?

RD: Tomava a gente conta, sim, sim. Aquelas agora são do meu filho, que ele comprou, mas eram do senhor que morava aqui na herdade... no monte... ... e então há cinquenta e sete anos que eu vim para aqui. O meu filho nasceu

logo depois de nove meses de eu vir para aqui. E foi assim... depois foram nascendo...

MF: E o seu marido para conseguir estar disponível também durante o verão...

RD: Pois... fazia assim uma lavoirinha (?) e no verão depois vinha para aqui. Agora para o fim estávamos aqui já quase sempre. Eu não gostava já de estar... tinha medo... dessas coisas que dizem agora. E eu dizia: “ Ah Manel temos que ir para casa, a gente não pode estar aqui... qualquer noite vem aí um e mata aí a gente!”. Mas ele tinha sido aqui criado e gostava muito de estar aqui.

MVI_8442

04:34

(continuação)

RD: Ainda hoje me telefonam às vezes! Ainda há poucos dias telefonei a uma senhora que está num lar aqui no Algarve... ao pé de Faro, para aí... só a conheci aqui... há tantos anos... Já ela dizia que já no tempo do meu sogro já ela vinha para aqui com o pai e a mãe, veja lá! E aquela mulher já tem quase noventa anos. Ainda hoje às vezes telefonamos... Ela falou que este ano que ainda é capaz de vir! Se a vizinha viesse. Pronto!... Está lá no lar mas pronto! Vinha!

MF: As pessoas vinham tratar que tipo de dores e mal-estares?

593

RD: Do reumático... pois... era para as dores. E outras pessoas era para beberem também... para o estômago... os intestinos... os rins. Outras pessoas vêm aqui buscar muita água.... Ainda ontem quando eu estive aqui... fui-me embora, ficou aí uma carrinha de caixa aberta, cheia de garrações e duas senhoras e dois homens também. Ficaram aí para encherem.

MF: Conhece a Água Santa da Herdade desde o tempo do seu sogro...

RD: Ah isso é uma coisa que... só me lembro do meu sogro estar aqui. Antes acho que aquilo não estava empedrado nem nada, depois é que fizeram... Os meus filhos todos também foram aqui criados. A mais nova não nasceu aqui foi nascer a casa.

MF: Viviam aqui mesmo na Água Santa da Herdade?

DR: Sim.

MF: Ocupavam uma destas casas?

RD: As barracas... e tínhamos uma casa. Era aquela ali que está voltada para cá. Mas aqui na barraca tinha também uma cama... uns paus... umas coisas... um muro assim depois uns paus atravessados. Pois a gente estava sem parar aqui na barraca... e as casas... por fim... estávamos nelas e é assim...

MF: Tem boas memórias deste sítio?

RD: Sim, boas e más (risos). Trabalhei muito... eu trabalhei muito aqui! Olhe, não me custava... eu tenho sido saudável graças a Deus. E fui operada, fez

catorze anos agora dia vinte e cinco de maio. Fui operada a uma hérnia muito grande que eu tinha aqui na virilha... e agora por fim já não.... Às vezes vinha lá do monte, vinha a pé... eu levava vinte e cinco minutos lá de Martinhanes, onde eu moro, aqui. São quatro quilómetros. Vinha a pé e não me custava. E aí andava com os baldes... cansavam-me às vezes... sentava-me ali um bocadinho, descansava e já ficava bem para ir outra vez para a?

MF: Consegue perceber porque razão as pessoas continuam a vir fazer à Água Santa da Herdade?

RD: Porque as pessoas têm-se dado bem com a água. Vinham para aqui pessoas que eu ouvi dizer, mesmo ainda antes de quando eu vim para aqui, que as pessoas vinham e não andavam e em dando aqui três banhos começavam a andar!

MF: A Raquel assistiu a essas recuperações?

RD: Sim. As pessoas ter que as subir para as casas, descê-las de um carro, e as pessoas melhoravam... pois... é por isso que as pessoas vinham... e para beber. E mesmo agora vem muita gente buscar água para beberem!

MVI_8443

03:44

MF: Recorda-se de outros lugares de banhos semelhantes em Mértola?

RD: Não, eu não conheço mais água nenhuma. À Morena nunca fui, tenho ouvido sempre falar... tinha luz... a gente aqui não, mas mesmo assim as pessoas gostavam de vir! Traziam aqueles lampiões que havia... umas garrafas redondas de gás... e a gente também tinha. À noite... fazíamos muitos banhos à noite, porque de dia não dava, pois, tinha que se ir arranando a água. Punha-se um candeeiro à meia barreira além naquela coisa... punha-se outro além e davam muito boa luz.

594

MF: Atendendo a tão elevado número de pessoas, como é que organizavam os banhos?

RD: Todos faziam... a gente ia-se deitar um bocado e todos tiravam a água... a fonte estava lá sempre batida... era de noite era de dia. Às vezes vinham pessoas buscar água... às vezes não levavam logo... vinham no outro dia... e era assim.

MF: Nunca havia guerras entre as pessoas...

RD: Não, não. No meu tempo eu dei-me sempre aqui bem com toda a gente. As pessoas almoçavam aqui na barraca... é assim. Vinha gente de muito lado. De Entradas vinha muita gente... Albernoa. Conhece também? Não. E é assim... o tempo passa. O meu marido já há dezasseis anos que morreu... quando eu deixei de vir para cá. Há dezasseis anos que eu não venho para cá. Depois começou a vir o meu filho. Ele gosta muito de vir. E agora tem além

o filho que é também muito trabalhador... não vê? Paus para a barraca dele...
faz uma barraquinha ele ali! (risos)

MF: A tradição passa de geração em geração...

RD: Um neto casou... agora ficamos muito aborrecidos... casou e a rapariga
estava para bebé, e agora a criança.... ela perdeu. Já esperava para agora para
agosto. As minhas netas muito contentes: “Avó, agora vai ser bisavó!”... bisa-
vó pois, filhos dos netos... e eu também “ah pois!”... estão na Suíça... eles estão
na Suíça. Foi agora há pouco tempo, a notícia...

MVI_8444

00:53

MF: Quanto custava o banho?

RD: Eu já não me lembro quanto custava um banho... 500 escudos talvez...
(fim de conversa com a chegada da mota do António)

FIM



Entrevista a José Filipe

Por Marta Frazão

2014_08_16

MVI_4557

04:38

(Sobre as condições da Água Santa da Herdade:)

José Filipe: Isto é uma demonstração que vão fazer da miséria onde a gente vive. Porque, ali a Água Santa da Morena lá em baixo, já tinha outras condições que esta não tem. Mas infelizmente a família... morreram, ficaram outros que não têm condições... que não têm umas certas condições que faziam falta para aquilo viver. Pelo menos entregavam aquilo a uma pessoa que pudesse fazer ali vida, e dava vida aos outros. Isto aqui, este rapaz aqui (João Domingos) só está a trabalhar pela bondade dele, porque é incrível o trabalho que este homem tem. Ali, na Água Santa da Morena, estava água canalizada, quente e fria. Ora, evitava o trabalho dele mas não só, também para o interesse do cliente. Porque a gente deita-se aqui na banheira, às vezes a água está muito quente e, ao fim de um bocadinho, necessitava mais um bocadinho quente, e às vezes não temos essa preferência, além de ele andar atento. E ao cabo, ali eram duas torneiras, abria-se a fria e a quente, estava em condições parava-se um bocadinho, metia-se mais um bocadinho quente, já era mais própria. Mas aqui, só o que existe aqui é muito trabalho para ele.

Marta Frazão: Na sua perspetiva, que tipo de iniciativa era desejável para melhorar as condições deste lugar?

JF: Este lugar é o último lugar nos benefícios. Primeiro, está a Câmara, depois, está a agricultura, isto é das últimas coisas. Se a agricultura vivesse como vivia, aqui nesta Água Santa, vem um pessoa ou outra, onde antes estavam aqui dezenas de pessoas na Água Santa. Faziam aqui barracas, faziam isso tudo... tempo de miséria. Eu pergunto agora se não há miséria? Desde que isto deu a volta, desde 1982 para cá, a parte pobre tem estado sempre a perder o seu nível de vida.

MF: Cada vez mais gente a sair do concelho...

JF: Concelho? Estrangeiro!... Eu estou aqui nesta figura porque fui buscar dinheiro ao estrangeiro, senão já me tinha matado! Porque ninguém me prestava auxílio. De maneira nenhuma. Fui para o estrangeiro, lá arranjei algum dinheiro, não é? O lucro, acho eu, que aparece com o trabalho. Não há nada no mundo que não saia do trabalho! Essa história que muita gente falava, no 25 de abril, na igualdade... igualdade não pode existir. Porque para termos a igualdade temos todos que ter juízo, e tanta gente não tem!

MF: Como conheceu a Água Santa da Herdade? Quais são as suas primeiras lembranças acerca deste lugar?

JF: Bem, este lugar, em parte, conheci-o em festas. Eu não era daqui. Eu fui nascido e criado no concelho de Serpa, freguesia de Aldeia Nova de São Bento. Depois, visto a vida começar a ter dificuldades na agricultura, que era a minha vida, passei-me para São Marcos da Atabueira, Castro Verde. Estive ali sete anos. Aquilo foi entregue a grandes proprietários, eu ainda lá estava se me terem atendido, mas morreu o patrão, a patroa entregou aquilo a um grande proprietário, não me entregou a mim, eu tive que esguichar. Tive a saída para a Suíça, fui para a Suíça. Levei também a mulher para lá, que isso é que era vida. Mas eu acho que não tenho... sobre aquela palavra de Deus, eu acho que não tenho crime nenhum. Levei a mulher para lá, estivemos lá seis meses. Chegamos cá, a mãe caiu numa cama, eram uns poucos filhos machos mas ela era filha. Os meus cunhados diziam: “Não percam a sua vida! Não percam a sua vida!”. E não, foi ela que a criou, a ela é que pertence tratar dela. E então a vida estagnou-se-me um bocado. Ainda estive três anos ali nos aviários que são nos Serranos.

MF: Quando começou a fazer banhos com estas águas? Antes frequentava a Morena?

JF: Bem, não é bem isso, não é bem isso porque aí a gente era muitos estudantes e frequentávamos ali a Água Santa da Morena. Para aqui não vínhamos. Vim agora já... há poucos anos que eu comecei a lidar aqui.

MF: Esta água faz bem a quê?

JF: Ora minha senhora, isso aí não são respostas que eu lhe dê.

MF: Mas sente-se melhor?

JF: Até lhe digo mais. Nem os senhores doutores, até à data, confirmam qual é a utilidade. Mas eu acho... porque eu apanhei muitos frios na Suíça... Eu, aos 72 anos, tive um reumático mau e tive que passar por alguns doutores para chegar a fazer alguma coisa e falei-lhe nos banhos do mar. E eles disseram-me: “Não, nem apareça lá! E então a Água Santa? Ah, experimente!”. Experimentei e tenho-me dado bem.

MF: O senhor João Domingos estava a dizer-me que no dia em que o foi buscar, que tinha que o ajudar...

JF: De acordo, mas... aí há outras coisas, sabe? É que, eu não me considero muito doente, mas tenho coisas levadas da breca.

(arregaça a manga da camisa) Olhe para aqui. Isto nasceu de quê? Duma noite que eu me levantei... ali é chão bom, é casa boa... passou-me um almariu (?) e desandei. Meti o braço diante. No outro dia tinha aqui uma nódoa. O que é que eu fiz? Pôr gelo que é o que os médicos mandam. Isto de manhã. Quando

veio o meio-dia, ia tendo o braço todo negro. Telefonei a um carro de praça e fui para a urgência em Castro Verde. Ali disseram: “Olhe, a gente não pode fazer nada. Tem que ir para Beja.”. Fui para Beja. Duas senhoras doutoras entendiam extrair daqui, parece que é um líquido que há aqui, não é? Porque ainda arreventou aqui e saiu um bocadinho. Mas o senhor diretor disse: “Não, a gente não mexe aí. Com Hirudoid e gelo isso vai passando”. Já passa de um mês, ainda não desapareceu. Quando isto deixou de purgar aqui, eu fui outra vez lá a Beja. Era outro senhor doutor e outras senhoras doutoras. Elas eram de obrigação de extrair aqui isto, ele não. Pronto, eles é que mandam aí, não é? ... nesse aspecto. Agora, vim aqui de minha autoria dar os banhos, porque... eu não tenho que tomar comprimidos para dormir e passei uma noite má. Passei uma noite má e mesmo assim vim. Qualquer pessoa ia para o doutor e eu vim para aqui dar banhos. Olhe, e melhorei. Estou melhor sim senhor! Ele teve que me ajudar aqui a tudo. E hoje não!

MF: Tinha que o ajudar a subir a escadas e a entrar na banheira... e hoje já fez sozinho...

JF: Sozinho. Entrei para a banheira, saí da banheira. Fiz tudo sozinho.

MF: Quantos banhos fez? E quantos vai fazer?

JF: Há aí umas coisas que eu não (estou) de acordo bem com essas palavras, mas, no fim, eu sigo-as. É que dizem que o dar são nove banhos, ou então os banhos em nunes, não em pares. Eu acho que isso aí não deve ter valor nenhum, mas como é assim que se usa, faz-se!

598

JF: Não sei se conhece o restaurante Chaminé a caminho de Lisboa. Conhece? A Chaminé, é, talvez, o principal restaurante que há no caminho de Lisboa. Cá em campo. Esse homem estava desamparado dos médicos. E a gente, estando nessas condições, experimenta tudo. Veio aqui, curou-se! Portanto, algum valor tem. Isto são águas de minérios, fala-se em água santa... não. Isto é um minério que há aí por baixo que, de lá é extraída a água. Aqui é até pouca. Lá na outra da Morena, é muita. A gente entra lá, leva um cheiro a minério. São diferentes...

MF: Pensar que isto depende deste senhor e da família...

JF: O pai dele esteve aqui muito anos, e criou aqui os filhos.

MF: E parece que o avô também.

JF: Talvez. Aí já não chego. Mas conheci o pai dele, há tantos anos.

A senhora há bocado falou-me na Câmara. Eu nunca fui presidente da Câmara...

MF: Peço desculpa. Estava a dar um informação que o João me tinha dado.

JF: Bem, ele também falha um bocadinho.

MF: Mas não é menos importante por isso.

JF: Eu fui, na Câmara, apenas conselheiro. Estive foi doze anos numa junta de freguesia. Alcaria Ruiva. Não presidente.

MVI_4559

03:38

MF: O restaurante de que falava, a Chaminé, fica em que concelho?

JF: Ainda é um bocado distante da Mimoso, para o lado de Lisboa. Aí há muitos restaurantes à berma da estrada.

MF: Esse senhor veio até cá...

JF: Mas esse senhor... deve ser o restaurante mais bem apetrechado que há no caminho.

MF: E o que é que esse senhor apresentava de queixas?

JF: Era uma doença... que eu aí não vou explicar, não é? O homem era doente.

MF: Não se conseguia movimentar...

JF: Pois...é como eu agora, que tenho estes problemas... mas eu, de estômago, coração, colesterol, tensão, não tenho nada. Tenho estes problemas nas pernas. Talvez fosse derivado aos frios que apanhei. E agora isto (do braço) também é bastante esquisito, mas os velhos são diferentes da outra gente.

MF: Porque é que são pessoas maioritariamente mais velhas que fazem os banhos? Porque são as que estão doentes?

JF: Desculpe o que lhe vou dizer agora. Vocês são umas jovens. Há uma queijaria a seguir a Vales Mortos, que é muito conhecida, já quase, pelo país. Queijaria Guilherme. É da minha família. E eu agora estava lá, e uma coisa que me custa fazer é tratar dos pés, cortar as unhas... e lá a minha sobrinha disse-me. “Há uma rapariga ali em Vales Mortos que lhe vem fazer isso”. “Ela que venha!”. Ela veio para aí. Trabalhou, trabalhou.

Digo: “Quanto é que devo?” “Dez euros”, “A senhora se trabalha com toda a gente assim como trabalhou comigo, tem um ordenado muito fraco”, “Ah, vai sempre aparecendo trabalho”. Agora, até as jovens me chamam lá a casa para tratar das unhas das mãos! (risos) É a crise de Portugal.

599

MVI_4560

03:27

JF: Ele agora (o João) vai-me buscar e vai-me levar. Eu tenho um carro lá na garagem. Mas não posso conduzir.

MF: Agora é que é bom, tem assim um motorista...

JF: Risos

MF: Eu não o maço mais.

JF: Não me está a maçar nada. Nada. Eu gosto de conversar. Muita gente... jeová, protestantes, católicos.. essa gente passa por ali... vêm ter comigo, mas a primeira vez que ali vêm. A primeira vez que ali vêm, vão conversar comigo. Depois falam muito bem, mas nunca mais lá vão. Quer saber porque? Eu, há mais de noventa anos que nasci, e com dez anos tomava já parte da vida toda.

Os meus pais disseram que Deus já tinha morrido quando eu nasci. Como é que um morto vai fazer benefícios? Ora bem... mas deixamos isso. Temos de ter uma crença. Esta história de Deus, acho que é uma questão que se põe numa pessoa, bem posta. Porque se não houvesse essa palavra e uma certa crença, era muito pior. Assim, estamos diferenciados uns dos outros, e se não houvesse essa crença, isto então não era nada. Agora, vindo o protestante com histórias, ou o jeová... tenha paciência... entramos logo em polémica e as pessoas ainda ficam mal comigo. São pessoas educadas, todas. São pessoas que... estimo falar com aquelas pessoas. São pessoas que sabem, bem educadas, mas os seus ideais, num ponto, não são muito bons. Vão querendo apanhar aquilo que está na mão dos outros. Porque em parte Portugal é católico, não é? Pronto, e eles querem apanhar... esse direito.

MVI_4561

01:18

JF: Aqui chamam-me comunista. Ora, na Suíça eu pedia a Deus, que nós tivéssemos aqui os ??? como a Suíça tem. Há respeito, há tudo quanto as pessoas necessitam, tudo! Ora isso sim. Lá não se fala em comunista, olhe que nem em socialista. Era isso que eu queria. Sou contra estes sistemas que tem havido. Depois chamam-me comunista. Chamem!

MVI_4562

01:33

JF: Eu não percebo. Ele (João) vai buscar para aqui uma carrada de gelo. Querá congelar aqui os clientes? Talvez.

MF: É a única alternativa que tem, para conseguir manter frias as bebidas e fazer negócio.

JF: Bem, ele também vai à França.

MF: À apanha do pêro.

JF: O que a gente vê por aí assim... Gente com alguma vida, vai buscar dinheiro ao estrangeiro. E nós temos o país mais rico do mundo, talvez. O nosso país tem sal, tem água, tem tudo. Agora aqui... Ainda o ano passado fui comprar um litro de grãos, estavam numa saca, um litro de grãos que vieram da Grécia. Que tristeza... que tristeza!

FIM



Entrevista a Joaquim e Martine

Por Marta Frazão

2014_08_15

MVI_4498

07:15



Marta Frazão: Há quantos anos conhecem a Água Santa da Herdade, como um sítio de redenção pelas águas, em que as pessoas vêm e fazem os banhos... qual é a sua/vossa relação com este lugar?

Joaquim: Pois eu já venho para aqui há volta de cinquenta anos. Comecei a vir para aqui novo... e então, a gente vem para aqui e está aqui à vontade, não está? Bebemos água e depois tomamos aí uns banhos e canta-se a moda. Há sempre muita gente quem vem aqui e trás uns petiscos. Uma sardinha assada, a gente come aqui uma sardinhada... cantamos a moda. Às vezes largamos às quatro da manhã...

MF: Às quatro da manhã?

J: ...E além de largarmos às quatro da manhã ainda vamos fazer um ...(não percebemos) até além à frente... às quatro da manhã... a correr, depois vimos aqui beber mais umas gotas de água e tal... Algumas pessoas ficam para o outro dia... outras vão-se embora, mas pronto... (não se percebe a continuidade da frase, o som está confuso com o papel da mesa a ser amachucado)... E a água faz muito bem ao álcool, a gente bebe água e pronto... e corta o álcool... isto é verdade. Então eu já vinha para aqui há muitos anos. Foi uma altura que eu vim aqui, combinei com umas pessoas lá de Ourique, por acaso dois senhores já morreram, um que era o Manchinhos, um gajo muito alegre, fazia quadras e cantava e fazia rir toda a gente... e era um outro senhor também... o outro senhor também cantava... e era um outro acordeonista e eram mais duas pessoas... no total eram umas quatro a cinco pessoas. Até chegamos aqui num domingo, começamos a conversar e tal: “Onde é que a gente vai? Vamos até à Água Santa? Vamos lá ao Ti Manel João (refere-se ao pai de Manuel Domingos) que ele tem lá uma aguardente...” e aquilo torna-se divertido que a gente trás depois uma carne para assar... ah! Viemos num domingo, não foi mais nem menos... abalámos no outro domingo! Oito dias!. Eles tomavam banho com a roupa... cheios de bebida... andava aí um senhor muito gordo, cheio de bebida, jogava-se aí para dentro de água... nunca lhe deu coisa nenhuma. Estávamos aí até quase de manhã, alguns que se íam para ali deitar... e depois os outros começavam: “Epá, levanta-te que está na hora, está na hora de ir matar o bicho!”. O Ti Manel João tinha aí uma aguardente muita boa, e a gente começamos logo... uns dormiam aí nessas ervas, outros dormiam onde calhava, com a bebida ficavam aí num lado qualquer... “Vamos embora! Vamos embora!”... Lá nos levantámos todos.. e então vínhamos aqui

beber o medronho que era para matar o bicho. Um copo dos grandes... logo de manhã. Não bebíamos um copo, bebíamos dois! Bebíamos três! (risos da Martine). Ficávamos outra vez fincados aí. Estávamos um dia assim: “Então vamos embora hoje? Calhando até vamos, calhando até vamos...” Ahh! Não foi mais nem ontem... fomos no outro domingo!

MF: Incrível! Uma semana depois!

J: Então gosto muito de vir para aqui! Agora temos estado aqui. Há aí pessoas amigas. Isto é uma família. É tudo gente porreira, não há assim gente... guerrear, ou palavras mais altas não há ninguém que diga. Algum que começa a falar mais alto o outro diz: “Bebe lá mais um copo pá, vai-te fazer bem!”. Pronto acabou!

MF: Ou seja, o princípio que deu origem a este lugar foram os benefícios da água para a saúde e bem estar das pessoas, mas atualmente é a componente recreativa que surge com mais força, não é?

J: Pois, temos aqui o dia dos acordeonistas, vêm para aqui grupos cantar. E depois é a água... já não estamos bons da cabeça por causa da boa vida, vamos ali bebemos três ou quatro colheradas de água, a coisa fica boa. Quando me levanto vamos beber à fonte...vamos beber água à fonte. Está ali um colher... pra baixo! E é assim...

MF: Agora vou fazer uma pergunta à Martine. Como é que alguém que vem de fora, consegue perceber este universo tão particular e tão singular de uma região – os banhos... Já percebi que está perfeitamente adaptada, canta a moda e tudo...

Martine: Sim, para falar é mais difícil mas eu compreendo o que você diz...

MF: Tu peux parler en français...

M: J'aime bien, j'aime bien venir ici, como diz o Joaquim temos amigos aqui agora... cantamos todos juntos. Depois a paisagem é bonita, vamos nadar, vamos tomar banhos... eu gosto muito de vir aqui...

J: Depois há o hotel de cinco estrela (aponta para a sua caravana estacionada na outra margem da ribeira)... seis estrelas!

MF: A Martine apaixonou-se primeiro por Portugal ou pelo Joaquim?

M: O Joaquim fez-me apaixonar mais por Portugal... é verdade! Eu gosto muito do Joaquim.

MF: E também faz estes banhos?

M: Nós já tomámos nove banhos!

J: Normalmente é nove. Mas agora ainda vou tomar mais dois que é para aguentar o inverno.

MF: E esta água faz bem a quê?

M: Aos ossos!

J: Faz bem aos ossos, faz bem a quem tem úlcera no estômago, que é verdade, eu conheço um senhor que veio para aqui. Eu sei! Conheço! As pessoas podem dizer “Epá, será mentira!”. Havia aí um senhor que andava aí nas mãos

de uns médicos que tinha uma úlcera no estômago. Tentou os médicos quase todos, não havia meio de curar. Veio para aqui um mês inteiro... um mês inteiro. Comendo e bebendo, bebendo água dessa, curou-se! Curou-se mesmo. Depois vinha todos os anos para aqui. E outro senhor. Havia aí um senhor que chegava aqui com as muletas, ia para ali tomar um banho, tomava dois banhos ou três largava logo as muletas! Já viu?

MF: A sério?

J: Isto é verdade! Vi eu!

MF: Depois de quantos banhos, conseguiu o senhor recuperar?

J: Ao fim de três banhos! Não precisa muito, precisa só de dois ou três banhos. E escute uma coisa... há gente que isto não fará bem a todo o reumático... aquele senhor sei que é verdade. Vêm para aí muitas pessoas com males da pele, também pedras nos rins. Havia aí um senhor com pedras nos rins, que andava aí para ser operado. Ia urinar, urinava areia...

MF: Joaquim diga-me lá, acha que tem que ver com a água, ou acha que tem que ver com o ambiente, como convívio ou é a combinação destas coisas todas que faz com que as pessoas melhorem?

MVI_4499

12:03

J: (início da frase ficou cortado)... muitas pessoas vêm aqui, bebem uma cerveja ou não bebem nada e levam logo dez ou vinte garrações de água e vão-se embora. O que empata a gente aqui é este convívio. A gente começa aqui a cantar.. e depois mais um copo... está um ambiente porreiro... e faz muito pouca despesa está a ver? Se fossem lá para o Algarve...? ao Pingo ou à Markro... andar a passear ou ao pronto a vestir, a companheira vai com a gente: “hás de me comprar aquele casaco!”... se um gajo lhe compra o casaco ela fica boa para aquela tarde (risos). É como aquele amigo que estava ali há bocado com aquela senhora ali. E então a despesa é pouca, não há aqui despesa nenhuma a fazer. A gente bebe água... comer, comer também come-se uma salada de tomate. Não convém comer grandes gorduras que a gente vem para aqui para estar elegante... e sardinha assada, de maneira que é assim...

MF: Acha que a Água Santa da Herdade teria desaparecido se não fosse o João ou a Cidália a tomar conta dele? Até que ponto a existência da nascente por si só manteria a afluência das pessoas a este lugar.

J: Pois... faz falta, o João nasceu aqui. Então fica de pais para filhos. Ele depois tem jeito para isto. É que ele tem jeito! Para estar aqui tem de ser uma pessoa com calma...com jeito. Outra senhora: No tempo da minha prima que para aqui vinha era o pai dele...

J: Era o Ti Manel João... O ambiente aqui é bom! A gente vem para aqui, está aqui um dia ou está dois. Quanto mais está mais gosta de estar. E depois têm

praias ali em baixo... e vão para ali (Joaquim aponta para a ribeira). Este ano vieram aí uns jovens, trouxeram umas enxadas, fizeram ali um caminho para irem para a praia, está ali uma praia com areia e tudo!

M: Ele vai nadar lá... não é muito longe. São 50 metros daqui a pé.

J: Depois ainda há mais ali em baixo.

MF: Mas tem água esta ribeira de Oeiras... aqui parece que não tem água...

J: E depois à noite aqui é sossegado, é só os bichos cantar... as corujas. Agora mudámos além para aquele lado, temos além a caravana, à noite ouvimos cantar os bichos. A gente já sabe como é que é... há de haver aí umas corujas... daquelas corujas da noite!

MF: Que bonito!

J: Isto torna-se numa coisa linda. Estamos aqui num ambiente... o barulho é pouco... o ar puro... eu para mim eu gosto muito disto.

MF: Qual é a sua perspetiva? Acha que este lugar se devia manter assim, sem eletricidade?

J: Espere aí que eu vou contar a história. Antigamente estava aqui aquele senhor, o dono da herdade, não é? Quiseram aqui fazer uns restaurantes e uns hotéis, modificar isto, lá como as caldas de Monchique. Mas não, não quiseram fazer nada disso. Sabe porque? Porque isso era só para os ricos. Os pobres não tinham alternativa nenhuma.

MF: Muito bem... você abordou um aspeto importante...

J: É verdade. E então, nós queremos isto assim. A água é aquecida naqueles bidões. Leva-se água dentro dos baldes. A água vai pura porque não passa por máquina nenhuma. É por isso que a água é boa! Se você tomar aí um banho ou dois vai ver que aquilo é um espetáculo! A água quase a ferver. A gente mete ali os pés... depois assim que se mete dentro de água, epá um gajo está tão bem. Eu mais a Martine, era vinte e cinco minutos, a gente está ali quarenta minutos dentro de água.

M: Para entrar é... ah ah está muito quente, está muito quente! Mas lá dentro é bom!

J: E quando começa a arrefecer... vai mais um balde!

MF: Quanto tempo ficam no banho?

M: Quarenta minutos.

J: A água é tão forte que a gente fica um bocado atordoado... é melhor sentar e enrola-se na toalha, um gajo começa a suar por todos os cantos. A água é muito forte. Como está a sair da fonte diretamente ali para os banhos... é um espetáculo.

MF: Estas águas já foram estudadas cientificamente e dizem que a água é muito estável, ou seja, como a origem desta mineralização é muito profunda, significa que não há grandes alterações das suas propriedades, desde que este sítio não seja contaminado e não haja grandes interferências...

J: Ainda vou contar outra história da água. Isto é assim: Há pessoas que vêm buscar aqui uns cem, duzentos, trezentos garrafões e o que é que acontece? A água é diferente da outra. Um garrafão de água do Luso, ou uma água qualquer boa. A gente tem lá a água engarrafada seis meses, tem lá o garrafão seis meses a um ano. Você abre essa água, que a gente diz que é boa, você abre vai cheirar, cheira mal. Está a ver? Água tratada. Você leva esta água daqui, que agora cheira mal e sabe mal, mas ao fim de seis meses ou um ano você vai beber a água, não cheira mal e não sabe mal, e não está estragada, já viu? Tenho a experiência disso porque eu tenho lá garrafões. Agora a Martine bebe água dessa, mas agora também não devia dizer que depois ela já não vai beber, mas eu tenho garrafões com dez dias e eu digo “ah essa é da tratada! Bebe, bebe!”, já não cheira mal.

MF: A Martine bebe esta água?

M: Não, não, não gosto de beber porque cheira muito mal.

J: Mas bebe, depois de quinze dias já bebe!

MF: Claro porque já deixou de cheirar mal...

M: ... de cheirar mal... e sem saber... ahhh!

J: Então mas se bebe sem saber é porque gosta da água, não é? Vá tenho aqui da outra do Pingo Doce! (risos).

MF: Na vossa perspetiva este lugar deveria manter-se conforme está?

J: A gente não quer aqui modernismos, a gente quer isto como isto está! Não é João? Eu não quero aqui modernismos. Eu quero isto assim. Se vierem para aqui modernismos dão logo cabo disto tudo.

M: Aqui não há televisão, é tranquilo, é muito bom. Tocamos música, cantamos, jogamos às cartas... está bom. É verdade, as pessoas são todas televisão, computador. Não, aqui não há!

J: O computador não é tudo, se bem que está a evoluir...

M: Aqui é diferente, é como que atrasado...

MF: Eu acho que é essa experiência que as pessoas procuram mais, que é uma experiência fora daquilo que é o quotidiano. Ainda mais quando depois há esta carga simbólica tão forte à volta de uma água que tem os seus benefícios terapêuticos. No fundo são umas termas, mas são umas termas populares, não há um médico que indique o tipo ou o número de tratamentos...

Outra senhora: É a sabedoria do povo.

J: A gente aqui não precisa de médico. O médico somos a gente. Até aqui posso falar assim, amanhã não sei mas até aqui posso falar assim: para mim não fazia falta médico nenhum. A Martine está mais ou menos na mesma. A gente bebe água, a gente come. A gente tem é que não abusar na comida de certa maneira, nem beber muito... A pessoa que é saudável, pronto tem que comer bem, mas a pessoa que é saudável já vem da família. Os meus tios, eram vinte e tal tios, e não há uma pessoa que dissesse “olha, morreu com um cancro”.

Está a ver? Já não é mau. Agora em três pessoas, há uma que já teve cancro, em Portugal. Para isso temos que vir beber água desta!

MF: Durante o ano vivem em Ourique?

J: Tenho um terreno no Algarve, vamos para o Algarve também. Tenho ali nas Amoreiras também.

MF: Ficam aqui uma temporada, estacionam a caravana no sítio que vos apetececer...

M: Sim.

J: Hoje estamos morando além daquele lado. Amanhã... aqui em cima...

MF: Quando e onde quiserem?

J: A gente não cumpre horários, não temos cá horários. Os horários foi o meu pai que me ensinou a mim. Os meus pais eram lavradores e a gente (Joaquim e o irmão) trabalhava por conta deles e nesse tempo era o tempo em que os filhos pagavam a criação dos pais. Os pais não ajudavam os filhos. Os filhos é que tinham de desenvolver a vida deles e acabou. Agora está tudo mudado. Agora os filhos não podem trabalhar até terem dezoito anos. Os pais têm de estar sempre a dar dinheiro, a dar dinheiro. Depois acostumam-se àquele ambiente, se calha depois não querem outro. É assim... Eu tirava aí uma semanita para vir para aqui para a Água Santa. A gente vinha muitas vezes para aqui porque tornava-se barato. Isto é uma coisa baratinha. Compra-se o gasóleo, traz-se uma caixa de tomate, traz-se uns melões, umas salsichas e umas latas de conservas e faz-se daí uma petisqueirazita. Depois bebemos uma copada de água, não é?

MF: Martine, como é que chega a Portugal? Como é que descobre Portugal?

M: Eu sou Parisienne, sim sou Parisienne

J: Era contabilista.

M: Sim, trabalhar no campo agora é diferente.

MF: Como é que ocorre essa mudança? De uma cidade tão cosmopolita como Paris para Ourique no Alentejo? Conheceu o Joaquim em Paris ou em Portugal?

M: Conheci o Joaquim em Portugal.

J: Já estava aí a viver.

MF: Ou seja, a opção de viver em Portugal é anterior à relação com o Joaquim?

M: É isso, é isso.

J: Ela trabalha muito, tem uma vinha, uma vinha grande. Faz vinho, faz aguardente, faz quadros...

MVI_4500

00:17

J: ... Faz praticamente tudo.

M: Apanho azeitonas também.

MF: A sua quinta é em Ourique?

M: Ao lado do Joaquim.

J: Na quinta dela.

MVI_4501

08:02

M: Há poucas pessoas no Alentejo e pouca, pouca chuva, não é verdade?

J: O Alentejo é uma região importantíssima. Ar puro, águas boas, boas vinhas...

M: Não há indústria...

J: Eu não quero cá saber da indústria, não quero saber cá de fábricas, como aconteceu lá pelo norte. Fecharam todas, é só latarias velhas, poluíram os rios.

M: Há pouco trabalho no Alentejo. Há para os que trabalham na terra, não para os outros. É por isso que toda a gente vai para a cidade.

J: O país está de uma maneira... É moderno não se trabalhar! Quem pode passar sem trabalhar é melhor não trabalhar, porque está tirando o trabalho a outro. Está a prejudicar a nação. É verdade! Um reformado, se está a trabalhar, está a tirar o trabalho a outro. Mas a meu ver, quem quer trabalhar há de trabalhar sempre. No Alentejo ainda há muita gente que se pudesse ainda hoje trabalhava. Trabalhar nas hortas, a semear hortas, trabalhar no gado. Há muita coisa a fazer cá no Alentejo. Faltam pessoas para trabalhar. Eu pedi uma pessoa para trabalhar lá em Ourique, não há ninguém para trabalhar! “Epá isso não é a minha área.” É tempo crise, tem de se fazer tudo! Mandam a gente para o norte trabalhar, temos que ir. Mas não! Não posso sair daqui, não tenho transporte. Não vai!

MF: Acha que isso vai mudar?

J: É moderno não se trabalhar! Os trabalhos já não aparecem e as pessoas já não aparecem a trabalhar. Vai haver máquinas que vão fazer o trabalho todo. O Estado vai dar dinheiro àquelas pessoas que não estão a trabalhar e está o assunto resolvido! Olhe, fui visitar a fábrica da cerveja a Loulé. Tudo muito bonito. Antigamente empregavam lá mil e quinhentas pessoas. Sabe quantas pessoas lá estavam a trabalhar? Três pessoas só! Só três pessoas como os computadores. Compram as máquinas que tiram trabalho às pessoas. É porque não querem que elas trabalhem. Aqui no Alentejo havia muita gente a trabalhar, ainda hoje há, aquelas pessoas que não cumprem horários, iam juntar fardo, aqueles fardos pequenos, juntavam os fardos, ganhavam um tanto cada hora. Faziam uma horitas, tudo porreiro. Beber uns copos. No outro dia iam fazer o mesmo. Iam juntar o fardo, iam juntar a palha. Agora tudo acabou, não há nada. Trabalho de lavrador? Não há trabalho para ninguém. O próprio dono mais os filhos, agora têm lá um empregado para andar lá com um trator.

Com o trator fazem a sementeira toda. O tratorista pega na ceifeira vai ceifar, faz tudo, tem uma roulotte para deitar o trigo lá para dentro. Vai ao armazém secar logo o trigo, não precisa de mais ninguém. O desenvolvimento faz falta, mas também trás muita coisa ruim. É por isso que aqui na Água Santa não queremos isso. Por enquanto vamos de contrabando aqui com água aquecida naqueles bidões, leva-se nos baldes, nas mãos, um gajo faz exercício e bebe água. Está tudo porreiro, não há aqui motores a trabalhar para não fazer doer a cabeça à gente. As pessoas precisam de descompressão, está a ver? Precisam de se ir curar para certos hospitais, mas se viessem para aqui, curavam-se! Com poucos remédios! Estavam aqui um mês inteirinho bebendo água e tal com este ambiente, dormindo aí debaixo das árvores, ou num lado qualquer, no verão dá num lado qualquer, em contacto aí com as formigas e os bichos, as osgas, faz tudo parte da vida. Vêm para aqui, pronto, as pessoas estão aqui sossegadas, não têm nada, não têm televisão, não têm computador.

MVI_4502

02:56

MF: Qual é a sua perspetiva... A Cidália e o João gostariam de ter aqui eletricidade...

J: A luz chegando aqui acaba tudo. Depois da luz, é fácil, a luz também não está muito longe...

MF: Não há soluções só com vantagens não é? Ou seja, para se manter uma coisa é preciso abdicar de outras.

J: Depois o que é que a gente fazia aos candeeiros a petróleo? Os petroleiros e as velas que a gente acende à noite parece que a gente está comendo ali à luz das velas. É importante. Tudo faz parte! A gente vai para um hotel, onde há luz, há tudo, e eles põem umas velazinhas para a gente estar comendo. Pronto! É que este hotel aqui, isto não é cinco estrelas, isto é seis estrelas. Onde é que você vê um hotel assim com este jeito? Ar puro de todos os cantos. Não vê em lado nenhum! E há bebida fresca. Depois a gente senta-se ali em cima de uma caixa de cerveja ou senta-se aí no chão, está tudo bom. Porreiro, não tem problema nenhum. Vai para um hotel, está ali sentado numa cadeira aquilo é um espetáculo.

M: É diferente.

J: Aquele ambiente dentro dos hotéis, o ar é sempre o mesmo, está tudo fechado! Se está lá uma pessoa que não está muito boa da barriga, a gente está lá chupando o ar daquela pessoa. É por isso que antigamente as pessoas aqui no Alentejo viviam tudo com cento e tal anos, os meus avós... todos viveram muito. Agora os modernismos. Eu já estou farto de modernismos até ao alto da cabeça. A gente vai à casa de banho, vamos ali ao campo, comer é além

assim fora, e pronto temos ali a vida garantida, já viste? (para Martine). Não pagamos imposto nem nada.

FIM



Entrevista a Manuel Pedro

Por Marta Frazão

2014_08_16

MVI_4652

08:27

Marta Frazão: De onde vem e qual é a sua relação com este lugar? Há quantos anos vem para a Água Santa da Herdade?

Manuel Pedro: Eu venho para cá já há quarenta anos. Tive uma queda, de cima de um animal e deu-me cabo de umas costelas, tudo isto aqui... e apanhou até a uma placa aqui atrás. Então, fui às Amoreiras a um senhor que dá ventosas, dá aqui uns esticões. Não me sentia melhor. Depois ouvi falar nestas águas e vim cá. Era muito novo, tinha treze para catorze anos. Dei banho nesta ribeira aqui, naquela pia, e dormia ali naquelas casa além em cima, eu dormia ali (apontando para as ruínas a poente da ribeira). Vem já do tempo do pai do João. Arranjei ligação com eles e durante quarenta anos temos sido sempre amigos. Há quatro, cinco anos estive aqui nove ou dez dias, até comia aqui com eles, de manhã à noite. Dormia e comia. Depois pagava um x, que a gente combinávamos pagar um x no final do dia, um bocadinho também incluindo a noite, como ficava aqui... Eu sinto que os banhos fazem bem. Por vezes quero só relaxar, por mim próprio, pela minha saúde. Digo-lhe a verdade. Vou ao médico... de tempos a tempos. Sei lá, nós os alentejanos às vezes somos assim um bocadinho... nem de nós, nós gostamos. Oh, nós gostamos de toda a gente menos de nós, por assim dizer. Acho que isto é bom. Eu tenho-me sentido bem.

610

MF: O Pedro faz os nove dias de banhos, faz menos?

MP: Agora com Cláudia, nós vimos aqui há três fins de semana seguidos. Há quatro, cinco anos estive aqui nove dias. Eu sou uma pessoa que gostei sempre muito de fazer ginástica. Trouxe uns pesos de minha casa para fazer aqui ginástica. Mas em vez de fazer ginástica deitado ou numa certa posição que não castigasse muito a minha coluna, não, pus-me feito estúpido, de pé, a fazer aquelas forças. E eu a fazer aquilo assim aleijei-me. Quando me aleijei, estava sozinho. Não tive ninguém que me desse uma pequena massagem. Não tive ninguém que me desse uma pequena ajuda e descontroliei-me. Ia dar banhos, depois estava aqui ao pé da ribeira até às três, quatro da manhã. A ribeira estava mesmo cheia, a gente estava ali sentados e quase que chegávamos à água, está a ver?

MF: Em que altura? No verão?

MP: Sim, no verão.

MF: O nível da água, estava alto...

MP: O nível da água... talvez as águas agora... os nascentes desapareceram mais... talvez com estas mudanças de tempo que há. A gente tem tido um ano não muito quente, mas é um ano seco, é verdade, é um ano seco. Eu sou agricultor, vivo da agricultura e sei mais ou menos quando vem o tempo mais temperado, principalmente as hortas. Se a gente não regar as hortas de dois em dois dias, ou três em três dias, a planta murcha porque não tem humidade. E isto aqui é o mesmo, vai secando, vai secando, depois não tem uma chuva não tem nada, os pecos são obrigados a secar, neste caso que a gente está aqui agora a ver.

MF: O Pedro, que conhece isto há tantos anos, quarenta anos, quais são as alterações mais importantes? Disse-nos que no princípio ficava aqui nestas casas...

MP: Ficava ali naquelas casas (aponta para as casas localizadas na margem esquerda – sentido da foz).

MF: Mas logo no princípio nem estas casas existiam...

MP: Pronto... as casas estavam capazes das pessoas viverem. Tinha o telhado, mas era o telhado de telha vã, chama-lhe a gente, tens os paus e depois tem as ripas, e depois tem aquela telha algarvia tipo de canudo. Mas os paus estavam já avelhados, e as ripas também. Depois, há aquele bicho da madeira, que é a traça que se mete na madeira, então estava caindo aquele rilho em cima de nós, a madeira estava velhinha. E dormia-se mal. A pessoa tinha de trazer um pequeno colchão lá de casa, trazia um lençolinho, trazia uma mantinha ou duas, uma por baixo, outra por cima. Talvez seja a necessidade da pessoa. A pessoa tinha falta de socorrer a isto. Eu, novo, não sabia qual era o médico que me curasse. Isto não tinha cura para médicos. E eu socorri sempre a isto. Ainda hoje aqui venho. Vou ao médico, receita-me comprimidos. Só que dá-me cabo da minha saúde, ainda mais. Então olhe, vim aqui.

MF: E sente-se melhor? Passa melhor o inverno?

MP: Quer dizer, como sou aquela pessoa do campo às vezes não evito, apanho muito sol, apanho muito frio. Sei que isto, praticamente, não dá melhoras, não dá para a pessoa curar-se. Mas sei que de tempos a tempos dá para curar. Só que eu não me respeito a mim próprio estou-lhe a dizer. Agora estávamos dançando, amanhã vou para o baile, ontem fui daqui até lá acima a pé e vim, depois estivemos a comer e depois estivemos a falar e tal...

MF: Este sítio também tem outras virtudes para além das águas?

MP: Sim, para mim é bom é a família, o convívio. Além disso eu sou do campo. Sou um campaniço a cem por cento. Gosto do campo. Adoro o campo, mais do que a praia, mais do que isto ou mais do que aquilo. Gosto de me divertir uma vez ou outra. Isto para mim, acho isto fantástico, é boma convivência da família. O sítio é um bocadinho isolado, é um bocadinho diferente lá do meu. Castro Verde aquilo é mais plano. A família é uma outra família,

mas é tudo família boa. É família séria, família honesta... amigos de criar amigos... de ver amigos.

MF: Há quarenta anos, era o pai do João que fazia os banhos. Estas casas estavam a cargo dele, mas não eram dele...

MP: Bom, aí não tenho conhecimento disso porque era muito jovem. Na altura quando eu para aqui vim não tinha conhecimento com as pessoas, nem de quem era. Ainda hoje presentemente não tenho. Aquela é do João, naturalmente, já é. Aquela não sei de quem é e a propriedade não sei de quem é. Só vim aqui porque gostei de ficar, e quero continuar.

MF: Depois de fazer o banho, qual é a impressão com que fica no corpo?

MP: Deixa uma certa reação um bocadinho diferente que eu nem sei explicar bem, não sei se está a ver.

MF: Fica cansado...

MP: Sim.

MF: Transpira muito...

MP: Transpiro bastante. Transpiro, não sei, talvez seja a água que me choca e sinto-me quente por dentro. Sinto-me quente, o corpo está quente, apetece é beber, não e? Ontem da última vez, bebi quase um litro de água, dois ou três copos de água. Dentro do banho, do próprio banho. Veio-me aquela secura. Talvez seja a força da água que faz aquilo.

MF: E depois descansa após o banho, deita-se?

MP: Ah sim, depois saio do banho estou ali sentado.

MF: Sente calor ou sente frio?

MP: Calor, calor. Não dá frio. Aquilo dá um calor...

MF: É que eu observo as pessoas que saem, por exemplo, a senhora que saiu, ela vinha muito protegida.

MP: Mas aquilo não é frio, aquilo é para se resguardar do vento, da aragem. É só para se resguardar disso. Normalmente eu espero até o corpo arrefecer mais um bocadinho. Há dias, a Cláudia não veio, vim sozinho, depois levei água para dar banho lá na minha casa, quando dali saí ainda vinha quente. Corri dali, falei às pessoas, tive pagando, meti-me no carro, ainda para ali embrulhado numa manta, já vestido e tal. Mas o corpo vinha muito quente, era já noite. Como era já noite, estava uma aragem fria. Podia ter apanhado uma constipação. Mas uma pessoa não liga àquilo...

MVI_4653

07:44

MF: O banho deve fazer-se durante aproximadamente 20 minutos. Eu percebi que o Pedro fica mais tempo. E a quantidade parece que são 5, 7 e 9, ou seja, parece que há assim uma certa prescrição.

MP: Basta que me sinta bem. E como venho poucas vezes, naquele momento sinto-me bem, estou ali bem. Parece que o corpo está apeteendo a estar mais um bocadinho. Eu como tenho vagar... nunca me disseram para estar nem dez, nem quinze, nem vinte minutos. Se me disserem, por isto ou por aquilo, que não posso estar mais tempo, eu não estarei, não é? Até agora não me disseram nada. “Esteja à sua vontade, o quarto é seu”. Porque eu estou pagando o quarto, não é? Se puder estar duas ou três horas até estou, não é? Até estou o dia inteiro.

MF: Mas não faz dois banhos por dia, por exemplo...

MP: Já tenho feito.

MF: Eles (Cidália e João) não desaconselham?

MP: As pessoas, se calhar, não terão bem a noção disso, não é? Quando vou ao meu médico de família, ele diz-me sempre: “Onde é que você se sente bem?”. “Sinto-me bem numa banheira, dando banho”, “Então se é lá que você se sente bem, é para lá que você deve ir”.

MF: Porque razão opta pela Água Santa da Herdade? As Caldas de Monchique não são opção para si, por exemplo?

MP: Não conhecem esta água. É desconhecida para certas pessoas. E a gente ouve falar, e para eles é chinês. Esta água, para os médicos, é chinês. Como a outra água já tem fama, os outros banhos são famosos, indicam-nos para lá. Não quer dizer que esta não seja melhor do que a outra água, se quer que lhe diga. Peço desculpa, não sei se estarei falando mal, ou bem, mas esta água, pelo menos há pessoas que vêm aqui, muito cansados, velhotes, com problemas, e melhoram quase de um momento para o outro. É quase incrível, está a ver? Às outras águas, nunca lá fui.

MF: Da sua experiência, sente que há menos gente a fazer os banhos? É um lugar que pode vir a ser esquecido?

MP: Há quarenta anos, a gente vinha numa besta, a cavalo até aqui. Numa besta, levava quase um dia, lá da minha terra até aqui. Para voltar teria que ser no outro dia. E num carro, vai em pouco mais de vinte minutos ou meia-hora. É um bocadinho diferente. E hoje encontra-se aquelas pessoas de mais longe, que vêm mais facilmente. Antigamente vinham aquelas pessoas com muita falta, ou, então, pessoas que queriam mesmo vir gozar uns dias de férias. Muitos lavradores, não iam à praia. Vinham para aqui passar férias, para descansar do stress da vida deles também, não é? Para a praia já era mais complicado, para aqui, para ali. Já mais longe, tinham que levar quase uma semana para lá, mais uma semana para cá. Já viu o que é daqui até ao Algarve a cavalo numa besta?

MF: Tem conhecido muita gente por aqui?

MP: Tenho conhecido sempre aqui gente. Agora é mais fácil chegar aqui quarenta, ou cinquenta pessoas num bocadinho do que antigamente. As pessoas não tinham possibilidades de vida. Só vinham aquelas pessoas que estavam

mais necessitadas. No caso de hoje, as pessoas faziam um sacrifício e vinham. Agora, hoje, vem qualquer pessoa.

MF: Não necessariamente para fazer o banho...

MP: Exato. Vêm para fazer companhia, para a paródia, talvez, a maioria, procurar mais a paródia, os petiscos, o convívio. Antigamente, vinham pessoas mais de falta, necessidades.

MF: Ou seja, implicava um sacrifício grande de deslocação... as pessoas que vinham com o propósito dos banhos, percorriam grandes distâncias...

MP: Eu além de ter falta de vir aqui, hoje, presentemente, eu aguento-me aqui dois ou três dias, porque a minha mulher está a acompanhar-me. É por isso que eu estou aqui mais tempo. Se não estivesse, ou começava a beber, ou começava a fumar, que eu era fumador e deixei de fumar há tempo atrás por causa dela. Gosto muito dela, e disse “Deixa estar, não vou fumar, nem cheirar a tabaco, não vou fumar para a cama, não vou fumar para o quarto”. Prometi-lhe isso, e por acaso, bateu certo e aconteceu. Fiz isto por ela. Se não fosse isso, se calhar até não era capaz de estar aqui sozinho. Como temos lá a vida do campo, e temos os animais, e pronto... A pessoa parece que está aqui mas está pensando lá. Quando está acompanhado, a pessoa esquece-se. Como a pessoa se esquece, sinto-me aqui feliz, sinto-me aqui bem, as pessoas são maravilhosas. Tanto o João, como a mulher, como os filhos. Já o pai era. Eles são maravilhosos.

MF: O Pedro conhecia a Água Santa da Morena e Água Santa do Vascão?

MP: Conhecia mais duas águas santas que há nesta ribeira, muito longe, lá mais acima... talvez nesta ribeira não. É capaz de ser na outra ribeira.

Vai parar ao Rio Guadiana, embora esta também vá parar ao Rio Guadiana. Mas pronto, eram aquelas águas santas que não tinham tantas pessoas.

MF: E nesses lugares alguém preparava os banhos, como aqui?

MP: Sim. Uma era nos Merendeiros. Vinha-se mais só para beber água, e às vezes também para vir espairecer. Não havia tantos bailes e tantas festas. Não havia praias, que as praias eram muito longe. A gente não tinha o conhecimento das praias. Não sabíamos o que era uma praia, está a ver? Não sabíamos o que era uma barragem, não havia aqui barragens. Às vezes íamos ao Pego apanhar peixe, dar um banho no Pego. Hoje não se vai ao Pego, porque temos medo de apanhar um pequeno problema na pele, por causa dos bichos que há na ribeira, e a água está estragada. Antigamente, não havia essas coisas. A gente não tinha medo de nada. Dava banho aí, e a gente estava horas e horas aí dentro. Às vezes apanhávamos uma constipação derivado do sol, não é? Não era por causa da água. Hoje há tanta coisa na água “...apanhei uma alergia”. Eu, nesse tempo, não me recordo de ter uma coisa dessas, mas é que nunca. Tenho problemas de coluna, tenho problemas aqui, mas, dentro, sou saudável está a ver? São só estas dores para aqui e para ali. E também é por isso que estou aqui. Não vim aqui para a paródia. Eu, não vim aqui para a

paródia. Estou aqui porque gosto das pessoas, dou o meu banhito e tal, e acho que me faça bem. Estou aqui por isso. Para já, não sou homem de petiscos, não sou homem de copos. Como já disse, venho aqui, gosto de estar, estou na companhia dela.

MF: Amanhã regressa?

MP: Não, a gente dorme aqui.

MF: Hoje ainda fica, amanhã vai embora?

MP: Amanhã é que vamos embora.

MF: Ainda volta à Água Santa da Herdade este ano?

MP: No próximo fim de semana temos um passeio já marcado. Depois, para o outro vamos ver. Ela também está à espera de férias. Se ela depois quiser podemos vir passar aqui uma semaninha até.

MVI_4654

06:58

MF: Por exemplo, o João e a Cidália, por uma questão de conforto e de logística, gostavam de ter eletricidade. Qual é a sua perspetiva a respeito deste assunto?

MP: Em primeiro lugar, também sou do monte. Recebemos luz, há três anos ou quatro anos. Com esta idade toda, nunca tinha dado o botão para acender uma luz... um lâmpada. Geradoras, candeeiros a petróleo, candeeiros a gás, cadeiros a gasóleo, até há três anos foi assim. Portanto, vejo que a luz aqui era muito importante. Podia dar um grande valor a isto. Noutra sentido, acho que se isto for visto de uma certa e determinada maneira, só poderá é estragar isto. Isto não tem capacidade para muita coisa. Não pode ter muito desperdício. Se vão mexer nesta água, se quiserem inventar, criar mais água para fazer uma grande obra, uma grande coisa, vão estragar em querendo o nascente da água. Se a senhora vir, vê-se a água a ferver e vê aquelas bolhinhas. Aquilo pode vir de quinhentos metros de profundidade, a gente não sabe.

MF: Mais!

MP: Ou mais. É por isso que ela tem aquela força. Mas se meter aqui uma sonda e abrir a pedra, para a pedra ficar toda frouxa, esta água da ribeira entra ali para dentro. Esta água (da nascente) tem mais força que aquela (da ribeira). Portanto, sacode aquela para fora. Esta (da ribeira) não cheira como aquela, nem sabe. Portanto, não é bom, não é aconselhável... fazer nada mais do que a Natureza... Deus. Sou crente em Deus, não sou crente nas igrejas. Bem, nas igrejas sou muito crente também, estimo, respeito... menos nos padres... peço desculpa, padres, não. Nem que fossem para lá mulheres armadas em padres, também não gostaria delas (risos). Portanto, isto aqui é uma coisa que devia ser respeitada, sagrada... devia ser uma coisa para respeito de toda a gente... não estragar. Se amanhã ou depois, isto viesse a ser da Câmara ou, o Estado

ter aqui intervenção nisto, iam estragar isto. Digo-lhe a verdade, o João só precisa aqui de um pequeno arranjo nas casas, casinhas de banho, umas fossas em condições, não sei o que é que o homem tem, mas pronto. Convinha só um pequeno arranjo, uma pequena modificação para o bem-estar do cliente, está a ver? As casinhas estão boas, estão bem arranjadinhas, isto não precisa de luxos, minha senhora. Se vierem aqui fazer luxo, estragam isto tudo. Isto passa a não ser nada. Isto está lindo como está. Se mexerem, estragam. Para já o João ainda se mantém a fazer o almoço por quatro ou cinco euros. Oferece um café a outro, oferece uma bebida a outro. Não minha senhora, não mexam nisto, por favor. Está lindo assim como está.

MF: Ótimo...

MP: É aquilo que lhe posso dizer. É aquilo que conheço. Olhe, fizeram aquelas casinhas de banho ali. Está boa para o público, mas não está boa para os utentes, que estão ali a dormir.

MF: Porque é que acha que as pessoas mais jovens não fazem os banhos?

MP: Quanto a mim, dentro do meu conhecimento, talvez a malta é criada com uma grande fartura. Além da miséria, nós tentamos sempre melhorar a situação dos filhos. A gente já fomos muito mal criados. Tivemos uma infância muito pobre, muito triste. Agora queremos dar tudo aos nossos filhos. Ao dar tudo aos nossos filhos, eles não são capazes de agradecer o que os pais estão a fazer, porque eles não têm o conhecimento suficiente. Não é na escola que se aprende nada. Eu tive um filho que tirou um curso de ovinocultor, não falaram em ordenhar uma ovelha, não falaram em pôr um trator a trabalhar, não lhe ensinaram a pôr uma máquina a trabalhar. Diz ele para o pai: “Eu tenho mais lições que você me dá, do que aquilo que estou lá aprendendo”. Meteram-lhe ovelhas de leite, daquelas que passado três, quatro meses acaba-se o leite. Acaba-se o leite, acaba-se o rendimento, não é? Aquelas ovelhas têm de comer, têm de estar num sítio em parcelas pequenas, têm que ter regadio, é uma ovelha que exige muitas coisas. A outra ovelha campaniça, é uma ovelha que come tudo e pouco... Essa malta nova agora pensa que sabe tudo. Como foram criados assim, para eles é tudo fácil. Chegam à mesa, têm o comer na mesa. Não sabem o que o pai se sacrificou para comprar aquele queijo, nem aquela chouriça, nem aquele bocado de presunto, nem isto nem aquilo. Se ali está, come. Mas como é que aquilo foi para ali? Caiu ali? Vem de onde? O presunto vem de quê? Vem do porco, vem de uma vaca? Eles não sabem! Como também não sabem agradecer isto, não se apercebem, não sabem o valor disto. Discotecas, bailes. Eu sei que vocês podem ter os mesmos princípios... que eu sei que os estudantes têm muitas paródias, de beber, para aqui e para ali. E depois apareceu malta da droga, e estragou a juventude. Estragou muito a juventude. A malta hoje não vem para isto, porque o pai já não trás, porque ele não quer vir atrás do pai. Até censura o pai, do pai vir. “Vai para os banhos? É melhor ir para a praia!”. Não valorizam. Nós damos (banhos), mas

os nossos filhos e os nossos netos não dão. Não conhecem o que isto é. Nem querem conhecer... é que não querem conhecer sequer. Não querem conhecer o que é que isto é! Não dão valor a nada destas coisas... nada, nada. A senhora pode não acreditar. Eu pego num rebanho de gado, calhando se for preciso, durmo lá ao pé deles. Ponho uma manta no chão, deito-me ali meto a outra por cima, com um cão ou dois ali ao pé de mim. Se for preciso também tenho lá uma espingarda, para cuidar de mim próprio. Veja lá se os filhos fazem isso hoje? Não fazem. Depois, foi ao pé de uma horta de melões e melancias, que eu cheguei lá a semear. As raposas iam lá. Até parece mentira, não sabem que uma raposa come os melões e come as melancias. Eu cheguei lá a dormir ao pé da minha horta para os animais não irem estragar.

FIM



Entrevista a Adélia e Maria do Carmo

Por Marta Frazão

2014_08_15

MVI_4508

01:49

Marta Frazão: Há quanto tempo conhece este lugar?

Adélia (88 anos): Ainda era criança quando vinha para aqui. Podia ter aí uns 17 anos, uns 16 anos quando vinha para aqui.

MF: Vinha fazer o quê? Brincar aqui na ribeira, fazer banhos...

A: Na ribeira, pois claro... Dávamos banhos. Vinha com umas tias. Estávamos aqui muito tempo. Estávamos oito dias, quinze. Davam-se muito bem com esta água por causa das dores que tinham nas mãos. Eu vinha com elas. Gostava muito de estar aqui.

MF: E bebia a água?

A: Bebíamos também a água. Mas a água é um bocado esquisita.

MF: Já naquela altura os banhos faziam-se dentro de uma banheira?

A: Numa banheira como está além... naquela banheira. Lá em casa, havia também já banheiras.

MF: Estas casinhas, portanto, já existiam nessa altura...

A: Já existiam... morávamos naquele lado naquelas casas velhas e aqui também eram casas velhas. Não eram casas novas como estão agora aqui. Eram casas velhas, mas vivíamos ali bem todos.

MF: De quem eram estas casas?

A: Eram do dono da herdade.

MF: Alugavam as casas à família Domingos?

A: Alugavam.

MF: Estas águas fazem bem a quê?

A: Às dores. Elas diziam que melhoravam, por isso vinham para cá todos os anos.

MF: Todos os anos?

A: Todos os anos vinham.

MVI_4509

02:12

MF: Nessa altura quem preparava os banhos?

A: O pai do João, que era também João, Manuel João. Este era pequenino. Era tudo moços pequeninos.

MF: Foram aprendendo com o pai...



A: Com o pai aprenderam... Há muitos anos que eu não vinha cá. Já há muito tempo que não vinha.

MF: Agora veio porque razão?

A: Porque a minha filha me quis trazer aqui.

MF: Vieram hoje excepcionalmente ou costumam...

A: Viemos hoje.

MF: A senhora dona Adélia é de São Marcos da Atabueira. Quanto tempo é de distância até aqui?

Maria do Carmo: Até aqui são, talvez, uns vinte e poucos quilómetros, vinte e dois.

MF: A Maria do Carmo sendo filha da dona Adélia também já fez banhos?

MC: Não, nunca fiz. Lembro-me de vir para cá. Não ficar cá. Nunca cá fiquei. Vínhamos com um rapaz lá de São Marcos, que trazia essas tias que vinham para os banhos. Normalmente quem ficava cá era uma irmã minha, mais velha. É a que cá ficava com a minha tia. E um senhor que tinha uma carroça com as mulas, é que vinha trazer... trazia uns colchões para dormir, porque não tinham camas. Eram colchões de lã, cheios de lã de ovelha, enrolados. Traziam a mala com a roupa. Traziam as coisas para fazer a comida, os pratos e tudo, porque não tinham aqui nada. As casas não tinham nada dentro.

MF: Então as casas dispunham apenas das banheiras?

MC: As casas tinham a banheira só. Elas punham os colchões no chão e dormiam ali. Não havia mobiliário qualquer na casa. Às vezes também traziam uma mesinha pequena, para comer, porque não havia estas mesas como há hoje, de plástico, não é? Traziam uma mesinha de madeira pequena. Traziam dois bancos ou duas cadeiras e era assim que eles se governavam o tempo que cá estavam.

MVI_4510

09:03

MF: Naquela época em que a sua mãe vinha, portanto, há cerca de setenta anos atrás, o que é que existia?

MC: O que eu me lembro de existir era simplesmente estas casas mais idosas e aquelas daquele lado. Aquela que já está arranjada (a do João) era uma casa antiga também que foi recuperada, foi restaurada. Havia estas duas palhotas aqui, que era onde eles dormiam e outra onde eles vendiam as cervejas e os pirolitos, que tinham aquela bola dentro, não sei se se recorda disso. E era onde eles aqueciam as águas, que era aqueles bidões ali, em cima de um muro em pedra. Faziam o lume por baixo, e aqueciam a água ali. Carregavam a água, ele e a esposa, com uma latas grandes, para dentro daqueles bidões, aqueciam a água, para as pessoas levarem para cima, para darem os banhos lá em cima.

MF: Portanto, o método é em tudo semelhante ao que hoje acontece, não é?

MC: Exato. Só não havia isto. Esta cobertura (refere-se ao parque de merendas) que existe hoje aqui não havia. As pessoas pagavam o aluguer da casa ao senhor que era o dono da herdade, que é o senhor João Ferreira, que ainda é vivo hoje. Vive em Castro Verde, eu conheço perfeitamente. Pagavam os banhos à parte. Os banhos eram pagos ao pai do João, que fazia os banhos. Levava um tanto por cada banho. Isso já não posso dizer, porque não sei a quantia que ele levava por cada banho que dava. Deitavam a água nas banheiras. As pessoas passavam aqui oito, quinze dias. À noite não havia luz. Vinham nas carroças com medo disso, traziam as coisas para se governar. Quando era preciso alguma coisa para consumo, vinham cá trazer-lhe as coisas. Mandava um recado por alguém que se ia embora: "Olha, diz que é para me trazer não sei quê... que ainda cá fico uns dias, ainda preciso disto". Normalmente diziam que o banhos deviam ser ímpares. Porque os banhos pares não davam certo. Isso deve ser um mito, não é? Mas de qualquer maneira diziam que os banhos ímpares é que faziam bem à saúde. Quando eram pares já não era bom.

MF: Diga-me senhora Adélia, idealmente um banho não pode ter mais de vinte minutos. Na altura eram exatamente esses vinte minutos? O que é que recorda?

A: Sim, estávamos os vinte minutos.

MF: Portanto é uma indicação/prescrição, que ao longo dos tempos, foi sendo transmitida de geração em geração...

MC: Porque isto são águas que têm enxofre. Isto é uma água que vem da mina, das Minas Neves Corvo?, só que nesse tempo não havia a mina. A mina ainda não tinha sido descoberta, mas esta água já corria na ribeira. Quando a ribeira enche, a água vai para dentro da fonte na mesma, apesar da fonte ter uma nascente. E há mais fontes destas, há outra água santa.

MF: Água Santa da Morena e a Água Santa da Vascão...

MC: Ainda há outra no concelho de Castro Verde. E há outra ali perto de São Marcos da Atabueira, que fica aqui nesta linha também, que é ao pé de um monte que se chama a Fonte Santa. O monte chama-se mesmo Fonte Santa, apesar de ninguém o conhecer por esse nome. Conhecem por Monte das Canas.

MF: Também está sobre uma ribeira?

MC: Aquela não sei porque eu nunca lá estive. Eu sei que vinham para aqui pessoas, que se chamava na altura: da serra, ali da zona de Almodôvar, que já é serra. Vinham para aqui pessoas, que a minha mãe diz que, na altura falavam muito mal, pessoas muito analfabetas, pessoas que nunca tinham tido qualquer escolaridade, que nunca tinham, talvez, convivência com muitas pessoas. Pessoas muito antigas. Aos óculos chamavam entre-olhos... as tigelas onde comiam, chamavam gamelas, não era mãe? E então eram pessoas que viviam isoladas, talvez, em montes, que vinham fazer estes banhos aqui, porque ou-

viam dizer que isto que era bom, mas eram pessoas com uma cultura muito pouco desenvolvida.

MF: Qual é a vossa perspetiva sobre o assunto - as pessoas melhoraram exclusivamente pelas propriedades da água, ou é também o convívio que potencia o bem estar das pessoas?

MC: É mesmo a água. Ainda agora acontece... o meu sobrinho, a mulher tem tido os pés inchados, está grávida... e ele veio buscar uns garrafões de água para ela dar banhos lá em casa. Para não vir, nesta terra batida, dar tombos e não sei quê, ele leva garrafões de água e ela tem melhorado, portanto é mesmo o poder da água, não o poder do convívio. Nesse tempo, o convívio era muito pouco, porque as pessoas vinham mais no intuito de dar o seu banho e estarem ali em casa. Não havia televisões, não havia nada, como ainda aqui não há hoje, nem luz. Sentavam-se ali até escurecer, depois iam para casa, acendiam os candeeiros a petróleo e as velas, e deitavam-se, não havia este convívio. Isto de virem cá grupos rurais, virem cá acordeonistas, isto é recente. Isto tem muito poucos anos, mas mesmo muito poucos.

O João, talvez, possa informar melhor, mas, se calhar, uns dez anos, doze, que vêm para aqui pessoas assim.

MF: É uma iniciativa pessoal do João Domingos?

MC: Pois, foi ele que criou isto. No tempo do pai dele isto não havia, embora viesse certas pessoas que se juntavam ali a beber um copo. Nesse tempo eram mais os copos de vinho que bebiam... e cantassem a moda. Os alentejanos quando se juntavam dois ou três, faziam logo ali a moda, não é? Talvez houvesse esse pouco convívio. Mais do que isso não havia. Enquanto eles agora fazem programações, programação cada fim de semana de vir um grupo, um acordeonista, um grupo de acordeonistas, de virem comer um borrego. Por exemplo, no dia de maio vêm sempre aqui pessoas lanchar, comer borregos, aqui na ribeira.

MF: A água passa para segundo plano...

MC: Aí é mais pelo convívio, por saberem que é um sítio agradável. Porque tem aqui a ribeira. A ribeira como está ali cheia, a represa que eles fizeram, tomam ali banho. No meu tempo isso não existia. A ribeira, normalmente secava-se no verão. Possivelmente as pessoas vêm mais, porque isto agora está mais divulgado. Nesse tempo, isto nem sequer tinha caminho bom para aqui. Nós, agora, apanhámos um bocadinho de caminho ruim, mas viemos sempre por estrada alcatroada. Nesse tempo não. Vínhamos sempre, sempre, sempre, por montes de terra batida, não havia alcatrão, está a perceber?

MF: Qual a razão que motivou a sua vinda até à Água Santa da Herdade?

MC: Esta minha tia vive nos Olivais, em Lisboa, nunca cá tinha vindo. Vive mesmo em frente ao shopping! O prédio dela fica mesmo em frente ao shopping.

MVI_4511

01:09

MC: Hoje, estava sozinha com o meu marido, os meus filhos não estavam cá, e eu pensei assim: “Hoje era uma tarde boa para eu ir lá com a minha tia e a minha mãe à Água Santa”. Porque a minha mãe, há muito tempo que lá não vai e a minha tia nunca cá tinha vindo. Porque a minha tia foi para Lisboa com doze anos. Lembra-se pouco desta zona. E eu pensei: “vou levá-las. Levamos qualquer coisa para lanchar e vamos lá passar um bocadinho só para elas saírem daqui um pouco”. Aquela minha prima vive em Faro. Também abalou de cá há muitos anos. Esta minha prima viveu no Barreiro muito tempo. Há pouco tempo que cá vive, mas já vem cá mais porque o marido tem carro. Eu pensei “Vou convidá-las e vamos as cinco, e vamos dar uma volta à Água Santa”.

Pronto, foi só mais por um passeio e por gostarmos de estar juntos.

Lista de material filmado e fotografado

DESLOCAÇÃO 1

2012-08-29

Água Santa da Herdade, São João dos Caldeireiros, Mértola

Registo Fotográfico:

Primeira deslocação e contacto com o lugar e com a família Domingos;

Planos gerais sobre o lugar;

Conversa com João, Cidália, João Miguel e Susana;

Banho na Água Santa;

Filipe e Manuel acompanham Marta nesta visita e também eles experimentam o banho.

DESLOCAÇÃO 2

2014-08-15

Água Santa da Herdade, São João dos Caldeireiros, Mértola

11h-19h

98 planos filmados

HD 1080p, Cor, Captação de som direto com microfone na câmara

Breve descrição dos planos:

Nascente de água;

Entrevista a Cidália Domingos;

Entrevista a António;

Construções em palha onde funciona o bar, a cozinha e o parque de merendas;

Preparação do almoço;

Atuação de acordeão e canto de Joaquim e Martine;

Entrevista a Joaquim e Martine;

Entrevista a Sra. Adélia e sua filha Maria do Carmo;

Conversa com João Domingos;

Cidália, João, João Miguel e Susana em frente às cabanas descrevem os verões naquele local;

Paisagem envolvente ao fim do dia;

Demonstração em planos fixos do interior da casa de João Domingos e Cidália.

2014-08-16

9h – 16h

78 planos filmados

Breve descrição dos planos:

Entrevista ao Sr. José Filipe;

João Domingos aquece a água nos bidões sobre a fogueira;

João e Cidália carregam os baldes para as duas casas;

Manuel Pedro “dá” o banho;

Planos vários do uso da fonte por pessoas que passam para buscar água;

Paisagem envolvente;

Chegada de turistas, em carroças com cavalos, que vêm ver a fonte e fazer uma pausa no parque de merendas. Trazem músico com gaita de foles;

Demonstração em planos à mão, do interior da casa antiga com as banheiras;

Almoço dos músicos que vão atuar à tarde;

Atuação dos músicos, o grupo de três acordeonistas “Os Desenrascados”

Entrevista a Manuel Pedro;

Registo Fotográfico:

Interior da casa antiga na Água Santa da Herdade.

DESLOCAÇÃO 3

2014-11-25

Água Santa da Herdade, São João dos Caldeireiros, Mértola

Registo Fotográfico:

Planos sobre a Ribeira de Oeiras em dia de chuva intensa.

624

DESLOCAÇÃO 4

2015-02-09

Água Santa da Herdade, São João dos Caldeireiros, Mértola

12h-14h

59 planos filmados

Breve descrição dos planos:

Paisagem ao redor da nascente;

Casas;

Fluxo de água da ribeira de Oeiras;

Parque de merendas sem as construções estivais;

Marta e Joana fazem o levantamento de arquitetura das casas.

Água Santa da Morena e Água Santa da Herdade

16h20 – 17h50

Registo Fotográfico:

Exterior das casas dos banhos, relação com a ribeira e paisagem envolvente.

2015-02-10

Vascão e Água Santa da Morena, Mértola

10h – 14h20

Registo Fotográfico:

Exterior das casas dos banhos, relação com a ribeira e paisagem envolvente.

DESLOCAÇÃO 5

2015-06-10

Água Santa da Herdade, São João dos Caldeireiros, Mértola

10h30 – 18h

110 planos filmados

Breve descrição dos planos:

João, Cidália, Susana, João Miguel, Raquel Domingos e Marta vêm primeira versão do documentário no computador portátil;

Entrevista a Raquel Domingos (mãe de João);

João e João Miguel ceifam o bunho junto à ribeira;

João coloca o bunho ao sol a secar;

Tabua a secar ao sol;

João e João Miguel fazem a esteira para o telhado com o bunho previamente seco;

João coloca a esteira sobre a estrutura da barraca;

João ceifa a junça;

João amarra a esteira à estrutura com a junça;

João Miguel constrói a sua própria cabana;

Vários planos das casas, da estrutura em palha e da ribeira com água parada;

Cidália observa a construção;

Paisagem com seara amarelecida;

Trovoadas.

625

DESLOCAÇÃO 6

2015-08-14

Água Santa da Herdade, São João dos Caldeireiros, Mértola

19h30 – 23h20

46 planos filmados

Breve descrição dos planos:

Final de dia. Preparativos para a festa de 15 de agosto;

João liga o gerador;

Lâmpadas acesas;

Cidália tempera a carne;

João Miguel abre a torneira para pôr a funcionar os canos da água;

João Miguel enche os baldes;
João Miguel carrega os baldes para as traseiras da casa (horta);
Barracas iluminadas com lâmpadas;
Cidália cozinha;
Susana, João Miguel e João conversam brevemente com Marta, à mesa;
Som: Gerador ao fundo.

2015-08-15

Água Santa da Herdade, São João dos Caldeireiros, Mértola

5h20 - 15h30

114 planos filmados

Breve descrição dos planos:

Ainda de noite;

Fogueira;

Contentores com água sobre a fogueira;

Madrugada: João aquece a água que está dentro dos contentores sobre a fogueira;

Ribeira praticamente seca;

Planos gerais do local em silêncio;

Casal idoso recolhe água da nascente;

Cidália carrega baldes para a casa (Casa);

Preparativos para o almoço;

João lava o chão da área das mesas, usando a água da fonte (com motor e mangueira);

Cidália, com familiares que vieram ajudar, mata o galo;

Cidália e familiares, depenam o galo;

João enche garrafões na nascente.

No curral, um homem capta o porco.

Cidália faz o almoço. Familiares ajudam.

Início do almoço com Cidália, João, João Miguel, Susana, familiares e músicos entre eles Joaquim e Martine;

Tia de João e familiares lavam e secam a louça;

Atuação de Joaquim, Martine e um grupo coral;

Exterior do recinto do almoço durante a atuação e paisagem envolvente;

João Miguel percorre margem da ribeira a jusante.

DESLOCAÇÃO 7

2018-07-12

São João dos Caldeireiros e freguesias adjacentes

11h30 – 13h30

Registo fotográfico das várias nascentes ao longo da ribeira de Oeiras, com a orientação do presidente da Junta de Freguesia de São João dos Caldeireiros, Oswaldo Rodrigues.

Levantamento fotográfico dos muros.

São João dos Caldeireiros e freguesias adjacentes e regresso a Água Santa da Herdade

11h30 – 16h20

19 planos filmados

Breve descrição dos planos:

Planos filmados durante o percurso de carrinha no âmbito do levantamento fotográfico;

Oswaldo e Marta falam sobre o município;

Na Água Santa, tia de Cidália lava a louça após o almoço;

À mesa, Susana, João Miguel, Oswaldo e Marta, estudam o mapa e falam da possível expedição a fazer na margem esquerda da ribeira até ao Pego Verde;

João parte o gelo;

João abastece a arca (desligada) de gelo partido;

Tia de João bebe água da nascente;

DESLOCAÇÃO 8

2018-09-14

São João dos Caldeireiros e freguesias adjacentes

12h – 15h30

Continuação do trabalho de levantamento fotográfico dos muros, com a orientação de Oswaldo Rodrigues.

Almoço em casa dos pais do Oswaldo;

Água Santa da Herdade

15h55 – 17h

22 planos filmados

Breve descrição dos planos:

João Miguel, Susana e Cidália falam das várias idas ao Pego Verde pelas duas margens;

Falam das expedições que fizeram com pessoas que pediram que os acompanhassem;

Susana fala sobre a desmontagem das cabanas;

João Miguel fala das enchentes repentinas da ribeira;

Cidália conta a história dos grupos de caça;

Cidália conta a história do João ter ficado preso do lado oposto quando este foi à horta e a ribeira subiu;

Planos gerais das casas e das estruturas sem cabanas;
Ribeira completamente seca;
Nota: (O João já estava em França, na apanha do Pêro).

DESLOCAÇÃO 9

2018-12-08

Água Santa da Herdade . Expedição pela margem esquerda da ribeira até á nascente do Pego Verde.

11h30 – 18h

18 planos filmados

Breve descrição dos planos:

Arranque inicial do drone, pilotado pelo José Marques e assistido pelo Ricardo;

Depois do regresso da expedição, João prepara o frango na grelha;

Almoço no interior da casa do João;

Mesa do almoço com: João, Tia da Cidália, Susana, João Miguel, Osvaldo, José Marques, Ricardo, Marta, José (primo da Marta) e Mercês;

Após o almoço, Susana e Tia de João lavam a louça;

Planos gerais fim de dia.

Captação por Drone:

Operado por José Marques e Ricardo

41 Planos aéreos filmados

628

Entre a Água Santa da Herdade e a nascente do Pego Verde acompanhando o percurso da ribeira, nesta época do ano com água;

Captação do Ortofotomapa.

DESLOCAÇÃO 10

2019-10-15

Água Santa da Herdade

11h30 – 15h

85 planos filmados

Planos do arranque do drone e da curta expedição pela margem esquerda da ribeira;

Osvaldo e Marta falam sobre o território e algumas curiosidades arqueológicas da região.

Captação por Drone:

Operado por José Marques

13 planos filmados

Entre a Água Santa da Herdade e Pego dos Três Chaparros, acompanhando o percurso da ribeira nesta altura do ano completamente seca, à exceção dos pegos;
Captação do Ortofotomapa.

XI. O arquiteto como documentarista

O documentário como ferramenta e produto do ato de investigar

Documentário 1 - O ritual do banho: Água Santa da Herdade [2014]

Documentário 2 - Paisagem e dispositivo de acomodação: uma visão a duas escalas [2019]

O documentário como ferramenta e produto do ato de investigar

Os dois documentários que integram a presente investigação, foram desenvolvidos como suporte da análise da prática dos banhos, constituindo-se simultaneamente como visão crítica e narrativa do próprio lugar e consequentemente reveladora de uma identidade e especificidade regional.

A conveniência e o interesse de natureza social e cultural em assegurar o testemunho audiovisual sobre uma realidade quase extinta, a exigência de concretizar uma síntese sobre o extenso material recolhido, e, por fim, a necessidade de sobre ela concretizar uma leitura e visão crítica, levaram à consideração do documentário como ferramenta e simultaneamente produto do ato de investigar.

A opção pelo suporte vídeo, como método complementar de registo, revelou-se fundamental na primeira deslocação à Água Santa da Herdade de Sta. Maria, em agosto de 2012. A potência performativa dos diversos intervenientes do ritual dos banhos, em conjunto com a visualidade de um contexto natural mutável em função da presença humana, das épocas do ano e do regime de escoamento da ribeira que o atravessa, pôs em evidência o imperativo de captar na ordem do tempo e do espaço a particular realidade em estudo.

632

Tratava-se de um “lugar a revelar”, mas, também, de um lugar a ser decomposto e decodificado, a partir do qual procurámos distinguir as sucessivas capas e dimensões – de natureza material e imaterial, objetiva e subjetiva, individual e coletiva – que nele se sobrepunham.

Paralelamente era necessário selecionar, dar ordem, sequência, sentido a essa mesma recolha, construindo para além de uma visão de síntese, uma narrativa de suporte e de problematização das premissas a considerar e a tratar no ensaio de projeto.

A figura do arquiteto documentarista surge assim neste contexto, informada pela especificidade do objeto de estudo e pelo potencial exploratório do suporte vídeo, visando por fim criar um método auxiliar e complementar ao processo de análise, leitura e interpretação dos banhos populares.

Distinguiram-se assim duas aproximações fundamentais ao objeto de estudo a partir do formato vídeo:

Uma aproximação de carácter sinóptico, em que se procurou fazer síntese dos aspetos fundadores e caracterizadores da prática dos banhos;

E uma aproximação de carácter sensível, atenta aos aspetos da transformação do lugar e da paisagem em função da sazonalidade e épocas do ano.

O primeiro documentário, realizado com o material captado no ano de 2014, com o título *O ritual do banho: Água Santa da Herdade*, apoia-se maioritariamente nos relatos dos intervenientes da prática dos banhos, recolhidos em agosto desse mesmo ano, cujas transcrições estão reproduzidas em páginas anteriores.

O filme teve como objetivo principal abordar as principais dinâmicas de ocupação do lugar, nele se distinguindo as diversas etapas da prática dos banhos, na dupla perspetiva dos seus preparadores/provedores e dos seus usuários, aludindo ao mesmo tempo à dimensão agregadora e socializante implícita a esta mesma prática.

Para além do carácter testemunhal do primeiro documentário, explora-se simultaneamente a manualidade, a fisicalidade dos gestos de quem assegura a prática terapêutica pelas águas.

Os planos que fixam os rostos dos aquistas são mediados pelo corpo de ações que paralelamente acompanha a preparação dos banhos. A referência permanente à nascente, o motor que permite extrair a água da nascente, o encaminhamento da água através de mangueiras, o fogo, o transporte da água quente em baldes para as casas, são alguns dos planos explorados que documentam e esclarecem o modo como se processa a dinâmica associada à preparação dos banhos.

633

Simultaneamente, a partir do presente, procurou-se recompor a história dos banhos naquele lugar, pondo em evidência a sucessão de gerações que foram instruindo e sedimentando a prática dos banhos na Água Santa da Herdade de Sta. Maria e em outros lugares da região onde ocorriam as mesmas práticas.

Ao carácter fundamentalmente antropológico do primeiro documentário, sucede, no segundo documentário, uma visão em que o lugar se revela na sua dimensão física e material tratada a duas escalas: na sua relação com o território, e na sua relação com a tectónica.

Com o título *Paisagem, Sazonalidade e Dispositivo de acomodação: Água Santa da Herdade de Sta. Maria, Mértola*, o lugar foi observado do seguinte modo:

Na ligação com o território de proximidade, pondo em evidência a sua posição estratégica em relação à linha de água que a atravessa - grande linha de força e ponto notável do território, que acolhe outras nascentes minerais e que é aqui posta em evidência a partir de um percurso que se experimenta e ensaia entre a Água Santa da Herdade de Sta. Maria e a Água Santa do Pego Verde;

E na relação com a componente constitutiva, construtiva e de montagem que é imanente ao dispositivo de acomodação da prática dos banhos e que materializa outra dimensão do lugar na escala objetual, arquitectónica.

Paralelamente, o “comer e folgar”, para além do curar, é outra das dimensões abordadas, pondo em evidencia as dimensões complementares à prática dos banhos, fundamentais todavia à leitura e compreensão da realidade em estudo.

Em síntese, o conjunto dos dois documentários a que correspondem blocos de cerca de vinte minutos, consolidam duas abordagens simultaneamente distintas e complementares.

O primeiro documentário incide sobretudo na comunidade aquista, assentando num propósito essencialmente explicativo e elucidativo do corpo de ações que integram a prática dos banhos populares. O segundo documentário assume, por sua vez, um carácter prospetivo, lançando luz sobre potenciais relações a considerar entre nascentes com semelhantes características terapêuticas e pondo em evidência paralelamente “modos de fazer e construir”, por certo importantes no desenvolvimento do ensaio prático.

A autonomia versus interdependência dos dois materializam dois dos vetores de leitura e interpretação fundamentais do objeto em discussão.



Documentário 1

O ritual do banho: Água Santa da Herdade de Sta. Maria, Mértola

“Documentário realizado com base no trabalho de campo, em agosto de 2014, inscrito na investigação para a tese de doutoramento “O uso das águas no desenho rural contemporâneo”.

635

Pesquisa e desenvolvimento

Marta Frazão

Realização, Fotografia e Montagem

Mercês Tomáz Gomes

Agradecimentos

À família Domingos: João, Cidália, Susana e João Miguel pela disponibilidade e generosidade com que nos acolheram.
À Adélia, António, Joaquim, José Filipe, Maria do Carmo, Martine e Manuel Pedro pelos seus preciosos depoimentos.
E finalmente a todos aqueles com quem tivemos oportunidade de conversar e que amavelmente partilharam memórias e histórias sobre este lugar.

Link para visionamento

<https://vimeo.com/489907802>

senha de acesso: banhos



Documentário 2

Paisagem, Sazonalidade e Dispositivo de acomodação: Água Santa da Herdade de Sta. Maria, Mértola

“Decorridos seis meses após a visita que deu origem à elaboração do primeiro documentário, foi retomado o trabalho de campo, procurando melhor compreender o ciclo anual e o enquadramento espacial da exploração e do lugar da Água Santa da Herdade.

Durante os quatro anos seguintes e em diferentes períodos do ano, foram recolhidas cenas relacionadas com a preparação das estruturas de apoio à prática do banho, dando conta de outras dimensões paralelas à cura, como o “comer e folgar”. Simultaneamente, observou-se o lugar na sua relação com a ribeira que o atravessa, dando conta da sazonalidade e temporalidade do seu regime hídrico, percorrendo e perseguindo ao mesmo tempo a sua relação com outras nascentes com semelhantes propriedades terapêuticas”.

Pesquisa e desenvolvimento

Marta Frazão

Realização, Fotografia e Montagem

Mercês Tomás Gomes

Imagens Aéreas

Wefly

Agradecimentos

João Domingos, Cidália, Susana e João Miguel.

Oswaldo Rodrigues e Junta de Freguesia de São João dos Caldeireiros e a todos aqueles que contribuíram para este documentário

Link para visionamento

<https://vimeo.com/489912831>

senha de acesso: banhos

XII. Comunicações produzidas no decurso da investigação

Enquadramento geral

Síntese das comunicações

Compilação dos textos apresentados

Enquadramento geral

Na forma de apenso ao corpo geral da tese, as comunicações desenvolvidas no decurso da investigação, são aqui convocadas como matéria auxiliar de pesquisa, ora espelhando pontos de partida para uma reflexão desenvolvida à posteriori no texto fundamental, ora ampliando o escopo das premissas de partida, ou ainda clarificando e apurando as variantes conceptuais da investigação.

A procura deliberada do debate junto de diversas comunidades e grupos científicos motivou a participação em seminários e colóquios de diversos âmbitos disciplinares, que tanto se inscreveram nos domínios da arquitetura como cruzaram os campos das ciências sociais, do teatro e das artes performativas.

Tal esforço estendeu-se igualmente à participação em encontros científicos para além de Portugal, como é exemplo o seminário sobre Turismo Rural e desenvolvimento sustentável em São Paulo, em 2014, que, pela sua natureza internacional e multidisciplinar, agregou na reflexão teórica e através de exemplos práticos um corpo sólido de desafios que se impõem aos territórios rurais.

Paralelamente, e assumindo que as comunicações representam uma das práticas de investigador mais celebradas no meio académico, entendeu-se promover e aprofundar esta “frente de trabalho” com o pressuposto de que da melhor compreensão sobre os meios de produção científica emergiria por ventura uma competência acrescida na persecução de um estudo avançado em arquitetura.

640

As comunicações que de seguida se compilam foram realizadas entre os anos de 2014 e 2016, período privilegiado de divulgação e discussão do tema e do objeto de estudo desta investigação.

A participação no *IX Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável* em São Paulo em 2014 permitiu confrontar a realidade em estudo com outras geografias, pondo em evidência muitos pontos de convergência entre o objeto de estudo e outras práticas de banho espalhadas pelo mundo.

Destacamos em particular o Chile que, no que respeita às formas de apropriação direta e espontânea dos lugares das nascentes, da parte das comunidades locais, encontra muitas semelhanças com o caso português, apresentando paralelamente outros casos em que a lógica de espaço assenta não na perpetua-

ção de um corpo de ações repetido e assimilado ao longo de décadas mas no desenho prévio do projeto de arquitetura.

Em sequência desta tomada de consciência e após um período de troca de correspondência com investigadores⁷, optou-se por incluir os banhos do Chile como um dos casos de estudo que, em complemento dos outros casos, terá contribuído para a exploração de um campo de intersecções e de convergências entre lugares do banho, muito útil, entretanto, também no desenvolvimento do ensaio de projeto.

Mas, se a comunicação em São Paulo motivou a alteração dos casos de estudo inicialmente previstos, a comunicação com o título *Da terra profunda à vida na superfície: O contributo das águas mineromedicinais no processo de ressurgimento do território rural na região de Mértola* realizada também em 2014, permitiu criar as bases para o desenvolvimento posterior do capítulo III, *O específico e distintivo*, aprofundando os aspetos da geologia e da hidrogeologia da região que estão na origem das ocorrências hidrominerais e consequentes práticas e atividades sobre o território em análise.

O “mergulho na terra profunda” permitiu assim aprofundar e demonstrar as influências e interdependências entre o que é do domínio da geologia e hidrogeologia e as dimensões sociais, culturais e económicas que marcaram em definitivo a história da região.

641

A partir da consolidação de uma perspectiva de valorização e reconhecimento dos recursos hidrominerais como fator ou atributo de especificidade e singularidade territorial, a exposição sobre esta matéria é equivalente à construção de um corte (mecanismo de representação por excelência em arquitetura) que secciona e revela por diversas camadas os compromissos entre a substância da terra e o que ocorre à sua superfície.

Ainda dentro do enquadramento multidisciplinar e conceptual do tema, o desenvolvimento da comunicação no âmbito da iniciativa do CETUP (Centro de Estudos de Teatro da Universidade do Porto) sob o título *Ritual, Dispositivo e Performance, o contributo das noções na ampliação do campo disciplinar da Arquitetura* em 2015, permitiu, por sua vez, aprofundar a compreensão das características dramáticas e rituais que estão associadas à prática do banho.

⁷ Entre os quais se menciona Christian Eduardo Henriquez Zunig, cujo trabalho se centra na investigação de estratégias de valorização das comunidades indígenas. Como Professor na *Universidad Austral de Chile*, dirige paralelamente diversos estudos relacionados com turismo comunitário e estudos ambientais de desenvolvimento humano sustentado.

A afirmação de uma certa ideia de espaço fortemente ritualizado, marcado por uma série de ações e acontecimentos encadeados de natureza extra-quotidiana e que têm lugar num determinado tempo, foi objeto de aprofundamento posterior no capítulo V, *O ritual do banho, seus atores e dispositivos de acomodação*.

Ainda prosseguindo nesta incursão e deriva por outros campos disciplinares, o seminário *Modos de Caminhar* veio, por outro lado, reforçar a pertinência dos textos de Tim Ingold na orientação do ensaio de projeto, lançando luz sobre linhas fundamentais da pesquisa – a linha, o caminho, o improvisado –, onde os processos de formação, os fluxos e as transformações importam mais que o produto final ou a forma; ou, melhor concretizando, onde o efeito transformador que o caminho das águas tem sobre a comunidade, sua fluidez, transitoriedade e dinâmica se constitui como principal argumento e fundamento do ensaio de projeto.

A extrema acuidade e novidade com que o autor aborda a experiência - “trazendo os textos às vivências que os sustentam e de valorizar os modos inventivos de organização do espaço e do tempo” (Rivera, 2016) – são igualmente fundamentais na persecução de uma estratégia de releitura e de reprogramação do território, em que o escrutínio meticuloso do valor experiencial (que subjaz às relações entre o homem e o seu ambiente) é fundamental. Foi, para além disso, um autor estruturante no esclarecimento de um posicionamento ético do arquiteto/investigador em relação ao objeto de estudo de que trata a presente tese.

642

Ainda aflorando outra perspectiva, a comunicação “Estância termal, Balneário e Banhos populares: escalas e variantes formais e culturais do património termal português”, preparada em 2016, consolidou um exercício de confrontação entre diversos tipos e estruturas de organização na prática termal.

Muito embora a investigação em questão não se inscreva no âmbito especializado do termalismo, o interesse em enquadrar os banhos populares numa esfera mais alargada de compreensão dos modelos de organização da prática termal consolida uma visão de conjunto, onde sobressai claramente a coexistência de distintos modelos e estruturas de apoio à terapia pelas águas.

– Por fim, a participação no *ARbD`14 – Fourth International Conference in Architectural Research by Design: Unifying Academia and Practice through Research*, que reuniu um conjunto de investigadores e professores na discussão em torno de exemplos, métodos e metodologias de investigações de natureza teórico-práticas, desencadeou a exploração teórica do recurso gráfico – diagrama

– como mecanismo exploratório de hipóteses, soluções e como meio de comunicação e de síntese privilegiado de ideias.

O diagrama releva e consubstancia grande parte da componente gráfica que integra a dissertação.

Síntese das comunicações

Título

O redesenho da paisagem rural através da criação de uma rede de lugares de banho Concelho de Mértola, região do Baixo Alentejo, Portugal).

Âmbito

CITURDES - IX Congresso Internacional sobre Turismo Rural e desenvolvimento sustentável - Escola de Comunicações e Artes de São Paulo.

Apresentação pública

Apresentação pública da comunicação na Escola de comunicações e Artes em São Paulo no dia 10 de setembro 2014.

Instituição promotora

Escola de Comunicações e Artes de São Paulo, São Paulo, Brasil

Co-autoria

Jorge Manuel Mangorrinha Martins . Professor na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa

Jorge Alberto dos Santos Croce Rivera . Professor na Universidade de Évora

644

Data:

Setembro 2014

Endereço URL/ISBN:

<http://www3.eca.usp.br/biblioteca/publicacoes/e-book/anais-do-ix-congresso-internacional-sobre-turismo-rural-e-978-85-7205-119-4>

Resumo

O presente artigo centra-se na reflexão sobre possíveis estratégias de dinamização do Território Rural, a partir do histórico e cultural uso/apropriação de nascentes com propriedades terapêuticas, através das quais se instituiu a prática do banho popular. Considera-se como território de estudo o Concelho de Mértola, Região do Baixo Alentejo, Portugal, onde se observa uma expressiva concentração de lugares de banho, hoje porém lidos como lugares dispersos e sem relação entre si. Pretende-se à luz da disciplina de Arquitetura, empreender a construção de um modelo de intervenção na paisagem, assumindo a criação de uma rede de lugares do banho, como meio de valorização da sua especificidade local e como suporte de renovadas e inventivas formas de pen-

sar o território rural na contemporaneidade. A metodologia adotada integra para além da dimensão discursiva (de base teórica), os instrumentos de análise, interpretação e proposição, próprios da disciplina de Arquitetura.

Palavras-chave: Banhos Populares . Território . Paisagem . Rede de Lugares . Valorização . Mértola

Título

“Design as a key for understanding, a pretext for action, a synthesis of knowledge”

Âmbito

ARbD`14 - Fourth International Conference in Architectural Research by Design: Unifying Academia and Practice through Research.

Apresentação pública

Apresentação pública da comunicação na Fundação Centro Cultural de Belém CCB no dia 9 de maio de 2014; Lisboa.

Instituição promotora

Universidade Lusófona, Lisboa, Portugal

<http://researchbydesign-arch.ulusofona.pt/call-for-papers/>

Data

Maio 2014

Endereço URL/ISBN:

<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/revlae/article/view/4775>

646

Resumo

O presente artigo considera a investigação em curso no âmbito de uma tese de doutoramento em arquitetura. O tema centra-se na reflexão sobre possíveis estratégias de dinamização do Território Rural, a partir do histórico e cultural uso de nascentes com propriedades terapêuticas, de que é exemplo a Região do Baixo Alentejo, Mértola, onde se observa uma expressiva concentração de lugares de banho, hoje em processo de declínio. Apostada em averiguar as interdependências e complementaridades entre o campo teórico e operativo, entre discurso e projeto, entre pensamento e ação, é objectivo deste artigo, identificar alguns dos mecanismos e metodologias de trabalho que têm vindo a ser adotadas, com especial enfoque no diagrama, entendido aqui como ferramenta essencial de projeto e por conseguinte como instrumento gráfico que organiza informações, ativa pensamento e provoca inesperadas possibilidades de ação.

Palavras-chave: Território Rural . Nascentes . Banhos populares . Mértola . Diagrama . Projeto

Abstract

This paper considers the current investigation under the context of a PhD thesis. The research theme focuses on exploring possible strategies to promo-

te and empower the Rural Territory, through the historical and cultural use of springs with therapeutic properties, in Baixo Alentejo region of Mértola, where we observe a significant concentration of bathing places, which are nowadays in a declining process.

This research explores and considers the connection and complementarity between theoretical and operational field, the narrative and design, the thinking process and possible action. The main purpose of this paper is to identify some of the mechanisms and working methods that have been adopted, with special focus on the 'diagram', understood as an essential design tool and therefore a graphic instrument that organises information, activates thinking and stimulates unexpected possibilities for action.

Keywords: Rural Territory. Spring waters. Bathing places . Mértola . Diagram . Design process

Título

“DA TERRA PROFUNDA À VIDA NA SUPERFÍCIE. O contributo das águas mineromedicinais no processo de ressurgimento do território rural na região de Mértola”

Âmbito

Arquitecturas do mar, da terra e do ar - 3º Seminário Internacional da Academia de Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa

Apresentação pública

Apresentação pública da comunicação na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa no dia 16 de outubro de 2014.

Instituição promotora

Academia de Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa

Data:

Outubro 2014

ISBN

978-150-2424-50-1

Resumo

O presente artigo centra-se na reflexão sobre possíveis estratégias de dinamização do território rural, a partir do uso histórico e cultural de nascentes com propriedades terapêuticas, de que é exemplo o Concelho de Mértola, Região do Baixo Alentejo, onde se observa uma expressiva concentração de lugares de banho, (11 nascentes identificadas) hoje em processo de declínio.

Tratando-se de um tema que reconhece na geologia e hidrogeologia a base de compreensão dos “virtuosismos” das suas águas, foi sobre o reconhecimento empírico das suas propriedades mineromedicinais (a partir de nascentes e charcas) que se instituíram lugares de prática do banho (termalismo popular). São estes lugares de apropriação espontânea, livre e de permanência instituída, onde se cruzam sistemas informais de organização de comunidades, lugares onde se observa um potencial de reflexão capaz de reequacionar as possibilidades de intensificação e reinvenção da relação entre homem e paisagem e por conseguinte, de revelar o carácter de excecionalidade e identidade deste território. Assim, pretende-se, no âmbito da disciplina de Arquitetura, levar a cabo uma proposta de intervenção na paisagem, (podendo constituir-se como modelo em casos semelhantes), que assenta na criação de uma rede de lugares do banho, onde se procurará articular as complementaridades e

singularidades entre eles, refletindo simultaneamente sobre renovadas e inventivas formas de pensar o território rural na contemporaneidade.

Palavras-chave: Banhos populares . Águas mineromedicinais . Território rural . Paisagem . Rede de lugares

Título

RITUAL, DISPOSITIVO E PERFORMANCE, o contributo das noções na ampliação do campo disciplinar da Arquitetura

Âmbito

11º COLÓQUIO INTERNACIONAL DO CETUP (Centro de estudos de teatro da Universidade do Porto)

- O estranho e o estrangeiro no Teatro, Arquitetura, justiça e teatro.

Apresentação pública

A presente comunicação não pode ser apresentada oralmente por razões de saúde da autora.

Instituição promotora

Centro de estudos de teatro da Universidade do Porto, Porto

Data:

Julho 2015

Resumo

O presente artigo considera o aprofundamento dos aspetos que influenciam as práticas do espaço a partir da experiência performativa e ritualística que relaciona o homem com as águas minerais e seus reportados benefícios terapêuticos.

650

Toma-se como objecto de reflexão a Água Santa da Herdade em Mértola. É a partir da nascente que ali existe e da histórica e simbólica relação que o homem estabeleceu com ela, que o lugar se instituiu - como lugar de práticas sociais a partir da experiência do banho, como espaço de performance, como dispositivo de acomodação dessa mesma prática/ritual, e finalmente como espaço de representação e produção simbólica. O território reconhece por conseguinte aqui, a expressão e o significado da sua ritualização.

Pressupondo que o ritual é antes de mais a manifestação de uma série de etapas e ações organizadas numa determinada unidade de espaço e de tempo, configurando por isso uma experiência excecional e distinta da experiência quotidiana, o reconhecimento deste ritual foi sendo alicerçado, tanto através da transmissão geracional da história dos benefícios da água, como através da continuidade dessa mesma prática, que se mantém até aos dias de hoje.

A assimilação do lugar enquanto “espaço de benefícios” determina por conseguinte uma organização não somente material do lugar mas também um

reconhecimento de ordem subjetiva e imaterial, onde o corpo, o movimento e a cadeia de ações desenvolvidas pelo homem inscritos num determinado tempo e espaço, configuram em si mesmo a dimensão fundadora e estruturadora da arquitetura, conceitos igualmente reconhecíveis, manipulados e explorados nas artes performativas e da representação.

Neste sentido, procurar-se-á identificar a partir da experiência vivenciada na Água Santa da Herdade, o conjunto de comportamentos, interações e dispositivos (cena, cenário, bastidores, contra-regra, atores, espectadores), que permitam reconhecer o campo de convergências e reciprocidades entre a arquitetura e o teatro, partindo do pressuposto de que ambos os campos disciplinares, operam ativamente na “modificação da experiência”.

Tratar-se-á em síntese de expandir o campo conceptual e operativo da arquitetura a partir do reconhecimento das características “dramáticas” que a prática ritual oferece, território e matéria de pesquisa e exploração comum tanto à arquitetura como ao teatro.

Título

ÁGUAS QUE CORREM, ÁGUAS QUE DECORREM: os banhos da Água Santa da Herdade.

Âmbito

Seminário: MODOS DE CAMINHAR, inscrito no ciclo de seminários de investigação coordenado pelo Professor Jorge Croce Rivera

Apresentação pública

Apresentação da comunicação no dia 25 de fevereiro de 2016

Instituição promotora

Biblioteca Nacional, Lisboa, Portugal.

Comissão organizadora

Jorge Croce Rivera (Universidade de Évora – CHAIA)

Adriana Veríssimo Serrão (Universidade de Lisboa – CFUL)

Adelino Cardoso (Universidade Nova de Lisboa – CHAM)

Data

Fevereiro 2016

Resumo

Considerando o tema do colóquio - Modos de Caminhar - é objectivo da comunicação analisar a partir da Água Santa da Herdade em Mértola, o conjunto de ações e movimentos que acomodam a prática do banho popular.

Neste sentido, procurar-se-á descrever as principais tarefas, atividades, deslocamentos e trajetos que ali se registam na ordem do tempo e do espaço, ponderando simultaneamente sobre a intensa experiência física e simbólica que está subjacente ao ritual do banho.

É essa forma particular de “redenção pelas águas”, sinalizada por uma cadeia de ações que gravita à volta da nascente que importa refletir:

Como evidência do efeito transformador que o caminho das águas tem sobre a comunidade;

E sobretudo como meio de compreensão e conhecimento sobre as muitas formas de ocupação e ritualização do território.

Título

Estância Termal, Balneário e Banhos Populares: Escalas e Variantes Formais e Culturais do Património Termal Português.

Âmbito

IFTH16 – I International Forum on Tourism and heritage 2016 - Water, heritage and sustainable tourism.

Apresentação pública

A comunicação não pode ser apresentada por conflito de agendas dos seus autores.

Instituição promotora

Departamento de Turismo, Património e Cultura, da Universidade Portuguesa, Porto, Portugal.

Co-autoria

Jorge Manuel Mangorrinha Martins . Professor na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa

Data:

Dezembro 2016

653

Endereço URL

<https://conferencias.uportu.pt/index.php/heritagetourism/heritagetourism/paper/view/103>

Resumo

Portugal tem uma longa tradição no uso das águas minerais, para fins terapêuticos, de que são exemplos as heranças edificadas. Pela lista de estudos hidrológicos e de química analítica que remontam ao séc. XVIII e pela diversidade de contributos das ciências sociais, em particular da antropologia da saúde, o país apresenta uma vocação e interesse no estudo e aprofundamento destas matérias em contexto científico.

Como objetivo desta proposta de comunicação, pretende-se estudar, à luz da disciplina da arquitetura, o conhecimento sobre as diversas formas de organização da prática termal, cuja diversidade de tipos e modelos nos oferece um amplo e profícuo campo de análise e reflexão sobre a particular cultura de redenção pelas águas, em todas as suas escalas, formas e expressões culturais. A significativa concentração de lugares de vocação termal identificados em território português e a diversidade de tipos que se sobrepõem na época contemporânea sugerem uma abordagem de carácter taxonómico, capaz de favo-

recer uma leitura panóptica e ao mesmo tempo sistemática sobre este património singular (histórico, arquitetónico e sociocultural) que emerge a partir dos benefícios da água.

Considerando, previamente, três tipos de organização (estância, balneário e banhos populares), que se apresentam, ora em complexas e eruditas formas de organização do espaço termal, ora em rudimentares formas de prática termal, procuraremos empreender a nossa reflexão a partir de uma metodologia que tem como base discursiva a comparação – simultaneamente teórica, empírica e dedutiva –, que cruza os três modelos selecionados, com três pressupostos de análise.

1. Organização do Espaço e das Estruturas Edificatórias:

Dependendo do modelo em questão, identificam-se distintas formas de consolidação do espaço. Se a estância termal tem uma forma específica de organização instituída a partir de uma arquitetura formal (resultado de uma ação gerada no plano intelectual), encontramos no caso dos banhos populares sítios que se afirmam, sobretudo, pelo reconhecimento e identificação de um quadro de práticas e ações, geradas pelo imprevisto que respondem ao estímulo e apelo direto da nascente.

2. Território e Paisagem:

A cada um dos modelos correspondem distintas formas de territorializar, ou seja de ocupar, de modelar, de transformar e, por fim, de criar paisagem. À paisagem desenhada, encenada e empenhada em favorecer cenários de carácter contemplativo e hedonista, como é o exemplo da estância termal, verifica-se noutros casos uma paisagem não ensaiada, ou seja, de carácter operativo, funcionando ela própria como estrutura primordial e essencial de suporte à prática e ao ritual dos banhos.

3. O Homem e a Água:

Historicamente, o crescente nível de especialização e medicalização, através das águas, conduziu à crescente complexificação das estruturas termais. De acordo com os modelos selecionados, verificaremos distintas formas de relação e de compromisso entre o Homem e a água, que se deslocam entre realidades fortemente sustentadas na ciência e noutras com base no conhecimento empírico e simbólico.

O estudo pretende consolidar, através das suas conclusões, a hipótese de que os exemplos refletem a importância da água na fixação e sustentação de amplos processos sociais e culturais, constituindo-se como património de inegável interesse material e imaterial em território português e com singularidades à escala internacional que importa valorizar e dinamizar.

Palavras-chave: Termalismo, Arquitetura, Urbanismo, Paisagem, Património.

**O REDESENHO DA PAISAGEM RURAL ATRAVÉS
DA CRIAÇÃO DE UMA REDE DE LUGARES DE
BANHO (CONCELHO DE MÉRTOLA, REGIÃO
DO BAIXO ALENTEJO, PORTUGAL)**

O redesenho da paisagem rural através da criação de uma rede de lugares de banho (Concelho de Mértola, região do Baixo Alentejo, Portugal)

Marta da Felicidade Mateus Frazão
Arquiteta pela Universidade Técnica de Lisboa FA-UTL
Doutoranda em Arquitetura pela Universidade de Évora,
Portugal
e-mail: martafracao@gmail.com

Jorge Manuel Mangorrinha Martins
Doutor em Urbanismo pela Universidade Técnica de Lisboa FA-UTL
Professor na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa
e-mail: jorge.mangorrinha@ulusofona.pt

Jorge Alberto dos Santos Croce Rivera
Doutor em Filosofia pela Universidade dos Açores
Professor na Universidade de Évora
e-mail: jorgecrocerivera@gmail.com

Resumo: O presente artigo centra-se na reflexão sobre possíveis estratégias de dinamização do Território Rural, a partir do histórico e cultural uso/apropriação de nascentes com propriedades terapêuticas, através das quais se instituiu a prática do banho popular. Considera-se como território de estudo o Concelho de Mértola, Região do Baixo Alentejo, Portugal, onde se observa uma expressiva concentração de lugares de banho, hoje porém lidos como lugares dispersos e sem relação entre si. Pretende-se à luz da disciplina de Arquitetura, empreender a construção de um modelo de intervenção na paisagem, assumindo a criação de uma rede de lugares do banho, como meio de valorização da sua especificidade local e como suporte de renovadas e inventivas formas de pensar o território rural na contemporaneidade. A metodologia adotada integra para além da dimensão discursiva (de base teórica), os instrumentos de análise, interpretação e proposição, próprios da disciplina de Arquitetura.

Palavras-chave: Banhos Populares . Território . Paisagem . Rede de Lugares . Valorização . Mértola

Introdução

O Território Rural – do abandono a um estado de alta probabilidade

O Território Rural, como lugar de incerteza e em pleno processo de transformação, disponibiliza atualmente um “campo de oportunidade” profícuo e vigoroso, na construção de uma perspectiva que é simultaneamente prospectiva pela “vontade/necessidade de futuro”, e de digressão, na procura de estratégias que visam a sua dinamização, valorização e redesenho.

Os processos de desertificação associados ao Território Rural são hoje ampla e multidisciplinarmente reconhecidos. Muito embora não caiba aqui concretizar as razões históricas, sociais, culturais e económicas por que tal fenómeno se consolidou, nem tão pouco concretizar a genealogia do conceito

“rural”, importa, no essencial, assinalar que a progressiva dissolução do modelo organizacional e vivencial, que tinha como base a atividade agrícola (motivado pelo abandono dos campos), conduziu a um progressivo enfraquecimento da sua identidade / expressão colectiva, pressupondo agora uma atualização tanto teórica como operativa, sobre os possíveis sentidos da sua renovação e prováveis novos usos.

É, pois, dentro desta lógica de reconhecimento de uma realidade que se alterou e transformou que importa refletir, assumindo, por um lado, que um certo discurso fatalista, que insista na impossibilidade de intervenção no território rural, favorece uma reação/ação empenhada em aferir o seu potencial de reaparecimento e, por outro, que o “abandono” favorece em si e de acordo com Clement “um estado de alta probabilidade” (Gilles Clement, 2012, p.16).

Concretizar a ideia de uma paisagem de oportunidade capaz de ser suporte de consolidadas e inventivas formas de revelação de um território por agora de sentido suspenso é, pois, o argumento que se pretende aqui desenvolver à luz do âmbito disciplinar da Arquitetura e tendo como base uma problemática investigativa concreta que tem vindo a ser desenvolvida no âmbito específico de uma tese de Doutoramento.

O tema de investigação está relacionado com as dinâmicas de uso e apropriação informal das águas com reconhecidas propriedades terapêuticas, a partir das quais se instituiu histórica e culturalmente a prática dos “banhos populares”.

Representativo de rituais de ocupação intensa no passado (e atualmente em progressivo processo de declínio) este “fenómeno” é agora (na presente investigação) reconhecido como instrumento de revitalização da Região Este do Baixo Alentejo, com especial enfoque no concelho de Mértola.

A prática do banho popular afigura-se neste território como fenómeno de destacada incidência e especificidade local, hoje porém carente de um programa inovador e desejavelmente inventivo sobre o uso das águas, reclamando simultaneamente a redefinição da relação entre Homem e Paisagem.

Pretende-se deste modo empreender a construção de um modelo crítico e de possível intervenção com vista à criação de uma rede de lugares de banho (atendendo naturalmente à proximidade entre nascentes e ao potencial de interdependências e complementaridades que se podem gerar entre elas), permitindo valorizar memória e cultura local, bem como refletir sobre os possíveis processos de recapitação do lugar rural na contemporaneidade.

Com vista à operativação da ideia de reconfiguração do território rural a partir do redesenho da sua paisagem, o presente artigo estrutura-se em três partes:

A primeira parte centra-se na problematização das assimetrias e desequilíbrios existentes em Território Português, fundamentalmente decorrentes da histórica tendência de metropolitização do litoral, conduzindo os territórios do interior para uma certa marginalização geográfica, social, cultural e económica.

A segunda parte procura abordar o específico e o distintivo como “valores” de capacitação e renovação do território rural, centrado neste caso concreto no potencial revelador da prática instituída dos banhos populares, a partir da qual se reequacionam possibilidades de intensificação e reinvenção da relação entre Homem e paisagem e, por conseguinte, de revelação do carácter de excepcionalidade e identidade do território.

A terceira parte surge na interdependência dos anteriores capítulos e com um propósito operativo, sintetiza uma série de etapas que permitirão alicerçar as bases operativas de uma possível intervenção, com vista à criação de uma rede de lugares de banho, a partir da qual se deduzem novas possibilidades de significado deste território na contemporaneidade.

Do ponto de vista metodológico, o desenvolvimento desta investigação compreende, num primeiro momento, a articulação entre os contributos de diversas áreas do conhecimento de que são exemplo a Antropologia, a Geologia e Hidrogeologia, surgindo posteriormente o projeto de redesenho da Paisagem como “entidade e produto” de síntese, e a arquitetura como disciplina de aliança multidisciplinar, capaz de produzir um conhecimento próprio através de um olhar específico, de génese interpretativa e transformadora.

Deste modo, a investigação (da qual se dá aqui a conhecer uma parte) compreenderá as seguintes etapas:

- I. Pesquisa bibliográfica¹;
- II. Trabalho de campo - observação, inquérito e sistematização das características físicas, naturais, sistémicas e humanas dos Lugares do Banho de Mértola;
- III. Síntese interpretativa e dedutiva através de diagramas que decompõem os vários componentes e funções que integram a Paisagem;
- IV. Construção de uma matriz de reconhecimento inerente à prática do banho, através do exercício comparativo entre os lugares, deduzindo sobre um denominador comum de ocupação e ritual.

- V. Estudo comparado por analogia dos casos de estudo seleccionados (Ilha de São Miguel – Açores, Onsen no Japão);
- VI. Mapeamento de possíveis estruturas arquitectónicas e soluções técnicas (infraestruturais) de apoio à prática do banho e aos rituais a ele associado;
- VII. Seleção de um ou mais lugares de experimentação e ensaio sobre possíveis estratégias de intervenção;
- VIII: Desenvolvimento de um Projeto-tipo para um dos lugares. Visualizações da proposta através de maqueta, desenhos e simulações 3D.

Parte 1 . Portugal - um território de assimetrias / O Baixo Alentejo no centro da problemática da desruralização

Não sendo objectivo deste artigo explicar as duas divisões fundamentais – entre o Litoral/Interior e Norte/Sul – que ilustram o retrato das assimetrias verificadas no território continental português, importa reconhecer que, desta realidade dicotómica e duplamente bipartida, emerge um território especialmente débil – a região este do Baixo Alentejo área de estudo, onde se cruzam os aspectos mais profundos da interioridade social e económica com factores de grande dificuldade endógena, (associada à severidade do clima e ao empobrecimento dos solos) próprias desta região do País.

A metropolitização do Litoral induzida pelo processo de terciarização dos centros urbanos junto à costa, a concentração das infraestruturas de mobilidade, dos bens e da informação nestas áreas, bem como a centralização das grandes-infraestruturas logísticas nesta faixa, são alguns dos aspectos que explicitam a repartição e desigualdade de usos entre o litoral e o interior do território.

Também entre o Norte e o Sul se identifica e traça um eixo de desigualdade. “O Norte é atlântico, verdejante, húmido, com “gente densa” e o Sul é mediterrâneo, com longos estios e escassamente povoado” (Guilherme Martins, 2010).

Ora, as duas divisões essenciais assinaladas sugerem, em síntese, um território urbanamente consolidado no Litoral, um Interior Norte Rural ainda medianamente consolidado (pela melhor aptidão dos seu solos e clima) e, por fim, um interior Sul Rural desruralizado (pela histórica, geográfica e económica condição de marginalidade que lhe está subjacente).

O Rural desruralizado surge, portanto, como uma nova categoria de lugar. Um novo território ao qual se deve acrescentar o empenho da análise crítica, o

estudo e sistematização de estratégias que convirjam no sentido da sua readequação, renovação e dinamização.

Mas, ainda como forma de enquadramento da problemática em questão, importa igualmente mencionar o que o geógrafo João Ferrão considera serem os três factores de caracterização do “interior ou interioridade”. São eles: “uma situação (subdesenvolvimento), uma causa principal (isolamento) e uma consequência particularmente grave (a desertificação)” (João Ferrão, 1997, p.1).

A questão da interioridade é quanto mais problemática, quando também a ele se associa o fenómeno da desruralização.

Desruralização é um conceito que se usa nas Ciências Sociais para denominar o processo de mutação sócio económica e territorial resultante da perda de importância da atividade agrícola e das culturas e modos de vida rurais tradicionais das sociedades camponesas. O recuo demográfico, o despovoamento e o abandono do solo agrícola são alguns dos factos mais insistentemente referidos sobre o assunto” (Álvaro Domingues, 2011, p.69).

O Rural deixou de cumprir as funções e aptidões essenciais que estavam na origem/génese do seu reconhecimento. O que significa que não só a função principal – produção agrícola perdeu vigor e por conseguinte a atividade económica que lhe estava subjacente, como o grupo social de referência: a família camponesa, deixou de ter expressão colectiva. De igual modo, a paisagem não reflete mais a relação entre as características naturais e o tipo de atividades humanas que nela se desenvolviam.

Ora, a perda de força de qualquer um destas características, aliada ao severo despovoamento que lhe está subjacente, conduz-nos a diversas perplexidades e interrogações, a mais inquietante provavelmente será aquela que nos posiciona na radicalidade de tomar um dos dois caminhos:

O primeiro, preconizado por Gilles Clément e que defende:

Uma não atitude perante estes lugares vagos e abandonados onde se incluem os agrícolas - lugares-reserva que no seu todo constituem uma terceira paisagem em que a supressão de intervenção humana promoveu o refúgio a espécies animais e vegetais contribuindo para a manutenção da única reserva genética planetária (Gilles Clément, 2004, p.60).

Assente portanto numa visão estritamente ecologista, de preservação e garantia dos processos naturais, esta visão exclui da esfera de percepção sobre o fenómeno de despovoamento associado aos territórios rurais, os processos antropológicos, culturais, sociais e económicos que lhe estão subjacentes.

O segundo por sua vez, é empenhado em considerar a mutação do território rural como realidade potencial, como realidade instigadora de possíveis processos

de renascimento e renovação, partindo do pressuposto que o território é genericamente o resultado mais expressivo de um gesto cultural continuado.

Ora, se o primeiro caminho sustenta a ideia de paisagem, numa lógica exclusiva de salvaguarda e conservação das dinâmicas naturais e ecológicas do lugar, sendo por isso pouco relevante no âmbito da Arquitetura e das ciências sociais, importa, pois, do ponto de vista da problematização do tema - Território Rural (lugar de depósito, de acumulação, de justaposição, reusado e reutilizado continuamente) empreender o caminho que equaciona e pondera sobre a ideia de renovação, re-intensificação e reinvenção.

Enquadrada de forma sumária a questão das assimetrias-síntese que configuram o território português, identificado o cenário de dificuldade com que nos defrontamos dialética e operativamente, e finalmente assumido um posicionamento que “abre caminho” a uma certa ideia de renovação do lugar rural, duas grandes questões emergem como óbvias, na continuidade desta reflexão:

- a) Quais os mecanismos e perspectivas a empreender para operacionalizar o conceito de redesenho (ressurgimento, renovação e dinamização) do Lugar Rural (aquilo a que continuamente se tem vindo a fazer referência)?
- b) Qual o modelo operativo a desenvolver para que o seu resultado não se enquadre na tendência de pensar este tipo de lugares exclusivamente como “recreio das pessoas da cidade”?

661

Parte 2 . “O específico/distintivo” como instrumento de redesenho do Território Rural

Testemunho de uma expressiva concentração de banhos populares, a região de Beja, e em particular o seu lado Este, na proximidade do Rio Guadiana, evidencia a maior convergência deste tipo de práticas identificadas a sul do Tejo.

O concelho de Mértola é, neste sentido, o mais representativo da acumulação de nascentes minerais, cujas águas de reportado uso terapêutico motivaram a forte incidência das práticas de uso popular das águas.

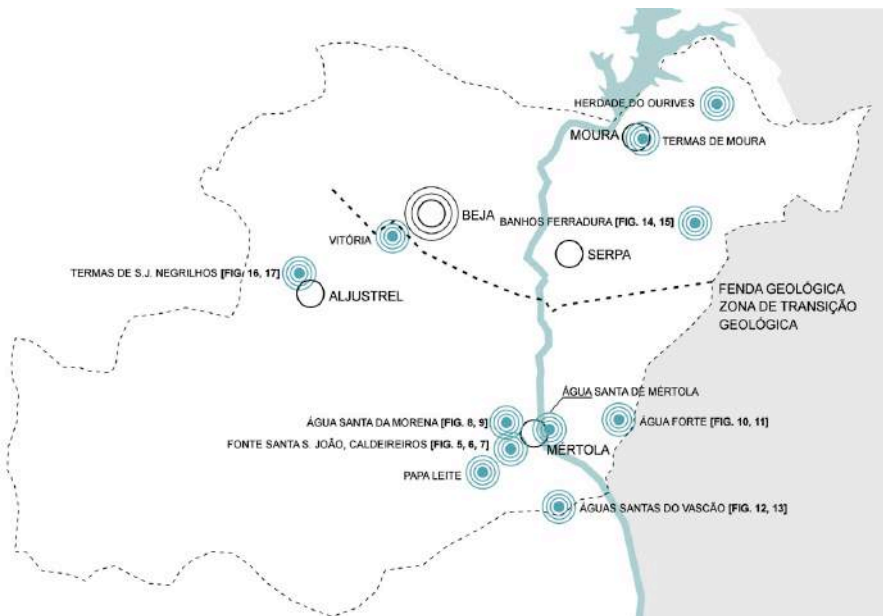


FIG 1 FONTE: Elaboração própria com base em dados cartográficos e trabalho de campo. Identificação das nascentes minerais e correspondentes lugares de banhos populares na área de estudo.

Do efeito combinatório de dois factores - um que decorre da especificidade litológica e geomorfológica desta região e um outro que surge na sua interdependência, onde a prática dos banhos se traduz como aspecto de destacada singularidade local - resulta a matriz de reconhecimento de uma realidade potencial, através da qual se problematizarão seu papel “incentivador” na decifração de novas perspectivas para o território rural, valorizando simultaneamente a dimensão antropológica, cultural e simbólica que esta realidade encerra.

Sobre a razão da expressiva concentração e forte mineralização das águas nesta área, importa, muito sumariamente, referir que existem diversos estudos científicos e levantamentos cartográficos que documentam justamente esta realidade.

As ocorrências hidrominerais desta região e o seu alto teor de mineralização são, em síntese, motivadas pela combinação de dois factores fundamentais:

- A presença de alguns acidentes tectónicos, designadamente de falhas ativas (que debilidade da estrutura geológica do solo), que motivam a ocorrência deste tipo de fenómenos;
- E uma zona de depósito de grandes jazigos de sulfuretos metálicos, considerada como uma “anomalia hidrogeoquímica”, dada a forte metalíferação dos seus terrenos designada de Faixa Piritosa.

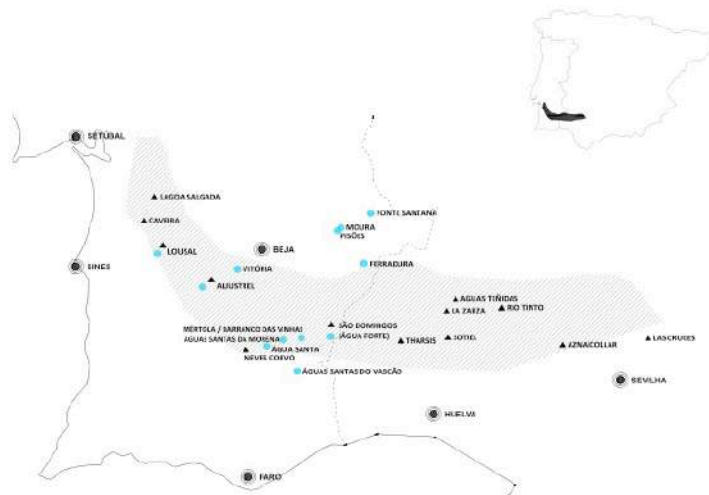


FIG 2 FONTE: Elaboração própria com base em dados cartográficos.

Locais de exploração mineira e nascentes de água mineral. Cruzamento com a faixa piritosa.

Luis Acciaioli integra na sua obra *Le Portugal Hydromineral*, de 1952, a primeira carta portuguesa sobre águas minerais, a que sucede uma segunda carta da autoria de Fernando Moutinho de Almeida com a colaboração de Costa Moura, em 1970. A terceira e mais recente carta foi elaborada pelo geólogo Carlos Ascensão Calado (*Carta das Nascentes Minerais*, 1995). Em todas elas se identificam algumas das nascentes da área de estudo e em todos os relatórios justificativos à sua elaboração se descrevem estas mesmas águas como “caso particular” em território português, facto tomado pelos geólogos e hidrogeólogos como excepcional dado o seu forte quimismo.

663

Um novo estudo centrado nas potencialidades do concelho de Mértola para o termalismo, realizado em 2004, identifica um conjunto de novas nascentes: 11 casos considerados potencialmente aptos para a exploração termal, sete deles nunca identificados nas anteriores cartas, introduzindo assim uma nova perspectiva sobre a qualidade do território no que respeita ao uso das águas e seus benefícios terapêuticos e de bem-estar.

Se, do ponto de vista da Geologia e Hidrologia, se atesta a singularidade deste território, mais relevante para esta reflexão é, porém, o que de particular e distintivo o Homem construiu a partir deste inimitável recurso natural.

A história particular de cada nascente revela muitas vezes detalhes de uma história social, que envolve comunidades, migrações, dispositivos de transmissão de informação, pequenos negócios e sistemas de cooperação relativos ao acesso público a nascentes localizadas em propriedades privadas” (Cristiana Bastos, 2006, p.9)



FIG 3 FONTE: Fotografias de António Perestrelo Matos.

Água Santa da Herdade. São João dos Caldeireiros, Concelho de Mértola . Ritual: captação, aquecimento e transporte de águas, o banho (duração aproximada de 20mn), alojamentos temporários, estruturas de apoio.

Foi sobre o conhecimento e uso popular de certas águas, ainda antes do reconhecimento científico das suas propriedades terapêuticas, que se instituíram lugares de compromisso entre o Homem e a paisagem.

Lugares de apropriação espontânea, livre, e de permanência instituída, onde se manifestam fenómenos de partilha e interação entre a população local e aqúistas, a partir dos quais se poderão reequacionar novos modelos de ocupação, reforçando o carácter de excepcionalidade e identidade do Território de estudo.

Associado ao processo de redesenho da paisagem rural surge, em síntese, a necessidade de invocar a excepcionalidade, a especificidade e singularidade local, não só como suporte conceptual de recapacitação deste tipo de paisagens mas, também, como base material de uma estratégia atenta ao reconhecimento que uma determinada realidade disponibiliza na aproximação a expressões locais, a identidades e culturas próprias.

Parte 3 . Rede de lugares – uma constelação de banhos como fundamento do desenho da paisagem



FIG 4 FONTE: Elaboração própria sobre carta militar.

Identificação de quatro das nascentes existentes no concelho de Mértola onde se verifica a prática do banho.

A uma dinâmica estável de uso e apropriação de um número expressivo de lugares onde se consolidou a prática do banho popular, sobrepôs-se a incapacidade ou indiferença de pensar sobre eles como matéria/objecto essencial de cultura e de identidade, tão pertinente e fundamental, ainda mais dentro do quadro atual de “crise instituída” que o território e o seu planeamento convocam.

No âmbito específico da arquitetura, a oportunidade que esta realidade introduz como pretexto de re-equação das dinâmicas que operam ao nível do indivíduo, do coletivo, do social, do cultural, da paisagem e do território é profícua. Por um lado pela importância instrumental que o sítio assume na disciplina e, por outro, porque o espaço - matéria fundadora do ato de projetar – “é para nós a expressão das nossas possibilidades colectivas”. (Raymond Ledrut, 1990, p113)

Assumindo à partida que este tipo de lugares não podem ser de todo perspectivados apenas como realidade desanuviadora e compensatória do ambiente das cidades, nem tão pouco constituir-se como lugares de reserva para as micro diásporas sazonais das pessoas da cidade, o modelo/estratégia de valorização a empreender passa pela criação de um programa de ação valorativa que opere sobre os valores de autenticidade, de cultura, memória e identidades locais e aqui operativizadas a partir da noção de paisagem.

Importará reconhecer que:

“Pensar a paisagem significa estar consciente da multiplicidade do olhar, da complexidade dos sistemas naturais que a definem mas sobretudo, atualmente, da evolução das sociedades e do mundo”. (Maurizio Migliori et al, 2012, p.303).

A paisagem conjuga a memória e as expectativas, o passado e o futuro, uma vez que ela é em si mesma “(...)um objecto cultural sedimentado, tendo a sua função própria, a de garantir permanentemente os quadros de percepção do tempo e do espaço.” (Anne Cauquelin, 2008, p.1).

A paisagem não é assim um referencial neutro ou passivo, antes “(...) revela capacidade de alterar comportamentos por ser eidética e experimental com poder para expressar ideias e mudar mentalidades.” (Maurizio Migliori et al, 2012, p. 304)

O projeto de paisagem deverá ser, pois, a expressão de uma compreensão inequívoca das características e sistemas naturais, culturais e sociais do Lugar, bem como revelação do potencial de complementaridades e interdependências de usos e funções que oferecem o conjunto das nascentes, hoje lidos como lugares dispersos e sem relação entre si.

Tal estratégia permitirá o reconhecimento de uma identidade e culturas próprias, enlaçando a história do lugar e a sua vocação pela “redenção pelas águas”, com o propósito e desejo de futuro.

Por conseguinte, é objectivo da presente investigação, e conforme mencionado anteriormente, levar a cabo a “construção” dos pressupostos orientadores e fundadores de um modelo de intervenção - informal, simultaneamente local e global e de livre acesso - rede de lugares de banho - fortemente empenhada na comunidade local, na partilha do interesse cultural de outras comunidades, e na adequação de um programa inovador e desejavelmente inventivo associado ao uso das águas e à prática instituída dos banhos populares, oferecendo-se como pretexto ideal para:

- Pensar a complexidade da vida individual/social refletindo paralelamente sobre os possíveis mecanismos de ação sobre um lugar;

- Indagar sobre a “estrutura de suporte/espinha dorsal” que acomoda rituais de deslocação, de permanência de ação e performance com base nas águas e sua apropriação;
- Introduzir uma certa “inventividade” num programa de usos e funções.

Assim, o modelo de intervenção a preconizar deverá ser síntese de:

- Processos indagativos sobre rituais, espaço e acontecimento sobre a paisagem;
- Tipo de estruturas destinadas à prática do banho nas suas múltiplas possibilidades inventivas de relação entre o corpo e a água (banho colectivo/individual, banho interior/banho exterior, banho de imersão/banho de vapor etc.);
- Identificação de sistemas infraestruturais (de baixa tecnologia e fácil manutenção, *low-tech*) de condução, retenção, tratamento e reutilização das águas, como garante da micro-rede de lugares termais a implementar.
- Tipificação de cenários de possível implementação das estruturas do banho - contributos para a experiência efetiva da paisagem;
- Proposta de usos e funções auxiliares e complementares à prática do banho;
- Sistemas de valorização da interdependência entre lugares através do reconhecimento de estruturas físicas e humanas de continuidade e complementaridade;
- Elaboração de Projeto-tipo para um dos lugares a seleccionar, como hipótese de síntese e visualização de um possível cenário de intervenção;

667

Considerações Finais

Chegados aqui, importa, como considerações finais, assinalar que, partindo do pressuposto de que a Paisagem é genericamente a expressão de um gesto cultural continuado, repetido e tecido ao longo da história e que aprofunda as ações do Homem sobre o meio, ela é, em si mesmo, também matéria inaugural da capacidade de partilha e convergência de vários conhecimentos e âmbitos disciplinares, enriquecendo e ampliando naturalmente a capacidade e “aptidão multicéfala” de pensar e atuar sobre ele.

Deste modo, a Arquitetura surge como uma disciplina que pode fazer a síntese entre os saberes das Ciências Sociais e Humanas e o conhecimento científico-tecnológico das Ciência da Natureza, capaz de revelar/comunicar, não somente os processos naturais do lugar mas, também, os aspectos antropológicos e

culturais, concretizando uma visão específica e transformadora sobre um objecto de irrevogável singularidade – a prática dos banhos populares –, à qual se acrescenta através da construção de um modelo de intervenção, reflexão crítica, valor e visibilidade na contemporaneidade.

Trata-se, portanto, de, mais do que acolher a dificuldade e complexidade que o tema adopta, exaltar a capacidade de, sobre a paisagem, criar relações de valor, intensidade, significado, relevância e expectativa, aspectos que seguramente geram, porque apoiados num conhecimento informado por várias áreas e âmbitos disciplinares, a possibilidade crítica e criativa de abrir caminho(s).

Não é, pois, a implementação de uma “indústria” ou “atividade económica” (que tem implícita uma ideia de progresso sustentada no consumo de determinado produto), que operacionaliza o conceito de dinamização do Lugar Rural, mas antes o recurso a uma ideia de reconhecimento, interpretação e ação sobre a Paisagem:

- Como suporte potencial e revelador que uma certa singularidade e condição inimitável o território sustenta;
- Como forma derradeira de equacionar verdadeiros processos de re-compromisso entre o Homem e o seu meio;
- Como matéria inaugural e de novidade sobre sustentáveis processos de redesenho da Paisagem por agora de sentido suspenso.

668

Síntese conclusiva

Assume-se portanto que o resultado desta investigação nos conduzirá a um conjunto de orientações de redesenho da Paisagem, com vista à criação de uma rede de lugares do banho, através de micro-intervenções nos lugares das nascentes, capazes de sugerir novas oportunidades de uso, capazes de induzir novos tipos de ocupação e finalmente capazes de produzir o rejuvenescimento local e a valorização regional.

Referências Bibliográficas

- Acciaiuoli, L.M. (1952) "Le Portugal Hydromineral". Lisboa: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos.
- Augé, M. (2012) "Não-Lugares, Introdução a uma antropologia da sobremodernidade". (M. Pereira, Trad.) Lisboa: Letra Livre. (originalmente publicada em 1992)
- Bastos, C. (2006) "A água como Agente Terapêutico: etnografia comparada das termas de Portugal e no Brasil". Relatório referente ao 1º ano de execução no âmbito de um projecto de investigação. Lisboa: ICS.
- Calado, C. A. (1995) "Notícia explicativa Carta de Nascentes Minerais". Lisboa: Ministério do Ambiente e Recursos Naturais.
- Calado, C., Chambel, A., Monge, C. (2004) "Potencialidades do Concelho de Mértola para o termalismo" VOLUME I e II - Relatório Técnico. Évora: GPGT.
- Cauquelin, A. (2008) "A invenção da Paisagem". (P. Bernardo, Trad.), Lisboa: Edições 70. (originalmente publicada em 2004)
- Chambel, A., Duque, J. (2002) "Estudo dos Recursos Hídricos Subterrâneos do Alentejo, Anexo IV - recursos hidrominerais". Évora: Universidade de Évora, Instituto de Água, Instituto Geológico e Mineiro e Direcção Regional do Ambiente do Alentejo. (coordenado pela Comissão de Coordenação da Região do Alentejo)
- Clément, G. (2012) "El jardín en movimiento" (S. Bossut, Trad.), Barcelona: Gustavo Gili, SL. (originalmente publicada em 2007)
- Domingues, A. (2011) "Vida no Campo". Porto: Dafne Editora.
- Ferrão, J. (1997) "Reconstruir o interior destruindo a Interioridade: para uma estratégia activa de inclusão de actores". In Jornadas da Interioridade - Perspectivas de desenvolvimento interior, Idanha-a-Nova.
- Ferrão, J. (2000) "Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro". In Sociologia, Problemas e Práticas nº33. Lisboa: CIES_ISCTE.
- Hipólito, F. (2011) "Sítio, Projecto e Arquitectura". Cascais: Fernando Hipólito.
- Ledrut, R. (1990) "L`homme et L`espace". *Histoire des mœurs*, vol. I. Gallimard, Paris: Gallimard.
- Portas, N., Domingues, A., Cabral, J. (2010) "Políticas urbanas, Tendências, estratégias e oportunidades". Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ribeiro, O. (2011) "Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico". Lisboa: Letra Livre.
- Martins, G. O. (2010) "O Portugal de Orlando Ribeiro". In Jornal de Letras, 10/Março, Lisboa.
- Migliori, M. et al. (2012) "Filosofia e Arquitectura da Paisagem". Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

ⁱ As referências bibliográficas constantes neste artigo fazem parte de um escopo teórico mais alargado que tem vindo a ser aprofundado no âmbito da investigação que está em curso, estando porém aqui identificados alguns dos contributos de maior relevância das áreas científicas que, para além da Arquitetura, convergem em produção de reflexão e conhecimento na problematização do tema: Território Rural e Paisagem.

**DESIGN AS A KEY FOR UNDERSTANDING, A
PRETEXT FOR ACTION, A SYNTHESIS OF KNO-
WLEDGE**



Design as a key for understanding, a pretext for action, a synthesis of knowledge

Marta da Felicidade Mateus Frazão

PhD Candidate - CHAIA - Centro de História da Arte e Investigação Artística, Évora University
Rua Padre Américo nº20, 4º D, 1600-548 Lisboa, Portugal
martafracao@gmail.com

Abstract:

This paper considers the current investigation under the context of a PhD thesis. The research theme focuses on exploring possible strategies to promote and empower the Rural Territory, through the historical and cultural use of springs with therapeutic properties, in Baixo Alentejo region of Mértola, where we observe a significant concentration of bathing places, which are nowadays in a declining process. This research explores and considers the connection and complementarity between theoretical and operational field, the narrative and design, the thinking process and possible action. The main purpose of this paper is to identify some of the mechanisms and working methods that have been adopted, with special focus on the 'diagram', understood as an essential design tool and therefore a graphic instrument that organises information, activates thinking and stimulates unexpected possibilities for action.

671

Keywords:

Rural Territory. Spring waters. Bathing places . Mértola . Diagram . Design process.

Resumo:

O presente artigo considera a investigação em curso no âmbito de uma tese de doutoramento em arquitetura. O tema centra-se na reflexão sobre possíveis estratégias de dinamização do Território Rural, a partir do histórico e cultural uso de nascentes com propriedades terapêuticas, de que é exemplo a Região do Baixo Alentejo, Mértola, onde se observa uma expressiva concentração de lugares de banho, hoje em processo de declínio. Apostada em averiguar as interdependências e complementaridades entre o campo teórico e operativo, entre discurso e projeto, entre pensamento e ação, é objectivo deste artigo, identificar alguns dos mecanismos e metodologias de trabalho que têm vindo a ser adoptadas, com especial enfoque no diagrama, entendido aqui como ferramenta essencial de projeto e por conseguinte como instrumento gráfico que organiza informações, ativa pensamento e provoca inesperadas possibilidades de ação.

Palavras-chave:

Território Rural . Nascentes . Banhos populares . Mértola . Diagrama . Projecto

INTRODUCTION

Assuming that new research methods are desirable and necessary in the context of a larger and increasingly complex nature of the researched topics (in architecture), this text essentially covers the interdependence between a specific problem, and the understanding of the tools and mechanisms within the discipline of architecture, in which “design process” is observed as a potential method of investigation.

The Design Process has met along history several mutations both from the point of view of mechanisms and tools that integrates and also from its meaning and relevance in the speech of architecture itself.

Generally the evolution of its definition includes the gradual shift of the practice sense to a broader definition in which the sole act of designing welcomes paths of interpretation and reflection that go beyond the purpose of building, constituting itself as a means to production of knowledge.

Therefore the fundamental procedures and techniques that integrate the design project have been gradually moving from traditional drawing to other forms of representation and presentation, from which stands the Diagram as an important device of thought in contemporary architecture.

Therefore, within this idea, it's important to retain some assumptions that generally frame and question the "design process" into the rigorous scope of scientific investigation.

THE PROJECT AS A KEY FOR UNDERSTANDING

The first feature is based on the awareness that research in architecture necessarily involves other areas of knowledge, such as the social and human sciences and the natural and territorial sciences. This results in the emergence of design as a "synthesis", and architecture as a field of multidisciplinary alliance, capable of producing their own knowledge through a specific point of view, of interpretative and transformative genesis.

Subjects such as archaeology, geography, geology, anthropology, sociology, landscape theory among others, are commonly assembled for the construction of

theoretical, scientific and practical knowledge, decoded out of a specific process of observation, analysis and proposition, which are featured in architecture.

Thus, even before becoming the expression of an intention or practical motivation, the “design process” primarily constitutes itself as an analytical, interpretive and deductive key of the vast and complex disciplinary contributions that intersect architecture.

THE PROJECT AS A PRETEXT FOR ACTION

The second feature concerns the prospective and propositional nature inherent to the “design process” and architecture itself.

The act of designing involves imagination that implies the argument of a sensitive and visible transformation, an ambition to invent the future through structure. All these aspects form a program of action, which is in the epistemological root of architecture.

Basis and foundation of professional practice, pre-vocational test in schools of architecture and the “design process”, regardless of its interpretative variants, always had a core value in training and construction of architectural thought and architecture itself.

673

Why then has it been so difficult to integrate the “design process” in the rigorous scientific challenge of an architectural study?

Apart from many other possible reflections on the subject, it is important to consider that:

- The (yet) classic and strict understanding of the design project as an instrumental means of producing technical drawings with the purpose of construction, mainly assuming the practice side, has inhibited the perception of designing as "*cosa mentale*" (Providência, Moniz, 2013, p.13); and, therefore as something capable of integrating theoretical and scientific knowledge.

(It is important to emphasise, however, that the adjustment of architecture programs to the Bologna process has promoted an important discussion about the role of the “design process” in research.)

And that, on the other hand:

- Investigations on "research by design", being a pioneer and innovating process in Portugal, are faced with the difficulty of showing how the "design process" assures itself as a research methodology, ensuring meticulously the disciplinary matter of architecture.

For now it matters to retain the fundamental idea that design, beyond being able to structure complex problems and formulate working hypotheses, is probably the ultimate mechanism which enables the articulation between theory and practice, combining accuracy and invention and thereby linking a theoretical issue with an action plan.

THE PROJECT AS A SYNTHESIS OF KNOWLEDGE

The validation of scientific knowledge is invariably associated with the accuracy of the research method used.

Though, design unfolds itself into a *continuum* of steps and phases that systematically intersect themselves. It has its own mechanisms to analyse, read and perceive: introduces a question, challenges and creates working hypotheses, configures possible solutions and finally tests and experiments several possibilities, validating or rejecting one or more options.

674

To some extent, we can identify connections from the act of designing to methods used in other fields, which means that design, through its own architectural instruments, offers the ability to produce a specific and unique knowledge, building its own territory for critical review and reflection.

Although, within the scope of an investigation there has to be a special methodological care in the development of the design, it is primarily the ability to discuss the implied sensibility, systematising, hierarchizing, rehearsing, deducting and reflecting, which can outlook the design process as a mean of generating knowledge for its approach of continuous questioning, adjustment and revision of the raised question.

Further it will be discussed the importance and relevance of the diagrams in this case study, as a simultaneous decryption, analysis, interpretation, re-description and action mechanisms.

For now, after this brief framework on design process and its potential role in the production of knowledge in the specific field of research, we will continue into the current research, which theme focuses on the regeneration of Rural Territory, as a test of this possibility.

I. THE NATURE OF INVESTIGATION ITSELF – THE SUBJECT IS ALREADY AN APPEAL TO DESIGN

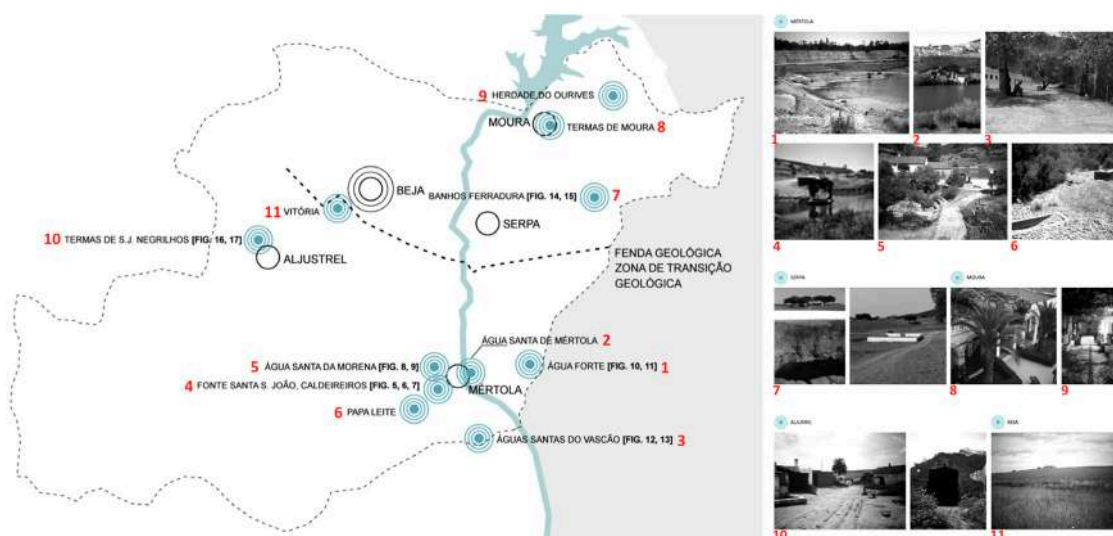


FIG. 1 Identification of springs and corresponding bath places in Baixo Alentejo, Mértola - the study area. (our elaboration)

The "Rural Territory", epicentre of a confirmed, profound and accelerated desertification process and widespread loss of identity and collective, social, economic and cultural value is the basis and foundation of the current investigation.

Starting from the idea that there must be a certain abandonment so that "a state of high probability" (Clément, 2012, p.16), arises, it is this research's objective to build the fundamental bases - theoretical and purposeful - of an evaluative strategy of the '*genius loci*', from the own natural and specific characteristics of a particular territory.

The purpose of this research, focusing on the dynamics of informal appropriation of waters with recognised therapeutic properties, from which was established the

practice of the common bath^I, becomes the "trigger" of a process that experiences the possibility of renewal and reinvention of landscape ^{II}.

The research contemplates the evident concentration of hydro mineral occurrences, generally springs, located in the East territory of Beja region, in the surroundings of Guadiana River, with particular focus on Mértola municipality where the practice of common bath constitutes itself as a historical, anthropological and cultural "phenomenon" of prominently incidence and local specificity.

This research aims the construction of a model that will advocate an evaluative action program for the case study area, by mapping solutions and strategies for the creation of a network of bathing places, (now perceived as dispersed locations) allowing to inquire about the contemporary use of those waters and simultaneously to reflect on the design of the rural landscape and its possible processes of revitalization.

In fact, it would be possible to presume a cause-effect relationship between the topic covered and the research methods that should be involved in a process that aims beyond the full exercise of analysis and physical, environmental, historical, anthropological, cultural and social recognition, looking for a program of action, able to constitute itself as a matter of innovation and originality.

676

II. THE CHALLENGE OF MULTIDISCIPLINARITY

"The more complex becomes the set of necessary knowledge for the formation of the architect, the more sense has this non specialised and comprehensive conception of their training. It is in the ability to cross disciplinary knowledge related to different disciplinary areas that lies the uniqueness of the architect's education and his ability to develop research by design (...)." (Fernandes, 2013, p.230)

^I It is adopted the term "common bath" (also designated, under anthropology, by popular or illegal Hydrotherapy) to name the cultural phenomenon of spontaneous use and appropriation of water sources and springs with reported therapeutic vocation in predominantly rural locations. Although it is chosen the first terminology, since Hydrotherapy, as proposed by the legislation regulating the thermal activity in Portugal definition, refers to the set of therapeutic activities within a resort setting, medically regulated and whose therapeutic agent is the water with different physicochemical properties from the ordinary water.

^{II} Meant landscape "as an open process, and even that it can be pictorially and literary represented, it is a socially cognitive reality, is an eidetic process, in other words, it is more than a quantifiable object, is an idea , is a cultural form of looking, or rather to relate to the space around us." (Carapinha, 2005, p.xx)

From geology to hydrogeology, from physical to human geography, from anthropology to sociology, from general history of Hydrotherapy to the particular history of the sites, from agrarian sciences to Landscape Theory, all these areas are involved in the research of Rural Territory and its landscape and, therefore, deeply committed to the current investigation.

Consequently, we must ask the question:

How is this knowledge articulated, managed, processed and interpreted in the context of this research?

Assessing a possible answer through a gradual approach to what Alves Costa calls "Work of Territory's Science" (Costa, 2013) which comprises the systemic and detailed recognition of natural, symbolic, cultural, social and relational functions modelled on it. This progressive path towards a "Territory's Knowledge", which incorporates part of the ambition of the design, will make possible to decode, re-describe, re-appoint and finally to understand and propose.

Therefore, this "Territory's Knowledge" implies:

A work that considers the Landscape as a place of settlement for memory, culture and local identity, in addition to their physical, natural and environmental dimension, that are here summarised in the following steps:

677

From Geography to Territory's geology and hydrology:

- I) Recognition of the interdependencies between geological grounding and the mineralisation of the waters;
- II) Identification of the causes for the appearance of water on the surface (springs);
- III) Crossing between the springs' location and the terrain's proximity;
- IV) Identification of the similarity factors between springs. Recognition of a common pattern of springs location;

From general History of Hydrotherapy to particular History of the popular baths:

- V) Deduction on anthropological, symbolic, cultural, and community value that water always promoted throughout the history of civilization;

VI) Understanding on the development of thermal history in Portugal through the identification of various types of structures accommodating the thermal circulation;

VII) The distinction between Concessional Hydrotherapy and Common Baths;

From region and country's Historical Evolution to the particular history of bath places (social and economic history)

VIII) Recognition of the historical process of land occupation in the region of Beja and in particular in the county of Mértola;

IX) Particular evolution of the social and economic history of springs' places;

From Landscape to Agrarian Sciences

X) Identification of landscape features - crop type, ecosystem type, soil type, agrarian structure type;

XI) Evolution of land tenure and property division, in order to assess the relationship between the natural characteristics and the type of activities that have been progressively developed in it;

From Anthropology to Ethnography of Places

XII) Identification of the type of community that attends bath Places;

XIII) Characterization of bathers' community in order to deduce about the kind of range and influence this practice and culture of "redemption by the waters" induces on a local and regional level;

XIV) Identification of the time and manner of stay in these places;

XV) Identification of the type of synergies between local people and bathers;

XVI) Identification of the performing rituals - what steps do configure the bath ritual and which using programs and functions are linked to this practice;

The challenge of researching by design

Briefly, the work described before should finally converge in the integrated and shared exercise between analysis and invention, between speech and action, where the design emerges as a synthesis for new knowledge.

Thus, the landscape design should be the expression of a clear understanding of the characteristics and natural, cultural and social systems of the place, as well as a revelation of the potential complementarities and interdependencies of uses and functions that the set of springs offer, now read as scattered and unrelated places.

It is also an ambition of this research to inquire about an innovative and desirably inventive program associated with the use of the waters and the established practice of the popular baths, offering itself as an ideal pretext for:

- Reflect about the complexity of the individual/social life while debating the possible mechanisms of action about a place;
- Inquire about the "support structure " that accommodates rituals of movement and residence based on water and its appropriation;
- Introduce some "innovation" to a program of uses and functions.

Further, it will try to understand how the design and in particular the diagram (one of the many possibilities of the drawing) constitutes a fundamental and instrumental mechanism for territory's science and how it gains critical relevance within the on course investigation.

II. THE DIAGRAM AS A DESIGN'S FUNDAMENTAL DEVICE

"The diagram is a graphic representation of a dynamic process synthesised through compression, abstraction and simulating.

(...) It is precisely in this economic - synthetic-property that their true expressive and operative value resides. Their being almost instantaneous reproductions of complex factors renders capable Them - Despite Their high degree of reduction - of (re) producing and expressing the "suggestion of the whole."

As a medium, the diagram plays a dual role. It is a Manner of notation (of analysis, of recognition and of reflection) but Also a machine of action (generative, synthetic and productive). Diagnosis and response. Map and trajectory." (Gausa, 2003, p.164)

Drawing, redrawing the landscape from its decipherment, involves disassembling the various components that comprise it. Thus, the diagram works as a capable decomposition mechanism of a complex reality (by layers), while acting as a mechanism for interpretation and exploration of relationships between things.

Also, it is a graphic tool that organises information, activates thinking and stimulates and provokes unexpected possibilities for action.

The categorisation of diagrams has been matter of thought by many authors such as Laseau, Porter, Fraser & Henmi. Also numerous architects, in the book Activity Diagrams (KIM, 2006) defend the diagram as an essential graphic mechanism to design.

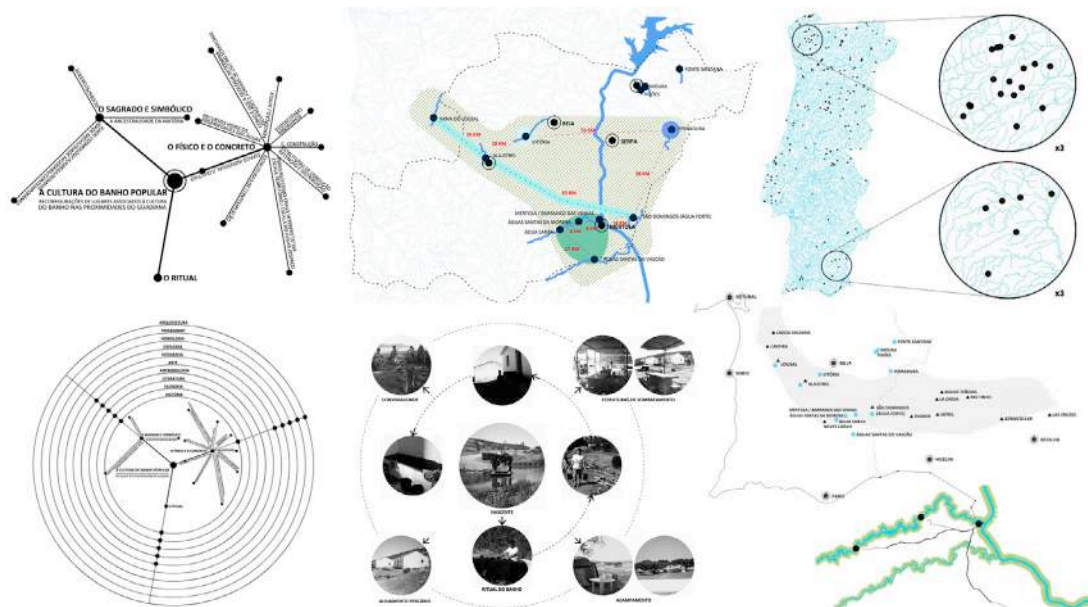


FIG. 2 work diagrams. (our elaboration).

But in here it is proposed a free adjustment of the diagram types, to be developed according to the steps identified above.

Analytical Diagram - Territory's scale:

Include disassembly in layers of different thicknesses that integrate the studied fields, decomposing the landscape on its integrated components:

- The geology as part of first level understanding on issues related to the mineralization of the water and its consequent spontaneous emergence to the surface;
- The morphology and topography of the land, especially crossed with water lines as a way of identifying a common denominator for the location of the springs;
- The identification of landscape units that characterise the set of springs, demonstrating the relationship between the location of springs with the river line ecosystems;

- The evolution of land occupation and ownership associated with the bath locations in order to perceive the evolution of their occupation, deducting the social, cultural and symbolic history of these places;

Functional Diagrams - on the scale of the Bath Places (springs):

Comprising the construction of an array of recognition inherent in the practice of the bath, through the comparative exercise between places, less over a common denominator of occupation and ritual.

- Definition of possible linking itineraries and routes between places of Bath;
- Decomposition of the bath rituals identifying their steps - capture, water heating, water transport, the bath and its duration.

Prospective diagrams – on the scale of the Bathing Place (springs):

It integrates the test of the main lines of action, through the interpretation of the contemporary Bath Ritual:

- Mapping of structures designed for the practice of bathing in its many inventive possibilities of relationship between body and water (collective/individual bath, outdoor/indoor bath, immersion/steam bath etc.);
- Proposing uses and auxiliary and complementary functions to the bath practice – social structures for conviviality and temporary accommodations;
- Exploration and testing of structures/spaces' designed to the practice of bathing and other complementary programs;

681

Operating diagrams – on the scale of the Territory, on the scale of the Bathing Places (springs), on the scale of the building:

It concentrates and summarises the possible design orientations and the main intervention strategies.

- The river ecosystems as the pillar for reading and understanding all the bath places (springs), through which equates the idea of “Places Network”;
- Construction of the assumptions for creating that network of places, decoding the physical and human structures of continuity and complementarity between those places;

- Identification of infrastructural systems (low-tech and easy maintenance) for driving, retaining, treating and reusing the water, in order to guarantee the implementation of the thermal locations network;
- Mapping of possible micro-interventions;

It is the mixture of analysis and invention implied in the construction of a diagram that may shed light on an idea of landscape transformation (applying the Territory Knowledge), approaching the main aim of the research.

CONCLUSION

This progressive path towards a "Territory Knowledge" presupposes a work of deciphering a reality that is not static but rather systemic and in continuous process of transformation, to which is added the ambition to imagine the future, that naturally implies questioning the instruments and mechanisms of architecture itself and mainly the design process.

The limitation that the technical drawing and even the model implies on the construction of a theoretical and propositional thinking (by assuming the strict commitment to the building object) precipitates us naturally to search for other ways of thinking the design and especially of thinking the design integrated within an academic research.

682

The understanding of design as a *cosa mentale* capable of being simultaneously key to understanding, action pretext and synthesis of knowledge, incorporates a more expanded notion not only of their instruments of analysis and conception (as exemplified by the active exploitation of the diagram at the expense of traditional design in architecture), as it is as the closest link between theory and practice, between thought and action, between rigor and invention.

The diagram is given as a capable mechanism of design (leading to Territory knowledge) in this investigation because it focus itself not only on the potential for analysis, interpretation and deduction on a complex reality (where they mix natural, symbolic, cultural, social and anthropological functions), but also it allows the exercise of imagination, invention and design of a future landscape.

The diagram works here as a tool for analysing and understanding the various scales - territory, place and space - as a tool for a multidisciplinary link, as an induction tool for reflection before the questioning that instigates, as an instrument to stimulate the action and finally as an open and non-deterministic instrument, from which it is always possible the exercise of correction, review and evolution.

In summary, considering that the nature of the subject provides a fruitful and vigorous "field of opportunity" in building a perspective and a prospective by the "will for the future", and digressive in the search of strategies to improve their stimulation, enhancement and redesign. The resource to design as a research method inevitably arises as an indispensable tool and also as a means of undisputed appreciation of architectural critical discourse itself.

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

Carapinha, A. (2005) "Escrita na Paisagem", *Catálogo Escrita na Paisagem, Festival de performance e Artes da Terra*. Évora: Coleção B, Minesis, pp.9-10.

Clément, G. (2012) *El jardín en movimiento*. (Translated by Susana Bossut), Barcelona: Gustavo Gili, SL. (original work published 2007)

Costa, A. (2013) "Lugares praticados versus Lugares de memória", *poster 04: Transformação: capital urbano e cultural*. Braga: Ordem dos Arquitectos Secção Regional do Norte.

Fernandes, E. (2013) "The architectis instituendis: A investigação pelo desenho depois de Bolonha", *Joelho 04, Teaching through design*. Porto: FCTUC, Architecture Department, pp. 229-236.

Fraser, I. (1994) *Envisioning Architecture: An analysis of Drawing*. New York: John Wiley & Sons.

Gausa, M., Guallart, V., Muller, W., Soriano, F., Porras, F. and Morales, J. (2003) *The metapolis dictionary of advanced architecture: city, technology and society in the information age*. Barcelona: Actar Editions.

Kim, J. (2008) *Activity Diagrams*. Korea: DAMDI

Laseau, P. (1989) *Graphic thinking for architects and designers*. New York: John Wiley & Sons.

Providência, P., Moniz, G. (2013) "Teaching through design", *Joelho 04, Teaching through design*. Porto: FCTUC, Architecture Department, pp. 11-19.

Porter, T. (1997) *The Architects Eye: Visualization and depiction of space in architecture*. London: Chapman & Hall.

**DA TERRA PROFUNDA À VIDA NA SUPERFÍCIE.
O CONTRIBUTO DAS ÁGUAS
MINEROMEDICINAIS NO PROCESSO DE
RESSURGIMENTO DO TERRITÓRIO RURAL NA
REGIÃO DE MÉRTOLA**

DA TERRA PROFUNDA À VIDA NA SUPERFÍCIE. O contributo das águas mineromedicinais no processo de ressurgimento do território rural na região de Mértola

Marta da Felicidade Mateus Frazão 1*

Resumo

O presente artigo centra-se na reflexão sobre possíveis estratégias de dinamização do território rural, a partir do uso histórico e cultural de nascentes com propriedades terapêuticas, de que é exemplo o Concelho de Mértola, Região do Baixo Alentejo, onde se observa uma expressiva concentração de lugares de banho, (11 nascentes identificadas) hoje em processo de declínio.

Tratando-se de um tema que reconhece na geologia e hidrogeologia a base de compreensão dos "virtuosismos" das suas águas, foi sobre o reconhecimento empírico das suas propriedades mineromedicinais (a partir de nascentes e charcas) que se instituíram lugares de prática do banho (termalismo popular).

São estes lugares de apropriação espontânea, livre e de permanência instituída, onde se cruzam sistemas informais de organização de comunidades, lugares onde se observa um potencial de reflexão capaz de reequacionar as possibilidades de intensificação e reinvenção da relação entre homem e paisagem e por conseguinte, de revelar o carácter de excepcionalidade e identidade deste território.

Assim, pretende-se, no âmbito da disciplina de Arquitetura, levar a cabo uma proposta de intervenção na paisagem, (podendo constituir-se como modelo em casos semelhantes), que assenta na criação de uma rede de lugares do banho, onde se procurará articular as complementaridades e singularidades entre eles, refletindo simultaneamente sobre renovadas e inventivas formas de pensar o território rural na contemporaneidade.

Palavras-Chave: Banhos populares . águas mineromedicinais . território rural . paisagem . rede de lugares

* Doutoranda em Arquitetura pela Universidade de Évora

Introdução

A arquitetura, e em concreto o espaço de manobra crítica e física que a disciplina encerra, pressupõe o permanente exercício de análise, leitura e interpretação sobre toda e qualquer estrutura de suporte da vida humana.

Deste modo, a compreensão sobre as diversas manifestações e ações do homem sobre o meio, implicam para além do amplo reconhecimento dessa mesma extensa atividade humana (através de várias escalas de apreensão crítica que se deslocam entre território, lugar ou lugares, à noção de espaço), a integração crítica e operativa de uma série de conhecimentos/saberes de outras áreas de que são exemplo as ciências sociais e humanas ou as ciências naturais.

Tal consideração é tanto mais verosímil, quando nos confrontamos com a cada vez mais ampla, complexa e híbrida natureza dos temas investigados em arquitetura.

Assumindo-se à priori que a arquitetura é em si mesmo uma disciplina de aliança transdisciplinar, capaz de produzir um conhecimento próprio através de um olhar específico, de génese interpretativa e sentido transformador, o desafio multidisciplinar é muitas vezes reforçado pela natureza do próprio objecto de estudo e investigação.

Por conseguinte, é dentro desta perspectiva que a presente comunicação observará as especificidades do Território de trabalho - o Concelho de Mértola, região este do Baixo Alentejo, e do objecto de estudo - As dinâmicas de uso das nascentes com propriedades terapêuticas, hoje em processo de declínio e assinalável perda de significado, com vista a nelas reconhecer a chave interpretativa da realidade em questão, mas também para a partir delas fazer emergir as bases instrumentais e operativas de uma possível estratégia de intervenção na paisagem.

O Território Rural, como lugar de incerteza e em pleno processo de transformação, disponibiliza atualmente um "campo de oportunidade"¹ profícuo na construção de uma perspectiva que é simultaneamente prospectiva pela "vontade/necessidade de futuro", e de digressão, na procura de estratégias que visam a sua dinamização.

Fortemente alicerçada na ideia de ressurgimento do território rural, ambicionando "imaginar-lhe futuro" a partir da redesenho da Paisagem², o

¹ Permite retomar-se a perspectiva de Giles Clément de "é necessário que exista um certo abandono para que surja um estado de alta probabilidade".

² Sobre a noção de Paisagem importará reconhecer previamente que:

"Pensar a paisagem significa estar consciente da multiplicidade do olhar, da complexidade dos sistemas naturais que a definem mas sobretudo, atualmente, da evolução das sociedades e do mundo". (Maurizio Migliori et al, 2012, p.303).

A paisagem conjuga a memória e as expectativas, o passado e o futuro, uma vez que ela é em si mesma "(...)um objecto cultural sedimentado, tendo a sua função própria, a de garantir permanentemente os quadros de percepção do tempo e do espaço." (Anne Cauquelin, 2008, p.1).

A paisagem não é assim um referencial neutro ou passivo, antes "(...) revela capacidade de alterar comportamentos por ser eidética e experimental com poder para expressar ideias e mudar mentalidades." (Maurizio Migliori et al, 2012, p. 304)

quantificável, é uma ideia, é uma forma cultural de olhar, ou melhor de nos relacionarmos com o espaço que nos envolve".

presente artigo propõe uma reflexão que se desloca entre a matéria invisível e profunda da terra e a sua interdependência nos processos de ocupação e ritualização do território.

Assim, por forma a constituir um corpo teórico de evidência desta realidade o presente artigo estrutura-se em duas partes:

- I. Uma primeira parte, que remete para um “saber do território”, dirigido para o reconhecimento específico da influência dos aspectos geológicos, geomorfológicos e hidrogeológicos, na ocupação do território, sua história, e economia, com especial enfoque na compreensão dos processos de emergência das águas e respectivas propriedades terapêuticas a partir das quais emerge a prática histórica e cultural dos banhos populares³;
- II. E uma segunda parte, que se detém na compreensão do ritual que acomoda a práticas dos banhos populares, a partir da etnografia dos lugares das nascentes, reconhecendo simultaneamente a matéria água, e em concreto as águas minerais, como parte integrante dos processos de representação da vida simbólica, social e cultural da região;

Tal aproximação permitirá, no decurso da investigação em curso, deduzir sobre possíveis estratégias de intervenção, com vista à criação de uma rede de lugares do banho.

Será na articulação sobre as suas interdependências e complementaridades, integrando memória e cultura locais, que poderão emergir renovadas experiências de relação do homem com o território ensaiando simultaneamente um processo experimental de recapacitação do lugar rural na contemporaneidade.

In CARAPINHA, Aurora, *Escrita na Paisagem*, Catálogo Escrita na Paisagem, Festival de Performance e Artes da Terra, Coleção B, Mimesis, Évora, 2005

³ Adota-se expressão “banho popular, (designada também, no âmbito da antropologia, por termalismo popular ou crenoterapia clandestina) para nomear o fenómeno cultural de uso e apropriação espontânea de fontes e nascentes de águas com reportada vocação terapêutica. Opta-se porém pela primeira terminologia, uma vez que termalismo, segundo a definição proposta pela legislação que regula a atividade termal em Portugal, refere-se ao conjunto de atividades terapêuticas desenvolvidas no espaço de um estabelecimento balneário, regulada medicamente e que tem como agente terapêutico a água com propriedades físico-químicas distintas das águas comuns.

A influência da geologia e da hidrogeologia na prática histórica e cultural dos banhos populares

São muitos, diversos e interdependentes os aspectos que influenciam a ocupação de um determinado território.

São igualmente complexos os processos de descodificação e identificação das sucessivas “capas” que na ordem do tempo e do espaço compõem a dimensão histórica, cultural, social económica e simbólica de uma determinada região.

Não obstante, foi a partir do reconhecimento sistémico e aprofundado das funções naturais, das características físicas e recursos disponíveis que em primeira mão se instituiu o primeiro grande compromisso do homem com o meio.

A região este do baixo Alentejo e com especial enfoque no Concelho de Mértola é pois disso exemplo.

Não cabendo aqui uma extensa exposição sobre a sua fundação, nem tão pouco, sobre a sua evolução histórica importa no essencial identificar os principais “marcadores” da sua génese, com o propósito dela extrair as bases de compreensão fundamentais para “pensar futuro”.

Se o grande rio do Sul - o Rio Guadiana, foi a via de penetração de sucessivos povos e a razão da sua fixação, foi na exploração do património geológico e mineiro que o Concelho de Mértola encontrou o seu filão produtivo e económico.

O curso da água em conjunto com a atividade de exploração mineira, foram em suma os melhores e mais profícuos aliados no processo de construção da história e identidade local.

Presume-se que desde a ocupação romana, já os recursos mineiros da região eram explorados e escoados através do Rio Guadiana, pelo que ao longo dos séculos, a vida das comunidades, sua cultura e estrutura social foi sendo feita e refeita com base na atividades extractiva de minérios.

Contra um enclave de solos muito pobres⁴, é na profundidade da terra, em conjunto com o grande curso de água que a região conhece o seu mote de organização e desenvolvimento social, base de sustento e de afirmação social, cultural e económica que até aos anos 60, contrariou todas as perspectivas de marginalização geográfica comumente associados ao fenómeno da interioridade.

Mas se um primeiro nível de dependência e influência do “património” geológico se pode facilmente deduzir e reconhecer através da intensa atividade extractiva registada neste território, outro fenómeno de forte incidência e especificidade local de menor visibilidade e de mais difusa percepção, emerge igualmente a partir da qualidade e quantidade da matéria invisível da terra.

A expressiva concentração de nascentes de águas com propriedades físicas e químicas particulares, motivou desde sempre a prática dos banhos populares nesta região.

Foi a partir do reconhecimento empírico dos seus benefícios terapêuticos que se instituíram lugares evocativos de uma experiência física e simbólica

⁴ De acordo com a Carta de Solos, os solos existentes no Concelho de Mértola são muito pobres em matéria orgânica. Estão inscritos de acordo com a sua capacidade de uso nas classes “D” e “E”, apresentando limitações severas e muito severas para a prática da agricultura e riscos de erosão igualmente elevados.

de exceção, uma espécie de enclaves, onde espaço, ritual e paisagem conformaram e instituíram uma certa cultura de “redenção pelas águas”.

Deste modo, o significado deste “mergulho na terra profunda”, a partir do qual o homem construiu as suas bases de compromisso com o meio, desdobra-se, em síntese, em duas grandes dimensões.

Uma de natureza económica que decorre da exploração dos recursos disponibilizados pela terra e uma outra, de dimensão simbólica, associada às propriedades das águas, cujo ritual de uso a apropriação dos seus benefícios, é marca irrevogável do território em questão.

É sobre esta última dimensão em concreto que nos interessa porém refletir e nesta sequência impõem-se por isso as seguintes questões:

- Porque razão o Concelho de Mértola é o mais representativo da prática dos banhos populares a sul do Tejo?
- De que modo os factores geológicos e hidrogeológicos são determinantes na compreensão, interpretação destes fenómenos de ritualização do território?

Sobre a razão da expressiva concentração e forte mineralização das águas nesta área, importa, muito sumariamente, referir que existem diversos estudos científicos e levantamentos cartográficos que documentam esta realidade.

As ocorrências hidrominerais desta região e o seu alto teor de mineralização são, em síntese, motivadas pela combinação de dois fatores fundamentais:

- Por um lado a presença de alguns acidentes tectónicos, designadamente de falhas ativas (fracturas na estrutura geológica do solo), que motivam a ocorrência deste tipo de fenómenos;

- E por outro, (este também responsável pela forte atividade mineira que se registou nesta área), e existência de uma extensa zona de depósito de grandes jazigos de sulfuretos metálicos, considerada como uma “anomalia hidrogeoquímica”, dada a forte metaliferação dos seus terrenos designada de Faixa Piritosa⁵.

Sobre as características singulares das águas, as análises efectuadas ao conjunto das 11 nascentes, registam uma estreita proximidade de composições químicas, sendo igualmente de assinalar a significativa estabilidade das suas propriedades ao longo dos anos.

Todas as águas são consideradas sulfúreas, entendendo-se por água sulfúrea, ou sulfurosa, a água que possui gás sulfídrico, responsável pelo característico cheiro a “ovos podres”.

⁵ A Faixa Piritosa Ibérica é considerada uma das maiores concentrações mundiais de jazigos de sulfuretos maciços. Localizada numa vasta área geográfica no sul da Península Ibérica na designada Zona Sul Portuguesa. Tem cerca de 250 km de comprimento e 30 a 50 km de largura, desenvolvendo-se desde Alcácer do Sal (Portugal), a noroeste, até Sevilha (Espanha), a sudeste.

“ A abundância, dimensão e densidade de ocorrência de depósitos de minérios da Faixa Piritosa Ibérica fazem desta a maior e uma das mais interessantes províncias metalogenéticas do mundo. (...) No seu conjunto, os minérios da FPI contém um volume de metais verdadeiramente extraordinário que denuncia a elevada produtividade da actividade hidro- termal mineralizante nesta bacia durante aquela breve janela de tempo”. In **As mineralizações da Faixa Piritosa e sua importância Económica**, CREMINER - Centro de Recursos Minerais, Mineralogia e Cristalografia, Lisboa.

E se ao nível da composição química se encontra um denominador comum, é também da leitura de conjunto das nascentes no território, sua localização, posição, enquadramento na paisagem, que se observa e extraem outros valores e características comuns, das quais se destacam os seguintes:

- Longas décadas de prática dos banhos (das 11 nascentes só numa porém se mantém o ritual);
- Posição dos pontos de emergência de água (nascentes) sobre leitos de ribeiras ou margens;
- Orientação dominante - sentido sudoeste nordeste das linhas de água onde se inscrevem as nascentes (coincidentes com fracturas na estrutura tectónica);
- Localização predominante em vales ou lugares encaixados, correspondentes a depressões orográficas;
- Cotas de ocorrência de água entre a cota 25 e a cota 125, situando-se os pontos de maior altitude no Concelho nos 350m.
- Ecossistemas ribeirinhos como enquadramento/contexto físico e natural predominante;

Suportada por um extenso trabalho de campo, pesquisa bibliográfica e investigação cartográfica, a identificação de um padrão comum que atravessa os lugares das nascentes tem sido essencial na procura de uma estratégia que ative na contemporaneidade aspectos essenciais da cultura e memória local.

Este progressivo caminho em direção a um “saber do Território”, que integra parte da ambição da investigação, permitirá descodificar, re-descrever, re-nomear, para por fim conhecer e melhor propor.

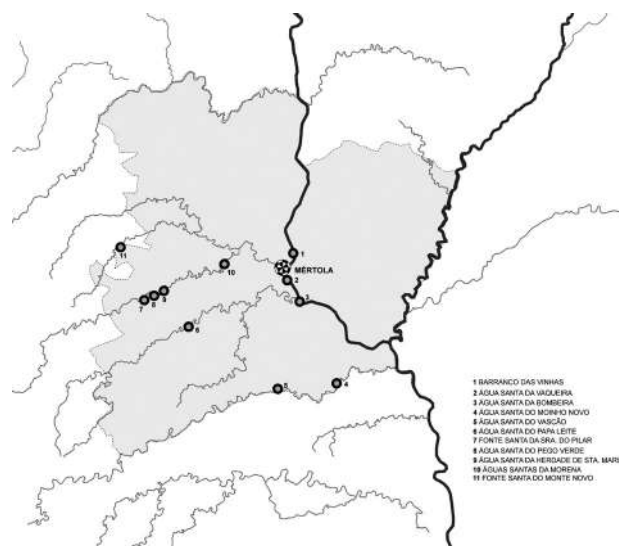


FIG 1. Elaboração própria com base em dados cartográficos e trabalho de campo. Identificação das nascentes e correspondentes lugares dos banho.

Das águas mineromedicinais à ritualização do território

Se, do ponto de vista da Geologia e Hidrologia, se atesta a singularidade deste território, mais relevante para esta reflexão é, porém, o que de particular e distintivo o Homem construiu a partir deste inimitável recurso.

É sobre estes lugares de emergência de água subterrânea, em que a água surge como agente modelador de apropriação, usos e rituais de permanência, que incide a força maior desta uma reflexão.

Neste capítulo dar-se-á conta de que dispositivos, rituais e práticas conformam a realidade dos banhos populares, assumindo como exemplo, a ÁGUA SANTA DA HERDADE, o único lugar que ainda resiste a esta ocupação.



FIG 2. Fotografias de António Perestrelo Matos. Água Santa da Herdade. Ritual: captação, aquecimento e transporte de águas, o banho; alojamentos temporários, estruturas de apoio.

“A história particular de cada nascente revela muitas vezes detalhes de uma história social, que envolve comunidades, migrações, dispositivos de transmissão de informação, pequenos negócios e sistemas de cooperação relativos ao acesso público a nascentes localizadas em propriedades privadas.” (Cristiana Bastos, 2006, p.9)

A água santa da herdade

A interpretação sobre o lugar cuja designação - Água Santa da Herdade, se inscreve inclusivamente na toponímia do Concelho, implica a leitura desdobrada e interdependente de duas dimensões essenciais – o ritual dos banhos e o dispositivo que acomoda a respectiva prática.

- **O ritual dos banhos**

Todos os rituais estão normalmente inscritos no espaço, são ordenados em fases e sequências e implicam uma orientação espacial e posição estável de pontos estratégicos, sendo neste caso determinante a posição da nascente e da banheira na conformação do ritual.

Ao contrário das estruturas concessionadas de prática termal, o aspecto de maior distinção e também de maior significado, à parte de outras considerações, reside na estrutura de visibilidade que

as etapas e os movimentos de preparação do banho, o banho e o descanso após banho (preliminar, liminar e pós liminar), configuram.

É a relação informalmente mediada entre a nascente e a sua apropriação, em conjunto com um dispositivo mínimo de acomodação deste mesmo ritual que na ordem do tempo e do espaço instaura um conjunto de comportamentos individuais e colectivos repetidos e assimilados ao longo da história, favorecendo um quadro de aceitação comum desta realidade, e por conseguinte cultural e simbolicamente relevantes.

As etapas do banho compreendem muito sumariamente, a fase de captação da água da nascente (através de bombeamento), a fase de aquecimento das águas (através de uns bidões baixo fogo) , o transporte das águas em baldes e por último o transvase dessa mesma água para uma banheira de cimento localizada no interior de uns quartos, construídos exclusivamente para este efeito e onde, de resto, o usuário descansa após o banho numa cama.

Uma espécie de mecanismo que organiza a experiência do corpo do espaço e de relação com a paisagem.

Assim, o ritual para além de estimular a memória e cultura local, constrói um conjunto de comportamentos individuais e colectivos padronizados que são simultaneamente meio e pretexto para garantir linhas de continuidade ente o passado e vectores de novidade e inventividade na contemporaneidade.

- **O dispositivo de acomodação da prática e respectivas estruturas de apoio**

O lugar onde se inscrevem os banhos, são antes de mais lugares relacionais, de expressão individual mas também colectiva, palcos de uma ação específica (motivada pela existência das ocorrências hidrominerais - nascentes) através da qual se desencadeiam outro tipo de ações.

Assim o dispositivo de acomodação da prática do banho, compreende uma série de outras áreas satélite que funcionam na interdependência da primordial motivação de ocupação do lugar. Estruturas de sombreamento que albergam a possibilidade de convívio, convertendo-se simultaneamente em espaço cantina, estruturas temporárias onde funcionam um bar e zona de preparação de refeições (que se armam no principio de época em Junho e se desmontam no mês de Setembro), são alguns dos exemplos de uma série de estruturas que se articulam em estreito compromisso com a dependência das virtudes das águas.

Este dispositivo implica o seu reconhecimento espacial mas também a interpretação do seu modelo vivencial e relacional que se desloca entre as dinâmicas de quem ali se desloca por períodos de permanência variáveis, de horas ou dias, mas também da família, que por transmissão geracional organiza o seu pequeno negócio sazonal, ficando a seu cargo a preparação e gestão dos banhos, bem como a exploração do bar e preparação de refeições para quem solicita.

O lugar não dispõe de infraestruturas eléctricas ou de água canalizada pelo que o encaminhamento das águas é estritamente manual e só através de um gerador se pode obter energia.

Tal aspecto dá-nos conta de que uma certa precariedade e desadequação no que respeito a questões por exemplo de higiene, pode, em limite, fazer suspender esta realidade que muito embora impregnada de valor histórico, cultural e simbólica, afigura-se hoje frágil e em processo de declínio.

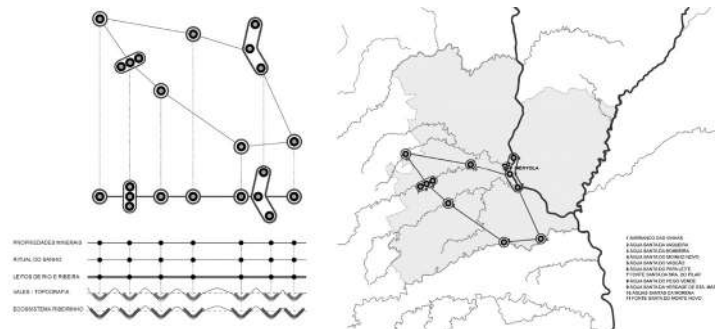


FIG 3. Elaboração própria com base em dados cartográficos e trabalho de campo.

Notas conclusivas

Em síntese, dos 11 casos identificados como lugares de prática do banho, só um permanece ativo.

A uma dinâmica estável de uso e apropriação de uma vasta rede de banhos populares, sobrepôs-se a incapacidade ou indiferença de pensar sobre eles como matéria/objecto essencial de cultura, de sociedade, de identidade, tão pertinente e fundamental, ainda mais, dentro do quadro atual de “crise instituída” que o território e o seu planeamento convocam.

No âmbito específico da arquitetura, a oportunidade que esta realidade introduz como pretexto de reformulação, e re-equação de dinâmicas que operam ao nível do indivíduo, do coletivo, do social, do cultural, da paisagem e do território é profícua.

Assume-se portanto que o resultado desta investigação nos conduzirá a um conjunto de orientações de redesenho da Paisagem, com vista à criação de uma rede de lugares do banho, através de micro-intervenções nos lugares das nascentes, capazes de requalificar áreas, sugerir novas oportunidades de uso, induzir novos tipos de ocupação e por fim a favorecer o ressurgimento do território rural.

Bibliografia

- ACCIAIUOLI, Luís, **Le Portugal Hydromineral**, Ed. Direção Geral de Minas e Serviços Geológicos, Lisboa, 1952;
- AUGÉ, Marc, **Não-Lugares, Introdução a uma antropologia da sobremodernidade**, (M. Pereira, Trad.) Ed. Letra Livre, Lisboa, 2012;
- BASTOS, Cristiana, **A água como Agente Terapêutico: etnografia comparada das termas de Portugal e no Brasil**, Relatório referente ao 1º ano de execução no âmbito de um projecto de investigação, ICS, Lisboa, 2006;
- CALADO, Carlos, **Notícia explicativa Carta de Nascentes Minerais**, Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, Lisboa, 1995;
- CALADO, Carlos., CHAMBEL, António, MONGE, Carlos, **Potencialidades do Concelho de Mértola para o termalismo**", VOLUME I e II, GPGT, Évora, 2004;
- CAUQUELIN, Anne, **A invenção da Paisagem**, (P. Bernardo, Trad.), Edições 70, Lisboa, 2008;
- CHAMBEL, António, DUQUE, José, **Estudo dos Recursos Hídricos Subterrâneos do Alentejo, Anexo IV - recursos hidrominerais**, Universidade de Évora, Instituto de Água, Instituto Geológico e Mineiro e Direção Regional do Ambiente do Alentejo. (coordenado pela Comissão de Coordenação da Região do Alentejo) Évora, 2002;
- CLÉMENT, Gilles, **El jardín en movimiento**, (S. Bossut, Trad.), Ed. Gustavo Gili, SL, Barcelona, 2012;
- MIGLIORI, Maurizio. et al. **Filosofia e Arquitectura da Paisagem**, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012
- CARAPINHA, Aurora, **Escrita na Paisagem**, Catálogo Escrita na Paisagem, Festival de performance e Artes da Terra. Coleção B, Minesis, Évora, 2005,
- COSTA, Alexandre, **Lugares praticados versus Lugares de memória**, poster 04: Transformação: capital urbano e cultural, Ordem dos Arquitectos Secção Regional do Norte, Braga, 2013;

**RITUAL, DISPOSITIVO E PERFORMANCE
O CONTRIBUTO DAS NOÇÕES NA AMPLIAÇÃO
DO CAMPO DISCIPLINAR DA ARQUITETURA**

RITUAL, DISPOSITIVO E PERFORMANCE

O contributo das noções na ampliação do campo disciplinar da Arquitetura

Marta Frazão

Doutoranda pela Universidade de Évora

A água Santa da Herdade, em Mértola, é um lugar que se afirma sobretudo pelo reconhecimento e identificação de um quadro de práticas sociais ali vigentes associados à cultura do banho e não tanto pela consolidação de uma arquitetura formal (resultado de uma ação gerada no plano intelectual) que dá corpo a um programa pré-estabelecido.

Ao contrário dos arquétipos funcionais e modelos arquitectónicos associados ao termalismo (que propõem uma específica forma de uso e configuram uma resposta erudita ao apelo das águas minerais), encontramos neste lugar uma singular concepção de espaço que resulta de um sistema de relações e de ações geradas a partir de um conhecimento prático e empírico, que relaciona o homem com as propriedades terapêuticas da nascente.

Neste sentido, este lugar é aqui perspectivado como suporte de um ritual consolidado ao longo de décadas, construído e valorizado colectivamente a partir da apropriação espontânea e informal da nascente ali existente (cujas virtudes foram sendo reconhecidas empiricamente ao longo do tempo) dando corpo a uma concepção e realização de espaço mediada no essencial pela relação direta que se estabelece entre homem e nascente, corpo e água, paisagem e tempo, finalmente concretizada a partir de um conjunto de ações e movimentos que lhe emprestam o sentido, o propósito e a intenção do lugar.

O homem, percebido na sua dimensão simultaneamente individual e colectiva é, assim, o orquestrador de um mecanismo de improvisado que sustenta um sistema de movimentos e ações que respondem ao estímulo e apelo direto da nascente, configurando de certo modo uma experiência próxima daquela que identificamos nas representações populares, onde uma forte carga simbólica, carrega de drama e espetáculo um determinado contexto físico.

Compreender este lugar é por conseguinte atender às manifestações que nele ocorrem, decifrando as formas e os meios a partir dos quais se depreendem valores próprios da cultura local a partir, neste caso específico das virtudes da água, elemento este desde sempre evocativo de oníricas, fantasiosas e simbólicas concepções.

Poderemos por isso em primeira estância, perspectivar a Água Santa da Herdade como um lugar de representação simbólica, uma lugar de impregnada vivência e expressão cénica e corporal, pelo que se propõe o exercício de decifrá-lo a partir dos elementos estruturadores das artes do espetáculo, com o objectivo dele extrair uma renovada compreensão sobre os fenómenos que condicionam e influenciam as práticas do espaço, matéria fundamental no exercício da arquitetura.

Trata-se em suma de conduzir a reflexão assumindo uma metáfora discursiva, sustentada na ideia de que o exemplo que aqui se retrata encontra muitos pontos de convergência na prática teatral, não no sentido estrito ou

tradicional do seu significado, mas antes no sentido mais lato e aberto do termo.

Exemplo disso é a definição que nos é proposta por Boyer, segundo a qual a palavra grega “theatron”, “significa literalmente “lugar de ver”; demonstrando analogicamente que os espaços teatrais e arquitectónicos são ambos prismas culturais onde o espectador experimenta a realidade social e observa os mecanismo dessa realidade espacial metafórica, estabelecendo uma cena como autêntica e verdadeira, ou como fantasiosa e espetacular”¹.

Também Domingos Tavares refere num artigo “O teatro renasce no espaço das modernas sociedades urbanas como uma das formas de arte capazes de reunir num sentimento o valor das práticas de vida colectiva(...)”² aludindo à ideia de que, de facto, o teatro exalta, retrata, amplia e recria quase sempre os múltiplos aspectos e sub-aspectos que configuram a sociedade, nela cabendo a multiplicidade de rituais, de práticas, de devoções e crenças muitas vezes nela implicados.

É sobretudo esta a orientação do presente texto.

Tratando-se de uma realidade quase extinta e de certo modo anacrónica face à sociedade moderna, uma vez que nos recorda as primitivas formas de apropriação das águas minerais, este exemplo assume a competência sólida de uma lugar alegórico, de um lugar carregado da singularidade e especificidade pelo propósito da prática ou ritual que lhe está subjacente, nele podendo ler-se o drama e a noção de espetáculo que de certo modo lhe está implícita.

Ora é a coberto desta perspectiva que procuraremos por um lado:

- a) Empreender uma leitura centrada essencialmente nas práticas desenvolvidas neste sítio, no universo de interações e movimentações ali observadas, como forma de compreensão maior sobre o lugar em questão;
- b) E por outro, averiguar as possíveis intersecções entre a arquitetura e as artes do espetáculo a partir deste exemplo, já que ambas operam ativamente sobre a noção de espaço e simultaneamente sobre a modificação e manipulação da experiência;

Assim, será a partir das noções de Ritual, Dispositivo e Performance – três conceitos inerentes às artes do espetáculo, e de certo modo próximos da realidade que aqui se aprofunda, que trataremos de desmontar de forma analítica e sistemática o lugar - A água Santa da Herdade - permitindo-nos por fim deduzir sobre quais os predicados e especificidades que influenciam as práticas do espaço e de que modo isso poderá ampliar o campo conceptual e operativo da disciplina da arquitetura.

Ainda antes procurar-se-á descrever o percurso até á Água Santa da Herdade, uma vez que também ele integra já parte da cena, funcionando como o prelúdio ou antecâmara do acontecimento.

¹ BOYER, M. Christine, *The city of collective memory: Its historical imagery and architectural entertainment*. Cambridge:MIT Press, 1994, p.74.

² TAVARES, Domingos, Organização do espaço na referencia simbólica do palco, in *Teatro do Mundo, O Teatro na Universidade, Ensaio e Projecto*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007, p.11..

APROXIMAÇÃO

Agosto de 2014. É pela estrada nacional EN 267 no sentido Mértola-Almodôvar que nos dirigimos à Água Santa da Herdade.

Previamente assinalado por uma placa onde pode ler-se Água Santa, o cruzamento que nos fará desviar deste acesso principal e fazer chegar ao lugar da nascente, surge no nosso lado direito.

Estamos aproximadamente a 16km da vila de Mértola e a 3.5 km de São João dos Caldeireiros, um dos aglomerados que integram o Concelho e que é também uma das sedes de freguesia do município.

A toponímia é desde logo um forte indicador da assimilação histórica e cultural deste lugar. O compromisso que se estabeleceu entre o homem e a água daquela nascente é, ali, naquele cruzamento, denunciado. Um lugar de “atributos e benefícios” identificado pelo topónimo – Água Santa.

Depois de deixar o asfalto, o caminho faz-se por um percurso de terra batida que conforma o limite entre duas herdades. São terrenos que conservam ainda a fisionomia própria de uma cultura extensiva dedicada à produção de cereais de sequeiro.

Um fragmento de paisagem de outros tempos, uma fímbria de território de vocação agrícola, agora cercado por grandes áreas de plantação organizada e sistemática de que são exemplo os pinhais e eucaliptais, de crescimento rápido, denunciado uma visível transformação da paisagem.

Pelo percurso em ligeira pendente, sabemos que nos dirigimos em direção a um pequeno vale. Um trajeto de aproximadamente 2 km cuja inclinação se acentua nos últimos 400m, precipitando-nos sobre a linha de água - A Ribeira de Oeiras.

Ao contrário de outros trajetos, este percurso é também ele já parte do destino, uma espécie de antecâmara que nos prepara para o lugar da cena, para o lugar onde uma surpreendente cadeia de ações e movimentos gravita à volta da nascente – o ritual dos banhos populares³.

Nesta altura do ano não é propriamente a expressão da correnteza e da circulação da água na ribeira que nos detém, mas sim a revelação das suas margens conformada por uma vegetação típica dos cursos de água intermitentes de que são exemplo, bosques baixos de loendros, tamujos e tamargueiras, matos rasteiros de leitões de cheia – choupos e salgueiros, ervas aromáticas e medicinais como o mentrasto e o poejo.

Os campos brancos das herdades (associados às culturas de sequeiro) que confinam com a nascente são assim rematados por uma cortina vegetal densa e de um verde aberto, que só mesmo as zona húmidas dos vales, conseguem assegurar por altura do Verão no Alentejo.

É o contraste da cor e a exuberância das espécies arrumadas em galeria, que, em primeira mão, denunciam a proximidade de água.

³ Banhos populares, (nomeada também, no âmbito da antropologia, por termalismo popular ou crenoterapia clandestina) designa o fenómeno cultural de uso e apropriação espontânea de fontes e nascentes de águas com reportada vocação terapêutica. Opta-se porém pela primeira terminologia, uma vez que termalismo, segundo a definição proposta pela legislação que regula a atividade termal em Portugal, refere-se ao conjunto de atividades terapêuticas desenvolvidas no espaço de um estabelecimento balneário, regulada medicamente e que tem como agente terapêutico a água com propriedades físico-químicas distintas das águas comuns.

Nesta época de estio, a água repousa em apenas algumas represas no leito da Ribeira.

A expressão contínua e fluída da água durante os meses de Inverno, dá lugar em Agosto a um leito seco, apenas interceptado por algumas bolsas de água onde as pessoas se refrescam.

A ribeira é por isso no Verão em muitos pontos atravessável, permitindo transitar de uma margem para outra.

É justamente sobre uma das partes transitáveis da ribeira que se situa a nascente, localizada exatamente sobre o leito da mesma.

Um pequeno poço de secção rectangular (50x70cm), denuncia a ocorrência de água à superfície, sendo este o epicentro de todas as ações e movimentos que ali ocorrem.

A nascente constitui-se assim como o “grande apelo” do lugar, à volta da qual gravitam diversas devoções, encenações, e representações da vida social e cultural da região.[FIG.1]

À parte da imediata identificação da linha de água, confrontamo-nos com um cenário que parece resistir ao tempo, uma imagem que sugere um tipo e modo de vida distantes, desprendido das comodidades e conforto da atual época, afastado das facilidades e garantias do mundo moderno, intensa e autêntica na forma como se ajusta à escassez do meio e ao contexto rural em que se insere.

De cada um dos lados da Ribeira (distantes sensivelmente 30m das suas margens) erguem-se pequenas casas que acomodam os banhistas, algumas já mal tratadas pelo abandono dos seu proprietários.

Na proximidade da linha de água por sua vez, são montadas por altura da época banhar, cabanas. É a família Domingos, que assegura a preparação dos banhos que por sua vez as constrói. [FIG.2]

Estas estruturas em palha servem de espaço/centro de convívio, onde entre degustações da água bendita, e os períodos de intervalo do banhos, se confraterniza jogando cartas, fazendo croché, bebendo e comendo o que das suas casas trazem ou o que a família Domingos disponibiliza.

A família Domingos organiza neste espaço o seu pequeno negócio de Verão e à parte da preparação dos banhos, confeccionam refeições e servem bebidas, ajudando assim à economia familiar.

Neste lugar, não há rede elétrica nem rede de águas e esgotos. A iluminação é garantida por um gerador (apenas para iluminar durante uma parte da noite, o parque de merendas), sendo as bebidas e alimentos conservados em arcas cobertas de gelo.

No meio de uma imensa paisagem, surge então este lugar, um espaço de conquista próprio, um lugar de peregrinação sazonal, uma espécie de enclave ou santuário profano, diferenciado e distinguido no seu estatuto pela forma como o homem o encheu e preencheu de significado ao longo dos tempos.

Um lugar, evocativo de uma experiência física, mental e simbólica de exceção, onde o ritual do banho e paisagem se entrecruzam, pois o ritual revela uma representação concreta associada à redenção pelas águas e a paisagem é em si mesma o suporte dessa mesma representação.

RITUAL

A essência da dimensão espacial, e sobretudo corporal, observada nos rituais foi sublinhada por David Parkin. De acordo com este autor, "o ritual é fundamentalmente feito de acção física" e composto por "movimentos corporais em direcção ou posicionando-se em relação a outros movimentos e posições corporais"(26). Todos os rituais são inscritos no espaço, ordenados em fases e sequências; implicam movimento, direcionalidade e posicionamento; (...)⁴

Pressupondo que o ritual é antes de mais a manifestação de uma série de etapas e ações organizadas numa determinada unidade de espaço e de tempo, configurando por isso uma experiência excepcional e extra-quotidiana, pretende-se destacar os aspectos internos do ritual dos banhos populares, bem como a relação entre os sujeitos que nele participam, aludindo igualmente às diferentes categorias de pertença ao grupo.

Assume-se porquanto, que a "cena e o drama" aqui instituídos não são consequência de um texto dramático, mas sim de um ritual, que funciona como *disparador* de uma cadeia de ações e etapas onde a noção de teatralização se assume como intrínseca ao próprio ritual de "redenção pelas águas", tanto pela forte carga simbólica associada a cada gesto, espera e movimento, como pela sua expressão / evidência colectiva e comunitária.

O Ritual do banho na Água Santa da Herdade poderá, sumariamente, ser observado e desmontado segundo dois grandes momentos:

Um primeiro momento que diz respeito a todas as etapas implicadas na preparação do banho onde a Família Domingues é central na condução das tarefas que antecedem a experiência do banho;

E um segundo momento que está diretamente associado aos banhistas/aquistas que desenvolvem dentro do mesmo contexto (cénico e cenográfico) um outro papel - o de fruidores dos benefícios das águas, ou seja, os que experienciam o banho que o outro grupo trata de preparar.

Analisaremos então em detalhe o Ritual de acordo com estes dois momentos que muito embora indissociáveis, ocupam planos distintos tanto na ordem do tempo, como na cadeia de movimentos.

A posição da nascente é estratégica na organização do lugar. É ela o centro de todas as movimentações e é também a partir dela que se iniciam as diferentes etapas de preparação do banho.

Aproximamo-nos da nascente e logo o incómodo de um cheiro identificado na gíria como "típico de ovos podres" nos assalta. Na base da nascente, junto à falha onde brota a água, apercebemo-nos da libertação de bolhas de ar. Sabemos previamente que se trata da libertação de gás sulfídrico, razão pela qual se designam este tipo de águas de sulfúreas ou sulfurosas.

É a natureza destas águas e suas propriedades, a principal razão do reconhecimento e visibilidade deste lugar.

⁴ MARTINS, João Paulo, *Arquitectura: espaço e ritual*, Novembro de 2006. Texto elaborado com base na dissertação de doutoramento apresentada pelo autor à Universidade Técnica de Lisboa, em Junho de 2006, com o título "Os Espaços e as Práticas sociais: Habitus, Estruturação e Ritual.

Um lugar de benefícios, forjado ao longo de décadas por inúmeras gerações que se deslocam ainda hoje para tratar as suas doenças e mau estares diversos.

As doenças reumáticas e do aparelho digestivo são as mais comumente nomeadas pelos aquistas. São os banhos de imersão diários e a ingestão da água, os principais modos de apropriação da água da nascente.

Os engenhos e artefactos que se distribuem na proximidade da ribeira respondem de forma direta e imediata ao propósito do banho.

Uma bomba capta a água da nascente e é através de uma mangueira que a água é depositada diretamente nos quatro bidões de 200l, assentes em blocos de cimento para ser aquecida. Localizada na margem direita da ribeira, o lugar de aquecimento das águas (o lugar do fogo) dista da nascente aproximadamente 10m.

O fogo prepara-se logo pela manhã. São as canas ceifadas na margem da ribeira e a lenha de esteva que a Família Domingos recolhe durante o mês de Maio, mês que antecede a abertura da temporada dos banhos, que alimentam o fogo responsável pelo aquecimento das águas.

Depois de aquecida, a água é por sua vez retirada dos bidões através de baldes, sendo estes transportados até às casas onde se “dá o banho” (em cada um dos quartos existe uma banheira de cimento, normalmente rebaixadas).

Aqui se faz o transvase dessa mesma água para o interior da banheira, misturando-se com baldes de água fria que estão já em espera na soleira exterior de uma das casas. FIG.3]

Cada banho, consome aproximadamente 8 baldes de água quente e 4 de água fria.

Na água Santa da Herdade tudo se dá a perceber sobre o modo como a captação, o aquecimento e o encaminhamento da água até às banheiras se processa.

A sequência pressupõe assim, uma série de ações e posições ordenadas num tempo específico, guiada simultaneamente por uma espécie de prescrição vigente que foi sendo assimilada e instituída ao longo de diversas gerações, indicando-nos por exemplo que o tempo de duração médio de cada banho é de 20 a 30 minutos, que o número máximo de banhos diários não deverá exceder os dois, e que o tempo de tratamento deverá variar entre nove e os doze dias consecutivos.

Se esta mesma sucessão de etapas se averiguar em termos de distâncias e percursos sucessivamente repetidos facilmente nos apercebemos do esforço empreendido pela família que assegura ainda nesta região e em particular neste lugar, a prática ancestral dos banhos.

Se por um lado identificamos a Família Domingos como um dos principais sujeitos de participação, os aquistas formam por outro, a outras face da base de sustentação do Ritual do Banho.

O grupo dos aquistas reveste-se de uma surpreendente heterogeneidade.

No que respeita à proveniência geográfica, podemos distinguir fundamentalmente dois grupos: os que vêm de concelhos distantes nomeadamente das regiões do Algarve, Alto Alentejo, Estremadura e

Ribatejo, necessitando por isso de pernoitar nove ou doze dias para completar o tratamento, e um outro grupo de aqúistas que se desloca diariamente ao local para fazer o banho, regressando depois a casa. Estes residem por sua vez no Concelho de Mértola ou nos concelhos de proximidade.

Independentemente da proveniência, une-os a experiência do banho e os reportados benefícios e resultados que advêm desta prática. Atenuam e mitigam doenças do foro reumático, desanuviam dores, capacitam de novo alguns movimentos entorpecidos.

Chegam com a necessidade de cumprir mais uma ano de banhos que os ajuda a passar melhor o Inverno.

Os que chegam e os que pernoitam na água Santa da Herdade sabem que os banhos começam cedo. Idealmente todos os banhos ocorrem durante a manhã.

Conforme os quartos disponíveis e o número de aqúistas o Sr. João Domingos, sua mulher e filhos, encarregam-se de fazer a gestão dos banhos.

Aguardam que encham as banheiras no interior de cada quarto, entram com os seu pertences, fecham as janelas (porque não convém sujeitarem-se a correntes de ar) e durante meia-hora aproximadamente entregam-se ao banho quente de imersão. Um recolhimento devoto associado a uma certa ideia de renovação que a água lhes devolve, recordando-nos as primitivas formas de relação entre o corpo e a água.

Após o banho embrulham-se numa toalha, deitam-se na cama e repousam por um período mínimo de 15 minutos, convenientemente tapados por uma manta, prolongando assim a temperatura quente do corpo. Saem 45 minutos depois, muitos deles com casacos e gorros para evitarem os resfriados.

Os que regressam a casa, despedem-se com um até amanhã, os que ficam preparam as suas refeições, passeiam pelas imediações, jogam cartas, fazem renda, entregam-se à conversa, compondo o dia que lhes resta até ao banho seguinte. São as termas populares da região.

Assiste-se entre os provedores deste lugar – a família Domingos – que prepara os banhos e o grupo de aqúistas uma forte cooperação. Todos se movimentam conscientes dos tempos, vocações e devoções de cada um.

O ritual do banho surge assim como a manifestação e consolidação de um quadro de representações, que a cada ano se repete. A época inicia-se a 24 de Junho e termina no primeiros dias de Setembro, assistindo-se durante este período à demonstração e revelação diária desta prática.

Durante este período a vida na Água Santa da Herdade está estipulada de acordo com modos de comportamento reiterados, assimilados social e culturalmente ao longo do tempo, uma espécie de vigência colectiva marcada pela singularidade da prática dos banhos que durante o Verão emerge sob a preposição de um ritual popular de forte incidência regional.

Uma espécie de enclave, assinalado por um ritual que encontra na água a expressão simbólica do seu grupo ou comunidade de interesse, mobilizando um conjunto de ações ordenadas, uma série de artefactos e objetos que fundamentam o processo social que lhe é intrínseco e de onde emerge naturalmente um dispositivo que de seguida trataremos de compreender.

DISPOSITIVO

(...)Disposições como configurações dinâmicas, isto é como distribuições de posições combinadas no espaço;

Disposições como “forma” e “ordem” mas também como “carácter” e “atitude” (predisposição para a ação).

Uma disposição que gera por sua vez um dispositivo – um reativo frente ao lugar.

Um dispositivo (aberto e evolutivo) mais que um desenho (cerrado e exato).⁵

Se entendermos o Ritual como a expressão de um quadro de práticas sociais, alicerçadas numa forte componente visual, simbólica e de representação, facilmente deduzimos sobre a relevância do *dispositivo apontador*⁶, que assegura e direciona a atenção, que instiga o olhar e que é eficaz em dar a observar.

Ao contrário dos clássicos e tradicionais espaços de teatro, que nos propõem uma específica forma de organização e distribuição, aqui, a concepção de espaço é moldada pelo imprevisto e informalidade, adivinhada e forjada na oportunidade que o contexto e a paisagem envolvente propiciam.

Deste modo, parece-nos mais apropriado perceber a estrutura de acomodação deste ritual através da noção de dispositivo, e não tanto pela noção de desenho, que pressupõe ser gerado a partir de um ato intelectual prévio. Mais do que a forma importa a estratégia de ocupação.

Tudo aqui se molda e aperfeiçoa em função de um tempo próprio, de uma dinâmica continuada e persistente de relação entre o homem e o lugar, dando origem a um modelo de instalação em permanente atualização.

Identifiquemos então as componentes essenciais que integram este dispositivo de acomodação do ritual dos banhos: a nascente, a zona de aquecimento de águas (já mencionadas anteriormente) e dois tipos de estruturas edificadas de que fazem parte:

a) Uma primeira linha de construções leves, de vocação sazonal na proximidade da ribeira;

b) E um segundo alinhamento de pequenas e modestas casas, cuja construção terá ocorrido entre as décadas de 20 e 40 pelos proprietários das herdades que confinam com a nascente, com o propósito de ali providenciarem uma zona balnear e terapêutica para a família e amigos.

Na proximidade da ribeira, instalam-se estruturas em palha e alpendres de permanência temporária. Estas estruturas erguem-se no princípio de Junho, sendo posteriormente desmontados em Setembro, no final da época de Verão.

Afastados por sua vez 30m da Ribeira, encontram-se as casas que albergam os quartos, servindo simultaneamente o propósito do banho e da dormida. [FIG.4]

As estruturas em palha servem de bar e cozinha de apoio ao grande espaço de convívio - um alpendre que funciona como parque de merendas.

⁵ GAUSA, Manuel, *Diccionario Metapolis Arquitectura Avanzada*, Actar Ediciones, Barcelona, 2001, p.169. (tradução livre)

⁶ MOURA, Vitor, O espaço teatral e a condição do espectador, in *Teatro do Mundo, O Teatro na Universidade, Ensaio e Projecto*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007, p.75.

A família organiza neste espaço o seu pequeno negócio de Verão e à parte da preparação dos banhos, confeccionam refeições e servem bebidas, ajudando assim à economia familiar.

Estas estruturas são construídas com aquilo que as margens encharcadas da ribeira providenciam, o seu tempo de preparação e execução alinham-se com a ordem dos ciclos naturais e finalmente, a cadeia de ações, o ciclo da atividade familiar e correspondentes tarefas de produção, integram já parte do Ritual associado à prática dos banhos.

Afastadas do leito da Ribeira encontram-se por sua vez, as construções permanentes.

Duas na margem esquerda da Ribeira, situadas numa posição sobranceira em relação à ribeira e três na margem direita igualmente localizadas a meia encosta - sensivelmente 2 m acima do nível médio do leito de cheia.

De todas as construções só duas permanecem utilizáveis e aptas para a prática do banho. As restantes casas (todas elas construídas com o mesmo objectivo e propósito) encontram-se atualmente em elevado estado de degradação.

Independentemente da variação dos polígonos de implantação de cada uma das construções, a organização dos espaços é em tudo semelhante.

A partir de um corredor central organizam-se os acessos aos quartos e quando não existe corredor, como é o caso das casas situadas na margem esquerda da ribeira, o acesso a cada uma das habitações faz-se diretamente a partir de uma porta exterior.

Dentro de cada uma das habitações existe apenas uma banheira normalmente rebaixada, localizada num dos cantos, uma cama (individual ou de casal) e uma cadeira de apoio.

De notar que nenhuma das construções dispõe de rede de água, esgoto ou eletricidade. As casas obedecem em suma a um esquema funcional muito simples e elementar, configurando no essencial uma resposta direta ao principal objectivo destas construções - a existência de um abrigo que simultaneamente acolhe a prática dos banhos e assegura igualmente os períodos de estadia neste lugar.

À semelhança das construções provisórias/temporárias, os sistemas construtivos adoptados, os materiais e técnicas empregues, revelam igualmente uma arquitetura feita dos "saberes fazeres" locais, dos recursos disponíveis da terra e fundamentalmente de uma consciência por parte do homem em torno de uma acertada adequação entre meios e fins, entre recursos existentes e os usos que deles se fazem.

Quer do ponto de vista da posição estratégica que ocupam cada um das estruturas em relação à envolvente, quer do ponto de vista do programa a que respondem e das técnicas construtivas e materiais empregues, o conjunto das construções que configuram este dispositivo de acondicionamento da prática do banho respondem tanto ao propósito que lhes deu origem como ao contexto físico e cultural em que se inscrevem.

Contrariamente ao que se presumiria como resultado de alguma discricionariedade e aleatoriedade própria de uma lugar que emerge da apropriação informal e espontânea por parte de uma comunidade que vê nos

benefícios da água da nascente o seu propósito e fundamento, o que nos é porém revelado, é uma ordem própria num contexto determinado, uma estratégia de ocupação vinculada às condições e circunstâncias específicas que ali se inscrevem.

Também no que diz respeito à implantação das estruturas edificadas, elas resultam de uma resposta inequívoca e hábil às condições físicas e ambientais do lugar.

As estruturas leves e provisórias localizam-se na proximidade da ribeira, as construções permanentes por sua vez distanciam-se sensivelmente 30 m da linha de água.

É o nível da água, distinto na época de Verão e de Inverno, que regula o compromisso entre as diferentes construções e sua localização.

As construções permanentes inscrevem-se deste modo, numa linha segura que as protege das cheias do Inverno, quando a ribeira caudalosa dilata as suas margens, tirando partido da elevação do terreno e beneficiando assim de uma posição sobranceira em relação à ribeira.

Já as construções na proximidade da ribeira, obedecem a uma lógica de transitoriedade e temporalidade motivada pela sazonalidade. São pensadas em função da época dos banhos - o Verão, e por essa razão executadas em materiais leves, numa lógica construtiva temporária, podendo assim ser implantadas junto à ribeira e na proximidade da nascente.

Também do ponto de vista programático, se reconhece uma hierarquia de usos e funções.

O programa de vocação mais comunitária e social (alpendres, parque de merendas, bar e cozinha de apoio), é distribuído pelas construções leves, tirando partido da proximidade da água e das margens da ribeira, onde uma vegetação densa conforma os seus limites.

Abrigadas do sol por esteiras em caniço e ladeadas pelos choupos, salgueiros e loendros, estas áreas traduzem-se assim num espaço de conforto térmico e visual através do qual se alcança a compreensão e a percepção clara de um espaço concebido com intencionalidade e intensidade.

Por outro lado, o lugar do banho, espaço desejavelmente tranquilo, de luz controlada e difusa de modo a favorecer o repouso após o banho de imersão, toma por sua vez o espaço das casas, distantes da nascente e do espaço de lazer e convívio.

Tudo aparenta obedecer a um todo orgânico em que as condições físicas da paisagem, as suas dinâmicas e mutações sazonais, o meio rural em que se insere, os recursos disponíveis, a prática do banho e os programas auxiliares que surgem como complemento a esta mesma prática, são também reforçados pelo conjunto de estruturas que aqui se dispõem.

Afinal, mais do que uma erudita forma de acomodar um programa, o que aqui se revela é antes uma espécie de instalação montada e desmontada a cada ano. Um mapa de reação e resposta à cadeia de ações e movimentos implicadas no ritual do banho, dando-nos conta da transitoriedade da cena mas sobretudo da própria natureza do processo ritual, onde se identifica uma estrutura sequencial idêntica à estrutura dramática clássica - um início, um meio ou clímax e um final.

João Domingos, conhecido no Concelho como o João da Água Santa, cresceu a ajudar o pai na organização dos banhos. Já o seu avô, fazia igualmente daquele lugar a sua ocupação e sustento na época de Verão.

Apanhador de fruta em França entre Setembro e Novembro, tosquiador de ovelhas durante a Primavera, e trabalhador da construção civil noutras épocas do ano, é esta modalidade de pluri-atividade que lhe permite estar disponível no Verão para assegurar a época do banhos na Água Santa da Herdade.

Dele e da sua família depende a atividade neste lugar e a consequente continuidade da prática dos banhos neste Concelho, atualmente o único lugar que ainda resiste a este ritual.

O grupo dos aquistas por sua vez, é um poliedro composto de várias contextos, proveniências e idades.

Os que vêm de longe, marcam antecipadamente a sua estadia.

Cidália, mulher de João Domingos recorda o exemplo de duas famílias da Baixa da Banheira que desde há 40 anos se deslocam à Água Santa da Herdade para cumprirem os nove dias consecutivos de tratamento.

Já o Sr. José Filipe, residente no Concelho, desloca-se diariamente à Herdade. Neste caso, é o Sr. João Domingos, que assegura a sua deslocação. Todos os dias durante o período de tratamento, este encarrega-se de o ir buscar a sua casa, trazendo-o de volta após o banho. João Domingos fala-nos empolgado da recuperação do Sr. José Filipe, antigo dirigente de uma das Juntas de Freguesia do Concelho. *“nos primeiros dias mal andava e agora já entra e sai da banheira sem ajuda.”*⁹

A população aquista é maioritariamente sénior, como aliás é comum na prática do termalismo tradicional, porém um renovado interesse por parte de outras faixas etárias tende a emergir.

Cláudia de 40 anos de idade, acompanha regularmente o seu marido nos tratamentos. Passam vários fins de semana durante o Verão na Água Santa da Herdade. Engenheira a trabalhar no Algarve, encontra naquele lugar o pretexto para desanuviar do ambiente saturado do turismo de praia.

Identifica sobretudo a generosidade das pessoas, a genuinidade do lugar e a paisagem como os principais motivos de interesse.

Muito embora resista à prática do banho, percebe e respeita a opção do marido, cerca de 25 anos mais velho, que desde há muitos anos acorre ao local para tratar as suas dores reumáticas.

Admite que as águas façam bem e quando questionada sobre a sua relutância em relação à prática dos banhos, identifica em primeira mão as questões de higiene como factor de maior resistência.

Toma banho da água da nascente recorrendo ao uso da mangueira mas admite a sua desconfiança relativamente aos banhos de imersão, já que a mesma banheira é usada por diversos utentes, aspecto que confessa não conseguir ter ainda ultrapassado.

⁹ Entrevista feita ao Sr. João Domingos em Agosto de 2014, no âmbito do trabalho de campo desenvolvido na Água Santa da Herdade a propósito da dissertação de Doutoramento em curso com o título: O USO DAS ÁGUAS NO DESENHO RURAL CONTEMPORÂNEO, de Marta Frazão.

Já Martine de nacionalidade francesa, 55 anos de idade, residente em Ourique, que trocou a sua vida em Paris onde era contabilista pela vida do campo há 15 anos, diz não abdicar dos banhos da água Santa da Herdade por conta do bem estar que elas promovem.

Todos os anos Martine e Joaquim seu companheiro, fixam a sua autocaravana na Água Santa da Herdade e fazem daquele lugar o seu local de férias de Verão.

Quando se cansam, dizem eles, regressam a Ourique. É porém ali que se sentem bem, beneficiando do convívio e de um ambiente tranquilo que segundo eles lhes permite ainda distinguir e identificar o som de diferentes pássaros, o vislumbre de perdizes e lebres soltas.

Igual testemunho de relação afectiva com o lugar e de sentido de liberdade, se adivinham das palavras de João e Susana, filhos de João e Cidália.

Não bebem outra água que não a da Água Santa da Herdade e pensam um dia também eles dar continuidade à tradição dos banhos.

João aprendeu já a técnica de montagem das esteiras em caniço e Susana é o braço direito da mãe na organização e preparação das refeições.

Sentem-se felizes naquele lugar e desejam que o ano passe rápido para voltar à Água Santa da Herdade.

A este lugar rumam caçadores, homens do campo, funcionários do município, “doutores da região”, velhos, novos, crianças, mulheres, homens. Coabitam os devotos da água e os ocasionais visitantes que configuram o terceiro grupo que performatiza o lugar.

Ocupam na “cena” o lugar dos espectadores, dos observadores, revelando uma posição mais periférica e satélite em relação ao ritual dos banhos.

Complementar e não menos relevante, este grupo expressa uma outra possibilidade de relação com o lugar - o do usufruto simples da paisagem, do convívio, acrescentando-lhe para além da dimensão simbólica, também a dimensão social e comunitária.

Em suma, uma mistura e coexistência de diversos agentes sociais, de distintas motivações e formas de relação, integram o longo processo de “evidência” deste ritual.

Todos eles contribuem em definitivo para por em ênfase a prática dos banho populares, que quer através do seu dispositivo, quer através da performance dos seus indivíduos, reforçam a relevância e importância das práticas sociais na construção do lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É através da relação intensa e continuada que se estabelece entre o homem e a Água Santa da Herdade que se reescreve a história do lugar.

Extraíndo-o da condição de anonimato, ele emerge sob a forma de espaço carregado de representações, de devoções onde coabitam simultaneamente a dimensão social, cultural, comunitária e simbólica.

Um lugar que por um lado consolida a sua dimensão cénica e visual através da paisagem, e que por outro, suporta e comporta uma série de práticas sociais, centradas num ritual de exceção – o ritual dos banhos populares.

Como se pode descrever, quer através do seu particular dispositivo de assentamento, quer através da performance dos seus indivíduos, este lugar é fundamentalmente construído a partir das manifestações e interações que ali tomam lugar, pondo em evidência para além da intrínseca expressividade dramática e simbólica associada ao ritual em questão, uma particular forma de relação entre comunidade e território, entre homem e lugar, entre corpo e água.

Por tudo isto, se propôs o exercício de aproximação a outros saberes a partir da analogia entre este lugar e o teatro, entre o que ali ocorre e as artes da representação uma vez que ambos os campos disciplinares, operam ativamente na “modificação da experiência”.

De facto, compreender o espaço e o lugar a partir de uma atitude mais culturalista, aproximando-nos inclusivamente de outras áreas do conhecimento, permite-nos de certo modo *“ultrapassar a dimensão estritamente visual do espaço e da arquitetura, o primado da bidimensionalidade e da imagem que tanto têm confinado a prática e o debate arquitectónico contemporâneos”*,¹⁰ possibilitando abrir o campo de análise e reflexão sobre as noções de espaço e lugar, e dilatando assim o próprio debate no interior da disciplina da arquitetura.

708

¹⁰ MARTINS, João Paulo, *Arquitectura: espaço e ritual*, Novembro de 2006. Texto elaborado com base na dissertação de doutoramento apresentada pelo autor à Universidade Técnica de Lisboa, em Junho de 2006, com o título “Os Espaços e as Práticas sociais: Habitus, Estruturação e Ritual.



FIG.1 Localização da nascente.
Fotografias de António Perestrelo Matos.



FIG.2 Enquadramento geral da Água Santa da Herdades . A Família Domingos.
Fotografias de Mercês Tomáz Gomes e Marta Frazão



FIG.3 O banho na Água Santa da Herdade
Fotografias de Mercês Tomáz Gomes e Marta Frazão

710

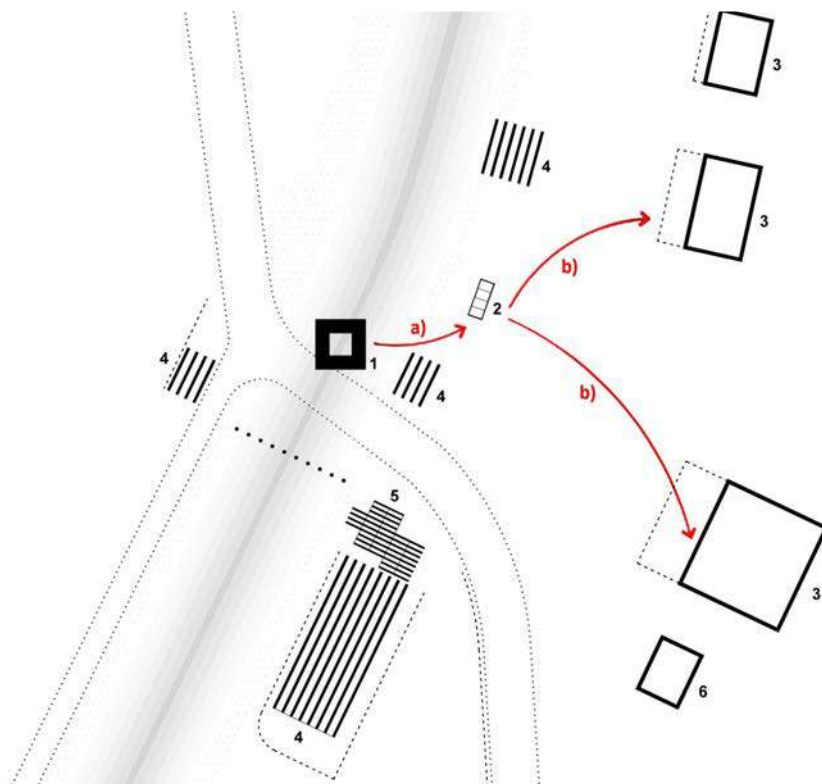


FIG.4 O dispositivo de acomodação do ritual do banho

1. Nascente 2. Aquecimento da água 3. Local do banho 4. Estruturas de sombreamento 5. Estruturas de apoio: bar/cozinha/parque de merendas 6. Instalações sanitárias. a) Encaminhamento da água em mangueira para os bidões, b) transporte de água quente em baldes de 5 l.

**ESTÂNCIA TERMAL, BALNEÁRIO E BANHOS
POPULARES:
ESCALAS E VARIANTES FORMAIS E CULTURAIS
DO PATRIMÓNIO TERMAL PORTUGUÊS**

Estância Termal, Balneário e Banhos Populares: Escalas e Variantes Formais e Culturais do Património Termal Português

Resumo

Portugal tem uma longa tradição no uso das águas minerais, para fins terapêuticos, de que são exemplos as heranças edificadas. Pela lista de estudos hidrológicos e de química analítica que remontam ao séc. XVIII e pela diversidade de contributos das ciências sociais, em particular da antropologia da saúde, o país apresenta uma vocação e interesse no estudo e aprofundamento destas matérias em contexto científico.

Como objetivo desta proposta de comunicação, pretende-se estudar, à luz da disciplina da arquitetura, o conhecimento sobre as diversas formas de organização da prática termal, cuja diversidade de tipos e modelos nos oferece um amplo e profícuo campo de análise e reflexão sobre a particular cultura de redenção pelas águas, em todas as suas escalas, formas e expressões culturais.

A significativa concentração de lugares de vocação termal identificados em território português e a diversidade de tipos que se sobrepõem na época contemporânea sugerem uma abordagem de carácter taxonómico, capaz de favorecer uma leitura panótica e ao mesmo tempo sistemática sobre este património singular (histórico, arquitetónico e sociocultural) que emerge a partir dos benefícios da água.

Considerando, previamente, três tipos de organização (estância, balneário e banhos populares), que se apresentam, ora em complexas e eruditas formas de organização do espaço termal, ora em rudimentares formas de prática termal, procuraremos empreender a nossa reflexão a partir de uma metodologia que tem como base discursiva a comparação – simultaneamente teórica, empírica e dedutiva –, que cruza os três modelos selecionados, com três pressupostos de análise.

1. Organização do Espaço e das Estruturas Edificatórias:

Dependendo do modelo em questão, identificam-se distintas formas de consolidação do espaço. Se a estância termal tem uma forma específica de organização instituída a partir de uma arquitetura formal (resultado de uma ação gerada no plano intelectual), encontramos no caso dos banhos populares sítios que se afirmam, sobretudo, pelo reconhecimento e identificação de um quadro de práticas e ações, geradas pelo improvisado que respondem ao estímulo e apelo direto da nascente.

2. Território e Paisagem:

A cada um dos modelos correspondem distintas formas de territorializar, ou seja de ocupar, de modelar, de transformar e, por fim, de criar paisagem. À paisagem desenhada, encenada e empenhada em favorecer cenários de carácter contemplativo e hedonista, como é o exemplo da estância termal, verifica-se noutros casos uma paisagem não ensaiada, ou seja, de carácter operativo, funcionando ela própria como estrutura primordial e essencial de suporte à prática e ao ritual dos banhos.

3. O Homem e a Água:

Historicamente, o crescente nível de especialização e medicalização, através das águas, conduziu à crescente complexificação das estruturas termais. De acordo com os modelos seleccionados, verificaremos distintas formas de relação e de compromisso entre o Homem e a água, que se deslocam entre realidades fortemente sustentadas na ciência e noutras com base no conhecimento empírico e simbólico.

O estudo pretende consolidar, através das suas conclusões, a hipótese de que os exemplos refletem a importância da água na fixação e sustentação de amplos processos sociais e culturais, constituindo-se como património de inegável interesse material e imaterial em território português e com singularidades à escala internacional que importa valorizar e dinamizar.

713

Palavras-chave:

Termalismo, Arquitetura, Urbanismo, Paisagem, Património.

Introdução

A origem da água como agente terapêutico inicia-se na capacidade ancestral de observação dos melhoramentos em animais feridos e doenças do Homem. Antes das suas origens científicas, o uso da água associava-se, também, às práticas de higiene, convívio, políticas e religiosas (ritos de purificação). Esta tradição transmitiu-se durante séculos, coexistindo as experiências populares espontâneas com as mais eruditas nos seus rituais e construções de apoio.

O termo “termalismo”, ou “crenoterapia”, designa os conhecimentos e as práticas terapêuticas por via do uso da água mineral natural, sendo que a sua definição se ampliou dado o contexto associado a meios complementares de prevenção, terapia, reabilitação e bem-estar. A “crenoterapia”, neologismo criado pelo médico neurologista Louis Théophile Joseph Landouzy (1845-1917), é um conceito que implica a utilização de águas a temperaturas e tempos de exposição variáveis e com características naturais, físico-químicas e biológicas, que dependem do terreno de origem e do percurso até a sua zona de emergência ou captação. As águas podem também favorecer o desenvolvimento de lamas terapêuticas, vapores e diversos organismos vivos. Os efeitos localizados do calor no corpo são, primariamente, os metabólicos e, secundariamente, os circulatórios e os respiratórios, manifestados na aceleração das reações metabólicas e no aumento do fluxo sanguíneo e do número de movimentos respiratórios.

Desde o século XV que o termalismo, como terapêutica das águas minerais naturais, se procurou definir e suportar no conhecimento de quais as substâncias ativas no organismo humano. O progresso dos conhecimentos científicos permitiu recorrer à hidroterapia, com maior discernimento e com base nas análises das águas, tentando interpretar o mecanismo terapêutico.

A eficácia dos tratamentos termais e a facilidade da sua aplicação têm um impacto positivo na saúde, em termos preventivos e terapêuticos. As termas estão organizadas, espacialmente, de forma a tratar patologias específicas, de acordo com as características das suas águas, dos meios técnico-terapêuticos disponíveis, de regras alimentares associadas e do contacto com a envolvente natural. Se bem que os estabelecimentos termais tenham dado resposta à procura, os novos conceitos associados, não só à cura, mas também a tratamentos revitalizantes, de anti-*stress*, promoção do descanso físico e emocional e correção de hábitos comportamentais nocivos à saúde, cujo mercado é mais exigente, obrigam a profundas adaptações funcionais e formais, com vista a permitir ao utente experiências sensoriais plenas e maior eficácia nos objetivos procurados.

No presente estudo, em que nos retemos nas escalas e variantes formais e culturais das termas portuguesas e do património associado, devemos começar por reconhecer os conceitos, distinguir os termos e clarificar a sua origem, aludindo em simultâneo à operacionalidade e à pertinência do exercício que os compara, em diversos contextos espaciais, na releitura/revisitação do fenómeno termal.

Ressalvamos que a Arquitetura, como disciplina de natureza interdisciplinar e “vaso comunicante” entre outras, se reveste de um discurso multidisciplinar, ao qual se sobrepõem dimensões que não a estritamente associada ao desenho. A compreensão deste implica recorrer a outras áreas do conhecimento que o informam (Hidrologia Médica, História, Geografia, Ciências Sociais, Estética, Filosofia e Economia), numa convergência disciplinar que vai ao encontro das tendências atuais da investigação científica, orientada para a resolução de problemas da sociedade. O “departamentalismo” das áreas do conhecimento deve dar lugar ao confronto e às intersecções com perspetivas teóricas e estratégias de aplicação para resolução de desafios e problemas comuns.

Neste sentido, a presente reflexão centra-se no aprofundamento e na sistematização do conhecimento diversificado do universo do Termalismo, concretamente sobre as várias formas de organização do “culto da água” e da prática termal, suas escalas e especificidades, apoiada no extenso trabalho de campo e recolha etnográfica que tem vindo a ser realizado pelos autores do presente artigo (Jorge Mangorrinha, maioritariamente no termalismo concessionado, e Marta Frazão, no “termalismo popular”) e que aqui se organiza a partir da seleção de três modelos/tipo que perfazem a história das “geografias de água”¹, em contexto português.

Ainda que mais adiante se procure definir cada um dos modelos em estudo, importa fixar o essencial que os distingue.

O balneário e a estância termal são organizados sob modelos que se inscrevem na lógica do tratamento legitimado, ou seja, estruturas medicamente assistidas, a que lhes correspondem, por sua vez, exemplos de uma arquitetura mais ou menos formal ou mesmo erudita. E os banhos populares consagram uma forma de termalismo informal, que reside na apropriação espontânea de nascentes, cujos benefícios das águas foram sendo assimilados empiricamente ao longo dos tempos, a que correspondem, normalmente, instalações de carácter temporário e efémero, que designamos como rede de artefactos e construções auxiliares, dispostas no sentido de garantir a prática do banho.

Cada um destes universos – o medicalizado e o não medicalizado – tem sido, porém, tratado pela generalidade dos estudos de forma separada. Poucos são os que tendem a

considerá-los como realidades em simultâneo, na dedução sobre esta particular cultura de “redenção das águas”, que não somente patrimonializa edifícios, lugares e territórios, como releva a história de uma das mais antigas formas de migrações em Portugal.

Mas qual será a razão segundo a qual têm sido estes modelos tratados separadamente?

Estamos convictos de que é por força de uma legislação que, desde o final do século XIX, regula a exploração das ocorrências hidrominerais em Portugal, colocando a ênfase no processo de legitimação científica e na figura da concessão. Deste modo, assiste-se ao desprimorar de outras formas, igualmente expressivas e complementares, de afirmação da cultura do banho que, embora se afirmem pelo conhecimento empírico de longas décadas, contribuem para a consolidação das “geografias da cura e do bem-estar através das águas”, em território nacional. Afinal, o uso das águas, como “prática popular”, coexistiu com práticas institucionalizadas (Quintela, 2012), pelo que, no presente artigo, optamos por abordá-las como realidades complementares e não como antinomias dessa mesma realidade.

Neste sentido, pretende-se justamente ensaiar o confronto entre modelos que, independentemente do seu grau de institucionalização, ou seja, da sua natureza regulamentar ou normativa, concorrem para a construção da percepção sobre o efeito catalisador das águas, na modelação de lugares, na organização de territórios e na edificação de estruturas, que reforçam as questões de identidade, cultura e memórias colectivas.

716

Organizado em três partes, este artigo prevê, num primeiro momento, a clarificação de cada um dos conceitos/termos, deduzindo o significado de cada uma das expressões na contemporaneidade, seguido da proposta de identificação e distribuição de cada modelo em território nacional, em concreto em Portugal Continental, aludindo, não somente à quantidade e profusa difusão de lugares de prática termal, como também à diversidade observada na justaposição e coexistência dos três modelos em época contemporânea. Finalmente, promover-se-á o confronto entre os três modelos, no que respeita em concreto à organização do espaço e das estruturas edificatórias. Daí resultam as considerações finais.

Do grau zero dos banhos populares à sofisticação das estâncias termais

A clarificação e a distinção dos termos “estância termal”, “balneário” e “banhos populares”, que aqui se propõe, atende em especial ao seu significado na contemporaneidade e ao apuramento das suas variantes espaciais, de escala e forma, em contexto português.

Não obstante, não deixaremos de dispensar a sua etimologia, como forma de aproximação ao que julgamos ser distintivo e complementar em cada uma das designações.

Estas consolidam um modelo físico, vivencial e relacional díspar de acomodação da prática termal, distinguindo-os, em substância, na sua relação com a ordem do tempo, o grau de especialização dos tratamentos, a sua vertente medicamente regulada ou não, o desdobramento e a complementaridade dos programas e, por fim, a expressão das suas construções.

Neste sentido, cada um dos termos designa distintos estádios de desenvolvimento que podem persistir ancorados às iniciáticas e rudimentares formas de acomodação da prática hidroterápica, de que são exemplos os banhos populares, ou por outra, evoluindo para modelos complexos, onde novos programas aliados ao cientificismo das águas e a um erudito ideário formal e estético (recorrentemente importado de outros países europeus) se afiguram como expoente máximo das “geografias da água”. Referimo-nos, neste caso concreto, às estâncias termais, como um todo complexo.

É nessa deslocação do popular para o científico, do empirismo para a medicalização, da informalidade para a institucionalização, dos acampamentos locais para as primeiras formas de atividade económica, que se inscrevem os modelos em questão.

Começemos pelos banhos populares.

Françoise Loux designa como “termalismo popular” a prática tradicional do uso das águas nas fontes, a que são atribuídas virtudes terapêuticas (Loux, 1990), sendo a validação das propriedades terapêuticas das águas feita de modo empírico, a partir do uso cultural dos seus benefícios.

Cristiana Bastos, por sua vez, alude às práticas populares de banho terapêutico, como “reveladoras de detalhes de uma história social, que envolve comunidades, migrações, dispositivos de transmissão de informação, pequenos negócios e sistemas de cooperação” (Bastos, 2002: 9), aludindo a lugares de apropriação livre e espontânea, onde se aplicam dispositivos de construção não programados.

António Perestrelo, que esteve associado ao trabalho de levantamento e recolha etnográfica de locais de nascentes de água a que são atribuídas qualidades terapêuticas em território português, desenvolvido pelo Instituto de Ciências Social (2001-2004), refere que os utentes são, na sua maioria, provenientes da sociedade rural e os preços praticados nos tratamentos inferiores em relação aos praticados nas termas concessionadas (Matos, 2004), remetendo, assim, como a própria designação “popular” indica, para um perfil de aquista que, maioritariamente, pertence a classes economicamente menos favorecidas.

Esta prática foi consolidada ao longo de décadas, construída e valorizada coletivamente a partir da apropriação espontânea e informal da nascente, de forte incidência

rural, onde a estrutura de acomodação resulta de uma rede de artefactos e construções auxiliares, que se dispõem no sentido de modelar as ações sobre o lugar, providenciado banhos, refeições e dinâmicas de convivialidade.

Derivemos, agora, para os outros dois modelos em estudo, o “balneário” e a “estância termal”, que corporizam os dois exemplos fundamentais da institucionalização do termalismo.

O primeiro organiza-se no sentido de garantir a administração e a gestão dos banhos, representando uma unidade autónoma, a que corresponde normalmente um edifício único, constituindo-se como estrutura-base e primeira da “coisa” termal. A sua implantação é também a da nascente – um referente urbano que sinaliza a presença da água. Edifícios com uma concepção “marcadamente racional”, em que o desenho da arquitetura passa a pautar-se pela “regra e pela disciplina” (Pinto, Mangorrinha, 2009), que podem exprimir maior ou menor complexidade decorativa mas que, em si mesmos, são equipamentos de resposta ao programa essencial de promoção de cuidados de saúde e tratamento através da água.

Ao balneário corresponde, em suma, a primeira forma de organização do programa terapêutico, através das águas, testemunhando os esforços na sedimentação do conhecimento científico que, num primeiro momento, se concentra nos benefícios da água. Observaremos, mais adiante, que este tipo alberga, no essencial, uma bateria de quartos de banho, com banheira, e gabinetes de apoio médico e auxiliar, cujo desenho se complexifica com os avanços significativos na área da Química Aplicada e com novas lógicas de aculturação, que tendem a aristocratizar o espaço e o ideário termal, elevando-o a uma escala e preponderância territorial de maior grandeza e amplitude.

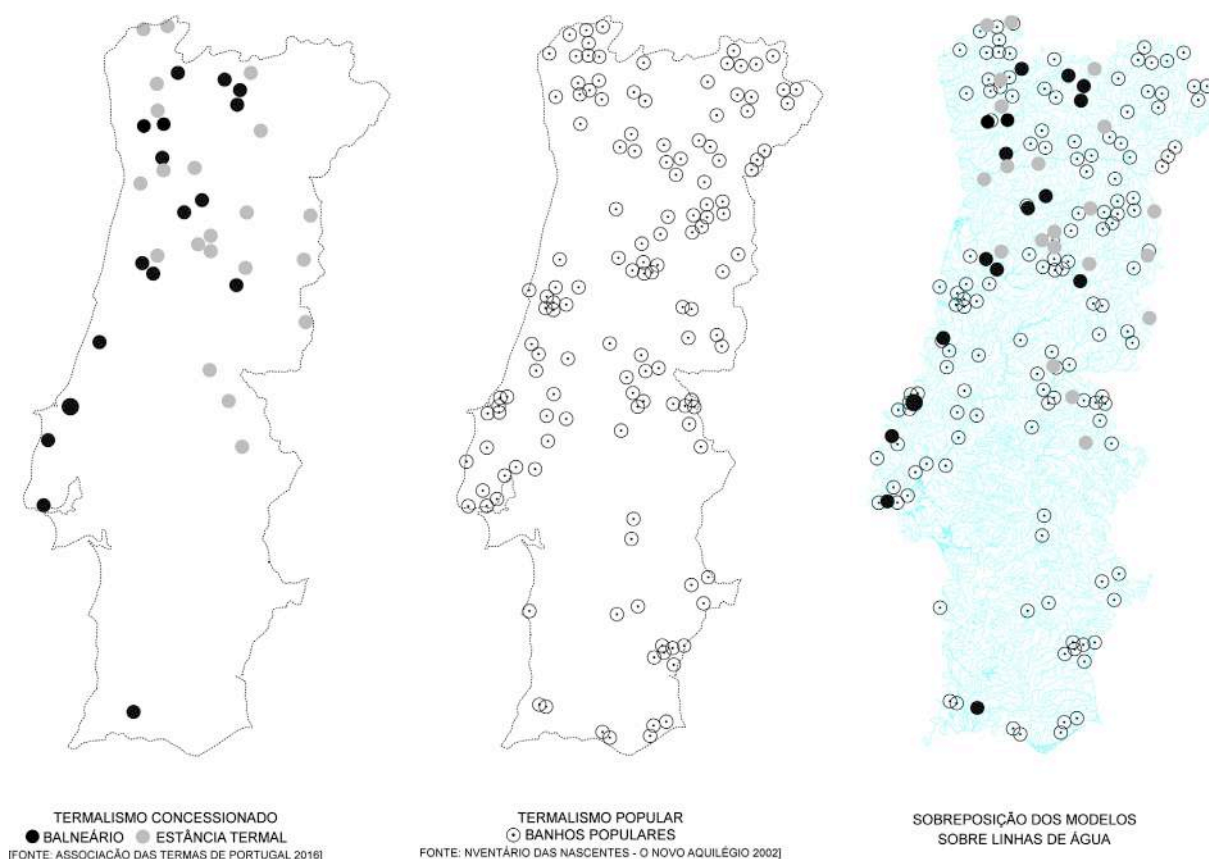
É, aliás, nesta sequência que introduzimos a terceira estrutura fundamental na decifração do estado-da-arte das estruturas termais, a “estância termal”, que configura o mais superlativo e expressivo exemplo do amadurecimento do termalismo.

A estância remete para uma efetividade do “sentido do estar e de permanência”, nunca antes explorada nos anteriores exemplos. É justamente a manipulação e orquestração dessa “condição de estar” o grande sujeito do programa da estância, o da ativa promoção de uma intensa experiência vivencial e fenomenológica de carácter excepcional/extra-quotidiano, que inclui mas vai para além dos benefícios da água e da dimensão terapêutica, reclamando novos usos e funções e, invariavelmente, um outro protagonismo físico e paisagístico.

Neste sentido, a estância, na sua expressão física, não representa apenas uma unidade autónoma, mas essencialmente uma “rede espacial” (Pinto, Mangorrinha, 2009), onde um conjunto de edifícios articula programas que promovem a dimensão social do lazer, em complemento com a dimensão contemplativa e hedonista difundida pelos parques, bosques e

jardins que conformam e delimitam estes territórios. A consolidação de uma consciência de maior exigência e sofisticação por parte do Homem moderno, conhecedor do mundo e provedor da ciência, faz-se acompanhar da crescente complexificação do lugar termal, importando a monumentalidade de alguns modelos europeus e ambicionando um desígnio territorial (de carácter muitas vezes urbano), distinto do exemplo dos balneários ou dos banhos populares, que persistem na sua configuração original, quase inalterados face ao seu ponto de partida, preservando a relação mais iniciática, seminal, intimista, profunda e intensa com o efeito transcendente da água. Ressalva-se, porém, que distinguir cada um destes modelos na contemporaneidade implica atender a uma realidade dinâmica que tem vindo a ajustar-se a novos desafios, medicamente assistidos, procurando renovadas formas de reinventar as noções de saúde, através, por exemplo, da introdução dos programas de bem-estar.

A coexistência dos três modelos em território português continental



719

FIG.1 – Localização dos lugares termais e respectiva distribuição dos modelos em estudo [elaboração de mapas a partir da recolha de informação de fontes diversas].

Observemos a localização dos lugares termais em Portugal Continental e a respetiva identificação e distribuição dos modelos aqui tratados. Cada um dos modelos em análise, quando colocados no plano do confronto e da leitura conjunta, permite pôr em evidência três aspetos indispensáveis à panorâmica que se pretende traçar.

Por um lado, “avaliam” o grau de incidência dos lugares termais em território português e a sua capacidade resiliente e simultaneamente reformadora, através da quantidade e diversidade de estruturas ainda hoje disponíveis e ativas. Por outro, permitem deduzir sobre os aspetos endógenos e diferenciadores do nosso território, assumindo *a priori* que as águas minerais naturais e, conseqüentemente, os lugares que consagram essa relação histórica entre o Homem e os benefícios da água são, de facto, matéria de grande singularidade e especificidade territorial, que importa dinamizar e valorizar. Por fim, proporcionam recentrar o tema do património no sentido da valorização dos conjuntos e não na exclusividade de cada lugar, balneário, estância ou banho popular.

Por conseguinte, levar a cabo a revisitação da prática termal, através de uma leitura panóptica e integrada, é também expor as condições específicas, culturais, sociais e económicas de um determinado lugar ou região. Da mesma forma que observar as suas implantações e as suas escalas é também observar a História, a Geografia, a Cultura e as dinâmicas económicas. Se a fragilidade de alguns lugares fez perpetuar os modelos iniciáticos e arcaicos de prática termal (como se verifica na região do Alentejo), contudo, noutros ambientes de maior prosperidade, capacidade reformatória e ambição, assiste-se ao crescente nível de erudição e especialização. A norte, e não por acaso mas por factores geológicos, concentra-se o maior número de estâncias termais, fazendo-se acompanhar de expressivos e notáveis exemplos de arquitetura termal.

A respeito desta dicotomia entre Norte e Sul, Alexandre Alves Costa refere os sistemas de relacionamento, estruturas sociais e económicas e esquemas culturais diferentes que normalmente se podem articular (Costa, 2007). A dicotomia entre litoral e interior também se manifesta a partir do cruzamento entre a geografia e distribuição dos lugares termais. De facto, é na proximidade do litoral Norte que se fixa o maior número de estâncias termais, sendo o interior ocupado por estruturas de menor escala, como é o caso dos balneários de vocação eminentemente local e de incidência regional.

Como mais uma vez se dá conta, a partir da análise dos elementos gráficos, o “termalismo erudito” e medicamente assistido não extinguiu o “termalismo popular”. A síntese das condições particulares de cada região foram sempre determinantes na afirmação de

cada um dos modelos em estudo e, por conseguinte, na consolidação de uma “cultura da água”.

Também desta análise comparativa emerge o reconhecimento de uma série de fatores e características que atravessam os lugares identificados e das quais destacamos:

1. A posição dos pontos de emergência da água mineral natural, maioritariamente na proximidade de linhas de água ou sobre leitos de ribeiras;
2. A localização predominante em vales ou lugares encaixados, correspondentes a depressões orográficas;
3. Os ecossistemas ribeirinhos como enquadramento/contexto físico e natural predominante.

Assim, cada um dos lugares termais identificados sugere a afirmação inequívoca, não somente de uma “cultura da água”, mas também de uma “geografia comum”, que permite relacioná-los e articulá-los entre si. É, aliás, este aspeto, em confronto com o reconhecimento da coexistência desses mesmos modelos ainda na atualidade, que nos revela o imenso capital dessa histórica relação entre o Homem e os benefícios terapêuticos das águas: marcas, testemunhos, enclaves, que nos revelam, por um lado, a ancestralidade que o tema convoca e, por outro, o potencial de lhes imagina futuro. Se, de uma forma particular, a Europa é o “continente da saúde” mais antigo do mundo e o berço da ciência médica (Mangorrinha, 2002), Portugal é um dos países que melhor testemunha a vocação e a predisposição territorial para acolher a prática termal e a cultura da água, não só pela quantidade, mas também pela diversidade dos seus exemplos.

721

Organização dos espaços e das estruturas edificatórias

Em termos metodológicos, optou-se por empreender uma leitura a partir de alguns desenhos, maioritariamente plantas e planos, correspondentes a cada um dos modelos em estudo, como meio e método de análise sobre as características e especificidades de cada um.

No que respeita à expressão arquitetónica, distingue-os, em substância, a sua complexificação, a sua escala, o seu protagonismo territorial e o seu grau de institucionalização.

Se o balneário e a estância termal se inscrevem no quadro dos arquétipos funcionais associados ao termalismo concessionado, configurando uma resposta erudita ao apelo das águas minerais, os banhos populares, por sua vez, resultam de uma concepção de espaço moldada pelo imprevisto e pela informalidade, gerados a partir de uma série de ações e movimentos que gravitam à volta da nascente.

Se aos dois primeiros casos podemos associar a ideia de composição (conquistada a partir do desenho erudito e esclarecido da disciplina de Arquitetura), ao terceiro podemos associar a ideia de dispositivo, entendido como a rede de artefactos e construções auxiliares que se dispõem no sentido de modelar, temporariamente, as ações sobre o lugar, sem outro mecanismo prévio que não seja a resposta expedita e barata.

Independentemente das variações de composição, de ornamento e do nível de especialização dos tratamentos, o balneário constitui-se como a estrutura, o edifício, a unidade primeira que efetiva e institucionaliza, em primeira mão, a relação entre o Homem e os benefícios das águas. Um edifício que pode assumir diferentes concepções, mediante o tempo em que se ergue, a região onde se localiza e a capacidade financeira dos seus investidores, mas que, na sua génese, assume a condição de equipamento sanitário, ou seja, de espaço vocacionado, capacitado e desenhado estritamente em função do banho. Nesse sentido, o raciocínio que antecede a lógica do desenho é sempre de natureza racional, obedecendo ao primado da função. Um espaço que serve essencialmente o propósito da cura e, nesse sentido, uma estrutura que se organiza através da repetição de uma célula referencial (o quarto de banho).

Procurando sintetizar, os balneários são edifícios de um ou mais pisos, cujo programa essencial se centra na prestação de cuidados e tratamentos através da água. O programa distribui-se de forma sequencial, numa lógica aditiva e de repetição, organizado a partir dos princípios compósitos de simetria e axialidade, na sua maioria. A distribuição dos diferentes usos e funções faz-se acompanhar de um corredor, que ora central ora lateral, se constitui como o grande eixo de circulação e distribuição.

Os edifícios podem assumir, assim, uma lógica distributiva linear – edifício em banda, uma lógica distributiva de pátio central aberto ou fechado – edifício em claustro, ou uma lógica distributiva em cruz – edifício em cardo e decumano que, em conjunto com outros exemplos de planimetrias mais invulgares, perfazem e completam a fisionomia geral destas unidades, que funcionam, fundamentalmente, como equipamentos de saúde. A sua arquitetura é a expressão material essencial, que inaugura e testemunha a consolidação da relação entre o conhecimento científico e os benefícios terapêuticos das águas.

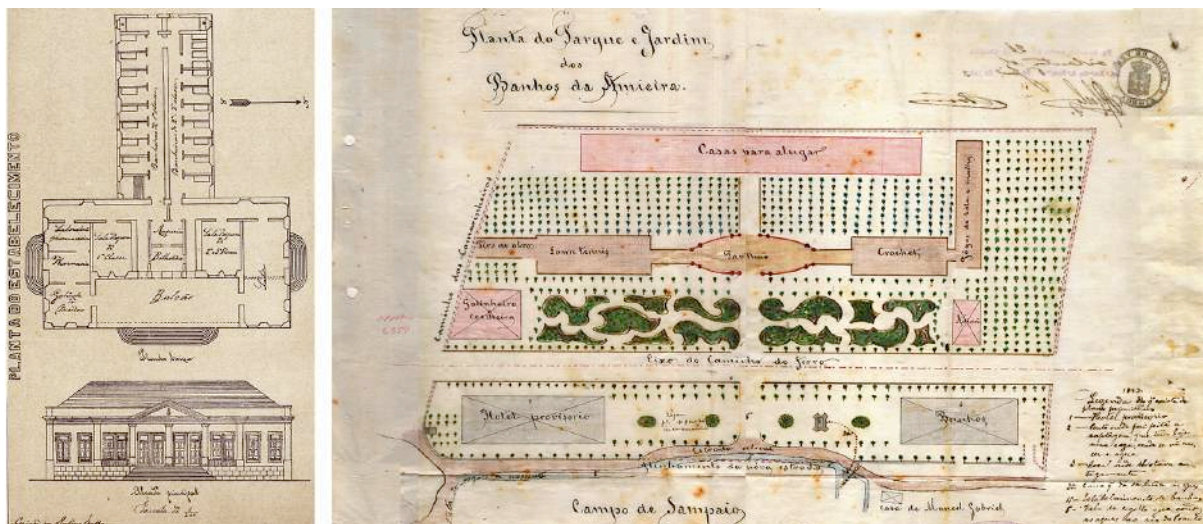


FIG.2 Balneário das Caldas de São Jorge e Estância da Amieira [desenhos recolhidos no Arquivo da Direção-Geral de Energia e Geologia].

Mas se o balneário é a expressão formal de um programa organizado num edifício único, a estância termal designa o conjunto e a composição articulada de uma série de edifícios. O balneário representa e edifica o estrito compromisso entre o Homem e as propriedades das águas; a estância termal expressa a supremacia de outros interesses e motivações que vão para além da terapia pelas águas.

723

A estância tem, por isso, um outro protagonismo. A diversidade de programas, a complementaridade de equipamentos, organizados em edifícios separados, aliada a uma nova expectativa sobre a experiência e vivência, transcende em muito o primado da função termal.

Assim, poderemos considerar que a dilatação e a expansão do conceito de bem-estar se fez acompanhar de um desdobramento das hipóteses de uso, ocupação, lazer e distração, fazendo com que o espaço termal fosse perspectivado numa vertente plurifuncional e numa lógica em que o divertimento, os passeios, o jogo, os bailes, a leitura tenham uma função terapêutica complementar e atrativa.

Este novo desígnio, importado de outras estâncias europeias, excepto o de parque termal delimitado (singularidade portuguesa), é reclamado através de um novo modelo de organização, que não se fixa ou se extingue no edifício, mas se concretiza a partir de uma rede de edifícios de usos interdependentes, de circulações, acessos e pontos de encontro articulados. O corredor de espera e de circulação dos balneários é substituído pelos caminhos e pelas galerias exteriores, que se propõem entre edifícios, por entre parques, bosques e jardins, correspondendo a um novo ideário cultural que explora os benefícios e o potencial renovador e rejuvenescedor da deslocação.



FIG.3 Centro urbano das Caldas da Rainha. Parque termal da Curia.

É justamente a procura pela experiência extra-quotidiana, pela experiência que favorece e ativa as noções de fruição, bem-estar, convívio e passeio, a força maior destes microcosmos, que se transformam em território e paisagem construídos. Quando nos referimos a “geografias de água”, referimo-nos precisamente a esta capacidade de, a partir das nascentes, se criar e gerar uma área de influência espacial (extrapolando os limites do edificado), que resulta do cruzamento entre a perspectiva da terapia através da água e a perspectiva do lazer, sugerida pela ideia do passeio, do convívio e do exercício ao ar livre.

724

Neste sentido, o microcosmo termal é sinónimo de lugar induzido pelos benefícios da água, não somente expresso pela arquitetura dos seus edifícios mas, sobretudo, pela produção e administração de um determinado contexto.

Se considerarmos que a paisagem é o resultado de um gesto cultural, que aprofunda as ações do Homem sobre o meio, então cada um dos modelos em estudo reflete distintas paisagens, ou seja, distintas formas de fazer e produzir paisagem. Dos três exemplos, o balneário, pela sua génese, tem uma ordem operativa, próxima de um equipamento hospitalar e, neste sentido, é o controlo e domínio científico sobre as propriedades da água; a estância termal reclama um território, estendendo-se a ação do desenho também à terapia fora dos limites do balneário.

Se o balneário integra tão-somente a dimensão terapêutica forjada na competência intrínseca do edifício construído com esse propósito, a estância integra as noções complementares de lazer, contemplação, entretenimento, experiência sensorial e extra-quotidiana e, por conseguinte, a exploração do meio natural, como factor indissociável e interdependente deste ideário cultural. O parque, o jardim, o bosque, a alameda, a paisagem global sintetizam a ambição do Homem moderno, aquele que procura e valoriza um ambiente

que suspende o tempo e o *stress* do quotidiano, um lugar onde se marca o encontro conosco próprios e com o que nos rodeia e com quem se nos convive (Pires, 2013).

Assim se acrescenta ao conceito de “geografias de água” a ideia de “paisagens de água”, como expressão que sintetiza o efeito e a ação cultural sobre o território.

Não cabendo aqui descrever a diversidade de concepções e formalizações associada à construção das estâncias termais, importa apenas aludir aos fatores característicos e distintivos da sua concretização – territórios pensados como espaços eminentemente intimistas e mágicos, onde todo o desenho de paisagem se empenha em ensaiar e promover cenários de carácter hedonista, sustentados na qualidade e intensidade da experiência fenomenológica.

Mas se à estância termal associamos a ideia de paisagem fabricada e estetizada, no caso dos banhos populares, porém, verifica-se uma paisagem de carácter operativo, não ensaiada, onde a oportunidade emerge, direta e exclusivamente, das condições físicas e naturais que ela disponibiliza, usando o meio físico como a estrutura primordial e essencial de suporte ao ritual dos banhos. Este é, no caso dos banhos populares, o grande agente modelador do lugar.

Todos os rituais estão normalmente inscritos no espaço, são ordenados em fases e sequências e implicam uma orientação espacial e posição estável de pontos estratégicos, sendo neste caso determinante a posição da nascente e da banheira na conformação do ritual.

Ao contrário das estruturas concessionadas de prática termal, o aspecto de maior distinção e também de maior significado, à parte outras considerações, reside na estrutura de visibilidade que as etapas e os movimentos de preparação do banho, o banho propriamente dito e o descanso posterior (preliminar, liminar e pós liminar) configuram.

É a relação informalmente mediada entre a nascente e a sua apropriação, em conjunto com um dispositivo mínimo de acomodação deste mesmo ritual, que na ordem do tempo e do espaço instaura um conjunto de comportamentos individuais e coletivos repetidos e assimilados ao longo da história, favorecendo um quadro de aceitação comum desta realidade, e, por conseguinte, cultural e simbolicamente relevantes.

As etapas do banho compreendem, muito sumariamente, a fase de captação da água da nascente (através de bombeamento), a fase de aquecimento das águas em bidões ao fogo, o transporte das águas em baldes e, por último, o transvase dessa mesma água para uma banheira (de cimento) localizada no interior de uns quartos, construídos exclusivamente para este efeito e onde, de resto, o usuário descansa após o banho numa cama.



1. NASCENTE 2. AQUECIMENTO DA ÁGUA 3. PARQUE DE MERENDAS 3.a BAR 3.b COZINHA 4. ALPENDRES 5. LOCAIS DO BANHO / ACOMODAÇÃO TEMPORÁRIA 6. I.S PÚBLICAS

FIG.4 Água Santa da Herdade – Exemplo de um lugar onde ocorre a prática dos banhos populares.

726

Uma espécie de mecanismo que organiza a experiência do corpo do espaço e de relação com a paisagem.

Assim, o ritual para além de estimular a memória e cultura local, constrói um conjunto de comportamentos individuais e colectivos padronizados que são, simultaneamente, meio e pretexto para garantir linhas de continuidade entre o passado e os vetores de novidade e inventividade na contemporaneidade.

Em suma, a relação informalmente mediada entre a nascente e a sua apropriação, em conjunto com um dispositivo mínimo de acomodação deste mesmo ritual – que, na ordem do tempo e do espaço, instaura um conjunto de comportamentos individuais e coletivos repetidos e assimilados ao longo da história –, perfaz a paisagem deste lugar como uma paisagem de ordem relacional.

Considerações Finais

A água sempre foi objeto de necessidade vital e de fascínio. Motivou, por isso, diversas possibilidades de representação, múltiplas tipologias relacionadas com o seu transporte, armazenamento e uso, bem como diferentes concepções simbólicas. À medida que se verifica a deslocação do empirismo para o cientificismo das águas, perde-se em carga e devoção simbólica o que se ganha em conhecimento de base científica. Os modelos em estudo são exemplo disso.

Ao modelo a que correspondem as formas mais iniciáticas de prática termal correspondem concepções e devoções de maior expressão simbólica.

A água é sempre o elemento que põe em evidência o propósito e o interesse do lugar: bombeada, aquecida, transportada e despejada para ser esperança no corpo de alguém. Ela assume sempre a sua condição seminal.

Já quando as estruturas se especializam no conhecimento hidrológico, a dimensão simbólica é substituída pelo aparato de máquinas, dos instrumentos, equipamentos e tratamentos (balneário) e ampliada na recriação de espaços hedonistas, o ideário mágico e onírico associado às águas, combinando a dimensão da cura com o prazer estético que proporciona o elemento água.

Colocar em confronto os três modelos (estância termal, balneário e banhos populares) significa colocar em evidência o essencial de uma cultura que, a partir da água e em concreto dos benefícios das suas propriedades, soube construir um mapa de geografias e paisagens diversas, de profundo e inegável interesse patrimonial, pelo valor histórico a elas associados, mas também pelo valor cultural, social, vivencial e económico que cada um representa.

Perspetivá-los em conjunto permitiu-nos, assim, alcançar não somente um entendimento sobre a singularidade e a apetência do nosso território, para acolher as geografias de água, como também perceber o potencial que reside na articulação da diversidade de tipologias, de escalas e de apropriações que existe.

Mais do que a valorização individual de cada lugar, importa criar valor nas relações de interdependência e complementaridade que elas proclamam. A valorização do património termal obriga à revisitação do fenómeno, através da consolidação e da evidência da sua diversidade, primeiramente potenciadoras de uma redinamização e reativação de um novo interesse.

Bibliografia

- Bastos, C., (2002). *A Água como Agente Terapêutico: etnografia comparada das termas em Portugal e no Brasil*. Relatório referente ao 1.º ano de execução do projeto de investigação.
- Costa, A. A. (2007). *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa*. FAUP Publicações.
- Hesse, H., (1997). *O Aquista* (tradução de Maria Adélia Silva Melo). Difel.
- Loux, F. (1990). *Traditions et soins d'aujourd'hui*. Inter Editions.
- Mangorrinha, J. (2002). *À volta das termas: viagens no espaço e no tempo*. Livraria Nova Galáxia.
- Matos, A. P. (2004). “Pobres, indigentes, aquistas e turistas – em 4 regimes sobre 4 leis”. Comunicação apresentada no VIII congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais (<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel37/AntonioPerestreloMatos.pdf>).
- Pinto, H. G.; Mangorrinha, J. (2009). *O desenho das termas: história da arquitectura termal portuguesa*. Ed. dos autores.
- Pires, A. G. (2013). *A Quinta de Recreio em Portugal*, Caleidoscópio.
- Quintela, M. M. (2004). Cura Termal: entre as práticas populares e os saberes científicos, comunicação apresentada no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais (<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel37/MariaManuelQuintela.pdf>).
- Tavares, A. (2005). *Arquitetura Antituberculose - Trocas e tráficos na construção terapêutica entre Portugal e Suíça*, FAUP Publicações.

728

¹ Adota-se o termo de “geografias de água”, no mesmo sentido em que André Tavares fala de uma “geografia da cura”, para referir que “a topografia e o clima, a qualidade da terra e os regimes dos ventos definem territórios adequados à constituição física de cada um” (Tavares, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construir a evidência.

O ensaio prático como exercício de identificação e de insinuação projetual

Construir a evidência

Do livro de *Álvaro Siza: Imaginar a evidência* extraímos o mote para iniciar estas considerações finais. Expressão simultaneamente enigmática e evocatória, “imaginar a evidência” sintetiza um posicionamento crítico, mas indica sobretudo o método, o modo de trabalhar de Siza Vieira – um processo que, como escreve Vittorio Gregotti, no preâmbulo da obra, se funda no *desejo* “que o impele a esclarecer, a fixar, que abre a possibilidade de descrever a experiência de traçar a partir dela os fios subtis da hipótese, da ligeira deslocação que constrói o sentido, “para redescobrir – como Siza escreveu – ‘a singularidade das coisas evidentes’” (Siza, 1998, p. 8).

Ora, esta incessante procura pela evidência ou, por outras palavras, pelo reconhecimento da singularidade subjacente a uma circunstância – contingência, acontecimento, sítio ou lugar – onde se apoia o processo eidético e operativo de Siza, ajuda-nos a enquadrar o modo como procurámos conduzir esta investigação, tanto na frente discursiva, como no âmbito propositivo. Referimo-nos, com isto, ao gradual processo de aproximação que fomos encetando com vista à construção da evidência de um objeto – as nascentes de água mineral e a prática dos banhos populares a elas associada –, analisando-o e perspectivando-o à luz da ampla escala do território, por um lado, e à luz do lugar ou espaço onde os gestos e as ações se materializam (revelando outras facetas do objeto), por outro. O mesmo será dizer que, adotando como raciocínio de fundo o *desejo* de prospetar e descobrir os atributos específicos, inimitáveis e irrepetíveis, do que inicialmente se afigurava difuso e perecível – a atividade dos banhos para fins terapêuticos –, procurámos a partir dela abrir a discussão e a possibilidade crítica e operativa para repensar os territórios rurais de baixa densidade, ao mesmo tempo que, a outra escala, fomos interpelando os lugares do banho para insinuar e ensaiar outras possíveis configurações e visões desta atividade na contemporaneidade.

À semelhança de um projeto de arquitetura que integra e articula a história, a geografia, a topografia, o clima, ou seja, as condicionantes físicas e contextuais a várias escalas e dimensões, com as observações, as experiências, as memórias, as referências e as pesquisas pessoais do arquiteto, também esta investigação resultou do cruzamento, do encontro entre um conjunto de disposições estabelecidas *a priori* e as opções e decisões do sujeito pesquisador que a foi moldando e enformando dentro da sua esfera intelectual, intuitiva, subconsciente ou inconsciente, e imagética.

Assim, se o processo de criação de um projeto de arquitetura culmina num modo de ver e dar a ver um determinado sítio ou lugar (descrevendo-o,

interpretando-o, inventando-o e imaginando-o por fim), talvez se possa dizer o mesmo do desenvolvimento da presente tese. Em traços largos procurámos empreender um exercício de reconhecimento e legibilidade do objeto de estudo, decompondo-o e decifrando-o nas suas múltiplas facetas. Isto, para permitir ver e dar a ver possíveis vias de adequação e valorização dos territórios a partir da atividade dos banhos, para ver e dar a ver novas possibilidades de encontro entre a comunidade e a água, para ver e dar a ver outras formas de equacionar a prática terapêutica a partir da água, para ver e dar a ver, por fim, a singularidade que se esconde (e ao mesmo tempo se revela) nos gestos, nas ações, nos sistemas de organização e rituais das comunidades e que, por sua vez, se refletem e inscrevem nos sítios, nos lugares, na paisagem e no território como signos incontornáveis da vida humana.

A narrativa a que esta tese procurou dar corpo e que fomos sintetizando tese fora ao longo dos capítulos, como se de um exercício de contínua revisão dos passos dessa construção se tratasse, discute, em suma, a dimensão caleidoscópica do objeto e também do gesto que transforma o insignificante num ato de expressão e visibilidade coletiva, revelado em múltiplas facetas e expressões.

A funcionar como momentos dessa explicitação multifacetada do objeto, que se expõe ao longo da problemática de investigação, estão cada uma das partes em que a tese se organizou e desenvolveu, correspondendo cada um dos capítulos a trechos dessa complexa tessitura, em que a construção de um corpo de nexos e complementaridades permite dar sentido à narrativa, criando simultaneamente espaços e pontos de fuga para novas interrogações e possibilidades de pesquisa.

Na **parte I** da dissertação ocupámo-nos do enquadramento conceptual e multidisciplinar da problemática de investigação. No **capítulo I** procurámos empreender uma objetivação ampla e genérica, de natureza contextual e sociológica em torno do rural. Explorámos ainda o abandono (em oposição à ação de reprogramação dos territórios rurais com vista à suspensão dos processos de desertificação humana) como estímulo para repensar outras vias de reflexão em torno do futuro destas regiões, perspectiva desenvolvida a partir do *Manifesto da terceira paisagem* de Gilles Clement e do ensaio “Terrain Vague” de Ignassi Sola Morales. No **capítulo II**, num aproximar da lente/objetiva, centrámos a abordagem no território de estudo. Aí se esboçou o princípio de uma teoria, com vista ao reconhecimento de um território terapêutico, insinuado e deduzido a partir da identificação de um conjunto de características e atributos que cruzam aspetos geográficos, ambientais, físicos e culturais. No **capítulo III** explorámos a continuidade dessa teoria

do território, reforçando o seu fundamento a partir de uma leitura no plano vertical, ou, dito de outro modo, em direção à camada invisível e subterrânea da terra, procurando aí o suporte explicativo para a concentração, padrão de localização e mineralização das nascentes no concelho de Mértola. Na continuidade do exercício de objetivação e explicitação do objeto de estudo, desenvolveu-se no **capítulo IV** um enfoque de novo amplo e genérico (à semelhança do capítulo I), de natureza antropológica, abordando outras dimensões fundamentais do objeto – a sua relevância histórica, cultural e simbólica. Neste capítulo contextualizámos os usos e as práticas associadas à água, percorrendo várias das suas conceções desde tempos ancestrais até aos nossos dias. Finalmente, no **capítulo V**, encetando um novo salto de escala, desta vez em direção ao lugar da Água Santa da Herdade de Santa Maria, (o único sítio onde ainda ocorre a prática dos banhos na região), abordámos as componentes, as etapas, os atores e dispositivos que os constituem, bem como o carácter fortemente ritualizado do espaço em apreço através dos gestos e das ações que nele ocorrem.

Se na **parte I** procurámos objetivar as várias dimensões desse compromisso entre o sujeito e o contexto a partir da prática dos banhos para fins terapêuticos, a sua completa compreensão dependeu, todavia, da demonstração do gesto mínimo que o inicia, ou seja, do primeiro sinal que lhe dá visibilidade – o corpo em relação com a água – e das suas repercussões. Consequentemente, aprofundámos na **parte II** essa dimensão corpórea do gesto/ação de ir a banhos, procurando descrever e decompor a qualidade multissensorial, íntima e significante da experiência vivenciada a partir de diversos lugares. O corpo, enquanto emissor e recetor de múltiplos estímulos, foi aqui enquadrado como suporte privilegiado desse reconhecimento e conhecimento complementar. Tal exercício permitiu, uma vez mais, reconhecer outras faces da singularidade e especificidade do objeto de estudo.

734

E se a arquitetura “é precisamente a materialização da relação entre o objeto e o seu contexto” (Hipólito, 2011, p.18) ou seja, o corpo visível de uma decisão intelectual que articula, entre outros, o conhecimento e a intuição sobre um sítio ou lugar, na **parte III** ensaiou-se precisamente essa aproximação ao projeto, perspectivado sobretudo como ato ou exercício de descrição e de identificação, que opera sobre um fragmento do território. Assim sendo, nele se repercutiu tanto a reflexão produzida nas outras partes da dissertação, ou seja, integrando as “evidências” em cada um dos momentos - conceptual, experiencial e auxiliar -, como, ao mesmo tempo, nele se refletiu a liberdade de soltar de todas elas para se constituir, ele próprio, como método de pesquisa autónomo.

Quais então os contributos, efeitos ou reflexos da exploração teórica no desenvolvimento do exercício prático? Ou dito por outras palavras, de que modo a aprofundamento das variantes discursivas da tese condicionou e influenciou a experimentação por via do desenho?

Dentro do âmbito simultaneamente recapitulativo e explanativo destas considerações finais, importa-nos, pois, explicitar os principais contornos dessa exploração procurando identificar as correspondências e reciprocidades entre a vertente teórica e a componente prática desta investigação.

O ensaio prático como exercício de identificação e de insinuação projetual

A palavra ensaio remete para a experimentação que procurámos erguer, não sob a forma fechada de um produto ou resultado, mas, antes, de um conjunto de insinuações e indícios de um possível caminho em direção ao projeto (esse, de certo modo, muito orientado para a construção). Com isto, referimo-nos às diversas incursões pelo desenho, apoiado por imagens, esboços, mapas, diagramas e fotomontagens que interpelaram a nossa consciência, suscitaram interrogações e, simultaneamente, ajudaram a construir os sinais prenunciadores de um caminho que, como sabemos, pode ter mil desenhos. Assim se refere Fernando Távora ao processo criativo em arquitetura quando sintetiza: “entre as circunstâncias e o seu total abandono há uma infinidade de posições que podem ser tomadas por uma infinidade de homens” (Távora, 2008, p. 25).

735

Consequentemente, o que se dá a revelar no ensaio prático é um amplo exercício de análise e descrição que, por ser interpretativo, incorpora já a síntese de um conjunto de condicionantes, referências e conhecimentos, que se articulam sob a razão e também sob a imaginação. Tal exercício pôs em evidência uma espécie de longo impulso em direção ao desejo de recuperar e reinventar o *habitat* humano a partir da água e seus benefícios terapêuticos – dando a revelar (de novo) os lugares do banho e o território que o recebe a partir de novas possibilidades de o vivenciar.

Entre as duas variantes apresentadas no **capítulo I** – abandonar ou reprogramar – optou-se por explorar o vazio que se revelou entre as duas posições. Uma opção que entre o descartar e o intervir procurou encontrar a medida certa de uma possível ação sobre o território, oscilando entre a hesitação e a dúvida de como intervir num contexto tão desafiante e a potência suscitada pelos lugares de nascentes deste território. E de que modo encetámos essa aproximação?

A partir de um permanente exercício de procura dos indícios, das marcas ou sinais que nos permitissem ensaiar de novo a vida naquele fragmento do território entre a Água Santa da Herdade de Sta. Maria e a Água Santa do Pego Verde, abrimos o caminho das diversas possibilidades de o ver e dar a ver.

Começámos por esboçar essa aproximação através do reconhecimento de elementos referenciais no território, ou seja, através da identificação de estruturas que encerram na sua expressão formal e material, diversas formas da construção humana sobre a paisagem. Linhas ou contornos de defesa, de proteção, de delimitação, de contenção, de encaminhamento, de retenção ou simples alinhamentos, reveladas na construção de redis, malhões, malhadas, canais, caneiros, canaletes, eiras, muros, caminhos, charcas e poços. Estruturas quase sempre isoladas, erguidas no infinito do descampado, a lembrar as diversas formas de atividade humana sobre o território e que foram, gradualmente, povoando o nosso imaginário pela força com que se revelavam aos nossos olhos. Em suma, marcas que distinguem pontos e lugares no território, convertendo-se em pontos referenciais ou manifestações icónicas e invocatórias desse contínuo esforço de adaptação e interação entre a comunidade e o seu meio.

Enquadrada nesta perspetiva, fomos atentos a semelhantes modos de incorporação e abstração da matéria sobre a paisagem em experiências artísticas, intervenções em que a interação entre o artista e o contexto natural se concretiza por meio da expectativa da matéria, através da introdução de corpos ou elementos, da construção de cavidades, da sobreposição de geometrias entre outros que interpelam a experiência humana e interferem na percepção e apreensão do lugar.

736

Assim, cuidámos tanto da escala ampla e panóptica do território, a exemplo das charcas e dos muros que identificamos cartograficamente ou das intervenções no âmbito da *land art*, como da escala do lugar, a exemplo da Água Santa da Herdade de Sta. Maria, onde a disposição das pedras, dos muros, das poldras e dos lajedos representam também modo de interação e marca ou sinal de vida.

Naquele lugar, o muro conforma a represa de água escavada no leito de cheia da ribeira, o plinto de pedra apoio aos bidões onde a água é aquecida, as meias paredes em xisto são o suporte às cabanas e o lajedo denuncia o espaço sobre o qual se ergue a estrutura de sombreamento ao parque de merendas. Ou seja, uma constelação de elementos que encontra o sentido no gesto e na ação que os percorre a partir da prática dos banhos, ao mesmo tempo que contém a história e a cultura das comunidades daquele território.

Do mesmo modo, também nós procurámos identificar os elementos articuladores dessa continuidade histórica, antropológica e cultural na porção de território selecionado.

A partir de um contorno ou linha, traçada no compromisso entre a topografia e a margem direita da ribeira de Oeiras, esboçámos a ligação entre os dois lugares – a Água Santa da Herdade de Sta. Maria e a Água Santa do Pego Verde. Uma linha que antes de ser desenhada foi sendo descoberta pelo caminhar – ora fácil, ora cauteloso, ora rápido, ora lento –, gesto primeiro de reconhecimento da paisagem e ação que transforma ou converte o que era indistinto, porventura, num sítio de promessa, revelado a partir das nascentes e do seu principal eixo articulador, a ribeira. Uma decisão, até certo ponto, influenciada pela proposta de leitura do território de estudo desenvolvida no **capítulo II**, onde a história da região e as diversas formas de atividade humana que tiveram lugar ao longo do tempo se observam em estreita dependência com os rios e ribeiras da região. Estas linhas de água, outrora eixos fundamentais da vida económica, social e cultural são aqui perspectivados com um renovado sentido agregador sugerindo novos modos de leitura e apropriação a partir do conjunto de nascentes com propriedades minerais que se insinuam e revelam sobre os rios e ribeiras de Mértola. É sobre esta forte incidência, entretanto explicada no **capítulo III**, através dos contributos da geologia e hidrogeologia, que o ensaio prático se propõe incidir, num exercício que procura reconhecer e dar visibilidade a esta constelação de emergências de água (aludindo às interdependências entre os fenómenos e interações que ocorrem em profundidade e os modos de ocupação à superfície), ao mesmo tempo que explora as possibilidades de recapacitação das ritualidades de um território – tema abordado no **capítulo IV e V** da presente dissertação.

737

A partir do caminhar como meio de reconhecimento das especificidades/singularidades de um território e, paralelamente, como instrumento impulsionador de uma certa transformação da percepção e leitura da paisagem e seus atributos físicos e simbólicos, esboçámos o princípio dessa operacionalidade que permite relacionar os conceitos e a reflexão teórica com a objetivação de índole prática.

Enquanto caminhamos, exploramos o confronto com este eixo de força e permanência, que ora se esvazia ora se preenche de água conforme o regime de precipitações, mutável nas suas margens, dinâmico e fluido, quando atravessado pela água, destacando-se na policromia ou monocromia da vegetação que a conforma de acordo com as estações do ano. É, pois, a fisicalidade imanente ao andar, que permite justamente medir com os pés, com o corpo, com os olhos e a pele, aquela porção da paisagem.



Fig. 164. Percurso

Este caminho, que em grande parte da sua extensão recupera antigos trilhos, converte-se pontualmente numa linha esculpida na rocha para favorecer um trajeto mais cómodo, através da estabilização e convergência das cotas de percurso. Nestas partes, a perspetiva contida gerada no confronto da fenda substitui a visão ampla da envolvente. O percurso, também por isso, é de descoberta, animado de espaços, ora de descompressão ora de tensão, que ampliam ou contêm os planos de vista, confrontando, por fim, o lugar da Água Santa do Pego Verde. A este lugar chegamos a meia encosta. A ribeira e a nascente, localizada no seu leito, situam-se uns metros abaixo. A aproximação concretiza-se em duas etapas: uma primeira, que funciona como passo preliminar ou intermédio da experiência do banho através de um circuito deambulatório que gera a expectativa e prepara o encontro com a água; e uma segunda etapa, que corresponde justamente ao espaço reservado e íntimo do banho.

Na base desta aproximação, uma constelação de elementos procura ensaiar de novo a vida neste lugar. A partir de muros, de saliências ou reentrâncias esculpidas na pedra (dispositivos que integram a seleção das imagens reunidas no atlas do **capítulo VIII** com o propósito de intermediarem as opções do exercício prático), procuramos organizar o conjunto de ações e movimentos que incorporam a prática do banho.



Fig. 165. Vista geral

O primeiro gesto desse exercício materializa-se num anel percorrável que intersesta a topografia. Ora suspenso nas cotas baixas junto à ribeira, ora pousado sobre o terreno nas cotas intermédias, ora ainda sulcado na zona de terreno mais acidentado que conforma o pequeno vale, este contorno conforma um perímetro deambulatório que opera na expectativa de ir a banhos. A partir dele encetamos a segunda aproximação ao lugar que contempla a dimensão mais íntima deste lugar – o espaço reservado dos banhos –, encimado por uma extensa superfície que o protege e resguarda.

O tanque encontra o seu espaço entre as duas margens da ribeira e na proximidade da nascente. Um plano de água, cujo limite-perfil acomoda várias posições do corpo, articula-se com os elementos naturais e a rocha onde, no passado, se esculpiu uma banheira. Naquele ponto, um novo plano de água emerge, como memória, mas também como possibilidade complementar de fruição: um pequeno tanque esculpido na rocha, descolado do tanque de maiores dimensões, possibilitando outra variante da experiência de ir a banhos.

Revelando-se como o derradeiro gesto que devolve a vida e o ritual ao lugar da Água Santa do Pego Verde, nele procurou-se ensaiar em suma um espaço



Fig. 166. Zona do banho ▲▼



Fig. 167. Tanque coletivo

reservado às emoções, ou seja, um lugar atmosférico que induzisse uma experiência significativa erguida no confronto entre a água e a paisagem. Um espaço que se procurou erguer sob a penumbra do caniço e no encontro entre a temperatura, o vapor e o odor da água e a presença do fogo. Este elemento permite recuperar a memória acerca do modo como se aqueciam as águas da nascente no passado (processo que ainda hoje ocorre na Água Santa da Herdade de Sta. Maria), recuperando “a sedução primitiva de purificar-se com a água, acendendo o fogo e deixando-se levar por seu constante movimento que retém e acalma”, como bem faz síntese German del Sol a propósito do seu projeto para as Termas Geométricas (2004, p. 69).

Resultado das condicionantes e especificidades locais, mas também da confrontação entre as diversas experiências do banho vivenciadas em distintas geografias, o ensaio explora um conjunto de atributos e qualidades que visam incrementar a qualidade multissensorial e atmosférica da experiência de ir a banhos. Alertados pela diversidade, mas também por um corpo de convergências que atravessa os casos de estudo (ver capítulo VI e VII da presente dissertação), expõem-se com clareza as influências dessa aprendizagem e apreensão fenomenológica. É disso exemplo o percurso sugerido com o propósito de gerar a expectativa na aproximação ao lugar do banho, aspecto tão habilmente explorado nas termas do Chile e em alguns casos nos Açores; o grande sombreamento que assinala o tanque e nos detém e incita a permanecer sobre o intimismo gerado pela penumbra, marca contundente dos banhos no Japão; o encaixe do tanque/represa na ribeira que atende à anatomia e configuração das suas margens e que é comum à generalidade dos casos observados; ou ainda o efeito disruptor que as geometrias puras assinalam em contraste com a organicidade da paisagem natural tão bem sucedidas nas termas geométricas no Chile .

739

Este é também um lugar que se imagina em constante mutação, alinhado com o regime de escoamento da ribeira e das estações do ano – um tanque cujos limites se revelam quando o nível de água na ribeira é baixo, possibilitando o seu preenchimento com a água da nascente, ou se ocultam quando a água das chuvas invade o seu leito. Uma proposta que se descobre no verão e desaparece no período de chuvas quando a pérgola se desmonta e os muros que confinam o plano de água são engolidos pela fluidez e circulação de água no leito da ribeira. Em síntese, um limite em permanente negociação com a ordem natural, efêmero, intermitente, instável e em contínua articulação com o a paisagem natural em que se insere.

À semelhança da natureza imponderável, dos ciclos naturais, dos regimes hídricos dos rios e das ribeiras e dos diversos ecossistemas que a comportam,

o plano onde nos deslocámos para desenvolver esta tese foi também ele conduzido pela incerteza e interrogação.

Objeto de ajuste e adaptação contínua, a tese procurou explorar uma metodologia e uma didática que suportasse a natureza teórico-prática desta investigação, ao mesmo tempo que discutia o possível ressurgimento e valorização dos lugares e territórios rurais a partir da atividade dos banhos.

Em tudo presidiu um raciocínio fundamentalmente arquitetónico, “contendo em si a história da procura feita” (Figueiredo, 2012, p.17), mas também a natureza transformadora que está na génese da disciplina de arquitetura.

- AA.VV, (2015). *Carrilho da Graça: Lisboa*. Porto: Dafne Editora.
- AA.VV, (2007). As Mineralizações da Faixa Piritosa e a sua Importância Económica. II Encontro de Professores de Geociências do Alentejo e Algarve - Geologia, Mineralizações e Biodiversidade na Faixa Piritosa, 9.
- Abramovay, R. (2000). *Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo* (nº 702). Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Económica Aplicada (IPEA).
- Acciaiuoli, L. M. C. (1940 a). *Águas minerais do Continente e Ilha de S. Miguel*. Lisboa: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos.
- Acciaiuoli, L. M. C. (1940 b). *Esboço histórico das águas minerais de Portugal*. Lisboa: Sociedade de Geografia.
- Acciaiuoli, L. M. C. (1941). *Águas de Portugal: Relatório referente à exploração das nascentes de águas minerais e de mesa durante o ano de 1939*. Lisboa: Tip. da Sociedade Astória.
- Acciaiuoli, L. M. C. (1942). *Águas de Portugal em 1940*. Lisboa: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos.
- Acciaiuoli, L. M. C. (1944). *Águas De Portugal minerais e de mesa: História e bibliografia* (Vol. 1-6). Lisboa: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos.
- Acciaiuoli, L. M. C. (1949). *Bibliografia hidrográfica do Império Português*. Lisboa: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos.
- Acciaiuoli, L. M. C. (1952). *Le Portugal Hydromineral*. Lisboa: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos.
- Acciaiuoli, L. M. C. (1955). *Estudos analíticos de águas termais: Caldas da Rainha, Caldas de Monchique, Ilha de São Miguel*. Lisboa: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos.
- Acciaiuoli, L. M. C. (1957). *Geologia de Portugal: Ensaio bibliográfico* (Vol. 1-2). Lisboa: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos.
- Agamben, G. (2009). *O que é o contemporâneo? E outros Ensaíos* (V. N. Honesko, Trad.). Chapecó: editora Argos.
- Agência Portuguesa do Ambiente APA. (2016). *Plano de Gestão de região hidrográfica 2016/2021: Região hidrográfica do Guadiana (RH7): parte 1 - Enquadramento e aspetos gerais e Parte 2 - Caracterização e Diagnóstico*. Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente APA.
- Ágoas, F. (2010) *Saber e Poder: estado e investigação social agrária nos primórdios da sociologia em Portugal* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Água Santa da Herdade: um SPA à Alentejana!* (2007, Setembro 4). Disponível em: <http://pulanito.blogspot.com/2007/09/gua-santa-da-herdade-um-spa-alentejana.html>
- Águas santas*. (2008, Agosto 1). Disponível em: <http://ilustracaodovazio.blogspot.com/2008/08/guas-santas.html>
- Aguiar, F. (2005). *Galerias Ribeirinhas Mediterrânicas: Oásis Lineares*. Disponível em: <http://naturlink.pt/print.aspx?menuid=4&cid=94227&viewall=true&print=true>
- Alagna, A. (1984). La Cabina Balneare. *Ottogono*, (73).
- Albergaria, I. S. de. (2000). *Quintas, Jardins e Parques de São Miguel: 1785–1885*. Lisboa: Quetzal.
- Albuquerque, L. S. M. (1989). *Observações sobre a Ilha de S. Miguel: Recolhidas pela comissão enviada a mesma ilha em Agosto de 1825, e regressada em Outubro de mesmo anno*. São Miguel: Câmara Municipal da Povoação.
- Alegria, M. F., Teixeira, J. A., & Umbelino, J. (1990). Norte/Sul e Litoral/Interior: Duas divisões dicotómicas de Portugal Continental. *Finisterra*, 25 (49), 5-56.
- Almeida, A. (1956). *A unidade do Império no campo hidrologico*. Lisboa: Sep. Clínica, Higiene e Hidrologia.
- Almeida, A. (1962). *Aditamento ao mapa hidrologico de Portugal: Primeiras descrições*. Coimbra: Tipografia da Atlândida.

- Almeida, A. (1964). Crenoterapia Clandestina: Seu papel no Termalismo. *Comunicação apresentada na Sociedade Portuguesa de Hidrologia Médica*, Lisboa.
- Almeida, A., & Almeida, J. (1966). *Inventário hidroológico de Portugal: 1º volume, Algarve*. Lisboa: Instituto de Hidrologia.
- Alves, A. S. C. (2018). *A Mina de São Domingos: Uma Proposta de Regeneração* (Dissertação de Mestrado Integrado). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Alves, H. (1997). *Mina de São Domingos: Génese, formação social e identidade mineira*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola (CAM).
- Ando, T. (sem data). What is wabi-sabi. Disponível em: <http://nobleharbor.com/tea/chado/WhatIsWabi-Sabi.html>
- Andrade, E. (2005). *Poesia (2ª)*. Porto: Fundação Eugénio de Andrade.
- Andrade, V. (2020, Outubro 31). *Já não há 'pechinhas' nas zonas rurais*. Expresso.
- Antunes, A. R. R. (2019). *Águas minerais naturais na Ilha de São Miguel (Açores): O seu potencial em saúde* (Dissertação de Mestrado). Instituto de ciências Biomédica Abel Salazar, Universidade do Porto, Porto.
- Appelberg, R. (2015). *Mapa da bacia do rio Guadiana em Portugal*. Disponível em: <https://apontamentos.wordpress.com/bacias-hidrograficas-do-tejo-e-a-sul-do-tejo/bacia-do-rio-guadiana/>
- Architectural Materials Research Publishing Company. (2015). *Design Parts Collection—In Japanese Traditional Style Garden*. Design Book.
- Areas Revues. (2006). Eau, art et eau. *Areas Revues*, (12).
- Aronson, S. (2008). *Aridscapes: Projectar en tierras ásperas y frágiles*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Arroteia, J. C. (1985). *Portugal: Perfil geográfico e social*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM) (2011a). (Coord.). *Água Santa da Herdade: Plano de Visitaçào*. Mértola: ADPM.
- Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM) (2011b). (Coord.). *Entre Loendros e Águas Santas - Requalificação Ambiental e Paisagista da Ribeira de Oeiras - Água Santa da Herdade*. Mértola: ADPM.
- Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM) & Universidade de Évora. (1999). *Navegabilidade e Prosperidade: A importância do Grande Rio do Sul como vector de desenvolvimento*. Mértola: ADPM.
- Associação de Municípios do Distrito de Beja. (1999). *Além da água*. Beja: Associação de Municípios do Distrito de Beja.
- Associação Nacional dos Industriais de Águas Minero-Medicinais e de Mesa. (1984). *Termas de Portugal*. Lisboa: Associação Nacional dos Industriais de Águas Minero-Medicinais e de Mesa.
- Assunto, R. (2013). *A paisagem e a estética*. Em A. V. Serrão, Filosofia da paisagem: Uma antologia (pp. 341-375). Lisboa: Centro de filosofia da Universidade de Lisboa.
- Augé, M. (1986). *L'Anthropologie de la Maladie in L'Homme, Jan-Jun, XXVI (1-2)*. Paris.
- Augé, M. (2012). *Não-lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: Letra Livre.
- Augé, M., & Herzlich, C. (1986). *Le Sens du Mal. Anthropologie, histoire, sociologie de la maladie*. Paris: Editions des Archives Contemporaines.
- Azevedo, C., & Vasconcelos, L. (1995). *Termas Portuguesas*. Lisboa: Edições Inapa.
- Bachelard, G. (1996 [1960]). *A poética do devaneio*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bachelard, G. (1998a [1942]). *A água e os sonhos: Ensaio sobre a imaginação da matéria*. São Paulo: Martins Fontes.

- Bachelard, G. (1998b [1957]). *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bailly, A. S. (2006). Développement Territorial Durable en Milieu Exurbain et Rurbain. Em M. L. Fonseca (coord.). *Desenvolvimento e Território: espaços rurais e novos lugares de turismo e lazer* (61-72). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Baptista, F. O. (1993a). *O destino camponês*. Porto: Edições Afrontamento.
- Baptista, F. O. (1993b). *Agricultura, espaço e sociedade rural*. Coimbra: Fora do Texto.
- Baptista, F. O. (1996). Declínio de um tempo longo. Em *O voço do arado* (pp. 33-75). Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, Instituto Português de Museus/Ministério da Cultura.
- Baptista, F. O. (2001). *Agriculturas e territórios*. Oeiras: Celta.
- Baptista, F. O. (2006). O Rural depois da Agricultura. Em *Desenvolvimento e Território—Espaços Rurais Pós-agrícolas e os novos lugares de Turismo e Lazer* (pp. 85-105). Lisboa: CEG.
- Baptista, F. O. (2010a). *Alentejo, a questão da terra* (1ª). Castro Verde: 100 Luz.
- Baptista, F. O. (2010b). *O espaço rural: Declínio da agricultura* (1ª). Lisboa: Celta.
- Baptista, F. O. (2013). *O destino camponês* (1ª). Castro Verde: 100 Luz.
- Barber, B. (1974). *Water: A View from Japan*. Nova York: Weatherhill.
- Barriga, P. (Coord.). (2015, Agosto 14). Águas Santas: Ainda há quem as procure em Mértola. *Diário do Alentejo*, pp. 6-7.
- Barros, A. (1980). Economia do latifúndio - O caso português. *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, 341-37.
- Basto, E., A., L. (1938). *Inquérito à Habitação Rural. 1. Questionário-guia*. Lisboa: ISA- UTL.
- Bastos, C. (2002). *A Água como Agente Terapêutico: Etnografia comparada das termas em Portugal e no Brasil: Relatório referente ao 1.º ano de execução do projeto de investigação*. Lisboa.
- Bastos, C. (1993). *Os Montes do Nordeste Algarvio*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Bastos, C. (2006, Julho 28). Das termas aos «Spas»: Reconfigurações de uma prática terapêutica. 1–8. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. Disponível em: <http://docplayer.com.br/6401793-Das-termas-aos-spas-reconfiguracoes-de-uma-pratica-terapeutica-2.html>
- Bastos, C. (2011a). Banhos de princesas e de lázaros: Termalismo e estratificação social. *Anuário Antropológico*, 107-126.
- Bastos, C. (2011b). From sulphur to perfume: Spa and SPA at Monchique, Algarve. *Anthropology & Medicine*, 18, 37-53. Londres: Routledge.
- Bastos, C., Quintela, M. M., & Matos, A. P. (2002). O novo aquilégio. Disponível em: <http://www.aguas.ics.ul.pt/>
- Batista, P., & Figueiredo, E. (2010). *Caminhos Possíveis do Rural em Portugal: As prioridades do novo programa de desenvolvimento rural*. Em E. Figueiredo, E. Kastenholz, M. C. Eusébio, M. C. Sousa Gomes, J. Carneiro, S. Valente, & P. Batista, IV Congresso de Estudos Rurais: Mundos rurais em Portugal: Múltiplos olhares, múltiplos futuros (pp. 665–684). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Berque, A. (1986). *Le Sauvage et l'artifice: Les Japonais devant la nature*. Paris: Éditions Gallimard.
- Berque, A., & Sauzet, M. (2004). *Le sens de l'espace au Japon: Vivre, penser, bâtir* (1ª). Paris: Editions Arguments.
- Biblioteca Nacional Digital del Chile. (2018). *Las termas como atractivo turístico*. Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-printer-543971.html>

- Boiça, J. F., & Barros, M. F. R. (1995). *As terras, as serras e os rios: As memórias paroquiais de Mértola do ano de 1758*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola (CAM).
- Boiça, J. F., & Mateus, R. (1998). *Imaginária de Mértola: Tempos, espaços, representações*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola (CAM).
- Boiça, J. F., & Mateus, R. (2014). *Mértola Vila Museu: Roteiro de história urbana e património*. Mértola: Associação de defesa do Património de Mértola (ADPM).
- Boiça, J. F., Mateus, R., & Appleton, J. (2013). *A travessia do Guadiana em Mértola: As barcas e a ponte*. Mértola: Associação de defesa do Património de Mértola (ADPM).
- Bonesio, L. (2007). *Paesaggio, identità e comunità tra locale e globale*. Parma: Diabasis.
- Bourdin, A. (2011). *O Urbanismo depois da crise*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Boyer, M. C. (1994). The City and the Theater. Em *The city of collective memory: Its historical imagery and architectural entertainment* (pp. 73-122). Cambridge: MIT Press.
- Brandt, J., & Geeson, N. (sem data). Desertificação e Indicadores. LUCINDA – Land Care in Desertification affected áreas, from science towards application. Disponível em: http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ei/uncd-PT/ond/lucinda/a2_booklet_final_pt_rev3
- Breton, D. (1990). *L'Anthropologie du Corps et de la Modernité*. Paris: P.U.F.
- Breton, D. (1995). *L'Anthropologie de la Douleur*. Paris: Métailié.
- Bruggen, J. (1947). Origen de las aguas minerales de Chile. *a*, (109).
- Caicco, G. (2007). *Architecture, Ethics, and the Personhood of Place*. Lisboa: University Press of New England.
- Calado, C. (1990). *Recursos hidrominerais do Baixo Alentejo*. Apresentado na Comunicação ao 1º Encontro das Indústrias Extractivas do Baixo Alentejo, promovido pela ADERBA (Associação de Desenvolvimento Regional do Baixo Alentejo), Castro Verde.
- Calado, C. (1992). *Carta de Nascentes Minerais* [Atlas do Ambiente].
- Calado, C. (1995). *Notícia explicativa: Carta de Nascentes Minerais*. Local: Direcção-Geral do Ambiente.
- Calado, C. (2001a). *A ocorrência de água sulfúrea alcalina no Maciço Hespérico. Quadro hidrogeológico e quimiogénese* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Calado, C. (2003-2004). *Potencialidades do Concelho de Mértola para o Termalismo (volume 1: relatório não-técnico e volume 2: relatório técnico)*. Évora.
- Calado, C., & Chambel, A. (1999). Un unexpected mineral sulphide water type in the Iberian Pyrite Belt (South Portugal). *Hydrogeology and Land Use Management. Proceedings of XXIX-LAH Congress*, 671-676.
- Calado, C., & Chambel, A. (2003). Águas sulfúreas na faixa piritosa alentejana. *Actas das Jornadas Luso Espanholas sobre Águas Subterrâneas no Sul da Península Ibérica*.
- Câmara Municipal de Mértola. (2006). *Contributos da AM-BAAL para um novo modelo de desenvolvimento para o Baixo Alentejo e Alentejo Litoral: Quadro de referência estratégico regional, 2007-2013*. Beja: Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral.
- Câmara Municipal de Mértola (CMM). (2009). *Mértola: Informação municipal*, (14), Câmara Municipal de Mértola.
- Cantista, A. P. P. (2008-2010). O termalismo em Portugal. *Anales de Hidrología Medica*, 3, 79-107.
- Cardoso, I. L. (2011). *Paisagem e Património: Aproximações pluridisciplinares*. Porto: Dafne Editora.

- Careri, F. (2013). *Walkscapes: El andar como práctica estética*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Careri, F. (2016). *Pasear, Detenerse*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Carlson, M. (2010). *Performance: Uma introdução crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Carmo, R. M. (2007). As desigualdades sociais nos campos: O Alentejo entre as décadas de 30 e 60 do século XX. *Análise Social*, XLII(184), 811-835.
- Carta corográfica de Portugal: Folhas 43-A a D, 46-A, B e D 50-A e B*. (1961). Lisboa: Instituto português de cartografia e cadastro.
- Carta de Portugal: Baixo Alentejo e Algarve, Folhas 7 e 8*. (1972). Lisboa: Instituto geográfico e cadastral.
- Carta de Portugal: Folhas 43, 46 e 50*. (1965). Lisboa: Instituto geográfico e cadastral.
- Carta hipsométrica de Portugal*. (1984). Lisboa: Instituto geográfico e cadastral.
- Carvalho, A. (2011). *O Estoril e as origens do turismo em Portugal*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Carvalho, L. M. (2017). *Parque Terra Nostra*. P.B.F.
- Carvalho, M. (2009). *Aqui na terra*. Porto: Deriva Editores.
- Carvalho, P. (2012). Património e desenvolvimento em ambiente rural: Lugares, rotas e redes. *Cadernos de Geografia*, (30-31), 3-16.
- Carvalho, P., & Correia, J. (2009). Turismo, património e desenvolvimento rural: A percepção local da mudança. Em *Cultura, Inovação e Território - O Agroalimentar e o Rural* (pp. 187–196). Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER).
- Cascalheira, S. (2013). *Etnobotânica de Plantas Medicinais no vale do Guadiana*. Mértola: Associação de defesa do Património de Mértola (ADPM).
- Casimiro, P. C. (1993). *Geo-biografia das mudanças de uso do solo* (Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa FCSH-UNL, Lisboa.
- Casimiro, P. C. (2002). *Uso do Solo, Teledeteção e Ecologia da Paisagem: Ensaio Metodológico—Concelho de Mértola* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa FCSH-UNL, Lisboa.
- Casimiro, P. C. (2003). *Análise quantitativa da Paisagem, evolução temporal de padrões espaciais - Concelho de Mértola*.
- Casimiro, P. C. (2009). Estrutura, composição e configuração da paisagem: Conceitos e princípios para a sua quantificação no âmbito da ecologia da paisagem. *Estudos Regionais: revista portuguesa de estudos regionais*, (20), 75-99.
- Casimiro, P. C. (2000). Uso do Solo—Ecologia da Paisagem, Perspectivas de uma Nova Abordagem do Estudo da Paisagem em Geografia. *GeoInova*, (2), 45-65.
- Cauquelin, A. (2008). *A Invenção da Paisagem*. Lisboa: Edições 70.
- Cavaco, C. (1999). *Desenvolvimento rural: Desafio e Utopia*. Lisboa: Centro de Estudo Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Cavaco, C. (1994). *Do despovoamento rural ao desenvolvimento local*. Lisboa: Ed. Programa das artes e ofícios tradicionais, DGDR.
- Cavaco, C. (1996). *Turismos e lazeres*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Cavaco, C. (2004). Desafios do desenvolvimento rural: Notas de leitura. *Finisterra*, 39(78), 99-112.

- Cavaco, C. (2005a). A diferenciação regional da função turística. *Geografia de Portugal: Atividades Económicas e Espaço Geográfico*, 3, 385-394. Lisboa: Círculo de Leitores
- Cavaco, C. (2005b). As paisagens rurais: Do «determinismo natural» ao «determinismo político». *Finisterra*, 11(79), 73–101.
- Cavalcanti, M. L. V. de C. (2013, Novembro). Drama, Ritual e Performance em Victor Turner. *Sociologia & Antropologia*, 3(6), 411-440.
- cE3c, FCUL, ADPM, & FCSH. (2016). Plano de adaptação de Mértola às alterações climáticas: sector das florestas e agricultura. Disponível em: http://echanges.fc.ul.pt/projetos/adaptforchange/docs/PLANO_Adaptacao-net.pdf
- Cavaco, C., & Simões, J. M. (1998). *Água: Desenvolvimento e bem-estar*. Lisboa: Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.
- Centro de Estudos de Antropologia Social (CEAS). (2003). Etnográfica. *Etnográfica*, VII(1).
- CircA RQ (2014, Outubro 15). *Termas Geometricas. German Del Sol Guzman*. Disponível em: <https://circarq.wordpress.com/2014/10/15/termas-geometricas-german-del-sol-guzman/>
- Chambel, A. (1996). *Águas subterrâneas do concelho de Mértola*. Évora: Comissão de Coordenação da Região Alentejo.
- Chambel, A. (1999). *Hidrogeologia do Concelho de Mértola* (Tese de Doutoramento). Universidade de Évora, Évora.
- Chambel, A., & Almeida, C. (1998a). *Aspectos hidroquímicos das Águas Subterrâneas do Concelho de Mértola*. Apresentado na 4º Congresso da Água, Lisboa.
- Chambel, A., & Almeida, C. (1998b). Origin of highly mineralized waters in a semi-arid area of the South Portuguese Zone (Portugal). *Gambling with Groundwater - Physical, Chemical and Biological Aspects of Stream Relations*, 419-424.
- Chambel, A., & Almeida, C. (2000). Geochemical processes affecting the composition of mineral waters in the South Portuguese Zone (Portugal). *Groundwater: Past Achievements and Future Challenges*, 471-474. Balkema, Rotterdam. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237113174_Geochemical_processes_affecting_the_composition_of_mineral_waters_in_the_South_Portuguese_Zone_Portugal
- Chambel, A., & Duque, J. (2002). *Estudo dos Recursos Hídricos Subterrâneos do Alentejo ERHSA – Contribuição da Universidade de Évora*. Évora: Universidade de Évora. Disponível em: <https://www.aprh.pt/congressoagua98/files/com/075.pdf>
- Clark, S. (1995). *Japan: A view from the Bath*. Honolulu: University of Hawai'i Press.
- Clément, G. (2012). *El jardín en movimiento*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Clément, G. (2014). *Manifiesto del tercer paisaje*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Coelho, A. P. (2012). Cláudio Torres e Mértola. *Público*.
- Comentário: Antropologias saindo da água. (2003). *Etnográfica*, VII 7(1), 3-12.
- Comisión de las Comunidades Europeas (CCE). (1988). *El futur del mundo rural*. Boletim de las comunidades Europeas. Disponível em: <http://repositori.uji.es/xmlui/bitstream/handle/10234/48437/Suplemento4-88..pdf?sequence=1>
- Conceição, L. F. P. (1997). *A Consagração da água através da Arquitetura: Para uma arquitetura da água* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Contreiras, A. (1933). *Aspetos médicos do problema educativo*. Lisboa: Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade.
- Contreiras, A. (1937). *Guia hidroterápico de Portugal*. Lisboa: Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade.
- Contreiras, A. (1941). Riquezas hidro-medicinais de Portugal. Em 58: *Vol. 5-12. Boletim da Sociedade de Geografia*. Lisboa: Instituto Superior Técnico - biblioteca de Química.

- Contreiras, A. (1951). *Manual Hidrológico de Portugal*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Contreiras, A. (1952). *Águas minerais do Algarve e da Andaluzia*. Porto: Tipografia Costa Carregal.
- Contreiras, A. (1954a). Breves anotações a propósito da carta hidrológica de Portugal, 1895-1975. *Comunicação feita à Sociedade de Hidrologia Médica - Sep. - Revista Clínica, Higiene e Hidrologia*.
- Contreiras, A. (1954b). O valor da hidrologia. *XV Congresso Luso-Espanhol para o progresso das ciências - Sep. - do Jornal Médico*, (577).
- Contreiras, A. (1957). A água mineral, essa desconhecida. *Comunicação apresentada à 9ª Seção do XXIII Congresso Luso-Espanhol*, Coimbra.
- Corboz, A. (2004). El territorio como palimpsesto. In A. Ramos (coord.), *Lo Urbano em 20 autores contemporáneos* (pp. 25-34). Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya.
- Cordovil, F. C. (2015). Desenvolvimento, Território e Política agrícola – Portugal 2015. *Pessoas e Lugares*, 18-19.
- Cordovil, F. C., Dimas, B., Alves, R., & Baptista, D. (2004). *A política Agrícola e Rural Comum e a União Europeia: Factos e políticas, futuros e opções*. São João do Estoril: Príncipia, Publicações Universitárias e Científicas.
- Correia, J. A., & Figueiredo, E. (2008). *Repór o rural no mapa: A comunicação como processo para a sustentabilidade em meio rural*. Coimbra: Colóquio Ibérico de Estudos Rurais: Cultura, Inovação e Território.
- Correia, T. P. (2006). *Estudo sobre o Abandono em Portugal Continental: Análise das dinâmicas da ocupação do solo, do sector agrícola e da comunidade rural: Tipologia de áreas Rurais*. Évora: Universidade de Évora.
- Correia, T. P. (2007). Multifuncionalidade da paisagem rural: Novos desafios à sua análise. *Inforgeo*, 67-71.
- Cortegano, M. (2017). (coord.). *Plano municipal de defesa da floresta contra incêndios, Caderno 1: Diagnóstico*. Mértola: Câmara Municipal de Mértola.
- Costa, A. A. (2007). *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa: Outros textos sobre Arquitectura Portuguesa (2ª)*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, FAUP publicações.
- Costa, A. A. (2013). *Lugares praticados versus lugares de memória*. *Revista Património*, (1), 6-15.
- Costa, A. A. (2017, Fevereiro 8) . Discurso apresentado na Cerimónia de tomada de posse dos Órgãos Nacionais e Regionais da Ordem dos Arquitectos - triénio 2017/2019.
- Costa, M. R. B. (2011). *Contributo para o estudo do campo geotermal das furnas do enxofre (Ilha terceira) e implicações no Plano de Gestão* (Dissertação de Mestrado). Universidade dos Açores, Angra do Heroísmo.
- Costa, P. C., & Louro, N. (2011). *Duas Linhas*. Lisboa: A+A.
- Costa, X. (2010). El arquitecto como etnógrafo. Em *Otra Miranda: Posiciones contra Crónicas: La acción crítica como reactivo en la arquitectura española reciente* (37-40). Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Covas, A. (2010). *De espaço produtor a espaço produzido: Mercados emergentes e neo-rurais*. Em E. Figueiredo, E. Kastenholz, M. C. Eusébio, M. C. Sousa Gomes, J. Carneiro, S. Valente, & P. Batista, IV Congresso de Estudos Rurais: Mundos rurais em Portugal: Múltiplos olhares, múltiplos futuros (9-19). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Crespo, J. (1990). *A história do corpo*. Lisboa: Difel.
- Cristóvão, A., Pereiro, X., Souza, M., & Elesbão, I. (2014). *Turismo rural em tempos de novas ruralidades*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS.
- Cruz, J. C., Antunes, P. C., & Freire, P. (2006). *Água termais e minerais do arquipélago dos Açores. Um percurso interpretativo nas Furnas*. 42–44. Furnas (São Miguel).

- Cruz, J. V., Freire, P., Andrade, C., & Coutinho, R. (2014). Águas minerais da Ilha de São Miguel (Açores): Monitorização hidrogeoquímica entre 1992 e 2013. *IX Congresso nacional de geologia, Comunicações geológicas*, (101), 671-675.
- Cunha, L. (1970). *Termalismo: Novas Concepções de Utilização e Perspectivas*. Braga: Colóquio de Turismo e Termalismo do Norte.
- Cura Termal: Entre as práticas «populares» e os saberes científicos*. (2004, Setembro 16). Apresentado na VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel37/MariaManuelQuintela.pdf>
- Custódio, J. (1999). Documentos para a história da mina de S. Domingos: O relatório do geólogo Carlos Ribeiro / Jorge Custódio. *Arqueologia Medieval*, (6), 255-265.
- Custódio, J. (2013). *Mina de S. Domingos: Território, história e património mineiro*. Lisboa: Socius - ISEG.
- Cutileiro, J. (2004). *Ricos e pobres no Alentejo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Darapsky, L. (1890). *Las aguas minerales de Chile*. Valparaíso: Imprenta G. Helfmann.
- D'Abreu, A. C., & Correia, T. P. (2001). *Identificação e Caracterização de Unidades de Paisagem de Portugal Continental*. Évora: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano e Universidade de Évora.
- D'Abreu, A. C., & Oliveira, R. (2004). *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território.
- Dawsey, J. C., (2016, Dezembro). Sismologia da performance: palcos, tempos, f(r)icções. *Cultures-Kairós (Revue d'anthropologie des pratiques corporelles et des arts vivants)*. Disponível em: <https://revues.mshparisnord.fr/cultureskairos/index.php?id=1404>.
- Daveau, S. (2002). A obra geográfica de Mariano Feio. *Fisioterapia*, 37 (73), 101-107.
- Decreto-lei nº 90/90., Pub. L. No. 90/90 (1990).
- Decreto-lei nº 142/2004., Pub. L. No. 142/2004 (2004).
- PROVERE (2008). *Programa de Valorização económica de recursos endógenos. Das ideias à acção: Visão e Parcerias*. Lisboa: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do território e do Desenvolvimento Regional.
- Direção Geral da Marinha (DGM). 2ª Repartição. (1874). *Contrato para o serviço da navegação a vapor entre Lisboa, Sines e os portos do Algarve, bem como entre Mértola e Villa Real de Santo António, no rio Guadiana*. Lisboa: DGM: Direcção Geral da Marinha. 2ª Repartição.
- Direcção Geral do Território (DGT). *Cadastro geométrico da propriedade rústica*. Disponível em: http://www.dgterritorio.pt/cadastro/cadastro_geometrico_da_propriedade_rustica_cgpr_/consultar_seccoes_cadastrais/
- Dias, C. (2000, Agosto 24). O «milagre» das águas da Ferradura. *Jornal Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2000/08/24/jornal/o-milagre-das-aguas-da-ferradura-147874>
- Dias, C. (2014, Abril 7). Crise não afasta visitantes de Mértola, que já é referência no turismo cultural. *Jornal Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/04/07/local/noticia/crise-nao-afastou-turistas-de-mertola-onde-acaba-de-ser-inaugurado-o-12o-nucleo-museologico-1631050>
- Dias, L., & Karadzic, V. et al. (2016). Ficha climática de Mértola. In: *Manual Avaliação de Vulnerabilidades Futuras*, Lisboa. Disponível em: https://echanges.fc.ul.pt/projetos/adaptforchange/docs/fichas_climaticas_mertola.pdf
- Dias, M. G. (2012). *Da necessária mudança*. *Jornal Arquitectos*, (245), 3.
- Dias, U. M. (1936). *História do Vale dos Furnas*. Vila-Franca do Campo: Tip. de Vila-Franca do Campo.

- Domeyko, I. (1848). Ensayo sobre las aguas minerales de Chile. *Revista de Santiago*, 8, 192-198.
- Domeyko, I. (1871). Sobre las aguas termales de Chile. *Anales de la Universidad de Chile*, 2, 221-260.
- Domingues, A. (2001). A paisagem revisitada. *Finisterra*, 36(72), 55-66.
- Domingues, A. (2003a). *A cultura em ação: Impactos sociais e território*. Porto: Edições Afrontamento.
- Domingues, A. (2003b). Paisagens rurais em Portugal: Algumas razões da polémica. *Revista da Faculdade de Letras - Geografia, I série*, XIX, 111-117.
- Domingues, A. (2009). *A Rua da Estrada*. Porto: Dafne Editora.
- Domingues, A. (2011a). Paisagem e identidade à beira de um ataque de nervos. Em *Duas Linhas* (pp. 24-57). Lisboa: A+A.
- Domingues, A. (2011b). *Vida no Campo*. Porto: Dafne Editora.
- Domingues, A. (2014). Patrimónios desamparados. *RP - Revista Património*, (2), 6-15.
- Domingues, A. (2017). *Volta a Portugal*. Lisboa: Contraponto.
- Domus. (2018). Silence. *Domus*, (1023).
- Dostoievsky, Fiódor. (1999). *O jogador*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Douglas, M. (1991). *Pureza e Perigo* (S. Pereira da Silva, Trad.). Lisboa: Edições 70.
- Drouet, H. (1870). *Sur terre et sur mer – Excursions d'un Naturaliste en France, aux Açores, a la Guyane et a Angola*. Paris: L. Hachette.
- Durand, J.-Y. (1996). O Hidrogeólogo, o Vedor de Água, o Etnógrafo e algumas das suas ‘Técnicas do Corpo’. Em M. Vale de Almeida, *Corpo Presente: Treze Reflexões Antropológicas sobre o Corpo* (pp. 87–103). Oeiras: Celta Editora.
- Durand, J. Y. (2003). *A diluição do consenso: A água, de “fonte de vida” a património colectivo*. *Etnográfica*, VII(1), 15-32.
- Durkheim, É. (1996 [1912]). *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes.
- Ebisawa, H. (2005). *Onsen: Design for Japanese spa*. Tóquio: RiKuyo-Sha Publishing.
- Eco, U. (2011 [1977]). *Como se faz uma tese em ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
- Eliade, M. (1994 [1949]). *As Águas e o Simbolismo Aquático. Tratado de história das Religiões*. Lisboa: ASA.
- Eliasson, O. (2019). *O v/ nosso futuro é agora*. Porto: Serralves.
- Esaguy, A. (1954). *Portugal-país rico de fontes e águas mineromedicinais*. Lisboa: Imp. Médica.
- ERHSA (2002). *Estudo dos Recursos Hídricos Subterrâneos do Alentejo, Anexo IV: Recursos Hidrominerais*. Comissão de coordenação da Região do Alentejo
- Esteban, P. B., & Fanlo, J. L. A. (2008). *La Cultura del agua en Aragón usos tradicionales*. Zaragoza: Rolde de Estudios Aragoneses.
- European Rural Parliament (ERP). (2017). *European Rural Manifesto*. Scharding: European Rural Parliament.
- Faria, M. I. de C. de S. (2018). *As Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável: Representações Sociais da Sociedade Civil – o Estudo de Caso do Baixo Alentejo* (Tese de Doutoramento). Universidade Aberta, Lisboa. Disponível em: https://repositorio.ipbeja.pt/bitstream/20.500.12207/5213/1/DSSD_TESE%20Doutoramento_2019_MIF.pdf

- Farias, P., Gallastegui, G., González Lodeiro, F., Marquinez, J., Martín-Parra, L. M., Martínez Catalán, L. R., ... Rodríguez-Fernández, L. R. (1987). Aportaciones al conocimiento de la litoestratigrafía y estructura de Galicia Central. *IX Reunión sobre a geologia do oeste peninsular*. Vol. 1. Memórias (411-431). Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico.
- Farinha, H. J. S. (2015). *Agroal: "Termalismo Popular"* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Farinha, H. J. S. (2016). *Aplicações terapêuticas das águas sulfúreas em crenoterapia* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto, Porto.
- Feio, M. (1972). *Problemas da lavoura alentejana*. Beja: Grémio da Lavoura.
- Feio, M. (1997). Os principais tipos de utilização do solo no alentejo meridional evolução de 1885 a 1951. *Finisterra*, 32(63), 147-158.
- Feio, M., & Amílcar, P. (1946). *Notícia acerca do quaternário no vale do Guadiana*. Porto: Imprensa Moderna.
- Feio, M., & Sampaio, J. A. (1961). *Possibilidades de agricultura de sequeiro no Alentejo* (2ª edição). Beja: Federação dos Grémios da Lavoura do Baixo Alentejo.
- Ferrão, J. (1996). *A demografia portuguesa* (1ª). Lisboa: Público, D. L.
- Ferrão, J. (1997). *Políticas de inovação e desenvolvimento regional e local: Actas do encontro realizado em Évora, 23 de Novembro de 1995*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Ferrão, J. (1998). Reconstruir o Interior Destruindo a Interioridade: Para uma Estratégia Activa de Inclusão de Actores. Em *Presidência da República, Perspectivas de Desenvolvimento do Interior* (pp. 87–91). Lisboa: Presidência da República e Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Ferrão, J. (2000). Relações entre mundo rural e mundo urbano: Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. *Revista Sociologia, Problemas e práticas*, (33), 45-54.
- Ferrão, J. (2002). *Portugal, três geografias em recombinação: Espacialidade, mapas cognitivos e identidades territoriais*. Lusotopie, 2, 151–158.
- Ferrão, J. (2014). *O Ordenamento do território como política pública* (2ª). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ferrão, J., & Horta, A. (2015). *Ambiente, Território e sociedade: Novas agendas de Investigação*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Ferreira, C. (1994). *Os Usos Sociais do Termalismo, Práticas, Representações e Identidades Sociais dos Freqüentadores das Termas da Curia* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Ferreira, C. (1995). Estilos de Vida, Práticas e representações sociais dos termalistas. O caso das Termas da Curia. *Crítica de Ciências Sociais*, (43), 93-122.
- Ferreira, L. (sem data). *Peso da agricultura no PIB em Portugal* [Infograma].
- Ferreira, M., & Forjaz, V. H. (2009). *O vulcão das Furnas: Encontros e Tremores*. Ponta Delgada: OVGA.
- Ferreira M.T. & Aguiar F.C. (2006). Riparian and aquatic vegetation in Mediterranean-type streams (western Iberia). *The Ecology of the Iberian inland waters: Homage to Ramon Margalef Limnetica* 25(1-2): 411-424. Disponível em: <https://www.limnetica.com/documentos/limnetica/limnetica-25-1-p-411.pdf>
- Figueiredo, E. (2002). *O Rural como Reserva Ambiental: O Lugar do Ambiente nas Procuras Externas das Áreas Rurais em Portugal*. Santiago de Compostela.
- Figueiredo, E., Kastenholz, E., Eusébio, M. C., Gomes, M. C., Carneiro, M. J., Batista, P., & Valente, S. (2010). *IV Congresso de Estudos Rurais: Mundos rurais em Portugal: Múltiplos olhares, múltiplos futuros*. Aveiro.

- Figueiredo, E. M. M. (2013). *Um rural para viver, outro para visitar: O ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais* (Tese de Doutoramento). Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Figueiredo, V. (2012). *Fragmentos de um discurso*. Porto: Circo de Ideias.
- Fisher, T. R. (2000). *In the Scheme of Things: Alternative Thinking on the Practice of Architecture*. Minnesota: NED - New edition.
- Forjaz, P. (1929). *1893-1972—Portugal: As suas nascentes de água mineral*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- Foucault, M. (1963). *La Naissance de la Clinique*. Paris: P.U.F.
- Fouqué, F., & Cabral, F. M. (1873). *Les eaux thermales de l'île de San-Miguel (Açores) Portugal*. Lisboa: Lallemand Frères, Imprimeurs. Disponível em: <https://archive.org/details/leseauxthermale00cabrgoog>
- França, L. (1981). *Comportamento religioso da população portuguesa*. Lisboa: Moraes: Estudos para o desenvolvimento.
- Freire, P. A. T. (2006). *Águas minerais da Ilha de São Miguel (Açores): Caracterização hidrogeológica e implicações para a monitorização vulcanológica* (Dissertação de Mestrado). Universidade dos Açores, Ponta Delgada.
- Freire, P. A. T. (2013). *Recursos Hidrominerais dos Açores: Hidrogeologia e avaliação do potencial socioeconómico* (Tese de Doutoramento). Universidade dos Açores, Ponta Delgada.
- Freitas, A. R. R. (2017). *Caracterização e Avaliação do Recurso Hidromineral das Quenturas, Vulcão das Furnas, Ilha de S. Miguel (Açores) Águas minerais em São Miguel (Açores): Percepção pública da sua génese e ocorrência*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Freitas, B. J. S. (1845). *Uma viagem ao Valle das Furnas na Ilha de S. Miguel em Junho de 1840*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- Freitag, M. (2004 [1992]). *Arquitectura e Sociedade*. Lisboa: D. Quixote.
- Frutuoso, G. (1966). *Saudades da Terra* (Vol. 1). Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- Fundação Calouste Gulbenkian (FCG). (2011). *Guia de Portugal: II Estremadura, Alentejo, Algarve*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Fundação Serrão Martins (FSM). (s.d.). Cronologia de eventos relativos à Mina de São Domingos. Disponível em: <https://fundacaoserraomartins.pt/data/uploads/cronologia-mina.pdf>
- Galvão, M. J., & Vareta, N. D. (2010). A multifuncionalidade das paisagens rurais: Uma ferramenta para o desenvolvimento. *Cadernos: Curso de Doutoramento em geografia*, (2), 61–86.
- García, J. C. (1996). *A navegação no Baixo Guadiana durante o ciclo do minério (1857-1917)* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- García, J. R. N. (2011a). Paisaje y aguas termales. Hacia la salud en entornos privilegiados. Em *La Salud ante los cambios globales* (pp. 71-91). Toluca: Universidad Autonoma del estado de Mexico.
- García, J. R. N. (2011b). *Salud y Paisaje: Contribución desde el termalismo a la revitalización de zonas rurales (el caso de Pozo Amargo, Cuenca del Guardaláira)* (Dissertação de Mestrado). Universidad de Sevilla - Universidad Internacional de Andalucía, Sevilla.
- Gausa, M., Guallart, V., Muller, W., Soriano, F., Morales, J., & Porras, F. (2001). *Diccionario Metapolis Arquitectura Avanzada*. Barcelona: Actar Ediciones.
- Genep, A. V. (2011 [1909]). *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Gleiter, J. H. (2013). *A estética Mais Extrema: A Arquitectura de Sou Fujimoto*. Lisboa: CCB Garagem Sul Exposições Arquitectura.

- Godinho, S. L. (2007). *O Banho japonês*. Lisboa: Fundação do Oriente.
- Gomes, C. S. F., & Silva, J. B. P. (2012). *Ilha do Porto Santo: Estância Singular de Saúde Natural*. Funchal: Madeira Rochas - Divulgações Científicas e Culturais.
- Gomes, J. (2007). *Roteiro do Guadiana*. Linda-a-Velha: DG Edições.
- Gonçalves, M. L. F. (2017). *Recolha e Análise da informação relativa ao tratamento do fenómeno da desertificação nos PMOT da região do Alentejo* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Évora, Évora.
- González-Bernáldez, F., Levassor, C., & Peco, B. (1989). Landscape ecology of uncultivated lowlands in central Spain. *Landscape Ecology*, (3), 3-18.
- Goubert, J. P. (1986). *La Conquête de l'eau*. Paris: Robert Laffont.
- Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar (GPPAA). (2003). *Portugal Rural: Territórios e Dinâmicas*. Lisboa: MADRP /GPPAA.
- Graff, A. (2017). *Águas termais e termalismo em São Miguel – Açores* (Dissertação de Mestrado). Universidade dos Açores, Ponta Delgada.
- Grilli, P. (1992). *Pleasures of the Japanese Bath*. Nova York: Weatherhill.
- Grys, A. (1965). Some Observations on the Hot Springs of Central Chile. *Water research*, 1(3), 415-428.
- Guedes, N. (2018, Maio 18). *Densidade populacional do Interior é 372 vezes mais pequena que no Litoral*. Disponível em: <https://www.tsfp.pt/sociedade/densidade-populacional-do-interior-e-372-vezes-mais-pequena-que-no-litoral-9353160.html>
- Guerra, R. J. C. (2016). *Turismo de saúde e bem-estar: Estratégia de Desenvolvimento Local para as Caldas da Cavaca* (Tese de Doutoramento). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Guimarães, P. E. (1989). *Indústria, Mineiros e Sindicatos: Universos operários do Baixo Alentejo dos finais do século XIX à primeira metade do século XX*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais I.C.S.
- Guimarães, P. E. (2005). Recrutamento, mobilidade e demografia em São Domingos (1860-1900). *Revista de Demografia Histórica*, I(23), 21-70.
- Guita, R. J. N. P. (2011). A Mina de São Domingos (Mértola, Baixo Alentejo, Portugal): Actividade industrial moderna (1854-1966). *O Mundo do Trabalho no sul de Portugal: bolsas industriais e comunidades rurais*, 117-132.
- Hagan, S. (2001). *Taking Shape: A new contract between architecture and nature*. Oxford: Architectural Press.
- Halbwachs, M. (1968). *La Mémoire collective*. Paris: P.U.F.
- Hall, E. T. (1986). *A Dimensão Oculta*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- Hasan, S. E., Finkelman, R. B., & Skinner, H. C. W. (2013). Geology and Health: A brief history from the pleistocene to today. Em M. E. Bickford, *The Impact of the Geological Sciences on Society*, vol. 501, 1-10. Geological Society of America. Disponível em: [https://doi.org/10.1130/2013.2501\(06\)](https://doi.org/10.1130/2013.2501(06))
- Hauser, A. (1987). *Baños de Apoquindo: Caracterización y alternativas para optimizar su aprovechamiento*. Santiago de Chile: Servicio Nacional Geología y Minería.
- Hauser, A. (1989). Fuentes termales y minerales en torno a la carretera austral, regiones X-XI, Chile. *Revista Geológica de Chile*, 16(2), 229-239.
- Hauser, A. (1997). *Catastro y caracterización de las fuentes de aguas minerales y termales de Chile* (50). Santiago de Chile: Servicio Nacional Geología y Minería.
- Hauser, A. (2000). Hidrogeología en Chile. *Geoinformativo*, (42), 12-14.
- Hauser, A. (2001). *Las aguas minerales Chilenas* (N. 60). Santiago de Chile: Servicio Nacional Geología y Minería.

- Henriques, F. F. (2014 [1726]). *Aquilégio Medicinal*. (ed. fac-similada). Lisboa: Direção-Geral de Energia e Geologia.
- Herzlich, C. (1969). *Sante et Maladie*. Paris: Editions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Hesse, H. (1997 [1953]). *O Aquista*. Miraflores: Difel.
- Hidiroglou, P. (1994). *L' Eau Divine et Sa Symbolique*. Paris: Albin Michel.
- Hipólito, F. (2011). *Sítio, Projeto e Arquitectura: Para uma descoberta do fazer e do ler projectos de arquitectura*. Cascais: True Team Publishing & Design.
- Hotta, A. (1986). *A Guide to Japanese hot springs*. Tóquio: Kodansha International.
- Humberto, M. (2012). Tu não és daqui...estás só aqui durante um tempo!: Explorando os lados sombra de uma experiência de trabalho de campo. *Etnográfica*, 16(3), 525-546.
- Humberto, M. (2013). Sobre o lugar e os usos das imagens na antropologia: Notas críticas em tempos de audiovisualização do mundo. *Etnográfica*, 17(2), 395-419.
- Humberto, M. (2016). Para uma antropologia visual do turismo: O uso crítico de metodologias e materiais visuais. *PASOS . Revista de Turismo y Patrimonio cultural*, 14(2), 527-541.
- Instituto nacional de estatística (INE). (2004). *Retrato territorial de Portugal*. Lisboa.
- Instituto nacional de estatística (INE). (2017). *Retrato territorial de Portugal*. Lisboa.
- Ingold, T., & Vergunst, J. L. (2008). *Ways of Walking: Ethnography and practice on foot*. Londres: Ashgate.
- Izembart, H., & Boudec, B. (2008). *Waterscapes: El Tratamiento de Aguas Residuales Mediante Sistemas Vegetales / Using Plant Systems to Treat Wastewater (Land & Scrape Series)*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Jacinto, F. M. P. (2002). *Memória, história, património e musealização: Contributo para o desenvolvimento sustentado do concelho de Mértola* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa FCSH-UNL, Lisboa.
- Jara, A., & Correia, L. (2016). *The power of experiment*. Lisboa: Artéria.
- Jorge, J. D. G. (2013). *O reverso da paisagem: Filosofias da pobreza e da riqueza*. Lisboa: Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design CIAUD.
- Jorge, J. D. G. (sem data). *Escrita na paisagem: Festival de performance e artes da terra*. Évora: mimesis.
- Joseph, H. B. (1949). *Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas*. Ponta Delgada: Instituto Cultural.
- Jouen, M. (2000, 2001). A Europa rural na viragem do terceiro milénio: A palavra chave: «diversidade». *LEADER magazine*, (25).
- Kayser, B. (1990) *La Renaissance Rural - Sociologies des Campagnes du Monde Occidental*. Paris: Armand Colin.
- Koolhaas, R. (2014). Koolhaas in the country. *ICON magazine - countryside*, (135), 60-67.
- Koren, L. (1996). *Undesigning the bath*. Berkeley: Stone Bridge Press
- Koren, L. (2008). *Wabi-Sabi for Artists, Designers, Poets & Philosophers*. Point Reyes: Imperfect Publishing.
- Laderman, C. (1996). *The Performance of Healing*. Londres: Burns & Oates.
- Landry, D. (2001). *The Invention of the countryside: Hunting, walking and ecology in English Literature, 1671-1831*. Londres: Palgrave macmillan.

- Lane, A., Norton, M., & Ryan, S. (2017). *Water Resources: A New Water*. Hoboken: Wiley Blackwell.
- Leal, J. (2009). *Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos: Estudos sobre arquitectura popular no século XX português*. Porto: Fundação Marques Silva.
- Leal, J. (2000). *Etnografias portuguesas (1870-1970): cultura popular e identidade nacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote
- Ledrut, R. (1980). *Espace et sociétés*. Toulouse: Editions Privat.
- Leiderfarb, L. (2017, Abril 1). Cláudio Torres: Foi na prisão que recebi o primeiro abraço do meu pai. Expresso. Disponível em: <https://expresso.pt/cultura/2017-04-01-Claudio-Torres-Foi-na-prisao-que-recebi-o-primeiro-abraco-do-meu-pai>
- Leonard, K. (1996). *Undesigning the bath*. Berkeley: Stone Bridge Press.
- Lepierre, C. (1917). *Análise das águas minero-medicinais do vale das Furnas: Ilha de S. Miguel (Açores): Contribuição para o estudo da hidrologia portuguesa*. Lisboa: Tip. Of. Gráf. H. Pereira & Ca.
- Lévi-strauss, C. (1979). *Tristes Trópicos*. Lisboa: Edições 70.
- Lima, E. F. W. (2008). *Espaço e Teatro: Do edifício teatral à cidade como palco*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- Lopes, A. L. (1892). *Águas minero-medicinais de Portugal*. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias.
- Lopes, V. (2002). *Mértola na antiguidade tardia: A topografia histórica da cidade e do seu território nos alvares do cristianismo* (Dissertação de Mestrado). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Lopes, V. A. M. (2014). *Mértola e o seu território na antiguidade tardia (séculos IV-VIII)* (Tese de Doutoramento). Universidade de Huelva, Huelva.
- Lotus. (2017). *Manufactured Altered Landscape*. Lotus, (164).
- Lourenço, A. V. (1867). *Trabalhos preparatorios ácerca das águas mineraes do reino...* Lisboa: Comissão das Águas Mínerais.
- Loux, F. (1990). *Traditions et soins d'aujourd'hui: Anthropologie du corps et professions de santé*. Paris: InterEditions.
- Luz, J. L. B. (1995). O vale das furnas na literatura de viagens do séc. XIX. *INSVLANA*, 43-62.
- Macias, S. (1996). *Mértola islâmica: Estudo histórico-arqueológico do Bairro de Alcáçova (séculos XII-XIII)*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola (CAM).
- Macias, S. (2005). *Mértola: O último porto do Mediterrâneo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola (CAM).
- Mackaman, D. P. (1993). *Doctoring on Vacation: Medicine and Culture at the Spas of nineteenth-century France*. California: University of California.
- Mackaman, D. P. (1998). *Leisure Settings*. Chicago: University of Chicago Press.
- Madureira, A. L. S. (2012). *Paisagem: Revisão de conceitos e práticas: O desafio dos territórios difusos* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Porto.
- Maduro, M. M. (1996). *O desenvolvimento sustentável no Concelho de Mértola: Estudo exploratório no âmbito da ecologia humana* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Évora, Évora.
- Malveiro, M. I. L. M. (1990). *Desertificação e dinâmica populacional no concelho de Mértola: Uma perspectiva ecológica* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Évora, Évora.
- Mangorrinha, J. (2000). *O lugar das termas: Património e desenvolvimento regional: As estâncias termais da Região Oeste*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Mangorrinha, J. (2002). *À volta das Termas*. Caldas da Rainha: Livraria Nova Galáxia.
- Mangorrinha, J. (2009). *A cidade Termal: Ordenamento do Território e Turismo* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Mangorrinha, J. (2014). *Corpo e natureza*. Lisboa: Gráfica 99.
- Mann, T. (2020 [1924]). *A montanha mágica*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- Maragall, J. (1904, Agosto 14). Ville d'Eaux. *Ilustració Catalana*.
- Maragall, J. (1911, Julho 27). El momento termal. *Diario de Barcelona*.
- Mariz, S. M. R. (2015). *Estâncias Termais Contemporâneas: Os casos de Vidago e Pedras Salgadas* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Marques, A. (1988). *Medicina hidrológica em Portugal: Passado, presente e futuro*. Coimbra: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos.
- Marques, C. A. (2012). *Uma Estratégia Territorial Transfronteiriça para Mértola*. Apresentado na Borders and Borderlands - Today's Challenges and Tomorrow's Prospects. Proceedings of the Association for Borderlands Studies Lisbon Conference, Lisboa.
- Martins, J. M. P. S. (2009). *Mértola: A continuidade e a mudança*. Mértola: Câmara Municipal de Mértola.
- Martins, J. M. P. S. (2012). *Mértola, cultura e património: Atores, ações e perspetivas para uma estratégia de desenvolvimento local* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Algarve, Faro.
- Martins, J. M. P. S. (2013). *Por terras do chapéu de ferro: Mina de S. Domingos*. Mértola e Évora: Fundação Serrão Martins, Câmara Municipal de Mértola, Agência de desenvolvimento Regional do Alentejo.
- Martins, J. P. (2006). *Os Espaços e as Práticas sociais: Arquitetura e ciências sociais: Habitus, Estruturação e Ritual*. Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Mateus, R. (2001). O turismo cultural: Impactos a nível local. *Revista Municipal de Mértola*, (3).
- Matos, A. P. (2004). Pobres, indigentes, aquistas e turistas: Em 4 regimes sobre 4 leis. Comunicação apresentada no VIII Congresso Luso Afro Brasileiro. Apresentado na VIII Congresso Luso Afro Brasileiro, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel37/AntonioPerestreloMatos.pdf>
- Matos, J. X., & Martins, L. P. (2006). Reabilitação ambiental de áreas mineiras do sector português da Faixa Piritosa Ibérica: Estado da arte e perspectivas futuras. *Boletín Geológico y Minero*, (117), 289-304.
- Matos, J. X., & Sousa, P. (2008). Prospecção de sulfuretos Maciços no sector português da Faixa Piritosa Ibérica. *CLME 2008 - 5º Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia e IICEM -2º Congresso de Engenharia de Moçambique, Livro de Resumos*. Apresentado na Maputo. Maputo. Disponível em: <http://repositorio.lneg.pt/bitstream/10400.9/464/1/33605.pdf>
- Matos, J. X., Soares, S., & Claudino, C. (2006). Caracterização Geológica-geotécnica da corta da mina de São Domingos. *FPI. X Cong. Nac. Geotecnia*, 3, 741-752.
- Mattoso, J., & Daveau, S. (2011). *Portugal: O Sabor da Terra, Um retrato histórico e geográfico por regiões*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Medeiros, C. A. (1991). *Geografia de Portugal: Ambiente natural e ocupação humana: Uma introdução*. Lisboa: Estampa.
- Medeiros, C. A., & Cavaco, C. (2008). *Turismo de Saúde e Bem-Estar: Termas, Sps Termas e Talassoterapia*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

- Mendras, H. (1978). *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Miguel, G. C., Ferreira, M., & Pietrzak, F. T. (2012). *Furnas, Laboratório de Paisagem* [Dossier de candidatura ao Prémio Nacional da Paisagem]. Furnas, São Miguel: Centro de Monitorização e Investigação das Furnas. Disponível em: http://ot.azores.gov.pt/store/inc/Paisagem/Premios/Furnas/Candidatura_FUR_2012.pdf
- Miranda, A. N. A. (2017). *Génesis de Travertinos en Baños colina y Baños Morales, Cajón del Maipo, Región metropolitana* (Tese de Licenciatura). Facultad de ciencias físicas e matemáticas, Universidad de Chile, Santiago de Chile.
- Miranda, A. P. (1852). *Primeiros estudos sobre as águas thermaes do Valle das Furnas*. Ponta Delgada: Typographia da Chronica dos Açores.
- Miranda, P. M. A., Valente, M. A., Tomé, A. R., Trigo, R., Coelho, M. F. E. S., Aguiar, A., & Azevedo, E. B. (2006). O clima de Portugal nos séculos XX e XXI. Em *Alterações Climáticas em Portugal: Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação: Projecto SLAM II* (pp. 49-113). Lisboa: Gradiv.
- Miyazaki, Y. (2016). *Shinrin yoku: A terapia japonesa dos banhos de floresta que melhora a sua saúde e bem-estar*. Porto: Albatroz.
- Montaña, R. R. (2012). *Las formas del Agua. Significado y representación de las aguas en el paisaje sensorial mapuche*. (Dissertação de Mestrado). Universidad Austral de Chile, Valdivia.
- Montero, G., Navarrete, G., Pino, M., & Riffo, P. (1981). *Recursos termales IX Región*. Temuco: Universidad de La Frontera.
- Moore, C. W. (1995). *Water and Architecture*. Nova Iorque: Harry N. Abrams, INC., Publishers.
- Morais, J. C. (1943). *Águas minerais: Sua origem*. Coimbra: Sep. Publicações do Instituto de Climatologia e Hidrologia da universidade de Coimbra.
- Morais, J. C. (1953). Furnas dos Açores. *Memórias e notícias*, 35 (48-78). Coimbra: Museu e Laboratório mineralógico e geológico e Centro de Estudos da Universidade de Coimbra.
- Mormont, M. (1987). Rural Nature and Urban Nature. *Sociologia Ruralis*, 27(1), 1-20.
- Mormont, M. (1990). Who is Rural? Or How to be Rural? Towards a Sociology of the Rural. *Rural Restructuring - Global Processes and Their Responses*.
- Morse, E. S. (1886). *Lares japoneses, seus jardins e arredores*. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica.
- Motalbán, M. V. (2017). *El Balneario*. Barcelona: Editorial Planeta.
- Moura, V. (2007). O espaço teatral e a condição do espectador. Em *Teatro do Mundo: O Teatro na Universidade: Ensaio e Projecto*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Murdoch, J., & Marsden, T. (1994) *Reconstituting rurality; class, community and power in the development process*. London: UCL.
- Naiman, R. J. & Décamps, H. (1997). The ecology of interfaces: riparian zones. *Annu. Ver. Ecol. Syst.* (28): 621-658. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228540796_The_Ecology_of_Interfaces_Riparian_Zones
- Naraindas, H., & Bastos, C. (2011). Healing holidays? Itinerant patients, therapeutic locales and the quest for health. *Anthropology & Medicine* vol. 18, (1-6). Londres: Routledge.
- Narciso, A. (1920). *A evolução da crenoterapia e as águas medicinais portuguesas*. Departamento Portugal-Brasil, Lisboa.
- Narciso, A. (1936). *O Clima e as Termas de Portugal na indústria do turismo*. Lisboa: Tipografia Henrique Torres.
- Narciso, A. (1940). *A medicina social nas termas*. Lisboa: Tipografia Henrique Torres.

- Narciso, A. (1944). *Investigação científica e medicina social nas termas*. Lisboa: Editora Médica.
- Nash, D. (1996). *Anthropology of Tourism*. Londres: Pergamon Press, Inc.
- Naves, S. C. (2007). A entrevista como recurso etnográfico. *Matraga Estudos linguísticos e literários*, 14(21), 155-164.
- Neves, J. M. (2012). *Carrilho da Graça: Ponte pedonal sobre a ribeira da carpinteira + Musealização da área arqueológica da praça nova do castelo de S. Jorge*. Lisboa: Uzina Books.
- Nicholson, G. (2008). *The Lost Art of Walking*. Nova Iorque: Riverhead Books.
- Nitschke, G. (1993). *From Shinto to Ando, studies in architectural anthropology in Japan*. Londres: Academy editions-ernst & sohn.
- Nunes, A., Moreira, C. O., Paiva, I. R., & Cunha, L. S. (2016). *Territórios de Água*. Coimbra: Centro de Estudos de Geografia e ordenamento do Território.
- OCDE. (1989). *Formulation de la Politique Rurale: Nouvelles Tendances. Etude préparée par Christian Huillet, Pieter Van Dijk et Theodore Alter*. *Économie rurale*, 42.
- O'Flanagan, P. (2001). A classificação de áreas rurais: Que valor? *Revista da Faculdade de Letras: Geografia*, 17-18 (1), 53-64.
- Oliveira, J., & Oliveira, V. (1996). *Síntese da Geologia da Faixa Piritosa, em Portugal, e das principais mineralizações associadas* (8-27). Castro Verde: Câmara Municipal de Castro Verde.
- Oliveira, J. T., & Matos, J. X. (2004). O caminho de ferro da Mina de S. Domingos ao Pomarão: Um percurso geo-educacional na Faixa Piritosa Ibérica. *XXIV Encontro de Prof. de Geociências da Assoc. Portuguesa de Geólogos*, 19.
- Oliveira, J.T., Relvas, J.M.R.S., Pereira, Z., Matos, J.X., Rosa, C.J., Rosa, D. et al. (2006). O complexo vulcano-sedimentar da faixa piritosa: Estratigrafia, vulcanismo, mineralizações associadas e evolução tectono-estratigráfica no contexto da zona sul portuguesa. *Geologia de Portugal no contexto da Ibéria*, 207-243. Universidade de Évora.
- Oliveira, R. (1996). *Contributos para a preservação e valorização do património do troço médio do Vale do Guadiana*. Mértola: Associação de defesa do Património de Mértola (ADPM).
- Oliveira, R., D'Abreu, A. C., & Santos, J. C. (2007). *Que multifuncionalidade? Uma abordagem aplicada ao ordenamento e gestão da paisagem*. *Actas do III Congresso de Estudos Rurais, (III CER)*. Faro: Universidade do Algarve. Disponível em: <https://docplayer.com.br/11819733-Que-multifuncionalidade-uma-abordagem-aplicada-ao-ordenamento-e-gestao-da-paisagem.html>
- Oliveira, R., & Palma, L. (2003). *Um cordão verde para o sul de Portugal; restaurante de paisagens florestais*. Mértola: Associação de defesa do Património de Mértola (ADPM).
- Oliveira, R., & Revez, J. (1993). *À descoberta de Mértola: os caminhos do tempo e da terra*. Mértola: Associação de defesa do Património de Mértola (ADPM).
- O'Neill, J. (1985). *Five Bodies*. Ithaca: Cornell University Press.
- O'Sullivan, T. M. (2011). *Walking in Roman Culture*. Cambridge: University Press.
- Oliver, P. (2006). *Built to Meet Needs: Cultural issues in Vernacular Architecture*. Oxford: Architectural Press.
- Ordem dos Arquitectos. (2004). *Inquérito à Arquitectura Portuguesa* (4ª, Vols. 1-2). Lisboa: Ordem dos Arquitectos.
- Organization for Economic co-operation and development (OECD). (1993). *What Future for Our Countryside?: A rural development policy*. Paris: Organization for Economic co-operation and development (OECD).
- Ortigão, R. (2000). *Banbos de Caldas e Águas minerais*. Sintra: Colares Editora.
- Ory, V. B. (1999). Desarrollo sostenible, turismo rural y parques culturales. *Cuadernos de investigación geográfica*, (25), 125-137.

- Ovalle, L. A. (1984). *Hacia una cultura termal chilena*. Santiago de Chile.
- Pallasmaa, J. (2011). *Os olhos da Pele: A arquitetura e os sentidos*. Porto Alegre: Bookman.
- Palma, M. F. G. C. R. (2009). *Arqueologia urbana na biblioteca municipal de Mértola (Portugal): Contributos para a história local* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Huelva, Huelva.
- Palma, M. F., & Martinez, S. G. (2006). *Mértola e Niebla: na confluência de dois territórios = Mértola y Niebla: en la confluência de dos territorios*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola (CAM).
- Paradela, P. L. (1987a). *Qualidade química das águas subterrâneas: Durezas* [Secretaria de Estado do Ambiente].
- Paradela, P. L. (1987b). *Qualidade química das águas subterrâneas: Teor de Cloretos* [Secretaria de Estado do Ambiente].
- Paradela, P. L. (1987c). *Qualidade química das águas subterrâneas: Teor de Sulfatos* [Secretaria de Estado do Ambiente].
- Paradela, P. L. (1988). *Notícia explicativa: Qualidade Química das Águas Subterrâneas*. Lisboa: Direção-Geral dos recursos naturais.
- Parkin, D. (1992). Ritual as spatial direction and bodily division. Em *Understanding Rituals* (pp. 11-25). Londres: Taylor and Francis.
- Ocampo, P. (2013, Maio). Termas geométricas, Parque Nacional Villarrica, Chile. *30-60 cuaderno latinoamericano de arquitectura*, (3), 44-51.
- Reforma da Política agrícola comum (PAC). (1992).
- Pata, I. (2014). *Film as a tool for landscape analysis and [re] presentation* (Tese de Doutoramento). Ion Mincu University of Architecture and Urbanism, Bucareste.
- Pena, A., Gomes, L., & Cabral, J. (1985). *Fauna e flora de Mértola: Uma perspectiva ecológica do concelho*. Mértola: Câmara Municipal de Mértola.
- Pereira, H. C. (2015). *Águas minerais em São Miguel (Açores): Percepção pública da sua génese e ocorrência* (Dissertação de Mestrado). Universidade dos Açores, Ponta Delgada.
- Pereira, M. C. (1926). *Águas minero-medicinais das Furnas*. Ponta Delgada: Ed. do A.
- Pereira, A. R., Zêzere, J. L., & Morgado, P. (2005). Os Recursos Naturais em Portugal: Inventariação e Proposta de um Modelo Geográfico de Avaliação. *X Congresso Ibérico de Geografia: A geografia ibérica no contexto europeu*. Évora. Disponível em: http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/089.pdf
- Peristiany, J. G. (1987). *Honra e vergonha: Valores das sociedades mediterrânicas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pinheiro, S. (2018, Junho 3). A juventude pode estar na água termal nos ingredientes dos Açores. *Jornal Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/06/03/impar/reportagem/agua-termal-dos-aco-res-na-nossa-pele-1829091>
- Pinto, H. G., & Mangorrinha, J. (2009). *O Desenho das Termas, História da Arquitectura Termal Portuguesa*. Lisboa: Ministério da Economia e da inovação e Direção geral da Geologia.
- Pinto, J. M. (2000). *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos: Elementos de teoria e de pesquisa empírica*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Pires, A. G. (2013a). *A Quinta de Recreio em Portugal: Vilegiatura, Lugar e Arquitectura*. Lisboa: Caleidoscópico.
- Pires, A. G. (2013b). *Para uma ética do território*. Lisboa: Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design CIAUD.
- Portas, N., Domingues, A., & Cabral, J. (2007). *Políticas Urbanas: Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Portas, N., Domingues, A., & Cabral, J. (2011). *Políticas Urbanas II: Transformações, Regulação e Projetos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Portugal. Comissão Nacional do Ambiente. (1982). *Carta de capacidade de uso do solo*.
- Portugal. Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos. (1952). *Carta geológica de Portugal*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- Portugal. Direcção-Geral dos Recursos Naturais. (1987a). *Qualidade química das águas subterrâneas: Teor de cloretos*. Lisboa: Comissão Nacional do Ambiente.
- Portugal. Direcção-Geral dos Recursos Naturais. (1987b). *Qualidade química das águas subterrâneas: Teor de sulfatos*. Lisboa: Comissão Nacional do Ambiente.
- Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD). 2011.
- Programa nacional para a coesão territorial (PNCT). (2016). Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/programa/programa-nacional-para-a-coesao-territorial/ficheiros-coesao-territorial/programa-nacional-para-a-coesao-territorial-pdf.aspx>
- Providência, P., & Moniz, G. C. (2013). Joelho 4: Ensinar pelo projeto. *Joelho 4: Ensinar pelo projeto*.
- Providência, P., Xavier, S., & Quintais, L. (2011). Joelho 2: Intersecções: Antropologia e arquitectura. *Joelho 2: Intersecções: Antropologia e arquitectura*.
- Puigvert, J. M., & Figueras, N. (2018). *Balneários, veraneo, literatura: Agua y salud en la espanã contemporânea*. Madrid: Ediciones jurídicas y sociales s.a.
- Quintela, M. M. (1999). *Entre curar e Folgar: Etnografia das termas de S. Pedro do Sul* (Dissertação de Mestrado). ISCTE, Lisboa.
- Quintela, M. M. (2003). Banhos que curam: Práticas termais em Portugal e no Brasil. *Etnográfica*, VII(1), 171-185.
- Quintela, M. M. (2004). Saberes e práticas termais: Uma perspectiva comparada em Portugal (Termas de S. Pedro do Sul) e no Brasil (Caldas da Imperatriz). *História, Ciências Saúde-Manguinhos*, 11(1), 239-260.
- Quintela, M. M. (2009). *Águas que curam, águas que «energizam»: Etnografia da prática terapêutica termal na Sulfúrea [Portugal] e nas Caldas da Imperatriz [Brasil]* (Tese de Doutoramento). Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.
- Quintela, M. M. (2011). Curar e recrear em águas termais: Um diálogo etnográfico entre Portugal (Termas de São Pedro do Sul e Termas da Sulfúrea) e Brasil (Caldas da Imperatriz). *Anuário Antropológico*, 169-194.
- Quintela, M. M. (2014). Seeking energy vs pain relief in spas in Brazil (Caldas da Imperatriz) and Portugal (Termas da Sulfúrea). Em *Healing Holiday: Itinerant Patients, Therapeutic Locals and the Quests for Health*. Londres: Routledge.
- Rafael, L. I. S. (2010). *Os trinta anos do Projeto Mértola Vila Museu: Balanço e Perspetivas* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Évora, Évora.
- Rafael, L. I. S. (2012). *Apresentação de dados estatísticos relativos aos visitantes e à evolução das estruturas de apoio ao turismo: Restauração e alojamento*. Mértola: Câmara Municipal de Mértola.
- Ramalho, J. G. (1985). *Algumas Reflexões Acerca da problemática da Desertificação no Alentejo. Relatório de Trabalho*. Évora: CCRA.
- Ramalho, J., Jan, L., Perdigão, M. V., Oliveira, E., & Henriques, R. G. (1988). *Caracterização fisiográfica da zona crítica alentejana: Classificação do uso do solo na sub-região de Mértola*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).
- Ramos, A. R. C. C. V. (2005). *O Termalismo em Portugal: Dos factores de obstrução à revitalização pela dimensão turística* (Tese de Doutoramento). Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Raposo, J. R. (1979). A Desertificação do Alentejo. *Vida Rural*, (60), 35-38.

- Real, F. C. S. (1987). *Notícia explicativa: Carta Geológica*. Lisboa: Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais.
- Ribeiro, F. N. (1972). *A vila romana de Pisões*. Beja: Comissão Municipal de Turismo.
- Ribeiro, F. V. F. (2017). *Práticas de Reabilitação em Áreas Rurais: Contributos para uma metodologia de intervenção a partir da experiência dos programas de revitalização de aldeias em Portugal* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Ribeiro, O. (1970 a). *A evolução agrária no Portugal mediterrâneo: Notícia e comentário de uma obra de Albert Silbert*. Lisboa: Universidade. Centro de Estudos Geográficos.
- Ribeiro, O. (1970 b). *Ensaios de geografia humana e regional, vol. I*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Ribeiro, O. (1987). *Mediterrâneo: Ambiente e tradição* (2ª). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ribeiro, O. (2011). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (8ª). Lisboa: Letra Livre.
- Ribeiro, O. (2013). *Geografia e civilização: Temas portugueses* (4ª). Lisboa: Letra Livre.
- Ribeiro, O. (2014). *Opúsculos geográficos* (2ª). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ribeiro, O., & Cardigos, N. (1946). *Geografia da população em Portugal*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura. Centro de Estudos Geográficos.
- Ribeiro, O., & Lautensach, H. (1987). *Geografia de Portugal: A posição geográfica e o território*, vol.1. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- Ribeiro, O., & Lautensach, H. (1991). *Geografia de Portugal: A Vida Económica e Social*, vol.4. Lisboa: Edições J. Sá da Costa.
- Risacher, F., Fritz, B., & Hauser, Y. A. (2011). Origin of components in Chilean thermal waters. *Journal of South American Earth Sciences*, pp. 153-170.
- Risacher, F., & Hauser, Y. A. (2008). *Catastro de las principales fuentes de aguas termales de Chile*. Santiago de Chile: Servicio Nacional Geología y Minería.
- Rivera, J., C. (2016). (coord). *Seminário de investigação: Modos de Caminhar* (texto de apresentação). Lisboa: Biblioteca Nacional
- Rivera, M., O. (1947). *Nuestra riqueza termal*. La Serena: Imprenta Britania.
- Roche, D. (1998). *História das Coisas Banais: Nascimento do consumo nas Sociedades Tradicionais, Sécs. XVII-XIX*. Lisboa: Teorema.
- Robinson, K. S. (2018). Empty half the Earth of its humans. It's the only way to save the planet. *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/cities/2018/mar/20/save-the-planet-half-earth-kim-stanley-robinson>
- Rodrigues, C. S. (2017). *Baldio da Serra de Mértola: Uma História da Paisagem* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa ISA-UL, Lisboa.
- Rodrigues, L. (1998). *Dinâmicas demográficas espacialmente referenciadas no concelho de Mértola, passado e futuro: Um estudo metodológico* (Dissertação de Mestrado). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Rolo, J. C. (2014). O rural no Portugal que encolhe. *Vez e Voz: O Rural - Leituras, Dinâmicas, Animação e Desenvolvimento*, (2), 13-20.
- Rosário, L. (2004). *Indicadores de Desertificação para Portugal Continental*. Lisboa: Direcção-Geral dos Recursos Florestais (DGRF).
- Roxo, M. J. (1994). *A acção antrópica no processo de degradação de solos: A serra de Serpa e Mértola* (Tese de Doutoramento). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

- Roxo, M. J. (2000). A cultura do trigo e a degradação dos solos na margem esquerda do Guadiana. *Territorium: Revista Portuguesa de riscos, prevenção e segurança*, (7), 25-32.
- Rozas, E. (1977). *Génesis de las principales temas de Chile y evaluación preliminar de su aprovechamiento*. Santiago do Chile: La Serena: UTE Centro de Investigaciones Hidrológicas.
- Salgado, M. (2015). (Coord.). *Flâneur: New Urban Narratives*. Lisboa: Procur.arte.
- Salinas M. J., Blanca G. & Romero T. (2000). Evaluating riparian vegetation in semi-arid Mediterranean watercourses in the south-eastern Iberian Peninsula. *Environmental Conservation* 27(1), 24-35.
- Sánchez, J. (1968). Thermal and mineral waters in Chile. *Report of twenty-third session Czechoslovakia*, 257-263.
- Sánchez, J. (1969). Thermal waters in Chile. *International Geological Congress*, 19(23).
- Sánchez, P., & Alam, A. (2009, Novembro). *Rol de las distintas fuentes de calor em las aguas termales del área Villarrica-Chibuito, Sur de Chile*. 22-26. Santiago de Chile.
- Santos, M. O. G. S. (2011, Julho). *A situação de Mértola no desenvolvimento do baixo Guadiana (exemplo de um concelho onde as condicionantes exógenas sufocam as potencialidades endógenas)*. Elaborado com base na comunicação apresentada no Fórum Guadiana 2000, Mértola.
- Santos, R. (1987). *O «socorro aos lavradores» de Mértola em 1792: Empréstimos e esmolas de trigo em Mértola, 1792: Ensaio de exploração estrutural*. Mértola: Câmara Municipal de Mértola.
- Saramago, J. (1998). *Viagem a Portugal*. Lisboa: Caminho.
- Sarzedas, J. A. R. T. (1903). *Relatório sobre a inspeção médica às águas minerais e suas entancias em 1902*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- Sarzedas, J. A. R. T. (1913). *Gazeta das águas minerais e de Fisioterapia*. Lisboa: Tenreiro Sarzedas.
- Schafer, E. (1956). The Development of Bathing Customs in Ancient and Medieval China and the History of the Floriate Clear Palace. *Journal of the American Oriental Society*, 76(2), 57-82.
- Schechner, R. (1994). *Environmental Theater* (2.^a ed.). New York: Applause.
- Schechner, R. (1995). *The Future of Ritual: Writings on Culture and Performance* (2.^a ed.). New York: Routledge.
- Schechner, R. (2002). *Performance Studies: An Introduction*. Routledge.
- Schechner, R. (2011). Performers e Espectadores: Transportados e Transformados. *Revista Moringa Artes do Espetáculo*, 2(1).
- Schoeller, H. (1962). *Les eaux souterraines*. Paris: Masson & Cie Editeurs.
- Schoeller, H. (1982). Sur les eaux thermominérales et leus origine. Em *Actas da III Semana de Hidrogeologia*. Lisboa: Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- Schwenk, T. (1965). *Sensitive Chaos*. Londres: Rudolph Steiner Press.
- Sébillot, P. (1983). *Les eaux douces*. Paris: Imago
- Secretaria de Estado do Turismo SET. (1995). *Projeto integrado de Mértola: Operação-piloto de valorização sócio-cultural e turística*. Lisboa: Secretaria de Estado do Turismo SET.
- Segalen, M. (2002). *Ritos e rituais contemporâneos* (M. de L. Menezes, Trad.). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Seki, A., & Brooke, E. H. (2005). *The Japanese Spa: A Guide to Japan's Finest Ryokan and Onsen*. North Clarendon: Tuttle Publishing.

- Sequeira, P. V. C. (1883a). Notícia sobre o estabelecimento mineiro de S. Domingos (1868-1880). *Revista de Obras Públicas e de Minas*, 15 (165 e 166), 480-540.
- Sequeira, P. V. C. (1883b). Notícia sobre o estabelecimento mineiro de S. Domingos (1860-1900). *Revista de Obras Públicas e de Minas*, 14(163 e 164), 185-284.
- Serrão, A. V. (2012). *Filosofia e Arquitetura da Paisagem: Um manual*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- Serrão, A. V. (2013). *Filosofia e Arquitetura da Paisagem: Intervenções*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- Silbert, A. (1972). *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal oitocentista*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Silva. (1791). Descrição das águas minerais das Furnas na ilha de São Miguel oferecida ao Ilustríssimo e Senhor Martinho de Mello e Castro, Ministro e Secretario do Estado dos Negocios da Marinha, e Dominios Ultramarinos... *Arquivo dos Açores*, 8, 437-446.
- Silva, L. (2004). Moinhos e moleiros no Alentejo Oriental: Uma perspectiva etnográfica. *Etnográfica*, 8 (2), 221-242.
- Silva, L. (2005). As barcas de passagem e o tráfego do Guadiana: Apontamentos etnohistóricos. (ERA) *Arqueologia*, (7), 127-133.
- Silva, L. (2007). *Processos de Mudança nos Campos: O Turismo em Espaço Rural* (Tese de Doutoramento). ISCTE-IUL, Lisboa.
- Silva, L. (2007, Maio). A Procura do Turismo em Espaço Rural. *Etnográfica*, 11 (1), 141-163.
- Silva, L. (2008). Contributo para o estudo da pós-ruralidade em Portugal. *Arquivos da memória: Outro país – novos albares*, terrenos clássicos, (4 (Nova Série)), 6-25.
- Silva, L. (2018). *Os Moinhos e os Moleiros do Rio Guadiana: Uma Visão Antropológica*. Lisboa: Edições Colibri.
- Silvano, F. (1998). As novas escalas na abordagem antropológica. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, (11), 59-71.
- Silvano, F. (2002, Junho). Lugares em trânsito. *Jornal Arquitectos*, p. 15.
- Silvano, F. (2010). *Antropologia do espaço*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Simas, J. F. B. R. (2000). *O rio e os homens: A comunidade ribeirinha de Mértola* (Dissertação de Mestrado). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Simbiente Açores, Engenharia e gestão Ambiental. (sem data). *Plano de Gestão da rede hidrográfica dos Açores: PGRH-Açores (2016-2021)*. São Miguel: Governo dos Açores.
- Siza, A. (2000). *Imaginar a evidência*. Porto: Edições 70.
- Siza, A. (2009). *Textos 01: Álvaro Siza*. Porto: Civilização Editora.
- Siza, A. (2018). *Textos 02: Álvaro Siza*. Lisboa: Parceria A M Pereira.
- Skewes, J. C., Solari, M. E., Guerra, D., & Jalabert, D. (2012). Los paisajes del agua: Naturaleza e identidade en la cuenca del río valdicia. *Chungara Revista de Antropología Chilena*, 44(2), 299-312.
- Smith, B., & Yamamoto, Y. (2001). *The Japanese Bath*. Layton: Gibbs Smith Publishers.
- Soares, A., & Pereira, M. J. (sem data). Nova Carta de Suscetibilidade à desertificação (ICNF).
- Sociedade Propaganda de Portugal. (1918). *Águas e Termas Portuguesas: Indicações Gerais para uso de banhistas e turistas*. Lisboa: Sociedade Propaganda de Portugal, Tipografia Universal.
- Sol, G. D. (2004). Termas de Puritama. *ARQ Obras y proyectos* (57), 26-29.

- Sol, G. D. (2007). Termas Geométricas: Coñaripe, Chile. *ARQ Obras y proyectos* (65), 68-73.
- Sol, G. D. (2013). Termas Geométricas de Germán del Sol. Disponível em: <https://www.diseñoarquitectura.cl/termas-geometricas-de-german-del-sol/>
- Solà-Morales, I. (2002). Terrain Vague. Em I. Solà-Morales, *Territórios* (181-194). Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Sondagens e fundações A. Cavaco. (1990). *Estudo hidrogeológico, Águas Santas da Morena*. Mértola: Sondagens e fundações A. Cavaco.
- Sorcinelli, P. (1998). *Storia sociale dell'acqua*. Milão: Edições Bruno Mondadori.
- Sotero, A. D., & Salvadinho, J. C. (2001). *Montes altos: Luta contra o destino*. Mértola: Centro Social dos Montes Altos.
- Sousa, J. M. M. (2008). *O vale das Furnas*. Lisboa: Almedina.
- Spirn, A. W. (1998). *The Language of Landscape*. New Haven: Yale University Press.
- Takaragawa Onsen (sem data). *Bathing Manner*. Disponível em: https://www.takaragawa.com/e_manner.html
- Tanizaki, J. (1999). *Elogio da Sombra*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- Tavares, A. (2005). *Arquitetura Antituberculose: Trocas e tráficos na construção terapêutica entre Portugal e Suíça*. Porto: Dafne Editora.
- Tavares, A. (2013). *Combate e Tática*. *Jornal Arquitectos*, (247), 85.
- Tavares, A. (2016). *Uma anatomia do Livro de Arquitectura*. Porto: Dafne Editora.
- Tavares, D. (2007). Organização do espaço na referência simbólica do palco. Em *Teatro do Mundo: O Teatro na Universidade: Ensaio e Projecto* (75-92). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Tavares, F. (1810). *Instruções e cautelas practicas sobre a natureza, diferentes especies, virtudes em geral, e uso legítimo das águas mineraes, principalmente de Caldas; com a noticia daquellas, que são conhecidas em cada buma das Provincias do Reino de Portugal, e o methodo de preparar as aguas artificiais*. Coimbra: Real Impr. da Universidade.
- Távora, F. (2008). *Da organização do espaço*. Porto: FAUP publicações.
- Teixeira, C., & Quintela, M. M. (2011). Antropologia e água: Perspectivas plurais. *Anuário Antropológico*, 9-22.
- Telles, G. R. (1989). Uma Alternativa Ecológica e Social para a Agricultura do Alentejo: O Projeto do Alqueva. *Revista de Ciências Agrárias*, XII(1).
- Telles, G. R. (2005). *A utopia e os pés na terra*. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- Telles, G. R. (2007). Salvar a Paisagem Rural. *Revista da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal*, (71), 17-20.
- Terroso, L. G. F. (2005). *Argilas/Lamas e Águas Termais das Furnas (Açores): Avaliação das Propriedades Físicas e Químicas relevantes para a utilização em Peloterapia* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Thompson, C. W. (2003). *Walking and the French Romantics: Rousseau to Sand and Hugo*. Bern: Peter Lang.
- Thompson, I. H. (2009). *Rethinking Landscape*. Londres: Routledge.
- Tomás, M. (2014). *Insulamento*. Lisboa: Maria Tomás.
- Torga, M. (2012). *Portugal*. Lisboa: D. Quixote.
- Torga, M. (2013 [1941-1993]). *Diário*. Lisboa: Dom Quixote.

- Tornero, R. S. (1782). Capítulo IV: Aguas minerales de Chile. Em *Chile ilustrado* (436-444). Valparaíso: Librería de las Agencias del Mercurio.
- Torres, C. (1991, Setembro 30). Laureado Prémio Pessoa 1991. Expresso. Disponível em: <https://expresso.pt/premio-pessoa/laureados/2010-09-30-Laureado-Premio-Pessoa-1991---Claudio-Torres>
- Torres, C. (2001a). A arqueologia, o território e o desenvolvimento local. *Seminário Efeitos Sociais do Património à Escala Local*, 21-26.
- Torres, C. (2001b). A Civilização islâmica—Última síntese mediterrânica. *Arte Islâmica*, 17-23.
- Torres, C. (2002). Mértola Vila Museu: Um projecto cultural de desenvolvimento integrado. *Museologia.pt*, (1), 2-11.
- Torres, C. (2007). Mértola Vila Museu. Um projeto cultural de desenvolvimento local. *Museologia.pt*, 2-11.
- Torres, C. (2009). Museus, Território e Desenvolvimento. *Museal - Núcleos Museológicos, que Sustentabilidade?*, 62-65.
- Torres, C. (2011). *O Alentejo agrícola: Um pouco de história*. Porto: Edições Afrontamento.
- Torres, C. (2018a). Cláudio Torres: D. Afonso Henriques não conquistou Lisboa aos mouros, foi aos cristãos. *Sábado*.
- Torres, C. (2018b). Cláudio Torres: Mértola tornou-se grandiosa porque houve aqui uma corrida ao ouro há 2700 anos. *Sábado*.
- Torres, C., & Macias, S. (1998). *O Legado Islâmico em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Torres, C., Rego, M., Reimão, M., Palma, M. F., Macias, S., & Lopes, V. (2012). *Carta Arqueológica do Concelho de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola (CAM).
- Torres, C., & Silva, L. A. (1989). *Mértola: Vila museu*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola (CAM).
- Travasso, N. (2016). *Território Casa Comum: Em busca de um processo de construção colectiva*. Em E. N. Faria, Conferências no Parque (117-139). Braga: Edições Humus.
- Travasso, N., & Domingues, Á. (2015). *Território Casa Comum: Morfologias e Dinâmicas do Território*. Porto: Universidade do Porto, FAUP.
- Turner, V. (1974 [1969]). *O Processo Ritual Estrutura e Antiestrutura*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Turner, V. (1982). *From ritual to theatre: The human seriousness of play*. Nova York: Performing Arts Journal Publications.
- Turner, V. (1975). *Revelation and divination in Ndembu ritual*. Ithaca: Cornell University Press.
- Turner, V. (1996 [1957]). *Schism and continuity in an African society*. Manchester: Manchester University Press.
- Turri, E. (2013). A paisagem como teatro. Em *Filosofia da paisagem: Uma Antologia* (167-186). Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- União Europeia. (2008). *Programa da Rede Rural Nacional, Portugal, 2007-2013*. Bruxelas: União Europeia.
- United Nations Environmental Programme (UNEP). (2002). *Global Environment Outlook 2003: Past, Present and Future perspectives*. Londres: Earthscan Publications Ltd.
- Urry, J. (2002). *The Tourist Gaze*. Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Valente, M. C. (2009). *Uma estratégia para a valorização dos Recursos silvestres das regiões mediterrâneas de baixa densidade: Uma aplicação aos casos das aromáticas e dos cogumelos* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Évora, Évora.
- Varanda, F. (2002). *Mértola no Alentejo: Tradição e mudança no espaço construído*. Lisboa: Assírio & Alvim.

- Vargas, M. A. U., & Martinez, R. A. S. (2014). *Caracterización de la comercialización de los «Baños Termales» y «Termas» de Chile y formulación de propuesta para el desarrollo comercial de la industria termal chilena* (Dissertação de Mestrado e Doutora-mente). Universidad Austral de Chile, Puerto Montt.
- Veiga, S. F. M. E. (1983). *Memórias das antiguidades de Mértola*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- Vera, M. P. (2013). El turismo de balneario en aragón, entre la recualificación de la oferta y la diversificación de la demanda: As «villas termales» de Alhama de Aragón y Jaraba. *Boletín de la Real Sociedad Geográfica, Tomo 146*, 199-246.
- Veyne, P. (1989). «O Império Romano», *História da Vida Privada*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Viana, A. (sem data). *Notas históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo*. Lisboa.
- Vigarello, G. (1998). Higiene y intimidad del baño. Las formas de la limpieza corporal. *A&V, Arquitectura Viva*.
- Vigarello, G., & Aubyn, I. (1988). *O limpo e o sujo*. Lisboa: Fragmentos.
- Vilchez, J. M. P. (2011). *La poética del agua en el islam*. Baiona: Ediciones Trea.
- Viveiros, A. N. (2018). Açores possuem recursos hidrotermais reconhecidos há séculos e em S. Miguel há inúmeras opções para de ter melhor saúde. *Correio dos Açores*.
- Warburg, A. (2010). *Atlas Mnemosyne*. Madrid: AKAL / Arte Y Estética.
- Weiss, R.P (2013). Efervescência, Dinamogenia e a Ontogênese Social do Sagrado. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, 10(1), 157-179. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132013000100006
- Weisz, G. (2001). *Spas, Mineral Waters and Hydrological Science in Twentieth-Century*. Paris: France Isis.
- Won, S. K. (2006). *Activity diagrams*. Seul: DAMDI Architecture Publishing.
- World Commision on Environment and Development (WCED). 1987. *Our Common Future*. New York: Oxford University Press.
- Wuytz, J. (2020, Julho 30). *Trekking through Europe: A history of hiking*. Disponível em: <https://www.europeana.eu/en/blog/trekking-through-europe-a-history-of-hiking>
- Wylson, A. (1986). *Aquatecture: Architecture and water*. Oxford: Architectural Press.
- Zêzere, J. L., Pereira, A. R., & Morgado, P. (2006). Perigos naturais e tecnológicos no território de Portugal continental. *Apontamentos de Geografia, série: investigação Centro de Estudos Geográficos - Universidade de Lisboa (CEG_UL)*. Lisboa.
- Zona termal será primer destino turístico inteligente en Chile. (2016, Abril 21). *Diário el Ranco*. Disponível em: <http://www.diarioelranco.cl/2016/04/21/zona-termal-sera-primer-destino-turistico-inteligente->
- Zumthor, P. (2006). *Atmosferas*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.